PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE RONDÔNIA
# DIÁRIO DA JUSTIÇA
## TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANO XXXV | NÚMERO 072 | PORTO VELHO-RO, QUINTA-FEIRA, 20 DE ABRIL DE | 2017

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA**
**COMPOSIÇÃO BIÊNIO 2016/2017**

**PRESIDENTE**
Desembargador Sansão Batista Saldanha

**VICE-PRESIDENTE**
Desembargador Isaias Fonseca Moraes

**CORREGEDOR-GERAL**
Desembargador Hiram Souza Marques

**TRIBUNAL PLENO**
Desembargador Sansão Batista Saldanha
Desembargador Eurico Montenegro Júnior
Desembargador Renato Martins Mimessi
Desembargador Valter de Oliveira
Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Desembargador Rowilson Teixeira
Desembargador Péricles Moreira Chagas
Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Desembargador Kiyochi Mori
Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Desembargador Miguel Monico Neto
Desembargador Raduan Miguel Filho
Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Desembargador Alexandre Miguel
Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Desembargador Gilberto Barbosa Batista dos Santos
Desembargador Oudivanil de Marins
Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Desembargador Valdeci Castellar Citon
Desembargador Hiram Souza Marques
Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz

**1ª CÂMARA CÍVEL**
Desembargador Rowilson Teixeira
Desembargador Péricles Moreira Chagas
Desembargador Raduan Miguel Filho

**2ª CÂMARA CÍVEL**
Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Desembargador Kiyochi Mori
Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Desembargador Alexandre Miguel

**CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS**
Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Desembargador Rowilson Teixeira
Desembargador Moreira Chagas
Desembargador Kiyochi Mori
Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Desembargador Raduan Miguel Filho
Desembargador Alexandre Miguel

**1ª CÂMARA CRIMINAL**
Desembargador Valter de Oliveira
Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz

**2ª CÂMARA CRIMINAL**
Desembargador Miguel Monico Neto
Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Desembargador Valdeci Castellar Citon

**CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS**
Desembargador Valter de Oliveira
Desembargador Miguel Monico Neto
Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Desembargador Valdeci Castellar Citon
Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz

**1ª CÂMARA ESPECIAL**
Desembargador Eurico Montenegro Júnior
Desembargador Gilberto Barbosa Batista dos Santos
Desembargador Oudivanil de Marins

**2ª CÂMARA ESPECIAL**
Desembargador Renato Martins Mimessi
Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior

**CÂMARAS ESPECIAIS REUNIDAS**
Desembargador Eurico Montenegro Júnior
Desembargador Renato Martins Mimessi
Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Desembargador Gilberto Barbosa Batista dos Santos
Desembargador Oudivanil de Marins

**SECRETÁRIA JUDICIÁRIA**
Bacharela Tays Carpina do Nascimento de Souza

**SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO**
Administrador Jean Carlo Silva dos Santos

**DIRETOR DA DIGRAF**
Administrador Enildo Lamarão Gil

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## PRESIDÊNCIA

## ATO DO PRESIDENTE

Portaria Presidência Nº 761/2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 67 do RITJ/RO,

Considerando os laudos médicos do CEPEM e da Junta Médica do TJRO.

Considerando o que consta no processo eletrônico SEI 0006170-65.2017.8.22.8000,

R E S O L V E:

TORNAR sem efeito, no que se refere a nomeação do candidato, no cargo abaixo discriminado, do Quadro de Pessoal Permanente do Poder Judiciário, em virtude de aprovação no Concurso Público 01/2015, realizado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia:

| Ordem de Convocação | Nome | Cargo | Comarca | Classificação por comarca | Classificação Geral | Motivo | Portaria de nomeação |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 16º (Ampla concorrência Comarca) | Renato Lanziani Balestieri | Analista de Sistema/ Desenvolvimento | Tribunal de Justiça | 18º | - | Não ter sido considerado apto no exame admissional realizado pelo Serviço Médico do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, nos termos do item 3.4, "k" do Edital n. 01/2015, bem como art. 8º, VI da LC n. 68/92 | Portaria Presidência N. 430/2017, DJE 045, de 10/03/2017 |

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por SANSÃO BATISTA SALDANHA, Presidente do Tribunal de Justiça, em 19/04/2017, às 13:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0189899 e o código CRC 681B819A.

# CONSELHO DA MAGISTRATURA

## DESPACHO

Conselho da Magistratura
Despacho DO RELATOR
Processo Administrativo
Número do Processo :0000646-31.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 7017604-38.2015.8.22.0001
Comunicante: Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Comunicado: Conselho da Magistratura do Tribunal de Justica do Estado de Rondonia
Relator:Des. Renato Martins Mimessi
Vistos.
Constam dos autos que o Magistrado Adolfo Theodoro Naujorks Neto, declarou-se suspeito no processo 7017604-38.2015.8.22.0001, em razão de manter relações afetivas com o Dr. Rodrigo Borges que figura como detentor de poderes.
Pois bem.
Dispõe o art. 145, inciso I, do Novo Código de Processo Civil:
"Art. 145. Há suspeição do juiz:
I – II - que receber presentes de pessoas que tiverem interesse na causa antes ou depois de iniciado o processo, que aconselhar alguma das partes acerca do objeto da causa ou que subministrar meios para atender às despesas do litígio;
[…].
§1º – Poderá o juiz declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, sem necessidade de declarar suas razões.
[...]"
Cumpre esclarecer que a Resolução n. 82/2009 do CNJ, que previa a necessidade do magistrado declinar os motivos pelos quais se declarou suspeito, foi revogada.
O Plenário do Conselho Nacional de Justiça aprovou em 30.08.2016, a revogação da resolução. Segundo o relator, conselheiro Gustavo Alkmim: "o legislador, quando modificou o normativo processual sobre o tema, buscou preservar a intimidade do magistrado, garantindo a sua independência e imparcialidade, sem presumir, de plano, o uso abusivo do seu direito de se afastar do processo por motivo de foro íntimo".
Em decorrência, a ADI 4260, da relatoria da Ministra Rosa Weber, restou prejudicada, tendo seu pedido julgado extinto sem resolução, com trânsito em julgado em 11.10.2016.
Ademais a jurisprudência tem proclamado não ser necessário o Magistrado mencionar no processo qual o motivo íntimo que o levou a afirmar suspeição, devendo fazê-lo, entretanto, para o órgão de controle da atividade funcional do juiz, de forma sigilosa. (Vide Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery. In Código de Processo Civil Comentado e Legislação Extravagante. 11ª edição, rev., ampl. e atual. até 17.2.2010. Art. 135, nota 14, página 423).
Nesse sentido o entendimento do Tribunal Pleno deste Tribunal:
MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR. SUSPEIÇÃO. MAGISTRADO. FORO ÍNTIMO. MOTIVAÇÃO.
O magistrado está desobrigado a declinar os motivos da suspeição declarada no processo, mas se o Conselho da Magistratura, órgão censor que disciplina a atuação dos juízes, solicitou explicações, tem o magistrado o dever de prestá-las. (Mand. Segurança, N. 20000020040051480, Rel. Des. Sebastião Teixeira Chaves, J. 06/09/2004).
MAGISTRADO. SUSPEIÇÃO. MOTIVO DE FORO ÍNTIMO. ATO RELEVANTE.
A suspeição por motivo de foro íntimo deve observar a ocorrência de ato relevante e, na ocorrência, deve o magistrado afastar-se da função jurisdicional. (Processo Administrativo n. 00124590220108220000, Rel. Des. Marcos Alaor D. Grangeia, J. 26/11/2010).
Pelo exposto, em conformidade com o art. 135, XIV do RITJ/RO, acolho a declaração de suspeição e determino anotação da presente nos assentamentos funcionais do magistrado, o que faço monocraticamente
Publique-se e cumpra-se, em seguida arquive-se.
Porto Velho, 19 de abril de 2017
Desembargador Renato Martins Mimessi
Relator

# CORREGEDORIA-GERAL

## ATOS DO CORREGEDOR

Provimento Corregedoria Nº 008/2017

Altera o §3º e inclui o §4º no artigo 1º do Provimento nº 007/2016-CG referente a distribuição de mandados oriundos do PJe em comarca diversa.

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a publicação do Provimento n. 007/2016-CG, no DJE n. 156, de 19/08/2016;

CONSIDERANDO a aprovação da Lei n. 3.826/2016 que instituiu o novo regramento sobre a cobrança de custas forenses no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia;

CONSIDERANDO o processo SEI n. 0000031-67.2017.8.22.8010 e o SEI n. 0000003-57.2017.8.22.8800,

R E S O L V E:

Art. 1º. Alterar o § 3º e incluir o § 4º no artigo 1º do Provimento n. 007/2016-CG, publicado no DJE n. 156, de 19/08/2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. […];

§3º. Nos termos do caput, quando a distribuição de mandado for de responsabilidade da parte, é condição para seu encaminhamento, o recolhimento da taxa disciplinada pelo artigo 30, da Lei n. 3.826/2016, nos autos principais.

§4º. Quando expedida carta precatória eletrônica, o recolhimento das custas será realizado na deprecata.

Art. 2º. Este provimento entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Publique-se.
Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por HIRAM SOUZA MARQUES, Corregedor (a) Geral da Justiça, em 19/04/2017, às 09:00, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0171545 e o código CRC B739BD38.

Provimento Corregedoria Nº 009/2017

Alterar, inserir e revogar dispositivos do Provimento 013/2015-CG, que regulamenta o acesso remoto de Magistrado que estiver afastado da Comarca para participar de cursos ou eventos.

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO o estabelecido na Ata da Reunião da Corregedoria, realizada em 18/09/2015, e as orientações constantes do Ofício Circular n. 209/2015-DECOR/CG, de 28/09/2015;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação quanto aos afastamentos de magistrados para participarem de cursos e eventos;

CONSIDERANDO o Provimento n. 013/2015-CG, publicado no DJE n. 130, de 16/07/2015;

CONSIDERANDO o processo SEI n. 9140331-93.2016.8.22.1111 e o SEI n. 0000003-57.2017.8.22.8800,

R E S O L V E:

I – Alterar a redação do § 2º e acrescentar o § 3º do artigo 1º do Provimento 013/2015-CG, que passará a vigorar com o seguinte teor:

Art. 1º. [...];

§ 2º. Nos atos convocatórios ou de autorização para participação de cursos ou eventos em território nacional será concedido automaticamente o acesso remoto ao magistrado, desde que não conste no ato, expressamente, o seu afastamento da unidade. (NR)

§ 3º. Nos atos convocatórios ou de autorização para participação de cursos ou eventos fora do País, o magistrado poderá solicitar o acesso remoto. (AC)

II – Revogar os artigos 2º e 3º do Provimento n. 013/2015-CG, publicado no DJE n. 130, de 16/07/2015.

III – Este provimento entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.
Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por HIRAM SOUZA MARQUES, Corregedor (a) Geral da Justiça, em 19/04/2017, às 09:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0172999 e o código CRC 877BEBD5.

Provimento Corregedoria Nº 010/2017

Dispõe sobre o envio de cópias das principais peças processuais à Procuradoria Geral de Justiça e a 13ª Promotoria, nos casos de condenação de militar à pena privativa de liberdade superior a dois anos, com trânsito em julgado.

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 42, §1°, art. 125, §4°, e art. 142, §3°, incisos VI e VII da Constituição Federal e art. 99 do Código Penal Militar;

CONSIDERANDO a Recomendação proferida no acórdão dos autos do Pedido de Providências n. 0007660.21.2013.2.00.0000 do Conselho Nacional de Justiça, quanto ao encaminhamento das principais peças processuais ao Procurador-Geral de Justiça, nos casos de condenação de militares;

CONSIDERANDO o processo SEI n. 8007020-23.2016.8.22.1111 e o SEI n. 0000003-57.2017.8.22.8800,

R E S O L V E:

Art. 1º. Determinar a todas as unidades criminais do Estado de Rondônia que, em caso de condenação de militar à pena privativa de liberdade superior a dois anos, com trânsito em julgado, remetam cópias da denúncia, interrogatório, sentença condenatória, acórdão(s), certidão de trânsito em julgado e outros documentos de interesse ao processo (preferencialmente por meio digital), ao Procurador-Geral de Justiça e a 13ª Promotoria de Justiça da Capital, para fins de representação penal.

Art. 2º. Este provimento entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Publique-se.
Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por HIRAM SOUZA MARQUES, Corregedor (a) Geral da Justiça, em 19/04/2017, às 09:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0173416 e o código CRC 90ECC4B8.

Provimento Corregedoria Nº 011/2017

Dispõe sobre a autorização aos magistrados de 1º grau para recepcionar termos circunstanciados lavrados por policiais militares ou rodoviários federais.

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO que o principal escopo da Lei n° 9.099/95 foi o de entregar ao sistema de persecução criminal brasileiro um microssistema regido pelos princípios da simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade (art. 62);

CONSIDERANDO que a expressão "autoridade policial" tem um maior alcance para a finalidade de lavratura de um Termo Circunstanciado de Ocorrência, conforme veiculado no acórdão proferido na ADI 2862, sem prejuízo da decisão proferida na Reclamação 6612, ambas pelo Supremo Tribunal Federal;

CONSIDERANDO ser o termo circunstanciado um relatório sumário da infração, sem maiores formalidades e que não consubstancia em ato de investigação e indiciamento;

CONSIDERANDO a orientação dos Tribunais Superiores no sentido de que eventuais vícios da fase inquisitorial não contaminam a ação penal, dada a natureza meramente informativa de suas peças, bem como a sua dispensabilidade para a apresentação de denúncia pelo titular da ação penal;

CONSIDERANDO as peculiaridades do Estado de Rondônia, inclusive a grande extensão territorial, pequena malha viária, reduzido número de delegacias e grande cobertura por parte da Polícia Militar;

CONSIDERANDO a redação do enunciado 34 do FONAJE, que expressou a possibilidade da lavratura de termo circunstanciado pela Polícia Militar;

CONSIDERANDO que a experiência já é utilizada em Estados como São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás e Pernambuco;

CONSIDERANDO a edição do Decreto Estadual 21.256/2016, publicada no DO n. 171, de 13/09/2016;

CONSIDERANDO o processo SEI n. 9141147-75.2016.8.22.1111 e o SEI n. 0000003-57.2017.8.22.8800,

R E S O L V E:

Art. 1º. Recomendar aos senhores magistrados de 1ª instância o recebimento de Termos Circunstanciados lavrados pelas Polícias Militar e Rodoviária Federal que lhes forem encaminhados pelas autoridades policiais designadas para esse fim pelas respectivas corporações.

Art. 2º. Havendo a necessidade de realização de exame pericial e outras medidas urgentes, o policial à frente da ocorrência o providenciará junto ao órgão oficial competente, encaminhando o resultado ao juízo.

Art. 3º. O agendamento das audiências referentes aos termos circunstanciados ocorrerão de acordo com agenda previamente ajustada com o juizo competente para processar e julgar os feitos atinentes aos Juizados Especiais Criminais da Comarca.

Art. 4º. Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação, alcançando os atos já praticados a partir da edição do Decreto Estadual 21.256/2016, publicada no DO n. 171, de 13/09/2016.

Publique-se.
Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por HIRAM SOUZA MARQUES, Corregedor (a) Geral da Justiça, em 19/04/2017, às 09:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0174788 e o código CRC B0C7A8E4.

Provimento Corregedoria Nº 012/2017

Altera o caput do artigo 96 das Diretrizes Gerais Judiciais, que dispõe sobre a “carga rápida”.

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a redação do artigo 107, § 2º e § 3º, da Lei Federal n. 13.105, de 16 de março em 2015;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação das Diretrizes Gerais Judiciais aos ditames da atual lei processual civil;

CONSIDERANDO o SEI n. 0000324-92.2017.8.22.8800 e o SEI n. 0000003-57.2017.8.22.8800,

R E S O L V E:

Art. 1º. Alterar o caput do artigo 96 das Diretrizes Gerais Judiciais, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 96. É permitida a retirada dos autos de cartório, em carga rápida, pelo tempo de até 6 (seis) horas, para extração de cópias, por advogado constituído ou não, devidamente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, mesmo na fluência de prazo comum, salvo às restrições legais.”

Art. 2º. Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.
Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por HIRAM SOUZA MARQUES, Corregedor (a) Geral da Justiça, em 19/04/2017, às 09:00, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0189866 e o código CRC E20C81FD.

## ATAS

Despacho - CGJ Nº 2482/2017
Vistos etc.
Homologo a ata de correição ordinária realizada em 27/03/2017 no Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas do Município e Comarca de Buritis/RO (Evento nº 0173869), deflagrada pela Portaria n. 101/2017-CG, publicada no DJE n. 040 de 03/03/2017.
Publique-se.
Desembargador HIRAM SOUZA MARQUES
Corregedor Geral da Justiça

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS DO MUNICÍPIO E COMARCA DE BURITIS/RO

Processo Eletrônico n. 0000698-11.2017.8.22.8800. Aos vinte e sete dias do mês de março do ano dois mil e dezessete, às 07:30h, no Ofício de Registro de Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas do Município e Comarca de Buritis/RO, localizado na rua Theobroma, 1361, Setor 02, presente o responsável Sr. Guilherme José de Almeida, o MM. Juiz Auxiliar da Corregedoria Áureo Virgílio Queiroz, o Juiz Corregedor Permanente Rogério Montai de Lima, auxiliados pelos servidores Adriana Lunardi, Miscelene Nunes dos Santos Kluska, André de Souza Coelho e Delano Melo do Lago, procedeu-se à Correição Ordinária, designada pela Portaria n. 101/2017-CG, publicada no DJE n. 040, de 03/03/2017. IDENTIFICAÇÃO DA SERVENTIA – O Ofício de Registro de Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas do Município e Comarca de Buritis/RO foi delegado em caráter privado, ao senhor Guilherme José de Almeida, pelo critério de ingresso em virtude de aprovação em concurso público para serventias extrajudiciais, por meio do Ato n. 276/2009-PR, publicado no DJE nº 072 de 20 de abril de 2009, cuja posse e exercício ocorreram em 22 de abril de 2009. A última correição ordinária realizada ocorreu em 24/05/2016 cujos trabalhos foram realizados pelo Juízo Corregedor Permanente. Registre-se que ao iniciar a correição foi realizada uma breve reunião com o Delegatário juntamente com o Juiz Auxiliar da Corregedoria por meio da qual o titular foi informado que constaria em ata todas e quaisquer irregularidades observadas, para fins de subsidiar futuras correições. Dado início aos trabalhos, foram examinados, por amostragem, os livros, autos e papéis da serventia, constatando-se o seguinte: 1 - ADMINISTRAÇÃO E ASPECTOS GERAIS - O horário de

funcionamento ao público é das 08:00 às 16:00 horas, em conformidade com o art. 120, § 2º, das Diretrizes Gerais Extrajudicial - DGE. Os serviços foram desenvolvidos sem interrupções das atividades durante a correição. As instalações físicas oferecem condições para o pleno funcionamento garantindo amplo acesso ao público em geral e segurança para o arquivamento dos livros e documentos, alinhando-se às exigências de qualidade, continuidade, regularidade, eficiência, atualidade, generalidade, modicidade, cortesia e segurança, atendendo o disposto no art. 5º das DGE c/c art. 4º, da Lei 8.935/94, de 18 de novembro de 1994. A estrutura física do prédio não está adaptada para garantir acessibilidade aos portadores de deficiência ou mobilidade reduzida, no que diz respeito ao sanitário, em desacordo com o art. 11, inciso IV da Lei n. 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Além disso, não existia placa indicativa da existência do banheiro, o que foi providenciado no curso da correição. Ativo imobilizado: o ativo imobilizado utilizado pela serventia é adequado à prestação dos serviços, de acordo com o art. 108, III, das DGE. Há espaço para acomodação de usuários, enquanto aguardam atendimento. Entretanto o bebedouro da serventia não é bem visível aos usuários do serviço extrajudicial. Todavia, no curso da correição, o Delegatário reposicionou o bebedouro, regularizando a situação. Legislação: A legislação mantida à disposição dos usuários e dos interessados para consultas relacionadas aos serviços prestados está atualizada, de acordo com o disposto no art. 112 das DGE. Classificadores: existe classificador próprio para arquivo dos ofícios recebidos, em conformidade com o art. 126, IV, das DGE. No classificador de ofícios expedidos o arquivamento das cópias é feito em ordem cronológica e numérica, mas não se constatou a existência de índice remissivo, identificando o assunto e o destinatário do expediente, em desacordo com o disposto no art. 126, § 2º, das DGE. No curso da correição, o Delegatário regularizou e foi orientado, a doravante, cumprir essa norma das DGE. Os atos normativos e decisões da Corregedoria Geral da Justiça e da Corregedoria Permanente são arquivados em classificador próprio, de acordo com o art. 126, I, das DGE. Cópia de segurança dos arquivos: existe procedimento de backup ou cópia de segurança para os arquivos informatizados, de modo a proteger os seus registros contra possíveis sinistros ou acidentes, nos termos do art. 41 da Lei 8.935/94 c/c com o art. 119 das DGE. A cópia de segurança é armazenada em local diverso da unidade do serviço, nos termos do art. 119, parágrafo único das DGE. Certidões: Existe arquivo das certidões negativas de tributos federais, bem como de regularidade do FGTS, que comprovam a constância de recolhimento tributário por parte do Delegatário quanto a sua situação contábil, fiscal, trabalhista e previdenciária nos termos do art. 2º do Decreto nº 8.302 de 04 de setembro de 2014 (Portaria conjunta RFB/PGFN nº 1751, de 02 de outubro de 2014) e Provimento Nº 45/2015-CNJ. Impostos: existe classificador próprio para as guias de recolhimento do imposto de renda quitadas por meio do carnê-leão de responsabilidade do Delegatário, de acordo com o art. 126, VIII, das DGE. O Tabelião recolheu o imposto de renda correspondente ao período de outubro/2014 a fevereiro/2017, por meio da guia de carnê-leão, nos termos do art. 106, inciso I do Decreto n. 3.000 de 26 de março de 1999. Vale salientar que o Delegatário procedeu o ajuste anual dos meses de agosto, setembro e outubro do ano de 2016 junto ao ente Federal. As guias de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e as guias de recolhimento da contribuição previdenciária ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS são arquivadas em classificador próprio, por mês de competência, de acordo com o art. 126, VII, das DGE, correspondente ao período de outubro/2014 a fevereiro/2017. O Delegatário recolhe de forma mensal o Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza-ISSQN, conforme as guias apresentadas correspondente ao período de outubro/2014 a fevereiro/2017, nos termos da Lei Municipal nº 204/2003, de 15 de dezembro de 2003. Documentos Profissionais: existe classificador próprio para os documentos relativos à vida profissional dos prepostos, em conformidade com o art. 126, II, das DGE. Prepostos: os funcionários são devidamente registrados conforme as normas trabalhistas, de acordo com o art. 12, das DGE. Verificaram-se, por meio dos documentos da serventia e Folha Analítica de Pagamento, os seguintes funcionários vinculados ao CEI do responsável: 1) Kássia Roberta de Souza Mota (Oficiala Substituta – Portaria nº 02/2009 – SRCPNTN, datada de 04/05/2009); 2) Aislan Rodrigues de Souza (Oficial Substituto – Portaria nº 01/2016, datada de 22/12/2016); 3) Silmara Santos Fugulim (Escrevente autorizada - Portaria nº 02/2015, datada de 01/10/2015); 4) Leandro Poltronier de Oliveira (Escrevente autorizado - Portaria nº 02/2015, datada de 09/10/2015); 5) Ana Paula da Silva Ferreira (Auxiliar Notarial de Registro); 6) Lucas da Conceição Silva (Auxiliar Notarial de Registro); 7) Silvana Cristina Ferreira (Auxiliar de cartório). No curso da correição o responsável procedeu a atualização da carteira de trabalho da preposta Sra. Kássia Roberta de Souza Mota, quanto as férias, alteração de salário e vinculação ao CEI. O cadastro dos funcionários vinculados a serventia encontra-se atualizado junto ao sistema SIGEXTRA. Alimentação dos Relatórios de Produtividade e Arrecadação CNJ: a serventia em questão não consta na lista de pendências quanto à alimentação dos relatórios de produtividade e arrecadação no sistema do CNJ, do 2° Semestre de 2016, estando a referida obrigação em ordem. Livro de Visitas e Correições: A unidade possui o Livro de Visitas e Correições, de acordo com o art. 121, III das DGE. As atas de correição são arquivadas integralmente, em livro específico, com capacidade para 100 (cem) folhas, de acordo com o artigo 36, §§ 1º e 2º, das DGE. Livro de Registro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa: A unidade procede à alimentação diária do Livro de Registro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa para registro financeiro, nos moldes definidos pela Corregedoria Geral da Justiça, em conformidade com o art. 121, IV, das DGE. O registro do histórico de lançamento das despesas (identificação do ato que ensejou a natureza das despesas: dia, mês, ano de competência, número da nota fiscal, dados da empresa) do período analisado, foram efetuados conforme o disposto no art. 6º do Provimento n. 045/2015-CNJ c/c artigo 130 e seguintes das Diretrizes Gerais Extrajudiciais-DGE. Verificou-se a ausência de inserção dos dispêndios em formato PDF nos lançamentos registrados no SIGEXTRA, conforme os registros efetuados a título de exemplo nos seguintes meses fevereiro/2015 ID nº 160408, 160409, 161943, 161946, 161945, 165600, 165601, março/2015 ID nº 165602, 165605,165606, abril/2015 ID nº 171957, 171958. Constatou-se documentos de despesas lançados no SIGEXTRA sem vínculo com o comprovante de pagamento (comprovante de pagamento anexado a fatura- relacionado aos boletos do FUJU) conforme os registrados efetuados novembro/2014 ID.140960, dezembro/2014 ID.145991, fevereiro/2015 ID.158330, janeiro/2017 ID.331168, ID.331138, ID.337670, ID.337673, fevereiro ID.334504, ID.334505, ID.334484, ID.334485, ID.334506, ID.334481, ID.334482, ID.336363, maio/2015 ID.178683, ID.178684, ID.178942, ID.178993, ID.190797, ID.190876, ID.190881, ID.190879, ID.190884, ID.190888; junho/2015 ID.190913, ID.190900, ID.190916, ID.190918, ID.190919, ID.190921, ID.190933, ID.190923, ID.190925, ID.190935. As despesas lançadas no Livro de Registro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa são inerentes ao serviço extrajudicial. Livro de Depósito prévio: o responsável pela unidade extrajudicial mantém atualizado o Livro de Depósito Prévio nos moldes definidos pelo Provimento nº 45/2015-CNJ. Classificador de comunicação de ausências: o afastamento de qualquer natureza é comunicado ao Juiz Corregedor Permanente, de acordo com o § 2º do art. 11, das DGE. Relatório de Monitoramento: conforme consta no Relatório de Monitoramento - CGJ nº 18/2017, as pendências detectadas no respectivo documento estão pendentes de regularização pelo responsável. 2 - REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS - Livro em uso: a) Livro “A” – registro de nascimento, A-48, fl. 216; b) Livro “B” – Registro de Casamento, B-013, fl. 196; c) Livro “B” – Auxiliar registro de casamento, BAux-005, fl. 132; d) Livro “C” – registro de óbito, C-006, fl. 246; e) Livro “C-AUX” – registro de óbito Auxiliar, C-AUX-001, fl. 118; f) Livro “D” – registro de proclamas, D-019, fl. 035; g) Livro “E” - Inscrição dos Demais Atos Relativos ao Estado, E-004, Fl. 058,

h) Livro "F" – Protocolo de entrada, F-001, fl. 196. Juiz de Paz: Inez Alves de Oliveira – Juiz de Paz e Daniela Patrícia Batista Jacob Volpe, 1ª Substituta, nomeadas "Ad-Hoc", em 23/06/2016, com abertura do Edital nº 001/2016, para seleção de preenchimento dos Cargos. Escrituração do Casamento: verificamos que os assentos de casamento são assinados pelo Juiz de Paz, os cônjuges, as testemunhas e o oficial, constando ainda, os nomes, prenomes, nacionalidade, data e lugar do nascimento, profissão, domicílio e residência atual dos cônjuges; a data da publicação dos proclamas e da celebração do casamento; a relação dos documentos apresentados ao oficial do registro; os nomes, prenomes, nacionalidade, profissão, domicílio e residência atual das testemunhas; o regime de casamento, o nome, que passa a ter os cônjuges, em virtude do casamento. CRC: o responsável utiliza regularmente a Central de Informações do Registro Civil – CRC para operacionalizar o sistema interligado das Unidades Interligadas criadas nos termos do art. 3º do Provimento nº 13/2010-CNJ e disponibilizada por meio da Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados da ARPEN-SP, conforme artigo 563, das DGE. Escritura de atos: os assentos são escriturados sem abreviaturas e ao fim de cada assento, são apostas as assinaturas das partes e do Registrador. Constamos a falta das folhas nos Livros B-13, fl. 64, Fl. 285, D-18 e E-004, fl. 50, conforme art. 571, das DGE. As folhas 50 do livro E-004 e Fl. 285, D-18, constava somente no sistema interno da serventia, sem a devida materialização para no livro, em desacordo com o artigo 570, das DGE. Verificou a ausência da folha 64, no livro B-13, sem a devida comunicação ao Juiz Corregedor Permanente da Comarca, para as devidas providências, em desacordo com o § 2º, do artigo 125, das DGE. No decorrer da correição o responsável providenciou a referida comunicação saneando a irregularidade, conforme expediente apresentado a equipe correcional. Classificadores: são adotados os seguintes classificadores: cópias das relações de comunicações expedidas em meio físico, inclusive aquelas referentes aos óbitos, casamento, separação, emancipação, petições de registro tardio e procedimentos administrativos, arquivamento de mandados e outros documentos que devam ser cumpridos, atestados a declarações de óbito (DO), comprovantes de remessa de mapas estatísticos, arquivamento de procurações, declarações de nascidos vivos (DNV), Declaração de óbito (DO), expedidas pelas maternidades ou estabelecimentos hospitalares, de acordo com o art. 572. IBGE: são encaminhados os comunicados das informações dos nascimentos, casamentos e óbitos lavrados na serventia por meio do sistema disponibilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, de acordo com o artigo 49 e § 1º da Lei nº 6.015/73 c/c o artigo 589 das DGE. SIRC: o Registrador utiliza o Sistema Nacional de Informações de Registro Civil para encaminhar as informações de nascimento, casamento e óbito. Recrutamento Militar: comunica à Circunscrição de Recrutamento Militar correspondente as informações dos óbitos de brasileiro de sexo masculino, entre 17 e 45 anos de idade, por intermédio de relação mensal (art. 5º da Lei nº 4.375/64 e arts. 19 e 206, nº 4, parágrafo único, nº 1, do Decreto nº 57.654/66), de acordo com § 1º artigo 586, das DGE. Junta Eleitoral: existe classificador para os comunicados de óbito efetuados ao Juiz Eleitoral em que está situada a Unidade de Serviço, até o dia 15 de cada mês. No entanto, verificou-se que deixou de encaminhar a informação de um óbito no mês de Novembro e outro no mês de Dezembro de 2016, o Delegatário saneou no mês subsequente, em conformidade com o artigo 589, § 2°, das DGE. Assento de nascimento: os assentos de nascimento contêm: o dia, mês, ano e lugar do nascimento e a hora certa, o sexo do registrando, o prenome e o sobrenome do nascido, os prenomes e os sobrenomes dos pais, a naturalidade, a profissão dos pais, a idade da genitora do registrando em anos completos, na ocasião do parto, e o domicílio ou a residência dos pais; os prenomes e os sobrenomes dos avós paternos e maternos, o prenome e o sobrenome, a profissão, o endereço, o número do documento de identificação do declarante do nascimento, o número da Declaração de Nascido Vivo (DNV), de acordo com o artigo art. 604. É emitida certidão de nascimento com inscrição do CPF do nascido, conforme instrução Normativa RFB n. 1.548/2015/RFB. Edital de proclamas: são publicados no Diário da Justiça Eletrônico cuja habilitação foi processada, de acordo com o artigo 645. Livro D (Proclamas): os proclamas quer os expedidos pela serventia, ou por outra, são registrados no livro D, em ordem cronológica, com o conteúdo do que constar dos editais, todos assinados pelo responsável (art. 43 da Lei nº 6.015/73), de acordo com o artigo 646, das DGE. No Livro D-019, fls. 29/35, documentos foram certificados com data futura, antes de decorrido o prazo legal do Edital, em desacordo com o § 1º, do artigo 648, das DGE. No decorrer da correição o Delegatário efetuou a assinatura conforme determinado. Requerimento ao Juiz Paz: observa-se que o requerimento destinado ao Juiz de Paz está sendo emitido com data futura antes do prazo legal do edital, em desacordo com o art. 660 das DGE. O responsável procede à certificação das assinaturas nos processos de habilitação, de acordo com o art. 650, das DGE. Mandados Judiciais: os mandados judiciais são cumpridos conforme determinados pelos juízos e arquivados em classificador próprio. São remetidas as informações pertinentes à prática do ato (especificação do Livro, folhas e número do termo), nos termos do § 3º, do art.123 das DGE. Livro de Registro: Os Livros "A" - de registro de nascimento; "B" - de registro de casamento; "B Auxiliar" - de registro de casamento Religioso para Efeitos Civis; "C" - de registro de óbitos; "C Auxiliar" - de registro de natimortos; "D" - de registro de proclama, estão abertos e encerrados com 300 folhas, de acordo com o art. 33, da Lei 6.015/73. O Registrador procede aos lançamentos das informações dos atos gratuitos no Sistema de Informações Gerenciais do Extrajudicial - SIGEXTRA, até o 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente, de acordo com o artigo 179, das DGE. O Delegatário foi orientado a efetuar verificação prévia das informações dos atos gratuito no Sistema SIGEXTRA. O Delegatário pontuou o problema quem vem enfrentando quanto a grande procura dos usuários de Rio Pardo, uma comunidade que fica a 80Km de Buritis, a qual pertence a circunscrição de Porto Velho. Esclareceu que o acesso a circunscrição da referida comunidade é de 85km via a reserva florestal de Bom futuro ou 398,1 km via Br. 364, dificultando o acesso dos usuários a circunscrição competente. Diz que pratica normalmente os atos afetos ao Serviço de Notas. Todavia, no tocante aos atos do registro civil, vê-se impedido em razão da circunscrição territorial. Sobre esta questão, o Juiz Auxiliar da Corregedoria pontuou que, conforme o Código de Organização Judiciária do Estado de Rondônia (art. 81, §§ 2º e 4º), bem como decisão proferida no Processo 0013350-46.2014.8.22.1111, as questões judiciais e extrajudiciais que envolvem a localidade de Rio Pardo devem ser resolvidas na Comarca de Porto Velho. 3 - TABELIONATO DE NOTAS - Livros em uso: a) Livro de Escrituras n. 17-N, fl. n. 48; b) Livro de Procurações n. P-113, fl. 76; c) Livro de Substabelecimento de Procurações n. S-005, fl. 118 e d) Livro de Controle de Reconhecimento de Veículo n. 10, fl. 113. Livros: os livros contêm 200 (duzentas) folhas e possui termo de abertura e de encerramento dos quais consta o número de folhas, o fim a que se destinam e a declaração de que as folhas se encontram numeradas e rubricadas, com local, data e a assinatura do responsável, de acordo com o artigo 327, das DGE. Os livros, logo que concluídos, são devidamente encerrados sendo lavrado o termo de encerramento e encadernado imediatamente, conforme artigo 331, das DGE. As folhas utilizadas são guardadas em pasta própria, correspondente ao livro a que pertence, até a encadernação, de acordo com o artigo 333, das DGE. Índices: todos os índices são elaborados pelo sistema de livros impressos, de acordo com o artigo 329, das DGE. Arquivo: são mantidas arquivadas as cópias dos documentos que acompanham o traslado da escritura, certidões dos tributos municipais, certificados de cadastro do INCRA e prova de quitação do Imposto Territorial Rural e certidões de ações reais e pessoais reipersecutórias, conforme artigo 338, das DGE. Lavratura de escritura consta: todos os documentos apresentados para a lavratura dos atos notariais estão sendo identificados na escritura, conforme artigo 342, das DGE. É mencionado no corpo do instrumento

do ato notarial o número da pasta e a folha em que foi arquivado o documento referido, com remissões recíprocas, conforme dispõe o artigo 343, das DGE. As escrituras contêm: a data do ato com indicação do local, dia, mês e ano (art. 215, § 1º, I, Código Civil), nome, nacionalidade, estado civil, profissão, número do registro de identidade com menção ao órgão público expedidor, número de inscrição no CPF, domicílio e residência das partes e dos demais comparecentes, com a indicação, do regime de bens do casamento, nome do outro cônjuge e filiação e expressa referência à eventual representação por procurador; menção à data, livro e folha do ofício em que foi lavrada a procuração, e data da expedição da certidão, quando exibida por esta forma; indicação clara e precisa da natureza do negócio jurídico e seu objeto e referência ao cumprimento das exigências legais e fiscais inerentes à legitimidade do ato (art. 215, § 1º, V, do Código Civil), indicação dos documentos apresentados, entre os quais, obrigatoriamente em relação às pessoas físicas, CPF e certidão de casamento dentre os definidos no inciso I do art. 340 das DGE; consta ainda a manifestação clara da vontade das partes e dos intervenientes e que a escritura foi lida em voz alta, perante as partes presentes (art. 215, § 1º, IV e VI Código Civil); assinatura das partes e dos demais comparecentes, bem como a do responsável, encerrando o ato, alusão à emissão da DOI; descrição completa dos documentos apresentados e menção ao seu arquivamento, de acordo com o artigo 344, das DGE. Observou-se no Livro 17-N, fl. 40 ausência de assinatura do outorgante, por mais de 7 (sete) dias, a contar da elaboração da escritura, sem a devida declaração de que está incompleta, em desacordo com o artigo 374, das DGE. No Livro de Escritura nº 17-N, fls. 005, 006, 22, 23 e 27, a assinatura do outorgante foi colhida após o dia de sua elaboração, não constando a devida certificação da data de coleta da respectiva assinatura, em desacordo com o artigo 375, das DGE. O responsável procedeu a averbação de cancelamento do respectivo ato, saneando a irregularidade. O Delegatário informou que tem tido dificuldade de colher a assinatura do representante do Município, que nem sempre é encontrado. A fim de evitar maiores custos ao usuário, o Juiz Auxiliar recomendou que o Delegatário articule reunião com o Prefeito, de modo a indicar mais representantes para assinar as escrituras públicas voltados aos projetos de regularização fundiária. DOI: o responsável comunica à Receita Federal do Brasil – RFB, mediante preenchimento da Declaração sobre Operação Imobiliária – DOI, as aquisições ou alienações de imóveis, com observação do estabelecido em regramento próprio, é certificado o recebimento no site da Receita Federal do Brasil, de acordo com as instruções normativas da RFB, c/c com o artigo 372, das DGE. CENSEC: o Tabelião apresentou o encaminhamento das remessas dos comunicados de todos os atos praticados na serventia ao Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal (CNB-CF), por meio da Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados – CENSEC, de acordo com o art. 506, das DGE. Aditivo/Ratificação: em diligência ao Registro de Imóveis da Comarca detectamos apenas uma nota de devolução em 2011, referente aos atos lavrados dessa serventia, a qual não ensejou em ato de retificação somente apresentação de Certidão Negativa de Tributos. O Delegatário foi orientado que, nos casos de erros, as inexatidões materiais e as irregularidades, quando insuscetíveis de saneamento mediante ato aditivo, deverão ser remediados por meio de escritura pública de aditamento ou de retificação/ratificação, que devem ser assinadas pelas partes e pelos demais comparecentes do ato aditado/rerratificado e subscrita pelo Tabelião de notas ou por seu substituto legal, de acordo com o artigo 351, das DGE. 4 – DISPOSIÇÕES GERAIS PARA TODOS OS OFÍCIOS: Termo de Abertura: todos contém o número do livro; o fim a que se destina; o número de folhas; a identificação do signatário; a declaração de que todas as suas folhas estão rubricadas; o fecho, com data e a assinatura do Delegatário, de acordo com o artigo 122, inciso VI, das DGE. Fonte: os caracteres contidos na escrituração dos livros da serventia estão com dimensão mínima equivalente à das fontes Times New Roman 12 ou Arial 12, de acordo com o inciso IV, do artigo 113, das DGE. Espaçamento entre linhas: no livro B-013, fls. 180/196, o espaçamento entre linhas na escrituração dos livros não corresponde ao 1,5 linhas (uma vez e meia maior que o espaçamento simples entre linhas), em desacordo com o inciso V, do artigo 113, das DGE. Observamos que as lavraturas dos atos são sempre iniciadas em folha nova, respeitando a vedação de utilização de uma mesma folha para atos distintos, total ou parcialmente, de acordo com o artigo 113, inciso VII, das DGE. Espaços em branco: observou-se nas lavraturas do Livro de Edital de Proclamas nº 019, fl. 029/035, não são procedidas de forma continuas constando espaços em banco no corpo do texto, em desacordo com o inciso III do artigo 114, das DGE. Escrituras dos atos: os papéis utilizados para escrituração de atos, certidões ou traslados, o fundo é inteiramente branco, salvo disposição expressa em contrário ou quando adotados padrões de segurança. As assinaturas das partes envolvidas são lançadas na presença do responsável pela prática do ato, de acordo com o art. 114, das DGE. A redação dos atos é utilizada em linguagem clara, precisa e lógica, mantida a ordem cronológica, evitando os erros, omissões, rasuras ou entrelinhas e, caso ocorram, são ressalvadas no final do instrumento, antes das assinaturas e subscrições, de forma legível e autenticada, de acordo com o artigo 115, das DGE. As assinaturas constantes nos atos são aquelas usuais das partes, efetuando sua identificação junto aos nomes por inteiro, exarados em letra de forma ou meio de impressão, de acordo com o artigo 117, das DGE. Livros: os livros obrigatórios ou facultativos são impressos por folhas, numeradas e rubricadas pelo Delegatário e encadernados, com termos de abertura e de encerramento por estes assinados, segundo o art. 4º da Lei nº 6.015/73, de acordo com o artigo 122, das DGE. Os termos de abertura contêm: o número do livro; o fim a que se destina; o número de folhas que contém; a identificação do signatário; a declaração de que todas as suas folhas estão rubricadas; o fecho, com data e assinatura, sendo lavrada no anverso da primeira e o de encerramento no verso da última folha lavrado imediatamente após o seu encerramento, de acordo com o art. 122, das DGE. Os arquivos previstos nestas Diretrizes são digitalizados e gravados eletronicamente, mantido ainda o arquivamento da via original em meio físico, de acordo com o artigo 123, das DGE. Os Livros, pastas, papéis e fichas referentes aos atos extrajudiciais são arquivados no serviço, de modo a facilitar buscas, conforme determinado no art. 41, da Lei nº 8.935/94. Correio Eletrônico e Malote Digital: o Delegatário abre, diariamente, a caixa de mensagens do correio eletrônico, bem como o malote digital, respondendo as solicitações quando necessário, bem como responde pelo conteúdo das informações e guarda da senha de acesso, cuidando para que a caixa de mensagens não atinja o limite máximo de armazenamento, de acordo com o artigo 128, das DGE. Assinatura: o Delegatário assina preferencialmente todos os atos lavradas na serventia, conforme artigo 20, § 5º, da lei 8.935/94. Verificou-se no Livro D-019, fl. 29/35, sem a assinatura da Escrevente autorizada, que certificou o ato, em desacordo com o artigo 163, das DGE. 5 - FISCALIZAÇÃO DE CUSTAS, EMOLUMENTOS, SELOS E REMESSAS DE DADOS – A tabela de emolumentos e custas vigente está afixada em local bem visível e franqueada ao público, nos moldes do Provimento nº 014/2016-CG, bem como do disposto no art. 139 das DGE c/c o art. 4º, da Lei Federal nº 10.169/2000. É disponibilizado cartaz sobre a gratuidade nos termos do art. 175 das DGE c/c o art. 30, § 3º-C, da Lei Federal nº 6.015/1973. Foi afixado cartaz correspondente à consulta do selo digital de fiscalização, os quais estão afixados em local visível e de fácil leitura e acesso ao público, nos termos do art. 159 das DGE. Os recolhimentos das custas são realizados por meio dos boletos bancários disponibilizados no SIGEXTRA, de acordo com a totalidade dos atos, nos moldes do § 1º, art. 145 das DGE. Os recolhimentos de custas são feitos até o final do expediente bancário do dia útil imediatamente subsequente, nos termos do § 2º, art. 145 das DGE. É considerado o maior valor atribuído ao bem para efeito dos cálculos de emolumentos e custas, bem como a adequada aplicação da tabela do INCRA (VTI), nos termos dos parágrafos §§ 1º e 3º do art. 142 das DGE. Acerca da

aplicação da Planilha Referencial de Preço de Terras - PRPT para lavratura de Escrituras, o Delegatário informou a equipe correicional que participou de reunião com os Notários e Registradores da Região, ocasião em que se discutiu a possibilidade da utilização da Tabela do INCRA (VTN), mas optou por permanecer utilizando a Tabela (VTI). É emitido recibo para todo ato praticado, com discriminação dos valores pagos a título de emolumentos, custas e selos, a numeração do selo utilizado, em ordem crescente, ininterrupta e sequencial, bem como os contrarrecibos são arquivados pelo prazo de cinco anos nos termos dos incisos V e VII, §§ 1º e 2º do art. 138 das DGE c/c o art. 6º, Lei Federal n. 10.169/2000. Os atos praticados na serventia são informados à Corregedoria-Geral da Justiça, diariamente, por meio do Sistema de Informações Gerenciais do Extrajudicial - SIGEXTRA, nos termos do art. 127 das DGE. A remessa das informações para inserção no banco de dados do SIGEXTRA ocorre de forma diária, até o dia útil imediatamente subsequente ao da prática dos atos, nos termos do § 1º do art. 127 das DGE. Os dados enviados são alterados mediante solicitação escrita, encaminhada à Corregedoria-Geral da Justiça com a respectiva justificativa, nos termos do § 2º do art. 127 das DGE. É utilizado na serventia aplicativo próprio para a prática dos atos e as informações diárias estão sendo exportadas ao banco de dados do SIGEXTRA, através de arquivo em formato XML para os atos do Tabelionato de Notas e de forma manual para os atos no âmbito do Registro Civil. Entretanto, foram identificadas muitas inconsistências na alimentação da informação dos atos remetidos ao banco de dados do SIGEXTRA, principalmente relacionadas ao serviço de notas, a saber: Escrituras “sem valor declarado” ora informadas como Escrituras “com valor declarado”, ora como certidões; Certidões informadas como cancelamento de Procuração por Ordem Judicial ou mesmo Escritura com valor declarado; e procurações que foram remetidas ao SIGEXTRA com classificações diversas das constantes dos livros, conforme exemplos a seguir: a) Procuração lavrada na fl. 129, Livro 109-P, que foi informado com outorga de “sem valor econômico”, contudo, trata-se de outorga de “acima de R$ 15.000,00”, implicando em recolhimento a menos, gerando prejuízo ao FUJU, no valor de R$ 27,81; b) Procuração lavrada na fl. 86, Livro 109-P, que foi informada como “para foro em geral”, porém, trata-se a outorga de “para gerir ou administrar empresa, ou amplos poderes para pessoa física”, implicando em recolhimento a menos, gerando prejuízo ao FUJU, no valor de R$ 90,35; c) Procuração lavrada na fl. 74, Livro 109-P, na qual foi informado como sendo “sem valor econômico”, porém, trata-se de outorga para “fins previdenciários”, causando recolhimento a mais, gerando prejuízo ao delegatário, no valor de R$ 13,89. No âmbito do Registro Civil as inconsistências ficaram limitadas ao ato de código 101. a) Habilitação, compreendendo todos os atos do processo e certidão de habilitação que foram remetidas ao SIGEXTRA como sendo o ato de código 101. e) Lavratura de assento de casamento à vista de Certificado de Habilitação expedido por outra serventia, implicando em recolhimento a menos, gerando prejuízo ao FUJU, no valor de R$ 6,86 por habilitação, considerando a Tabela vigente, contrariando os termos do § 3º do art. 127 das DGE. Constam ao final do ato praticado, o valor dos emolumentos, custas e selos e suas somas, além do respectivo selo de fiscalização, nos termos do art. 144 das DGE. Na prática dos atos gratuitos são aplicados selos de fiscalização sem ônus para o usuário, anotando a expressão “ISENTO DE EMOLUMENTOS, CUSTAS E SELO” no lugar reservado à cotarrecibo nos termos do art. 176 das DGE. Nos autos de habilitação de casamento estão sendo margeados, sempre, na certidão de habilitação os valores dos emolumentos, custas e selos, bem como a numeração do selo de fiscalização nos termos do art. 659 das DGE. Há a impressão no documento entregue ao usuário, da expressão: “Consulte a autenticidade em www.tjro.jus.br/consultaselo/”, nos termos do § 2º do art. 156 das DGE. Os selos de fiscalização normalmente são utilizados em sequência. No entanto, verificou-se que alguns casos a utilização sequencial dos selos não foi observada, contrariando os termos do art. 169 das DGE. A numeração do selo é incluída no corpo dos atos praticados, nos termos do art. 171 das DGE. A quantidade de selos existente na serventia é suficiente para atender ao estoque mínimo semanal de atos, nos termos do § 3º, art. 165 das DGE. No caso de impressão em etiqueta autoadesiva, é lançado sobre parte dela o carimbo da serventia e a rubrica de quem praticou o ato, zelando para que o carimbo não torne ilegível a numeração do selo digital de fiscalização utilizado, nos termos do art. 155 das DGE. Quando possível, o selo digital de fiscalização está sendo inserido na margem direita do ato praticado, nos termos do art. 156 das DGE. São observadas as normas que dispõem sobre a prática de atos gratuitos, nos termos do art. 172 das DGE c/c o art. 39, inc. VI, da Lei Federal n. 8.935/1994. A celebração do casamento é gratuita quando realizada na sede do cartório, no horário de expediente normal, prevista no Código 101, “h.1”, da Tabela I, independentemente da condição econômica dos nubentes, nos termos da 2ª Nota Explicativa da Tabela I, do Provimento n. 014/2016-CG. Os registros de nascimento e de óbito, inclusive as primeiras certidões relativas a tais atos, são gratuitos independentemente da condição econômica dos interessados, nos termos da 6ª Nota Explicativa da Tabela I, do Provimento n. 014/2016-CG. No processo de habilitação está sendo inserido um selo na certidão de habilitação de casamento correspondente ao respectivo processo, nos termos do inc. I, § 1º do art. 171 das DGE. Na fixação e arquivamento de edital remetido por oficial de outra jurisdição, inclusive a respectiva certidão, o selo é inserido na certidão de publicação a ser remetida ao oficial do processo, contudo, não está sendo feita a remissão do selo utilizado no verso no edital de proclamas registrado, contrariando os termos do Inc. II, § 1º, art. 171 das DGE. No registro de nascimento ou óbito, incluindo traslado e certidão o selo é inserido na respectiva certidão, do tipo isento, com remissão do número do selo correspondente no assento, nos termos do inc. VII, § 1º do art. 171 das DGE. Na certidão o selo é aposto na assinatura do responsável, nos termos do § 1º inc. XI, do art. 171 das DGE. Para fins de cobrança de emolumentos, custas e selo nas escrituras de inventários e partilhas, considera-se como base de cálculo, o valor da meação ou fração ideal inventariada/partilhada, excluindo-se a meação do cônjuge sobrevivente, nos termos da 12ª Nota Explicativa da Tabela II, do Provimento nº 014/2016-CG. No reconhecimento de firma é inserido um selo para cada firma reconhecida, nos termos do inc. I, do § 2º, do art. 171 das DGE. Nas procurações e substabelecimentos é inserido o selo nos respectivos traslados, com remissão do número do selo no ato lavrado, nos termos do inc. V, do § 2º, do art. 171 das DGE. Nas escrituras é inserido o selo no respectivo traslado, com remissão do número do selo no ato lavrado, nos termos do inc. VI, do § 2º, do art. 171 das DGE. É observada a adequada aplicação da tabela de custas pela cobrança dos valores de emolumentos, custas e selos, conforme inciso VIII do art. 22 das DGE. 6 – DETERMINAÇÕES - Diante das ocorrências apontadas, o Juiz Auxiliar da Corregedoria e o Juiz Corregedor Permanente determinaram que sejam tomadas as seguintes providências: 6.1 (ADM) - Adequar a estrutura física da serventia com a construção de sanitário para garantir acessibilidade aos portadores de deficiência ou mobilidade reduzida, de acordo com inciso IV do art. 11, da Lei n. 10.098 de 19 de dezembro de 2000. 6.2 (ADM) – Proceder a adequação da despesa registrada no Livro de Registro Diário Auxiliar, em relação a inserção dos comprovantes de pagamentos em “formato PDF” de acordo com a descrição despesa efetuada no SIGEXTRA. 6.3 (RCPN) - Zelar para que o comunicado de óbito efetuados ao Juiz Eleitoral, seja encaminhado com todos os óbito lavrados no decorrido período, até o dia 15 subsequente de cada mês, em conformidade com o artigo 589, § 2°, das DGE. 6.4 (RCPN) – Adequar o livro B (Casamento) para constar o espaçamento entre linhas corresponde a 1,5 linhas (uma vez e meia maior que o espaçamento simples entre linhas), de acordo com o inciso V, do artigo 113, das DGE. 6.5 (RCPN) – Adequar o Livro de Edital para efetuar as lavraturas de forma continuas, evitando espaçamentos em branco no corpo do texto, de acordo com o inciso III do artigo 114, das DGE. 6.6 (RCPN) – Abster-se

de lavrar atos e certidões com data futura (Art. 1º da Lei nº 6.015/73 c/c o § 1º do art. 648, das DGE), devendo regularizar os atos registrais em andamento; 6.7 (RCPN) – Requerer a celebração de casamento ao Juiz de Paz somente após o prazo legal do edital, de acordo com o art. 660 das DGE. 6.8 (RCPN) – Zelar para que os assentos sejam escriturados em ordem cronológica e sequencial, de acordo com o artigo 570, das DGE. 6.9 (TN) – Proceder o cancelamento de escrituras públicas que, após o decurso do prazo de 7 (sete) dias, estejam incompletas em razão da falta de assinatura, de acordo com o artigo 374, das DGE. 6.10 (TN) – Proceder a certificação da data da coleta da assinatura do ato notarial após o dia de sua elaboração de acordo com o artigo 375, das DGE. 6.11 (FUJU) – Realizar levantamento e revisar todas as informações dos atos referentes ao Serviço Tabelionado de Notas e do Serviço de Registro Civil, limitadas exclusivamente às Habilitações de Casamento, remetidas ao Banco de dados do SIGEXTRA e proceder as retificações das informações inconsistentes a partir da última correição realizada pela Corregedoria Geral da Justiça, recolhendo eventuais diferenças nas custas acrescidas de atualização monetária e juros, nos moldes do § 3º do art. 145 das DGE; 6.12 (FUJU) – Nos atos de fixação e arquivamento de edital remetido por oficial de outra jurisdição fazer remissão do selo inserido na certidão de publicação remetida ao oficial do processo, no verso no edital de proclamas registrado, nos termos do Inc. II, § 1º, art. 171 das DGE; 6.13 (FUJU) – Utilizar os selos de fiscalização em sequência, nos termos do art. 169 das DGE. 7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS – O Juiz Auxiliar da Corregedoria determinou que o responsável encaminhe a resposta das determinações, acompanhada de todos os documentos comprobatórios, à Corregedoria Geral de Justiça, de forma organizada, por ordem de item das determinações contidas na presente ata, com as páginas devidamente numeradas e rubricadas, sob pena de devolução. Determinou ainda que, no tocante à regularização do item 6.1, 6.2, 6.4, 6.5, 6.7, 6.9 a 6.13, deverá ser comunicada e comprovada à Corregedoria Geral da Justiça, no prazo de 30 dias. Por seu turno, o Juiz Auxiliar da Corregedoria submeterá a presente ata à apreciação e homologação do Corregedor-Geral da Justiça. O prazo correrá a partir da publicação da presente Ata no Diário de Justiça Eletrônico e a comunicação dar-se-á por meio do malote digital. Registre-se que no decorrer da correição, os trabalhos foram realizados com discrição e urbanidade. As irregularidades aqui apontadas foram tratadas reservadamente junto ao responsável, que atendeu de forma prestativa as solicitações feitas pela equipe correcional. Nada mais havendo, aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezessete (29/03/2017), às 08:00hs, lavrou-se a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai assinada pelos magistrados Áureo Virgílio Queiroz, Juiz Auxiliar da Corregedoria e Rogério Montai de Lima, Juiz Corregedor Permanente, pelo Delegatário Guilherme José de Almeida, pelos auxiliares da Corregedoria, Adriana Lunardi, Miscelene Nunes dos Santos Kluska, André de Souza Coelho e Delano Melo do Lago.

---

Documento assinado eletronicamente por HIRAM SOUZA MARQUES, Corregedor (a) Geral da Justiça, em 18/04/2017, às 12:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0173889 e o código CRC FA2115FE.

---

Despacho - CGJ Nº 2485/2017

Homologo a ata de Correição realizada no período de 28 a 29/03/2017 no Ofício de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, Civis das Pessoas Jurídicas e Tabelionato de Protesto de Títulos do Município e Comarca de Buritis/RO, deflagrada pela Portaria n. 101/2017-CG, publicada no DJE n. 040 de 03/03/2017.

Como se pode extrair dos autos, a ata de correição apontou o cometimento por parte da delegatária Dorcelene Trindade de Souza Fontoura de diversas irregularidades a seguir relacionadas:

- inobservância do Provimento Nº 45/2015 do CNJ e do art. 2º do Decreto Lei nº 8.302/2014 e Portaria Conjunta RFB/PGFN Nº 1751/2014, por não apresentar a certidão negativa de tributos federais que comprove a constância de recolhimento tributário;

- inobservância dos artigos 129 a 134 das DGE, por realizar lançamentos de despesas com o comprovante de pagamento/nota fiscal ilegíveis, conforme os seguintes registros detectados nos seguintes meses Outubro/2014 ID..137126, ID.137790, ID.137793, ID.138080, ID.138081, ID.138078, ID.138085; Novembro/2015 ID.139669, ID139666;

- inobservância do art. 106, I, do Decreto n.. 3.000/2009, por não ter recolhido o Imposto de Renda, por meio de carnê-leão, referente ao período de janeiro a fevereiro/2017;

- inobservância do Provimento nº 45/2015-CNJ, por não ter efetuado o recolhimento da guia de contribuição previdenciária do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS referente ao mês de fevereiro/2017;

- inobservância do art. 113, § 1º, I, das DGE, no tocante ao Serviço de Imóveis, posto que, no caso de escrituração dos atos na matrícula, não constou a impressão do registro subsequentes a abertura da respectiva matrícula, conforme verificado nas matrículas nº 5.757 e 2.005;

- inobservância do item 4, inciso II, do artigo 832, das DGE, no tocante ao Serviço de Registro de Imóveis, porque, na matrícula 5.791, fez remissão a matrícula 5.757 como sendo anterior. Todavia, a mesma não consta o desmembramento da área e a anotação de abertura de uma nova matrícula;

- inobservância do art. 206 da Lei nº 6..015/73, no tocante ao Serviço de Registro de Imóveis, por fazer constar, em todos os comprovantes de protocolo disponibilizados para o usuário, a referência de sucumbência de 60% do valor pago em caso de desistência do registro pela parte;

- inobservância do art. 1.032 das DGE, no tocante ao Serviço de Registro de Imóveis, posto que, no Classificador de Comunicado da DOI, não constava o comprovante de envio do mês de junho/2016;

- inobservância do art. 4º da Lei nº 6.015/73 e do art. 122 das DGE, no tocante ao Serviço de Protesto, por não ter encadernado os Livros de Instrumento de Protesto n.. 29, 30, 31 e Protocolo n. 09 e 10;

- inobservância do art. 223 das DGE, no tocante ao Serviço de Protesto, por não ter respeitado o prazo de 03 (três) dias úteis para a Lavratura do Instrumento de Protesto, contado da protocolização do título ou documento de dívida, conforme verificado no Livro 30, fls. 94 e 194;

- inobservância do art. 262 das DGE, no tocante ao Serviço de Protesto, por não efetuado, em casos de cancelamentos de protesto, a devida averbação nos instrumentos de protesto, conforme constatado no Livro de Instrumento de Protesto nº 30, fls. 17 e 30 e Livro nº 29 fls. 02 e 03;

- inobservância do art. 285, II, das DGE, no tocante ao Serviço de Protesto, por não existir índice nos Livros de Instrumentos de Protesto nº 29, 30, e 31;

- inobservância do art. 114, III, das DGE, no tocante a todos os serviços, por lavrar atos com espaços em branco no corpo do texto, conforme observado nas Lavraturas de Instrumento de Protesto do Livro 30 e 31, fls. 001 a 300 e nas Matrículas de Registro de Imóveis 2-RG n. 7.613, 5792 e 2439;

- inobservância do art. 155 das DGE, por ter sido apurado que, no requerimento apresentado para Averbação de Casamento, a etiqueta autoadesiva foi fixada sem consta assinatura da preposta que praticou o ato;

- inobservância do art. 127, § 1º, das DGE, por ter sido constatado que a remessa das informações para inserção no banco de dados do SIGEXTRA não está ocorrendo de forma diária até o dia útil imediatamente subsequente ao da prática dos atos, conforme Relatório de Monitoramento J0-01102014-28022017, emitido pela COREF;

- inobservância do art. 145, § 1º, das DGE, por ter sido constatado que alguns recolhimentos das custas não foram efetuados de acordo com a totalidade dos atos, conforme Relatório de Monitoramento J0-01102014-28022017, emitido pela COREF;

- inobservância do art. 145, § 2º, das DGE, por ter sido constatado que os recolhimentos de custas, de modo geral, não estão sendo realizados até o final do expediente bancário do dia útil imediatamente subsequente, conforme Relatório de Monitoramento J0-01102014-28022017, emitido pela COREF;

- inobservância do art. 165, § 3º, das DGE, por não manter estoque de selos em quantidade suficiente para atender a demanda de no mínimo 7 (sete) dias úteis, conforme evidenciado em 04 (quatro) ocasiões para os selos de Digital (IMÓVEIS), nos dias 05, 06, 07 e 08/12/2016 e, em 15 (quinze) ocasiões, para os selos de Digital (PROTESTO) nos dias 11, 14, 15, 16, 17 e 30/11/2016; e 01, 02, 05, 06, 21, 22, 23, 26 e 27/12/2016;

- inobservância do art. 169 das DGE, por não utilizar os selos em ordem cronológica;

- inobservância do art. 22, VII, das DGE, por ter sido constatado divergências na base de cálculo de alguns Registros de Títulos e Documentos no âmbito do RTD, a exemplo do Título registrado em 25/11/2016, às fls. 250/264 do Livro B-11, vinculado ao Selo de Fiscalização DIGITAL (RTD-PJ) nº JOAAA50365 cuja base de cálculo atribuída foi de R$ 40.000,00, sendo as custas recolhidas no valor de R$ 52,33. Todavia, o valor constante do referido título é R$ 120.000,00, sendo que, para esta base de cálculo, as custas correspondentes são R$ 156,40, ocasionando assim prejuízo ao FUJU, na importância de R$ 104,07, somente para este registro.

De acordo com o que foi levantado a Delegatária cometeu, em tese, as irregularidades tipificadas nos incisos I, II e V do art. 31 e descumpriu os deveres legais constantes do art. 30, incisos I,IV, V, VIII, X e XIV da Lei 8935/1994.

Determino, assim, nos termos do art. 77 das DGE, ao Juiz Corregedor Permanente da Comarca de Buritis que instaure processo administrativo disciplinar em face da delegatária Dorcelene Trindade de Souza Fontoura, devendo ser concluído no prazo de até 90 (noventa) dias.

Isto posto, promovam-se a remessa dos autos ao Juízo Corregedor Permanente para instrução e julgamento.

Desembargador HIRAM SOUZA MARQUES

Corregedor Geral da Justiça

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS, CIVIS DAS PESSOAS JURÍDICAS E TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS DO MUNICÍPIO E COMARCA DE BURITIS/RO.

Processo Eletrônico n. 0000700-78.2017.8.22.8800. Aos vinte e oito dias do mês de março do ano dois mil e dezessete, às 08:00h, no Ofício de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civis das Pessoas Jurídicas e Tabelionato de Protesto de Títulos do Município e Comarca de Buritis/RO, localizado na rua Cacaulândia, 1309, Setor 02, presente a responsável Sra. Dorcelene Trindade de Souza Fontoura, o MM. Juiz Auxiliar da Corregedoria Áureo Virgílio Queiroz, o Juiz Corregedor Permanente Rogério Montai de Lima, auxiliados pelos servidores Adriana Lunardi, Miscelene Nunes dos Santos Kluska, André de Souza Coelho e Delano Melo do Lago, procedeu-se à Correição Ordinária, designada pela Portaria n. 101/2017-CG, publicada no DJE n. 040, de 03/03/2017. IDENTIFICAÇÃO DA SERVENTIA – O Ofício de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civis das Pessoas Jurídicas e Tabelionato de Protesto de Títulos do Município e Comarca de Buritis/RO foi delegado em caráter privado, à senhora Dorcelene Trindade de Souza Fontoura, pelo critério de ingresso em virtude de aprovação em concurso público para serventias extrajudiciais, por meio do Ato n. 279/2009-PR, publicado no DJE nº 072 de 20 de abril de 2009, cuja posse e exercício ocorreram em 22 de abril de 2009. A última correição ordinária realizada ocorreu em 24/05/2016 cujos trabalhos foram realizados pelo Juízo Corregedor Permanente. Registre-se que ao iniciar a correição foi realizada uma breve reunião com a Delegatária juntamente com o Juiz Auxiliar da Corregedoria por meio da qual a titular foi informada que constaria em ata todas e quaisquer irregularidades observadas, para fins de subsidiar futuras correições. Dado início aos trabalhos, foram examinados, por amostragem, os livros, autos e papéis da serventia, constatando-se o seguinte: 1 - ADMINISTRAÇÃO E ASPECTOS GERAIS - O horário de funcionamento ao público é das 08:00 às 16:00 horas, em conformidade com o art. 120, § 2º, das Diretrizes Gerais Extrajudicial - DGE. Os serviços foram desenvolvidos sem interrupções das atividades durante a correição. As instalações físicas oferecem condições para o pleno funcionamento garantindo amplo acesso ao público em geral e segurança para o arquivamento dos livros e documentos, alinhando-se às exigências de qualidade, continuidade, regularidade, eficiência, atualidade, generalidade, modicidade, cortesia e segurança, atendendo o disposto no art. 5º das DGE c/c art. 4º, da Lei 8.935/94, de 18 de novembro de 1994. A estrutura física do prédio não está adaptada para garantir acessibilidade aos portadores de deficiência ou mobilidade reduzida, no que diz respeito ao sanitário (implantação de barras de segurança), de modo que está em desacordo com o disposto no art. 11, inciso IV da Lei n. 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Ativo imobilizado: o ativo imobilizado utilizado pela serventia é adequado à prestação dos serviços, de acordo com o art. 108, III, das DGE. Legislação: A legislação mantida à disposição dos usuários e dos interessados para consultas relacionadas aos serviços prestados está atualizada, de acordo com o disposto no art. 112 das DGE. Classificadores: existe classificador próprio para arquivo dos ofícios recebidos, em conformidade com o art. 126, IV,

das DGE. No classificador de ofícios expedidos o arquivamento das cópias é feito em ordem cronológica e numérica, entretanto não constatou-se o índice remissivo identificando o assunto e o destinatário do expediente, em desacordo com o disposto no art. 126, § 2º, das DGE. No decorrer da correição, a Delegatária procedeu o ajuste necessário, sendo orientada a doravante, cumprir a norma das DGE. Os atos normativos e decisões da Corregedoria Geral da Justiça e da Corregedoria Permanente são arquivados em classificador próprio, de acordo com o art. 126, I, das DGE. Cópia de segurança dos arquivos: existe procedimento de backup ou cópia de segurança para os arquivos informatizados, de modo a proteger os seus registros contra possíveis sinistros ou acidentes, nos termos do art. 41 da Lei 8.935/94 c/c com o art. 119 das DGE. A cópia de segurança é armazenada em local diverso da unidade do serviço, nos termos do art. 119, parágrafo único das DGE. Certidões: a Delegatária não apresentou a certidão negativa de tributos federais, em desacordo com o previsto no art. 2º do Decreto nº 8.302 de 04 de setembro de 2014 (Portaria conjunta RFB/PGFN nº 1751, de 02 de outubro de 2014) e Provimento Nº 45/2015-CNJ. Houve apresentação da certidão de regularidade de FGTS. Impostos: existe classificador próprio para as guias de recolhimento do imposto de renda quitadas por meio do carnê-leão de responsabilidade da Delegatária, de acordo com o art. 126, VIII, das DGE. A Tabeliã recolheu o imposto de renda correspondente ao período de fevereiro, abril, maio, junho, julho e setembro do ano de 2016, por meio da guia de carnê-leão, nos termos do art. 106, inciso I do Decreto n. 3.000 de 26 de março de 1999. Informou que procedeu o ajuste com ente federal em relação ao exercício fiscal do ano de 2016 e 2015. Entretanto, não detectamos o recolhimento mensal por meio da guia de carnê-leão correspondente ao período de janeiro a fevereiro/2017, em desacordo com o previsto no art. 106, inciso I do Decreto n. 3.000 de 26 de março de 1999. As guias de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (outubro/2014 a fevereiro/2017) e as guias de recolhimento da contribuição previdenciária ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS são arquivadas em classificador próprio, por mês de competência, de acordo com o art. 126, VII, das DGE, correspondente ao período de outubro/2014 a janeiro/2017. A Delegatária recolheu de forma mensal o Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza-ISSQN, conforme as guias apresentadas correspondente ao período de dezembro/2014 a dezembro/2016, nos termos da Lei Municipal nº 204/2003, de 15 de dezembro de 2003. Entretanto não detectamos o recolhimento do respectivo imposto referente ao período de janeiro e fevereiro de 2017. Em relação a esse fato, a responsável informou que procedeu o ajuste junto ao ente municipal e houve a expedição das guias de pagamento com vencimento programado para o dia 31/03/2017. Documentos Profissionais: existe classificador próprio para os documentos relativos à vida profissional dos prepostos, em conformidade com o art. 126, II, das DGE. Prepostos: os funcionários são devidamente registrados conforme as normas trabalhistas, de acordo com o art. 12, das DGE. Verificaram-se, por meio dos documentos da serventia e Folha Analítica de Pagamento os seguintes funcionários vinculados ao CEI da responsável: 1) Ilene da Silva Oliveira (Oficiala substituta – Portaria nº 28/2016, datada de 01 de agosto de 2016); 2) Milca Francisco Ferreira (Escrevente autorizada - Portaria nº 23/2015, datada de 04 de janeiro de 2015); 3) Valdineia Limeira Santos (Escrevente autorizada - Portaria nº 24/2016, datada de 20 de janeiro de 2016); 4) Rafael Alves (Auxiliar Notarial e Registral); 5) Enoque Reis Pacheco (Auxiliar Notarial e Registral); 6) Eva Pereira de Jesus Oliveira (Auxiliar de serviços gerais). Alimentação dos Relatórios de Produtividade e Arrecadação CNJ: a serventia em questão não consta na lista de pendências quanto à alimentação dos relatórios de produtividade e arrecadação no sistema do CNJ, do 2° Semestre de 2016, estando a referida obrigação em ordem. Livro de Visitas e Correições: A unidade possui o Livro de Visitas e Correições, de acordo com o art. 121, III das DGE. As atas de correição são arquivadas integralmente, em livro específico, com capacidade para 100 (cem) folhas, de acordo com o artigo 36, §§ 1º e 2º, das DGE. Livro de Registro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa: A unidade procede à alimentação diária do Livro de Registro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa para registro financeiro, nos moldes definidos pela Corregedoria Geral da Justiça, em conformidade com o art. 121, IV, das DGE. O registro do histórico de lançamento das despesas (identificação do ato que ensejou a natureza das despesas: dia, mês, ano de competência, número da nota fiscal, dados da empresa) do período analisado, foram efetuados conforme o disposto no art. 6º do Provimento n. 045/2015-CNJ c/c artigo 130 e seguintes das Diretrizes Gerais Extrajudiciais-DGE. Identificou-se lançamentos de despesas com o comprovante de pagamento/nota fiscal ilegíveis, conforme os seguintes registros detectados nos seguintes meses Outubro/2014 ID.137126, ID.137790, ID.137793, ID.138080, ID.138081, ID.138078, ID.138085; Novembro/2015 ID.139669, ID139666. Vale destacar que o respectivo livro correspondente ao ano de 2016 foi encaminhado para o "visto" do Juiz Corregedor Permanente, conforme expediente apresentado em correição. As despesas lançadas no Livro de Registro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa são inerentes ao serviço extrajudicial. Livro de Depósito prévio: a responsável pela unidade extrajudicial mantém atualizado o Livro de Depósito Prévio nos moldes definidos pelo Provimento nº 45/2015-CNJ. Classificador de comunicação de ausências: o afastamento de qualquer natureza é comunicado ao Juiz Corregedor Permanente, de acordo com o § 2º do art. 11, das DGE. Relatório de Monitoramento: conforme consta no Relatório de Monitoramento - CGJ nº 19/2017, as pendências detectadas no respectivo documento estão pendentes de regularização pela responsável. 2 - REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS - Livro em uso: a) Livro - Protocolo Unificado nº. A-001, fl. 274; e b) Livro de Registro Integral nº. B-012, fl. 064. Livro de Protocolo: a Registradora efetua no livro de protocolo o preenchimento do campo anotações e averbações, de acordo com o art. 135 da Lei 6.015/73 c/c com o artigo 784, das DGE. Escrituração do Livro: a serventia antes do lançamento do registro identifica o número do protocolo, de acordo com o art. 788, das DGE. Encerramento do ato: é lavrado ao final de cada dia o termo de encerramento no livro de protocolo de acordo com o art. 807, § 2º, das DGE. Livros: todos os livros contêm 300 (trezentas) folhas, conforme dispõe o artigo 783, das DGE. Registro no livro "A": contêm colunas com a indicação do número de ordem, dia e mês, natureza do título e qualidade do lançamento, nome do apresentante, conforme dispõe o artigo 784, das DGE. Registro/Averbação: são anotados no protocolo: a data da apresentação, sob o número de ordem que se segue, a natureza do instrumento, a espécie de lançamento a fazer e o nome do apresentante, conforme estabelece o art. 800, das DGE. Registro em livro próprio: são feitas a respectiva declaração nos documentos, constando sempre o número de ordem e a data do procedimento no livro competente, conforme o artigo 801, das DGE. Apresentado o documento, sob qualquer forma, para registro ou averbação, são anotados, no protocolo, a data da apresentação, sob o número de ordem que se segue imediatamente, a natureza do instrumento, a espécie de lançamento a fazer e o nome do apresentante, que são reproduzidas, no registro as declarações relativas ao número de ordem, à data e à espécie de lançamento a fazer, de acordo com o artigo 800, das DGE. 3 - REGISTROS CIVIS DAS PESSOAS JURÍDICAS - Livro em uso: a) Livro - Protocolo Unificado nº. A-001, fl. 274; b) Livro de Registro Integral de Pessoa Jurídica nº. A-026, fl. 223 e c) Livro de Jornais e Oficinas Impressoras nº. B-001, sem atos registrados até a presente data. Registro/Averbação: os processos de registros/averbações das sociedades e fundações são instruídos com requerimento descrito pelo representante legal da pessoa jurídica, direcionado a serventia do registro, com firma reconhecida, de acordo com o art. 755, caput, das DGE. Registro de Associação: nos registros das associações constantes nos livros são descritos os número de ordem, data da apresentação

e espécie do ato, com as seguintes indicações: a denominação, o fundo social, quando houver, os fins e a sede da associação ou fundação, bem como o tempo de sua duração (art. 120, inc. I, da Lei nº 6.015/73); o modo por que se administra e representa a pessoa jurídica, (art. 120, inc. II, da Lei nº 6.015/73); se o estatuto, o contrato ou o compromisso é reformável, no tocante à administração, e de que modo (art. 120, inc. III, da Lei nº 6.015/73); se os membros respondem ou não, subsidiariamente, pelas obrigações sociais (art. 120, inc. IV, da Lei nº 6.015/73); as condições de extinção da pessoa jurídica e nesse caso o destino de seu patrimônio (art. 120, inc. V, da Lei nº 6.015/73); os nomes dos fundadores ou instituidores e dos membros da diretoria, provisória ou definitiva, com indicação da nacionalidade, estado civil e profissão de cada um, bem como os dados da residência do apresentante dos exemplares (art. 120, inc. VI, da Lei n° 6.015/73), conforme o artigo 755, das DGE. Livro: o livro Protocolo é escriturado pelo sistema de folhas soltas, colecionadas em pastas, em ordem numérica e cronológica, contendo, de acordo com o art. 753. Estatuto: nos registros de estatuto foi peticionado pelo representante legal, de acordo com o art. 754, das DGE. Averbação: todos os documentos que, posteriormente, autorizem averbações são arquivados separadamente dos autos originais e suas alterações, estas são reportadas ao registro de origem, com referências recíprocas. Autuação: a documentação apresentada é autuada com a numeração e rubrica da responsável, de acordo com o artigo 754, das DGE. 4 - PROTESTO DE TITULOS - Livro em uso: a) Livro de Instrumento de Protesto nº. 032 fl. 207; b) Livro de Protocolo Protesto nº. 011, fl. 300, c) Livro de Protocolo de Cancelamento de custas adiadas nº. 001, fl. 73. Recepção de títulos: os títulos são apresentados por meio físico ou digital, em concordância com o art. 210, § 2º, DGE. CRA: a responsável encontra-se cadastrada no CRA - Central de Remessa de Arquivos, com recepção dos títulos por meio eletrônicos, de acordo com o art. 211, § 10º, das DGE. Análise: é feita uma análise prévia da regularidade dos títulos ou documentos de dívida, quando apresentados de forma física, ou dos dados deste quando apresentados em arquivos eletrônicos, conforme se pode verificar nas notas de devolução emitidas pela responsável e seus prepostos, conforme art. 212, § 2º, inciso X, das DGE. Intimação: as intimações são expedidas pela responsável no endereço fornecido pelo apresentante do título ou documento de dívida, conforme o art. 224, das DGE. O endereço adotado na intimação é o mesmo contido no título, de acordo com o art. 224, § 3, das DGE. Conta bancária: a serventia possui uma conta bancária exclusiva para recebimento de títulos apontados, atendendo o previsto no art. 241, das DGE. Quitação: os pagamentos, após a confirmação do crédito, são dada a respectiva quitação separado dos boletos e intimações, de acordo com o art. 243, das DGE. Cancelamento: Nos casos de cancelamento de protesto a Delegatária deixou de fazer remissão nos instrumentos de protesto, Ex: Livro de Instrumento de Protesto nº 30, fls. 17 e 30 e Livro nº 29 fls. 02 e 03, em desacordo com o art. 262, das DGE. Prazo: é respeitado o prazo de 02 (dois) dias contados da data do requerimento para cancelamento firmado pelo interessado, de acordo com o art. 261, das DGE. É respeitado o prazo legal de 05 (cinco) dias para emissão de certidão, em atendimento ao art. 275, das DGE. Não é respeitado o prazo de 03 (três) dias úteis para a Lavratura do Instrumento de Protesto contando da protocolização do título ou documento de dívida, Ex: Livro 30 fl. 94 e 194, em desacordo com o art. 223, das DGE. ICP/Brasil: é encaminhada diariamente a relação dos protestos lavrados por falta de pagamento e dos cancelamentos do ICP/Brasil, por meio de arquivo, de acordo com o art. 278, § 1º, das DGE c/c com o art. 29, da Lei n. 9.492/97. Livro de Registro de Protesto Adiados: a serventia possui o Livro de Registro de Protesto Adiados, de acordo com o art. 285, inciso III, das DGE. Livro de protocolo: no livro de protocolo consta coluna, o número de ordem, natureza do título, valor do título, nome do apresentante, em atendimento ao art. 291, das DGE. Prazo para protocolo: os títulos apresentados para protesto são protocolizados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, em dias úteis a contar de sua entrega do título ou recebimentos dos dados pelo sistema, de acordo com o art. 211, das DGE. Livros de Instrumento de Protesto: Observamos nos Livros de Instrumentos de Protesto nº 29, 30, e 31, não consta índice, em desacordo inciso II, do artigo 285, das DGE. Verificação de vícios: verificada a existência de vícios formais, ou a inobservância do estabelecido na legislação em vigor, os títulos ou documentos de dívida são devolvidos ao apresentante, com anotação da irregularidade, ficando obstado o registro do protesto, em conformidade com o art. 214, § 1º, das DGE. Livro de Protesto: as escriturações dos livros de protesto são escrituradas com 300 folhas, de acordo com o artigo 291, § 2, das DGE. Boleto Bancário: a tabeliã utiliza o sistema de boleto de cobrança para pagamento dos títulos apresentados, de acordo com o inciso II, artigo 239, das DGE. Os livros são escriturados mediante processo eletrônico e seu o armazenamento é efetuado no formato físico. 5 - REGISTRO DE IMÓVEIS - Livro em uso: a) Livro 1 - Protocolo nº. 1-A, fl. 341; b) Livro 2 - Registro Geral matrícula nº. 7.622, c) Livro 3 - Registro Auxiliar matrícula nº. 3.402. DOI: a responsável tem comunicado à Secretaria da Receita Federal mediante preenchimento da Declaração sobre Operação Imobiliária – DOI, as transferências de imóveis, qualquer que seja o título levado a registro, através do Programa gerador da DOI disponível no sítio da Receita Federal, via internet. No Classificador de Comunicado da DOI, não constava o comprovante de envio do mês de junho/2016, em desacordo com o art. 1.032 das DGE. No decorrer da correição a Registradora procedeu o envio da informação referente ao mês de junho/2016 e apresentou a equipe de correição o recibo, saneando a irregularidade. Nota de devolução: nos casos em que há exigências de qualquer ordem, a Registradora formula de uma só vez, por escrito, de forma clara e objetiva, com identificação e assinatura da Registradora. Livro de Protocolo: constam títulos apresentados atualmente com os seguintes requisitos: número de ordem, data da apresentação apenas no primeiro lançamento; nome do apresentante; natureza formal do título; atos formalizados, resumidamente lançados, com menção de sua data (art. 175, 182 e 183 da Lei nº 6.015/73), conforme o disposto no art. 851, das DGE. Observou-se que os livros de protocolo abertos na serventia estão sendo numerados com a mesma Letra A. ex. 1-A para todos os livros que foram abertos até o presente momento, estando em desacordo com o artigo 6º da lei 6015/73. O Livro de Protocolo 1-A, está atualmente com 341 folhas, desde a abertura da serventia não se efetuou o encerramento e abertura de outro livro, constando ainda o ano de 2008 em seu cabeçalho. Orienta-se que seja encerrado o livro 1-A, com 400 folhas, sendo que, doravante, a Delegatária proceda o encerramento do Livro de Protocolo com 200 folhas. Livro de Cédula: as cópias de cédulas são arquivadas formando grupos de 200 (duzentas) folhas por volume, observamos que constam termos de abertura e de encerramento correspondente ao livro, de acordo com o § 2º, do artigo 1.021, das DGE. Os registros do Livro 3-A: estão sendo feitos de forma resumida, arquivando-se no cartório uma via dos instrumentos que os originaram, de acordo com o artigo 901, das DGE. Cédula de Crédito Hipotecário: nas cédulas de crédito hipotecárias, além de seu registro no Livro 3-A é efetuado o da hipoteca no Livro 2-RG (art. 227, da Lei nº 6.015/73). No registro efetuado na matrícula é procedida a remissão ao número do registro da cédula. Neste, por sua vez, é feito remissão ao número do registro da hipoteca, conforme o artigo 910, das DGE. Prazo: é respeitado o prazo para registro de até 30 (trinta) dias, salvo as exceções legais (art. 188, da Lei nº 6.015/73), contados da data em que o título ingressou no cartório, com o lançamento no Livro de Protocolo. Registro Livro 2-RG (registro Geral): a Registradora, ao preencher o Livro 2-RG, utiliza o livro em folhas soltas e observa as seguintes normas: no alto da face de cada folha, é lançada a matrícula do imóvel, com os seus requisitos, e no espaço restante e no verso são lançados por ordem cronológica e em forma narrativa os registros e averbações dos atos pertinentes aos imóveis matriculados, conforme

dispõe o art. 869, das DGE. Matrículas: nas matrículas constam os seguintes requisitos: o número da ordem, que segue ao infinito, a data, a identificação e a caracterização do imóvel, o nome e a qualificação do proprietário, conforme o disposto no art. 874, das DGE. Nas matrículas de 2-RG (registro Geral) consta a data; o nome do transmitente e do adquirente, com a respectiva qualificação, o título da transmissão, a forma do título, sua procedência e caracterização, o valor do contrato, da coisa ou da dívida, prazo desta e demais condições, conforme o artigo 897, das DGE. Na matrícula 5.791, faz remissão a matrícula 5.757 como sendo anterior. Todavia, a mesma não consta o desmembramento da área e a anotação de abertura de uma nova matrícula, em desacordo como o item 4, inciso II, do artigo 832, das DGE. No decorrer da correição, a responsável providenciou a impressão da referida modificação, saneando a irregularidade. Na matrícula nº 59, foi procedido o loteamento do setor 02, originando matrícula nº 2.005, correspondente ao lote 11, quadra 14, setor 02. Na Av-03 da mesma matrícula, verificamos o Remembramento Urbano do lote 14, passando a ser uma única área do lote 11, onde se originou uma nova matrícula n. 5.757, sem a devida menção da matricula 2.005 (registro anterior). No decorrer da correição foi procedida a retificação para constar a abertura da nova matrícula em razão do Remembramento. A qualificação do proprietário: Na matrícula nº 5.757 e na matrícula nº 2.005 abertas 2014, a proprietária foi qualificada como solteira. Em dezembro/2014, foi procedido o desmembramento da respectiva área abrindo novas matrículas n. 5.791 e 5.792. Nas Avs. 01 e 02, foi procedidas as averbações datada de 09 de janeiro de 2017, constando seu casamento, o qual havia ocorrido a celebração em 2012, e seu divórcio sentenciado em 2016. Lado outro, constatamos a qualificação equivocada nas matrículas 5.757 e 2.005, em desacordo com o artigo 879, das DGE. A Delegatária justificou o fato, sob o argumento de que o título emitido pela Prefeitura veio a informação de que a parte era solteira e, nos requerimentos posteriores, ela também se intitulou como solteira. No caso, evidencia-se que a parte agiu de má-fé, pois ocultou seu real estado civil. Além disso, o documento emitido pelo Município não é dotado pela fé pública. Assim, recomenda-se que a Delegatária, doravante, proceda diligências que comprovem o estado civil da parte, seja exigindo documento, seja consultando o Serviço de Registro Civil competente. Qualificação do imóvel: tem sido observada a qualificação completa do imóvel com sua descrição na escrituração do Livro 2-RG em atendimento ao art. 883, das DGE. Comunicado: a Registradora comunica os negócios imobiliários registrados na serventia às prefeituras municipais, para efeito de atualização de seus cadastros, conforme art. 1.022, das DGE. As comunicações contêm em resumo, os dados necessários à atualização cadastral, sendo procedido por meio de sistema de listagem mensal, conforme art. 1.023, das DGE. Comprovante de Protocolo: No comprovante de protocolo disponibilizado para o usuário faz referência a sucumbência de 60% do valor pago em caso de desistência do registro pela parte, em desacordo com o artigo 206, da Lei 6.015/73. Arquivo: A equipe correcional solicitou a responsável apresentação da documentação que ensejou a transferência de um imóvel da matrícula 6.593. Durante a correição não foi apresentado nenhum documento para análise. Por ocasião da assinatura da ata, a Delegatária apresentou o título, prejudicando a análise pela equipe. O Juiz Auxiliar recomendou a Delegatária que adote um sistema de busca mais prático e de rápida localização. 6 – DISPOSIÇÕES GERAIS PARA TODOS OS OFÍCIOS: Termo de Abertura: todos contém o número do livro; o fim a que se destina; o número de folhas; a identificação do signatário; a declaração de que todas as suas folhas estão rubricadas; o fecho, com data e a assinatura da Delegatária. Porém, no Livro de Instrumento de Protesto nº 32, com seu início em 13 de fevereiro de 2017, não consta termo de abertura, em desacordo com o artigo 122, inciso VI, das DGE. Orientou-se a Delegatária a proceder o termo de abertura com a data real e não retroativa, certificando que o fez em decorrência da correição. Observamos que as lavraturas dos atos são sempre iniciadas em folha nova, respeitando a vedação de utilização de uma mesma folha para atos distintos, total ou parcialmente, de acordo com o artigo 113, inciso VII, das DGE. Espaço em branco: observou-se nas Lavraturas de Instrumento de Protesto do Livro 30 e 31, fls. 001 a 300 e nas Matrículas de Registro de Imóveis 2-RG n. 7.613, 5792 e 2439, não são procedidas de forma continuas constando espaços em banco no corpo do texto, em desacordo com o inciso III do artigo 114, das DGE. Escrituras dos atos: os papéis utilizados para escrituração de atos, certidões ou traslados, o fundo é inteiramente branco, salvo disposição expressa em contrário ou quando adotados padrões de segurança, lançando diante de cada assinatura e de forma legível, o nome por extenso, de acordo com o art. 114, das DGE. Livros: os livros obrigatórios ou facultativos são impressos por folhas, numeradas e rubricadas pela Delegatária. Os Livros de Instrumento de Protesto nº 30 e 31, não estão encadernados, em desacordo com o art. 4º da Lei nº 6.015/73, c/c com o artigo 122, das DGE. Os termos de abertura contêm: o número do livro; o fim a que se destina; o número de folhas que contém; a identificação do signatário; a declaração de que todas as suas folhas estão rubricadas; o fecho, com data e assinatura, de acordo com o art. 122, das DGE. Os arquivos previstos nestas Diretrizes são digitalizados e gravados eletronicamente, mantido ainda o arquivamento da via original em meio físico, de acordo com o artigo 123, das DGE. Os Livros, pastas, papéis e fichas referentes aos atos extrajudiciais são arquivados no serviço, de modo a facilitar buscas, conforme determinado no art. 41, da Lei nº 8.935/94. Correio Eletrônico e Malote Digital: a Delegatária abre, diariamente, a caixa de mensagens do correio eletrônico, bem como o malote digital, respondendo as solicitações quando necessário, bem como responde pelo conteúdo das informações e guarda da senha de acesso, cuidando para que a caixa de mensagens não atinja o limite máximo de armazenamento, de acordo com o artigo 128, das DGE. Assinatura: as matrículas nº 3.301 a 3.400, e as cédulas rural Pignoratícia e Hipotecaria registrada no período de julho de 2016 a março de 2017, estão assinadas somente por seus prepostos. Recomendou-se que a Delegatária proceda preferencialmente as assinaturas dos atos registrados na serventia, de acordo com o artigo 20, § 5º, da lei 8.935/94. A rubrica e assinatura da Registradora/Tabeliã, que verificou a regularidade do ato do Livro de Títulos e Documentos B-11, fls 286v e 300v, não foram apostas, em desacordo com o artigo 163, das DGE. Impressão dos documentos: verificamos que a escrituração dos atos na matrícula, não consta a impressão do registro subsequentes a abertura da respectiva matrícula, conforme constatamos na matrícula nº 5.757 e 2.005, em desacordo com o § 1º, inciso I, do artigo 113, das DGE. No requerimento apresentado para Averbação de Casamento, a etiqueta autoadesiva foi fixada. Porém, não consta assinatura da preposta que praticou o ato, em desacordo com o artigo 155, das DGE. A Delegatária apresentou o requerimento assinado por sua preposta. A redação constante no Livro A-25, fl. 197 a 221, houve omissão no estatuto apresentado para registro com a ausências dos artigos 59 ao 75, em desacordo com o artigo 115, das DGE. No decorrer da correição foi o ajuste necessário para regularização da respectiva determinação. 7 - FISCALIZAÇÃO DE CUSTAS, EMOLUMENTOS, SELOS E REMESSAS DE DADOS – A tabela de emolumentos e custas vigente está afixada em local bem visível e franqueada ao público, nos moldes do Provimento nº 014/2016-CG, Provimento Conjunto nº 004/2016-PR-CG, bem como do disposto no art. 139 das DGE c/c o art. 4º, da Lei Federal nº 10.169/2000. É disponibilizado cartaz correspondente à consulta do selo digital de fiscalização, em local visível e de fácil leitura e acesso ao público, conforme art. 159 das DGE. Foi encaminhado à Delegatária o Relatório de Monitoramento nº J0-01102014-28022017 no dia 15/03/2017, de modo a subsidiar a correição, em que se constataram ocorrências relacionadas aos recolhimentos de custas, utilização dos selos de fiscalização e remessa de dados das informações dos atos praticados ao banco de dados do SIGEXTRA, as quais estão

discriminadas no corpo desta Ata de Correição. Os recolhimentos das custas são realizados por meio dos boletos bancários disponibilizados no SIGEXTRA. Todavia, alguns recolhimentos não foram efetuados de acordo com a totalidade dos atos, infringindo o § 1º, art. 145 das DGE. Os recolhimentos de custas, de modo geral, não estão sendo realizados até o final do expediente bancário do dia útil imediatamente subsequente, contrariando os termos do § 2º, art. 145 das DGE. Acerca das pendências dos recolhimentos de custas apontados no Relatório de Monitoramento supracitado a Delegatária efetuou os recolhimentos que se encontravam pendentes no montante de R$ 6.472,97 (seis mil, quatrocentos e setenta e dois reais e noventa e sete centavos). É observada a adequada aplicação da tabela de custas pela cobrança dos valores de emolumentos, custas e selos. Entretanto, constatou-se divergências na base de cálculo de alguns Registros de Títulos e Documentos no âmbito do RTD, a exemplo do Título registrado em 25/11/2016, às fls. 250/264 do Livro B-11, vinculado ao Selo de Fiscalização DIGITAL (RTD-PJ) nº JOAAA50365 cuja base de cálculo atribuída foi de R$ 40.000,00, sendo as custas recolhidas no valor de R$ 52,33. Acontece que o valor constante do referido título é R$ 120.000,00, sendo que para esta base de cálculo as custas correspondentes são R$ 156,40, ocasionando assim prejuízo ao FUJU, na importância de R$ 104,07, somente para este registro, contrariando o inciso VIII do art. 22 das DGE. É observada a concessão de descontos sobre os emolumentos e custas pelos atos praticados no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, nos moldes dos art. 42 e 43 da Lei nº 11.977/09. É considerado o maior valor atribuído ao bem para efeito dos cálculos de emolumentos e custas, bem como a adequada aplicação da Tabela do INCRA (VTI), nos termos dos parágrafos §§ 1º e 3º do art. 142 das DGE. É emitido recibo para todo ato praticado, com discriminação dos valores pagos a título de emolumentos, custas e selos, a numeração do selo utilizado, em ordem crescente, ininterrupta e sequencial, bem como os contrarrecibos são arquivados pelo prazo de cinco anos nos termos dos incisos V e VII, §§ 1º e 2º do art. 138 das DGE c/c o art. 6º, Lei Federal n. 10.169/2000. Os atos praticados na serventia são informados à Corregedoria-Geral da Justiça, diariamente, por meio do Sistema de Informações Gerenciais do Extrajudicial - SIGEXTRA, nos termos do art. 127 das DGE. A remessa das informações para inserção no banco de dados do SIGEXTRA não estão ocorrendo de forma diária até o dia útil imediatamente subsequente ao da prática dos atos, contrariando o § 1º do art. 127 das DGE. Os dados enviados são alterados mediante solicitação escrita, encaminhada à Corregedoria-Geral da Justiça com a respectiva justificativa, nos termos do § 2º do art. 127 das DGE. É utilizado na serventia aplicativo próprio para a prática dos atos e está exportando as informações, através de arquivo em formato XML, no leiaute definido pela Coordenadoria de Informática do Tribunal de Justiça de Rondônia, de forma que os dados repassados assumam formatação e características idênticas aos atos lançados manualmente no SIGEXTRA, nos termos do § 3º do art. 127 das DGE. Constam ao final da maioria dos atos praticados, o valor dos emolumentos, custas e selos e suas somas, além do respectivo selo de fiscalização. Contudo, verificaram-se problemas na discriminação desses valores nos Registros de Títulos e Documentos e nos Registro Civis das Pessoas Jurídicas, infringindo o disposto no art. 144 das DGE. Na prática dos atos gratuitos são aplicados selos de fiscalização sem ônus para o usuário, anotando a expressão "ISENTO DE EMOLUMENTOS, CUSTAS E SELO" no lugar reservado à cotarrecibo nos termos do art. 176 das DGE. Há a impressão no documento entregue ao usuário, da expressão: "Consulte a autenticidade em www.tjro.jus.br/consultaselo/", nos termos do § 2º do art. 156 das DGE. Os selos de fiscalização normalmente são utilizados em sequência. No entanto, verificou-se que alguns casos a utilização sequencial dos selos não foi observada, contrariando os termos do art. 169 das DGE. A numeração do selo é incluída no corpo dos atos praticados, nos termos do art. 171 das DGE. Verificou-se que a quantidade de selos existente na serventia, não era suficiente para atender ao estoque mínimo de 07 (sete) dias úteis, em 04 (quatro) ocasiões para os selos de Digital (IMÓVEIS), nos dias 05, 06, 07 e 08/12/2016, e em 15 (quinze) ocasiões para os selos de Digital (PROTESTO) nos dias 11, 14, 15, 16, 17 e 30/11/2016; e 01, 02, 05, 06, 21, 22, 23, 26 e 27/12/2016 contrariando os termos do § 3º, art. 165 das DGE. No caso de impressão em etiqueta autoadesiva, é lançado sobre parte dela o carimbo da serventia e a rubrica de quem praticou o ato, zelando para que o carimbo não torne ilegível a numeração do selo digital de fiscalização utilizado, nos termos do art. 155 das DGE. Quando possível, o selo digital de fiscalização está sendo inserido na margem direita do ato praticado, nos termos do art. 156 das DGE. Consideram-se averbação sem valor declarado, entre outras, as referentes a casamento, alteração de nome por casamento, nos termos da 18ª Nota Explicativa da Tabela III, do Provimento nº 014/2016-CG. Nos registros de escrituras em geral é inserido um selo no documento em que é certificada a prática do(s) ato(s) e, havendo mais de um registro ou averbação no mesmo documento apresentado, são inseridos tantos selos quantos forem os atos praticados, fazendo remissão do número do selo no respectivo registro/averbação, nos termos do Inc. II, § 3º do art. 171 das DGE. Na abertura de matrícula como ato autônomo o selo é inserido no requerimento que deu origem ao ato praticado, com remissão do número do selo no respectivo registro, nos termos do Inc. IV, § 3º do art. 171 das DGE. Nos demais atos de registros o selo é inserido no documento que originou a prática do ato, com remissão do número do selo no respectivo registro, nos termos do Inc. IX, § 3º do art. 171 das DGE. Nas averbações em geral (com ou sem valor declarado) é inserido um selo no documento em que é certificada a averbação, com remissão do número do selo no respectivo registro, nos termos do Inc. X, § 3º do art. 171 das DGE. Nenhum valor é cobrado pela Tabeliã pelo exame do título ou documento de dívida, devolvido ao apresentante por motivo de irregularidade formal, nos termos da 1ª Nota Explicativa da Tabela IV, do Provimento nº 014/2016-CG. As informações fornecidas aos órgãos de restrição ao crédito são cobradas individualmente, por certidão diária, na forma de relação e inseridos tantos selos quanto forem às informações prestadas, não sendo exigida cobrança pela certidão, aplicando o previsto no Código 404, da Tabela IV, nos termos da 3ª Nota Explicativa do Provimento nº 014/2016-CG. O ato de diligência só é cobrado nos casos em que a Tabeliã ou seu designado para tal serviço, se desloca até o endereço do devedor para a entrega da intimação, nos termos da 7ª Nota Explicativa da Tabela IV, do Provimento nº 014/2016-CG. No pagamento (quitação) o selo é inserido no título ou documento de dívida que originou o apontamento ou na materialização (intimação/boleto ou outro documento) com remissão no recibo colocado a disposição do apresentante, nos termos do Inc. II, § 4º do art. 171 das DGE. Na retirada (desistência) o selo é título ou documento que solicitou a retirada, original ou na materialização do eletrônico (intimação/boleto ou outro documento), nos termos do Inc. III, § 4º do art. 171 das DGE. No cancelamento de protesto (voluntário) é arquivada na serventia a cópia, física ou digital, do título ou documento de dívida no qual conste a anotação do registro do protesto, ou da carta de anuência, devolvendo-se o original ao interessado, constando neste a certificação do cancelamento do registro do protesto e o número do selo, nos termos do Inc. V, § 4º do art. 171 das DGE. Na certidão em forma de relação visando ao fornecimento de informações de protestos, ou de cancelamentos, suspensão provisória e sua revogação (art. 29, da Lei nº 9.492/97), em cada listagem ou relação são inseridos tantos selos quantas são as informações prestadas, nos termos do Inc. VI, § 4º do art. 171 das DGE. Nas diligências (rural ou urbana) o selo é inserido na certidão de diligência elaborada pela Tabeliã às margens do documento que originou a realização da diligência, nos termos do Inc. VIII, § 4º do art. 171 das DGE. Nos registros em geral o selo é aposto próximo ao carimbo de registro no documento original a ser entregue à parte, com remissão do número do selo nas vias dos

documentos arquivados na serventia, nos termos do Inc. I, § 5º do art. 171 das DGE. Nas averbações em geral o selo é inserido no título ou documento em que foi certificada a respectiva averbação, com remissão do número do selo nas vias dos documentos arquivados na serventia, nos termos do Inc. IV, § 5º do art. 171 das DGE. 8 – DETERMINAÇÕES - Diante das ocorrências apontadas, o Juiz Auxiliar da Corregedoria e o Juiz Corregedor Permanente determinaram que sejam tomadas as seguintes providências: 6.1 (ADM) - Adequar a estrutura física da serventia com a adaptação do sanitário com barras de segurança para garantir acessibilidade aos portadores de deficiência ou mobilidade reduzida, de acordo com inciso IV do art. 11, da Lei n. 10.098 de 19 de dezembro de 2000. 6.2 (ADM) – Apresentar a certidão negativa de tributos federais, para comprovação da constância de recolhimento tributário nos termos do art. 2º do Decreto nº 8.302 de 04 de setembro de 2014 (Portaria conjunta RFB/PGFN nº 1751, de 02 de outubro de 2014) e Provimento Nº 45/2015-CNJ. 6.3 (ADM) – Revisar os lançamentos efetuado para adequação (anexando o comprovante de pagamento correspondente a despesa, que seja legível), para regularização dos registros efetuados junto ao sistema SIGEXTRA. 6.4 (ADM) – Proceder o recolhimento do imposto de renda correspondente ao período de janeiro a fevereiro/2017, de acordo com o previsto no art. 106, inciso I do Decreto n. 3.000 de 26 de março de 1999. 6.5 (ADM) – Apresentar o recolhimento efetivo da guia de contribuição previdenciária ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS do mês de fevereiro/2017, para atendimento do previsto no Provimento nº 45/2015-CNJ. 6.6 (ADM) – Apresentar o recolhimento efetivo da guia do Imposto Sobre Serviço do mês de janeiro e fevereiro/2017, para atendimento do previsto no Provimento nº 45/2015-CNJ. 6.7 (RI) – Averbar na matricula principal toda e qualquer alteração ou mudança ocorrida no imóvel, de acordo com o item 4, inciso II, do artigo 832, das DGE. 6.8 (RI) – Adequar o comprovante de protocolo disponibilizado ao usuário para constar a fundamentação adequada para os casos de devolução ou desistência da parte sem registro do referido documento apresentado, nos termo do artigo 206, da Lei 6.015/73. 6.9 (RI) – Zelar para que seja encaminhada a Declaração sobre Operação Imobiliária-DOI, até o final do mês subsequente a pratica dos atos, de acordo com o artigo 1.032 das DGE. 6.10 (Protesto) – Proceder à encadernação dos Livros de Instrumento de Protesto n. 29, 30, 31 e Protocolo n. 09 e 10, de acordo com o art. 4º da Lei nº 6.015/73, c/c com o artigo 122, das DGE. 6.11 (Protesto) – Doravante, respeitar o prazo de 03 (três) dias úteis para a Lavratura do Instrumento de Protesto contando da protocolização do título, de acordo com o art. 223, das DGE. 6.12 (Protesto) – Abster-se de Lavrar Instrumentos de Protesto fora do prazo legal, conforme artigo 223, das DGE. 6.13 (Protesto) – Proceder ao levantamento de todos os cancelamento efetuados de 2014 até a presente data e efetuar a devida averbação em seus instrumentos de protesto, de acordo com o artigo 262, das DGE. 6.14 (Protesto) – Proceder a lavratura do índice nos Livros de Protesto, nos termos do inciso II, do artigo 285, das DGE. 6.15 (Protesto) – Proceder a anotação no índice de protesto de todos os cancelamentos efetuados do ano de 2014 até a presente data, de acordo com o artigo 262, das DGE. 6.16 (PJ) – Zelar para que todos os documentos apresentados para registros esteja materializa reproduzindo de acordo com a documentação apresentada. 6.17 (Todos os ofícios) – Abster-se de lavrar atos com espaços em banco no corpo do texto, nos termos do inciso III do artigo 114, das DGE. 6.18 (Todos os ofícios) – Rubricar todas as etiquetas com o registro do ato no documento apresentado para registro/averbação, conforme descrito no artigo 155, das DGE. 6.19 (Todos os ofícios) - Zelar para que os Livros obrigatórios e facultativos após seu encerramento sejam imediatamente encadernados, de acordo com o artigo 122, das DGE. 6.20 (Todos os ofícios) – Zelar para que todos os atos sejam conferidos e assinados, de acordo com o artigo 163, das DGE. 6.21 (FUJU) - Remeter as informações para inserção no banco de dados do SIGEXTRA de forma diária até o dia útil imediatamente subsequente ao da prática dos atos, nos termos o § 1º do art. 127 das DGE. 6.22 (FUJU) – Efetuar os recolhimentos das custas por meio dos boletos bancários disponibilizados no SIGEXTRA, de acordo com a totalidade dos atos, nos moldes do § 1º, art. 145 das DGE. 6.23 (FUJU) – Efetuar os recolhimentos de custas até o final do expediente bancário do dia útil imediatamente subsequente, de acordo com o § 2º, art. 145 das DGE. 6.24 (FUJU) – Manter estoque de selos em quantidade suficiente para atender a demanda de no mínimo de 07 (sete) dias úteis, conforme § 3º, art. 165 das DGE. 6.25 (FUJU) – Utilizar os selos de fiscalização em sequência, em conformidade com o art. 169 das DGE. 6.26 (FUJU) – Realizar levantamento e retificar todas as informações constantes dos Livros de Registros de Títulos e Documentos e nos Registro Civis das Pessoas Jurídicas referentes aos valores dos emolumentos, custas e selos e suas somas, além do respectivo selo de fiscalização, a contar da última Correição realizada pela Corregedoria Geral da Justiça. 6.27 (FUJU) – Realizar levantamento, a contar da última Correição realizada pela Corregedoria Geral da Justiça, de todos os Registros de Títulos e Documentos que apresentaram divergências na base de cálculo no âmbito do RTD, a exemplo do Título registrado em 25/11/2016, às fls. 250/264 do Livro nº B-11, vinculado ao Selo de Fiscalização DIGITAL (RTD-PJ) nº J0AAA50365, e recolher as custas complementares com os devidos acréscimos de atualização monetária e juros, nos moldes do § 3º do art. 145 das DGE. 7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS – O Juiz Auxiliar da Corregedoria determinou que a responsável encaminhe a resposta das determinações, acompanhada de todos os documentos comprobatórios, à Corregedoria Geral de Justiça, de forma organizada, por ordem de item das determinações contidas na presente ata, com as páginas devidamente numeradas e rubricadas, sob pena de devolução. Determinou ainda que, no tocante à regularização do item 6.1 a 6.8, 6.10, 6.13 a 6.15, 6.18, 6.21 a 6.27, deverá ser comunicada e comprovada à Corregedoria Geral da Justiça, no prazo de 30 dias. Por seu turno, o Juiz Auxiliar da Corregedoria submeterá a presente ata à apreciação e homologação do Corregedor-Geral da Justiça, inclusive para deliberar sobre instauração de processo administrativo disciplinar em razão do cometimento de irregularidades, que estão tipificadas no art. 31 da Lei n. 8.935/94, conforme consta no bojo desta correição. O prazo correrá a partir da publicação da presente Ata no Diário de Justiça Eletrônico e a comunicação dar-se-á por meio do malote digital. Registre-se que no decorrer da correição, os trabalhos foram realizados com discrição e urbanidade. As irregularidades aqui apontadas foram tratadas reservadamente junto a responsável, que atendeu de forma prestativa as solicitações feitas pela equipe correcional. Nada mais havendo, aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezessete (30/03/2017), às 10:00hs, lavrou-se a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai assinada pelos magistrados Áureo Virgílio Queiroz, Juiz Auxiliar da Corregedoria e Rogério Montai de Lima, Juiz Corregedor Permanente, pela Delegatária Dorcelene Trindade de Souza Fontoura, pelos auxiliares da Corregedoria, Adriana Lunardi, Miscelene Nunes dos Santos Kluska, André de Souza Coelho e Delano Melo do Lago.

Documento assinado eletronicamente por HIRAM SOUZA MARQUES, Corregedor (a) Geral da Justiça, em 18/04/2017, às 12:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0173964 e o código CRC CC8F9313.

## EMERON

Portaria Emeron Nº 50/2017

O DIRETOR DA ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução n. 006/2015-PR, publicada no DJE n. 089 de 18/05/2015,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015,

Considerando o que consta na Instrução n. 007/2014-PR, de 06/10/2014, publicada no DJE 187 de 07/10/2014, alterada pela Instrução n. 009/2014-PR, publicada no DJE 219 de 21/11/2014,

Considerando o que consta no Documento de Solicitação de Diárias, processo eletrônico SEI 0006890-32.2017.8.22.8000,

R E S O L V E:

I - CONCEDER aos servidores abaixo relacionados, pelo deslocamento à comarca de Porto Velho/RO, para participar do curso de Pós-Graduação em Gestão Cartorária - Turma 1 - Módulo XVII - Disciplina: Linguagem Aplicada ao Contexto Cartorário, diárias e Indenização de Deslocamento Intermunicipal – IDI (ida e volta), conforme quadro abaixo:

| Servidor | Cargo/Função | Cadastro | Lotação | Período do deslocamento | Quant. de diárias |
|---|---|---|---|---|---|
| ALDENEY FIGUEIREDO FREIRE | Técnico Judiciário, Padrão 11, Diretor de Cartório, DAS-3 | 204228-2 | Cartório Cível da Comarca de São Francisco do Guaporé/RO | 27 a 30/04/2017 | 3 ½ |
| ANDERSON HENRIQUE DE LACERDA | Técnico Judiciário, Padrão 05, Diretor de Cartório, DAS-3 | 205719-0 | Cartório Cível da Comarca de Alvorada d'Oeste/ RO | 27 a 30/04/2017 | 3 ½ |
| ANDERSON LUIZ POCAHY | Técnico Judiciário, Padrão 01 | 206717-0 | Cartório da 1ª Vara Cível da Comarca de Cacoal/ RO | 27 a 30/04/2017 | 3 ½ |
| ARRISSON DENER DE SOUZA MORO | Técnico Judiciário, Padrão 07, Diretor de Cartório, DAS-3 | 205278-4 | Cartório da 2ª Vara da Comarca de Cerejeiras/ RO | 27 a 30/04/2017 | 3 ½ |
| CAROLINE TREVIZANE COSTA | Técnica Judiciária, Padrão 03, Conciliadora, FG-4 | 206178-3 | Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - Ji-Paraná/RO | 27 a 30/04/2017 | 3 ½ |
| CINTIA VECCHI DE CARVALHO FERREIRA | Técnica Judiciária, Padrão 17, Diretor de Cartório, DAS-3 | 203643-6 | Cartório do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Ariquemes/RO | 28 a 30/04/2017 | 2 ½ |
| DANILO HIROSHI DE ARAUJO KAMIYA | Técnico Judiciário, Padrão 05, Chefe do CEJUSC, FG-5 | 205602-0 | Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Cacoal/RO | 27 a 30/04/2017 | 3 ½ |
| EDEONILSON SOUZA MORAES | Técnico Judiciário, Padrão 13, Diretor de Cartório, DAS-3 | 204388-2 | Cartório da 1ª Vara Cível da Comarca de Vilhena/ RO | 27 a 30/04/2017 | 3 ½ |
| ELIEL BATISTA SALES | Técnico Judiciário, Padrão 13, Diretor de Cartório, DAS-3 | 204367-0 | Cartório da 3ª Vara Cível da Comarca de Ji-Paraná/RO | 27 a 30/04/2017 | 3 ½ |
| EMERSON BATISTA SALVADOR | Técnico Judiciário, Padrão 11, Diretor de Cartório, DAS-3 | 204869-8 | Cartório da 1ª Vara Criminal da Comarca de Vilhena/RO | 27 a 30/04/2017 | 3 ½ |
| EVERSON DA SILVA MONTENEGRO | Técnico Judiciário, Padrão 13, Diretor de Cartório, DAS-3 | 204349-1 | Cartório da 2ª Vara Criminal da Comarca de Ji-Paraná/RO | 27 a 30/04/2017 | 3 ½ |
| HERBERT DA SILVA REZENDE | Técnico Judiciário, Padrão 03 | 206265-8 | Cartório da 2ª Vara Criminal da Comarca de Ji-Paraná/RO | 27 a 30/04/2017 | 3 ½ |
| JANET DAISY SILVA GUIMARÃES | Técnica Judiciária Padrão 01 | 206701-3 | Cartório da 1ª Vara Cível da Comarca de Ji-Paraná/RO | 27 a 30/04/2017 | 3 ½ |
| JOÃO BATISTA DE ANDRADE JUNIOR | Técnico Judiciário, Padrão 03, Chefe do CEJUSC, FG-5 | 206205-4 | Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Jaru/RO | 28 a 30/04/2017 | 2 ½ |
| JOZILDA DA SILVA BEZERRA | Técnica Judiciária, Padrão 25, Diretor de Cartório, DAS-3 | 002105-9 | Cartório da 2ª Vara Cível da Comarca de Ouro Preto do Oeste/RO | 27 a 30/04/2017 | 3 ½ |
| JULIANA DA COSTA NEVES | Técnico Judiciário, Padrão 03, Chefe do CEJUSC, FG-5 | 206299-2 | Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Presidente Médici/RO | 27 a 30/04/2017 | 3 ½ |
| JUSCILEY DA CUNHA COSTA | Técnico Judiciário, Padrão 11, Chefe de Serviço de Cartório, FG-4 | 204457-9 | Cartório da 2ª Vara Criminal da Comarca de Cacoal/RO | 27 a 30/04/2017 | 3 ½ |
| LENIR DO ROCIO RIBEIRO | Técnico Judiciário, Padrão 26, Diretor de Cartório, DAS-3 | 200015-6 | Cartório Distribuidor do Fórum da Comarca de Machadinho d'Oeste/RO | 27 a 30/04/2017 | 3 ½ |
| LEONARDO NEPOMUCENO DOS ANJOS | Técnico Judiciário, Padrão 01, Secretário de Gabinete, FG-4 | 206577-0 | Gabinete da 4ª Vara Cível da Comarca de Cacoal/ RO | 27 a 30/04/2017 | 3 ½ |
| LEONICE APARECIDA FERREIRA MARTINS | Técnica Judiciária, Padrão 27, Diretor de Cartório, DAS-3 | 002739-1 | Cartório Distribuidor do Fórum da Comarca de Jaru/RO | 28 a 30/04/2017 | 2 ½ |
| LUCINEIA APARECIDA DE MEIRELES CONSTANTINO | Técnica Judiciária, Padrão 13, Diretor de Cartório, DAS-3 | 203873-0 | Cartório Distribuidor do Fórum da Comarca de Pimenta Bueno/RO | 27 a 30/04/2017 | 3 ½ |
| MÁRCIA KANAZAWA | Técnica Judiciária, Padrão 17, Diretor de Cartório, DAS-3 | 203649-5 | Cartório da 1ª Vara Cível da Comarca de Ariquemes/RO | 28 a 30/04/2017 | 2 ½ |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| OTÁVIO POLICHUK OLIVEIRA RODRIGUEZ FERRO | Técnico Judiciário, Padrão 01 | 206652-1 | Cartório Civel da Comarca de Machadinho d'Oeste/RO | 27 a 30/04/2017 | 3 ½ |
| PAULO ARTUR SETTE DOS SANTOS | Técnico Judiciário, Padrão 07, Diretor de Cartório, DAS-3 | 205604-6 | Cartório Distribuidor do Fórum da Comarca de Santa Luzia d'Oeste/RO | 27 a 30/04/2017 | 3 ½ |
| RENATO ALEXANDRE DE ALMEIDA | Técnico Judiciário, Padrão 27, Chefe de Serviço de Cartório, FG-4 | 002691-3 | Cartório da 3ª Vara Cível da Comarca de Vilhena/ RO | 27 a 30/04/2017 | 3 ½ |
| SELMA DALVA DE SOUZA TEIXEIRA | Técnico Judiciário, Padrão 03 | 206348-4 | Cartório da 1ª Vara da Comarca de Cerejeiras/ RO | 27 a 30/04/2017 | 3 ½ |
| SIMARA HOFFMANN DE VARGAS | Técnico Judiciário, Padrão 18 | 203668-1 | Cartório da 3ª Vara Criminal da Comarca de Ariquemes/RO | 28 a 30/04/2017 | 2 ½ |
| VÂNIA DE OLIVEIRA SILVA | Técnico Judiciário, Padrão 17, Diretor de Cartório, DAS-3 | 203770-0 | Cartório da 2ª Vara Cível da Comarca de Ariquemes/RO | 28 a 30/04/2017 | 2 ½ |
| WAGNER CARDOSO DE JESUS | Técnico Judiciário, Padrão 07, Chefe de Serviço de Cartório, FG-4 | 205212-1 | Cartório da 5ª Vara Cível da Comarca de Ji-Paraná/RO | 27 a 30/04/2017 | 3 ½ |
| WASHINGTON ALVES DE SOUSA SOBRINHO | Técnico Judiciário, Padrão 05, Chefe de Serviço de Cartório, FG-4 | 205660-7 | Cartório da 4ª Vara Cível da Comarca de Cacoal/ RO | 27 a 30/04/2017 | 3 ½ |
| YNHANA LEAL DA SILVA TOREZANI | Técnico Judiciário, Padrão 07, Chefe de Serviço de Cartório, FG-4 | 205376-4 | Cartório da 1ª Vara Criminal da Comarca de Ouro Preto do Oeste/RO | 27 a 30/04/2017 | 3 ½ |

II - O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10º da Instrução N. 007/2014-PR implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

---

Documento assinado eletronicamente por GUILHERME RIBEIRO BALDAN, Diretor (a) da Emeron em Substituição, em 19/04/2017, às 10:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0189308 e o código CRC 719778A4.

---

Portaria Emeron Nº 51/2017

O DIRETOR DA ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução n. 006/2015-PR, publicada no DJE n. 089 de 18/05/2015,

Considerando o que consta na Resolução n. 0020/2014-PR, de 22/09/2014, publicada no DJE 178, de 23/09/2014, alterada pela Resolução n. 052/2015-PR, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2015,

Considerando o que consta na Instrução n. 007/2014-PR, de 06/10/2014, publicada no DJE 187 de 07/10/2014, alterada pela Instrução n. 009/2014-PR, publicada no DJE 219 de 21/11/2014,

Considerando o que consta no Documento de Solicitação de Diárias, processo eletrônico SEI 0007191-76.2017.8.22.8000,

R E S O L V E:

I - CONCEDER aos servidores abaixo relacionados, pelo deslocamento à comarca de Porto Velho/RO, para participar da "II Seminário de Alienação Parental e Capacitação em Alienação Parental", no período de 23 a 27/04/2017, o equivalente a 4 ½ (quatro e meia) diárias e Indenização de Deslocamento Intermunicipal – IDI (ida e volta).

| Servidor | Cargo/Função | Cadastro | Lotação |
|---|---|---|---|
| ADRIANA NICOLA GARVIM DELMONICO | Analista Judiciária, Padrão 05, Assistente Social | 205693-3 | EDONPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Espigão d'Oeste/RO |
| ALESSANDRO LAURIANO | Analista Judiciário, Padrão 03, Assistente Social | 205989-4 | SFGNPS - Núcleo Psicossocial do Fórum da Comarca de São Francisco do Guaporé/RO |
| ANA PAULA MAFIA POLICARPO PEREIRA | Analista Judiciária, Padrão 12, Assistente Social | 205651-8 | JARNPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Jaru/RO |
| ANDERSON RICARDO MARTINS | Analista Judiciário, Padrão 03, Psicólogo | 205992-4 | NBONPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Nova Brasilândia d'Oeste/RO |
| ANDRÉIA CRISTIANE LOBATO DA ASSUNÇÃO | Analista Judiciária, Padrão 22, Assistente Social | 204007-7 | CACNPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Cacoal/RO |
| ÂNGELA MARIA BERNARDO DA SILVA | Analista Judiciário, Padrão 18, Assistente Social | 204851-5 | ADONPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Alvorada d'Oeste/RO |
| ANGELICA GRAZIELI SILVA COSTA | Analista Judiciária, Padrão 14, Assistente Social / Chefe de Núcleo, FG5 | 205521-0 | PRMNPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Presidente Médici/RO |
| ANTONIO CARLOS ZANDONADI | Analista Judiciário, Padrão 03, Psicólogo / Chefe de Núcleo, FG5 | 205993-2 | RDMNPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Rolim de Moura/RO |
| APARECIDO FELIPE CORRÊIA | Analista Judiciário, Padrão 14, Assistente Social | 205384-5 | SMGNPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de São Miguel do Guaporé/RO |

| | | | |
|---|---|---|---|
| CARMEN ELIZETE MESQUITA SANTOS GIROLDO | Analista Judiciária, Padrão 27, Assistente Social | 004135-1 | JIPNPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Ji-Paraná/RO |
| CATIA CRISTINA DA SILVA | Analista Judiciária, Padrão 20, Assistente Social | 204022-0 | CACNPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Cacoal/RO |
| CELINA CARLA MARTINS FRAGA FERREIRA | Analista Judiciária, Padrão 18, Assistente Social | 204481-1 | RDMNPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Rolim de Moura/RO |
| CLAIR FREITAG | Analista Judiciária, Padrão 14, Assistente Social | 205393-4 | JIPNPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Ji-Paraná/RO |
| CLÁUDIA CASSANDRA MENDES TROVÃO | Analista Judiciária, Padrão 18, Assistente Social | 204467-6 | SLONPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Santa Luzia d'Oeste/RO |
| CLÁUDIA DE FÁTIMA MENDES NUNES BARBOSA | Analista Judiciária, Padrão 24, Assistente Social / Chefe de Núcleo, FG5 | 203939-7 | JIPNPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Ji-Paraná/RO |
| CLEICIVANIA VALIATTI DA SILVA | Analista Judiciária, Padrão 01, Assistente Social | 206858-3 | RDMNPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Rolim de Moura/RO |
| CRISTINA HIRATA PRADO MARTINS | Analista Judiciária, Padrão 14, Psicóloga | 205318-7 | JIPNPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Ji-Paraná/RO |
| CRISTINA TIENGO SILVA | Analista Judiciária, Padrão 03, Psicóloga | 206339-5 | BURNPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Buritis/RO |
| DAIANE PEREIRA DOS SANTOS MACIEL | Analista Judiciária, Padrão 01, Assistente Social | 206655-6 | OPONPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Ouro Preto do Oeste/RO |
| DANIELLE DE OLIVEIRA PAULON | Analista Judiciária, Padrão 05, Psicóloga | 205711-5 | JARNPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Jaru/RO |
| DEIME JACQUELINE DOS SANTOS GERALDO | Analista Judiciária, Padrão 14, Psicóloga | 205383-7 | PRMNPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Presidente Médici/RO |
| DIONE ALVES DA SILVA MARQUES | Analista Judiciária, Padrão 18, Assistente Social | 204523-0 | COMNPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Costa Marques/RO |
| DJALMA ROBSON DE ANDRADE FILHO | Analista Judiciário, Padrão 14, Psicólogo | 205416-7 | EDONPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Espigão d'Oeste/RO |
| EDENIR APARECIDA FERREIRA GOMES CARRELLI | Analista Judiciário, Padrão 25, Psicólogo | 003570-0 | CACNPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Cacoal/RO |
| ELIANE BASSO | Analista Judiciária, Padrão 03, Assistente Social | 206379-4 | NBONPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Nova Brasilândia d'Oeste/RO |
| ELIETE FERREIRA DE FREITAS | Analista Judiciária, Padrão 24, Assistente Social / Chefe de Núcleo, FG5 | 203936-2 | CDONPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Colorado do Oeste/RO |
| ELISA GONÇALVES DE OLIVEIRA | Analista Judiciária, Padrão 27, Assistente Social / Chefe de Núcleo, FG5 | 004148-3 | CACNPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Cacoal/RO |
| EVERALDO SEBASTIÃO FORNELLI DA SILVA | Analista Judiciário, Padrão 01, Psicólogo | 206568-1 | SFGNPS - Núcleo Psicossocial do Fórum da Comarca de São Francisco do Guaporé/RO |
| EZEQUIEL FERNANDES DE OLIVEIRA | Analista Judiciário, Padrão 01, Psicólogo | 206848-6 | BURNPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Buritis/RO |
| GIRLEYNE DOMINGOS DE SOUZA | Analista Judiciária, Padrão 18, Assistente Social | 204465-0 | VILNPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Vilhena/RO |
| IVONETE CARVALHO SILVA | Analista Judiciária, Padrão 03, Assistente Social | 206143-0 | CACNPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Cacoal/RO |
| JANAINA FERREIRA DE ALMEIDA LIMA | Analista Judiciária, Padrão 01, Psicóloga | 206532-0 | COMNPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Costa Marques/RO |
| JANAINE CARLA SILVA DE FREITAS BERNARDI | Analista Judiciária, Padrão 14, Assistente Social / Chefe de Núcleo, FG5 | 205391-8 | PIBNPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Pimenta Bueno/RO |
| JÉSSICA DEINA | Analista Judiciária, Padrão 01, Psicóloga | 206969-5 | CERNPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Cerejeiras/RO |
| JOANA CRISTINA CORDEIRO DE ALENCAR | Analista Judiciária, Padrão 22, Assistente Social / Chefe de Núcleo, FG5 | 203991-5 | OPONPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Ouro Preto do Oeste/RO |
| JOSELINE SOUZA CASTRO | Analista Judiciária, Padrão 01, Psicóloga | 206847-8 | JARNPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Jaru/RO |
| JUSSARA CARDOSO | Analista Judiciária, Padrão 14, Assistente Social / Chefe de Núcleo, FG5 | 205485-0 | BURNPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Buritis/RO |
| LARISSA FELCHAK FOLLADOR | Analista Judiciária, Padrão 03, Assistente Social | 206048-5 | ARINPS - Núcleo Psicossocial da Comarca Ariquemes/RO |
| LEANDRO APARECIDO FONSECA MISSIATO | Analista Judiciário, Padrão 03, Psicólogo | 206167-8 | PIBNPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Pimenta Bueno/RO |
| LÉCIA CRISTINA ALVES OLIVA GRUDZIN | Analista Judiciária, Padrão 03, Psicóloga / Chefe de Núcleo, FG5 | 206080-9 | ARINPS - Núcleo Psicossocial da Comarca Ariquemes/RO |
| MARCELO HELLMANN | Analista Judiciário, Padrão 03, Psicólogo | 205988-6 | VILNPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Vilhena/RO |
| MARIA DE FÁTIMA SANTOS BRAGA FERREIRA | Analista Judiciária, Padrão 03, Assistente Social / Chefe de Núcleo, FG5 | 205986-0 | GUMNPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Guajará-Mirim/RO |
| MARIA SOCORRO DA SILVA BEZERRA | Analista Judiciária, Padrão 22, Assistente Social | 203997-4 | ARINPS - Núcleo Psicossocial da Comarca Ariquemes/RO |
| MARIANA SATHIE NAKAMURA | Analista Judiciária, Padrão 03, Psicóloga | 205984-3 | OPONPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Ouro Preto do Oeste/RO |
| MARTA PRISCILA CAMBUI MILANI | Analista Judiciária, Padrão 14, Psicóloga | 205370-5 | ARINPS - Núcleo Psicossocial da Comarca Ariquemes/RO |

| | | | |
|---|---|---|---|
| MELISSA MARQUES DE OLIVEIRA | Analista Judiciária, Padrão 14, Psicóloga / Chefe de Núcleo, FG5 | 205392-6 | VILNPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Vilhena/RO |
| NAIANE CAMARGO HONORATO MICHELIN | Analista Judiciária, Padrão 03, Psicóloga | 205983-5 | CDONPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Colorado do Oeste/RO |
| PATRÍCIA DAYANE MARQUES DE SOUZA HAAG | Analista Judiciária, Padrão 03, Psicóloga | 205990-8 | PRMNPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Presidente Médici/RO |
| PHILIANE FERREIRA PAULINO DA SILVA | Analista Judiciária, Padrão 14, Assistente Social | 205489-2 | JIPNPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Ji-Paraná/RO |
| RAQUEL LUZA TESSILA DE MELO | Analista Judiciária, Padrão 14, Psicóloga | 205298-9 | RDMNPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Rolim de Moura/RO |
| ROBERTH WILLYAN ARAÚJO E SILVA | Analista Judiciário, Padrão 03, Psicólogo | 206043-4 | SLONPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Santa Luzia d'Oeste/RO |
| ROGER ANDRADE BRESSIANI | Analista Judiciário, Padrão 03, Psicólogo | 206064-7 | ADONPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Alvorada d'Oeste/RO |
| SUELEN DE ARAÚJO NEVES | Analista Judiciária, Padrão 14, Psicóloga | 205515-5 | RDMNPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Rolim de Moura/RO |
| TELMA SUELI SARMENTO | Analista Judiciária, Padrão 05, Assistente Social / Chefe de Núcleo, FG5 | 205764-6 | EDONPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Espigão d'Oeste/RO |
| THAYSSA DE OLIVEIRA SANTINI | Analista Judiciária, Padrão 03, Psicóloga | 206021-3 | SMGNPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de São Miguel do Guaporé/RO |
| THIAGO RODRIGO RODRIGUES MAYNHONE | Analista Judiciário, Padrão 01, Psicólogo | 206846-0 | GUMNPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Guajará-Mirim/RO |
| VALÉRIA CRISTINA RAMALHO FERREIRA | Analista Judiciária, Padrão 18, Assistente Social | 204487-0 | PIBNPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Pimenta Bueno/RO |
| VALERIA SCHEIDEGGER DA SILVA | Analista Judiciária, Padrão 01, Psicóloga | 206448-0 | OPONPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Ouro Preto do Oeste/RO |
| VANESSA SIMÕES DE FREITAS | Analista Judiciária, Padrão 20, Assistente Social / Chefe de Núcleo, FG5 | 204246-0 | CERNPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Cerejeiras/RO |
| WILSON PLASTER | Analista Judiciário, Padrão 14, Psicólogo | 205394-2 | CACNPS - Núcleo Psicossocial da Comarca de Cacoal/RO |

II - O não cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 9º e 10º da Instrução N. 007/2014-PR implicará a inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do beneficiário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por GUILHERME RIBEIRO BALDAN, Diretor (a) da Emeron em Substituição, em 19/04/2017, às 12:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0190558 e o código CRC F87CF731.

Termo de Ratificação

Ratifico a contratação direta com a senhora Denise Maria Perissini da Silva, no valor de R$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), com vistas a ministrar palestras na "II Semana de Enfrentamento da Alienação Parental e Capacitação para o Enfrentamento da Alienação Parental", com carga horária total de 24h/a (vinte e quatro horas-aula), no período de 24 a 26 de abril de 2017, na cidade de Porto Velho/RO, com fundamento no art. 25, II c/c art. 13, VI, da Lei n. 8.666/93, conforme o Termo de Referência n. 025/2017-EMERON, Processo Financeiro n. 0311/0896/2017 (Processo SEI Nº 0000393-36.2017.8.22.8700).

Juiz de Direito Guilherme Ribeiro Baldan
Diretor da Emeron em Exercício

Documento assinado eletronicamente por GUILHERME RIBEIRO BALDAN, Diretor (a) da Emeron em Substituição, em 19/04/2017, às 12:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0190111 e o código CRC C231F82C.

# SECRETARIA JUDICIÁRIA

## PJE INTEGRAÇÃO

## VICE-PRESIDÊNCIA

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Vice Presidência do TJRO / Gabinete Vice Presidência do TJRO
Processo: 0800613-08.2017.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (PJe)
Relator: ISAIAS FONSECA MORAES
Data distribuição: 13/03/2017 08:46:35
Agravante: SEBASTIAO MASIEIRO LOURENCO
Advogado: PAULO HENRIQUE SCHMOLLER DE SOUZA - OAB/RO 7887
Agravado: BANCO DAYCOVAL S/A
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo interposto por SEBASTIAO MASIEIRO LOURENÇO em face da decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Colorado do Oeste/RO, que nos autos n. 7000257-85.2017.822.0012, indeferiu o pedido de concessão da justiça gratuita, e concedeu o prazo de 15 dias para a parte proceder o recolhimento das custas iniciais.
Sustenta que a simples declaração de encontrar-se empobrecido é suficiente para a concessão do benefício da gratuidade da justiça, não sendo exigida declaração de pobreza.
Ao final, requer a gratuidade da justiça para o presente recurso, bem como pugna pelo provimento do recurso.
Distribuído à minha relatoria, após análise do feito, o agravante foi intimado para trazer aos autos, documentos que comprovasse seu estado de hipossuficiência.
Juntou documentos dentro do prazo, vindo conclusos.
É o relatório. Decido.
Insurge-se o agravante quanto a decisão que indeferiu o pedido de justiça gratuita.
Anoto, mais uma vez, que a decisão refutada foi exarada sem oitiva da parte adversa, porquanto ainda não citado, conforme pesquisa realizada no Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJe de 1º Grau do TJ/RO, não havendo, portanto, a angularização da relação processual, razão pela qual mostra-se desnecessária a citação/intimação da parte contrária para ofertar contrarrazões ao presente recurso.
Pois bem.
É certa a previsão constitucional e legal que resguarda o direito à assistência judiciária gratuita a quem dela necessite e que será deferida a quem comprovar a insuficiência de recursos.
In casu, verifico que o agravante é funcionário público e aufere um salário líquido de R$ 3.938,51 (três mil, novecentos e trinta e oito reais e cinquenta e um centavos).
Inicialmente, a parte autora limitou-se a declarar que a simples declaração de se encontrar empobrecido seria suficiente para a concessão do benefício da gratuidade da justiça, não sendo exigida declaração de pobreza. Juntou apenas aos autos, comprovantes de seus rendimentos e, apenas, uma conta de energia no valor de R$ 127,81 (cento e vinte e sete reais e oitenta e um centavos).
Como já ficou pacificado por meio do incidente de uniformização de jurisprudência, julgado pelas Câmaras Reunidas Cíveis, em virtude de posicionamentos divergentes adotados pelas Câmaras Cíveis desta e. Corte, a simples declaração de pobreza goza de presunção relativa de veracidade, ou seja, a simples declaração aliada à situação fática apresentada pode ser o suficiente para o deferimento do benefício, como também é possível que o magistrado investigue a real situação do requerente, exigindo a respectiva prova, quando os fatos levantarem dúvidas acerca da hipossuficiência alegada. (Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 0011698-29.2014.8.22.0000, Rel. Des. Raduan Miguel Filho, Câmaras Cíveis Reunidas, J. 05/12/2014).
A questão controvertida e o poder do juiz investigar a real situação financeira da parte foram inclusive previstas no artigo 99, §2º do CPC/2015. Vejamos:
CPC/2015
Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.
[…]
§ 2º O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos
Assim foi que se oportunizou à parte, o prazo para que juntasse aos autos, documentos que pudessem comprovar sua situação de hipossuficiência, tendo o agravado se limitado a declarar que é idoso, bem como sua esposa e que, pode-se presumir pela idade de ambos, a quantidade de despesas médicas e remédios que o casal "ostenta", juntando apenas certidão de casamento, documentos pessoais (RG, CPF) seus e de sua esposa e uma relação das parcelas em aberto de empréstimo que contraiu junto ao Sicoob.
Alega que o prazo concedido para a juntada de documentos, qual seja, 5 (cinco) dias, foi exíguo e que por isso, não foi possível juntar a documentação médica de ambos, principalmente de sua esposa pois, segundo informa, estão acostados em autos que tramitam no TRF1, com pedido de aposentadoria desta.
Ora, não é crível que o prazo concedido, não tenha sido suficiente para juntar aos autos, os documentos mencionados. Ainda que a documentação da esposa do agravante esteja em autos do TRF1, poderia o procurador da parte ter ido ao cartório e solicitado para tirar cópias dos documentos relevantes ou mesmo, fotografar e depois juntar aos presentes autos.
Sem contar ainda que o próprio agravante, poderia ter fornecido ao seu advogado, os comprovantes de suas despesas com médico, hospital, remédios, etc. pois, conforme declara, não possui plano de saúde e, contrai e contraiu empréstimos para custear tratamento de saúde.
Com tais despesas, é de se presumir, que o agravado guarde recibos dos seus gastos, tendo em vista que, pelo salário que aufere e pelas informações constantes de seus contracheques, o mesmo tem descontado imposto de renda e deve, pois, declarar tais despesas perante a Receita Federal para fins de restituição.
Ainda em análise aos autos, verifico que o valor dado à causa é de R$ 24.725,00 (vinte e quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais): logo, as custas iniciais seriam de R$ 494,50 (quatrocentos e noventa e quatro reais e cinquenta centavos), valor este que seria pouco mais de 10% (dez por cento) do seu rendimento mensal.
Portanto, não vislumbro que esse valor poderia influenciar sobremaneira no sustento do agravante e de sua esposa.
Resta, ainda, a análise do pedido da gratuidade quanto ao preparo deste recurso.
Levando em conta que o valor do preparo é de R$ 300,00 (trezentos reais) e dado a tudo o que já foi exposto, entendo que seria muito dispendioso para a parte arcar, também, com mais essa despesa.
Assim, por tudo o que foi exposto, defiro a gratuidade judiciária ao agravante para este recurso e concedo, na origem, o pagamento das custas ao final, parceladas em 4 (quatro) vezes.
Oficie-se ao Juiz a quo cientificando-o desta decisão.
Cumpridas as formalidades legais, arquive-se os autos.
Publique-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 12 de abril de 2017.
Desembargador ISAIAS FONSECA MORAES
Vice-Presidente do TJRO

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Vice Presidência do TJRO / Gabinete Vice Presidência do TJRO
Processo: 0803932-18.2016.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (PJe)
Órgão julgador colegiado: Vice Presidência do TJRO
Órgão julgador: Gabinete Vice Presidência do TJRO
Última distribuição : 08/02/2017
Agravado: SANDRO LUIZ FARIA
Defensor Público: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Agravado: DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS RONDOBRAS LTDA
Advogado: EDSON CESAR CALIXTO JUNIOR (OAB/RO 3897), EDSON CESAR CALIXTO (OAB/RO 1873)
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por SANDRO LUIZ FARIA contra decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Ji-Paraná/RO, nos autos de embargos de execução n. 7003441-07.2016.822.0005 que, indeferiu o pedido de gratuidade judiciária quando do julgamento dos embargos de declaração opostos contra sentença que o condenou ao ônus de sucumbência e fixou honorários advocatícios em 10% do valor da causa nos termos do art. 85, § 2º do CPC/2015.
É o relatório.
Decido.
Tendo em vista a inexistência de pedido de atribuição de efeito suspensivo e exposição de eventuais motivos a ensejar a sua concessão, deixo de concedê-lo.
Intime-se a parte agravada para apresentar resposta ao recurso interposto, facultando-lhe juntar a documentação que entender necessária ao julgamento, no prazo legal.
Após, voltem-me os autos conclusos.
Expeça-se o necessário.
Publique-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 11 de abril de 2017.
Desembargador ISAIAS FONSECA MORAES
Vice-Presidente do TJ/RO

## TRIBUNAL PLENO

Tribunal Pleno / Gabinete Des. Roosevelt Queiroz
Processo: 0802119-53.2016.8.22.0000 - EXCEÇÃO DE IMPEDIMENTO - PJe
Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Excipiente: Aparecido Donadoni
Advogados do(a) Excipiente: Janaina Canuto de Oliveira (OAB/RO 5516), José Bernardes Passos Filho (OAB/RO 245-B), Luiz Eduardo Staut (OAB/RO 882)
Excepto: Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho
Despacho
Vistos.
Em que pese a distribuição deste feito à minha relatoria no âmbito do Tribunal Pleno, nos termos do Regimento Interno desta e. Corte, a competência para julgamento de exceção de impedimento contra ato de juízes de direito, conforme artigo 116, inciso I, "g" é das Câmaras Reunidas Cíveis.
Portanto, encaminho o feito à Vice-Presidência para que promova a indispensável redistribuição.
Publique-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 07 de abril de 2017.
Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Relator

Tribunal Pleno / Gabinete Des. José Jorge Ribeiro da Luz
Processo: 0800892-91.2017.8.22.0000 - MANDADO DE SEGURANÇA - PJe
Relator: Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz
Impetrante: Estado de Rondônia
Impetrado: Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Decisão
Vistos.
Trata-se de Mandado de Segurança impetrado pelo Estado de Rondônia, com pedido liminar, contra ato do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia nos autos do precatório de n. 0006065-66.2016.8.22.0000, no qual deferiu o pedido de antecipação de pagamento de crédito humanitário para cada hipótese autorizadora (idade ou doença grave).
Confira-se o teor da decisão impugnada:
Vistos.
MARLY HASSEGAWA MOSCOSO SOARES requer a antecipação de pagamento humanitário em razão de sua idade e doença grave.
O requerido opinou pelo indeferimento do pedido.
A credora comprovou a qualidade de pessoa idosa nos termos do art. 12 da Resolução 115/2010-CNJ (fls. 47), e a doença grave decorrente de sua atividade laboral, qual seja, túnel do carpo bilateral tendinite e bursite nos ombros direitos e esquerdos, amparado portanto, na alínea "k" do art. 13 da Resolução 115/2010-CNJ, motivo pelo qual defiro os pedidos.
Inclua o seu nome na listagem apropriada e efetue o depósito, observando os descontos pertinentes, o limite constitucional e a legislação estadual que disciplina o valor da RPV. Aguarda-se o pagamento do saldo remanescente nos termos do §2° do art. 100 da CF.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, janeiro de 2017.
Para o impetrante, a decisão impugnada vai de encontro com a previsão do §2° do art. 100 da Constituição Federal, ao sustentar que tal dispositivo prevê que o credor do crédito humanitário somente pode ser beneficiado uma vez em cada precatório, e não a cada fundamento autorizador (idoso ou portador de doença grave ou pessoa com deficiência).
Com essas argumentações, postula a concessão de medida liminar a fim de suspender o pagamento por antecipação, a título de crédito humanitário, no precatório n. 0006065-66.2016.8.22.0000, em favor de Marly Hassegawa Moscoso Soares, até o julgamento final do presente mandamus.
Decido sobre a medida liminar.
Nos termos do art. 110, § 2º da nossa Lei Maior, o pagamento dos precatórios tidos como humanitários, deve ser feito aos idosos (pessoas com mais de 60 anos de idade) ou que sejam portadores de doença grave ou deficiência, com a expressa redação:
Art. 100. Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.
§ 2º Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares, originários ou por sucessão hereditária, tenham 60 (sessenta) anos de idade, ou sejam portadores de doença grave, ou pessoas com deficiência, assim definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo fixado em lei para os fins do disposto no § 3º deste artigo, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório. (Grifei)
O que se pode denotar, a princípio, é que a Constituição Federal, em exame pura e simplesmente literal, autoriza o pagamento de créditos de precatórios para pessoas que possuam uma ou mais

das condições expressamente delimitadas. Não há, ao menos em exame preliminar, autorização para pagamento quando haja atingimento de requisitos diversos. Ou seja, quando se atinge o limite de idade e, ao depois, por eventual doença grave ou vice-versa.
Dessa forma, parece não haver possibilidade – repito, em prévio exame e para efeitos de deliberação do pedido de liminar – de pagamento em mais de uma oportunidade.
Assim, vejo presente o requisito fumus boni iuris para a concessão da medida pleiteada, haja vista a necessidade de maior discussão sobre a matéria.
Da mesma forma com relação ao periculum in mora, o que também presente, vez que o pagamento, neste momento, poderá tornar inválida a decisão final, caso seja pela procedência do pedido do impetrante.
Sendo assim, deferido a medida liminar para determinar a suspensão do pagamento por antecipação, a título de crédito humanitário, no precatório n. 0006065-66.2016.8.22.0000, autos de origem 0008060-41.2012.8.22.0005, em favor de MARLY HASSEGAWA MOSCOSO SOARES, até o julgamento final do presente mandamus.
Notifique-se a autoridade coatora para prestar as informações que entenderem necessárias no prazo de 10 (dez) dias, consoante dispõe o inciso I do art. 7º da Lei 12.019/2009.
Cite-se Marly Hassegawa Moscoso Soares, no endereço indicado na inicial, para ingressar no feito.
Após, encaminhem-se os autos à Procuradoria de Justiça.
Intimem-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 17 de abril de 2017.
Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz
Relator

Tribunal Pleno / Gabinete Des. Roosevelt Queiroz
Processo: 0802119-53.2016.8.22.0000 - EXCEÇÃO DE IMPEDIMENTO - PJe
Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Excipiente: Aparecido Donadoni
Advogados do(a) Excipiente: Janaina Canuto de Oliveira (OAB/RO 5516), José Bernardes Passos Filho (OAB/RO 245-B), Luiz Eduardo Staut (OAB/RO 882)
Excepto: Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho
Vistos.
Trata-se de Exceção de Impedimento que foi distribuído por sorteio no âmbito do Tribunal Pleno.
Porém, com advento do Regimento Interno desta Corte, que estabelece no art. 12, que os processos serão julgados segundo a competência de cada órgão julgador, a competência para processar e julgar os autos encontra-se afeta às Câmaras Reunidas Cíveis, nos termos do art. 116, I, "g" do RITJ/RO.
Dito isso, determino a redistribuição dos autos, por sorteio, no âmbito das Câmaras Reunidas Cíveis, nos termos do artigo supramencionado, do RITJ/RO.
Publique-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 12 de abril de 2017.
Desembargador ISAIAS FONSECA MORAES
Vice-Presidente do TJ/RO

Tribunal Pleno / Gabinete Des. Péricles Moreira Chagas
Processo: 0803966-90.2016.8.22.0000 - MANDADO DE SEGURANÇA - PJe
Relator: Juiz Convocado Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Impetrante: Emanuel Fernando Correia Sanches Schott
Advogada do(a) Impetrante: Roselei de Mello Gasperi (OAB/RO 6264)
Impetrado: Governador do Estado de Rondônia
Impetrado: Superintendente Estadual de Administração e Recursos Humanos
DecisãoVistos.
Trata-se de ação mandamental com pedido de liminar impetrada por Emanuel Fernando Correia Sanches Schott contra ato omissivo supostamente praticado pelo Governador do Estado de Rondônia e pela Superintendência Estadual de Administração e Recursos Humanos – SEARH.
Alega o impetrante que prestou concurso público para o cargo de Engenheiro Ambiental da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, conforme edital publicado no diário oficial n. 2405, de 20/02/2014, tendo sido aprovado na quarta colocação para a Comarca de Ji-Paraná, cujo resultado final foi disponibilizado no DOE n. 2486, de 27/06/2014.
Segundo o edital de abertura do referido concurso, foram disponibilizadas três vagas para o cargo de Engenheiro Ambiental, sendo uma para Vilhena, uma para Ji-Paraná e uma para Porto Velho, que antes de vencer o prazo final foram abertas mais duas vagas para o Município de Porto Velho, conforme edital n. 131/GCP/SEGEP, de 12/05/2016, contudo, nenhum candidato assumiu.
Assevera ainda que pelo fato de ter obtido a segunda maior nota na ordem de classificação geral, deveria ter sido oportunizada a sua concorrência na localidade com o maior número de vagas, qual seja, Porto Velho.
Ao final, requer liminarmente seja nomeado para ocupar uma das vagas existentes do cargo de Engenheiro Ambiental da SEDAM na Comarca desta Capital, e, no mérito, seja confirmada a medida liminar.
Determinado que o impetrante completasse a inicial (ID 1452864), este trouxe os documentos inseridos nos IDs n. 1491505, 1491506, 1491508, 1491509, 1491510.
Examinados, decido.
Inicialmente, observa-se que foram nominados para figurar no polo passivo do presente mandado de segurança o Governador do Estado de Rondônia e a Superintendência Estadual de Administração e Recursos Humanos.
Entretanto, segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a autoridade a ser apontada como coatora no mandado de segurança não é a pessoa jurídica de direito público, mas sim "a pessoa física que ordena ou omite a prática do ato impugnado, ou seja, a que é capaz de executá-lo" (AgRg no Ag 1205748/PI, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 07/12/2010, DJe 01/02/2011).
Logo, a Superintendência Estadual de Administração e Recursos Humanos – SEARH deve ser excluída do polo passivo.
Voltando ao cerne da questão, nota-se que os presentes autos se resumem a discutir se o impetrante detém o direito de tomar posse no concurso público, tendo em vista o surgimento de novas vagas no período de validade do certame.
A jurisprudência consolidada no STJ é no sentido de que os candidatos aprovados fora do número de vagas previstos no edital têm mera expectativa de direito à nomeação, todavia, tal expectativa se convola em direito a partir do momento em que ficar devidamente comprovado que o candidato melhor classificado não tem interesse ou condições de ocupar o cargo, que houve preterição da ordem de classificação, por meio de contratação precária ainda na vigência do concurso público ou abertura de novo certame, bem como pelo surgimento de novas vagas (Precedente: MS: 21410 DF 2014/0313722-7, rel. min. FILHO, Napoleão Nunes Maia, Data de Julgamento: 22/4/2015, S1 - Primeira Seção, Data de Publicação: DJe 5/5/2015).
Consta dos autos que o edital oferecia inicialmente três vagas para o cargo ora pleiteado, sendo uma para Vilhena, uma para Ji-Paraná e uma para Porto Velho, e posteriormente houve a ampliação de duas vagas para a cidade de Porto velho, conforme se observa no Id 1491505.
O impetrante se inscreveu para a cidade de Ji-Paraná, tendo sido aprovado e ficando classificado em quarto lugar (Id 1491506, f. 02).

Analisando as informações do edital de abertura do certame (Id 1237862, fls. 06-12), observa-se que não houve previsão de concorrência ampla e irrestrita, pois cada candidato concorreu apenas para a localidade que se inscreveu.
É tanto que o edital de homologação do resultado final dispõe os candidatos aprovados em várias listas separadas por localidade, não havendo uma lista geral de classificação (Id 1237863, fls. 32-41).
Não é demais lembrar que o edital do concurso público faz lei entre o concorrente e a Administração Pública, vinculando as partes à sua fiel e estrita observância (Precedente STJ: AgRg no RMS 47.413/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/10/2015, DJe 16/10/2015).
Ainda que o edital previsse a possibilidade de o impetrante concorrer para as demais localidades, sobretudo para Porto Velho, onde foram criadas mais duas vagas, deveria ter sido publicada uma lista geral de candidatos aprovados, utilizando os critérios de desempate previstos no edital no caso de igualdade de pontuação na classificação final.
Observa-se ainda que todas as vagas previstas no edital já foram preenchidas, inclusive as que foram criadas para Porto Velho, conforme os documentos juntados pelo impetrante (Id 1491508, f. 04; Id 1491510, f. 04; Id 1491509, f. 04).
Nem de longe se verifica a existência de liquidez e certeza do direito do impetrante, tendo em vista ser impossível alcançar a pretensão almejada, com base nas regras previstas no edital do concurso.
Posto isto, indefiro a petição inicial e, em consequência, extingo o feito sem julgamento de mérito, nos termos do artigo 485, I, do CPC, fazendo monocraticamente nos moldes do art. 123, IV, do RITJ/RO.
Sem custas ou honorários.
Publique-se.
Após o trânsito em julgado, arquive-se.
Porto Velho, 17 de abril de 2017.
Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Juiz Convocado

Tribunal Pleno / Gabinete Des. Isaias Fonseca Moraes
Processo: 0804048-24.2016.8.22.0000 - MANDADO DE SEGURANÇA - PJe
Impetrante: Ivani Cardoso Cândido de Oliveira
Advogados do(a) impetrante: Antônio Cândido de Oliveira, OAB/RO nº. 2311, Camila Gonçalves Monteiro, OAB/RO nº 8348.
Impetrado: Relator integrante da da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de RO - Marcos Alaor Diniz Grangeia e outros
Relator: Desembargador Isaias Fonseca Moraes
DecisãoPor meio da petição ID 1575659, a impetrante Ivani Cardoso Cândido de Oliveira alega que a cobrança de R$-100,00, a título de custas remanescentes sobre as quais foi intimada a pagar, é indevida.
Argumenta que, ao tempo da impetração do mandado de segurança, recolheu 1,5% do valor da causa, conforme estabelecia o regimento de custas vigente à época, sendo certo que por não ter sido conhecida a via processual utilizada, inexistem custas remanescentes.
Decisão.
Razão não assiste à impetrante.
A petição inicial foi indeferida e contra esta decisão a impetrante apresentou embargos de declaração, julgados em 03.02.2017, com trânsito em julgado em 07.03.2017, quando já vigente a Lei n.º 3.896/2016 (Regimento de Custas atual).
A prestação jurisdicional restou satisfeita, nos termos do inciso III do artigo 12 do atual Regimento de Custas, segundo o qual:
Art. 12. As custas judiciais incidirão sobre o valor da causa, da seguinte forma:
I - 2% (dois por cento) no momento da distribuição, dos quais 1% (um por cento) fica adiado para até 5 (cinco) dias depois da audiência de conciliação, caso não haja acordo. Havendo acordo, as partes ficam desobrigadas ao pagamento do montante adiado;
II - 3% (três por cento) como preparo da apelação ou do recurso adesivo, ou, nos processos de competência originária do Tribunal;
III - 1% (um por cento) ao ser satisfeita a execução ou a prestação jurisdicional.
De acordo com o cálculo da Contadoria Judicial (ID 1554733), as custas processuais finais somaram R$-10,08, porém, aplicando-se o §1º do artigo 12 do Regimento de Custas vigente, o valor mínimo a ser recolhido na hipótese é de R$-100,00.
§ 1º Os valores mínimo e máximo a ser recolhido em cada uma das hipóteses previstas nos incisos deste artigo correspondem a R$ 100,00 (cem reais) e R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), respectivamente.
Ante o exposto, indefere-se a petição ID 1575659, tendo em vista que o valor das custas remanescentes está correto, de acordo com o artigo 12, inciso III e §1º, da Lei n.º 3.896/16 (Regimento de Custas atual).
Caso não haja o recolhimento das custas no prazo de 05 (cinco) dias, adotem-se as providências legalmente previstas para inscrição em Dívida Ativa.
Intime-se.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
(e-sig) Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

## 1ª CÂMARA CÍVEL

Processo: 7008515-88.2015.8.22.0001 - APELAÇÃO (PJE)
Relator: ALEXANDRE MIGUEL
Data distribuição: 15/02/2017 16:09:56
Apelante: LUCIO MARTINS DA SILVA
Advogado: SERGIO FERNANDO CESAR (OAB/RO 7449)
Advogado: DENIS AUGUSTO MONTEIRO LOPES (OAB/RO 2433)
Apelado: OLIVIO RAMOS MACHADO
Advogado: EDER GATIS DE JESUS (OAB/RO 6681)
Advogado: IZAQUE LOPES DA SILVA (OAB/RO 6735)
Vistos.
Em análise aos autos e aos registros do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJe de 2º Grau do TJ/RO, constatei ter razão o MM. Juiz convocado Carlos Augusto Teles de Negreiros em seu despacho no ID Num. 1584997.
Assim, nos termos do art. 142 do RITJ/RO, determino a redistribuição dos autos, por prevenção, à relatoria do e. Des. Raduan Miguel.
Publique-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 12 de abril de 2017.
Desembargador ISAIAS FONSECA MORAES
Vice-Presidente do TJ/RO

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª Câmara Cível / Gabinete Des. Péricles Moreira Chagas
Processo: 0801416-25.2016.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (PJE-2º GRAU)
Relator: Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Data distribuição: 16/05/2016 18:00:08
AGRAVANTE: RESIDENCIAL NOVA CACOAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e outros
Advogados: DIOGENES NUNES DE ALMEIDA NETO (OAB/RO 3831), ANDREY CAVALCANTE DE CARVALHO (OAB/RO 303-A, FRANCISCO DE SOUZA RANGEL (OAB/DF 25964), EVERALDO BRAUN (OAB/RO 7670)
Polo Passivo: JUNIOR ABREU JORDANI e outros

Advogados: CHARLES BACCAN JUNIOR (OAB/RO 2823), HELIDA GENARI BACCAN (OAB/RO 2838)
Despacho
Vistos.
Os agravantes Residencial Nova Cacoal Empreendimentos Imobiliários Ltda, Fernando Augusto Nunes de Oliveira e Casa e Terra Imobiliária e Engenharia Ltda interpuseram agrava interno com pedido de reconsideração da decisão proferida no id1582614 nos autos deste agravo de instrumento.
É evidente a contradição entre a decisão que tomei no id 1582614 e a decisão anteriormente proferida no id 475906 que suspendeu o processo ordinário em trâmite na 4ª Vara Cível da Comarca de Cacoal.
A primeira vista tenho que a decisão agravada deve ser mantida, não obstante as alegações quanto a falta da fundamentação da desnecessária interferência da decisão na relação empresarial que se estabeleceu. Todavia, foi acertada a suspensão de venda de novos lotes.
De forma que revogo minha decisão no id 1582614 mantendo a decisão anterior quanto a suspensão do processo e indefiro levantamento de valores, pedido de levantamento de valores deve ser feito perante o juízo de primeiro grau, na ação ordinária, após o julgamento deste agravo.
Este agravo está pronto para julgamento, intime-se as partes desta decisão e retornem conclusos para inclusão em pauta de julgamento.
Informe-se o juízo de origem.
Porto Velho, 18 de abril de 2017.
Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete da Vice Presidência
0010529-49.2015.8.22.0007 - APELAÇÃO (PJE)
Origem: 0010529-49.2015.8.22.0007 Cacoal 1ª Vara Cível
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Data distribuição: 06/02/2017 13:00:23
Apelante: GILBERTO PEREIRA SABINO
Advogado: JOSE JOVINO DE CARVALHO (OAB/RO 3850)
Apelada: Eletrobras Distribuição Rondônia S.a. e outros
Vistos.
Em análise aos autos e aos registros do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJe de 2º Grau do TJ/RO, constatei ter razão o e. Des. Kiyochi Mori em seu despacho no ID Num. 1584373.
Assim, nos termos do art. 142 do RITJ/RO, determino a redistribuição dos autos, por prevenção, à relatoria do e. Des. Raduan Miguel.
Publique-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 12 de abril de 2017.
Desembargador ISAIAS FONSECA MORAES
Vice-Presidente do TJ/RO

Processo: AGRAVO DE INSTRUMENTO n. 0800921-44.2017.8.22.0000 - (PJE)
Origem: 7007925-65.2016.8.22.0005 - Ji-Paraná/1ª Vara Cível
Agravante: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA - CAERD
Advogados: ALESSANDRO SILVA DE MAGALHÃES (OAB/SP 165.546), THIAGO COSTA MIRANDA (OAB/RO 3.993), ANA PAULA CARVALHO VEDANA (OAB/RO 6.926), FÁTIMA GONÇALVES NOVAES (OAB/RO 3.268) E PATRICIA FERREIRA ROLIM (OAB/RO 783)
Agravado: M. DE F. SILVA - ME
Advogado: GUSTAVO CAETANO GOMES (OAB/RO 3.269)
Distribuído em 12/4/2017
ABERTURA DE VISTA
Nos termos do art. 3º e 4º do Ato 95/2017(Dje 01/02/2017) fica (m) o (s) agravante (s) intimado (s) para recolher em dobro o valor das custas do Agravo, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de deserção.
Porto Velho, 18 de abril de 2017.
Bel.ª Cilene Rocha Meira Morheb
Diretora do 1ºDejucível/TJRO

Recurso Especial em Agravo Interno em Agravo de Instrumento 0800639-74.2015.8.22.0000 (PJE-2º GRAU)
Origem: 0010527-97.2015.8.22.0001 – Porto Velho/ 2ª Vara Cível
Recorrente: Santo Antonio Energia S.A.
Advogados: Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3.861), Everson Aparecido Barbosa (OAB/RO 2.803), Luciana Sales Nascimento (OAB/PB 17.625-B, Rafaela Pithon Ribeiro (OAB/BA 21.026), Bruna Rebeca Pereira da Silva (OABA/RO 4.982) e Júlia Peres Capobianco (OAB/SP 350.981)
Recorrido: João Ricardo da Rocha Campos
Advogados: Antônio de Castro Alves Júnior (OAB/RO 2.811) e Jeanne Leite Oliveira (OAB/RO 1.068)
ABERTURA DE VISTA
Nos termos do provimento nº 001/2001-PR, de 13/09/2001, e dos artigos 203, § 4º c/c 1030, do CPC, fica o recorrido intimado para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso especial, no prazo legal, via digital, conforme artigo 10, §1º, da Lei Federal n. 11.419/2006.
Porto Velho, 19 de abril de 2017.
Belª Cilene Rocha Meira Morheb
Diretora do 1º Dejucível/TJ/RO

1ª Câmara Cível
Processo: 0800651-88.2015.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (PJe-2º Grau)
Origem: 0005202-78.2014.8.22.0001 – Porto Velho/9ª Vara Cível
Agravante: Nefron Servicos de Nefrologia Ltda
Advogados: Candido Ocampo Fernandes (OAB/RO 780), Magnum Jorge Oliveira da
Silva (OAB/RO 3.204)
Agravada: Guia Express Comercial Ltda - EPP
Agravada: Carvajal Informações Ltda
Advogados: Fernando Denis Martins (OAB/SP 182.424) E Deborah Gonçalves de Sousa
(OAB/SP 129.938)
Relator: Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Data distribuição: 10/08/2015 20:42:34
Decisão
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Nefron Serviços de Nefrologia Ltda. em face da decisão prolatada pelo Juízo da 9ª Vara Cível de Porto Velho, nos autos da ação declaratória de inexistência de débito cumulada repetição de indébito e indenização por danos morais movida contra Guia Express Comercial Ltda. EPP e outro, na qual foi declarado deserto o apelo que interpôs.
Em suas razões, a agravante sustenta não haver deserção por se tratar de demanda baseada, parcialmente, em danos morais e, em razão desse fato, seu valor de causa é provisório e determinado em definitivo pela sentença, fato não observado pelo juízo de origem antes da deserção ora atacada.
Pugna, ao final, pela reforma da decisão para processamento do apelo e remessa dos autos ao Tribunal de Justiça para análise do recurso.

É o sucinto relatório. Decido.
Discute-se o acerto da decisão declaratória de deserção do recurso de apelação interposto pela agravante. Em juízo de delibação, não há pedido de liminar. Assim, intimem-se os agravados para, querendo, contraminutar o presente agravo no prazo de até 15 dias (art. 1.019, II, do NCPC).
Após, conclusos para análise do mérito.
Porto Velho, 12 de abril de 2017.
Juiz Convocado Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Relator

1ª Câmara Cível
Processo: Agravo de Instrumento n. 0801684-79.2016.8.22.0000 (PJe-2ºGrau)
Origem: 0273811-76.2017.8.22.0001 - Porto Velho/1ª Vara Cível
Agravantes: Verônica Fátima Brasil dos Santos Reis Cavalini e Josélia Valentim da Silva
Advogadas: Josélia Valentim da Silva (OAB/RO 198) e Verônica Fátima Brasil dos Santos Reis Cavalini (OAB/RO 1.248)
Agravada: Saga Agropastoril Representações Ltda - ME
Advogado: Allan Monte de Albuquerque (OAB/RO 5.177)
Agravado: Nelcy Stefanes Almeida
Advogados: Allan Monte de Albuquerque (OAB/RO 5.177) e Amadeu Guilherme Matzenbacher Machado (OAB/RO 4B)
Relator: Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Data distribuição: 08/06/2016 20:10:56
Decisão
Joselia Valentim da Silva e Verônica Fátima Brasil dos Santos Reis Cavalini, inconformadas com a decisão proferida nos autos da ação de execução que moveram contra Saga Comércio e Representação Ltda. e Outro, interpuseram recurso de agravo de instrumento visando à sua reforma.
Antes de analisado o recurso, protocolizara pedido de desistência, alegando terem firmado acordo extrajudicial com os agravados.
Examinados, decido.
Considerando o pedido formulado pelo apelante, e nos termos do art. 123, XVII, do Regimento Interno, combinado com o art. 932, I, julgo prejudicado o presente agravo de instrumento, e determino seu arquivamento com as baixas pertinentes.
Custas na forma da lei.
Publique-se.
Intimem-se.
Porto Velho, 18 de abril de 2017.
Juiz Convocado Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Relator

1ª Câmara Cível
Processo: Agravo de Instrumento n. 0800801-98.2017.8.22.0000 (PJe-2º Grau)
Origem: 7043215-56.2016.8.22.0001 - Porto Velho/6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Agravantes: Lucilda Assunção Molina Meira e outros
Advogado: Pedro Paulo Barbosa (OAB/RO 6.833)
Agravado: José da Silva de Aguiar
Advogada: Joicebere da Silva Aguiar (OAB/RO 7.816)
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Data distribuição: 30/3/2017
Decisão
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Lucilda Assunção Molina Meira e outros face a decisão proferida pelo juízo da 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de Porto Velho que, nos autos de reintegração de posse ajuizada por José da Silva de Aguiar, deferiu a liminar de reintegração de posse em desfavor de Mariano Campos Pinheiro e demais ocupantes da área.
Em suas razões, alegam não fazer parte do polo passivo da ação originária mas serem ocupantes, há mais de ano e dia, da área a ser reintegrada nos autos de origem, conforme lhes fora informado em 24/03/2017 pela Oficial de Justiça Luciana. Sustentam que a área ocupada é diversa da área que o autor alega ser o proprietário, bem como que se encontra caucionada ao Município de Porto Velho, o qual não foi ouvido nos autos de origem. Reclama ainda cerceamento de defesa por utilização de prova emprestada de outros autos do qual não fizeram parte.
Pugna pelo deferimento de gratuidade judiciária, pela concessão de efeito suspensivo e revogação da liminar de reintegração de posse.
É o relatório.
As provas dos autos denotam que as agravantes não possuem condições de arcar com as custas processuais e, consequentemente, fazem jus aos benefícios da justiça gratuita.
A utilização pelo interessado, do recurso de agravo de instrumento, é para reexame da decisão atacada, de modo que a análise de outros elementos não analisados na origem consistem em supressão de instância.
Como afirmado pelas próprias agravantes, ainda não foram citadas e sequer compareceram espontaneamente aos autos de primeiro grau. A matéria em questão e que trazem a conhecimento desta Corte com este recurso não foi ainda submetida ao conhecimento e consequente exame do magistrado de primeiro grau, condição para que pudesse esta Corte se pronunciar sobre o tema. Falta portanto, aos agravantes, interesse recursal.
Pois bem. Cabe ao magistrado de primeiro grau o conhecimento e análise das razões do pedido de revogação da tutela de urgência e, sendo acolhida ou não a argumentação, será oportunizado às partes a interposição do recurso adequado, em conformidade com o princípio do duplo grau de jurisdição. É que neste recurso as agravantes trazem matéria não enfrentada na decisão agravada.
Neste sentido são os precedentes desta Corte: AI n. 0004412-63.2015.8.22.0000 e 0003661-34.2015.8.22.0014.
Ante o exposto, concedo a justiça gratuita postulada, porém não conheço do presente recurso por ser manifestamente inadmissível, nos termos do artigo 932, III, do Código de Processo Civil.
Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Após o trânsito em julgado, arquive-se.
Porto Velho/RO, 11 de abril de 2017.
Desembargador Raduan Miguel Filho
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª Câmara Cível / Gabinete Des. Péricles Moreira Chagas
Processo: AGRAVO DE INSTRUMENTO - 0803994-58.2016.8.22.0000 (PJE)
Origem: 7017105-20.2016.8.22.0001 - Porto Velho/2ª Vara Cível
Relator: PÉRICLES MOREIRA CHAGAS
Data distribuição: 06/12/2016 13:55:14
Agravante: Banco BMG S/A
Advogados: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB/PE 23.255) e Hugo Neves de Moraes Andrade (OAB/PE 23.798)
Agravado: Silvano Alves Cunha
Advogados: Cesaro Macedo de Sousa (OAB/RO 6.358) e Francisco Alves Pinheiro Filho (OAB/RO 568)
DecisãoVistos, etc.
Banco BMG S/A interpôs agravo de instrumento da decisão proferida pelo Juízo da 2ª Vara Cível de Porto Velho, nos autos da ação declaratória de inexistência de débito c/c reparação por danos morais, que deferiu o pedido de tutela de urgência de natureza antecipada, para determinar a retirada dos dados do agravado dos cadastros de inadimplentes, referente ao débito discutido na inicial da ação declaratória.

Alega que o agravado aderiu de livre e espontânea vontade o contrato de empréstimo, tendo pleno conhecimento de suas cláusulas e aceitou todas as condições, não podendo somente agora alegar excessividade do contrato. Argumenta que inexiste, no presente caso, os requisitos necessários para a concessão da liminar e alega impossibilidade de arbitramento de multa diária por descumprimento da decisão, razão pela qual requer a concessão do efeito suspensivo e, no mérito, a reforma da decisão agravada.
Examinados. Decido.
Os requisitos para a concessão do efeito suspensivo são os mesmos exigidos para a tutela provisória de urgência antecipada, quais sejam: a probabilidade da existência do direito e o risco de dano irreparável, nos termos do art. 300 c/c o art. 1.019, I, do NCPC.
A decisão agravada determinou a retirada do nome do agravado dos órgãos de cadastro de inadimplentes (SPC e SERASA).
Da análise do agravo de instrumento, não é possível verificar a existência de dano irreparável ou de difícil reparação ao banco, com a simples exclusão temporária dos dados do agravado dos cadastros de inadimplentes.
Assim sendo, indefiro o pedido de efeito suspensivo, devendo o presente recurso prosseguir sob a forma do art. 1.019 do NCPC.
Intime-se os agravantes para ciência.
Comunique-se ao Juízo de origem.
Intime-se as agravadas para, querendo, responderem ao recurso no prazo de 15 (quinze) dias.
Cumpra-se.
Porto Velho, 18 de abril de 2017.
Juiz Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Relator em Substituição

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª Câmara Cível / Gabinete Des. Raduan Miguel
Processo: Agravo de Instrumento n. 0800664-19.2017.8.22.0000 - (Pje)
Origem: 0024518-77.2014.8.22.0001 - Porto Velho/5ª Vara Cível
Agravante: Santo Antônio Energia S.A.
Advogados: Andrey Cavalcante de Carvalho (OAB/RO 303-B), Paulo Barroso Serpa (OAB/RO 4.923), Iran da Paixão Tavares Júnior (OAB/RO 5.087), Felipe Augusto Ribeiro Mateus (OAB/RO 1.641), Thaline Angélica de Lima (OAB/RO 7.196) e Mirele Rebouças de Queiroz Juca (OAB/RO 3.193)
Agravado: Marcelino Blasius
Advogado: Gecilene Antunes Faustino (OAB/RO 2.474)
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Distribuído em 15/3/2017
Despacho
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Santo Antônio Energia S/A face a decisão proferida pelo juízo da 5ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho que, nos autos de ação indenizatória c/c lucros cessantes movida por Marcelino Blasius, determinou a juntada, pela agravante, de cópia das atas lavradas nas reuniões realizadas entre as famílias e os funcionários da requerida, especialmente pelo Sr. Ivan, o qual deverá ser devidamente identificado com nome completo e documento de identidade.
Em suas razões, pugna pela concessão de efeito suspensivo e pela reforma da decisão agravada para desincumbir o agravante de juntar os documentos citados, pois alega que a determinação é ampla e irrestrita, ferindo o seu direito de prova, pois teria que juntar todo e qualquer documento em seu poder denominado Ata, bem como o seu direito de não produzir prova contra si.
Afirma também ser necessária a análise da possibilidade de revisão contratual no presente caso pois, segundo alega, as partes firmaram acordo mediante escritura pública, reconhecendo a desapropriação do imóvel rural com a quitação de toda e qualquer obrigação decorrente desta, sendo esta prova suficiente para o julgamento do mérito, comportando julgamento antecipado.
É o relatório.
A atribuição do efeito suspensivo ao agravo de instrumento só se dará em situações que possam resultar em dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.
No presente caso, entendo ausentes os requisitos para a concessão de efeito suspensivo ao recurso.
Intime-se a parte agravada para, querendo, oferecer contrarrazões, no prazo do art. 1.019, II, do CPC/2015, facultada ainda a juntada de documentação que entender necessária ao julgamento do recurso.
Após, retornem os autos conclusos.
Porto Velho/RO, 5 de abril de 2017.
Desembargador Raduan Miguel Filho
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª Câmara Cível / Gabinete Des. Raduan Miguel
Processo: Apelação 7049840-09.2016.8.22.0001 (PJe)
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Data distribuição: 17/02/2017 11:51:47
Apelante/Apelado: Francisco Bessa de Souza
Advogado: Jhonatas Emmanuel Pini (OAB/RO 4.265)
Apelado/Apelante: Sindicato dos Trabalhadores da Saúde de Rondônia - SINDSAUDE
Advogados: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5.546) e Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4.643)
Apelada: Federação das UNIMEDS da Amazônia - Federação das Sociedades Cooperativas Médicas do Acre, Amapá, Pará, Rondônia e Roraima
Advogados: Rodrigo Santos da Silva (OAB/AM 10.696), Gutemberg Dantas Licariao (OAB/RR 187-B), Juliana Ferreira Correa (OAB/AM 7.589)
Decisão
Vistos.
Trata-se de análise para concessão, ou não, de efeito suspensivo e tutela antecipada no recurso de apelação interposto por Francisco Bessa de Souza, em face da sentença proferida pelo juízo da 7ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho, na ação de obrigação de fazer cumulada com indenização por danos morais e materiais movida em face de Sindicato dos Trabalhadores da Saúde de Rondônia - SINDSAÚDE e Federação das Unimeds da Amazônia – FAMA.
Em suas razões o apelante alega que a operadora do plano de saúde, ora apelada, rescindiu, unilateralmente, o contrato de prestação de serviços médicos firmado pelo sindicato supracitado, também apelado, sem qualquer tipo de notificação prévia, mesmo estando adimplente com as mensalidades. Aduz que possui cardiopatia, lesão pulmonar de natureza grave, dispneia aos mínimos esforços, grave risco de morte súbita e prognóstico sombrio, sendo necessária a utilização de diversos medicamentos de uso contínuo, bem como acompanhamento médico constante.
Requer a aplicação dos efeitos devolutivo e suspensivo ao recurso, assim como o deferimento da tutela antecipada recursal para determinar o restabelecimento pleno do plano dos serviços de assistência à saúde, abrangendo seus dependentes, com garantia de atendimento e realização de todos os procedimentos da ANS, além dos definidos pelo contrato e segurança das carências já superadas, com o envio dos boletos bancários quanto às mensalidades, até o julgamento final do apelo.
É o que tenho por necessário ao relatório, pois a presente análise está restrita à concessão ou não do efeito suspensivo e da antecipação de tutela.

Passo a decidir.
A eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso, a teor do art. 995, parágrafo único, do CPC/2015.
A antecipação de tutela recursal, por sua vez, poderá ser concedida quando demonstrados os requisitos da tutela de urgência, consubstanciada em elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (art. 300 do CPC/2015).
Ocorre que não há essa demonstração inequívoca da probabilidade de provimento do recurso de apelação interposto, tampouco a demonstração do risco de dano grave ou de difícil reparação, estando esta última hipótese restrita à argumentação do apelante, insuficiente a ensejar meu convencimento, pois, o plano de saúde foi suspenso a partir de setembro de 2015 e o ajuizamento da ação ocorreu tão-só em 22/09/2016, ou seja, um ano depois. Se houvesse tamanha urgência, a busca pela tutela jurisdicional teria ocorrido antes.
Ademais, o plano de saúde ainda estava no período de carência para procedimentos mais complexos, eis que a contratação foi firmada em 27/01/2015. A ressalva no atendimento seria apenas com relação às situações de urgência e emergência, o que não se verificou. Assim, é inviável a concessão do pedido para a reativação dos serviços de forma integral, como deseja o apelante.
Ressalto que o laudo médico utilizado como justificativa para o restabelecimento do plano atestou ser o apelante portador de cardiopatia grave, com risco de morte súbita, dentre outras enfermidades, com indicação dos medicamentos utilizados continuamente. Porém, não há apontamento para realização de exames específicos, consultas especializadas ou internação, a que o apelante deva se submeter com urgência.
Por fim, cumpre-me salientar que no processo de nº 7014186-92.2015.8.22.0001, que tramitou na 5ª Vara Cível desta Capital, o contrato entre as apeladas restou rescindido, inviabilizando o restabelecimento da relação jurídica para emanar obrigação de fazer em prol do apelante.
Ante o exposto, indefiro o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação interposto, bem como a antecipação de tutela recursal.
Publique-se. Intime-se.
Ao Ministério Público para manifestação.
Após a publicação desta decisão, voltem-me os autos para análise in oportune tempore da apelação.
Porto Velho/RO, 18 de abril de 2017.
Desembargador Raduan Miguel Filho
Relator

Processo: 0800259-51.2015.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (PJE 2º GRAU)
Relator: Juiz Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Data distribuição: 21/07/2015 18:12:30
AGRAVANTE: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A. e outros
Advogados: CLAYTON CONRAT KUSSLER (OAB/RO 3861), EVERSON APARECIDO BARBOSA (OAB/RO 2803), LUCIANA SALES NASCIMENTO (OAB/PB 17.625-B), RAFAELA PITHON RIBEIRO - BA21026, JULIA PERES CAPOBIANCO - SP350981
AGRAVADOS: FRANCISCO MACIEL SENA, MARIA GORETE FERREIRA MACIEL, INGRITI FERREIRA TRINDADE E OUTROS
Advogados: VALNEI GOMES DA CRUZ ROCHA (OAB/RO 2479) E DENISE GONÇALVES DA CRUZ ROCHA (OAB/RO 1996)
Decisão
Cuida-se de agravo de instrumento interposto por Santo Antônio Energia S/A contra decisão saneadora prolatada pelo Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho na ação indenizatória movida pelos agravados contra a recorrente.
A decisão deferiu a antecipação dos efeitos da tutela, determinando à empresa o realojamento dos requerentes em local seguro, bem como dos seus bens, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de multa de R$20.000,00 (vinte mil reais).
Em sua extensa minuta (fls. 4-94), a agravante sustenta, em síntese, que inexiste nexo de causalidade entre a atividade desenvolvida pela empresa e os danos sofridos pelos autores com a cheia do Rio Madeira em 2014. Ainda, alega que não restaram evidenciados nos autos os requisitos autorizadores da antecipação de tutela, o que confere caráter definitivo aos possíveis efeitos da decisão guerreada. Requer, por fim, a concessão de efeito suspensivo ao recurso, bem como o seu provimento para revogar a medida liminar concedida em primeiro grau.
É o necessário a relatar.
Decido.
São requisitos para concessão do efeito suspensivo a relevância da fundamentação e a existência de dano grave e de difícil reparação, nos termos do art. 558, caput, do Código de Processo Civil.
Nas fotografias e demais documentos juntados aos autos, vê-se que a situação dos agravados é de precariedade uma vez que a cheia do Rio Madeira no ano de 2014 destruiu suas propriedades, bem como as plantações que possuíam, parte alegadamente utilizada para venda com objetivo de complementação da renda para sobrevivência.
Não se verifica, neste momento, possibilidade de dano irreparável ou de difícil reparação à agravante quando, ao que se apresenta, os danos sofridos pelos agravados são muito maiores com a destruição de suas casas, sendo justificável a manutenção da liminar para sua realocação às expensas da agravante, razão pela qual indefiro o pedido de suspensão pleiteado na inicial.
Intimem-se os agravados para, querendo, contraminutar o recurso.
Publique-se.
Após cumpridas as providências aqui determinadas, conclusos para o mérito.
Porto Velho, 11 de abril de 2017.
Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Juiz Convocado

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª Câmara Cível / Gabinete Des. Péricles Moreira Chagas
Processo: 0804021-41.2016.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (PJE)
Origem: 7023934-51.2015.8.22.0001 - Porto Velho/1ª Vara Cível
Relator: PÉRICLES MOREIRA CHAGAS
Data distribuição: 08/12/2016 06:33:15
Agravante: Agriza International Ltda - Me
Advogado: Dailton Rodrigues da Silva (OAB/SP 206.647)
Agravado: Mário Lúcio da Silva
Advogado: Giuliano Caio Sant'ana (OAB/RO 4.842)
Despacho
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Agriza International Ltda em face de decisão proferida pelo juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho, nos autos do incidente de exceção de incompetência que moveu em face de Mario Lucio da Silva.
Alega o agravante que moveu incidente de exceção de incompetência que foi julgado improcedente pelo juízo a quo, pede efeito suspensivo no agravo.
É o breve relato.
Trata-se de inconformismo com decisão que julgou improcedente pedido de exceção de incompetência proposto pelo agravante.
Não vislumbro a ocorrência da fumaça do bom direito e de qualquer perigo de dano.

Como dito na decisão recorrida, o contrato entre as partes foi verbal não havendo qualquer documento que demonstre a alegação do agravante de que o negócio realizado contrarie e reconhecido na decisão.
Não havendo plausibilidade do direito invocado não há que se falar em perigo da demora, até porque não foi suficientemente explicitado pelo agravante que genericamente afirma que em razão da falta de palavra do agravado sofrerá perdas em seu negócio.
Indefiro o efeito suspensivo.
Intime-se o agravante e o agravado a oferecer resposta no prazo legal.
Porto Velho, 19 de abril de 2017.
Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Relator

Processo: 7002316-13.2016.8.22.0002 - APELAÇÃO (PJE - 2º GRAU)
Origem: 7002316-13.2016.8.22.0002 - Ariquemes/4ª Vara Civil
Relator: DESEMBARGADOR MOREIRA CHAGAS
Data distribuição: 29/08/2016 08:36:23
Apelante: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON
Advogados do(a) APELANTE: JONATHAS COELHO BAPTISTA DE MELLO -(OAB/RO 3.011), GABRIELA DE LIMA TORRES - (OAB/RO 5.714)
Apelado: LUCIENE PETERLE
Advogado do(a) APELADO: LUCIENE PETERLE - (OAB/RO 2.760)
Decisão
Infere-se dos autos que o recorrente encontra-se na condição de revel, posto que, embora citada, deixou de apresentar resposta aos termos do pedido inicial, conforme se depreende do relatório da sentença à fl. 55 (ID 903005).
Por se tratar de um processo eletrônico, a contagem de prazo segue o rito previsto na Lei 11.419/2006, onde se prevê que os advogados serão intimados por meio eletrônico no prazo de 10 dias corridos, prazo em que darão ciência da decisão para que se inicie a contagem do prazo recursal e, na falta de tal providência, o início do prazo se dará ao término dos 10 dias (art. 5º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei 11.419/2006).
No caso em análise, a parte foi intimada no dia 13.6.2016, e teve até o dia 23.6.2016 para dar ciência da sentença e não o fez. Assim, prevalece a norma do §3º do art. 5º da lei citada, e o prazo recursal se iniciou no dia 24.6.2016, indo até o dia 14.7.2016; todavia, a apelante protocolou seu recurso no dia 15.7.2016.
Dessa forma, é intempestiva a presente apelação por ter sido interposta somente em 15.7.2016.
Ante a ausência de pressuposto objetivo de admissibilidade do recurso, consistente na tempestividade, nega-se seguimento ao apelo, assim sendo feito monocraticamente nos termos do artigo 932, III, do CPC.
Após o trânsito em julgado da presente decisão, remetam-se os autos à vara de origem para prosseguimento.
Publique-se.
Porto Velho, 17 de abril de 2017.
Juiz Convocado Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª Câmara Cível / Gabinete Des. Rowilson Teixeira
Processo: 0803840-40.2016.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (PJe)
Origem: 0001729-75.2010.8.22.0017 - Alta Floresta do Oeste/ 1ª Vara Cível
Relator: Desembargador Rowilson Teixeira
Data distribuição: 22/11/2016 17:46:47
Agravante: BASA - Banco da Amazônia S.A.
Advogados: Monamares Gomes (OAB/RO 903), Aline Fernandes Barros (OAB/RO 2.708) e Michel Fernandes Barros (OAB/RO 1.790)
Agravado: João Mário de Oliveira
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por BASA – Banco da Amazônia S/A em face de João Mario de Oliveira
O BASA – Banco da Amazônia S/A move execução forçada em face do agravado tendo penhorado bem (fração de imóvel) o qual fora a leilão. Após algumas praças frustradas e alguns andamentos processuais o magistrado a quo determinou que o credor se manifestasse sobre o desejo de adjudicação do bem ou apresentasse outro bem para penhora a fim de dar prosseguimento à execução, tendo a parte requerido novo leilão, o que foi indeferido pelo citado juízo.
Inconformado, o banco credor agrava alegando possuir direito a novo leilão na hipótese em que não deseje a adjudicação do bem, razão pela qual requer que seja determinada realização de nova praça do bem penhorado.
Informações do juízo à fl. 39.
Devidamente intimado, o agravado não contra-arrazoou.
É o relatório.
Decido.
O presente caso revela a pretensão de realização de nova praça de imóvel (fração) penhorado, do qual já houve algumas tentativas frustradas.
Analisando os autos, verifica-se que houve três leilões duplos (um em 2011 e outro no ano de 2012) e um ainda no ano de 2015.
Naquele momento, do último praceamento, até seria questionável o interesse do credor e novo leilão, entretanto, hoje, já passados dois anos, acredito haver motivo para novo leilão.
Trago um leve conceito sobre a questão.
Diz o prof Gajardoni Dellore Roque Duarte que:
Inúmeros são os entendimentos quando se fala em expropriação forçada de bens em âmbito judicial. Com o avanço da tecnologia e com a disponibilidade de informações acerca do patrimônio disponível do executado, com convênios como BACENJUD e RENAVANJUD, o Poder Judiciário teve mais efetividade na penhora de bens, sobretudo de valores. Entretanto, sendo necessário para recompor o patrimônio do credor, o juiz mandará que sejam vendidos tantos quantos bens sejam necessários para satisfação desse crédito.
nomeação de leiloeiro público pode se dar a pedido do exequente, desde que tenha pelo menos três anos de experiência (art. 880, parágrafos e seguintes). É preferível o leilão à adjudicação. Nesta última forma, os débitos perseguem a coisa adjudicada e não pode ser realizada abaixo da avaliação. Já na arrematação em leilão público, embora haja o custo de comissão de leiloeiro, os débitos enunciados em edital sub-rogam-se ao preço, sendo indiscutíveis os de ordem tributária (art. 130 do CTN).
Preferencialmente, os leilões serão eletrônicos, em conformidade com o determinado pelo CNJ, sendo a exceção os leilões presenciais (art. 882).
Os leilões terão, então, o edital confeccionado pelo leiloeiro, que farão os anúncios, exibirão os bens, mencionando ônus, recursos pendentes ou processos sobre bens e direitos penhorados. O Novo CPC inova na consideração do pagamento parcelado, antes apenas de construção jurisprudencial, mas agora positivado, tendo em vista que o artigo 895 permite ao licitante a arrematação em até 30 parcelas mensais corrigidas monetariamente, com 25% de sinal. Entretanto, atrasos no pagamento das parcelas onerarão em 10% o saldo devedor. Mas uma proposta à vista sempre prevalecerá diante de uma a prazo, que deverá ser formulada antes do início da contagem regressiva para finalização do leilão. No CPC de 1973 o entendimento era que eventuais parcelamentos só poderiam ser realizados a partir do valor da avaliação, jamais abaixo desse. Saliente-se que deixa-se aberto a possibilidade de leilões sucessivos até que se atinja a finalidade, qual seja, a venda do bem ou que o credor requeira a adjudicação.

(autor citado in Curso de Processo Civil – Comentários ao CPC de 2015, parte 3, Editora Método, 2016).
Vejo como possível a realização de mais uma praça do bem constrito, especialmente do cenário exposto dos autos.
A propósito cito:
PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS À ARREMATAÇÃO. VALOR INFERIOR AO DE AVALIAÇÃO. POSSIBILIDADE.
EXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO NÃO EXAMINADO. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM.
1. As regras gerais do CPC aplicam-se subsidiariamente ao processo de execução fiscal relativamente ao ponto em que verificada omissão total ou parcial da Lei 6.830/80.
2. A LEF trata da arrematação nos arts. 22 e 23, que fixam apenas regras relativas ao edital (publicação, local e prazo), ao leilão (prazo, intimação e forma) e ao pagamento da comissão do leiloeiro e demais despesas indicadas no edital. A par da matéria tratada nesses dispositivos, todas as demais questões atinentes à arrematação que não encontram disciplina na Lei 6.830/80 devem observar as regras do CPC, por força do que dispõe o artigo primeiro da LEF.
3. O § 2º do art. 690 do CPC é expresso em admitir que o próprio credor venha a arrematar os bens penhorados.
4. Como não há previsão na Lei 6.830/80, e o CPC autoriza o credor a participar do certame, conclui-se que a Fazenda Pública pode arrematar o bem penhorado, ante a inexistência de qualquer incompatibilidade entre a regra do art. 690, § 2º, do CPC e o processo de execução fiscal.
5. Nos termos do art. 686, VI, do CPC, que se aplica subsidiariamente ao processo de execução fiscal, é possível que o bem penhorado seja arrematado, em segundo leilão, pelo lance de maior oferta, ainda que o valor ofertado seja inferior ao de avaliação, parâmetro que somente precisa ser observado no primeiro leilão. Assim, se o bem penhorado não obtiver, em primeiro leilão, oferta igual ou superior ao valor da avaliação, será realizado um novo praceamento, quando então o bem será alienado àquele que apresentar o maior lance, independentemente do valor da avaliação. A única restrição, nesse último caso, está na regra do art. 692 do CPC, que rejeita o lance que ofereça "preço vil".
6. "Na execução fiscal haverá segundo leilão, se no primeiro não houver lanço superior à avaliação" (Súmula 128/STJ).
7. Para a Fazenda Pública valem as seguintes diretrizes: (a) poderá adjudicar o bem penhorado, pelo valor de avaliação, antes de realizado o leilão (art. 24, I, da LEF); (b) caso não adjudique o bem nessa oportunidade, poderá participar do certame. No primeiro leilão, o bem não será arrematado por lance inferior ao preço de avaliação. No segundo, poderá arrematar o bem por valor inferior ao de avaliação, desde que ofereça a melhor proposta, devendo-se observar somente se o preço ofertado não foi vil (art. 686, VI, c/c 692 do CPC); (c) realizado o leilão, a Fazenda Pública ainda poderá adjudicar o bem: pelo valor da avaliação, se não houve licitante (leilão negativo); ou pelo valor da melhor proposta, se houve licitante (leilão positivo) - (art. 24, II e III da LEF).
8. No caso, os embargos à arrematação embasam-se em duplo fundamento: (a) impossibilidade de arrematação do bem penhorado por valor inferior ao estabelecido na avaliação; e (b) nulidade da arrematação por ofensa ao art. 692 do CPC, que veda a transferência do bem por preço vil. O acórdão recorrido acolheu a primeira tese, deixando, por conseqüência, de examinar a segunda. Nesses termos, o recurso deve ser provido para que os autos retornem à Corte local, onde deverá ser examinado o outro fundamento.
9. Recurso especial provido em parte.
(STJ - REsp 1070369/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, Rel. p/ Acórdão Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/10/2008, DJe 18/11/2008)

E ainda:
PROCESSO CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO FISCAL - LEILÕES INFRUTÍFEROS - DESIGNAÇÃO DE NOVAS HASTAS PÚBLICAS (3º E 4º LEILÃO) - INDEFERIMENTO - DETERMINAÇÃO DE INDICAÇÃO DE NOVOS BENS - ART. 98, § 9o, LEI Nº 8.212/91 - FALTA DE INTERESSE DE ADJUDICAÇÃO PELA EXEQUENTE - POSSIBILIDADE DE NOVOS LEILÕES.
1 - O art. 98, § 9º, da Lei nº 8.212/91, com redação dada pela Lei 9.528/97, dispõe que não havendo interesse na adjudicação, poderá o juiz do feito, de ofício ou a requerimento do credor, determinar sucessivas repetições da hasta pública. Ressalto que o dispositivo em questão se aplica também às execuções fiscais da Dívida Ativa da União, por força do § 11º.
2 - No presente caso, a exeqüente/agravante não se manifestou acerca de seu interesse de adjudicação do bem penhorado e, pelo contrário, requisitou novos leilões, inferindo-se, portanto, que a hipótese dos autos se subsume ao artigo supramencionado.
3 - Agravo de instrumento provido.
(TRF-3 – Terceira Turma – Agravo nº 2007.03.00.029648-3, rel. Desembargador Federal Nery Junior, em 22/08/2007).
Assim, não vejo como restringir novo leilão, salientando que será considerado como ultima tentativa.
Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do NCPC c/c Súmula 568 do col. STJ, dou provimento ao recurso para determinar a realização do novo leilão do bem penhorado, sendo considerado como última tentativa de praceamento.
Intime-se e comunique-se o juízo.
Porto Velho, 18 de abril de 2017.
Desembargador Rowilson Teixeira
relator

## 2ª CÂMARA CÍVEL

ACÓRDÃO
Redistribuído por Prevenção em 13/12/2016
Data do julgamento: 05/04/2017
0803667-16.2016.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 0000458-61.2010.8.22.0007 Cacoal 4ª Vara Cível
Agravantes: Petry Industria e Comercio de Alimentos Ltda e outros
Advogado : Eriseu Petry (OAB/RO 2791)
Advogado : Luan Icaom de Almeida Amaral (OAB/RO 7651)
Agravado : João Batista do Amaral
Advogado : Alessandro Santos de Souza Teles Ferreira (OAB/DF 34023)
Advogado : Carlos Eduardo Cardoso Raulino (OAB/DF 34973)
Advogado : Marcio Sugahara Azevedo (OAB/RO 4469)
Relator : DES. KIYOCHI MORI
DECISÃO: RECURSO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE
EMENTA: Agravo de instrumento. Liminar. Tutela de urgência. Requisitos. Manutenção. Provimento.
Evidenciado que estão presentes os requisitos para a concessão da antecipação de tutela, deve ser mantido o seu deferimento.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Processo: 7000038-39.2016.8.22.0002 Apelação (PJE)
Origem: 7000038-39.2016.8.22.0002 Ariquemes / 3ª Vara Cível
Apelante:Tim Celular

Advogado: Luis Carlos Monteiro Laurenço (OAB/BA 16780)
Advogada: Taiana Santos Azevedo (OAB/DF 22452)
Apelado: Roberto Carlos Diogo
Advogado: Wagner Ferreira Dias (OAB/RO 7037)
Advogada: Cynthia Patricia Chagas Muniz Dias (OAB/RO 1147)
Advogado: Evanete Revay (OAB/RO 1061)
Relator: MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Distribuído por Sorteio em 21/02/2017
Decisão
Vistos.
As partes apresentaram petição conjunta conforme ID n. 1599331/1599332, informando a realização de acordo, requerendo sua homologação e a extinção do feito, nos termos do art. 487, III, 'b', do CPC, renunciando ao prazo recursal.
Pois bem. Dispõe o artigo 932, I do novo CPC que incumbe ao relator homologar a autocomposição das partes, conforme se transcreve:
Art. 932. Incumbe ao relator:
I - dirigir e ordenar o processo no tribunal, inclusive em relação à produção de prova, bem como, quando for o caso, homologar autocomposição das partes;
Assim, em virtude da nova regulamentação da matéria e considerando o termo de acordo apresentado, bem como as procurações do apelante (ID n. 1433900 e ID n. 1433888, pp. 1/2) e apelado (ID n. 1433887), com poderes para transigir, homologo o acordo celebrado entre os demandantes e, por conseguinte, extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 932, I, cumulado com artigo 487, III, "b", do novo CPC.
Remetam-se os autos à origem para ulteriores deliberações.
Publique-se.
Intimem-se.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 18 de abril de 2017.
Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Paulo Kiyochi
Processo: 0800928-36.2017.8.22.0000 - Mandado De Segurança (PJE)
Origem : 0023204-33.2013.8.22.0001 Porto Velho-RO / 1ª Vara Cível
Relator : DES. KIYOCHI MORI
Data Distribuição: 13/04/2017 08:04:18
Impetrante : Santo Antônio Energia S/A
Advogado : Erik Martins Sernik (OAB/SP 305254)
Advogado : Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861)
Advogado : Antônio Celso Fonseca Pugliese (OAB/SP 155105)
Advogada : Ligia Favero Gomes e Silva (OAB/SP 235033)
Impetrados : Euma Mendonça Tourinho e outros
Decisão
Vistos.
Trata-se de mandado de segurança impetrando por Santo Antônio Energia S.A contra ato praticado pela Juíza de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca desta Capital, que, por reconhecer a litigância de má-fé e ato atentatório à dignidade da justiça, ao insistir na impugnação do perito nomeado no feito de origem (autos n. 0023204-33.2013.8.22.0001), aplicou-lhe multa de 6% do valor da causa, a ser revestida em favor dos autores e determinou o recolhimento, no prazo de cinco dias, sob pena de arresto.
Justifica que o novo pedido de destituição do perito foi baseado em fato novo, consistente na ocorrência de plágio praticado pelo expert, não se tratando de rediscussão da matéria, sendo incabível a multa aplicada.
Insurge-se quanto a determinação de recolhimento imediato, sob o fundamento de que a penalidade de multa pode ser revestida por ocasião do recurso de apelação.
Discorre sobre o cabimento do mandado de segurança e acerca do seu direito líquido e certo, ressaltando que a impossibilidade de interposição de agravo de instrumento, haja vista a matéria tratada não estar no rol do artigo 1.015 do Código de Processo Civil.
Alega que o ato impugnado careceu de fundamentação jurídica, merecendo ser suspenso.
Sustenta que a multa por litigância de má-fé ou por ato atentatório à dignidade da justiça só pode ser aplicada nas hipóteses de desonestidade ou pretensão protelatória, o que não ocorreu na espécie.
Diz que a multa aplicada lhe acarretará danos irreparáveis e enriquecimento ilícito dos requerentes.
Cita entendimentos doutrinários e jurisprudenciais que entende ser aplicáveis ao caso em tela.
Aduz estarem presentes o fumus boni iuris e o periculum in mora, pugnando, ao final, pela concessão de liminar, suspendendo-se a eficácia do ato coator até o julgamento do mérito do mandamus.
É o relatório.
Decido.
Inicialmente, saliento que diante do não cabimento do agravo de instrumento para impugnar a decisão ora vergastada, em razão da taxatividade do rol elencado no artigo 1.015, do Novo Código de Processo Civil, pondero ser possível a impetração do presente mandamus, ante a excepcionalidade do caso e o iminente risco de dano.
Trago à baila precedente que bem ilustra o supracitado entendimento:
MANDADO DE SEGURANÇA. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPETÊNCIA RELATIVA. CABIMENTO. HIPÓTESE EXCEPCIONAL. MATÉRIA SUMULADA PELO STJ. SITUAÇÃO NÃO PREVISTA NO ROL TAXATIVO DO ART. 1.015 DO NCPC.
1. Cabimento do mandado de segurança em caráter excepcional com evidente risco de dano. Mandamus impetrado com fundamento em matéria objeto de Súmula do STJ, contra decisão judicial não sujeita a recurso pelas normas do NCPC, notadamente no rol taxativo do art. 1.015, e também não coberta pela preclusão.
2. Possibilidade de a ação ser ajuizada no foro do local onde a ré possui sede ou sucursal. Art. 100, IV, a e b, do CPC/73 (art. 53, III, a e bdo NCPC) e Súmula 540 do STJ. SEGURANÇA CONCEDIDA. (Mandado de Segurança Nº 70069126167, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 29/06/2016).
Pois bem. O artigo 7°, inciso III, da Lei n. 12.016/2009, estabelece que ao despachar a inicial, o juiz ordenará que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido, quando houver fundamento relevante.
No caso presente, a relevância na fundamentação, representada pela fumaça do bom direito, se faz presente, visto a necessidade de melhor se averiguar a veracidade do fato novo alegado pelo impetrante (eventual prática de plágio pelo perito impugnado).
Vislumbro, ainda, o perigo na demora, visto que o prazo para o recolhimento da multa aplicada encerra nesta data.
Ademais, não vislumbro urgência no recolhimento da multa aplicada, a qual pode ser executada na fase de cumprimento de sentença.
Do exposto, nos termos do artigo 7°, inciso III, da Lei n. 12.016/2009, defiro a liminar para suspender o recolhimento da multa até o julgamento do mérito da presente impetração.
Publique-se.
Solicite-se informações à autoridade apontada como coatora.
Após, encaminhe-se o feito à Procuradoria de Justiça para emissão de parecer.
Em seguida voltem os autos conclusos.
Porto Velho/RO, 18 de abril de 2017.
Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Relator em substituição regimental

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Cível / Gabinete Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Processo: 0804044-84.2016.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 7006121-11.2015.8.22.0001 Porto Velho / 1ª Vara Cível
Agravante:Itaú Unibanco S/A
Advogado:Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
Advogado:Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643)
Advogada:Daniela Martins Braz Lomelino (OAB/SP 172743)
Agravados: Agnélio Soares da Silva e outros
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Advogado: Antonio Camargo Junior (OAB/PR 15066)
Relator: MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Distribuído por Sorteio em 09/12/2016
Decisão
Vistos.
Foi determinada a suspensão do presente feito, em razão de decisão proferida no REsp n. 1.438.263/SP.
No entanto, os agravados peticionam requerendo o regular trâmite do agravo de instrumento com fundamento no artigo 1.037, § 9º, do CPC.
Apresentam argumento acerca da legalidade do pedido; ilegalidade do sobrestamento - preclusão consumativa - expressa definição na ação civil pública quanto a legitimidade ativa de todos os poupadores do Estado de Rondônia; ilegalidade do sobrestamento do feito - recente decisão proferida no REsp n. 1.438.263/SP.
Em suma, alega que a demanda originária trata de cumprimento de sentença oriunda da Ação Civil Pública n. 001.2003.017812-5 (númeração única 0178125-96.2003.8.22.0001), que tramitou na 2ª Vara Cível de Porto Velho, não sendo atingida pela decisão emanada do STJ, porquanto o citado REsp delimitou a questão de ilegitimidade ativa a ser submetida a julgamento e determinou suspensão dos processos nos quais a questão tenha surgido e não tenha recebido solução definitiva.
Entende que o sobrestamento atinge somente so processos em que figuram o Banco do Brasil como sucessor da Nossa Caixa, o que não representa o caso dos autos.
Alude que em demandas como a presente prevalece o julgamento do REsp n. 1.391.198/RS, em sede de repetitivo, cujo acórdão fora publicado 2/9/2014, decidindo pela legitimidade ativa dos poupadores.
Ao final, entende não haver que se falar em sobrestamento do feito.
Decido.
Pois bem, não obstante toda a argumentação dispendida, entendo pela manutenção da determinação de suspensão do presente recurso. Explico.
Apesar dos agravados mencionarem que o título judicial a ser executado é oriundo de ação civil pública julgada nesta comarca, devendo ser aplicado o entendimento do REsp n. 1.391.198/RS, esclareço que, como já delineado na decisão de ID n. 1571053, a suspensão foi determinada em atenção ao REsp n. 1.438.263 - SP (2014/0042779-0), em que litigam Banco do Brasil S/A e IDEC, admitido como recurso representativo de controvérsia repetitiva com relação ao tema "a ilegitimidade ativa de não associado para a liquidação/execução da sentença coletiva", não obstante o julgamento dos Recursos Especiais n. 1.243.887/PR e n. 1.391.198/RS.
Apesar do cerne da questão do REsp n. 1.438.263 - SP tratar da legitimidade ativa de não associação para a liquidação/execução da sentença coletiva proferida nas ações civis públicas movidas pelo Instituto de Defesa do Consumidor - IDEC contra o Banco Bamerindus S/A (REsp nº 1.361.799/SP e REsp nº 1.362.022/SP) e contra o Banco Nossa Caixa S/A, sucedido pelo Banco do Brasil S/A (REsp nº 1.438.263/SP), o relator Min. Raul Araújo esclareceu em posterior decisão que a questão poderá repercurtir, "conforme a tese a ser fixada em sede de recurso repetitivo, em outras demandas idênticas, desde que ainda não apreciadas, em definitivo, no âmbito do próprio Superior Tribunal de Justiça ou, em qualquer hipótese, do eg. Supremo Tribunal Federal."
Entendo, portanto, que o presente feito é atingido pela decisão Superior, devendo ser mantida a supensão até o julgamento final do REsp n. 1.438.263/SP, como determinado anteriormente, mormente a se considerar o comando expresso do ministro relator do citado recurso especial, além do que consta no inciso II do art. 1.037 do CPC.
Ademais, em observância ao princípio da concentração dos atos, não é possível o julgamento somente de parte do recurso, mas de todos os pontos de insurgência apresentados pela parte.
Publique-se.
Intime-se.
Cumpra-se.
Porto Velho - RO, 18 de abril de 2017.
Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Relator

## CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO
CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS
Data julgamento: 07/04/2016
Reclamação n. 0803662-91.2016.8.22.0000 (PJE)
Origem: 7000506-37.2015.8.22.0002 – Ariquemes/ 1º Juizado Especial Cível
Reclamante: BV Financeira S/A
Advogados: Sâmara de Oliveira Souza (OAB/RO 7.298)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB/PE 21.6780)
Reclamado: Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Terceiro Interessado: Franciele Galvão de Souza
Advogados: Cláudia Alves de Souza (OAB/RO 5.894)
Adriana Kleinschmitt Pinto (OAB/RO 5.088)
Leonardo Henrique Berkembrock (OAB/RO 4.641)
Relator: Desembargador Isaias Fonseca Moraes
DECISÃO: RECLAMAÇÃO JULGADA PROCEDENTE NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.
EMENTA: Reclamação. Decisão proferida em recurso especial. Recurso repetitivo. Suspensão das ações em curso. Obediência à determinação do Tribunal Superior. Reclamação provida.
Impõe-se o acolhimento da tese discutida em reclamação judicial, quando a decisão viola determinação de suspensão das ações em curso, diante da afetação de tema objeto da lide, pelo Superior Tribunal de Justiça, ao rito processual dos recursos repetitivos.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO
CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS
Data julgamento: 07/04/2016
Conflito de Competência n. 0802769-03.2016.8.22.0000 (PJE)
Origem: 7010410-50.2016.8.22.0001 – Porto Velho/ 2ª Vara de Família e Sucessões
Suscitante: Juízo de Direito da 4ª Vara de Família e Sucessões de Porto Velho
Suscitado: Juízo de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões de Porto Velho
Relator: Desembargador Isaias Fonseca Moraes

DECISÃO: DECLAROU-SE COMPETENTE O JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES COMARCA DE PORTO VELHO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.
EMENTA: Conflito de competência negativo. Vara de Família, Órfãos e Sucessões. Alvará judicial. Inventário. Conexão. Juízo Universal. Inexistência.
A conexão não impõe definição de competência, mas apenas pode modificá-la, pois visa prevenir resultados contraditórios entre as ações que contêm identidade de objeto ou causa de pedir, preocupação que se torna despicienda quando, como no caso, uma das ações tidas por conexas já se encontra sentenciada, consoante vaticina o enunciado da Súmula n. 235/STJ.
O ajuizamento de pedido de alvará judicial e ação de inventário, embora relacionadas ao falecido, não induzem juízo universal, isto é, aquele em que a primeira ação previne a competência para as demais que forem propostas em relação às mesmas partes sob a égide de iguais ou aproximados fundamentos.
Declarada a competência do juízo suscitado.

## 1ª CÂMARA ESPECIAL

PUBLICAÇÃO DE DESPACHO
Presidência
Processo: 0800459-24.2016.8.22.0000 - AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL (202) PJe
Relator: SANSÃO SALDANHA
Data distribuição: 01/03/2016
Agravante: JOELMA LIMA COSTA E OUTROS
Advogados do(a) AGRAVANTE: FRANCISCO RICARDO VIEIRA OLIVEIRA- OAB/RO 1959
Agravado: ESTADO DE RONDÔNIA E OUTROS
DECISÃO
NÃO SE ADMITE o recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, inc. III, alíneas “a” e “c”, da CF, quanto à alegada contrariedade e divergência de interpretação em relação aos artigos 5º, caput, 6º e 196 da CF, por falta de cabimento. A espécie recursal em análise requer a demonstração de contrariedade ou negativa de vigência a dispositivo de lei federal.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
(e-sig) Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Processo: 0800036-30.2017.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202)
Relator: OUDIVANIL DE MARINS
Data distribuição: 11/01/2017 10:54:04
Agravante: Estado de Rondônia
Procuradora: Caroline Mezzomo Barroso Bittencourt (OAB/RO 2267)
Agravado: Silvana Pereira da Silva
Defensora Pública: Lívia Carvalho Cantadori Iglecias
Despacho
VISTOS.
Considerando que a agravada desistiu da ação principal (fl. 145), intime-se o Estado de Rondônia para manifestar sobre o interesse em prosseguir com o presente recurso.
Após, voltem conclusos.
Porto Velho, 12 de abril de 2017
OUDIVANIL DE MARINS
RELATOR

Processo: 0800656-42.2017.8.22.0000 - MANDADO DE SEGURANÇA (120)
Relator: OUDIVANIL DE MARINS
Data distribuição: 15/03/2017 17:57:22
Impetrante: Frigorifico Krause Ltda - EPP
Advogado: Adelino Marino Ambrosio Ferreira - (OAB/RO6869)
Impetrado: Secretário de Finanças do Estado de Rondônia
Decisão
VISTOS.
Trata-se de mandado de segurança com pedido de liminar impetrado por Frigorífico Krause Ltda EPP contra suposto ato coator do secretário de finanças do Estado de Rondônia (SEFIN/RO), consubstanciado na cobrança de ICMS na fatura de energia elétrica sobre parcelas que não deveriam integrar a respectiva base de cálculo.
Alega a impetrante ser consumidora de energia elétrica fornecida pela empresa ELETROBRÁS - Distribuição Rondônia, cujas faturas de cobrança do consumo mensal incide o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal - ICMS sobre parcelas as quais, sob sua ótica, não deveriam incidir.
Relata ilegalidade na incidência do referido tributo sobre as tarifas de uso do sistema de distribuição (TUSD) e também sobre a tarifa do uso do sistema de transmissão (TUST), em razão do fato gerador do imposto ser o consumo efetivo da energia elétrica.
Aduz estar sendo obrigada ao pagamento do ICMS pelo simples uso da rede de distribuição/transmissão, pois a concessionária inclui na base de cálculo do ICMS a parcela da tarifa correspondente à TUSD e TUST majorando indevidamente o valor do tributo, o que não se coaduna com as normas legais que regem a matéria.
Ao final, requer a concessão da liminar para determinar a suspensão da cobrança do ICMS que não tenha por base apenas o consumo efetivo da energia, ordenando-se que o impetrado se abstenha de efetuar tais cobranças nas faturas vincendas e, no mérito, reconhecida a ilegalidade da cobrança indevida por meio da concessão da segurança (fls. 3-23).
É o relatório.
DECIDO.
A impetrante busca a concessão da liminar para a autoridade coatora suspender a cobrança do ICMS sobre a transmissão e distribuição de energia elétrica em relação às tarifas TUST e TUSD.
Para a concessão da liminar é necessário um fundamento relevante ao ato impugnado que cause prejuízo ou dano de difícil reparação a parte interessada, ante a demora da prestação jurisdicional.
A questão a ser analisada nesta fase processual restringe-se à verificação da existência dos pressupostos para a concessão da tutela de urgência antecipatória, exigindo-se a probabilidade do direito invocado e a possibilidade de dano ou o risco ao resultado útil do processo, nos moldes do código de processo civil.
A respeito da possibilidade de concessão da antecipação dos efeitos da tutela, Theotônio Negrão, na obra “Curso de Direito Processual Civil”, 38ª ed., São Paulo: Saraiva, 2006, p. 384 e 385, anota:
“A tutela antecipada deve ser correspondente à tutela definitiva, que será prestada se a ação for julgada procedente. Assim;” Medida antecipatória, consequentemente, é a que contém providência apta a assumir contornos de definitividade pela simples superveniência da sentença que julgar procedente o pedido “(STF- Pleno: RTJ 180/453; a citação é da decisão do relator, confirmada em plenário).
A impetrante pleiteia a suspensão da cobrança do ICMS sobre as tarifas de transmissão e distribuição e demais encargos, mas de acordo com a regra legal e a cobrança supostamente abusiva, não resta configurado o perigo da demora nos pagamentos indevidos e sem previsão de estorno, sendo prudente a manifestação da partes envolvidas para análise do tipo de contrato prestado entre as partes e por haver diferença em casos que envolvem pessoa jurídica.

Nesse contexto, em sede de cognição sumária, tenho a compreensão que apesar de presente a fumaça do bom direito da impetrante, não estou convencido da iminência de lesão grave ou de difícil reparação em razão do perigo da demora, visto que, caso haja concessão da segurança, poderá a impetrante pleitear nas vias ordinárias as compensações devidas.
Convém salientar que o periculum in mora não se refere especialmente à período temporal, embora com ele tenha ligação. Não é só o perigo de retardamento da prestação jurisdicional, até por que esta jamais poderá ser instantânea, frente a própria natureza da atuação jurisdicional que enseja tempo, mas sim o perigo de dano frente a uma situação periclitante que, face a seu caráter, faz jus ao recebimento de tutela acautelatória para bem de evitar prejuízo grave ou de difícil reparação, o que, certamente, não é o caso dos autos.
O perigo da demora se liga à questão de perigo iminente, latente, prejudicial; onde o impetrante se encontra frente a circunstância tal que, pelo simples fato de esperar o procedimento normal da jurisdição, o processo principal já não terá mais o resultado útil desejado, sofrendo a parte com lesão grave, muitas vezes de difícil ou até mesmo impossível reparação. Esse quadro não se apresenta.
Pelo exposto, indefiro a liminar, ante a ausência de um dos requisitos indispensáveis para sua concessão.
Concedo o prazo de 10 dias para a autoridade coatora prestar informações.
Notifique-se o Estado de Rondônia, para se desejar, ingressar na lide.
Após à Procuradoria Geral de Justiça.
Publique-se.
Porto Velho, 12 de abril de 2017
OUDIVANIL DE MARINS
RELATOR

Processo: 0803058-33.2016.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202)
Relator: OUDIVANIL DE MARINS
Data distribuição: 08/09/2016 10:25:10
Origem: 7042836-18.2016.8.22.0001 Porto Velho/2ª Vara da Infância e da Juventude
Agravante: Estado de Rondônia
Procurador: Aparício Paixão Ribeiro Junior (OAB/RO 1313)
Agravado: V. J. N.
Defensor Público: Leonardo Werneck de Carvalho
Decisão
VISTOS.
Trata-se de agravo de instrumento em ação de obrigação de fazer interposto pelo Estado de Rondônia com pedido de efeito suspensivo contra decisão de primeiro grau que determinou o fornecimento do medicamento RITALINA 20mg ao menor agravado Victor Jesus Nogueira por ser portador de déficit cognitivo.
Alega o agravante ter o juízo a quo concedido medida liminar para fornecer o medicamento, sob pena de multa diária de R$ 1.000,00 até o limite de R$ 5.000,00, no prazo de 5 dias.
Relata que o medicamento RITALINA 20mg não consta na lista do SUS e o prazo de 5 dias para fornecê-lo inviabiliza o cumprimento da medida e causa cerceamento de defesa ante a aplicação de multa, bem como prejuízo aos cofres públicos.
Diante disso, o prazo para cumprimento da decisão é insuficiente e causa dano irreparável pela iminência da fixação de multa, já o perigo da demora encontra-se na irreversibilidade do ressarcimento ao erário, tornando necessária a concessão do efeito suspensivo e no mérito, a reforma total da decisão agravada (fls. 2-9).
É o relatório.
DECIDO.
Recurso próprio e tempestivo, por isso conheço dele.
Ressalto que o referido recurso foi interposto na forma do retrógrado §5º do art. 1.017 do CPC/2015, contendo apenas a petição de interposição do agravo e suas razões recursais, não juntado pelo agravante qualquer documento do qual entenda útil para a compreensão da controvérsia. Por esta razão, por ocasião da apreciação do pedido, serão analisados tão somente os documentos apontados como obrigatórios pelo inciso I do mesmo dispositivo, tendo em vista não caber ao julgador fazer prova das alegações constantes do pedido do agravante.
O presente recurso busca reformar a decisão que deferiu a liminar para fornecimento de medicamento para o tratamento de saúde do agravado.
A decisão agravada deferiu a liminar e determinou que o Estado de Rondônia providencie no prazo de 5 dias o medicamento, sob pena de multa diária no valor de R$ 1.000,00 até o limite de R$ 5.000,00.
Em se tratando de saúde, a Constituição Federal estabelece o direito à saúde indisponível e concedida gratuitamente ao cidadão, devendo os entes federativos zelar pela vida. Assim, é dever do Estado, Município e União prestar assistência aos que dela necessitem, inclusive para a população menos favorecida economicamente, e como no presente caso o agravado é portador de enfermidade grave e depende do fármaco para melhora de sua saúde sem ter condições de arcar com o tratamento do qual necessita, deve o ente responsável arcar com o custo visando preservar sua saúde.
Essa fase processual restringe-se à verificação da existência dos pressupostos para a concessão do efeito suspensivo, equivalente à medida antecipatória, exigindo-se a probabilidade do direito invocado e a possibilidade de dano ou o risco ao resultado útil do processo, nos moldes do artigo 300 do Novo Código de Processo Civil.
A respeito da possibilidade de concessão da antecipação dos efeitos da tutela, Theotônio Negrão, na obra “Curso de Direito Processual Civil”, 38ª ed., São Paulo: Saraiva, 2006, p. 384 e 385, anota:
“A tutela antecipada deve ser correspondente à tutela definitiva, que será prestada se a ação for julgada procedente. Assim;” Medida antecipatória, consequentemente, é a que contém providência apta a assumir contornos de definitividade pela simples superveniência da sentença que julgar procedente o pedido “(STF- Pleno: RTJ 180/453; a citação é da decisão do relator, confirmada em plenário).
No caso, a decisão agravada determinou o fornecimento do medicamento ante a necessidade do uso comprovada nos autos, e restam ausentes elementos trazidos pelo agravante que demonstrem a iminência de dano irreparável ou de difícil reparação para si, inclusive, o uso do medicamento não tem prazo determinado e se faz necessário para preservar a saúde do agravado para melhora do déficit de atenção para frequentar a escola .
Posto isso, indefiro o pedido de efeito suspensivo ante a ausência de elementos suficientes para alteração da decisão agravada por tratar de medicamento necessário ao agravado.
Notifique-se o juízo de primeiro grau para prestar informações.
Intime-se o agravado para contraminutar.
Após à Procuradoria Geral de Justiça.
Publique-se.
Porto Velho, 17 de abril de 2017
OUDIVANIL DE MARINS
RELATOR

Processo: 0800598-39.2017.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202)
Relator: EURICO MONTENEGRO JUNIOR
Data distribuição: 04/04/2017 17:35:24
Origem: 7013828-75.2016.8.22.0007 Cacoal/1ª Vara Cível
Agravante: Mauricélia Bezerra Freire
Advogada: Glória Chris Gordon (OAB/RO 3399)
Advogado: Vinícius Pompeu da Silva Gordon (OAB/RO 5680)
Agravado: Raimundo Nonato Fernandes de Souza

Decisão
Vistos.
Mauricelia Bezerra Freire agrava (doc. e-1491206) por instrumento da decisão (doc. e-1491273) que indeferiu o pedido para a concessão de justiça gratuita, na ação que tramita junto à 1ª vara cível da comarca de Cacoal (proc. n. 7013828-75.2016.8.22.0007).
Segue trecho da decisão:
(…) Indefiro o pedido de assistência judiciária gratuita, nos termos do artigo 99, §2º do NCPC, tendo em vista que não há nos autos elementos que apontem que a parte autora não tem condições de arcar com as custas processuais.
O baixo valor atribuído à causa não indica que o recolhimento das custas processuais possa causar prejuízo ao sustento da autora.
À emenda, no prazo de 15 dias (art. 319, NCPC), e sob pena de indeferimento da inicial, devendo a parte autora providenciar o recolhimento das custas processuais, sem o que o feito será extinto.
O recolhimento das custas deve obedecer os comandos do Novo Regimento de Custas do Tribunal de Justiça (Lei 3.896/2016), 2% sobre o valor da causa, sendo 1% adiado para até 5 dias após a audiência de conciliação, caso não resta acordo. (…)
Inicialmente, a agravante alega que restou demonstrado sua condição de hipossuficiência, já que por ocasião do início do atual relacionamento deixou o que havia na residência de seus pais em Boa Vista/ RR para viver com o agravado.
Ressalta que trouxe cópia da CTPS que comprova o emprego naquela cidade na função de auxiliar de escritório, percebendo a quantia mensal de R$750,00 (setecentos e cinquenta reais), e que atualmente está desempregada.
Aduz que juntou extrato bancário com saldo devedor, comprovando não haver possibilidade arcar com as custas processuais, e que a simples declaração é suficiente para a concessão do benefício da gratuidade da justiça.
Por fim, requer que a concessão de efeito suspensivo e que no mérito o agravo seja provido para reformar a decisão do juízo a quo.
É o relatório. Decido.
De início, tenho que a competência para decisão acerca da matéria posta é da Vice-Presidência desta Corte. Contudo, em face da suspeição declarada (doc. e-1578745), passo à análise da mesma.
A irresignação da agravante se dá quanto ao indeferimento de seu pedido para a concessão de justiça gratuita.
Para se determinar ou não uma medida de cautela, o magistrado vale-se do livre convencimento motivado (CF, art. 93, IX), cabendo examinar prudentemente todas as circunstâncias do caso concreto para aferir a necessidade da medida.
Por ora, da análise superficial própria deste momento, tenho por mais prudente o deferimento do efeito suspensivo ativo requerido, considerando que restam comprovados nos autos os pressupostos autorizadores para a concessão do benefício, considerado-se que a alegação da parte de que não pode arcar com as despesas processuais goza de presunção de veracidade, nos termos do art. 99, §3º do NCPC.
Assim, defiro o efeito suspensivo ativo ao presente agravo, até o julgamento do mérito.
Comunique-se ao juízo a quo o teor desta decisão.
Intime-se o agravado, na forma do art. 1.019, II do NCPC, para que responda no prazo legal, podendo juntar documentos.
Após, retornem conclusos os autos.
Publique-se. Intimem-se.
Porto Velho/RO, 18 de abril de 2017
Desembargador EURICO MONTENEGRO JÚNIOR
Decano, em face à suspeição do Vice-Presidente

Processo: 0800485-22.2016.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202)
Relator: OUDIVANIL DE MARINS
Data distribuição: 22/02/2016 13:51:11
Agravante: Irineu Michielin
Advogada: Corina Fernandes Pereira - (OAB/RO2074)
Agravado: Estado de Rondônia
Procuradora: Mônica Aparecida Eustáchio (OAB/RO 7935)
Decisão
VISTOS.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Irineu Michelin contra decisão proferida pelo juízo da 1ª vara de execuções fiscais da comarca de Porto Velho por rejeitar a exceção de pré-executividade e determinou o prosseguimento da ação de execução fiscal.
Relata o agravante ter o Estado de Rondônia proposto ação de execução fiscal e durante o andamento processual houve o bloqueio do valor de R$ 1.757,54 em sua conta bancária e restrição de circulação ao seu único veículo (FORD/F 4.000).
Alega necessário o acolhimento da exceção de pré-executividade para reconhecer a prescrição do crédito tributário por retroagir a contagem do prazo prescricional à data de propositura da ação, e considerando que a inscrição do crédito tributário se deu em 25/09/2006, proposta a ação em 29/10/2006 e a citação em 08/11/2006, encontra-se prescrito o crédito.
Aduz ausência de notificação sobre o auto de infração e tal procedimento viola o direito ao contraditório e ampla defesa e por fim, pugna pela reforma da decisão para reconhecer a prescrição do crédito tributário e extinguir a ação de execução fiscal (fls. 3-12).
O Estado de Rondônia alega em suas contrarrazões não haver ocorrência de prescrição porque foi respeitado o prazo de 5 anos entre a constituição definitiva do crédito e a propositura da ação. Por fim, requer seja mantida a decisão agravada (fls. 88-96).
Em consulta ao processo de origem, verifica-se como último andamento a suspensão da ação até a decisão de mérito do presente recurso, em 04/11/2016.
É o relatório.
DECIDO.
Recurso próprio e tempestivo, por isso conheço dele.
O agravante pretende reformar a decisão de primeiro grau por entender que o crédito tributário objeto da ação de execução fiscal encontra-se prescrito.
Em análise aos documentos e teses recursais, percebe-se certa confusão do agravante ao fundamentar a ocorrência da prescrição, inclusive, indica datas que não comprovam tal fato.
No caso, como se observa, o auto de infração referente ao débito foi lavrado em 26/02/2002, a inscrição em dívida ativa ocorreu em 28/08/2006 e a ação proposta em 13/09/2006, com despacho determinando a citação em 08/11/2006.
O código tributário nacional dispõe a respeito a prescrição:
Art. 173. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados:
I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;
II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.
Parágrafo único. O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.
Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.
Parágrafo único. A prescrição se interrompe:
I - pela citação pessoal feita ao devedor;

I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal;
II - pelo protesto judicial;
III - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;
IV - por qualquer ato inequívoco ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.
Como a propositura da ação de execução fiscal se deu em 13/09/2006 e a constituição definitiva do crédito tributário se dera em 26/02/2006, sem qualquer fato capaz de modificar este ato, foi respeitado o prazo prescricional de 5 anos e a decisão agravada deve permanecer inalterada.
Há quem confunda, mas o prazo prescricional começa a fluir a partir da data da constituição definitiva do crédito tributário, nos termos do art. 174 do Código Tributário, pois antes desta fase o procedimento é administrativo e não comporta tais discussões.
A jurisprudência segue nesse sentido:
PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. TÍTULO EXTRAJUDICIAL. ARGÜIÇÃO DE PRESCRIÇÃO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES.
I. É possível em exceção de pré-executividade a argüição de prescrição do título executivo, desde que desnecessária dilação probatória. Precedentes.
II. Recurso conhecido e provido. (RESP 200301294136, ALDIR PASSARINHO JUNIOR, STJ - QUARTA TURMA, 17/05/2010)
PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU FALTA DE MOTIVAÇÃO NO ACÓRDÃO A QUO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ARGÜIÇÃO DE DECADÊNCIA POR MEIO DE PETIÇÃO AVULSA. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. DECISÃO DA MATÉRIA PELA CORTE ESPECIAL (SESSÃO DO DIA 16/03/2005). 1. Recurso especial contra acórdão que, em execução fiscal, rejeitou a exceção de pré-executividade. 2. Decisão a quo clara e nítida, sem omissões, obscuridades, contradições ou ausência de motivação. O não-acatamento das teses do recurso não implica cerceamento de defesa. Ao juiz cabe apreciar a questão de acordo com o que entender atinente à lide. Não está obrigado a julgá-la conforme o pleiteado pelas partes, mas sim com seu livre convencimento (CPC, art. 131), usando fatos, provas, jurisprudência, aspectos atinentes ao tema e legislação que entender aplicáveis ao caso. Não obstante a oposição de embargos declaratórios, não são eles mero expediente para forçar o ingresso na instância especial, se não há vício para suprir. Não há ofensa aos arts. 128, 165, 458, I e II, e 535, II, do CPC quando a matéria é abordada no aresto a quo. 3. A doutrina e a jurisprudência aceitam que "os embargos de devedor pressupõem penhora regular, que só se dispensa em sede de exceção de pré-executividade, limitada a questões relativas aos pressupostos processuais e às condições da ação", incluindo-se a alegação de que a dívida foi paga (REsp nº 325893/SP). 4. "Denunciada a ocorrência da prescrição, verificação independente da produção ou exame laborioso de provas, não malfere nenhuma regra do Código de Processo Civil o oferecimento da exceção de "pré-executividade", independentemente dos embargos de devedor e da penhora para a prévia garantia do juízo. Condicionar o exame da prescrição à interposição dos embargos seria gerar desnecessários gravames ao executado, ferindo o espírito da lei de execução, que orienta no sentido de serem afastados art. 620, CPC. Provocada, pois, a prestação jurisdicional quanto à prescrição, pode ser examinada como objeção à pré-executividade. Demais, seria injúria ao princípio da instrumentalidade adiar para os embargos a extinção do processo executivo" (REsp nº 179750/SP, 1ª Turma, Rel. Min. MILTON LUIZ PEREIRA, DJ de 23/09/2002). 5. "A defesa que nega a executividade do título apresentado pode ser formulada nos próprios autos do processo da execução e independe do prazo fixado para os embargos de devedor" (REsp nº 220100/RJ, 4ª Turma, Rel. Min. RUY ROSADO DE AGUIAR, DJ de 25/10/1999). 6. "Não obstante serem os embargos à execução o meio de defesa próprio da execução fiscal, este Superior Tribunal de Justiça firmou orientação no sentido de admitir a exceção de pré-executividade naquelas situações em que não se fazem necessárias dilações probatórias, e em que as questões possam ser conhecidas de ofício pelo magistrado, como as condições da ação, os pressupostos processuais, a decadência, a prescrição, dentre outras. Assim, havendo demonstração de plano da veracidade das alegações da parte, sem a necessidade de um exame mais aprofundado das provas juntadas aos autos, não há óbice à análise da matéria por meio da via eleita" (AgRg no REsp nº 843683/RS, 1ª Turma, Relª Minª Denise Arruda, DJ de 01/02/2007). 7. A jurisprudência do STJ tem acatado a exceção de pré-executividade, impondo, contudo, alguns limites. Coerência da corrente que defende não ser absoluta a proibição da exceção de pré-executividade no âmbito da execução fiscal. 8. A invocação da prescrição/decadência é matéria que pode ser examinada tanto em exceção de pré-executividade como por meio de petição avulsa, visto ser causa extintiva do direito do exeqüente. 9. Vastidão de precedentes desta Corte de Justiça, inclusive em decisão da Corte Especial no EREsp nº 388000/RS, julgado na Sessão do dia 16/03/2005, com relação à prescrição e aplicável à decadência. 10. Recurso provido. (RESP 200700416516, JOSÉ DELGADO, STJ - PRIMEIRA TURMA, 29/06/2007).
TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL - PRESCRIÇÃO - TERMO A QUO - CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. 1. A antiga forma de contagem do prazo prescricional, expressa na Súmula 153 do extinto TFR, foi ampliada pelo STJ, que adotou a posição do STF. 2. Atualmente, enquanto há pendência de recurso administrativo, não se fala em suspensão do crédito tributário, mas sim em um hiato que vai do início do lançamento, quando desaparece o prazo decadencial, até o julgamento do recurso administrativo ou a revisão ex-officio. 3. Somente a partir da data em que o contribuinte é notificado do resultado do recurso ou da sua revisão, tem início a contagem do prazo prescricional. 4. Acórdão recorrido em consonância com a jurisprudência dominante desta Corte, ao concluir que a ação para cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos a partir de sua constituição definitiva, que se dá com a notificação regular do lançamento. 5. Recurso especial improvido. (STJ - REsp: 674074 SE 2004/0113195-6, Relator: Ministra ELIANA CALMON, Data de Julgamento: 16/11/2004, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJ 13/12/2004 p. 352).
Apelação. Execução Fiscal. ISS e taxa de licença. Prescrição. Termo inicial na data da constituição definitiva do crédito tributário. Inteligência do art. 174 do CTN e arts. 66. 145 e 155, § 1º, do Código Tributário Municipal de Presidente Prudente, LC nº 42/1997. Execução ajuizada antes do decurso do prazo prescricional e da LC n. 118/2005. Apenas a citação interromperia o prazo prescricional. Citação realizada por carta em endereço do representante legal. Demora na citação não creditada à exequente. Aplicabilidade da súmula 106 do STJ. Prescrição não consumada. Inocorrência de prescrição intercorrente do art. 40 da Lei nº 6.830/1980. Recurso provido. (TJ-SP - APL: 00295358120038260482 SP 0029535-81.2003.8.26.0482, Relator: Cláudio Marques, Data de Julgamento: 21/03/2013, 14ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 14/05/2013).
Desta forma, o crédito tributário em questão foi devidamente constituído e proposta a ação de execução fiscal dentro do prazo prescricional previsto em lei.
Pelo exposto, nego provimento ao recurso monocraticamente com fundamento no art. 932, IV, do código de processo civil e Súmula 568 do STJ.
Notifique-se o juízo de origem acerca da decisão.
Publique-se.
Porto Velho, 18 de abril de 2017
OUDIVANIL DE MARINS
RELATOR

Processo: 0800807-08.2017.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202)
Relator: OUDIVANIL DE MARINS
Data distribuição: 31/03/2017 09:17:09
Agravante: Marilene Garcia da Silva representada por sua Curadora Maria Lúcia Garcia da Silva
Advogados: Matheus Figueira Lopes - (OAB/RO6852), Rafael Balieiro Santos - (OAB/RO6864), Lorraine Iyacoca de Assis Gonçalves Silva - (OAB/RO7585)
Agravado: Estado de Rondônia
Decisão
VISTOS.
Trata-se de agravo de instrumento com pedido de antecipação de tutela interposto por Marilene Garcia da Silva, representada por sua curadora Maria Lúcia Garcia da Silva em ação indenizatória proposta contra o Estado de Rondônia e insurge-se contra decisão proferida pelo juízo da 1ª vara cível da comarca de Guajará Mirim que indeferiu a tutela que visava o pagamento imediato de pensão por morte.
Alega a agravante ser mãe de Rian Garcia da Silva, adolescente de 15 anos de idade que estava preso pela prática de ato infracional e veio a falecer dentro da unidade de internação de forma brutal.
Relata necessária a reforma da decisão agravada para que o Estado de Rondônia pague de imediato a pensão por morte em decorrência do falecimento de seu filho, conforme demonstrado na ação principal.
Por fim, requer a concessão da tutela para o imediato pagamento da pensão por morte por restar provado seu direito, incluindo os valores retroativos. No mérito, a confirmação da decisão (fls. 4-15).
É o relatório.
DECIDO.
Recurso próprio e tempestivo, por isso conheço dele.
Em análise ao pedido de assistência judiciária da agravante, constata-se a juntada da declaração de hipossuficiência e diante disso, defiro o benefício previsto na legislação:
O direito à assistência judiciária está previso na Lei n.1.060/50:
Art. 4º. A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.
A agravante insurge-se contra decisão de primeiro grau que indeferiu a tutela visando o pagamento imediato da pensão por morte indenizatória em decorrência do falecimento de seu filho menor em unidade de internação.
A questão a ser analisada nesta fase processual restringe-se à verificação da existência dos pressupostos para a concessão da tutela de urgência antecipatória, exigindo-se a probabilidade do direito invocado e a possibilidade de dano ou o risco ao resultado útil do processo, nos moldes do artigo 300 do Novo Código de Processo Civil.
A respeito da possibilidade de concessão da antecipação dos efeitos da tutela, Theotônio Negrão, na obra "Curso de Direito Processual Civil", 38ª ed., São Paulo: Saraiva, 2006, p. 384 e 385, anota:
"A tutela antecipada deve ser correspondente à tutela definitiva, que será prestada se a ação for julgada procedente. Assim;" Medida antecipatória, consequentemente, é a que contém providência apta a assumir contornos de definitividade pela simples superveniência da sentença que julgar procedente o pedido "(STF- Pleno: RTJ 180/453; a citação é da decisão do relator, confirmada em plenário).
Em análise às teses recursais, verifica-se a impossibilidade da reforma da decisão agravada por não haver comprovação de dano iminente, mas tão somente a explanação do direito pleiteado que será apreciado na ação principal. Ademais, inexiste perigo da demora pelo fato de haver a possibilidade do pagamento retroativo da pensão caso reconhecido o direito.
Portanto, ausentes os requisitos necessários (art. 300 do Novo Código de Processo Civil), indefiro a tutela de urgência antecipatória.
Notifique-se o juízo de primeiro grau para apresentar informações.
Intime-se o agravado para contraminutar.
Após à Procuradoria Geral de Justiça para parecer.
Publique-se.
Porto Velho, 17 de abril de 2017
OUDIVANIL DE MARINS
RELATOR

Processo: 0800718-82.2017.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202)
Relator: OUDIVANIL DE MARINS
Data distribuição: 22/03/2017 17:25:47
Origem: 7006512-11.2016.8.22.0007 Cacoal/1ª Vara Cível
Agravante: Município de Cacoal
Procurador: Caio Raphael Ramalho Veche e Silva (OAB/RO 6390)
Agravado: Sandro Ricardo Longhi da Silva
Advogado: André Bonifácio Ragnini (OAB/RO 1119)
Decisão
VISTOS.
Trata-se de agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo em mandado de segurança interposto pelo Município de Cacoal, contra decisão proferida pelo juízo da 1ª vara cível da comarca de Cacoal que deferiu parcialmente a impugnação ao cumprimento de sentença.
A ação mandamental visava o fornecimento de medicamento e concedeu a segurança com aplicação da pena de multa diária no valor de R$ 1.000,00. Em sede de cumprimento de sentença o agravado requereu o pagamento pelo descumprimento da sentença no valor de R$ 135.000,00 e diante disso, o agravante propôs impugnação ao cumprimento de sentença que foi acolhida parcialmente reduzindo o valor da multa em R$ 5.000,00.
Alega o agravante ser parte ilegítima para figurar na lide e efetuar o pagamento da multa imposta em juízo, pois a ação mandamental tem como autoridade coatora o secretário de saúde e este responde pelo valor devido.
Relata a ilegalidade da fixação da multa pelo fato de ter havido o sequestro para cumprimento da obrigação e o pagamento causa enriquecimento ilícito sob às custas do ente público.
Por fim, requer a concessão do efeito suspensivo para sobrestar o cumprimento de sentença e no mérito, sua exclusão do polo passivo, bem como o reconhecimento da inexigibilidade da multa ou alternativamente, sua redução (fls. 3-15).
É o relatório.
DECIDO.
Recurso próprio e tempestivo, por isso conheço dele.
O agravante insurge-se contra decisão de primeiro grau que acolheu parcialmente a impugnação ao cumprimento de sentença e fixou o valor da multa em R$ 5.000,00.
Em análise à decisão agravada verifica-se ter o juízo reduzido quase que totalmente a multa aplicada de R$ 135.000,00 para R$ 5.000,00, e o agravante ainda resta inconformado com o pagamento, mesmo descumprido ordem judicial por um grande lapso de tempo.
Essa fase processual restringe-se à verificação da existência dos pressupostos para a concessão do efeito suspensivo, equivalente à medida antecipatória, exigindo-se a probabilidade do direito invocado e a possibilidade de dano ou o risco ao resultado útil do processo, nos moldes do artigo 300 do Novo Código de Processo Civil.
A respeito da possibilidade de concessão da antecipação dos efeitos da tutela, Theotônio Negrão, na obra "Curso de Direito Processual Civil", 38ª ed., São Paulo: Saraiva, 2006, p. 384 e 385, anota:

"A tutela antecipada deve ser correspondente à tutela definitiva, que será prestada se a ação for julgada procedente. Assim;" Medida antecipatória, consequentemente, é a que contém providência apta a assumir contornos de definitividade pela simples superveniência da sentença que julgar procedente o pedido "(STF- Pleno: RTJ 180/453; a citação é da decisão do relator, confirmada em plenário).

As teses recursais e documentos juntados aos autos não comprovam a existência de dano irreparável ou de difícil reparação ante o pagamento de multa por descumprimento da sentença, impossibilitando a concessão de medida antecipatória.

Pelo exposto, indefiro o pedido de efeito suspensivo.

Notifique-se o juízo de primeiro grau para prestar informações.

Intime-se o agravado para contraminutar.

Após à Procuradoria Geral de Justiça para parecer.

Publique-se.

Porto Velho, 17 de abril de 2017

OUDIVANIL DE MARINS

RELATOR

ESTADO DE RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Oudivanil de Marins

Processo: 0800823-59.2017.8.22.0000 - MANDADO DE SEGURANÇA (120)

Relator: OUDIVANIL DE MARINS

Data distribuição: 31/03/2017 16:14:21

Impetrante: Maria Elida Oliveira Pontes

Advogados: Regianeide Sousa Jota Gomes (OAB/RO 3607), Emílio Costa Gomes (OAB/RO 4515)

Impetrado: Secretário de Finanças do Estado de Rondônia

Decisão

VISTOS.

Trata-se de mandado de segurança com pedido de liminar impetrado por Maria Elida Oliveira Pontes contra suposto ato coator do secretário de finanças do Estado de Rondônia (SEFIN/RO), consubstanciado na cobrança de ICMS na fatura de energia elétrica sobre parcelas que não deveriam integrar a respectiva base de cálculo.

Alega a impetrante ser consumidora de energia elétrica fornecida pela empresa ELETROBRÁS - Distribuição Rondônia, cujas faturas de cobrança do consumo mensal incide o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal - ICMS sobre parcelas as quais, sob sua ótica, não deveriam incidir.

Relata ilegalidade na incidência do referido tributo sobre as tarifas de uso do sistema de distribuição (TUSD) e também sobre a tarifa do uso do sistema de transmissão (TUST), em razão do fato gerador do imposto ser o consumo efetivo da energia elétrica.

Aduz estar sendo obrigada ao pagamento do ICMS pelo simples uso da rede de distribuição/transmissão, pois a concessionária inclui na base de cálculo do ICMS a parcela da tarifa correspondente à TUSD e TUST majorando indevidamente o valor do tributo, o que não se coaduna com as normas legais que regem a matéria.

Ao final, requer a concessão da liminar para determinar a suspensão da cobrança do ICMS que não tenha por base apenas o consumo efetivo da energia, ordenando-se que o impetrado se abstenha de efetuar tais cobranças nas faturas vincendas e, no mérito, reconhecida a ilegalidade da cobrança indevida por meio da concessão da segurança (fls. 3-17).

É o relatório.

DECIDO.

Em análise aos autos verifica-se constar declaração de pobreza e faturas de energia elétrica co baixos valores, comprovando ser a impetrante pessoa de baixa renda e reforçando seu pedido de assistência judiciária. Diante disso, defiro o benefício, conforme previsto na legislação:

O direito à assistência judiciária está previso na Lei n.1.060/50:

Art. 4º. A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.

A impetrante busca a concessão da liminar para a autoridade coatora suspender a cobrança do ICMS sobre a transmissão e distribuição de energia elétrica em relação às tarifas TUST e TUSD.

Para a concessão da liminar é necessário um fundamento relevante ao ato impugnado que cause prejuízo ou dano de difícil reparação a parte interessada, ante a demora da prestação jurisdicional.

A questão a ser analisada nesta fase processual restringe-se à verificação da existência dos pressupostos para a concessão da tutela de urgência antecipatória, exigindo-se a probabilidade do direito invocado e a possibilidade de dano ou o risco ao resultado útil do processo, nos moldes do código de processo civil.

A respeito da possibilidade de concessão da antecipação dos efeitos da tutela, Theotônio Negrão, na obra "Curso de Direito Processual Civil", 38ª ed., São Paulo: Saraiva, 2006, p. 384 e 385, anota:

"A tutela antecipada deve ser correspondente à tutela definitiva, que será prestada se a ação for julgada procedente. Assim;" Medida antecipatória, consequentemente, é a que contém providência apta a assumir contornos de definitividade pela simples superveniência da sentença que julgar procedente o pedido "(STF- Pleno: RTJ 180/453; a citação é da decisão do relator, confirmada em plenário).

A impetrante pleiteia a suspensão da cobrança do ICMS sobre as tarifas de transmissão e distribuição e demais encargos, mas de acordo com a regra legal e a cobrança supostamente abusiva, não resta configurado o perigo da demora nos pagamentos indevidos e sem previsão de estorno, sendo prudente a manifestação da partes envolvidas para análise do tipo de contrato prestado entre as partes e por haver diferença em casos que envolvem pessoa jurídica.

Nesse contexto, em sede de cognição sumária, tenho a compreensão que apesar de presente a fumaça do bom direito da impetrante, não estou convencido da iminência de lesão grave ou de difícil reparação em razão do perigo da demora, visto que, caso haja concessão da segurança, poderá a impetrante pleitear nas vias ordinárias as compensações devidas.

Convém salientar que o periculum in mora não se refere especialmente à período temporal, embora com ele tenha ligação. Não é só o perigo de retardamento da prestação jurisdicional, até por que esta jamais poderá ser instantânea, frente a própria natureza da atuação jurisdicional que enseja tempo, mas sim o perigo de dano frente a uma situação periclitante que, face a seu caráter, faz jus ao recebimento de tutela acautelatória para bem de evitar prejuízo grave ou de difícil reparação, o que, certamente, não é o caso dos autos.

O perigo da demora se liga à questão de perigo iminente, latente, prejudicial; onde o impetrante se encontra frente a circunstância tal que, pelo simples fato de esperar o procedimento normal da jurisdição, o processo principal já não terá mais o resultado útil desejado, sofrendo a parte com lesão grave, muitas vezes de difícil ou até mesmo impossível reparação. Esse quadro não se apresenta.

Pelo exposto, indefiro a liminar, ante a ausência de um dos requisitos indispensáveis para sua concessão.

Concedo o prazo de 10 dias para a autoridade coatora prestar informações.

Notifique-se o Estado de Rondônia, para se desejar, ingressar na lide.

Após à Procuradoria Geral de Justiça.

Publique-se.

Porto Velho, 12 de abril de 2017

OUDIVANIL DE MARINS

RELATOR

Processo: 0800627-89.2017.8.22.0000 - MANDADO DE SEGURANÇA (120)
Relator: OUDIVANIL DE MARINS
Data distribuição: 28/03/2017 08:43:00
Impetrante: Wagner Rezende Dias
Advogado: Arthur Antunes Gomes Queiroz - (OAB/RO7869)
Impetrado: Secretário de Educação Adjunto do Estado de Rondônia
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Decisão
VISTOS.
Trata-se de mandado de segurança com pedido de liminar impetrado por Wagner Rezende Dias contra suposto ato praticado pelo Secretário de Educação do Estado de Rondônia, a Coordenadora Geral do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação e Coordenadora da Pós-Graduação de Gestão e Avaliação, ambas da Universidade Federal de Juiz de Fora.
Relata o impetrante que o Estado de Rondônia firmou convênio com a Universidade Federal de Juiz de Fora para o programa de pós graduação profissional (mestrado), direcionado aos professores da rede pública estadual.
Alega ter sido aprovado na 11ª posição, após as três etapas previstas no edital, mas por meio de uma simples minuta da SEDUC houve exclusão de alguns candidatos, incluindo seu nome, porém, foi aprovado e preenche todos os requisitos para a vaga.
Discorre sobre a violação ao direito líquido e certo por ter sido excluído do certame sem explicação e invoca os princípios da boa fé, razoabilidade, isonomia, ampla acessibilidade e vinculação ao edital para firmar o direito pleiteado.
Diante disso, requer seja matriculado no curso de pós graduação por meio da concessão da liminar, considerando o risco iminente pelo fato das aulas à distância iniciarem em 08/08/2016, e no mérito, a concessão da segurança para tornar definitiva a medida antecipatória (fls. 10-22).
Um breve relato dos fatos se faz necessário.
O impetrante impetrou a presente ação inicialmente na justiça federal da comarca de Ji-Paraná a qual declinou a competência para a comarca de Porto Velho, esta por sua vez, verificou ser competência da justiça estadual e o feito foi distribuído à 2ª vara da fazenda pública da comarca de Porto Velho em 21/12/2016 (fls. 179), que enviou ao TJRO por tratar de ação mandamental contra secretário de Estado, em 10/02/2017 (fls. 185-6). Após as distribuições necessárias, os autos vieram conclusos a essa Relatoria em 28/03/2017 (fl. 200).
É o relatório.
DECIDO.
O impetrante requer seu ingresso no curso de pós graduação (mestrado) firmado entre a Universidade de Juiz de Fora e o Estado de Rondônia.
Pois bem. Deve ser analisado que o mandado de segurança é um remédio constitucional amparado pela Constituição Federal e cabível nas seguintes hipóteses;
Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;
E pela Lei n. 12.016/9;
Art. 1º Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.
O objetivo, na forma comissiva ou omissiva, no mandado de segurança é atacar o ato judicial ou administrativo (ato coator) atribuído por autoridade pública ou particular que exerce função delegada do Estado (Súm. 510, STF) que viole direito líquido e certo.
A redação da lei em sobre o direito líquido e certo se faz ante atos comissivos ou omissivos, conforme o doutrinador Uderico Pires dos Santos (O Mandado de Segurança na Doutrina e na Jurisprudência, Ed. Forense, 3ªed., 1985, pag. 125):
"Nota 10 – O mandado de segurança tanto atua como remédio eficaz ao combate das ilegalidades levadas a efeito pela autoridade por atos comissivos, como omissivos. A omissão constitui, como se sabe, inegável fórmula de postergação; assim, quem retarda o reconhecimento de um direito a posterga, comete arbítrio e aceno de violência que ensejam reparação pelo writ. De sorte que, se a autoridade coatora tem o dever legal de se manifestar sobre a pretensão que lhe é apresentada e o não faz, ou retarda propositalmente o seu pronunciamento, a falta de cumprimento desse dever erige-se em ilegalidade funcional do poder público, por isso que representa obstáculo ao exercício do direito, embora o ato omissivo possa não ser, prima facie, um ato propriamente negativo ou restritivo. Nesse caso, a função do mandamus será a de compelir, por via indireta, a autoridade a se definir, prestando o fato ou dele se abstendo"
Assim, quatro requisitos essenciais do mandado de segurança: a) ato omissivo ou comissivo da autoridade pública ou do particular que exercer função delegada; b) ato ilegal ou abusivo; c) lesão ou ameaça de lesão a direito; d) caráter subsidiário, proteção ao direito líquido e certo não amparado por outras ações constitucionais.
O impetrante aponta como autoridade coatora o Secretário de Educação do Estado de Rondônia, mas não há documento nos autos comprovando a existência do suposto ato coator omissivo ou comissivo praticado por sua pessoa, e ao contrário do alegado, todos os atos relacionados ao mestrado estão sob a assinatura da Coordenadora do Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública – PPGP, em documento oficial do CAED – Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade de Juiz de fora, inclusive, a não validação de seu vínculo para participar do referido curso (fls. 87/8 e 107/9).
Diante disso, resta considerar que o impetrante não foi aprovado em uma das fases do certame e o edital faz lei entre as partes, e caso descumprido quaisquer dos requisitos inexiste direito líquido e certo a ser revisto.
Portanto, outra medida não há senão indeferir a inicial por inexistir ato coator ou omissão violadora de direito líquido e certo praticados pelo Secretário da Educação e demais autoridades coatoras apontadas, os quais são requisitos necessários para o cabimento da via eleita.
A jurisprudência segue nesse sentido:
AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. DEFICIÊNCIA DE FORMAÇÃO DO LASTRO PROBATÓRIO. AUSÊNCIA DE PROVAS DO DIREITO ALEGADO. AUSÊNCIA DE CÓPIA DO ATO APONTADO COMO COATOR.
A insuficiência do lastro probatório acarreta o insucesso da impetração, presentes as particularidades da ação mandamental, em que, como é cediço, se exige demonstração de direito líquido e certo. Agravo regimental conhecido e não provido.
(STF, Processo MS 32847 SP, relator(a) Min. ROSA WEBER, Julgamento 09/12/2014).
Agravo regimental em mandado de segurança. Ato do CNJ. Ilegitimidade passiva da Presidência do TJPA. Decadência. Ausência de prova do ato coator. Impossibilidade de dilação probatória em mandado de segurança. Agravo regimental não provido.
1. A atuação da autoridade tida como 2ª impetrante limitou-se à execução de determinação emanada do Conselho Nacional de Justiça, o que exclui sua legitimidade passiva ad causam no feito.

2. O termo a quo para efeito de contagem do prazo decadencial para impetrar mandado de segurança é o da ciência pelo interessado da prática do ato inquinado de ilegal. O presente mandado de segurança fora impetrado mais de 10 (dez) dias após o término do prazo decadencial previsto no art. 23 da Lei nº 12.016/09.
3. O mandado de segurança exige a comprovação de plano do quanto alegado, mediante provas pré-constituídas. Não se admite dilação probatória incidental nessa via processual.
Agravo regimental não provido.
(STF, Processo MS 31385 DF, Relator(a) Min. DIAS TOFFOLI, Julgamento 28/10/2014).
Nesse contexto, analisando os fatos e elementos probatórios, inexiste ato coator e outra forma não há senão indeferir a inicial ao considerar que o Secretário de Educação do Estado não praticou qualquer ato ou negativa de atendimento em relação ao ingresso do impetrante no mestrado, bem como a Coordenadora Geral do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação e Coordenadora da Pós-Graduação de Gestão e Avaliação, mas tão somente ocorreu a não validação de seu vínculo perante a Universidade Federal de Juiz de Fora, conforme os argumentos acima mencionados.
Ademais, o art. 10 da lei n. 12.016/09, dispõe sobre a possibilidade de indeferimento da inicial quando ausentes os requisitos específicos da ação mandamental, quais sejam, quando a ação não se dirige contra autoridade pública, o impetrante não tem legitimidade, quando ocorrer indicação errônea da autoridade coatora, ausentes documentos que comprovem os fatos alegados ou não observado o prazo decadencial de 120 dias.
No caso, a autoridade coatora apontada é errônea e inexistem documentos que comprovem qualquer ato coator, configurando portanto, o indeferimento da inicial.
Posto isso, indefiro a inicial e declaro extinto o feito sem julgamento do mérito, conforme prevê o art. 485, I, do código de processo civil, monocraticamente com base na Súmula 568 do STJ.
Publique-se.
Porto Velho, 18 de abril de 2017
OUDIVANIL DE MARINS
RELATOR

Processo: 0800225-08.2017.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202)
Relator: EURICO MONTENEGRO JUNIOR
Data distribuição: 06/02/2017 17:45:03
Agravante: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - IPERON
Procurador: Roger Nascimento (OAB/RO 6099)
Agravado: Sindicado dos Servidores da Previdência do Estado de Rondônia
Advogados: Margarete Geiareta da Trindade - (OAB/RO4438), Rafael Valentin Raduan Miguel - (OAB/RO4486), Vinicius Valentin Raduan Miguel - (OAB/RO4150)
Decisão
Vistos.
O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia (IPERON) agrava (doc. e-1371475) por instrumento e com pedido de efeito suspensivo da decisão (doc. e-1371476) que deferiu tutela provisória e suspendeu o rebaixamento do enquadramento funcional dos servidores substituídos com fundamento na dedução do tempo de adesão ao Programa de Licença Extraordinária Incentivada (PLEI) - Lei Estadual Complementar n. 162/1996, na ação ordinária que tramita junto à 1ª vara da fazenda pública da comarca de Porto Velho, movida pelo Sindicato dos Servidores da Previdência do Estado de Rondônia (SINSEPER) (proc. n. 7052457-39.2016.8.22.0001).
Indeferi o efeito suspensivo e determinei o processamento do feito (doc. e-1564754).
É o relatório. Decido.
O júizo a quo informou (doc. e-1583523) a prolação de sentença de mérito (doc. e-1583524 – fls. 3/ 6), não havendo mais interesse recursal.
Assim, o presente agravo perdeu a razão de ser.
Diante do exposto, por estar prejudicado, não conheço o presente recurso, na forma do artigo 932, III, do NCPC.
Após as devidas anotações, arquive-se.
Publique-se. Intimem-se.
Porto Velho/RO, 18 de abril de 2017.
Desembargador EURICO MONTENEGRO JÚNIOR
Relator

Processo: 0800738-73.2017.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202)
Relator: EURICO MONTENEGRO JUNIOR
Data distribuição: 12/04/2017 17:27:13
Origem: 0029800-65.2002.8.22.0018 Santa Luzia do Oeste/1ª Vara Cível
Agravante: Ministério Publico do Estado de Rondônia
Agravada: Instaladora e Elétrica Santa Luzia Ltda Me
Advogado: Paulo Cesar da Silva (OAB/RO 4502)
Decisão
Vistos.
O Ministério Público do Estado de Rondônia agrava (doc. e-1550627) por instrumento da decisão (doc. e-1550628) que determinou a extinção da execução em relação a Cesar Augusto Martins Costa e Rosa Maria Pupin Costa, sob o argumento de que os depósitos poderiam ser creditados diretamente na conta do ente lesado sem qualquer comprovação em juízo, na fase de cumprimento de sentença da ação civil pública que tramita junto à 1ª vara cível da comarca de Santa Luzia do Oeste, em face de Instaladora e Elétrica Santa Luzia ltda e outros (proc. n. 0029800-65.2002.8.22.0018).
Segue trecho da decisão:
[…] Em tempo, torno parcialmente sem efeito o despacho de fls. 3727.
Consta nos autos, homologação de acordo de parcelamento em 60 parcelas mensais, relativo ao débito de R$ 90.667,96, dos executados CESAR AUGUSTO MARTINS COSTA e ROSA MARIA PUPIN COSTA, cujo termo encontra-se às fls. 3481/3482, 3484-v e 3490-v e respectiva homologação por sentença às fls. 3496.
Ocorre que o acordo homologado não previu a forma de pagamento das parcelas, tampouco, a forma de prestação de contas, no entanto, os depósitos ocorrem em conta judicial e a prestação de contas vem ocorrendo nos autos o que é desnecessário.
Assim, os depósitos poderão ocorrer diretamente em conta bancária de titularidade do ente lesado, qual seja, Município de Santa Luzia D'Oeste/RO, assim como a prestação de contas deverá ocorrer junto a tal ente público, através da Secretaria da Fazenda que deverá arquivar cópias dos comprovantes em pasta própria.
A seu turno os executados também deverão manter os comprovantes em arquivo para resguardar eventual direito.
Pontua-se que tal medida não acarreta prejuízo às partes e a terceiros interessados, ao invés, traz celeridade, eficiência e economia processual, já que, atualmente, para cumprir o acordo, os executados necessitam de guia de depósito judicial enquanto que o favorecido para efetuar os levantamentos, precisa de Alvará Judicial.
Ademais, eventual cumprimento forçado do acordo poderá ser requerido em autos próprios por quem de direito.
Posto isso, considerando que houve resolução do mérito quando da homologação por sentença (fls. 3496), o processo deve ser extinto com relação aos executados CESAR AUGUSTO MARTINS COSTA e ROSA MARIA PUPIN COSTA, devendo prosseguir em relação apenas dos demais executados. [...]
Inicialmente, o agravante alega que foram condenados na ação civil pública a empresa Instaladora e Elétrica Santa Luzia ltda, seus sócios-proprietários Cesar Augusto Martins Costa e Rosa Maria Pupin Costa e outros, tendo sido homologado em juízo acordo para pagamento em 6/8/2014.

Contudo, em decisão interlocutória de março/2017, foi determinado pelo juízo a quo a extinção da execução em relação a Cesar Augusto Martins Costa e Rosa Maria Pupin Costa, sob o argumento de que os depósitos poderiam ser creditados diretamente na conta do ente lesado sem qualquer comprovação nos autos.
Defende que a decisão contraria do disposto no NCPC, haja vista a necessidade de manter o procedimento suspenso em cartório até a quitação integral do débito, em que pese a existência de acordo de parcelamento nos autos, para que possa ser fiscalizado o cumprimento da obrigação.
Por fim, traz doutrina e jurisprudência que sustentam seu posicionamento e requer que seja reformada a decisão agravada.
É o relatório. Decido.
A irresignação do agravante se dá quanto à decisão que extinguiu a obrigação em relação aos sócios-proprietários da empresa Instaladora e Elétrica Santa Luzia ltda.
Não há pedido de efeito suspensivo.
Intimem-se os agravados, na forma do art. 1.019, II do NCPC, para que respondam no prazo legal, podendo juntar documentos.
Após, à Procuradoria-Geral de Justiça para manifestação, nos termos do art. 1.019, III do NCPC e art. 5º, §1º da Lei n. 7.347/1985.
Notifique-se o juízo a quo da decisão.
Publique-se. Intimem-se.
Porto Velho/RO, 18 de abril de 2017.
Desembargador EURICO MONTENEGRO JÚNIOR
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Eurico Montenegro
Processo: 0803974-67.2016.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202)
Relator: EURICO MONTENEGRO JUNIOR
Data distribuição: 05/12/2016 12:12:30
Agravante: Estado de Rondônia
Procurador: Willame Soares Lima (OAB/RO 949)
Agravado: Armando Amaral Jacob
Advogados: Luís Henrique Araújo Amaral Jacob (OAB/RO 7792), Raquel Jacob do Nascimento Trevizani
(OAB/RO 5579)
Decisão
Vistos.
O Estado de Rondônia agravou (doc. e-1239180) por instrumento e com pedido de efeito suspensivo da decisão (doc. e-7301716 – autos originais) que concedeu antecipação dos efeitos da tutela para determinar o fornecimento contínuo de medicamento a Armando Amaral Jacob, sob pena de sequestro de valores, na ação ordinária que tramita junto à 2ª vara cível da comarca de Ouro Preto (proc. n. 7006522-64.2016.8.22.0004).
Indeferi o efeito suspensivo e determinei o processamento do feito (doc. e-1267219).
É o relatório. Decido.
Não obstante o processamento do recurso, fora protocolada petição (doc. e-1583626) informando o óbito do agravado, bem como requerendo a extinção deste feito, ante a ausência de interesse processual.
Assim, o presente recurso perde a razão de ser, posto que a discussão limitava-se ao fornecimento de medicação.
Diante do exposto, por estar prejudicado, não conheço o presente recurso, na forma do artigo 932, III, do NCPC.
Após as devidas anotações, arquive-se.
Publique-se. Intimem-se.
Porto Velho/RO, 18 de abril de 2017.
Desembargador EURICO MONTENEGRO JÚNIOR
Relator

Processo: 0800055-70.2016.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202)
Relator: OUDIVANIL DE MARINS
Data distribuição: 18/01/2016 08:20:37
Agravante: Município de Vale do Anary - RO
Procurador: Gilcimar Buss - (OAB/RO6324)
Agravado: Djalma Pereira Guedes Terceiro - ME
Advogado: Danilo Wallace Ferreira Sousa - (OAB/RO6995)
Decisão
VISTOS.
Em análise ao processo principal no sistema PJE 1º grau, verifica-se a prolação de sentença com denegação da segurança em 07/07/2016, tornando prejudicada a análise do mérito do presente recurso ante a perda do objeto. Portanto, diante da perda superveniente do objeto do presente recurso, julgo-o prejudicado, nos moldes do art. 1.018, § 1º do CPC/2015.
Procedidas às anotações necessárias, transitado em julgado, arquive-se.
Publique-se.
Porto Velho, 18 de abril de 2017
OUDIVANIL DE MARINS
RELATOR

Processo: 0800078-79.2017.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202)
Relator: OUDIVANIL DE MARINS
Data distribuição: 20/01/2017 11:48:18
Origem:0027471-04.2007.8.22.0019 Machadinho do Oeste/1ª Vara Cível
Agravante: Estado de Rondônia
Procuradora: Mônica Aparecida Eustáchio (OAB/RO 7935)
Agravada: G. de Andrade Nalin Parafusos
Despacho
VISTOS.
Intime-se o agravante para no prazo de 5 dias, manifestar seu interesse em prosseguir com o presente recurso considerando ter o juízo de origem deferido a busca de bens nos sistemas pleiteados, conforme às informações prestadas (fls. 118-9).
Publique-se.
Porto Velho, 17 de abril de 2017
OUDIVANIL DE MARINS
RELATOR

Processo: 0800739-58.2017.8.22.0000 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA (120)
Relator: EURICO MONTENEGRO JUNIOR
Data distribuição: 24/03/2017 16:59:00
Embargante: Estado de Rondônia
Procurador: Sérgio Fernandes de Abreu Júnior (OAB/RO 6629)
Embargada: RT Moreira & Cia Ltda
Advogado: Emílio Costa Gomes (OAB/RO 4515)
Advogada: Regianeide Sousa Jota Gomes (OAB/RO 3607)
Interessado (Parte Passiva): Secretário de Estado de Finanças de Rondônia
Decisão
Vistos.
Considerando a oposição de embargos de declaração, e que eventual acolhimento pode implicar a modificação da decisão embargada, dê-se vista aos embargados para manifestação no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do art. 1.023, §2º, NCPC.
Após, com ou sem resposta, retornem conclusos os autos.
Publique-se. Intimem-se.
Porto Velho/RO, 18 de abril de 2017
Desembargador EURICO MONTENEGRO JÚNIOR
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Eurico Montenegro
Processo: 0800913-67.2017.8.22.0000 - Mandado de Segurança (120)
Relator: EURICO MONTENEGRO JUNIOR
Data distribuição: 12/04/2017 08:28:16
Impetrante: Neci dos Santos Teixeira
Advogado: José Nax de Góis Júnior ( OAB/RO 2220)
Impetrado: Secretário de Estado da Saúde
Decisão
Vistos.
Trata-se de mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado por Neci dos Santos Teixeira contra suposto ato coator praticado pelo Secretário de Estado de Saúde de Rondônia (SESAU), consistente no indeferimento da conversão de licença-prêmio em pecúnia, conforme inicial (doc. e-1587688).
A impetrante narra que é servidora pública estadual desde junho/1990, no cargo efetivo de auxiliar de serviços de saúde, não tendo gozado licença-prêmio referente a 5 (cinco) quinquênios.
Registra que em dezembro/2015 foi concedido o gozo de 1 (um) período, conforme Portaria n. 13333/SEAD (doc. e-1587829 – fl. 3), contudo, tal licença foi suspensa a pedido da imediata, conforme Ofício n. 602/10/RH/GAB/HRC/SESAU (doc. e-1587829 – fl. 4), e publicação da Portaria n. 1172/NCSR/GAB/SEAD (doc. e-1587829 – fl. 6)
Afirma que requereu em outubro/2016 requereu a conversão da licença-prêmio em pecúnia, tendo sido inicialmente determinada a formalização de requerimento para pagamento de verbas rescisórias de servidor transposto, e posteriormente despacho informando que não havia sido transposta, que seria determinado andamento para conversão da licença-prêmio em pecúnia.
Com isso, apesar de a impetrante entender ter sido reconhecido o direito líquido e certo ao pagamento, seu pedido foi indeferido com base no Decreto Estadual n. 20.887/2016 (doc. e-1588259), que trata sobre normas e medidas complementares de racionalização do gasto público no âmbito da administração pública estadual.
Por fim, traz jurisprudência que suporta seu posicionamento, requer a concessão de liminar para determinar que o impetrado realize o pagamento, e que ao fim seja confirmada a liminar.
É o relatório. Decido.
Analiso o caso com a nova competência designada à Câmara Especial Isolada quanto aos Secretários de Estado, conforme art. 115, VI, do novo RI/ TJRO, anteriormente pertencente às Câmaras Especiais Reunidas.
Cumpre analisar neste momento, a existência ou não dos pressupostos autorizadores da liminar, a fim de compor ou não a viabilidade de sua concessão.
Tal medida não tem o condão de prejulgamento, mas apenas de preservar o impetrante de lesão irreparável ou de difícil reparação, ou ainda quando restar demonstrada de plano a verossimilhança do direito pleiteado, sustando, por fim, os efeitos do ato impugnado.
Assim, a concessão de liminar depende do concurso de dois requisitos legais, quais sejam, a relevância dos motivos em que se baseia o pedido inicial e a evidência da possibilidade da ocorrência de lesão irreparável ao direito do requerente, caso venha a ser reconhecida na decisão de mérito.
Não obstante a fundamentação utilizada, ainda que a liminar requerida pudesse ser concedida, esta revelar-se-ia satisfativa, haja vista que o pedido foi para imediato pagamento.
Deste modo, considerando-se a impossibilidade da concessão de liminar de cunho satisfativo, conforme precedentes do STJ (RCD no MS 20976/ DF, Min. Mauro Campbell, Primeira Seção, Julgamento 11/6/2014, DJe 17/6/2014; AgRg no MS 17292/ DF, Min. Castro Meira, Julgamento 28/09/2011, DJe 13/10/2011), é medida que se impõe o indeferimento do pedido liminar deste writ.
Outrossim, há a vedação na Lei n. 12.016/2009 para a concessão de liminar que determine o pagamento de qualquer natureza, in verbis:
Art. 7o Ao despachar a inicial, o juiz ordenará: (...)
§ 2o Não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza.
Neste sentido, entendimento do STJ:
ADMINISTRATIVO. RECLAMAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. SERVIDOR PÚBLICO.DECISÃO CONCESSIVA EM MANDADO DE SEGURANÇA NÃO TRANSITADA EM JULGADO. VANTAGEM REMUNERATÓRIA. INCORPORAÇÃO DE QUINTOS. CUMPRIMENTO IMEDIATO. NEGATIVA DA ADMINISTRAÇÃO. AUSÊNCIA DE ORDEM DIRETA DA DECISÃO. LIMITAÇÕES DOS ARTS. 14. § 3º E 7º, § 2º, DA LEI 12.016/2009.
1. Trata-se de Reclamação contra ato do Presidente do Tribunal de Justiça de Rondônia, que determinou a não inclusão em folha e pagamento imediato de incorporações de quintos determinados nos RMS 30.440/RO e 30.361/RO (Sexta Turma, Rel. Ministra Alderita Ramos de Oliveira (Desembargadora convocada do TJ/PE) por tais decisões não terem transitado em julgado.
2. A Reclamação é descabida por falta de ordem direta para o imediato cumprimento, aliada à impossibilidade de cumprimento imediato de comando mandamental não transitado em julgado em casos de concessão ou implantação de vantagens a servidores públicos.
3. De acordo com o art. 187 do Regimento Interno do STJ, a Reclamação tem por objeto garantir a autoridade das decisões do STJ, o que se traduz na contraposição a ordem direta do STJ, e não em questões reflexas ou desdobramentos subsequentes do processo. Nesse sentido: AgRg na Rcl 2.589/RJ, Rel. Ministra Laurita Vaz, Corte Especial, DJ 3.12.2007.
4. A Reclamação é manifestamente improcedente, pois, além de não haver ordem direta para imediato cumprimento, impossível a execução de comando mandamental não transitado em julgado que determinada o pagamento ou inclusão de verbas salariais em folha de pagamento, que somente pode ser concretizada após o trânsito em julgado da respectiva ação mandamental, sob pena de ofensa ao § 3º do art. 14 combinado com o § 2º do art. 7º, ambos da Lei nº 12.016/2009, e do previsto no art. 2º-B da Lei nº 9.494/1997. A propósito: AgRg na SS 1.870/RN, Rel. Ministro Cesar Asfor Rocha, Corte Especial, DJe 5.2.2009; AgRg no REsp 1.106.594/MS, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, DJe 17.12.2012; EREsp 1.136.652/RN, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, DJe 27.6.2012; AgRg no MS nº 12.215/DF, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 6.9.2011; Rcl 1.353/DF, Rel. Ministro Paulo Gallotti, Terceira Seção, DJ 6.3.2006.
5. No mesmo sentido do entendimento acima há decisões monocráticas nos seguintes casos idênticos: Rcl 9.595/RO, Rel. Ministro Humberto Martins, Primeira Seção, DJe 10.4.2013; Rcl 9.525/RO, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Seção, DJe 25.9.2012; Rcl 9.433/RO, Rel. Ministro Marco Aurélio Belizze, Terceira Seção, DJe 20.8.2012.
6. Agravo Regimental não provido. (AgRg na Rcl 9.476/RO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/08/2014, DJe 16/10/2014) (grifamos)
Desta forma, tenho por prudente, por ora, o processamento deste mandamus, para colheita de mais informações.
Por ora, da análise superficial própria deste momento, tenho por mais prudente o indeferimento da liminar requerida, considerando que não restam comprovados nos autos os pressupostos autorizadores.
Ante o exposto, indefiro a liminar, até o julgamento do mérito do presente mandamus.
Solicitem-se informações à autoridade indicada como coatora, para que as preste no prazo legal.

Dê-se ciência do feito à Procuradoria-Geral do Estado, em conformidade com o art. 7º, II da Lei n. 12.016/09.
Após o prazo, com ou sem informações, à douta Procuradoria-Geral de Justiça.
Porto Velho/RO, 18 de abril de 2017.
Desembargador EURICO MONTENEGRO JÚNIOR
Relator

Processo: 0802725-81.2016.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202)
Relator: EURICO MONTENEGRO JUNIOR
Data distribuição: 17/08/2016 12:43:59
Agravante: Estado de Rondônia
Procuradora: Caroline Mezzomo Barroso Bittencourt
Agravado: Carlos Alberto da Silveira
Defensor Público: José Oliveira de Andrade
Decisão
Vistos.
O Estado de Rondônia agrava (doc. e-833515) por instrumento e com pedido de efeito suspensivo da decisão (doc. e-4609894 – autos originais) que determinou que o Estado de Rondônia providencie transporte e internação compulsória de Antonio Carlos da Silveira para tratamento médico de dependência química em unidade especializada do SUS ou estabelecimento particular, em território nacional, sob pena, sob pena de sequestro, na ação ordinária que tramita junto à 1ª vara cível da comarca de Ji-Paraná (proc. n. 7005841-91.2016.8.22.0005), movida por Carlos Alberto da Silveira.
O Relator em substituição regimental deferiu parcialmente o efeito suspensivo e determinou o processamento do feito (doc. e-1091208).
É o relatório. Decido.
Não obstante o processamento do recurso, em consulta ao sistema PJe de 1º grau constata-se a prolação de sentença (doc e-4609894 – autos originais), bem como termo de audiência (doc. e-9057095 - autos originais), que em fase de cumprimento de sentença informa o óbito do agravado.
Assim, o presente recurso perde a razão de ser, posto que a discussão limitava-se ao fornecimento do tratamento.
Diante do exposto, por estar prejudicado, não conheço o presente recurso, na forma do artigo 932, III, do NCPC.
Após as devidas anotações, arquive-se.
Publique-se. Intimem-se.
Porto Velho/RO,18 de abril de 2017.
Desembargador EURICO MONTENEGRO JÚNIOR
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª Câmara Especial / Gabinete Des. Eurico Montenegro
Processo: 0804183-36.2016.8.22.0000 - Agravo de Instrumento (202)
Relator: EURICO MONTENEGRO JUNIOR
Data distribuição: 21/12/2016 09:20:09
Agravante: Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Convênios Haag S.A.
Advogados: Ricardo Alberto Mota Santos de Oliveira (OAB/PE 29607), Gustavo Augusto Mota Santos de Oliveira (OAB/PE 27803)
Agravado: Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes do Estado de Rondônia
Decisão
Vistos.
A Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Convênios HAAG S/A agravou (doc. e-1286053) por instrumento e com pedido de efeito suspensivo da decisão liminar (doc. e-1286054) que indeferiu pedido para suspensão ou anulação dos processos licitatórios regidos pelos Editais n. 517/2016 e n. 534/2016 realizados pela SUPEL/ RO, no mandado de segurança que tramita junto à 1ª vara da fazenda pública da comarca de Porto Velho (proc. n. 7062793-05.2016.8.22.0001).
Indeferi o efeito suspensivo e determinei o processamento do feito (doc. e-1432414).
É o relatório. Decido.
Em consulta ao Sistema PJe de 1º grau, constata-se que houve prolação de sentença de mérito (doc. e-9605850 - autos originais), não havendo mais interesse recursal.
Assim, o presente agravo perdeu a razão de ser.
Diante do exposto, por estar prejudicado, não conheço o presente recurso, na forma do artigo 932, III, do NCPC.
Após as devidas anotações, arquive-se.
Publique-se. Intimem-se.
Porto Velho/RO, 18 de abril de 2017.
Desembargador EURICO MONTENEGRO JÚNIOR
Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Especial / Gabinete Des. Renato Martins Mimessi
PROCESSO: 0801865-80.2016.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202)
AGRAVANTE: ESTADO DE RONDÔNIA
PROCURADOR: WINSTON CLAYTON ALVES LIMA (OAB/RO 7418)
PROCURADOR: ISRAEL TAVARES VICTORIA (OAB/RO 7216)
PROCURADORA: LUCIANA FONSECA AZEVEDO (OAB/RO 5726)
AGRAVADO: CESAR LUIZ PERES GUIMARAES
ADVOGADO: PEDRO GASPARINO RIBEIRO (OAB/SP 58887)
ADVOGADO: RAFAEL AUGUSTO GASPARINO RIBEIRO (OAB/SP 230281)
ADVOGADA: MARGARETE GEIARETA DA TRINDADE (OAB/RO 4438)
ADVOGADO: RAFAEL VALENTIN RADUAN MIGUEL (OAB/RO4486)
ADVOGADO: VINICIUS VALENTIN RADUAN MIGUEL (OAB/RO 4150)
RELATOR: RENATO MARTINS MIMESSI
DATA DISTRIBUIÇÃO: 27/06/2016 17:14:00
Vistos.
Em análise aos autos e aos registros do Sistema de Automação Processual – SAP de 2º Grau do TJ/RO, constatei ter
razão o Des. Renato Martins Mimessi em seu despacho no ID Num. 1585940.
Assim, nos termos do art. 142 do RITJ/RO, determino a redistribuição dos autos, por prevenção, à relatoria do e. Des.
Gilberto Barbosa.
Publique-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 12 de abril de 2017.
Desembargador ISAIAS FONSECA MORAES
Vice-Presidente do TJ/RO

## 2ª CÂMARA ESPECIAL

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Especial / Gabinete Des. Renato Martins Mimessi
PROCESSO: 0800218-84.2015.8.22.0000 - EMBARGOS À EXECUÇÃO (PJe)
EMBARGANTE: ESTADO DE RONDÔNIA
PROCURADORA: MARCELLA SANGUINETTI SOARES MENDES (OAB/RO 5727)

EMBARGADO: SINDICATO DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS, SÓCIOS EDUCADORES, TÉCNICOS PENITENCIÁRIOS E AGENTES ADMINISTRATIVOS PENITENCIÁRIOS DE RONDÔNIA - SINGEPERON
ADVOGADO: GABRIEL DE MORAES CORREIA TOMASETE (OAB/RO 2641)
ADVOGADO: ANTONIO RABELO PINHEIRO (OAB/RO 659)
ADVOGADO: CRISTIANO POLLA SOARES (OAB/RO 5113)
RELATOR: RENATO MARTINS MIMESSI
Vistos.
Chamo o feito à ordem para retificar o erro material manifesto no despacho no ID Num. 1553365, no qual determinei a redistribuição dos autos ao Des. Renato Martins Mimessi, Presidente da 2ª Câmara Especial.
Analisando os autos, verifiquei que foram opostos embargos de declaração contra a decisão proferida pelo Des. Eurico Montenegro que julgou procedente os presentes embargos à execução (ID Num. 664502).
Assim, nos termos do art. 144, V do RITJ/RO, determino que se encaminhem os autos ao e. Des. Eurico Montenegro para que este proceda o julgamento dos embargos de declaração constante no ID Num. 730959.
Após, o julgamento dos embargos declaratórios e sem que haja nova interposição de outro recurso, desde já determino que os autos sejam remetidos ao Des. Renato Martins Mimessi, Presidente da 2ª Câmara Especial.
Publique-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 12 de abril de 2017.
Desembargador ISAIAS FONSECA MORAES
Vice-Presidente do TJ/RO

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Vice-Presidência/ Gabinete Des. Isaías Fonseca Moares
PROCESSO: 0804054-31.2016.8.22.0000 - MANDADO DE SEGURANÇA (PJe)
IMPETRANTE: J.R.DE BARROS LTDA - ME
ADVOGADO: FLAVIO BRUNO AMANCIO VALE FONTENELE (OAB/RO 2584)
IMPETRADO: SECRETÁRIO DE FINANÇAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
INTERESSADO (PARTE PASSIVA): ESTADO DE RONDÔNIA
PROCURADOR: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
RELATOR: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA
DATA DISTRIBUIÇÃO: 12/12/2016 09:39:29
DECISÃO
"Vistos.
Ante o advento do Regimento Interno, o qual modificou a competência para julgamento dos mandados de segurança impetrados contra atos praticados pelos Secretários de Estado (art. 115, VI do RITJ/RO), proceda-se à redistribuição dos autos no âmbito das Câmaras Especiais, à relatoria do Des. Roosevelt Queiroz Costa, nos termos do art. 142 c/c parágrafo único do art. 143, ambos do RITJ/RO.
Publique-se. Cumpra-se."
Porto Velho, 12 de abril de 2017.
Desembargador ISAIAS FONSECA MORAES
Vice-Presidente do TJ/RO

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Especial / Gabinete Des. Roosevelt Queiroz
PROCESSO: 0800934-43.2017.8.22.0000 - MANDADO DE SEGURANÇA (PJe)
IMPETRANTE: LUCAS MELLO RODRIGUES
ADVOGADO: LUCAS MELLO RODRIGUES (OAB/RO 6528)
IMPETRADO: SECRETÁRIO DE ESTADO DE FINANÇAS
INTERESSADO (PARTE PASSIVA): ESTADO DE RONDÔNIA
PROCURADOR: PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
RELATOR: DESEMBARGADOR ROOSEVELT QUEIROZ COSTA
DATA DISTRIBUIÇÃO: 15/04/2017 19:21:24
DECISÃO
"Vistos.
Trata-se de mandado de segurança impetrado por Lucas Mello Rodrigues em face de ato supostamente coator praticado pelo Secretário Estadual de Finanças de Rondônia, em razão da alegada cobrança indevida de ICMS sobre a fatura de energia elétrica.
Sustenta o impetrante que a autoridade coatora tem cobrado ilegalmente ICMS sobre energia elétrica, porquanto o imposto tem incidido sobre a totalidade da fatura, aí incluídas a TUSD (Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição), a TE (Tarifa de Energia), a Transmissão, Encargos e Tributos.
Defende que nos termos da Súmula n. 391, do STJ, a cobrança do ICMS sobre a energia elétrica deve limitar-se à demanda efetivamente utilizada, não podendo incidir sobre os demais itens que compõem a conta de energia, afirma, ainda, que conforme a Súmula 166, também do STJ, o deslocamento de energia de um local para o outro não é fato gerador de ICMS.
Requer, assim, a concessão de liminar para que seja determinado às autoridades impetradas que se abstenham de cobrar o ICMS de forma ilegal e passe a utilizar, como base de cálculo do imposto, apenas o valor relativo à energia elétrica consumida pelo impetrante (TE). No mérito, pugna pela concessão da segurança a fim de que cesse, definitivamente, a cobrança ilegal.
É, em síntese, o relatório.
Decido.
Como é cediço, para a concessão da liminar em sede de mandado de segurança é imprescindível a concorrência de dois requisitos, quais sejam, a prova inequívoca da verossimilhança das alegações da parte autora e o risco de dano decorrente da demora.
Em relação a verossimilhança das alegações, a jurisprudência colacionada pelo impetrante não deixa dúvidas quanto a devação de inclusão da taxa de uso do sistema de distribuição de energia elétrica, no caso a TUSD, na base de cálculo do ICMS a ser pago sobre a energia elétrica, fato que resta evidenciado nas faturas de energia elétrica que emparelham o presente mandamus.
O eg. Superior Tribunal de Justiça já pacificou a matéria neste sentido:
PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. ICMS SOBRE "TUST" E "TUSD". NÃO INCIDÊNCIA. AUSÊNCIA DE CIRCULAÇÃO JURÍDICA DA MERCADORIA. PRECEDENTES.
1. Recurso especial em que se discute a incidência de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços sobre a Taxa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD).
Inexiste a alegada violação do art. 535 do CPC, pois a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, conforme se depreende da análise do acórdão recorrido.
3. Esta Corte firmou orientação, sob o rito dos recursos repetitivos (REsp 1.299.303-SC, DJe 14/8/2012), de que o consumidor final de energia elétrica tem legitimidade ativa para propor ação declaratória cumulada com repetição de indébito que tenha por escopo afastar a incidência de ICMS sobre a demanda contratada e não utilizada de energia elétrica.
4. É pacífico o entendimento de que "a Súmula 166/STJ reconhece que 'não constitui fato gerador do ICMS o simples deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte'. Assim, por evidente, não fazem parte da base de cálculo do ICMS a TUST (Taxa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica) e a TUSD (Taxa de Uso do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica)".
Nesse sentido: AgRg no REsp 1.359.399/MG, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/06/2013, DJe 19/06/2013; AgRg no REsp 1.075.223/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2013, DJe 11/06/2013; AgRg no Resp 1278024/MG, Rel. Ministro BENEDITO

GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07/02/2013, DJe 14/02/2013. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1408485/SC, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/05/2015, DJe 19/05/2015). Destaquei.

E ainda:

AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. ICMS. BASE DE CÁLCULO. ENCARGO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO (TUSD). INCLUSÃO. IMPOSSIBILIDADE. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA.

É pacífica a jurisprudência no sentido de que não incide ICMS sobre as tarifas de uso do sistema de distribuição de energia elétrica, pois esta não é paga pelo consumo de energia elétrica, mas pela disponibilização das redes de transmissão de energia. Assim, não se pode admitir que a referida tarifa seja incluída na base de cálculo do ICMS, uma vez que estes não presumem a circulação de mercadorias ou de serviços. A base de cálculo do ICMS deve se restringir à energia consumida, não abrangendo as Tarifas de Uso e Distribuição de Energia Elétrica (TUSD). (Agravo em Agravo de Instrumento n. 0001046-16.2015.8.22.0000, Rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, J. em 14/04/2015).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ICMS. BASE DE CÁLCULO. ENCARGO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO E TRANSMISSÃO (TUSD E TUST). INCLUSÃO. IMPOSSIBILIDADE. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA EM RECURSO REPETITIVO. RECURSO PROVIDO.

É pacífica a jurisprudência, orientação firmada sob o rito dos recursos repetitivos, no sentido de que não incide ICMS sobre as tarifas de uso do sistema de distribuição de energia elétrica, pois esta não é paga pelo consumo de energia elétrica, mas pela disponibilização das redes de transmissão de energia. Assim, não se pode admitir que a referida tarifa seja incluída na base de cálculo do ICMS, uma vez que estes encargos não presumem a circulação de mercadorias ou de serviços. A base de cálculo do ICMS deve se restringir à energia consumida, não abrangendo as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição e Transmissão de Energia Elétrica. (TUSD e TUST) (Agravo de Instrumento n. 0800217-31.2017.8.22.0000, Rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, J. em 21/03/2017).

Assim, constata-se que a relevância do fundamento da impetração está baseado no entendimento de que a TUST (Taxa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica) e a TUSD (Taxa de Uso do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica) não fazem parte da base de cálculo do ICMS, sendo certo que a jurisprudência tem se firmado nesse sentido.

Outrossim, das faturas de energia anexadas ao feito denota-se que a base de cálculo do ICMS foi a totalidade da conta de energia, aí incluído não só o valor da demanda efetivamente consumida, mas também a TUSD e a TUST, os encargos, tributos e etc.

Da mesma forma, também restou demonstrado o fundado receio de dano de difícil reparação, uma vez que a não concessão da medida pleiteada implicará na continuidade da cobrança, fato que prejudicará o contribuinte, que além de sofrer um ônus superior ao devido, certamente terá dificuldades em reaver o crédito da Fazenda, em caso de eventual procedência do writ.

Em face do exposto, presentes os requisitos autorizadores para a concessão da tutela de urgência, em cognição sumária, defiro a liminar a fim de determinar que a autoridade coatora se abstenha de fazer incluir na base de cálculo do ICMS o valor relativo a TUSD, transmissão ou quaisquer outros encargos que não aqueles relacionados à efetiva energia consumida.

Intime-se a autoridade apontada como coatora, da presente decisão, bem como para apresentar as informações que entender devidas, no prazo legal.

Dê-se ciência ao Estado de Rondônia, nos termos do art. 7º, II, da Lei 12.016/09.

Após, à Procuradoria-Geral de Justiça.

Publique-se e cumpra-se."

Porto Velho, 18 de abril de 2017.

Desembargador Roosevelt Queiroz Costa

Relator

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ABERTURA DE VISTA

Processo: 0803242-86.2016.8.22.0000 Recurso Especial em Agravo em Agravo de Instrumento (PJe)
Origem: 7040058-75.2016.8.22.0001 Porto Velho - 2ª Vara de Fazenda Pública
Recorrente: Estado Rondônia
Procurador: Sérgio Fernandes de Abreu Júnior (OAB/RO 6.629)
Procurador: Winston Clayton Alves Lima (OAB/RO 7.418)
Recorrido: Fábrica de Gelo Souza Ltda - Epp
Advogado: Rodrigo Otavio Skaf de Carvalho (OAB/GO 20.064)
Advogado: Mayara Corbari (OAB/DF 38.415)
Advogado: Daniel Henrique de Souza Guimarães (OAB/GO 24.534)
Advogado: Daniel Puga (OAB/GO 21.324)
Advogado: Dalmo Jacob do Amaral Junior (OAB/RO 13.905)
Advogado: Francisco Éverton Zeferino (OAB/GO 37.771)
Advogada: Sabrina Puga (OAB/RO 4.879)
Relator: DES. SANSÃO BATISTA SALDANHA
Nos termos do Provimento nº 001/2001/PR, de 13/09/2001 fica(m) o(s) recorrido(s) intimado(s) para, querendo, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial referenciado, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.030 do CPC.
Porto Velho/RO, 19 de Abril de 2017
Belª Natália Goveia Machado
Diretora em substituição do 2º DEJUESP/TJRO

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ABERTURA DE VISTA

Processo: 0803402-14.2016.8.22.0000 Recurso Especial em Mandado de Segurança (PJe)
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Winston Clayton Alves Lima (OAB/RO 7.418)
Recorrido: S M Comércio de Gelo Ltda - Me
Advogado: Augusto de Almeida Maia (OAB/RO 7.390)
Impetrado: Secretário de Finanças do Estado de Rondônia
Relator: DES. SANSÃO BATISTA SALDANHA
Nos termos do Provimento nº 001/2001/PR, de 13/09/2001 fica(m) o(s) recorrido(s) intimado(s) para, querendo, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial referenciado, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.030 do CPC.
Porto Velho/RO, 19 de Abril de 2017
Belª Natália Goveia Machado
Diretora em substituição do 2º DEJUESP/TJRO

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Especial / Gabinete Des. Walter Waltenberg
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
2ª Câmara Especial/Gabinete Des. Walter Waltenberg
ACÓRDÃO

0803738-18.2016.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJe)
Origem: 7002769-27.2015.8.22.0007 Cacoal/4ª Vara Cível
Agravante: Município de Cacoal
Procurador: Caio Raphael Ramalho Veche e Silva (OAB-RO 6390)
Agravado: Rosimeire Ferreira Nunes Carvalho
Advogado: Jean de Jesus Silva (OAB/RO 2518)
Relator: Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Distribuído em 10/11/2016

DECISÃO: "RECURSO NÃO PROVIDO, POR UNANIMIDADE."
EMENTA
Agravo de instrumento. Concurso. Nomeação apenas por diário oficial. Longo lapso temporal entre o certame e a nomeação. Violação aos princípios da publicidade e razoabilidade. Reabertura de prazo para entrega de documentação. Recurso desprovido.
Caracteriza violação ao princípio da razoabilidade a convocação para apresentação de documentos para posterior nomeação e posse no cargo público apenas mediante publicação em diário oficial quando passado considerável lapso temporal entre a realização ou a divulgação do resultado da etapa imediatamente anterior, uma vez que é inviável exigir que o candidato acompanhe, diariamente, com leitura atenta, as publicações oficiais.
Se, em decorrência disso, a candidata perde prazo conferido para a entrega de documentação necessária, este prazo deve ser reaberto.
Recurso a que se nega provimento.
Porto Velho, 11 de abril de 2017.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ABERTURA DE VISTA
Processo: 0801212-78.2016.8.22.0000 Recurso Especial em Mandado de Segurança (PJe)
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Winston Clayton Alves Lima (OAB/RO 7.418)
Recorrido: Prefacc Ltda
Advogado: Walter Borges (OAB/MG 75.052)
Advogado: Luiz Carlos Ferreira Moreira (OAB/RO 1.433)
Impetrado: Secretário Adjunto de Finanças do Estado de Rondônia
Relator: DES. SANSÃO BATISTA SALDANHA
Nos termos do Provimento nº 001/2001/PR, de 13/09/2001 fica(m) o(s) recorrido(s) intimado(s) para, querendo, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial referenciado, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.030 do CPC.
Porto Velho/RO, 19 de Abril de 2017
Belª Natália Goveia Machado
Diretora em substituição do 2º DEJUESP/TJRO

Processo: 0800531-74.2017.8.22.0000 - Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento (PJe)
Origem: 7004990-30.2017.8.22.0001 2ª Vara da Fazenda Pública Porto Velho
Embargante: Estado de Rondônia
Procurador: Sérgio Fernandes Abreu Júnior (OAB/RO 6629)
Embargado: Efton Ferreira Borges
Advogado: Gilvani Vaz Raizer Bordinhão (OAB/RO 5339)
Relator: DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA
Despacho
Vistos
Compulsando os autos, constato que há pedido de efeito infringente aos embargos de declaração apresentados, portanto, intimem-se o embargado para, caso queira, apresentar contrarrazões ao presente recurso.
Intimem-se, publique-se e cumpra-se.
Porto Velho, 19 de abril de 2017.
Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Relator

Processo: 0800751-72.2017.8.22.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (PJe)
Origem: 7041704-23.2016.8.22.0001 1ª Vara da Fazenda Pública de Porto Velho/RO.
Agravante: Estado de Rondônia
Procurador: Winston Clayton Alves Lima (OAB/RO 7418)
Agravado: Guajará Central de Compras Ltda.
Advogado: Wellington Carlos Gottardo (OAB/RO 4093)
Advogado: Henry Rodrigo Rodrigues Gouvea (OAB/RO 632-A)
Advogado: Samuel dos Santos Junior (OAB/RO 1238)
Relator: DES. WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manejado pelo Estado de Rondônia em relação a decisão proferida pelo Juízo da 1º Vara da Fazenda Pública desta Comarca, que nos autos da ação declaratória com restituição de indébito, deferiu o pedido de liminar para que o Estado de Rondônia efetue o lançamento do ICMS com a devida redução da alíquota aos produtos classificados na NCM 1601 também aos enchidos/embutidos, oriundos ou não de outras Unidades da federação, bem como se abstenha de apreender mercadorias e bens quando da entrada no Estado, assim como da negativação do contribuinte, em decorrência do pagamento do ICMS de tais produtos se utilizando do benefício dado pelo Convênio ICMS 89/2005, até o final da demanda.
Consta dos autos, que o agravado é comércio de carnes e seus beneficiados com redução na base de cálculo do imposto sobre circulação de mercadorias, o qual é cobrado por substituição para frente, nos termos do convênio ICMS nº 89/2005. Contudo, esta não vem sendo realizada, o que gerou o pedido de liminar no primeiro grau.
Na decisão agravada, o juízo consignou que a redução da base de cálculo dos produtos relacionados ao grupo 1601 da NCM ocorreu por intermédio do Convênio ICMS 89/2005, originário da 86º reunião extraordinária da CONFAZ, sendo esta normatizado pelo Estado de Rondônia, de acordo com o item 30 da Tabela I do Anexo II do Regulamento do ICMS do Estado de Rondônia. Entendeu, que apesar de o abatimento da alíquota ter sido indeferido pelo fundamento de que nos alimentos constantes da NCM 1601 não se encontram incluídos os "embutidos", percebe-se que estes decorrem de "carne e produtos resultantes do abatimento de aves, leporídeos e gado bovino, caprino, ovino e suíno", não podendo ser afastado do benefício concedido, restando configurados elementos que evidenciam a probabilidade do direito pretendido pelo autor.
Irresignado, o agravante sustenta, que na concessão da medida liminar, a única menção à probabilidade do direito do requerente é a de que a categoria dos embutidos "decorrem de carne e produtos resultantes do abatimento de aves....". Porém, entende que é necessário mais elementos de convicção para a concessão da referida medida, ou seja, não se pode acolher pedido de urgência com base simplesmente, no eventual prejuízo a que está submetido o contribuinte com a cobrança do tributo em questionamento. Afirma, que o intuito da norma é beneficiar produtos in natura, sem qualquer tipo de processamento ou industrialização, e isso, é realidade bastante distante dos chamados produtos embutidos que passam por intenso processo de industrialização.
Aduz, que o juízo deferiu tutela antecipada para que o Estado se abstenha de lançar a base de cálculo cheia em relação a determinados produtos do agravado, que poderiam se encaixar em hipótese de benefício fiscal concedido pelo Convênio 89/2005. No entanto, explica que a concessão de medida antecipatória sem oitiva da parte contrária somente se dá em face de extrema urgência ou em caso de perigo da frustração da medida, que no caso não ocorreu, assim, afirma que é necessária a revogação da liminar concedida, determinando a manifestação do Estado de Rondônia no prazo legal, sob pena de violação do art. 9º do NCPC.
Sob tais argumentos, pede liminarmente o efeito suspensivo da decisão agravada, e no mérito, o provimento do presente recurso para que se revogue a liminar deferida no primeiro grau, ante a ausência de probabilidade do direito e sem oitiva da parte contrária, ou subsidiariamente, que seja oportunizado a concessão de prazo legal para a manifestação do estado de Rondônia.
É o relatório.
Decido.
O agravo de instrumento é a via recursal adequada para impugnação de decisões interlocutórias que versarem sobre as hipóteses previstas no artigo 1.015 do Novo CPC.

O parágrafo único do mesmo dispositivo legal também fixa que "caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário"
Nesta senda, o recurso adequado, que visa à possibilidade de uma célere reavaliação do caso pelo órgão superior, garantindo o duplo grau de jurisdição acerca de matéria prevista expressamente no dispositivo citado, é o agravo de instrumento.
É prevista, ainda, para uma análise mais rápida e eficaz da matéria pelo órgão ad quem, a possibilidade de concessão de efeito suspensivo quando do recebimento do recurso, para ver paralisada a decisão adotada pelo juízo de primeiro grau até o julgamento final do recurso, ao menos. (Art. 1.019)
Todavia, para a concessão desse efeito, o art. 995, do CPC prevê como requisitos o risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e a demonstração da probabilidade de provimento do recurso. Assim:
Art. 995. Os recursos mão impedem a eficácia da decisão , salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.
Parágrafo único. A eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.
Assim, "o que interessa para a concessão de efeito suspensivo, além da probabilidade de provimento recursal (o fumus boni iuris) é a existência de perigo de na demora na obtenção do provimento recursal (periculum in mora)" (Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart, Daniel Mitidieiro, Novo Código de Processo Civil Comentado, ed. Revista dos Tribunais, 2015, pág. 929).
Pois bem.
Pretende o agravante, a revogação da decisão liminar proferida no primeiro grau, ante a ausência de oportunidade para sua manifestação.
Preconiza o art. 9º, do Código de Processo Civil:
Art. 9º Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ele seja previamente ouvida:
Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica:
I – à tutela provisória de urgência
II – às hipóteses de tutela de evidência previstas no art. 311, incisos II e III;
III – à decisão prevista no art. 701.
Sobre o dispositivo, Daniel Amorin Assumpção Neves comenta:
[…]
Essa nova visão do princípio do contraditório reconhece a importância da efetiva participação das partes na formação do convencimento do juiz, mas a sua real aplicação depende essencialmente de se convencerem os juízes de que assim deve ser no caso concreto. Posturas como a do juiz que recebe a defesa escrita em audiência nos Juizados Especiais e sem sequer folhear a peça passa a sentenciar certamente não vão ao encontro da nova visão do contraditório. O mesmo ocorre quando desembargadores conversam, leem, ou excepcionalmente se ausentam enquanto o advogado faz sustentação oral perante o tribunal. Como observa a melhor doutrina, somente por meio de um constante e intenso diálogo do juiz com as partes se concretizará o contraditório participativo, mediante o qual o poder de influência se tornará uma realidade.
Apesar de não se expresso no sentido de estar contido no conceito de contraditório o poder de influência, o art. 7º do Novo CPC pode conduzir a essa interpretação ao exigir que o juiz zele pelo efetivo contraditório, que somente será realmente efetivo se, além da informação e da possibilidade de reação, esta for concretamente apta a influenciar a formação do convencimento do juiz (Novo Código de Processo Civil Comentado – Salvador: Ed. JusPodvim, 2016, p. 23).
No caso dos autos, a convicção do juízo a quo mostrou-se suficientemente fundamentada ao consignar, que "apesar do abatimento da alíquota ter sido indeferido pelo fundamento de que nos alimentos constantes da NCM 1601 não se encontram incluídos os "embutidos", percebe-se que estes decorrem de "carne e produtos e resultantes do abatimento de aves, leporídeos e gado bovino, caprino, ovino e suíno", não podendo ser afastado do benefício concedido, restando configurados elementos que evidenciam a probabilidade do direito da parte autora".
Ademais, entendeu que "o periculum in mora decorre da possibilidade da parte autora ter que arcar com valores presentes, os quais caso não repassados poderiam gerar inscrição de seu nome em dívida ativa, podendo seus bens serem expropriados em execução fiscal, sendo que tais cobranças poderiam ser declaradas como indevidas, o que traria dano de difícil reparação ".
Ao analisar o pedido liminar, o Juízo observou a legislação pertinente, bem como os documentos fiscais acostados, portanto, não se vê como a manifestação pelo agravante em momento anterior a prolação da decisão poderia ser apta a influenciar solução diversa da tomada na decisão agravada.
Ademais, registre-se que a hipótese dos autos se aplica à exceção prevista no art. 9º, I, do CPC.
Ausente, portanto, a probabilidade do direito alegado pelo agravante.
Quanto ao perigo da demora, este também se mostra ausente e sequer foi mencionado pelo agravante.
Pelo exposto, indefiro o pedido de efeito suspensivo da decisão agravada, até ulteriores termos.
Dê-se ciência ao juízo da causa e, considerando que a decisão agravada já se encontra suficientemente fundamentada, dispenso as informações.
Intime-se a parte agravada, para, querendo, apresentar contraminuta.
Cumpridas as determinações e decorridos os prazos processuais, retornem-me os autos conclusos.
Publique-se e intimem-se.
Porto Velho, 19 de abril de 2017.
Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Relator

## CÂMARAS ESPECIAIS REUNIDAS

Processo: 0804136-62.2016.8.22.0000 - MANDADO DE SEGURANÇA (1691)
Relator: OUDIVANIL DE MARINS
Data distribuição: 16/12/2016 00:17:41
Impetrante: Olinda Dorigon Savaris representada por sua Curadora Ione Dorigon
Advogado: Jimmy Pierry Garate - (OAB/RO8389)
Impetrados: Secretário do Estado de Saúde e outro
Vistos.
Ante o advento do Regimento Interno, o qual modificou a competência para julgamento dos mandados de segurança impetrados contra atos praticados pelos Secretários de Estado (art. 115, VI do RITJ/RO), proceda-se à redistribuição dos autos no âmbito das Câmaras Especiais, à relatoria do Des. Oudivanil de Marins, nos termos do art. 142 c/c parágrafo único do art. 143, ambos do RITJ/RO.
Publique-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 12 de abril de 2017.
Desembargador ISAIAS FONSECA MORAES
Vice-Presidente do TJ/RO

# DESPACHOS

## PRESIDÊNCIA

Presidência
Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0000303-35.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 0009061-07.2011.8.22.0002
Requerente: Anderson Gomes
Advogado: Jhean Fleicker Egg Gomes(OAB/MG 108684)
Advogado: Cleber Faustino de Souza(OAB/RO 1743)
Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Procurador: Procuradoria Geral do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl.41, conforme disposto no §1º do art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0000597-87.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 0000663-36.2014.8.22.0012
Requerente: Maria Aparecida de Melo
Advogada: Grasiela Albina Castaman Victoria(OAB/RO 4939)
Requerido: Município de Colorado do Oeste - RO
Procurador: Márcio Augusto Chaves Barbosa(OAB/RO 3659)
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl.45, conforme disposto no §1º do art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0000801-34.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 0001295-41.2014.8.22.0019
Requerente: Maria Aparecida Fagundes Romano de Campos
Advogado: Halmério Joaquim Carneiro Brito Bandeira de Melo(OAB/RO 770)
Requerido: Município de Machadinho do Oeste - RO
Procurador: Luciano Douglas Ribeiro dos Santos Silva(OAB/RO 3091)
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl. 27, conforme disposto no §1º do art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0000973-73.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 7002074-30.2016.8.22.0010
Requerente: Nelson Pereira de Lima
Advogada: Neide Skalecki Gonçalves(OAB/RO 283B)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Eliabes Neves(OAB/RO 4074)
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl. 2, conforme disposto no art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0000975-43.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 0005262-42.2014.8.22.0004
Requerente: Francineia Torres Santana
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar(OAB/RO 2394)
Advogado: Joilson Santos de Almeida(OAB/RO 3505)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Willame Soares Lima(OAB/RO 949)
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl. 71, conforme disposto no §1º do art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0000981-50.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 7002005-95.2016.8.22.0010
Requerente: Mara Neves Polletti
Advogada: Neide Skalecki de Jesus Gonçalves(OAB/RO 283B)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Luciano Brunholi Xavier(OAB/RO 550A)
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl. 2, conforme disposto no art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0000983-20.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 7001651-70.2016.8.22.0010
Requerente: Cléo Gonçalves Viana
Advogada: Neide Skalecki de Jesus Gonçalves(OAB/RO 283B)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Eliabes Neves(OAB/RO 4074)
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl. 2, conforme disposto no art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0000989-27.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 7001931-41.2016.8.22.0010
Requerente: Joel Barbosa de Farias
Advogada: Neide Skalecki Gonçalves(OAB/RO 283B)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Luciano Brunholi Xavier(OAB/RO 550A)
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl. 2, conforme disposto no art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0001041-23.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 0005023-38.2014.8.22.0004
Requerente: Maria Nogueira de Souza Salomão
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar(OAB/RO 2394)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Willame Soares Lima(OAB/RO 949)
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl. 2, conforme disposto no art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0001047-30.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 7001522-74.2016.8.22.0007
Requerente: José Salviano de Matos
Advogada: Roseane Maria Vieira Tavares Fontana(OAB/RO 2209)
Advogado: Nadia Pinheiro Costa(OAB/RO 7035)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Henry Anderson Corso Henrique(OAB/RO 922)
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl. 39, conforme disposto no §1º do art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0001049-97.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 7005885-22.2016.8.22.0002
Requerente: Dene Kelly Alves de Moraes
Advogado: Márcio Aparecido Miguel(OAB/RO 4961)
Advogada: Dilene Marly Granzotto(OAB/RO 4024)
Advogada: Eunice de Oliveira Santos(OAB RO 4801)
Requerido: Município de Alto Paraíso - RO
Procurador: Douglas Carvalho dos Santos(OAB/RO 4069)
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl. 2, conforme disposto no art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0001051-67.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 0006138-94.2014.8.22.0004
Requerente: David Xavier Barbosa Sobrinho
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar(OAB/RO 2394)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Willame Soares Lima(OAB/RO 949)
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl. 2, conforme disposto no art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0001053-37.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 7012884-91.2016.8.22.0001
Requerente: Patrícia Rafaella da Silva Batista
Advogado: Renan Gomes Maldonado de Jesus(OAB/RO 5769)
Advogado: Paulo Fernando Lérias(OAB/RO 3747)
Advogado: Paulo Roberto da Silva Maciel(OAB/RO 4132)
Requerido: Estado de Rondônia
Procuradora: Ellen Cristine Alves de Melo(OAB/RO 5985)
Procuradora: Alciléa Pinheiro Medeiros(OAB/RO 500)
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl. 2, conforme disposto no art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0001093-19.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 0004052-60.2013.8.22.0013
Requerente: Romário Catulino de Oliveira
Advogado: Wagner Aparecido Borges(OAB/RO 3089)
Requerido: Município de Corumbiara - RO
Procurador: Procuradoria Geral do Município de Corumbiara RO( )
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl. 2, conforme disposto no art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0001121-84.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 7000922-47.2016.8.22.0009
Requerente: Rosângela Barbosa de Oliveira
Advogado: Daniel de Brito Ribeiro(OAB/RO 2630)
Requerido: Município de Pimenta Bueno - RO
Procurador: Cristiano Armondes de Oliveira(OAB/RO 6536)
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl. 18, conforme disposto no §1º do art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0001265-58.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 0004405-64.2012.8.22.0004
Requerente: Sileide Magalhaes Locatelli
Advogada: Ariane Maria Guarido(OAB/RO 3367)
Advogado: Ricardo Oliveira Junqueira(OAB/RO 4477)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Willame Soares Lima(OAB/RO 949)
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl. 2, conforme disposto no art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0001353-96.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 0002259-34.2014.8.22.0601
Requerente: Auricélia Rodrigues de Deus
Advogado: Gilber Rocha Mercês(OAB/RO 5797)
Advogado: Uílian Honorato Tressmann(OAB/RO 6805)
Requerido: Estado de Rondônia
Procuradora: Lívia Renata de Oliveira Silva(OAB/RO 1673)
Procurador: Glaucio Puig de Mello Filho(OAB/RO 6382)
Procurador: Luis Eduardo Mendes Serra(OAB/RO 6674)
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl. 2, conforme disposto no art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0001385-04.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 7000123-82.2017.8.22.0004
Requerente: Maria Auxiliadora Buback Ronquetti
Advogado: Filiph Menezes da Silva(OAB/RO 5035)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Willame Soares Lima(OAB/RO 949)
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl. 2, conforme disposto no art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0001389-41.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 0005268-49.2014.8.22.0004
Requerente: Maria do Livramento Silva Santos
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar(OAB/RO 2394)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Willame Soares Lima(OAB/RO 949)
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl. 2, conforme disposto no art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0001391-11.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 0006555-47.2014.8.22.0004
Requerente: João Nogueira do Nascimento
Advogado: Robson Amaral Jacob(OAB/RO 3815)
Advogado: Marcos Donizetti Zani(OAB/RO 613)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Willame Soares Lima(OAB/RO 949)
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl. 2, conforme disposto no art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Presidência
Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0011667-09.2014.8.22.0000
Processo de Origem : 0003281-84.2010.8.22.0014
Requerente: Monteiro e Monteiro Advogados Associados
Advogado: Bruno Romero Pedrosa Monteiro(OAB/PE 11338)
Advogado: Paulo Cézar Rodrigues de Araújo(OAB/RO 3182)
Advogado: Rafael Oliveira Claros(OAB/RO 3672)
Interessado (Parte Ativa): Paulo Cezar Rodrigues de Araujo
Advogado: Paulo Cézar Rodrigues de Araújo(OAB/RO 3182)
Interessado (Parte Ativa): Vemaq Veículos e Máquinas Ldta
Requerido: Município de Vilhena RO
Procurador: Bartolomeu Alves da Silva(OAB/RO 2046)
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Regularizada a pendência, conforme solicitado nas fls. 120, proceda-se com as anotações referente ao cessionário/requerente.
À Coordenadoria para as providências.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0003851-39.2015.8.22.0000
Processo de Origem : 0005984-79.2014.8.22.0003
Requerente: Irineia Martins de Medeiros
Advogado: Luciano Filla(OAB/RO 1585)
Requerido: Município de Jaru - RO
Procurador: Procuradoria Geral do Município de Jaru RO( )
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Diante do pagamento do crédito deste precatório por meio de RPV, em face da renúncia do excedente por parte do credor junto ao juízo originário, conforme documentado às fls. 21, arquive-se o feito.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Presidência
Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0005578-96.2016.8.22.0000
Processo de Origem : 7001103-63.2016.8.22.0004
Requerente: HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo
Advogado: Marcos Leandro Pereira(OAB/PR 17178)
Advogado: Marcelo Bitencourt de Campos(OAB/PR 27457)
Advogada: Lires Bisinella Ianoski(OAB/PR 37018)
Advogado: Wellington Otávio Dalmaz(OAB/PR 39261)
Advogado: Vanessa de Carvalho Climaco(OAB/SP 207767)
Advogada: Miriam Costa Arruda(OAB/SP 85043)
Requerido: Município de Ouro Preto do Oeste - RO
Procuradora: Cláudia Fidelis(OAB/RO 3470)
Procuradora: Lucinei Ferreira de Castro(OAB/RO 967)
Procuradora: Robislete de Jesus Barros(OAB/RO 2943)
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl. 64, conforme disposto no §1º do art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0006444-07.2016.8.22.0000
Processo de Origem : 7002724-95.2016.8.22.0004
Requerente: Eliomar Ribeiro
Advogada: Karima Faccioli Caram(OAB/RO 3460)
Advogado: Éder Miguel Caram(OAB/RO 5368)
Requerido: Município de Ouro Preto do Oeste - RO
Procurador: Procuradoria Geral do Município de Ouro Preto do Oeste - RO( )
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl. 13, conforme disposto no §1º do art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0006460-58.2016.8.22.0000
Processo de Origem : 0002368-84.2014.8.22.0007
Requerente: Sueli Mara Lourenço Carris
Advogado: José Edilson da Silva(OAB/RO 1554)
Advogada: Maria Gabriela de Assis Souza(OAB/RO 3981)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Valério Cesar Milani e Silva(OAB/RO 3934)
Procurador: Lúcio Junior Bueno Alves(OAB/RO 6.454)
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl. 29, conforme disposto no §1º do art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0006763-72.2016.8.22.0000
Processo de Origem : 7000101-41.2015.8.22.0021
Requerente: Junior Cesar Barboza
Advogado: Alberto Biaggi Netto(OAB/RO 2740)
Advogada: Dorihana Borges Borille(OAB/RO 6597)
Requerido: Município de Buritis - RO
Procurador: Procuradoria Geral do Município de Buritis - RO( )
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl. 14, conforme disposto no §1º do art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0000200-28.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 7004595-60.2016.8.22.0005
Requerente: M. E. L. A. Representada por sua mãe F. L. da S.
Advogado: Celso dos Santos(OAB/RO 1092)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia( )
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl. 52, conforme disposto no §1º do art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0000354-46.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 7026853-76.2016.8.22.0001
Requerente: Silmara Tozzi Andreto
Advogado: Raimundo Gonçalves de Araújo(OAB/RO 3300)
Advogada: Salete Bergamaschi(OAB/RO 2230)
Advogada: Patrícia Bergamaschi de Araújo(OAB/RO 4242)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia( )
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl. 2, conforme disposto no art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0000568-37.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 0002165-28.2010.8.22.0019
Requerente: Maria do Carmo Voitena
Advogado: Halmério Joaquim Carneiro Brito Bandeira de Melo(OAB/RO 770)
Requerido: Município de Machadinho do Oeste - RO
Procurador: Luciano Douglas Ribeiro dos Santos Silva(OAB/RO 3091)
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl. 2, conforme disposto no art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0000724-25.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 7015423-30.2016.8.22.0001
Requerente: Gideone Santana de Assis
Advogado: Samuel Martins Velasco(OAB/RO 6224)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Joel de Oliveira(OAB/RO 147B)
Procurador: Luis Eduardo Mendes Serra(OAB/RO 6674)
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl. 2, conforme disposto no art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0000732-02.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 7015423-30.2016.8.22.0001
Requerente: Norma Maria Menezes Torres Matsuzaki
Advogado: Samuel Martins Velasco(OAB/RO 6224)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Luis Eduardo Mendes Serra(OAB/RO 6674)
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl. 2, conforme disposto no art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0000748-53.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 7002476-32.2016.8.22.0004
Requerente: Iolanda Marques do Nascimento
Advogada: Karima Faccioli Caram(OAB/RO 3460)
Advogado: Éder Miguel Caram(OAB/RO 5368)
Advogado: Lucas Silva Barretto(OAB/RO 6529)
Requerido: Município de Mirante da Serra - RO
Procurador: Deraldo Manoel Pereira Filho(OAB/RO 933)
Procuradora: Elaine Lugão Alves(OAB/RO 4232)
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl. 2, conforme disposto no art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0000750-23.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 0013407-15.2013.8.22.0007
Requerente: Maria Angela Silva Santos
Advogada: Julinda da Silva(OAB/RO 2146)
Advogada: Greyce Kellen Romio Soares Cabral(OAB/RO 3839)
Requerido: Município de Cacoal RO
Procurador: Caio Raphael Ramalho Veche e Silva(OAB/RO 6390)
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl. 2, conforme disposto no art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0000752-90.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 0001147-82.2013.8.22.0013
Requerente: Cândida Pinheiro Rosa
Advogada: Sandra Vitório Dias Córdova(OAB/RO 369B)
Advogada: Kátia Costa Teodoro(OAB/RO 661A)
Requerido: Município de Cerejeiras RO
Procuradora: Luciana Bussolaro Baraba(OAB/RO 5466)
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl. 34, conforme disposto no §1º do art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0000866-29.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 7003080-60.2016.8.22.0014
Requerente: Alcileni Maria Vicosi Rosalem
Advogada: Izabela Mineiro Mendes(OAB/RO 4756)
Advogado: Newton Schramm de Souza(OAB/RO 2947)
Advogado: Antonio Eduardo Schramm de Souza(OAB/RO 4001)
Advogada: Amanda Iara Tachini de Almeida(OAB/RO 3146)
Advogada: Vera Lúcia Paixão(OAB/RO 206)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Toyoo Watanabe Junior(OAB/RO 5728)
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl. 2, conforme disposto no art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0000910-48.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 7000006-96.2014.8.22.0004
Requerente: Maria de Fátima Pimentel de Andrade
Advogado: Filiph Menezes da Silva(OAB/RO 5035)
Requerido: Município de Ouro Preto do Oeste - RO
Procuradora: Juliana Vieira Kogiso Masioli(OAB/RO 1395)
Procuradora: Luana Novaes Schotten de Freitas(OAB/RO 3287)
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl. 2, conforme disposto no art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0000914-85.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 0010095-42.2010.8.22.0005
Requerente: Marcio Travagin Marcial
Advogado: Geraldo Pereira de Araujo(OAB/RO 1483)
Advogado: Nailson Nando Oliveira de Santana(OAB/RO 2634)
Requerido: Município de Ji Paraná RO
Procurador: José Carlos Nolasco(OAB/RO 393B)
Procuradora: Magda Regina Morillas Cunha(OAB/RO 227)
Procurador: Vagno Oliveira de Almeida(OAB/RO 5185)
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl. 2, conforme disposto no art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0000974-58.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 7049962-22.2016.8.22.0001
Requerente: Daniel Braga Batista
Advogada: Bruna Giselle Ramos(OAB/RO 4706)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Joel de Oliveira(OAB/RO 147B)
Procurador: Luis Eduardo Mendes Serra(OAB/RO 6674)
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl. 2, conforme disposto no art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0000976-28.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 7001780-75.2016.8.22.0010
Requerente: Ronaldo Adriano Decursio da Silva
Advogada: Neide Skalecki de Jesus Gonçalves(OAB/RO 283B)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Eliabes Neves(OAB/RO 4074)
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl. 2, conforme disposto no art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0000980-65.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 7003065-06.2016.8.22.0010
Requerente: Fabiana Morais de Oliveira Lima
Advogada: Neide Skalecki de Jesus Gonçalves(OAB/RO 283B)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Antônio das Graças Souza(OAB/RO 10B)
Procurador: Luciano Brunholi Xavier(OAB/RO 550A)
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl. 2, conforme disposto no art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0000982-35.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 7001839-63.2016.8.22.0010
Requerente: Gilmar Estevo dos Santos
Advogada: Neide Skalecki de Jesus Gonçalves(OAB/RO 283B)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Antônio das Graças Souza(OAB/RO 10B)
Procurador: Eliabes Neves(OAB/RO 4074)
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl. 2, conforme disposto no art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0000984-05.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 7001806-73.2016.8.22.0010
Requerente: Alice Ferreira Frez
Advogada: Neide Skalecki Gonçalves(OAB/RO 283B)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Eliabes Neves(OAB/RO 4074)
Procurador: Antônio das Graças Souza(OAB/RO 10B)
Procurador: Luciano Brunholi Xavier(OAB/RO 550A)
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl. 2, conforme disposto no art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0000988-42.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 7001781-60.2016.8.22.0010
Requerente: Edvaldo Leite Barros
Advogada: Neide Skalecki Gonçalves(OAB/RO 283B)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Eliabes Neves(OAB/RO 4074)
Procurador: Luciano Brunholi Xavier(OAB/RO 550A)
Procurador: Antônio das Graças Souza(OAB/RO 10B)
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl. 2, conforme disposto no art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0000992-79.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 7009447-42.2016.8.22.0001
Requerente: Silvalino Ricardo Marques Soares
Advogada: Márcia de Oliveira Lima(OAB/RO 3495)
Advogada: Layanna Mábia Maurício(OAB/RO 3856)
Requerido: Estado de Rondônia
Procuradora: Lívia Renata de Oliveira Silva(OAB/RO 1673)
Procuradora: Ellen Cristine Alves de Melo(OAB/RO 5985)
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl. 2, conforme disposto no art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0001040-38.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 0002768-78.2012.8.22.0004
Requerente: Rosely dos Santos
Advogado: Dilney Eduardo Barrionuevo Alves(OAB/RO 301B)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Willame Soares Lima(OAB/RO 949)
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl. 2, conforme disposto no art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0001042-08.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 0005088-33.2014.8.22.0004
Requerente: Maria Vidal de Souza
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar(OAB/RO 2394)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Willame Soares Lima(OAB/RO 949)
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl. 2, conforme disposto no art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0001044-75.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 0005091-85.2014.8.22.0004
Requerente: Josiane Lopes de Araujo
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar(OAB/RO 2394)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Willame Soares Lima(OAB/RO 949)
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl. 2, conforme disposto no art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0001046-45.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 0004347-90.2014.8.22.0004
Requerente: José Pereira Filho
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar(OAB/RO 2394)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Willame Soares Lima(OAB/RO 949)
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl. 2, conforme disposto no art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0001050-82.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 7000138-51.2017.8.22.0004
Requerente: Odilar Koche
Advogado: Filiph Menezes da Silva(OAB/RO 5035)
Requerido: Município de Ouro Preto do Oeste - RO
Procuradora: Luana Novaes Schotten de Freitas(OAB/RO 3287)
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl. 2, conforme disposto no art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0001052-52.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 7023741-02.2016.8.22.0001
Requerente: Charles Elias da Silva

Advogado: Gilber Rocha Mercês(OAB/RO 5797)
Advogado: Uílian Honorato Tressmann(OAB/RO 6805)
Requerido: Estado de Rondônia
Procuradora: Lívia Renata de Oliveira Silva(OAB/RO 1673)
Procurador: Joel de Oliveira(OAB/RO 147B)
Procurador: Luis Eduardo Mendes Serra(OAB/RO 6674)
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl. 2, conforme disposto no art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0001054-22.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 7053656-96.2016.8.22.0001
Requerente: Antônio Silva Santos
Advogada: Bruna Giselle Ramos(OAB/RO 4706)
Advogada: Ludmila Moretto Sbarzi Guedes(OAB/RO 4546)
Advogada: Graziela Pereira Danilucci(OAB/RO 4805)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Luis Eduardo Mendes Serra(OAB/RO 6674)
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl. 2, conforme disposto no art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0001104-48.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 0015276-65.2012.8.22.0001
Requerente: Marina Vanessa Maia Brasil de Oliveira
Advogado: Rafael Alfaia Pereira(OAB/RO 5156)
Advogado: Moacir Requi(OAB/RO 2355)
Requerente: Joabe Maia Brasil de Oliveira
Advogado: Rafael Alfaia Pereira(OAB/RO 5156)
Advogado: Moacir Requi(OAB/RO 2355)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Evanir Antônio de Borba(OAB/RO 776)
Procurador: Bruno dos Anjos(OAB/RO 5410)
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl. 2, conforme disposto no art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0001386-86.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 0005089-18.2014.8.22.0004
Requerente: Olinda Cristina de Souza Fagundes
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar(OAB/RO 2394)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Willame Soares Lima(OAB/RO 949)
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl. 2, conforme disposto no art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0001390-26.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 0005974-32.2014.8.22.0004
Requerente: Maria Dauca Paulista Damião
Advogado: Alexandre Anderson Hoffmann(OAB/RO 3709)
Requerido: Município de Ouro Preto do Oeste - RO
Procuradora: Juliana Vieira Kogiso(OAB/RO 1395)
Procuradora: Luana Novaes Schotten de Freitas(OAB/RO 3287)
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl. 2, conforme disposto no art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0001394-63.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 0001096-44.2013.8.22.0022
Requerente: Maria José Ribeiro Damasceno
Advogado: Rildo Rodrigues Salomão(OAB/RO 5335)
Requerido: Município de Seringueiras-RO
Procuradora: Glaucia Elaine Fenali(OAB/RO 5332)
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl. 2, conforme disposto no art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

Presidência
Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :2006006-79.1995.8.22.0000
Processo de Origem : 0051984-00.0128.0..
Espólio: Espolio de Luci Vieira Tavares
Advogado: Armando Reigota Ferreira(OAB/RO 122A)
Advogada: Alice Barbosa Reigota Ferreira(OAB 164)
Advogado: Edmundo Santiago Chagas(OAB/RO 491A)
Advogado: Edmundo Santiago Chagas Júnior(OAB/RO 905)
Advogado: Ilson Jaconi Junior(OAB/RO 5643)
Advogado: Valmir Gonçalves da Silva(OAB/RO 643)
Interessado (Parte Ativa): Edmundo Santiago Chagas
Advogado: santiago e sahurashi( )
Advogado: EDMUNDO SANTIAGO CHAGAS JÚNIOR(OAB 905)
Interessado (Parte Ativa): Miguel Nazarko Filho
Advogado: JACINTO DIAS(OAB 1232)
Interessado (Parte Ativa): Jessica Diomena Jaconi
Advogado: Suênio Silva Santos(OAB/RO 6928)
Interessada (Parte Ativa): Iris Jaconi da Silveira
Advogado: Suênio Silva Santos(OAB/RO 6928)
Interessado (Parte Ativa): Daniel José de Lima

Advogado: Valmir Gonçalves da Silva(RO 643)
Requerido: Município de Ji-Paraná - RO
Advogado: SIDNEY DUARTE BARBOSA(OAB/MT 4004/O)
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Em face da juntada da planilha de cálculos, individualizando os créditos às fls. 2054/2063, manifestem-se os credores no prazo de 5 cinco dias e após volte-me concluso para análise da petição de fls. 2079/2081.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Silvana Maria de Freitas
Juíza Auxiliar

Presidência
Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0001389-41.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 0005268-49.2014.8.22.0004
Requerente: Maria do Livramento Silva Santos
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar(OAB/RO 2394)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Willame Soares Lima(OAB/RO 949)
Relator:Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Autos devidamente formalizados. Requisite-se o pagamento e inclua o feito na ordem cronológica, considerando como data de apresentação neste Tribunal aquela registrada à fl. 2, conforme disposto no art. 4º da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

## TRIBUNAL PLENO

Tribunal Pleno
Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :1104848-11.1995.8.22.0001
Processo de Origem : 0048489-58.1995.8.22.0001
Requerente: Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado de Rondônia - SINSEPOL
Advogado: Hélio Vieira da Costa(OAB/RO 640)
Advogado: Morel Marcondes Santos( )
Interessada (Parte Ativa): Arlete Kosin Gamarra Zayed
Advogado: Raimundo Gonçalves de Araújo(OAB/RO 3300)
Interessado (Parte Ativa): Renato Antônio de Souza Lima
Advogado: Diego de Paiva Vasconcelos(OAB/RO 2013)
Advogado: Márcio Melo Nogueira(OAB/RO 2827)
Interessado (Parte Ativa): Antonio Serafim da Silva Junior
Advogado: Amadeu Guilherme Matzenbacher Machado(OAB/RO 4B)
Advogado: Diego de Paiva Vasconcelos(OAB/RO 2013)
Advogado: Márcio Melo Nogueira(OAB/RO 2827)
Advogado: Eudes Costa Lustosa(OAB/RO 3431)
Interessada (Parte Ativa): Merien Amantéa Fernandes
Interessada (Parte Ativa): Rita Gonçalves Guedes da Silva
Advogada: Verônica Ribeiro da Silva Cordovil(OAB/RO 2904)
Interessada (Parte Ativa): Giovana Cunha Pedraza
Advogado: Honório Moraes Rocha Neto(OAB/RO 3736)
Interessado (Parte Ativa): Milson Luiz Nascimento da Silva
Advogada: Rosangela Lázaro de Oliveira(OAB/RO 610)
Interessado (Parte Ativa): Douglas Batista Miniz
Advogado: Clodoaldo Luis Rodrigues(OAB/RO 2720)
Advogado: Jorge Felype Costa de Aguiar dos Santos(OAB/RO 2844)
Interessado (Parte Ativa): M. S. Pinheiro Lima ME
Advogado: MARCIO AUGUSTO DE SOUZA MELO(OAB/RO 2703)
Interessado (Parte Ativa): Henrique Xavier Melgar
Advogado: Igor dos Santos Cavalcante(OAB/RO 3025)
Advogada: Dulce Cavalcante Guanacoma Santos(OAB/RO 6450)
Interessada (Parte Ativa): Vivian Xavier Melgar
Advogado: Igor dos Santos Cavalcante(OAB/RO 3025)
Advogada: Dulce Cavalcante Guanacoma Santos(OAB/RO 6450)
Interessada (Parte Ativa): Rosa Sossa Melgar
Advogado: Igor dos Santos Cavalcante(OAB/RO 3025)
Advogada: Dulce Cavalcante Guanacoma Santos(OAB/RO 6450)
Interessado (Parte Ativa): Plinio Augusto Bem Carloto
Advogada: Sabrina Puga(OAB/RO 4879)
Interessado (Parte Ativa): DANIEL PUGA
Advogada: Sabrina Puga(OAB/RO 4879)
Interessado (Parte Ativa): Edilson Tavares de Carvalho
Advogada: Marisamia Aparecida de Castro Inacio( 4553)
Interessado (Parte Ativa): Diego de Paiva Vasconcelos
Interessada (Parte Ativa): Iraci Vasconcelos Palheta de Lima
Advogado: Hiran Saldanha de Macedo Castiel( )
Interessado (Parte Ativa): José Ribamar Paiva dos Santos
Advogado: Joaquim Soares Evangelista Junior(OAB/RO 6426)
Interessado (Parte Ativa): Espólio de José Paiva
Advogado: Joaquim Soares Evangelista Junior(OAB/RO 6426)
Interessada (Parte Ativa): Kelly Costa Lima
Advogado: Lucio Afonso da Fonseca Salomão(OAB/RO 1063)
Interessado (Parte Ativa): Lauro Penha Silva
Advogado: Andre Henrique Torres Soares de Melo( )
Advogado: Thiago da Silva Viana(OAB/RO 193E)
Advogado: João Paulo das Virgens Lima(OAB/RO 4072)
Advogado: Paulo Batista Duarte Filho(OAB/RO 4459)
Interessado (Parte Ativa): Jonhy Milson Oliveira Martins
Advogado: Wyliano Alves Correia(OAB/RO 2715)
Interessada (Parte Ativa): Edelmira Felix Fabiana
Advogado: Anderson Fabiano Brasil( )
Interessado (Parte Ativa): KEPLER JOSE DE CARVALHO DOS SANTOS
Advogado: Italo Jose Marinho de Oliveira( )
Interessado (Parte Ativa): Josué Abiorana do Nascimento
Advogado: Joaquim Soares Evangelista Junior(OAB/RO 6426)
Interessado (Parte Ativa): Jairo Abiorana do Nascimento
Advogado: Joaquim Soares Evangelista Junior(OAB/RO 6426)
Interessada (Parte Ativa): Janete Lilia Abiorana do Nascimento
Advogado: Joaquim Soares Evangelista Junior(OAB/RO 6426)
Interessado (Parte Ativa): Jarson Abiorana do Nascimento
Advogado: Joaquim Soares Evangelista Junior(OAB/RO 6426)
Interessado (Parte Ativa): Elenice Marques Bernardo
Advogado: Joaquim Soares Evangelista Junior(OAB/RO 6426)
Interessado (Parte Ativa): Max Pereira do Nascimento
Advogada: Joelma Alberto(RO 7214)
Advogado: Joaquim Soares Evangelista Junior(OAB/RO 6426)
Interessada (Parte Ativa): Francisca da Silva Pereira
Advogado: Joaquim Soares Evangelista Junior(OAB/RO 6426)
Interessado (Parte Ativa): Caio Vinicius Corbari
Advogado: Caio Vinicius Corbari(OAB/RO 8121)
Interessado (Parte Ativa): PIB COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇAO EIRELI
Advogado: Murilo Espinola de Oliveira Lima(OAB/GO 1366A)
Advogado: Pedro Luiz Lepri Junior(OAB/RO 4871)
Advogado: Pedro Luiz Lepri Junior(OAB/RO 4871)
Advogado: ESPINOLA E LEPRI ADVOGADOS ASSOCIADOS( )
Interessado (Parte Ativa): Rafaela Barato Prestes
Advogado: Luiz de França Passos(OAB/RO 2936)
Advogado: Carla Caroline Passos Marrocos(OAB/RO 5436)
Interessada (Parte Ativa): Francisca Diana dos Santos Miranda Martins
Defensor Público: Jose Oliveira de Andrade( )

Interessada (Parte Ativa): Neide Skalecki de Jesus Gonçalves
Advogada: Neide Skalecki de Jesus Gonçalves(OAB/RO 283B)
Interessado (Parte Ativa): Isac Neris Ferreira dos Santos
Advogado: Isac Neris Ferreira dos Santos(OAB/RO 4679)
Interessado (Parte Ativa): Jose da Siveira Campos
Advogado: Luiz de França Passos(OAB/RO 2936)
Interessada (Parte Ativa): Mayara Corbari
Advogado: Caio Vinicius Corbari(OAB/RO 8121)
Interessada (Parte Ativa): Santina Maria da Silva
Advogada: JOSELIA VALENTIM DA SILVA(OAB/RO 198)
Requerido: Estado de Rondônia
Procuradora: Ivanilda Maria Ferraz Gomes(OAB/RO 219)
Procurador: Sávio de Jesus Gonçalves(OAB/RO 519A)
Procurador: Anderson Clayton Eloy(OAB/RO 242A)
Relator:Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
Anote-se as habilitações de créditos requeridas por PIB Comércio de Materiais Para Construção Eireli, Luiz Gonçalves Filho, Neide Skaleki de Jesus Gonçalves, Isac Neris Ferreira dos Santos, às fls. 5358/5368, 5544/5550, 5900/5906 e 5940/5944, 5921/5923 e 5936/5938, em face do preenchimento dos requisitos legais.
Nos demais pedidos, apresentados por Caio Vinícius Corbari, às fls. 5384/5385,5595/5603 e 5930/5931 e Nayara Corbari, às fls.5583/5593 e 5933/5934, não há comprovação da comunicação ao devedor, conforme dispõe o § 14 do art.100 da CF/88, portanto, concedo-lhes dez dias de prazo para regularizarem o feito.
Quanto as solicitações dos herdeiros dos credores José Cleidenor de Souza Prestes, às fls. 5387/5399, e Francisco Xavier Miranda, às fls. 5633/5638, é necessária a comprovação da escritura pública ou da ação judicial (inventário ou arrolamento) para que, uma vez efetivada a partilha pela autoridade competente, recolhidos os tributos devidos, possa ser satisfeito o direito dos herdeiros.
Ademais, diante da natureza administrativa dos precatórios, não compete à Presidência deste Poder, promover a habilitação de herdeiros sem prévia decisão judicial, motivo pelo qual indefiro seus pedidos.
Adiante, os credores Águida Maria de Vasconcelos Oliveira, Edmilson da Encarnação de Melo, Cláudio Barbosa Mattos, Mureanny Rodrigues de Brito Vieira, Sérgio Ribeiro, Luiz Antônio Lustosa Marques, Maria da Penha Fossi, Sergio Alves Ribeiro, Rosilda Ferreira Lima, Marcilia Carvalho Oviczki, Maria Emilia Cavalcante Pessoa, Bárbara Edilena Amancio Yamara, Cirlene Maria dos Santos Brito Fernandes, Eunice Silva Bem, Felisberto Gomes Trindade, Geleuza de Oliveira Ferro, Maria Gorete Caetano, Wagner Ferreira Marques, João Bosco da Silva e Souza, Célia Maria Rebouças de Sousa, Rosemary Attias, Domingos Lelson Castro Teixeira, Raimundo Antônio Aguiar Costa, Carlos Antônio Henrique Jorge, Felisberto Gomes Trindade, Marilucia de Oliveira da Silva Nogueira, Marcelo Vinícius Limoeiro, Mauricio Xavier de Araújo, Alberto de Barros Molina, Jocilene Nunes Bentes, Adriana Marques Rebelo Tazoniero, Francisca Bernardo da Silva, Damares Celestino da Silva Santana, Mercione Glória de Medeiros Guilherme da Silva, José Maria de Souza, Celizia Marcolino Medeiros de Souza, Marcos Antônio Neves, Nazira Kfoure, apresentaram instrumentos de distrato de prestação de serviço em relação ao patrono Morel Marcondes Sociedade Individual de Advocacia, conforme documentado às fls. 5401/5470, 5477/5516, 5552/5581, 5605/5608, 5621/5622, 5627/5631, 5895/5898, 5908/5911, 5913/5915, 5917/5919, 5925/5928 e 5946/5948.
Nos distratos apresentados, alguns comprovam a quitação dos honorários contratados com o mencionado patrono e outros buscam descontos do percentual contratado no momento do pagamento deste precatório.
Em sede de precatório somente são destacados honorários contratuais devidos ao advogado originário ou quem o suceder e, desde que, requisitados em separado pelo juízo originário.
No caso, trata-se de relação particular entre o advogado e cliente que o contratou no andamento do precatório, portanto, a satisfação de eventual débito entre eles, deve ser buscada extra auto ou na via correta, motivo pelo qual indefiro a pretensão dos requerentes.
Santina Maria da Silva, às fls. 5950/6963, na qualidade de procuradora do credor José Nogueira da Silva, e com amplos poderes para receber os seus créditos, solicita habilitação nos autos. O procurador que rubrica a petição não juntou poderes para tal.
Junta cópia da sentença que extinguiu os autos n. 0006982-92.2010.8.22.0001, oriundos da 4ª Vara Cível de Notas e Registro Civil da Capital, com o objetivo de cessar a penhora registrada em desfavor do mencionado credor.
Pela ausência de informações nos autos, oficie-se ao juízo quanto a persistência da mencionada penhora em desfavor de José Nogueira da Silva, comunicada por meio do Oficio n. 257/2010 de 23/8/2010, documentada às fls. 1261/1263.
Manifestem-se os patronos deste feito, no prazo de 10 dias, com relação a petição de fls. 5373/5382 e após abra-se vista à PGE.
Diga a Contadoria de Precatórios sobre a petição de fls. 5518/5519.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, abril de 2017.
Desembargador Sansão Saldanha
Presidente

## 1ª CÂMARA CÍVEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
1ª Câmara Cível
0004394-39.2015.8.22.0001 - Apelação
Origem: 0004394-39.2015.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 2ª Vara Cível
Apelante: Josué Nunes Costa
Advogada: Eudislene Mendes de Oliveira (OAB/RO 1462)
Apelado: Banco Bradescard S.A.
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Advogada: Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
Relator(a) : Desembargador Rowilson Teixeira
Vistos.
Trata-se de apelação cível interposta por Josué Nunes Costa em face do Banco Bradescard S/A.
Josué Nunes Costa moveu ação ordinária em face do banco apelado pretendendo declaração de inexistência de débito bem como ressarcimento por danos morais pelo fato de ter sido cobrado por dívida inexistente, fato que teria impedido de abrir conta em outra agência bancária.
A pretensão foi julgada parcialmente procedente para declarar inexistente a dívida, porém, rejeitou-se o pedido de danos morais, pela inexistência de inscrição em serviços de proteção ao crédito (vide sentença de fl. 82/85).
Inconformado, apela sustentando que, embora não tenha sido inscrito em serviços de proteção ao crédito (SPC e SERASA), porém, houve restrição interna no banco, de forma indevida, fato que autoriza a recomposição moral indenizatória. Sustenta que se trata de dano moral in re ipsa, por decorrência do art. 5º, X, da CF/88. Ao final, requereu a reforma da sentença com consequente procedência da pretensão indenizatória.
Contrarrazões às fls. 116/127.
É o relatório
Decido.
O caso dos autos, consiste em pretensão de indenização por cobrança indevida, contudo, sem negativação (inscrição) do consumidor em serviços de proteção ao crédito (tais como SPC e SERASA). Em suma, a controvérsia da lide reside: a cobrança indevida, sem inscrição negativa em serviço de proteção ao crédito, é de responsabilidade in re ipsa?

Pois bem, para o deslinde sobre a questão trago à baila alguns conceitos, especialmente, do que trata o prof Flavio Tartuce:

A Constituição Federal, em seu art. 5º, incisos V e X, transcreve os direitos subjetivos privados que condizem à integridade moral, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral causado decorrente de sua violação.

O dano moral ele afeta a personalidade individual do ser humano e coletiva, de alguma forma, ofende a moral e a dignidade da pessoa.

No que se entende em dano praticado na força dos próprios atos o cadastro de inadimplentes em si, não tem a necessidade de apresentação de provas que demonstre a ofensa contra essa pessoa que teve o nome incluso. Algumas modalidades são praticadas de forma desenfreada, tais como: rede bancária, atraso de voo, diploma sem reconhecimento, equívoco administrativo etc..

O dano moral presumido (In re ipsa) é todo dano causado a pessoa de direito onde o mesmo tem a sua honra, dignidade e moralidade lesada, porém com a visão de que esse dano é feito simplesmente com a força dos próprios atos, ou seja, o seu direito absoluto é lesado por uma má-fé absoluta, indiscutível. Esse dano moral ele é um direito garantido, que advém de uma relação de consumo entre pessoas de direito, e se dá como responsabilidade objetiva.

Referido dano moral presumido é dominado In re ipsa, ou seja, não será necessário a apresentação de provas que demonstre essa ofensa moral da pessoa sofrida pelo consumidor.

O constrangimento causado à pessoa, independe de prova, ou seja, incita na própria coisa, logo, para constituir tal dano moral basta a violação de um direito, independente do sentimento negativo de mágoa, angustia, tristeza, humilhação, vexame, vergonha, etc, os quais só terão relevância para a qualificação do dano.

Com efeito, o dano moral ele é decorrente do próprio ato antijurídico da publicação indevida do nome da pessoa em meio de comunicação. A forma de provar esse dano neste caso é dispensável, pois o prejuízo extrapatrimonial é decorrente dos efeitos do próprio ato de veiculação da matéria.

Portanto, o dano moral sofrido, nos casos citados resulta uma situação vexatória e humilhante ("in re ipsa" ou presumido) onde foi provocada naturalmente pela conduta do ofensor, e sendo assim causando todo o transtorno.

[…]

A culpabilidade deve possuir três requisitos, tanto para o dano material quanto para o dano moral: a culpa, o dano e o nexo causal) No âmbito dessa relação jurídica, tem-se por honra do ser humano aquilo que lhe é externado a sociedade.

[…]

Contudo, pelo efeito transverso desta assertiva, temos que ausente a negativação, não há de se falar em dano in re ipsa consoante não estar caracterizado ilícito ensejador da reparabilidade, dependendo, desta forma, de efetiva prova de que houve cobrança indevida vexatória que transbordou as raias da normalidade da relação contratual."

(autor citado in Manual de Direito Civil. Volume Único, Editora Método, 2014, pg 515).

Do conceito exposto, que não é de hoje, surgiu expressão pacífica jurisprudencial em que retratou, inclusive em sede de Recurso Repetitivo, que não havendo negativação, não há de se falar em dano moral, in verbis:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. COBRANÇA INDEVIDA DE SERVIÇOS DE TELEFONIA. DANO MORAL IN RE IPSA. INEXISTÊNCIA. SÚMULA N. 83/STJ. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. DECISÃO MANTIDA.

1. "A cobrança indevida de serviço de telefonia, quando não há inscrição em cadastro de inadimplentes, não gera presunção de dano moral, sendo imprescindível a sua comprovação" (AgRg no REsp N.1.537.146/RS, Relator Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/10/2015, DJe 3/11/2015). Incidência da Súmula n. 83/STJ.

2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).

3. No caso concreto, o Tribunal de origem concluiu pela ausência de comprovação do dano moral. Alterar esse entendimento demandaria o reexame das provas produzidas nos autos, o que é vedado em recurso especial.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(STJ - AgRg no REsp 1526883/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 27/09/2016, DJe 04/10/2016)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. IRRESIGNAÇÃO ESPECIAL FUNDADA NO DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. DANO MORAL AFASTADO NA ORIGEM. MERO DISSABOR. REFORMA DO JULGADO. NECESSIDADE DE REEXAME DE FATOS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS NºS 7 E 83, AMBAS DO STJ. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Inaplicabilidade do NCPC neste julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

2. A questão se restringe à ausência de dano moral in re ipsa quando não há inscrição do nome do consumidor em cadastro de inadimplentes, mas apenas a cobrança indevida de valores.

3. A decisão agravada consignou expressamente que o Tribunal de origem entendeu pela ausência de dano moral em razão da existência de mero dissabor.

4. Esse entendimento está em consonância com a jurisprudência desta Corte quanto à ausência de configuração do dano moral in re ipsa com base na mera cobrança indevida.

5. Dessa forma, não há como se afastar os óbices das Súmulas nºs 7 e 83, ambas do STJ.

6. Não sendo a linha argumentativa apresentada capaz de evidenciar a inadequação dos fundamentos invocados pela decisão agravada, o presente agravo interno não se revela apto a alterar o conteúdo do julgado impugnado, devendo ele ser integralmente mantido em seus próprios termos.

7. Agravo regimental não provido.

(STJ - AgRg no AREsp 680.723/RS, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/09/2016, DJe 19/09/2016)

AGRAVO REGIMENTAL. IMPUGNAÇÃO DE UM DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INTERPRETAÇÃO A CONTRARIO SENSU DA SÚMULA N. 283 DO STF. RECURSO ESPECIAL. COBRANÇA INDEVIDA. AUSÊNCIA DE INSCRIÇÃO NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANO MORAL. INEXISTÊNCIA. SÚMULAS N. 83 E 7 DO STJ.

1. Quando os fundamentos da decisão de inadmissibilidade do recurso especial não são suficientes por si sós para a manutenção do julgado, a impugnação de apenas um deles, por viabilizar o exame do recurso especial no ponto atacado, afasta o óbice da Súmula n. 182 do STJ.

Interpretação a contrário sensu da Súmula n. 283/STF.

2. Inexistindo inscrição indevida nos órgãos de proteção ao crédito, a mera cobrança de valores por serviços não contratados não gera, por si só, danos morais indenizáveis. Precedentes. Aplicação da Súmula n. 83 do STJ.

3. Nos casos em que o Tribunal de origem, com base nas provas dos autos, conclui pela inexistência de dano moral, não cabe ao STJ revisar tal entendimento em razão do óbice da Súmula n. 7 do STJ.
4. Agravo regimental desprovido.
(STJ - AgRg no AREsp 680.941/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/03/2016, DJe 29/03/2016)
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TELEFONIA. COBRANÇA INDEVIDA. AUSÊNCIA DE INSCRIÇÃO NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANO MORAL. INEXISTÊNCIA. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. ACÓRDÃO RECORRIDO. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. DECISÃO MANTIDA.
1. Não há falar em violação dos arts. 458, III, 474 e 535, I e II, do CPC, quando a Corte local se manifestou expressamente sobre a controvérsia do presente processo, isto é, a inexistência dos danos morais.
2. A jurisprudência do STJ é no sentido de que, inexistindo ato restritivo de crédito, a mera cobrança de valores por serviços não contratados não gera, por si só, danos morais indenizáveis.
Precedentes.
3. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático dos autos (Súmula n. 7 do STJ).
4. No caso concreto, o Tribunal de origem concluiu pela não ocorrência de danos morais. Alterar esse entendimento demandaria o reexame das provas produzidas nos autos, o que é vedado em recurso especial.
5. Agravo regimental desprovido.
(STJ - AgRg no AREsp 448.377/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 01/12/2015, DJe 04/12/2015)
Deste modo, denota-se que a sentença está harmônica como que decidiu pacificamente o col. STJ, razão pela qual o recurso não pode prosperar.
Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do NCPC c/c Súmula 568 do col. STJ, nego provimento ao recurso.
Intime-se.
Porto Velho, 19 de abril de 2017.
Desembargador Rowilson Teixeira
relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
1ª Câmara Cível
0007341-31.2013.8.22.0003 - Apelação
Origem: 0007341-31.2013.8.22.0003 Jaru / 2ª Vara Cível
Apte/Apda: Elica da Silva Moraes
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apdo/Apte: Banco BMG S/A
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/RO 6235)
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Advogada: Luciana de Moura Teixeira (OAB/MG 126476)
Relator(a) : Desembargador Rowilson Teixeira
Vistos.
Intime-se Banco BMG S/A para apresentar contrarrazões ao recurso de apelação interposto por Elica da Silva Moraes, fls. 87/92. Prazo legal.
Publique-se.
Porto Velho, 19 de abril de 2017.
Desembargador Rowilson Teixeira
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
1ª Câmara Cível
0005142-71.2015.8.22.0001 - Apelação
Origem: 0005142-71.2015.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 2ª Vara Cível
Apelante: Banco Pan S/A
Advogado: Renan Thiago Pasqualotto Silva (OAB/RO 6017)
Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB/PE 23255)
Apelado: Josias Alves da Silva
Advogada: Eudislene Mendes de Oliveira (OAB/RO 1462)
Relator(a) : Desembargador Rowilson Teixeira
Vistos.
Trata-se de apelação cível interposta pelo Banco PAN S/A em face de Josias Alves da Silva.
Josias Alves da Silva realizou financiamento para aquisição de uma motocicleta Honda CG 125 FAN/KS 2010/2010, no valor de R$ 10.539,36, a ser paga em 48 parcelas mensais no valor de R$ 219,57, iniciando-se em 30/08/2010 vencendo-se em 30/06/2014, cujo contrato teria cumprido na integralidade.
Todavia, deparou-se com uma negativação em serviço de proteção ao crédito (SPC e SERASA) por supostamente não ter pago a parcela relativo à competência de 11/2012.
Neste cenário, ajuizou ação ordinária objetivando tornar inexigível suposta dívida, exclusão de seu nome dos bancos cadastrais e ainda danos morais, cuja pretensão foi julgada procedente, tornando inexigível a obrigação e ainda impondo condenação ao banco demandado no pagamento de R$ 10.000,00, além da verba sucumbencial em 10% sobre o valor da condenação e mais custas (vide sentença de fls. 175/178).
Inconformada, o banco demandado apela alegando, em suma, que a negativação fora devida e que não há fato efetivo ensejador da responsabilidade contratual a ponto de ensejar a reparação e condenação por danos morais, pugnando ao final pela exclusão ou redução da condenação.
Contrarrazões às fls. 264.
É o relatório.
Decido.
O caso dos autos versa sobre pretensão de tornar inexigível dívida pela ausência de legitimidade na cobrança bem como pleito de danos morais por inscrição indevida da suposta obrigação.
Resta incontroverso a relação jurídica existente entre as partes, representada, inclusive, pelo contrato de fl. 51.
Faticamente, extrai-se dos autos, em especial à fls. 38 (comprovante de pagamento eletrônico), que na data aprazada, o apelado (consumidor) pagou a prestação relativa ao mês 11/2012, cuja parcela originou a inscrição no SERASA (vide espelho de anotação cadastral de fl. 60); ou seja, anotou-se indevidamente parcela efetivamente paga pelo consumidor.
Deste modo, pode-se afirmar com toda clareza e certeza de que a inscrição da dívida em bancos de serviço de proteção ao crédito se consubstancia-se numa conduta ilícita.
Neste cenário, há conduta malferidora do art. 944 do C.C. e do próprio Estatuto Consumerista a ponto de ensejar, não só a exclusão da pseudo dívida, mas também a reparabilidade pelo ilícito cometido, pelo que a sentença não merece ser reformada.
A propósito cito aresto exemplificativo de pacífica posição do col. sTJ sobre o tema:
AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CADASTRO DE INADIMPLENTES. INSCRIÇÃO INDEVIDA. EXECUÇÃO JUDICIAL. FRAUDE PRATICADA POR TERCEIROS. AUSÊNCIA DE CAUTELA DA EMPRESA. DANO MORAL. VALOR. REVISÃO DO VALOR.
1. O fato de o evento lesivo decorrer de fraude praticada por terceiro não elide a responsabilidade da agravante, sendo remansoso o entendimento deste Superior Tribunal no sentido de que cabe à empresa verificar a idoneidade dos documentos apresentados, a fim de evitar dano a terceiro na entabulação de negócios financeiros.

Hipóteses em que as instâncias de origem assentaram trata-se de fraude grosseira.
2. "A inscrição ou a manutenção indevida em cadastro de inadimplentes gera, por si só, o dever de indenizar e constitui dano moral in re ipsa, ou seja, dano vinculado a própria existência do fato ilícito, cujos resultados são presumidos" (AgRg no Ag 1.379.761/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe de 2.5.2011).
3. Admite a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, excepcionalmente, em recurso especial, reexaminar o valor fixado a título de indenização por danos morais, quando ínfimo ou exagerado.
Hipótese, todavia, em que o valor foi estabelecido na instância ordinária atendendo às circunstâncias de fato da causa, de forma condizente com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.
4. Agravo regimental a que se nega provimento.
(STJ - AgRg no AREsp 356.558/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 12/11/2013, DJe 28/11/2013)
(g.n)
Neste compasso, tenho que configurado a responsabilidade da apelante.
Noutro campo, com relação ao quantum arbitrado à título de danos morais – estes em R$ 10.000,00 – tenho que razoável como demonstra pacífica jurisprudência sobre o tema.
Cito:
AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO (ART. 544, DO CPC) - DEMANDA POSTULANDO DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL DECORRENTE DE INSCRIÇÃO INDEVIDA DO NOME DO CONSUMIDOR EM ÓRGÃO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO PROVIMENTO AO RECLAMO, MANTIDA A INADMISSÃO DO RECURSO ESPECIAL.
INSURGÊNCIA DO CONSUMIDOR.
1. Pretensão voltada à majoração do valor fixado a título de dano moral. Inviabilidade. Quantum indenizatório arbitrado em R$ 10.000, 00 (dez mil reais), o que não se distancia dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, nos termos da orientação jurisprudencial desta Corte. Incidência da Súmula 7/STJ.
2. Agravo regimental desprovido.
(STJ - AgRg no AREsp 314.892/SC, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 17/11/2015, DJe 24/11/2015)
AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA. DANO MORAL INDENIZÁVEL. ALEGAÇÕES DE REGULARIDADE DA INSCRIÇÃO, APLICAÇÃO DE SÚMULA 385 DO STJ, AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE E DE DANO MORAL. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. ALTERAÇÃO DO VALOR DO DANO. DECISÃO MANTIDA.
1. As alegações de regularidade da inscrição, ausência de responsabilidade da ora agravante, ausência de dano moral e aplicação da Súmula 385 do STJ não foram objeto de recurso especial por parte da insurgente, o que impossibilita o exame da questão na presente sede recursal, ante a preclusão consumativa.
2. Quanto ao valor dos danos morais, a agravante não trouxe argumento capaz de alterar o decisum recorrido, o qual majorou a quantia fixada a título de indenização por dano moral decorrente de inscrição indevida em cadastro restritivo de crédito para R$ 10.000, 00, de acordo com os precedentes desta Corte Superior.
3. Agravo regimental não provido.
(STJ - AgRg no AREsp 729.864/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 03/09/2015, DJe 10/09/2015)
AGRAVO REGIMENTAL. NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL CIVIL. INSCRIÇÃO INDEVIDA. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO. DANO MORAL. INDENIZÁVEL. JUROS DE MORA. SÚMULA 54/STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO, COM APLICAÇÃO DE MULTA.
1. A agravante não trouxe argumento capaz de alterar o decisum recorrido, o qual elevou a quantia fixada a título de indenização por dano moral decorrente de inscrição indevida em cadastro restritivo de crédito para R$ 10.000,00, de acordo com os precedentes desta Corte.
2. O termo inicial dos juros de mora é a data do evento danoso, por se tratar, no caso, de responsabilidade extracontratual, nos termos da Súmula 54 do STJ.
3. Agravo regimental a que se nega provimento, com aplicação de multa.
(STJ - AgRg no AREsp 126.626/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 27/03/2012, DJe 10/04/2012)
Deste modo, tenho que o arbitramento do quantum relativo ao dano moral é proporcional e razoável porquanto está harmônico com jurisprudência dominante em Tribunal Superior.
Pelo exposto, nos termos do art. 932, IV, do NCPC c/c Súmula 568 do STJ, nego provimento ao recurso.
Intime-se.
Porto velho, 19 de abril de 2017.
Desembargador Rowilson Teixeira
relator

## 2ª CÂMARA CÍVEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
2ª Câmara Cível
0015475-19.2014.8.22.0001 - Apelação
Origem: 0015475-19.2014.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 10ª Vara Cível
Apelante: VRG Linhas Aéreas S.A.
Advogado: Bernardo Augusto Galindo Coutinho (OAB/RO 2991)
Advogado: Márcio Vinícius Costa Pereira (OAB/RJ 84367)
Advogada: Aline Sumeck Bombonato (OAB/RO 3728)
Advogada: Luana Corina Medéa Antonioli Zucchini (OAB/SP 181375)
Apelado: Ari Valdir Lebkuchen Junior
Advogado: Robson Vieira Lebkuchen (OAB/RO 4545)
Advogada: Tanany Araly Barbeto (OAB/RO 5582)
Apelada: Naelha Auxiliadora Sarmento de Maria
Advogado: Robson Vieira Lebkuchen (OAB/RO 4545)
Advogada: Tanany Araly Barbeto (OAB/RO 5582)
Relator(a) : Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Revisor(a) : Desembargador Kiyochi Mori
Vistos.
Cessada a competência do relator com o julgamento do recurso (RITJRO, art. 141, VI) vieram os autos com petição conjunta das partes às fls. 184/187, para informar a realização de transação extrajudicial e por fim, requerem a homologação do acordo.
Pois bem. Dispõe o artigo 932, I do novo CPC que incumbe ao relator homologar a autocomposição das partes, conforme se transcreve:
Art. 932. Incumbe ao relator:
I - dirigir e ordenar o processo no tribunal, inclusive em relação à produção de prova, bem como, quando for o caso, homologar autocomposição das partes;
Todavia, em razão do exaurimento da competência do relator e considerando o termo de acordo apresentado, bem como as procurações do apelante (fl. 68/69 e 113) e apelado (fl. 13) com poderes para transigir, homologo o acordo celebrado entre os demandantes e, por conseguinte, extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, III, "b", do novo CPC.

Custas pela requerente, consoante termo de acordo (cláusula 3ª) e em razão de a transação ocorrer após o julgamento do recurso (CPC/15, art. 90).
Por fim, em razão da renúncia ao prazo recursal, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos à origem para as providências necessárias.
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 19 de abril de 2017.
Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Presidente da 2ª Câmara Cível

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
2ª Câmara Cível
0023799-66.2012.8.22.0001 - Apelação
Origem: 0023799-66.2012.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 2ª Vara Cível
Apelante: R. P. Construções e Serviços Ltda
Advogado: Carlos Henrique Teles de Negreiros (OAB/RO 3185)
Apelante: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais
Advogado: José Carlos Lino Costa (OAB/RO 1163)
Advogada: Karen Dal Santo Leal (OAB/SP 210494)
Advogada: Luciene Silva Marins (OAB/RO 1093)
Apelante: Seguralta Oeste Corretora de Seguros Ltda
Advogado: Marcelo Poli (OAB/SP 202846)
Advogada: Gélia Camargo Martins Carvalho (OAB/SP 301632)
Apelado: F. da Silva Comércio ME
Advogado: Cleber dos Santos (OAB/RO 3210)
Relator(a) : Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Revisor(a) : Desembargador Kiyochi Mori
Vistos.
Defiro o pedido constante no Ofício n. 186 – 2ª Vara Cível, emitido em 11/04/2017, para que o valor depositado à 2ª Câmara Cível (ID Depósito 049284800181702140), referente aos autos n. 0023799-66.2012.8.22.0001 em que são partes R. P. Construções e Serviços Ltda., Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, Seguralta Oeste Corretora de Seguros Ltda e F. da Silva Comércio ME, seja disponibilizado ao juízo da 2ª Vara Cível.
Deverá o 2º Departamento Judiciário Cível reativar os autos digitais baixados a fim de juntar cópia dos malotes digitais n. 8222017674064 e 8222017674065, com anexos.
Oficie-se, com urgência, o gerente da Caixa Econômica Federal, agência 2848, para que dê cumprimento à ordem e comprove a disponibilidade do depósito ao referido juízo.
Após, oficie-se o Juízo da 2ª Vara Cível para informar sobre o cumprimento do despacho, com cópia de inteiro teor dos documentos.
Feitas as anotações necessária, dê-se baixa aos autos digitais novamente.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 19 de abril de 2017.
Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Presidente da 2ª Câmara Cível

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
2ª Câmara Cível
0001238-82.2011.8.22.0001 - Apelação
Origem: 0001238-82.2011.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 3ª Vara Cível
Apelante: Banco CSF S/A
Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB/PE 23255)
Advogado: Gilberto Badaró de Almeida Souza (OAB/BA 22772)
Advogada: Daiane Kelli Joslin (OAB/PR 60112)
Advogado: Amaro Vinícius Bacinello Ramalho (OAB/RO 3212)
Apelado: Agnaldo Oliveira
Advogado: Nelson Pereira da Silva (OAB/RO 4283)
Relator(a) : Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Revisor(a) : Desembargador Kiyochi Mori
Vistos.
Cessada a competência do relator com o julgamento do recurso (RITJRO, art. 141, VI) vieram os autos com petição da parte agravada às fls. 174/177, para informar a realização de transação extrajudicial e por fim, requer a homologação do acordo.
Pois bem. Dispõe o artigo 932, I do novo CPC que incumbe ao relator homologar a autocomposição das partes, conforme se transcreve:
Art. 932. Incumbe ao relator:
I - dirigir e ordenar o processo no tribunal, inclusive em relação à produção de prova, bem como, quando for o caso, homologar autocomposição das partes;
Todavia, em razão do exaurimento da competência do relator e considerando o termo de acordo apresentado, bem como as procurações da agravante (fls. 115/117) e agravado (fl. 16) com poderes para transigir, homologo o acordo celebrado entre os demandantes e, por conseguinte, extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, III, “b”, do novo CPC.
Por fim, após a certificação do trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem para as providências necessárias, inclusive quanto às custas, em razão de a transação ocorrer após o julgamento do recurso (art. 90, do novo CPC).
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 19 de abril de 2017.
Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Presidente da 2ª Câmara Cível

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
2ª Câmara Cível
0000911-35.2014.8.22.0001 - Apelação
Origem: 0000911-35.2014.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 5ª Vara Cível
Apelante: Izabel Maria Fernandes Freitas
Advogado: Wilson Marcelo Minini de Castro (OAB/RO 4769)
Advogada: Janaina Canuto de Oliveira (OAB/RO 5516)
Apelada: Block Indústria e Comércio de Derivados de Cimento Ltda
Advogado: Eduardo Abílio Kerber Diniz (OAB/RO 4389)
Advogado: Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643)
Advogado: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
Relator(a) : Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Revisor(a) : Desembargador Alexandre Miguel
Vistos.
Trata-se de apelação cível interposta por Izabel Maria Fernandes Freitas nos autos da ação cautelar de arresto movida contra Block Indústria e Comércio de Derivados de Cimento Ltda.
A sentença de fls. 74/77 extinguiu o feito sem resolução de mérito, pois não foi proposta a ação principal no prazo de 30 (trinta) dias, e condenou a parte ao pagamento das custas processuais e honorários de advogado arbitrados em R$1.500,00.
A parte autora apela, às fls. 80/86, para arguir, em síntese, que deveria ter sido reconhecida a intempestividade da contestação da parte requerida e assim não o fazendo houve cerceamento de defesa à autora, em razão da impossibilidade de retirar as cópias necessárias do processo para a propositura da ação principal. Pede o provimento do recurso para que seja reconhecida a intempestividade da contestação, com consequente revelia. Alternativamente, pugna para que seja oportunizada a apresentação da ação principal em razão de cerceamento de defesa.
Contrarrazões da empresa requerida (fls. 91/101), pelo não provimento do recurso.
É o relatório.
Decido.
O recurso foi interposto sob a égide do CPC/73, portanto, sua análise se pautará pela disciplina existente à época, a cujos princípios e disposições normativas estavam as partes subordinadas quando da prolação da sentença.

Analisarei a matéria objetivamente.
Os argumentos da apelante não merecem acolhimento, visto que ainda que fosse reconhecida a intempestividade da contestação, é firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a revelia não induz, necessariamente, à procedência do pedido, pois a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor pode ceder a outras circunstâncias constantes dos autos, em observância ao princípio do livre convencimento do juiz (REsp 792.435/RJ, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 06/09/2007, DJ 22/10/2007 p. 354).
Tampouco há que se falar em cerceamento de defesa, visto que a ação cautelar não teve seu mérito analisado e foi extinta em razão da inexistência de propositura da ação principal no prazo de 30 dias.
Com efeito, referido prazo é contado a partir da data da efetivação da medida liminar, portanto, a apresentação ou não da contestação não influencia no prazo para a propositura da ação principal, visto que à parte autora caberia observar o termo inicial a partir da efetivação da medida.
Sobre o assunto, o entendimento no STJ que está sumulado no seguinte sentido:
Súmula 482. A falta de ajuizamento da ação principal no prazo do art. 806 do CPC acarreta a perda da eficácia da liminar deferida e a extinção do processo cautelar.
Ainda:
DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO QUE NÃO LOGRA INFIRMAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ARRESTO. RECURSO DE APELAÇÃO. PREPARO EFETUADO HORAS APÓS SUA INTERPOSIÇÃO. DESERÇÃO AFASTADA. VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 806 E 808 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA.
1. Mantém-se na íntegra a decisão agravada quando não infirmados os seus fundamentos.
2. O entendimento do STJ é de que o preparo deve ser efetuado no mesmo dia ao da interposição do correspondente recurso, tornando-se desnecessária a aferição do momento exato em que tal procedimento efetivou-se para fins de aplicação da pena de deserção.
3. Na hipótese em que a ação principal não tenha sido ajuizada no prazo de 30 (trinta) dias do deferimento da medida cautelar, há de ser decretada a extinção do feito sem julgamento do mérito.
4. Agravo regimental desprovido.
(AgRg no REsp 1001433/TO, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 18/05/2010, DJe 27/05/2010) – grifei.
Analisando os fundamentos acima, os argumentos lançados na sentença são pertinentes e consonantes ao entendimento sumulado.
Posto isso, nos termos do artigo 932, IV, "a" do CPC/15 (CPC/73, art. 557), nego provimento ao recurso e mantenho a sentença recorrida em todos os seus termos.
Feitas as anotações e comunicações necessárias, transitado em julgado, remeta-se à origem.
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 19 de abril de 2017.
Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
2ª Câmara Cível
0010829-79.2013.8.22.0007 - Apelação
Origem: 0010829-79.2013.8.22.0007 Cacoal / 1ª Vara Cível
Apelante: OI S/A
Advogado: Marcelo Ferreira Campos (OAB/RO 3250)
Advogada: Márcia Aparecida Del Piero Silva (OAB/RO 5293)
Advogado: Antônio Ricardo Carneiro Andrade (OAB/RO 6347)
Apelado: Ronaldo Santana de Moura
Advogado: Marcos Alves de Souza (OAB/RO 5061)
Advogado: Tony Pablo de Castro Chaves (OAB/RO 2147)
Relator(a) : Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Revisor(a) : Desembargador Alexandre Miguel
Vistos.
Analisando os autos e considerando a certidão de fl. 166, determino a intimação da Oi S/A para regularizar a sua representação processual nos autos, no prazo de 48 horas, sob pena de não conhecimento da apelação, pois o advogado que subscreve o recurso de fls. 125/147, Dr. Antônio Ricardo Carneiro Andrade – OAB/RO 6347, não tem procuração para atuar neste feito.
Após, com ou sem manifestação, tornem conclusos.
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 18 de abril de 2017.
Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Relator

## ABERTURA DE VISTAS

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
2ª Câmara Cível
ABERTURA DE VISTA - SDSG
0022613-42.2011.8.22.0001 - Agravo
Origem: 0022613-42.2011.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 7ª Vara Cível
Agravante: Agropecuária Rio Machado Indústria e Comércio Ltda
Advogado: Gustavo Caetano Gomes (OAB/RO 3269)
Agravado: Manoel Carlos Dantas
Advogado: Whanderley da Silva Costa (OAB/RO 916)
Advogado: Bruno Santiago Pires (OAB/RO 3482)
Advogado: Rodrigo Reis Ribeiro (OAB/RO 1659)
Agravado: Antonio Carlos Alves Pereira
Advogado: Jecsan Salatiel Sabaini Fernandes (OAB/RO 2505)
Nos termos do art. 3º e 4º do Ato 95/2017 (DJe 01/02/2017), fica(m) o(s) agravante(s) intimado(s) para recolher em dobro o valor das custas do Agravo, sob pena de deserção.
Porto Velho/RO, 18 de Abril de 2017.
Bela. Lorenza da Veiga Lima Darwich Passos
Diretora do 2º DEJUCÍVEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
ABERTURA DE VISTA - SDSG
0011776-83.2015.8.22.0001 - Recurso Especial
Origem: 0011776-83.2015.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 1ª Vara Cível
Recorrente: Direcional Engenharia S/A
Advogado: Roberto Jarbas Moura de Souza (OAB/RO 1246)
Advogada: Manuela Gsellmann da Costa (OAB/RO 3511)
Advogada: Kenucy Neves de Lima (OAB/RO 2475)
Advogado: Roberto Jarbas Moura de Souza (OAB/RO 1246)
Advogada: Francimeyre Rúbio Passos (OAB/RO 6507)
Recorrente: Seabra Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado: Roberto Jarbas Moura de Souza (OAB/RO 1246)
Advogada: Manuela Gsellmann da Costa (OAB/RO 3511)
Advogada: Kenucy Neves de Lima (OAB/RO 2475)
Advogado: Roberto Jarbas Moura de Souza (OAB/RO 1246)
Advogada: Francimeyre Rúbio Passos (OAB/RO 6507)
Recorrida: Salete Fogaça da Silva Santos

Advogada: Gardênia Souza Guimarães (OAB/RO 5464)
Advogado: Paulo Timoteo Batista (OAB/RO 2437)
Relator(a) : Desembargador Sansão Saldanha
Nos termos do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, ficam os recorridos intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões ao Recurso Especial.
Porto Velho/RO, .
Bela. Lorenza da Veiga Lima Darwich Passos
Diretora do 2º DEJUCÍVEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
ABERTURA DE VISTA - SDSG
0016213-41.2013.8.22.0001 - Recurso Especial
Origem: 0016213-41.2013.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 5ª Vara Cível
Recorrente: Seabra Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado: Humberto Rossetti Portela (OAB/MG 91263)
Advogado: Valnei Gomes da Cruz Rocha (OAB/RO 2479)
Advogado: José Arthur de Carvalho Pereira Filho (OAB/MG 42785)
Advogado: Marcelo Arantes Komel (OAB/MG 45366-B)
Advogado: Roberto Jarbas Moura de Souza (OAB/RO 1246)
Advogada: Manuela Gsellmann da Costa (OAB/RO 3511)
Advogada: Francimeyre Rúbio Passos (OAB/RO 6507)
Recorrente: Direcional Ambar Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado: Humberto Rossetti Portela (OAB/MG 91263)
Advogado: Valnei Gomes da Cruz Rocha (OAB/RO 2479)
Advogada: Manuela Gsellmann da Costa (OAB/RO 3511)
Advogado: Roberto Jarbas Moura de Souza (OAB/RO 1246)
Advogada: Francimeyre Rubio Passos (OAB/RO 6507)
Recorrido: Francisco Barroso Sobrinho
Advogado: Juacy dos Santos Loura Júnior (OAB/RO 656A)
Relator(a) : Desembargador Sansão Saldanha
Nos termos do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, ficam os recorridos intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões ao Recurso Especial.
Porto Velho/RO, .
Bela. Lorenza da Veiga Lima Darwich Passos
Diretora do 2º DEJUCÍVEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
ABERTURA DE VISTA - SDSG
0013872-08.2014.8.22.0001 - Recurso Especial
Origem: 0013872-08.2014.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 5ª Vara Cível
Recorrente: TAM Linhas Aéreas S/A
Advogado: Solano de Camargo (OAB/SP 149754)
Advogado: Eduardo Luiz Brock (OAB/SP 91311)
Advogado: Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Advogada: Rafaela Geiciani Messias (OAB/RO 4656)
Advogado: Fábio Rivelli (OAB/SP 297608)
Advogada: Ana Luiza de Paiva Baptistella (OAB/SP 251716)
Advogado: Paulo Vinicius de Carvalho Soares (OAB/SP 257092)
Advogado: Renan Thiago Pasqualotto Silva (OAB/RO 6017)
Recorrida: Perola Zânia Silveira de Medeiros Juraszek
Advogada: Margarete Geiareta da Trindade (OAB/RO 4438)
Advogado: Vinícius Valentin Raduan Miguel (OAB/RO 4150)
Advogado: Rafael Valentin Raduan Miguel (OAB/RO 4486)
Relator(a) : Desembargador Sansão Saldanha
Nos termos do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, ficam os recorridos intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões ao Recurso Especial.
Porto Velho/RO, .
Bela. Lorenza da Veiga Lima Darwich Passos
Diretora do 2º DEJUCÍVEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
ABERTURA DE VISTA - SDSG
0013956-43.2013.8.22.0001 - Recurso Especial
Origem: 0013956-43.2013.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 5ª Vara Cível
Recorrente: Autovema Veículos Ltda
Advogado: José Cristiano Pinheiro (OAB/RO 1529)
Advogado: Vinícius Nascimento Saldanha de Oliveira (OAB/RO 1933)
Advogada: Elenrrizia Schneider da Silva (OAB/RO 1748)
Advogado: Vivaldo Garcia Júnior (OAB/RO 4342)
Recorrido: Industria e Comercio de Madeiras Santa Rita Ltda ME
Advogada: Cleide Claudino de Pontes (OAB/RO 539)
Relator(a) : Desembargador Sansão Saldanha
Nos termos do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, ficam os recorridos intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões ao Recurso Especial.
Porto Velho/RO, .
Bela. Lorenza da Veiga Lima Darwich Passos
Diretora do 2º DEJUCÍVEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
ABERTURA DE VISTA - SDSG
0005797-25.2015.8.22.0007 - Recurso Especial
Origem: 0005797-25.2015.8.22.0007 Cacoal / 4ª Vara Cível
Recorrente: Residencial Nova Cacoal Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado: Francisco de Souza Rangel (OAB/RO 2464)
Advogado: Everaldo Braun (OAB/RO 6266)
Recorrido: Luciano Antunes Martins
Advogado: Eliel Moreira de Matos (OAB/RO 5725)
Relator(a) : Desembargador Sansão Saldanha
Nos termos do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, ficam os recorridos intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões ao Recurso Especial.
Porto Velho/RO, .
Bela. Lorenza da Veiga Lima Darwich Passos
Diretora do 2º DEJUCÍVEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
ABERTURA DE VISTA - SDSG
0004817-78.2015.8.22.0007 - Recurso Especial
Origem: 0004817-78.2015.8.22.0007 Cacoal / 1ª Vara Cível
Recorrente: Residencial Nova Cacoal Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado: Francisco de Souza Rangel (OAB/RO 2464)
Advogado: Everaldo Braun (OAB/RO 6266)
Recorrido: Sérgio Luiz Rodrigues da Silva
Advogada: Marlise Kemper (OAB/RO 6865)
Advogada: Lorena Kemper Carneiro (OAB/RO 6497)
Relator(a) : Desembargador Sansão Saldanha
Nos termos do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, ficam os recorridos intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões ao Recurso Especial.
Porto Velho/RO, .
Bela. Lorenza da Veiga Lima Darwich Passos
Diretora do 2º DEJUCÍVEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
ABERTURA DE VISTA - SDSG
0013870-20.2014.8.22.0007 - Recurso Especial
Origem: 0013870-20.2014.8.22.0007 Cacoal / 1ª Vara Cível
Recorrente: Residencial Nova Cacoal Empreendimentos Imobiliários Ltda

Advogado: Everaldo Braun (OAB/RO 6266)
Advogada: Carina Dalla Martha (OAB/RO 2612)
Advogado: Francisco de Souza Rangel (OAB/RO 2464)
Recorrido: Carlos dos Santos Della Torre
Advogada: Lorena Kemper Carneiro (OAB/RO 6497)
Advogada: Marlise Kemper (OAB/RO 6865)
Relator(a) : Desembargador Sansão Saldanha
Nos termos do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, ficam os recorridos intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões ao Recurso Especial.
Porto Velho/RO, .
Bela. Lorenza da Veiga Lima Darwich Passos
Diretora do 2º DEJUCÍVEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
ABERTURA DE VISTA - SDSG
0004909-56.2015.8.22.0007 - Recurso Especial
Origem: 0004909-56.2015.8.22.0007 Cacoal / 4ª Vara Cível
Recorrente: Residencial Nova Cacoal Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado: Francisco de Souza Rangel (OAB/RO 2464)
Advogado: Everaldo Braun (OAB/RO 6266)
Recorrido: Vivaldo Silva de Souza
Advogada: Lorena Kemper Carneiro (OAB/RO 6497)
Advogada: Marlise Kemper (OAB/RO 6865)
Relator(a) : Desembargador Sansão Saldanha
Nos termos do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, ficam os recorridos intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões ao Recurso Especial.
Porto Velho/RO, .
Bela. Lorenza da Veiga Lima Darwich Passos
Diretora do 2º DEJUCÍVEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
ABERTURA DE VISTA - SDSG
0012967-82.2014.8.22.0007 - Recurso Especial
Origem: 0012967-82.2014.8.22.0007 Cacoal / 1ª Vara Cível
Recorrente: Residencial Nova Cacoal Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado: Everaldo Braun (OAB/RO 6266)
Advogada: Carina Dalla Martha (OAB/RO 2612)
Advogado: Francisco de Souza Rangel (OAB/RO 2464)
Recorrida: Adriana Raimunda de Souza e Almeida
Advogada: Lorena Kemper Carneiro (OAB/RO 6497)
Advogada: Marlise Kemper (OAB/RO 6865)
Relator(a) : Desembargador Sansão Saldanha
Nos termos do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, ficam os recorridos intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões ao Recurso Especial.
Porto Velho/RO, .
Bela. Lorenza da Veiga Lima Darwich Passos
Diretora do 2º DEJUCÍVEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
ABERTURA DE VISTA - SDSG
0002056-63.2013.8.22.0001 - Recurso Especial
Origem: 0002056-63.2013.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 1ª Vara Cível
Recorrente: Anailton Moreira Peixoto
Advogado: Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871)
Advogado: Murillo Espinola de Oliveira Lima (OAB/RO 4742)
Advogado: Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Recorrido: Banco Cruzeiro do Sul S.A. - Em Liquidação Extrajudicial
Advogada: Carla da Prato Campos (OAB/SP 156844)
Advogado: Rodrigo Ayres Martins de Oliveira (OAB/SP 326722)
Relator(a) : Desembargador Sansão Saldanha
Nos termos do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, ficam os recorridos intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões ao Recurso Especial.
Porto Velho/RO, .
Bela. Lorenza da Veiga Lima Darwich Passos
Diretora do 2º DEJUCÍVEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
ABERTURA DE VISTA - SDSG
0000305-52.2015.8.22.0007 - Recurso Especial
Origem: 0000305-52.2015.8.22.0007 Cacoal / 3ª Vara Cível
Recorrente: Residencial Nova Cacoal Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado: Everaldo Braun (OAB/RO 6266)
Advogado: Francisco de Souza Rangel (OAB/RO 2464)
Recorrido: Jaime Rosa da Silva
Advogada: Lorena Kemper Carneiro (OAB/RO 6497)
Advogada: Marlise Kemper (OAB/RO 6865)
Relator(a) : Desembargador Sansão Saldanha
Nos termos do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, ficam os recorridos intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões ao Recurso Especial.
Porto Velho/RO, .
Bela. Lorenza da Veiga Lima Darwich Passos
Diretora do 2º DEJUCÍVEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
ABERTURA DE VISTA - SDSG
0013872-08.2014.8.22.0001 - Recurso Extraordinario
Origem: 0013872-08.2014.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 5ª Vara Cível
Recorrente: TAM Linhas Aéreas S/A
Advogado: Solano de Camargo (OAB/SP 149754)
Advogado: Eduardo Luiz Brock (OAB/SP 91311)
Advogado: Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Advogada: Rafaela Geiciani Messias (OAB/RO 4656)
Advogado: Fábio Rivelli (OAB/SP 297608)
Advogada: Ana Luiza de Paiva Baptistella (OAB/SP 251716)
Advogado: Paulo Vinicius de Carvalho Soares (OAB/SP 257092)
Advogado: Renan Thiago Pasqualotto Silva (OAB/RO 6017)
Recorrida: Perola Zânia Silveira de Medeiros Juraszek
Advogada: Margarete Geiareta da Trindade (OAB/RO 4438)
Advogado: Vinícius Valentin Raduan Miguel (OAB/RO 4150)
Advogado: Rafael Valentin Raduan Miguel (OAB/RO 4486)
Relator(a) : Desembargador Sansão Saldanha
Nos termos do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, ficam os recorridos intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões ao Recurso Extraordinário.
Porto Velho/RO, .
Bela. Lorenza da Veiga Lima Darwich Passos
Diretora do 2º DEJUCÍVEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
0002415-16.2014.8.22.0021 – Recurso Extraordinário
Origem: 0002415-16.2014.8.22.0021 Buritis / 1ª Vara
Recorrente: BB Administradora de Consórcios S.A.
Advogado: Rafael Sganzerla Durand (OAB/MT 12208/A)
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875)
Recorridos: Adelina Rovani e outros

Advogado: Ademir Guizolf Adur (OAB/RO 373B)
Relator: Desembargador Sansão Saldanha
ABERTURA DE VISTA
Nos termos do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, fica o (a) recorrente intimado (a) para providenciar a regularização do recolhimento dos valores referentes às custas e portes de remessa e retorno do Recurso Extraordinário da seguinte forma:
CUSTAS – no valor de R$ 181,34 (cento e oitenta e um reais e trinta e quatro centavos), recolhimento mediante Guia de Recolhimento da União – GRU – COBRANÇA.
REMESSA STF – BOLETO BANCÁRIO (Caixa Econômica Federal) no valor de R$ 69,40 (sessenta e nove reais e quarenta centavos).
RETORNO STF – GRU – DO TIPO "COBRANÇA" - FICHA DE COMPENSAÇÃO (REDE BANCÁRIA), no valor de R$ 69,40 (sessenta e nove reais e quarenta centavos) no prazo de 5 (cinco) dias.
Porto Velho/RO, .
Bela. Lorenza da Veiga Lima Darwich Passos
Diretora do 2º DEJUCÍVEL

## 1ª CÂMARA ESPECIAL

1ª Câmara Especial
Despacho DO RELATOR
Reexame Necessário
Número do Processo: 0004819-66.2015.8.22.0001
Interessado (Parte Ativa): Fanem Ltda
Advogado: Evaristo Braga de Araújo Júnior (OAB/SP 185469)
Advogada: Loredana Cantos Machado Canteras Moliner (OAB/SP 247466)
Advogado: Hernandes Morais Cruz (OAB/SP 359117)
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Antonio Isac Nunes Cavalcante de Astrê (OAB/RO 5095)
Relator: Des. Gilberto Barbosa
Vistos etc.
Cuida-se de Reexame Necessário de sentença proferida pelo Juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública que julgou procedente a ação e condenou o Estado de Rondônia ao pagamento dos valores afirmados nos documentos fiscais, fls. 188/195.
Não houve interposição de recurso voluntário, o que evidencia a certidão de fls. 197.
É o relatório. Decido.
Não conheço do reexame necessário em razão da ausência dos requisitos de admissibilidade.
Nos termos do que dispõe o artigo 496, §3º, inciso II do Código de Processo Civil, não há falar em remessa necessária quando a condenação, ou o proveito econômico obtido na causa, for de valor certo e liquido inferior a quinhentos salários mínimos.
Cumpre ressaltar que o valor controvertido nesta ação é de R$ 168.009,90 reais o que, anote-se por ser menor que o mínimo previsto no dispositivo trazido à colação, é hipótese que dispensa remessa obrigatória ao segundo grau.
Pela pertinência, imperioso ressaltar a imediata aplicabilidade do novo Código de Processo Civil no regramento da remessa necessária, pois, por se tratar de condição de eficácia da sentença, não se confundindo com recurso, deve ser julgado de acordo com a legislação vigente no momento de sua aplicação.
Sobre o tema, colhe-se da lição de Nelson Nery Júnior:
"A remessa necessária não é recurso, mas condição de eficácia da sentença. Sendo figura processual distinta da do recurso, a ela não se aplicam as regras de direito intertemporal processual vigentes para eles: a) o cabimento do recurso rege-se pela lei vigente à época da prolação da decisão; b) o procedimento do recurso rege-se pela lei vigente à época da prolação da decisão. (...)" (in Código de Processo Civil Comentado e Legislação Extravagante, 13ª ed., São Paulo, RT, 2013, p. 859)
Por todo o exposto, não conheço da remessa necessária, o que faço monocraticamente com fundamento no artigo 932, III do Código de Processo Civil.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Após o trânsito em julgado, remeta-se ao primeiro grau de jurisdição.
Porto Velho, 18 de abril de 2017.
Des. Gilberto Barbosa
Relator

Despacho DO RELATOR
Reexame Necessário
Número do Processo: 0000214-65.2015.8.22.0005
Interessada (Parte Ativa): Cooperativa de Serviços Médicos e Hospitalares COOPMEDH
Advogada: Elaine Cristina Barbosa dos Santos Franco(OAB/RO 1627)
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procuradora: Ana Paula de Freitas Melo(OAB/RO 1670)
Relator: Des. Gilberto Barbosa
Vistos etc.
Cuida-se de Reexame Necessário de sentença proferida pelo Juízo da 4ª Vara Cível de Ji-Paraná que impôs ao Estado de Rondônia pagar R$ 103.265,43, fls. 447/453.
Não houve interposição de recurso voluntário, o que evidencia a certidão de fls. 453v.
É o relatório. Decido.
Não conheço do reexame necessário em razão da ausência dos requisitos de admissibilidade.
Nos termos do artigo 496, §3º, inciso II do Código de Processo Civil, não há falar em remessa necessária quando a condenação, ou o proveito econômico obtido na causa, for de valor certo e líquido inferior a quinhentos salários-mínimos.
Cumpre ressaltar que o valor controvertido nesta ação é de R$ 103.265,43 reais, (fls.447/453) o que, anote-se, é hipótese que dispensa a remessa obrigatória.
Pela pertinência, imperioso ressaltar a imediata aplicabilidade do novo Código de Processo Civil no regramento da remessa necessária, pois, por se tratar de condição de eficácia da sentença, não se confundindo com recurso, deve ser julgada de acordo com a legislação vigente no momento de sua aplicação.
Sobre o tema, colhe-se da lição de Nelson Nery Júnior:
"A remessa necessária não é recurso, mas condição de eficácia da sentença. Sendo figura processual distinta da do recurso, a ela não se aplicam as regras de direito intertemporal processual vigentes para eles: a) o cabimento do recurso rege-se pela lei vigente à época da prolação da decisão; b) o procedimento do recurso rege-se pela lei vigente à época da prolação da decisão. (...)" (in Código de Processo Civil Comentado e Legislação Extravagante. 13ª ed. São Paulo: RT, 2013, p. 859)
Por todo o exposto, não conheço da remessa necessária, o que faço monocraticamente com fulcro no artigo 932, III do novo Código de Processo Civil.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Após o trânsito em julgado, remeta-se ao primeiro grau de jurisdição.
Porto Velho, 18 de abril de 2017.
Des. Gilberto Barbosa
Relator

1ª Câmara Especial
Despacho DO RELATOR
Embargos de Declaração - Nrº: 1
Número do Processo :0006651-06.2016.8.22.0000
Processo de Origem : 0003316-34.2016.8.22.0014
Embargante: Antônio Marco de Albuquerque
Impetrante(Advogado): José Antônio Corrêa(OAB/RO 5292)
Impetrante(Advogado): Manoel Veríssimo Ferreira Neto(OAB/RO 3766)
Impetrante(Advogado): Demetrio Laino Justo Filho(OAB/RO 276)
Impetrante(Advogado): Francisco Ramon Pereira(OAB/RO 8173)
Impetrante(Advogado): José Francisco Cândido(OAB/RO 234A)
Impetrante(Advogada): Aisla de Carvalho(OAB/RO 6619)
Embargado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Vilhena - RO
Relator:Des. Oudivanil de Marins
Vistos.
Trata-se de embargos declaratórios opostos por Antônio Marco de Albuquerque contra acórdão que, por maioria, denegou a ordem do habeas corpus por ele impetrado.
Questiona a manutenção de sua prisão e a ausência da substituição por cautelares dela diversa, conforme voto divergente do Desembargador Eurico Montenegro.
Aponta obscuridade no ponto em que o acórdão embargado afirma que a manutenção da prisão deve ser analisada pelo juízo de primeiro grau, alegando incorrer em equívoco a decisão, pois cabe ao Tribunal, com base nos fundamentos da decisão de não revogação da prisão, conceder ou negar o pedido, levando em conta todo o aparato processual.
Ressalta não mais ser vereador, porque seu mandato se encerrou no dia 31.12.2016, não sendo mais este um fundamento plausível para a manutenção da prisão.
Requer o provimento dos embargos para ver sanados os vícios apontados.
É o relatório.
DECIDO.
Pois bem. Considerando o julgamento do HC n. 000672-29.2017.822.0000 impetrado por Ângelo Mariano Donadon Junior, em que foi concedida a ordem, considerando se tratar o impetrante de corréu nas ações penais de origem cujos fatos são os mesmos noticiados, ESTENDO tal concessão ao embargante Antônio Marco de Albuquerque nos mesmos termos da decisão que a transcrevo na íntegra:
"EMENTA
Habeas corpus. Prisão preventiva. Corrupção passiva. Vereador. Mudança do panorama. Outra fase processual. Ordem pública assegurada. Normalidade no ritmo processual. Desnecessidade da custódia cautelar. Condições pessoais favoráveis do paciente. Aplicação de outras medidas cautelares. Concessão da ordem. Quando evidenciado que os fins acautelatórios almejados na ordenação da prisão preventiva forem alcançados, impõe-se a decretação de outras medidas cautelares previstas no código de processo penal em substituição, pelo que não há falar em ilegalidade da prisão cautelar mas sim em sua desnecessidade pelo desenrolar da marcha da instrução penal.
R E L A T Ó R I O
Nelson Canedo Motta, advogado (OAB 2721), impetrou habeas corpus em benefício de Angelo Mariano Donadon Junior, figurando como autoridade coatora o MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da comarca de Vilhena que, nos autos n. 0003266-08.2016.822.0014, indeferiu pedido de revogação de prisão preventiva decretada em razão da suposta prática de crimes graves no exercício do cargo de vereador.
Colhe-se dos autos que a prisão aqui noticiada é decorrente de investigações da Polícia Federal que culminaram na deflagração de várias operações na comarca de Vilhena ("Áugias", "Stigma", "Ficus", "Tropa de Choque"), esta última ('tropa de choque') teve por objetivo desbaratar um suposto esquema criminoso envolvendo autoridades públicas, no intuito de extorquir empresários do ramo imobiliário, juntamente a terceiros, na qualidade de vereadores, que supostamente exigiam propina, ora em dinheiro, ora em lotes urbanos (por meio de laranjas), em troca da aprovação de novos loteamentos na comarca de Vilhena, com valores recebidos estimados em R$1.750.000,00 (um milhão, setecentos e cinquenta mil reais), tendo por consequência a prisão preventiva de 7 (sete) dos 10 vereadores da câmara municipal daquela localidade;
O impetrante apontou que o indeferimento do pedido de revogação deixou de observar os preceitos legais pois não destacou um fato concreto e relevante para respaldar a segregação cautelar do paciente; diz ter o clamor popular sobrepujado o princípio da presunção de inocência; alega que fatos narrados não justificam mais que a narrativa dos crimes em tese, porque o paciente não é mais presidente da câmara, não interferiu no curso das investigações, tão logo tomou conhecimento do mandado de prisão tratou logo de se apresentar às autoridades, tendo sido preso em barreira policial quando retornava à Vilhena; atualmente encontra-se afastado das funções de vereança e informa estar colaborando com as investigações; diz ter sido o único que agiu com lealdade processual, razão pela qual não pode ter o mesmo tratamento que os demais envolvidos.
Assevera que a denúncia já foi apresentada, tendo por consequência a conclusão do inquérito policial, onde não há como alterar ou deturpar qualquer prova; sustenta o fato sobre o decreto prisional, bem como o indeferimento do pedido de revogação não ter demonstrado com elementos empíricos nos autos os motivos reais e objetivos, deixando de se apontar qualquer razão concreta sobre em que a liberdade representaria perigo à ordem pública, ensejando assim um decreto prisional fundado em meras conjecturas, o que se consubstancia em gravidade abstrata do crime, não configurando fundamento legal para a manutenção da prisão preventiva.
Requereu a concessão de liminar para que fosse revogado o decreto prisional. No caso de indeferimento, alternativamente, que seja substituída a prisão preventiva pelas medidas cautelares presentes no art. 319 do CPP. No mérito, a consequente concessão da ordem para o fim de resguardar a liberdade do paciente em definitivo.
A liminar restou indeferida (fls. 1.452-1.454) passando à instrução da medida jurídica, sendo as informações da autoridade coatora prestadas às fls. 1.459-1.460, bem como o parecer ministerial presente às fls. 1.462-1.466, opinando pelo não conhecimento do habeas corpus em razão da reiteração de fundamentos já julgados em outras medidas jurídicas intentadas.
É o relatório.
VOTO
DESEMBARGADOR OUDIVANIL DE MARINS
A decisão constritiva foi fundamentada na garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal, consubstanciada na suposta formação de conluio entre vereadores, empresários e terceiros na qualidade de "laranjas", com atuações no âmbito da Câmara dos Vereadores de Vilhena, para obtenções de vantagens espúrias, onde supostamente foram cometidos crimes de corrupção passiva e lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.
O paciente à época dos acontecimentos era o vereador presidente daquela câmara municipal, que determinava pauta para apreciação dos projetos de lei referentes aos loteamentos, bem como consta dos autos que "recebeu terrenos do esquema. Segundo nos informa, com documentos, a pessoa de ROBSON APARECIDO SOUZA MELO, Donadon comprou uma casa de sua propriedade (ainda não transferida no registro imobiliário) e a quitou com a dação em pagamento de terrenos no loteamento CIDADE VERDE. O loteador já tinha adiantado essa situação em suas declarações,

confirmando a utilização de vantagem indevida pelo vereador.Além disso, ROBSON entrega à PF dois documentos que comprovam o que diz. O primeiro se trata de um compromisso de compra e venda em que JUNIOR DONADON (ANGELO MARIANO DONADON JUNIOR) entrega exatamente o terreno que pertence a ROBSON como se fosse seu para pagar a casa em que hoje reside. Ou seja, JUNIOR confirma de próprio punho que é sua casa que ainda está em nome de ROBSON (o segundo documento entrega essa condição do imóvel) e confirma toda a trama revelada tanto por ROBSON quanto pelo loteador. Apenas para fins de busca e apreensão, informa-se que ROBSON também entregou e foi encartado nos autos contrato particular de compromisso de compra e venda entre ele e JUNIOR DONADON e sua esposa que, no entanto, está sem assinatura. Enfim, a autoria é certa." (Extrato da representação da Polícia Federal)

Nesse contexto, ao tempo da decretação da prisão preventiva identificou-se motivação idônea para decretação da custódia preventiva ocorrida em outubro de 2016.

Pois bem. Considerando o início dos trabalhos para a devida instrução penal, inclusive com a realização da 1ª audiência de instrução no dia 03.03.2016; considerando a normalidade dos trabalhos de investigação, colheita de provas e curso processual sem maiores intercorrências; considerando a mudança do panorama político na cidade de Vilhena; considerando as condições pessoais favoráveis do paciente, bem como o decurso de quase 5 (cinco) meses da deflagração da operação policial que culminou na decretação de sua prisão preventiva, não se mostra mais necessária sua prisão preventiva, o que autoriza a concessão da ordem para permitir que responda ao processo em liberdade, substituindo-se a prisão preventiva pelas outras medidas cautelares previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal.

Do exposto, evidenciado que os fins acautelatórios almejados quando da ordenação da preventiva foram alcançados, impõe-se a CONCESSÃO DA ORDEM de habeas corpus pleiteada, para substituir a prisão preventiva do paciente por outras medidas cautelares previstas no art. 319, do CPP, ressalvada a dispensa de qualquer delas e sem prejuízo da fixação de outras pelo juízo singular, sem prejuízo da revogação imediata, em caso de descumprimento. São elas:

a) recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga;

b) proibição de ausentar-se da comarca quando sua permanência for conveniente ou necessária para a instrução; no caso de necessidade deverá ser feita comunicação prévia ao juízo competente;

c) proibição de sair do território nacional, devendo entregar o passaporte;

d) proibição de manter contato com os demais corréus, com exceção dos vereadores reeleitos, cujo contato deverá se restringir ao necessário para o exercício da vereança;

e) comparecimento para os atos processuais, bem como o comparecimento periódico em juízo, para informar e justificar suas atividades (art. 319, inciso I, do CPP);

f) monitoração eletrônica, até ulterior deliberação do juízo singular.

Estenda-se aos demais corréus: Vanderlei Amauri Graebin, Carmozino Alves Moreira, Jaldemiro Dede Moreira (vulgo Jairo Peixoto) e Antônio Marco de Albuquerque (vulgo "Marcos Cabeludo").

É como voto"

Do exposto, tratando-se de paciente em situação jurídico-processual semelhante à de corréu agraciado com a liberdade provisória mediante fixação de medidas cautelares diversas, isso, por se ter constatado a desnecessidade da medida ante o decurso do tempo e nova fase processual, a extensão do benefício ao paciente é medida isonômica que se impõe

Expeça-se o necessário.

Porto Velho, 19 de abril de 2017.

Desembargador Oudivanil de Marins

Relator

1ª Câmara Especial

Despacho DO RELATOR

Habeas Corpus

Número do Processo :0001766-12.2017.8.22.0000

Processo de Origem : 1001316-37.2017.8.22.0005

Paciente: José Flavio Rabelo

Impetrante(Advogado): Ademar Selvino Kussler(RO 1324)

Advogado: Gunter Fernando Kussler(OAB/RO 6534)

Advogado: Clayton Conrat Kussler(OAB/RO 3861)

Impetrado: Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Ji-Paraná - RO

Relator:Des. Eurico Montenegro

Vistos.

Ademar Selvino Kussler (OAB/ RO 1.324) impetrou ordem de habeas corpus repressivo com pedido de liminar nos autos de n. 1001316-37.2017.8.22.0005 em favor de José Flávio Rabelo, apontando como autoridade coatora o juiz de direito da 3ª vara criminal da comarca de Ji-Paraná, conforme inicial (fls. 2/ 10).

O impetrante informa que o paciente encontra-se preso preventivamente desde o dia 23/3/2017 e recolhido ao presídio central do município de Ji-Paraná, por força de prisão temporária decretada pelo juízo da 3ª vara criminal, posteriormente prorrogada pelo mesmo período, tendo sido decretada a prisão preventiva em 1º/4/2017, tudo conforme consta do IPL n. 0023/2017/2ª DP/JPR/RO e pela suposta prática dos crimes de associação criminosa, peculato, corrupção ativa e passiva, e falsidade ideológica.

Argumenta que não se encontram presentes os requisitos previstos no art. 312 do CPP, vez que a prisão preventiva é medida excepcional.

Alega que protocolou revogação da prisão preventiva em 4/4/2017 sob o n. 1001316-37.2017.8.22.0005, contudo, restava sem análise até a data de 14/4/2017, não constando sequer no sistema de consulta de andamento processual na comarca, tampouco tendo sido dado vista ao Ministério Público.

Assim, a impetração deste não causaria supressão de instância, ante a inércia no juízo a quo, pois o paciente não poderia esperar ad eternum a apreciação para que responda em liberdade.

Pede liminar para revogar os efeitos da decisão que decretou a prisão preventiva do paciente e determinar que aquele seja colocado em liberdade.

Recebido no plantão judicial de 15/4/2017, o Des Oudivanil de Marins entendeu não se tratar de caso de urgência, tendo sido distribuído a minha relatoria em 17/4/2017.

É a síntese. Decido.

Solicitem-se informações urgentes da autoridade apontada como coatora.

Chegando as informações, à douta Procuradoria-Geral de Justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Porto Velho/RO, 18 de abril de 2017

Desembargador EURICO MONTENEGRO JÚNIOR

Relator

1ª Câmara Especial

Despacho DO RELATOR

Habeas Corpus

Número do Processo :0000012-35.2017.8.22.0000

Processo de Origem : 0002460-03.2016.8.22.0004

Paciente: Carlos Magno Ramos

Impetrante(Advogado): José de Almeida Júnior(OAB/RO 1370)

Impetrante(Advogado): Carlos Eduardo Rocha Almeida(OAB/RO 3593)

Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Ouro Preto do Oeste - RO

Relator:Des. Oudivanil de Marins

Vistos.
Tendo em vista ser o pedido deduzido inteiramente satisfativo, demandando a análise do prórpio mérito da impetração, será com ele analisado.
Remetam-se os autos à Procuradoria de Justiça.
Porto Velho - RO, 18 de abril de 2017.
Desembargador Oudivanil de Marins
Relator

1ª Câmara Especial
Despacho DO RELATOR
Habeas Corpus
Número do Processo :0001099-26.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 0003398-65.2016.8.22.0014
Paciente: Carmozino Alves Moreira
Impetrante(Advogado): José Francisco Cândido(OAB/RO 234A)
Impetrante(Advogado): José Antônio Corrêa(OAB/RO 5292)
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Vilhena - RO
Relator:Des. Oudivanil de Marins
Vistos.
À Procuradoria de Justiça.
Porto Velho - RO, 19 de abril de 2017.
Desembargador Oudivanil de Marins
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
1ª Câmara Especial
1000421-93.2014.8.22.0001 - Apelação
Origem: Porto Velho/1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Apelante: Estado de Rondônia
Procurador: Sérgio Fernandes de Abreu Junior (OAB/RO 6629)
Procurador: Pedro Henrique Moreira Simões (OAB/RO 5491)
Apelado: JM Terraplanagenm e Construções Ltda.
Advogada: Nathália Alves Cesilio (OAB/DF 40215)
Relator: Desembargador Gilberto Barbosa
Vistos etc.
Cuida-se de Recurso de Apelação interposto pelo Estado de Rondônia contra sentença proferida pelo Juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública de Porto Velho que, após pagamento integral de débito, declarou extinta execução fiscal, fls.47
É o relatório. Decido.
Imperioso observar que estabelece o artigo 34 da Lei 6.830/80, com todas as tintas, ser cabível contra as sentenças proferidas em execução fiscal de valor inferior a 50 ORTN somente embargos infringentes e de declaração.
Deve-se considerar que, com a extinção dos índices de indexação da economia, substituídos sucessivamente até janeiro de 2001, o valor da ORTN a ser considerado deverá ser R$328,27, corrigidos pelo IPCA-E até a data da propositura da ação, conforme entendimento jurisprudencial.
Neste sentido, já se pronunciou o Superior Tribunal de Justiça:
PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. VALOR DE ALÇADA. CABIMENTO DE APELAÇÃO NOS CASOS EM QUE O VALOR DA CAUSA EXCEDE 50 ORTN'S. ART. 34 DA LEI N.º 6.830/80 (LEF). 50 ORTN = 50 OTN = 308,50 BTN = 308,50 UFIR = R$ 328,27, EM DEZ/2000. PRECEDENTES. CORREÇÃO PELO IPCA-E A PARTIR DE JAN/2001. 1. O recurso de apelação é cabível nas execuções fiscais nas hipóteses em que o seu valor excede, na data da propositura da ação, 50 (cinquenta) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN, à luz do disposto no artigo 34, da Lei n.º 6.830, de 22 de setembro de 1980. 2. A ratio essendi da norma é promover uma tramitação mais célere nas ações de execução fiscal com valores menos expressivos, admitindo-se apenas embargos infringentes e de declaração a serem conhecidos e julgados pelo juízo prolator da sentença, e vedando-se a interposição de recurso ordinário. 3. Essa Corte consolidou o sentido de que 'com a extinção da ORTN, o valor de alçada deve ser encontrado a partir da interpretação da norma que extinguiu um índice e o substituiu por outro, mantendo-se a paridade das unidades de referência, sem efetuar a conversão para moeda corrente, para evitar a perda do valor aquisitivo', de sorte que '50 ORTN = 50 OTN = 308,50 BTN = 308,50 UFIR = R$ 328,27 (trezentos e vinte e oito reais e vinte e sete centavos) a partir de janeiro/2001, quando foi extinta a UFIR e desindexada a economia'. (REsp 607.930/DF, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 06/04/2004, DJ 17/05/2004 p. 206) 4. Precedentes jurisprudenciais: AgRg no Ag 965.535/PR, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 02/10/2008, DJe 06/11/2008; AgRg no Ag 952.119/PR, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 19/02/2008, DJ 28/02/2008 p. 1; REsp 602.179/SC, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, julgado em 07/03/2006, DJ 27/03/2006 p. 161. 5. Outrossim, há de se considerar que a jurisprudência do Egrégio STJ manifestou-se no sentido de que 'extinta a UFIR pela Medida Provisória nº 1.973/67, de 26.10.2000, convertida na Lei 10.552/2002, o índice substitutivo utilizado para a atualização monetária dos créditos do contribuinte para com a Fazenda passa a ser o IPCA-E, divulgado pelo IBGE, na forma da resolução 242/2001 do Conselho da Justiça Federal' (REsp 761.319/RS, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 07/03/2006, DJ 20/03/2006 p. 208) 6. A doutrina do tema corrobora esse entendimento, assentando que 'tem-se utilizado o IPCA-E a partir de então pois servia de parâmetro para a fixação da UFIR. Não há como aplicar a SELIC, pois esta abrange tanto correção como juros'. (PAUSEN, Leandro. ÁVILA, René Bergmann. SLIWKA, Ingrid Schroder. Direito Processual Tributário. 5.ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado editora, 2009, p. 404) 7. Dessa sorte, mutatis mutandis, adota-se como valor de alçada para o cabimento de apelação em sede de execução fiscal o valor de R$ 328,27 (trezentos e vinte e oito reais e vinte e sete centavos), corrigido pelo IPCA-E a partir de janeiro de 2001, valor esse que deve ser observado à data da propositura da execução. 8. 'In casu', a demanda executiva fiscal, objetivando a cobrança de R$ 720,80 (setecentos e vinte reais e oitenta centavos), foi ajuizada em dezembro de 2005. O Novo Manual de Cálculos da Justiça Federal, (disponível em), indica que o índice de correção, pelo IPCA-E, a ser adotado no período entre jan/2001 e dez/2005 é de 1,5908716293. Assim, R$ 328,27 (trezentos e vinte e oito reais e vinte e sete centavos), com a aplicação do referido índice de atualização, conclui-se que o valor de alçada para as execuções fiscais ajuizadas em dezembro/2005 era de R$ 522,24 (quinhentos e vinte e dois reais e vinte a quatro centavos), de sorte que o valor da execução ultrapassa o valor de alçada disposto no artigo 34, da Lei n.º 6.830/80, sendo cabível, 'a fortiori', a interposição da apelação. 9. Recurso especial conhecido e provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008. (REsp nº 1.168.625, Re. Min. Luiz Fux, Primeira Seção, j. 09.06.2010)
PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. ART. 34 DA LEI 6.830/80. É DE R$ 328,27 (TREZENTOS E VINTE E OITO REAIS E VINTE E SETE CENTAVOS), CORRIGIDO PELO IPCA-E A PARTIR DE JANEIRO DE 2001, O VALOR DE ALÇADA PARA O CABIMENTO DE APELAÇÃO EM SEDE DE EXECUÇÃO FISCAL, VALOR ESSE QUE DEVE SER OBSERVADO À DATA DA PROPOSITURA DA EXECUÇÃO. RESP 1.168.625, REL. MIN. LUIZ FUX, SUBMETIDO AO RITO DO ART. 543-C DO CPC. HIPÓTESE EM QUE O VALOR DE ALÇADA É SUPERIOR AO PREVISTO PARA O MÊS DE REFERÊNCIA. RECURSO DE APELAÇÃO CABÍVEL. AGRAVO REGIMENTAL PROVIDO. 1. A questão não envolve matéria fática, mas a forma

de cálculo para fins de estabelecimento do correto valor de alçada. 2. A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.168.625/MG, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe 30.06.2010, submetido ao regime do art. 543-C do CPC, consignou que, para a aplicação do art. 34, §1º da Lei n. 6.830/80, adota-se como valor de alçada para o cabimento de apelação em sede de execução fiscal o valor de R$ 328,27 (trezentos e vinte e oito reais e vinte e sete centavos), corrigido pelo IPCA-E a partir de janeiro de 2001, valor esse que deve ser observado à data da propositura da execução. 3. O valor da execução, ajuizada em junho de 2006, era de R$797,43 (setecentos e noventa e sete reais e quarenta e três centavos), desse modo superior ao valor de alçada previsto para o mês em referência (R$ 533,93), sendo o recurso cabível na espécie o de Apelação. 4. Agravo Regimental provido, para conhecer do Agravo de Instrumento e dar provimento ao Recurso Especial, determinando-se o retorno dos autos para a análise do recurso de Apelação pela Corte a quo. (AgRg no AI nº 1279560, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, j. 24.09.2013)

PROCESSUAL CIVIL. MERA INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS SUPOSTAMENTE VIOLADOS. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA Nº 284/STF. EXECUÇÃO FISCAL. VALOR DE ALÇADA. CABIMENTO DE APELAÇÃO NOS CASOS EM QUE O VALOR DA CAUSA EXCEDE 50 ORTNS. ART. 34 DA LEI N. 6.830/80. 1. A mera indicação dos dispositivos de Lei supostamente violados, sem que se explicite, com transparência e objetividade, os motivos pelos quais o recorrente visa à reforma da decisão, é considerada deficiência na fundamentação do Recurso Especial, e atrai a incidência da Súmula nº 284/STF. 2. Nos termos do art. 34 da Lei n. 6.830/80 Lei de execuções fiscais, 'das sentenças de primeira instância proferidas em execuções de valor igual ou inferior a 50 obrigações reajustáveis do tesouro nacional. ORTN, só se admitirão embargos infringentes e de declaração'. 3. A primeira seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do RESP 1.168.625/MG, de relatoria do Min. Luiz fux, submetido ao regime dos recursos repetitivos (art. 543-c do CPC), consignou que, para a aplicação do art. 34, § 1º, da Lei n. 6.830/80 Lei de execuções fiscais, "adota-se como valor de alçada para o cabimento de apelação em sede de execução fiscal o valor de R$ 328,27, corrigido pelo ipca-e a partir de janeiro de 2001, valor esse que deve ser observado à data da propositura da execução". Agravo regimental improvido. (AgRg-AREsp 476.148, Proc. 2014/0039203-6, Segunda Turma, Rel. Min. Humberto Martins, j. 14.04.2014).

Do mesmo modo já decidiu esta E. Corte de Justiça:

Execução fiscal. Valor de alçada. Recurso. Incidente de Uniformização de jurisprudência. Cabimento. O recurso cabível das decisões terminativas das execuções fiscais de valor inferior a 50 ORTN é o de embargos infringentes para o próprio juiz de primeiro grau, e desta decisão caberá somente recurso extraordinário. Apenas as decisões colegiadas do Plenário ou das Câmaras do Tribunal é que justificam a interposição do incidente de uniformização de jurisprudência. (AI nº 1001352-69.2009.8.22.0002, Rel. Des. Eurico Montenegro, 1ª Câmara Especial, j. 24.03.2010)

Processo Civil. Execução fiscal. Extinção do processo. Alçada recursal. Valor inferior. Inadmissibilidade da apelação. Da sentença proferida em execução fiscal de valor inferior ao de alçada recursal somente se admitem embargos de declaração e embargos infringentes, nos termos do art. 34 da Lei n. 6.830/80. (AC nº 100.002.2008.013051-6, Rel. Des. Renato Mimessi, 2ª Câmara Cível, j. 21.07.2009)

Processo Civil. Execução fiscal. Extinção do processo. Alçada recursal. Valor inferior. Inadmissibilidade da apelação. Da sentença proferida em execução fiscal de valor inferior ao de alçada recursal somente se admitem embargos de declaração e embargos infringentes, nos termos do art. 34 da Lei n. 6.830/80. (AC nº 100.004.2007.003585-3, Rel. Juiz Convocado Francisco Prestello de Vasconcellos, 1ª Câmara Especial, j. 03.09.2008)

Dessa forma, considerando que o valor da ação de R$1.023,59 (atualizado) não alcança o correspondente a 50 ORTN (R$ 2.731,50), se revela incabível o recurso de apelação, fls. 80.

Firme nestas considerações, não conheço do recurso, o que faço com fundamento no artigo 932, III do Código de Processo Civil.

Deixo de aplicar o artigo 85, §11 do Código de Processo Civil em razão do Enunciado Administrativo nº 07 do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Após o trânsito em julgado e as anotações de estilo, remeta-se ao primeiro grau de jurisdição.

Porto Velho, 18 de abril de 2017.

Des. Gilberto Barbosa

Relator

## ABERTURA DE VISTAS

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
ABERTURA DE VISTA - SDSG
0011674-56.2014.8.22.0014 - Recurso Especial em Apelação
Origem: 0011674-56.2014.8.22.0014 Vilhena / 2ª Vara Cível
Recorrente: Grasiela Albina Castaman Victoria
Advogada: Grasiela Albina Castaman Victoria (OAB/RO 4939)
Recorrido: Município de Vilhena - RO
Procurador: Carlos Eduardo Machado Ferreira (OAB/RO 3691)
Relator : Desembargador Sansão Saldanha
Nos termos do Provimento nº 01/2001/PR, de 13/9/2001, fica o recorrido intimado para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Especial.
Porto Velho, 19 de abril de 2017.
Belª. Eriene Grangeiro de Almeida Silva
Diretora do 1º DEJUESP/TJ/RO

## 2ª CÂMARA ESPECIAL

2ª Câmara Especial
Despacho DO RELATOR
Habeas Corpus
Número do Processo :0001801-69.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 0017013-53.2015.8.22.0501
Paciente: Raphael Henrique Mendanha Cabral Barboza
Impetrante(Advogado): Johnny Deniz Climaco(OAB/RO 6496)
Advogado: Raul Ribeiro da Fonseca Filho(OAB/RO 555)
Advogado: Elton José Assis(OAB/RO 631)
Advogado: Vinícius de Assis(OAB/RO 1470)
Advogada: Kátia Aparecida Pullig de Oliveira(OAB/RO 7148)
Advogado: Felippe Roberto Pestana(OAB/RO 5077)
Advogado: Denyvaldo Santos Pais Júnior(OAB/RO 7655)
Advogado: Castiel Ferreira de Paula(OAB/RO 8063)
Advogado: Henrique Arcoverde Capichione da Fonseca(OAB/RO 5191)
Advogada: Ana Caroline Dias Cociuffo Villela(OAB/RO 7489)
Advogado: Emerson Salvador de Lima(OAB/RO 8127)
Advogada: Adriana do Nascimento Cordeiro de Almeida(OAB-RO 8275)
Advogado: João André dos Santos Borges(OAB/RO 8052)

Advogado: Richard Soares Ribeiro(OAB/RO 7879)
Advogada: Ane Caroline Ferreira dos Santos(OAB/RO 4309)
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho - RO
Relator:Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Vistos.
Jhonny Deniz Clímaco impetraram habeas corpus em favor do paciente Raphael Henrique Mendanha, em razão de prisão preventiva determinada pelo juízo da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho e mantida por esta Corte quando da denegação da ordem no HC n. 0001262-06.2017.8.22.0000.
Consta dos autos que a Polícia Civil do Estado de Rondônia, em razão de investigações feitas na denominada "Operação Meganha", representou à autoridade apontada como coatora pela prisão cautelar de inúmeros agentes públicos e particulares, ao argumento de que haveria, no Estado de Rondônia, uma organização criminosa com o objetivo de cometer os crimes de receptação, adulteração de sinal identificador de veículo automotor, falsificação de documento público, peculato, corrupção, lavagem de capitais, associação criminosa dentre outros.
O juízo, então, decretou a prisão de vários envolvidos e, especificamente em relação ao paciente, afirmou que sua participação decorre dos seguintes fatos:
RAPHAEL HENRIQUE MENDANHA, alcunhas "Mendanha" ou "Governador", é agente penitenciário lotado bo Presídio Ênio Pinheiro. Recaem as suspeitas de integrar a ORCRIM liderada por MOISÈS e FÀBIO dando apoio logístico para os demais membros, sendo que facilita a entrada de objetos ilícitos para o interior do presídio, bem como faz as escoltas em desacordo com as normas internas do sistema prisional
Fundamentou, por fim, a necessidade de decretação das prisões dos envolvidos para a garantia da ordem pública, da instrução criminal, bem como para assegurar a aplicação da lei penal.
Inicialmente, foi manejado Habeas Corpus em favor do paciente que, no entanto, teve a ordem denegadada por este Colegiado em razão da presença do fumus commissi delicti e do periculum libertatis (0001262-06.2017.8.22.0000).
O impetrante, então, manejou o presente remédio constitucional pedindo, novamente, que seja, liminarmente, expedido alvará de soltura em favor do paciente.
Defende a possibilidade de impetração de novo habeas corpus quando presentes fatos ou fundamentos novos e ressalta que, no caso do paciente, não há relação direta em relação às atividades criminosas (tráfico de drogas, roubo de veículos, alienação de servidores, etc.) e que os únicos fatos que o ligam à operação são uma Cautela e uma escuta telefônica no qual supõe-se falar em entorpecentes.
No tocante à cautela, sustenta que foi realizada com fundamento em portaria da Secretaria de Justiça que permite aos agentes penitenciários que, quando necessário e mediante preenchimento de cautela, promovam o deslocamento externo de apenados. Destaca que o regramento não exige que a escolta seja realizada em veículo oficial e, diante disso, conclui que não há irregularidade na sua conduta.
Para a concessão da liminar, aduz estarem presentes o fumus boni iuris mormente na ausência de justa causa para a decretação da medida cautelar, o que, inclusive, entende caracterizar constrangimento ilegal. Além disso, alega não estarem presentes os pressupostos elencados no artigo 312 do Código de Processo Penal e diz que o periculum in mora resta caracterizado pela própria segregação.
Tece argumentos acerca da primazia da liberdade e, por fim, menciona decisões proferidas em outros habeas corpus de minha relatoria em que foi destacada a impossibilidade de fundamentar a prisão em meras conjecturas.
Em síntese, é o relatório.
Decido.
Conforme mencionou o impetrante em sua inicial, é possível o manejo de novo habeas corpus, em relação ao mesmo decreto prisional, desde que existam fatos ou fundamentos novos que o justifiquem.
No caso dos autos, no entanto, o impetrante limitou-se a afirmar que a escolta do preso Jeferson Cavalcante Alvarenga, no veículo particular do paciente, foi realizada com base em portaria da Secretaria de Justiça e, ainda, no fato de que a ligação telefônica interceptada não comprova a prática delituosa, pois a autoridade policial formulou suposições de que o paciente falava de entorpecentes.
Ocorre que a questão relacionada a saída do preso foi tratada por esta Corte no julgamento do HC n. 0001262-06.2017.8.22.0000, com os seguintes termos:
"De acordo com o Relatório nº 037/2016/SECIV/DRACO/PV/RO, o paciente foi flagrado em saída irregular com o apenado Jeferson Cavalcante Alvarenga, em seu veículo particular. O motivo da saída teria sido uma consulta odontológica. Entretanto, o registro fotográfico demonstrou que o apenado fora deixado sozinho pelo paciente na clínica odontológica, visitou e passou um certo tempo na casa de parentes, almoçou com familiares do paciente, aparentando que tudo ocorreu de maneira bem descontraída como se amigos fossem, retornando ao estabelecimento prisional somente após terminadas todas as atividades (fls. 550-v/555-v, dos autos 0001260-36.2017.8.22.0000)."
Além disso, no acórdão proferido no mencionado HC concluiu-se haver, pelas interceptações telefônicas, indícios de que o paciente teria praticado tráfico de drogas dentro do Presídio, intermediando compra e venda de entorpecentes, indo inclusive buscá-las para entregar aos interessados.
Nota-se, portanto, que tais argumentos não constituem fatos novos porque, além de não serem supervenientes, foram enfrentados no acórdão proferido no HC n. 0001262-06.2017.8.22.0000.
A alegação de ausência de justa causa, o não preenchimento dos pressupostos do art. 312 do CPP e a primazia da liberdade, de igual sorte, não podem ser considerados fundamentos novos, porque enfrentados na decisão anteriormente prolatada ao se concluir que estavam presentes o fumus commissi delicti e o periculum libertatis.
Feitas tais considerações, não vislumbro, neste momento processual, fumus boni iuris a justificar a concessão da liminar.
Ante o exposto, indefiro o pedido liminar formulado por Jhonny Deniz Clímaco em favor do paciente Raphael Henrique Mendanha.
Dispenso as informações da autoridade apontada como coatora e determino que sejam remetidos os autos à Procuradoria-Geral de Justiça para parecer.
Providencie-se o necessário.
Porto Velho, 19 de abril de 2017.
Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Relator

2ª Câmara Especial
Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança
Número do Processo :0009129-94.2010.8.22.0000
Impetrante: A. G. da S. G. Representada por sua mãe V. C. da S.
Defensor Público: Constantino Gorayeb Neto(OAB/RO 60)
Impetrado: Secretário de Estado da Saúde
Relator:Des. Renato Martins Mimessi
Vistos.
Homologo a prestação de contas apresentada.
O Impetrado vem aos autos, informar que as fraldas geriátricas foram inseridas no Processo de Compra n. 01.1712.12063-0000/2016, Pregão 018/2017 e, a fim de dar cumprimento a decisão judicial, solicita dilação de prazo.

Pois bem. Tendo sido o Impetrado notificado de que deverá retomar o fornecimento transcorrido o prazo de 02 meses do sequestro, é desnecessário dilatar o prazo. Portanto, indefiro o pleito.
Cumprido o despacho de fl. 93, não havendo outro pedido, retornem os autos ao arquivo.
I.
Porto Velho - RO, 19 de abril de 2017.
Desembargador Renato Martins Mimessi
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
2ª Câmara Especial
0000058-23.2014.8.22.0002 - Apelação
Origem: 0000058-23.2014.8.22.0002 Ariquemes / 3ª Vara Cível
Apelante: Givaldo Aparecido Leite
Advogado: Eduardo Campos Machado (OAB/RS 17973)
Advogado: Dênio Franco Silva (OAB/RO 4212)
Advogado: Marcos Pedro Barbas Mendonça (OAB/RO 4476)
Advogado: Gilberto Silva Bonfim (OAB/RO 1727)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator(a) : Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Vistos.
Em análise dos autos, verifica-se que o recorrente é representado pelos advogados José de Almeida Junior e Carlos Eduardo Rocha Almeida, dos quais sou amigo íntimo.
Por tal razão, de acordo com o disposto no art. 145 do CPC/15, declaro-me suspeito para julgar o feito.
Encaminhem-se os autos à Vice-presidência para as providências que entender cabíveis.
Publique-se e intime-se.
Porto Velho, 18 de abril de 2017.
Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
2ª Câmara Especial
0007106-60.2015.8.22.0014 - Apelação
Origem: 0007106-60.2015.8.22.0014 Vilhena / 4ª Vara Cível
Apelante: Eliete Carneiro Pereira
Advogado: Castro Lima de Souza (OAB/RO 3048)
Advogada: Tatiane Cristina Vessoni de Almeida (OAB/RO 4501)
Apelado: Município de Vilhena RO
Advogada: Marlene Frois Pereira Schmitt (OAB/RO 3406)
Relator(a) : Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Revisor(a) : Desembargador Renato Martins Mimessi
Vistos.
Trata-se de recurso de apelação interposto por Eliete Carneiro Pereira em relação à sentença proferida pelo juízo da 4ª Vara Cível de Vilhena que, nos autos de mandado de segurança impetrado em face de ato do Secretário de Administração do Município de Vilhena, denegou a segurança pleiteada.
Pois bem.
Considerando que a impetrante, ora apelante, informou ter sido nomeada e empossada no cargo para o qual foi aprovada no concurso objeto do ato coator e, por isso, manifestou-se pelo desinteresse no prosseguimento do feito, recebo a petição como pedido de desistência do recurso e homologo o pleito, o que faço com fundamento no artigo 998 do Código de Processo Civil.
Publique-se e intime-se.
Porto Velho, 18 de abril de 2017.
Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
2ª Câmara Especial
0003073-61.2014.8.22.0014 - Embargos de Declaração
Origem: 0003073-61.2014.8.22.0014 Vilhena / 4ª Vara Cível
Embargante: C. L. de Souza & Cia Ltda - ME
Advogado: Castro Lima de Souza (OAB/RO 3048)
Embargado: Estado de Rondônia
Procurador: Antônio José dos Reis Júnior (OAB/RO 281B)
Relator(a) : Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Vistos.
Intime-se a parte embargada para apresentar resposta aos embargos de declaração de fls. 966/978, nos termos do art. 1.023, §2º, do Código de Processo Civil.
Porto Velho, 19 de abril de 2017.
Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
2ª Câmara Especial
0025056-58.2014.8.22.0001 - Apelação
Origem: 0025056-58.2014.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 2ª Vara da Fazenda Pública
Apelante: Transporte Coletivo Rio Madeira Ltda
Advogado: Jose Alberto da Costa Villar (OAB/MT 3522-A)
Advogado: Edinilson Ferreira da Silva (OAB/SP 252616)
Advogada: Márcia de Souza Nepomuceno (OAB/RO 4181)
Advogado: Gilmar Cristiano da Silva (OAB/SP 240127)
Apelante: Três Marias Transportes Ltda
Advogado: Jose Alberto da Costa Villar (OAB/MT 3522-A)
Advogado: Edinilson Ferreira da Silva (OAB/SP 252616)
Advogada: Márcia de Souza Nepomuceno (OAB/RO 4181)
Advogado: Gilmar Cristiano da Silva (OAB/SP 240127)
Apelado: Município de Porto Velho
Procurador: Mário Jonas Freitas Guterres (OAB/RO 272B)
Relator(a) : Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Revisor(a) : Desembargador Renato Martins Mimessi
Vistos.
Trata-se de recurso de apelação interposto por Transporte Coletivo Rio Madeira LTDA e por Três Marias Transportes LTDA em relação à sentença proferida pelo juízo da 2ª Vara da Fazenda Pública que denegou a segurança pleiteada em face de ato praticado pelo Prefeito do Município de Porto Velho, pelo Secretário Municipal de Transporte e Trânsito e pelo Coordenador Municipal de Transportes.
Consta dos autos que as apelantes impetraram mandado de segurança por entenderem ser ilegal o ato das autoridades apontadas como coatoras, consistente na instauração do Processo Administrativo n. 14.003321-00/2014, em que se objetivava o reconhecimento da caducidade do contrato de concessão de serviço público de transporte coletivo.
Em brevíssima síntese, alegaram ser ilegal a instauração do processo, uma vez que a mesma questão é objeto de ação judicial, registrada sob o n. 0006568-89.2013.8.22.0001, proposta pelo Município em desfavor das agravantes, com o objetivo de rescindir o contrato cuja caducidade se pretende declarar no processo administrativo ora impugnado.
Aduziram que, após judicializada a questão, não poderia o Município pretender discutir os mesmos fatos no âmbito administrativo.
Argumentaram que a caducidade da concessão somente pode se dar quando ocorrer o descumprimento do contrato, não se podendo extingui-lo pelo descumprimento de eventuais acordos ou compromissos firmados judicialmente, razão por que seria inócua a inclusão dos 13 itens constantes na segunda parte da notificação a ele remetida.
Alegaram que o processo administrativo objeto deste mandamus tem sido utilizado meramente como retaliação e vingança política, o que é inadmissível, especialmente por que os agentes públicos têm feito veicular na imprensa notícias de que haverá a extinção do contrato.
Relataram que, na instrução normativa n. 004/2014, que rege os procedimentos a serem adotados pela comissão de caducidade,

não há indicações de que será feito o cálculo da indenização a que a empresa fará jus caso o contrato seja extinto.
Quanto à proibição de venda de bilhetagem, afirmaram tratar-se de medida manifestamente ilegal, sem qualquer justificativa jurídica e que apenas prejudica os usuários do serviço, contrariando o Decreto n. 9.868/05.
Com base nesses argumentos, requereram a concessão da ordem para anular os atos, processos e procedimentos administrativos hostilizados.
Ao sentenciar o feito, o juízo de origem denegou a segurança ao fundamento de que não se reconhece a viabilidade de impedir o processamento de procedimentos de apuração de caducidade em razão de existir ações judiciais discutindo fatos não coincidentes com as causas ou fundamentos específicos da alegação de inadimplemento contratual pelo concessionário.
Desse modo, entendeu que os impetrados são detentores do poder deferido por lei para declarar a caducidade firmada em contrato de concessão e, portanto, não há que se falar em ilegalidade na instauração de processo administrativo, sobretudo porque não foi comprovado o cumprimento do contrato pela impetrante.
Inconformadas, a Transporte Coletivo Rio Madeira LTDA e a Três Marias Transportes LTDA interpuseram recurso de apelação, distribuído a minha relatoria por prevenção em razão do Agravo de Instrumento n. 0000721-41.2015.8.22.0000.
Pois bem.
Sabe-se que o desembargador que primeiro conhecer de uma causa ou de qualquer incidente, inclusive de mandado de segurança ou habeas corpus contra decisão de juiz de 1º (primeiro) grau, terá a competência preventa para todos os feitos originários conexos e para todos os recursos, na causa principal, cautelar ou acessória, conexa ou continente, e nos processos de execução dos respectivos julgados.
No entanto, o regimento interno desta Corte é claro ao dispor que não há prevenção nos casos em que os recursos não forem conhecidos.
No caso dos autos, o Agravo de Instrumento n. 0000721-41.2015.8.22.0000, que justificou a distribuição por prevenção, foi declarado prejudicado em 11 de maio de 2015 (DJE n. 85, de 12/05/2015) e, contra esta decisão, não houve interposição de recurso, razão porque o feito foi arquivado em 18/05/2015, conforme se verifica em consulta ao Sistema de Automação Processual (SAP).
A distribuição deste apelo, por outro lado, ocorreu em 03/09/2015, momento em que agravo de instrumento acima mencionado já estava findo.
Feitas tais considerações, não há que se falar em prevenção e, a meu entender, o feito deve ser distribuído por sorteio.
Ante o exposto, determino que sejam os autos remetidos ao Vice-Presidente para que proceda com os providências que entender cabíveis.
Porto Velho, 19 de abril de 2017.
Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
2ª Câmara Especial
0044876-35.2006.8.22.0101 - Apelação
Origem: Porto Velho - Prefeitura Municipal / 2ª Vara de Execuções Fiscais e Registros Públicos
Apelante: Município de Porto Velho - Ro
Procurador: Jefferson de Souza (OAB/RO 1139)
Procurador: Waldecy dos Santos Vieira (OAB/RO 1906)
Procuradora: Lourdes Aparecida Bezerra (OAB/RO 1002)
Procurador: Carlos Alberto de Sousa Mesquita (OAB/RO 805)
Apelada: Marli Aparecida Ferreira ME
Relator(a) : Desembargador Renato Martins Mimessi
Vistos.
Peço pauta.
Porto Velho, 19 de abril de 2017.
Desembargador Renato Martins Mimessi
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
2ª Câmara Especial
0211449-72.2006.8.22.0001 - Apelação
Origem: 0211449-72.2006.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Apelante: Estado de Rondônia
Procurador: Daniel Leite Ribeiro (OAB/RO 7142)
Procurador: Lerí Antônio Souza e Silva (OAB/RO 269A)
Procurador: Valdecir da Silva Maciel (OAB/RO 390)
Procurador: Emílio César Abelha Ferraz (OAB/RO 234B)
Procurador: Eder Luiz Guarnieri (OAB/RO 398B)
Apelada: Dair Fernandes D Avila
Defensor Público: Defensoria Publica do Estado de Mato Grosso do Sul
Relator(a) : Desembargador Renato Martins Mimessi
Vistos.
Peço pauta.
Porto Velho, 19 de abril de 2017.
Desembargador Renato Martins Mimessi
Relator

## CÂMARAS ESPECIAIS REUNIDAS

Câmaras Especiais Reunidas
Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança
Número do Processo :0010964-83.2011.8.22.0000
Impetrante: Izonete Medeiros Schveitzer
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia( )
Impetrado: Secretário de Estado da Saúde
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia( )
Relator:Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Vistos.
A impetrante peticionou nos autos e informou o descumprimento da ordem proferida no presente mandado de segurança, qual seja, o fornecimento dos medicamento s EFURIX CREME, FILTRO SOLAR FP30 e FISIOGEL LOÇÃO 240ml
Pelo que consta dos autos, a saúde da impetrante requer a ministração dos medicamentos acima descritos, os quais têm custo menor no valor de R$ 946,44 (novecentos e quarenta e seis reais e quarenta e quatro centavos), conforme orçamento de fl. 304, no entanto, o Estado permanece alheio à prestação positiva do direito da impetrante.
Após a concessão da liminar, a decisão de mérito determinou o fornecimento dos medicamentos (fls. 65-68). Logo, como não houve recurso, qualquer retardo na entrega do medicamento caracteriza inegável descumprimento da liminar, salvo prova da impossibilidade material como, p. ex., ausência de disponibilidade no mercado.
Em janeiro do corrente ano, a impetrante requereu o desarquivamento do feito e informou o não recebimento dos produtos o qual necessita. (fls. 301/305).
Instado a se manifestar, o Secretário de Estado de Saúde Adjunto permaneceu inerte (fls. 311/312).
Posto isso, com fulcro no art. 538, §3º c/c art. 536, §1º ambos do CPC/15, determino o sequestro, diretamente da conta do Estado de

Rondônia, do valor referente aos medicamentos EFURIX CREME, FILTRO SOLAR FP30, FISIOGEL LOCÃO 240ml, totalizando R$ 946,44 (novecentos e quarenta e seis reais e quarenta e quatro centavos) - pelo oficial de justiça, a ser realizado pelo oficial de justiça, para em seguida ser depositado diretamente na conta da SB Comércio Ltda, CNPJ 04.429.478/0143-04, no Banco Bradesco, agência 00153, conta n. 0002245-4, conforme consta do orçamento de fl. 304.
Após o cumprimento da diligência, junte-se aos autos o mandado devidamente cumprido, com a prova do depósito na conta acima mencionada.
Em seguida, intime-se o impetrante para trazer aos autos nota fiscal comprovando a aquisição dos medicamentos para os quais se destina o sequestro dos valores aqui deferidos.
Providencie-se o necessário, dando ciência da presente decisão ao impetrante e ao impetrado.
Após, retornem os autos conclusos.
Intime-se. Publique-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 19 de abril de 2017.
Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Relator

## 1ª CÂMARA CRIMINAL

1ª Câmara Criminal
Despacho DO RELATOR
Apelação
Número do Processo :0018298-60.2014.8.22.0002
Processo de Origem : 0018298-60.2014.8.22.0002
Apelante: Nadir Jordão dos Reis
Advogado: José de Oliveira Heringer(OAB/RO 575)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator:Des. José Jorge R. da Luz
Vistos.
O defensor constituído pelo ora acusado apresenta renúncia ao mandato, afirmando que junto à renúncia encontra-se a notificação. Não está.
Dessa forma, tem-se como irregular a renúncia, nos exatos termos do art. 112 do Código de Processo Civil.
Ainda nesse diapasão, constata-se que referida renúncia foi protocolada junto a este Tribunal em 18.04.2017. Ou seja, ainda que válida a renúncia, o advogado continuará a representar o acusado por dez dias, o que é imprescindível a fim de se evitar prejuízo à defesa.
Também se constata que a sessão de julgamento para o presente feito se encontra designada para 27.04.2017. Ou seja, ainda que regular fosse, o patrono continuaria na defesa do acusado, exceto houvesse constituição de novo defensor anterior ao julgamento.
Dessa forma, mantenha-se o feito em pauta de julgamento, aguardando-se.
Intimem-se.
Porto Velho - RO, 19 de abril de 2017.
Desembargador José Jorge R. da Luz
Relator

1ª Câmara Criminal
Despacho DO RELATOR
Habeas Corpus
Número do Processo :0001773-04.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 0000184-60.2016.8.22.0016
Paciente: Mauri de Castro Ilidio
Impetrante(Advogado): João Francisco Matara Júnior(OAB/RO 6226)
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Costa Marques - RO
Relator:Des. Valter de Oliveira
Vistos.
Trata-se de habeas corpus com pedido de liminar, impetrado pelo advogado em favor de Mauri de Castro Ilídio, devidamente qualificado nos autos em epígrafe, apontando como coator o Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Costa Marques/RO.
Informa, em síntese, que:
1.O paciente foi condenado nos termos do art.33, caput, da Lei n.11.343/06, à pena de 5 anos de reclusão e pagamento de 500 dias-multa, em regime inicial fechado.
2.Alega que a autoridade tida como coatora não aplicou o §4º do art.33, caput, da Lei n. 11.343/06, em que pese as circunstâncias favoráveis do paciente;
3. Ao final, suscita a ofensa ao enunciado sumular n.440 do Superior Tribunal de Justiça;
Dessa forma, pugna pela concessão da ordem, a fim de assegurar-lhe a imediata modificação de regime para o mais brando (semiaberto) bem como o reconhecimento do tráfico privilegiado nos termos do §4º do art.33, caput, da Lei n. 11.343/06, de modo que seja aplicada a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.
Relatei, decido.
O habeas corpus, remédio jurídico constitucional, visa reprimir ameaça ou coação por ilegalidade ou abuso de poder.
No caso, conquanto inquestionáveis as condições de admissibilidade do pleito, verifico que os elementos trazidos pelo impetrante são insuficientes, ao menos por ora, para refutar os fundamentos da autoridade tida como coatora na prolação de sentença penal condenatória.
Todavia, anoto que a concessão de liminar em habeas corpus é medida excepcional, que exige a constatação de inequívoca ilegalidade, o que não vislumbro no caso ora analisado.
Necessário, assim, o processamento normal do writ, para um exame mais acurado do pedido, o que se fará em cotejo com as informações a serem prestadas pela autoridade impetrada.
Posto isso, indefiro o pedido de liminar e determino que sejam solicitadas as informações da autoridade tida como coatora.
Após, dê-se vista à douta Procuradoria-Geral de Justiça.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 19 de abril de 2017.
Desembargador Valter de Oliveira
Relator

1ª Câmara Criminal
Despacho DO RELATOR
Habeas Corpus
Número do Processo :0001558-28.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 1000670-36.2017.8.22.0002
Paciente: Guilherme Gomes Pereira
Impetrante(Defensor Público): Defensoria Pública do Estado de Rondônia( )
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Ariquemes - RO
Relator:Des. Daniel Ribeiro Lagos
Vistos.
A Defensoria Pública do Estado de Rondônia, impetra ordem de habeas corpus, com pedido de liminar, em favor do paciente Guilherme Gomes Pereira, acusado de praticar, em tese, os delitos previstos no art. 155 § 4º,inciso I, c/c art. 14, inciso II ambos do Código Penal, apontando como autoridade coatora o Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Ariquemes-RO.

Alega o impetrante, em síntese, que o decreto preventivo está desprovido de fundamentação concreta, estando embasado em ilações genéricas e abstratas, configurando desta forma, constrangimento ilegal.
Aduz ainda, que o paciente é primário, que não oferece risco concreto a integridade física e psicológica de testemunhas, não evidenciando possuir periculosidade incompatível com o estado de liberdade.
Assevera ainda, que em caso de eventual condenação, seria imposto regime menos severo do que o fechado.
Firme nesses argumentos, pleiteia a concessão liminar da ordem, expedindo-se o competente alvará de soltura, e no mérito, a confirmação do pleito caso concedido.
A liminar foi indeferida às fls. 58/59.
Contudo, vieram as informações do juízo dito coator às fl.64/65, noticiando que no dia 07/04/2017 foi revogada a prisão do paciente, mediante aplicação de medidas cautelares.
Com efeito, a superveniência do restabelecimento da liberdade do paciente faz cessar eventual constrangimento ilegal, implicando reconhecer a perda do objeto do pedido.
Posto isso, com fundamento no art. 659, do Código de Processo Penal e no art.123, V, do Regimento Interno desta Corte, julgo prejudicado o presente writ.
Transitada em julgado esta decisão, arquivem-se os autos.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 10 de abril de 2017.
Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Relator

1ª Câmara Criminal
Despacho DO RELATOR
Apelação
Número do Processo :7014605-78.2016.8.22.0001
Processo de Origem : 7014605-78.2016.8.22.0001
Apelante: L. G. L. da S.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia( )
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator:Des. Daniel Ribeiro Lagos
Vistos.
Ao Procurador-Geral de Justiça, nos termos do art. 625, §5º do CPP.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 17 de abril de 2017.
Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Relator

Despacho DO RELATOR
Embargos de Declaração - Nrº: 1
Número do Processo :0003007-39.2013.8.22.0007
Processo de Origem : 0003007-39.2013.8.22.0007
Embargante: Rodiney Jaeger Faria
Advogado: Pascoal Cahulla Neto(OAB/RO 6571)
Advogado: Valdinei Santos de Souza Ferres(OAB/RO 3175)
Advogado: Luiz Carlos Ribeiro da Fonseca(OAB/RO 920)
Apelante: Aloízio Barros de Oliveira
Advogado: Douglas Augusto do Nascimento Oliveira(OAB/RO 3190)
Apelante: Rafael Jaeger Faria
Advogada: Eliany Sampaio Maldonado da Fonseca(OAB/RO 4018)
Apelante: Robson Santos Serrão
Advogado: Luiz Carlos Ribeiro da Fonseca(OAB/RO 920)
Advogado: Valdinei Santos Souza Ferres(OAB/RO 3175)
Advogado: Eliseu dos Santos Paulino(OAB/RO 6558)
Advogado: Pascoal Cahulla Neto(OAB/RO 6571)
Apelante: Silvano de Lima
Advogado: Luiz Carlos Ribeiro da Fonseca(OAB/RO 920)
Advogado: Eliseu dos Santos Paulino(OAB/RO 6558)
Embargado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator:Des. Daniel Ribeiro Lagos
Vistos,
Trata-se de embargos de declaração com efeitos infringentes interpostos por Rodinei Jaeger Farias, Rafael Jaeger Faria, Robson Santos Serrão e Silvano de Lima, nos autos da Apelação Criminal n. 0003007-39.2013.8.22.0007, inconformados com o acórdão de fls. 968/986 que, por maioria, negou provimento aos recursos de Rodinei, Rafael e Robson e parcial provimento ao recurso de Silvano.
Rodinei Jaeger Farias alega contradição no r. acórdão, no trecho em que disse haver minuciosa investigação policial; por ter absolvido apenas um dos réus do crime de associação e, por fim, por ter afirmado que o embargante não conseguiu comprovar o prejuízo sofrido atribuído à prova obtida ilicitamente, fls. 1193/1202.
Robson Santos Serrão, Silvano de Lima e Rafael Jaeger Faria, alegam omissão no decreto de prisão preventiva, por ausência de fundamentação, fls. 1206/1219 e 1227/1277.
Querem os provimentos dos embargos.
É o relatório. Decido.
O prazo para interposição do recurso é de dois dias (art. 619 do CPP), contado da data da intimação da sentença ou do acórdão.
No caso dos autos, a certidão inclusa à fl. 987 informa que o julgado ora embargado foi disponibilizado no DJE do dia 23/02/2017 (quinta-feira), considerando-se publicado no dia 24/02/2017 (sexta-feira), considerando que 27 e 28, respectivamente, segunda e terça-feira foram feriados (forense e nacional), iniciou-se a contagem do prazo para recurso no próximo dia útil, isto é, dia 02/03/2017 (quinta-feira), encerrando-se no dia 3/3/2017 (sexta-feira).
Considerando que os presentes embargos foram opostos somente em 6/3/2017 (segunda-feira), há de se reconhecer sua extemporaneidade.
Posto isso, não conheço dos embargos de declaração por manifesta intempestividade.
Intime-se e cumpra-se.
Porto Velho - RO, 11 de abril de 2017.
Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Relator

Despacho DO RELATOR
Embargos de Declaração - Nrº: 2
Número do Processo :0003007-39.2013.8.22.0007
Processo de Origem : 0003007-39.2013.8.22.0007
Embargante: Robson Santos Serrão
Advogado: Pascoal Cahulla Neto(OAB/RO 6571)
Advogado: Luiz Carlos Ribeiro da Fonseca(OAB/RO 920)
Advogado: Valdinei Santos Souza Ferres(OAB/RO 3175)
Advogado: Eliseu dos Santos Paulino(OAB/RO 6558)
Embargante: Silvano de Lima
Advogado: Pascoal Cahulla Neto(OAB/RO 6571)
Advogado: Luiz Carlos Ribeiro da Fonseca(OAB/RO 920)
Advogado: Eliseu dos Santos Paulino(OAB/RO 6558)
Apelante: Aloízio Barros de Oliveira
Advogado: Douglas Augusto do Nascimento Oliveira(OAB/RO 3190)
Apelante: Rafael Jaeger Faria
Advogada: Eliany Sampaio Maldonado da Fonseca(OAB/RO 4018)
Apelante: Rodiney Jaeger Faria
Advogado: Valdinei Santos de Souza Ferres(OAB/RO 3175)
Advogado: Luiz Carlos Ribeiro da Fonseca(OAB/RO 920)
Advogado: Pascoal Cahulla Neto(OAB/RO 6571)

Embargado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator:Des. Daniel Ribeiro Lagos
Vistos,
Trata-se de embargos de declaração com efeitos infringentes interpostos por Rodinei Jaeger Farias, Rafael Jaeger Faria, Robson Santos Serrão e Silvano de Lima, nos autos da Apelação Criminal n. 0003007-39.2013.8.22.0007, inconformados com o acórdão de fls. 968/986 que, por maioria, negou provimento aos recursos de Rodinei, Rafael e Robson e parcial provimento ao recurso de Silvano.
Rodinei Jaeger Farias alega contradição no r. acórdão, no trecho em que disse haver minuciosa investigação policial; por ter absolvido apenas um dos réus do crime de associação e, por fim, por ter afirmado que o embargante não conseguiu comprovar o prejuízo sofrido atribuído à prova obtida ilicitamente, fls. 1193/1202.
Robson Santos Serrão, Silvano de Lima e Rafael Jaeger Faria, alegam omissão no decreto de prisão preventiva, por ausência de fundamentação, fls. 1206/1219 e 1227/1277.
Querem os provimentos dos embargos.
É o relatório. Decido.
O prazo para interposição do recurso é de dois dias (art. 619 do CPP), contado da data da intimação da sentença ou do acórdão.
No caso dos autos, a certidão inclusa à fl. 987 informa que o julgado ora embargado foi disponibilizado no DJE do dia 23/02/2017 (quinta-feira), considerando-se publicado no dia 24/02/2017 (sexta-feira), considerando que 27 e 28, respectivamente, segunda e terça-feira foram feriados (forense e nacional), iniciou-se a contagem do prazo para recurso no próximo dia útil, isto é, dia 02/03/2017 (quinta-feira), encerrando-se no dia 3/3/2017 (sexta-feira).
Considerando que os presentes embargos foram opostos somente em 6/3/2017 (segunda-feira), há de se reconhecer sua extemporaneidade.
Posto isso, não conheço dos embargos de declaração por manifesta intempestividade.
Intime-se e cumpra-se.
Porto Velho - RO, 11 de abril de 2017.
Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Relator

Despacho DO RELATOR
Embargos de Declaração - Nrº: 3
Número do Processo :0003007-39.2013.8.22.0007
Processo de Origem : 0003007-39.2013.8.22.0007
Embargante: Rafael Jaeger Faria
Advogado: Pascoal Cahulla Neto(OAB/RO 6571)
Advogada: Eliany Sampaio Maldonado da Fonseca(OAB/RO 4018)
Apelante: Aloízio Barros de Oliveira
Advogado: Douglas Augusto do Nascimento Oliveira(OAB/RO 3190)
Apelante: Rodiney Jaeger Faria
Advogado: Valdinei Santos de Souza Ferres(OAB/RO 3175)
Advogado: Luiz Carlos Ribeiro da Fonseca(OAB/RO 920)
Advogado: Pascoal Cahulla Neto(OAB/RO 6571)
Apelante: Robson Santos Serrão
Advogado: Luiz Carlos Ribeiro da Fonseca(OAB/RO 920)
Advogado: Valdinei Santos Souza Ferres(OAB/RO 3175)
Advogado: Eliseu dos Santos Paulino(OAB/RO 6558)
Advogado: Pascoal Cahulla Neto(OAB/RO 6571)
Apelante: Silvano de Lima
Advogado: Luiz Carlos Ribeiro da Fonseca(OAB/RO 920)
Advogado: Eliseu dos Santos Paulino(OAB/RO 6558)
Embargado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator:Des. Daniel Ribeiro Lagos
Vistos,
Trata-se de embargos de declaração com efeitos infringentes interpostos por Rodinei Jaeger Farias, Rafael Jaeger Faria, Robson Santos Serrão e Silvano de Lima, nos autos da Apelação Criminal n. 0003007-39.2013.8.22.0007, inconformados com o acórdão de fls. 968/986 que, por maioria, negou provimento aos recursos de Rodinei, Rafael e Robson e parcial provimento ao recurso de Silvano.
Rodinei Jaeger Farias alega contradição no r. acórdão, no trecho em que disse haver minuciosa investigação policial; por ter absolvido apenas um dos réus do crime de associação e, por fim, por ter afirmado que o embargante não conseguiu comprovar o prejuízo sofrido atribuído à prova obtida ilicitamente, fls. 1193/1202.
Robson Santos Serrão, Silvano de Lima e Rafael Jaeger Faria, alegam omissão no decreto de prisão preventiva, por ausência de fundamentação, fls. 1206/1219 e 1227/1277.
Querem os provimentos dos embargos.
É o relatório. Decido.
O prazo para interposição do recurso é de dois dias (art. 619 do CPP), contado da data da intimação da sentença ou do acórdão.
No caso dos autos, a certidão inclusa à fl. 987 informa que o julgado ora embargado foi disponibilizado no DJE do dia 23/02/2017 (quinta-feira), considerando-se publicado no dia 24/02/2017 (sexta-feira), considerando que 27 e 28, respectivamente, segunda e terça-feira foram feriados (forense e nacional), iniciou-se a contagem do prazo para recurso no próximo dia útil, isto é, dia 02/03/2017 (quinta-feira), encerrando-se no dia 3/3/2017 (sexta-feira).
Considerando que os presentes embargos foram opostos somente em 6/3/2017 (segunda-feira), há de se reconhecer sua extemporaneidade.
Posto isso, não conheço dos embargos de declaração por manifesta intempestividade.
Intime-se e cumpra-se.
Porto Velho - RO, 11 de abril de 2017.
Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Relator

Despacho DO RELATOR
Correição Parcial
Número do Processo :0001719-38.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 1000343-49.2017.8.22.0501
Corrigente: Ministério Público do Estado de Rondônia
Corrigido: Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho - RO
Relator:Des. Daniel Ribeiro Lagos
Vistos.
Requisitem-se informações ao juízo, no prazo de 15 dias.
Após, dê-se vista à Procuradoria Geral de Justiça, nos termos do art. 372, do Regimento Interno desta Corte.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 17 de abril de 2017.
Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Relator

1ª Câmara Criminal
Despacho DO RELATOR
Habeas Corpus
Número do Processo :0001803-39.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 0004236-02.2016.8.22.0501
Paciente: Eurico Alencar Nascimento
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia( )

Impetrado: Juiz de Direito da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas da Comarca de Porto Velho RO
Relator:Des. Valter de Oliveira
Vistos, etc.
Trata-se de habeas corpus com pedido liminar impetrado pela Defensoria Pública do Estado de Rondônia em favor de Eurico Alencar Nascimento apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas da Comarca de Porto Velho-RO.
O paciente cumpre pena nos autos de execução penal nº 0004236-02.2016.822.0501, posto que condenado a pena de 2 meses de detenção, por incorrer nas penalidades do art. 129, §6º, do Código Penal.
Alega que o paciente possui endereço certo e segundo consta na certidão do oficial de justiça, o paciente não foi intimado em razão do período de recesso forense e pelo gozo de férias, de modo que devolveu o mandado de intimação (fl.10).
Ocorre que em sequência, determinou-se a expedição do mandado de prisão em razão do paciente se encontrar em lugar incerto e não sabido, procedimento determinado mesmo sem a devida intimação do paciente, ferindo o contraditório e a ampla defesa, caracterizando o constrangimento ilegal.
Firme em seus argumentos, requer a concessão liminar do habeas corpus, a fim de que seja afastada a ordem de prisão, viabilizando a prévia intimação de Eurico Alencar Nascimento para comparecer em juízo.
É a síntese necessária. Decido.
O habeas corpus, remédio jurídico constitucional, visa reprimir ameaça ou coação por ilegalidade ou abuso de poder.
No caso, conquanto a matéria seja correspondente a execução da pena, com sucedâneo recursal próprio, qual seja, o agravo de execução nos termos do art.195 da Lei de Execuções Penais, em caráter excepcional, diante da expedição do mandado de prisão, faz-se necessário o conhecimento do Writ.
Entendo que a motivação que ensejou a prisão preventiva, a priori, não se mostra necessária para acautelar o Juízo.
É cediço que as prisões de natureza cautelar são medidas excepcionais que somente podem ser decretadas ou mantidas se estiverem acompanhadas de concreta fundamentação.
Em que pese as decisões de fls. 11 e 13 explicitarem que a ordem de mandado de prisão seja para fins de iniciar o cumprimento da pena, o que se verifica, no caso, é a ausência de motivação idônea para o decreto prisional, já que nos termos da certidão do oficial de justiça, a diligência não foi cumprida por impossibilidade de atendimento ao prazo (fl. 10), de modo que não há que se falar em constatação de paciente em lugar incerto e não sabido, o que evidencia o constrangimento ilegal pela mera ordem de expedição de mandado de prisão.
Diante desse contexto, conclui-se que os fundamentos da decisão censurada não apontam para a necessidade da segregação.
Ante o exposto, não obstante a ordem de expedição de mandado de prisão, em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual – SAP, verifiquei o não cumprimento da ordem, razão pela qual defiro o pedido liminar para suspender os efeitos da decisão de fls. 11 até o julgamento definitivo deste writ.
Comunique-se o teor dessa decisão à autoridade impetrada que deverá prestar informações no prazo de 48horas, a fim possibilitar um exame mais acurado do pedido.
Após, dê-se vista à douta Procuradoria-Geral de Justiça.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 19 de abril de 2017.
Desembargador Valter de Oliveira
Relator

1ª Câmara Criminal
Despacho DO RELATOR
Habeas Corpus
Número do Processo :0001459-58.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 1002022-84.2017.8.22.0501
Paciente: Maria Lucia Rodrigues de Oliveira
Impetrante(Advogada): Silvana Fernandes Magalhães Pereira(OAB/RO 3024)
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho - RO
Relator:Des. José Jorge R. da Luz
RELATÓRIO
Trata-se de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado por Silvana Fernandes Magalhães Pereira (OAB/RO 3024), em favor de Maria Lúcia Rodrigues de Oliveira, presa em flagrante delito no dia 24/02/2017, pela suposta prática dos crimes previstos no art. 33, caput e 35, caput da Lei 11.343/06. Em 24 de Fevereiro de 2017, o juiz de custódia converteu a prisão em flagrante em prisão preventiva.
A impetrante pugna pela revogação da prisão, alegando, em síntese, que inexistem riscos à segurança da aplicação da lei penal, a ordem pública ou mesmo, ao curso da instrução penal. Alega que os direitos da paciente estão sendo postergados, de forma injusta e ilegal, prejudicando sua liberdade.
Afirma que a paciente é primária e possui condições pessoais favoráveis para responder ao processo em liberdade, já que, possui residência fixa, família constituída, trabalho lícito e bons antecedentes. Defende que é plenamente possível, in casu, a substituição da prisão preventiva por medida cautelar de natureza diversa da prisão.
A medida liminar foi indeferida (fls. 57/58).
A autoridade impetrada prestou informações (fls. 61/62).
O douto Procurador de Justiça Carlos Grott opinou pela denegação da ordem pleiteada.
É o relatório
Decisão
Após consulta aos autos de origem, verifico que o presente writ restou prejudicado, ante a perda superveniente do objeto, tendo em vista que a autoridade impetrada determinou a soltura da paciente, mediante a imposição de medidas cautelares. Confira-se o teor da decisão proferida pelo juízo a quo:
Vistos.
Maria Lucia Rodrigues de Oliveira, já qualificado nos autos, foi presa em flagrante delito por infração ao art. 33, da Lei 11.343/03 com seu companheiro Adalberto Pavides dos Santos.
Por seu Defensor requereu liberdade provisória alegando, em síntese, ausência de fundamentos para a manutenção da custódia preventiva, além de que demonstra preencher as condições para responder ao processo em liberdade.
O parecer ministerial foi desfavorável à concessão da liberdade provisória à parte requerente, haja vista a onfensa à ordem pública e o preenchimento dos demais requisitos da prisão preventiva.
É o relatório. DECIDO.
Imputa-se à parte requerente a prática do delito de tráfico de drogas.
A jurisprudência do nosso Tribunal, assim como dos Tribunais Superiores tem abrandada a proibição de liberdade provisória para esse tipo de crime, firmando o entendimento de que a prisão antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória é medida de exceção em nosso ordenamento jurídico. Resume-se aos casos em que é necessária, já que vigora em nosso sistema penal o princípio da presunção de inocência (CF, artigo 5º LVII).
No caso dos autos, observo que a parte requerente é primária, de bons antecedentes e a quantia de droga apreendida é pequena,

aproximadamente 8g de cocaína. Assim, mesmo que venha a ser condenada, há grande possibilidade de que não cumpra a pena em regime fechado, não havendo sentido em se manter a prisão cautelarem situações tais, até mesmo porque não vejo presentes os motivos autorizadores da prisão preventiva.
Observo que o coautor e seu companheiro Adalberto Pavides dos Santos preenche os mesmos requisitos da requerente e encontra-se no mesmo contexto fático descrito na denúncia.
Diante do exposto, REVOGO a prisão preventiva da parte requerente Maria Lúcia e de seu companheiro Adalberto Pavides, mediante o cumprimento das seguintes medidas cautelares diversas da prisão:
1) Comparecer a todos os atos processuais para os quais for previamente intimado;
2) Manter o endereço atualizado;
3) Não se ausentar da comarca sem prévia autorização judicial;
4) Recolhimento domiciliar de 18h00min às 06h00min, podendo o horário de recolhimento ser estendido até as 23h00min em caso de trabalho lícito ou estudo comprovado nos autos.
Serve a presente decisão como ALVARÁ DE SOLTURA, devendo Maria Lúcia Rodrigues Oliveira, filha de Creuza Rodrigues da Cruz e Francisco Medeiros de Oliveira, nascida em 17/09/1991 em Humaitá/AM e Adalberto Pavides dos Santos, filho de Mariusa Aparecida Pavides Anastacio e Antônio Souza Santos, nascido em 10/08/1994 em Mirante da Serra/RO.
Em consulta ao SAP e ao BNMP, nada consta que impeça a soltura dos acusados.
Intime-se. Diligencie-se, pelo necessário.
Passada em julgado, certifique-se nos autos principais (inquérito policial ou ação penal) e arquivem-se estes autos.
Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.
Arlen José Silva de Souza
Juiz de Direito
Nesse passo, restou evidenciada a perda do objeto, razão pela qual julgo o presente feito prejudicado, com base no art. 659 do Código de Processo Penal.
Publique-se, comunique-se e cumpridas as formalidades pertinentes, arquive-se.
Porto Velho – RO, 19 de Abril de 2017.
Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz
Relator

## ABERTURA DE VISTAS

1ª Câmara Criminal
ABERTURA DE VISTA
Apelação nrº 0014370-30.2012.8.22.0501
Apelante: Gildemar José Coutinho Fernandes
Advogado: Marco Antonio Ribeiro de Menezes Lagos (OAB/PR 42732)
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Advogada: Ana Gabriela Rover (OAB/RO 5210)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
"Nos termos do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001,
abro vista aos advogados do apelante para apresentarem as razões ao recurso interposto."
Porto Velho, 19 de abril de 2017
(a) Belª Maria das Graças Couto Muniz
Diretora do 1DEJUCRI

1ª Câmara Criminal
ABERTURA DE VISTA
Apelação nrº 0007117-83.2015.8.22.0501
Apelante: João Jorge Koller
Advogado: Rodrigo Luciano Alves Nestor (OAB/RO 1644)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
"Nos termos do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001,
abro vista ao advogado do apelante para apresentar as razões ao recurso interposto."
Porto Velho, 19 de abril de 2017
(a) Belª Maria das Graças Couto Muniz
Diretora do 1DEJUCRI

## 2ª CÂMARA CRIMINAL

2ª Câmara Criminal
Despacho DA RELATORA
Habeas Corpus
Número do Processo :0001700-32.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 1002364-95.2017.8.22.0501
Paciente: Pedro Henrique Alves dos Santos
Impetrante(Advogado): João Marcos de Oliveira Dias(OAB/RO 823)
Impetrado: Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho - RO
Relatora:Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
RELATÓRIO
Trata-se de Habeas Corpus com pedido de liminar impetrado pelo advogado João Marcos de Oliveira Dias (OAB/RO 823) em favor de Pedro Henrique Alves dos Santos, preso em flagrante no dia 04.03.2017, pela prática do delito previsto no art. 157, §2º, inciso I, II do Código Penal, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho/RO, que manteve a prisão preventiva do paciente outrora decretada pelo juízo plantonista (fl. 66).
Em resumo, o impetrante alega que a decisão impugnada não possui fundamentação idônea e não estão presentes os requisitos da prisão preventiva.
Alega que o magistrado utilizou de argumentos genéricos e abstratos acerca das hipóteses previstas no art. 312 do CPP, não havendo motivos concretos que indiquem que em liberdade o paciente represente perigo à ordem pública, caracterizando suposta abusividade da medida, sustentando que paira em seu favor o princípio constitucional da presunção da inocência.
Destaca ainda que a gravidade abstrata do crime não se presta, por si só, para justificar a medida excepcional, e que o paciente não demonstrou qualquer interesse em obstaculizar o andamento das investigações, não havendo indicativos de que em liberdade irá prejudicar a instrução criminal, nem frustrar a aplicação da lei penal e tampouco existem elementos concretos de que em liberdade ele irá reincidir na prática criminosa, não havendo qualquer risco à ordem pública.
Afirma que o precário sistema penitenciário brasileiro é um lugar hostil, logo, há possibilidade real e concreta de dano irreversível ao paciente.
Aduz ainda que o paciente é primário, possui apenas 19 anos, tem ocupação lícita como ajudante de pedreiro e estudante, e residência fixa, preenchendo, assim, os requisitos autorizadores para responder a ação penal em liberdade.
Pugnou pela concessão da liberdade ao paciente em sede de liminar, e no mérito pela confirmação em definitivo da ordem.

Juntou as peças de fls. 07/76.
É o relatório.
Em relação à concessão de liminar, não se pode olvidar que, nas palavras de Ada Pellegrini Grinover e outros:
Apesar da sumariedade do procedimento do habeas corpus, certas situações excepcionais recomendam a antecipação da restituição da liberdade ao paciente ou, então, tratando-se de ordem requerida em caráter preventivo, a adoção de providências urgentes para o resguardo do direito de ir, vir e ficar. (GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antonio Magalhães e FERNANDES, Antonio Scarance. Recursos no Processo Penal, 6ª ed., Edit. RT, pág. 292).
"Assim", continuam os autores, "embora não prevista em lei para o remédio aqui analisado, a concessão de liminar vem sendo admitida pela jurisprudência, em caráter excepcional, sempre que presentes os requisitos das medidas cautelares em geral (fumus boni iuris e periculum in mora), por analogia com a previsão existente em relação ao mandado de segurança". (obra citada). Negritamos.
Neste diapasão é o entendimento jurisprudencial evidenciado no julgado TJDFT - 20070020059222HBC, Relator ROMÃO C. OLIVEIRA, 2ª Turma Criminal, j. em 21/06/2007, DJ 08/08/2007 p. 92:
AGRAVOREGIMENTALNOHABEASCORPUS-INDEFERIMENTO DA LIMINAR. RECURSO DESPROVIDO. Liminar em habeas corpus decorre de construção pretoriana para remediar situações onde seja manifesta a ilegalidade e/ou abuso de poder. Se a decisão hostilizada no writ não se mostra teratológica, manifestamente ilegal ou abusiva, correto o indeferimento do pedido de liminar. Negritamos.
No mesmo sentido: STJ HC 6575, Relator Ministro Edson Vidigal, 5ª T., 10/02/1998; STJ HC 5785, Relator Ministro Cid Flaquer Scartezzini, 5ª T., 17/06/1997.
Em exame perfunctório dos autos não verifico presentes os requisitos que poderiam autorizar a concessão da liminar pleiteada, por não evidenciar de plano a ilegalidade alegada, guardando-me para analisar oportunamente o mérito, após as informações a serem prestadas pela d. autoridade apontada como coatora, motivo pelo qual a INDEFIRO.
Solicitem-se com urgência informações ao i. Juízo impetrado para prestá-las em 48 horas, conforme preceituam os arts. 662 do CPP e 298 do RITJRO, facultando-lhe prestá-las pelo e-mail, dejucri2@tjro.jus.br, com solicitação de confirmação de recebimento, sem necessidade do envio por malote, por questão de celeridade e economia processual.
Após, com as informações do juízo impetrado, retifique-se o termo de distribuição para incluir os dados do processo de origem e, em seguida, remetam-se à d. Procuradoria Geral de Justiça.
Intime-se.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 19 de abril de 2017.
Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Relatora

2ª Câmara Criminal
Despacho DA RELATORA
Habeas Corpus
Número do Processo :0001702-02.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 1002060-96.2017.8.22.0501
Paciente: Gerson Pires Mendes
Impetrante(Advogada): Sandra Pires Corrêa Araújo(OAB/RO 3164)
Impetrante(Advogado): Sebastião de Castro Filho(OAB/RO 3646)
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho - RO
Relatora:Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno

Despacho
Trata-se de Habeas Corpus com pedido de liminar impetrado pela advogada Sandra Pires Corrêa Araújo (OAB/RO 3164) e Sebastião de Castro Filho (OAB/RO 3646) em favor de Gerson Pires Mendes, preso em flagrante no dia 25.02.2017, pela prática dos delitos previstos no art. 33, caput, e art. 35, ambos da Lei n. 11.343/06, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho/RO que converteu a prisão em flagrante em preventiva (fls. 65).
Em resumo, o impetrante alega que o paciente não tinha qualquer relação com a indiciada Ismaele dos Reis Raasch, quem portava as drogas, e tampouco com a apreensão dos entorpecentes, inexistindo materialidade do delito.
Afirma, que não estão presentes os pressupostos autorizadores da prisão preventiva, e que a decisão da autoridade impetrada não está devidamente fundamentada, visto que sedimentada em justificativas genéricas sobre os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal.
Assevera que em caso de eventual condenação o paciente poderá ter substituída a prisão preventiva por domiciliar, pois é responsável pelos cuidados dos cinco filhos, sendo três menores de 12 anos de idade.
Aduz que alternativamente pode ser aplicado ao paciente a substituição da prisão por outras medidas cautelares alternativas, previstas no art. 319 do CPP.
Afirma que o paciente é primário, possui bons antecedentes, ocupação lícita como agricultor, é casado há 13 anos com a senhora Eliane da Costa Ribeiro Mendes e possui residência fixa, preenchendo, destarte, os requisitos necessários para responder a ação penal em liberdade.
Pugna pela concessão de medida liminar para conferir ao paciente o direito de responder ao processo em liberdade.
Subsidiariamente pretende seja convertida a prisão preventiva em domiciliar (art. 318, do CPP) ou a aplicação das medidas cautelares do art. 319, do CPP.
No mérito pugna pela confirmação da ordem em definitivo.
Juntou as peças de fls. 21/105.
Examinados, decido.
Em relação à concessão de liminar, não se pode olvidar que, nas palavras de Ada Pellegrini Grinover e outros:
Apesar da sumariedade do procedimento do habeas corpus, certas situações excepcionais recomendam a antecipação da restituição da liberdade ao paciente ou, então, tratando-se de ordem requerida em caráter preventivo, a adoção de providências urgentes para o resguardo do direito de ir, vir e ficar. (GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antonio Magalhães e FERNANDES, Antonio Scarance. Recursos no Processo Penal, 6ª ed., Edit. RT, pág. 292).
"Assim", continuam os autores, "embora não prevista em lei para o remédio aqui analisado, a concessão de liminar vem sendo admitida pela jurisprudência, em caráter excepcional, sempre que presentes os requisitos das medidas cautelares em geral (fumus boni iuris e periculum in mora), por analogia com a previsão existente em relação ao mandado de segurança". (obra citada). Negritamos.
Neste diapasão é o entendimento jurisprudencial evidenciado no julgado TJDFT - 20070020059222HBC, Relator ROMÃO C. OLIVEIRA, 2ª Turma Criminal, j. em 21/06/2007, DJ 08/08/2007 p. 92:
AGRAVOREGIMENTALNOHABEASCORPUS-INDEFERIMENTO DA LIMINAR. RECURSO DESPROVIDO. Liminar em habeas corpus decorre de construção pretoriana para remediar situações onde seja manifesta a ilegalidade e/ou abuso de poder. Se a decisão hostilizada no writ não se mostra teratológica, manifestamente ilegal ou abusiva, correto o indeferimento do pedido de liminar. Negritamos.

No mesmo sentido: STJ HC 6575, Relator Ministro Edson Vidigal, 5ª T., 10/02/1998; STJ HC 5785, Relator Ministro Cid Flaquer Scartezzini, 5ª T., 17/06/1997.
Em exame perfunctório dos autos não verifico presentes os requisitos que poderiam autorizar a concessão da liminar pleiteada, por não evidenciar de plano a ilegalidade alegada, guardando-me para analisar oportunamente o mérito, após as informações a serem prestadas pela d. autoridade apontada como coatora, motivo pelo qual a INDEFIRO.
Solicitem-se com urgência informações ao i. Juízo impetrado para prestá-las em 48 horas, conforme preceituam os arts. 662 do CPP e 298 do Novo RITJRO, facultando-lhe prestá-las pelo e-mail, dejucri2@tjro.jus.br, com solicitação de confirmação de recebimento, sem necessidade do envio por malote, por questão de celeridade e economia processual.
Após, com as informações do juízo impetrado, ou, em caso de ausência destas, com as devidas certificações, encaminhem-se os autos à d. Procuradoria Geral de Justiça.
Intime-se.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 19 de abril de 2017.
Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Relatora

2ª Câmara Criminal
Despacho DO RELATOR
Habeas Corpus
Número do Processo :0001718-53.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 1003016-15.2017.8.22.0501
Paciente: Carlos André Carvalho da Silva
Impetrante(Advogado): Marcio Santana de Oliveira(OAB/RO 7238)
Impetrante(Advogado): Telson Monteiro de Souza(OAB/RO 1051)
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho - RO
Relator:Des. Miguel Monico Neto
Vistos.
O advogado Marcio Santana de Oliveira (OAB/RO 7.238) peticionou às fls. 82/83, requerendo a este relator que declinasse da competência do presente remédio constitucional e remetesse-o ao julgador prevento, Des. Walter Waltenberg Silva Junior.
Analisando os autos, verifica-se que a defesa do paciente se insurge contra decisão da Vice-Presidência deste Tribunal de Justiça, proferida nos autos n. 0001280-27.2017.8.22.0000, que motivou a prevenção deste relator para a apreciação do presente HC.
Nos autos n. 0001280-27.2017.8.22.0000, o Des. Walter Waltenberg entendeu que como o paciente não estava sendo investigado por crime contra a administração pública e sim por tráfico de drogas, a matéria não guardava relação com a competência da Câmara Especial, daí porque declarou-se incompetente.
O feito foi remetido à Vice-Presidência deste Tribunal de Justiça que assim decidiu:
Em análise aos autos, constatei ter razão o e. Des. Walter Waltenberg em seu despacho às fls. 692/693, motivo pelo qual determino a redistribuição deste recurso, por sorteio, no âmbito das Câmaras Criminais, nos termos do art. 114, IV, do RITJ/RO.
Publique-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 27 de março de 2017.
Desembargador ISAIAS FONSECA MORAES
Vice-Presidente do TJ/RO
Em razão da decisão supramencionada, o HC nº 0001280-27.2017.8.22.0000 foi a mim distribuído por sorteio, e os presentes autos, por prevenção de magistrado, consoante se infere do termo de distribuição (fl. 75).
Assim, considerando que a irresignação da defesa do paciente é contra decisão do Vice-Presidente – que determinou a redistribuição do HC no âmbito das Câmaras Criminais - remetam-se à Sua Excelência os presentes autos para análise da petição de fls. 82/83.
Porto Velho/RO, 18 de abril de 2017.
Desembargador Miguel Monico Neto
Relator
Despacho DO RELATOR
Habeas Corpus
Número do Processo :0001737-59.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 0002266-64.2016.8.22.0501
Paciente: Leidson Santos Lemos
Impetrante(Advogada): Ana Lídia da Silva(OAB/RO 4153)
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho - RO
Relator:Des. Miguel Monico Neto
Vistos.
A advogada Ana Lídia da Silva (OAB/RO 4153) impetra habeas corpus com pedido de liminar, em favor do paciente Leidson Santos Lemos, preso em flagrante em 02/03/2016, por ter praticado, em tese, o delito de tráfico de drogas.
Em suma, a impetrante alega excesso de prazo na formação da culpa, ao fundamento de que já decorreu mais de 01 ano desde a prisão do paciente, sem que a instrução processual tenha sido encerrada, estando evidente o constrangimento ilegal por excesso de prazo para julgamento da ação penal.
Requer, in limine, o relaxamento da prisão do paciente.
É o breve relatório. Decido.
Como cediço, a concessão de liminar em sede de habeas corpus é medida excepcional, que exige a constatação inequívoca de manifesta ilegalidade, vedada a análise acurada de provas, consoante assentado solidamente pela jurisprudência (STF HC 103142).
Na hipótese, não observo presente, de forma satisfatória, informações suficientes para a concessão da liminar pleiteada, ou seja, não visualizo, a princípio, a flagrante ilegalidade da custódia, devendo-se aguardar a instrução do writ, daí porque indefiro a liminar pretendida.
Requisitem-se informações à autoridade dita coatora, facultando prestá-las pelo e-mail, dejucri2@tjro.jus.br, com solicitação de confirmação de recebimento, sem necessidade do envio por malote, por questão de celeridade e economia processual.
Ato contínuo, dê-se vista dos autos à d. Procuradoria de Justiça para emissão de parecer.
Porto Velho, 18 de abril de 2017.
Desembargador Miguel Monico Neto.
Relator

Despacho DO RELATOR
Habeas Corpus
Número do Processo :0001780-93.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 1001259-19.2017.8.22.0005
Paciente: Valdinei Alves de Souza
Impetrante(Advogado): João Francisco Matara Júnior(OAB/RO 6226)
Impetrado: Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Ji-Paraná - RO
Relator:Des. Miguel Monico Neto
Vistos.
Constato que o impetrante protocolou a petição via fac-símile, o que lhe dá o prazo de 5 (cinco) dias para trazer aos autos os documentos originais e os necessários ao conhecimento desta ação constitucional, nos termos do artigo 2º, parágrafo único, da Lei 9.800/99.
Em virtude disso, determino que se aguarde a chegada dos documentos originais para que seja possível a aferição do alegado constrangimento ilegal, já que as cópias estão ilegíveis.

Na hipótese de os documentos não chegarem no prazo mencionado, determino, desde já, sua intimação para que sane a irregularidade no prazo de 48h, sob pena de indeferimento da petição inicial.
Intime-se.
Porto Velho, 18 de abril de 2017.
Desembargador Miguel Monico Neto
Relator

2ª Câmara Criminal
Despacho DO RELATOR
Habeas Corpus
Número do Processo :0001611-09.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 1002068-73.2017.8.22.0501
Paciente: Jonas Alves da Silva
Impetrante(Advogado): Roberto Egmar Ramos(OAB/RO 5409)
Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho - RO
Relator:Des. Miguel Monico Neto
Vistos.
O advogado Roberto Egmar Ramos (OAB/RO 5409) impetra habeas corpus com pedido de liminar, em favor de Jonas Alves da Silva, preso em flagrante no dia 26/02/2017, pela prática, em tese, do crime previsto no art. 157, § 2º, I (duas vezes 1º e 2º fatos), na forma do art. 71, todos do CP, apontando como autoridade coatora o Juízo da 2ª Vara Criminal de Porto Velho.
Em suma, sustenta que não há justa causa para a manutenção do paciente em custódia, pois ausentes os pressupostos exigidos no art. 312 do CPP. Asseveram que o paciente apresenta condições pessoais para responder o processo em liberdade.
Requer a revogação da prisão preventiva com a expedição, in limine, de alvará de soltura.
A liminar foi indeferida (fls. 100/101).
A autoridade impetrada prestou informações (fl. 104vº).
O i. Procurador de Justiça Abdiel Ramos Figueira manifestou-se pela denegação da ordem (fls. 109/112).
Examinados. Decido.
De uma pesquisa junto ao Sistema de Automação Processual (SAP), verifica-se que o paciente foi condenado à pena de 06 anos, 02 meses e 20 dias de reclusão pela prática dos crimes previstos no Art. 157, § 2º, I (duas vezes – 1º e 2º fatos), na forma do art.71, ambos do CP, em regime semiaberto, dai porque entendo que superado está o alegado constrangimento ilegal deduzido no caso, pois a segregação da paciente agora advém de uma sentença condenatória, restando prejudicada a apreciação do presente habeas corpus.
Posto isso, com fundamento no art. 659 do CPP e no art. 123, V, do RITJRO, julgo prejudicado o presente habeas corpus, em razão da perda do objeto.
Transitada em julgado esta decisão, arquivem-se os autos.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 19 de abril de 2017.
Desembargador Miguel Monico Neto
Relator

2ª Câmara Criminal
Despacho DO RELATOR
Agravo de Execução Penal
Número do Processo :0001102-78.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 1000652-17.2010.8.22.0501
Agravante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Agravado: Leolnay Lima Moreira
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia( )
Relator:Desembargador Miguel Monico Neto.
RELATÓRIO.
O Ministério Público do Estado de Rondônia, inconformado com a decisão (fl. 03) que deferiu a progressão ao regime semiaberto para o agravado Leolnay Lima Moreira, interpõe recurso de agravo à execução.
Em suas razões, objetiva a cassação da decisão ao fundamento de que o agravado não preencheu os requisitos subjetivos para ser beneficiado com a progressão do regime. Alega que consta em desfavor do agravado relatório de segurança n. 17/2016, pendente de instauração de PAD, além de certidão carcerária com comportamento regular (fls. 07/11).
Em sede de juízo de retratação, o juízo a quo manteve a decisão agravada (fl. 23).
Contrarrazões, em sede de preliminar, pediu pelo não conhecimento do recurso em razão da ausência de peças necessárias para translado e formação do instrumento, e no mérito, pela manutenção da decisão agravada e não provimento do recurso (fls. 13/19).
O d. Procurador de Justiça, Cláudio José Barros Silveira, opinou pelo conhecimento e não provimento do agravo, para que a decisão que concedeu a progressão de regime ao agravado seja mantida (fls. 26/27 vº).
Examinados. Decido.
Como cediço, é ônus da parte recorrente indicar as peças que pretende transladar, instruir o agravo com as peças obrigatórias e necessárias para a apreciação do seu pedido, assim como fiscalizar a adequada formação do instrumento, nos termos do art. 587 do CPP, sob pena de preclusão.
Assim, constatando deficiente a instrução do feito, e, com fundamento no art. 6º do CPC, oportunizo ao agravante instruir o agravo com os documentos capazes de demonstrar o pleito do apenado, especialmente a cópia do cálculo de liquidação de penas atualizado do agravado, cópia legível do Relatório de Segurança n. 17/2016 e a cópia do PAD se existente, no prazo de 05 dias úteis, sob pena de não conhecimento do recurso.
Int.
Porto Velho, 19 de abril de 2017.
Desembargador Miguel Monico Neto
Relator

2ª Câmara Criminal
Despacho DO RELATOR
Habeas Corpus
Número do Processo :0001665-72.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 0018745-69.2015.8.22.0501
Pac/Impt: Márcia Regina Pini
Impetrante(Advogado): Jhonatas Emmanuel Pini(OAB/RO 4265)
Impetrado: Juiz Presidente da Turma Recursal Criminal da Comarca de Porto Velho
Relator:Des. Valdeci Castellar Citon
Vistos.
Trata-se de Habeas Corpus, com pedido de liminar, impetrado pela paciente Márcia Regina Pini, apontando como autoridade coatora o Juiz Presidente da Turma Recursal Criminal da Comarca de Porto Velho/RO.
Aduz que Éverson Antônio Pini Júnior moveu contra a paciente queixa-crime, imputando-lhe a prática do crime previsto no art. 138 do CP, o que foi rejeitada e determinada o arquivamento pelo 1º Juizado Especial Criminal. Desta decisão, foi interposto recurso pelo querelante, tendo a Turma Recursal dado provimento à unanimidade, reformando a sentença e, via de consequência, determinando o prosseguimento da queixa-crime.
Alega que a queixa-crime é inepta, pois sustenta ter ocorrido efetivamente a agressão, no âmbito familiar, a qual está sendo apurada na Delegacia da Mulher de Porto Velho.
Ao final, pugna, liminarmente, a suspensão da decisão da Turma Recursal e, no mérito, o trancamento da ação penal.
Inicialmente o feito foi distribuído ao Desembargador Miguel Monico Neto, o qual se declarou suspeito por motivo de foro íntimo, sendo os autos, portanto, redistribuídos.

Relatado. Decido.
Não obstante os argumentos apresentados pelas impetrantes, o fato é que esta 2ª Câmara Criminal, na esteira da atual jurisprudência dos Tribunais Superiores, firmou posicionamento no sentido de que o habeas corpus não pode substituir recurso quando existente para combater a decisão atacada, como ocorre na hipótese dos autos.
Deve-se dar ênfase e prioridade ao sistema recursal, bem como aos instrumentos próprios para combater as decisões que causam eventual inconformismo à parte, garantindo-se o princípio do contraditório.
Nessa esteira é a jurisprudência do STF:
EMENTAHABEASCORPUS.PROCESSOPENAL.SUBSTITUTIVO DO RECURSO CONSTITUCIONAL. INADMISSIBILIDADE. (...) 1. O habeas corpus tem uma rica história, constituindo garantia fundamental do cidadão. Ação constitucional que é, não pode ser amesquinhado, mas também não é passível de vulgarização, sob pena de restar descaracterizado como remédio heroico. Contra a denegação de habeas corpus por Tribunal Superior prevê a Constituição Federal remédio jurídico expresso, o recurso ordinário. Diante da dicção do art. 102, II, a, da Constituição da República, a impetração de novo habeas corpus em caráter substitutivo escamoteia o instituto recursal próprio, em manifesta burla ao preceito constitucional. Precedente da Primeira Turma desta Suprema Corte. [...] . 6. Habeas corpus extinto sem resolução do mérito. (HC 109713, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em Documento assinado digitalmente em 26/03/2013 12:12:00 conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/06/2001.
Assim também vem decidindo o STJ:
(...) A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, buscando a racionalidade do ordenamento jurídico e a funcionalidade do sistema recursal, vinha se firmando, mais recentemente, no sentido de ser imperiosa a restrição do cabimento do remédio constitucional às hipóteses previstas na Constituição Federal e no Código de Processo Penal. Louvando o entendimento de que o Direito é dinâmico, sendo que a definição do alcance de institutos previstos na Constituição Federal há de fazer-se de modo integrativo, de acordo com as mudanças de relevo que se verificam na tábua de valores sociais, esta Corte passou a entender ser necessário amoldar a abrangência do habeas corpus a um novo espírito, visando restabelecer a eficácia de remédio constitucional tão caro ao Estado Democrático de Direito. Precedentes. 2. Atento a essa evolução hermenêutica, o Supremo Tribunal Federal passou a adotar decisões no sentido de não mais admitir habeas corpus que tenha por objetivo substituir o recurso ordinariamente cabível para a espécie. Precedentes [...] (HC 242.575/PE, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 23/10/2012, DJe 30/10/2012).
Sabe-se que a Turma Recursal tem a função de julgar os recursos contra as decisões proferidas pelo juiz do juizado, de modo que funciona como instância recursal na estrutura dos Juizados Especiais.
Na hipótese, resta evidenciado que o objetivo da impetrante é substituir o recurso ordinariamente cabível para a espécie.
Nesse passo, seguindo orientação dos Tribunais Superiores de que o habeas corpus não deve servir como sucedâneo recursal, o indeferimento da petição inicial é medida que se impõe.
Com essas considerações, diante da ausência do preenchimento das condições específicas para o manejo desta ação constitucional, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL, com fundamento no art. 123, IV, do RITJRO.
Publique-se.
Arquive-se.
Porto Velho - RO, 18 de abril de 2017.
Desembargador Valdeci Castellar Citon
Relator

Despacho DO RELATOR
Habeas Corpus
Número do Processo :0001765-27.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 0004709-30.2016.8.22.0002
Paciente: Wesley Sampaio Barbosa
Impetrante(Advogado): Welerson Cleito Figueira(OAB/AC 2009)
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Ariquemes - RO
Relator:Des. Valdeci Castellar Citon
Vistos.
Trata-se de habeas corpus, com pedido liminar, impetrado pelo advogado Welerson Cleito Figueira (OAB/AC 2009), em favor de Wesley Sampaio Barbosa, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Ariquemes/RO.
Em síntese, relata que o paciente foi denunciado e condenado a pena de 05 anos, 04 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e 13 dias-multa, por infração ao art. 157, §2º, inciso I, do Código Penal.
Sustenta que o paciente faz jus ao regime semiaberto e que o regime fixado na sentença condenatória viola o disposto na Súmula 440 do STJ.
Além disso, alega que no caso dos autos, encontram-se ausentes circunstâncias judiciais desfavoráveis que sirvam de fundamento para o magistrado impor ao paciente regime de cumprimento de pena mais gravoso.
Ao final, requer, liminarmente, a concessão da ordem para que o paciente possa cumprir sua pena em regime semiaberto.
Pois bem.
Não obstante os argumentos apresentados pelas impetrantes, o fato é que esta 2ª Câmara Criminal, na esteira da atual jurisprudência dos Tribunais Superiores, firmou posicionamento no sentido de que o habeas corpus não pode substituir recurso quando existente para combater a decisão atacada, como ocorre na hipótese dos autos.
Neste sentido são os seguintes julgados: STF, HC 109025, 1ª Turma, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 05/02/2013 e STJ, HC 215857/SP, 5ª Turma, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, julgado em 18/09/2012.
Assim, considerando que no caso em análise há recurso adequado e suficiente para combater a decisão proferida pelo magistrado de primeiro grau, não deve ser conhecido este habeas corpus, sob pena de desvirtuar todo o sistema processual previsto na legislação penal.
Em caso semelhante, já decidiu este Tribunal:
HABEASCORPUS.RECURSOPRÓPRIO.NÃOCONHECIMENTO. 1. Havendo recurso próprio, não se conhece de habeas corpus, notadamente naquelas hipóteses em que se faz necessária a avaliação fática, o que é incompatível com a via estreita, não podendo ser utilizada esta via para substituir o recurso intempestivo. 2. Writ não conhecido. (HC 00027512020138220000, Rel. Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, J. 10/04/2013)
Ademais, entendo não estar presente flagrante ilegalidade a ensejar sua concessão de ofício, porquanto a pena-base aplicada ao paciente foi fixada acima do mínimo legal, não incidindo, portanto, o verbete sumular n. 440 do STJ.
Ante o exposto, indefiro a petição inicial, nos termos do art. 123, inc. IV, do RITJRO.
Transitada em julgado esta decisão, arquivem-se os autos.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 18 de abril de 2017.
Desembargador Valdeci Castellar Citon
Relator

## ABERTURA DE VISTAS

2ª Câmara Criminal
ABERTURA DE VISTA
Apelação nrº 0013777-64.2013.8.22.0501
Apelante: Paulo Moreira de Souza
Advogado: Otoniel Laion Rodrigues Pontes (OAB/RO 5342)
Advogado: Raylan Araújo da Silva (OAB/RO 7075)
Advogado: José Batista de Santana Júnior (OAB/RO 5778)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Nos termos do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, abro vista ao apelante para apresentar as razões ao recurso interposto.
Porto Velho, 19 de abril de 2017
Belª Maria Socorro Furtado Marques
Diretora do 2DEJUCRI

2ª Câmara Criminal
ABERTURA DE VISTA
Apelação nrº 0004484-70.2013.8.22.0501
Apelante: Cleone Moura da Conceição
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia ( )
Apelante: José Gustavo Figueiredo da Silva
Advogada: Sâmia Gabriela Nunes Rocha (OAB/RO 7064)
Apelante: Nilton Santos Gonçalves
Advogado: Rodrigo Reis Ribeiro (OAB/RO 1659)
Advogado: Robson José Melo de Oliveira (OAB/RO 4374)
Apelante: Gilmar Dias Rocha
Advogado: Elvis Dias Pinto (OAB/RO 3447)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Nos termos do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, abro vista ao apelante para apresentar as razões ao recurso interposto.
Porto Velho, 18 de abril de 2017
Belª Maria Socorro Furtado Marques
Diretora do 2DEJUCRI

## CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS

Câmaras Criminais Reunidas
Despacho DO RELATOR
Revisão Criminal
Número do Processo :0001694-25.2017.8.22.0000
Processo de Origem : 0015995-36.2011.8.22.0501
Revisionanda: Laise Maria Costa Diniz
Defensor Público: João Luís Sismeiro de Oliveira(OAB/RO 294)
Revisionado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator:Des. Valdeci Castellar Citon
Vistos.
Trata-se de revisão criminal intentada por Laise Maria Costa Diniz, em face do acórdão transitado em julgado (fl. 36), proferido pela 1ª Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, na apelação n. 0015995-36.2011.8.22.0501 (fls. 39/35) de relatoria do Desembargador Valter de Oliveira, que negou provimento ao apelo apresentado pela revisionanda e manteve a sentença de 1º grau, na qual foi condenada ao cumprimento da pena de 14 anos e 5 meses de reclusão no regime fechado e multa de 1.590 dias multa por infração aos arts. 33, caput, e 35, ambos da Lei n. 11.343/06 e art. 16, caput, da Lei n. 10.826/03.
Na inicial da ação revisional a autora busca, em síntese, a modificação do julgado que manteve sua condenação, ao argumento da ausência de provas para a condenação quanto aos crimes de tráfico e associação para o tráfico, pois, embora decorrente de uma grande operação que contou inclusive com interceptações telefônicas, sua prisão e condenação fundaram-se apenas no depoimento de policiais que participaram das diligências.
Na sequência, pede a absolvição, em razão da inexistência de provas.
Nada mais requereu.
Relatado. Decido.
Conforme já exposto no relatório a requerente pretende com esta revisão criminal a absolvição quanto aos crimes de tráfico e associação para o tráfico, argumentando que não existe nos autos provas que demonstrem sua efetiva participação naqueles delitos pois, embora realizada prévia investigação, nas mais de 200 (duzentas) páginas produzidas pelos investigadores, ela não é apontada em momento algum, o que afastaria a autoria e materialidade.
Em que pese os argumentos apresentados, compreendo que esta revisão criminal não merece sequer ser conhecida e, consequentemente, deve ser indeferida a petição inicial, pois esta ação possui rígidos contornos, estabelecidos no art. 621 e s.s. do CPP e não possui a natureza de recurso de apelação criminal.
O que se percebe pelo conteúdo da inicial é que a revisionanda busca reabrir a discussão acerca da prova, o que foge das hipóteses previstas no art. 621, I,
II, e III, do CPP. Sobre a utilização da Revisão Criminal, colho da doutrina, capitaneada nesta decisão por Eugênio Pacelli e Douglas Fischer,o seguinte excerto:
"a revisão criminal não se presta para uma simples reabertura das discussões travadas no âmbito da ação penal já transitada em julgado. O limite da cognição é bastante restrito, daí a razão pela qual se argumenta que as revisões criminais têm fundamentação vinculada, ou seja, devem atender aos exatos requisitos e limites estabelecidos na legislação" (Comentários ao Código de Processo Penal e sua Jurisprudência. 4ª ed., São Paulo: Atlas, 2012, p. 1.227).
Aliás, Guilherme de Souza Nucci ensina que: O objetivo da revisão não é permitir uma "terceira instância" de julgamento, garantindo ao acusado mais uma oportunidade de ser absolvido ou ter reduzida sua pena, mas, sim, assegurar-lhe a correção de um erro judiciário. (in Código de Processo Penal Comentado. 5ª edição. Editora Revista dos Tribunais) (g.n.)
A jurisprudência não destona:
[...] 1. Para que reste caracterizada a hipótese de condenação contrária à evidência dos autos, há de exsurgir da decisão combatida a total ausência de qualquer elemento probatório capaz de sustentar a condenação. Não se pode confundir revisão criminal, que tem requisitos específicos para o seu ajuizamento, com novo recurso de apelação. 2. Tendo o Tribunal do Júri afastado a tese da legítima defesa por cinco votos a dois, não cabe ao Tribunal a quo, em revisão criminal, reconhecer a legítima defesa, uma vez que o objetivo dessa ação é assegurar a correção de um erro judiciário, o que não ocorre quando sobre a prova haja uma interpretação aceitável e ponderada. 3. Recurso especial conhecido e provido, para restabelecer a decisão proferida pelo Tribunal do Júri. (REsp 1022546/SP, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 16/04/2009, DJe 18/05/2009)
No caso em estudo, tanto as provas da autoria quando a dosimetria da pena já foram debatidos à exaustão quando do julgamento do recurso de apelação, deixando a revisionanda de invocar qualquer fato novo que pudesse ensejar a reapreciação do mérito, de modo que não há fundamento legal para postular a revisão.
Diante do exposto, indefiro a inicial desta Revisão Criminal e, consequentemente, extingo-a sem resolução do mérito, com fundamento no art. 123, IV, do RITJ/RO.
Publique-se.
Arquive-se.
Porto Velho - RO, 19 de abril de 2017.
Desembargador Valdeci Castellar Citon
Relator

# PAUTA DE JULGAMENTO

## 2ª CÂMARA CÍVEL

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
2ª Câmara Cível
Pauta de Julgamento
Sessão 540

Pauta elaborada nos termos do artigo 246 e seguintes do Regimento Interno deste Tribunal, relativa aos processos abaixo relacionados, bem como aqueles adiados de pautas já publicadas, que serão julgados em sessão que se realizará no 1º Plenário deste Tribunal, aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, às 08 horas.

Obs.:Para a sustentação oral, conforme previsto no art. 57, caput e § 1º do referido Regimento, os senhores advogados deverão inscrever-se, previamente, junto ao 2º Departamento Judiciário Cível, ou verbalmente, até o início da Sessão, observando-se, o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 271 da mesma norma.

Processo de Interesse do Ministério Público
n. 01 0000908-22.2010.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0000908-22.2010.8.22.0001 Porto Velho 5ª Vara Cível
Apelante: Segurança Imóveis Ltda
Advogado: Pedro Origa Neto (OAB/RO 2A)
Advogada: Taísa Alessandra dos Santos Souza (OAB/RO 5033)
Advogado: Douglacir Antônio Evaristo Sant'Ana (OAB/RO 287)
Apelada: Graciete Pinheiro Leite
Advogado: Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300)
Advogada: Patrícia Bergamaschi de Araújo (OAB/RO 4242)
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 20/11/2015
Pedido de Vista do Des. Kiyochi Mori em 05/04/2017.
DECISÃO PARCIAL: "APÓS O VOTO DO RELATOR REJEITANDO A PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA, PEDIU VISTA O DES. KIYOCHI MORI. O DES. MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA AGUARDA."

n. 02 0006204-25.2010.8.22.0001 Apelação (Recurso Adesivo) (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0006204-25.2010.8.22.0001 Porto Velho 3ª Vara Cível
Apelante/Recorrida : Confiança Mudanças e Transportes Ltda
Advogada: Juliana de Abreu Teixeira (OAB/CE 13463)
Advogado: Steffano José do Nascimento Rodrigues (OAB/RO 1136)
Advogado: Vinicius Jacome dos Santos Júnior (OAB/RO 3099)
Advogado: Renato Djean Roriz de Assumpção (OAB/RO 3917)
Apelados/Recorrentes : Alexandro Miranda Queiroz e outros
Advogado: Edivo Costa Rocha (OAB/RO 2861)
Apelada: Francisca Pereira Silva
Defensor Público : Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 23/07/2014
Pedido de Vista do Des. Kiyochi Mori em 05/04/2017.
DECISÃO PARCIAL: "APÓS O VOTO DO RELATOR NEGANDO PROVIMENTO AOS RECURSOS, PEDIU VISTA O DES. KIYOCHI MORI. O DES. MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA AGUARDA."

Processo de Interesse do Ministério Público
n. 03 0804042-17.2016.8.22.0000 Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 0005473-11.2015.8.22.0015 Guajará-Mirim-RO 1ª Vara Cível
Embargante : Oi S/A
Advogado : Evie Nogueira e Malafaia (OAB/RJ 185020)
Advogado : Bruno Di Marino (OAB/RJ 93384)
Advogada : Ana Tereza Basilio (OAB/RJ 74802)
Advogado : Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501)
Embargado : Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator : DES. KIYOCHI MORI
Interpostos em 20/03/2017

Processo de Interesse do Ministério Público
n. 04 0009898-48.2014.8.22.0005 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0009898-48.2014.8.22.0005 Ji-Paraná 1ª Vara Cível, Reg. Púb. e Correg. dos Cart. Extra
Apelante: L. V. R. dos S. representada por sua mãe M. T. R. da S.
Advogada: Solange Aparecida da Silva (OAB/RO 1153)
Apelada: M. L. dos S.
Advogado: Mayra Enaila Carvalho Moret (OAB/RO 7341)
Relator: JUIZ CONVOCADO CARLOS AUGUSTO TELES DE NEGREIROS
Distribuído por Sorteio em 18/02/2016

Processo de Interesse do Ministério Público
n. 05 7008997-02.2016.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7008997-02.2016.8.22.0001 Porto Velho 1ª Vara Cível
Apelante: Centrais Elétricas de Rondônia S/A CERON
Advogada: Bruna Tatiane dos Santos Pinheiro Sarmento (OAB/RO 5462)
Advogado: Jonathas Coelho Baptista de Mello (OAB/RO 3011)
Advogado: Alex Cavalcante de Souza (OAB/RO 1818)
Apelada: Francisca Gomes de Oliveira
Advogado : Fausto Schumarer Ale (OAB/RO 4165)
Relator: JUIZ CONVOCADO CARLOS AUGUSTO TELES DE NEGREIROS
Distribuído por Sorteio em 29/08/2016

Processo de Interesse do Ministério Público
n. 06 7016509-70.2015.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7016509-70.2015.8.22.0001 Porto Velho 3ª Vara Cível
Apelante: Cidalina de Oliveira Pereira
Advogado: Ezio Pires dos Santos (OAB/RO 5870)
Advogada: Bruna Duarte Feitosa dos Santos Barros (OAB/RO 6156)
Apelada: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
Advogado: Diego Vinicius Sant' Ana (OAB/RO 6880)
Advogado: Alváro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)
Relator: JUIZ CONVOCADO CARLOS AUGUSTO TELES DE NEGREIROS
Distribuído por Sorteio em 18/08/2016

Processo de Interesse do Ministério Público
n. 07 0020712-68.2013.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0020712-68.2013.8.22.0001 Porto Velho 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Apelante: Sabemi Seguradora S/A
Advogada: Andrea Finger Costa (OAB/RS 30967)
Advogado: Fernando Hackmann Rodrigues (OAB/RS 18660)
Advogado: Diego Vinicius Sant'Ana (OAB/RO 6880)
Advogado: Matheus Evaristo Sant'Ana (OAB/RO 3230)
Apelada: Francisca das Chagas Brandão Castelo
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Advogado: Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281)
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 23/04/2015

Processo de Interesse do Ministério Público
n. 08 0001175-12.2015.8.22.0003 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0001175-12.2015.8.22.0003 Jaru 1ª Vara Cível
Apelante: M. J. F. J.
Advogado: Rhuan Alves de Azevedo (OAB/RO 5125)

Apelada: E. S. dos S. F. representada por sua mãe N.J.S.
Defensor Público : Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 24/08/2015

Processo de Interesse do Ministério Público
n. 09 0002544-39.2014.8.22.0015 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0002544-39.2014.8.22.0015 Guajará-Mirim 2ª Vara Cível
Apelante: A. C. G. F.
Defensor Público : Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: C. F. F.
Advogado: Nivaldo Ribera de Oliveira (OAB/RO 3527)
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 10/08/2015

Processo de Interesse do Ministério Público
n. 10 0014078-10.2014.8.22.0005 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0014078-10.2014.8.22.0005 Ji-Paraná 5ª Vara Cível
Apelante: A. C. V. da R. representada por sua mãe S. J. V.
Defensor Público : Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelada: E. B. da R.
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 21/07/2015

Processo de Interesse do Ministério Público
n. 11 0000185-49.2014.8.22.0102 Apelação (Agravo Retido) (Processo Digital)
Origem: 0000185-49.2014.8.22.0102 Porto Velho 1ª Vara de Família
Apelante/Agravante : K. de S. da S.
Advogado: Haroldo Lopes Lacerda (OAB/RO 962)
Advogado: Hugo André Rios Lacerda (OAB/RO 5717)
Apelado/Agravado : D. F. da S.
Advogado: Antônio Porphirio Pinto dos Santos (OAB/GO 20565)
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 04/08/2015

Processo de Interesse do Ministério Público
n. 12 0803689-74.2016.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJE)
Origem : 7009903-86.2016.8.22.0002 Ariquemes 4ª Vara Cível
Agravante : Ministério Público do Estado de Rondônia
Agravados : D. D. O. L. e outro
Advogado: Sérgio Fernando César (OAB/RO 7449)
Advogado: Denis Augusto Monteiro Lopes (OAB/RO 2433)
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Redistribuído por Sorteio em 21/11/2016

Processo de Interesse do Ministério Público
n. 13 0012367-33.2015.8.22.0005 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0012367-33.2015.8.22.0005 Ji-Paraná 3ª Vara Cível
Apelante: J. C. N.
Advogado: José Carlos Nolasco (OAB/RO 393B)
Apelados: Y. O. D. N. e outros
Advogada: Flávia Ronchi da Silva (OAB/RO 2738)
Advogada: Vanilda Estevão da Silva Rodrigues Contreiras (OAB/RO 240)
Relator: DES. MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Distribuído por Sorteio em 09/05/2016

Processo de Interesse do Ministério Público
n. 14 0017862-41.2013.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0017862-41.2013.8.22.0001 Porto Velho 1ª Vara Cível
Apelante: Unimed Rondônia - Cooperativa de Trabalho Médico
Advogada: Suelen Sales da Cruz (OAB/RO 4289)
Advogada: Franciany D'Alessandra Dias de Paula (OAB/RO 349B)
Apelado: C. L. M. representado por sua mãe F. L. F.
Defensor Público : Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: DES. MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Distribuído por Sorteio em 23/01/2015

n. 15 0019876-61.2014.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0019876-61.2014.8.22.0001 Porto Velho 7ª Vara Cível
Apelante: Liliam Lima de Lucena
Advogado: Eduardo Pinheiro Dias (OAB/RO 3491)
Apelada: Telefônica Brasil S/A
Advogado: Renan Thiago Pasqualotto Silva (OAB/RO 6017)
Advogado: Daniel França Silva (OAB/DF 24214)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 18/01/2016

n. 16 0001411-52.2011.8.22.0019 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0001411-52.2011.8.22.0019 Machadinho do Oeste 1ª Vara Cível
Apelante: S. P. R.
Advogado: Amedas Silveira Carvalho (OAB/RO 376B)
Apelados: J. R. S. e outra
Advogado: Valdomiro Jacintho Rodrigues (OAB/RO 2368)
Advogado: William Alves Jacintho Rodrigues (OAB/RO 3272)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 20/10/2015

n. 17 0007602-65.2014.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0007602-65.2014.8.22.0001 Porto Velho 7ª Vara Cível
Apelante: Distribuidora de Auto Peças Rondobrás Ltda
Advogado: Rodrigo Tosta Giroldo (OAB/RO 4503)
Advogada: Wanusa Cazelotto Dias dos Santos (OAB/RO 4284)
Apelado: Joel Aparecido dos Santos
Advogado: Wyliano Alves Correia (OAB/RO 2715)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 22/03/2016

n. 18 0007682-26.2014.8.22.0002 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0007682-26.2014.8.22.0002 Ariquemes 3ª Vara Cível
Apelante: Clarice de Carvalho Balz
Advogado: Ozéias Dias de Amorim (OAB/RO 4194)
Apelada: Gazin Indústria e Comércio de Móveis e Eletrodomésticos Ltda
Advogado: Celso Nobuyuki Yokota (OAB/PR 33389)
Advogado: Armando Silva Bretas (OAB/PR 31997)
Advogada: Viviane Andressa Moreira (OAB/RO 5525)
Apelada: Electrolux do Brasil S/A
Advogado: José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RO 4570)
Advogada: Iris Elena da Cunha Gomes da Silva (OAB/RO 5833)
Advogado: David Alexander Carvalho Gomes (OAB/RO 6011)
Advogado: Matheus Evaristo Sant'Ana (OAB/RO 3230)
Advogado: Ricardo Marfori Sampaio (OAB/SP 222988)
Advogada: Paola Cristina Scremin (OAB/PR 53633)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 17/03/2016

n. 19 0001275-39.2016.8.22.0000 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0004018-97.2013.8.22.0009 Pimenta Bueno 1ª Vara Cível
Apelante: Maria Catarina Spanhol
Advogado: César Augusto Vieira (OAB/RO 3229)
Apelado: Banco Santander Brasil S/A
Advogado: Carlos Maximiano Mafra de Laet (OAB/RJ 15311)

Advogado: Roberto Jarbas Moura de Souza (OAB/RO 1246)
Advogada: Manuela Gsellmann da Costa (OAB/RO 3511)
Advogada: Ana Gabriela Rover (OAB/RO 5210)
Advogada: Deborah Figueiredo Férrer (OAB/RJ 137140)
Advogado: Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)
Advogada: Nanci Campos (OAB/SP 83577)
Advogada: Francimeyre Rúbio Passos (OAB/RO 6507)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Prevenção em 18/03/2016

n. 20 0001312-68.2013.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0001312-68.2013.8.22.0001 Porto Velho 10ª Vara Cível
Apelante: Centro de Ensino São Lucas Ltda
Advogado: Diógenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831)
Advogado: Thiago Valim (OAB/RO 6320)
Advogado: Pablo Rosa Correa Carneiro de Andrade (OAB/RO 4635)
Advogado: Jesus Clezer Cunha Lobato (OAB/RO 2863)
Apelado: Jefferson Nascimento de Abreu
Apelado: Elton Carlos Silva Pimenta
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 04/03/2016

n. 21 0011369-77.2015.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0011369-77.2015.8.22.0001 Porto Velho 4ª Vara Cível
Apelante: Mútua de Assistência dos Profissionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875-A)
Apelado: Vanderlei da Silva
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 23/02/2016

n. 22 0013795-79.1999.8.22.0015 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0013795-79.1999.8.22.0015 Guajará-Mirim 1ª Vara Cível
Apelante: Banco do Brasil S/A
Advogado: Lucildo Cardoso Freire (OAB/RO 4751)
Advogado: Astor Bildhauer (OAB/RN 7874B)
Advogado: Donizeti Elias de Souza (OAB/RO 266B)
Advogada: Janice de Souza Barbosa (OAB/RO 3347)
Advogada: Vera Mônica Queiroz Fernandes Aguiar (OAB/RO 176B)
Advogado: Jerônimo Cortes de Alencar (OAB/RO 139A)
Advogado: João Carlos Lugato (OAB/RO 357B)
Advogado: Oséias Vitorino do Nascimento (OAB/RO 651A)
Advogado: Edilberto Bezerra Lima (OAB/RO 289B)
Apelada: Maria Otelina Nogueira Braga
Apelado: Francisco Carlos Favacho Nogueira
Apelada: Lima e Trindade Ltda
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 19/02/2016

n. 23 0002236-25.2013.8.22.0019 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0002236-25.2013.8.22.0019 Machadinho do Oeste 1ª Vara Cível
Apelante: Ligiane Braz de Menezes
Defensor Público : Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelada: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda
Advogado: Amandio Ferreira Tereso Junior (OAB/RO 4943A)
Advogado: Thiago de Siqueira Batista Macedo (OAB/RO 6842)
Advogada: Maria Lucilia Gomes (OAB/RO 2210)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 05/11/2015

n. 24 0000032-71.2014.8.22.0019 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0000032-71.2014.8.22.0019 Machadinho do Oeste 1ª Vara Cível
Apelante: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda
Advogado: Marcel dos Reis Fernandes (OAB/RO 4940)
Advogado: Hiran Leão Duarte (OAB/CE 10422)
Apelado: Cleiton Araújo da Silva
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 15/03/2016

n. 25 0000190-89.2015.8.22.0020 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0000190-89.2015.8.22.0020 Nova Brasilândia do Oeste 1ª Vara Cível
Apelante: Elizete Gomes da Silva
Advogada: Alice Sirlei Minosso (OAB/RO 1719)
Apelado: Banco BMG S/A
Advogado: Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB/SP 327026)
Advogado: Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Advogada: Carla da Prato Campos (OAB/SP 156844)
Advogado: Rodrigo Ayres Martins de Oliveira (OAB/SP 326722)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 14/03/2016

n. 26 0008538-56.2015.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0008538-56.2015.8.22.0001 Porto Velho 2ª Vara Cível
Apelante: Rosângela Lourenço de Castro
Advogada: Mirian Barnabé de Souza (OAB/RO 5950)
Apelado: Banco Pan S/A
Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB/PE 23255)
Advogado: Renan Thiago Pasqualotto Silva (OAB/RO 6017)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 01/03/2016

n. 27 0008691-14.2014.8.22.0005 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0008691-14.2014.8.22.0005 Ji-Paraná 1ª Vara Cível, Reg. Púb. e Correg. dos Cart. Extra
Apelante: João Raimundo de Lima Neto
Advogado: João Bosco Fagundes Júnior (OAB/RO 6148)
Advogado: Milton Fugiwara (OAB/RO 1194)
Apelada: Darom Móveis Ltda
Advogada: Luciana Nogarol Pagotto (OAB/RO 4198)
Advogado: José Carlos de Araújo (OAB/PR 49943)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 07/01/2016

n. 28 0011039-75.2014.8.22.0014 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0011039-75.2014.8.22.0014 Vilhena 1ª Vara Cível
Apelante: Banco Cifra S/A
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/RO 6235)
Advogado: André Luís Gonçalves (OAB/RO 1991)
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Advogada: Paula Haubert Manteli (OAB/RO 5276)
Advogado: Renan Thiago Pasqualotto Silva (OAB/RO 6017)
Advogado: Urbano Vitalino de Melo Neto (OAB/PE 17700)
Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB/MG 161915 )
Advogada: Hugo Neves de Moraes Andrade (OAB/PE 23798)
Advogado: Bruno Ribeiro de Souza (OAB/PE 30169)
Apelado: João Batista Ferreira da Silva
Advogada: Edriane Francine Dalla Vecchia Hammerschmidt (OAB/RO 7029)
Advogado: Roberto Carlos Maílho (OAB/RO 3047)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 16/02/2016

n. 29 0004367-90.2014.8.22.0001 Apelação (Recurso Adesivo) (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0004367-90.2014.8.22.0001 Porto Velho 3ª Vara Cível
Apelante/Recorrido: Banco Itaucard S/A
Advogado: José Almir da Rocha Mendes Junior (OAB/RN 392A)
Advogado: Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4407)
Advogado: José Antônio Franzzola Junior (OAB/SP 208109)
Advogado: Cláudio de Andrade Paci (OAB/SP 270857)
Apelado/Recorrente: Raimundo Felício da Cruz
Advogado: Carlos Alberto Cantanhêde Lima (OAB/RO 3206)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 15/03/2016

n. 30 0007624-89.2015.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0007624-89.2015.8.22.0001 Porto Velho 2ª Vara Cível
Apelante: Gessyca Oliveira Maia
Advogada: Érica Costa da Silva (OAB/RO 5938)
Advogada: Silvana Fernandes Magalhães Pereira (OAB/RO 3024)
Apelada: Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil
Advogada: Carolina Kantek Garcia Navarro (OAB/PR 33743)
Advogado: Bruno Cachuba Bertelli (OAB/PR 51689)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 11/03/2016

n. 31 0001095-54.2015.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0001095-54.2015.8.22.0001 Porto Velho 2ª Vara Cível
Apelante: Maria de Lourdes Guimarães Branches
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A)
Advogada: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Apelada: Benchimol Irmão & Cia Ltda
Advogado: Roberto Pereira Souza e Silva (OAB/RO 755)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 04/03/2016

n. 32 0012190-81.2015.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0012190-81.2015.8.22.0001 Porto Velho 1ª Vara Cível
Apelante: Jario dos Santos Ramos
Advogada: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A)
Apelada: Claro S/A
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/RO 6235)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 29/02/2016

n. 33 0012445-39.2015.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0012445-39.2015.8.22.0001 Porto Velho 10ª Vara Cível
Apelante: Cledeilson dos Santos Manso
Advogada: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A)
Apelada: Brasil Card Administradora de Cartão de Crédito Ltda
Advogado: Rafael Ferreira Batista (OAB/RO 4182)
Advogado: Neyir Silva Baquião (OAB/MG 129504)
Advogado: Cláudio José de Alencar (OAB/MG 92798)
Advogada: Camila Chaul Aidar Pereira (OAB/RO 5777)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 01/03/2016

n. 34 0000007-78.2015.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0000007-78.2015.8.22.0001 Porto Velho 7ª Vara Cível
Apelante: Telemar Norte Leste S/A
Advogada: Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4240)
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635)
Advogada: Inaiara Gabriela Penha dos Santos (OAB/RO 5594)
Advogado: Marcelo Ferreira Campos (OAB/RO 3250)
Apelada: Neidimar Mota de Oliveira Menezes
Advogada: Joelma Cunha Pedraza (OAB/RO 5024)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 18/02/2016

n. 35 0007064-50.2015.8.22.0001 Apelação (Recurso Adesivo) (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0007064-50.2015.8.22.0001 Porto Velho 9ª Vara Cível
Apelante/Recorrida: Tim Celular S/A
Advogado: Luis Carlos Monteiro Laurenço (OAB/BA 16780)
Advogado: José Manoel Alberto Matias Pires (OAB/RO 3718)
Advogada: Taiana Santos Azevedo (OAB/DF 22452)
Apelada/Recorrente: Katie da Silva Paulino
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A)
Advogada: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 07/06/2016

n. 36 0011894-59.2015.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0011894-59.2015.8.22.0001 Porto Velho 2ª Vara Cível
Apelante: OI S/A
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635)
Advogado: Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501)
Advogada: Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4240)
Apelado: Rafael Rodrigues da Silva
Advogado: Douglas Ricardo Aranha da Silva (OAB/RO 1779)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 17/05/2016

n. 37 0013399-56.2013.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0013399-56.2013.8.22.0001 Porto Velho 3ª Vara Cível
Apelante: Autovema Veículos Ltda
Advogado: José Cristiano Pinheiro (OAB/RO 1529)
Advogada: Valéria Maria Vieira Pinheiro (OAB/RO 1528)
Apelada: Marlene Alves Rodrigues
Advogado: Márcio Silva dos Santos (OAB/RO 838)
Advogada: Vanessa Rodrigues Alves Moita (OAB/RO 5120)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 21/03/2016

n. 38 0015720-30.2014.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0015720-30.2014.8.22.0001 Porto Velho 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Apelante: Oi Móvel S/A
Advogada: Amanda Géssica de Araújo Farias (OAB/RO 5757)
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635)
Advogada: Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4240)
Advogada: Inaiara Gabriela Penha dos Santos (OAB/RO 5594)
Advogado: Marcelo Ferreira Campos (OAB/RO 3250)
Apelado: Messias Nazareno Silveira Maia
Advogado: Bruno Luiz Pinheiro Lima (OAB/RO 3918)
Advogado: Moacyr Rodrigues Pontes Netto (OAB/RO 4149)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 15/03/2016

n. 39 0007265-42.2015.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0007265-42.2015.8.22.0001 Porto Velho 1ª Vara Cível
Apelante: Simeão Furtado Passos
Advogada: Aline Silva Corrêa (OAB/RO 4696)
Apelada: OI S/A
Advogada: Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4240)

Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635)
Advogado: Marcelo Ferreira Campos (OAB/RO 3250)
Advogada: Amanda Géssica de Araújo Farias (OAB/RO 5757)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 04/03/2016

n. 40 0006583-87.2015.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0006583-87.2015.8.22.0001 Porto Velho 4ª Vara Cível
Apelante: Juliana Ester de Oliveira
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A)
Advogada: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Apelada: Calcard Administradora de Cartões de Crédito Ltda
Advogado: Claudio Manoel Silva Bega (OAB/PR 38266)
Advogada: Lucas Thadeu Pierson Ramos (OAB/PR 48203)
Advogada: Silvia Luisa Clarinda dos Santos Mc Donald Davy (OAB/RO 6658)
Advogado: Marcus Vinicius Glerian (OAB/MT 12112)
Advogada: Caroline Carranza Fernandes Arnuti (OAB/RO 1915)
Advogada: Paola Barbosa Almeida Aono (OAB/RO 5827)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 29/03/2016

n. 41 0007252-80.2014.8.22.0000 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0019327-90.2010.8.22.0001 Porto Velho 8ª Vara Cível
Apelante/Apelada : Telma da Silva Ramos de Oliveira
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Advogada: Mabiagina Mendes de Lima (OAB/RO 3912)
Apelado/Apelante : Banco do Brasil S/A
Advogado: Alexandre Leandro da Silva (OAB/RO 4260)
Advogado: Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567)
Advogado: Sandro Pissini Espíndola (OAB/SP 198040)
Advogado: Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4407)
Advogado: Rafael Sganzerla Durand (OAB/MT 12208/A)
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875)
Advogado: Romulo Romano Salles (OAB/RO 6094)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Redistribuído por Prevenção em 14/03/2016

n. 42 0010019-13.2013.8.22.0005 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0010019-13.2013.8.22.0005 Ji-Paraná 4ª Vara Cível
Apelante: Oi Móvel S/A
Advogada: Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4240)
Advogado: Marcelo Ferreira Campos (OAB/RO 3250)
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635)
Apelado: Sérgio Luis Maier
Advogado: Jovem Vilela Filho (OAB/RO 2397)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 15/01/2016

n. 43 0022486-02.2014.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0022486-02.2014.8.22.0001 Porto Velho 3ª Vara Cível
Apelante: Isaac Uchoa de Carvalho
Advogado: Stenio Caio Santos de Lima (OAB/RO 5930)
Advogada: Daliane Elen Brito Morais Santos de Lima (OAB/RO 5931)
Apelada: Oi Móvel S/A
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635)
Advogado: Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501)
Advogada: Keil Tomasi da Silva (OAB/RO 7445)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 22/03/2016

n. 44 0000865-09.2015.8.22.0002 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0000865-09.2015.8.22.0002 Ariquemes 2ª Vara Cível
Apelante: Eduardo Silveira Figueredo
Advogado: Fábio Henrique Furtado Coelho de Oliveira (OAB/RO 5105)
Apelada: OI S/A
Advogado: Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501)
Advogada: Inaiara Gabriela Penha dos Santos (OAB/RO 5594)
Advogado: Marcelo Ferreira Campos (OAB/RO 3250)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 24/02/2016

n. 45 0001677-25.2013.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0001677-25.2013.8.22.0001 Porto Velho 3ª Vara Cível
Apelante: Karla Giannina Galvão Fernandes Lima
Advogado: Paulo Artur Motta de Morais (OAB/RO 5252)
Apelada: Mapfre Seguros Gerais S/A
Advogado: Jaime Augusto Freire de Carvalho Marques (OAB/BA 9446)
Advogado: Gustavo Gerola Marzolla (OAB/RO 4164)
Advogada: Aline Caroline dos Santos (OAB/SP 315168)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 03/09/2015

n. 46 0023100-75.2012.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0023100-75.2012.8.22.0001 Porto Velho 2ª Vara Cível
Apelantes: Marcela Milca Santos Nogueira e outra
Defensor Público : Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelada: Daiane de Souza Santos
Advogado: Guilherme Marcel Gaiotto Jaquini (OAB/RO 4953)
Advogado: Clovis Avanço (OAB/RO 1559)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 20/01/2016

n. 47 0011936-11.2015.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0011936-11.2015.8.22.0001 Porto Velho 8ª Vara Cível
Apelante: Banco Cruzeiro do Sul S/A - Em Liquidação Extrajudicial
Advogado: Benedicto Celso Benício Júnior (OAB/SP 131896)
Advogada: Taylise Catarina Rogério Seixas (OAB/RO 5859)
Advogado: Cleverton Reikdal (OAB/RO 6688)
Apelada: Maria Francineide de Miranda
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Prevenção em 30/03/2016

n. 48 0001379-33.2013.8.22.0001 Apelação (Agravo Retido) (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0001379-33.2013.8.22.0001 Porto Velho 2ª Vara Cível
Apelante/Agravante : José Mouzinho Borges
Advogado: Pedro Origa Neto (OAB/RO 2A)
Advogada: Taísa Alessandra dos Santos Souza (OAB/RO 5033)
Advogado: Douglacir Antônio Evaristo Sant'Ana (OAB/RO 287)
Apelado/Agravado : Jair Ferreira
Advogado: Fábio Henrique dos Santos Leão (OAB/RO 4402)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Prevenção em 12/01/2016

n. 49 0005819-89.2015.8.22.0005 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0005819-89.2015.8.22.0005 Ji-Paraná 4ª Vara Cível
Apelante: GEAP Autogestão em Saúde
Advogada: Gabriela Schiffler Senna Gonçalves (OAB/DF 33347)
Advogado: Rodrigo de Andrade Vasconcelos (OAB/DF 34273)
Apelado: Juarez Aguiar de Franca
Advogada: Andréia Alves da Silva Bolson (OAB/RO 4608)
Advogada: Melissa França Praeiro (OAB/MT 13582)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 04/03/2016

n. 50 0022446-88.2012.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0022446-88.2012.8.22.0001 Porto Velho 5ª Vara Cível
Apelante: João Luiz Nunes Alves
Advogado: Vander Carlos Araújo Machado (OAB/RO 2521)
Advogada: Elisandra Nunes da Silva (OAB/RO 5143)
Apelada: GEAP Autogestão em Saúde
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875-A)
Advogado: Nizam Ghazale (OAB/DF 21664)
Advogado: Rafael D Alessandro Calaf (OAB/DF 17161)
Advogada: Gabriela Schiffler Senna Gonçalves (OAB/DF 33347)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 01/02/2016

n. 51 0003880-86.2015.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0003880-86.2015.8.22.0001 Porto Velho 4ª Vara Cível
Apelante/Apelada : Unimed de Rondônia - Cooperativa de Trabalho Médico
Advogado: Francisco Arquilau de Paula (OAB/RO 1B)
Advogada: Franciany D'Alessandra Dias de Paula (OAB/RO 349B)
Advogado: Breno Dias de Paula (OAB/RO 399B)
Advogada: Suelen Sales da Cruz (OAB/RO 4289)
Apelada/Apelante : Maísa Amélia de Lima
Advogado: Carlos Frederico Meira Borré (OAB/RO 3010)
Advogado: Orlando Leal Freire (OAB/RO 5117)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 30/03/2016

n. 52 0002339-97.2015.8.22.0007 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0002339-97.2015.8.22.0007 Cacoal 3ª Vara Cível
Apelante: José Calisto Gomes
Advogado: José Calisto Gomes (OAB/RO 5362)
Apelada: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A
Advogado: Itallo Gustavo de Almeida Leite (OAB/MT 7413)
Advogado: Eduardo Abílio Kerber Diniz (OAB/RO 4389)
Advogada: Carla Denes Ceconello Leite (OAB/MT 8840B)
Advogada: Iracema Souza de Góis (OAB/RO 662-A)
Advogada: Rachel Fischer Pires de Campos Menna Barreto (OAB/SP 248779)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 28/07/2016

n. 53 0007103-08.2015.8.22.0014 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0007103-08.2015.8.22.0014 Vilhena 3ª Vara Cível
Apelante: VRG Linhas Aéreas S/A
Advogado: Márcio Vinícius Costa Pereira (OAB/RJ 84367)
Advogado: Bernardo Augusto Galindo Coutinho (OAB/RO 2991)
Advogada: Aline Sumeck Bombonato (OAB/RO 3728)
Advogada: Fernanda Rodrigues Masaki (OAB/SP 289469)
Apelado: Alexandre Rocha
Advogada: Diandria Aparecida Fantuci Araújo Pereira (OAB/RO 5910)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 13/10/2016

n. 54 0006720-69.2011.8.22.0014 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0006720-69.2011.8.22.0014 Vilhena 2ª Vara Cível
Apelantes: Oziel Freire Emerik e outro
Advogado: Albert Suckel (OAB/RO 4718)
Advogado: Roberto Carlos Maílho (OAB/RO 3047)
Apelada: Gibrair & Lima Ltda
Advogado: Romilson Fernandes da Silva (OAB/RO 5109)
Advogado: Gustavo José Seibert Fernandes da Silva (OAB/RO 6825)
Advogada: Elenice Aparecida dos Santos (OAB/RO 2644)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 25/05/2015

n. 55 0001113-58.2014.8.22.0018 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0001113-58.2014.8.22.0018 Santa Luzia do Oeste 1ª Vara Cível
Apelante: Rosivaldo da Cruz Silva
Advogado: Jantel Rodrigues Namorato (OAB/RO 6430)
Advogado: Paulo César da Silva (OAB/RO 4502)
Advogado: Daniel de Pádua Cardoso de Freitas (OAB/RO 5824)
Apelado: Vilson José da Silva
Advogado: Thiago Fuzari Borges (OAB/RO 5091)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 23/02/2016

n. 56 0003251-15.2015.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0003251-15.2015.8.22.0001 Porto Velho 2ª Vara Cível
Apelante: Centrais Elétricas de Rondônia S/A CERON
Advogado: Jonathas Coelho Baptista de Mello (OAB/RO 3011)
Advogado: Alex Cavalcante de Souza (OAB/RO 1818)
Advogada: Érica Cristina Claudino de Assunção (OAB/RO 6207)
Apelada: Construtora e Instaladora Rondonorte Ltda
Advogado: Lenine Apolinário de Alencar (OAB/RO 2219)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 15/01/2016

n. 57 0007680-64.2011.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0007680-64.2011.8.22.0001 Porto Velho 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Apelante: Santo Antônio Energia S/A
Advogado: Everson Aparecido Barbosa (OAB/RO 2803)
Advogada: Bianca Paola Camargo de Oliveira (OAB/RO 4020)
Advogada: Gelca Maria de Oliveira Pereira (OAB/RO 4786)
Advogada: Rafaela Pithon Ribeiro (OAB/BA 21026)
Advogada: Bruna Rebeca Pereira da Silva (OAB/RO 4982)
Advogada: Julia Peres Capobianco (OAB/SP 350981)
Advogado: Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861)
Advogada: Ariane Diniz da Costa (OAB/MG 131774)
Advogada: Beatriz Souza Silva (OAB/RO 7089)
Advogada: Thaline Angélica de Lima (OAB/RO 7196)
Advogada: Yanara Oliveira de Vasconcelos (OAB/RO 5989)
Apelados: Edmar Santana Oliveira e outra
Advogada: Iasmine Pereira Barreto (OAB/RO 4621)
Apelado: Signo Hotéis e Turismo Ltda
Advogado: Maguis Umberto Correia (OAB/RO 1214)
Advogado: Allan Pereira Guimarães (OAB/RO 1046)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 23/03/2015

n. 58 0008237-17.2012.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0008237-17.2012.8.22.0001 Porto Velho 2ª Vara Cível
Apelante: Sara Lima da Silva
Advogada: Cristiane Patrícia Hurtado Madueno (OAB/RO 1013)
Advogada: Jucirene Lopes Cardoso (OAB/RO 798)
Apelado: Emanuel Edpolo Carvalho Marques
Advogado: Paulino Palmério Queiroz Filho (OAB/RO 3944)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Prevenção em 22/01/2016

n. 59 0019750-11.2014.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0019750-11.2014.8.22.0001 Porto Velho 5ª Vara Cível
Apelante: Comercial de Produtos Hortifrutigranjeiros Gasparelo Ltda.
Advogada: Caroline Carranza Fernandes Arnuti (OAB/RO 1915)
Advogado: José Carlos Leite Júnior (OAB/RO 4516)
Advogada: Paola Barbosa Almeida Aono (OAB/RO 5827)
Apelados: Adalgisa Alves de Souza Matos e outro
Advogado: Ely Roberto de Castro (OAB/RO 509)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 18/03/2016

n. 60 0003643-94.2012.8.22.0021 Agravo em Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0003643-94.2012.8.22.0021 Buritis 2ª Vara
Agravante: Francisco Rodrigues de Freitas
Advogado: Alberto Biaggi Netto (OAB/RO 2740)
Advogado: Sidney Gonçalves Correia (OAB/RO 2361)
Agravada: Elizangela do Santos Andrade
Advogada: Ledi Buth (OAB/RO 3080)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Interposto em 09/02/2017

n. 61 7001057-41.2016.8.22.0015 Apelação (PJE)
Origem: 7001057-41.2016.8.22.0015 Guajará-Mirim 2ª Vara Cível
Apelante: Telma Inácio de Souza
Advogado: Marilza Gomes de Almeida Barros (OAB/RO 3797)
Apelada: Max Eletro LTDA - ME
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio 05/09/2016

n. 62 7013551-14.2015.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7013551-14.2015.8.22.0001 Porto Velho 4ª Vara de Família
Apelante: Isidora Amaral
Advogado: João Bosco Vieira de Oliveira (OAB/RO 2213)
Advogado: Carlos Silvio Vieira de Souza (OAB/RO 5826)
Apelados: Norberto Amaral Raymundo e outros
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 08/08/2016

n. 63 7004236-16.2016.8.22.0004 Apelação (PJE)
Origem: 7004236-16.2016.8.22.0004 Ouro Preto do Oeste 1ª Vara Cível
Apelante: Antônio Alves dos Santos
Advogado : Evandro Alves dos Santos (OAB/RO 6095-A)
Apelada: União Agropecuária
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 18/01/2017

n. 64 7014930-87.2015.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7014930-87.2015.8.22.0001 Porto Velho 2ª Vara Cível
Apelante: Santina Pereira da Silva e outros
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelado : Itaú Unibanco S/A
Advogado: Cleverton Reikdal (OAB/RO 6688)
Advogado: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
Advogado: Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 27/10/2016

n. 65 7007868-59.2016.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7007868-59.2016.8.22.0001 Porto Velho 2ª Vara Cível
Apelantes: Adiceu Alves da Silva e outros
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelado: Itaú Unibanco S/A
Advogado: Cleverton Reikdal (OAB/RO 6688)
Advogado: Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643)
Advogado: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
Relator: DES KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 29/08/2016

n. 66 7028352-32.2015.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7028352-32.2015.8.22.0001 Porto Velho 2ª Vara Cível
Apelantes: Yolanda Maria Vagermacher e outros
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelado: Itaú Unibanco S/A
Advogado: Cleverton Reikdal (OAB/RO 6688)
Advogada: Daniela Martins Braz (OAB/SP 172743)
Advogado: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
Advogado: Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 06/02/2017

n. 67 7006979-42.2015.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7006979-42.2015.8.22.0001 Porto Velho 2ª Vara Cível
Apelantes: Carlos Binho Collins e outros
Advogado: Antônio Camargo Junior (OAB/PR 15066)
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelado: Itaú Unibanco S/A
Advogado: Cleverston Reikdal (OAB/RO 6688)
Advogado: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
Advogado: Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 22/11/2016

n. 68 7011243-05.2015.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7011243-05.2015.8.22.0001 Porto Velho 2ª Vara Cível
Apelantes: Abnaelia Carvalho de Lima e outros
Advogado : Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelado: Itaú Unibanco S/A
Advogado: Daniela Martins Braz (OAB/SP 172743)
Advogado: Pedro Origa (OAB/RO 1953)
Advogado: José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/SP 126504)
Advogado: Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643)
Advogado: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 24/08/2016

n. 69 7003112-38.2015.8.22.0002 Apelação (PJE)
Origem: 7003112-38.2015.8.22.0002 Ariquemes 2ª Vara Cível
Apelante: Paulo Ricardo Lorenzetti
Advogado: Helma Santana Amorim (OAB/RO 1631)
Advogado: Igor Massayoshi Yoshitomi (OAB/RO 7249)
Apelado: Jorge Bezerra Morais
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 19/07/2016

n. 70 7001585-84.2016.8.22.0012 Apelação (PJE)
Origem: 7001585-84.2016.8.22.0012 Colorado do Oeste 1ª Vara Cível
Apelante: Tim Celular S/A
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/RO 6235)
Advogado: Rubens Gaspar Serra (OAB/SP 119859)
Advogada: Marcia Cristina Gonçalves Silva Bonito (OAB/RJ 100237)
Advogado: Ronaldo Celani Hipolito do Carmo (OAB/SP 195889)
Advogada: Thais de Melo Yaccoub (OAB/RJ 121599)
Apelado: Ademir Simões da Silva
Advogado: Márcio Greyck Gomes (OAB/RO 6607)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 21/02/2017

n. 71 0803570-16.2016.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 7054594-91.2016.8.22.0001 Porto Velho 3ª Vara Cível
Agravante: Marco de Almeida Macedo
Advogado: Rodrigo Tosta Giroldo (OAB/RO 4503)
Agravada: Rondônia Ao Vivo
Agravada: Rondônia Dinâmica
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 26/10/2016

n. 72 0804128-85.2016.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 7004498-12.2016.8.22.0021 Buritis 1ª Vara Cível
Agravante: Worldnet Telecomunicações Ltda - ME
Advogado: Corina Fernandes Pereira (OAB/RO 2074)
Agravados: Daniel Nunes Ricardo e outra
Advogado: Karina Tavares Sena Ricardo (OAB/RO 4085)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 15/12/2016

n. 73 0803933-03.2016.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJE)
Origem : 0027143-18.2004.8.22.0007 Cacoal 2ª Vara Cível
Agravante: Gecilene Antunes Faustino
Advogada: Gecilene Antunes Faustino (OAB/RO 2474)
Agravado: Juveliço Iriberto Decarli Junior
Advogado: Juvenilco Iriberio Decarli (OAB/RO 248-A)
Relator : DES. KIYOCHI MORI
Redistribuído por Prevenção em 13/12/2016

n. 74 0803668-98.2016.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 0000457-76.8.22.0007 Cacoal 4ª Vara Cível
Agravantes : Petry Indústria e Comércio de Alimentos Ltda e outros
Advogado: Eriseu Petry (OAB/RO 2791)
Advogado: Luan Icaom de Almeida Amaral (OAB/RO 7651)
Agravado: Kaoru Antônio Haramoto
Advogado: José Carlos Carvalho (OAB/RO 406)
Advogado: Marcio Sugahara Azevedo (OAB/RO 4469)
Advogado: Carlos Eduardo Cardoso Raulino (OAB/DF 34973)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Redistribuído por Prevenção em 12/12/2016

n. 75 0800051-96.2017.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 700726-35.2016.8.22.0007 Cacoal 3ª Vara Cível
Agravante: Banco do Brasil S/A
Advogado: Marcos Sérgio Forti Bell (OAB/SP 108034)
Advogado: Anderson Pereira Charão (OAB/SP 320381)
Agravado: Guilherme Caldas
Advogado: Márcio Mello Casado (OAB/RO 6647-A)
Advogado: Dariano José Secco (OAB/SP 164619A)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Redistribuído por Prevenção em 20/02/2017

n. 76 7006842-60.2015.8.22.0001 Agravo em Apelação (PJE)
Origem: 7006842-60.2015.8.22.0001 Porto Velho 10ª Vara Cível
Agravante: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
Advogada: Michele Luana Sanches (OAB/RO 2910)
Advogado: Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894)
Agravado: José Machado de Souza
Advogado: Artur Henrique Nascimento Santos (OAB/RO 6772)
Relator: DES. KIYOCHI MORI
Interposto em 23/02/2017

n. 77 7010012-40.2015.8.22.0001 Embargos de Declaração em Apelação (PJE)
Origem: 7010012-40.2015.8.22.0001 Porto Velho 8º Vara Cível
Embargante : Luzia dos Santos Saraiva
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Embargado : Banco BMG S/A
Relator : DES. KIYOCHI MORI
Interpostos em 13/10/2016

n. 78 7005992-06.2015.8.22.0001 Embargos de Declaração em Apelação (PJE)
Origem: 7005992-06.2015.8.22.0001 Porto Velho 9ª Vara Cível
Embargantes : Anita Pinheiro de Barros e Silva e outros
Advogado : Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Embargado : Itaú Unibanco S/A
Advogado : Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
Advogado : Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643)
Relator : DES. KIYOCHI MORI
Interpostos em 19/10/2016

n. 79 7012625-33.2015.8.22.0001 Embargos de Declaração em Apelação (PJE)
Origem : 7012625-33.2015.8.22.0001 Porto Velho 8ª Vara Cível
Embargante : Aristopholo Martins de Campos
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Advogada: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Embargado : Banco Santander (BRASIL) S/A
Advogado : Marco Andre Honda Flores (OAB/MS 6171)
Relator : DES. KIYOCHI MORI
Interpostos em 04/10/2016

n. 80 0000050-46.2014.8.22.0002 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0000050-46.2014.8.22.0002 Ariquemes 1ª Vara Cível
Apelante: Canaã Geração de Energia S/A
Advogado: Luiz Felipe da Silva Andrade (OAB/RO 6175)
Advogado: Richard Campanari (OAB/RO 2889)
Advogada: Erika Camargo Gerhardt (OAB/RO 1911)
Advogado: Gustavo Dandolini (OAB/RO 3205)
Advogado: Raduan Celso Alves de Oliveira Nobre (OAB/RO 5893)
Advogada: Carolina Correa do Amaral Ribeiro (OAB/PR 41613)
Advogado: Camilla Hoffmann da Rosa (SSP/RS 82513)
Apelados: Edinaldo Aparecido Vidigal e outra
Advogado: Sérgio Gomes de Oliveira (OAB/RO 5750)
Advogado: Fernando Martins Gonçalves (OAB/RO 834)
Relator: JUIZ CONVOCADO CARLOS AUGUSTO TELES DE NEGREIROS
Distribuído por Sorteio em 20/05/2015

n. 81 0001933-65.2014.8.22.0022 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0001933-65.2014.8.22.0022 São Miguel do Guaporé 1ª Vara Cível
Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
Advogado: Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894)
Advogada: Michele Luana Sanches (OAB/RO 2910)
Apelada: Juracy Francisco Flor
Advogado: Thiago de Assis da Silva (OAB/RO 6878)
Advogado: Emerson Baggio (OAB/RO 4272)
Relator: JUIZ CONVOCADO CARLOS AUGUSTO TELES DE NEGREIROS
Distribuído por Sorteio em 08/06/2016

n. 82 0005462-12.2015.8.22.0005 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0005462-12.2015.8.22.0005 Ji-Paraná 3ª Vara Cível
Apelante: Banco Itaucard S/A
Advogado: José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB/RO 5402)
Advogado: Everton Melo da Rosa (OAB/RO 6544)
Apelada: Margarida Vicente Porto
Relator: JUIZ CONVOCADO CARLOS AUGUSTO TELES DE NEGREIROS
Distribuído por Sorteio em 13/01/2016

n. 83 0009255-61.2012.8.22.0005 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0009255-61.2012.8.22.0005 Ji-Paraná 1ª Vara Cível, Reg. Púb. e Correg. dos Cart. Extra
Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
Advogado: Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894)

Advogada: Michele Luana Sanches (OAB/RO 2910)
Advogado: Edyen Valente Calepis (OAB/MS 8767)
Apelada: Euzi Vieira de Aguiar
Advogado: Juliano Pinto Ribeiro (OAB/RO 3940)
Relator: JUIZ CONVOCADO CARLOS AUGUSTO TELES DE NEGREIROS
Distribuído por Sorteio em 12/01/2016

n. 84 0009788-61.2014.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0009788-61.2014.8.22.0001 Porto Velho 10ª Vara Cível
Apelante: Manoel Teles da Rocha
Advogado: Nilton Barreto Lino de Moraes (OAB/RO 3974)
Apelada: Itaú Seguros de Autos e Residência S/A
Advogado: José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB/SP 273843)
Advogada: Hianara de Marilac Braga Ocampo (OAB/RO 4783)
Relator: JUIZ CONVOCADO CARLOS AUGUSTO TELES DE NEGREIROS
Distribuído por Sorteio em 05/02/2015

n. 85 0001430-73.2015.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0001430-73.2015.8.22.0001 Porto Velho 4ª Vara Cível
Apelante: Banco Bradesco S/A
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/SP 128341)
Apelada: Ivonete Lima Araújo
Advogada: Márcia de Souza Nepomuceno (OAB/RO 4181)
Advogado: Wellington Carlos Gottardo (OAB/RO 4093)
Relator: JUIZ CONVOCADO CARLOS AUGUSTO TELES DE NEGREIROS
Impedido: Des. Kiyochi Mori
Redistribuído por Sorteio em 22/11/2016

n. 86 0009026-16.2012.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0009026-16.2012.8.22.0001 Porto Velho 3ª Vara Cível
Apelante: Paulo Belocurow
Advogado: José Maria de Souza Rodrigues (OAB/RO 1909)
Apelado: Olindo Donizete Melo
Advogada: Josyléia Silva dos Santos Melo (OAB/RO 2188)
Advogado: Márcio José da Silva (OAB/RO 1566)
Advogada: Lorena Cristina dos Santos Melo Massaro (OAB/RO 3479)
Relator: JUIZ CONVOCADO CARLOS AUGUSTO TELES DE NEGREIROS
Distribuído por Sorteio em 10/04/2015

n. 87 0013186-76.2015.8.22.0002 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0013186-76.2015.8.22.0002 Ariquemes 1ª Vara Cível
Apelante: Cometa Ji-Paraná Comércio de Veículos Ltda
Advogada: Patrícia Jorge da Cunha Viana Dantas (OAB/MT 8014)
Advogada: Andréia Alves dos Santos (OAB/RO 4878)
Apelado: Fausto Sereia Junior
Relator: JUIZ CONVOCADO CARLOS AUGUSTO TELES DE NEGREIROS
Distribuído por Sorteio em 30/12/2015

n. 88 0019270-38.2011.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0019270-38.2011.8.22.0001 Porto Velho 3ª Vara Cível
Apelante: Edvaldo Sebastião de Souza
Advogada: Manuela Gsellmann da Costa (OAB/RO 3511)
Advogada: Francimeyre Rúbio Passos (OAB/RO 6507)
Advogado: Roberto Jarbas Moura de Souza (OAB/RO 1246)
Apelada: Cooperativa Riobranquense de Transportes Ltda
Advogado: Christian José de Alcântara (OAB/MG 103.287)
Advogado: Breno Mendes da Silva Farias (OAB/RO 5161)
Advogado: Eucilen Freitas de Sá (OAB/RO 4028)
Advogada: Juraci Aparecida Valente da Silva (OAB/RO 156B)
Apelada: Alexandre Pereira Recuperação de Crédito Empresarial Ltda ME
Relator: JUIZ CONVOCADO CARLOS AUGUSTO TELES DE NEGREIROS
Distribuído por Sorteio em 07/06/2016

n. 89 0005872-19.2014.8.22.0001 Agravo em Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0005872-19.2014.8.22.0001 Porto Velho 7ª Vara Cível
Agravante: Fabrício Moraes de Almeida
Advogado: Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643)
Advogado: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
Advogado: José Donizete Silva Junior (OAB/RO 7741)
Agravada: Lucilene Gomes
Advogada: Ivonete Rodrigues Caja (OAB/RO 1871)
Advogada: Vanessa de Souza Camargo Fernandes (OAB/RO 5651)
Relator: JUIZ CONVOCADO CARLOS AUGUSTO TELES DE NEGREIROS
Interposto em 14/02/2017

n. 90 0008598-60.2014.8.22.0002 Agravo em Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0008598-60.2014.8.22.0002 Ariquemes 4ª Vara Cível
Agravante: Oi S/A
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635)
Advogado: Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501)
Advogada: Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4240)
Agravada: Tania Mara Venceslau Demétrio
Advogado: Clécio Silva dos Santos (OAB/RO 4993)
Terceiro Interessado: Telemont Engenharia de Telecomunicações S/A
Advogado: Paulo Roberto Roque Antônio Khouri (OAB/DF 10671)
Advogada: Gabriela Leite Farias (OAB/DF 34060)
Advogada: Andréia Alves dos Santos (OAB/RO 4878)
Advogada: Jacimar Pereira Rigolon (OAB/RO 1740)
Advogada: Marcel Gaston Nogueira (OAB/DF 44263)
Relator: JUIZ CONVOCADO CARLOS AUGUSTO TELES DE NEGREIROS
Interposto em 16/02/2017

n. 91 0009986-64.2015.8.22.0001 Agravo em Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0009986-64.2015.8.22.0001 Porto Velho 8ª Vara Cível
Agravante: Sidilei Proensa dos Santos
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A)
Advogada: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Agravada: Móveis Romera Ltda
Advogado: Diogo Lopes Vilela Berbel (OAB/PR 41766)
Advogado: Gustavo de Rezende Mitne (OAB/PR 52997)
Advogado: Paulo Biz Faria (OAB/PR 75679)
Relator: JUIZ CONVOCADO CARLOS AUGUSTO TELES DE NEGREIROS
Interposto em 14/02/2017

n. 92 0012310-27.2015.8.22.0001 Agravo em Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0012310-27.2015.8.22.0001 Porto Velho 2ª Vara Cível
Agravante: Geslaine dos Santos de Souza
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A)
Advogada: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Agravada: Calcard Administradora de Cartões de Crédito Ltda
Advogada: Caroline Carranza Fernandes Arnuti (OAB/RO 1915)
Advogado: Marcus Vinicius Glerian (OAB/MT 12112)

Advogado: Claudio Manoel Silva Bega (OAB/PR 38266)
Advogada: Lucas Thadeu Pierson Ramos (OAB/PR 48203)
Relator: JUIZ CONVOCADO CARLOS AUGUSTO TELES DE NEGREIROS
Interposto em 16/02/2017

n. 93 0017051-47.2014.8.22.0001 Agravo em Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0017051-47.2014.8.22.0001 Porto Velho 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Agravante: OI S/A
Advogado: Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501)
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635)
Advogada: Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4240)
Advogado: Marcelo Ferreira Campos (OAB/RO 3250)
Agravados: Leonardo Zimermmann Barakat e outro
Advogado: Gustavo Marcel Sarmento Duarte (OAB/RO 6165)
Relator: JUIZ CONVOCADO CARLOS AUGUSTO TELES DE NEGREIROS
Interposto em 22/02/2017

n. 94 7006974-20.2015.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 70006974-201.2015.8.22.0001 Porto Velho 1ª Vara Cível
Apelante: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado: Jonathas Coelho Baptista de Mello (OAB/RO 3011)
Advogado: Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Apelada: Izelia Tavares da Silva
Advogado: Fausto Schumaher Ale (OAB/RO 4165)
Relator: JUIZ CONVOCADO CARLOS AUGUSTO TELES DE NEGREIROS
Distribuído por Sorteio em 12/08/2016

n. 95 7008534-94.2015.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7008534-94.2015.8.22.0001 Porto Velho 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Apelante: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado: Jonathas Coelho Baptista de Mello (OAB/RO 3011)
Advogado: Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Advogada: Bruna Tatiane dos Santos Pinheiro Sarmento (OAB/RO 5462)
Apelada : Arina Vaz da Costa
Advogado: Fausto Schumaher Ale (OAB/RO 4165)
Relator: JUIZ CONVOCADO CARLOS AUGUSTO TELES DE NEGREIROS
Distribuído por Sorteio em 20/01/2017

n. 96 7008556-21.2016.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7008556-21.2016.8.22.0001 Porto Velho 1ª Vara Cível
Apelante: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado: Jonathas Coelho Baptista de Mello (OAB/RO 3011)
Advogado: Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Advogada: Erica Cristina Claudino (OAB/RO 6207)
Advogado: Alex Cavalcante de Souza (OAB/RO 1818)
Apelado: Paulo Adolfo da Silva
Advogado: Fausto Schumaher Ale (OAB/RO 4165)
Relator: JUIZ CONVOCADO CARLOS AUGUSTO TELES DE NEGREIROS
Distribuído por Sorteio em 06/09/2016

n. 97 7008749-36.2016.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem : 7008749-36.2016.8.22.0001 Porto Velho 1ª Vara Cível
Apelante: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado: Jonathas Coelho Baptista de Mello (OAB/RO 3011)
Advogado: Alex Cavalcante de Souza (OAB/RO 1818)
Advogada: Bruna Tatiane dos Santos Pinheiro Sarmento (OAB/RO 5462)
Apelada: Leidemar Rodrigues Veiga
Advogado: Fausto Schumaher Ale (OAB/RO 4165)
Relator: JUIZ CONVOCADO CARLOS AUGUSTO TELES DE NEGREIROS
Distribuído por Sorteio em 18/10/2016

n. 98 7022909-03.2015.8.22.0001 Apelação (PJE)
Origem: 7022909-03.2015.8.22.0001 Porto Velho 3ª Vara Cível
Apelante: José Erivan Pimenta França
Advogado: Fausto Schumaher Ale (OAB/RO 4165)
Apelada: Centrais Elétricas de Rondônia S/A Ceron
Relator: JUIZ CONVOCADO CARLOS AUGUSTO TELES DE NEGREIROS
Distribuído por Sorteio em 20/06/2016

n. 99 0001109-38.2015.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0001109-38.2015.8.22.0001 Porto Velho 2ª Vara Cível
Apelante: Claro S/A
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/RO 6235)
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Advogada: Patrícia Marino Silva (OAB/MG 124219)
Advogada: Ana Paula Arantes de Freitas Linhares (OAB/DF 13166)
Apelado: Fabiano Brito Gomes
Advogada: Rosângela Lázaro de Oliveira (OAB/RO 610)
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 08/10/2015

n. 100 0001707-89.2015.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0001707-89.2015.8.22.0001 Porto Velho 8ª Vara Cível
Apelante: Alcinei Moises Botelho da Silva
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A)
Advogada: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Apelada: Claro S/A
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/RO 6235)
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Advogada: Eliara Vieira Brant (OAB/MG 125391)
Advogada: Ana Paula Arantes de Freitas Linhares (OAB/DF 13166)
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 09/09/2015

n. 101 0008863-65.2014.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0008863-65.2014.8.22.0001 Porto Velho 9ª Vara Cível
Apelante: ADIM Administradora e Incorporadora de Imóveis Ltda EPP
Advogada: Fernanda Mayara Oliveira Claros (OAB/RO 4726)
Apelado: Airton Rodrigues Galvão de Oliveira
Advogado: Sérgio Holanda da Costa Morais (OAB/RO 5966)
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 09/07/2015

n. 102 0005996-62.2015.8.22.0002 Apelação (Recurso Adesivo) (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0005996-62.2015.8.22.0002 Ariquemes 4ª Vara Cível
Apelante/Recorrido : Rubson Cordeiro de Jesus
Advogado: Fabiano Reges Fernandes (OAB/RO 4806)
Apelado/Recorrente: Fabrica de Alumínio São Carlos
Curadora: Aline Angela Duarte (OAB/RO 2095)
Curador: Marcos Rodrigues Cassetari Júnior (OAB/RO 1880)
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 14/12/2015

n. 103 0002914-40.2013.8.22.0019 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0002914-40.2013.8.22.0019 Machadinho do Oeste 1ª Vara Cível
Apelante: Franciely Faria Sobral
Advogada: Eunice Braga Leme (OAB/RO 1172)
Advogado: Alexandre Moraes dos Santos (OAB/RO 3044)

Apelada: Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A
Advogado: Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)
Advogado: Diego Vinícius Sant Ana (OAB/RO 6880)
Advogado: Marcos Toshiro Ishida (OAB/RO 4273)
Advogado: Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800)
Advogado: Gustavo Corrêa Rodrigues (OAB/RJ 110459)
Advogada: Ana Gabriela Rover (OAB/RO 5210)
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 07/10/2015

n. 104 0015657-05.2014.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0015657-05.2014.8.22.0001 Porto Velho 9ª Vara Cível
Apelante: Claro S/A
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/RO 6235)
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Advogada: Eliara Vieira Brant (OAB/MG 125391)
Advogada: Ana Paula Arantes de Freitas Linhares (OAB/DF 13166)
Apelado: Valdinei Teixeira da Silva
Advogada: Patrícia Bergamaschi de Araújo (OAB/RO 4242)
Advogado: Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300)
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 28/08/2015

n. 105 0009241-03.2014.8.22.0007 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0009241-03.2014.8.22.0007 Cacoal 1ª Vara Cível
Apelante: Associação Municipal dos Estudantes AME
Advogada: Rosimeiry Maria de Lima (OAB/RO 2504)
Apelada: Associação Rural de Cacoal - ARCA
Advogado: José Henrique Sobrinho (OAB/RO 50B)
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 16/09/2015

n. 106 0018111-55.2014.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0018111-55.2014.8.22.0001 Porto Velho 4ª Vara Cível
Apelante: Marinalda Alves Pereira
Advogado: Gustavo Nobre de Azevedo (OAB/RO 5523)
Apelado: Sul América Companhia Nacional de Seguros
Advogado: Iran da Paixão Tavares Júnior (OAB/RO 5087)
Advogado: Andrey Cavalcante de Carvalho (OAB/RO 303B)
Advogado: Paulo Barroso Serpa (OAB/RO 4923)
Advogada: Mirele Rebouças de Queiroz Jucá (OAB/RO 3193)
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 11/09/2015

n. 107 0005522-22.2014.8.22.0004 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0005522-22.2014.8.22.0004 Ouro Preto do Oeste 2ª Vara Cível
Apelante: G. L. N. de S. representada por sua mãe S. N. S.
Defensor Público : Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: J. A. de S. P.
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 27/08/2015

n. 108 0001551-89.2015.8.22.0005 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0001551-89.2015.8.22.0005 Ji-Paraná 5ª Vara Cível
Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)
Advogada: Claudete Solange Ferreira (OAB/RO 972)
Advogado: Florindo Silvestre Poersch (AC 800)
Apelada: Caren Vitório Rocha Ribeiro de Souza
Advogada: Darlene de Almeida Ferreira (OAB/RO 1338)
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 11/09/2015

n. 109 0003457-29.2015.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0003457-29.2015.8.22.0001 Porto Velho 8ª Vara Cível
Apelante: Dinaor João Soccol
Advogado: Guilherme Tourinho Gaiotto (OAB/RO 6183)
Apelado: Banco Bradesco S/A
Advogado: José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RO 4570)
Advogada: Iris Elena da Cunha Gomes da Silva (OAB/RO 5833)
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Impedido: Des. Kiyochi Mori
Distribuído por Sorteio em 31/08/2015

n. 110 0014128-70.2013.8.22.0005 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0014128-70.2013.8.22.0005 Ji-Paraná 1ª Vara Cível, Reg. Púb. e Correg. dos Cart. Extra
Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
Advogado: Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)
Advogada: Claudete Solange Ferreira (OAB/RO 972)
Advogado: Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800)
Advogada: Luciana Nagarol Pagotto (OAB/RO 4198)
Apelado: Jorge da Silva Bispo
Advogado: Juliano Pinto Ribeiro (OAB/RO 3940)
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 01/10/2015

n. 111 0014757-56.2013.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0014757-56.2013.8.22.0001 Porto Velho 1ª Vara Cível
Apelante/Apelada : Darcy de Sá Almeida
Advogado: Ezio Pires dos Santos (OAB/RO 5870)
Advogado: Washington Ferreira Mendonça (OAB/RO 1946)
Apelado/Apelante : Horácio Batista Guedes Júnior
Advogada: Carolina Gioscia Leal de Melo (OAB/RO 2592)
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 04/09/2015

n. 112 0014942-94.2013.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0014942-94.2013.8.22.0001 Porto Velho 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Apelante: Elvimar Costa da Cruz
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A)
Advogada: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Apelada: Edivaldo Ribeiro Lima - ME
Advogado: José Anastácio Sobrinho (OAB/RO 872)
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 21/10/2015

n. 113 0024607-03.2014.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0024607-03.2014.8.22.0001 Porto Velho 7ª Vara Cível
Apelante: Karl Marx Alencar Xavier
Advogado: Marlos Gaio (OAB/RO 5785)
Advogada: Cyanira de Fátima Souza Oliveira Maciel (OAB/RO 5449)
Apelada: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
Advogado: Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894)
Advogado: Edyen Valente Calepis (OAB/MS 8767)
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 03/09/2015

n. 114 0024949-14.2014.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0024949-14.2014.8.22.0001 Porto Velho 1ª Vara Cível
Apelante: Aldo Lopes dos Santos
Advogado: Ueliton Felipe Azevedo de Oliveira (OAB/RO 5176)
Advogado: Elvis Dias Pinto (OAB/RO 3447)
Apelado: Banco Cruzeiro do Sul S/A - Em Liquidação Extrajudicial
Advogada: Taylise Catarina Rogério Seixas (OAB/RO 5859)
Advogado: Renan Thiago Pasqualotto Silva (OAB/RO 6017)
Advogado: Hugo Marques Monteiro (OAB/RO 6803)
Advogado: Eudiracy Alves da Silva Junior (OAB/SP 122605)
Advogado: Allison Dilles dos Santos Predolin (OAB/SP 285526)
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 15/09/2015

n. 115 0023357-32.2014.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0023357-32.2014.8.22.0001 Porto Velho 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Apelante: Telefônica Brasil S/A
Advogado: Renan Thiago Pasqualotto Silva (OAB/RO 6017)
Advogado: Daniel França Silva (OAB/DF 24214)
Apelado: Cleociano Pereira do Nascimento Apurina
Advogada: Rosiney Araújo Reis (OAB/RO 4144)
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 21/10/2015

n. 116 0019250-42.2014.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0019250-42.2014.8.22.0001 Porto Velho 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Apelante: Claro S/A
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/RO 6235)
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Advogada: Eliara Vieira Brant (OAB/MG 125391)
Advogada: Ana Paula Arantes de Freitas Linhares (OAB/DF 13166)
Advogada: Patrícia Marino Silva (OAB/MG 124219)
Apelado: Edilson Augustinho de Lima
Advogado: Douglas Ricardo Aranha da Silva (OAB/RO 1779)
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 31/08/2015

n. 117 0002177-05.2015.8.22.0007 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0002177-05.2015.8.22.0007 Cacoal 4ª Vara Cível
Apelante: JFB Cacoal Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado: Francisco de Souza Rangel (OAB/RO 2464)
Advogado: Everaldo Braun (OAB/RO 6266)
Advogado: Andrey Cavalcante de Carvalho (OAB/RO 303-B)
Advogado: Paulo Barroso Serpa (OAB/RO 4923)
Apelada: Simone Lopes da Silva
Advogada: Lorena Kemper Carneiro (OAB/RO 6497)
Advogada: Marlise Kemper (OAB/RO 6865)
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 07/10/2015

n. 118 0000645-82.2014.8.22.0022 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0000645-82.2014.8.22.0022 São Miguel do Guaporé 1ª Vara Cível
Apelante: José Aparecido Peixoto
Advogado: Emerson Baggio (OAB/RO 4272)
Advogado: Thiago de Assis da Silva (OAB/SC 35135)
Apelada: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
Advogada: Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5017)
Advogada: Lirian Galinari Oliveira (OAB/RO 6046)
Advogada: Lílian Mariane Lira (OAB/RO 3579)
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 30/09/2015

n. 119 0014128-36.2014.8.22.0005 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0014128-36.2014.8.22.0005 Ji-Paraná 4ª Vara Cível
Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
Advogada: Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5017)
Advogada: Estela Máris Anselmo Savoldi (OAB/RO 1755)
Advogado: Eduardo Martins do Carmo (OAB/RO 1866)
Apelada: Zenaide Moreira Gonçalves
Advogada: Vanessa Saldanha Vieira (OAB/RO 3587)
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 23/09/2015

n. 120 0006296-32.2012.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0006296-32.2012.8.22.0001 Porto Velho 1ª Vara Cível
Apelante: Gafisa SPE 85 Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado: Rodrigo Borges Soares (OAB/RO 4712)
Apelada: Antônia Aciole Brito
Advogado: Eduardo Abílio Kerber Diniz (OAB/RO 4389)
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Redistribuído por Prevenção em 08/07/2016

n. 121 0001380-47.2015.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0001380-47.2015.8.22.0001 Porto Velho 1ª Vara Cível
Apelante: Banco Bradesco S/A
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4872A)
Apelado: Adriano Bezerra de Souza Mariaca
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A)
Advogada: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Impedido: Des. Kiyochi Mori
Distribuído por Sorteio em 15/09/2015

n. 122 0001491-33.2013.8.22.0023 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0001491-33.2013.8.22.0023 São Francisco do Guaporé 1ª Vara Cível
Apelante: Banco do Brasil S/A
Advogado: Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567)
Advogada: Carolina Gioscia Leal de Melo (OAB/RO 2592)
Advogado: Luiz Carlos Icety Antunes (OAB/MT 18032/A)
Advogado: Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4407)
Apelados: Vilmar Ogrodowczyk e outros
Advogado: Juarez Cordeiro dos Santos (OAB/RO 3262)
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 11/09/2015

n. 123 0003377-75.2014.8.22.0009 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0003377-75.2014.8.22.0009 Pimenta Bueno 2ª Vara Cível
Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
Advogado: Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)
Advogado: Lucas Vendrusculo (OAB/RO 2666)
Apelado: Marcos Antônio de Souza
Advogada: Flávia Aparecida Flores (OAB/RO 3111)
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 22/10/2015

n. 124 0010184-38.2014.8.22.0001 Apelação (Processo Digital)
Origem: 0010184-38.2014.8.22.0001 Porto Velho 9ª Vara Cível
Apelante: Ademir Carneiro
Advogado: Vilson dos Santos Souza (OAB/RO 4828)
Apeladas: Eunice Ângelo de Oliveira e outra
Advogado: Eudes Costa Lustosa (OAB/RO 3431)
Relator: DES ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 31/08/2016

n. 125 0002722-12.2014.8.22.0007 Agravo em Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0002722-12.2014.8.22.0007 Cacoal 1ª Vara Cível
Agravante: OI S/A
Advogada: Márcia Aparecida Del Piero Silva (OAB/RO 5293)
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635)
Advogado: Marcelo Ferreira Campos (OAB/RO 3250)
Advogada: Renêe Maria Barros Almeida de Paula (OAB/RO 5801)
Advogado: Antônio Ricardo Carneiro Andrade (OAB/RO 6347)
Advogada: Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4240)
Agravada: Pantaleão e Tozi Ltda Me
Advogado: Thiago Caron Fachetti (OAB/RO 4252)
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Interposto em 09/11/2016

n. 126 0020504-55.2011.8.22.0001 Agravo em Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0020504-55.2011.8.22.0001 Porto Velho 1ª Vara Cível
Agravante: Empresa Cinematográfica Araçatuba Ltda
Advogado: Marcelo Estebanez Martins (OAB/RO 3208)
Advogado: Francisco Bromati Neto (OAB/SP 297205)
Advogada: Daniele Meira Couto (OAB/RO 2400)
Advogado: Paulo Henrique de Souza Freitas (OAB/SP 102546)
Agravado: Eduardo Reinheimer Junior
Advogada: Karina Rocha Prado (OAB/RO 1776)
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Interposto em 26/10/2015

n. 127 0009930-96.2013.8.22.0002 Agravo em Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0009930-96.2013.8.22.0002 Ariquemes 4ª Vara Cível
Agravante: Francisco Marcos de Jesus
Advogado: Lucas Mello Rodrigues (OAB/RO 6528)
Agravada: Centrais Elétricas de Rondônia S/A CERON
Advogada: Ana Caroline Romano Castelo Branco (OAB/RO 5991)
Advogada: Francianny Aires da Silva Ozias (OAB/RO 1190)
Advogado: César Henrique Longuini (OAB/RO 5217)
Advogada: Silvia de Oliveira (OAB/RO 1285)
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Interposto em 30/11/2015

n. 128 0800081-68.2016.8.22.0000 Agravo em Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 7017255-35.2015.8.22.0001 Porto Velho 10ª Vara Cível
Agravante: Banco Pan S/A
Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB/PE 23255)
Agravada: Maria Glaucia Faitanin da Silva
Advogado: Michelle Fascini Xavier (OAB/AM 860)
Advogado: Wilson Molina Porto (OAB/RO 6291)
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Interposto em 15/02/2016

n. 129 0801710-14.2015.8.22.0000 Agravo em Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 0008160-61.2015.8.22.0014 Vilhena 2ª Vara Cível
Agravantes : Edward Anthony Gordon e outra
Advogada: Glória Chris Gordon (OAB/RO 3399)
Advogado: Vinícius Pompeu da Silva Gordon (OAB/RO 5680)
Agravado: Banco Bradesco S/A
Advogado: Amandio Ferreira Tereso Júnior OAB/RO (4943-A)
Advogada: Maria Lucilia Gomes, OAB/RO (2210-A)
Advogado: Adriano Michael Videira dos Santos (OAB/RO 4788)
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Impedido: Des. Kiyochi Mori
Interposto em 13/01/2016

n. 130 0802236-78.2015.8.22.0000 Agravo em Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 0007894-13.2015.8.22.0002 Ariquemes 3ª Vara Cível
Agravantes : Osvaldo Andrade da Cunha e outros
Advogada: Cristiane Ribeiro Bissoli (OAB/RO 4848)
Agravada: Centrais Eletricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado: Alex Cavalcante de Souza (OAB/RO 1818)
Advogado: Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Advogado: Marcelo Rodrigues Xavier (OAB/RO 2391)
Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Interposto em 20/01/2016

n. 131 0801879-64.2016.8.22.0000 Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 0019415-86.2014.8.22.0002 Ariquemes 4ª Vara Cível
Embargante : Arlen José Silva de Souza
Advogado : Nelson Pereira da Silva (OAB/RO 4283)
Advogado : Renan Gomes Silva (OAB/SP 168954)
Embargada : Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Ariquemes Ltda - CREDISIS CREDIARI
Advogado : Valdomiro Jacintho Rodrigues (OAB/RO 2368)
Advogado : William Alves Jacintho Rodrigues (OAB/RO 3272)
Relator : DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Interpostos em 22/02/2017

n. 132 0801303-71.2016.8.22.0000 Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento (PJE)
Origem : 0011109-58.2015.8.22.0014 Vilhena 2ª Vara Cível
Embargante : Banco BMG S/A
Advogado : Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB/PE 23255)
Advogado : Hugo Neves de Moraes Andrade (OAB/PE 23798)
Advogada : Ana Tereza de Aguiar Valença (OAB/PE 33980)
Embargada : Maria Rosa Queiroz de Amorim
Advogada : Priscila Sagrado Uchida (OAB/RO 5255)
Relator : DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Interpostos em 12/12/2016

n. 133 0800886-21.2016.8.22.0000 Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 0005913-40.2015.8.22.0004 Ouro Preto do Oeste 1ª Vara Cível
Embargante: Sebastião José Arantes Júnior e outros
Advogada: Magda Rosângela Franzin Stecca (OAB/RO 303)
Embargada : Carmem Lúcia Ferreira da Silva
Advogado: Diogenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831)
Advogado: Márcio Valério de Sousa (OAB/RO 4976)
Embargado : Maciel Ferreira da Silva
Relator : DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Interpostos em 15/12/2016

n. 134 0802186-18.2016.8.22.0000 Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 7022357-04.2016.8.22.0001 Porto Velho 5ª Vara Cível
Embargante : Banco Cruzeiro do Sul S/A - Em Liquidação Extrajudicial
Advogado : Benedicto Celso Benicio Junior (OAB/SP 131896)
Advogada :Taylise Catarina Rogerio Seixas (OAB/RO 5859)
Embargado : José Carlos de Souza Colares
Relator : DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Interpostos em 21/10/2016

n. 135 0001899-58.2011.8.22.0002 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0001899-58.2011.8.22.0002 Ariquemes 2ª Vara Cível
Apelantes: Herberto Rieger e outra
Advogado: Sidnei Doná (OAB/RO 377B)
Advogado: Herberto Rieger (OAB/PR 3640A)
Apelada: Elzi Faria Augusto
Advogada: Sandra Pires Corrêa Araújo (OAB/RO 3164)
Advogada: Flávia Lúcia Pacheco Bezerra (OAB/RO 2093)
Litisconsorte Passivo : Terceiros Interessados
Curador : Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: DES. MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Distribuído por Prevenção em 30/06/2014

n. 136 0003176-32.2013.8.22.0005 Apelação (Agravo Retido) (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0003176-32.2013.8.22.0005 Ji-Paraná 5ª Vara Cível
Apelante/Agravante : EMBRASCON - Empresa Brasileira de Construção Civil Ltda
Advogado: Celso Ceccatto (OAB/RO 111)
Advogado: Eduardo Augusto Feitosa Ceccatto (OAB/RO 5100)
Advogado: Alan Rogério Ferreira Riça (OAB/RO 1745)
Apelada/Agravada : Djany Pereira Araújo Soares
Advogada: Ilma Matias de Freitas Araújo (OAB/RO 2084)
Relator: DES. MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Distribuído por Prevenção em 21/05/2014

n. 137 0004127-75.2013.8.22.0021 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0004127-75.2013.8.22.0021 Buritis 1ª Vara
Apelante: Centrais Elétricas de Rondônia S/A CERON
Advogada: Gabriela de Lima Torres (OAB/RO 5714)
Advogada: Francianny Aires da Silva Ozias (OAB/RO 1190)
Advogado: Jonathas Coelho Baptista de Mello (OAB/RO 3011)
Advogado: Alex Cavalcante de Souza (OAB/RO 1818)
Apelado: Estevam Carlos Vieira
Defensor Público : Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: DES. MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Distribuído por Sorteio em 11/02/2015

n. 138 0007270-69.2012.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0007270-69.2012.8.22.0001 Porto Velho 9ª Vara Cível
Apelante: Fertisolo Comercial de Máquinas e Equipamentos Ltda
Advogada: Suelen Sales da Cruz (OAB/RO 4289)
Advogada: Thina Chaves Falcão (OAB/RO 6282)
Advogada: Shisley Nilce Soares da Costa Camargo (OAB/RO 1244)
Apelada: M E Vitoria Construtora Ltda
Relator: DES. MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Distribuído por Sorteio em 06/04/2015

n. 139 0014808-33.2014.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0014808-33.2014.8.22.0001 Porto Velho 2ª Vara Cível
Apelante: José Salvador Monge
Advogada: Maria Angélica Pazdziorny (OAB/RO 777)
Advogada: Leandra Maia Melo (OAB/RO 1737)
Apelado: Banco do Brasil S/A
Advogada: Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB/PR 8123)
Advogada: Maria Heloísa Bisca Bernardi (OAB/RO 5758)
Advogado: Rafael Sganzerla Durand (OAB/MT 12208/A)
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875)
Advogado: Romulo Romano Salles (OAB/RO 6094)
Relator: DES. MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Distribuído por Sorteio em 01/04/2015

n. 140 0238874-57.2009.8.22.0005 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0238874-57.2009.8.22.0005 Ji-Paraná 2ª Vara Cível
Apelante: Banco Bradesco S/A
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Advogada: Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
Advogado: Elias Malek Hanna (OAB/RO 356B)
Advogado: Marlon Tramontina Cruz Urtozini (OAB/SP 203963)
Advogado: Thiago Andrade Cesar (OAB/SP 237705)
Advogada: Jocieli da Silva Vargas (OAB/RO 5180)
Advogada: Saionara Mari (OAB/MT 5225)
Apelada: D. F. C. de S. P. V. L
Apelado: P. A. D. F.
Relator: DES. MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Impedido: Des. Kiyochi Mori
Distribuído por Sorteio em 01/04/2015

n. 141 0024909-66.2013.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0024909-66.2013.8.22.0001 Porto Velho 7ª Vara Cível
Apelante: Banco Itaúcard S/A
Advogado: José Almir da Rocha Mendes Junior (OAB/RN 392A)
Advogado: José Antônio Franzzola Junior (OAB/SP 208109)
Advogado: Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4407)
Apelada: Mirian Marinho dos Santos
Advogado: Paulo Artur Motta de Morais (OAB/RO 5252)
Relator: DES. MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Distribuído por Sorteio em 01/04/2015

n. 142 0009076-08.2013.8.22.0001 Apelação (Recurso Adesivo) (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0009076-08.2013.8.22.0001 Porto Velho 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Apelante/Recorrida: Direcional TSC Jatuarana Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado: José Arthur de Carvalho Pereira Filho (OAB/MG 42785)
Advogado: Robledo Oliveira Castro (OAB/MG 53795)
Advogado: Marcelo Arantes Komel (OAB/MG 45366-B)
Advogado: Roberto Jarbas Moura de Souza (OAB/RO 1246)
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875)
Advogada: Manuela Gsellmann da Costa (OAB/RO 3511)
Apelado/Recorrente: Dennis Giovanni Sousa dos Santos
Advogado: Dennis Giovanni Sousa dos Santos (OAB/RO 4557)
Advogado: Pedro Brito dos Santos (OAB/RO 578)
Relator: DES. MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Distribuído por Sorteio em 04/02/2015

n. 143 0011917-39.2014.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0011917-39.2014.8.22.0001 Porto Velho 10ª Vara Cível
Apelantes: Alphaville Urbanismo S/A e outra
Advogada: Luciana Nazima (OAB/SP 169451)
Advogada: Aline Sumeck Bombonato (OAB/RO 3728)
Advogada: Gisele Casal Kakazu (OAB/SP 213416)
Advogado: Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB/SP 117417)
Advogada: Kamilla Tatiany Ferle (OAB/SP 290032)
Advogado: Matheus Evaristo Santana (OAB/RO 3230)
Advogado: Diego Vinícius Sant Ana (OAB/RO 6880)
Advogado: Ricardo Martins Motta (OAB/SP 233247)
Advogado: Paulo Vinício Porto de Aquino (OAB/RO 2723)
Apelado: Eurico Montenegro Júnior
Advogado: Eurico Soares Montenegro Neto (OAB/RO 1742)
Advogado: Rodrigo Otávio Veiga de Vargas (OAB/RO 2829)
Relator: DES. MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Distribuído por Sorteio em 14/09/2015

n. 144 0010315-47.2013.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0010315-47.2013.8.22.0001 Porto Velho 10ª Vara Cível
Apelante/Apelado : Leonardo Minucci de Moura Leite
Advogado: Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
Advogado: Rafael Steckert Bez (OAB/RO 5295)
Apelada/Apelante : Direcional Ambar Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado: Humberto Rossetti Portela (OAB/MG 91263)
Advogado: Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB/MG 90461)
Relator: DES. MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Distribuído por Sorteio em 29/01/2015

n. 145 0015715-42.2013.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0015715-42.2013.8.22.0001 Porto Velho 10ª Vara Cível
Apelante: Melquesedeque Queiroz dos Santos
Advogado: Juacy dos Santos Loura Júnior (OAB/RO 656A)
Advogado: Francisco Barroso Sobrinho (OAB/RO 5678)
Advogada: Mônica Patrícia Moraes Barbosa (OAB/RO 5763)
Apelado: Instituto Bíblico das Assembleias de Deus
Advogado: Juliano Modesto de Araújo (OAB/SP 178709)
Advogado: Gleber Rodney Marques Muniz Costa (OAB/SP 332201)
Relator: DES. MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Distribuído por Sorteio em 14/01/2015

n. 146 0005949-10.2014.8.22.0007 Apelação (Recurso Adesivo) (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0005949-10.2014.8.22.0007 Cacoal 3ª Vara Cível
Apelante/Recorrida: Amazônia Entulho - Aluguel de Máquinas e Serviços Ltda - ME
Advogado: Teófilo Antônio da Silva (OAB/RO 1415)
Advogado: Fairuz Nabih Daud (OAB/RO 5264)
Advogado: Seneval Viana da Cunha (OAB/RO 2149)
Apelado/Recorrente: Claudinei Souza dos Reis
Advogado: Tony Pablo de Castro Chaves (OAB/RO 2147)
Advogada: Deborah May Dumpierre (OAB/RO 4372)
Relator: DES. MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Distribuído por Sorteio em 19/02/2015

n. 147 0010799-10.2014.8.22.0007 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0010799-10.2014.8.22.0007 Cacoal 1ª Vara Cível
Apelante: Jozué Barboza da Silva
Defensor Público : Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelada: JB Comércio de Veículos Ltda
Apelado: João Batista
Relator: DES. MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Distribuído por Sorteio em 12/05/2015

n. 148 0007957-78.2014.8.22.0000 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0014460-54.2010.8.22.0001 Porto Velho 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Apelante: Clecy Haddock Montes de Almeida
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A)
Advogada: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Apelado: Banco IBI S/A Banco Múltiplo
Advogado: José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RO 4570)
Advogada: Iris Elena da Cunha Gomes da Silva (OAB/RO 5833)
Advogado: Diogo Morais da Silva (OAB/RO 3830)
Advogado: Arnaldo Rodrigues Neto (OAB/SP 238946)
Relator: DES. MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Distribuído por Prevenção em 06/08/2014

n. 149 0009745-92.2012.8.22.0002 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0009745-92.2012.8.22.0002 Ariquemes 3ª Vara Cível
Apelante: Zoofort Suplementação Animal Indústria e Comércio Ltda
Advogado: Marco Antônio Prado Herrero (OAB/SP 88518)
Advogado: Juliano Bravo Bucco Bertani (OAB/SP 201589)
Advogado: Gabriela Freire Nogueira (OAB/SP 213692)
Apelada: Tereza Maria da Silva Castro
Advogado: Edelson Inocêncio Júnior (OAB/RO 890)
Relator: DES. MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Distribuído por Prevenção em 09/09/2014

n. 150 0017804-04.2014.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0017804-04.2014.8.22.0001 Porto Velho 1ª Vara Cível
Apelante: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda
Advogada: Maria Lucilia Gomes (OAB/RO 2210A)
Advogado: Thiago de Siqueira Batista Macedo (OAB/RO 6842)
Advogado: Amandio Ferreira Tereso Junior (OAB/SP 107414)
Advogado: Luciano Boabaid Bertazzo (OAB/RO 1894)
Apelado: Sebastião Cruz do Nascimento
Advogado: Salomão Nunes Bezerra (OAB/RO 5134)
Relator: DES. MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Distribuído por Sorteio em 14/07/2015

n. 151 0010249-36.2014.8.22.0000 Embargos de Declaração em Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem: 0005293-30.2012.8.22.0005 Ji-Paraná 5ª Vara Cível
Embargante : Roda Viva Transportes e Logística Ltda
Advogado: Norberto Bezerra Maranhão Ribeiro Bonavita (OAB/SP 78179)
Advogado: Marco Antônio Hengles (OAB/SP 136748)
Advogada: Márcia Rodrigues Dantas Tupan (OAB/RO 1803)
Advogada: Cíntia Regina Mendes (OAB/SP 198140)
Embargada : Portela Ochiai Comércio de Veículos Ltda
Advogado: Walter Airam Naimaier Duarte Júnior (OAB/RO 1111)
Relator: DES. MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Interpostos em 22/11/2016

n. 152 0803876-82.2016.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 7002558-66.2016.8.22.0003 Jaru 1ª Vara Cível
Agravante: Lucieny do Nascimento Luna
Advogado: Mario Roberto Pereira de Souza (OAB/RO 1765)
Agravado: Banco Bradesco
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Relator: DES. MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Impedido: Des. Kiyochi Mori
Distribuído por Sorteio em 24/11/2016

n. 153 0800499-69.2017.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJE)
Origem: 7004434-35.2016.8.22.0010 Rolim de Moura 2ª Vara Cível
Agravantes : Jean Alves de Oliveira e outra
Advogada: Ananda Oliveira Barros (OAB/RO 8131)
Advogado: Fábio José Reato (OAB/RO 2061)
Agravado: Marcos Rodrigues Nunes
Advogado: Márcio Antônio Pereira (OAB/RO 1615)
Relator: DES. MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Distribuído por Sorteio em 24/02/2017

Porto Velho, 10 de abril de 2017.

Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Presidente da 2ª Câmara Cível

# 2ª CÂMARA CRIMINAL

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
2ª Câmara Criminal
Pauta de Julgamento
Sessão 313

Pauta elaborada nos termos do artigo 246 e seguintes do Regimento Interno deste Tribunal, relativa aos processos abaixo relacionados, bem como àqueles adiados de pautas já publicadas, que serão julgados em sessão, que se realizará no Plenário I deste Tribunal, aos três dias do mês de maio do ano dois mil e dezessete, às 8h30min.

Obs.: Para a sustentação oral, conforme previsto no artigo 57, caput, e parágrafos 1º e 2º do referido Regimento, os senhores advogados deverão inscrever-se, previamente, junto ao 2º Departamento Judiciário Criminal, ou verbalmente, até 15 minutos antes do início da Sessão, observando-se o disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 271 da mesma norma.

n.1 0000637-94.2016.8.22.0003 Apelação
Origem: 00006379420168220003 Jaru/1ª Vara Criminal
Apelante: Rodrigo Modeno Ribeiro
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO
Revisora: Desª. Marialva Henriques Daldegan Bueno
Distribuído por Sorteio em 21/03/2017

n.2 0002984-06.2016.8.22.0002 Apelação
Origem: 00029840620168220002 Ariquemes/1ª Vara Criminal
Apelante: Jonadabe Rocha de Oliveira
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelante: Higor Esteves de Oliveira
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: DESª. MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Distribuído por Prevenção em 09/01/2017

n.3 0008042-45.2016.8.22.0501 Apelação
Origem: 00080424520168220501 Porto Velho/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Apelante: Maira Cristina Xavier da Silva
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelante: Anderson de França
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Revisor: Des. Miguel Monico Neto
Distribuído por Prevenção em 27/03/2017

n.4 0002750-24.2016.8.22.0002 Apelação
Origem: 00027502420168220002 Ariquemes/1ª Vara Criminal
Apelante: Jairo André da Silva Junior
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: DESª. MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Distribuído por Sorteio em 26/12/2016

n.5 0017542-72.2015.8.22.0501 Apelação
Origem: 00175427220158220501 Porto Velho/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Apelante: Eleilson Tomáz dos Santos
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelante: Jose Bruno dos Santos Avelino
Advogado: Rudgélio Antônio Van Horn Ávila (OAB/RO 6664)
Apelante: Evandro Feitoza da Conceição
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelante: Jairo Castro da Silva
Advogada: Ana Lidia da Silva (OAB/RO 4153)
Apelante: Edeilson Freitas do Nascimento
Advogado: Jean Kleber Nascimento Collins (OAB/RO 1617)
Advogado: Pedro Brito dos Santos (OAB/RO 578)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO
Revisora: Desª. Marialva Henriques Daldegan Bueno
Distribuído por Prevenção em 23/11/2016

n.6 0010405-05.2016.8.22.0501 Apelação
Origem: 00104050520168220501 Porto Velho/1ª Vara Criminal
Apelante: Victor Emanoel Cardoso
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: DESª. MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Distribuído por Prevenção em 09/11/2016

n.7 0004922-91.2016.8.22.0501 Apelação
Origem: 00049229120168220501 Porto Velho/1ª Vara Criminal
Apelante: Bruno da Silva Cruz
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Revisor: Des. Miguel Monico Neto
Distribuído por Prevenção em 31/03/2017

n.8 0001353-88.2016.8.22.0014 Apelação
Origem: 00013538820168220014 Vilhena/1ª Vara Criminal
Apelante: Luiz Carlos Chefre Scheffer
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: DESª. MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO
Distribuído por Sorteio em 16/12/2016

n.9 0006252-26.2016.8.22.0501 Apelação
Origem: 00062522620168220501 Porto Velho/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Apelante: Rauleson Mendonça Lobo
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO
Revisora: Desª. Marialva Henriques Daldegan Bueno
Distribuído por Sorteio em 21/11/2016

n.10 0006189-98.2016.8.22.0501 Apelação
Origem: 00061899820168220501 Porto Velho/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Apelante: Ronildo Luniere Pereira da Silva
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: DESª. MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Distribuído por Sorteio em 11/01/2017

n.11 0001448-29.2017.8.22.0000 Apelação
Origem: 00002580220168220021 Buritis/1ª Vara Criminal
Apelante: Márcio Fernandes
Advogado: José Martinelli (OAB/RO 585A)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Revisor: Des. Miguel Monico Neto
Distribuído por Prevenção em 28/03/2017

n.12 0003377-83.2016.8.22.0501 Apelação
Origem: 00033778320168220501 Porto Velho/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Apelante: Willian da Silva
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: DESª. MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Distribuído por Sorteio em 22/12/2016

n.13 0000784-33.2015.8.22.0011 Apelação
Origem: 00007843320158220011 Alvorada do Oeste/1ª Vara Criminal
Apelante: Fabio Alves da Silva
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO
Revisora: Desª. Marialva Henriques Daldegan Bueno
Distribuído por Sorteio em 30/11/2016

n.14 0012335-92.2015.8.22.0501 Apelação
Origem: 00123359220158220501 Porto Velho/1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher
Apelante: Jose Florenços Neto
Advogado: Anderson Moura de Oliveira (OAB/RO 4183)
Apelada: Maria Edna Lima Silva Florenços
Advogada: Telma Santos da Cruz (OAB/RO 3156)
Advogado: Romilson Fernandes da Silva (OAB/RO 5109)
Advogado: Gustavo José Seibert Fernandes da Silva (OAB/RO 6825)
Relatora: DESª. MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO
Distribuído por Sorteio em 27/10/2016

n.15 0016347-18.2016.8.22.0501 Apelação
Origem: 00163471820168220501 Porto Velho/2ª Vara Criminal
Apelante: Azamor Carneiro de Melo Júnior
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apte/Ação: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelado: Felipe Ferreira da Silva
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Revisor: Des. Miguel Monico Neto
Distribuído por Sorteio em 30/03/2017

n.16 0014576-81.2015.8.22.0002 Apelação
Origem: 00145768120158220002 Ariquemes/2ª Vara Criminal
Apelante: José Carlos da Silva Bispo
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: DESª. MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Distribuído por Sorteio em 23/11/2016

n.17 7003335-15.2016.8.22.0015 Apelação
Origem: 70033351520168220015 Guajará-Mirim/2ª Vara Cível (Juizado da Infância e da Juventude)
Apelante: J. F. F. de S.
Advogado: Genival Rodrigues Pessôa Júnior (OAB/RO 7185)
Apelante: L. F. B.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO
Distribuído por Sorteio em 21/10/2016

n.18 0013221-91.2015.8.22.0501 Apelação
Origem: 00132219120158220501 Porto Velho/1ª Vara do Tribunal do Júri
Apelante: Benedito Odair da Silva Rodrigues
Advogado: Nilton Barreto Lino de Moraes (OAB/RO 3974)
Advogado: Leonardo Ferreira de Melo (OAB/RO 5959)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: DESª. MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Distribuído por Sorteio em 02/12/2016

n.19 0000361-54.2016.8.22.0006 Apelação
Origem: 00003615420168220006 Presidente Médici/1ª Vara Criminal
Apelante: Odenir José Ribeiro Neto
Advogado: Ademir Manoel de Souza (OAB/RO 781)
Advogado: Pedro Henrique Ramos de Moura (OAB/RO 7171)
Apelante: Luciana Pereira de Souza
Advogado: Ademir Manoel de Souza (OAB/RO 781)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Revisor: Des. Miguel Monico Neto
Distribuído por Prevenção em 24/03/2017

n.20 0000154-37.2016.8.22.0012 Apelação
Origem: 00001543720168220012 Colorado do Oeste/1ª Vara Criminal
Apte/Ação: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apdo/Apte: Jhonata Ribeiro Santos Rosa
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relatora: DESª. MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Distribuído por Sorteio em 21/11/2016

n.21 0000975-71.2016.8.22.0002 Apelação
Origem: 00009757120168220002 Ariquemes/1ª Vara Criminal
Apelante: Leomar Corrêa de Melo
Advogado: David Pinto Castiel (OAB/RO 1363)
Advogado: Márcio André de Amorim Gomes (OAB/RO 4458)
Advogado: Hiran Saldanha de Macedo Castiel (OAB/RO 4235)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Revisor: Des. Miguel Monico Neto
Distribuído por Prevenção em 15/12/2016

n.22 0014508-55.2016.8.22.0501 Apelação
Origem: 00145085520168220501 Porto Velho/3ª Vara Criminal
Apelante: Kecy Jhonnes Alves Rodrigues
Advogado: Fredson Aguiar Rodrigues (OAB/RO 7368)
Advogado: Jeferson de Souza Rodrigues (OAB/RO 7544)
Advogado: Alex Mota Cordeiro (OAB/RO 2258)
Advogado: Antônio Santana Moura (OAB/RO 531A)
Advogado: Renato Pina Antonio (OAB/RO 6978)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO
Revisora: Desª. Marialva Henriques Daldegan Bueno
Distribuído por Prevenção em 21/02/2017

n.23 0002403-46.2016.8.22.0501 Embargos de Declaração em Apelação
Origem: 00024034620168220501 Porto Velho/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Embargante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Embargado: Italo Renan Rodrigues Soares
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relatora: DESª. MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO
Interpostos em 01/02/2017

n.24 0015186-70.2016.8.22.0501 Apelação
Origem: 00151867020168220501 Porto Velho/1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia

Apelado: Luremaicon Santos Portigo
Advogado: Wladislau Kucharski Neto (OAB/RO 3335)
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Distribuído por Sorteio em 20/03/2017

n.25 0001142-79.2016.8.22.0005 Apelação
Origem: 00011427920168220005 Ji-Paraná/1ª Vara Criminal
Apelante: Claudinei Ribeiro de Oliveira
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelante: Izamara Pereira
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: DESª. MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Distribuído por Sorteio em 11/11/2016

n.26 0001397-18.2017.8.22.0000 Agravo de Execução Penal
Origem: 00004450820148220012 Colorado do Oeste/1ª Vara Criminal
Agravante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Agravado: Waldecir da Silva
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Distribuído por Prevenção em 27/03/2017

n.27 0008166-28.2016.8.22.0501 Apelação
Origem: 00081662820168220501 Porto Velho/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Apelante: Ramon da Silva Ferreira
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO
Revisora: Desª. Marialva Henriques Daldegan Bueno
Distribuído por Sorteio em 11/01/2017

n.28 7000104-95.2016.8.22.0009 Apelação
Origem: 70001049520168220009 Pimenta Bueno/2ª Vara Cível
Apelante: N. C. da S.
Advogado: Léliton Luciano Lopes da Costa (OAB/RO 2237)
Advogado: Carlos Oliveira Spadoni (OAB/RO 607A)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: DESª. MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO
Distribuído por Sorteio em 27/09/2016

n.29 0000094-19.2015.8.22.0006 Apelação
Origem: 00000941920158220006 Presidente Médici/1ª Vara Cível (Juizado da Infância e da Juventude)
Apelante: E. M. S.
Advogado: Antenor Lacerda Lemos (OAB/RO 196B)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Distribuído por Sorteio em 24/03/2017

n.30 0000854-85.2013.8.22.0701 Embargos de Declaração em Apelação
Origem: 00008548520138220701 Porto Velho/2º Juizado da Infância e da Juventude
Embargante: K. R. B.
Advogado: Luciano Gaioski (OAB/PR 23.956)
Advogado: Marco Antônio Ribeiro de Menezes Lagos (OAB/RO 6140)
Embargado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: DESª. MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO
Interpostos em 23/02/2017
Impedimento: Des. Daniel Ribeiro Lagos

n.31 1000247-43.2017.8.22.0013 Recurso em Sentido Estrito
Origem: 10002474320178220013 Cerejeiras/2ª Vara Criminal
Recorrente: Ministério Público do Estado de Rondônia
Recorrido: Mirair Modesto
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Distribuído por Sorteio em 21/03/2017

n.32 0007874-43.2016.8.22.0501 Recurso em Sentido Estrito
Origem: 00078744320168220501 Porto Velho/2ª Vara do Tribunal do Júri
Recorrente: Magno Alencar Rodrigues Nunes
Advogada: Glícia Laila Gomes Oliveira (OAB/RO 6899)
Advogado: Marcio Santana de Oliveira (OAB/RO 7238)
Advogada: Pryscila Lima Araripe (OAB/RO 7480)
Recorrido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO
Distribuído por Prevenção em 30/03/2017

n.33 0004716-17.2015.8.22.0015 Apelação
Origem: 00047161720158220015 Guajará-Mirim/1ª Vara Criminal
Apelante: Fábio Souza de Oliveira
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: DESª. MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Distribuído por Sorteio em 11/11/2016

n.34 0001357-36.2017.8.22.0000 Agravo de Execução Penal
Origem: 00098404620138220501 Porto Velho/1ª Vara de Execuções e Contravenções Penais
Agravante: Israel Ribeiro Tiburtino
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Agravado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Distribuído por Prevenção em 23/03/2017

n.35 1000097-53.2017.8.22.0501 Apelação
Origem: 10000975320178220501 Porto Velho/2ª Vara Criminal
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelado: Eriton Fabio Coelho Macedo
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: DES. MIGUEL MONICO NETO
Revisora: Desª. Marialva Henriques Daldegan Bueno
Distribuído por Sorteio em 30/03/2017

n.36 0001989-94.2015.8.22.0012 Apelação
Origem: 00019899420158220012 Colorado do Oeste/1ª Vara Criminal
Apte/Ação: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apda/Apte: Beatriz Siqueira Martins
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relatora: DESª. MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO
Distribuído por Sorteio em 03/11/2016

n.37 0001599-92.2017.8.22.0000 Agravo de Execução Penal
Origem: 10004437220158220501 Porto Velho/1ª Vara de Execuções e Contravenções Penais
Agravante: Francisco Floresta Marinho
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Agravado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALDECI CASTELLAR CITON
Distribuído por Prevenção em 04/04/2017

Porto Velho, 19 de abril de 2017.

Desembargador MIGUEL MONICO NETO
Presidente da 2ª Câmara Criminal

# PUBLICAÇÃO DE ATAS

## 1ª CÂMARA CÍVEL

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
1ª Câmara Cível
Ata de Julgamento
Sessão 1.763

Ata da sessão de julgamento realizada aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete. Presidência do Excelentíssimo Desembargador Rowilson Teixeira. Presentes também o Desembargador Raduan Miguel Filho, o Juiz Adolfo Theodoro Naujorks Neto e o Desembargador Isaias Fonseca Moraes, membro da 2ª Câmara Cível, este convidado em face dos impedimentos/suspeições de desembargador integrante desta 1ª Câmara Cível que, após os julgamentos dos processos, a ele vinculado, agradeceu o convite e se retirou.

Procurador de Justiça, Júlio César do Amaral Thomé

Presentes, ainda, os acadêmicos do curso de Direito do Centro Universitário São Lucas.

Secretária, Belª. Cilene Rocha Meira Morheb.

O senhor presidente declarou aberta a sessão às 8h30, agradeceu a presença de todos e, franqueou a palavra aos desembargadores para julgamento dos processos constantes da pauta disponibilizada no DJe n. 060, do dia 31/3/2017 e publicada 03/04/2017.

01. Agravo de Instrumento n. 0000015-87.2017.8.22.0000 (PJe)
Origem: 7012139-02.2016.8.22.0005 – Ji-Paraná/ 3ª Vara Cível
Agravante: UNIMED - Ji-Paraná Cooperativa de Trabalho Médico
Advogados: Christian Fernandes Rabelo (OAB/RO 333-B), Diego Rodrigo de Oliveira Domingues (OAB/RO 5.963), João Carlos Veris (OAB/RO 906), Cleber Carmona de Freitas (OAB/RO 3.314) e Yuri Robert Rabelo Antunes (OAB/RO 4.584)
Agravado: Joaquim Moretti Filho
Advogados: Mariana Dondé Martins de Moraes (OAB/RO 5.406), Ariana Dondé Mendes (OAB/RO 4.785) e Julian Cuadal Soares (OAB/RO 2.597)
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Impedido: Desembargador Rowilson Teixeira
Assunto: Ação de obrigação de fazer. Plano de saúde. Autorização/ custeio de radioterapia. Efeito suspensivo não concedido.
Distribuído por sorteio em 5/1/2017
Decisão : "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

Observações: 1) Presidiu este julgamento o e. Desembargador Raduan Miguel Filho, em face do impedimento do e. Desembargador Rowilson Teixeira, Presidente;
2) Participou deste julgamento o e. Desembargador Isaias Fonseca Moraes, em face do impedimento do e. Desembargador Rowilson Teixeira.

Interesse do Ministério Público
02. Apelação n. 0003630-85.2013.8.22.0013 (SDSG)
Origem: 0003630-85.2013.8.22.0013 – Cerejeiras/ 1ª Vara
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Interessado (Parte Ativa): F. L. de P.
Relator: Juiz Convocado Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Assunto: Pedido de providências. Medida protetiva.
Parecer da Procuradoria de Justiça: pugna pelo provimento do recurso, cassando a sentença, bem como determinando o normal prosseguimento do feito.
Distribuído por sorteio em 23/4/2014
Decisão: "PRELIMINARES REJEITADAS. NO MÉRITO, RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

03. Apelação n. 0007662-25.2011.8.22.0007 (SDSG)
Origem: 0007662-25.2011.8.22.0007 – Cacoal/ 4ª Vara Cível
Apelante: Banco Itaucard S/A
Advogados: Cristiane Belinati Garcia Lopes (OAB/RO 4.778), Celso Marcon (OAB/RO 3.700), Carla Passos Melhado (OAB/SP 187.329), José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB/RO 5.402), Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4.120), Luciano Mello de Souza (OAB/RO 3.519), Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4.986), Sara Jaqueline dos Santos Moreira (OAB/SP 196.368), Flávia Aparecida Flores (OAB/RO 3.111), Wellington Reberte de Carvalho (OAB/SP 171.961) e Carolina Gioscia Leal de Melo (OAB/RO 2.592)
Apelado: Hildevar Martins Fontes
Relator: Juiz Convocado Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Assunto: Ação de reintegração de posse. Inércia do autor. Feito extinto sem julgamento do mérito.
Distribuído por sorteio em 9/1/2014
Decisão : "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

04. Apelação n. 0026103-38.2012.8.22.0001 (SDSG)
Origem: 0026103-38.2012.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível 2ª Vara Cível
Apelante: BB - Leasing S/A - Arrendamento Mercantil
Advogados: Sérvio Túlio de Barcelos (OAB/RO 6.673), José Arnaldo Janssen Nigueira (OAB/RO 6.676), Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4.567), Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4.407), Alexandre Leandro da Silva (OAB/RO 4.260) e outros
Apelada: Porto Júnior Construções Ltda. - ME
Apelada: Rosemeire de Souza Nunes
Apelada: Rozilda Guimarães de Souza
Apelado: David de Alecrim Matos
Relator: Juiz Convocado Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Assunto: Ação de reintegração de posse. Inércia do autor. Feito extinto sem resolução do mérito. Ausência de intimação pessoal.
Distribuído por sorteio em 3/2/2014
Decisão : "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

05. Apelação n. 0024616-33.2012.8.22.0001 (SDSG)
Origem: 0024616-33.2012.8.22.0001 - Porto Velho/ 10ª Vara Cível
Apelante: Banco Itaucard S/A
Advogados: José Carlos Skrzyszowski Junior (OAB/PR 45.445), Thiago Mafia Miranda (OAB/RO 4.970) e Wellington Reberte de Carvalho (OAB/SP 171.961)
Apelada: Beatriz Cristina Gomes
Relator: Juiz Convocado Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Assunto: Ação de cobrança. Inércia do autor. Feito extinto sem resolução do mérito. Ausência de intimação pessoal.
Distribuído por sorteio em 28/3/2014
Decisão : "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

06. Apelação n. 0000611-74.2013.8.22.0012 (SDSG)
Origem: 0000611-74.2013.8.22.0012 - Colorado do Oeste/ 1ª Vara Cível
Apelante: Avon Cosméticos Ltda.
Advogados: João Guilherme Monteiro Petroni (OAB/SP 139.854), Hânderson Simões da Silva (OAB/RO 3279) e Matheus Henrique Sucupira Traballe (OAB/SP 301.223)
Apelada: Leuzilete de Abreu Dias
Advogado: Cláudio Costa Campos (OAB/RO 3.508)
Relator: Juiz Convocado Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Assunto: Ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos morais. Manutenção do nome em cadastro restritivo de crédito. Débito quitado.
Distribuído por sorteio em 26/11/2013
Decisão : "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

07. Apelação n. 0000786-89.2013.8.22.0005 (SDSG)
Origem: 0000786-89.2013.8.22.0005 – Ji-Paraná/ 5ª Vara Cível
Apelante: Transbrasiliana Transportes e Turismo Ltda.
Advogados: Luciana Nogarol Pagotto (OAB/RO 4.198), Adriana Mendonça Silva Moura (OAB/GO 8.570), Alessandra Pires de Campos de Pieri (OAB/GO 14.580), Alessandra Damásio Borges (OAB/GO 25.727) e Jeconias Barreira de Macedo Neto (OAB/GO 24.358)
Apelados: Antônio Celino dos Santos e Erismar Tavares Menezes
Advogada: Edneide Guilherme da Silva (OAB/RO 974)
Relator: Juiz Convocado Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Assunto: Ação de indenização por danos materiais e morais. Transporte. Ônibus. Bagagem extraviada.
Distribuído por sorteio em 22/11/2013
Decisão : "RECURSO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

08. Apelação n. 0002618-67.2012.8.22.0014 (SDSG)
Origem: 0002618-67.2012.8.22.0014 - Vilhena/ 4ª Vara Cível
Apelante: B2W Viagens e Turismo Ltda.
Advogados: Giuliano Batista Moura (OAB/SP 318.624), Rodrigo Henrique Colnago (OAB/SP 145.521) e Josimar Oliveira Muniz (OAB/RO 912)
Apelada: Sueli Santana Magalhães
Advogado: Rodrigo Favaretto Lermen (OAB/RO 3.376)
Relator: Juiz Convocado Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Assunto: Ação de reparação por danos materiais e morais. Passagem aérea. Alteração de datas.
Distribuído por sorteio em 5/12/2013
Decisão : "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

09. Apelação n. 0001565-56.2013.8.22.0001 (SDSG)
Origem: 0001565-56.2013.8.22.0001 - Porto Velho/ 2ª Vara Cível
Apelante: Rogério Lima da Silva
Advogado: Márcio Silva dos Santos (OAB/RO 838)
Apelada: Eletrobrás Distribuição Rondônia - CERON
Relator: Juiz Convocado Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Assunto: Ação de indenização por danos morais. Energia elétrica. Inadimplemento. Interrupção no fornecimento. Renegociação.
Distribuído por sorteio em 3/2/2014
Decisão : "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

10. Apelação n. 0002593-93.2013.8.22.0022 (SDSG)
Origem: 0002593-93.2013.8.22.0022 - São Miguel do Guaporé/ 1ª Vara Cível
Apelante: TNL PCS S/A
Advogados: Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4.240) e Marcelo Ferreira Campos (OAB/RO 3.250)
Apelada: Eliane Alves Gomes Pinheiro
Advogada: Vilma Barreto da Silva Munarin (OAB/RO 4.138)
Relator: Juiz Convocado Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Assunto: Ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos morais. Contrato de serviço de TV. Débito automático em conta bancária. Alteração de endereço. Solicitação. Ausência de cobertura. Rescisão contratual. Cobranças indevidas.
Distribuído por sorteio em 15/10/2014
Decisão : "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

11. Apelação n. 0001618-17.2012.8.22.0019 (SDSG)
Origem: 0001618-17.2012.8.22.0019 - Machadinho do Oeste/ 1ª Vara Cível
Apelante: Banco do Brasil S/A
Advogados: Rafael Sganzerla Durand (OAB/RO 4.872-A), Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4.567 e OAB/SP 261.030), Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4.407), Alexandre Leandro da Silva (OAB/RO 4.260), Marcos Toshiro Ishida (OAB/RO 4.273) e Sandro Pissini Espíndola (OAB/SP 198.040)
Apelada: Katia Regina dos Santos
Advogado: Elias Estevam Pereira Filho (OAB/RO 2.726)
Relator: Juiz Convocado Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Assunto: Ação de indenização por danos materiais e morais. Responsabilidade civil. Agência bancária. Assalto.
Distribuído por sorteio em 11/12/2013
Decisão : "RECURSO NÃO CONHECIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

12. Apelação n. 0009889-69.2012.8.22.0001 (SDSG)
Origem: 0009889-69.2012.8.22.0001- Porto Velho/ 3ª Vara Cível
Apelante: Carlos Alberto Alves Gomes
Advogados: Nayara Simeas Pereira Rodrigues Martins (OAB/RO 1.692), José Viana Alves (OAB/RO 2.555), Maracélia Lima de Oliveira (OAB/RO 2.549) e Érica Caroline Ferreira Vairich (OAB/RO 3.893)
Apelado: Guilherme Bisconsin
Advogado: Douglas Tadeu Chiquetti (OAB/RO 3.946)
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Assunto: Ação de reparação por danos materiais. Contrato verbal de mútuo. Empréstimo de caminhão. Interesse processual.
Distribuído por sorteio em 21/9/2015
Decisão : "RECURSO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

13. Embargos de Declaração em Apelação n. 0000561-47.2010.8.22.0014 (SDSG)
Origem: 0000561-47.2010.8.22.0014 – Vilhena/ 2ª Vara Cível
Embargante: Lopes & Silva Extração de Madeiras Ltda
Advogados: André Luiz Faria (OAB/MT 10.917-A) e Pedro Elísio de Paula Neto (OAB/MT 13.071)
Embargada: Centrais Elétricas Belém S.A. - CEBEL
Advogados: Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3.134), Marianne Almeida e Vieira de Freitas Pereira (OAB/RO 3.046), Kelly Mezzomo Crisóstomo Costa (OAB/RO 3.551) e Mariana Henrique Lopes Santos (RO 515-E)
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Assunto: Contradição. Prequestionamento. Colegiado rejeitou a preliminar de deserção e, no mérito, deu provimento à apelação. Ação declaratória de nulidade de título c/c indenização por danos morais. Prestação de serviço. Protesto. Nota fiscal. "Aceite".
Opostos em 31/1/2017
Decisão : "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

Interesse do Ministério Público
14. Apelação 0001679-49.2014.8.22.0004 Apelação (SDSG)
Origem: 0001679-49.2014.8.22.0004 - Ouro Preto do Oeste/ 1ª Vara Cível
Apelante: Oceanair Linhas Aéreas S.A.
Advogados: Jamyson de Jesus Nascimento (OAB/RO 1.646), Alessandro Francisco Adorno (OAB/SP 270.163), Marcela Quental (OAB/SP 105.107), Joilson Santos de Almeida (OAB/RO 3.505) e outros
Apelada: J. D. B. Assistido(a) por sua mãe W. D. de L.
Advogados: Marcos Donizetti Zani (OAB/RO 613), Camila Jacob do Nascimento Freitas (OAB/RO 5.450) e Érika de Fátima Calegarin (OAB/SP 267.870)
Relator: Desembargador Rowilson Teixeira
Assunto: Ação de indenização por danos materiais e morais. Aquisição de passagem aérea. Extravio de bagagem.
Parecer da Procuradoria de Justiça: pugna pelo não provimento do apelo.
Distribuído por sorteio em 12/11/2014
Decisão : "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

Interesse do Ministério Público
15. Apelação n. 7001805-52.2016.8.22.0022 (PJe)
Origem: 7001805-52.2016.8.22.0022 - São Miguel do Guaporé/ Vara Única
Apelante: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogados: Jonathas Coelho Baptista de Mello (OAB/RO 3.011), Bruna Tatiane dos Santos Pinheiro Sarmento (OAB/RO 5.462), Marcelo Rodrigues Xavier (OAB/RO 2.391), Alex Cavalcante de Souza (OAB/RO 1.818), Gabriela de Lima Torres (OAB/RO 5.714) e outros
Apelado: Sebastião Antônio do Prado
Advogados: Ronan Almeida de Araújo (OAB/RO 2.523), Maria Cristina Batista Chaves (OAB/RO 4.539) e Jairo Reges de Almeida (OAB/RO 7.882)
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Assunto: Ação de ressarcimento do custeio de construção de rede elétrica. Propriedade rural.
Parecer da Procuradoria de Justiça: pugna pelo não provimento do recurso.
Distribuído por sorteio em 8/2/2017
Decisão : "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

16. Agravo de Instrumento 0800058-88.2017.8.22.0000 (PJe)
Origem: 7051556-71.2016.8.22.0001 - Porto Velho/ 10ª Vara Cível
Agravante: Banco GMAC S.A.
Advogados: Cristiane Belinati Garcia Lopes (OAB/PR 19.937), Marcelo Augusto de Souza (OAB/SP 196.847), Pio Carlos Ferreira Júnior (OAB/RO 7.317), Paulo Henrique Ferreira (OAB/PE 849-B), Patrícia Pontarolli Jansem (OAB/PR 33.825) e outros
Agravado: Francisco José Barros Araújo
Advogados: Carlos Eduardo Fernandes de Queiroz (OAB/RO 6.333), Lívia Freitas Gil (OAB/RO 3.769)
Relator: Desembargador Rowilson Teixeira
Assunto: Ação de busca e apreensão. Revogação da liminar. Cédula de crédito bancária. Alienação fiduciária de bem imóvel.
Distribuído por sorteio em 17/1/2017
Decisão : "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

17. Agravo Interno em Apelação 7000013-05.2016.8.22.0009 (PJe)
Origem: 7000013-05.2016.8.22.0009 – Pimenta Bueno/ 2ª Vara Cível
Agravante: I. R. D. L.
Defensor Público: José Oliveira de Andrade
Agravado: M. S. M. D. L.
Advogado: James Nicodemos de Lucena (OAB/RO 973)
Terceiro Interessado: Ministério Público do Estado de Rondônia - MPRO
Relator: Desembargador Rowilson Teixeira
Assunto: Reconsideração da decisão monocrática que deu provimento à apelação. Ação de exoneração de alimentos. Filha com maioridade. Constituição de nova família.
Interposto em 7/2/2017
Decisão : "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

18. Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento 0800265-87.2017.8.22.0000 (PJe)
Origem: 7005522-14.2016.8.22.0009 - Pimenta Bueno/ 2ª Vara Cível
Embargante: Guaporé Máquinas e Equipamentos Ltda.
Advogados: Silvane Secagno (OAB/RO 5.020), Eliane Gonçalves Facinni Lemos (OAB/RO 1.135), Renato Avelino de Oliveira Neto (OAB/RO 3.249), Sandro Ricardo Salonski Martins (OAB/RO 1.084) e Mateus Pavão (OAB/RO 6.218)
Embargado: Noel Nunes de Andrade
Advogados: Jonatas da Silva Alves (OAB/RO 6.882), Priscila Moraes Borges (OAB/RO 6.263) e Eder Timótio Pereira Bastos (OAB/RO 2.930)
Relator: Desembargador Rowilson Teixeira
Assunto: Contradição. Erro material. Reconsideração da decisão monocrática que não conheceu do agravo de instrumento pela ausência de pressuposto de admissibilidade. Ação de indenização por danos materiais. Compra de mercadorias.
Opostos em 13/3/2017
Decisão : "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

19. Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento n. 0803046-19.2016.8.22.0000 (PJe)
Origem: 7002956-92.2016.8.22.0009 - Pimenta Bueno/ 2ª Vara Cível
Embargante: Eletrogóes S.A.
Advogados: Gustavo Henrique de Souza e Silva (OAB/MG 84.247), José Anchieta da Silva (OAB/MG 23.405), Mateus Vieira Nicacio (OAB/MG 151.257), Caio Soares Junqueira (OAB/MG 70.398), Eduardo Augusto Franklin Rocha (OAB/MG 76.601) e outros
Embargado: Banco da Amazônia S.A - BASA
Advogados: Marçal Marcellino da Silva Neto (OAB/PA 5.865), Luiz Augusto dos Santos Porto (OAB/AM 6.168), Marcelo Longo de Oliveira (OAB/RO 1.096), Daniele Gurgel do Amaral (OAB/RO 1.221), Gilberto Silva Bonfim (OAB/RO 1.727) e outros
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Assunto: Prequestionamento. Decisão colegiada negou provimento ao Agravo de Instrumento. Ação de execução de título extrajudicial. Conexão. Arresto. Crédito. Bloqueio. Efeito suspensivo concedido.
Opostos em 17/2/2017
Decisão : "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

20. Agravo de Instrumento 0803367-54.2016.8.22.0000 (PJe)
Origem: 7000252-04.2015.8.22.0022 - São Miguel do Guaporé/ Vara Única
Agravante: BV Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento
Advogados: João Antonio Fonseca Neto (OAB/TO 5.271), André Ribeiro Cavalcante (OAB/TO 4.277), Giovanny Michael Vieira Navarro (OAB/PA 3.672), Carlos Eduardo Fernandes de Queiroz (OAB/RO 6.333), Anna Paula de Nazareth Caldas Ramos (OAB/PA 13.374) e outros
Agravado: Mário Borges de Souza
Advogada: Pedro Paixão dos Santos (OAB/RO 1.928), Sidnei Furtado Mendonça (OAB/RO 4.880) e Patrícia Pazos Vilas Boas da Silva (OAB/SP 124.899)
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Assunto: Ação de indenização por danos morais. Financiamento de veículo adimplido totalmente. Multa por cobrança indevida. Efeito suspensivo.
Distribuído por sorteio em 7/10/2016
Decisão : "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

21. Agravo de Instrumento 0802821-96.2016.8.22.0000 (PJe)
Origem: 7031978-25.2016.8.22.0001 - Porto Velho/ 10ª Vara Cível
Agravante: Banco Bradescard S.A.
Advogados: Karina de Almeida Batistici (OAB/RO 4.571), José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/SP 126.504), Reinaldo Tadeu Luís Rondina Mandaliti (OAB/SP 257.220), Satoshi Fukuura (OAB/SP 108.005), Paula Rodrigues da Silva (OAB/SP 221.271) e outros
Agravado: Ana Gabriela Ricarte do Nascimento
Advogados: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1.073) e Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A)
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Assunto: Ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos morais. Ausência de contratação. Inscrição indevida.
Distribuído por sorteio em 25/8/2016
Decisão : "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

22. Agravo de Instrumento 0803121-58.2016.8.22.0000 (PJe)
Origem: 7006817-98.2016.8.22.0005 – Ji-Paraná/ 5ª Vara Cível
Agravante: Banco Bradesco
Advogados: Karina de Almeida Batistuci (OAB/RO 4.571), José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/SP 126.504), Reinaldo Tadeu Luis Rondina Mandaliti (OAB/SP 257.220), Satoshi Fukura (OAB/SP 108.005), Paula Rodrigues da Silva (OAB/SP 221.271) e outros
Agravado: Valtair dos Santos Bento
Advogado: Rodrigo Rodrigues (OAB/RO 2.902)
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Assunto: Ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos morais. Conta-salário encerrada. Contrato de financiamento. Inscrição indevida. Efeito suspensivo.
Distribuído por sorteio em 13/9/2016
Decisão : "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

23. Agravo de Instrumento 0802762-11.2016.8.22.0000 (PJe)
Origem: 7034955-87.2016.8.22.0001 - Porto Velho/ 4ª Vara Cível
Agravante: Bradesco Saúde S/A
Advogados: Karina de Almeida Batistuci (OAB/RO 4.571), Renato Tadeu Rondina Mandaliti (OAB/SP 115.762), Diogo Morais da Silva (OAB/RO 3.830), João Diego Raphael Cursino Bomfim (OAB/RO 3.669), Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3.434) e outros
Agravado: Ane Gizela Araújo
Advogados: Jaqueline Joice Rebouças Pires Noé (OAB/RO 5.481), Vitor Martins Noé (OAB/RO 3.035), Rosecleide Martins Noé (OAB/RO 793), Vítor Martins Noé (OAB/RO 3.035), Camila Varela Gregório (OAB/RO 4.133) e outros
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Assunto: Ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais. Plano de saúde empresarial. Cancelamento por falta de pagamento.
Distribuído por sorteio em 19/8/2016
Decisão : "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

24. Agravo de Instrumento n. 0802261-57.2016.8.22.0000 (PJe)
Origem: 0056478-86.2007.8.22.0004 - Ouro Preto do Oeste/ 1ª Vara Cível
Agravantes: Marliz Henrique do Lago e Agropecuária Nova Vida Ltda.
Advogado: Péricles Landgraf Araújo de Oliveira (OAB/PR 18.294)
Agravada: Massa Falida do Banco Santos S.A.
Advogados: Paulo Guilherme de Mendonça Lopes (OAB/SP 98.709), Gabriela de Lima Torres (OAB/RO 5.714), Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3.434), Guilherme da Costa Ferreira (OAB/RO 5.545) e Edson Antônio de Souza Pinto (OAB/RO 4.643)
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Assunto: Ação de execução de título executivo extrajudicial. Cédula de crédito rural financeira. Substituição de bem penhorado.
Redistribuído por prevenção em razão de incompetência em 10/8/2016
Decisão : "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

25. Agravo de Instrumento 0802259-87.2016.8.22.0000 (PJe)
Origem: 0009525-92.2015.8.22.0001 – Porto Velho/ 1ª Vara Cível
Agravante: Bosques do Madeira Empreendimento Imobiliário Spe Ltda.
Advogados: Eduardo Abílio Kerber Diniz (OAB/RO 4.389), Mariana Aguiar Esteves (OAB/RO 7.474), Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4.643), Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5.546), Amanda Géssica de Araújo Farias (OAB/RO 4.612) e outros
Agravado: Paulo André Viana Cota
Advogado: Letícia de Freitas Azevedo (OAB/RO 3.020)
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Assunto: Ação de restituição de valores c/c repetição de indébito. Contrato de compra e venda de lote urbano. Comissão de corretagem. Rejeição da exceção de Pré-executividade.
Distribuído por sorteio em 22/7/2016
Decisão : "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

26. Apelação 7020504-91.2015.8.22.0001 (PJe)
Origem: 7020504-91.2015.8.22.0001 - Porto Velho/ 8ª Vara Cível
Apelante: Raimundo Ferreira da Silva
Advogados: Geisebel Erecilda Marcolan (OAB/RO 3.956) e Luiza Raquel Brito Viana (OAB/RO 7.099)
Apelado: Claro S.A.
Advogados: Rafael Gonçalves Rocha (OAB/RS 41.486), Ana Paula Arantes de Freitas (OAB/DF 13.166), Gabriel de Freitas Melro Magadan (OAB/RS 44.046), Manoela Oliveira de Moraes (OAB/RS 66.631), Paula Maltz Nahon (OAB/RS 54.657) e outros
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Assunto: Ação de rescisão contratual c/c declaração de inexistência de débito c/c indenização por danos morais. Serviços de telefonia e internet. Falha na prestação dos serviços.
Distribuído por sorteio em 16/9/2016
Decisão : "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

27. Apelação n. 7014813-96.2015.8.22.0001 (PJe)
Origem: 7014813-96.2015.8.22.0001 - Porto Velho/1ª Vara Cível
Apelante: Jares de Souza Lima Júnior
Advogados: Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2.281), Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655-A), Pamela Glaciele Vieira da Rocha (OAB/RO 5.353) e Anna Luiza Soares Diniz dos Santos (OAB/RO 5.841)
Apelado: Banco Honda S/A.
Advogados: Fernanda Júlio Platero (OAB/SP 190.208), Ailton Alves Fernandes (OAB/GO 16.854), Ana Paula Lucas de Amorim Alves (OAB/RO 4.480), Elza Maria Silva Lima Sacramento (OAB/BA 13.127), Marcos Antônio Bento de Sousa (OAB/SP 245.746) e outros
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Assunto: Ação de Repetição de indébito. Contrato de financiamento de veículo. Previsão contratual da Cobrança de Taxa de Cadastro – TAC.
Distribuído por sorteio em 6/9/2016
Decisão : "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

28. Apelação n. 7000844-14.2015.8.22.0001 (PJe)
Origem:7000844-14.2015.8.22.0001 - Porto Velho/ 4ª Vara Cível
Apelante: Raimunda Batista de Carvalho
Advogados: Carla Francielen da Costa (OAB/RO 7.745), Everthon Barbosa Padilha de Melo (OAB/RO 3.531), Wilmo Alves (OAB/RO 6.469) e Márcia Berenice Simas Antonetti (OAB/RO 1.028)
Apelado: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogados: Jonathas Coelho Baptista de Mello (OAB/RO 3.011), Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3.434), Alex Cavalcante de Souza (OAB/RO 1.818), Marcelo Rodrigues Xavier (OAB/RO 2.391), Érica Cristina Claudino (OAB/RO 6.207) e outros
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Assunto: Ação de indenização por danos morais. Falha no fornecimento de energia elétrica. Apagão. Itapuã do Oeste.
Distribuído por sorteio em 10/2/2017
Decisão : "RECURSO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

29. Apelação n. 7016040-87.2016.8.22.0001 (PJe)
Origem: 7016040-87.2016.8.22.0001 – Porto Velho/ 8ª Vara Cível
Apelante: Rosenir Barbosa dos Santos
Advogado: Fausto Schumaher Ale (OAB/RO 4.165)
Apelado: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON

Advogados: Érica Cristina Claudino (OAB/RO 6.207), Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3.434), Alex Cavalcante de Souza (OAB/RO 1.818), Marcelo Rodrigues Xavier (OAB/RO 2.391), Gabriela de Lima Torres (OAB/RO 5.714) e outros
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Assunto: Ação de indenização por danos morais. Falha no fornecimento de energia elétrica. Apagão. Itapuã do Oeste.
Distribuído por sorteio em 29/3/2016
Decisão : "RECURSO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

30. Apelação n. 7008525-35.2015.8.22.0001 (PJe)
Origem: 7008525-35.2015.8.22.0001 - Porto Velho/ 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Apelante/Apelado: Michael Alberto Rolon
Advogado: Fausto Schumaher Ale (OAB/RO 4.165)
Apelada/Apelante: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogados: Jonathas Coelho Baptista de Mello (OAB/RO 3.011), Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3.434), Alex Cavalcante de Souza (OAB/RO 1.818), Marcelo Rodrigues Xavier (OAB/RO 2.391), Érica Cristina Claudino (OAB/RO 6.207) e outros
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Assunto: Ação de indenização por danos morais. Falha no fornecimento de energia elétrica. Apagão. Itapuã do Oeste.
Distribuído por sorteio em 19/1/2017
Decisão : "DEU-SE PROVIMENTO AO RECURSO DAS CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A - CERON E, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO DE MICHAEL ALBERTO ROLON NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

31. Apelação n. 7021890-25.2016.8.22.0001 (PJe)
Origem: 7021890-25.2016.8.22.0001 - Porto Velho/ 8ª Vara Cível
Apelante/Apelado: José Souza Brasil
Advogado: Fausto Schumaher Ale (OAB/RO 4.165)
Apelado/Apelante: Centrais Elétricas De Rondônia S.A. - CERON
Advogados: Jonathas Coelho Baptista de Mello (OAB/RO 3.011) e Érica Cristina Claudino (OAB/RO 6.207)
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Assunto: Ação de indenização por danos morais. Falha no fornecimento de energia elétrica. Apagão. Itapuã do Oeste.
Distribuído por sorteio em 15/2/2017
VOTO DO RELATOR:
Decisão : "DEU-SE PROVIMENTO AO RECURSO DE JOSÉ SOUZA BRASIL E, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO DAS CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A - CERON, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

32. Apelação (Recurso Adesivo) n. 7028274-38.2015.8.22.0001 (PJe)
Origem: 7028274-38.2015.8.22.0001 - Porto Velho/ 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Apelante/Recorrido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogados: Jonathas Coelho Baptista de Mello (OAB/RO 3.011), Uérlei Magalhães de Morais (OAB/RO 3.822), Érica Cristina Claudino (OAB/RO 6.207), Ana Caroline Romano Castelo Branco (OAB/RO 5.991), Gabriela de Lima Torres (OAB/RO 5.714) e outros
Apelado/Recorrente: Jurani de Carvalho
Advogados: Diego Diniz Cenci (OAB/RO 7.157), Ézio Pires dos Santos (OAB/RO 5.870) e Bruna Duarte Feitosa dos Santos Barros (OAB/RO 6.156)
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Assunto: Ação de indenização por danos morais. Falha no fornecimento de energia elétrica. Vista Alegre do Abunã.
Distribuído em 20/1/2017
Decisão : "RECURSOS NÃO PROVIDOS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

33. Apelação 7003131-13.2016.8.22.0001 (PJe)
Origem: 7003131-13.2016.8.22.0001 - Porto Velho/ 8ª Vara Cível
Apelante: Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON
Advogados: Alex Cavalcante de Souza (OAB/RO 1.818), Jonathas Coelho Baptista de Mello (OAB/RO 3.011), Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3.434) e Erica Cristina Claudino (OAB/RO 6.207)
Apelado: Domingos Eulálio Souza da Fonseca
Advogados: Marcus Vinícius Santos Rocha (OAB/RO 7.583) e Edson Matos da Rocha (OAB/RO 1.208)
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Assunto: Ação de indenização por danos morais. Suspensão indevida no fornecimento de energia elétrica. Honorários advocatícios.
Distribuído por sorteio em 21/9/2016
Decisão : "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

34. Apelação n. 7001536-70.2016.8.22.0003 (PJe)
Origem: 7001536-70.2016.8.22.0003 – Jaru/ 1ª Vara Cível
Apelante: VRG Linhas Aéreas S.A.
Advogados: Aline Sumeck Bombonato (OAB/RO 3.728), Bernardo Augusto Galindo Coutinho (OAB/RO 2.991), Sally Anne Browner Beça Coutinho (OAB/RO 2.980), Indiano Pedroso Gonçalves (OAB/RO 3.486), Cláudia Karpat (OAB/SP 167.458) e outros
Apelado: M. R. D. C. Representada por sua genitora Maria Silvilene Roncada de Carvalho
Advogado: Nayberth Henrique Alcuri Aquinio Bandeira (OAB/RO 2.854) e Emilze Maria Almeida Silva (OAB/RO 2.868)
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Assunto: Ação de indenização por danos morais. Aquisição de passagem aérea. Bloqueio indevido. Pagamento efetuado com cartão de crédito de terceiro.
Distribuído por sorteio em 22/11/2016
Decisão : "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

35. Apelação n. 7000661-82.2016.8.22.0009 (PJe)
Origem: 7000661-82.2016.8.22.0009 - Pimenta Bueno/ 2ª Vara Cível
Apelante: OI S.A
Advogados: Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635), Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1.501), Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4.240), Aldo Guilherme T. T. Souza (OAB/RO 6.848), Eliézer Belchio Dantas (OAB/RO 7.644) e outros
Apelado: Comercial de Gás Araújo Ltda. - ME
Advogados: Priscila Moraes Borges (OAB/RO 6.263), Noel Nunes de Andrade (OAB/RO
1.586), Eder Timótio Pereira Bastos (OAB/RO 2.930) e Joelma Antônia Ribeiro de Castro (OAB/RO 7.052)
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Assunto: Ação de indenização por danos morais e lucros cessantes. Serviço de telefonia fixa. Bloqueio indevido da linha telefônica.
Distribuído em 30/9/2016
Decisão : "RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

36. Apelação n. 7002046-89.2016.8.22.0001 (PJe)
Origem: 7002046-89.2016.8.22.0001 - Porto Velho/ 4ª Vara Cível
Apelante: Sidnei de Oliveira Santos
Advogado: Castro Lima de Souza (OAB/RO 3.048)
Apelado: Banco do Brasil S/A
Advogados: Rafael Sganzerla Durand (OAB/RO 4.872-A), João Di Arruda Júnior (OAB/RO 5.788), Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4.875-A), Nelson Sérgio da Silva Maciel Júnior (OAB/RO 4.763) e Rômulo Romano Salles (OAB/RO 6.094)
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Assunto: Ação de indenização por danos morais. Espera excessiva em fila de banco. Descumprimento de lei municipal.
Distribuído por sorteio em 8/2/2017
Decisão : "RECURSO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

37. Apelação 7007614-23.2015.8.22.0001 (PJe)
Origem: 7007614-23.2015.8.22.0001 - Porto Velho/ 8ª Vara Cível
Apelante: SBS Empreendimentos Ltda.
Advogados: Marcelo Estebanez Martins (OAB/RO 3.208), Daniele Meira Couto (OAB/RO 2.400), Albino Melo Souza Júnior (OAB/RO 4.464), Lidiane Pereira Arakaki (OAB/RO 6.875), Juliana Savenhago Pereira (OAB/RO 7.681) e outros
Apelado: Sandro Muniz Silva
Advogado: Pollyana Júnia Muniz da Silva Nascimento (OAB/RO 5.001)
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Assunto: Ação de indenização por danos materiais e morais. Contrato de aquisição de unidade imobiliária. Dívida paga. Execução de título extrajudicial.
Distribuído por sorteio em 21/9/2016
Decisão : "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

38. Apelação n. 7000826-44.2016.8.22.0005 (PJe)
Origem: 7000826-44.2016.8.22.0005 – Ji-Paraná/ 5ª Vara Cível
Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro - DPVAT S.A
Advogados: Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5.369), Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800), Leonardo Costa (OAB/AC 3.584) e Claudete Solange Ferreira (OAB/RO 9.720)
Apelado: Miqueias Costa Pereira
Advogados: Karine Mezzaroba (OAB/RO 6.054) e Abel Nunes Teixeira (OAB/RO 7.230)
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Assunto: Ação de cobrança. Acidente de trânsito. Limitação funcional. Perda anatômica ou funcional.
Distribuído em 3/10/2016
Decisão : "PRELIMINARES REJEITADAS. NO MÉRITO, RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

39. Apelação 7002324-72.2016.8.22.0007 (PJe)
Origem: 7002324-72.2016.8.22.0007 – Cacoal/ 3ª Vara Cível
Apelante: Aguinaldo da Silva Mafra
Advogados: Rosimeiry Maria de Lima (OAB/RO 2.504) e Miguel Antônio Paes de Barros Filho (OAB/RO 7.046)
Apelado: Centauro Vida e Previdência S/A
Advogados: Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5.369), Agatha Louisie Frederico (OAB/PR 72.255), Leonardo Costa (OAB/AC 3.584), Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800), Marcelo Davoli Lopes (OAB/SP 143.370) e outros
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Assunto: Ação de cobrança. Seguro obrigatório DPVAT. Acidente de trânsito. Não comparecimento do autor na perícia médica. Ausência de laudo médico.
Distribuído por sorteio em 26/9/2016
Decisão : "PRELIMINAR REJEITADA. NO MÉRITO, RECURSO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

40. Apelação 7028008-17.2016.8.22.0001 (PJe)
Origem: 7028008-17.2016.8.22.0001 - Porto Velho/ 1ª Vara Cível
Apelante: Ueverson Vieira de Souza
Advogados: Emerson Baggio (OAB/RO 4.272) e Thiago de Assis da Silva (OAB/SC 35.135)
Apelado: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogados: Diego Vinicius Sant'ana (OAB/RO6.880), Álvaro Luiz Da Costa Fernandes (OAB/AC 3.592), Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800) e Leonardo Costa (OAB/AC 3.584)
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Assunto: Ação de cobrança de seguro DPVAT. Acidente de trânsito. Ausência do autor na perícia médica.
Distribuído por sorteio em 5/12/2016
Decisão : "RECURSO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

41. Apelação n. 7002105-77.2016.8.22.0001 (PJe)
Origem: 7002105-77.2016.8.22.0001 - Porto Velho/ 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Apelante: Oi S.A.
Advogados: Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635), Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1.501), Marcelo Ferreira Campos (OAB/RO 3.250), Douglas Tostes Coelho (OAB/RJ 127.233), Gustavo Medina Miranda da Silva (OAB/RJ 126.872), e outros
Apelado: Jacson Vagner de Souza Costa
Advogados: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A) e Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1.073)
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Assunto: Ação declaratória de inexigibilidade de débito c/c indenização por danos morais. Telefonia. Ausência de contratação de serviços. Inscrição indevida.
Distribuído por sorteio em 20/1/2017
Decisão : "RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

42. Apelação 7004733-39.2016.8.22.0001 (PJe)
Origem: 7004733-39.2016.8.22.0001 - Porto Velho/ 1ª Vara Cível
Apelante: OI S.A
Advogados: Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4.240), Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635), Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1.501), Aldo Guilherme T. T. Souza (OAB/RO 6.848), Eliézer Belchior Dantas (OAB/RO 7.644) e outros
Apelado: Douglas Almeida Farias
Advogado: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1.073) e Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A)
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Assunto: Ação declaratória de inexigibilidade de débito c/c indenização por danos morais. Telefonia. Ausência de contratação. Inscrição indevida.
Distribuído por sorteio em 30/11/2016
Decisão : "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

43. Apelação 7023157-66.2015.8.22.0001 (PJe)
Origem: 7023157-66.2015.8.22.0001 - Porto Velho/ 1ª Vara Cível
Apelante: Andreia Cardoso Rodrigues
Advogado: Victor Alipio Azevedo Borges (OAB/RO 6.985)
Apelado: Claro S.A.
Advogados: Rafael Gonçalves Rocha (OAB/RS 41.486), Felipe Gazola Vieira Marques
(OAB/RO 6.235), Ana Paula Arantes de Freitas (OAB/DF 13.166), Roberta Espinha Corrêa (OAB/MG 50.342), Luiz Flávio Valle Bastos (OAB/MG 52.529) e outros
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Assunto: Ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos morais. Relação de consumo. Telefonia. Ausência de contratação. Inscrição indevida.
Distribuído por sorteio em 18/10/2016
Decisão : "RECURSO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

44. Apelação 7000910-91.2015.8.22.0001 (PJe)
Origem: 7000910-91.2015.8.22.0001 - Porto Velho/ 3ª Vara Cível
Apelante: Marta Bezerra de Souza
Advogados: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A) e Maria Nazarete Pereira
da Silva (OAB/RO 1.073)
Apelado: Claro S.A.
Advogados: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2.913), Ana Paula Arantes de Freitas (OAB/DF 13.166), Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/RO 6.235), Adriana Maria Dória Rocha (OAB/DF 12.246), Adriano Rodrigues de Oliveira (OAB/RJ 81.918) e outros
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho

Assunto: Ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos morais. Relação de consumo. Telefonia móvel. Contratação comprovada. Inscrição indevida.
Distribuído por sorteio em 26/10/2016
Decisão : "PRELIMINAR REJEITADA. NO MÉRITO, RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

45. Apelação 7025427-63.2015.8.22.0001 (PJe)
Origem: 7025427-63.2015.8.22.0001 – Porto Velho/ 10ª Vara Cível
Apelante: Aldnatt Cavalcante Moraes
Advogados: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A) e Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1.073)
Apelado: ITAU Unibanco S.A.
Advogados: Ricardo Riei Chinen (OAB/SP 257.127), José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB/RN 392-A), Aline Anhezini de Souza (OAB/SP 188.322), Annete Martinelli de Mattos Pereira (OAB/SP 185.448), Beatriz Dias Rizzo (OAB/SP 118.727) e outros
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Assunto: Ação declaratória de inexigibilidade de débito c/c indenização por danos morais. Contrato de adesão. Comprovação de vínculos entre as partes.
Distribuído por sorteio em 9/11/2016
Decisão : "PRELIMINAR REJEITADA. NO MÉRITO, RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

46. Apelação 7003127-61.2016.8.22.0005 (PJe)
Origem: 7003127-61.2016.8.22.0005 - Ji-Paraná/ 5ª Vara Cível
Apelante: Erzi Maria Gertrude
Advogados: Dilney Eduardo Barrionuevo Alves (OAB/RO 301-B), Euriane de Souza Passos (OAB/RO 3.894) e Osmar Moraes de Franca Filho (OAB/RO 7.494)
Apelado: ITAÚ Seguros S/A
Advogados: Maria Lucília Gomes (OAB/RO 2.210), Amândio Ferreira Tereso Júnior (OAB/SP 107.414), Jorge Batista Mascarenhas (OAB/RO 7.522), Thiago de Siqueira Batista Macedo (OAB/RO 6.842)
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Assunto: Ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos morais. Ação de busca e apreensão. Pagamento de dívida. Inscrição indevida.
Distribuído por sorteio em 25/11/2016
Decisão : "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

47. Apelação 7003720-39.2015.8.22.0001 (PJe)
Origem: 7003720-39.2015.8.22.0001 – Porto Velho/ 4ª Vara Cível
Apelante/Apelada: Lojas Avenida S.A
Advogados: Valéria Cristina Baggio de Carvalho Richter (OAB/MT 4.676), Julliana Letícia do Carmo (OAB/MT 12.261), Kharen da Costa Luchtenberg (OAB/MT 15.261) e Anniele Chiarelle (OAB/MT 12.325)
Apelada/Apelante: Raimunda da Silva Almeida
Advogados: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A) e Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1.073)
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Assunto: Ação declaratória de inexigibilidade de débito c/c indenização por danos morais. Ausência comprovação de compra de produtos. Inscrição indevida.
Distribuído por sorteio em 10/11/2016
Decisão : "DEU-SE PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DE RAIMUNDA DA SILVA ALMEIDA E, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO DAS LOJAS AVENIDA S.A NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

48. Apelação 7024371-92.2015.8.22.0001 (PJe)
Origem: 7024371-92.2015.8.22.0001 - Porto Velho/ 8ª Vara Cível
Apelante: João Fernandes Gonçalves Silva
Advogados: Bruna Duarte Feitosa dos Santos Barros (OAB/RO 6.156) e Ézio Pires dos Santos (OAB/RO 5.870)
Apelado: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados NPL I
Advogados: Alan de Oliveira Silva (OAB/SP 208.322), Luciano da Silva Buratto (OAB/SP 179.235), Maurício Fernandes Baptista (OAB/SP 187.880), Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2.913) e outros
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Assunto: Ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos morais. Cessão de crédito. Ausência de notificação ao devedor.
Distribuído por sorteio em 28/9/2016
Decisão : "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

49. Apelação 7011618-06.2015.8.22.0001 (PJe)
Origem: 7011618-06.2015.8.22.0001 - Porto Velho/ 8ª Vara Cível
Apelante: Raimunda Portela da Silva
Advogados: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A) e Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1.073)
Apelado: Natura Cosméticos S/A
Advogados: Fábio Rivelli (OAB/RO 6.640), Kássia Reis de Paula (OAB/SP 195.362), Vanessa Maria Sapiência (OAB/SP 201.297), Afonso Celso Faria de Toledo (OAB/SP 231.528), Fabiana Yumi Marumo Versolato (OAB/SP 253.534) e outros
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Assunto: Ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos morais. Relação de consumo. Contratação comprovada. Litigância de má-fé.
Distribuído por sorteio em 27/10/2016
Decisão : "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

50. Agravo Interno em Agravo de Instrumento 0800096-03.2017.8.22.0000 (PJe)
Origem: 7035918-95.2016.8.22.0001 – Porto Velho/ 8ª Vara Cível
Agravante: Ayres Gomes do Amaral Filho e outros
Advogados: Vanessa Fantin Mazoca de Almeida Prado (OAB/AC 3.956), Gilliard Nobre Rocha (OAB/RO 4.864) e Thales Rocha Bordignon (OAB/RO 4.863)
Agravado: João do Vale Neto
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Assunto: Reconsideração da decisão monocrática que indeferiu o pedido de efeito suspensivo. Ação ordinária c/c pedido de reconhecimento e dissolução de sociedade empresarial. Negócios no ramo agropecuário.
Interposto em 20/2/2017
Decisão : "AGRAVO INTERNO PREJUDICADO. NO MÉRITO, RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

51. Agravo Interno em Apelação 0007429-36.2013.8.22.0014 (SDSG)
Origem: 0007429-36.2013.8.22.0014 – Vilhena/ 2ª Vara Cível
Agravante: F. M. M. Representado(a) por seu pai R. C. M. M.
Advogado: Roberto Carlos Martins Machado (OAB/RO 1.263)
Agravado: OGX Petróleo e Gás Participações S/A
Advogados: Pedro Origa Neto (OAB/RO 2-A), Thaís Vasconcellos de Sá (OAB/RJ 178.816), Sérgio Bermudes (OAB/RJ 17.587), Márcio Vieira Souta Costa Ferreira (OAB/RJ 59.384) e outros
Relator: Desembargador Rowilson Teixeira
Assunto: Reconsideração da decisão monocrática que não conheceu do recurso. Ação de indenização por danos materiais e morais. Mercado de ações.
Interposto em 7/12/2016
Decisão : "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

52. Agravo Interno em Apelação 0002289-21.2013.8.22.0014 (SDSG)
Origem: 0002289-21.2013.8.22.0014 – Vilhena/ 4ª Vara Cível
Agravante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
Advogados: Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5.369), Armando Krefta (OAB/RO 321-B), Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800), Marcelo Davoli Lopes (OAB/SP 143.370), Diego Vinícius Sant'Ana (OAB/RO 6.880), Giuliano Caio Sant'Ana (OAB/RO 4.842) e outros
Agravado: Vanildo de Jesus Danelli
Advogado: Éric José Gomes Jardina (OAB/RO 3.375)
Relator: Desembargador Rowilson Teixeira
Assunto: Reconsideração da decisão monocrática que negou provimento à apelação. Ação de cobrança de seguro obrigatório – DPVAT. Acidente de trânsito. Invalidez permanente.
Interposto em 20/10/2016
Decisão : "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

53. Agravo Interno em Apelação 0004678-09.2013.8.22.0004 (SDSG)
Origem: 0004678-09.2013.8.22.0004 - Ouro Preto do Oeste/ 1ª Vara Cível
Agravante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
Advogados: Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5.369), Julian César Matsumoto Pedri Valença (OAB/RO 4.978), Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800), Leonardo Costa (OAB/AC 3.584), Giuliano Caio Sant'Ana (OAB/RO 4.842) e outros
Agravado: Isaias Ferreira de Souza
Advogada: Lusimar Bernardes Viana (OAB/RO 2.662)
Relator: Desembargador Rowilson Teixeira
Assunto: Reconsideração da decisão monocrática que negou provimento ao apelo. Ação de cobrança de seguro obrigatório. Acidente de trânsito. Invalidez permanente.
Interposto em 2/12/2016
Decisão : "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

54. Apelação (Recurso Adesivo) 0018044-61.2012.8.22.0001 (SDSG)
Origem: 0018044-61.2012.8.22.0001 - Porto Velho/ 2ª Vara Cível
Apelante/Recorrido: Banco Bradesco Cartões S/A
Advogados: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4.937), Daynne Francyelle de Godoi Pereira (OAB/GO 30.368), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4.370), Mauro Paulo Galera Mari (OAB/MT 3.056), Ildo de Assis Macedo (OAB/MT 3.541) e outros
Apelado/Recorrente: Joselino da Silva Duarte
Advogados: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A) e Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1.073)
Relator: Desembargador Rowilson Teixeira
Assunto: Ação declaratória de inexigibilidade de débito c/c indenização por danos morais. Cartão de crédito. Inscrição indevida.
Distribuído por sorteio em 17/10/2014
Decisão : "RECURSOS NÃO PROVIDOS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

55. Apelação (Recurso Adesivo) 0007561-32.2013.8.22.0002 (SDSG)
Origem: 0007561-32.2013.8.22.0002 – Ariquemes/ 2ª Vara Cível
Apelante/Recorrido: Banco BMG S/A
Advogados: Urbano Vitalino de Melo Neto (OAB/PE 17.700), Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB/PE 23.255), Hugo Neves de Moraes Andrade (OAB/PE 23.798), Bruno Ribeiro de Souza (OAB/PE 30.169), Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76.696) e outros
Apelado/Recorrente: Antônio Sebastião da Silva
Advogado: Sidnei Doná (OAB/RO 377-B)
Relator: Desembargador Rowilson Teixeira
Assunto: Ação declaratória de inexistência de relação jurídica c/c indenização por danos morais. Empréstimo bancário não realizado. Desconto indevido.
Distribuído por sorteio em 27/10/2014
Decisão : "RECURSOS NÃO PROVIDOS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

56. Apelação 0022814-63.2013.8.22.0001 (SDSG)
Origem: 0022814-63.2013.8.22.0001 - Porto Velho/ 8ª Vara Cível
Apelante: Banco BMG S/A
Advogados: Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB/MG 63.440), Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB/MG 109.730), Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76.696), Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2.913), Luciana de Moura Teixeira (OAB/MG 126.476) e outros
Apelado: Diego da Silva Ribeiro Sousa
Advogada: Kharina Mielke (OAB/RO 2.906)
Relator: Desembargador Rowilson Teixeira
Assunto: Ação declaratória de débito c/c indenização por danos morais. Empréstimo consignado. Desconto em folha de pagamento sem autorização.
Distribuído por sorteio em 18/8/2014
Decisão : "RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

57. Apelação 0025275-42.2012.8.22.0001 (SDSG)
Origem: 0025275-42.2012.8.22.0001 - Porto Velho/ 2ª Vara Cível
Apelante: Banco BMG S/A
Advogados: Urbano Vitalino de Melo Neto (OAB/PE 17.700), Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB/PE 23.255), Hugo Neves de Moraes Andrade (OAB/PE 23.798), Bruno Ribeiro de Souza (OAB/PE 30.169), Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76.696) e outros
Apelado: Maurício de Carvalho Cunha
Advogados: Denis Augusto Monteiro Lopes (OAB/RO 2.433) e Marcondes de Oliveira Pereira (OAB/RO 5.877)
Relator: Desembargador Rowilson Teixeira
Assunto: Ação de restituição de valores pagos indevidamente. Contrato de empréstimo. Alienação fiduciária. Capitalização mensal de juros. Tabela Price.
Distribuído por sorteio em 3/7/2014
Decisão : "RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

58. Apelação 0000021-51.2014.8.22.0016 (SDSG)
Origem: 0000021-51.2014.8.22.0016 - Costa Marques/ 1ª Vara Cível
Apelante: Banco do Brasil S/A
Advogados: Rafael Sganzerla Durand (OAB/RO 4.872-A), Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB/PR 8.123), Maria Heloísa Bisca Bernardi (OAB/RO 5.758), Amanda Géssica de Araújo Farias (OAB/RO 5.757), Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5.546) e outros
Apelada: Marinalva Ferreira de Freitas
Advogado: Gilson Vieira Lima (OAB/RO 4.216)
Relator: Desembargador Rowilson Teixeira
Assunto: Ação de repetição de indébito c/c indenização por danos morais. Empréstimo consignado. Interrupção unilateral da cobrança das parcelas unilateralmente. Inscrição indevida.
Distribuído por sorteio em 29/10/2014
Decisão : "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

59. Apelação 0000064-67.2013.8.22.0001 (SDSG)
Origem: 0000064-67.2013.8.22.0001 - Porto Velho/ 7ª Vara Cível
Apelante: Assistência Médica e Odontológica Rondônia Ltda. - AMERON
Advogados: Amadeu Guilherme Lopes Machado (OAB/RO 1.225), Márcio Melo Nogueira (OAB/RO 2.827), Eudes Costa Lustosa (OAB/RO 3.431), Diego Paiva Vasconcelos (OAB/RO 2.013) e Samara Albuquerque Cardoso (OAB/RO 5.720)

Apelada: Elisângela Oliveira Silva
Advogados: Paula Jaqueline de Assis Miranda (OAB/RO 4.245), Shisley Nilce Soares da Costa Camargo (OAB/RO 1.244) e Ricardo Fávaro Andrade (OAB/RO 2.967)
Relator: Desembargador Rowilson Teixeira
Assunto: Ação de reembolso c/c indenização por danos materiais e morais. Plano de saúde. Urgência no tratamento médico. Inadimplemento contratual.
Distribuído por sorteio em 13/11/2014
Decisão : "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

60. Apelação (Agravo Retido) 0003455-18.2013.8.22.0005 (SDSG)
Origem: 0003455-18.2013.8.22.0005 – Ji-Paraná/ 4ª Vara Cível
Apelante/Agravante: Wellington de Oliveira Meireles
Advogado: Wisley Machado Santos de Almada (OAB/RO 1.217)
Apelada/Agravada: Elaine Cristina Pereira Luna Meireles
Advogados: Dilney Eduardo Barrionuevo Alves (OAB/RO 301-B), Eurianne de Souza Passos (OAB/RO 3.894) e Cristiane Xavier (OAB/RO 1.846)
Relator: Desembargador Rowilson Teixeira
Assunto: Ação de cobrança. Sociedade empresarial. Descumprimento das obrigações tributárias. Acordo celebrado na ação de separação judicial.
Distribuído por sorteio em 10/7/2014
Decisão : "AGRAVO RETIDO NÃO CONHECIDO. NO MÉRITO, RECURSO NÃO CONHECIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

61. Apelação (Recurso Adesivo) 0001130-48.2014.8.22.0001 (SDSG)
Origem: 0001130-48.2014.8.22.0001 - Porto Velho/ 8ª Vara Cível
Apelante/Recorrido: Auto Escola Amaral Ltda. - ME
Advogados: Marcelo Estebanez Martins (OAB/RO 3.208), Albino Melo Souza Júnior (OAB/RO 4.464), Daniele Meira Couto (OAB/RO 2.400), Vanessa de Souza Camargo (OAB/RO 5.651), Manuelle Freitas de Almeida (OAB/RO 5.987) e outros
Apelado/Recorrente: Edicarlos Ribeiro Paiva
Advogadas: Layanna Mábia Maurício (OAB/RO 3.856), Fernanda Naiara Almeida Dias (OAB/RO 5.199) e Márcia de Oliveira Lima (OAB/RO 3.495)
Relator: Desembargador Rowilson Teixeira
Assunto: Ação de indenização por danos materiais e morais. Contratação de serviço. Habilitação da Carteira Nacional de Habilitação. Extravio do documento. Perda de chance de emprego.
Distribuído por sorteio em 3/11/2014
Decisão : "PRELIMINAR REJEITADA. NO MÉRITO, RECURSOS NÃO PROVIDOS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

62. Apelação 0001553-93.2014.8.22.0005 (SDSG)
Origem: 0001553-93.2014.8.22.0005 – Ji-Paraná/ 5ª Vara Cível
Apelante: Augusto & Santos Ltda. - ME
Advogados: Robson Amaral Jacob (OAB/RO 3.815) e Marcos Donizetti Zani (OAB/RO 613)
Apelado: Rogério Dantas de Oliveira
Advogada: Magda Regina Morillas Cunha (OAB/RO 227)
Relator: Desembargador Rowilson Teixeira
Assunto: Ação de indenização por danos materiais e morais. Contratação de prestações de serviços educacionais. Curso técnico em farmácia. Ausência de autorização pelo Conselho Estadual de Educação.
Distribuído por sorteio em 9/7/2014
Decisão : "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

63. Apelação 0004680-85.2013.8.22.0001 (SDSG)
Origem: 0004680-85.2013.8.22.0001 - Porto Velho/ 8ª Vara Cível
Apelantes: Maria José Ambrósio dos Reis Peters e Victor Emanuel Peters
Advogadas: Maria da Conceição Ambrósio dos Reis (OAB/RO 674), Ellen Reis Araújo Trindade (OAB/RO 5.054) e Juarez Paulo Bearzi (OAB/RO 752)
Apelados: André Luiz Soares Machado e Paulo Rogério da Costa Andreoli
Advogados: Mônica Patrícia Moraes Barbosa (OAB/RO 5.763), Juacy dos Santos Loura Júnior (OAB/RO 656-A), Elaine Almeida (OAB/RO 2.336) e Francisco Barroso Sobrinho (OAB/RO 5.678)
Apelado: Wélinton Danta de Lima
Advogados: Jacimar Pereira Rigolon (OAB/RO 1.740), Orestes Muniz Filho (OAB/RO 40), Odair Martini (OAB/RO 30-B), Welser Roni Alencar Almeida (OAB/RO 1.506), Crhystiane Léslie Muniz (OAB/RO 998) e outros
Relator: Desembargador Rowilson Teixeira
Assunto: Ação de indenização por danos materiais e morais. Colisão de veículo em motocicleta. Ofensas.
Distribuído por sorteio em 23/10/2014
Decisão : "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

64. Apelação 0010677-65.2012.8.22.0007 (SDSG)
Origem: 0010677-65.2012.8.22.0007 – Cacoal/ 1ª Vara Cível
Apelante: Banco Meridional do Brasil S.A (Santander S. A.)
Advogados: Carlos Maximiano Mafra de Laet (OAB/RJ 15.311), Marco André Honda Flores (OAB/MS 6.171), Thiago Noronha Benito (OAB/MS 11.127), Ana Gabriela Rover (OAB/RO 5.210), Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5.369) e outros
Interessada (Parte Ativa): Yamaha Administradora de Consórcios Ltda.
Advogado: Paulo Medeiros Magalhães Gomes (OAB/SP 313.846)
Apelada: Leozeti Pagel Ferreira
Advogados: Luzinete Pagel Galvão (OAB/RO 4.843) e Anderson Fabiano Brasil (OAB/RO 5.921)
Relator: Desembargador Rowilson Teixeira
Assunto: Ação de indenização por danos materiais e morais. Aquisição de motocicleta por consórcio. Quitação. Veículo com alienação fiduciária.
Distribuído por sorteio em 30/7/2014
Decisão : "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

65. Apelação 0211212-04.2007.8.22.0001 (SDSG)
Origem: 0211212-04.2007.8.22.0001 - Porto Velho/ 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Apelante: Banco Itaú Unibanco S. A.
Advogados: Carlos Maximiano Mafra de Laet (OAB/SP 104.061-A), Adam Miranda Sá Stehling (OAB/SP 252.075-A), Manuela Gsellmann da Costa (OAB/RO 3.511), Luís Carlos Monteiro Laurenço (OAB/BA 16.780), Gustavo Gerola Marzolla (OAB/RO 4.164) e outros
Apelado: Paulo Renato Haddad
Relator: Desembargador Rowilson Teixeira
Assunto: Ação monitória. Extinção do feito sem resolução do mérito. Abandono da causa.
Distribuído por sorteio em 27/11/2014
Decisão : "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

66. Apelação 0059986-66.2009.8.22.0005 (SDSG)
Origem: 0059986-66.2009.8.22.0005 - Ji-Paraná/ 2ª Vara Cível
Apelante/Apelado: Banco do Brasil S/A
Advogados: Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567), Sandro Pissini Espíndola (OAB/SP 198.040-A), Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4.407), Janice de Souza Barbosa (OAB/RO 3.347), Donizeti Elias de Souza (OAB/RO 266-B), Érika Ramalho Alves (OAB/RO 3.649) e outros

Apelado/Apelante: Cicero Aparecido de Alencar
Advogados: Nizangela Hetkowski Genovês (OAB/RO 5315), Elpídio Santos Magalhães (OAB/RO 3.419) e Paulo dos Santos Brandão (OAB/RO 1.014)
Relator: Desembargador Rowilson Teixeira
Assunto: Ação revisional de contrato c/c indenização por danos morais. Contrato de antecipação de imposto de renda
Distribuído por sorteio em 2/6/2014
Decisão : "NÃO CONHECIDO O RECURSO DO BANCO DO BRASIL S.A E, NÃO PROVIDO O RECURSO DO CÍCERO APARECIDO DE ALENCAR NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

67. Apelação 0092739-25.2008.8.22.0001 (SDSG)
Origem: 0092739-25.2008.8.22.0001 - Porto Velho/ 3ª Vara Cível
Apelantes: Comercial Brzezinshi Distribuidora de Bebidas Ltda. e Cartejanio Brzezinshi Maia
Advogados: Dulcinéia Bacinello Ramalho (OAB/RO 1.088), Israel Augusto Aves de Freitas da Cunnha (OAB/RO 2.913), Gustavo de Castro Del Reis Conversani (OAB/RO 3.980) e Daiane Kelli Joslin (OAB/PR 60.112)
Apelado: Anderson Maxsuel Bezerra Duran
Advogada: Nádia Núbia Silva Batista Miranda (OAB/RO 1.287), Salatiel Soares de Souza (OAB/RO 932), Zoill Batista de Magalhães Neto (OAB/RO 1.619) e Célio dos Santos Ferreira (OAB/RO 1.224)
Relator: Desembargador Rowilson Teixeira
Assunto: Ação de indenização por danos materiais e morais. Acidente de trânsito. Tratamento de saúde não abrangido pelo plano de saúde.
Distribuído por sorteio em 11/7/2014
Decisão : "RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

68. Apelação 0001518-19.2012.8.22.0001 (SDSG)
Origem: 0001518-19.2012.8.22.0001 - Porto Velho/ 3ª Vara Cível
Apelante/Apelado: Evanilson Pinheiro dos Santos
Advogados: José Carlos Lino Costa (OAB/RO 1.163) e Maria Idalina Monteiro Rezende (OAB/RO 3.194)
Apelado/Apelante: Banco do Brasil S/A
Advogados: Rafael Sganzerla Durand (OAB/RO 4872-A), Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB/PR 8.123), Maria Heloísa Bisca Bernardi (OAB/RO 5.758), Karina de Almeida Batistuci (OAB/RO 4.571) e outros
Relator: Desembargador Rowilson Teixeira
Assunto: Ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos materiais e morais. Contrato de empréstimo. Adimplemento total.
Distribuído por sorteio em 15/10/2014
Decisão : "RECURSOS NÃO PROVIDOS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

69. Apelação 0022528-90.2010.8.22.0001 (SDSG)
Origem: 0022528-90.2010.8.22.0001 - Porto Velho/ 3ª Vara Cível
Apelante: Josefa Gomes Moreira Valença
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433-A) e Marisâmia Aparecida de Castro Inácio (OAB/RO 4.553)
Apelado: Banco BMG S/A
Advogados: Urbano Vitalino de Melo Neto (OAB/PE 17.700), Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB/PE 23.255), Hugo Neves de Moraes Andrade (OAB/PE 23.798), Renan Thiago Pasqualotto Silva (OAB/RO 6.017), Bruno Ribeiro de Souza (OAB/PE 30.169), Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76.696), Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2.913) e outros
Apelado: Banco Cruzeiro do Sul S.A. - Em Liquidação Extrajudicial
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4.875-A), Marcelo O. Angélico (OAB/SP 94.389), Andrea Orabona Angélico Massa (OAB/SP 152.184), Karen Amann (OAB/SP 140.975), Leonardo Henrique Torres de Morais Ribeiro (OAB/SP 200.653) e outros
Apelado: Banco Cooperativo do Brasil S/A - BANCOOB
Advogados: Eládio Lasserre (OAB/BA 15.906), Paula Gracielle Piva (OAB/RO 5.175), Vinícius Nascimento Saldanha de Oliveira (OAB/RO 1.933), Alex Rafael Hoffling (OAB/DF 14.999), Cizenando Spindola de Ataides Júnior (OAB/DF 37.193) e outros
Relator: Desembargador Rowilson Teixeira
Assunto: Medida cautelar inominada. Suspensão do desconto de empréstimo consignado em folha de pagamento. Exibição de contratos celebrados.
Distribuído por sorteio em 8/8/2014
Decisão : "RECURSOS NÃO PROVIDOS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

70. Apelação 0001145-28.2012.8.22.0020 (SDSG)
Origem: 0001145-28.2012.8.22.0020 - Nova Brasilândia do Oeste/ 1ª Vara Cível
Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogados: Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5.369), Bruno Leonardo Moreira e Vieira Pinto (OAB/RO 3.585), Edson Vieira dos Santos (OAB/RO 4.373), Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800). Marcelo Davoli Lopes (OAB/SP 143.370) e outros
Apelado: Reginaldo Júnior Carvalho da Silva
Advogado: Aristides Gonçalves Júnior (OAB/RO 4.303)
Relator: Juiz Convocado Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Assunto: Ação de cobrança. Acidente de trânsito. Saldo remanescente. Invalidez permanente.
Distribuído por sorteio em 28/11/2013
Decisão : "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

71. Apelação 0002208-85.2012.8.22.0021 (SDSG)
Origem: 0002208-85.2012.8.22.0021 – Buritis/ 1ª Vara Cível
Apelante: Ubiratan Barbosa Cardoso
Advogado: Alberto Biaggi Netto (OAB/RO 2.740)
Apelada: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogadas: Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5.017), Ledi Buth (OAB/RO 3.080), Luciana Veríssimo Gonçalves (OAB/MS 8.270), Nelson da Costa Araújo Filho (OAB/MS 3.512), Izabel Cristina Delmondes Ocampos (OAB/MS 7.394) e outros
Relator: Juiz Convocado Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Assunto: Ação de cobrança. Acidente de trânsito. Seguro DPVAT. Ausência do autor para realização de exame.
Distribuído por sorteio em 27/11/2013
Decisão : "RECURSO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

72. Apelação n. 0006221-22.2014.8.22.0001 (SDSG)
Origem: 0006221-22.2014.8.22.0001 - Porto Velho/ 10ª Vara Cível
Apelante: Jone Francisco da Silva
Advogados: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A) e Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1.073)
Apelado: Banco do Brasil S/A
Advogados: Sérvio Túlio de Barcelos (OAB/RO 6.673) e José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB/RO 6.676)
Relator: Juiz Convocado Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Assunto: Ação de indenização por danos morais. Espera excessiva em fila de banco. Descumprimento de lei municipal.
Distribuído por sorteio em 1º/10/2014
Decisão : "RECURSO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

73. Apelação n. 0006623-40.2013.8.22.0001 (SDSG)
Origem: 0006623-40.2013.8.22.0001 - Porto Velho/ 9ª Vara Cível
Apelante/Apelado: Banco do Brasil S/A
Advogados: Rafael Sganzerla Durand (OAB/RO 4872-A), Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB/PR 8.123), Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4.875 e OAB/SP 211.648), Romulo Romano Salles (OAB/RO 6.094) e outros

Apelada/Apelante: Bruna Taiany Santos Lopes
Advogados: Tamara Lúcia Lacerda (OAB/RO 5.341), Anne Thaianna Rocha de Souza (OAB/RO 5.454), Sheidson da Silva Ardaia (OAB/RO 5.929) e Leony Fabiano dos Santos Tavares (OAB/RO 5.200)
Relator: Juiz Convocado Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Assunto: Ação de indenização por danos morais e materiais. Espera excessiva em fila de banco. Descumprimento de lei municipal.
Distribuído por sorteio em 17/6/2014
Decisão : "DEU-SE PROVIMENTO AO RECURSO DO BANCO DO BRASIL S.A E, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO DE BRUNA TAIANY SANTOS LOPES NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

74. Apelação n. 0008045-84.2012.8.22.0001 (SDSG)
Origem: 0008045-84.2012.8.22.0001- Porto Velho/ 3ª Vara Cível
Apelante: Marize Evangelista Cardoso Coelho
Advogados: Nádia Alves da Silva (OAB/RO 3.609) e Anderson Leal Alves Marinho (OAB/RO 4.666)
Apelado: Banco do Brasil S/A
Advogados: Rafael Sganzerla Durand (OAB/RO 4.872 e OAB/SP 211.648), Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB/PR 8.123), Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4.875), Romulo Romano Salles (OAB/RO 6.094), Amanda Géssica de Araújo Farias (OAB/RO 5.757) e outros
Relator: Juiz Convocado Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Assunto: Ação de indenização por danos morais. Espera excessiva em fila de banco. Descumprimento de lei municipal.
Distribuído por sorteio em 30/7/2014
Decisão : "RECURSO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

75. Apelação 0020600-36.2012.8.22.0001 (SDSG)
Origem: 0020600-36.2012.8.22.0001 - Porto Velho/ 4ª Vara Cível
Apelante: S. C. de Figueiredo & Cia Ltda.
Advogado: Ely Roberto de Castro (OAB/RO 509)
Apelados: Sebastião Nicácio de Brito e Thiago Nicacio de Brito
Advogado: Welser Rony Alencar Almeida (OAB/RO 1.506), Odair Martini (OAB/RO 30-B), Chrystiane Leslie Muniz (OAB/RO 998), Jacimar Pereira Rigolon (OAB/RO 1.740) e outros
Relator: Juiz Convocado Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Assunto: Ação de indenização por danos materiais. Contratação de serviços de lavagem de caminhão. Furto.
Distribuído por sorteio em 26/11/2014
Decisão : "PRELIMINAR REJEITADA. NO MÉRITO, RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

76. Apelação 0000333-46.2013.8.22.0021 (SDSG)
Origem: 0000333-46.2013.8.22.0021 – Buritis/ 1ª Vara Cível
Apelante: Antônio Martins Guimarães
Advogada: Michelle Souza Pires Stegmann (OAB/RO 4.110)
Apelada: Eletrobrás Distribuição Rondônia - CERON
Relator: Juiz Convocado Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Assunto: Ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos materiais. Construção de subestação de energia elétrica rural. Prescrição.
Distribuído por sorteio em 8/11/2013
Decisão : "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

77. Apelação 0000693-41.2013.8.22.0001 (SDSG)
Origem: 0000693-41.2013.8.22.0001 - Porto Velho/ 4ª Vara Cível
Apelante: Valmir Barbosa Moura
Advogados: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655-A), Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2.281), Mabiagina Mendes de Lima (OAB/RO 3.912) e Stênio Castiel Gualberto (OAB/RO 1.277)
Apelado: Banco Panamericano S/A
Advogado: Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB/MG 91.811)
Relator: Juiz Convocado Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Assunto: Ação de exibição de documentos. Feito extinto sem julgamento de mérito. Inexistência de interesse processual.
Distribuído por sorteio em 23/8/2013
Decisão : "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

78. Apelação 0002127-53.2013.8.22.0005 Apelação (SDSG)
Origem: 0002127-53.2013.8.22.0005 – Ji-Paraná/ 1ª Vara Cível, Reg. Púb. e Correg. dos Cart. Extra
Apelantes: C. de Souza Nobrega & Cia Ltda EPP e Gilmar de Souza Nobrega
Advogados: Edilson Stutz (OAB/RO 309-B) e Íria Kellen Brum de Aguiar (OAB/RO 5.097)
Apelados: Fausta Gomes de Melo e Manoel Alves de Almeida
Advogado: Douglas Wagner Codignola (OAB/RO 2.480)
Relator: Juiz Convocado Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Assunto: Impugnação de assistência judiciária. Ação de indenização por danos materiais e morais.
Distribuído por sorteio em 10/6/2014
Decisão : "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

79. Apelação 0000122-28.2013.8.22.0015 (SDSG)
Origem: 0000122-28.2013.8.22.0015 – Guajará-Mirim/ 2ª Vara Cível
Apelante: Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogados: Maria Lucilia Gomes (OAB/SP 84.206), Luciano Boabaid Bertazzo (OAB/RO 1.894) e Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB/SP 107.414)
Apelado: S M Ribeiro Pires Fonseca
Relator: Juiz Convocado Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Assunto: Cumprimento de sentença. Ação de busca e apreensão. Financiamento de veículo. Extinto o feito sem julgamento do mérito. Abandono da causa e ausência de interesse processual.
Distribuído por sorteio em 9/12/2013
Decisão : "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

80. Apelação 0001044-88.2012.8.22.0020 (SDSG)
Origem: 0001044-88.2012.8.22.0020 - Nova Brasilândia do Oeste/ 1ª Vara Cível
Apelante: Elzi Maria Coghetto
Advogada: Cíntia Gohda Ruiz de Lima Umehara (OAB/RO 4.227) e Ademar Ruiz de Lima (OAB/SP 31.641)
Apelado: Nilson do Nascimento
Relator: Juiz Convocado Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Assunto: Revogação de procuração por instrumento público. Extinto o feito sem julgamento do mérito. Desídia.
Distribuído por sorteio em 9/12/2013
Decisão : "RECURSO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

JULGAMENTOS ADIADOS

81. Apelação 7020574-11.2015.8.22.0001 (PJe)
Origem: 7020574-11.2015.8.22.0001 - Porto Velho/ 8ª Vara Cível
Apelantes: Ana Maria Gonçalves de Lima e Giovanne Lima Soares
Advogada: Mirtes Lemos Valverde (OAB/RO 2.808)
Apelada: Clínica Odontológica Moderna Ltda.
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Assunto: Ação de indenização por danos materiais e morais. Contratação de serviços odontológicos. Aparelho ortodôntico. Honorários advocatícios.
Distribuído por sorteio em 30/8/2016
Observação : Processo adiado a pedido do e. relator

82. Apelação n. 7022681-91.2016.8.22.0001 (PJe)
Origem: 7022681-91.2016.8.22.0001 - Porto Velho/ 1ª Vara Cível
Apelante: MAPFRE Administradora de Consórcios S.A.
Advogados: Márcio Alexandre Malfatti (OAB/RO 6.091), Tamara de Cássia Machado Moutinho (OAB/SP 348.271), Rogério Kasmanas Moreira (OAB/SP 322.646), Rafael Siffert Girundi do Nascimento (OAB/MG 113.322), Flávio Silva Pimenta (OAB/MG 128.506), Paulo Medeiros Magalhães Gomes (OAB/MG 84.344) e outros
Apelado: Maria Irismar Magalhães de Oliveira
Advogado: Catiene Magalhães de Oliveira Santanna (OAB/RO 5.573)
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Assunto: Ação de cobrança. Contrato cancelado. Restituição de parcelas pagas antes do término do grupo.
Distribuído por sorteio em 13/12/2016
Observação : Processo adiado a pedido do e. relator

83. Apelação 7001794-86.2016.8.22.0001 (PJe)
Origem: 7001794-86.2016.8.22.0001 - Porto Velho/ 1ª Vara Cível
Apelante: Espólio de Auxiliadora dos Santos Lemos representado por Melquiades Vieira Lemos
Advogado: Samuel Ribeiro Mazurechen (OAB/RO 4.461)
Apelado: Postal Saúde - Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios
Advogados: Ellen Lino de Castro (OAB/DF 28.599), Rodrigo de Oliveira Santos (OAB/MG 90.990), Carla da Prato Campos (OAB/SP 156.844), Rodrigo Ayres Martins de Oliveira (OAB/RJ 100.391), Bruno José de Castro Andrade (OAB/MG 97.598) e outros
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Assunto: Ação de obrigação de fazer. Contrato de serviços de assistência médica. Acidente vascular cerebral. Necessidade de tratamento homecare – 24 horas. Redução unilateral do tratamento para 12 horas.
Distribuído por sorteio em 6/9/2016
Observação : Processo adiado a pedido do e. relator

84. Apelação 7001344-46.2016.8.22.0001 (PJe)
Origem: 7001344-46.2016.8.22.0001 - Porto Velho/ 5ª Vara Cível
Apelante: Banco ITAUCARD S.A.
Advogados: Celso Marcon (OAB/RO 3.700), Carla Passos Melhado Cochi (OAB/SP 187.329), Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB/RJ 151.056), Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4.986) e outros
Apelado: Wilson Merola Monteiro
Advogados: Hianara de Marilac Braga Ocampo (OAB/RO 4.783) e Marcos Henrique Silva Dias (OAB/RO 7.362)
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Assunto: Cumprimento de sentença. Apreensão de ativos financeiros.
Distribuído por sorteio em 23/11/2016
Observação : Processo adiado a pedido do e. relator

85. Apelação n. 0024807-78.2012.8.22.0001 (SDSG)
Origem: 0024807-78.2012.8.22.0001 - Porto Velho/ 2ª Vara Cível
Apelante: Maura Barcelos de Melo da Silva
Advogada: Rucilene Araújo Botelho Campos (OAB/RO 5.587) e Adriano Brito Feitosa (OAB/RO 4.951)
Apelada: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogados: Pedro Origa (OAB/RO 1.953), Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1.571), Sílvia de Oliveira (OAB/RO 1.285), Francianny Aires da Silza Ozias (OAB/RO 1.190), Alex Cavalcante de Souza (OAB/RO 1.818), Paulo Rogério Barbosa Aguiar (OAB/RO 1.723), Israel Nascimento Barbosa (OAB/RO 4.685), Jorge Henrique Lima Mourão (OAB/RO 1.117), Norazi Braz de Mendonça (OAB/RO 2.814), Pedro Origa Neto (OAB/RO 2-A), Douglacir Antônio Evaristo Sant'Ana (OAB/RO 287), Ivone de Paula Chagas Sant'Ana (OAB/RO 1.114), Fábio Antônio Moreira (OAB/RO 1.553), Matheus Evaristo Santana (OAB/RO 3.230), Claudete Solange Ferreira (OAB/RO 972), Juvenilço Iriberto Decarli Júnior (OAB/RO 1.193) e Juvenilço Iriberto Decarli (OAB/RO 248-A)
Relator: Juiz Convocado Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Assunto: Ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos morais. Energia elétrica. Troca do medidor. Faturas com valores abusivos.
Distribuído por sorteio em 13/10/2014
Decisão parcial em 21/3/2017: "APÓS O VOTO VISTA DO DESEMBARGADOR ROWILSON TEIXEIRA ACOLHENDO A PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO POR AFRONTAR O PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE, O RELATOR PEDIU PARA REANALISAR OS AUTOS. OS DESEMBARGADORES AGUARDAM."
Observação : Processo adiado a pedido do e. relator

RETIRADO DE PAUTA

86. Apelação 0015843-33.2011.8.22.0001 (SDSG)
Origem: 0015843-33.2011.8.22.0001 - Porto Velho/ 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Apelante: Banco Bradesco S.A.
Advogados: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4.937), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4.370), Saionara Mari (OAB/MT 5.225), Wellington Luiz de Campos (OAB/SP 218.373), Antônio Carlos Pinheiro dos Santos (OAB/MT 10.315) e outros
Apelados: Alan Arais Lopes e Walber Pydd
Advogados: Neri Cezimbra Lopes (OAB/RO 653-A) e Fernando da Silva Maia (OAB/RO 452)
Relator: Desembargador Rowilson Teixeira
Assunto: Ação de cumprimento de sentença. Ação Civil Pública. Honorários advocatícios.
Distribuído por prevenção de magistrado em 10/12/2014
Observação : Processo retirado de pauta a pedido do e. relator

PEDIDO DE VISTA

87. Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento n. 0801637-08.2016.8.22.0000 (PJe)
Origem: 0016079-74.2014.8.22.0002 - Ariquemes/ 2ª Vara Cível
Embargante: Banco Bradesco S.A.
Advogados: José Manoel de Arruda Alvim Netto (OAB/SP 12.363), Eduardo Pellegrini de Arruda Alvim (OAB/SP 118.685), Paula Cristina Travan (OAB/SP 169.151), Cayton Camacho (OAB/SP 76.757), Celso Seigiro Miyoshi (OAB/SP 88.955), Ricardo Ribeiro Viana de Queiroz (OAB/SP 285.803) e outros
Embargado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Assunto: Obscuridade. Decisão colegiada negou provimento ao agravo de instrumento. Ação de execução de título extrajudicial. Conversão de Letra Financeira do Tesouro em pecúnia. Excesso de execução. Revisão de multa. Bloqueio de valores.
Opostos em 29/11/2016
Decisão parcial: "APÓS O VOTO DO RELATOR NEGANDO PROVIMENTO AO RECURSO, PEDIU VISTA O DESEMBARGADOR ROWILSON TEIXEIRA. O JUIZ CONVOCADO ADOLFO THEODORO NAUJORKS NETO AGUARDA."

Nada mais havendo às 9h50 o e. Desembargador Rowilson Teixeira, Presidente, agradeceu a todos pela presença e declarou encerrada a sessão.

Porto Velho, 11 de abril de 2017.

Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente da 1ª Câmara Cível

# PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS

## TRIBUNAL PLENO

Data de distribuição: 14.10.2016
Data do julgamento: 3.4.2017
Mandado de Segurança n. 0803423-87.2016.8.22.0000 - PJe
Impetrante : Andrea Paulino de Araújo
Advogado : Paulo Artur Motta de Morais (OAB/RO 5.252)
Impetrado : Procurador-Geral de Justiça do Estado de Rondônia
Interessado (Parte Passiva) : Estado de Rondônia
Procuradores : Juraci Jorge da Silva (OAB/RO 528), Franklin Silveira Baldo (OAB/RO 5.733) e outros
Relator : Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Decisão: "REJEITADA A PRELIMINAR DE DECADÊNCIA, POR UNANIMIDADE. NO MÉRITO, SEGURANÇA DENEGADA NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, TAMBÉM POR UNANIMIDADE."
EMENTA: Mandado de segurança. Concurso público. Candidato aprovado em primeiro lugar para cadastro de reserva. Prazo de validade expirado. Direito subjetivo à nomeação. Inexistência. Segurança denegada. O candidato aprovado em primeiro lugar em concurso público dentro do cadastro de reserva possui mera expectativa de direito, mas que poderá ser convolada em direito líquido e certo à nomeação, se demonstrada a preterição ou surgimento de novas vagas não providas por conduta arbitrária ou imotivada da Administração Pública. Por inexistir nos autos a prova pré-constituída que indique as exceções, a segurança deve ser denegada.

Data de distribuição: 30.5.2016
Data do julgamento: 3.4.2017
Mandado de Segurança n. 0801561-81.2016.8.22.0000 - PJe
Impetrante : Ricardo Elias Duarte Rabello
Advogado : Marcondes de Oliveira Pereira (OAB/RO 5.877)
Impetrado : Procurador-Geral de Justiça do Estado de Rondônia
Interessado (Parte Passiva) : Estado de Rondônia
Procuradores : Juraci Jorge da Silva (OAB/RO 528), Helder Lucas S. N. Aguiar (OAB/RO 6.857) e outros
Relator : Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Decisão: "REJEITADA A PRELIMINAR DE INDEFERIMENTO DA INICIAL POR AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA, À UNANIMIDADE. NO MÉRITO SEGURANÇA DENEGADA NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, TAMBÉM POR UNANIMIDADE."
EMENTA: Mandado de segurança. Concurso público. Candidato aprovado em primeiro lugar para cadastro de reserva. Prazo de validade expirado. Direito subjetivo à nomeação. Inexistência. Segurança denegada. O candidato aprovado dentro do cadastro de reserva não tem direito líquido e certo à nomeação, mesmo com o surgimento de novas vagas no período de validade do certame, cujo preenchimento sujeita-se a juízo de conveniência e oportunidade da Administração.

Data de distribuição: 30.5.2016
Data do julgamento: 3.4.2017
Mandado de Segurança n. 0801558-29.2016.8.22.0000 - PJe
Impetrante : Vinícius de Almeida dos Anjos
Advogado : Marcondes de Oliveira Pereira (OAB/RO 5.877)
Impetrado : Procurador-Geral de Justiça do Estado de Rondônia
Interessado (Parte Passiva) : Estado de Rondônia
Procuradores : Juraci Jorge da Silva (OAB/RO 528), Danilo C. Sigarini (OAB/RO 7.366) e outros
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Decisão: "REJEITADA A PRELIMINAR DE INDEFERIMENTO DA INICIAL POR AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA, À UNANIMIDADE. NO MÉRITO, SEGURANÇA DENEGADA NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, TAMBÉM POR UNANIMIDADE."
EMENTA: Mandado de segurança. Concurso público. Candidato aprovado em primeiro lugar para cadastro de reserva. Prazo de validade expirado. Direito subjetivo à nomeação. Inexistência. Segurança denegada. O candidato aprovado dentro do cadastro de reserva não tem direito líquido e certo à nomeação, mesmo com o surgimento de novas vagas no período de validade do certame, cujo preenchimento sujeita-se a juízo de conveniência e oportunidade da Administração.

## 1ª CÂMARA CÍVEL

Data de distribuição: 12/11/2014
Data do julgamento: 11/04/2017
0001679-49.2014.8.22.0004 - Apelação
Origem : 0001679-49.2014.8.22.0004 Ouro Preto do Oeste / 1ª Vara Cível
Apelante : Oceanair Linhas Aéreas S.A.
Advogados : Jamyson de Jesus Nascimento (OAB/RO 1646), Alessandro Francisco Adorno (OAB/SP 270163), Marcela Quental (OAB/SP 105107), Joilson Santos de Almeida (OAB/RO 3505) e outros
Apelada : J. D. B. Assistido(a) por sua mãe W. D. de L.
Advogado : Marcos Donizetti Zani (OAB/RO 613)
Advogada : Camila Jacob do Nascimento Freitas (OAB/RO 5450)
Advogada : Erika de Fátima Calegarin (OAB/SP 267870)
Relator : Desembargador Rowilson Teixeira
Transporte aéreo. Extravio de bagagem. Dano moral e material. Código de Defesa do Consumidor.
Tratando-se de relação de consumo, em que o autor figura como destinatário final dos serviços de transporte, aplicável é à espécie o Código de Defesa do Consumidor.
Em casos de extravio de bagagem, decorrente da falha na prestação de serviço, é imperioso à empresa aérea o dever de indenizar por danos morais e materiais.
O arbitramento da indenização decorrente de dano moral deve ser feito caso a caso, com bom senso, moderação e razoabilidade, atentando-se à proporcionalidade com relação ao grau de culpa, extensão e repercussão dos danos, à capacidade econômica, características individuais e ao conceito social das partes.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 15/10/2014
Data do julgamento: 11/04/2017
0001518-19.2012.8.22.0001 - Apelação
Origem: 0001518-19.2012.8.22.0001 - Porto Velho/3ª Vara Cível
Apelante/Apelado: Evanilson Pinheiro dos Santos
Advogados: José Carlos Lino Costa (OAB/RO 1.163)
Maria Idalina Monteiro Rezende (OAB/RO 3.194)
Apelado/Apelante: Banco do Brasil S/A
Advogados: Rafael Sganzerla Durand (OAB/RO 4872-A)
Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB/PR 8.123)
Maria Heloísa Bisca Bernardi (OAB/RO 5.758)
Karina de Almeida Batistuci (OAB/RO 4.571) e outros
Relator: Desembargador Rowilson Teixeira
Responsabilidade civil. Empréstimo quitado. Descontos de parcelas em folha de pagamento após quitação. Dano moral configurado. Quantum. Honorários Advocatícios.

Comprovada a quitação do empréstimo consignado, a continuidade dos descontos em folha de pagamento enseja a reparação por dano moral, principalmente quando acompanhada da prova do prejuízo.
No tocante ao quantum indenizatório, é sabido que, na quantificação da indenização por dano moral, deve o julgador, valendo-se de seu bom senso prático e adstrito ao caso concreto, arbitrar, pautado nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, um valor justo ao ressarcimento do dano extrapatrimonial.
Honorários advocatícios fixados com base na baixa complexidade da causa, sem a necessidade de maiores intervenções de seu patrono.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AOS RECURSOS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 13/11/2014
Data do julgamento: 11/04/2017
0000064-67.2013.8.22.0001 - Apelação
Origem: 0000064-67.2013.8.22.0001 - Porto Velho/ 7ª Vara Cível
Apelante: Assistência Médica e Odontológica Rondônia Ltda. - AMERON
Advogados: Amadeu Guilherme Lopes Machado (OAB/RO 1225),
Márcio Melo Nogueira (OAB/RO 2827),
Eudes Costa Lustosa (OAB/RO 3431),
Diego Paiva Vasconcelos (OAB/RO 2013) e
Samara Albuquerque Cardoso (OAB/RO 5720)
Apelada: Elisângela Oliveira Silva
Advogados: Paula Jaqueline de Assis Miranda (OAB/RO 4245),
Shisley Nilce Soares da Costa Camargo (OAB/RO 1244) e
Ricardo Fávaro Andrade (OAB/RO 2967)
Relator: Desembargador Rowilson Teixeira
Apelação cível. Plano de saúde. Despesas Médicas. Ação de Reembolso. Vitrectomia e Retinopexia. Deslocamento de Retina. Emergência. Dever de Custeio do procedimento cirúrgico. Dano Moral. Não Configurado.
É devido reembolso das despesas médico-hospitalares realizados em hospitais e médicos não credenciados, conforme assegurado por previsão contratual e não disponibilizado pela operadora de plano de saúde.
Ausente um dos pressupostos da responsabilidade civil, qual seja, nexo causal entre a conduta da requerida e o dano, não há que se falar em dano moral.
Apelação não provida.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 02/06/2014
Data do julgamento: 11/04/2017
0059986-66.2009.8.22.0005 - Apelação
Origem: 0059986-66.2009.8.22.0005 - Ji-Paraná/ 2ª Vara Cível
Apelante/Apelado: Banco do Brasil S/A
Advogados: Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567),
Sandro Pissini Espíndola (OAB/SP 198040-A),
Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4407),
Janice de Souza Barbosa (OAB/RO 3347),
Donizeti Elias de Souza (OAB/RO 266-B),
Érika Ramalho Alves (OAB/RO 3.649) e outros
Apelado/Apelante: Cicero Aparecido de Alencar
Advogados: Nizangela Hetkowski Genovês (OAB/RO 5315),
Elpídio Santos Magalhães (OAB/RO 3419) e
Paulo dos Santos Brandão (OAB/RO 1014)
Relator: Desembargador Rowilson Teixeira
Revisional de contrato. Manutenção de Inscrição Após determinação judicial para sua retirada. Capitalização de juros mensais. Danos Morais. Configurado. Honorários de advogados.
É uníssono o entendimento no sentido de reconhecer a legalidade da Medida Provisória n. 2.170-36/2001.
Admite-se a capitalização mensal de juros somente nos contratos firmados em data posterior à entrada em vigor da MP n. 2.170-36/2001.
Manutenção de inscrição dos dados da parte autora no cadastro dos órgãos de proteção ao crédito, apesar de ordem judicial para sua retirada.
No tocante ao quantum indenizatório, é sabido que, na quantificação da indenização por dano moral, deve o julgador, valendo-se de seu bom senso prático e adstrito ao caso concreto, arbitrar, pautado nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, um valor justo ao ressarcimento do dano extrapatrimonial.
Honorários de advogados fixados com base na baixa complexidade da causa, sem a necessidade de maiores intervenções de seu patrono.
POR UNANIMIDADE, NÃO CONHECER DO RECURSO DO BANCO DO BRASIL S.A E NEGAR PROVIMENTO AO DE CÍCERO APARECIDO DE ALENCAR NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 27/11/2014
Data do julgamento: 11/04/2017
0211212-04.2007.8.22.0001 Apelação
Origem: 0211212-04.2007.8.22.0001 - Porto Velho/RO
(6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais)
Apelante: Banco Itaú Unibanco S. A.
Advogados: Carlos Maximiano Mafra de Laet (OAB/SP 104.061-A),
Adam Miranda Sá Stehling (OAB/SP 252.075-A),
Manuela Gsellmann da Costa (OAB/RO 3.511),
Luís Carlos Monteiro Laurenço (OAB/BA 16.780),
Gustavo Gerola Marzolla (OAB/RO 4.164) e outros
Apelado: Paulo Renato Haddad
Relator: Desembargador Rowilson Teixeira
Apelação cível. Monitória. Abandono da causa. Exitinção sem resolução de mérito. Art. 267, III, do CPC/73. Inércia. Prévio requerimento da parte requerida. Ausência de citação. Súmula 240 Do STJ. Inaplicabilidade à espécie. Sentença. Manutenção.
Tendo a parte-autora sido intimada pessoalmente para dar andamento ao feito, nos termos do art. 267, III, § 1°, do CPC, não há óbice para a extinção do processo por abandono da causa.
Dispensa-se o requerimento do requerido e, assim, afasta-se a regra disposta na Súmula 240 da Superior Corte de Justiça, quando, no âmbito da ação abandonada pelo autor, o réu não ofereceu embargos, foi revel ou não foi citado.
Precedentes do STJ.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 10/07/2014
Data do julgamento: 11/04/2017
0003455-18.2013.8.22.0005 Apelação (Agravo Retido)
Origem: 0003455-18.2013.8.22.0005 – Ji-Paraná/ 4ª Vara Cível
Apelante/Agravante: Wellington de Oliveira Meireles
Advogado: Wisley Machado Santos de Almada (OAB/RO 1217)
Apelada/Agravada: Elaine Cristina Pereira Luna Meireles
Advogados: Dilney Eduardo Barrionuevo Alves (OAB/RO 301-B),
Eurianne de Souza Passos (OAB/RO 3894) e
Cristiane Xavier (OAB/RO 1846)
Relator: Desembargador Rowilson Teixeira
Apelação cível. Ação de prestação de contas. Impossibilidade jurídica do pedido. Inovação recursal.
Se os argumentos do recurso não estão em consonância com o que foi arguido e discutido em primeiro grau, como também decidido na sentença impugnada, o não conhecimento do recurso é medida que se impõe.
POR UNANIMIDADE, NÃO CONHECER DO AGRAVO RETIDO E, NO MÉRITO, NÃO CONHECER DO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 09/07/2014
Data do julgamento: 11/04/2017
0001553-93.2014.8.22.0005 - Apelação
Origem : 0001553-93.2014.8.22.0005 Ji-Paraná (5ª Vara Cível)
Apelante : Augusto & Santos Ltda ME
Advogado : Robson Amaral Jacob (OAB/RO 3815)
Advogado : Marcos Donizetti Zani (OAB/RO 613)
Apelado : Rogerio Dantas de Oliveira
Advogada : Magda Regina Morillas Cunha (OAB/RO 227)
Relator: Desembargador Rowilson Teixeira
Apelação cível. Ação de indenização por danos morais e materiais. Relação de consumo. Publicidade enganosa. Omissão de informações. Prejuízos ao consumidor.
O artigo 37, caput, do CDC proíbe expressamente a publicidade enganosa, vale dizer, aquela que induz o consumidor ao engano.
Se a informação se refere a dados essenciais capazes de onerar o consumidor ou restringir seus direitos, deve integrar o próprio anúncio/contrato, de forma clara, precisa e ostensiva, nos termos do artigo 31 do CDC, sob pena de configurar publicidade enganosa por omissão.
A ausência de informação acerca de ausência de reconhecimento do curso nos órgãos competentes da educação, dado essencial sobre o produto/serviço fornecido pela instituição de ensino, configura a prática de publicidade enganosa por omissão.
A situação vivenciada pelo autor, em razão da omissão na publicidade do curso pela instituição de ensino, ultrapassou a barreira do mero aborrecimento, porquanto atentou contra o direito do consumidor de não ser enganado, por criar falsas expectativas de obter um título de graduação que, ante as condições concretas do caso, jamais terá como obter, gerando angústias e frustrações passíveis de ser indenizadas.
As despesas com matrículas e mensalidades do curso, do qual o consumidor desistiu pelo fato de o curso não ter validade nos órgãos oficiais, merecem ser indenizadas a título de danos materiais.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de interposição: 07/12/2016
Data do julgamento: 11/04/2017
0007429-36.2013.8.22.0014 Agravo Interno em Apelação
Origem: 0007429-36.2013.8.22.0014 – Vilhena/ 2ª Vara Cível
Agravante: F. M. M. Representado(a) por seu pai R. C. M. M.
Advogado: Roberto Carlos Martins Machado (OAB/RO 1263)
Agravado: OGX Petróleo e Gás Participações S/A
Advogados: Pedro Origa Neto (OAB/RO 2-A),
Thaís Vasconcellos de Sá (OAB/RJ 178816),
Sérgio Bermudes (OAB/RJ 17587),
Márcio Vieira Souta Costa Ferreira (OAB/RJ 59384) e outros
Relator: Desembargador Rowilson Teixeira
Agravo interno em apelação cível. Ofensa ao princípio da dialeticidade. Recurso não conhecido.
Não possuindo as razões recursais correlação com a decisão refutada, não há falar em conhecimento do recurso, ante a ofensa ao princípio da dialeticidade que configura um requisito extrínseco de admissibilidade recursal.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 30/07/2014
Data do julgamento: 11/04/2017
0010677-65.2012.8.22.0007 - Apelação
Origem : 0010677-65.2012.8.22.0007 Cacoal (1ª Vara Cível)
Apelante : Banco Meridional do Brasil S.A (Santander S.A.)
Advogados: Carlos Maximiano Mafra de Laet (OAB/RJ 15311)
Marco André Honda Flores (OAB/PA 20599-A)
Thiago Noronha Benito (OAB/MS 11127)
Ana Gabriela Rover (OAB/RO 5210)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369) e outros
Intda (Parte Ativa): Yamaha Administradora de Consórcios LTDA
Advogado : Paulo Medeiros Magalhães Gomes (OAB/SP 313846)
Apelada : Leozeti Pagel Ferreira
Advogados: Luzinete Pagel Galvão (OAB/RO 4843)
Anderson Fabiano Brasil (OAB/RO 5921)
Relator: Desembargador Rowilson Teixeira
Apelação. Registro indevido de gravame de alienação fiduciária sobre veículo. Danos materiais comprovados. Danos morais devidos. Quantum indenizatório. Manutenção. Valor da multa razoável e proporcional. Recurso desprovido.
A indevida inserção de gravame de alienação fiduciária sobre veículo gera o direito a indenização por dano moral.
Danos materiais comprovados pelo prejuízo decorrente do desfazimento da venda.
Mantém-se o quantum indenizatório fixado quando não se revela exacerbado e desproporcional ao caso.
Multa razoável e proporcional, compatível com o intuito de assegurar o cumprimento da decisão judicial. Recurso desprovido.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 03/11/2014
Data do julgamento: 11/04/2017
0001130-48.2014.8.22.0001 – Apelação (Recurso Adesivo)
Origem : 0001130-48.2014.8.22.0001 Porto Velho (8ª Vara Cível)
Apelante : Auto Escola Amaral Ltda ME
Advogados: Marcelo Estebanez Martins (OAB/RO 3208)
Albino Melo Souza Júnior (OAB/RO 4464)
Daniele Meira Couto (OAB/RO 2400)
Vanessa de Souza Camargo Fernandes (OAB/RO 5651)
Manuelle Freitas de Almeida (OAB/RO 5987) e outros
Apelado : Edicarlos Ribeiro Paiva
Advogadas : Layanna Mábia Maurício (OAB/RO 3856)
Fernanda Naiara Almeida Dias (OAB/RO 5199)
Márcia de Oliveira Lima (OAB/RO 3495)
Relator: Desembargador Rowilson Teixeira
Apelação cível. Direito processual civil e civil. Perda de uma chance. Lucros cessantes. Dano moral. Quantum.
Os danos morais morais advindos da teoria da perda de uma chance devem ser reais, atuais e certos, dentro de um juízo de probabilidade, que proporcione ao lesado efetivas condições pessoais de concorrer à situação futura esperada, e não mera possibilidade, porquanto o dano potencial ou incerto, no espectro da responsabilidade civil, em regra, não é indenizável.
No tocante ao quantum indenizatório, é sabido que, na quantificação da indenização por dano moral, deve o julgador, valendo-se de seu bom senso prático e adstrito ao caso concreto, arbitrar, pautado nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, um valor justo ao ressarcimento do dano extrapatrimonial.
Honorários de advogados fixados com base na baixa complexidade da causa, sem a necessidade de maiores intervenções de seu patrono.
POR UNANIMIDADE, REJEITAR A PRELIMINAR. NO MÉRITO, NEGAR PROVIMENTO AOS RECURSOS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 23/10/2014
Data do julgamento: 11/04/2017
0004680-85.2013.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0004680-85.2013.8.22.0001 Porto Velho/ 8ª Vara Cível
Apelante : Maria José Ambrosio dos Reis Peters
Advogada : Maria da Conceição Ambrósio dos Reis (OAB/RO 674)
Advogada : Ellen Reis Araújo Trindade (OAB/RO 5054)
Advogado : Juarez Paulo Bearzi (OAB/RO 752)
Apelante : Victor Emanuel Peters
Advogada : Maria da Conceição Ambrósio dos Reis (OAB/RO 674)

Advogada : Ellen Reis Araújo Trindade (OAB/RO 5054)
Advogado : Juarez Paulo Bearzi (OAB/RO 752)
Apelado : André Luiz Soares Machado
Advogada : Mônica Patrícia Moraes Barbosa (OAB/RO 5763)
Advogado : Juacy dos Santos Loura Júnior (OAB/RO 656-A)
Advogada : Elaine de Almeida (OAB/RO 2336)
Advogado : Francisco Barroso Sobrinho (OAB/RO 5678)
Apelado : Paulo Rogério da Costa Andreoli
Advogada : Mônica Patrícia Moraes Barbosa (OAB/RO 5763)
Advogado : Juacy dos Santos Loura Júnior (OAB/RO 656-A)
Advogada : Elaine de Almeida (OAB/RO 2336)
Advogado : Francisco Barroso Sobrinho (OAB/RO 5678)
Apelado : Wélinton Dantas de Lima
Advogada : Jacimar Pereira Rigolon (OAB/RO 1740)
Advogado : Orestes Muniz Filho (OAB/RO 40)
Advogado : Odair Martini (OAB/RO 30-B)
Advogado : Welser Rony Alencar Almeida (OAB/RO 1506)
Advogada : Chrystiane Léslie Muniz Levatti (OAB/RO 998)
Relator : Desembargador Rowilson Teixeira
Apelação Cível. Livre valoração da prova pelo magistrado. Acidente de trânsito. Prova testemunhal conflitante. Ausência de prova robusta quanto à culpa do acidente. Boletim de ocorrência lavrado com base nas declarações de apenas um condutor. Prova Insuficiente. Danos materiais e morais. Improcedência
O magistrado, em face do princípio da livre apreciação da prova (art. 131 do Código de Processo Civil/73), tem ampla liberdade para valorá-la, da forma que entender pertinente, desde que fundamente as razões que o levaram a tal convencimento.
Sendo contraditória a prova, sem que se possa saber, com certeza, de quem é a culpa, impõe-se a improcedência do pedido.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 03/07/2014
Data do julgamento: 11/04/2017
0025275-42.2012.8.22.0001 - Apelação
Origem: 0025275-42.2012.8.22.0001 - Porto Velho/ 2ª Vara Cível
Apelante: Banco BMG S/A
Advogados: Urbano Vitalino de Melo Neto (OAB/PE 17700),
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB/PE 23255),
Hugo Neves de Moraes Andrade (OAB/PE 23798),
Bruno Ribeiro de Souza (OAB/PE 30169),
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696) e outros
Apelado: Maurício de Carvalho Cunha
Advogados: Denis Augusto Monteiro Lopes (OAB/RO 2433) e
Marcondes de Oliveira Pereira (OAB/RO 5877)
Relator: Desembargador Rowilson Teixeira
Revisional de contrato. Capitalização de juros mensais. Legalidade. Previsão contratual. Tabela Price. Legalidade.
Admite-se a capitalização mensal de juros somente nos contratos firmados em data posterior à entrada em vigor da MP n. 2.170-36/2001.
A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada.
A declaração de ilegalidade da utilização do método de amortização da dívida pela Tabela Price, deve ser embasado por laudo pericial contábil, capaz de indicar a existência de prestação desproporcional e utilização de juros compostos em seus cálculos.
POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 11/07/2014
Data do julgamento: 11/04/2017
0092739-25.2008.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0092739-25.2008.8.22.0001 Porto Velho (3ª Vara Cível)
Apelantes: Comercial Brzezinshi Distribuidora de Bebidas Ltda
Cartejanio Brzezinshi Maia
Advogados: Dulcinéia Bacinello Ramalho (OAB/RO 1088)
Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Gustavo de Castro Del Reis Conversani (OAB/RO 3980)
Daiane Kelli Joslin (OAB/PR 60112)
Amaro Vinícius Bacinello Ramalho (OAB/RO 3212)
Apelado : Anderson Maxsuel Bezerra Duran
Advogados: Nádia Núbia Silva Batista Miranda (OAB/RO 1287)
Salatiel Soares de Souza (OAB/RO 932)
Zoil Batista de Magalhães Neto (OAB/RO 1619)
Célio dos Santos Ferreira (OAB/RO 1224)
Relator: Desembargador Rowilson Teixeira
Apelação cível. Ação de indenização por danos materiais c/c indenização por danos morais. Acidente de trânsito. Dever de indenizar.
Sendo incontroversa a responsabilidade da apelante pelo acidente, a condenação pelos danos morais é medida que se impõe diante das lesões sofridas pelos apelados.
Em se tratando de ação de indenização por danos morais, na qual inexistem critérios objetivos para a fixação do montante devido a título de verba indenizatória, o julgador deve arbitrá-lo de acordo com as peculiaridades de cada caso, levando-se em conta as condições pessoais dos envolvidos, o grau de culpa, a potencialidade e a extensão do dano causado.
POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de interposição: 20/10/2016
Data do julgamento: 11/04/2017
0002289-21.2013.8.22.0014 - Agravo Interno em Apelação
Origem: 0002289-21.2013.8.22.0014 – Vilhena/ 4ª Vara Cível
Agravante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
Advogados: Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369),
Armando Krefta (OAB/RO 321-B),
Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800),
Marcelo Davoli Lopes (OAB/SP 143370),
Diego Vinícius Sant'Ana (OBA/RO 6880),
Giuliano Caio Sant'Ana (OAB/RO 4842) e outros
Agravado: Vanildo de Jesus Danelli
Advogado: Éric José Gomes Jardina (OAB/RO 3375)
Relator: Desembargador Rowilson Teixeira
Agravo interno. Decisão monocrática. Recurso de apelação desprovido em vista de contrariedade com a jurisprudência dominante nesta Corte. Ausência de invalidez permanente não reconhecida. Dispensabilidade de laudo elaborado pelo IML. Não provimento.
A mera repetição dos fundamentos já expendidos em recurso e a ausência de argumentos novos tornam impossível a reforma da decisão monocrática que já analisou todo o contexto da matéria impugnada, estando ela em consonância com a jurisprudência dominante desta Corte.
Não há ausência de invalidez quando os documentos constantes dos autos atestam que o requerente sofreu sequelas definitivas, tendo a seguradora utilizado os mesmos documentos como base para pagamento de parte de seguro na esfera administrativa, reconhecendo a invalidez permanente.
O laudo elaborado pelo IML não constitui documento essencial ao conhecimento da lide quando há nos autos outros documentos que comprovam o nexo de causalidade entre o sinistro e as lesões sofridas.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 18/08/2014
Data do julgamento: 11/04/2017
0022814-63.2013.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0022814-63.2013.8.22.0001 Porto Velho (8ª Vara Cível)
Apelante : Banco BMG S.A.
Advogados : Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB/MG 63440)

Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB/MG 109730)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)
Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Luciana de Moura Teixeira (OAB/MG 126476) e outros
Apelado : Diego da Silva Ribeiro Sousa
Advogada : Kharina Mielke (OAB/RO 2906)
Relator: Desembargador Rowilson Teixeira
Apelação. Contrato de empréstimo consignado. Inexistência. Restituição em dobro devida. Dano moral. Não ocorrência.
O desconto indevido mensalmente, por si só, não é apto a ensejar a indenização por dano moral. Registra-se que o autor não comprovou que tal valor teve o condão de impedi-lo de realizar atividades cotidianas.
Para configuração do dano moral é necessário aferir no caso concreto se a situação trazida pela parte pode ser considerada ofensiva a ponto de causar dano imaterial ou mesmo se esta se insere no conceito de dano moral puro, dispensando eventual prova de sua ocorrência.
Demonstrada a abusividade na cobrança do débito decorrente de empréstimo consignado não contratado, deve ser restituído ao consumidor o dobro do valor pago, pois trata-se de relação de consumo, impondo-se a aplicação do código consumerista.
POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 08/08/2014
Data do julgamento: 11/04/2017
0022528-90.2010.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0022528-90.2010.8.22.0001 Porto Velho (3ª Vara Cível)
Apelante : Josefa Gomes Moreira Valença
Advogados: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433-A)
Marisamia Aparecida De Castro Inacio (OAB/RO 4553)
Apelado : Banco BMG S.A.
Advogado s: Urbano Vitalino de Melo Neto (OAB/RN 525-A)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB/PE 23255)
Hugo Neves de Moraes Andrade (OAB/PE 23798)
Renan Thiago Pasqualotto Silva (OAB/RO 6017)
Bruno Ribeiro de Souza (OAB/PE 30.169)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)
Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913) e outros
Apelado : Banco Cruzeiro do Sul S.A. - Em Liquidação Extrajudicial
Advogados: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875-A)
Marcelo O. Angélico (OAB/SP 94.389)
Andrea Orabona Angélico Massa (OAB/SP 152184)
Karen Amann (OAB/SP 140975)
Leonardo Henrique Torres de Morais Ribeiro (OAB/SP 200.653) e outros
Apelado : Banco Cooperativo do Brasil S.A. - BANCOOB
Advogados: Eládio Lasserre (OAB/BA 15906)
Paula Gracielle Piva (OAB/RO 5175)
Vinícius Nascimento Saldanha de Oliveira (OAB/RO 1933)
Alex Rafael Höffling (OAB/DF 14999)
Cizenando Spindola de Ataides Júnior (OAB/DF 37.193) e outros
Relator : Desembargador Rowilson Teixeira
Apelação. Medida cautelar inominada. Tutela satisfativa. Inadequação da via eleita.
A finalidade da tutela cautelar não será satisfazer a pretensão, mas viabilizar a sua satisfação, protegendo-a de uma demorada solução do processo principal.
A parte não pode pretender a limitação dos descontos sem demonstrar a irregularidade no procedimento das instituições bancárias, o que deve ser apurado em ação própria, pela via ordinária, sendo inadequada a cautelar sem a correspondente ação principal, já que a pretensão deduzida na inicial esgota o objeto da ação.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AOS RECURSOS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

## 2ª CÂMARA CÍVEL

Data de distribuição: 18/08/2015
Data do julgamento: 12/04/2017
0001427-13.2014.8.22.0015 Apelação
Origem: 0001427-13.2014.8.22.0015 Guajará-Mirim / 1ª Vara Cível
Apelante: Terezinha Queiroz de Lima
Advogado: Fábio Antônio Moreira (OAB/RO 1553)
Apelada: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
Advogado: Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)
Advogado: Diego Vinícius Sant'Ana (OAB/RO 6880)
Advogado: Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800)
Advogado: Giuliano Caio Sant'Ana (OAB/RO 4842)
Relator: Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Apelação cível. Ação de cobrança do seguro DPVAT. Prescrição. Termo inicial. Ciência da debilidade. Prazo trienal. Prescrição consumada. Recurso desprovido.
Devido à natureza de seguro de responsabilidade civil obrigatório do DPVAT, aplica-se o prazo prescricional trienal previsto no art. 206, § 3º, IX, do CC, segundo o qual "prescreve em três anos a pretensão do beneficiário contra o segurador, e a do terceiro prejudicado, no caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório".
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de interposição: 14/03/2016
Data do julgamento: 05/04/2017
0015437-38.2013.8.22.0002 Agravo em Apelação
Origem: 0015437-38.2013.8.22.0002 Ariquemes 1ª Vara Cível
Agravante: Vera Lúcia Tiecher
Advogada: Daniella Peron de Medeiros (OAB/RO 5764)
Advogada: Karine de Paula Rodrigues (OAB/RO 3140)
Agravada: Oi Móvel S/A
Advogada: Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4240)
Advogado: Marcelo Ferreira Campos (OAB/RO 3250)
Relator: Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Agravo interno. Decisão monocrática. Ofensa ao duplo grau de jurisdição. Inocorrência. Cobrança indevida. Situação vexatória. Ausência. Dano moral. Inexistência. Desconstituição de fundamento. Não ocorrência. Recurso. Desprovimento.
A respeito da mera cobrança indevida, não enseja reparação civil se não ficar demonstrado fato apto a caracterizar o dano moral.
Inexistindo fundamentos capazes de alterar a convicção formada pelo julgador, deve ser mantida a decisão agravada.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 20/05/2015
Data do julgamento: 05/04/2017
0022500-83.2014.8.22.0001 Apelação
Origem: 0022500-83.2014.8.22.0001 Porto Velho 5ª Vara Cível
Apelante: Debrandino Semão da Silva
Advogado: Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281)
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Apelado: Banco BMG S/A
Advogado: Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB/SP 327026)
Advogado: Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Advogada: Gabriela de Lima Torres (OAB/RO 5714)
Advogada: Carla da Prato Campos (OAB/SP 156844)
Relator: Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Apelação cível. Ação de exibição de documentos. Não apresentação na esfera administrativa. Ausência de contestação. Resistência. Verba honorária devida. Recurso. Provimento.

A não apresentação de documento na esfera administrativa, tampouco contestado o pedido, comprova a resistência, cabendo ao vencido o ônus da sucumbência.
POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 01/09/2015
Data do julgamento: 12/04/2017
0009231-16.2010.8.22.0001 - Apelação
Origem: 0009231-16.2010.8.22.0001 Porto Velho/RO (3ª Vara Cível)
Apelante: D e R Serviços e Manutenção Ltda
Advogado: Miguel Angel Arenas Rubio Filho (OAB/RO 5380)
Advogado: Diego Alexis dos Santos Arenas (OAB/RO 5188)
Apelada: Dresser Indústria e Comércio Ltda
Advogado: Ulisses Magno da Silva (OAB/RJ 88252)
Advogado: Antônio de Oliveira Tavares Paes Júnior (OAB RJ 59793)
Advogada: Mariana Paranhos Malhães Lemos (OAB/RJ 104095)
Relator: Juiz Carlos Augusto Teles De Negreiros
Indenização. Envio da mercadoria. FOB. Extravio de parte. Responsabilidade do transportador para com o destinatário. Recurso não provido.
A cláusula FOB indicada na Nota Fiscal, exonera o vendedor da responsabilidade pela entrega da mercadoria ao destinatário, em que este último é quem contrata a transportadora, cabendo a eles a discussão acerca do extravio da mercadoria e não ao vendedor.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 02/05/2016
Data do julgamento: 05/04/2017
0001372-70.2015.8.22.0001 - Apelação
Origem: 0001372-70.2015.8.22.0001 Porto Velho (1ª Vara Cível)
Apelante : Alex Santos Pereira
Advogado : Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A)
Advogada : Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Apelada : BRB Crédito, Financiamento e Investimento S/A
Advogado : Haroldo Wilson Martinez de Souza Júnior (OAB/PE 20366)
Advogada : Lívia Freitas Gil (OAB/RO 3769)
Advogado : Durval Garcia Filho (OAB/DF 16966)
Relator : Desembargador Kiyochi Mori
Cadastro de inadimplentes. Inscrição indevida. Dano moral. Quantum indenizatório. Honorários. Critérios de fixação.
O dano moral que decorre da negativação indevida do nome do devedor em cadastros de maus pagadores é sempre presumido, sendo desnecessária a prova do prejuízo.
O quantum indenizatório do dano moral deve ser fixado com observância da razoabilidade e proporcionalidade.
Impõe-se a manutenção dos honorários advocatícios arbitrados pelo juízo de primeiro grau quando fixados dentro dos limites percentuais previstos na lei processual civil.
POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 19/02/2016
Data do julgamento: 05/04/2017
0005556-69.2015.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0005556-69.2015.8.22.0001 Porto Velho/RO (3ª Vara Cível)
Apelante : Wilson Alves de Jesus Junior
Advogado : Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Advogada : Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Apelada : Embratel TVSAT Telecomunicações S.A.
Advogado : Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Advogado : Rafael Gonçalves Rocha (OAB/PA 16538A)
Advogada : Ana Paula Arantes de Freitas Linhares (OAB/DF 13166)
Relator: Desembargador Kiyochi Mori
Inclusão indevida em cadastros de inadimplentes. Existência de outras negativações regulares. Dano moral não reconhecido.
Nos termos da Súmula 385 do Superior Tribunal de Justiça, não cabe indenização por dano moral quando preexistente legítima inscrição em cadastro de inadimplentes.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 10/06/2016
Data do julgamento: 05/04/2017
0000647-96.2011.8.22.0009 – Apelação
Origem : 0000647-96.2011.8.22.0009 Pimenta Bueno/RO (1ª Vara Cível)
Apelante : Cooperativa de Crédito do Centro Sul Rondoniense Sicoob Credip
Advogados: Noel Nunes de Andrade (OAB/RO 1.586)
Éder Timótio Pereira Bastos (OAB/RO 2.930)
Apelada : Graciane Alexandre Borba
Relator: Desembargador Kiyochi Mori
Apelação. Execução de título extrajudicial. Ausência de bens penhoráveis. Suspensão do feito. Prescrição intercorrente. Prévia intimação do autor. Necessidade. Extinção do feito.
A inexistência de bens penhoráveis não é causa de extinção, mas, sim, de suspensão do processo sine die.
Ainda que a paralisação e arquivamento ocorram por prazo superior ao prescricional, não há como se reconhecer a ocorrência de prescrição intercorrente.
Ademais, nas hipóteses de declaração de ofício da prescrição, deve o credor ser previamente intimado para opor algum fato impeditivo à incidência da prescrição, nos termos do art. 487, parágrafo único, do Código de Processo Civil.
POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 09/05/2016
Data do julgamento: 05/04/2017
0005569-90.2014.8.22.0005 - Apelação
Origem: 0005569-90.2014.8.22.0005 Ji-Paraná 2ª Vara Cível
Apelante : Ivonete Sabanes
Advogado : Milton Fugiwara (OAB/RO 1194)
Apelada : Claro S/A
Advogado : Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/RO 6235)
Advogado : Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Advogada : Alice Reigota Ferreira (OAB/RO 352B)
Advogado : Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Advogado : Júlio César de Almeida (OAB/SP 182468)
Advogada : Ana Paula Arantes de Freitas Linhares (OAB/DF 13166)
Advogada : Eliara Vieira Brant (OAB/MG 125391)
Relator : Desembargador Kiyochi Mori
Cadastro de inadimplentes. Inscrição indevida. Dano moral. Quantum indenizatório. Honorários. Critérios de fixação. Juros de mora. Termo inicial. Data do evento danoso.
O dano moral que decorre da negativação indevida nos cadastros negativadores de crédito é sempre presumido, sendo desnecessária a prova do prejuízo.
O quantum indenizatório do dano moral deve ser fixado com observância da razoabilidade e proporcionalidade.

O termo inicial da contagem dos juros moratórios, em sede de reparação de danos morais, é a data do evento danoso.
Impõe-se a manutenção dos honorários advocatícios arbitrados pelo juízo de primeiro grau quando fixado dentro dos limites percentuais previstos na lei processual civil.
POR UNANIMIDADE, DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 15/01/2016
Data do julgamento: 05/04/2017
0000590-61.2009.8.22.0005 - Apelação
Origem : 0000590-61.2009.8.22.0005 Ji-Paraná/RO (1ª Vara Cível, Reg. Púb. e Correg. dos Cart. Extra)
Apelante : Alziro Rodrigues Sanches
Advogado : Péricles Xavier Gama (OAB/RO 2512)
Advogado : Nazarith Xavier Gama (OAB/PR 8145)
Apelada : Maria Eunice de Barros
Advogada : Márcia Regina Barbisan de Souza (OAB/RO 2031)
Interessado (Parte Ativa): Pedro Otoboni Belizario
Curador : Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator : Desembargador Kiyochi Mori
Apelação. Embargos de Terceiro. Meação. Bem de família. Locação não impede a impenhorabilidade. Indivisibilidade não afasta a possibilidade de penhora. Aferição no produto da alienação. Provimento.
O fato de o imóvel estar alugado em razão de dificuldades financeiras, não impede a garantia de impenhorabilidade dada ao bem de família.
Entretanto, o bem imóvel indivisível pode ser penhorado e levado à hasta pública, apenas se devendo adotar a providência de reservar do preço obtido o correspondente à meação do cônjuge alheio à execução, mormente quando a dívida perseguida pelo credor é decorrente da atividade empresarial desenvolvida também pela ex-cônjuge, que enquanto casada com o devedor.
POR UNANIMIDADE, REJEITAR A PRELIMINAR E, NO MÉRITO, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 09/05/2016
Data do julgamento: 05/04/2017
0026390-98.2012.8.22.0001 - Apelação
Origem: 0026390-98.2012.8.22.0001 Porto Velho 9ª Vara Cível
Apelante : B.B. Eletro Ltda EPP
Advogado : Pedro Wanderley dos Santos (OAB/RO 1461)
Advogado : Telson Monteiro de Souza (OAB/RO 10511)
Apelado : Aquiles José Alves Stering
Advogado : Alessandro Silva de Magalhães (OAB/SP 165546)
Relator : Desembargador Kiyochi Mori
Cadastro de inadimplentes. Inscrição indevida. Dano moral. Quantum indenizatório. Critérios de fixação.
O dano moral decorrente da inscrição nos cadastros de inadimplentes é sempre presumido, sendo desnecessária a prova do prejuízo.
Estando o valor da indenização por danos morais fixado de acordo com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, observado o caso concreto, não comporta redução ou majoração.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 30/05/2016
Data do julgamento: 05/04/2017
0006199-27.2015.8.22.0001 - Apelação
Origem: 0006199-27.2015.8.22.0001 Porto Velho (6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais)
Apelante : OI S/A
Advogado : Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635)
Advogado : Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501)
Advogada : Keila Tomasi da Silva (OAB/RO 7445)
Advogado : Marcelo Ferreira Campos (OAB/RO 3250)
Advogada : Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4240)
Advogada : Inaiara Gabriela Penha dos Santos (OAB/RO 5594)
Apelado : Fábio Moraes Correa
Advogado : Douglas Ricardo Aranha da Silva (OAB/RO 1779)
Relator : Desembargador Kiyochi Mori
Apelação. Inscrição indevida. Telefonia. Contrato não celebrado. Ônus. Prova negativa. Dano moral in re ipsa. Indenização. Valor. Redução.
Na ação declaratória de inexistência de débito, o pretenso credor deverá provar o vínculo contratual, por não se admitir a exigência de prova negativa do suposto devedor.
Não comprovada a existência da dívida, fica evidente que a inscrição no cadastro de inadimplentes é indevida. Na quantificação da indenização, deve o julgador, valendo-se de seu bom senso prático e adstrito ao caso concreto, arbitrar, pautado nos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, um valor justo ao ressarcimento do dano extrapatrimonial.
POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de interposição: 25/02/2017
Data do julgamento : 05/04/2017
0008310-49.2013.8.22.0002 - Embargos de Declaração em Apelação
Origem : 0008310-49.2013.8.22.0002 Ariquemes 2ª Vara Cível
Embargante : Edvaldo José de Souza
Advogada : Edinara Regina Colla (OAB/RO 1123)
Advogado : José Wilham de Melo (OAB/RO 3782)
Embargado : Fonte Água Mineral Paraíso Ltda
Advogado : Pitágoras Custódio Marinho (OAB/RO 4700)
Embargado : Valdemar Pereira Barbosa
Advogada : Paula Gracielle Piva (OAB/RO 5175)
Relator : Desembargador Kiyochi Mori
Embargos de declaração. Omissão. Juros. Correção Monetária. Provimento.
Dá-se provimento ao recurso de embargos de declaração quando verificada a existência da omissão apontada pelo embargante.
POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de interposição: 07/03/2017
Data do julgamento: 05/04/2017
0007875-83.2010.8.22.0001 - Embargos de Declaração em Apelação
Origem: 0007875-83.2010.8.22.0001 Porto Velho (4ª Vara Cível)
Embargante : Mapfre Seguros Gerais S/A
Advogado : Gustavo Gerola Marzolla (OAB/RO 4164)
Advogado : Jaime Augusto Freire de Carvalho Marques (OAB/BA 9446)
Advogado : José Manoel Alberto Matias Pires (OAB/RO 3718)
Advogado : Oswaldo Paschoal Júnior (OAB/RO 3426)
Advogado : Adair Marzolla (OAB/RO 3026)
Embargado : João Gabriel Ribeiro
Advogado : José Ricardo Costa (OAB/RO 2008)
Terceiros Interessados (Parte Ativa) : Rosiane Tavares Carvalho de Araújo e outra
Advogada : Cristiane Patricia Hurtado Madueno (OAB/RO 1013)
Advogada : Jucirene Lopes Cardoso (OAB/RO 798)
Relator : Desembargador Kiyochi Mori
Embargos de declaração. Prequestionamento. Vício. Ausência. Omissão. Inexistência.

O provimento do recurso para fins de prequestionamento condiciona-se à existência efetiva de algum dos vícios previstos no art. 1.022 do Código de Processo Civil.
Verificada a inexistência de omissão a ser sanada, devem ser rejeitados os embargos de declaração.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 23/03/2016
Data do julgamento: 05/04/2017
0003076-89.2014.8.22.0022 - Apelação
Origem: 0003076-89.2014.8.22.0022 São Miguel do Guaporé/ 1ª Vara Cível
Apelante : Jane Ferreira de Lima Santana
Advogada : Ivany Rodrigues de Oliveira Lopes (OAB/RO 5528)
Advogada : Eliene Regina Moreira (OAB/RO 2942)
Apelada : Telefônica Brasil S/A
Advogado : Alan Arais Lopes (OAB/RO 1787)
Advogado : Daniel França Silva (OAB/DF 24214)
Relator : Desembargador Kiyochi Mori
Cadastro de inadimplentes. Inscrição indevida. Dano moral. Quantum indenizatório. Honorários. Critérios de fixação.
O dano moral que decorre da negativação indevida nos cadastros negativadores de crédito é sempre presumido, sendo desnecessária a prova do prejuízo.
O quantum indenizatório do dano moral deve ser fixado com observância da razoabilidade e proporcionalidade.
Impõe-se a manutenção dos honorários de advogados arbitrados pelo juízo de primeiro grau quando fixado dentro dos limites percentuais previstos na lei processual civil.
POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 28/03/2016
Data do julgamento: 05/04/2017
0004066-83.2014.8.22.0021 – Apelação (Recurso Adesivo)
Origem: 0004066-83.2014.8.22.0021 – Buritis (2ª Vara)
Apte/Recda : Oi Móvel S.A.
Advogados : Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635)
Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501)
Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4240)
Apdo/Recte : Geneci Brito Braga Amorim
Advogada : Dorihana Borges Borille (OAB/RO 6597)
Relator : Desembargador Kiyochi Mori
Cadastro de inadimplentes. Inscrição indevida. Dano moral. Quantum indenizatório. Fixação. Critérios.
O dano moral decorrente da inscrição nos cadastros de inadimplentes é sempre presumido, e desnecessária a prova do prejuízo.
Na quantificação da verba indenizatória, deve o julgador atentar para os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como para o caráter pedagógico da condenação, de modo que a quantia deverá ser majorada se não observar esses critérios.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO E DAR PROVIMENTO AO ADESIVO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 11/03/2016
Data do julgamento: 05/04/2017
0003131-69.2015.8.22.0001 – Apelação
Origem: 0003131-69.2015.8.22.0001 – Porto Velho (5ª Vara Cível)
Apelante : Raimundo Nonato Batista Pestana
Advogados : Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A)
Apelada : Jalapão Tecidos Ltda. EPP
Advogados : Thays Gabrielle Neves Prado (OAB/RO 2453)
Domingos Sávio Neves Prado (OAB/RO 2004)
Relator : Desembargador Kiyochi Mori
Inclusão indevida. Cadastros de inadimplentes. Outras negativações regulares. Existência. Dano moral. Reconhecimento. Impossibilidade.
Nos termos da Súmula 385 do STJ, não cabe indenização por dano moral quando preexistente legítima inscrição em cadastro de inadimplentes.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 08/04/2016
Data do julgamento: 05/04/2017
0005936-21.2013.8.22.0015 - Apelação (Recurso Adesivo)
Origem : 0005936-21.2013.8.22.0015 Guajará-Mirim-RO 1ª Vara Cível
Apelante/Recorrido: Francisco Freitas Filho
Advogado : Fernando da Silva Maia (OAB/RO 452)
Apelada/Recorrente: Jandira Tártaro
Advogado : Francisco Sávio Araújo de Figueiredo (OAB/RO 1534)
Advogado : Miquéias José Teles Figueiredo (OAB/RO 4962)
Relator : Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Apelação. Reconhecimento e dissolução de união estável. Regime de bens. Separação total. Documento público. Contribuição. Indenização.
Ainda que as partes tenham adotado, mediante documento público, o regime de separação total de bens durante a união estável, havendo comprovação de implementação de benfeitorias por um dos conviventes em bens do outro, faz jus ao recebimento de indenização.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ADESIVO E, POR MAIORIA, DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO. VENCIDOS O RELATOR E O JUIZ ADOLFO THEODORO NAUJORKS NETO.

Data de distribuição: 09/12/2016
Data do julgamento: 05/04/2017
0002935-02.2015.8.22.0001 – Apelação (Agravo Retido)
Origem : 0002935-02.2015.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 1ª Vara Cível
Apelante/Agravado: Samuel Rodrigues Ferreira
Advogada : Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Advogado : Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Apelada/Agravante: Losango Promoções de Vendas Ltda
Advogado : Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643)
Advogado : Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
Advogado : Alisson Arsolino Albuquerque (OAB/RO 7264)
Relator : Desembargador Kiyochi Mori
Apelação. Indenização. Inscrição indevida. Relação jurídica comprovada. Perícia grafotécnica. Dano moral. Ausência. Litigância de má-fé. Manutenção.
Comprovada a relação jurídica havida entre as partes, mediante a realização de perícia grafotécnica, que confirmou a autenticidade das assinaturas constantes nos documentos juntados pela requerida, a dívida é legitima e a negativação do nome do autor nos cadastros restritivos devida, não havendo que se falar em indenização por danos morais.
Deve ser mantida a condenação por litigância de má-fé quando as atitudes adotadas pela apelante são contrárias as dispostas no art. 14 do Código de Processo Civil/73.
POR UNANIMIDADE, NÃO CONHECER DO AGRAVO RETIDO E, NO MÉRITO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 24/10/2016
Data do julgamento: 05/04/2017
0011607-96.2015.8.22.0001 - Apelação
Origem: 0011607-96.2015.8.22.0001 Porto Velho (3ª Vara Cível)
Apelante : Caliane Barbosa Derze
Advogado : José Gomes Bandeira Filho (OAB/RO 816)
Apelada : Lojas Umuarama
Advogada : Renata Alves Pontes (OAB/RO 5599)
Advogada : Andréia da Silva Lima Frazão (OAB/RO 1017)
Relator : Desembargador Kiyochi Mori
Apelação. Indenizatória. Inscrição em cadastro de inadimplentes. Similitude das assinaturas. Relação jurídica comprovada. Dívida existente. Dano moral afastado.
A similitude entre a assinatura constante nos documentos pessoais do autor e a aposta nos documentos acostados pela ré comprovam a relação jurídica havida entre as partes.
Considerando-se a existência do débito e seu inadimplemento, a inscrição nos cadastros restritivos é devida, não havendo que se falar em indenização por danos morais.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 21/03/2016
Data do julgamento: 05/04/2017
0025538-74.2012.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0025538-74.2012.8.22.0001 Porto Velho 3ª Vara Cível
Apelante : Rodrigo Francisco Torres Souza
Advogada : Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Advogado : Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Apelada : Ana Giulia Comércio de Langerie Ltda ME
Advogado : Flávio Henrique Zanlochi (OAB/SP 32026)
Advogado : Celso Evangelista (OAB/SP 84278)
Relator : Desembargador Kiyochi Mori
Cadastro de inadimplentes. Inscrição indevida. Dano moral. Quantum indenizatório. Honorários. Critérios de fixação.
O dano moral que decorre da negativação indevida nos cadastros negativadores de crédito é sempre presumido, sendo desnecessária a prova do prejuízo.
O quantum indenizatório do dano moral deve ser fixado com observância da razoabilidade e proporcionalidade.
Impõe-se a manutenção dos honorários advocatícios arbitrados pelo juiz de primeiro grau quando fixado dentro dos limites percentuais previstos na lei processual civil.
RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

Data de distribuição: 17/02/2016
Data do julgamento: 05/04/2017
0002432-78.2015.8.22.0001 - Apelação
Origem: 0002432-78.2015.8.22.0001 Porto Velho/RO
(6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais)
Apelante/Apelado: Banco do Brasil S/A
Advogado: Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567)
Advogada: Carolina Gioscia Leal de Melo (OAB/RO 2592)
Apelado/Apelante: Alex Aparecido da Rosa
Advogada: Mara Dayane de Araújo Almada (OAB/RO 4552)
Advogada: Adriana de Kássia Ribeiro Pimenta (OAB/RO 4708)
Relator: Desembargador Kiyochi Mori
Fila de banco. Espera excessiva. Dano moral. Quantum indenizatório. Honorários. Critérios de fixação.
Tratando-se de atendimento normal, o período superior a duas horas para atendimento bancário, quando o consumidor não possuir atendimento preferencial, implica em espera excessiva e provoca sofrimento moral, ensejando a reparação.
Estando o valor da indenização por danos morais de acordo com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, observado o caso concreto, não comporta redução ou majoração
Impõe-se a manutenção dos honorários de advogados arbitrados pelo juiz de primeiro grau quando fixado dentro dos limites percentuais previstos na lei processual civil.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AOS RECURSOS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 15/03/2016
Data do julgamento: 05/04/2017
0009801-26.2015.8.22.0001 - Apelação
Origem: 0009801-26.2015.8.22.0001 Porto Velho/RO
(6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais)
Apelante: Ativos S/A Securitizadora de Créditos Financeiros
Advogada: Rosângela da Rosa Corrêa (OAB/BA 36800)
Apelada: Jocicleia Ferreira Monteiro
Advogado: Douglas Ricardo Aranha da Silva (OAB/RO 1779)
Relator: Desembargador Kiyochi Mori
Cessão de crédito. Inscrição em cadastro de inadimplentes. Falta de notificação do devedor. Efeitos. Origem do débito não comprovada. Dano moral reconhecido. Quantum indenizatório. Critérios de fixação.
A ausência de notificação do devedor sobre a cessão do crédito tem como efeito liberá-lo da obrigação, caso a cumpra perante o credor originário, não impedindo que o cessionário pratique os atos tendentes ao recebimento de seu crédito.
Por outro lado, não comprovada a origem do débito perante o cedente torna ilegítima a negativação do nome do cedido nos órgãos restritivos de crédito.
O valor da indenização por dano moral deve ser fixado com observância da razoabilidade e proporcionalidade, operando a redução ou majoração somente quando se mostrar excessivo ou irrisório.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 19/08/2014
Data do julgamento: 12/04/2017
0023538-04.2012.8.22.0001 Apelação - Recurso Adesivo
Origem: 0023538-04.2012.8.22.0001 Porto Velho / 3ª Vara Cível
Apnte/Recda: SBS - Empreendimentos Ltda.
Advogado: Marcelo Estebanez Martins (OAB/RO 3208)
Advogada: Daniele Meira Couto (OAB/RO 2400)
Advogado: Albino Melo Souza Júnior (OAB/RO 4464)
Advogada: Lidiane Pereira Arakaki (OAB/RO 6875)
Advogado: Thiago Azevedo Lopes (OAB/RO 6745)
Advogada: Ketllen Keity Gois Pettenon (OAB/RO 6028)
Apdo/Recnte: Vinícius Ubirajara Marques
Advogada: Silvane Casalli Tessila de Melo (OAB/RO 3734)
Advogada: Amélia Afonso (OAB/RO 5046)
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Imóvel. Compromisso de compra e venda. Comissão de corretagem. Ônus do adquirente. Previsão contratual. Nulidade. Não configuração. Restituição. Improcedência.
Nos termos do entendimento firmado no Superior Tribunal de Justiça em recurso submetido ao rito dos recurso repetitivos, é válida a cláusula contratual que transfere ao promitente-comprador a obrigação de pagar a comissão de corretagem nos contratos de promessa de compra e venda de unidade autônoma em regime de incorporação imobiliária, desde que previamente informado o preço total da aquisição da unidade autônoma, com o destaque do valor da comissão de corretagem.
POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO E JULGAR PREJUDICADO O ADESIVO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 16/01/2015
Data do julgamento: 05/04/2017
0002360-96.2012.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0002360-96.2012.8.22.0001 Porto Velho (7ª Vara Cível)
Apelante : Cristian da Silva Alves
Advogado : Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Apelada : Gazin Indústria e Comércio de Móveis e Eletrodomésticos Ltda
Advogado : Celso Nobuyuki Yokota (OAB/PR 33389)
Advogado : Daniel Vitor Belarmino Venâncio (OAB/RO 5157)
Relator : Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Apelação. Consumidor. Defeito no produto. Prova. Ausência.
Não comprovado que o produto entregue e montado é defeituoso, impossível a responsabilização por dano material e moral.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 03/06/2015
Data do julgamento: 05/04/2017
0000917-42.2014.8.22.0001 – Apelação
Origem : 0000917-42.2014.8.22.0001 Porto Velho/RO (10ª Vara Cível)
Apelante : Elias Batista de Sousa
Advogada : Mirian Barnabé de Souza (OAB/RO 5.950)
Apelada : Uniu Cards Administradora de Cartões Ltda.
Advogados: Juliana Morheb Nunes (OAB/RO 3.737)
Carlos Henrique Barbosa (MT 15.056)
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Direito do consumidor. Débito devido. Ato ilícito não comprovado. Inexistência de dano moral.
Não se configura dano moral pela manutenção devida do nome do devedor em cadastro de órgãos de proteção ao crédito.
Configura supressão de instância a análise de tese jurídica não apresentada ao juízo a quo.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 17/06/2014
Data do julgamento: 12/04/2017
0002233-97.2013.8.22.0010 Apelação - Recurso Adesivo
Origem: 0002233-97.2013.8.22.0010 Rolim de Moura / 1ª Vara Cível
Apntes/Recdos: Irineu Modtkowski e outra
Advogado: João Carlos da Costa (OAB/RO 1258)
Advogado: Daniel Redivo (OAB/RO 3181)
Apdo/Recnte: David Recio Garcia
Advogado: Aírton Pereira de Araújo (OAB/RO 243)
Advogado: Cristovam Coelho Carneiro (OAB/RO 115)
Advogado: Daniel dos Anjos Fernandes Júnior (OAB/RO 3214)
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Reparação por danos. Acidente de trânsito. Responsabilidade civil. Menor. Morte. Dano moral. Valor.
Comprovado que o acidente de trânsito que vitimou jovem se deu por ato culposo do motorista, este é responsável pelo ressarcimento pelos danos daí decorrentes.
É devida indenização por dano moral decorrente da morte de ente próximo em acidente de trânsito.
O arbitramento da indenização decorrente de dano moral deve ser feito caso a caso, com bom senso, moderação e razoabilidade, atentando-se à proporcionalidade com relação ao grau de culpa, extensão e repercussão dos danos, à capacidade econômica, características individuais e ao conceito social das partes.
POR UNANIMIDADE, REJEITAR A PRELIMINAR E, NO MÉRITO, NEGAR PROVIMENTO AOS RECURSOS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 28/01/2015
Data do julgamento: 05/04/2017
0001144-66.2014.8.22.0022 - Apelação
Origem: 0001144-66.2014.8.22.0022 São Miguel do Guaporé (1ª Vara Cível)
Apelante : Terezinha Ferreira da Silva
Advogada : Vilma Barreto da Silva Munarin (OAB/RO 4138)
Apelada : Centrais Elétricas de Rondônia S/A CERON
Advogada : Gabriela de Lima Torres (OAB/RO 5714)
Advogado : Alex Cavalcante de Souza (OAB/RO 1818)
Relator : Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Ação. Restituição de valores. Rede elétrica rural. Prescrição. Inocorrência. Fato constitutivo do direito. Ônus do autor. Prova. Procedência. Recurso provido.
Evidenciado que não há contrato entre a concessionária e o consumidor que constrói rede elétrica rural, o prazo prescricional para ressarcimento de valores é de três anos e conta-se do desembolso das quantias para a construção da rede, devendo ser afastada a prescrição quando não implementado tal prazo até o ajuizamento da ação.
Compete ao autor a prova do fato constitutivo de seu direito, consistente na efetiva construção de subestação de energia e o desembolso de valores para sua realização, de modo que, cumprindo tal ônus probatório, deve ser julgado procedente o pedido de ressarcimento de valores.
POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 11/02/2015
Data do julgamento: 12/04/2017
0015051-74.2014.8.22.0001 Apelação
Origem: 0015051-74.2014.8.22.0001 Porto Velho / 8ª Vara Cível
Apelante : Centrais Elétricas de Rondônia S/A - Ceron
Advogado : Jonathas Coelho Baptista de Mello (OAB/RO 3011)
Advogado : Alex Cavalcante de Souza (OAB/RO 1818)
Advogado : Uérlei Magalhães de Morais (OAB/RO 3822)
Advogado : Rodrigo Augusto Barboza Pinheiro (OAB/RO 5706)
Apelada : Greice Kelly Garcia de Lima
Advogado : Rodrigo Sampaio Souza (OAB/RO 2324)
Relator : Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Apelação cível. Ação declaratória de nulidade de dívida. Perícia unilateral. Cobrança de fatura de energia elétrica. Ausência de negativação. Sem interrupção do fornecimento de energia elétrica. Dano moral. Impossibilidade.
A concessionária de energia elétrica possui o direito de realizar fiscalização nos aparelhos de medição que disponibiliza, bem como determinar que o medidor passe por avaliação técnica quando houver suspeita de fraude. Todavia a avaliação do aparelho e os valores da cobrança em questão foram determinados por meio de perícia unilateral, o que gera a nulidade do débito por sua ilegalidade.
Não há possibilidade de concessão do dano moral, uma vez que não houve a negativação do nome do requerente, o corte no fornecimento de energia elétrica, nem a comprovação de outro fato capaz de gerar dano.
POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 13/05/2015
Data do julgamento: 12/04/2017
0021112-82.2013.8.22.0001 Apelação (Agravo Retido) e (Recurso Adesivo)
Origem : 0021112-82.2013.8.22.0001 Porto Velho / 5ª Vara Cível
Apelante/Agravado/Recorrido: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
Não-Padronizados NPL I

Advogado : Carlos Eduardo Coimbra Donegatti (OAB/SP 290089)
Advogada : Elgislane Matos Borges da Silva Cordeiro (OAB/RO 5575)
Advogada : Hianara de Marilac Braga Ocampo (OAB/RO 4783)
Apelada/Agravante/Recorrente: Valeria da Silva de Araújo
Advogado : Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A)
Advogada : Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Relator : Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Apelação cível. Cessão de crédito. Cobrança condicionada à comprovação da dívida. Ausência. Inscrição em cadastro de inadimplentes. Dano moral. Redução.
Na esteira do entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a ausência de notificação do devedor sobre a cessão de crédito não possui o condão de tornar a dívida inexigível nem, portanto, de impedir a realização de atos de cobrança. Deve, contudo, haver prova da dívida com o cedente.
Ausente a comprovação da existência da dívida e sendo efetivada indevidamente inscrição do nome do suposto devedor nos cadastros de inadimplentes, há dano moral indenizável.
O arbitramento da indenização decorrente de dano moral deve ser feito caso a caso, com bom senso, moderação e razoabilidade, atentando-se à proporcionalidade com relação ao grau de culpa, extensão e repercussão dos danos, à capacidade econômica, características individuais e o conceito social das partes, devendo ser reduzido quando a situação fática assim o permitir.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO RETIDO. NO MÉRITO, DAR PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ADESIVO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 23/05/2014
Data do julgamento: 05/04/2017
0002872-16.2011.8.22.0001 - Apelação
Origem: 0002872-16.2011.8.22.0001 Porto Velho (3ª Vara Cível)
Apelante : Cristian Buarque Baldissera
Advogado : Sylvan Bessa dos Reis (OAB/RO 1300)
Advogada : Ana Paula Silveira Barbosa (OAB/RO 1588)
Apelado : Thiago Mafia Miranda
Advogada : Eliana Lemos de Oliveira (OAB/RO 4423)
Advogado : Maxwel Mota de Andrade (OAB/RO 3670)
Relator : Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Recurso. Assinatura. Vicio sanado. Preparo. Complementação. Deserção. Inocorrência. Documentos. Juntada na fase recursal. Caso concreto. Não cabimento. Julgamento antecipado da lide. Cerceamento de defesa. Situação fática. Não configuração. Fato constitutivo do direito do autor. Serviços técnicos. Contratação. Prova. Ausência. Cobrança. Improcedência mantida.
Sendo sanado o vício de assinatura do patrono da parte do recurso, não há que se falar que este seja apócrifo.
A insuficiência do preparo não determina a deserção de plano do recurso, notadamente quando a parte é intimada para complementar o recolhimento da despesa processual e o faz no prazo legal.
É incabível a juntada de documentos na fase recursal, quando estes não se inserem no conceito de documentos novos e quando não demonstrada justa causa para não terem sido trazidos no momento processual correto.
O julgamento antecipado da lide não causa cerceamento de defesa se a prova dos autos for suficiente para solução da controvérsia, em especial nos casos em que a parte foi intimada para declarar o interesse na produção de outras provas e queda-se silente à provocação judicial.
Compete ao autor a prova do fato constitutivo de seu direito, consistente na demonstração da existência de contratação por parte do requerido para elaboração de documento denominado “Anotação de Responsabilidade Técnica – ART”.
POR UNANIMIDADE, REJEITAR AS PRELIMINARES. NO MÉRITO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 17/08/2015
Data do julgamento: 05/04/2017
0003881-87.2014.8.22.0007 - Apelação
Origem: 0003881-87.2014.8.22.0007 Cacoal (2ª Vara Cível)
Apelante : Centauro Vida e Previdência S/A
Advogada : Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5017)
Advogada : Lílian Mariane Lira (OAB/RO 3579)
Advogada : Maristella de Farias Melo Santos (OAB/RJ 135132)
Apelado : Jocimar Reinaldo de Jesus
Advogada : Rosimeiry Maria de Lima (OAB/RO 2504)
Relator : Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Apelação cível. Seguro DPVAT. Ação de cobrança. Seguradora integrante do convênio DPVAT. Preliminar de ilegitimidade passiva afastada. Recusa de pagamento da indenização securitária. Prêmio não quitado pelo proprietário. Inadimplência que não prejudica o recebimento da cobertura. Incidência da súmula 257 do STJ. Recurso desprovido.
É posição firmada nesta Corte que qualquer seguradora integrante do convênio DPVAT pode ser acionada para efetuar o pagamento da indenização.
Conforme a Súmula 257 do Superior Tribunal de Justiça, a falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização.
POR UNANIMIDADE, REJEITAR A PRELIMINAR. NO MÉRITO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 26/08/2015
Data do julgamento: 05/04/2017
0016521-43.2014.8.22.0001 - Apelação
Origem: 0016521-43.2014.8.22.0001 Porto Velho (9ª Vara Cível)
Apelante : Sabemi Seguradora S/A
Advogado : Fernando Hackmann Rodrigues (OAB/RS 18660)
Advogada : Andrea Finger Costa (OAB/RS 30967)
Advogado : Matheus Evaristo Santana (OAB/RO 3230)
Apelado : Manoel Ferreira Filho
Advogado : Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655-A)
Advogado : Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281)
Relator : Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Apelação cível. Ação de exibição de documentos. Prova da entrega dos documentos administrativamente não impugnada. Demanda desnecessária. Verba sucumbencial invertida. Recurso provido.
A apresentação de documento na esfera administrativa, fato não impugnado, torna a demanda de exibição desnecessária, incumbindo ao autor o suporte da sucumbência.
POR UNANIMIDADE, REJEITAR A PRELIMINAR. NO MÉRITO, DAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 15/07/2015
Data do julgamento: 12/04/2017
0006165-05.2013.8.22.0007 - Apelação
Origem: 0006165-05.2013.8.22.0007 Cacoal/RO (2ª Vara Cível)
Apelante: S. M. dos S.
Advogado: Paulo Luiz de Laia Filho (OAB/RO 3857)
Advogada: Fabiana Felix da Silva (OAB/RO 5843)
Apelada: J. da S. S.
Advogada: Ângela Maria Dias Rondon Gil (OAB/RO 155 - B)
Advogada: Rebecca Dias Santos Silveira Furlanetto (OAB/RO 5167)
Relator: Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Apelação cível. Direito de família. União estável. Partilha de bens adquiridos na constância da união. Acordo firmado antes da separação definitiva. Irrelevância. Necessidade da partilha. Recurso desprovido.

Na união estável, é necessária a partilha dos bens adquiridos durante a convivência, sendo irrelevante acordo firmado antes da separação definitiva.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 14/08/2015
Data do julgamento: 05/04/2017
0024619-17.2014.8.22.0001 - Apelação
Origem: 0024619-17.2014.8.22.0001 Porto Velho (10ª Vara Cível)
Apelante/Apelado : Vanilson Protazo Braga
Advogado : Ezio Pires dos Santos (OAB/RO 5870)
Advogada : Bruna Duarte Feitosa dos Santos Barros (OAB/RO 6156)
Apelada/Apelante : Telefônica Brasil S/A
Advogado : Renan Thiago Pasqualotto Silva (OAB/RO 6017)
Advogado : Daniel França Silva (OAB/DF 24214)
Relator : Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Apelações cíveis. Manutenção indevida no cadastro de inadimplentes. Dívida quitada. Dano moral não configurado. Mero aborrecimento. Recurso do réu provido. Desprovido recurso do autor.
É razoável a exclusão da inscrição nos órgãos de proteção ao crédito em um prazo de até 30 dias após a quitação da dívida.
POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO DA REQUERIDA E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DO AUTOR NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

## 1ª CÂMARA ESPECIAL

Data de distribuição: 04/06/2014
Data do julgamento: 06/04/2017
0014607-12.2012.8.22.0001 - Apelação
Origem: Porto Velho/2ª Vara da Fazenda Pública
Apelante: Município de Porto Velho
Procuradora: Maria do Rosário Sousa Guimarães (OAB/RO 2327)
Procurador: Moacir de Souza Magalhães (OAB/RO 1129)
Procurador: Ricardo Amaral Alves do Vale (OAB/RO 2130)
Apelado: Ministério Público
Relator: Desembargador Gilberto Barbosa
Apelação. Ação civil pública. Obrigação de fazer. Omissão. Obras de esgotamento sanitário. Realocação de famílias. Coleta de lixo. Auditoria ambiental. Ofensa a direito fundamental. Limite da atuação jurisdicional. Repercussão geral do tema no STF.
1. É possível, para efetivar direito fundamental em risco, a intervenção do Judiciário em se tratando de omissão administrativa no sentido de implementar políticas públicas constitucionais. Repercussão geral do tema no Recurso Extraordinário nº 592.581/STF.
2. O papel intervencionista do Poder Judiciário, sob pena de incorrer em interferência em outro Poder, não pode ir além da imposição de medidas emergenciais para garantir direitos fundamentais.
3. Se a Administração deixa de implementar obra de infraestrutura, ainda que prevista em norma constitucional de caráter programático, não pode o Judiciário, à luz do entendimento do STF, impor que seja efetivada essa política pública.
4. A efetivação de obras de esgotamento sanitário e realocação de famílias irregularmente instaladas em área de preservação permanente não revela clara e direta violação a direito fundamental; sim problema de infraestrutura ambiental e demanda social por moradias que devem ser enfrentados pelo Executivo mediante prévio planejamento administrativo e orçamentário, sempre com os olhos voltados para a limitação financeira.
5. A Constituição Federal dá ampla guarida à proteção da saúde e ao meio ambiente equilibrado, permitindo que se determinem medidas protetivas de urgência visando sanar riscos iminentes à saúde, tais como a realização, de forma contínua e regular, de coleta de lixo e implementação de auditoria ambiental com a finalidade de apurar o uso indevido de agrotóxicos nas propriedades adjacentes ao curso de igarapé.
6. Sem custas, ex vi do art. 18 da Lei 7.347/85, com reconhecimento, nos termos do art. 21 do CPC/73, de sucumbência recíproca e consequente compensação de honorários de sucumbência.
7. Apelo parcialmente provido.
POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

## 2ª CÂMARA ESPECIAL

Data: 19/04/2017
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
2ª Câmara Especial

Data de distribuição :27/03/2017
Data do julgamento : 11/04/2017
0001438-82.2017.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00170135320158220501 Porto Velhol/RO (1ª Vara de Delitos de Tóxicos)
Paciente: Gabriel Camargo de Souza
Impetrante: Oscar Dias de Souza Netto (OAB/RO 3.567)
Advogados: Marlon Leite Rios (OAB/RO 7.642) Daison Nobre Belo (OAB/RO 4.796)
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho/RO
Relator: Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Decisão :"POR UNANIMIDADE, CONCEDER A ORDEM.".
Ementa : Habeas corpus. Prisão preventiva. Medida excepcional. Fumus comissi delicti e periculum libertatis. Ausência. Revogação. Medidas cautelares diversas da prisão. Impossibilidade. Ordem concedida.
Em razão do princípio constitucional da presunção de inocência, a prisão processual é medida excepcional e que só pode ser decretada, quando demonstrado nos autos risco concreto à ordem pública, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal e, ainda, quando a aplicação de medidas alternativas (art. 319, CPP) não for suficiente para assegurá-las.
Ausentes elementos concretos que indiquem a participação do paciente em crimes e que atestem o risco de sua liberdade, não há que se falar em prisão cautelar, tampouco em aplicação das medidas constantes no art. 319 do CPP.
Concessão da ordem.

Data de distribuição :28/03/2017
Data do julgamento : 11/04/2017
0001465-65.2017.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00170135320158220501 Porto Velho (1ª Vara de Delitos de Tóxicos)
Paciente: Isaias de Oliveira Rodrigues
Impetrantes: Pascoal Cahulla Neto (OAB/RO 6571) e Eliseu dos Santos Paulino (OAB/AC 3650)
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho - RO
Relator: Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Decisão :"POR UNANIMIDADE, CONCEDER A ORDEM.".

Ementa : Habeas Corpus. Prisão cautelar. Medida excepcional. Requisitos autorizadores não verificados. Revogação. Ordem concedida.
Em razão do princípio constitucional da presunção de inocência, a prisão processual é medida excepcional e que só pode ser decretada quando demonstrado nos autos risco concreto à ordem pública, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal e, ainda, quando a aplicação de medidas alternativas (art. 319, CPP) não for suficiente para assegurá-las.
Não verificados tais requisitos e mostrando-se suficiente a aplicação das medidas alternativas de afastamento do cargo, proibição de contato com os demais envolvidos e proibição de acesso a estabelecimentos prisionais (art. 319, II, III e VI, do CPP) para impedir a continuidade delitiva e assegurar a instrução criminal, deve ser revogado o decreto prisional.
Ordem concedida.

(a) Belª Valeska Pricyla Barbosa Sousa
Diretora do 2DEJUESP

Data: 19/04/2017
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
2ª Câmara Especial

Data de interposição :23/03/2017
Data do julgamento : 11/04/2017
0020853-50.2014.8.22.0002 Embargos de Declaração em Apelação
Origem: 00208535020148220002
Embargante: Francisco Emanuel Alves Filho
Advogados: Nelson Canedo Motta (OAB/RO 2721) Marcos Pedro Barbas Mendonça (OAB/RO 4476) Niltom Edgar Mattos Marena (OAB/RO 361-B) Igor Habib Ramos Fernandes (OAB/RO 5193)
Embargado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelante: Jislani Matias dos Santos
Advogado: Nelson Canedo Motta (OAB/RO 2721)
Apelante: Alessandro de Aguiar Maciel
Def. Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS.".
Ementa : Embargos de declaração. Omissão. Obscuridade. Inocorrência. Questões de mérito. Rediscussão da matéria. Impossibilidade.
Os embargos de declaração, no âmbito penal, são cabíveis quando constar no acórdão ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão, tudo nos termos do art. 619 do CPP.
Não se falar em omissão quando o acórdão especificamente tratou das teses trazidas em sede de recurso, tampouco há obscuridade quando é possível entender os termos e o alcance da decisão.
O inconformismo da parte em relação ao conteúdo da decisão deve ser objeto de recurso próprio, pois os embargos não se prestam para rediscutir a matéria.
Recurso a que se nega provimento.

(a) Belª Valeska Pricyla Barbosa Sousa
Diretora do 2DEJUESP

Data de interposição: 21/10/2016
Data do julgamento : 11/04/2017
0001044-71.2014.8.22.0003 - Embargos de Declaração em Apelação
Origem : 0001044-71.2014.8.22.0003 Jaru / 2ª Vara Cível
Embargante : Espólio de Ivo Hoelzer Representado pelo(a) inventariante
Advogado : Célio da Cruz (OAB/RO 5443)
Advogado : Maurício Tadeu da Cruz (OAB/RO 3569)
Embargante : Hoelzer & Hoelzer Ltda ME
Advogado : Maurício Tadeu da Cruz (OAB/RO 3569)
Advogado : Célio da Cruz (OAB/RO 5443)
Embargado : Ministério Público do Estado de Rondônia
Embargado : Município de Jaru - RO
Procurador : Mário Roberto Pereira de Souza (OAB/RO 1765)
Procurador : Merquizedks Moreira (RO 501)
Procurador : Marcelo André Azevedo Veras (OAB/RO 7768)
Procurador : Rodrigo Venturelle de Brito (OAB/RO 7031)
Procurador : Nayberth Henrique Alcuri Aquino Bandeira (OAB/RO 2854)
Procuradora : Priscila de Souza Ribeiro (OAB/RO 6067)
Procurador : José Pereira Tavares (RO 441)
Relator : Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Embargos de declaração. Apelação não conhecida. Matéria não devolvida ao Tribunal. Omissão. Inocorrência. Recurso não provido.
O recurso de apelação devolve ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada, de modo que não há que se falar em omissão se, pelo não recebimento, as matérias nele debatidas não forem objeto de análise.
Embargos de declaração não providos.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

Data de distribuição: 13/08/2015
Data do julgamento: 11/04/2017
0006427-02.2015.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0006427-02.2015.8.22.0001 Porto Velho/ 2ª Vara da Fazenda Pública
Apelante : Valceir Santos Ferreira
Advogado : Geraldo Eldes de Oliveira (OAB/RO 1105)
Apelado : Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes do Estado de Rondônia - DER/RO
Procuradora : Cristiane Carli Lima de Sousa (OAB/RO 6854)
Relator: Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Apelação. Mandado de segurança. Concurso público. Fiscal de transporte. DER-RO. Aprovação dentro do número de vagas. Atribuição transferida para a ASPER. Extinção do cargo para o qual foi aprovado. Inocorrência. Ofensa a direito líquido e certo. Recurso provido. Segurança concedida.
È assegurado ao candidato o direito à nomeação se aprovado dentro do número de vagas previsto no edital do concurso público.
A transferência à ASPER (Agência de Regulação de Serviços Públicos do Estado de Rondônia) da atribuição de fiscalizar o transporte intermunicipal de passageiros e terminais anteriormente pertencentes ao DER-RO, não retira do candidato aprovado dentro do número de vagas previstas no edital seu direito à nomeação, tendo em vista a inocorrência da extinção daquele cargo para o qual foi aprovado.
Recurso há que se dá provimento.
POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

Data de distribuição: 23/03/2015
Data do julgamento: 11/04/2017
0000818-27.2014.8.22.0016 - Apelação
Origem : 0000818-27.2014.8.22.0016 Costa Marques (1ª Vara Cível)
Apelante : Município de Costa Marques - RO
Procurador : Marcos Rogério Garcia Franco (OAB/RO 4081)
Apelado : Antônio Cassimiro da Silva
Apelado : Edno José Mendes Messias
Relator: Desembargador Renato Martins Mimessi
Recurso de apelação. Acórdão do Tribunal de Contas. Prejuízo ao erário. Ressarcimento. Execução. Imprescritibilidade.

A ação de execução visando à cobrança a título de ressarcimento dos prejuízos causados ao erário é imprescritível, por força do art. 37, § 5°, da Constituição Federal, não incidindo os prazos fixados em lei para a execução da respectiva dívida.
POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

Data de distribuição: 13/04/2015
Data do julgamento: 11/04/2017
0012313-84.2012.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0012313-84.2012.8.22.0001 Porto Velho 1ª Vara da Fazenda Pública
Apelante : Estado de Rondônia
Procurador : Igor Almeida da Silva Marinho (OAB/RO 6153)
Procurador : Manuel Jasmim Correia Barros (OAB/RO 5229)
Procurador : Joel de Oliveira (OAB/RO 174-B)
Procurador : Sávio de Jesus Gonçalves (OAB/RO 519-A)
Procuradora : Marcella Sanguinetti Soares Mendes (OAB/RO 5727)
Apelado : Antônio Ferreira de Abreu Representado(a) por curador(a) Luzia
Vieira Cavalcante
Advogado : José Carlos Lino Costa (OAB/RO 1163)
Advogada : Valeska Bader de Souza (OAB/RO 2905)
Advogada : Neidy Jane dos Reis (OAB/RO 1268)
Advogado : Aglico José dos Reis (OAB/RO 650-A)
Relator : Desembargador Renato Mimessi
Recurso de Apelo. Exceção de pré-executividade. Erro material. Desnecessidade de dilação probatória. Admissibilidade. Assistência Judiciária. Ausência de indeferimento expresso. Presunção de concessão. Recurso desprovido.
A ausência de indeferimento expresso, pelo Tribunal de origem, do pedido de Assistência Judiciária formulado na inicial, enseja a presunção de concessão do benefício em favor da parte que o pleiteou.
Logo, inviável é a execução dos honorários de advogados fixados, sem que se observem as regras da Assistência Judiciária, matéria esta prejudicial, que se amolda aquelas que podem ser suscitadas em exceção de pré-executividade.
POR UNANIMIDADE, REJEITAR A PRELIMINAR E, NO MÉRITO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

Data de distribuição: 23/09/2015
Data do julgamento: 11/04/2017
0110815-34.2007.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0110815-34.2007.8.22.0001 Porto Velho (1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis)
Apelante : Estado de Rondônia
Procurador : Pedro Henrique Moreira Simões (OAB/RO 5491)
Procurador : Thiago Denger Queiroz (OAB/RO 2360)
Procurador : Lerí Antônio Souza e Silva (OAB/RO 269-A)
Procurador : Emílio César Abelha Ferraz (OAB/RO 234-B)
Procurador : Eder Luiz Guarnieri (OAB/RO 398-B)
Apelado : Antonio Clodomiro Martinho
Relator: Desembargador Renato Martins Mimessi
Recurso de apelação. Execução fiscal. Prescrição quinquenal. Marcos temporais. Lapso superior a cinco anos. Invocação da Súmula n. 106 do STJ. Recurso não provido.
Em se tratando de Execução Fiscal proposta já na vigência da Lei Complementar nº 118/2005, o prazo prescricional, que é de cinco anos, se interrompe com mero despacho ordenatório da citação.
Verificado decurso de prazo superior a cinco anos entre a data de constituição definitiva do crédito e o despacho que ordenou a citação, fica caracterizada a prescrição do crédito perseguido pela fazenda pública, sendo a extinção do feito executório medida imperiosa ao caso.
Não merece acolhida a alegação de que a demora para citação do devedor tenha se dado por conta de falhas inerentes aos mecanismos do Poder Judiciário, quando se verifica que a propositura da ação já se deu em momento posterior à consumação da prescrição.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

Data de distribuição: 11/03/2015
Data do julgamento: 11/04/2017
0017642-09.2014.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0017642-09.2014.8.22.0001 Porto Velho (2ª Vara da Fazenda Pública)
Apelante : Atevaldo Valentim dos Santos
Advogado : Francisco Aclaildo de Souza (OAB/RO 6434)
Apelado : Estado de Rondônia
Procurador : Joel de Oliveira (OAB/RO 174-B)
Relator: Desembargador Renato Martins Mimessi
Mandado de segurança. Policial militar Transposto para os quadros da União. Vantagem laboral em lei estadual. Efeitos patrimoniais a serem suportados pela União. Competência da Justiça Federal. Apelação não provida.
Diante da transposição do militar para os quadros da União, desta passa a ser a responsabilidade de promover alterações na graduação, registros e averbações na ficha funcional, bem como suportar os efeitos patrimoniais de eventual condenação judicial. Assim sendo, competente é a Justiça Federal para processar e julgar a ação mandamental com tais objetos.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

Data de distribuição: 02/03/2015
Data do julgamento: 11/04/2017
0010870-88.2014.8.22.0014 - Apelação
Origem : 0010870-88.2014.8.22.0014 Vilhena (4ª Vara Cível)
Apelante : Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelada : Lindoneia Silvério Coelho
Advogada : Valdete Tabalipa (OAB/RO 2140)
Advogado : José Antônio Corrêa (OAB/RO 5292)
Advogado : Claudinei Marcon Júnior (OAB/RO 5510)
Relator: Desembargador Renato Martins Mimessi
Recurso de apelação. Ação de improbidade administrativa. Rejeição da inicial. Narrativa com indícios de cometimento de atos de improbidade e autoria. Cumulação de cargo. Labor em conflito de horário. Necessidade de produção de provas. Nulidade da sentença. Recurso provido.
Narrada na inicial conduta apta a configurar, em tese, improbidade administrativa, e se faz acompanhada de elemento de prova contendo indício razoável de autoria e da materialidade, e tendo em vista que a defesa preliminar fracassou em afastar definitivamente a possibilidade da aludida improbidade, impõe-se o processamento da ação, com a produção das necessárias provas, a fim de se resguardar o interesse da sociedade, prevalente nas ações de improbidade, nestas circunstâncias.
Sentença que se anula, a fim de proceder-se a instrução processual.
POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

Data de interposição: 31/08/2016
Data do julgamento: 11/04/2017
0018677-04.2014.8.22.0001 - Embargos de Declaração em Apelação
Origem : 0018677-04.2014.8.22.0001 Porto Velho/RO
(1ª Vara da Fazenda Pública)
Embargante : Estado de Rondônia
Procurador : Tomás José Medeiros Lima (OAB/RO 6389)
Embargada : Jobiniana da Silva Santos
Defensor Público : Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator : Desembargador Renato Martins Mimessi
Embargos de Declaração. Vício de Omissão e Contradição. Inocorrência. Acórdão que analisou adequadamente as teses debatidas no processo. Intenção exclusiva de rediscutir matéria julgada. Impossibilidade pela via dos Embargos. Recurso improvido.
A contradição que autoriza o manejo dos embargos de declaração é, tão somente, aquela que ocorre internamente dentro do próprio

julgado, ou seja, entre o relatório, a fundamentação e o dispositivo. Não enseja o cabimento dos aclaratórios a eventual contradição entre a decisão vergastada e o entendimento da parte ou mesmo em relação a outra decisão (contrariedade externa).
Os embargos declaratórios têm por escopo solicitar do julgador que esclareça obscuridade, elimine contradições ou supra omissões, acaso existentes na decisão, e não para adequar a sentença ou o acórdão ao entendimento do embargante.
A pretensão de novo julgamento não pode ser objeto de análise em sede de embargos de declaração, visto que este serve unicamente para clarear, eliminar contradições, dúvidas e omissões existentes no julgado.
A jurisprudência é firme no sentido de que os embargos de declaração, ainda que opostos com o objetivo de prequestionamento visando à interposição de recursos nos Tribunais Superiores, não podem ser acolhidos quando inexistente omissão, contradição ou obscuridade na decisão recorrida.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

Data de distribuição: 03/03/2015
Data do julgamento: 11/04/2017
0005847-06.2014.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0005847-06.2014.8.22.0001 Porto Velho (2ª Vara da Fazenda Pública)
Apelante : Charles Galdino de Macedo
Advogados: Washington Ferreira Mendonça (OAB/RO 1946) Ramiro de Souza Pinheiro (OAB/RO 2037) Michel Fernandes Barros (OAB/RO 1790)
Apelado : Superintendente Estadual da Administração e Recursos Humanos SEARH
Intdo (P. Pas.): Estado de Rondônia
Procuradores: Aparício Paixão Ribeiro Júnior (OAB/RO 1313) Fábio José Gobbi Duran (OAB/RO 632)
Relator: Desembargador Renato Martins Mimessi
Mandado de segurança. Concurso público. Avaliação de títulos. Infração as regras do edital. Inexistência. Ausência de direito líquido e certo. Denegação da segurança.
Direito líquido e certo é o que se apresenta manifesto na sua existência, delimitado na sua extensão e apto a ser exercido no momento da impetração.
Constatado que o título apresentado pelo impetrante não se harmoniza com as regras editalícias, forçoso é reconhecer-se a licitude do ato da autoridade que não atribui-lhe pontuação. Logo, por inexistir o alegado direito líquido e certo, a ordem deve ser denegada.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

## 1ª CÂMARA CRIMINAL

Data: 19/04/2017
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
1ª Câmara Criminal

Data de distribuição :14/11/2016
Data do julgamento : 30/03/2017
0000379-84.2016.8.22.0003 Apelação
Origem: 00003798420168220003 Jaru (1ª Vara Criminal)
Apelante: Deivide Cordeiro de Ramos
Def. Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Revisor: Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO PARCIAL À APELAÇÃO.".
Ementa : Apelação criminal. Incêndio. Coação irresistível. Confissão espontânea. Regime mais brando. Impossibilidade.
A coação moral alegada apenas pelo agente, divorciada de qualquer elemento concreto, impossibilita o reconhecimento da excludente de culpabilidade, mormente quando não se comprovar ser irresistível, inevitável e insuperável.
A confissão, mesmo que qualificada, poderá ensejar o reconhecimento da circunstância atenuante se tiver contribuído na formação da convicção do julgador quando da prolatação da sentença condenatória.
Justifica-se o regime prisional fechado quando presentes as circunstâncias judiciais desfavoráveis ao agente, a reincidência, além do registro de maus antecedentes, independente do quantum da pena.

Data de distribuição :09/11/2016
Data do julgamento : 30/03/2017
0002010-40.2015.8.22.0022 Apelação
Origem: 00020104020158220022 São Miguel do Guaporé/RO (1ª Vara Criminal)
Apelante: Nilton de Lima Paz
Advogados: Luiz Carlos Rettmann (OAB/RO 5.647) Pedro Paixão dos Santos (OAB/RO 1.928)
Apelantes: Luciano Rodrigues Mackievicz Fabrício Silva Conegunes
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Revisor: Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz
Decisão :"POR UNANIMIDADE, REJEITAR AS PRELIMINARES E, NO MÉRITO, DAR PROVIMENTO ÀS APELAÇÕES DE LUCIANO RODRIGUES MACKIEVICZ E FABRICIO SILVA CONEGUNES E NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO DE NILTON DE LIMA PAZ E, DE OFÍCIO, REDUZIR A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE.".
Ementa : Apelação criminal. Roubo majorado. Liminar. Recorrer liberdade. Preliminar. Autoria e materialidade. Prova. Mentor intelectual. Absolvição. Impossibilidade. Pena. Circunstâncias judiciais. Proporcionalidade. Regime. Substituição.
O depoimento dos policiais possui força probante, inexistindo circunstâncias que afastem a eficácia probatória, sobretudo quando confirmadas sob o crivo do contraditório e ampla defesa.
O reconhecimento fotográfico do acusado, quando ratificado em juízo, sob a garantia do contraditório e ampla defesa, pode servir como meio idôneo de prova para lastrear o édito condenatório.
A absolvição mostra-se inviável, quando todo o conjunto probatório demonstra, inequivocamente, que o agente foi o mentor intelectual do crime de roubo, fornecendo informações e apoio material, razão pela qual responderá pelo mesmo crime.
A aplicação da pena-base acima do mínimo legal deverá ser fundamentada nas circunstâncias judiciais que foram consideradas desfavoráveis ao agente, respeitando a proporcionalidade.
Na ausência de fundamentação concreta acerca das causas de aumento de pena, aplica-se o patamar mínimo, independentemente de sua quantidade, na expressão da Súmula 443 do STJ.
Inviável é a mudança para o regime aberto se o quantum da pena for superior a quatro anos e houver circunstâncias judiciais desfavoráveis.
Aos crimes cometidos com violência ou grave ameaça, é expressamente vedado o benefício da substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, na expressão do art. 44, I, do CP.
Havendo erro material capaz de gerar dúvidas na dosimetria da pena, deve ser sanado o vício por meio dos embargos de declaração.

Data de distribuição :17/01/2017
Data do julgamento : 06/04/2017
0000044-57.2015.8.22.0017 Apelação
Origem: 00000445720158220017 Alta Floresta do Oeste/RO (1ª Vara Criminal)
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelado: Valdivino Fernandes de Oliveira
Def. Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Revisor: Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO À APELAÇÃO.".
Ementa : Apelação criminal. Ministério Público. Roubo. Tentativa. Princípio da insignificância. Inaplicabilidade.
Para a aplicação do princípio da insignificância, há que se analisar o desvalor do resultado e o desvalor da ação do agente que, no caso, não pode ser tida como indiferente penal, mormente quando o bem subtraído ultrapassa o patrimônio da vítima para atingir a dignidade.

Data de distribuição :30/11/2016
Data do julgamento : 06/04/2017
0000685-42.2015.8.22.0018 Apelação
Origem: 00006854220158220018 Santa Luzia do Oeste (1ª Vara Criminal)
Apelante: Valto Cesar Felipe Santos
Def. Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Revisor: Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO.".
Ementa : Apelação criminal. Receptação dolosa. Origem ilícita do bem. Prova. Presunção de responsabilidade. Desclassificação. Inviabilidade.
A apreensão da coisa subtraída em poder do agente gera a presunção de sua responsabilidade, cabendo-lhe demonstrar a posse lícita. Sem êxito, não há que se falar em absolvição, especialmente quando o conjunto probatório é harmônico e coerente em indicar a autoria do ilícito penal.
Incide na receptação dolosa o agente que oculta coisa que sabe ser produto de crime, não havendo que se falar em receptação culposa.

Data de distribuição :01/03/2017
Data do julgamento : 06/04/2017
0000896-64.2017.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00119439720158220002 Ariquemes (2ª Vara Criminal)
Paciente: Claudemar Gonçalves Pereira
Impetrante: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Ariquemes/RO
Relator: Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Decisão :"POR UNANIMIDADE, CONCEDER A ORDEM ORDEM.".
Ementa : Habeas Corpus. Falta disciplinar. Apuratório. Regressão cautelar. Excesso de prazo. Constrangimento ilegal configurado. Ordem concedida.
O prazo previsto para a regressão cautelar em caso de falta grave é de 10 dias, extrapolado esse prazo, configura-se constrangimento ilegal.

Data de distribuição :07/03/2017
Data do julgamento : 06/04/2017
0001013-55.2017.8.22.0000 Agravo de Execução Penal
Origem: 00142372520158220002 Ariquemes/RO (2ª Vara Criminal)
Agravante: Amarildo Ianês Fernandes
Def. Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Agravado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO. ".
Ementa : Agravo em execução. Cumprimento em estabelecimento prisional diverso da condenação. Inexistência de Vaga. Impossibilidade. Recurso. Não provimento.
Para que o apenado possa cumprir pena em estabelecimento prisional próximo de seus familiares, além do vínculo familiar e a boa conduta carcerária, deve estar presente o requisito da existência de vaga no estabelecimento para onde se pretende ir, de modo que somente depois de atendidas tais condições é que o preso pode ser transferido para presídio ou outro congênere próximo de seus familiares.

Data de distribuição :27/01/2017
Data do julgamento : 06/04/2017
0001335-03.2016.8.22.0003 Recurso em Sentido Estrito
Origem: 00013350320168220003 Jaru/RO (1ª Vara Criminal)
Recorrente: Josias Muniz da Silva
Advogado: Tomás Guilherme Correia (OAB/RO 125A) - sustentação oral
Recorrido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Decisão :"POR UNANIMIDADE, CONHECER DO RECURSO EM PARTE E, NO MÉRITO, DAR PROVIMENTO PARCIAL.".
Ementa : Recurso em Sentido Estrito. Uso de algemas no deslocamento no interior do presídio. Recurso não provido.
Inexiste desrespeito ao enunciado da Súmula Vinculante nº 11/ STF (que permite, excepcionalmente, o uso de algemas) quando a autoridade judiciária reclamada indicar, de maneira clara e objetiva, as razões justificadoras da necessidade da utilização de algemas. Precedentes.

Data de distribuição :24/03/2017
Data do julgamento : 06/04/2017
0001384-19.2017.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 10004148420178220005 Ji-Paraná/RO (2ª Vara Criminal)
Paciente/Impetrante: Leonardo Liandro da Silva
Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Ji-Paraná - RO
Relator: Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NÃO CONHECER DO HABEAS CORPUS.".
Ementa : Habeas Corpus. Inadequação da via eleita. Supressão de instância. Não conhecimento.
Não se admite habeas corpus substitutivo de agravo em execução, sob pena de ofensa ao regramento do sistema recursal previsto na legislação pátria.

Data de distribuição :30/01/2017
Data do julgamento : 06/04/2017
0002167-13.2015.8.22.0022 Apelação
Origem: 00021671320158220022 São Miguel do Guaporé/RO (1ª Vara Criminal)
Apelante: Valdriano Martins de França
Def. Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Revisor: Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO.".
Ementa : Apelação criminal. Tráfico de entorpecentes. Absolvição. Réu confesso. Provas contundentes. Fundamentação idônea. Impossibilidade. Dosimetria. Sanções moderadas. Recurso não provido.

1. A confissão do réu, corroborada pela apreensão do entorpecente e pela palavra das testemunhas, constitui prova plena para a condenação pelo crime de tráfico ilícito de drogas.
2. Mantém-se a dosimetria da pena que atendeu aos critérios do sistema trifásico e ao princípio da proporcionalidade.

Data de distribuição :16/12/2016
Data do julgamento : 06/04/2017
0002274-47.2016.8.22.0014 Apelação
Origem: 00022744720168220014 Vilhena (2ª Vara Criminal)
Apelante: Leonildo Mariano Garshal de Freitas
Def. Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Revisor: Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DAR PARCIAL PROVIMENTO À APELAÇÃO.".
Ementa : Tráfico de entorpecentes dentro do presídio. Desclassificação para uso próprio. Fundamentação idônea. Impossibilidade. Redução da pena-base. Circunstâncias inerentes ao tipo penal. Possibilidade. Recurso parcialmente provido.
1. Uma vez demonstrado que a substância tóxica alcançaria outras pessoas, inviável é a desclassificação ao delito previsto no art. 28 da norma repressora ao tráfico, só admitida quando a droga portada pelo agente tiver o uso próprio como única e exclusiva finalidade.
2. Circunstâncias judiciais inerentes ao tipo penal não servem para exacerbar a pena-base acima do mínimo legal, impondo-se de consequência a sua redução.

Data de distribuição :01/11/2016
Data do julgamento : 06/04/2017
0002602-13.2016.8.22.0002 Apelação
Origem: 00026021320168220002 Ariquemes/RO (1ª Vara Criminal)
Apelante: Jakson Mota Jacobson
Advogado: Sidnei Ribeiro de Campos (OAB/RO 5355)
Apelante: André Luiz Gomes
Advogado: Sidnei Ribeiro de Campos (OAB/RO 5355)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Revisor: Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO PARCIAL ÀS APELAÇÕES.".
Ementa : Apelação criminal. Tráfico. Autoria e materialidade. Prova. Usuário. Desclassificação. Absolvição. Impossibilidade. Regime. Substituição. Pena.
A prova circunstancial do crime, em concurso com a prova testemunhal colhida, é suficiente a demonstrar a destinação de droga ilícita para o tráfico, não havendo em se falar em desclassificação para o uso ou absolvição.
A quantidade e natureza da droga são circunstâncias capazes de afastar o percentual máximo na aplicação da causa especial de aumento (§4º do art. 33 da Lei de Drogas).
Ao condenado por tráfico de drogas ilícitas, permite-se a fixação do regime semiaberto para o cumprimento da pena inferior a oito anos, se outras circunstâncias não exigem regime mais rigoroso.
A substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, não poderá ser aplicada quando o quantum fixado for superior ao estabelecido no art. 44, I, do CP.

Data de distribuição :31/01/2017
Data do julgamento : 06/04/2017
0002609-79.2015.8.22.0021 Apelação
Origem: 00026097920158220021 Buritis (2ª Vara)
Apelante: Severiano Romão Vieira
Advogados: Ronan Alencar Lima da Silva (OAB/RJ 186863) Bruno Moreira Vasconcelos (OAB/RJ 186796)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Revisor: Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO À APELAÇÃO.".
Ementa : Prova. Versões. Absolvição. Possibilidade.
Um juízo de probabilidade, por mais robusto que se apresente, não legitima, na esfera penal, a certeza absoluta para justificar a resposta punitiva, ante o consagrado princípio do in dubio pro reo.

Data de interposição :01/03/2017
Data do julgamento : 06/04/2017
0006884-03.2016.8.22.0000 Embargos de Declaração em Agravo de Execução Penal
Origem: 00089198220168220501 Porto Velho/RO (1ª Vara de Execuções e Contravenções Penais)
Embargante: Amarildo de Almeida
Advogados: José Eduvirge Alves Mariano (OAB/RO 324A), Walmar Meira Paes Barreto Neto (OAB/RO 2047) e Mirleni de Oliveira Mariano Meira (OAB/RO 5708)
Embargado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.".
Ementa : Embargos declaratórios. Apenado. Doença crônica. Prisão domiciliar. Prequestionamento. Omissão. Suposta violação a leis federais e princípios constitucionais. Mera inconformação.
O exame das questões levantadas nas razões durante o julgamento do recurso afasta a hipótese de vício de omissão e revela a impertinência dos aclaratórios, inclusive para os fins de prequestionamento, com aparente intuito de procrastinar a execução da pena.

Data de distribuição :09/01/2017
Data do julgamento : 06/04/2017
0014961-84.2015.8.22.0501 Apelação
Origem: 00149618420158220501 Porto Velho (1ª Vara de Delitos de Tóxicos)
Apelante: Andreia Costa Feitosa
Advogado: Edivaldo Soares da Silva (OAB/RO 3082)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Revisor: Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DAR PARCIAL PROVIMENTO À APELAÇÃO.".
Ementa : Apelação criminal. Tráfico de entorpecente. Desclassificação. Impossibilidade. Modificação de regime. Substituição por restritiva de direito. Possibilidade. Recurso parcialmente provido.
1. Mantém-se a condenação por tráfico de drogas se o conjunto probatório se mostrar harmônico nesse sentido, sendo inviável a desclassificação para uso próprio.
2. Circunstâncias genéricas e relacionadas com o tipo penal (art. 59 do CPP), tanto que a pena-base foi aplicada no mínimo legal não justifica a fração mínima da causa redutora prevista no §4º, do art. 33, da Lei 11.343/06, impondo-se a aplicação em patamar máximo, ou seja, 2/3.
3. Reconhecida, na sentença, a primariedade do paciente e o quantitativo da pena aplicada, admissível a modificação do regime de cumprimento de pena do fechado para o aberto, tanto quanto a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, mesmo se tratando do delito de tráfico ilícito de entorpecentes.

(a) Belª Maria das Graças Couto Muniz
Diretora do 1DEJUCRI

Data: 19/04/2017
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
1ª Câmara Criminal

Data de distribuição :17/01/2017
Data do julgamento : 06/04/2017
0002616-58.2016.8.22.0014 Apelação
Origem: 00026165820168220014 Vilhena (2ª Vara Criminal)
Apelante: Luiz Carlos Saraiva da Costa
Def. Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz
Revisor: Desembargador Valter de Oliveira
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO.".
Ementa : Tráfico. Estabelecimento prisional. Tentativa frustrada. Réu preso. Domínio do fato. Absolvição. Impossibilidade. Fixação da pena. Mínimo legal. Pedido genérico. Irregularidade. Ausência.
Demonstrado o domínio do fato acerca da tentativa de ingresso de drogas em estabelecimento prisional, configura-se a autoria do crime de tráfico pelo réu preso e não há que se falar em absolvição.
Mantém-se a pena se não verificadas irregularidades na sua fixação, sobremaneira quando o réu não especifica as razões do inconformismo.

Data de distribuição :12/12/2016
Data do julgamento : 11/04/2017
0000617-80.2015.8.22.0701 Apelação
Origem: 00006178020158220701 Porto Velho - Juizado da Infância e Juventude/RO (2º Juizado da Infância e da Juventude)
Apelante: R. N. S.
Advogado: Franklin Moreira Duarte (OAB/RO 5748)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador José Jorge R. da Luz
Revisor: Desembargador Valter de Oliveira
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO.".
Ementa : APELAÇÃO CRIMINAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PALAVRA DA VÍTIMA. PREVALÊNCIA. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. DOSIMETRIA MANTIDA. RECURSO EXCLUSIVO DA DEFESA.
A palavra da vítima, nos crimes sexuais, quando em harmonia com o acervo probatório dando conta da existência da consumação do fato e respectiva autoria, é suficiente para autorizar a condenação do réu, em especial quando alinhada aos depoimentos testemunhais e a ausência de álibi verossímil do acusado a respeito das acusações.
Tratando-se de recurso exclusivamente da defesa só é possível manter-se ou reduzir-se a pena imposta. Não sendo o caso de absolvição, tampouco de redução, a condenação deverá ser mantida, em observância ao princípio da reformatio in pejus.

(a) Belª Maria das Graças Couto Muniz
Diretora do 1DEJUCRI

Data: 19/04/2017
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
1ª Câmara Criminal

Data de distribuição :31/01/2017
Data do julgamento : 11/04/2017
0002799-76.2014.8.22.0021 Apelação
Origem: 00027997620148220021 Buritis/RO (2ª Vara)
Apelante: Poliana Pinheiro
Def. Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Valter de Oliveira
Revisor: Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO.".
Ementa : Tráfico de drogas. Desclassificação. Uso. Art. 33, caput. Multinuclear.
O delito previsto no art. 33 da Lei 11.343/06 possui inúmeros núcleos, sendo a venda apenas um deles, de modo que é suficiente a prática de qualquer uma das demais ações nele previstas, dentre elas a de "portar" e "ter em depósito", para a sua configuração.

(a) Belª Maria das Graças Couto Muniz
Diretora do 1DEJUCRI

Data: 19/04/2017
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
1ª Câmara Criminal

Data de distribuição :30/11/2016
Data do julgamento : 11/04/2017
0001713-44.2016.8.22.0007 Apelação
Origem: 00017134420168220007 Cacoal/RO (2ª Vara Criminal)
Apelante: Edivaldo Teixeira de Araújo
Def. Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Valter de Oliveira
Revisor: Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO.".
Ementa : Apelação criminal. Furto qualificado. Redução da pena. Participação de menor importância. Não configurada. Exclusão da qualificadora do concurso de pessoas e rompimento de obstáculo. Laudo pericial.
Uma vez evidenciado no conjunto probatório dos autos, sobretudo, no depoimento das testemunhas que imputa a efetiva atuação do réu na execução do crime, não há que se falar em participação de menor importância.
Comprovado nos autos que a empreitada criminosa foi cometida por duas ou mais pessoas, caracterizada está a majorante do concurso de agentes.
Incide a qualificadora do rompimento de obstáculo quando devidamente atestado por perícia técnica no local do crime.

Data de interposição :22/02/2017
Data do julgamento : 11/04/2017
0004598-65.2015.8.22.0007 Apelação
Origem: 00045986520158220007 Cacoal/RO (2ª Vara Criminal)
Embargante: Wilian de Freitas Fernandes
Advogado: Tony Pablo de Castro Chaves (OAB/RO 2147)
Advogado: Maxsuel Pereira da Cruz (OAB/RO 5746)
Advogada: Samara Gnoatto de Castro Chaves (OAB/RO 5566)
Advogado: Vanderlei Kloos (OAB/RO 6027)
Advogada: Ivanilde Guadagnin (OAB/RO 4406)
Advogado: Oscar Dias de Souza Netto (OAB/RO 3567)
Embargado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Embargado: Assistente de Acusação
Advogado: André Bonifácio Ragnini (OAB/RO 1119)
Advogado: José Edilson da Silva (OAB/RO 1554)
Advogada: Priscila Christine Guimarães Queruz (OAB/RO 7414)
Advogada: Maria Gabriela de Assis Souza (OAB/RO 3981)
Advogada: Rúbia Valéria Marchioreto Carvalho (OAB/RO 7293)
Relator: Desembargador Valter de Oliveira
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS.".

Ementa : Embargos de declaração. Prequestionamento. Contradição. Inexistência. Efeitos Infringentes. Impossibilidade.
Os embargos de declaração visam unicamente à correção de contradição, obscuridade, ambiguidade e omissão porventura existentes na decisão. Inexistindo qualquer desses vícios, não há o que ser declarado, ainda que o objetivo consista em prequestionar a matéria trazida a exame, bem como visando a empregar-lhes efeitos infringentes.

Data de distribuição :04/11/2016
Data do julgamento : 11/04/2017
0006051-82.2016.8.22.0000 Apelação
Origem: 00998476520058220501 Porto Velho /2ª Vara Criminal
Apelante: Randerson Lopes Cordeiro
Advogado: Breno Mendes da Silva Farias (OAB/RO 5161)
Advogado: Eucilen Freitas de Sá (OAB/RO 4028)
Advogada: Ilza Neyara Silva Marques (OAB/RO 7748)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador VALTER DE OLIVEIRA
Revisor: Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz
Impedimento: Desembargador Valdeci Castellar Citon
Decisão :"POR UNANIMIDADE, REJEITAR A PRELIMINAR E, NO MÉRITO, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO.".
Ementa : Apelação criminal. Preliminar de nulidade. Inobservância das formalidades do art. 226 do CPP. Inocorrência. Roubo majorado. Prova. Palavra da vítima. Preponderância. Absolvição. Impossibilidade. Pena-base. Circunstâncias judicais desfavoráveis. Mantida. Redução da majorante do concurso de pessoas. Inviabilidade. Modificação do regime inicial e substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. Reincidência. Desprovimento.
Não há que se falar em nulidade do ato de reconhecimento por desobediência as formalidades do art. 226 do CP, se a vítima confirmou-o sob o crivo do contraditório.
A palavra da vítima possui valor probante e autoriza o decreto condenatório, mormente quando coerente e harmônica com as demais provas produzidas em juízo.
Mantêm-se a pena-base acima do mínimo legal, fundamentada nas circunstâncias judiciais que foram consideradas desfavoráveis ao agente.
Não há que se falar em redução da qualificadora do concurso de agentes quando devidamente comprovada a participação de duas pessoas na prática do delito.
A modificação do regime inicial e a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos encontra óbice nos arts. 33, § 2º, b e 44, II, ambos do CP.

(a) Belª Maria das Graças Couto Muniz
Diretora do 1DEJUCRI

## 2ª CÂMARA CRIMINAL

Data: 19/04/2017
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
2ª Câmara Criminal

Data de distribuição :25/01/2017
Data do julgamento : 12/04/2017
0000321-56.2017.8.22.0000 Agravo de Execução Penal
Origem: 00013990820158220016 Costa Marques/RO (1ª Vara Criminal)
Agravante: Domingos Cavalcante de Oliveira Júnior
Def. Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Agravado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.".
Ementa : Agravo de execução penal. Falta grave reconhecida pela direção da unidade prisional. Rediscussão de provas. Mérito administrativo intocável. Inteligência do art. 47 da LEP. Agravo não provido.
1.O poder disciplinar, na execução da pena privativa de liberdade, é exercido apenas pela autoridade administrativa (art. 47 da LEP), sendo certo que o pleito absolutório mediante a reanálise de provas escapa da competência jurisdicional da Corte por se tratar do mérito administrativo.
2.Agravo não provido.

Data de distribuição :07/03/2017
Data do julgamento : 12/04/2017
0001001-41.2017.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 10005126920178220005 Ji-Paraná/RO (3ª Vara Criminal)
Paciente: Edgard Landgraff do Amaral
Impetrantes(Advogados): Ruan Vieira de Castro (OAB/RO 8039) e Robson Ferreira Pego (OAB/RO 6309)
Paciente: Eduardo Henrique do Amaral
Impetrantes(Advogados): Ruan Vieira de Castro (OAB/RO 8039) e Robson Ferreira Pego (OAB/RO 6309)
Impetrado: Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Ji-Paraná - RO
Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DENEGAR A ORDEM NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.".
Ementa : Habeas Corpus. Estelionato. Prova. Via imprópria. Prisão preventiva. Presença dos requisitos. Decisão fundamentada. Eventual condenação. Regime mais brando. Inviável prospecção. Paciente doente e idoso. Medidas cautelares. Insuficiência. Eventuais condições pessoais favoráveis. Irrelevância. Ordem denegada.
1. A via estreita do habeas corpus não comporta a análise aprofundada da prova.
2. Havendo prova da materialidade e indícios de autoria presentes estão os pressupostos da prisão preventiva, mormente quando a decisão encontra-se devidamente fundamentada em elementos extraídos da situação fática que levaram o magistrado a concluir pela necessidade da prisão.
3. Mantém-se a prisão preventiva do paciente que demonstra periculosidade incompatível com o estado de liberdade ao praticar a priori o crime de estelionato e que apresentam diversas ocorrências de processos, demonstrando a conduta voltada para a prática de tais delitos, importada na necessidade de resguardar a ordem pública e garantir a aplicação de lei penal.
4. Inviável a concessão da liberdade provisória ao argumento de que o paciente, em eventual condenação, não será privado de sua liberdade, diante das possíveis e substanciais modificações que a ação penal pode sofrer no decorrer da instrução, a exemplo do artigo 384 do CPP.
5. Eventuais condições pessoais favoráveis, por si só, não são suficientes para autorizar a concessão de liberdade provisória ou a revogação da prisão preventiva, se presentes seus motivos ensejadores. Precedentes.
6. Ordem denegada.

Data de distribuição :08/03/2017
Data do julgamento : 12/04/2017
0001043-90.2017.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 10006449320178220501 Porto /RO - Fórum Criminal (3ª Vara Criminal)
Paciente: Aureo Moura Ferreira
Impetrante(Advogado): Oscar Dias de Souza Netto (OAB/RO 3567)
Paciente: Tiago Vieira da Silva
Impetrante (Advogado): Oscar Dias de Souza Netto (OAB/RO 3567)
Impetrado: Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho - RO
Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Decisão :"POR UNANIMIDADE, JULGAR PREJUDICADO O HABEAS CORPUS DE AUREO MOURA FERREIRA E NÃO CONHECER O DE TIAGO VIEIRA DA SILVA NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.".
Ementa : Habeas Corpus. Prisão Preventiva. Perda do objeto com relação a um paciente. Superveniência de sentença condenatória quanto ao outro. Impetração prejudicada.
1. Verificando-se que supervenientemente no curso do Habeas Corpus ocorreu decisão concedendo liberdade provisória ao paciente, resta inviabilizada a análise de pedido idêntico por ter ocorrido a perda do objeto.
2. A superveniência de sentença condenatória na qual o Juízo aprecia e mantém a prisão cautelar, anteriormente decretada, implica a mudança do título da prisão e prejudica o conhecimento de habeas corpus impetrado contra a prisão decretada antes do julgamento.
3. Habeas corpus prejudicado.
EMENTA
Habeas Corpus. Organização criminosa, fraude de processo seletivo e corrupção de menor. Prisão preventiva. Reiteração delitiva. Fundamentação suficiente. Ordem denegada.
1. A possibilidade concreta de reiteração criminosa do paciente em razão de supostamente integrar organização criminosa coordenada que comercializava gabaritos de vestibular, transmitindo-os por meio de pontos eletrônicos que eram utilizados pelos candidatos que participavam do esquema, justifica a prisão preventiva para a garantia da ordem pública de forma a evitar a reiteração criminosa.
2. Ordem denegada.

Data de distribuição :17/03/2017
Data do julgamento : 12/04/2017
0001258-66.2017.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 10022558120178220501 Porto Velho (1ª Vara de Delitos de Tóxicos)
Paciente: Huarlei Balbino Xavier
Impetrante: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho - RO
Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DENEGAR A ORDEM NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.".
Ementa : Habeas Corpus. Tráfico e associação para o tráfico de drogas. Porte de arma e munições. Prisão preventiva. Pressupostos e requisitos presentes. Decisão fundamentada. Medidas cautelares. Insuficiência. Condições pessoais favoráveis. Irrelevância. Ordem denegada.
1. Havendo prova da materialidade e indícios de autoria, presentes estão os pressupostos da prisão preventiva, mormente quando a decisão se encontra adequadamente fundamentada em elementos extraídos da situação fática que levaram o magistrado a concluir pela necessidade de ser mantida a custódia.
2. Mantém-se a prisão preventiva do paciente que demonstra periculosidade incompatível com o estado de liberdade ao ser flagrado com relevante quantidade de cocaína (310g), na posse de arma de fogo e munições, existindo denúncia anônima de que ele vem incidindo na prática do tráfico de drogas utilizando um estabelecimento comercial (lanchonete), demonstrando a conduta voltada para a prática de tais delitos, circunstâncias que justificam a necessidade de se resguardar a ordem pública, não sendo suficiente a aplicação de medidas cautelares alternativas.
4. Eventuais condições pessoais favoráveis, por si sós, não são suficientes a autorizar a concessão de liberdade provisória ou a revogação da prisão preventiva se presentes seus motivos ensejadores. Precedentes.
5. Ordem denegada.

Data de distribuição :18/11/2016
Data do julgamento : 12/04/2017
0006295-11.2016.8.22.0000 Agravo de Execução Penal
Origem: 10001500520158220501 Porto Velho (1ª Vara de Execuções e Contravenções Penais)
Agravante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Agravado: Carpegiane Alves Araujo
Def. Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NÃO CONHECER DO AGRAVO NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.".
Ementa : Agravo de execução penal. Formação do instrumento. Extração ou indicação das cópias necessárias. Dever do agravante. Reconhecimento de falta disciplinar de natureza grave. Ausência de procedimento administrativo disciplinar. Agravo não conhecido.
1. É dever da parte agravante, e não do judiciário, juntar aos autos as cópias que entende necessárias para a formação do instrumento ou, ao menos, indicar as peças que devem ser transladadas.
2. A ausência dos documentos necessários para a análise do mérito do agravo impõe o não conhecimento do recurso.
3. Agravo não conhecido.

Data de distribuição :24/11/2016
Data do julgamento : 12/04/2017
0006423-31.2016.8.22.0000 Agravo de Execução Penal
Origem: 10000172620168220501 Porto Velho (1ª Vara de Execuções e Contravenções Penais)
Agravante: Marcelo Martins de Melo
Def. Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Agravado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.".
Ementa : Agravo de execução penal. Prática de falta grave. Fuga do sistema prisional. Regressão para regime mais gravoso que o fixado na sentença condenatória. Possibilidade. Vedação de regressão per saltum. Inexistência. Perda de 1/6 do tempo remido. Possibilidade. Agravo não provido.
1. Em consonância ao entendimento predominante do Superior Tribunal de Justiça e desta Corte, é possível a regressão do regime prisional para outro mais gravoso que o fixado na sentença condenatória, na hipótese da prática de fato definido como crime doloso ou falta grave no curso da execução da pena.
2. Na dicção do art. 118 da LEP, é possível a regressão do regime prisional para outro mais gravoso, não havendo prescrição obrigatória de se aplicar o imediatamente anterior.
3. Agravo não provido

Data de distribuição :24/11/2016
Data do julgamento : 12/04/2017
0006429-38.2016.8.22.0000 Agravo de Execução Penal
Origem: 00061701320118220002 Ariquemes/RO (2ª Vara Criminal)
Requerente: Roberson Moura Barreto
Def. Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.".
Ementa : Agravo de Execução Penal. Data-base para a concessão de novos benefícios. Trânsito em julgado da última condenação. Agravo não provido.
1. A data-base para a concessão de novos benefícios ao reeducando é a do trânsito em julgado da última condenação ocorrida durante o cumprimento da pena.
2. Agravo não provido.

Data de distribuição :30/11/2016
Data do julgamento : 12/04/2017
0006535-97.2016.8.22.0000 Agravo de Execução Penal
Origem: 00146861420108220501 Porto Velho (Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas - VEPEMA)
Agravante: Eliton Souza Fernandes
Def. Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Agravado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.".
Ementa : Agravo de Execução Penal. Ausência de PAD quanto ao novo crime transitado em julgado. Nulidade. Inocorrência. Perda de 1/3 dos dias remidos. Ausência de fundamentação. Inocorrência. Agravo não provido.
1. Dispensa-se a instauração de PAD quando a falta grave for decorre da prática de novo crime com condenação transitada em julgado, visto que o apenado exerceu, naquele julgamento, a plenitude do contraditório e da ampla defesa.
2. Com o advento da Lei nº 12.433/11, a prática de falta grave no curso da execução implica em perda de, no máximo, 1/3 (um terço) dos dias remidos, não havendo que se perquirir qual seja o patamar mínimo, até porque o legislador conferiu ao magistrado a discricionariedade para aplicar ou não a sanção, bem como em eleger a fração que entender cabível a espécie, devendo todavia, observar o disposto no artigo 57 da Lei de Execução Penal, fundamentando o percentual aplicado.
3.Agravo não provido.

(a) Belª Maria Socorro Furtado Marques
Diretora do 2DEJUCRI

Data: 19/04/2017
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
2ª Câmara Criminal

Data de distribuição :17/08/2016
Data do julgamento : 05/04/2017
0000247-24.2016.8.22.0004 Apelação
Origem: 00002472420168220004 Ouro Preto do Oeste (1ª Vara Criminal)
Apelante: Rondineli Junior Bueno
Advogado: Odair José da Silva (OAB/RO 6662)
Apelante: Gean Fábio da Silva
Advogados: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433-A) Alexandre Anderson Hoffmann (OAB/RO 3709) Jecsan Salatiel Sabaini Fernandes (OAB/RO 2505) Paulo de Jesus Landim Moraes (OAB/RO 6258)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Revisor: Desembargador Valdeci Castellar Citon
Decisão :"POR MAIORIA, DAR PROVIMENTO ÀS APELAÇÕES. VENCIDO O DESEMBARGADOR VALDECI CASTELLAR CITON.".
Ementa : Apelações criminais. Tráfico ilícito de drogas. In dubio pro reo. Desclassificação. Impossibilidade. Absolvição. Viabilidade. Recurso provido.
I - Sendo duvidosa a existência da traficância ilícita de drogas, impõe-se a absolvição por insuficiência de provas para a condenação, e é inviável a desclassificação para o art. 28 da Lei n. 11.343/06 ante a ausência da narrativa na denúncia.
II - Recursos providos.

(a) Belª Maria Socorro Furtado Marques
Diretora do 2DEJUCRI

Data: 19/04/2017
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
2ª Câmara Criminal

Data de distribuição :24/02/2017
Data do julgamento : 05/04/2017
0000870-66.2017.8.22.0000 Apelação
Origem: 00025497820118220011 Alvorada do Oeste (1ª Vara Criminal)
Apelante: Antônio Gomes de Sousa
Def. Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Valdeci Castellar Citon
Revisor: Desembargador Miguel Monico Neto
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO PARCIAL À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Apelação criminal. Dosimetria. Atenuante. Inaplicabilidade. Pena-base. Mínimo legal. Súmula 231 do STJ. Homicídio privilegiado. Reconhecimento. Jurados. Redução. Fração intermediária. Fundamento. Insuficiência. Tentativa. Redução máxima. Impossibilidade. Iter criminis. Suspensão condicional. Possibilidade. Requisitos satisfeitos.
É inviável a redução da pena em razão de circunstância atenuante quando a pena-base já está posicionada no patamar mínimo legal, por obstáculo na Súmula 231 do STJ.
A adoção de fração intermediária para a redução da pena em razão do homicídio privilegiado, que foi reconhecido pelos jurados, deve ser fundamentada, sob pena de aplicação da maior fração.
A redução da pena em razão da tentativa (Art. 14, II, do CP) deve ser realizada proporcionalmente ao iter criminis percorrido pelo agente, e é justa a aplicação de fração intermediária quando praticados vários atos de execução de grande gravidade.
A suspensão condicional da pena possui natureza jurídica de direito subjetivo do réu e deve ser aplicada quando satisfeitos os requisitos do art. 77 e seguintes do CP.

Data de distribuição :08/03/2017
Data do julgamento : 12/04/2017
0000899-79.2014.8.22.0014 Apelação
Origem: 00008997920148220014 Vilhena (1ª Vara Criminal)
Apelante: Rosenaldo Silvestre Moreira
Def. Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia

Relator: Desembargador Valdeci Castellar Citon
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Apelação criminal. Lesão corporal culposa na direção de veículo automotor. Absolvição. Impossibilidade. Imprudência. Alta velocidade. Execução da pena após julgamento nas instâncias ordinárias. Possibilidade. Inexistência de ofensa a princípios constitucionais. Precedentes do STF. Condenação mantida.
Não há que se falar em absolvição quando comprovado nos autos que o agente ao dirigir veículo automotor sob influência de álcool causou lesão corporal culposa de outrem, na modalidade de imprudência, uma vez que não obedeceu à ordem de parada emitida por policiais e, ao empreender fuga, veio a cair.
Perfilhando o entendimento do STF no julgamento do HC 126.292-SP, compreende-se que, esgotada a análise do mérito processual nas instâncias ordinárias, é possível o início imediato do cumprimento da pena, inexistindo violação ao princípio da presunção de inocência.

Data de distribuição :13/03/2017
Data do julgamento : 12/04/2017
0001455-10.2016.8.22.0015 Apelação
Origem: 00014551020168220015 Guajará-Mirim/RO (1ª Vara Criminal)
Apelante: Nedson Rosyvan Rojas Gomes
Def. Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Valdeci Castellar Citon
Revisor: Desembargador Miguel Monico Neto
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Apelação criminal. Roubo Circunstanciado. Absolvição. Negativa de autoria. Palavra da vítima. Relevância. Condenação mantida. Redução da Pena-base. Inviabilidade. Pena adequada e suficiente.
A negativa de autoria isolada nos autos, sem apresentação de álibi capaz de afastar a credibilidade conferida ao depoimento da vítima, constitui prova suficiente para autorizar o decreto condenatório.
Sendo adequadamente sopesadas as circunstâncias judiciais a permearem a ação delitiva, não há que se falar em redução da pena-base imposta.

Data de distribuição :15/03/2017
Data do julgamento : 12/04/2017
0006240-49.2015.8.22.0015 Apelação
Origem : 00062404920158220015 Guajará-Mirim/RO (2ª Vara Criminal)
Apelante: Alex Saucedo Chavez
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Valdeci Castellar Citon
Revisor: Desembargador Miguel Monico Neto
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO PARCIAL À PELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Apelação criminal. Roubo circunstanciado. Ações penais e inquéritos policiais em andamento não configuram personalidade e antecedentes negativos. Súmula 444/STJ. Duas circunstâncias judiciais negativas. Proporcionalidade. Conjunto probatório frágil para condenar corréu. Execução da Pena Após Julgamento nas Instâncias Ordinárias. Possibilidade. Inexistência de Ofensa a Princípios Constitucionais. Precedentes do STF. Parcial provimento.
Inquéritos policiais ou ações penais em andamento não se prestam a majorar a pena-base, seja a título de indicador de maus antecedentes, conduta social negativa ou de ser a personalidade do agente voltada para o crime.
De acordo com a Súmula n. 444 do STJ: "é vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base".
A jurisprudência tem entendido ser proporcional o aumento de 1/6 da pena-base quando existente uma circunstância judicial negativa, assim, o aumento de 1(um) ano e 5 (cinco) meses quando presentes duas e o crime tiver a pena mínima em 4(quatro) anos de reclusão também é razoável.
Quando o conjunto probatório for frágil para condenar o acusado, a absolvição deve ser fundamentada no inciso VII do art. 386 do CPP.
Perfilhando o entendimento do STF no julgamento do HC 126.292-SP, compreende-se que, esgotada a análise do mérito processual nas instâncias ordinárias, é possível o início imediato do cumprimento da pena, inexistindo violação ao princípio da presunção de inocência.

Data de distribuição :16/02/2017
Data do julgamento : 12/04/2017
0016781-41.2015.8.22.0501 Apelação
Origem: 00167814120158220501 Porto Velho (2ª Vara Criminal)
Apelante: Ialeson Silva do Nascimento
Advogado: Ana Lídia da Silva (OAB/RO 4153)
Apelante: Edival Gama Lima
Def. Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelante: Renice Cavlacante Barros
Def. Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Valdeci Castellar Citon
Revisor: Desembargador Miguel Monico Neto
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO ÀS APELAÇÕES NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Apelação criminal. Roubo circunstanciado. Dosimetria. Redução. Pena-base. Valoração concreta. Fundamento idôneo. Inviabilidade. Regime. Alteração. Impossibilidade. Reincidência. Circunstâncias judiciais negativas. Execução da pena após julgamento nas instâncias ordinárias. Possibilidade. Inexistência de ofensa a princípios constitucionais. Precedentes do stf. Repercussão geral reconhecida.
Inviável a alteração da pena-base quando a valoração das circunstâncias judiciais foi realizada de forma concreta, afastando a pena do mínimo legal diante de fundamentos idôneos.
Mostra-se adequada a fixação de regime inicial de pena mais gravoso que aquele indicado para o quantum da pena quando constatada a reincidência do agente, bem como diante da valoração negativa das circunstâncias judiciais, o que recomenda a adoção do regime mais grave.
Perfilhando o entendimento do STF em sede de repercussão geral, compreende-se que, esgotada a análise do mérito processual nas instâncias ordinárias, é possível o início imediato do cumprimento da pena, inexistindo violação ao princípio da presunção de inocência.

(a) Belª Maria Socorro Furtado Marques
Diretora do 2DEJUCRI

Data: 19/04/2017
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
2ª Câmara Criminal

Data de distribuição :15/03/2017
Data do julgamento : 05/04/2017
0001194-56.2017.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 10023570620178220501 Porto Velho (1ª Vara de Delitos de Tóxicos)
Paciente: Luana Braga Mendes
Def. Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho/RO

Relator: Desembargador Miguel Monico Neto
Decisão :"POR MAIORIA, CONCEDER PARCIALMENTE A ORDEM. VENCIDO O DESEMBARGADOR VALDECI CASTELLAR CITON.".
Ementa : Habeas corpus. Tráfico de drogas. Prisão preventiva. Fundamentação Idônea. Requisitos. Presença. Ordem Pública. Circunstâncias da Apreensão. Quantidade da Droga. Medidas Cautelares. Insuficiência. Condições pessoais. Irrelevância. Maternidade. Estatuto da Primeira Infância. Crianças Gêmeas. Sete Meses de Nascimento. Direito das Crianças. Prisão Domiciliar da Mãe. Excepcionalidade. Imposição de avaliação Psicossocial Familiar.
1. Está fundamentada a decisão que decreta a prisão preventiva baseada na existência da materialidade e dos indícios de autoria e aponta de forma concreta os elementos extraídos da situação fática que levaram o magistrado a concluir pela sua necessidade.
2. Mantém-se a prisão preventiva da paciente que demonstra periculosidade incompatível com o estado de liberdade, extraída da quantidade de droga apreendida, das circuntâncias da prisão e da natureza permanente desse tipo de crime, vetores que justificam a necessidade de ser resguardada a ordem pública e a revelar a insuficiência da aplicação de medidas cautelares alternativas.
3. O Estatuto da Primeira Infância deve prevalecer diante do fato de a paciente primária ser mãe de duas crianças gêmeas lactantes, com menos de um ano de idade, assim como de outro infante com idade de 4 anos, o que perfaz as condições para a prevalência do direito à maternidade para resguardar os direitos das crianças, notadamente na fase de amamentação.
4. Ordem concedida excepcionalmente para aplicação da prisão domiciliar, hipótese, que encontra amparo legal na proteção integral à infância e à maternidade, corolário do princípio da dignidade da pessoa humana, porquanto se prioriza o bem-estar das crianças menores, além do nascituro, em razão dos cuidados necessários na fase de amamentação.

(a) Belª Maria Socorro Furtado Marques
Diretora do 2DEJUCRI

Data: 19/04/2017
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
2ª Câmara Criminal

Data de interposição :04/04/2017
Data do julgamento : 12/04/2017
0000296-26.2016.8.22.0017 Embargos de Declaração em Apelação
Origem: 00002962620168220017 Alta Floresta do Oeste (1ª Vara Criminal)
Embargante: Afonso Carvalho Dias Gomes
Advogados: Gilson Alves de Oliveira (OAB/RO 549-A) José de Almeida Júnior (OAB/RO 1370) Carlos Eduardo Rocha Almeida (OAB/RO 3593) Alvaro Marcelo Bueno (OAB/RO 6843) Eduardo Campos Machado (OAB/RS 17973)
Embargado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Valdeci Castellar Citon
Decisão :"POR UNANIMIDADE, CONHECER PARCIALMENTE DOS EMBARGOS E NEGAR-LHES PROVIMENTO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR".
Ementa : Embargos de declaração. Apelação criminal. Estupro. Análise de tese. Ausência. Omissão. Inexistência. Rediscussão da matéria. Pedido não apresentado nas razões. Parcial conhecimento.
1. São improcedentes os embargos de declaração que buscam a rediscussão da matéria objeto de apelação, por se tratar de meio recursal que serve apenas para sanar eventuais omissões, obscuridades ou contradições.
2. O processo penal brasileiro segue o princípio do tantum devolutum quantum apellatum, pelo qual apenas a matéria questionada nas razões de recurso será analisada, afastando-se a inovação de teses apresentadas a destempo.

Data de distribuição :13/03/2017
Data do julgamento : 12/04/2017
0002997-66.2016.8.22.0014 Apelação
Origem: 00029976620168220014 Vilhena (2ª Vara Criminal)
Apelante: Elizeu Neres Sakirabiar
Advogado: Rubens Devet Gênero (OAB/RO 3543)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Valdeci Castellar Citon
Revisor: Desembargador Miguel Monico Neto
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Apelação criminal. Estupro de vulnerável. Absolvição. Tese de inexistência de prova do fato. Não cabimento. Laudo de exame de práticas libidinosas. Palavra da vítima. Conjunto probatório harmonioso.
A prática do crime de estupro de vulnerável ficou suficientemente provada pelos relatos uníssonos da vítima e pelo laudo de exame de práticas libidinosas, que estão em harmonia com os demais elementos constantes no conjunto probatório.

(a) Belª Maria Socorro Furtado Marques
Diretora do 2DEJUCRI

Data: 19/04/2017
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
2ª Câmara Criminal

Data de distribuição :14/03/2017
Data do julgamento : 12/04/2017
0003973-73.2016.8.22.0014 Apelação
Origem: 00039737320168220014 Vilhena/RO (2ª Vara Criminal)
Apelante: Márcio Moreira Cardoso
Def. Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Valdeci Castellar Citon
Revisor: Desembargador Miguel Monico Neto
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE DROGAS. COAÇÃO MORAL IRRESISTÍVEL. NÃO COMPROVAÇÃO. PENA-BASE. READEQUAÇÃO. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS. AVALIAÇÃO IDÔNEA. IMPOSSIBILIDADE. COMPENSAÇÃO. ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA. INCABÍVEL. MULTIRREINCIDÊNCIA. AGRAVANTE PREPONDERANTE. PRECEDENTE DO STJ.
A excludente de culpabilidade da coação moral irresistível demanda provas irrefutáveis da existência de promessa de mal grave e iminente e, na ausência delas, afasta-se a excludente.
Inviável a redução da pena-base quando constatado que existem fundamentos para a valoração negativa das circunstâncias judiciais que determinaram a exasperação da pena.
A multirreincidência afasta a possibilidade de compensação entre a agravante da reincidência e a atenuante da confissão espontânea, conforme precedentes do STJ.

(a) Belª Maria Socorro Furtado Marques
Diretora do 2DEJUCRI

# DEPARTAMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Ata de Distribuição - Data : 18/04/2017
Vice-Presidente : Des. Isaias Fonseca Moraes
Representante da OAB : Shisley Nilce Soares da Costa (OAB/RO 1244)

1ª CÂMARA CRIMINAL
0004085-15.2015.8.22.0002 Apelação
Origem: 00040851520158220002
Ariquemes/3ª Vara Criminal
Relator: Des. Daniel Ribeiro Lagos
Revisor: Des. José Jorge R. da Luz
Apelante: Luciano Dias Ribeiro
Advogada: Sandra Pires Corrêa Araújo (OAB/RO 3164)
Advogada: Cristiane Ribeiro Bissoli (OAB/RO 4848)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0001804-24.2017.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 10034527120178220501
Porto Velho - Fórum Criminal/3ª Vara Criminal
Relator: Des. José Jorge R. da Luz
Paciente: Josias Mendonça Junior
Impetrante (Advogada): Karina Villar Marcelino (OAB/RO 506)
Impetrante: Josias Mendonça Junior
Impetrado: Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho - RO
Distribuição por Sorteio

0001803-39.2017.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00042360220168220501
Porto Velho - Fórum Criminal/Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas - VEPEMA
Relator: Des. Valter de Oliveira
Paciente: Eurico Alencar Nascimento
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Impetrado: Juiz de Direito da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas da Comarca de Porto Velho RO
Distribuição por Sorteio

0006186-46.2016.8.22.0501 Apelação
Origem: 00061864620168220501
Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Relator: Des. Daniel Ribeiro Lagos
Revisor: Des. José Jorge R. da Luz
Apelante: Ângelo Santos Anselmo
Advogada: Flávia Laís Costa Nascimento (OAB/RO 6911)
Apelante: João Rodrigo Alves Prudente
Advogada: Flávia Laís Costa Nascimento (OAB/RO 6911)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0002265-25.2015.8.22.0013 Apelação
Origem: 00022652520158220013
Cerejeiras/1ª Vara
Relator: Des. Valter de Oliveira
Revisor: Des. Daniel Ribeiro Lagos
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelada: Natalina Barbosa Mendes Farias
Advogado: Claudinei Marcon Júnior (OAB/RO 5510)
Advogado: José Antonio Corrêa (OAB/RO 5292)
Advogada: Valdete Tabalipa (OAB/RO 2140)
Distribuição por Sorteio

0000343-15.2016.8.22.0012 Apelação
Origem: 00003431520168220012
Colorado do Oeste/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Daniel Ribeiro Lagos
Revisor: Des. José Jorge R. da Luz
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelado: Jhefferson Luz da Cruz
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Jhonathan da Cruz Rosa
Advogado: Mário Guedes Júnior (OAB/RO 190A)
Distribuição por Sorteio

0004486-77.2016.8.22.0002 Apelação
Origem: 00044867720168220002
Ariquemes/3ª Vara Criminal
Relator: Des. José Jorge R. da Luz
Apelante: Rosiane de Oliveira Machado
Advogado: José Carlos Fogaça (OAB/RO 2960)
Advogado: Luiz Eduardo Fogaça (OAB/RO 876)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0002856-42.2014.8.22.0006 Apelação
Origem: 00028564220148220006
Presidente Médici/1ª Vara Criminal
Relator: Des. José Jorge R. da Luz
Revisor: Des. Valter de Oliveira
Apelante: S. M. F.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0009633-21.2015.8.22.0002 Apelação
Origem: 00096332120158220002
Ariquemes/2ª Vara Criminal
Relator: Des. Valter de Oliveira
Apelante: Rinaldo da Silva Mota
Advogado: João Quendis Camargo (OAB/RO 5624)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0002273-90.2015.8.22.0501 Apelação
Origem: 00022739020158220501
Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Daniel Ribeiro Lagos
Apelante: Cássila Maria de Araújo
Advogado: Cássio Esteves Jaques Vidal (OAB/RO 5649)
Advogado: Diego de Paiva Vasconcelos (OAB/RO 2013)
Advogado: Márcio Melo Nogueira (OAB/RO 2827)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0001781-78.2017.8.22.0000 Agravo de Execução Penal
Origem: 00438348320088220002
Ariquemes/2ª Vara Criminal
Relator: Des. José Jorge R. da Luz
Agravante: Robson Cardoso Cipriano
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Agravado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0001778-26.2017.8.22.0000 Agravo de Execução Penal
Origem: 00118715520078220014
Vilhena/2ª Vara Criminal
Relator: Des. Daniel Ribeiro Lagos
Agravante: Joel Assolari Marconi
Advogado: Rafael Mendes da Silva (OAB/RO 8403)
Agravado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

7002731-63.2016.8.22.0012 Apelação
Origem: 70027316320168220012
Colorado do Oeste/1ª Vara Cível (Juizado Infância e Juventude)
Relator: Des. Valter de Oliveira

Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelado: J. J. M. C.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

1ª CÂMARA ESPECIAL
0001754-95.2017.8.22.0000 Agravo de Execução Penal
Origem: 00009980220168220007
Cacoal/2ª Vara Criminal
Relator: Des. Eurico Montenegro
Agravante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Agravado: Daniel Neri de Oliveira
Advogado: Aidevaldo Marques da Silva (OAB/RO 1467)
Distribuição por Sorteio

0003081-08.2013.8.22.0003 Apelação
Origem: 00030810820138220003
Jaru/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Gilberto Barbosa
Revisor: Des. Oudivanil de Marins
Apelante: José Hélio Rigonato de Andrade
Advogado: José Manoel Alberto Matias Pires (OAB/RO 3718)
Advogado: Gustavo Gerola Marsola (OAB/RO 4164)
Advogada: Livia Patricio Garcia de Souza (OAB/RO 5277)
Advogado: HERMES FRUTUOSO PRESTES CAVASIN SANTANA JUNIOR (OAB/RO 6621)
Apelante: Maria Elisandra de Andrade Marcello
Advogado: José Manoel Alberto Matias Pires (OAB/RO 3718)
Advogado: Gustavo Gerola Marsola (OAB/RO 4164)
Advogada: Débora Cristina Moraes (OAB/RO 6049)
Advogado: HERMES FRUTUOSO PRESTES CAVASIN SANTANA JUNIOR (OAB/RO 6621)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Redistribuição por Sorteio

2ª CÂMARA ESPECIAL
0001801-69.2017.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00170135320158220501
Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Relator: Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Paciente: Raphael Henrique Mendanha Cabral Barboza
Impetrante (Advogado): Johnny Deniz Climaco (OAB/RO 6496)
Advogado: Raul Ribeiro da Fonseca Filho (OAB/RO 555)
Advogado: Elton José Assis (OAB/RO 631)
Advogado: Vinícius de Assis (OAB/RO 1470)
Advogada: Kátia Aparecida Pullig de Oliveira (OAB/RO 7148)
Advogado: Felippe Roberto Pestana (OAB/RO 5077)
Advogado: Denyvaldo Santos Pais Júnior (OAB/RO 7655)
Advogado: Castiel Ferreira de Paula (OAB/RO 8063)
Advogado: Henrique Arcoverde Capichione da Fonseca (OAB/RO 5191)
Advogada: Ana Caroline Dias Cociuffo Villela (OAB/RO 7489)
Advogado: Emerson Salvador de Lima (OAB/RO 8127)
Advogada: Adriana do Nascimento Cordeiro de Almeida (OAB-RO 8275)
Advogado: João André dos Santos Borges (OAB/RO 8052)
Advogado: Richard Soares Ribeiro (OAB/RO 7879)
Advogada: Ane Caroline Ferreira dos Santos (OAB/RO 4309)
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho - RO
Distribuição por Prevenção de Magistrado

2ª CÂMARA CRIMINAL
0000216-78.2014.8.22.0002 Apelação
Origem: 00002167820148220002
Ariquemes/2ª Vara Criminal
Relatora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Apelante: A. de M. F.
Advogada: Corina Fernandes Pereira (OAB/RO 2074)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0001798-17.2017.8.22.0000 Apelação
Origem: 00014465220148220004
Ouro Preto do Oeste/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Valdeci Castellar Citon
Apelante: Marcos Ferreira Babilon
Advogada: Luana Novaes Schotten de Freitas (OAB/RO 3287)
Advogada: Sônia Maria dos Santos (OAB/RO 3160)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0005453-64.2012.8.22.0002 Apelação
Origem: 00054536420128220002
Ariquemes/2ª Vara Criminal
Relator: Des. Valdeci Castellar Citon
Revisor: Des. Miguel Monico Neto
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelado: W. F. A.
Advogado: Rubens Ferreira de Carvalho Barbosa (OAB/RO 5178)
Distribuição por Sorteio

0000571-71.2013.8.22.0601 Recurso em Sentido Estrito
Origem: 00005717120138220601
Porto Velho - Fórum Criminal/2ª Vara do Tribunal do Júri
Relator: Des. Miguel Monico Neto
Recorrente: Maicon Amorim Maciel
Advogado: Ueliton Felipe Azevedo de Oliveira (OAB/RO 5176)
Advogado: Elvis Dias Pinto (OAB/RO 3447)
Recorrido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0009365-85.2016.8.22.0501 Apelação
Origem: 00093658520168220501
Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Relator: Des. Miguel Monico Neto
Revisora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Apelante: Gleidson dos Santos
Advogado: Ezio Pires dos Santos (OAB/RO 5870)
Advogada: Bruna Duarte Feitosa dos Santos Barros (OAB/RO 6156)
Apelante: Gleiciane dos Santos
Advogado: Ezio Pires dos Santos (OAB/RO 5870)
Advogada: Bruna Duarte Feitosa dos Santos Barros (OAB/RO 6156)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0001782-63.2017.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00023092820168220007
Cacoal/1ª Vara Criminal
Relatora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Paciente: Raian Alves Murguero
Impetrante (Advogado): Sidnei Sotele (OAB/RO 4192)
Advogado: Douglas Augusto do Nascimento Oliveira (OAB/RO 3190)
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Cacoal - RO
Distribuição por Sorteio

0001780-93.2017.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 10012591920178220005
Ji-Paraná/3ª Vara Criminal
Relator: Des. Miguel Monico Neto
Paciente: Valdinei Alves de Souza
Impetrante (Advogado): João Francisco Matara Júnior (OAB/RO 6226)
Impetrado: Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Ji-Paraná - RO
Distribuição por Sorteio

0015670-85.2016.8.22.0501 Apelação
Origem: 00156708520168220501
Porto Velho - Fórum Criminal/2ª Vara Criminal
Relatora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Apelante: Rodrigo Rodrigues Florentino
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0001800-84.2017.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 10036431920178220501
Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Relator: Des. Miguel Monico Neto
Paciente: Marta Barreto da Silva
Impetrante (Advogada): Silvana Fernandes Magalhães Pereira (OAB/RO 3024)
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho - RO
Distribuição por Sorteio

7000853-06.2016.8.22.0012 Apelação
Origem: 70008530620168220012
Colorado do Oeste/1ª Vara Cível (Juizado Infância e Juventude)
Relator: Des. Valdeci Castellar Citon
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelado: P. A. de L.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0000017-73.2016.8.22.0006 Apelação
Origem: 00000177320168220006
Presidente Médici/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Valdeci Castellar Citon
Revisor: Des. Miguel Monico Neto
Apelante: G. da S. A.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

1001141-10.2017.8.22.0501 Apelação
Origem: 10011411020178220501
Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Relator: Des. Miguel Monico Neto
Revisora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Apelante: Deyse Hilda Guedes Felix
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Prevenção de Magistrado

1000644-93.2017.8.22.0501 Apelação
Origem: 10006449320178220501
Porto Velho - Fórum Criminal/3ª Vara Criminal
Relatora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Revisor: Des. Valdeci Castellar Citon
Apelante: Aureo Moura Ferreira
Advogado: Oscar Dias de Souza Netto (OAB/RO 3567)
Advogado: Daison Nobre Belo (OAB/RO 4796)
Advogado: Gilber Rocha Mercês (OAB/RO 5797)
Apelante: Tiago Vieira da Silva
Advogado: Oscar Dias de Souza Netto (OAB/RO 3567)
Advogado: Daison Nobre Belo (OAB/RO 4796)
Apelante: Carlos Alexandre da Silva Franzolini
Advogado: Leony Fabiano dos Santos Tavares (OAB/RO 5200)
Advogada: Vera Mônica Queiroz Fernandes Aguiar (OAB/RO 2358)
Advogado: Sheidson da Silva Ardaia (OAB/RO 5929)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0001805-09.2017.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00005923320168220022
São Miguel do Guaporé/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Miguel Monico Neto
Paciente: Jorge Schuvenck
Impetrante (Advogado): Pedro Paixão dos Santos (OAB/RO 1928)
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de São Miguel do Guaporé - RO
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0010729-71.2015.8.22.0002 Apelação
Origem: 00107297120158220002
Ariquemes/3ª Vara Criminal
Relator: Des. Valdeci Castellar Citon
Apelante: João Selhorst
Advogado: Dênio Franco Silva (OAB/RO 4212)
Advogado: Niltom Edgard Mattos Marena (OAB/RO 361B)
Advogado: Marcos Pedro Barbas Mendonça (OAB/RO 4476)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0013778-62.2011.8.22.0002 Apelação
Origem: 00137786220118220002
Ariquemes/3ª Vara Criminal
Relator: Des. Miguel Monico Neto
Revisora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Apelante: Adão Hernani Pereira Costa
Advogado: Alexandre Jenner de Araújo Moreira (OAB/RO 2005)
Advogada: Juliane Silveira da Silva de Araújo Moreira (OAB/RO 2268)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

RESUMO DA DISTRIBUIÇÃO

| Orgão Julgador / Magistrado | Dist | Red | Tra | Tot |
|---|---|---|---|---|
| 1ª CÂMARA CRIMINAL | | | | |
| Des. Daniel Ribeiro Lagos | 5 | 0 | 0 | 5 |
| Des. José Jorge R. da Luz | 4 | 0 | 0 | 4 |
| Des. Valter de Oliveira | 4 | 0 | 0 | 4 |
| 1ª CÂMARA ESPECIAL | | | | |
| Des. Eurico Montenegro | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Des. Gilberto Barbosa | 0 | 1 | 0 | 1 |
| 2ª CÂMARA CRIMINAL | | | | |
| Des. Miguel Monico Neto | 7 | 0 | 0 | 7 |
| Des. Valdeci Castellar Citon | 5 | 0 | 0 | 5 |
| Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno | 4 | 0 | 0 | 4 |
| 2ª CÂMARA ESPECIAL | | | | |
| Des. Walter Waltenberg Silva Junior | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Total de Distribuições | 31 | 1 | 0 | 32 |

Porto Velho, 18 de abril de 2017

Des. Isaias Fonseca Moraes
Vice-Presidente do TJ/RO.

## SECRETARIA ADMINISTRATIVA

## DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E FINANÇAS

Extrato de Contrato
Nº 031/2017

1 – CONTRATADA: V & L TRANSPORTES LTDA - ME.
2 - PROCESSO: 0311/0459/17.
3 – OBJETO: Prestação de serviços de transporte fluvial para realizar viagens na região conhecida como “Baixo Madeira”, na Comarca de Porto Velho/RO, para atender as Operações da Justiça Rápida Itinerante.
4 – BASE LEGAL: Pregão Eletrônico 013/2017.
5 - VALOR: R$ 76.000,00.
6 - VIGÊNCIA: A partir da data da última assinatura em 18/04/2017 à 31/12/2017.
7 – NOTA DE EMPENHO: 2017NE0598.
8 - RECURSOS: Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU.
9 - FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 02.061.2066.1062.
10 – ELEMENTOS DE DESPESA: 33.90.33.
11 – ASSINAM: Desembargador Sansão Saldanha – Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e Valdo Vieira Gomes – Representante legal.

Documento assinado eletronicamente por FREDSON LUIZ CARVALHO MENDES, Diretor (a) de Departamento em Substituição, em 18/04/2017, às 16:13, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0189064 e o código CRC E9D50018.

Extrato de Contrato
Nº 032/2017

1 – CONTRATADA: IDEALNET PRODUTOS ELETRÔNICOS E TELEINFORMÁTICA LTDA EPP.
2 - PROCESSO: 0311/0881/17.
3 – OBJETO: Prestação de serviços de ampliação da rede de fibra óptica do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, na Comarca de Porto Velho/RO, incluindo fornecimento e instalação de cabos e demais componentes.
4 – BASE LEGAL: Pregão Eletrônico 075/2016.
5 - VALOR: R$ 57.511,60
6 - VIGÊNCIA: 04 (Quatro) meses, a partir da data da última assinatura pelas partes, em 19/04/2017, ressalvada a da garantia dos materiais fornecidos e instalados, bem como dos serviços executados, que deverão possuir garantia de no mínimo 12 (meses) meses, a contar da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo e Aceitação dos serviços contratados.
7 – NOTA DE EMPENHO: 2017NE0599.
8 - RECURSOS: Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU.
9 - FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 02.126.2064.1169.
10 – ELEMENTOS DE DESPESA: 44.90.52
11 – ASSINAM: Desembargador Sansão Saldanha – Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e Vinicius Almeida Dal Ponte Vieira – Representante legal.

Documento assinado eletronicamente por FREDSON LUIZ CARVALHO MENDES, Diretor (a) de Departamento em Substituição, em 19/04/2017, às 12:02, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0190454 e o código CRC 01CFDC69.

Extrato de Contrato Simplificado
Nº 0603/2017

1 – CONTRATADA: ELAINE PIRES DOS SANTOS ME
2 - PROCESSO: 0311/0373/2017.
3 – OBJETO: Aquisição de carimbos e refis para atender as demandas do TJRO.
4 – BASE LEGAL: Pregão Eletrônico n° 002/2016-DEC.
5 - VALOR: R$ 46.701,00

6 - VIGÊNCIA: Vigência a partir da data da última assinatura 18/04/2017 até 31/12/2017.
7 – NOTA DE EMPENHO: 2017NE00603
8 - RECURSOS: Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU.
9 - FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 02.122.2067.2071.
10 – ELEMENTOS DE DESPESA: 33.90.30
11 – ASSINAM: Desembargador Sansão Saldanha – Presidente do Tribunal de Justiça de Rondônia e Elaine Pires dos Santos – Representante legal.

Documento assinado eletronicamente por FREDSON LUIZ CARVALHO MENDES, Diretor (a) de Departamento em Substituição, em 19/04/2017, às 08:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0189604 e o código CRC 9F52F922.

Extrato de Contrato Simplificado
Nº 0597/2017

1 – CONTRATADA: FRATELLI COMERCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP.
2 - PROCESSO: 0311/0798/17.
3 – OBJETO: Aquisição de material permanente (Balança digital portátil), para atender as demandas do TJRO.
4 – BASE LEGAL: Pregão Eletrônico 001/2017.
5 - VALOR: R$ 1.347,39
6 - VIGÊNCIA: A partir da data da última assinatura deste Termo pelas partes, em 19/04/2017, até 31/12/2017.
7 – NOTA DE EMPENHO: 2017NE0597.
8 - RECURSOS: Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU.
9 - FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 02.122.2063.1606.
10 – ELEMENTOS DE DESPESA: 44.90.52
11 – ASSINAM: Desembargador Sansão Saldanha – Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e André Luiz de Souza – Representante legal

Documento assinado eletronicamente por FREDSON LUIZ CARVALHO MENDES, Diretor (a) de Departamento em Substituição, em 19/04/2017, às 12:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0190241 e o código CRC 2C881502.

Extrato de Contrato Simplificado
Nº 0602/2017

1 – CONTRATADA: BIOPULSE BRASIL EIRELI - ME.
2 - PROCESSO: 0311/0799/17.
3 – OBJETO: Aquisição de material permanente (Aparelho de Bioimpedância) para atender as demandas do TJRO.
4 – BASE LEGAL: Pregão Eletrônico 001/2017.
5 - VALOR: R$ 24.050,00.
6 - VIGÊNCIA: A partir da data da última assinatura em 19/04/2017 à 31/12/2017.
7 – NOTA DE EMPENHO: 2017NE0602.
8 - RECURSOS: Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU.
9 - FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 02.122.2063.1606.
10 – ELEMENTOS DE DESPESA: 44.90.52.
11 – ASSINAM: Desembargador Sansão Saldanha – Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e Marcelo Brochi – Representante legal.

Documento assinado eletronicamente por FREDSON LUIZ CARVALHO MENDES, Diretor (a) de Departamento em Substituição, em 19/04/2017, às 12:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0190397 e o código CRC 3BE9C08D.

Extrato de Termo Aditivo
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO Nº 019/2017 AO CONTRATO Nº 018/2015

1 – CONTRATADA: PEDRO ROBERTO MONTEIRO – ME.
2 - PROCESSO: 0311/0081/17.
3 - OBJETO: Prorrogação pelo período de 12 (doze) meses, com reajuste de 5,26% (IGP-DI de fevereiro de 2017), do Contrato n° 018/2015, cujo objeto é "contratação de serviços de assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva nos No-break's das marcas Engetron (GRUPO1) e SMS, (GRUPO2), instalados nas Comarcas do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, capital e interior, com fornecimento de materiais de consumo, insumo, peças, componentes e acessórios, exceto baterias".
4 – VALOR: R$ 424.496,40
5 – VIGÊNCIA: A partir de 22/04/2017 e término em 21/04/2018.
6 - NOTA DE EMPENHO: 2017NE00569.
7 – RECURSOS: Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários.
8 – P. ATIVIDADE: 02.122.2065.2127.
9 – ELEMENTOS DE DESPESA: 33.90.39
10 - DAS CLÁUSULAS VIGENTES: Exceto o disposto no presente Termo Aditivo, permanecem inalteradas e em plena vigência as demais Cláusulas e subitens constantes no Contrato n° 018/2015.
11 – ASSINAM: Desembargador Sansão Saldanha – Presidente do TJ/RO e Pedro Roberto Monteiro – Representante legal.

Documento assinado eletronicamente por FREDSON LUIZ CARVALHO MENDES, Diretor (a) de Departamento em Substituição, em 19/04/2017, às 10:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 0189776 e o código CRC F74B5262.

## ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Ordem dos Advogados do Brasil
Seção Rondônia
Pauta de Julgamento

7ª Sessão Ordinária

Pauta para a 7ª (sétima) Sessão Ordinária da Câmara de Seleção e Habilitação, que se realizará às 14 horas e 30 minutos do dia doze do mês de maio do corrente ano (12/05/2017) na Sede da OAB/RO situada na Rua Paulo Leal nº 1300, bairro Nossa Senhora das Graças.

I – Expediente:

a) Verificação do quorum de presença e abertura;

b) Justificativa de ausência dos membros;

II – Ordem do dia:

- Julgamento dos Processos abaixo;

1 – Processo 22.0000.2016.001269-9 - CSH
Requerente: RENATA PEREIRA MACIEL DE QUEIROZ
Assunto: Recurso de Indeferimento Inscrição Originária - Atividade Incompatível
Relator: Dr. Marcelo Lessa
Revisor: Dr. Nelson Maciel Junior – OAB/RO 4763

2 – Processo 22.0000.2017.000186-6 - CSH
Requerente: ALVARO RODRIGO COSTA
Assunto: Recurso de Indeferimento Inscrição Originária - Atividade Incompatível
Relator: Dr. Nelson Maciel Junior
Revisor: Dr. Adevaldo Andrade Reis - OAB/RO 628

3 – Processo 22.0000.2017.000300-5 - CSH
Requerente: S.M.R
Advogado: Dr. Blucy Rech Borges – OAB/RO 4682
Assunto: Incidente de Inidoneidade Moral
Relator: Dr. Nelson Maciel Junior
Revisora: Dra. Carolina Leal – OAB/RO 2592

4 – Processo 22.0000.2017.000269-4 - CSH
Requerente: E.B.S
Assunto: Incidente de Inidoneidade Moral
Relator: Dr. Washington Ferreira Mendonça
Revisor: Dr. Adevaldo Andrade Reis - OAB/RO 628

5 – Processo 22.0000.2016.004130-3 - CSH
Requerente: H.G.B
Assunto: Incidente de Inidoneidade Moral
Relator: Dr. Washington Ferreira Mendonça
Revisor: Dr. Adevaldo Andrade Reis – OAB/RO 628

6 – Processo 22.0000.2016.004098-0 - CSH
Requerente: J.H.G.M – OAB/RO 2871
Assunto: Incidente de Inidoneidade Moral
Relator: Dr. Eduardo Ceccatto – OAB/RO 5100

7 – Processo 22.0000.2017.000657-2 - CSH
Requerente: VANICE HELLEN NERI BOARO DE ALMEIDA
Assunto: Recurso de Indeferimento Inscrição Originária - Atividade Incompatível
Relator: Dr. Nelson Maciel Junior - OAB/RO 4763

8 – Processo 22.0000.2017.000857-3 - CSH
Requerente: FELIPE SANTIAGO SAMPAIO
Assunto: Recurso de Indeferimento Inscrição Originária - Atividade Incompatível
Relator: Dr. Washington Ferreira Mendonça – OAB/RO 1946

Porto Velho 11/04/2017.

Márcio Melo Nogueira
Presidente da Câmara de Seleção e Habilitação e
Secretário Geral da OAB/RO

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCIONAL DE RONDÔNIA

EDITAL DE CHAMAMENTO nº 004/2017

Pelo presente edital fica o advogado abaixo relacionado, notificado a comparecer nesta Seccional, situada na Rua Paulo Leal, 1300 – Bairro N. Sra. das Graças, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para tratar de assuntos de seu interesse.

A falta de comparecimento acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital na forma do EAOAB e RGOAB:

1 – IVANILDO PEREIRA DE LIMA OAB/RO 5204

2 – MACSON DE MOURA DIÓGENES OAB/RO 5538

3 – LEIVANDO SOARES FARIAS OAB/RO 5969

4 – PAULO MARCOLINO OABRO 2741

Porto Velho, 06 de abril de 2017

MÁRCIO MELO NOGUEIRA
Secretário Geral da OAB/RO

SPL

SEÇÃO RONDÔNIA
PLENO – OAB/RO

Acórdão nº. 005/2017

Processo nº: 22.0000.2016.003937-0 - Pleno
Representante: Ex. Ofício VT/MDO/RO/Nº 094/2009.
Representado (a): J. P. B. V OAB/RO 4128
Advogado: Julio Cesar Ribeiro Ramos OAB/RO 5518.
Assunto: Representação
Relator: Mário Gomes de Sá Neto OAB/RO 1426.
Data do Julgamento: 17/02/2017

EMENTA: INFRAÇÃO DISCIPLINAR. NECESSIDADE COMPROVAÇÃO MATERIALIDADE E AUTORIA. AUSÊNCIA. IMPROCEDÊNCIA REPRESENTAÇÃO.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, por aclamação os membros do Conselho a unanimidade adentra ao mérito, e no mérito afasta a punição que foi aplicada, absorvendo o interessado.

Porto Velho 17/04/2017

Márcio Melo Nogueira
Secretário Geral da OAB-RO

# MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

RESOLUÇÃO Nº 3/2017-PGJ
Institui o Manual das Promotorias de Justiça e os Fluxogramas das Rotinas do Manual das Promotorias
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe define a Lei Complementar nº 93, de 3 de novembro de 1993,
CONSIDERANDO o disposto no art. 45, da Lei Complementar nº 93/93;
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer padronização acerca dos procedimentos e rotinas internas do Ministério Público do Estado de Rondônia, voltados à atividade finalística.
RESOLVE:
Art. 1º Ficam instituídos o Manual das Promotorias de Justiça e os Fluxogramas das Rotinas do Manual das Promotorias de Justiça no âmbito do Ministério Público do Estado de Rondônia, constantes dos anexos da presente Resolução.
Art. 2º O Manual das Promotorias de Justiça e os Fluxogramas das Rotinas do Manual das Promotorias de Justiça serão disponibilizados em formato impresso e eletrônico, de forma a garantir o amplo acesso ao material.
Art. 3º A atualização do Manual de que trata esta Resolução será realizada periodicamente, para adaptação às novas realidades jurídicas, organizacionais e tecnológicas.
Art. 4º Ficará a cargo da equipe da Coordenadoria de Planejamento e Gestão-COPLAN proceder à atualização dos referidos manuais.
Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
Porto Velho, 7 de abril de 2017.
AIRTON PEDRO MARIN FILHO
Procurador-Geral de Justiça
ANEXO I
MANUAL DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA (link)
ANEXO II
FLUXOGRAMAS DO MANUAL DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA (link)

RESOLUÇÃO Nº 5 /2017-PGJ
Institui os Núcleos de Secretariado no âmbito do edifício-sede do Ministério Público do Estado de Rondônia em Porto Velho/RO
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe define a Lei Complementar nº 93, de 3 de novembro de 1993,
RESOLVE:
Art. 1º Ficam instituídos os Núcleos de Secretariado no âmbito do edifício-sede do Ministério Público do Estado de Rondônia em Porto Velho/RO.
Art. 2º Em cada um dos Núcleos de Secretariado serão lotados servidores que exercerão a função de secretários, com atribuições, entre outras, de recepção, encaminhamento e tramitação dos feitos.

Parágrafo único. O quantitativo de secretários por núcleo será definido levando-se em consideração a quantidade de feitos tramitados.
Art. 3º A Secretaria-Geral poderá proceder à remoção de um servidor de um dos núcleos para outro, em caráter temporário ou definitivo, de acordo com a necessidade da Administração.
Art. 4º A coordenação dos núcleos será exercida pelo chefe do cartório judiciário, que será responsável pela distribuição dos servidores nos núcleos, pela sistemática de atendimento e pela escala de substituições.
Art. 5º Solicitações de férias, licenças ou outros afastamentos voluntários dos servidores integrantes dos núcleos de secretariado deverão ser encaminhados ao chefe do cartório judiciário, que também será responsável pela validação da frequência no sistema pertinente.
Art. 6º Os casos omissos serão resolvidos pelo Secretário-Geral.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
Porto Velho, 7 de abril de 2017.
AIRTON PEDRO MARIN FILHO
Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 6 /2017-PGJ
Regulamenta, no âmbito do Ministério Público do Estado de Rondônia, o estágio para estudantes de pós-graduação, denominado MP Residência, instituído pela Lei Complementar Estadual nº 915, de 12 de dezembro de 2016
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe define a Lei Complementar nº 93, de 3 de novembro de 1993,
RESOLVE:
Art. 1° Regulamentar, no âmbito do Ministério Público do Estado de Rondônia, o estágio para estudantes de pós-graduação, denominado MP Residência, instituído pela Lei Complementar Estadual nº 915, de 12 de dezembro de 2016.
Art. 2º O quadro de estagiários do Ministério Público do Estado de Rondônia contará com estudantes dos cursos de pós-graduação das diversas áreas do conhecimento, para atuar junto às unidades organizacionais, conforme especialidade, localização e quantitativo a ser estabelecido por ato do Procurador-Geral de Justiça, atendido o interesse público, a capacidade orçamentária e a conveniência da administração.
Art. 3º O estagiário de pós-graduação possui direito a bolsa de complementação educacional e auxílio-transporte, bem como a cobertura de seguro de acidentes pessoais.
§1º O valor da bolsa de complementação educacional dos estudantes de pós-graduação será fixado por ato do Procurador-Geral de Justiça.
§2º O valor do auxílio-transporte para os estudantes de pós-graduação corresponderá ao mesmo valor fixado para os estagiários de graduação.
Art. 4º A carga horária do estágio de pós-graduação é de quatro horas diárias, totalizando vinte horas semanais.
Parágrafo único. Para garantir o bom desempenho escolar do estudante, nos dias de avaliação periódica ou final, a carga horária do estágio pode ser reduzida à metade, devendo o estagiário encaminhar, previamente, comprovação emitida pela instituição de ensino.
Art. 5º O estagiário possui direito a período de recesso de trinta dias, remunerado, a ser gozado, preferencialmente, durante suas férias escolares, com autorização da chefia imediata, sempre que o período de duração do estágio for igual ou superior a um ano.
§1º O período de recesso pode ser fracionado, em até três períodos, não inferiores a dez dias consecutivos, quando houver interesse do estagiário e do Ministério Público.
§2º O período de recesso é concedido de maneira proporcional a trinta dias, no caso do estágio ter duração superior a seis meses e inferior a um ano, devendo ser calculado por meio de regra de proporção direta.
§3º O recesso não fruído, decorrente da cessação do estágio, é indenizado proporcionalmente, não cabendo a opção do gozo ou recebimento da respectiva indenização.
Art. 6º O quantitativo de estagiários deve observar a capacidade orçamentária e os limites impostos pela lei, considerando a conveniência e oportunidade da administração.
Art. 7º O estagiário é recrutado por meio de processo seletivo, devidamente disciplinado por edital de seleção, a ser publicado no Diário Oficial do Estado de Rondônia, contendo:
I - o quantitativo das vagas por unidade organizacional e por área de conhecimento;
II - o período e a forma de inscrição;
III - os documentos necessários à inscrição;
IV - a forma de avaliação e o conteúdo programático.
§1º O candidato, no momento da inscrição, opta pelo município para o qual pretende concorrer.
§2º Ficam assegurados, às pessoas com deficiência, 10% do total das vagas oferecidas no processo de seleção para a localidade de escolha.
Art. 8º O processo de recrutamento e seleção deve ser autorizado de acordo com a necessidade da Instituição, com validade de doze meses, a contar da data da homologação do resultado final do processo seletivo, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Procurador-Geral de Justiça.
§1º Por conveniência, o processo seletivo de estagiário pode ser regionalizado.
§2º O recrutamento e a seleção de estagiários na área jurídica serão de responsabilidade da Corregedoria-Geral do Ministério Público.
§3º O recrutamento e a seleção de estagiários nas áreas não jurídicas serão de responsabilidade da Secretaria-Geral.
Art. 9º O Procurador-Geral de Justiça, por ato, institui e disciplina comissão, assim como designa seus membros, responsáveis pelo processo de recrutamento e seleção.
Parágrafo único. Compete à comissão, na coordenação e fiscalização do processo de recrutamento e seleção, dentre outras atividades:
I - elaborar o edital de seleção;
II - supervisionar a confecção da avaliação;
III - providenciar a aplicação e a correção da avaliação;
IV - analisar os recursos interpostos nos termos do edital;
V - tornar público o resultado do processo seletivo.

Art. 10. O candidato, para a assinatura do termo de compromisso e exercício do estágio, deve preencher os seguintes requisitos:
I - ser aprovado no processo de seleção de estagiários;
II - ser brasileiro ou estrangeiro, neste último caso, observando o disposto no art. 4º da Lei nº 11.788/2008;
III – estar matriculado em instituição de ensino oficial ou reconhecida e possuir frequência regular;
IV - ter disponibilidade de horário para exercer suas atividades, a critério da administração superior.
Art. 11. O candidato aprovado no processo seletivo é convocado por ato publicado no Diário Oficial do Estado, devendo comparecer na data estabelecida, munido dos seguintes documentos:
I - currículo;
II - declaração da entidade de ensino superior, indicando o curso de pós-graduação em que está matriculado;
III - declaração indicando o professor orientador do estágio;
IV - uma foto 3x4, colorida e recente;
V - cópia do Registro Geral e do Cadastro de Pessoa Física;
VI - cópia do Título de Eleitor;
VII - cópia de comprovante de residência atualizado, emitido nos últimos três meses;
VIII - cópia do comprovante de regularidade com as obrigações militares, em caso de candidato do sexo masculino;
IX - cópia do comprovante de regularidade com as obrigações eleitorais;
X - atestado de antecedentes criminais da Polícia Federal e da Polícia dos Estados, expedido há, no máximo, trinta dias;
XI - certidão negativa criminal expedida há, no máximo, trinta dias pela Justiça Estadual e pela Justiça Federal, nela incluída a Eleitora;
XII - declaração, sob as penas da lei, de não ter sido condenado por crime contra o patrimônio, contra a administração e contra a fé pública, bem como por ato de improbidade;
XIII - declaração de não ter sofrido, no exercício da função pública, as penalidades de demissão ou destituição de cargo em comissão;
XIV - atestado médico, comprovando que o candidato está em gozo de boa saúde;
XV - declaração de que não se encontra nas condições consideradas incompatíveis, previstas no art. 19 da Resolução nº 42, de 16 de junho de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público;
XVI - declaração de disponibilidade de horário para exercer as atividades a critério da administração superior;
XVII - outros documentos que se fizerem necessários, conforme solicitado pelo Ministério Público do Estado de Rondônia no edital de seleção.
Parágrafo único. O candidato somente assume o exercício depois da assinatura, pelas partes interessadas, do termo de compromisso de estágio, cujo resumo é publicado no Diário Oficial do Estado, mediante ato do Procurador-Geral de Justiça ou de quem estiver expressamente delegado para tal atribuição.
Art. 12. O membro ou servidor da unidade ao qual o estagiário estiver vinculado é responsável pela orientação e supervisão do estágio, sendo ainda de sua competência:
I - atribuir atividades correlatas à área de conhecimento do estagiário;
II - acompanhar e avaliar o desempenho individual do estagiário.
Art. 13. Competem ao estagiário, além do disposto no termo de compromisso:
I - efetuar estudos e pesquisas referentes à sua área de atuação;
II - propor projetos e sugerir mudanças de procedimentos e de metodologia de trabalho;
III - colaborar para o desempenho conjunto das atividades da unidade organizacional;
IV - cumprir suas obrigações e deveres.
Parágrafo único. Deve haver compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.
Art. 13. O estágio deve ser prestado durante o expediente da unidade em que estiver lotado, com horário compatível ao turno do seu curso de pós-graduação, ressalvadas as hipóteses previstas na legislação.
Parágrafo único. O controle de frequência dos estagiários de pós-graduação será realizado por sistema de ponto eletrônico, nos termos de regulamento próprio.
Art. 14. A pedido do interessado, cabe à Gerência de Recursos Humanos a elaboração, por ocasião do desligamento do estagiário, de declaração de realização do estágio, com indicação resumida das atividades desenvolvidas, local de realização do estágio, período cumprido, carga horária e avaliação de seu desempenho.
Art. 15. O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF deve providenciar, periodicamente, cursos de capacitação para os estagiários de pós-graduação aprovados no certame.
Art. 16. Os casos omissos serão dirimidos pelo Procurador-Geral de Justiça.
Art. 17. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
Porto Velho, 7 de abril de 2017.
AIRTON PEDRO MARIN FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 365
18 DE ABRIL DE 2017
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no Feito Administrativo (digital) nº 2017001120003997,
CONCEDE à Procuradora de Justiça VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA, cadastro nº 20583, Corregedora-Geral do Ministério Público do Estado de Rondônia, passagens aéreas e o pagamento de 2 ½ (duas e meia) diárias para o custeio de suas despesas, em razão do deslocamento à cidade de Maceió (AL), no período de 17 a 19 de maio de 2017, para participar da 107ª Reunião do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNCGMP).
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
AIRTON PEDRO MARIN FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 366
19 DE ABRIL DE 2017
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 127, § 2º, da Constituição Federal e o artigo 98 da Constituição Estadual;
CONSIDERANDO o disposto no artigo 8º da Lei Complementar Estadual nº 93, de 03 de novembro de 1993;
CONSIDERANDO o disposto no §1º, artigo 7º da Lei nº 3.970, de 28 de dezembro de 2016, publicada no DOE nº 243 (suplemento), de 29 de dezembro de 2016, que autoriza ajustes ao Quadro de Detalhamento de Despesas, em nível de elemento, para as necessidades supervenientes;
CONSIDERANDO o disposto no artigo 8º da Lei nº 3.970, de 28 de dezembro de 2016, publicada no DOE nº 243 (suplemento), de 29 de dezembro de 2016, que autoriza o remanejamento de dotações orçamentárias, até o limite de 20% (vinte por cento) da dotação da Unidade Orçamentária.
RESOLVE:
Art.1º AJUSTAR o Quadro de Detalhamento da Despesa da Unidade Orçamentária 29.001 – Ministério Público do Estado de Rondônia, conforme programação abaixo:

| AJUSTE ORÇAMENTÁRIO QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA | | | | |
|---|---|---|---|---|
| PROGRAMAÇÃO | FR | NATUREZA DESPESA | REDUZ | SUPLEMENTA |
| 29.001.09.272.1019.2854 – Realizar Pagamentos de Aposentadorias e Pensões. | 3240 | 3.1.90.03 | 50.000,00 | |
| | 3240 | 3.1.90.92 | | 50.000,00 |
| 29.001.03.122.1280.2025 – Assegurar a Remuneração de Membros Ativos. | 0100 | 3.1.91.13 | 5.000,00 | |
| | 0100 | 3.1.91.92 | | 5.000,00 |
| 29.001.03.122.1280.2960 – Atender Membros e Servidores com Auxílios, Benefícios e Despesas de Caráter Indenizatório. | 0100 | 3.3.90.93 | 35.000,00 | |
| | 0100 | 3.3.90.36 | | 35.000,00 |
| 29.001.03.122.1280.2004 – Manter e Desenvolver Atividades em Defesa da Sociedade. | 0100 | 3.3.90.39 | 2.000,00 | |
| | 0100 | 3.3.90.93 | | 1.000,00 |
| | 0100 | 3.3.90.92 | | 1.000,00 |

Art. 2º Fica alterado o "Quadro de Detalhamento da Despesa à nível de Elementos para o exercício financeiro de 2017", estabelecido pela Portaria nº. 001/CPG/SEPOG-2017, de 03 de janeiro de 2017, publicado no DOE nº 01, de 03 de janeiro de 2017.
Art. 3º – Alterar parcialmente o quadro constante do artigo 1º da Portaria 191, de 02 de março de 2017, publicada no DJE 041, de 06 de março de 2017:
Onde se lê:

| PROGRAMAÇÃO | FR | NATUREZA DESPESA | REDUZ | SUPLEMENTA |
|---|---|---|---|---|
| 29.001.03.122.1280.2002 – Gerenciar e Manter as Ações Administrativas do MPRO. | 0100 | 3.1.91.39 | 1.000,00 | |
| | 0100 | 3.1.91.92 | | 1.000,00 |

Leia-se:

| PROGRAMAÇÃO | FR | NATUREZA DESPESA | REDUZ | SUPLEMENTA |
|---|---|---|---|---|
| 29.001.03.122.1280.2002 – Gerenciar e Manter as Ações Administrativas do MPRO. | 0100 | 3.3.91.39 | 1.000,00 | |
| | 0100 | 3.3.91.92 | | 1.000,00 |

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
OSVALDO LUIZ DE ARAUJO
Procurador-Geral de Justiça
em Exercício

PORTARIA Nº 93
19 DE ABRIL DE 2017
O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no Feito Administrativo nº 2017001120004118,
RESOLVE:
ALTERAR, parcialmente, a Portaria n.º 330, de 19.12.2016, publicada no DJ nº 237, de 20.12.2016, para fazer constar que a fruição do 1º período das férias concedidas à servidora ILDA DE MELO, cadastro nº 5233-9, ocupante do cargo comissionado de Assessor Jurídico, referentes ao período aquisitivo de 08.11.2013 a 07.11.2014, será de 06 a 15.11.2017.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
OSVALDO LUIZ DE ARAUJO
Subprocurador-Geral de Justiça

PORTARIA N. 395
04 DE ABRIL DE 2017
A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido na Portaria n. 99, de 28.01.10, e no Feito n. 2017001120003604,
I – ALTERA, a pedido, a folga compensatória concedida à Promotora de Justiça MAÍRA DE CASTRO COURA CAMPANHA, cadastro n. 2182-7, no dia 08.12.2017, para nela fazer constar, conforme segue:

| Referência | Períodos |
|---|---|
| Plantão Regional - 26.12.2016 a 02.01.2017 | 19.12.2017 |

II – DESIGNA o Promotor de Justiça RODRIGO LEVENTI GUIMARÃES, cadastro n. 2182-9, para atuar na 2ª Promotoria de Justiça de Buritis, no dia acima mencionado, sem prejuízo de suas funções.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA
Corregedora-Geral

PORTARIA N. 396
04 DE ABRIL DE 2017
A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido na Portaria n. 123, de 03.02.2010, e o Feito n. 2017001120002946,
CONCEDE férias à Assistente de Promotoria de Justiça PRISCYLLA DE AMORIM GOMES SILVA, cadastro n. 5274-4, ocupante do cargo comissionado de Assistente de Promotoria de Justiça, conforme Art. 2º, parágrafo 4º da Resolução nº 07/2014-PGJ e Arts. 110 e 113 da Lei Complementar n. 68/92, conforme segue:

| Período aquisitivo | Fruição | Abono pecuniário |
|---|---|---|
| 13.10.2015 a 12.10.2016 | 17 a 26.04.2017 | 07 a 16.04.2017 |
| | 10 a 19.07.2017 | -*- |

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA
Corregedora-Geral

PORTARIA N. 397
05 DE ABRIL DE 2017
A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido na Portaria n. 99, de 28.01.10, e no Feito n. 2017001120003597,
I - CONCEDE folga compensatória ao Promotor de Justiça SHALIMAR CHRISTIAN PRIESTER MARQUES, cadastro n. 2148-9, conforme segue:

| Referência | Períodos |
|---|---|
| Plantão Regional – 03 a 10.10.2016 | 10.04.2017 |

II – DESIGNA, sem prejuízo de suas funções, o Promotor de Justiça MAURO ADILSON TOMAL, cadastro n. 2112-9, para atuar na 20ª Promotoria de Justiça da Capital, no dia acima mencionado.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA
Corregedora-Geral

PORTARIA N. 398
05 DE ABRIL DE 2017
A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido na Portaria n. 99, de 28.01.2010,
REVOGA a designação da Promotora de Justiça ANDRÉIA TEIXEIRA VICENTINI ROCHA, cadastro n. 2111-7, para atuar na 1ª Titularidade da 17ª Promotoria de Justiça da Capital, nos períodos de 03 a 12.05.2017; 19 a 23.06.2017; 14 a 18.08.2017; 08.09.2017 e de 18.09 a 07.10.2017, por meio das Portarias ns. 142/2017-CGMP e 254/2017-CGMP.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA
Corregedora-Geral

PORTARIA N. 399
05 DE ABRIL DE 2017
A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido na Portaria n. 99, de 28.01.2010,
DESIGNA o Promotor de Justiça ADILSON DONIZETI DE OLIVEIRA, cadastro n. 2144-5, para atuar na 2ª Titularidade da 11ª Promotoria de Justiça da Capital, sem prejuízo de suas funções, no período de 14 a 18 de agosto de 2017.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA
Corregedora-Geral

PORTARIA N. 400
10 DE ABRIL DE 2017
A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido na Portaria n. 123, de 03.02.2010, e o Feito n. 2017001120003552,
CONCEDE à Assistente de Promotoria de Justiça ELIANA APARECIDA DOS SANTOS, cadastro n. 4232-3, nos períodos de 10 a 12 de abril de 2017 e de 17 a 20 de abril de 2017, dispensa remunerada em razão de serviços prestados à Justiça Eleitoral nas Eleições de 2014, conforme o disposto no Art. 98 da Lei n. 9.504, de 30.09.97.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA
Corregedora-Geral

PORTARIA N. 401
10 DE ABRIL DE 2017
A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido na Portaria n. 99, de 28.01.2010, e no Feito n. 2017001120002351,
CONVALIDA o afastamento do Promotor de Justiça PAULO FERNANDO LERMEN, cadastro n. 2039-7, ocorrido no período de 20 a 24 de março de 2017, como licença para tratamento da própria saúde, com base no Art. 130, I, da Lei Complementar n. 93/93.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA
Corregedora-Geral

PORTARIA N. 402
10 DE ABRIL DE 2017
A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido na Portaria nº 124, de 03.02.2010, e no Feito nº 2017001120003711,
CONCEDE afastamento remunerado à Estagiária de Direito POLIANA FREITAS DA SILVA, cadastro nº 3496-3, para fruição no período de 06.04 a 05.05.2017, nos termos do Art. 11, IV, da Resolução 06/2010-CSMP.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA
Corregedora-Geral

PORTARIA N. 403
10 DE ABRIL DE 2017
A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido na Portaria n. 123, de 03.02.2010, e no Feito n. 2017001120003705,
ALTERA a Portaria n. 1288/2016-CGMP, que concedeu o primeiro período de férias à servidora MARTHA LUIZA PIRES, cadastro 5246-9, ocupante do cargo comissionado de Assistente de Promotoria de Justiça, conforme art. 8º da Resolução nº 07/2014-PGJ, de 23 de maio de 2014, e Artigo 110 e 113 da Lei Complementar n. 68/92, para fazer constar conforme segue:

| Referência | Fruição | Dias |
|---|---|---|
| Período aquisitivo 28.06.2015 a 27.06.2016 | 15.05 a 03.06.2017 | 20 |

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA
Corregedora-Geral

PORTARIA N. 404
10 DE ABRIL DE 2017
A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido na Portaria n. 123, de 03.02.2010, e no Feito n. 2017001120003286,
CONVALIDA o afastamento do Assistente de Promotoria de Justiça BRUNO CARLOS PASTORE, cadastro n. 5246-4, ocorrido no período de 08 a 27.03.2017, conforme Art. 1º da Resolução n. 07/2016 c/c artigo 7º, inciso XIX da CF/88 c/c artigo 10, § 1º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e Art. 38 da Lei Federal n. 13.257, de 08.03.2016.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA
Corregedora-Geral

PORTARIA N. 405
10 DE ABRIL DE 2017
A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido na Portaria n. 123, de 03.02.2010, e no Feito n. 2017001120003483,
ALTERA a Portaria n. 071/2017-CGMP, que concedeu o segundo período de férias à servidora KENEDI DE QUADROS DE OLIVEIRA, cadastro 5279-4, ocupante do cargo comissionado de Assistente de Promotoria de Justiça, conforme art. 8º da Resolução nº 07/2014-PGJ, de 23 de maio de 2014, e Artigo 110 e 113 da Lei Complementar n. 68/92, para fazer constar conforme segue:

| Referência | Fruição | Dias |
|---|---|---|
| Período aquisitivo 21.07.2015 a 20.07.2016 | 03 a 12.07.2017 | 10 |

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA
Corregedora-Geral

PORTARIA N. 406
10 DE ABRIL DE 2017
A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido na Portaria n. 99, de 28.01.10, e no Feito n. 2017001120003645,
I - CONCEDE folga compensatória e recesso à Promotora de Justiça AIDEE MARIA MOSER TORQUATO LUIZ, cadastro n. 2095-0, conforme segue:

| Referência | Períodos |
|---|---|
| Plantão Regional – 03 a 10.04.2017 | 11, 12 e 24.04.2017 |
| Recesso/2013 – remanescente | 17 a 21.04.2017 |

II – DESIGNA a Promotora de Justiça FLÁVIA BARBOSA SHIMIZU MAZZINI, cadastro n. 2155-6, para atuar na 1ª e 2ª Titularidade da 6ª Promotoria de Justiça da Capital, nos períodos acima mencionados, sem prejuízo de suas funções.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA
Corregedora-Geral

PORTARIA N. 407
10 DE ABRIL DE 2017
A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido na Portaria n. 99, de 28.01.2010, e no Feito n. 2017001120003844,
DESIGNA o Promotor de Justiça RENATO GRIECO PUPPIO, cadastro 2107-0, para atuar na 1ª e 2ª Titularidade da 7ª Promotoria de Justiça da Capital, nos dias 27 e 28 de abril de 2017, sem prejuízo de suas funções.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA
Corregedora-Geral

PORTARIA N. 408
10 DE ABRIL DE 2017
A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido na Portaria n. 99, de 28.01.2010, e no Feito n. 2017001120003870,
CONCEDE férias ao Promotor de Justiça MARCELO LIMA DE OLIVEIRA, cadastro n. 2113-2, conforme segue:

| Referência | Fruição | Abono pecuniário |
|---|---|---|
| Férias – 1º período/2013 | 10 a 29.07.2017 | 30.07 a 08.08.2017 |

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA
Corregedora-Geral

PORTARIA N. 409
10 DE ABRIL DE 2017
A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido na Portaria n. 99, de 28.01.10, e no Feito n. 2017001120003859,
I - CONCEDE férias ao Promotor de Justiça VALDEMIR DE JESUS VIEIRA, cadastro n. 2092-0, conforme segue:

| Referência | Períodos |
|---|---|
| Férias – 1º período/2012 remanescentes | 20.11 a 09.12.2017 |

II – DESIGNA, sem prejuízo de suas funções, o Promotor de Justiça DOUGLAS JOSÉ AVANÇO, cadastro n. 2131-2, para atuar na 2ª Titularidade da 15ª Promotoria de Justiça da Capital, no período acima mencionado.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA
Corregedora-Geral

PORTARIA N. 410
10 DE ABRIL DE 2017
A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido na Portaria n. 99, de 28.01.10, e no Feito n. 2017001120003877,
I - CONCEDE recesso ao Promotor de Justiça CELSO SACKSIDA VALLADÃO, cadastro n. 2089-3, conforme segue:

| Referência | Períodos | Dias |
|---|---|---|
| Recesso/2016 | 10 a 27.07.2017 | 18 |

II – DESIGNA, sem prejuízo de suas funções, o Promotor de Justiça FRANCISCO ESMONE TEIXEIRA, cadastro n. 2080-0, para atuar na 2ª Titularidade da 10ª Promotoria de Justiça da Capital, no período acima mencionado.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA
Corregedora-Geral

PORTARIA N. 411
10 DE ABRIL DE 2017
A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido na Portaria n. 99, de 28.01.10, e nos Feitos n. 2017001120003544, 2017001120003545 e n. 2017001120003883,
I - CONCEDE folga compensatória e licença especial à Promotora de Justiça PRISCILA MATZENBACHER TIBES MACHADO, cadastro n. 2177-8, conforme segue:

| Referência | Períodos |
|---|---|
| Plantão Regional - 25.07 a 01.08.2016 e 30.01 a 06.02.2017 | 12 a 14.06.2017<br>04 a 06.09.2017 |
| Licença Especial – Art. 131, II da LC.93/93 | 30.10 a 01.11.2017 |

II – DESIGNA o Promotor de Justiça GLAUCO MALDONADO MARTINS, cadastro n. 2171-2, para atuar na 1ª e 2ª Titularidade da 1ª Promotoria de Justiça de Ariquemes, nos períodos acima mencionados, sem prejuízo de suas funções.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA
Corregedora-Geral

PORTARIA N. 412
10 DE ABRIL DE 2017
A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido na Portaria n. 99, de 28.01.2010, e no Feito n. 2017001120003853,
I – ALTERA, a pedido, a Portaria n. 1102/2016-CGMP, que concedeu licença especial ao Promotor de Justiça VALDEMIR DE JESUS VIEIRA, cadastro n. 2092-0, para nela fazer constar:

| Referência | Fruição | Dias |
|---|---|---|
| Licença especial – Art. 131, II, da LC n. 93/93 | 26 a 30.06.2017 | 05 |

II – DESIGNA, sem prejuízo de suas funções, o Promotor de Justiça DOUGLAS JOSÉ AVANÇO, cadastro n. 2131-2, para atuar na 2ª Titularidade da 15ª Promotoria de Justiça da capital, no período acima mencionado.
III – REVOGA a designação do Promotor de Justiça JARBAS SAMPAIO CORDEIRO, cadastro n. 2168-9, para atuar na 1ª e 2ª Titularidade da 15ª Promotoria de Justiça da Capital, no período de 15 a 19.05.2017, por meio da Portaria n. 1102/2017-CGMP.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA
Corregedora-Geral

PORTARIA N. 413
10 DE ABRIL DE 2017
A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido na Portaria n. 99, de 28.01.2010,
DESIGNA, sem prejuízo de suas funções, o Promotor de Justiça VALDEMIR DE JESUS VIEIRA, cadastro n. 2092-0, para atuar na 1ª Titularidade da 15ª Promotoria de Justiça da Capital, no período de 15 a 19 de maio de 2017.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA
Corregedora-Geral

PORTARIA N. 414
10 DE ABRIL DE 2017
A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido na Portaria n. 99, de 28.01.2010, e no Feito n. 2017001120003878,
I – ALTERA, a pedido, a Portaria n. 255/2017-CGMP, que concedeu férias ao Promotor de Justiça FÁBIO RODRIGO CASARIL, cadastro n. 2181-5, para nela fazer constar, conforme segue:

| Referência | Fruição |
|---|---|
| Férias – 2° semestre de 2015 | 10 a 29.08.2017 |

II – DESIGNA, sem prejuízo de suas funções, o Promotor de Justiça ROOSEVELT QUEIRÓZ COSTA JÚNIOR, cadastro n. 2181-1, para atuar na 2ª Promotoria de Justiça de Jaru, no período acima mencioando, revogando a designação para o período de 10 a 29.07.2017, por meio da Portaria n. 255/2017-CGMP.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA
Corregedora-Geral

PORTARIA N. 415
10 DE ABRIL DE 2017
A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido na Portaria n. 99, de 28.01.2010, e no Feito n. 2017001120003860,
I – SUSPENDE, a pedido, as folgas compensatórias, concedidas à Promotora de Justiça EIKO DANIELI VIEIRA ARAKI, cadastro n. 2132-4, para gozo no período de 17 a 20.04.2017, por meio da Portaria n. 1104, de 05.10.2017.
II – REVOGA, a designação do Promotor de Justiça FERNANDO REY DE ASSIS, cadastro n. 2137-7, para atuar na 1ª Titularidade da 4ª Promotoria de Justiça de Ji-Paraná, no período acima mencionado, por meio da Portaria n. 1104/2016-CGMP.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA
Corregedora-Geral

PORTARIA N. 416
10 DE ABRIL DE 2017
A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido na Portaria n. 99, de 28.01.10, e no Feito n. 2017001120003714,
I - AUTORIZA o deslocamento do Promotor de Justiça HÉVERTON ALVES DE AGUIAR, cadastro n. 2090-0, para a cidade de Brasília-DF, no período de 24 a 26.04.2017, em razão de sua atuação junto ao Conselho Nacional do Ministério Público - Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública – ENASP, sem ônus para Instituição.
II – DESIGNA, sem prejuízo de suas funções, o Promotor de Justiça PEDRO COLANERI ABI-EÇAB, cadastro n. 2151-2, para atuar na 1ª Titularidade da 14ª Promotoria de Justiça da Capital, no período acima mencionado.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA
Corregedora-Geral

PORTARIA N. 417
10 DE ABRIL DE 2017
A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido na Portaria n. 99, de 28.01.10, e no Feito n. 2017001120003719,
I - CONCEDE licença especial ao Promotor de Justiça ELIAS CHAQUIAN FILHO, cadastro n. 2176-7, conforme segue:

| Referência | Períodos |
|---|---|
| Art. 131, II da LC. 93/93 | 24 a 28.04.2017 |

II – DESIGNA, sem prejuízo de suas funções, o Promotor de Justiça GERSON MARTINS MAIA, cadastro n. 2084-2, para atuar na 2ª Titularidade da 23ª Promotoria de Justiça da Capital, no período acima mencionado.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA
Corregedora-Geral

PORTARIA N. 418
11 DE ABRIL DE 2017
A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido na Portaria n. 99, de 28.01.2010, e no Feito n. 2017001120003904,
I – CONCEDE licença especial à Promotora de Justiça TÂMERA PADOIN MARQUES MARIN, cadastro n. 2179-4, conforme segue:

| Referência | Fruição |
|---|---|
| Art. 131, II da LC. 93/93 | 08 a 10.05.2017 |

II – DESIGNA, sem prejuízo de suas funções, a Promotora de Justiça JOICE GUSHY MOTA AZEVEDO, cadastro n. 2179-6, para atuar na 1ª Titularidade da 3ª Promotoria de Justiça de Ariquemes, no período acima mencionado.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA
Corregedora-Geral

PORTARIA N. 419
11 DE ABRIL DE 2017
A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Resolução Conjunta n. 001/2016-PGJ/CGMP, e no feito administrativo n. 2017001120003881,
ALTERA parcialmente a Portaria n. 270, de 07.03.2017, referente ao plantão semanal do Ministério Público na regional de JI-PARANÁ, PRESIDENTE MÉDICI e ALVORADA D'OESTE, do mês de ABRIL, para constar as informações abaixo:

| | PROMOTOR DE JUSTIÇA | PLANTONISTA | TELEFONE DO PLANTÃO |
|---|---|---|---|
| EXCLUIR | Fernando Rey de Assis<br>2137-7 | 10 a 17.04.2017 | (69)98408-9940 |

| | PROMOTORA DE JUSTIÇA | PLANTONISTA | TELEFONE DO PLANTÃO |
|---|---|---|---|
| INCLUIR | Meiri Silvia Pereira<br>2123-2 | 10 a 17.04.2017 | (69)98408-9940 |

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA
Corregedora-Geral

PORTARIA N. 420
11 DE ABRIL DE 2017
A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido na Portaria n. 99, de 28.01.10, e no Feito n. 2017001120003920,
I - CONCEDE férias e folga compensatória ao Promotor de Justiça MAURO ADILSON TOMAL, cadastro n. 2112-9, conforme segue:

| Referência | Períodos |
|---|---|
| Férias – 1º período/2017 | 31.05 a 09.06.2017 |
| | 10 a 29.07.2017 |
| Plantão Regional – 22 a 29.08.2016 | 31.07.2017 |

II – DESIGNA, sem prejuízo de suas funções, o Promotor de Justiça SHALIMAR CHRISTIAN PRIESTER MARQUES, cadastro n. 2148-9, para atuar na 13ª Promotoria de Justiça da Capital, nos períodos acima mencionados.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA
Corregedora-Geral

PORTARIA N. 421
11 DE ABRIL DE 2017
A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido na Portaria n. 99, de 28.01.10, e no Feito n. 2017001120003895,
I - CONCEDE férias ao Promotor de Justiça ELIAS CHAQUIAN FILHO, cadastro n. 2176-7, conforme segue:

| Referência | Períodos | Abono pecuniário |
|---|---|---|
| Férias – 2º período/2015 | 03 a 12.07.2017 | 13 a 22.07.2017 |

II – DESIGNA, sem prejuízo de suas funções, o Promotor de Justiça GERSON MARTINS MAIA, cadastro n. 2084-2, para atuar na 2ª Titularidade da 23ª Promotoria de Justiça da Capital, no período acima mencionado.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA
Corregedora-Geral

PORTARIA N. 422
11 DE ABRIL DE 2017
A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido na Portaria n. 99, de 28.01.10, e no Feito n. 2017001120003728,
I – CONCEDE licença especial ao Promotor de Justiça MARCOS VALÉRIO TESSILA DE MELO, cadastro n. 2101-0, conforme segue:

| Referência | Fruição |
|---|---|
| Art. 131, II da LC. 93/93 | 22 a 26.05.2017 |

II – DESIGNA, sem prejuízo de suas funções, o Promotor de Justiça ALAN CASTIEL BARBOSA, cadastro n. 2125-6, para atuar na 1ª e 3ª Titularidade da 22ª Promotoria de Justiça da Capital, no período acima mencionado.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA
Corregedora-Geral

PORTARIA N. 423
11 DE ABRIL DE 2017
A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido na Portaria n. 99, de 28.01.10, e no Feito n. 2017001120003880,
I - CONCEDE licença especial ao Promotor de Justiça FÁBIO RODRIGO CASARIL, cadastro n. 2181-5, conforme segue:

| Referência | Períodos |
|---|---|
| Art. 131, II da LC. 93/93 | 11 a 15.09.2017 |

II – DESIGNA o Promotor de Justiça ROOSEVELT QUEIROZ COSTA JÚNIOR, cadastro n. 2181-1, para atuar na na 2ª Promotoria de Justiça de Jaru, sem prejuízo de suas funções, no período acima mencionado.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA
Corregedora-Geral

PORTARIA N. 424
11 DE ABRIL DE 2017
A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido na Portaria n. 99, de 28.01.10, e no Feito n. 2017001120003394,
I - CONCEDE férias ao Promotor de Justiça ÉVERSON ANTÔNIO PINI, cadastro n. 2117-0, conforme segue:

| Referência | Períodos | Abono pecuniário |
|---|---|---|
| Férias – 1º período/2014 remanescentes | 31.07 a 09.08.2017 | -*- |
| Férias – 2º período/2014 | 10 a 19.08.2017 | 20 a 29.08.2017 |

II – DESIGNA as Promotoras de Justiça abaixo relacionadas para atuarem na 1ª Titularidade da 9ª Promotoria de Justiça da Capital, conforme descrição abaixo:

| | |
|---|---|
| Sandra Leane Rotuno Vieira cadastro n. 2085-1 | 31.07 a 13.08.2017 |
| Flávia Barbosa Shimizu Mazzini cadastro n. 2155-6 | 14 a 19.08.2017 |

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA
Corregedora-Geral

PORTARIA N. 425
11 DE ABRIL DE 2017
A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido na Portaria n. 99, de 28.01.10, e no Feito n. 2017001120003394,
I - CONCEDE férias à Promotora de Justiça SANDRA LEANE ROTUNO VIEIRA, cadastro n. 2085-1, conforme segue:

| Referência | Períodos |
|---|---|
| Férias – 1º período/2012 | 14.08 a 12.09.2017 |

II – DESIGNA os Promotores de Justiça abaixo relacionadas para atuarem na 2ª Titularidade da 9ª Promotoria de Justiça da Capital, conforme descrição abaixo:

| | |
|---|---|
| Flávia Barbosa Shimizu Mazzini cadastro n. 2155-6 | 14 a 19.08.2017 |
| Éverson Antônio Pini cadastro n. 2117-0 | 20.08 a 12.09.2017 |

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA
Corregedora-Geral

PORTARIA N. 426
11 DE ABRIL DE 2017
A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido na Portaria n. 99, de 28.01.2010, e no Feito n. 2017001120003948,
CONVALIDA o afastamento do Promotor de Justiça GLAUCO MALDONADO MARTINS, cadastro n. 2171-2, ocorrido entre os 03 e 07 de abril de 2017, como licença por motivo de doença em pessoa da família, com base no Art. 130, II, da Lei Complementar n. 93/93.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA
Corregedora-Geral

PORTARIA N. 427
11 DE ABRIL DE 2017
A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido na Portaria n. 99, de 28.01.10, e no Feito n. 2017001120003855,
I - CONCEDE folga compensatória ao Promotor de Justiça VALDEMIR DE JESUS VIEIRA, cadastro n. 2092-0, conforme segue:

| Referência | Períodos |
|---|---|
| Plantão Regional – 03 a 10.04.2017 | 03 a 07.07.2017 |

II – DESIGNA, sem prejuízo de suas funções, o Promotor de Justiça JARBAS SAMPAIO CORDEIRO, cadastro n. 2168-9, para atuar na 1ª e 2ª Titularidade da 15ª Promotoria de Justiça da Capital, no período acima mencionado.
III – REVOGA parcialmente a designação do Promotor de Justiça VALDEMIR DE JESUS VIEIRA, cadastro n. 2092-0, para atuar na 1ª Titularidade da 15ª Promotoria de Justiça da capital, no período de 03 a 07.07.2017, por meio da Portaria n. 254/2017-CGMP.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA
Corregedora-Geral

PORTARIA N. 428
11 DE ABRIL DE 2017
A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido na Portaria n. 99, de 28.01.10, e nos Feitos n. 2017001120003724 e n.2017001120003900,
I – CONCEDE férias ao Promotor de Justiça MARCOS VALÉRIO TESSILA DE MELO, cadastro n. 2101-0, conforme segue:

| Referência | Fruição | Abono pecuniário |
|---|---|---|
| Férias – 1º período/2017 remanescentes | 26.07 a 04.08.2017 | -*- |
| Férias – 2º período/2017 | 07 a 16.08.2017 | 17 a 26.08.2017 |

II – DESIGNA, sem prejuízo de suas funções, o Promotor de Justiça ALAN CASTIEL BARBOSA, cadastro n. 2125-6, para atuar na 1ª e 3ª Titularidade da 22ª Promotoria de Justiça da Capital, nos períodos acima mencionados.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA
Corregedora-Geral

PORTARIA N. 430
12 DE ABRIL DE 2017
A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Resolução Conjunta n. 001/2016-PGJ/CGMP, e o contido no Feito n°. 2017001120003714,
ALTERA, parcialmente, a Portaria n. 265/CG, de 07.03.2017, referente ao plantão semanal do Ministério Público, para atendimento à área CRIMINAL da comarca de Porto Velho, do mês de ABRIL, para fazer constar as seguintes informações:

| | | |
|---|---|---|
| Héverton Alves de Aguiar<br>2090-0 | PLANTONISTA SUBSTITUTO | CELULAR DO PLANTÃO |
| EXCLUIR | 24 a 26.04.2017 | (69) 99970-7656 |

| | | |
|---|---|---|
| Pedro Colaneri Abi-Eçab<br>2151-2 | PLANTONISTA SUBSTITUTO | CELULAR DO PLANTÃO |
| INCLUIR | 24 a 26.04.2017 | (69) 99970-7656 |

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA
Corregedora-Geral

PORTARIA N. 431
12 DE ABRIL DE 2017
A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido na Portaria n. 99, de 28.01.10, e no Feito n. 2017001120003989,
I - CONCEDE recesso ao Promotor de Justiça GERSON MARTINS MAIA, cadastro n. 2084-2, conforme segue:

| Referência | Períodos |
|---|---|
| Recesso/2016 | 28.11 a 15.12.2017 |

II – DESIGNA, sem prejuízo de suas funções, o Promotor de Justiça ELIAS CHAQUIAN FILHO, cadastro n. 2176-7, para atuar na 1ª Titularidade da 23ª Promotoria de Justiça da Capital, no período acima mencionado.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA
Corregedora-Geral

PORTARIA N. 432
12 DE ABRIL DE 2017
A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido na Portaria n. 99, de 28.01.10,
I - DESIGNA, sem prejuízo de suas funções, os Promotores de Justiça abaixo relacionados para atuarem na função de Titulares e Substitutos junto à Turma Recursal de Porto Velho, no período de 17.05.2017 a 16.05.2019.

| Promotores de Justiça Titular | Substitutos |
|---|---|
| Elias Chaquian Filho<br>cadastro n. 2176-7 | Lisandra Vanneska Monteiro N. Santos<br>cadastro n. 2173-4 |
| Flávia Barbosa Shimizu Mazzini<br>cadastro n. 2155-6 | Jarbas Sampaio Cordeiro<br>cadastro n. 2168-9 |

II – REVOGA parcialmente a Portaria n. 1469, de 17.12.2015, que designou o Promotor de Justiça ADILSON DONIZETI DE OLIVEIRA, cadastro n. 2144-5, para atuar como substituto, junto à Turma Recursal de Porto Velho.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA
Corregedora-Geral

PORTARIA N. 433
12 DE ABRIL DE 2017
A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido na Portaria n. 99, de 28.01.2010, e nos Feitos n. 2017001120003968 e n. 2017001120003975,
I – ALTERA, a pedido, a Portaria n. 080/2017-CGMP, que concedeu licença especial à Promotora de Justiça MEIRI SILVIA PEREIRA, cadastro n. 2123-2, para nela fazer constar:

| Referência | Fruição | Dias |
|---|---|---|
| Licença especial – Art. 131, II, da LC n. 93/93 | 05 a 09.06.2017 | 05 |

II – DESIGNA, sem prejuízo de suas funções, a Promotora de Justiça ANA MARIA SALDANHA GONTIJO, cadastro n. 2124-4, para atuar na 1ª Titularidade da 3ª Promotoria de Justiça de Ji-Paraná, no período acima mencionado, revogando-se a designação para o período de 24 a 28.04.2017, por meio da Portaria n. 080/2017-CGMP.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA
Corregedora-Geral

PORTARIA N. 434
12 DE ABRIL DE 2017
A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido na Portaria n. 99, de 28.01.2010, e no Feito n. 2017001120003968,
I – SUSPENDE, a pedido, a folga compensatória, concedida à Promotora de Justiça MEIRI SILVIA PEREIRA, cadastro n. 2123-2, para gozo no período de 18 a 19 de maio de 2017, por meio da Portaria n. 027, de 11.01.2017.

II – REVOGA, a designação da Promotora de Justiça ANA MARIA SALDANHA GONTIJO, cadastro n. 2124-4, para atuar na 1ª Titularidade da 3ª Promotoria de Justiça de Ji-Paraná, no período acima mencionado, por meio da Portaria n. 27/2017-CGMP.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA
Corregedora-Geral

PORTARIA N. 435
12 DE ABRIL DE 2017
A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido na Portaria n. 99, de 28.01.10, e nos Feitos n. 20170011200003968 e n. 20170011200003969,
I – SUSPENDE, a pedido, as férias remanescentes relativas ao 1º período/2013, concedidas à Promotora de Justiça MEIRI SILVIA PEREIRA, cadastro n. 2123-2, para gozo no período de 22 a 31.05.2017, por meio da Portaria n. 027/2017-CGMP.
II - CONCEDE férias à Promotora de Justiça MEIRI SILVIA PEREIRA, cadastro n. 2123-2, conforme segue:

| Referência | Períodos | Dias |
|---|---|---|
| Férias – 1º período/2013 remanescentes | 17 a 26.04.2017 | 10 |
| Férias – 2º período/2013 | 27.04 a 16.05.2017 | 20 |

III – DESIGNA, sem prejuízo de suas funções, a Promotora de Justiça ANA MARIA SALDANHA GONTIJO, cadastro n. 2124-4, para atuar na 1ª Titularidade da 3ª Promotoria de Justiça de Ji-Paraná, nos períodos mencionados no item II, revogando-se o período de 22 a 31.05.2017, por meio da Portaria n. 027/2017-CGMP.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA
Corregedora-Geral

PORTARIA N. 436
12 DE ABRIL DE 2017
A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido na Portaria n. 99, de 28.01.2010, e no Feito n. 2017001120003667,
I – CONCEDE licença especial à Promotora de Justiça ROSÂNGELA MARSARO PROTTI, cadastro n. 2115-6, para nela fazer constar:

| Referência | Fruição | Dias |
|---|---|---|
| Art. 131, II da LC. 93/93 | 15 a 19.05.2017 | 5 |

II – DESIGNA, sem prejuízo de suas funções, a Promotora de Justiça LISANDRA VANNESKA MONTEIRO NASCIMENTO SANTOS, cadastro n. 2173-4, para atuar na 2ª Titularidade da 7ª Promotoria de Justiça da Capital, no período acima mencionado.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA
Corregedora-Geral

PORTARIA N. 437
12 DE ABRIL DE 2017
A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido na Portaria n. 99, de 28.01.10, e no Feito n. 2017001120004017,
I - CONCEDE férias ao Promotor de Justiça DANDY JESUS LEITE BORGES, cadastro n. 2178-9, conforme segue:

| Referência | Períodos | Abono pecuniário |
|---|---|---|
| Férias – 1º período/2016 remanescentes | 14 a 23.08.2017 | --*- |
| Férias – 2º período/2016 | 24.08 a 02.09.2017 | 03 a 12.09.2017 |

II – DESIGNA, sem prejuízo de suas funções, a Promotora de Justiça VALÉRIA GIUMELLI CANESTRINI, cadastro n. 2159-0, para atuar na 3ª Titularidade da 1ª Promotoria de Justiça de Cacoal, nos períodos acima mencionados.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA
Corregedora-Geral

PORTARIA N. 438
12 DE ABRIL DE 2017
A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido na Portaria n. 99, de 28.01.10, e no Feito n. 2017001120004036,
I – CONCEDE licença especial ao Promotor de Justiça ROGÉRIO JOSÉ NANTES, cadastro n. 2140-1, conforme segue:

| Referência | Períodos |
|---|---|
| Art. 131, II da LC. 93/93 | 26 a 30.06.2017 |

II – DESIGNA, sem prejuízo de suas funções, o Promotor de Justiça GERALDO HENRIQUE RAMOS GUIMARÃES, cadastro n. 2122-9, para atuar na 4ª Titularidade da 5ª Promotoria de Justiça da Capital, no período acima mencionado.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA
Corregedora-Geral

PORTARIA N. 439
17 DE ABRIL DE 2017
A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Resolução Conjunta n. 001/2016-PGJ/CGMP, e no feito administrativo n. 2017001120003969,
ALTERA parcialmente a Portaria n. 271, de 07.03.2017, referente ao plantão semanal do Ministério Público na regional de JI-PARANÁ, PRESIDENTE MÉDICI e ALVORADA D'OESTE, do mês de MAIO, para constar as informações abaixo:

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| EXCLUIR | PROMOTOR DE JUSTIÇA | PLANTONISTA | PLANTONISTA SUBSTITUTA | TELEFONE DO PLANTÃO |
| | Meiri Silvia Pereira 2123-2 | 08 a 15.05.2017 | 01 a 08.05.2017 | (69)98408-9940 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| INCLUIR | PROMOTOR DE JUSTIÇA | PLANTONISTA | PLANTONISTA SUBSTITUTA | TELEFONE DO PLANTÃO |
| | Ana Maria Saldanha Gontijo 2124-4 | 08 a 15.05.2017 | 01 a 08.05.2017 | (69)98408-9940 |

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA
Corregedora-Geral

PORTARIA N. 440
17 DE ABRIL DE 2017
A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Resolução Conjunta n. 001/2016-PGJ/CGMP, e o contido no Feito n°. 2017001120003784,
ALTERA, parcialmente, a Portaria n. 264/CG, de 07.03.2017, referente ao plantão semanal do Ministério Público, para atendimento à área CÍVEL E EXTRAJUDICIAL da comarca de Porto Velho, do mês de ABRIL, para fazer constar as seguintes informações:

| Marcos Valério Tessila de Melo 2101-0 | PLANTONISTA SUBSTITUTO | CELULAR DO PLANTÃO |
|---|---|---|
| EXCLUIR | 18 a 21.04.2017 | (69) 98484-0389 |

| Alan Castiel Barbosa 2125-6 | PLANTONISTA SUBSTITUTO | CELULAR DO PLANTÃO |
|---|---|---|
| INCLUIR | 18 a 21.04.2017 | (69) 98484-0389 |

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA
Corregedora-Geral

PORTARIA N. 441
17 DE ABRIL DE 2017
A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido na Portaria n. 123, de 03.02.2010, e o Feito n. 2017001120004071,
CONCEDE férias à servidora INGRID BERENICE POMMEREHN, cadastro n. 5263-6, ocupante do cargo comissionado de Assistente de Promotoria de Justiça, nos termos do Art. 2º, parágrafo 4º da Resolução nº 07/2014-PGJ e Arts. 110 e 113 da Lei Complementar n. 68/92, conforme segue:

| Período aquisitivo | Fruição | Abono pecuniário |
|---|---|---|
| 07.12.2015 a 06.12.2016 | 05 a 14.06.2017 | 26.05 a 04.06.2017 |
| | 06 a 15.11.2017 | -*- |

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA
Corregedora-Geral

PORTARIA N. 442
17 DE ABRIL DE 2017
A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido na Portaria n. 99, de 28.01.10, e no Feito n. 2017001120004069,
I - CONCEDE folga compensatória à Promotora de Justiça JULIANA DE MIRANDA MONTEIRO, cadastro n. 2088-5, conforme segue:

| Referência | Período |
|---|---|
| Plantão Criminal – 20 a 27.03.2017 | 18 a 19.05.2017 |

II – DESIGNA, sem prejuízo de suas funções, o Promotor de Justiça ÁTILLA AUGUSTO DA SILVA SALES, cadastro n. 2161-2, para atuar na 1ª Titularidade da 16ª Promotoria de Justiça da Capital, no período acima mencionado.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA
Corregedora-Geral

PORTARIA N. 443
17 DE ABRIL DE 2017
A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido na Portaria n. 99, de 28.01.2010, e no Feito n. 2017001120002098,
I - CONCEDE ao Promotor de Justiça LEANDRO DA COSTA GANDOLFO, cadastro n. 2130-8, férias conforme descrição:

| Referência | Períodos | Abono pecuniário |
|---|---|---|
| Férias – 1º período/2016 | 02 a 21.05.2017 | 22.04 a 01.05.2017 |

II – DESIGNA, sem prejuízo de suas funções, a Promotora de Justiça ANDRÉA WALESKA NUCINI BOGO, cadastro n. 2126-8, para atuar na 3ª Titularidade da 12ª Promotoria de Justiça da Capital, no período acima mencionado.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA
Corregedora-Geral

EXTRATO DE INQUÉRITO CIVIL
PORTARIA de ICP n. 0004/2017 – 3ª PJ/JA
PARQUETWEB n. 2017001010008015
Inquérito Civil Público – ICP
3ª Promotoria de Justiça de Jaru – Titularidade Única
Data de instauração: 17 de abril de 2017
Objeto: Apurar possível ato de improbidade praticado pelo investigado por omissão de socorro, na condição de médico.
Representante: Município de Jaru
Investigado: Claudio Marcio Fiorenza
Promotor: Dr. Roosevelt Queiroz Costa Júnior

ARQUIVAMENTO DO FEITO Nº 2016001010020531
Promotoria: 2ª Promotoria de Justiça de Ouro Preto do Oeste
Promotor: Evandro Araújo Oliveira
Assunto: " Ante a informação emitida pela Secretaria de Assistência Social de Nova União, que o idoso Álvaro Pinto não se encontra vulnerável, ao contrário, pelo constatado pôde se observar que tem vivido em um ambiente confortável, verifico que não há mais providências a serem adotadas por este Parquet. (...) Assim, determino o arquivamento do feito em cartório, devendo proceder as baixas pertinentes e publicação no Diário Oficial, haja vista tratar-se de denúncia anônima."

Portaria n.º 08/2017/2ªPJ/OPO/RO
Promotor: Evandro Araújo Oliveira
Promotoria: 2ª Promotoria de Justiça de Ouro Preto do Oeste
Portaria de Instauração de Procedimento Administrativo nº 08/2017
ParquetWeb: 2017001010007963
Interessado: Rede Escolar Estadual do Município de Ouro Preto do Oeste
Assunto: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO com a finalidade de acompanhar a evasão escolar de alunos menores de idade na rede escolar estadual no Município de Ouro Preto do Oeste.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 001/2017-1ª PJ/GM
INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 2017001010008399
DATA DA INSTAURAÇÃO: 17/04/2017.
PROMOTOR DE JUSTIÇA: SAMUEL ALVARENGA GONÇALVES.
INVESTIGADOS: Estado de Rondônia Município de Guajará-Mirim e de Nova Mamoré
ASSUNTO: Dar cumprimento à recomendação do CAOP-EDU no tocante à fiscalização da implantação do projeto de segurança e combate a incêndio e pânico em todas as escolas da rede municipal e estadual, em Guajará-Mirim e em Nova Mamoré, incluindo os distritos e área rural.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 010/2017
INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO
PARQUETWEB 2017001010004251
Data de instauração: 18.04.2017
21ª Promotoria de Justiça/2ª titularidade – Habitação e Urbanismo
Assunto: apurar informações encaminhadas pelo Ministério Pùblico Federal, sobre o valor histórico do prédio localizado na rua José de Alencar (conhecida como "Residência da Família Resky"), por ser, supostamente, a primeira residência em alvenaria construída em Porto Velho, em 1917, conforme documentos de fls. 02/56 do inquérito civil n. 1.31.000.001392/2015-97 (MPF); bem como do Cine Teatro Resky, e outros imóveis históricos do Centro Histórico da Capital, que, de igual modo, constituem bens passiveis de tombamento.
Promotora de Justiça: Flávia Barbosa Shimizu Mazzini

EXTRATO DE PORTARIA
Procedimento nº 2015001010028964
Promotoria: 1ª Promotoria de Justiça de Ariquemes/2ª Titularidade
Promotor: Priscila Matzenbacher Tibes Machado
Interessado:1ª Promotoria de Justiça de Ariquemes
Assunto: Portaria de instauração de Inquérito Civil Público nº 0024/2017 - PJA
Data de Instauração: 27/03/2017
Resumo: Apurar eventual prática de aliciamento indevido de idosos beneficiário da Previdência Social, bem como fixação de honorários advocatícios em valor incompatível com a natureza da causa, e possível apropriação indevida de valores.

EXTRATO: PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO E CIENTIFICAÇÃO PESSOAL
Feito MP/RO 2017001010005873
Data de instauração: 16.03.2017
Data do arquivamento: 18.04.2017
1ª Promotoria de Justiça de Colorado do Oeste – Titularidade Única
Denunciante: Anônimo
Assunto: Promoção de Arquivamento com arquivamento na própria Promotoria. Resumo: "Apurar denúncia noticiando que o veículo (caminhonete de placa NDG 6775), pertencente à frota do município de Cabixi/RO, estaria transportando estudantes até a faculdade particular de Vilhena/RO, sendo que o transporte é feito diariamente. Considerando que o transporte de alunos se tratou de situação temporária, sendo que restou dirimida, bem como por não persistir o ilícito, a ensejar o dolo e má fé, configuradores do ato de improbidade administrativa, determino o arquivamento do feito dando-se as baixas necessárias no sistema.''
Promotor: Dr. Marcos Giovane Ártico

EXTRATO DA PORTARIA Nº 005/2017-22ªPJ-IJ/3ªTit.
Procedimento Preparatório
Feito MP/RO 2016001010016271
Data de instauração: 20/01/2017
22ª Promotoria de Justiça – 3ª titularidade – Infância e Juventude
Assunto: trata de possível prática de crimes previstos nos artigos 309 e 310 do Código Eleitoral envolvendo eleitores da 2ª Zona Eleitoral de Porto Velho durante as eleições de 2014.
Promotor de Justiça Alan Castiel Barbosa

EXTRATO DA PORTARIA Nº 006/2016-22ªPJ-IJ/3ªTit.
Procedimento Preparatório
Feito MP/RO 2017001010001429
Data de instauração: 23/01/2017
22ª Promotoria de Justiça – 3ª titularidade – Infância e Juventude
Assunto: a situação do transporte escolar no município de Candeias do Jamari continua irregular, carecendo de providências urgentes ante a impossibilidade da celebração de convênio.
Promotor de Justiça Alan Castiel Barbosa

EXTRATO DA PORTARIA Nº 007/2016-22ªPJ-IJ/3ªTit.
Procedimento Preparatório
Feito MP/RO 2017001010003101
Data de instauração: 09/02/2017
22ª Promotoria de Justiça – 3ª titularidade – Infância e Juventude
Assunto: Município de Porto Velho instituiu por meio da Lei Complementar nº 273/06 o Fórum Permanente de Educação; que por meio da Lei de nº 2.228/15 aprovou o Plano Municipal de Educação do Município para o decênio de 2015/2024; que chegou a este Parquet convite para ocupar cadeira no citado Fórum e que há impeditivos legais para tanto; que embora tais impedimentos é dever deste Parquet por meio da Promotoria da Educação acompanhar e fiscalizar as políticas educacionais no âmbito municipal
Promotor de Justiça MARCOS VALÉRIO TESSILA DE MELO

EXTRATO DA PORTARIA Nº 008/2016-22ªPJ-IJ/3ªTit.
Procedimento Preparatório
Feito MP/RO 2017001010002313
Data de instauração:06/03/2017
22ª Promotoria de Justiça – 3ª titularidade – Infância e Juventude
Assunto: transporte escolar do Município de Porto Velho passa por diversas irregularidades, inclusive, paralisado em algumas localidades por problemas afetos ao convênio existente entre este e o Estado de Rondônia.
Promotor de Justiça MARCOS VALÉRIO TESSILA DE MELO

EXTRATO DE ARQUIVAMENTO
ParquetWeb nº 2016001010006505
Data de autuação: 22/03/2016
Promotoria: 1ª Promotoria de Justiça de Cacoal/1ª Titularidade
Promotora: Dra. Valéria Giumelli Canestrini
Data da promoção de arquivamento: 06/04/2017
Assunto: PA nº 25/2016 para acompanhar o projeto "Ressocialização Ambiental" no Município de Cacoal-RO.

EXTRATO DE ARQUIVAMENTO
ParquetWeb nº 2016001010009154
Data de autuação: 31/03/2016
Promotoria: 1ª Promotoria de Justiça de Cacoal/1ª Titularidade
Promotora: Dra. Valéria Giumelli Canestrini
Data da promoção de arquivamento: 03/04/2017
Assunto: PA nº 43/2016 para acompanhar o projeto "queimadas urbanas" no Município de Cacoal-RO.

EXTRATO DE PORTARIA
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO 2016001010026280
Promotoria:1ª PJA/1ª Tit.
Promotora: Priscila Matzenbacher Tibes Machado
Interessado: Valdinei Moraes
Interessado: Conselho Tutelar de Monte Negro-RO
Interessado: Município de Monte Negro/RO
Assunto: Portaria de Procedimento Administrativo n.0036/2017-PJA
Data da instauração:12/04/2017
Resumo: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO (PA), instaurado em atenção ao termo de declarações do senhor Valdinei Moraes, o qual noticia que seu filho V.H.S.M, não está frequentando escola, necessitando de atendimento especializado.

EXTRATO DE PORTARIA
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO 2017001010007761
Promotoria:1ª PJA/1ª Tit.
Promotora: Priscila Matzenbacher Tibes Machado
Interessado: Município de Ariquemes-RO
Interessado: Casa da Criança Francisco de Assis/Ariquemes-RO
Assunto: Portaria de Procedimento Administrativo n.0032/2017-PJA
Data da instauração:10/04/2017
Resumo: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO (PA), instaurado com o objetivo de controlar as visitas periódicas à Entidade de Obras Sociais Casa da Criança Francisco de Assis, referentes ao ano 2017.

EXTRATO DE PORTARIA
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO 2017001010007763
Promotoria:1ª PJA/1ª Tit.
Promotora: Priscila Matzenbacher Tibes Machado
Interessado: Município de Ariquemes-RO
Interessado: Centro Socioeducativo de Ariquemes/CESEA
Assunto: Portaria de Procedimento Administrativo n.0035/2017-PJA
Data da instauração:10/04/2017
Resumo: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO (PA), instaurado com o objetivo de controlar as visitas periódicas ao Centro Socioeducativo de Ariquemes/CESEA, referentes ao ano 2017.

EXTRATO DE PORTARIA
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO 2017001010008327
Promotoria:1ª PJA/1ª Tit.
Promotora: Priscila Matzenbacher Tibes Machado
Interessado: Município de Cujubim-RO
Interessado: Casa de Acolhimento de Cujubim-RO
Assunto: Portaria de Procedimento Administrativo n.0033/2017-PJA
Data da instauração:10/04/2017
Resumo: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO (PA), instaurado com o objetivo de controlar as visitas periódicas à Casa de Acolhimento de Cujubim-RO, referentes ao ano 2017.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 003/2017
INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 2016001010026701
Data da instauração: 28 de março de 2017.
Promotoria: Promotoria de Justiça de São Miguel do Guaporé
Promotor: Dr. Jônatas Albuquerque Pires Rocha
Assunto: Falta de sinalização e redutores de velocidade em frente à Creche Municipal de São Miguel do Guaporé.
São Miguel do Guaporé-RO, 19 de abril de 2017.
JÔNATAS ALBUQUERQUE PIRES ROCHA
Promotor de Justiça

GERÊNCIA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2017
Ata de Registro de Preços, referente ao Processo Licitatório nº05/2017, Pregão Eletrônico nº 04/2017, realizado em 23 de março de 2017, pelo Ministério Público do Estado de Rondônia, convocado através do Aviso de Pregão, publicado no Diário da Justiça nº. 045 de 10 de março de 2017.

| Lote 01 - PORTO VELHO | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | MARCA | UND | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
| 1 | Água mineral, sem gás, acondicionadas em garrafões de polipropileno com capacidade de 20 (vinte) litros, com protetor na parte superior e lacre de segurança, sem avarias. | Lindágua | Galão | 7247 | 5,00 | 36.235,00 |
| 2 | Água mineral natural sem gás, acondicionada em garrafa pet 500ml de polipropileno, tampa roscável e lacre. | Lindágua | DZ | 4132 | 10,00 | 41,320,00 |
| 3 | Água mineral natural com gás, acondicionada em garrafa pet 500ml de polipropileno, tampa roscável e lacre.. | Lindágua | DZ | 125 | 11,98 | 1.497,50 |
| VALOR TOTAL DO LOTE 01 | | | | | | 79.052,50 |

| Lote 02 - ALTA FLORESTA |
|---|
| CANCELADO POR INEXISTÊNCIA DE PROSPOSTA |

| Lote 03 - ALVORADA DO OESTE |
|---|
| CANCELADO POR INEXISTÊNCIA DE PROPOSTA |

| Lote 04 - CACOAL |
|---|
| CANCELADO POR INEXISTÊNCIA DE PROPOSTA |

| Lote 05 – COLORADO DO OESTE |
|---|
| CANCELADO POR INEXISTÊNCIA DE PROPOSTA |

| Lote 06 – GUAJARÁ MIRIM |
|---|
| CANCELADO NA ACEITAÇÃO |

| Lote 07 – JI PARANÁ |
|---|
| CANCELADO NA ACEITAÇÃO |

| Lote 08 – NOVA BRASILANDIA |
|---|
| CANCELADO POR INEXISTÊNCIA DE PROPOSTA |

| Lote 09 – OURO PRETO DO OESTE |
|---|
| CANCELADO NA ACEITAÇÃO |

| Lote 10 – PIMENTA BUENA |
|---|
| CANCELADO POR INEXISTÊNCIA DE PROPOSTA |

| Lote 11 – PRESIDENTE MÉDICE |
|---|
| CANCELADO POR INEXISTÊNCIA DE PROPOSTA |

| Lote 12 – ROLIM DE MOURA |
|---|
| CANCELADO POR INEXISTÊNCIA DE PROPOSTA |

| Lote 13 – SÃNTA LUZIA DO OESTE |
|---|
| CANCELADO POR INEXISTÊNCIA DE PROPOSTA |

| Lote 14 – SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ |
|---|
| CANCELADO POR INEXISTÊNCIA DE PROPOSTA |

| Lote 15 – SÃO FRANCISCO DO GUAPORE |
|---|
| CANCELADO POR INEXISTÊNCIA DE PROPOSTA |

A íntegra das condições desta ata está contida nos autos do processo administrativo nº 2016001120021556.

Porto Velho, 19 de abril de 2017.

Jesualdo Euripedes Leiva de Faria

Promotor de Justiça

Secretário-Geral

W. C F. BRILHANTE - ME

CNPJ 03.740.900/0001-63

WANDIRSON CARLOS FERNANDES BRILHANTE

Proprietário

CPF 599.487.282-20

## TERCEIRA ENTRÂNCIA

## COMARCA DE PORTO VELHO

## TURMA RECURSAL

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Turma Recursal
Pauta de Julgamento
Sessão 95
O Juiz Jorge Luiz dos Santos Leal, Presidente da Turma Recursal, faz publicar a Pauta de Julgamento da 95ª Sessão Ordinária, que se realizará no dia 03 de maio de 2017, às 8h00, no Plenário da Turma Recursal, localizada na Av. Jorge Teixeira, n. 2472, 2º andar, Bairro São Cristóvão.
Para a sustentação oral, os senhores advogados deverão inscrever-se, previamente, até o início da sessão.
n° 01 - 0800054-17.2017.8.22.9000 – MANDADO de Segurança
Impetrante: Rosana Ferreira da Fama
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar, OAB/RO 2394
Impetrado: Juízo da Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de São Francisco do Guaporé/RO
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL

Distribuição: 9.3.2017
n° 02 - 0800154-69.2017.8.22.9000 - Agravo de Instrumento - PJE
Agravante: Isamara Estevão Cabral
Advogado: Brenda Sabrina Nunes Arruda da Luz OAB/RO 7976
Agravado: Estado de Rondônia
Procurador do Estado: Não Informado
Relator: JUIZ GLODNER LUIZ PAULETTO
Data da distribuição: 04/04/2017
n° 03 - 7028026-38.2016.8.22.0001 – Recurso Inominado
Origem: 4º Juizado Especial Cível da Comarca de Porto Velho
Recorrente: Gil de Sousa Castro
Advogado: Fabio Henrique Furtado Coelho OAB/RO 5105
Recorrido: Banco Itaú S/A
Advogado: José Almir da R. Mendes Júnior OAB/RN 392-A
Relator: JUIZ ENIO SALVADOR VAZ
Data distribuição: 10/10/2016
n° 04 - 7000515-72.2015.8.22.0010 – Recurso Inominado
Origem: 1º Juizado Especial Cível da Comarca de Rolim de Moura
Recorrente: Companhia de Água e Esgotos de Rondônia - CAERD
Advogada: Maricelia Santos Ferreira de Araújo OAB/RO 324 -B
Recorrido: Jorge Galdino Leite
Advogada: Cristiane Valeria Fernandes OAB/RO 6064
Relator: JUIZ ENIO SALVADOR VAZ

Data distribuição: 15/08/2016
n° 05 - 7001141-85.2015.8.22.0012 – Recurso Inominado
Origem: Juizado Especial Cível da Comarca Colorado do Oeste
Recorrente: Amendas Silveira de Carvalho
Advogada: Amendas Silveira de Carvalho OAB/RO 376 - B
Recorrido: Penaza S/A
Relator: JUIZ ENIO SALVADOR VAZ

Data distribuição:
n° 06 - 0800053-32.2017.8.22.9000 – MANDADO de Segurança
Impetrante: Leiliane Xavier Azevedo e outros
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar, OAB/RO 2394
Impetrado: Juízo da Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de São Francisco do Guaporé/RO
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Distribuição: 9.3.2017
n° 07 - 7000046-10.2016.8.22.0004 – Recurso Inominado - PJE
Origem: Juizado Especial Cível da Comarca de Ouro Preto do Oeste
Recorrente: Centrais Elétricas de Rondônia S/A – CERON
Advogado: Jonathas Coelho Baptista de Mello, OAB/RO 3011
Recorrido: Adriano Gonçalves Machado
Advogado: Eduardo Custodio Diniz OAB/RO 3332
Relator: JUIZ GLODNER LUIZ PAULETTO

Data da distribuição: 23/08/2016
n° 08 - 7005560-41.2016.8.22.0004 – Recurso Inominado
Origem: Juizado Especial Cível da Comarca de Ouro Preto do Oeste
Recorrente: TIM Celular S.A
Advogado: Luis Carlos Monteiro Laurenço OAB/BA 16780
Recorrido: Leandro José Peixoto
Advogado: Nadia Aparecida Zani Abreu OAB/RO 300 - B
Relator: JUIZ ENIO SALVADOR VAZ
Data distribuição: 23/02/2017
n° 09 - 7000148-46.2014.8.22.0022 – Recurso Inominado
Origem: Juizado Especial Cível da Comarca de São Miguel do Guaporé
Recorrente: Centrais Eletricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado: Gabriela de Lima Torres OAB/RO 5714
Recorrente: Serasa S.A
Advogada: Edson Antonio Sousa Pinto OAB/RO 4643
Recorrido: Ivanete Teresinnha Alers
Advogado: Luiz Carlos Rettmann OAB/RO 5647
Relator: JUIZ ENIO SALVADOR VAZ

Data distribuição: 22/03/2016
n° 10 - 7003564-48.2015.8.22.0002 – Recurso Inominado
Origem: Juizado Especial Cível da Comarca de Ariquemes
Recorrente: Jesimiel Soares da Silva
Advogado: Bruno Alves da Silva Cândito OAB/RO 5825
Recorrido: Elis Luiz de Medeiro
Relator: JUIZ ENIO SALVADOR VAZ
Data distribuição: 20/06/2016
n° 11 - 7003501-69.2015.8.22.0601 - RECURSO INOMINADO (460)
Origem: 1º Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Porto Velho
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Data distribuição: 22/08/2016 17:52:55
Recorrente: MARCELO BARBOSA VIEIRA e outros
Advogados do(a) RECORRENTE: UILIAN HONORATO TRESSMANN – OAB/RO 6805, GILBER ROCHA MERCES - OAB/RO 5797
Recorrido: ESTADO DE RONDÔNIA e outros
Procurador: Helder Lucas S. N. Aguiar - OAB/RO 6857
n° 12 - 7000842-80.2016.8.22.0010 - Recurso Inominado (PJE)
Origem: 1ª Vara do Juizado da Especial Cível da Comarca de Rolim de Moura
Recorrente: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A
Advogado(a): Itallo Gustavo de Almeida Leite OAB/MT 7413
Recorrida: Sergio Martins
Advogado(a): Sérgio Martins OAB/RO 3215 e Polyana Rodrigues Senna OAB/RO 7428
Relator: JUIZ GLODNER LUIZ PAULETTO

Data da distribuição: 04/10/2016
n° 13 - 7000871-76.2015.8.22.0007 – Recurso Inominado - PJE
Origem: Juizado Especial Cível da Comarca de Cacoal
Recorrente: Centrais Elétricas de Rondônia S/A – CERON
Advogado: Jonathas Coelho Baptista de Mello, OAB/RO 3011
Recorrido: Rozilma Souza Teixeira
Advogado: Fernando da Silva Azevedo OAB/RO 1293
Relator: JUIZ GLODNER LUIZ PAULETTO

Distribuição: 30/08/2016
n° 14 - 7000920-80.2016.8.22.0008 – Recurso Inominado
Origem: Juizado Especial Cível da Comarca de Espigão do Oeste
Recorrente: Domingos Rodrigues da Silva
Advogado: Jucimaro Bispo Rodrigues OAB/RO 4959
Recorrido: Omni S/A Créditos Financiamento e Investimento
Advogado: Eduardo Pena de Moura França OAB/RO 138.190
Relator: JUIZ ENIO SALVADOR VAZ

Data distribuição: 14/03/2017
n° 15 - 7001548-97.2015.8.22.0010 – Recurso Inominado
Origem: 1º Juizado Especial Cível da Comarca de Rolim de Moura
Recorrente: Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari OAB/RO 4937
Recorrido: Joabson Rossi Moreira
Advogado: Dilma de Melo Godinho OAB/RO 6059
Relator: JUIZ ENIO SALVADOR VAZ

Data distribuição: 15/08/2016
n° 16 - 7003688-77.2015.822.0601 – Recurso Inominado
Origem: 4º Juizado Especial Cível da Comarca de Porto Velho
Recorrente: Luiz Vieira Sobrinho
Advogado: Fabio Henrique Furtado Coelho de Oliveira OAB/RO 5105
Recorrido: Administradora de Consorcio Saga LTDA
Advogado: Jeferson do Carmo Assis OAB/RO 4680
Relator: JUIZ ENIO SALVADOR VAZ

Data distribuição: 20/06/2016
n° 17 - 7022291-58.2015.8.22.0001 - RECURSO INOMINADO (460)
Origem: 2º Juizado Especial Cível da Comarca de Porto Velho
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL

Data distribuição: 15/08/2016 16:35:35
Recorrente: MARCOS DE SOUZA RAGE e outros
Advogado do(a) RECORRENTE: REYNALDO DINIZ PEREIRA NETO – OAB/RO 4180
Recorrido: CLARO S.A. e outros
Advogado do(a) RECORRIDO: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES – OAB/RO 6235
n° 18 - 7003086-09.2016.8.22.0001 - Recurso Inominado (PJE)
Origem: 4ª Vara do Juizado da Especial Cível da Comarca de Porto Velho
Recorrente: VRG Linhas Aéreas S/A
Advogado(a): Bernardo Augusto Galindo Coutinho OAB/RO 2991 e Aline Sumeck Bombonato OAB/RO 3728
Recorrida: José Antonio da Silva Nascimento
Advogado(a): José Antonio da Silva Nascimento OAB/RO 5386
Relator: JUIZ GLODNER LUIZ PAULETTO

Data distribuição: 19/08/2016
n° 19 - 7002110-27.2015.8.22.0004 – Recurso Inominado
Origem: Juizado Especial Cível da Comarca de Ouro Preto do Oeste
Recorrente: Centrais Eletricas de Rondônia – CERON
Advogada: Gabriela de Lima Torres OAB/RO 5714
Recorrido: Rodrigo Luiz Macedo Quio
Advogado: Jecsan Salatiel Sabaini Fernandes OAB/RO 2505
Relator: JUIZ ENIO SALVADOR VAZ

Data distribuição: 28/07/2016
n° 20 - 7003228-04.2016.8.22.0004 – Recurso Inominado
Origem: Juizado Especial Cível da Comarca de Ouro Preto do Oeste
Recorrente: Omni S/A Créditos Financiamento e Investimento
Advogado: Eduardo Pena de Moura França OAB/SP 138 190
Recorrido: Augusto Antonio Lopes
Advogada: Maiby Franciely da Silva Locatello Liberati OAB/RO 4036
Relator: JUIZ ENIO SALVADOR VAZ

Data distribuição:19/09/2016
n° 21 - 7000784-93.2015.8.22.0016 – Recurso Inominado
Origem: Juizado Especial Cível da Comarca de Costa Marques
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Vagno Oliveira de Almeida
Recorrido: Juarez Cordeiro dos Santos
Advogado: Juarez Cordeiro dos Santos OAB/RO 3262
Relator: JUIZ ENIO SALVADOR VAZ

Data distribuição: 22/06/2016
n° 22 - 7002628-23.2015.8.22.0002 - RECURSO INOMINADO (460)
Origem: Juizado Especial Cível da Comarca de Ariquemes
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL

Data distribuição: 05/07/2016 09:47:32
Recorrente: AILTON VAZ FERREIRA e outros
Advogado do(a) RECORRENTE: DOUGLAS CARVALHO DOS SANTOS – OAB/RO 4069
Recorrido: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON e outros
Advogado do(a) RECORRIDO: GABRIELA DE LIMA TORRES – OAB/RO 5714
n° 23 - 7008649-81.2016.8.22.0001 - Recurso Inominado (PJE)
Origem: 3ª Vara do Juizado da Especial Cível da Comarca de Porto Velho
Recorrente: Regina Fátima Correia Lima
Advogado(a): Fernando Augusto Torres OAB/RO 4725 e Renan Correia Lima OAB/RO 6400
Recorrido: VRG Linhas Aéreas S/A
Advogado(a): Bernardo Augusto Galindo Coutinho OAB/RO 2991 e Aline Sumeck Bombonato OAB/RO 3728
Relator: JUIZ GLODNER LUIZ PAULETTO

Data distribuição: 04/08/2016
n° 24 - 7005705-86.2015.8.22.0601 – Recurso Inominado
Origem: 1º Juizado Especial Cível da Comarca de Porto Velho
Recorrente: Edilson Santos Araújo
Advogado: Ezio Pires dos Santos OAB/RO 5870
Recorrido: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados NPLI
Advogada: Katia Aguiar Moita OAB/RO 6317
Relator: JUIZ ENIO SALVADOR VAZ

Data distribuição: 19/08/2016
n° 25 - 7006140-17.2015.8.22.0001 – Recurso Inominado
Origem: 1º Juizado Especial Cível da Comarca de Porto Velho
Recorrente: Miguel Noronha Souza
Advogado: Nagem Leite Azzi Santos OAB/RO 6915
Recorrido: UNIRON – União Das Escolas Superiores de Rondônia LTDA
Advogado: Vivaldo Garcia Junior OAB/RO 4342
Relator: JUIZ ENIO SALVADOR VAZ

Data distribuição: 10/10/2016
n° 26 - 7001342-98.2015.8.22.0005– Recurso Inominado
Origem: Juizado Especial Cível da Comarca de Ji-Paraná
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Leandro José de Souza
Recorrido: Luciano da Purificação Santos
Advogada: Silvia Letícia e Silva Caldas
Relator: JUIZ ENIO SALVADOR VAZ

Data distribuição: 31/01/2017
n° 27 - 7001050-10.2015.8.22.0007 - Recurso Inominado

Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Origem: Juizado Especial Cível da Comarca de Cacoal
Recorrente: Centrais Elétricas de Rondônia S/A – CERON
Advogado: Jonathas Coelho de Mello, OAB/RO 3.011
Recorrido: Vanadir Cunha dos Reis e outra
Advogado: Ezequiel Cruz de Souza, OAB/RO 1.280

Distribuição: 8.11.2016
n° 28 - 7009805-07.2016.8.22.0001 - Recurso Inominado (PJE)
Origem: 4ª Vara do Juizado da Especial Cível da Comarca de Porto Velho
Recorrente: TAM Linhas Aéreas S.A
Advogado(a): Fabio Rivelli OAB/RO 6640
Recorrida: Christianne Gonçalves Garcez
Advogado(a): Raphael Erik Fernandes de Araújo OAB/RO 4471
Relator: JUIZ GLODNER LUIZ PAULETTO

Data distribuição: 10/10/2016
n° 29 - 7008116-05.2015.8.22.0601 – Recurso Inominado
Origem: 2º Juizado Especial Cível da Comarca de Porto Velho
Recorrente: Rosicleia Simões Brito
Advogado: Jhonatas Emmanuel Pini OAB/RO 4265
Recorrido: Ativos S.A Securitizadora de Créditos Financiamentos
Advogado: Rosangela da Rosa Correa OAB/RO 5398
Relator: JUIZ ENIO SALVADOR VAZ

Data distribuição: 11/11/2015
n° 30 - 7008434-85.2015.8.22.0601 – Recurso Inominado
Origem: 3º Juizado Especial Cível da Comarca de Porto Velho
Recorrente: Dailson Rodrigues Almeida
Advogado: Jhonatas Emmanuel Pini OAB/RO 4265
Recorrido: Ativos S.A Securitizadora de Créditos Financiamentos
Advogado: Rosangela da Rosa Correa OAB/RO 5398
Relator: JUIZ ENIO SALVADOR VAZ

Data distribuição:
n° 31 - 7004636-73.2015.8.22.0001 – Recurso Inominado
Origem: 4º Juizado Especial Cível da Comarca de Porto Velho
Recorrente: Steffano José do Nascimento Rodrigues
Advogado: Steffano José do Nascimento Rodrigues OAB/RO 1336
Recorrido: Autovema Veículos LTDA
Advogado: José Cristiano Pinheiro OAB/RO 1529
Relator: JUIZ ENIO SALVADOR VAZ

Data distribuição: 20/07/2016
n° 32 - 0011843-64.2014.8.22.0007 Recurso Inominado – SAP 2º GRAU
Origem: 0011843-64.2014.8.22.0007 Cacoal 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Recorrida: Lucimar Nimer
Advogado: Defensoria Pública
Recorrido: Valdemiro Nimmer
Advogado: Defensoria Pública
Recorrido: Marcilio Kalk Littig
Advogado: Defensoria Pública
Recorrido: Doval Feltz
Advogado: Defensoria Pública
Recorrido: Jonas Mauske da Silva
Advogado: Defensoria Pública
Recorrente: Município de Cacoal RO
Procurador: Caio Raphael Ramalho Veche e Silva (OAB/RO 6390)
Relator: JUIZ JORGE LUIZ DOS S. LEAL
Assunto(s): Obrigação de Fazer / Não Fazer
Distribuído por Sorteio em 23/01/2017
n° 33 - 7012009-24.2016.8.22.0001 - Recurso Inominado (PJE)
Origem: 4ª Vara do Juizado da Especial Cível da Comarca de Porto Velho
Recorrente: VRG Linhas Aéreas S/A
Advogado(a): Bernardo Augusto Galindo Coutinho OAB/RO 2991 e Aline Sumeck Bombonato OAB/RO 3728
Recorrida: Heverson Braga dos Reis
Advogado(a): Jhonatas Emmanuel Pini OAB/RO 4265
Relator: JUIZ GLODNER LUIZ PAULETTO

Data distribuição: 18/08/2016
n° 34 - 7017841-72.2015.8.22.0001 – Recurso Inominado
Origem: 3º Juizado Especial Cível da Comarca de Porto Velho
Recorrente/Recorrido Odair Lopera da Silva
Advogado: Wilson Molina Porto OAB/RO 6291
Recorrente/Recorrido: TIM Celular S.A
Advogado: Felipe Gazola Vieira OAB/RO 6235
Recorrente/Recorrido: Samsung
Advogado: Rafael Good Chelotti OAB/MG 139.387
Relator: JUIZ ENIO SALVADOR VAZ

Data distribuição: 04/08/2016
n° 35 - 7023435-33.2016.8.22.0001 – Recurso Inominado
Origem: 2º Juizado Especial Cível da Comarca de Porto Velho
Recorrente: Idionei da Silva Reis
Advogado: Jhonatas Emmanuel Pini OAB/RO 4265
Recorrido: Ativos S.A Securitizadora de Créditos Financiamentos
Advogado: Rosangela da Rosa Correa OAB/RO 5398
Relator: JUIZ ENIO SALVADOR VAZ

Data distribuição: 12/09/2016
n° 36 - 7000722-56.2015.8.22.0015 – Recurso Inominado
Origem: Juizado Especial Cível da Comarca de Guajará Mirin
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Danilo Cavalcante Sigarini
Recorrido: Wesner Ojopi Cuellar
Advogado: Eurianne de Souza Passos OAB/RO 3894
Relator: JUIZ ENIO SALVADOR VAZ

Data distribuição: 09/09/2016
n° 37 - 7013530-81.2015.8.22.0601 - Recurso Inominado (PJE)
Origem: 4ª Vara do Juizado da Especial Cível da Comarca de Porto Velho
Recorrente: Juliano Von Rondon de Andrade
Advogado(a): Edilson Alvez de Hungria Junior OAB/RO 5002
Recorrida: VRG Linhas Aéreas S/A
Advogado(a): Bernardo Augusto Galindo Coutinho OAB/RO 2991 e Aline Sumeck Bombonato OAB/RO 3728
Relator: JUIZ GLODNER LUIZ PAULETTO

Data distribuição: 28/07/2016
n° 38 - 7024965-72.2016.8.22.0001 – Recurso Inominado
Origem: 2º Juizado Especial Cível da Comarca de Porto Velho
Recorrente: Samuel Belarmino Junior
Advogado: Jhonatas Emmanuel Pini OAB/RO 4265
Recorrido: Itapeva II Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados
Advogada: Karina de Almeida Batistuci OAB/RO 4571
Relator: JUIZ ENIO SALVADOR VAZ

Data distribuição: 30/08/2016
n° 39 - 7007464-85.2015.8.22.0601– Recurso Inominado
Origem: 1º Juizado Especial Cível da Comarca de Porto Velho
Recorrente: Jessica Elizane da Silva Fabricio
Advogado: Fabio Henrique Furtado Coelho de Oliveira OAB/RO 5105
Recorrido: Rio Tibagi – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Nãopadronizados
Advogado: Laed Alvares Silva OAB/RO 263 - A
Relator: JUIZ ENIO SALVADOR VAZ

Data distribuição: 26/09/2016
n° 40 - 7018355-25.2015.8.22.0001 – Recurso Inominado
Origem: 3º Juizado Especial Cível da Comarca de Porto Velho
Recorrente: Diogo Rafael Viana

Advogado: Fernado Augusto Torres OAB/RO 4725
Recorrido: VRG Linhas Aéreas S.A
Advogado: Márcio Vinicius Costa Pereira OAB/RJ 84367
Relator: JUIZ ENIO SALVADOR VAZ

Data distribuição: 23/06/2016
n° 41 - 7015900-53.2016.8.22.0001 - Recurso Inominado (PJE)
Origem: 2ª Vara do Juizado da Especial Cível da Comarca de Porto Velho
Recorrente: GOL Linhas Aéreas Inteligentes S/A
Advogado(a): Bernardo Augusto Galindo Coutinho OAB/RO 2991 e Aline Sumeck Bombonato OAB/RO 3728
Recorrida: Pamela Paola Carneiro Lopes
Advogado(a): Wyliano Alves Correia OAB/RO 2715
Relator: JUIZ GLODNER LUIZ PAULETTO

Data distribuição: 17/03/2017
n° 42 - 7040626-91.2016.8.22.0001– Recurso Inominado
Origem: 2º Juizado Especial Cível da Comarca de Porto Velho
Recorrente: Bairro Novo Porto Velho Empreendimento imobiliário S/A
Advogado: Paulo Barroso Serpa OAB/RO 4923
Advogado: Andrey Cavalcante de Carvalho OAB/RO 303-B
Recorrente: Odebrecht Realizações Imobiliárias S.A
Advogado: Paulo Barroso Serpa OAB/RO 4923
Recorrido: Adriano Conceição o Farias
Advogado: Alisandra Nunes da Silva OAB/RO 5143
Relator: JUIZ ENIO SALVADOR VAZ

Data distribuição: 23/02/2017
n° 43 - 7001270-26.2016.8.22.0022 – Recurso Inominado
Origem: Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de São Miguel do Guaporé
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Vagno Oliveira de Almeida
Recorrido: Marcelo Cardoso
Advogado: Neide Skalecki Gonçalves OAB/RO 283 -B
Relator: JUIZ ENIO SALVADOR VAZ

Data distribuição: 23/03/2017
n° 44 - 7027217-48.2016.8.22.0001 – Recurso Inominado
Origem: 3º Juizado Especial Cível da Comarca de Porto Velho
Recorrente: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A
Advogado: Itallo Gustavo de Almeida Leite OAB/MT 7413
Recorrido: Ananda Gabriela de Figueiredo
Advogado: Lenessa Back Thomé OAB/RO 6360
Relator: JUIZ ENIO SALVADOR VAZ

Data distribuição:
n° 45 - 7041716-37.2016.8.22.0001 - Recurso Inominado (PJE)
Origem: 2ª Vara do Juizado da Especial Cível da Comarca de Porto Velho
Recorrente: TAM Linhas Aéreas S.A
Advogado(a): Fabio Rivelli OAB/RO 6640
Recorrida: Magda Chaul Barbosa Aidar Pereira
Advogado(a): Magda Chaul Barbosa Aidar Pereira OAB/RO 1530
Relator: JUIZ GLODNER LUIZ PAULETTO

Data distribuição: 20/03/2017
n° 46 - 7001297-46.2015.8.22.0021– Recurso Inominado
Origem: Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Buritis
Recorrente: Estado de Rondônia
Procuradora: Livia Renata de Oliveira Silva
Recorrido: Adair Miguel Amaral
Advogado: Sandra Mirele Barros de Souza Amaral OAB/RO 6642
Relator: JUIZ ENIO SALVADOR VAZ

Data distribuição: 05/09/2016
n° 47 - 7001427-62.2016.8.22.0001 – Recurso Inominado
Origem: 2º Juizado Especial Cível da Comarca de Porto Velho
Recorrente: Maurilo Pereira Junior Maldonado
Advogado: Maurilo Pereira Junior Maldonado OAB/RO 4332
Recorrido: TAM Linhas Aéreas
Advogado: Fabio Rivelli OAB/RO 6640
Relator: JUIZ ENIO SALVADOR VAZ

Data distribuição: 16/08/2016
n° 48 - 7000043-17.2014.8.22.0007 – Recurso Inominado
Origem: Juizado Especial da Fazenda pública da Comarca de Cacoal
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Lucio Junior Bueno Alves
Recorrida: Rosimeiry Maria de Lima
Advogada: Rosimeiry Maria de Lima OAB/RO 2504
Relator: JUIZ ENIO SALVADOR VAZ

Data distribuição: 30/08/2016
n° 49 - 7044228-90.2016.8.22.0001 - Recurso Inominado (PJE)
Origem: 2ª Vara do Juizado da Especial Cível da Comarca de Porto Velho
Recorrente: VRG Linhas Aéreas S/A
Advogado(a): Bernardo Augusto Galindo Coutinho OAB/RO 2991 e Aline Sumeck Bombonato OAB/RO 3728
Recorrida: Ivaneide de Oliveira Barradas
Advogado(a): Fernando Augusto Torres dos Santos OAB/RO 4725
Relator: JUIZ GLODNER LUIZ PAULETTO

Data distribuição: 15/02/2017
n° 50 - 7010706-52.2015.8.22.0601 – Recurso Inominado
Origem: 4º Juizado Especial Cível da Comarca de Porto Velho
Recorrente: José Geraldo de Oliveira
Advogada: Denizia Santos Lima da Rocha OAB/RO 1931
Recorrido: Gazin Indústria e Comércio de Moveis e Eletrodomésticos LTDA
Advogado: Armando Silva Bretas OAB/PR 31 997
Relator: JUIZ ENIO SALVADOR VAZ

Data distribuição: 19/07/2016
n° 51 - 7011212-28.2015.8.22.0601 – Recurso Inominado
Origem: 1º Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Porto Velho
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Joel de Oliveira
Recorrido: Edrh Schultz
Advogado: Nadia Alves da Silva OAB/RO 3609
Relator: JUIZ ENIO SALVADOR VAZ

Data distribuição: 19/10/2016
n° 52 - 7002995-74.2016.8.22.0014 – Recurso Inominado - PJE
Origem: Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Vilhena
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Antonio José dos Reis Júnior
Recorrido: Kedson Abreu Souza
Advogado: Luiz Carlos Storch OAB-RO 3903
Relator: JUIZ GLODNER LUIZ PAULETTO

Data distribuição: 09/12/2016
n° 53 - 7000079-14.2014.8.22.0022 – Recurso Inominado
Origem: 4º Juizado Especial Cível da Comarca de Porto Velho
Recorrente: Fundo de Investimento em Direitos Creditorios Nao-padronizados NPLL
Advogado: Carlos Eduardo Coimbra Donegatti OAB/SP 290.089
Recorrente: SERASA S.A

Advogado: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli OAB/RO 5546
Recorrido: Leandro Batista Vieira
Advogado: Luiz Carlos Rettmann OAB/RO 5647
Relator: JUIZ ENIO SALVADOR VAZ

Data distribuição: 05/09/2016
n° 54 - 7001427-62.2016.8.22.0001 – Recurso Inominado
Origem: 2º Juizado Especial Cível da Comarca de Porto Velho
Recorrente: Maurilio Pereira Junior Maldonado
Advogado: Maurilio Pereira Junior Maldonado OAB/RO 4332
Recorrido: Tam Linhas Aéreas S.A.
Advogado: Fabio Rivelli OAB/RO 6640
Relator: JUIZ ENIO SALVADOR VAZ

Data distribuição: 16/08/2016
n° 55 - 0800140-85.2017.8.22.9000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO (202)
Polo Ativo: Jose Santos Damacena
Advogada: Valdete Tabalipa - OAB/RO2140
Polo Passivo: Instituto de Prev dos Serv Publicos do Est de Rondonia
Relator: ENIO SALVADOR VAZ

Data distribuição: 23/03/2017
PAUTA TEMÁTICA DO JUIZ RELATOR JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL - RECURSO INOMINADO: AUXÍLIO-TRANSPORTE POLICIAL MILITAR
n° 56 - 7001051-34.2016.8.22.0015 – Recurso Inominado
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Origem: Juizado Especial da Comarca de Guajará-Mirim
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador(a): Lívia Renata de Oliveira Silva
Recorrido(a): Davi Vieira de Araújo
Advogado(a): Sílvia Letícia Cunha e Silva – OAB/RO 2661

Data de distribuição: 13/10/2016
n° 57 - 7000900-68.2016.8.22.0015 – Recurso Inominado
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Origem: Juizado Especial da Comarca de Guajará-Mirim
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador(a): Joel de Oliveira
Recorrido (a): Arivaldo Gonçalves Correia
Advogado(a): Sílvia Letícia Cunha e Silva – OAB/RO 2661

Data de distribuição: 13/10/2016
PAUTA TEMÁTICA DO JUIZ RELATOR GLODNER LUIZ PAULETTO - Auxílio Transporte - Profissionais da Educação – Recurso do Estado:
n° 58 - 7000873-22.2015.8.22.0015 – Recurso Inominado - PJE
Origem: 1º Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública de Guajará Mirim
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Livia Renata de Oliveira Silva
Recorrido: Francisca Cabreira Quintão
Advogado: Adercio Dias Sobrinho OAB-RO 3476
Relator: JUIZ GLODNER LUIZ PAULETTO

Data distribuição: 29/08/2016
n° 59 - 7000934-77.2015.8.22.0015 – Recurso Inominado - PJE
Origem: 1º Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública de Guajará Mirim
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Livia Renata de Oliveira Silva
Recorrido: Francisco Inacio Filho
Advogado: Adercio Dias Sobrinho OAB-RO 3476
Relator: JUIZ GLODNER LUIZ PAULETTO

Data distribuição: 05/09/2016
n° 60 - 7000942-54.2015.8.22.0015 – Recurso Inominado - PJE
Origem: 1º Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública de Guajará Mirim
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Livia Renata de Oliveira Silva
Recorrido: Izaura Araújo Silva
Advogado: Adercio Dias Sobrinho OAB-RO 3476
Relator: JUIZ GLODNER LUIZ PAULETTO

Data distribuição: 05/09/2016
n° 61 - 7000580-52.2015.8.22.0015 – Recurso Inominado - PJE
Origem: 1º Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública de Guajará Mirim
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Joel de Oliveira
Recorrido: Marcieli Aparecida de melo
Advogado: Adercio Dias Sobrinho OAB-RO 3476
Relator: JUIZ GLODNER LUIZ PAULETTO

Data distribuição: 05/09/2016
n° 62 - 7000916-56.2015.8.22.0015 – Recurso Inominado - PJE
Origem: 1º Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública de Guajará Mirim
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Joel de Oliveira
Recorrido: Francisca Gerliane da Silva
Advogado: Adercio Dias Sobrinho OAB-RO 3476
Relator: JUIZ GLODNER LUIZ PAULETTO

Data distribuição: 05/09/2016
n° 63 - 7000932-10.2015.8.22.0015 – Recurso Inominado - PJE
Origem: 1º Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública de Guajará Mirim
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Livia Renata de Oliveira Silva
Recorrido: Francisco Gilberto Mendes dos Santos
Advogado: Adercio Dias Sobrinho OAB-RO 3476
Relator: JUIZ GLODNER LUIZ PAULETTO

Data distribuição: 20/09/2016
n° 64 - 7000578-82.2015.8.22.0015 – Recurso Inominado - PJE
Origem: 1º Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública de Guajará Mirim
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Livia Renata de Oliveira Silva
Recorrido: Luciane Grando
Advogado: Adercio Dias Sobrinho OAB-RO 3476
Relator: JUIZ GLODNER LUIZ PAULETTO

Data distribuição: 20/09/2016
Auxílio Transporte - Profissionais da Educação – Recurso do Servidor:
n° 65 - 7000848-02.2016.8.22.0006 – Recurso Inominado - PJE
Origem: Vara Única da Comarca de Presidente Médici
Recorrente: Luiz Alves Ferreira
Advogado: Gilberto Fernandes Cangussu
Advogado: Silvia Letícia Cunha e Silva Caldas OAB/RO 2661
Recorrido: Estado de Rondônia
Procurador: Caroline Mezzomo Barroso Bittencourt OAB-RO 2267
Relator: JUIZ GLODNER LUIZ PAULETTO

Data distribuição: 03/03/2017
n° 66 - 7002015-57.2016.8.22.0005 – Recurso Inominado - PJE
Origem: 1º Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Ji Paraná
Recorrente: Fagner Zan Barbosa
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar OAB/RO 2394
Recorrido: Estado de Rondônia
Procurador: Leandro José de Souza Bussioli OAB-RO 3493
Relator: JUIZ GLODNER LUIZ PAULETTO

Data distribuição: 27/01/2017
n° 67 - 7000986-03.2015.8.22.0006 – Recurso Inominado - PJE
Origem: Vara Única da Comarca de Presidente Médici
Recorrente: Edleuza Ferreira Gomes
Advogado: Danna Bonfim Segóbia OAB/RO 7337
Recorrido: Estado de Rondônia
Procurador: Leandro José de Souza Bussioli OAB-RO 3493
Relator: JUIZ GLODNER LUIZ PAULETTO

Data distribuição: 01/11/2016
PAUTA TEMÁTICA DO JUIZ RELATOR ENIO SALVADOR VAZ: PROPAGANDA ENGANOSA – BAIRRO NOVO
n° 68 - 7031883-92.2016.8.22.0001 – Recurso Inominado
Origem: 2º Juizado Especial Cível da Comarca de Porto Velho
Recorrente: Bairro Novo Porto Velho Empreendimento Imobiliário S/A e Odebrecht Realizações Imobiliárias S.A.
Advogado: Andrey Cavalcante OAB/RO 303-B
Advogado: Paulo Barroso Serpa OAB/RO 4923
Advogado: Gustavo Clemente Vilela OAB/SP 220907
Recorrido: Dilma de Sousa Vieira
Advogada: Elisandra Nunes da Silva OAB/RO 5143
Advogado: Anderson Marcelino dos Reis OAB/RO 6452
Relator: JUIZ ENIO SALVADOR VAZ

Data distribuição: 23/02/2017
n° 69 - 7037289-94.2016.8.22.0001 – Recurso Inominado
Origem: 4º Juizado Especial Cível da Comarca de Porto Velho
Recorrente: Bairro Novo Porto Velho Empreendimento Imobiliário S/A e Odebrecht Realizações Imobiliárias S.A.
Advogado: Andrey Cavalcante OAB/RO 303-B
Advogado: Paulo Barroso Serpa OAB/RO 4923
Advogado: Gustavo Clemente Vilela OAB/SP 220907
Recorrido: Carla Lacerda Ribeiro
Advogada: Elisandra Nunes da Silva OAB/RO 5143
Advogado: Anderson Marcelino dos Reis OAB/RO 6452
Relator: JUIZ ENIO SALVADOR VAZ

Data distribuição: 13/03/2017
PAUTA TEMÁTICA DO JUIZ RELATOR JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL– RECURSO INOMINADO: SUBESTAÇÃO
n° 70 - 7000247-54.2016.8.22.0019 - RECURSO INOMINADO (460)
Origem: Vara única da comarca de Machadinho do Oeste
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL

Data distribuição: 21/03/2017 16:15:20
RECORRENTE: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON e outros
Advogado do(a) RECORRENTE: GABRIELA DE LIMA TORRES – OAB/RO 5714
RECORRIDO(a): VALMITA CHAGAS HADMANN e outros
Advogado do(a) RECORRIDO: CARINE MARIA BARELLA RAMOS – OAB/RO 6279
n° 71 - 7001148-13.2016.8.22.0022 - RECURSO INOMINADO (460)
Origem: Vara única da comarca de São Miguel do Guaporé
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL

Data distribuição: 24/03/2017 11:23:00
RECORRENTE: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON
Advogado do(a) RECORRENTE: GABRIELA DE LIMA TORRES – OAB/RO 5714
RECORRIDO(a): DEVALDO ROSA VIEIRA
Advogado do(a) RECORRIDO: VILMA BARRETO DA SILVA MUNARIN - OAB/RO 4138
PAUTA TEMÁTICA DO JUIZ RELATOR JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL – RECURSO INOMINADO: AUXÍLIO-TRANSPORTE SERVIDOR PÚBLICO CIVIL DO ESTADO DE RONDÔNIA
n° 72 - 7003347-05.2015.8.22.0002 – Recurso Inominado
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Origem: 1º Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Ariquemes
Recorrente: Rejane Biazatte Fernandes
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar – OAB/RO 2394
Recorrido: Estado de Rondônia
Procurador(a): Thiago Araújo Madureira de Oliveira

Data de distribuição: 13/03/2017
n° 73 - 7002930-94.2016.8.22.0009 – Recurso Inominado
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Origem: Juizado Especial da Comarca de Pimenta Bueno
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador(a): Lúcio Júnior Bueno Alves – OAB/RO 6454
Recorrido (a): Leliane Dala Rosa
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar – OAB/RO 2394

Data de distribuição: 15/09/2016
n° 74 - 7002291-34.2015.8.22.0002 – Recurso Inominado
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Origem: 1º Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Ariquemes
Recorrente: Keine de Paula Tomazinho
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar – OAB/RO 2394
Recorrido: Estado de Rondônia
Procurador(a): Lívia Renata de Oliveira Silva

Data de distribuição: 14/03/2017
n° 75 - 7002289-64.2015.8.22.0002 – Recurso Inominado
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Origem: 1º Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Ariquemes
Recorrente: Eliani Raasch
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar – OAB/RO 2394
Recorrido: Estado de Rondônia
Procurador(a): Lívia Renata de Oliveira Silva

Data de distribuição: 21/09/2016
n° 76 - 7002085-20.2015.8.22.0002 – Recurso Inominado
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Origem: 1º Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Ariquemes
Recorrente: Maria Cícera de Lima
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar – OAB/RO 2394
Recorrido: Estado de Rondônia
Procurador(a): Lívia Renata de Oliveira Silva

Data de distribuição: 07/03/2017
n° 77 - 7002076-58.2015.8.22.0002 – Recurso Inominado
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Origem: 1º Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Ariquemes
Recorrente: Rosângela Bobika de Souza
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar – OAB/RO 2394
Recorrido: Estado de Rondônia
Procurador(a): Joel de Oliveira

Data de distribuição: 08/09/2016
n° 78 - 7001956-15.2015.8.22.0002 – Recurso Inominado
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Origem: 1º Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Ariquemes
Recorrente: Hozani Braga Ferreira
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar – OAB/RO 2394
Recorrido: Estado de Rondônia
Procurador(a): Sávio de Jesus Gonçalves

Data de distribuição: 06/03/2017
n° 79 - 7001953-60.2015.8.22.0002 – Recurso Inominado
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Origem: 1º Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Ariquemes
Recorrente: Germano José de Oliveira
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar – OAB/RO 2394
Recorrido: Estado de Rondônia
Procurador(a): Lívia Renata de Oliveira Silva

Data de distribuição: 08/09/2016
n° 80 - 7001949-23.2015.8.22.0002 – Recurso Inominado
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Origem: 1º Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Ariquemes
Recorrente: Meiriciane Santana Nunes
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar – OAB/RO 2394
Recorrido: Estado de Rondônia
Procurador(a): Joel de Oliveira

Data de distribuição: 07/03/2017
n° 81 - 7001251-75.2015.8.22.0015 – Recurso Inominado
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Origem: Juizado Especial da Comarca de Guajará-Mirim
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador(a): Tomás José Medeiros Lima – OAB/RO 6389
Recorrido (a): Maria da Glória Gomes de Araújo
Advogado: Adércio Dias Sobrinho – OAB/RO 3476

Data de distribuição: 20/06/2016
n° 82 - 7000882-23.2015.8.22.0002 – Recurso Inominado
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Origem: 1º Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Ariquemes
Recorrente: Valdiva Medeiros da Silva
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar – OAB/RO 2394
Recorrido: Estado de Rondônia
Procurador(a): Joel de Oliveira

Data de distribuição: 07/03/2017
n° 83 - 7000864-96.2015.8.22.0003 – Recurso Inominado
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Origem: 1º Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Jaru
Recorrente: Lázara de Castro Garcia
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar – OAB/RO 2394
Recorrido: Estado de Rondônia
Procurador(a): Rafaella Queiroz Del Reis Conversani – OAB/RO 3666

Data de distribuição: 18/08/2016
n° 84 - 7000684-83.2016.8.22.0023 – Recurso Inominado
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Origem: Vara Única da Comarca de São Francisco do Guaporé
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador(a): Vagno Oliveira de Almeida
Recorrido (a): Carlos Alexandre Cordeiro
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar – OAB/RO 2394

Data de distribuição: 18/08/2016
n° 85 - 7000668-35.2016.8.22.0022 – Recurso Inominado
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Origem: Vara Única da Comarca de São Miguel do Guaporé
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador(a): Vagno Oliveira de Almeida
Recorrido (a): Rosely Alves da Silva Santos
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar – OAB/RO 2394

Data de distribuição: 30/09/2016
n° 86 - 7000654-48.2016.8.22.0023 – Recurso Inominado
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Origem: Vara Única da Comarca de São Francisco do Guaporé
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador(a): Vagno Oliveira de Almeida
Recorrido (a): Sama Gabrielle Mariano
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar – OAB/RO 2394

Data de distribuição: 18/08/2016
n° 87 - 7000640-64.2016.8.22.0023 – Recurso Inominado
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Origem: Vara Única da Comarca de São Francisco do Guaporé
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador(a): Vagno Oliveira de Almeida
Recorrido (a): Linivaldo Teixeira dos Santos
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar – OAB/RO 2394

Data de distribuição: 18/08/2016
n° 88 - 7000637-12.2016.8.22.0023 – Recurso Inominado
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Origem: Vara Única da Comarca de São Francisco do Guaporé
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador(a): Vagno Oliveira de Almeida
Recorrido (a): Sebastião dos Santos Baia
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar – OAB/RO 2394

Data de distribuição: 17/08/2016
n° 89 - 7000610-29.2016.8.22.0023 – Recurso Inominado
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Origem: Vara Única da Comarca de São Francisco do Guaporé
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador(a): Vagno Oliveira de Almeida
Recorrido (a): Ivani Pereira Santos
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar – OAB/RO 2394

Data de distribuição: 17/08/2016
n° 90 - 7000543-67.2016.8.22.0022 – Recurso Inominado
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Origem: Vara Única da Comarca de São Miguel do Guaporé
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador(a): Vagno Oliveira de Almeida
Recorrido (a): Edilaine Mariano Fernandes
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar – OAB/RO 2394

Data de distribuição: 17/08/2016
n° 91 - 7000331-40.2015.8.22.0003 – Recurso Inominado
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Origem: 1º Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Jaru
Recorrente: Natalina Souza do Nascimento
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar – OAB/RO 2394
Recorrido: Estado de Rondônia
Procurador(a): Rafaella Queiroz Del Reis Conversani – OAB/RO 3666

Data de distribuição: 07/07/2016
n° 92 - 7002862-47.2016.8.22.0009 – Recurso Inominado
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Origem: Juizado Especial da Comarca de Pimenta Bueno
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador(a): Lúcio Júnior Bueno Alves – OAB/RO 6454
Recorrido (a): Marcos Antônio Martiniano
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar – OAB/RO 2394

Data de distribuição: 06/09/2016
n° 93 - 7002926-57.2016.8.22.0009 – Recurso Inominado
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Origem: Juizado Especial da Comarca de Pimenta Bueno

Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador(a): Lúcio Júnior Bueno Alves – OAB/RO 6454
Recorrido (a): Márcia Justino de Castro Lucena
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar – OAB/RO 2394

Data de distribuição: 06/09/2016
n° 94 - 7002735-12.2016.8.22.0009 – Recurso Inominado
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Origem: Juizado Especial da Comarca de Pimenta Bueno
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador(a): Lúcio Júnior Bueno Alves – OAB/RO 6454
Recorrido (a): Sílvia Marque Jacovozzi da Silva
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar – OAB/RO 2394

Data de distribuição: 06/09/2016
n° 95 - 7002746-41.2016.8.22.0009 – Recurso Inominado
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Origem: Juizado Especial da Comarca de Pimenta Bueno
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador(a): Valério César Milani e Silva – OAB/RO 3934
Recorrido (a): Ademalio Braz Pauli
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar – OAB/RO 2394

Data de distribuição: 18/08/2016
n° 96 - 7002716-06.2016.8.22.0009 – Recurso Inominado
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Origem: Juizado Especial da Comarca de Pimenta Bueno
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador(a): Valério César Milani e Silva – OAB/RO 3934
Recorrido (a): Riquele Almeida da Silva
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar – OAB/RO 2394

Data de distribuição: 18/08/2016
n° 97 - 7002751-63.2016.8.22.0009 – Recurso Inominado
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Origem: Juizado Especial da Comarca de Pimenta Bueno
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador(a): Valério César Milani e Silva – OAB/RO 3934
Recorrido (a): Valdirene Maria Ferreira
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar – OAB/RO 2394

Data de distribuição: 06/09/2016
n° 98 - 7002691-90.2016.8.22.0009 – Recurso Inominado
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Origem: Juizado Especial da Comarca de Pimenta Bueno
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador(a): Valério César Milani e Silva – OAB/RO 3934
Recorrido (a): Antônio Alves da Silva
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar – OAB/RO 2394

Data de distribuição: 06/09/2016
n° 99 - 7002744-71.2016.8.22.0009 – Recurso Inominado
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Origem: Juizado Especial da Comarca de Pimenta Bueno
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador(a): Lúcio Júnior Bueno Alves – OAB/RO 6454
Recorrido (a): Maria Lourdes Galdina Alves
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar – OAB/RO 2394

Data de distribuição: 06/09/2016
n° 100 - 7002739-49.2016.8.22.0009 – Recurso Inominado
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Origem: Juizado Especial da Comarca de Pimenta Bueno
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador(a): Lúcio Júnior Bueno Alves – OAB/RO 6454
Recorrido (a): Flávia Klos dos Reis
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar – OAB/RO 2394

Data de distribuição: 06/09/2016
n° 101 - 7002805-29.2016.8.22.0009 – Recurso Inominado
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Origem: Juizado Especial da Comarca de Pimenta Bueno
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador(a): Lúcio Júnior Bueno Alves – OAB/RO 6454
Recorrido (a): Driely Rodrigues Parada Borges
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar – OAB/RO 2394

Data de distribuição: 06/09/2016
n° 102 - 7002764-62.2016.8.22.0009 – Recurso Inominado
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Origem: Juizado Especial da Comarca de Pimenta Bueno
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador(a): Henry Anderson Corso Henrique – OAB/RO 922
Recorrido (a): Valter Vieira Leite
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar – OAB/RO 2394

Data de distribuição: 06/09/2016
n° 103 - 7002687-53.2016.8.22.0009 – Recurso Inominado
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Origem: Juizado Especial da Comarca de Pimenta Bueno
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador(a): Valério César Milani e Silva – OAB/RO 3934
Recorrido (a): Eliene de Oliveira Martiniano
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar – OAB/RO 2394

Data de distribuição: 09/09/2016
n° 104 - 7002686-68.2016.8.22.0009 – Recurso Inominado
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Origem: Juizado Especial da Comarca de Pimenta Bueno
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador(a): Valério César Milani e Silva – OAB/RO 3934
Recorrido (a): Elisângela dos Santos Pinheiro
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar – OAB/RO 2394

Data de distribuição: 13/09/2016
n° 105 - 7002837-34.2016.8.22.0009 – Recurso Inominado
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Origem: Juizado Especial da Comarca de Pimenta Bueno
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador(a): Henry Anderson Corso Henrique – OAB/RO 922
Recorrido (a): Gleice Gomes da Rocha
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar – OAB/RO 2394

Data de distribuição: 15/09/2016
n° 106 - 7003715-56.2016.8.22.0009 – Recurso Inominado
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Origem: Juizado Especial da Comarca de Pimenta Bueno
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador(a): Valério César Milani e Silva – OAB/RO 3934
Recorrido (a): Francisco José Barbosa
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar – OAB/RO 2394

Data de distribuição: 24/10/2016
n° 107 - 7002743-86.2016.8.22.0009 – Recurso Inominado
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Origem: Juizado Especial da Comarca de Pimenta Bueno
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador(a): Lúcio Júnior Bueno Alves – OAB/RO 6454
Recorrido (a): Rosinéia Gozzer Sampaio
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar – OAB/RO 2394

Data de distribuição: 15/09/2016
n° 108 - 7002879-83.2016.8.22.0009 – Recurso Inominado
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Origem: Juizado Especial da Comarca de Pimenta Bueno

Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador(a): Lúcio Júnior Bueno Alves – OAB/RO 6454
Recorrido (a): João da Mata e Silva
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar – OAB/RO 2394

Data de distribuição: 15/09/2016
n° 109 - 7002907-51.2016.8.22.0009 – Recurso Inominado
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Origem: Juizado Especial da Comarca de Pimenta Bueno
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador(a): Lúcio Júnior Bueno Alves – OAB/RO 6454
Recorrido (a): Márcio de Oliveira Rodrigues
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar – OAB/RO 2394

Data de distribuição: 15/09/2016
n° 110 - 7002835-64.2016.8.22.0009 – Recurso Inominado
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Origem: Juizado Especial da Comarca de Pimenta Bueno
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador(a): Lúcio Júnior Bueno Alves – OAB/RO 6454
Recorrido (a): Joseni Holanda da Costa Braz
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar – OAB/RO 2394

Data de distribuição: 15/09/2016
n° 111 - 7002957-77.2016.8.22.0009 – Recurso Inominado
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Origem: Juizado Especial da Comarca de Pimenta Bueno
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador(a): Lúcio Júnior Bueno Alves – OAB/RO 6454
Recorrido (a): Bruno de Oliveira Martiniano
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar – OAB/RO 2394

Data de distribuição: 15/09/2016
n° 112 - 7002742-04.2016.8.22.0009 – Recurso Inominado
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Origem: Juizado Especial da Comarca de Pimenta Bueno
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador(a): Lúcio Júnior Bueno Alves – OAB/RO 6454
Recorrido (a): Robson Alves Botelho
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar – OAB/RO 2394

Data de distribuição: 23/09/2016
n° 113 - 7002850-33.2016.8.22.0009 – Recurso Inominado
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Origem: Juizado Especial da Comarca de Pimenta Bueno
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador(a): Henry Anderson Corso Henrique – OAB/RO 922
Recorrido (a): Walter Zaniratto
Advogado: Pedro Felizardo de Alencar – OAB/RO 2394

Data de distribuição: 30/09/2016
PAUTA TEMÁTICA DO JUIZ RELATOR GLODNER LUIZ PAULETTO - Incidência de Imposto de Renda em Bolsa de Estudo
n° 114 - 7008191-44.2015.8.22.0601 – Recurso Inominado (PJE)
Origem: Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Porto Velho
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Winston Clayton Alves Lima
Recorrido (a): Darwin Barreto Zanata
Advogado (a): Gilber Rocha Mercês OAB/RO 5797 e Uilian Honorato Tressmann OAB/RO 6805
Relator: Juiz Glodner Luiz Pauletto

Data da distribuição:19/09/2016
n° 115 - 7000346-15.2015.8.22.0001 – Recurso Inominado (PJE)
Origem: Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Porto Velho
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Winston Clayton Alves Lima
Recorrido (a): Juliana Herica de Araújo Tavares
Advogado (a): Gilber Rocha Mercês OAB/RO 5797 e Uilian Honorato Tressmann OAB/RO 6805
Relator: Juiz Glodner Luiz Pauletto

Data da distribuição:20/09/2016
n° 116 - 7008003-51.2015.8.22.0601 – Recurso Inominado (PJE)
Origem: Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Porto Velho
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Winston Clayton Alves Lima
Recorrido (a): Leisaloma Sousa Silva Carvalho
Advogado (a): Gilber Rocha Mercês OAB/RO 5797 e Uilian Honorato Tressmann OAB/RO 6805
Relator: Juiz Glodner Luiz Pauletto

Data da distribuição:23/09/2016
n° 117 - 7007757-55.2015.8.22.0601 – Recurso Inominado (PJE)
Origem: Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Porto Velho
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Winston Clayton Alves Lima
Recorrido (a): Cristiane Behling Aldrighi
Advogado (a): Gilber Rocha Mercês OAB/RO 5797 e Uilian Honorato Tressmann OAB/RO 6805
Relator: Juiz Glodner Luiz Pauletto

Data da distribuição:26/09/2016
n° 118 - 7012337-31.2015.8.22.0601 – Recurso Inominado (PJE)
Origem: Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Porto Velho
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Winston Clayton Alves Lima
Recorrido (a): Aline Neiva Santos
Advogado (a): Gilber Rocha Mercês OAB/RO 5797 e Uilian Honorato Tressmann OAB/RO 6805
Relator: Juiz Glodner Luiz Pauletto

Data da distribuição:27/09/2016
n° 119 - 7008134-26.2015.8.22.0601 – Recurso Inominado (PJE)
Origem: Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Porto Velho
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Winston Clayton Alves Lima
Recorrido (a): Rodinaldo de Mattos
Advogado (a): Gilber Rocha Mercês OAB/RO 5797 e Uilian Honorato Tressmann OAB/RO 6805
Relator: Juiz Glodner Luiz Pauletto

Data da distribuição:19/09/2016
n° 120 - 7010869-32.2015.8.22.0601 – Recurso Inominado (PJE)
Origem: Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Porto Velho
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Winston Clayton Alves Lima
Recorrido (a): Marcos Vinícius Alves e Silva Filho
Advogado (a): Gilber Rocha Mercês OAB/RO 5797 e Uilian Honorato Tressmann OAB/RO 6805
Relator: Juiz Glodner Luiz Pauletto

Data da distribuição:19/09/2016
n° 121 - 7007782-68.2015.8.22.0601 – Recurso Inominado (PJE)
Origem: Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Porto Velho
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Winston Clayton Alves Lima

Recorrido (a): Marcos Vinícius Alves e Silva Filho
Advogado (a): Gilber Rocha Mercês OAB/RO 5797 e Uilian Honorato Tressmann OAB/RO 6805
Relator: Juiz Glodner Luiz Pauletto

Data da distribuição:20/10/2016
n° 122 - 7007733-27.2015.8.22.0601 – Recurso Inominado (PJE)
Origem: Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Porto Velho
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Winston Clayton Alves Lima
Recorrido (a): Jemimia Valéria dos Santos Barbosa
Advogado (a): Gilber Rocha Mercês OAB/RO 5797 e Uilian Honorato Tressmann OAB/RO 6805
Relator: Juiz Glodner Luiz Pauletto

Data da distribuição: 26/10/2016
n° 123 - 7001367-84.2015.8.22.0014 – Recurso Inominado (PJE)
Origem: Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Porto Velho
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Toyoo Watanabe Junior OAB/RO 5728
Recorrido (a): David Matos de Oliveira
Advogado (a): Izabela Mineiro Mendes OAB/RO 4756
Relator: Juiz Glodner Luiz Pauletto

Data da distribuição: 24/02/2016
PAUTA TEMÁTICA DO JUIZ RELATOR ENIO SALVADOR VAZ: BOLSA DE ESTUDO – ESTADO DE RONDÔNIA
n° 124 - 7005790-09.2014.8.22.0601 – Recurso Inominado
Origem: 1º Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Porto Velho
Recorrente: Diego Tana Mendonça Reis
Advogada: Karina da Silva Sandres OAB/RO 4594
Recorrido: Estado de Rondônia
Procuradora: Nair Ortega Rezende dos Santos Bonfim
Relator: JUIZ ENIO SALVADOR VAZ

Data distribuição: 23/08/2016
n° 125 - 7004390-57.2014.8.22.0601 – Recurso Inominado
Origem: 1º Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Porto Velho
Recorrente: Daiana Maria Verissimo Barbosa da Silva
Advogada: Karina da Silva Sandres OAB/RO 4594
Recorrido: Estado de Rondônia
Procurador: Thiago Araújo Madureira de Oliveira OAB/RO 7410
Relator: JUIZ ENIO SALVADOR VAZ

Data distribuição: 25/08/2016
n° 126 - 7005792-76.2014.8.22.0601 – Recurso Inominado
Origem: 1º Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Porto Velho
Recorrente: Marcelo Eduardo Nicacio Chagas
Advogada: Karina da Silva Sandres OAB/RO 4594
Recorrido: Estado de Rondônia
Procurador: Thiago Araújo Madureira de Oliveira OAB/RO 7410
Relator: JUIZ ENIO SALVADOR VAZ

Data distribuição: 12/09/2016
n° 127 - 7004383-65.2014.8.22.0601 – Recurso Inominado
Origem: 1º Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Porto Velho
Recorrente: Danilo Fortes Melo
Advogada: Karina da Silva Sandres OAB/RO 4594
Recorrido: Estado de Rondônia
Procurador: Joel de Oliveira
Relator: JUIZ ENIO SALVADOR VAZ

Data distribuição: 22/07/2016
n° 128 - 7004361-07.2014.8.22.0601 – Recurso Inominado
Origem: 1º Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Porto Velho
Recorrente: Alex Silvino Toledo
Advogada: Karina da Silva Sandres OAB/RO 4594
Recorrido: Estado de Rondônia
Procurador: Joel de Oliveira
Relator: JUIZ ENIO SALVADOR VAZ

Data distribuição: 22/07/2016
PAUTA TEMÁTICA DO JUIZ RELATOR JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL– RECURSO INOMINADO: INSCRIÇÃO INDEVIDA TIM
n° 129 - 7002171-48.2016.8.22.0004 - RECURSO INOMINADO
Origem: Juizado Especial da Comarca de Ouro Preto.
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Data distribuição: 25/08/2016 10:18:19
Recorrente: TIM CELULAR S.A. e outros
Advogado do(a) RECORRENTE: LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO – OAB/BA 16780
Recorrido(a): LANIN BATISTA DE OLIVEIRA e outros
Advogado do(a) RECORRIDO: EDEMILSON EVANGELISTA DE ABREU – OAB/RO 2792
n° 130 - Processo: 7003981-58.2016.8.22.0004 - RECURSO INOMINADO
Origem: Juizado Especial da Comarca de Ouro Preto.
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL

Data distribuição: 21/10/2016 12:55:24
RECORRENTE: TIM CELULAR S.A.
Advogados do(a) RECORRENTE: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES – OAB/RO 6235
RECORRIDA: PATRICIA DO AMARAL ARAUJO DO CARMO
Advogado do(a) RECORRIDO: EDEMILSON EVANGELISTA DE ABREU – OAB/RO 2792
n° 131 - Processo: 7003583-14.2016.8.22.0004 - RECURSO INOMINADO (460)
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Data distribuição: 14/12/2016 11:39:40
RECORRENTE: TIM CELULAR S.A.
Advogados do(a) RECORRENTE: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES – OAB/RO 6235
Recorrido: ANDRE GONCALVES ARAGAO e outros
Advogado do(a) RECORRIDO: EDEMILSON EVANGELISTA DE ABREU – OAB/RO 2792
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DE RELATORIA DO JUIZ JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
n° 132 - 0001109-70.2016.8.22.9000 Embargos de Declaração – SAP 2º GRAU
Origem: 1000372-68.2013.8.22.0007 Cacoal 1ª Vara Criminal
Embargante: Eliomar Spamer
Advogada: Gilvani Vaz Raizer Bordinhão (OAB/RO 5339)
Embargado: Ministério Público
Procuradora: Luciana Ondei Rodrigues Silva
Relator: JUIZ JORGE LUIZ DOS S. LEAL
Assunto(s): Obrigação de Fazer / Não Fazer
Distribuído por Encaminhamento ao Relator em 15/03/2017
n° 133 - 0004007-37.2014.8.22.0008 Embargos de Declaração – SAP 2º GRAU
Origem: 0004007-37.2014.8.22.0008 Espigão do Oeste 2ª Vara
Embargante: Estado de Rondônia
Procurador: Valério César Milani e Silva
Embargada: Maria Helena Soares Pereira
Defensor Público: Geones Miguel Ledesma Peixoto (OAB/PR 24562)
Relator: JUIZ JORGE LUIZ DOS S. LEAL
Assunto(s): Obrigação de Fazer / Não Fazer

Distribuído por Encaminhamento ao Relator em 12/07/2016
n° 134 - 0004784-50.2013.8.22.0010 Embargos de Declaração – SAP 2º GRAU
Origem: 0004784-50.2013.8.22.0010 Rolim de Moura 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Embargante: Estado de Rondônia Substituto processual
Procurador: Eliabes Neves (OAB/RO 4074)
Advogado: Luciano Brunholi Xavier (OAB/RO 550A)
Advogado: Antônio das Graças Souza (OAB/RO 10B)
Embargado: Jorge Galindo Leite
Advogado: Rodrigo Lanziani Pascoal Diniz
Advogado: Joanito Vicente Batista (OAB/RO 2363)
Advogado: Fabiana Cristina Cizmoski (OAB/RO 6404)
Advogado: Matheus Duques da Silva (OAB/RO 6318)
Relator: JUIZ JORGE LUIZ DOS S. LEAL
Assunto(s): Obrigação de Fazer / Não Fazer
Distribuído por Encaminhamento ao Relator em 05/10/2016
n° 135 - 1007668-71.2014.8.22.0601 Embargos de Declaração – SAP 2º GRAU
Origem: 1007668-71.2014.8.22.0601 Porto Velho - Juizados Especiais 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Embargante: Bairro Novo Porto Velho Empreendimento Imobiliário S/A
Advogado: Andrey Cavalcante de Carvalho (OAB/RO 303-B)
Advogado: Paulo Barroso Serpa (OAB/RO 4923)
Advogado: Gustavo Clemente Vilela (SSP/SP 220907)
Advogado: Lucas Faber de Almeida Rosa (OAB/DF 38651)
Embargante: Welcon Incorporadora Imobiliaria Ltda
Advogado: Lester Pontes de Menezes Júnior (OAB/RO 2657)
Advogada: Verônica Andréa Guareschi Nass (OAB/RO 4009)
Embargado: Diego Filippe Alves de Almeida
Advogado: Alexandre Leandro da Silva (OAB/RO 4260)
Relator: JUIZ JORGE LUIZ DOS S. LEAL
Assunto(s): Indenização por Dano Material
Distribuído por Encaminhamento ao Relator em 17/01/2017
n° 136 - 1007551-17.2013.8.22.0601 Embargos de Declaração – SAP 2º GRAU
Origem: 1007551-17.2013.8.22.0601 Porto Velho - Juizados Especiais 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Embargante: Banco Bradesco Financiamentos S A
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Embargada: Marta Eugênio
Advogado: Marcia Lacerda Alvares (OAB/RO 6709)
Relator: JUIZ JORGE LUIZ DOS S. LEAL
Assunto(s): Rescisão do contrato e devolução do dinheiro
Distribuído por Encaminhamento ao Relator em 07/12/2016
n° 137 - 1008751-25.2014.8.22.0601 Embargos de Declaração – SAP 2º GRAU
Origem: 1008751-25.2014.8.22.0601 Porto Velho - Juizados Especiais 4º Vara do Juizado Especial Cível
Embargante: Bairro Novo Porto Velho Empreendimento Imobiliário S/A
Advogado: Andrey Cavalcante de Carvalho (OAB/RO 303B)
Advogado: Paulo Barroso Serpa (OAB/RO 4923)
Advogado: Gustavo Clemente Vilela (SSP/SP 220907)
Embargante: Welcon Incorporadora Imobiliaria Ltda
Advogado: Lester Pontes de Menezes Júnior (OAB/RO 2657)
Embargante: Odebrecht Realizações Imobiliárias S.A
Advogado: Lucas Faber de Almeida Rosa (OAB/DF 38651)
Embargada: Waldira Camelo de Menezes
Advogado: Alexandre Leandro da Silva (OAB/RO 4260)
Relator: JUIZ JORGE LUIZ DOS S. LEAL
Assunto(s): Perdas e Danos
Distribuído por Encaminhamento ao Relator em 17/01/2017
n° 138 - 7008198-53.2016.8.22.0002 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Data distribuição: 09/12/2016 09:19:45
Embargante:BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO e outros
Advogado do(a) EMBARGANTE: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI - PEA2167800
Embargado(a): RENI GOMES DE SOUZA e outros
Advogado do(a) Embargado(a):: DEBORA APARECIDA MARQUES MICALZENZEN – OAB/RO 4988
n° 139 - 7005359-38.2015.8.22.0601 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Data distribuição: 12/04/2016 12:28:25
Embargante: MARIA ISABEL MARTINS DOS SANTOS e outros
Advogado do(a) EMBARGANTE: DAISY CRISOSTIMO CAVALCANTE – OAB/RO 4146
Embargado(a): IBI PROMOTORA DE VENDAS LTDA. e outros
Advogado do(a) Embargado(a):: JOSE ALMIR DA ROCHA MENDES JUNIOR – RNA0003920
n° 140 - 7000387-88.2016.8.22.0019 – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Embargante: Manoel Alves dos Santos
Advogado: Alessandro de Jesus Perassi Peres, OAB/RO 2.383
Embargado(a): Eletrobrás Distribuição Rondônia – CERON
Advogado: Daniel Penha de Oliveira, OAB/RO 3434

Distribuição: 22.2.2017
n° 141 - 7001046-34.2015.8.22.0019 – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Embargante: Abdias Ferreira Soares
Advogado: Alessandro de Jesus Perassi Peres, OAB/RO 2.383
Embargado(a): Eletrobrás Distribuição Rondônia – CERON
Advogado: Daniel Penha de Oliveira, OAB/RO 3434

Distribuição: 23.2.2017
n° 142 - 7001045-15.2016.8.22.0019 – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Embargante: Manoel Alves dos Santos
Advogado: Alessandro de Jesus Perassi Peres, OAB/RO 2.383
Embargado(a): Eletrobrás Distribuição Rondônia – CERON
Advogado: Daniel Penha de Oliveira, OAB/RO 3434

Distribuição: 23.2.2017
n° 143 - 7000701-68.2015.8.22.0019 – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Embargante: Antônio de Oliveira
Advogado: Alessandro de Jesus Perassi Peres, OAB/RO 2383
Embargado(a): Eletrobrás Distribuição Rondônia – CERON
Advogado: Daniel Penha de Oliveira, OAB/RO 3434

Distribuição: 22.2.2017
n° 144 - 7000513-08.2015.8.22.0009 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Data distribuição: 10/09/2015 08:24:17
Embargante: RONDONIA SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE
Procurador(a): Henry Anderson Corso Henrique - OAB/RO 922
Embargado(a): ADALCINO RODRIGUES DE ORNELAS e outros
Advogado do(a) Embargado(a):: PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR – OAB/RO 2394
n° 145 - 7000505-31.2015.8.22.0009 – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Data distribuição: 04/09/2015 11:57:06
Embargante: RONDONIA SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE e outros

Procurador(a): Henry Anderson Corso Henrique - OAB/RO 922
Embargado(a): ANTENOR MANOEL CUSINATO e outros
Advogado do(a) Embargado(a):: PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR – OAB/RO 2394
n° 146 - 7000498-39.2015.8.22.0009 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL

Data distribuição: 10/09/2015 08:13:55
Embargante: RONDONIA SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE e outros
Procurador(a): Henry Anderson Corso Henrique - OAB/RO 922
Embargado(a): SANDRA VIEIRA CARLINE e outros
Advogado do(a) Embargado(a): PEDRO FELIZARDO DE ALENCAR – OAB/RO 2394
n° 147 - 7000387-88.2016.8.22.0019 – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Embargante: José Cavalcante Nascimento
Advogado: Alessandro de Jesus Perassi Peres, OAB/RO 2.383
Embargado(a): Eletrobrás Distribuição Rondônia – CERON
Advogado: Daniel Penha de Oliveira, OAB/RO 3434

Distribuição: 22.2.2017
n° 148 - 7000149-03.2015.8.22.0020 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Data distribuição: 06/09/2016 12:40:09
Embargante: PEDRO DE SOUZA RAMOS e outros
Advogado do(a) EMBARGANTE: EDSON VIEIRA DOS SANTOS – OAB/RO 4373
Embargado(a): CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON e outros
Advogados do(a) Embargado(a):: MARCELO RODRIGUES XAVIER - OAB/RO 2391A, GABRIELA DE LIMA TORRES – OAB/RO 5714A
AGRAVOS INTERNOS DE RELATORIA DO JUIZ JUIZ ENIO SALVADOR VAZ
n° 149 - 7000759-92.2015.8.22.0012 – Agravo Interno
Origem: 1º Juizado Especial Cível da Comarca de Colorado do Oeste
Agravante: Banco Bradesco Financiamentos S.A.
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari OAB/RO 4937
Agravado: Edverdison Rodrigues de Almeida
Advogada: Roniéder Trajano Soares Silva OAB/RO 3694
Relator: JUIZ ENIO SALVADOR VAZ

Data distribuição: 14/03/2016
n° 150 - 7002419-45.2015.8.22.0005 – Agravo Interno
Origem: 1º Juizado Especial Cível da Comarca de Rolim de Moura
Agravante: Vitor Villani Brito
Advogado: Neumayer Pereira de Souza OAB/RO 1537
Agravado: Ecoville Ji-Paraná Empreendimentos Imobiliários
Advogada: Felippe Ferreira Nery OAB/RO 8048
Relator: JUIZ ENIO SALVADOR VAZ
Data distribuição: 24/08/2016
n° 151 - 7000148-09.2015.8.22.0023 – Agravo Interno
Origem: Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de São Francisco do Guaporé
Recorrente: Alexander Cruz Mendes
Advogado: Fabrcia Uchaki da Silva OAB/RO 3062
Recorrido: Estado de Rondônia
Procurador: Eliabes Neves
Relator: JUIZ ENIO SALVADOR VAZ

Data distribuição: 03/12/2015
n° 152 - 7023127-31.2015.8.22.0001 – Agravo Interno
Origem: 1º Juizado Especial Cível da Comarca de Porto Velho
Agravante: Banco BMG S/A
Advogada: Flávia Almeida Moura Di Latella OAB/MG 109730
Agravado: Rosilda dos Santos Soares
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos OAB/RO 655-A
Advogado: Vinícius Silva Lemos OAB/RO 2281
Advogado: Everton Alexandre Reis OAB/RO 7649
Relator: JUIZ ENIO SALVADOR VAZ
Data distribuição: 29/07/2016
AGRAVOS INTERNOS DE RELATORIA DO JUZ JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
n° 153 - 0004783-65.2013.8.22.0010 Agravo Regimental – SAP 2º GRAU
Origem: 0004783-65.2013.8.22.0010 Rolim de Moura 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Agravante: Estado de Rondônia
Advogado: Luciano Brunholi Xavier (OAB/RO 550A)
Advogado: Antônio das Graças Souza (OAB/RO 10B)
Advogado: Eliabes Neves (OAB/RO 4074)
Agravada: Marta da Silva
Advogado: Joanito Vicente Batista (OAB/RO 2363)
Advogado: Rodrigo Lanziani Pascoal Diniz
Advogado: Fabiana Cristina Cizmoski (OAB/RO 6404)
Advogado: Matheus Duques da Silva (OAB/RO 6318)
Relator: JUIZ JORGE LUIZ DOS S. LEAL
Assunto(s): Obrigação de Fazer / Não Fazer
Redistribuído por Encaminhamento ao Relator em 22/09/2016
n° 154 - 0007577-95.2014.8.22.0601 Agravo Regimental – SAP 2º GRAU
Origem: 0007577-95.2014.8.22.0601 Porto Velho - Juizados Especiais 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Agravante: Iperon Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia
Procurador: Roger Nascimento
Advogado: Thiago Alencar Alves Pereira (OAB/RO 5633)
Agravado: Luiz Gregorio Eleuterio
Advogado: José Anastácio Sobrinho (OAB/RO 872)
Relator: JUIZ JORGE LUIZ DOS S. LEAL
Assunto(s): Obrigação de Fazer / Não Fazer
Distribuído por Encaminhamento ao Relator em 07/10/2016
n° 155 - 7012940-27.2016.8.22.0001 - AGRAVO INTERNO
ORIGEM: 3º Juizado Especial Cível da Comarca de Porto Velho
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL

Data distribuição: 04/08/2016 10:23:19
Agravante: LUANA LIMA BRITZKE e outros
Advogado do(a) Agravante: LUIS GUILHERME SISMEIRO DE OLIVEIRA – OAB/RO 6700
Agravado: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e outros
Advogado do(a) Agravado: MARCO ANDRE HONDA FLORES – MSA6171000
n° 156 - 7005827-56.2015.8.22.0001 - AGRAVO INTERNO
Origem: 4º Juizado Especial Cível da Comarca de Porto Velho
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL

Data distribuição: 19/07/2016 07:44:12
Agravante: OMNI S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO e outros
Advogado do(a) Agravante: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO - MGA0096864
Agravado: FRANCISCA JANES RODRIGUES NUNES e outros
Advogado do(a) Agravado: ALEXANDRA VIEIRA DO PRADO – OAB/RO 5596
n° 157 - 7000798-46.2016.8.22.0015 - AGRAVO INTERNO
Origem: Juizado Especial Cível da Comarca de Guajará-Mirim
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL

Data distribuição: 31/08/2016 13:00:46
Agravante: DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS RONDOBRAS LTDA e outros
Advogado do(a) Agravante: ERICK ALLAN DA SILVA BARROSO – OAB/RO 4624

Agravado: EDILSON DO NASCIMENTO SOUZA e outros
Advogado do(a) Agravado: ALEXANDRE DOS SANTOS NOGUEIRA – OAB/RO 2892
n° 158 - 7000738-10.2015.8.22.0015 - AGRAVO INTERNO
Origem: Juizado Especial da Comarca de Guajará-Mirim
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL

Data distribuição: 07/07/2016 19:28:15
Agravante: ESTADO DE RONDÔNIA
Advogado do(a) Agravante:
Agravado: LINDOMAR MEDEIROS DA SILVA e outros
Advogados do(a) Agravado: SELVA SIRIA SILVA CHAVES GUIMARAES – OAB/RO 5007, SANDRA MIRELE BARROS DE SOUZA AMARAL – OAB/RO 6642, ROBSON CLAY FLORIANO AMARAL – OAB/RO 6965
AGRAVO INTERNO DO JUIZ RELATOR GLODNER LUIZ PAULETTO
n° 159 - 1000961-87.2014.8.22.0601 Agravo Regimental
Origem: 1000961-87.2014.8.22.0601 Porto Velho - Juizados Especiais 4º Vara do Juizado Especial Cível
Agravante: Wagner da Silva
Advogado: Fábio Henrique Furtado Coelho de Oliveira (OAB/RO 5105)
Agravada: AMERON - Assistência Médica e Odontológica Rondônia Ltda
Advogada: Samara Albuquerque Cardoso (OAB/RO 5720)
Relator: JUIZ GLODNER LUIZ PAULETTO
Assunto(s): Direito de Imagem
Distribuído por Encaminhamento ao Relator em 20/09/2016
Porto Velho/RO 18 de abril de 2017
Juiz Jorge Luiz dos Santos Leal
Presidente da Turma Recursal
Data: 19/04/2017
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
Turma Recursal

Data de distribuição:30/08/2016
Data do julgamento: 12/04/2017
1001386-63.2013.8.22.0015 Recurso Inominado
Origem: 10013866320138220015 Guajará-Mirim/RO (1ª V. Cível (1º Posto Avançado da JR-Nova Mamoré))
Recorrente: Francisca de Barros Marinho Lopes
Advogado: Marcos Araújo(OAB/RO846)
Recorrido: Banco do Brasil - Agência 2290-X e outro(a/s)
Advogado: Servio Tulio de Barcelos (OAB/RN1085-A) e outro(a/s)
Relator: Juiz Enio Salvador Vaz
DECISÃO:"RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa: RECURSO INOMINADO. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. AUSÊNCIA DE PROVAS. CONCESSÃO DE PRAZO. INÉRCIA DA PARTE. AUSÊNCIA DE PROVA DA ALEGAÇÃO DE PAGAMENTO EM DUPLICIDADE. SENTENÇA MANTIDA NOS TERMOS DO ART. 46, DA LEI N. 9.099/95. RECURSO NÃO PROVIDO.
(a) Belª Edseia Pires de Sousa
Secretária da Turma Recursal

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Turma Recursal / TR - Gabinete Mag. Jorge Luiz dos Santos Leal
Processo: 7013337-66.2015.8.22.0601 - RECURSO INOMINADO (460)
Relator: JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
Data distribuição: 23/06/2016 08:59:02
Polo Ativo: VRG LINHAS AEREAS S.A. e outros
Advogados do(a) RECORRENTE: BERNARDO AUGUSTO GALINDO COUTINHO - ROA0002991, MARCIO VINICIUS COSTA PEREIRA - RJA0084367
Polo Passivo: DILVA MONTEIRO DO AMARAL e outros
Advogado do(a) RECORRIDO: FERNANDO AUGUSTO TORRES DOS SANTOS - ROA0004725
DECISÃO
Vistos, etc...
Proposta a presente ação, as partes noticiaram a realização de composição amigável extrajudicial e o submeteram para homologação e extinção do feito.
Presentes os requisitos legais, homologo o acordo celebrado entre as partes, para que tenha validade legal e reconheço a satisfação da obrigação, julgando extinto o feito na forma do artigo 487, inciso III, alínea "b" do NCPC.
Devolvam-se os autos ao juízo de origem para as demais providências.
Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 11 de abril de 2017
JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL
RELATOR

## 1º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

1º Cartório do Juizado Especial Criminal

Proc.: 0003123-38.2015.8.22.0601
Ação:Termo Circunstanciado (Juizado Criminal)
Vítima do fato:Meio Ambiente
Autor do fato:Diego Xadai Ponciano Bueno, Silvio Mozer de Andrade
Advogado:Fabio Jorge Ângelo Silva (OAB/RO 1949)
DESPACHO: Vistos, etc. Considerando a necessidade de redimensionamento da pauta, redesigno a audiência de instrução e julgamento para o dia 04.05.2017, às 09h. Cite-se e Intime-se. oficie-se a comarca de Ariquemes/RO informando a nova data da audiência. Requisite-se as testemunhas. Intime-se o advogado dos denunciados. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, quarta-feira, 22 de março de 2017. (a) Roberto Gil de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 1000815-41.2017.8.22.0601
Ação:Crimes de Calúnia, Injúria e Difamação de Competência d
Querelante:Lobatos Comércio Varejista de Peças para Veículos Ltda ME
Advogada: Francisca Rosilene Garcia Celestino, OAB/RO 2769
Querelado:Aline de Abreu Braga, Helena Abreu Braga, Diego dos Santos Silva, Antônio Alexandre Araújo, Raiane Érica Gomes da Silva Rocha, Martiniano Pimenta, Tiago Silva Santos
DESPACHO:Vistos, etc.Designo audiência de conciliação para o dia 25/05/2017 às 08h30. Intimem-se. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, segunda-feira, 10 de abril de 2017 (a) Angélica Ferreira de Oliveira Freire - Juíza de Direito

Proc.: 0002684-27.2015.8.22.0601
Ação:Termo Circunstanciado (Juizado Criminal)
Vítima do fato:Meio Ambiente
Autor do fato:Wellington Lero Silva, Jw Ind Com. Imp. Exp. de Mad. Ltda Me, José Carlos Cardoso dos Santos
Advogado:RAMIRO DE SOUZA PINHEIRO (OAB/RO 2037)
DESPACHO:Vistos, etc. Acolho a manifestação do Ministério Público para manifestação às fls. 84.Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 02/05/2017 às 09h30. Intimem-se. Expeça-se o necessário.Porto Velho-RO, terça-feira, 28 de março de 2017(a)Roberto Gil de Oliveira - Juiz de Direito

Proc.: 0004005-77.2013.8.22.0501
Ação:Inquérito Policial (Juizado Criminal)
Autor:Delegacia Especializada Em Delitos Cometidos No Sistema Penitenciário

Vítima: Administração da Justiça
Autor do fato: Ramon Santos Banus e outros
Advogado: RAfael MAgalhães da Silva Timoteo, OAB/RO 5447
SENTENÇA: Vistos etc. Relatório dispensado na forma da lei, nos termos do art. 81 § 3º da Lei 9099/95. O vertente feito cuida de suposta violação ao art. 351, § 4º do Código Penal.Observa-se que da data do fato, em 17/01/2013, até a presente data, já se passaram mais de 04 (quatro) anos. Dessa forma, forçoso reconhecer como extrapolado o marco prescricional trazido no art. 109, V, do CP.Assim, à míngua de qualquer causa impeditiva ou interruptiva constantes, respectivamente, nos artigos 116 e 117 do Diploma Repressivo Pátrio, reconheço prescrita a pretensão punitiva estatal. Com supedâneo no artigo 107, IV, do CP, e em consonância com o Enunciado 44 do FONAJE, declaro extinta a punibilidade de RAMON SANTOS BANUS. Com o trânsito em julgado da presente, providencie-se as baixas e anotações necessárias, arquivando-se os autos. Ciência ao Ministério Público. P.R.I.C.Porto Velho-RO, terça-feira, 11 de abril de 2017(a)Angélica Ferreira de Oliveira Freire - Juíza de Direito
Belª Sandra Regina Gil Nunes Menezes

Escrivâ Judicial

## VARA DA AUDITORIA MILITAR

1º Cartório da Auditoria Militar
Vara da Auditoria Militar
Juiz: Carlos Augusto Teles Negreiros
Diretora de Cartório: Marlene Jacinta Dinon
Endereço eletrônico: pvh1militar@tjro.jus.br

Proc.: 1003581-76.2017.8.22.0501
Ação:Carta Precatória (Criminal)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Réu:Maikon da Silva Nicola
Advogado:Gilvan Rocha Filho (OAB/RO 2650)
DESPACHO:D. R. e A. Designo a audiência para o dia 06/06/2017 às 09h15. Diligencie-se pelo necessário.Após cumprida, devolva-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 11 de abril de 2017.Marisa de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0015021-23.2016.8.22.0501
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado:Edmundo do Amaral Teixeira
Advogado:Graciliano Ortega Sanches (OAB/RO 5194)
SENTENÇA: Ministério Público deste Estado, através do Promotor de Justiça Dr. Mauro Adilson Tomal, denunciou o SD PM Edmundo do Amaral Teixeira, qualificado nos autos, como incurso nas sanções do artigo 166 do Código Penal Militar (fls. 03-06).Prolatada SENTENÇA condenatória (fls. 07-12), a pena definitiva foi fixada em 02 (dois) meses de detenção, no regime aberto domiciliar, por infração a norma contida no art. 166 do CPM. Em grau de recurso, a 2ª Câmara Criminal confirmou a condenação imposta (fls. 21-22).Em 08 de fevereiro de 2017, o réu iniciou o cumprimento de pena imposta (fl. 32). O cálculo de pena acostado às fl. 39, aponta o dia 08/04/2017 como data prevista para o término da pena. Consoante certidão de fl. 55, o apenado cumpriu integralmente a pena. Certidão carcerário de fl. 54, certificou o comportamento do acusado como bom Relatório de monitoramento sem alteração (fl. 53)Foram os autos ao Ministério Público para análise acerca da extinção da punibilidade pelo cumprimento da pena aplicada, manifestando-se favorável a declaração da extinção da punibilidade (fls. 55v). É o relatório. Decido. Ao compulsar os autos, verifico que, o apenado cumpriu a pena aplicada (02 meses), iniciada em 08/02/2017 (fl. 32). A certidão de fl. 55v informa o término do cumprimento da pena. Considerando o integral cumprimento da pena imposta, impõe-se a declaração de extinção da punibilidade. Acolho o parecer ministerial.POSTO ISSO, ante o cumprimento integral da pena imposta ao SD PM Edmundo do Amaral Teixeira, DECLARO-A EXTINTA, com fundamento no art. 109, da Lei n. 7.210/84.Oficie-se o Complexo de Correição da PMRO para que promova a remoção da tornozeleira eletrônica do apenado. Procedidas as demais comunicações de praxe, oportunamente, arquivem-se.P. R. I. C.Porto Velho-RO, segunda-feira, 10 de abril de 2017.Marisa de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0007544-46.2016.8.22.0501
Ação:Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Namir Alquieri
Advogado:Cesar Eduardo Manduca (RO 5210)
FINALIDADE: Intimar o defensor da expedição de carta precatória a Comarca de Ariquemes e Vilhena/RO, para a inquirição de testemunha.

Proc.: 1001639-09.2017.8.22.0501
Ação:Carta Precatória (Criminal)
Autor:Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Réu:Valfrido Gonzales Filho
Advogado:Luis Gustavo de Arruda Molina (OAB/MS 11.577)
DESPACHO:Vistos.Considerando o documento de fl. 54, redesigno audiência para o dia 03 de maio de 2017, às 10h50min, a fim de interrogar o acusado Valfrido Gonzales Filho.Intime-se.Diligencie-se pelo necessário.Porto Velho-RO, terça-feira, 11 de abril de 2017. Marisa de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 1003129-66.2017.8.22.0501
Ação:Carta Precatória (Criminal)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Réu:Josenias Rodrigues da Silva
Advogado: José Fernandes Pereira Junior, OAB/RO 6615
DESPACHO:D. R. e A. Designo a audiência para o dia 16/05/2017 às 08h45. Diligencie-se pelo necessário.Após cumprida, devolva-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 4 de abril de 2017.Marisa de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 1003311-52.2017.8.22.0501
Ação:Carta Precatória (Criminal)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Réu:Murilo Mussial Barbosa
Advogado:Juarez Barreto Macedo Junior (OAB/RO 334 B)
DESPACHO:D. R. e A. Designo a audiência para proposta de suspensão condicional do processo para o dia 16/05/2017 às 10h15. Junte-se a certidão atualizada dos antecedentes criminais. Diligencie-se pelo necessário.Após cumprida, devolva-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 4 de abril de 2017.Marisa de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0015020-38.2016.8.22.0501
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado:Judisson da Cruz Barbosa
Advogado:Graciliano Ortega Sanches (OAB/RO 5194)
SENTENÇA:O Ministério Público deste Estado, através do Promotor de Justiça Dr. Mauro Adilson Tomal, denunciou o SD PM Judisson da Cruz Barbosa, qualificado nos autos, como incurso nas sanções do artigo 166 do Código Penal Militar (fls. 03-06).Prolatada SENTENÇA condenatória (fls. 07-19), a pena definitiva foi fixada em 02 (dois) meses de detenção, no regime aberto domiciliar, por infração a norma contida no art. 166 do CPM.Em grau de recurso, a 2ª Câmara Criminal confirmou a condenação imposta (fls. 21-22). Em 08 de fevereiro de 2017, o réu iniciou o cumprimento de pena imposta (fl. 31). O cálculo de pena acostado às fl. 32, aponta o dia 08/04/2017 como data prevista para o término da pena. Consoante certidão de

fl. 55, o apenado cumpriu integralmente a pena. Certidão carcerário de fl. 57, certificou o comportamento do acusado como bom Relatório de monitoramento sem alteração (fl. 56).Foram os autos ao Ministério Público para análise acerca da extinção da punibilidade pelo cumprimento da pena aplicada, manifestando-se favorável a declaração da extinção da punibilidade (fls. 55v). É o relatório. Decido. Ao compulsar os autos, verifico que, o apenado cumpriu a pena aplicada (02 meses), iniciada em 08/02/2017 (fl. 32). A certidão de fl. 55 informa o término do cumprimento da pena. Considerando o integral cumprimento da pena imposta, impõe-se a declaração de extinção da punibilidade. Acolho o parecer ministerial.POSTO ISSO, ante o cumprimento integral da pena imposta ao SD PM Judisson da Cruz Barbosa, DECLARO-A EXTINTA, com fundamento no art. 109, da Lei n. 7.210/84.Oficie-se o Complexo de Correição da PMRO para que promova a remoção da tornozeleira eletrônica do apenado. Procedidas as demais comunicações de praxe, oportunamente, arquivem-se.P. R. I. C.Porto Velho-RO, segunda-feira, 10 de abril de 2017.Marisa de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 1000759-17.2017.8.22.0501
Ação:Carta precatória (Delitos de Tóxico)
Autor:Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Rj
Réu:Antonio Francisco Bonfim Lopes
Advogado:Jaime Ângelo Nonato Fusco (OAB/RJ 109.456)
DESPACHO:D. R. e A. Designo a audiência de interrogatório para o dia 21/03/2017 às 11h00.Diligencie-se pelo necessário.Após cumprida, devolva-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 2 de fevereiro de 2017.Carlos Augusto Teles de Negreiros Juiz de Direito

Proc.: 1002388-26.2017.8.22.0501
Ação:Carta Precatória (Criminal)
Autor:Ministerio Publico do Estado do Amazonas
Réu:Fabio Lopes Cavalcante
Advogado: Alan Johnny Feitosa Sa Fonseca(OAB/AM 7799)
DESPACHO:D. R. e A. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Designo audiência para o dia 08/05/2017, às 10h00min. Após cumprida, devolva-se.Porto Velho-RO, sexta-feira, 10 de março de 2017.Luis Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 1003195-46.2017.8.22.0501
Ação:Carta Precatória (Criminal)
Autor:M. P. do E. do P.
Réu:Carlos Miguel Pires Junior
Advogado:Paola Maria Gallina (PR 59708), Ericson Lemes da Silva (PR 38108)
DESPACHO:D. R. e A. Designo a audiência para o dia 16/05/2017 às 08h30. Diligencie-se pelo necessário.Após cumprida, devolva-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 4 de abril de 2017.Marisa de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 1003291-61.2017.8.22.0501
Ação:Carta Precatória (Criminal)
Autor:Ministerio Publico do Estado de Pernambuco
Réu:André Saulo Alves da Silva
Advogado:Malebranche Marcelo de Carvalho Magalhães (PE 26338)
DESPACHO:D. R. e A. Designo a audiência para o dia 17/05/2017 às 09h15. Diligencie-se pelo necessário.Após cumprida, devolva-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 4 de abril de 2017.Marisa de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 1000357-33.2017.8.22.0501
Ação:Carta Precatória (Criminal)
Autor:Ministerio Publico do Estado do Parana
Réu:Leilço Lopes Santos
Advogado:Marcelo Gaspar Gomes Raffaini (OAB/SP 222933), Roberto Podval (OAB/SP 101458)
DESPACHO:Trata-se de pedido formulado pela defesa visando o adiamento da audiência designada para o dia 24/04/2017, a fim de evitar inversão no ônus da prova, uma vez que a audiência para oitiva do rol de testemunha somente ocorrerá em 10/07/2017.Ante o pedido da defesa, cancelo a audiência designada para o dia 24/04/2017 às 9h15.Oficie-se a comarca de origem comunicando o cancelamento da audiência e solicitando que este juízo seja informado acerca do término do rol de acusação para que então possa ser designada audiência de inquirição da testemunha de defesa.Considerando a certidão de fl. 112 informando que a testemunha não foi encontrada no endereço declinado na carta precatória, intime-se a defesa para que forneça endereço atualizado da testemunha.Aguarde-se oportuna inclusão em pauta.Diligencie-se pelo necessário.Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de março de 2017.Marisa de Almeida Juíza de Direito
Marlene Jacinta Dinon

Diretora de Cartório

## VEPEMA - VARA DE EXECUÇÃO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS

VEPEMA

Proc.: 0008291-98.2013.8.22.0501
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogada: Elisângela Lorencetti Ferreira Wirth - OAB/SP n. 227.544
Condenado:RÔMULO DE OLIVEIRA GONÇALVES
FINALIDADE: Ciência da Extinção de Pena, conforme SENTENÇA prolatada abaixo.
SENTENÇA:RÔMULO DE OLIVEIRA GONÇALVES, já qualificado(a) nos autos, atingiu lapso necessário à concessão de indulto, com fulcro no art. 3º, inciso I do Decreto Presidencial n.8.940/2016.Instado a se manifestar, o Ministério Público opinou pelo deferimento do benefício. É o necessário RELATÓRIO. DECIDO.Observa-se, no presente caso, o preenchimento de todos os requisitos para concessão de INDULTO PRESIDENCIAL. Pois bem, dispõe o art. 3º, inciso I, do Decreto Presidencial nº 8.940/2016 que nos crimes praticados sem grave ameaça ou violência à pessoa, o indulto será concedido quando a pena privativa de liberdade não for superior a doze anos, desde que, tenha sido cumprido um quarto da pena, se não reincidentes, ou um terço, se reincidentes. No presente caso, o apenado foi condenado a 02 anos e 03 meses meses de reclusão, pela prática dos crimes previstos nos arts. 299 e 301, ambos do Código Eleitoral, o qual, na condição de primário, cumpriu mais de ¼ da pena até 265.12.2016. Registro, ainda, que não se vislumbram elementos que indiquem o enquadramento do apenado em qualquer das hipóteses proibitivas à concessão do indulto ou da comutação, expressas no artigo 2º e 9º do citado DISPOSITIVO legal. Isso posto, com fundamento no art. 3º, inciso I do Decreto Presidencial n.8.940/2016, concedo INDULTO a RÔMULO DE OLIVEIRA GONÇALVES, qualificação nos autos, e, via de consequência, declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE do referido apenado, com espeque no art. 107, II, do Código Penal. Expeça-se o necessário. Comunique-se a SEJUS e ao DEPEN, para os devidos fins. Procedidas as anotações e comunicações de estilo, ao arquivo.P.R.I.C.Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de abril de 2017.Sérgio William Domingues Teixeira Juiz de Direito

Proc.: 0006567-72.2011.8.22.0002
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Sandra Pires Correa Araújo - OAB/RO n. 3164
Condenado:Mário Garcia de Oliveira Sobrinho
FINALIDADE: comparecer em cartório no prazo processual, para dar ciência do DESPACHO abaixo.

DESPACHO: MÁRIO GARCIA DE OLIVEIRA SOBRINHO, devidamente qualificado(a) nos autos, foi condenado(a) a 2 anos e 09 meses em regime prisional aberto, sendo esta substituída por restritivas de direitos.Em petição de fls. 57 a Defesa requereu o reconhecimento da prescrição da pretensão executória do Estado. Instado a se manifestar, o Ministério Público pugnou pelo indeferimento do pedido. Relatado. Decido. Analisando os autos, verifica-se, na espécie, a não ocorrência da prescrição da pretensão executória do Estado com relação à condenação de fls.02.Com efeito, no presente caso, o termo inicial da prescrição ocorreu em 18.12.2009, data do trânsito em julgado da SENTENÇA condenatória. No presente caso, se a pena a cumprir é superior a dois anos, mas inferior a quatro, ex vi do art. 109, IV, do Código Penal, a prescrição se dá em oito anos. Assim, verifica-se que a prescrição ocorrerá somente em 17.12.2017, prazo máximo previsto em lei para o início do efetivo cumprimento da pena, razão pela qual INDEFIRO o pedido. Expeça-se MANDADO de prisão para fins de cumprimento da pena, com a validade em 17.12.2017, devendo ser recolhido no Albergue Masculino. Efetivada a custódia, apresente o apenado em Juízo para realização da audiência admonitória do regime aberto. Na ocasião, será intimado da audiência admonitória junto ao Setor Psicossocial do Juízo. Intime-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, sexta-feira, 24 de março de 2017.Katyane Viana Lima Meira Juíza de Direito
Ana Zelia Vaz de Oliveira

Diretora de Cartório

## VEP - VARA DE EXECUÇÕES E CONTRAVENÇÕES PENAIS

1º Cartório de Execuções e Contravenções Penais
1ª Vara de Execuções e Contravenções Penais – VEP

Proc.: 0004618-86.2011.8.22.0010
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado:EVIRTON DA ROSA
Advogado:LILIAN MARIA LIMA DE OLIVEIRA (OAB/RO 2598)
DESPACHO: Recebo o Agravo interposto, sem efeito suspensivo, consoante art. 197 da LEP. Apresente as partes sua razões e contrarrazões, ao prazo de 02 dias (contados a partir da intimação da presente DECISÃO ). Ao término dos prazos, com ou sem respostas, retornem conclusos para análise quanto à possibilidade de reforma ou não da DECISÃO hostilizada. Intime-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, quarta-feira, 29 de março de 2017.Lucas Niero Flores Juiz de Direito
Vagner Rodrigues Chagas
Diretor de Cartório da VEP

Proc: 1000359-42.2013.8.22.0501
Ação:Execução da Pena
Ministério Público do Estado de Rondônia(Autor)
Tiago da Conceiçao Paulo(Condenado)
Advogado(s): Ana Lídia da Silva(OAB 4153 RO)
Ministério Público do Estado de Rondônia(Autor)
Tiago da Conceiçao Paulo(Condenado)
Advogado(s): Ana Lídia da Silva(OAB 4153 RO)
FINALIDADE: Intimar os(as) advogados(as) supranominados(as) da audiência de justificação, a ser realizada na data de 04/05/2017 as 08h30min.

Proc: 1000026-85.2016.8.22.0501
Ação:Execução da Pena
Ministério Público do Estado de Rondônia(Autor)
Hudson Rogério Bittencourt(Condenado)
Advogado(s): FABIO VILLELA LIMA(OAB 7687 RO)
Ministério Público do Estado de Rondônia(Autor)
Hudson Rogério Bittencourt(Condenado)
Advogado(s): FABIO VILLELA LIMA(OAB 7687 RO)
FINALIDADE: Intimar os(as) advogados(as) supranominados(as) da audiência de justificação, a ser realizada na data de 04/05/2017 as 09h50min.

Proc: 1000159-06.2011.8.22.0501
Ação:Execução da Pena
Ministério Público do Estado de Rondônia(Autor)
Florisval Alves Santana(Condenado)
Advogado(s): MANOEL RIVALDO DE ARAÚJO(OAB 315-B RO)
Ministério Público do Estado de Rondônia(Autor)
Florisval Alves Santana(Condenado)
Advogado(s): MANOEL RIVALDO DE ARAÚJO(OAB 315-B RO)
FINALIDADE: Intimar os(as) advogados(as) supranominados(as) da audiência de justificação, a ser realizada na data de 08/05/2017 as 10h30min.

Proc: 1000139-39.2016.8.22.0501
Ação:Execução da Pena
Ministério Público do Estado de Rondônia(Autor)
João Muniz Viana(Condenado)
Advogado(s): JULIO CESAR MAGALHÃES(OAB 6007 RO)
Ministério Público do Estado de Rondônia(Autor)
João Muniz Viana(Condenado)
Advogado(s): JULIO CESAR MAGALHÃES(OAB 6007 RO)
Fica intimado o advogado supracitado para ciência/manifestação acerca do DESPACHO inserido no ev. 32.

## VARA DE DELITOS DE TÓXICOS

1º Cartório de Delitos de Tóxico
Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho-RO
Juiz: Dr. Glodner Luiz Pauletto
Diretor de Cartório: Alexandre Marcel Silva
Sugestões ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao juiz ou contate-nos via internet.
Endereço eletrônico:
pvhtoxico@tjro.jus.br

Proc.: 1002260-06.2017.8.22.0501
Ação:Inquérito Policial (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Indiciado:Abrahão da Silva Santos, Maria Valda Gomes de Oliveira
Advogado:Domingos Pascoal dos Santos (OAB/RO 2659), Domingos Pascoal dos Santos (OAB/RO 2659)
DESPACHO:
Advogado(s): Domingos Pascoal dos Santos OAB/RO 2659;
FINALIDADE: Intimar o(s) advogado(s) do recebimento da denúncia, bem como da audiência designada. V i s t o s,Recebo as defesas preliminares de folhas 54/55 e 57/58. Examinando os autos observo que a denúncia preenche os requisitos previstos no artigo 41, do Código de Processo Penal, e vem instruída com inquérito policial, no qual consta lastro probatório suficiente para deflagração de ação penal, pelo (s) crime (s) imputado (s).Não verifico, prima facie, alguma das hipóteses previstas no artigo 395, do Código de Processo Penal.Por isso, recebo a denúncia. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 16 de maio de 2017, às 9h00min. Cite (m)-se/Intimem-se MP, defensor/a (s), testemunha (s) e ré/u (s). Requisite (m)-se.

Proc.: 0015965-25.2016.8.22.0501
Ação:Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado:Cleisson Rodrigues de Araújo
Advogado:Adriana Nobre Belo Vilela (OAB/RO 4408)
DECISÃO:
Advogadoa: Adriana Nobre Belo Vilela OAB/RO 4408FINALIDADE: Intimar a advogada da seguinte DECISÃO:Vistos e etc...A requerente pede a restituição do veículo GM/CELTA, placa NFZ 4859, apreendido nos presentes autos.Juntou documentos (fls. 95/97).Instado, o MP não se opôs à restituição (fls. 98/99).Em síntese, o relatório. Decido.Nos termos do art. 118 do CPP, os bens apreendidos que não mais interessem ao processo podem ser restituídos ao seu proprietário, caso não remanesçam dúvidas acerca do direito deste em relação àqueles (art. 120, CPP).Assim, considerando que o requerente comprovou a propriedade do bem, acolho o parecer ministerial para deferir o pedido formulado e determinar que o bem lhe seja imediatamente restituído, mediante expedição de Alvará nos autos.Cumpra-se, intime-se e arquive-se. Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Arlen José Silva de Souza Juiz de Direito

Proc.: 1004264-16.2017.8.22.0501
Ação:Justificação Criminal
Requerente:Vanderclei Vieira Silva
Advogado:Silvana Fernandes Magalhães Pereira (OAB/RO 3024)
Requerido:Juiz de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho - RO
DESPACHO:
Advogado(s): Silvana Fernandes M. Pereira OAB/RO 3024;FINALIDADE: Intimar o(s) advogado(s) da audiência designada.V i s t o s,Considerando o requerimento de justificação criminal, designo audiência para o dia 23 de maio de 2017, às 8h30min, ocasião em que serão inquiridas as testemunhas José Gomes Vieira, Patrícia Lidiane Gomes da Silva, Antônio Wilson da Silva e Eniveldo Fernandes de Souza.Intimem-se MP, defensor/a (s), testemunha (s) e requerente (s). Requisite (m)-se. Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Arlen José Silva de Souza Juiz de Direito

Proc.: 0016216-43.2016.8.22.0501
Ação:Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado:Fabiano Santos
Advogado:Marisamia Aparecida de Castro Inacio ( 4553), Kelly Michelle de Castro Inacio Sobrinho (OAB/RO 3240), Sebastião de Castro Filho (OAB/RO 3646), Gabriele Silva Ximenes (OAB/RO 7656)
DESPACHO:
Vistos.Recebo a manifestação do réu de fls. 123/124 como recurso de apelação, bem como a apelação do advogado de fls. 128 nos termos do art. 600, § 4º CPP.As razões e contrarrazões de recurso deverão ser apresentadas na instância superior no momento oportuno.Encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado para apreciação do recurso, com as homenagens de estilo.Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Arlen José Silva de Souza Juiz de Direito

Proc.: 1003776-61.2017.8.22.0501
Ação:Liberdade Provisória com ou sem fiança (Criminal)
Requerente:Maciel de Assis Cunha
Advogado:Graciliano Ortega Sanchez (OAB/RO 5194)
SENTENÇA:
CONCLUSÃO Aos 10 dias do mês de Abril de 2017, faço estes autos conclusos ao Juiz de Direito Arlen José Silva de Souza. Eu, _____ Alexandre Marcel Silva - Escrivã(o) Judicial, escrevi conclusos.Vara: 1ª Vara de Delitos de TóxicosProcesso: 1003776-61.2017.8.22.0501Classe: Liberdade Provisória com ou sem fiança (Criminal)Requerente: Maciel de Assis CunhaAdvogados: Graciliano Ortega Sanchez OAB/RO 5194; Raimundo Soares Neto OAB/RO 6232;FINALIDADE: Intimar o(a)(s) advogado(a)(s) da seguinte DECISÃO:Vistos.Trata-se de pedido de Liberdade Provisória formulado pelo requerente que alega não estarem presentes os requisitos legais da medida cautelar. Ainda requer caso não seja o entendimento do juízo, sejam-lhe aplicadas as medidas cautelares do art. 319, CPP.Em parecer, o Ministério Público pugna pelo indeferimento do pleito.Na presente fase processual a persecução é vista sob a ótica de indícios de autoria e materialidade do delito, elementos que só poderiam ser afastados por prova cabal e segura de ausência de justa causa, o que não é o presente caso.Conforme se extraem dos documentos juntados aos autos, MACIEL DE ASSIS CUNHA é piloto privado e comercial de aeronaves e realizou, no dia 23/09/16, transporte de droga ilícita até a fazenda de LUCIANO FELIZARDO DOS SANTOS situada na região de Ulianópolis/PA.Apurou-se, ainda, que MACIEL sempre foi o piloto de confiança de LUCIANO e da ORCRIM para o arriscado transporte dos entorpecentes e do dinheiro a ser utilizado para o pagamento dos carregamentos. Contudo, na última ação interceptada pela Polícia Federal, verificou-se que MACIEL não aceitou realizar o referido transporte aéreo, sendo o motivo desconhecido, razão pela qual a ORCIM passou a contar com os trabalhos de EVANDRO JOSÉ DE SOUZA COLLERE, um novo piloto captado pela ORCRIM, que recebeu a quantia de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) para o transporte.Além disso, quando de sua prisão em flagrante no dia 06/11/2016, vinculada ao IPL 0273/2016-4 DPF/MBA/PA, EVANDRO JOSE SOUZA COLLERE declarou que MACIEL DE ASSIS CUNHA era um dos pilotos da aeronave a serviço de WAGNER MAIA CESPEDES.Não existem vícios formais ou materiais que venham a macular a prisão em flagrante e verifico que foram asseguradas todas as garantias constitucionais conferidas ao requerente.Não desconheço as condições pessoas possivelmente favoráveis do requerente. Todavia, estas informações não são suficientes para justificar a revogação da prisão preventiva, pois a forma de agir potencializa a gravidade do crime. Cabe, portanto, ao Judiciário retirar pessoas que cometam tais delitos do convívio social, sob pena de comprometimento da própria Justiça.Ademais, as condutas descritas no art. 33, “caput”, c/c art. 40, III, e art. 35 todos da Lei Federal nº 11.343/06, são permanentes, razão pela qual, o momento consumativo prolonga-se no tempo, enquanto dita conduta estiver sendo praticada.A par disso, a quantidade de droga, armas e complexidade da organização criminosa constatada ao longo das investigações sinaliza perigo à ordem pública, o que também impede a concessão da liberdade. A periculosidade do acusado, nesse aspecto, é latente. Como bem afirma o MP, o crime que está em apuração é ilícito extremamente grave, visto que causa impacto sobre diversos setores da sociedade, sobretudo saúde e família.No que tange à aplicação das medidas cautelares, não entendo cabíveis uma vez que a prisão do requerente visa garantir a ordem pública.Desta forma, presentes os fundamentos da prisão preventiva, principalmente a garantia da ordem pública (ART. 312 do CPP), INDEFIRO o pleito. Intime-se. E após o trânsito em julgado da DECISÃO, arquivem-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Arlen José Silva de Souza Juiz de DireitoRECEBIMENTOAos ____ dias do mês de Abril de 2017. Eu, _____ Alexandre Marcel Silva - Escrivã(o) Judicial, recebi estes autos.

Proc.: 0020244-59.2013.8.22.0501
Ação:Procedimento Especial da Lei Antitóxicos (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Marcos Paulo de Oliveira Laray, Adir Severino Pamplona, Arlei Adalto Tapia
Advogado:José Haroldo de Lima Barbosa (OABRO 658-A), José Haroldo de Lima Barbosa (OAB/RO 658-A)
SENTENÇA:
Advogado: José Haroldo de Lima Barbosa OAB/RO 658-AFINALIDADE: Intimar o advogado da SENTENÇA proferida nos autos:I - RelatórioO representante do Ministério Público ofereceu

denúncia em desfavor de Arlei Adalto Tapia, Marcos Paulo de Oliveira Laray e Adir Severino Pamplona, qualificados nos autos, imputando-lhes a prática dos crimes previstos no art. 33, caput, e 35, ambos da Lei n. 11.343/2006.1º fato: Narra a acusação que, em data e horário que não se pode precisar, nesta cidade e comarca de Porto Velho/RO, os denunciados associaram-se para o fim de praticar o crime de tráfico de drogas.2º fato: Consta ainda que, no dia 10 de dezembro de 2013, por volta das 15h15, no estabelecimento comercial Drogaria Fox , localizado na rua Calama, n. 4321, no bairro Lagoa, nesta cidade e comarca de Porto Velho/RO, os denunciados expunham à venda e vendiam, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, várias caixas de medicamentos sujeitos a controle especial pela ANVISA, tais como: Gardenal (Fenobarbital), Roacutan (Isotretinoína), Rivotril (Clonazepam), dentre outros.Os acusados foram notificados e apresentaram defesa prévia, mas por preencher os requisitos legais, a denúncia foi recebida. Citados, os acusados foram interrogados em juízo, oportunidade em que foram ouvidas as testemunhas, dando-se por encerrada a instrução.Em sede de alegações finais, o Ministério Público requereu a absolvição dos réus nos termos do artigo 386, inciso I, do CPP.A defesa dos acusados requereu a improcedência da denúncia.É o relatório. DECIDO.II - FundamentaçãoA materialidade restou comprovada, por meio do auto de apresentação e apreensão de fls. 31/33 e do Exame Químico Toxicológico Definitivo de fls. 86/93, que constatou que os medicamentos apreendidos possuem comercialização regulamentada pelas Portaria n. 344, de 12 de maio de 1998/ ANVISA.Relativamente à autoria, cumpre analisar as condutas praticadas.Na delegacia os acusados negaram a autoria dos crimes.Em juízo a defesa dispensou o interrogatório do acusado Arlei.Questionado acerca dos fatos o acusado Marcos disse que o site da ANVISA é problemático, por isso às vezes passam cerca de dez dias sem conseguir acesso. Esclareceu que possuem sete dias de prazo para enviar o relatório dos medicamentos, sendo que a fiscalização que ocasionou os fatos ocorreu no sétimo dia, quando os relatórios seriam enviados no período da tarde. Disse que apesar de mostrarem todas as notas fiscais aos agentes, eles não deram ouvidos. Por fim, informou que após a fiscalização os medicamentos foram regularizados.Por sua vez, o acusado Adir declarou que a farmácia estava legalmente constituída, e que na verdade o que houve foi uma discrepância entre o relatório retirado pelos fiscais e o estoque da farmácia. Esclareceu que a diferença se deu em razão das dificuldades enfrentadas pelos farmacêuticos para acessar o site da ANVISA. Ressaltou que não houve venda de medicamentos sem receita médica. Por fim, disse que a discrepância foi esclarecida posteriormente perante a vigilância sanitária municipal.A testemunha de defesa Eliezer Richardi Van Neutgem declarou em juízo que é colega de profissão dos acusados. Enfatizou que nunca presenciou os acusados praticarem qualquer ato ilícito. Disse ainda que o sistema de controle dos medicamentos de uso controlado apresenta muitas falhas, ficando fora do ar por dias, o que dificulta o trabalho de cadastro. Por fim, disse que já ficou sessenta dias sem conseguir enviar relatórios em razão de falha no sistema.No mesmo sentido foram as declarações da testemunha Lérida Maria dos Santos. Ressaltou que ficou horrorizada com a prisão dos acusados, pois são profissionais competentes e atuam na legalidade.De fato, não se demonstrou de modo convincente a prática do tráfico de medicamentos de uso controlado, tampouco da associação para o tráfico.Embora os medicamentos descritos no auto de apresentação e apreensão tenham sido apreendidos durante uma fiscalização, uma vez que seus registros não constavam no sistema da ANVISA, a comercialização desses medicamentos estava de acordo com a legalidade.Conforme demonstrado nos autos, em decorrência de problemas técnicos do próprio sistema da ANVISA, o registro dos medicamentos é prejudicado, não se podendo atribuir aos farmacêuticos a responsabilidade pela ineficiência do sistema. Portanto, considerando que o fato configura uma mera irregularidade, os elementos de prova colhidos nos autos demonstram com precisão que os acusados não praticaram os crimes descritos na denúncia.Assim, a absolvição é medida que se impõe.III - DISPOSITIVO PELO EXPOSTO, julgo improcedente a pretensão punitiva deduzida na denúncia e, por consequência, absolvo Arlei Adalto Tapia, Marcos Paulo de Oliveira Laray e Adir Severino Pamplona das condutas previstas no 33, caput, e 35, caput, ambos da Lei 11.343/06, com fundamento no artigo 386, inciso I, do Código de Processo Penal.Restitua-se os medicamentos apreendidos.Isentos das custas.Cumpra-se as comunicações legais e demais providências de praxe, após, arquive-se. Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Arlen José Silva de Souza Juiz de Direito

Proc.: 1003116-67.2017.8.22.0501
Ação:Liberdade Provisória com ou sem fiança (Criminal)
Requerente:Wagner Pimenta Oliveira
Advogado:Celso Luiz Mutz da Cruz (OAB-RO 7822)
SENTENÇA:
CONCLUSÃO Aos 30 dias do mês de Março de 2017, faço estes autos conclusos ao Juiz de Direito Arlen José Silva de Souza. Eu, _____ Alexandre Marcel Silva - Escrivã(o) Judicial, escrevi conclusos.Vara: 1ª Vara de Delitos de TóxicosProcesso: 1003116-67.2017.8.22.0501Classe: Liberdade Provisória com ou sem fiança (Criminal)Requerente: Wagner Pimenta OliveiraFINALIDADE: Intimar o(a)(s) advogado(a)(s) da seguinte DECISÃO:Vistos.Trata-se de pedido de Liberdade Provisória formulado pelo requerente que alega não estarem presentes os requisitos legais da medida cautelar. Ainda requer caso não seja o entendimento do juízo, sejam-lhe aplicadas as medidas cautelares do art. 319, CPP.Em parecer, o Ministério Público pugna pelo indeferimento do pleito. Recebo, pois, como pedido de revogação da prisão preventiva, uma vez que o flagrante já foi homologado e convertida a prisão. Em que pese a argumentação da defesa, verifico que pretende discutir antecipadamente, em momento processual inadequado a própria autoria delitiva por parte do acusado.Com efeito, na presente fase processual a persecução é vista sob a ótica de indícios de autoria e materialidade do delito, elementos que só poderiam ser afastados por prova cabal e segura de ausência de justa causa, o que não é o presente caso.Conforme se extraem dos documentos juntados aos autos, o requerente foi preso em flagrante por ter praticado, em tese, os crimes previstos no artigo 33, caput, e 35, ambos da Lei 11.343/06 e 12, da Lei 10.826/03, em coautoria com Lelciane Gilsa da Silva, Daijane Silva Valence e Deimeson Sales de Souza.Registro que na residência em que o paciente foi abordado a polícia militar apreendeu um total de 30,40g de cocaína (58 porções), 34,34g de maconha (22 porções), R$ 1.575,00, além de material utilizado para endolação de droga. Na residência de Deimeson foi apreendida mais droga.Constam essas informações nos depoimentos dos policiais que participaram das investigações que culminou na apreensão do psicotrópico. Ante os fatos apresentados, a simples negativa de autoria de tráfico de droga, por si só não ilide os elementos indiciários até agora amealhados na investigação.Portanto, não existem vícios formais ou materiais que venham a macular a prisão em flagrante e verifico que foram asseguradas todas as garantias constitucionais conferidas ao requerente.Não desconheço as condições pessoas favoráveis do requerente alegadas pela defesa. Todavia, estas informações não são suficientes para justificar a revogação da prisão preventiva, pois a forma de agir potencializa a gravidade do crime. Cabe, portanto, ao Judiciário retirar pessoas que cometam tais delitos do convívio social, sob pena de comprometimento da própria Justiça.Ademais, as condutas descritas no arts. 33, “caput”, e 35 da Lei Federal nº 11.343/06, são permanentes, razão pela qual, o momento consumativo prolonga-se no tempo, enquanto dita conduta estiver sendo praticada.A par disso, a quantidade de droga apreendida sinaliza perigo à ordem pública, o que também impede

a concessão da liberdade.Como bem afirma o MP, o crime que está em apuração é ilícito extremamente grave, visto que causa impacto sobre diversos setores da sociedade, sobretudo saúde e família.No que tange à aplicação das medidas cautelares, não entendo cabíveis uma vez que a prisão do requerente visa garantir a ordem pública.Desta forma, presentes os fundamentos da prisão preventiva, principalmente a garantia da ordem pública (ART. 312 do CPP), INDEFIRO o pleito. Intime-se. E após o trânsito em julgado da DECISÃO, arquivem-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Arlen José Silva de Souza Juiz de DireitoRECEBIMENTOAos ____ dias do mês de Abril de 2017. Eu, _____ Alexandre Marcel Silva - Escrivã(o) Judicial, recebi estes autos.

Proc.: 1000529-72.2017.8.22.0501
Ação:Restituição de Coisas Apreendidas-Criminal
Requerente:Rosita Castro do Nascimento
Advogado:Ezio Pires dos Santos (OAB/RO 5870)
DESPACHO:
Vistos.Chamo o feito a ordem.Recebo o apelo de fls.97/98.As razões e contra-razões de recurso deverão ser apresentadas na instância superior no momento oportuno.Encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado para apreciação do recurso, com as homenagens de estilo.Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Arlen José Silva de Souza Juiz de Direito

Proc.: 0006576-16.2016.8.22.0501
Ação:Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Edileno dos Santos, Denise Vieira Farias dos Santos, Karen Cristina Oliveira, Ryan Verissimo de Oliveira
Advogado:Wladislau Kucharski Neto (OAB/RO 3335), Elvis Dias Pinto (OAB/RO 3447), Ueliton Felipe Azevedo de Oliveira (OAB/RO 5176), Marcos Vilela Carvalho (OAB/RO 084), Roberto Harlei Nobre de Souza (RO 1642), Adriana Nobre Belo Vilela (OAB/RO 4408)
DESPACHO:
Vistos.Recebo a manifestação do(s) acusado(s) de fls. 412/414, como recurso de apelação. Bem como os Recursos de apelação de fls. 443, 444 (nos termos do art. 600, § 4º CPP) e 445 dos acusados Karen Cristina Oliveira, Denise Vieira Farias dos Santos e Edileno dos Santos, respectivamente.Intime-se os advogados Adriana Nobre Belo Vilela OAB/RO 4408 e Wladislau Kucharski Neto OAB/RO 3335, para apresentarem as Razões de Recurso dos acusados por si patrocinados. As razões de Denise Vieira Farias dos Santos, por seu advogado Elvis Dias Pinto OAB/RO 3447, serão apresentadas na instância superior no momento oportuno.Juntadas as razões, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia para apreciação do recurso, com as homenagens de estilo.Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Arlen José Silva de Souza Juiz de Direito

Proc.: 1000341-79.2017.8.22.0501
Ação:Inquérito Policial (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Indiciado:Gabriel Sousa Nicólli, Guilherme de Oliveira Brito
Advogado:Adriana Nobre Belo Vilela (OAB/RO 4408), José Anastácio Sobrinho (OAB/RO 872)
DESPACHO:
Advogado(s): José Anastácio Sobrinho OAB/RO 872; Artur César Ferreira Sobrinho OAB/RO 8023; Adriana Nobre Belo Vilela OAB/RO 4408;FINALIDADE: Intimar o(s) advogado(s) do recebimento da denúncia, bem como da audiência designada. V i s t o s,Recebo as defesas preliminares de folhas 113/121 e 127/136. Examinando os autos observo que a denúncia preenche os requisitos previstos no artigo 41, do Código de Processo Penal, e vem instruída com inquérito policial, no qual consta lastro probatório suficiente para deflagração de ação penal, pelo (s) crime (s) imputado (s).Não verifico, prima facie, alguma das hipóteses previstas no artigo 395, do Código de Processo Penal.Por isso, recebo a denúncia. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 11 de maio de 2017, às 9h00min.Cite (m)-se/Intimem-se MP, defensor/a (s), testemunha (s) e ré/u (s). Requisite (m)-se. Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.

Proc.: 0003013-14.2016.8.22.0501
Ação:Pedido de Prisão Preventiva (Criminal)
Requerente:Superintendência da Polícia Federal em Rondônia
Requerido:Agenor da Silva, Aldoêz Bezerra da Silva, Anahie Samara Itapora Campos Rocha, Cleidiane Pires da Silva, Elidiana Nascimento Sampaio Oliveira, Elvis Moreira Rocha, Gladys Lobato Sales, Jainei Dutra Guimarães, Jesus Pinto de Paula, José Orlando Barbosa, Julcy Lima Pinheiro, Kennedy da Silva Delmiro, Laélcio Barros da Silva, Lehilson Granjeiro Pinheiro, Marcelo de Souza Silva, Marciana Queiroz da Silva, Márcio Queiroz da Silva, Elias Alves de Paula, Miquéias Ferreira Riça, Paulo Marcio Ribeiro dos Santos, Paulo César Barbosa, Roberto Soares Ribeiro dos Santos, Sandro Cássio de Oliveira, Sérgio Barros dos Santos, Zenilton Pinto da Silva
Advogado:James Albert Magalhães Santos (OAB/MA 8565)
DECISÃO:
CONCLUSÃO Aos 29 dias do mês de março de 2017, faço estes autos conclusos ao Juiz de Direito Arlen José Silva de Souza. Eu, _____ Alexandre Marcel Silva - Escrivã(o) Judicial, escrevi conclusos.Vara: 1ª Vara de Delitos de TóxicosProcesso: 0003013-14.2016.8.22.0501Classe: Pedido de Prisão Preventiva (Criminal)Requerente: Superintendência da Polícia Federal em RondôniaRequerido:AgenordaSilva;AldoêzBezerradaSilva;Anahie Samara Itapora Campos Rocha; Cleidiane Pires da Silva; Elidiana Nascimento Sampaio Oliveira; Elvis Moreira Rocha; Gladys Lobato Sales; Jainei Dutra GNão denunciado: Geneci José dos Santos; Romilda Rocha Duarte; Vera Lúcia Rosa dos SantosAdvogado: Linaldo Albino da Silva OAB/MA 6642FINALIDADE: Intimar o advogado supracitado da seguinte DECISÃO:Vistos e examinados. Trata-se de pedido de deslacração formulado pelo requerente e réu Lehilson Granjeiro Pinheiro referente ao estabelecimento comercial Drogaria Junior - L. Granjeiro Pinheiro ME.Lehilson Granjeiro Pinheiro é pai de Julcy Lima Pinheiro, namorada de SABUGO - um dos alvos principais da “Operação Cardeal”, possivelmente envolvido há longa data com o tráfico de drogas. O mesmo é proprietário da farmácia DROGA JUNIOR na cidade de Vitorino Freire/MA.Argumenta que está em liberdade e impedido de realizar seu trabalhar diante da constrição judicial. Alega prejuízos econômicos com a permanência da medida. Aduz ser proprietário e trabalhar licitamente nesta empresa há 20 anos.O parecer do Ministério Público pelo indeferimento.O empreendimento comercial foi alvo suspeito de ser utilizado no crime de lavagem de capitais ocultando a origem ilícita auferida do tráfico de drogas. É de cunho internacional o empenho em combater estes crimes.Com estas medidas de lacração de estabelecimento que é estancado o financiamento dos envolvidos cessando ao máximo as atividades criminosas desenvolvidas.Ocorre que no pedido de duplicação do prazo do Inquérito Policial, a Autoridade informa que, diante dos documentos apresentados, sobretudo a cópia do imposto de renda, verificou-se que o empreendimento é realmente constituído há longa data e sem expressivas movimentações financeiras. Entendeu não ser mais necessário a suspensão das atividades comerciais da drogaria.Diante desses dados, também assim entendo já que os indícios da utilização do comércio nos crimes estão superados.Posto isto, DEFIRO o pedido de deslacração do estabelecimento comercial Drogaria Júnior - L. Granjeiro Pinheiro ME.Arquive-se após o trânsito em julgado.P.R.I.C.Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Arlen José Silva de Souza Juiz de DireitoRECEBIMENTOAos ____ dias do mês de abril de 2017. Eu, _____ Alexandre Marcel Silva - Escrivã(o) Judicial, recebi estes autos.
Alexandre Marcel Silva

Escrivã Judicial

# VARA DO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER

Cartório do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher
Cartório do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE PORTO VELHO
JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

EXPEDIENTE DO DIA 1º/08/2016
Proc.: 0002129-53.2014.8.22.0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Alexandrino Sichinel Dantas
Advogado: MARCO ANTÔNIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS (OAB/RO 6140 - OAB/PR 42.732)
FINALIDADE: INTIMAR o advogado supracitado da designação de Audiência de Instrução e Julgamento a realizar-se em 21/06/2017, às 11 horas, referente aos autos em epígrafe.
Porto Velho/RO, 18 de abril de 2017.
Muzamar Maria Rodrigues Soares
Diretora de Cartório

EXPEDIENTE:
Proc.: 0019725-50.2014.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Carlos Augusto de Melo Lira
Advogado: Eliseu Santos Paulino, OAB/RO 6558, OAB/AC 3650
Advogado: Olympio Lopes dos Santos Netto, OAB/RO 103-B
Advogado: Pascoal Cahulla Neto, OAB/RO 6571
FINALIDADE: INTIMAR os advogados supra citados da designação de Audiência de Instrução e Julgamento a realizar-se em 23/06/2017, às 08h, referente aos autos em epígrafe.
Porto Velho, 18 de Abril de 2017
Muzamar Maria Rodrigues Soares
Diretora de Cartório

EXPEDIENTE:
Proc.: 0000189-19.2015.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Angelo Ribeiro da Silva
Advogada: Maria Almeida de Jesus, OAB/RO 663
FINALIDADE: INTIMAR a advoga supra citada da designação de Audiência de Instrução e Julgamento a realizar-se em 12/06/2017, às 12h, referente aos autos em epígrafe.
Porto Velho, 18 de Abril de 2017
Muzamar Maria Rodrigues Soares
Diretora de Cartório

EXPEDIENTE:
Proc.: 0019226-03.2013.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Junior Abreu de Oliveira
Advogado: Horlando F. Rolim Nt, OAB/RO 1520
Advogado: Nilton Dantas, OAB/RO 243-A
FINALIDADE: INTIMAR os advogados supra citados da designação de Audiência de Instrução e Julgamento a realizar-se em 09/06/2017, às 12h, referente aos autos em epígrafe.
Porto Velho, 18 de Abril de 2017
Muzamar Maria Rodrigues Soares
Diretora de Cartório

EXPEDIENTE:
Proc.: 0002142-52.2014.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Mazurkiewicz Andrade da Silva
Advogado:Edivaldo Soares da Silva, OAB/RO 3082
FINALIDADE: INTIMAR os advogados supra citados da designação de Audiência de Instrução e Julgamento a realizar-se em 22/06/2017, às 08h, referente aos autos em epígrafe.
Porto Velho, 18 de Abril de 2017
Muzamar Maria Rodrigues Soares
Diretora de Cartório

EXPEDIENTE:
Proc.: 0013501-96.2014.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Elino Nascimento da Silva
Advogada: Ana Lídia da Silva, OAB/RO 4153
Advogada: Raíssa Caroline Barbosa Correa, OAB/RO 7824
FINALIDADE: INTIMAR as advogadas supra citadas da designação de Audiência de Instrução e Julgamento a realizar-se em 02/06/2017, às 12h, referente aos autos em epígrafe.
Porto Velho, 19 de abril de 2017.
Muzamar Maria Rodrigues Soares
Diretora de Cartório

EXPEDIENTE:
Proc.: 0013827-90.2013.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Dilson Brito Moreira
Advogada: Corsirene Gomes Lira, OAB/RO 2051
Advogado: Josenildo Jacinto do Nascimento, OAB/RO 6023
FINALIDADE: INTIMAR os advogados supra citados da designação de Audiência de Instrução e Julgamento a realizar-se em 21/06/2017, às 10h, referente aos autos em epígrafe.
Porto Velho, 19 de abril de 2017.
Muzamar Maria Rodrigues Soares
Diretora de Cartório

Proc.: 0000031-95.2014.8.22.0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Ivan Reis Leitão
Advogado: Dra. Flavia Laís Costa Nascimento (OAB/RO 6.911)
FINALIDADE: INTIMAR o advogado supracitado da designação de Audiência de Instrução e Julgamento a realizar-se em 23/06/2017, às 10 horas, referente aos autos em epígrafe.
Porto Velho/RO, 19 de abril de 2017.
Muzamar Maria Rodrigues Soares
Diretora de Cartório

Proc.: 0016443-72.2012.8.22.0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Luciano Falcade dos Santos
Advogado: Dr. Andre Roberto V. Soares (OAB/RO 4452)
FINALIDADE: INTIMAR o advogado supracitado da designação de Audiência de Instrução e Julgamento a realizar-se em 22/06/2017, às 10 horas, referente aos autos em epígrafe.
Porto Velho/RO, 19 de abril de 2017.
Muzamar Maria Rodrigues Soares
Diretora de Cartório

EXPEDIENTE DO DIA 19/04/2017
Proc.: 1003569-62.2017.8.22.0501
Ação:Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
Requerente:S. de B. S.
Requerido:J. F. T.

PRAZO: 10 (DEZ) DIAS
FINALIDADE: INTIMAR o requerido JARDSON FREITAS TENORIO, brasileiro, nascido aos 23/10/1984, natural de Porto Velho/RO, filho de Maria Dalva Alves Freitas Tenório e Jairo da Silva Tenório, atualmente em lugar incerto e não sabido, da DECISÃO que concedeu Medidas Protetivas, referente aos autos em epígrafe, conforme transcrito.
"DECISÃO COMO MANDADO Nº. _____A requerente menciona que no dia 1º/04/2017 o requerido, com quem namorou por um ano e meio e manteve união estável por quatro meses, tentou invadir sua residência e a ameaçou, dizendo que iria colocá-la na justiça, não tinha medo dela e ela quem deveria ter medo dele, deixando-a atemorizada. Afirma que o requerido manda mensagens prometendo que matá-la e se arrumar outra pessoa, vai matar também. Temendo por sua integridade física e psicológica, já que não pretende se reconciliar, pede, nos termos da Lei n. 11.340/2006, a proibição de se aproximar e de manter contato por qualquer meio de comunicação.Anexou termo de declarações prestadas perante a autoridade policial, boletim de ocorrência pelo crime de ameaça, representando criminalmente.É o relatório. Decido.Trata-se de caso típico de violência doméstica, noticiando os autos perturbações e ameaças praticadas pelo requerido contra a requerente.A Lei Federal n. 11.340/2006 prevê, dentre outras, a possibilidade de medida protetiva consistente na proibição de se aproximar da vítima, familiares e testemunhas em certo limite de distância e proibição de contato com os mesmos por qualquer meio de comunicação (art. 22, inciso III, alíneas "a" e "b").Trata-se de caso que permite tal deferimento, o desequilíbrio emocional do requerido é patente, ante os relatos constantes nas declarações. O perigo da demora é notório, já que o risco da vítima, é atual e iminente.Para evitar influência na prova, é preciso evitar que o requerido tenha contato com a vítima. Aliás, assim se evita, também, que haja a possibilidade de nova reiteração de conduta. Desta forma, acolhendo o pedido da vítima e requerente, defiro as seguintes medidas protetivas, pelo prazo de 8 (oito) meses a contar da data desta DECISÃO:a) proibição do requerido de se aproximar da requerente a menos de 100 (cem) metros de distância;b) proibição de entrar em contato com a requerente por qualquer meio de comunicação, inclusive telefônico, redes sociais, dentre outros.Tudo isso sob pena de, se eventualmente estiver solto, ser decretada a sua prisão preventiva, no caso de descumprimento dessas medidas.Esclarece-se às partes que eventual dissolução da união, referente aos seus direitos como companheiros, deverá ser discutida em uma das varas de família da capital, por meio de advogado ou defensor público.A presente DECISÃO não restringe qualquer direito do requerido com relação ao direito de visitas aos filhos menores.As partes deverão eleger um membro da família ou amigo íntimo para fazer a mediação quanto à visitação dos filhos durante a vigência das medidas, de modo que não haja contato entre requerido e requerente, até que se resolva a questão da guarda, alimentos e direito de visitas em definitivo, perante o juízo competente (vara de família), por meio de advogado ou defensor público.Sirva a presente como MANDADO de intimação das partes, bem como para efetivo cumprimento das medidas acima concedidas, fazendo-se acompanhar de apoio policial, se for necessário.Anexar, em separado, o endereço da requerente e do requerido, para se proceder às respectivas intimações. Alerte-se o(a) oficial(a) de justiça para não fornecer o endereço de uma parte para a outra, para se evitar maiores possibilidades de divergências entre elas. ESTABELEÇO PRAZO DE 5 DIAS PARA CUMPRIMENTO DO MANDADO.Não sendo encontrado a requerida no endereço declinado no MANDADO, o(a) oficial(a) de justiça deverá diligenciar junto à requerente e solicitar possível endereço atualizado para intimá-lo.Havendo manifestação expressa da vítima para que não mais sejam cumpridas as medidas deferidas, deverá o(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça certificar no MANDADO e intimá-la a comparecer em 03 (três) dias pessoalmente no cartório deste Juizado, para solicitar revogação das referidas medidas.A vítima poderá, nos casos em que entender necessário, requerer a prorrogação das medidas protetivas ora concedidas, já que válidas por 8 (oito) meses. O pedido de prorrogação deverá ser efetuado pela requerente pessoalmente, junto ao Cartório deste Juizado, no prazo de 10 (dez) dias antes da data vencimento das referidas medidas.Encaminhe-se cópia desta DECISÃO à Delegacia da Mulher.Intimem-se as partes e dê-se ciência ao Ministério Público. Após, aguarde-se o decurso do prazo de Validade das MPU.Porto Velho-RO, terça-feira, 4 de abril de 2017.Fabiano Pegoraro Franco Juiz de Direito".
Porto Velho, 19 de abril de 2017.
Muzamar Maria Rodrigues Soares
Diretora de Cartório

Proc.: 0016443-72.2012.8.22.0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Luciano Falcade dos Santos
Advogado: Dr. Eliseu dos Santos Paulino (OAB/AC 3650)
FINALIDADE: INTIMAR o advogado supracitado da designação de Audiência de Instrução e Julgamento a realizar-se em 22/06/2017, às 10 horas, referente aos autos em epígrafe.
Porto Velho/RO, 19 de abril de 2017.
Muzamar Maria Rodrigues Soares
Diretora de Cartório

Proc.: 0010737-40.2014.8.22.0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Vítima do fato: Ministério Público do Estado de Rondônia, Margareth Conforti Lang
Denunciado:Laurito Campi Júnior
Advogado: Dr. Vagner Boscato de Almeida (OAB/RO 6737)
Advogado: Dr. Alexandre do Carmo Batista (OAB/RO 4860)
FINALIDADE: INTIMAR o advogado supracitado da designação de Audiência de Instrução e Julgamento a realizar-se em 21/06/2017, às 12 horas, referente aos autos em epígrafe.
Porto Velho/RO, 19 de abril de 2017.
Muzamar Maria Rodrigues Soares
Diretora de Cartório

Proc.: 0021611-84.2014.8.22.0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Jucelino Silva dos Santos
Advogado: Dr. Bento Manoel de Morais Navarro Filho (OAB/RO 4251- OAB/AC 4244)
Advogado: Dr. Márcia Teixeira dos Santos (OAB/RO 6768)
FINALIDADE: INTIMAR o advogado supracitado da designação de Audiência de Instrução e Julgamento a realizar-se em 19/06/2017, às 08 horas, referente aos autos em epígrafe.
Porto Velho/RO, 19 de abril de 2017.
Muzamar Maria Rodrigues Soares
Diretora de Cartório
Cart煮io do Juizado de Viol麩cia Dom駸tica e Familiar contra Mulher

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE PORTO VELHO
JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER
EXPEDIENTE DO DIA 19/04/2017
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Proc.: 0002718-79.2013.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Walter Oliveira Nery
Advogado: Antônio Santana Moura - OAB/RO 531-A

Renato Pina Antônio - OAB/SP 343922
FINALIDADE: INTIMAR os advogados supracitados da designação de Audiência de Instrução e Julgamento a realizar-se em 14/06/2017, às 11 horas, referente aos autos em epígrafe.
Porto Velho, 19 de abril de 2017
Muzamar Maria Rodrigues Soares
Diretora de Cartório
Muzamar Maria Rodrigues Soares

Escrivã Judicial

## 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
Proc.: 0014233-09.2016.8.22.0501
Ação:Ação Penal de Competência do Júri (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado Absolvido:Pedro Leonidas dos Santos
PEDRO LEÔNIDAS DOS SANTOS, brasileiro, RG 238827/SSP/RO, nascido aos 28/02/1964, em Planalto/PR, filho de Gentil Batista dos Santos e de Natalícia dos Santos, residente na Rua Fascinação, nº 2275, Bairro Flanboyant, nesta comarca.
FINALIDADE: Intimar o acusado acima qualificado da SENTENÇA, expedida às fls. 115-119 dos auto supra.
SENTENÇA:
Ex positis, com base no art. 26, caput, do CP e no art. 415, inc. IV, do CPP, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão punitiva deduzida na denúncia para absolver o acusado PEDRO LEÔNIDAS DOS SANTOS, já qualificado, da imputação de prática do delito previsto no art. 121, §2, inc. II, e 147, todos do CP.
Tendo em vista, entretanto, o disposto nos ats. 96 e 97, caput, primeira parte, ambos do CP, e considerando que ao crime em tela é prevista pena de reclusão, aplico a PEDRO LEÔNIDAS DOS SANTOS a medida de segurança de sujeição a tratamento ambulatorial, pelo prazo mínimo de 02 (dois) anos (art. 96, § 2º, in fine, do CP), devendo ser o iniputável submetido a exame médico, nos moldes do disposto nos parágrafo do art. 97 do CP, a fim de averiguar-se a cessação da periculosidade. Kerley Regina Ferreira de Arruda Alcâtara, Juíza de Direito. Porto Velho/RO, de 3 de março de 2017.

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 15 DIAS
Proc.: 0013962-68.2014.8.22.0501
Ação:Ação Penal de Competência do Júri (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Josiane Pereira dos Santos, Thainara Ferreira, Adson Costa Nascimento
Advogado:Antônio Carlos Monteiro (RO 567-A)
JOSIANE PEREIRA DOS SANTOS: "ZIANE", brasileiro, nascido aos 06/07/1986 na cidade de Bom Jardim/MA, filho de Josias Sousa dos Santos e de Antônia Pereira dos Santos.
FINALIDADE: Intimar o acusado acima qualificado da SENTENÇA, expedida às fls. 423-426 dos auto supra.
SENTENÇA:
Posto isso, em juízo de admissibilidade da acusação, PRONUNCIO os acusados JOSIANE PEREIRA DOS SANTOS e THAINARA FERREIRA, para submetê-los a julgamento, perante o Tribunal do Júri, como incursos nas sanções do art.121, §2º, inc.IV, do Código Penal. Com fundamento no artigo 414, caput, do Código de Processo Penal, IMPRONUNCIO o acusado ADSON COSTA NASCIMENTO. Ressalto que enquanto não ocorrer a extinção da punibilidade poderá ser formulada nova denúncia ou queixa se houver prova nova. A acusada THAINARA responde ao processo em liberdade e assim poderá permanecer, salvo superveniência de razões que justifiquem a segregação.P.R.I. Após a preclusão desta DECISÃO, cumpra-se a disposição expressa no art.422 do CPP. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de abril de 2017. Kerley Regina Ferreira de Arruda Alcantara Juíza de Direito

Proc.: 0013962-68.2014.8.22.0501
Ação:Ação Penal de Competência do Júri (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Josiane Pereira dos Santos, Thainara Ferreira, Adson Costa Nascimento
Advogado:Antônio Carlos Monteiro (RO 567-A)
FINALIDADE: Intimar o advogado acima da SENTENÇA de pronúncia abaixo expedida pela MM. Juíza de Direito.
SENTENÇA:
Posto isso, em juízo de admissibilidade da acusação, PRONUNCIO os acusados JOSIANE PEREIRA DOS SANTOS e THAINARA FERREIRA, para submetê-los a julgamento, perante o Tribunal do Júri, como incursos nas sanções do art.121, §2º, inc.IV, do Código Penal. Com fundamento no artigo 414, caput, do Código de Processo Penal, IMPRONUNCIO o acusado ADSON COSTA NASCIMENTO. Ressalto que enquanto não ocorrer a extinção da punibilidade poderá ser formulada nova denúncia ou queixa se houver prova nova. A acusada THAINARA responde ao processo em liberdade e assim poderá permanecer, salvo superveniência de razões que justifiquem a segregação.P.R.I. Após a preclusão desta DECISÃO, cumpra-se a disposição expressa no art.422 do CPP. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de abril de 2017. Kerley Regina Ferreira de Arruda Alcantara Juíza de Direito.
Gisa Carla da Silva Medeiros Lessa

Diretora de Cartório

## 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

2º Cartório do Tribunal do Júri
2º Cartório do Tribunal do Júri
Juiz de Direito: José Gonçalves da Silva Filho
Escrivã Judicial: Sandra Mª L. Cantanhêde de Vasconcellos
Endereço eletrônico: pvh2juri@tjro.jus.br
Processo: 1000935-93.2017.8.22.0501
Ação: Pedido de Reabilitação
Requerente: Joabe Jorge Sampaio Cabral
Advogados: Francisco Nunes Neto (OAB/RO 158) e José Bruno Ceconello (OAB/RO 1855).
FINALIDADE: Intimar os advogados Francisco Nunes Neto (OAB/RO 158) e José Bruno Ceconello (OAB/RO 1855) para, no prazo de 5 (cinco) dias, juntar ao requerimento de reabilitação cópias da SENTENÇA condenatória proferida nos autos da ação penal nº 0000949-19.1992.8.22.0001, bem como da DECISÃO que extinguiu a punibilidade do requerente.
Porto Velho, 19 de abril de 2017.
Sandra M. L. Cantanhêde
Escrivã Judicial

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DA COMARCA DE PORTO VELHO/RO, JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO, NA FORMA DA LEI ETC...
EDITAL DE CITAÇÃO
(Prazo de 15 dias)
Réu: JOSIMAR LIMA DE MORAES (ou JOSEMAR LIMA DE MORAIS), brasileiro, CPF 006.918.212-40, nascido aos 26/03/1990, natural de Alvorada d'Oeste/RO, filho de João Maria e Almira Alves de Lima, atualmente em local incerto ou não sabido.
Processo: 0010015-35.2016.8.22.0501
Classe: Ação Penal - crime doloso contra a vida

Procedimento: Júri
Parte Autora: Ministério Público do Estado de Rondônia
FINALIDADE: Citar o acusado acima qualificado para responder à acusação que lhe foi imputada na denúncia, apresentando a resposta, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 406, §3º do CPP, que tem a seguinte redação: "Na resposta, o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, até no máximo 8 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário". Esse ato deverá ser feito por meio de advogado, cujo nome será declinado no momento da citação. Declarando o acusado não ter advogado nem condições financeiras para constituí-lo, ser-lhe-á então nomeado Defensor Público que atua nesta Vara. (Art. 408 do CPP). Denunciado como incurso no art. 121, §2°, inciso IV (traição), c/c art. 14, II, ambos do Código Penal.
OBSERVAÇÃO: O acusado não tendo defensor poderá comparecer na sede do Juízo, dentro do prazo estabelecido, munido dos documentos, justificações, provas pretendidas e rol de testemunhas com suas qualificações, a fim de que o Defensor Público da Vara responda à acusação.
E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam alegar ignorância, mando expedir o presente edital, que será afixado no lugar de costume, na sede deste Juízo, no Fórum Criminal Des. Fouad Darwich Zacharias, Praça Marechal Rondon, Centro Porto Velho/RO.
Dado e passado o presente edital nesta cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, aos 19 de abril de 2017. Eu,_____ Sandra Maria Lima Cantanhêde – Diretora de Cartório, o digitei e assino.
O EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DA COMARCA DE PORTO VELHO/RO, JOSÉ GONÇALVES DA SILVA FILHO, NA FORMA DA LEI ETC...

EDITAL DE CITAÇÃO
(Prazo de 15 dias)
Réu: PAULO RICARDO SANTIAGO REIS, brasileiro, união estável, instrumentador cirúrgico, RG 1.471.480 – SSP/RO, CPF 127.698.807-99, nascido aos 19/02/1989, natural de Quatipuru/PA, filho de Manuel Waldmir Sena Reis e Maria Lucinéia Santiago Reis, atualmente em local incerto ou não sabido.
Processo: 0009411-74.2016.8.22.0501
Classe: Ação Penal - crime doloso contra a vida
Procedimento: Júri
Parte Autora: Ministério Público do Estado de Rondônia
FINALIDADE: Citar o acusado acima qualificado para responder à acusação que lhe foi imputada na denúncia, apresentando a resposta, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 406, §3º do CPP, que tem a seguinte redação: "Na resposta, o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, até no máximo 8 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário". Esse ato deverá ser feito por meio de advogado, cujo nome será declinado no momento da citação. Declarando o acusado não ter advogado nem condições financeiras para constituí-lo, ser-lhe-á então nomeado Defensor Público que atua nesta Vara. (Art. 408 do CPP). Denunciado como incurso no art. 121, §2°, inciso IV (traição), c/c art. 14, II, ambos do Código Penal.
OBSERVAÇÃO: O acusado não tendo defensor poderá comparecer na sede do Juízo, dentro do prazo estabelecido, munido dos documentos, justificações, provas pretendidas e rol de testemunhas com suas qualificações, a fim de que o Defensor Público da Vara responda à acusação.
E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam alegar ignorância, mando expedir o presente edital, que será afixado no lugar de costume, na sede deste Juízo, no Fórum Criminal Des. Fouad Darwich Zacharias, Praça Marechal Rondon, Centro Porto Velho/RO.
Dado e passado o presente edital nesta cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, aos 19 de abril de 2017. Eu,_____ Sandra Maria Lima Cantanhêde – Diretora de Cartório, o digitei e assino.
Sandra Maria Lima Cantanhêde de Vasconcellos

Escrivã Judicial

## 1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
Sugestões ou reclamações, façam-nos pessoalmente
ao Juiz ou contate-nos via internet
Endereço eletrônico:
Escrivão: phv1criminal@tjro.jus.br

Proc.: 0000230-40.2016.8.22.0601
Ação:Crimes de Calúnia, Injúria e Difamação de Competência d
Querelante:Antonio Edson Antunes da Cruz
Denunciado:Fabio Soares Francisco, Esion Geber Almeida de Lacerda, Valdinez Borges da Silva
Advogado:Silvio Vinicius Santos Medeiros (OAB/RO 3015)
FINALIDADE: Intimar o Advogado supramencionado do DESPACHO abaixo transcrito.
DESPACHO:Vistos. Esclareço, ao querelante, que o momento oportuno para o oferecimento do rol de testemunhas, de acordo com o art. 41, do CPP é no momento da apresentação da inicial. A denúncia já foi recebida e não vislumbro na(s) resposta(s) do(s) acusado(s) alguma das hipóteses do artigo 397, do Código de Processo Penal.O recebimento da denúncia pressupõe a presença dos requisitos do artigo 41, do Código de Processo Penal, e a existência de lastro probatório suficiente (justa causa) para deflagração de ação penal pelo(s) delito(s) imputado(s).POR ISSO, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 04 de julho de 2017, às 09h30min.Intime(m)-se.Requisite(m)-se e/ou depreque (m)-se, se for o caso.Diligencie-se, pelo necessário.Porto Velho-RO, segunda-feira, 12 de dezembro de 2016.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0014581-27.2016.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Erison Silva Rodrigues
Advogada: Francisca Rosilene Garcia Celestino (OAB/RO 2769).
FINALIDADE: Intimar a Advogada supramencionada do DESPACHO abaixo transcrito.
DESPACHO:Vistos. A denúncia já foi recebida e não vislumbro na(s) resposta(s) do(s) acusado(s) alguma das hipóteses do artigo 397, do Código de Processo Penal.O recebimento da denúncia pressupõe a presença dos requisitos do artigo 41, do Código de Processo Penal, e a existência de lastro probatório suficiente (justa causa) para deflagração de ação penal pelo(s) delito(s) imputado(s). POR ISSO, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 04 de julho de 2017, às 10h50min.Intime(m)-se.Requisite(m)-se e/ou depreque (m)-se, se for o caso.Diligencie-se, pelo necessário. Porto Velho-RO, segunda-feira, 12 de dezembro de 2016.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 15 (QUINZE) DIAS
Proc.: 0013648-54.2016.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Gilmar dos Santos da Silva, brasileiro, nascido aos 05.02.1985, natural de Humaitá/AM, filho de Maria Edna Felix dos Santos e de Américo Nunes dos Santos, atualmente, encontra-se em local incerto e não sabido.

FINALIDADE: Citação do réu acima qualificado para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar resposta escrita por intermédio de advogado ou defensor, ocasião em que poderá arguir preliminares e alegar tudo o que for pertinente para a defesa, devendo desde já apresentar documentos e especificar as provas que pretende produzir, inclusive indicando e qualificando eventual rol de testemunhas, declinar o nome de seu advogado ou informar a inexistência e impossibilidade de constituírem patrono, INTIMANDO-O para apresentar a defesa preliminar, conforme denúncia do Ministério Público, por violação no artigo 180, "Caput" do código penal.
LOCAL: Fórum Des. Fouad Darwich 1ª Vara Criminal.
Porto Velho, 25 de novembro de 2016.

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 15 (quinze) DIAS
Proc.: 0004270-11.2015.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: EDVALDO NUNES PEREIRA, CPF nº 549.159.612-49, RG nº 1285934 SSP/RO, brasileiro, solteiro, nascido aos 14.07.1988, natural de Porto Velho/RO, filho de João Nunes Pereira e Alvina Aparecida de Lima, atualmente encontra-se em lugar incerto.
FINALIDADE: Citação do réu acima qualificado, para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar resposta escrita por intermédio de advogado ou defensor, ocasião em que poderá agüir preliminares e alegar tudo o que for pertinente para a defesa, devendo desde já apresentar documentos e especificar as provas que pretende produzir, inclusive indicando e qualificando eventual rol de testemunhas, declinar o nome de seu advogado ou informar a inexistência e impossibilidade de constituírem patrono, INTIMANDO-O para apresentar a defesa preliminar, conforme denúncia do Ministério Público, por violação ao artigo 155, §4º, inciso I, do CP.
LOCAL: Forum Des. Fouad Darwich 1ª Vara Criminal.
Porto Velho – Fórum Criminal, Quarta Feira, 19 de abril de 2017.
Élia Massumi Okamoto

Diretora de Cartório

## 2ª VARA CRIMINAL

2º Cartório Criminal

Proc.: 1004260-76.2017.8.22.0501
Ação:Restituição de Coisas Apreendidas-Criminal
Requerente:Alexandro Martins de Mendonça
Advogado:Lauro Fernandes da Silva Junior (OAB/RO 6797)
FINALIDADE: Fica o advogado acima mencionado intimado do DESPACHO abaixo.
DESPACHO:
Vistos.Faculto ao requerente a emenda da inicial, no prazo de 48 horas, para juntada das peças indispensáveis ao exame do pedido, sob pena de indeferimento de plano.Juntada eventual emenda, dê-se vista ao Ministério Público. Incorrendo manifestação tempestiva, o que deverá ser certificado, os presentes autos poderão ser arquivados, pois o pedido estará indeferido. Int. Diligencie-se, pelo necessário. Porto Velho-RO, segunda-feira, 17 de abril de 2017. Edvino Preczevski Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 15 (quinze) dias
Proc.: 0013268-31.2016.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Flávia Cristina Ferreira de Araújo
DE: FLÁVIA CRISTINA FERREIRA DE ARAÚJO, brasileira, casada, física, CPF nº 785.440.921-87, filha de Francisco de Araújo e Luisa de Marilac Ferreira de Araújo, nascida aos 04.11.75, em Goiânia/GO. Atualmente em local incerto e não sabido.
Capitulação: Art..155, §4º, Inciso II do Código Penal.
FINALIDADE: Citar o(s) acusado(s) acima qualificado(s) para responder à acusação que lhe foi imputada nos termos da denúncia anexa, apresentando resposta, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, quando poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse às suas defesas, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, o que deverá ser feito por meio de advogado. Declarando o(s) acusado(s) não ter(em) defensor nem condições financeiras para constituí-lo, ser-lhe-á então nomeado para sua defesa o Defensor Público da Comarca, que atua nesta Vara.
OBSERVAÇÃO: O(s) acusado(s), não tendo defensor, poderá (ão) comparecer na sede do Juízo, dentro do prazo estabelecido, munido dos documentos, justificações, provas pretendidas e rol de testemunhas com suas qualificações, a fim de que o Defensor Público da Vara responda à acusação. A Defensoria Pública fica localizada à Rua Padre Chiquinho, 913, Bairro Pedrinhas (próximo ao Supermercado Aragão - Esplanada das Secretarias), Porto Velho/RO, no horário das 7:30 às 13:30 horas.
Sede do Juízo: Fórum Criminal Des. Fouad Darwich Zacharias, Av. Rogério Weber, 1872, Centro, Porto Velho - Fórum Criminal-RO, 78916050.

Proc.: 0015577-93.2014.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado:Fábio Aparecido Ferreira da Silva, Reuber Bernardes Pereira
Advogado:Alex Sarkis (OAB/RO 1423); Rafael Burg (OAB/RO 4304); Armando Lima (OAB/RO 3835); Mario Jorge da Costa Sarkis (OAB/RO 7241)
FINALIDADE: Reiterar intimação para os advogados apresentarem as alegações finais no prazo legal, desde já ficando os causídicos notificados de que a não apresentação caracterizará abandono do processo, com a consequente aplicação de multa prevista no art. 265, do CPP.

Proc.: 1002457-58.2017.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Fabricio Silva da Costa, Cleilton Matias de Oliveira
DECISÃO:
Vistos. A denúncia já foi recebida e não vislumbro na(s) resposta(s) do(s) acusado(s) alguma das hipóteses do artigo 397, do Código de Processo Penal.O recebimento da denúncia pressupõe a presença dos requisitos do artigo 41, do Código de Processo Penal, e a existência de lastro probatório suficiente (justa causa) para deflagração de ação penal pelo(s) delito(s) imputado(s).POR ISSO, declaro saneado o processo e designo audiência de instrução e julgamento para o dia 23 de maio de 2017, às 08h15min.Intime(m)-se, requisite(m)-se e/ou depreque (m)-se, se for o caso.Diligencie-se, pelo necessário. Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Edvino Preczevski Juiz de Direito

Proc.: 1001541-24.2017.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Rafael Oliveira da Silva, Emidio da Silva Rocha, Orlando Costa da Silva
Advogado:Gláucea Évelin Avinte de Santiado ( )
DECISÃO:
Vistos. A denúncia já foi recebida e não vislumbro na(s) resposta(s) do(s) acusado(s) alguma das hipóteses do artigo 397, do Código de Processo Penal.O recebimento da denúncia pressupõe a

presença dos requisitos do artigo 41, do Código de Processo Penal, e a existência de lastro probatório suficiente (justa causa) para deflagração de ação penal pelo(s) delito(s) imputado(s).POR ISSO, declaro saneado o processo e designo audiência de instrução e julgamento para o dia 22 de maio de 2017, às 09h15min.Intime(m)-se, requisite(m)-se e/ou depreque (m)-se, se for o caso.Diligencie-se, pelo necessário. Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Edvino Preczevski Juiz de Direito

Proc.: 1004102-21.2017.8.22.0501
Ação:Liberdade Provisória com ou sem fiança (Criminal)
Requerente:Jandresson Soares Miranda Lima
Advogado:Manoel Jairo Batista de Lima Junior (OAB/RO 7423)
FINALIDADE:Intimar o advogado do DESPACHO
DESPACHO:Vistos etc.A necessidade da prisão preventiva do requerente já foi explicitada na DECISÃO proferida na 'Audiência de Custódia', a qual converteu a prisão em flagrante em preventiva e este não é o momento processual adequado para discutir o MÉRITO da causa.A par disso, não foi trazido pela Defesa algum fato novo que justifique o reexame dessa questão em 1º Grau de Jurisdição. A mera juntada de cópias de documento pessoal de identidade, de certidões de nascimento de filhos, de carteira de trabalho e de comprovante de endereço não constitui fato novo. Este Juízo, como sabemos, não é órgão revisor de decisões proferidas na 'Audiência de Custódia', justamente por se tratar de mesma instância do Poder Judiciário.Lembro, outrossim, que nesta fase da persecução penal eventuais dúvidas acerca da autoria e/ou da culpabilidade são interpretadas em favor da sociedade, pois vigora o princípio 'in dubio pro societa'. Não deve o juiz utilizar-se do princípio 'in dubio pro reo' para conceder liberdade provisória ou revogar prisão preventiva.Consigno, finalmente, que o requerente é possuidor de péssimos antecedentes, já tendo sido condenado por crimes de roubo majorado, furto e receptação dolosa, não fazendo jus, portanto, a liberdade provisória. Medidas cautelares diversas revelam-se inadequadas e insuficientes para conter eventuais novos ataques do requerente/indiciado. POR ISSO, ratificando a DECISÃO que converteu a prisão do requerente em preventiva, na Audiência de Custódia, por seus fundamentos de fato e de direito, indefiro o pedido formulado na inicial.Int. Decorrido o prazo para eventual recurso, arquivem-se.Porto Velho-RO, segunda-feira, 17 de abril de 2017.Edvino Preczevski Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 15 (quinze) dias
Proc.: 1001436-47.2017.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Jorge Balarez
CITAÇÃO DE: Jorge Balarez, brasileiro, solteiro, mecânico, filho de Maria de
Lourdes Balarez e Alexandre Balarez, nascido em 12/07/1967, natural de Porto Velho/RO,. Atualmente em local incerto e não sabido.
Capitulação: Art. 155, §1° e 4°, II, combinado com art. 14, II, do CP.
FINALIDADE: Citar o(s) acusado(s) acima qualificado(s) para responder à acusação que lhe foi imputada nos termos da denúncia anexa, apresentando resposta, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, quando poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse às suas defesas, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, o que deverá ser feito por meio de advogado. Declarando o(s) acusado(s) não ter(em) defensor nem condições financeiras para constituí-lo, ser-lhe-á então nomeado para sua defesa o Defensor Público da Comarca, que atua nesta Vara.
OBSERVAÇÃO: O(s) acusado(s), não tendo defensor, poderá (ão) comparecer na sede do Juízo, dentro do prazo estabelecido, munido dos documentos, justificações, provas pretendidas e rol de testemunhas com suas qualificações, a fim de que o Defensor Público da Vara responda à acusação. A Defensoria Pública fica localizada à Rua Padre Chiquinho, 913, Bairro Pedrinhas (próximo ao Supermercado Aragão - Esplanada das Secretarias), Porto Velho/RO, no horário das 7:30 às 13:30 horas.
Sede do Juízo: Fórum Criminal Des. Fouad Darwich Zacharias, Av. Rogério Weber, 1872, Centro, Porto Velho - Fórum Criminal-RO, 78916050.

EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 15 (quinze) dias
Proc.: 1002360-58.2017.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciados: (1) César Silva, (2) Paula Reis Menezes
CITAÇÃO DE: (1) César Silva, brasileiro, em união estável, filho de Alvarindo Arlindo Silva e Maria Garcia Moraes Silva, nascido em 19/12/1967, natural de Castanhal/PA, (2) Paula Reis Menezes, brasileira, solteira, filha de Nilo Pereira Menezes e Das Neves Monteiro dos Reis, nascida em 1993. Atualmente em locais incertos e não sabido.
Capitulação: artigo 155, § 4º, incisos I e IV, do Código Penal.
FINALIDADE: Citar o(s) acusado(s) acima qualificado(s) para responder à acusação que lhe foi imputada nos termos da denúncia anexa, apresentando resposta, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, quando poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse às suas defesas, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, o que deverá ser feito por meio de advogado. Declarando o(s) acusado(s) não ter(em) defensor nem condições financeiras para constituí-lo, ser-lhe-á então nomeado para sua defesa o Defensor Público da Comarca, que atua nesta Vara.
OBSERVAÇÃO: O(s) acusado(s), não tendo defensor, poderá (ão) comparecer na sede do Juízo, dentro do prazo estabelecido, munido dos documentos, justificações, provas pretendidas e rol de testemunhas com suas qualificações, a fim de que o Defensor Público da Vara responda à acusação. A Defensoria Pública fica localizada à Rua Padre Chiquinho, 913, Bairro Pedrinhas (próximo ao Supermercado Aragão - Esplanada das Secretarias), Porto Velho/RO, no horário das 7:30 às 13:30 horas.
Sede do Juízo: Fórum Criminal Des. Fouad Darwich Zacharias, Av. Rogério Weber, 1872, Centro, Porto Velho - Fórum Criminal-RO, 78916050.

EDITAL DE SENTENÇA
Prazo 60 (sessenta) dias
Proc.: 0017176-38.2012.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado:Luciano Cavalcante dos Santos, brasileiro, filho de Tereza Cavalcante dos Santos, nascido aos 10/05/1965, natural de Barreiras/BA. Atualmente em local incerto e não sabido.
Advogado:Adriana Nobre Belo Vilela (OAB/RO 4408)
FINALIDADE:Intimar o réu acima qualificado da SENTENÇA
SENTENÇA:"(...)"julgo PROCEDENTE EM PARTE a pretensão punitiva estatal e,
por consequência, CONDENO Luciano Cavalcante dos Santos, qualificado nos autos em epígrafe, por infração ao artigo 12, caput, da Lei 10.826/03. Passo a dosar as penas, seguindo as diretrizes dos artigos 59 e 68, ambos do Código Penal. A culpabilidade (lato senso), entendida, agora, como o juízo de reprovabilidade social do fato e do seu autor, está evidenciada. Embora seja tecnicamente primário, Luciano tem maus antecedentes, posto que já fora condenado, irrecorrivelmente, por crime de embriaguez na direção (v. certidão acostada aos autos e confirmação no SAPTJRO). Esclareço que condenação transitada em julgado posterior ao fato configura mau antecedente, consoante a jurisprudência do E. TJRO (v. Ap. Crim. 0006950-39.2014.8.22.0004, Rel. Des. Jorge da Luz, j. 16/02/2017). A par disso, o sentenciado tem outras passagens pela Justiça Criminal, inclusive no Estado de Goiás/GO, o que

indicia personalidade desajustada e demonstra má conduta social. As demais circunstâncias integram a própria tipicidade do delito de posse ilegal de arma e munição. Nessas condições, fixo a pena base em 01 (um) ano e 02 (dois) meses de detenção + 15 (quinze) dias multa. Atenuo em 02 (dois) meses + 05 (cinco) dias multa, por causa da confissão espontânea. Na falta de outras circunstâncias e/ ou causas de modificação, fixo a pena definitiva em 01 (um) ano de detenção + 10 (dez) dias multa, pena esta que entendo necessária e suficiente para prevenção e reprovação do crime cometido. Atento a condição econômica do sentenciado, fixo o valor do dia multa em 1/10 (um décimo) do valor do salário mínimo vigente ao tempo do fato, devendo ser atualizado, quando da execução, pelos índices de correção monetária, nos termos do artigo 49, §2º, do Código Penal. O regime inicial para o cumprimento da pena privativa de liberdade será o aberto "(...)".
Kauê Alexsandro Lima

Escrivão Judicial

## 3ª VARA CRIMINAL

3ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho-RO
Juiz: Franklin Vieira dos Santos
Escrivã Judicial: Rosimar Oliveira Melocra
Endereço eletrônico: pvh3criminal@tjro. jus. br

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Proc.: 0005729-48.2015.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Dionatan Venzo Gonçalves
Advogado: Robson José Melo de Oliveira OAB RO 4374
FINALIDADE: Intimar a defesa acima mencionada da audiência de instrução e julgamento designada para o dia 11 de maio de 2017 às 08h30min. Nada mais.
Franklin Vieira dos Santos
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Proc.: 0005840-18.2004.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Jorge Gomes de Farias
Advogada: Patrícia Almeida de Moura OAB/AC 4909
FINALIDADE: Intimar a defesa acima mencionada da audiência de instrução e julgamento designada para o dia 15 de maio de 2017 às 11h00min. Nada mais.
Franklin Vieira dos Santos
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Proc.: 0009499-15.2016.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Leandro Anderson Vigato Oliveira
Advogado: Wilson de Araújo Moura OAB RO 5560
FINALIDADE: Intimar a defesa acima mencionada da audiência de instrução e julgamento designada para o dia 15 de maio de 2017 às 10h30min. Nada mais.
Franklin Vieira dos Santos
Juiz de Direito

Proc.: 1003490-83.2017.8.22.0501
Ação:Restituição de Coisas Apreendidas-Criminal
Requerente:Hiago Ribeiro Gonçalves
Advogado:Eduardo Ceccatto (OAB/RO 5100)
DECISÃO:
Vistos. HIAGO RIBEIRO GONÇALVES, qualificado nos autos, requereu a este Juízo Criminal a restituição do aparelho celular Iphone 6, Modelo A1660, de cor preta, apreendido nos autos nº 1001716-18.2017.8.22.0501, ao argumento de que é legítimo proprietário e a manutenção da apreensão não de justifica. Instruiu o pleito com documentos. Parecer ministerial, opinando pelo deferimento do pedido. A seguir vieram-me os autos conclusos. Examinado. Passo a DECISÃO.Compulsando os autos verifico que o veículo requerido foi apreendido por força de prisão em flagrante do requerente, acusado de fraudar o vestibular de medicina da FIMCA. Conforme consta a autoridade policial informou que não há interesse na manutenção da apreensão do aparelho celular. Dessa forma, a apreensão não se justifica, eis que não interessa para a ação penal. Considerando que o aparelho celular foi apreendido em poder de HIAGO deve a ele ser restituído. Ao exposto, DEFIRO o pedido inicial. Serve a presente DECISÃO como ofício para que a autoridade policial promova a restituição do celular ao requerente. Após, certifique-se na ação penal e arquive-se estes autos. P. R. I. Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Franklin Vieira dos Santos Juiz de Direito

Proc.: 0011233-11.2010.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Marcos Antonio Mendes Dutra, Jair Bartolomeu Mendonça do Nascimento, Franc Teixeira da Silva
Advogado:Francisco Nunes Neto (OAB/RO 158), José Bruno Ceconello (RO 1855), Johnny Diniz Clímaco (OAB/RO 6496)
SENTENÇA:
Vistos. MARCOS ANTÔNIO MENDES DUTRA, FRANC TEIXEIRA DA SILVA e JAIR BARTOLOMEU MENDONÇA DO NASCIMENTO, qualificados nos autos, foram denunciados pelo Ministério Público e dados como incursos nas penas do art. 1º, inciso II, da Lei nº 9.455/97.Sustenta a inicial acusatória que no dia 16 de agosto de 2010, nas dependências do Presídio de Médio Porte Pandinha, nesta Capital, MARCOS, FRANC e JAIR, agentes penitenciários, praticaram crime de tortura contra o apenado Flaviano Nogueira Fidelis.A denúncia foi recebida em 21.06.2016.Pessoalmente citados apresentaram respostas à acusação através de defensores constituídos, que foram analisadas pelo juízo e designada audiência de instrução e julgamento. Na instrução que se seguiu foram ouvidas duas testemunhas arroladas pela acusação. Em sede de alegações finais as partes se manifestaram pela absolvição. A seguir vieram-me os autos conclusos. É o relatório. DECIDO. Trata-se de ação penal pública para apuração de um crime de tortura. O delito está previsto na Lei nº 9.455/97: Art. 1º Constitui crime de tortura:(...) II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.Pena - reclusão, de dois a oito anos. Ultimada a instrução criminal, como se manifestaram as partes, não restou comprovada a ocorrência do crime. Em que pese haver indícios indicando os acusados como autores do delito, todas foram produzidas no inquérito, nenhuma foi confirmada em Juízo. O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia filiou-se ao entendimento de que a prova produzida em inquérito somente pode sustentar a condenação se confirmada em Juízo. Vejamos: Penal. Condenação. Autoria. Prova. Insuficiência para formação do juízo de certeza. Para a condenação criminal é necessária a formação do juízo de certeza acerca da autoria do crime, com a adequada valoração da prova produzida na instrução. A prova produzida na fase inquisitorial só tem validade e eficácia para sustentar a condenação se confirmada por outras provas produzidas em juízo. A prova judicial consistente exclusivamente no depoimento de um policial, que não esclarece de forma segura a autoria do delito de tráfico descrito na denúncia, é inservível para a condenação (100.501.2006.003398-9 Apelação Criminal - Relator: Desembargador Sansão Saldanha j. 8 de novembro

de 2006).No mesmo sentido, o entendimento do STJ: HABEAS CORPUS. DIREITO PENAL. FURTO QUALIFICADO. SENTENÇA. ABSOLVIÇÃO. ACÓRDÃO CONDENAÇÃO COM BASE NA PROVA PRODUZIDA NA FASE INQUISITORIAL. INCABIMENTO. 1. Fundada a condenação, na prova produzida no inquérito policial, é de rigor a sua desconstituição, por violado o due process of law. 2. Ordem concedida. (HC 24950 / MG HABEAS CORPUS 2002/0134860-4 Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO j. 31.10.2007).Consagrando o melhor entendimento jurisprudencial, a Lei 11.690/08 alterou o art. 155 do CPP determinando efetivamente ser vedado ao juiz fundamentar sua DECISÃO exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação. O DISPOSITIVO ressalva as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.Há, portanto, um impedimento legal para se condenar o acusado: a falta de provas produzidas sob o crivo do contraditório. Assim, ele deve ser absolvido por absoluta falta de provas.DISPOSITIVO. Ao exposto, julgo improcedente o pedido constante na denúncia e absolvo MARCOS ANTÔNIO MENDES DUTRA, FRANC TEIXEIRA DA SILVA e JAIR BARTOLOMEU MENDONÇA DO NASCIMENTO, qualificados nos autos, por insuficiência de provas, ex-vi do Artigo 386, VII do CPP.Certificado o trânsito em julgado da DECISÃO absolutória ou do eventual recurso que a confirme, dê-se baixa na distribuição, promovam-se as notações e comunicações de praxe.Cumpridas as deliberações supra, arquive-se os autos. P. R. I.Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Franklin Vieira dos Santos Juiz de Direito

Proc.: 0013557-61.2016.8.22.0501
Ação:Restituição de Coisas Apreendidas-Criminal
Requerente:Graciely Garcia Oliveira
Advogado:Marisâmia Aparecida de Castro Inácio (OAB/RO 4553)
DESPACHO:
Vistos. Considerando a manifestação ministerial de fls. 69 intime-se a defesa da requerente para promover a juntada de perícia do aparelho celular, se já realizada, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de indeferimento do pedido. Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Franklin Vieira dos Santos Juiz de Direito

Proc.: 1003835-49.2017.8.22.0501
Ação:Restituição de Coisas Apreendidas-Criminal
Requerente:Renata Moreira Machado
Advogado:Eduardo Ceccatto (OAB/RO 5100)
DECISÃO:
Vistos. RENATA MOREIRA MACHADO, qualificada nos autos, requereu a este Juízo Criminal a restituição do aparelho celular Samsung, cor dourado rose, modelo SM-J510MN/DS, apreendido nos autos nº 1001716-18.2017.8.22.0501, ao argumento de que é legítima proprietária e a manutenção da apreensão não de justifica. Instruiu o pleito com documentos. Parecer ministerial, opinando pelo deferimento do pedido. A seguir vieram-me os autos conclusos. Examinado. Passo a DECISÃO.Compulsando os autos verifico que o veículo requerido foi apreendido por força de prisão em flagrante da requerente, acusada de fraudar o vestibular de medicina da FIMCA. Conforme consta já foi realizada perícia no celular. Dessa forma, a apreensão do aparelho celular pretendido não se justifica, eis que não interessa para a ação penal. Considerando que o aparelho celular foi apreendido em poder de RENATA deve a ela ser restituído. Ao exposto, DEFIRO o pedido inicial. Serve a presente DECISÃO como ofício para que a autoridade policial promova a restituição do celular à requerente. Após, certifique-se na ação penal e arquive-se estes autos. P. R. I. Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Franklin Vieira dos Santos Juiz de Direito

Proc.: 1004476-37.2017.8.22.0501
Ação:Liberdade Provisória com ou sem fiança (Criminal)
Requerente:Eliatan Borges Nogueira
Advogado:Artur Luiz Ribeiro de Lima (OAB/RO 1984)
DESPACHO:
Vistos. Considerando que o feito atingiu o seu objeto, arquive-se. Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Franklin Vieira dos Santos Juiz de Direito
Rosimar Oliveira Melocra

Escrivã Judicial

## 1º CARTÓRIO DE EXECUÇÕES FISCAIS

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara de Execuções Fiscais
Avenida Lauro Sodré, 2800, Fone:(69)3217-1237 (Fax)3217-1239 email: pvh1fiscais@tjro.jus.br, Costa e Silva, Porto Velho - RO - CEP: 76803-490 -Fone: (69) 3217-1237
Processo nº: 7040887-56.2016.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116)
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA Advogado do(a) EXEQUENTE:
EXECUTADO: RAF ALIMENTOS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - ME Advogado do(a) EXECUTADO: ANDRESSON DA SILVA BOMFIM - AC3364
DESPACHO
Vistos, etc.,
Trata-se de execução fiscal proposta por Fazenda Pública do Estado de Rondônia em desfavor de RAF Alimentos Importação e Exportação Ltda - Me para cobrança de crédito tributário descrito na CDA nº 20150205611933.
A Exequente noticiou o pagamento integral do débito pela via administrativa.
Ante o exposto, julgo extinta a execução fiscal, nos termos do art. 924, II, do NCPC.
Intimada para quitação das custas, a devedora manteve-se silente.
Deste modo encaminhe-se o débito para protesto no tabelionato competente e inscrição em dívida, conforme disposto nos artigos 35 à 37 da Lei Estadual n. 3.896/2016.
Na sequência, arquivem-se com baixa.
Sem constrições existentes.
P. R. I. C.
Porto Velho - RO, data do sistema.
Fabíola Cristina Inocêncio
Juíza de Direito
(assinado digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho – 1ª Vara de Execuções Fiscais e Cartas Precatórias Cíveis
Sede do Juízo: Av. Lauro Sodré, n. 2800 – Costa e Silva, CEP 76.803-490 Porto Velho
– Rondônia, Fone: (069) 3217-1237 Fax: (069) 3217-1239 E-mail: pvh1fiscais@tjro.jus.br
Processo nº 0044394-28.2008.8.22.0001
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: MARIA SOCORRO ROSA DA SILVA - ME
C E R T I D Ã O
Certifico que o presente processo, utilizando-se a ferramenta Digitalização – PJE, foi migrado do SAP para o PJE, mantendo-se a mesma numeração. Certifico ainda que, em cumprimento à Resolução n. 037/2016-PR, Art. 4º, os autos permanecerão no Juízo, até o trânsito em julgado, e posterior, encaminhado para o Arquivo Geral, onde ficarão pelo prazo de dois anos, e após serão destruídos, conforme Resolução n. 059/2015, exceto aqueles previstos na Lei n. 783, de 3/7/98.

Ficam as partes, por intermédio de seus advogados, intimadas da distribuição no sistema de Processos Judiciais Eletrônicos – PJE, e que doravante tramitarão neste sistema.
O referido é verdade e dou fé.
Porto Velho, 18 de abril de 2017
Gilson José da Silva
Diretor de Cartório
Cad. 206439-1
Assinado digitalmente

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho – 1ª Vara de Execuções Fiscais e Cartas Precatórias Cíveis
Sede do Juízo: Av. Lauro Sodré, n. 2800 – Costa e Silva, CEP 76.803-490 Porto Velho
– Rondônia, Fone: (069) 3217-1237 Fax: (069) 3217-1239 E-mail: pvh1fiscais@tjro.jus.br
Processo nº 0107820-82.2006.8.22.0001
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: COLORTEC LABORATORIO FOTOGRAFICO LTDA - ME
C E R T I D Ã O
Certifico que o presente processo, utilizando-se a ferramenta Digitalização – PJE, foi migrado do SAP para o PJE, mantendo-se a mesma numeração. Certifico ainda que, em cumprimento à Resolução n. 037/2016-PR, Art. 4º, os autos permanecerão no Juízo, até o trânsito em julgado, e posterior, encaminhado para o Arquivo Geral, onde ficarão pelo prazo de dois anos, e após serão destruídos, conforme Resolução n. 059/2015, exceto aqueles previstos na Lei n. 783, de 3/7/98.
Ficam as partes, por intermédio de seus advogados, intimadas da distribuição no sistema de Processos Judiciais Eletrônicos – PJE, e que doravante tramitarão neste sistema.
O referido é verdade e dou fé.
Porto Velho, 18 de abril de 2017
Gilson José da Silva
Diretor de Cartório
Cad. 206439-1
Assinado digitalmente

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho – 1ª Vara de Execuções Fiscais e Cartas Precatórias Cíveis
Sede do Juízo: Av. Lauro Sodré, n. 2800 – Costa e Silva, CEP 76.803-490 Porto Velho
– Rondônia, Fone: (069) 3217-1237 Fax: (069) 3217-1239 E-mail: pvh1fiscais@tjro.jus.br
Processo nº 0107897-91.2006.8.22.0001
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO:JFCINDUSTRIACOMERCIOEREPRESENTACOES LTDA
C E R T I D Ã O
Certifico que o presente processo, utilizando-se a ferramenta Digitalização – PJE, foi migrado do SAP para o PJE, mantendo-se a mesma numeração. Certifico ainda que, em cumprimento à Resolução n. 037/2016-PR, Art. 4º, os autos permanecerão no Juízo, até o trânsito em julgado, e posterior, encaminhado para o Arquivo Geral, onde ficarão pelo prazo de dois anos, e após serão destruídos, conforme Resolução n. 059/2015, exceto aqueles previstos na Lei n. 783, de 3/7/98.
Ficam as partes, por intermédio de seus advogados, intimadas da distribuição no sistema de Processos Judiciais Eletrônicos – PJE, e que doravante tramitarão neste sistema.
O referido é verdade e dou fé.
Porto Velho, 18 de abril de 2017
Gilson José da Silva
Diretor de Cartório
Cad. 206439-1
Assinado digitalmente

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho – 1ª Vara de Execuções Fiscais e Cartas Precatórias Cíveis
Sede do Juízo: Av. Lauro Sodré, n. 2800 – Costa e Silva, CEP 76.803-490 Porto Velho
– Rondônia, Fone: (069) 3217-1237 Fax: (069) 3217-1239 E-mail: pvh1fiscais@tjro.jus.br
Processo nº 0107166-66.2004.8.22.0001
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: ELZO FRANCISCO TRENTIN, ILDO DE LAZARI
C E R T I D Ã O
Certifico que o presente processo, utilizando-se a ferramenta Digitalização – PJE, foi migrado do SAP para o PJE, mantendo-se a mesma numeração. Certifico ainda que, em cumprimento à Resolução n. 037/2016-PR, Art. 4º, os autos permanecerão no Juízo, até o trânsito em julgado, e posterior, encaminhado para o Arquivo Geral, onde ficarão pelo prazo de dois anos, e após serão destruídos, conforme Resolução n. 059/2015, exceto aqueles previstos na Lei n. 783, de 3/7/98.
Ficam as partes, por intermédio de seus advogados, intimadas da distribuição no sistema de Processos Judiciais Eletrônicos – PJE, e que doravante tramitarão neste sistema.
O referido é verdade e dou fé.
Porto Velho, 18 de abril de 2017
Gilson José da Silva
Diretor de Cartório
Cad. 206439-1
Assinado digitalmente

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho – 1ª Vara de Execuções Fiscais e Cartas Precatórias Cíveis
Sede do Juízo: Av. Lauro Sodré, n. 2800 – Costa e Silva, CEP 76.803-490 Porto Velho
– Rondônia, Fone: (069) 3217-1237 Fax: (069) 3217-1239 E-mail: pvh1fiscais@tjro.jus.br
Processo nº 0033163-04.2008.8.22.0001
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: CODIMAT COMERCIO E DISTRIBUICAO DE MAT DE CONST LTDA - ME
C E R T I D Ã O
Certifico que o presente processo, utilizando-se a ferramenta Digitalização – PJE, foi migrado do SAP para o PJE, mantendo-se a mesma numeração. Certifico ainda que, em cumprimento à Resolução n. 037/2016-PR, Art. 4º, os autos permanecerão no Juízo, até o trânsito em julgado, e posterior, encaminhado para o Arquivo Geral, onde ficarão pelo prazo de dois anos, e após serão destruídos, conforme Resolução n. 059/2015, exceto aqueles previstos na Lei n. 783, de 3/7/98.
Ficam as partes, por intermédio de seus advogados, intimadas da distribuição no sistema de Processos Judiciais Eletrônicos – PJE, e que doravante tramitarão neste sistema.
O referido é verdade e dou fé.
Porto Velho, 18 de abril de 2017
Gilson José da Silva
Diretor de Cartório
Cad. 206439-1
Assinado digitalmente

Processo nº 0035252-34.2007.8.22.0001
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: LUCIVALDO ALVES DOS SANTOS
C E R T I D Ã O
Certifico que o presente processo, utilizando-se a ferramenta Digitalização – PJE, foi migrado do SAP para o PJE, mantendo-se a mesma numeração. Certifico ainda que, em cumprimento à

Resolução n. 037/2016-PR, Art. 4º, os autos permanecerão no Juízo, até o trânsito em julgado, e posterior, encaminhado para o Arquivo Geral, onde ficarão pelo prazo de dois anos, e após serão destruídos, conforme Resolução n. 059/2015, exceto aqueles previstos na Lei n. 783, de 3/7/98.
Ficam as partes, por intermédio de seus advogados, intimadas da distribuição no sistema de Processos Judiciais Eletrônicos – PJE, e que doravante tramitarão neste sistema.
O referido é verdade e dou fé.
Porto Velho, 18 de abril de 2017
Gilson José da Silva
Diretor de Cartório
Cad. 206439-1
Assinado digitalmente

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho – 1ª Vara de Execuções Fiscais e Cartas Precatórias Cíveis
Sede do Juízo: Av. Lauro Sodré, n. 2800 – Costa e Silva, CEP 76.803-490 Porto Velho
– Rondônia, Fone: (069) 3217-1237 Fax: (069) 3217-1239 E-mail: pvh1fiscais@tjro.jus.br
Processo nº 0035155-34.2007.8.22.0001
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: JULIERME ALEX GOMES DA SILVA
C E R T I D Ã O
Certifico que o presente processo, utilizando-se a ferramenta Digitalização – PJE, foi migrado do SAP para o PJE, mantendo-se a mesma numeração. Certifico ainda que, em cumprimento à Resolução n. 037/2016-PR, Art. 4º, os autos permanecerão no Juízo, até o trânsito em julgado, e posterior, encaminhado para o Arquivo Geral, onde ficarão pelo prazo de dois anos, e após serão destruídos, conforme Resolução n. 059/2015, exceto aqueles previstos na Lei n. 783, de 3/7/98.
Ficam as partes, por intermédio de seus advogados, intimadas da distribuição no sistema de Processos Judiciais Eletrônicos – PJE, e que doravante tramitarão neste sistema.
O referido é verdade e dou fé.
Porto Velho, 18 de abril de 2017
Gilson José da Silva
Diretor de Cartório
Cad. 206439-1
Assinado digitalmente

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho – 1ª Vara de Execuções Fiscais e Cartas Precatórias Cíveis
Sede do Juízo: Av. Lauro Sodré, n. 2800 – Costa e Silva, CEP 76.803-490 Porto Velho
– Rondônia, Fone: (069) 3217-1237 Fax: (069) 3217-1239 E-mail: pvh1fiscais@tjro.jus.br
Processo nº 0011801-43.2008.8.22.0001
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: KELIA REGINA OLIVEIRA VIEIRA
C E R T I D Ã O
Certifico que o presente processo, utilizando-se a ferramenta Digitalização – PJE, foi migrado do SAP para o PJE, mantendo-se a mesma numeração. Certifico ainda que, em cumprimento à Resolução n. 037/2016-PR, Art. 4º, os autos permanecerão no Juízo, até o trânsito em julgado, e posterior, encaminhado para o Arquivo Geral, onde ficarão pelo prazo de dois anos, e após serão destruídos, conforme Resolução n. 059/2015, exceto aqueles previstos na Lei n. 783, de 3/7/98.
Ficam as partes, por intermédio de seus advogados, intimadas da distribuição no sistema de Processos Judiciais Eletrônicos – PJE, e que doravante tramitarão neste sistema.
O referido é verdade e dou fé.
Porto Velho, 18 de abril de 2017
Gilson José da Silva
Diretor de Cartório
Cad. 206439-1
Assinado digitalmente
WFM - 206673

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho – 1ª Vara de Execuções Fiscais e Cartas Precatórias Cíveis
Sede do Juízo: Av. Lauro Sodré, n. 2800 – Costa e Silva, CEP 76.803-490 Porto Velho
– Rondônia, Fone: (069) 3217-1237 Fax: (069) 3217-1239 E-mail: pvh1fiscais@tjro.jus.br
Processo nº 0089963-28.2003.8.22.0001
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: E P M FILHO - ME
C E R T I D Ã O
Certifico que o presente processo, utilizando-se a ferramenta Digitalização – PJE, foi migrado do SAP para o PJE, mantendo-se a mesma numeração. Certifico ainda que, em cumprimento à Resolução n. 037/2016-PR, Art. 4º, os autos permanecerão no Juízo, até o trânsito em julgado, e posterior, encaminhado para o Arquivo Geral, onde ficarão pelo prazo de dois anos, e após serão destruídos, conforme Resolução n. 059/2015, exceto aqueles previstos na Lei n. 783, de 3/7/98.
Ficam as partes, por intermédio de seus advogados, intimadas da distribuição no sistema de Processos Judiciais Eletrônicos – PJE, e que doravante tramitarão neste sistema.
O referido é verdade e dou fé.
Porto Velho, 18 de abril de 2017
Gilson José da Silva
Diretor de Cartório
Cad. 206439-1
Assinado digitalmente
WFM - 206673

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho – 1ª Vara de Execuções Fiscais e Cartas Precatórias Cíveis
Sede do Juízo: Av. Lauro Sodré, n. 2800 – Costa e Silva, CEP 76.803-490 Porto Velho
– Rondônia, Fone: (069) 3217-1237 Fax: (069) 3217-1239 E-mail: pvh1fiscais@tjro.jus.br
Processo nº 0080649-19.2007.8.22.0001
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: EMPRESA DE AGUAS KAIARY LTDA
C E R T I D Ã O
Certifico que o presente processo, utilizando-se a ferramenta Digitalização – PJE, foi migrado do SAP para o PJE, mantendo-se a mesma numeração. Certifico ainda que, em cumprimento à Resolução n. 037/2016-PR, Art. 4º, os autos permanecerão no Juízo, até o trânsito em julgado, e posterior, encaminhado para o Arquivo Geral, onde ficarão pelo prazo de dois anos, e após serão destruídos, conforme Resolução n. 059/2015, exceto aqueles previstos na Lei n. 783, de 3/7/98.
Ficam as partes, por intermédio de seus advogados, intimadas da distribuição no sistema de Processos Judiciais Eletrônicos – PJE, e que doravante tramitarão neste sistema.
O referido é verdade e dou fé.
Porto Velho, 18 de abril de 2017
Gilson José da Silva
Diretor de Cartório
Cad. 206439-1
Assinado digitalmente
WFM - 206673

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho – 1ª Vara de Execuções Fiscais e Cartas Precatórias Cíveis
Sede do Juízo: Av. Lauro Sodré, n. 2800 – Costa e Silva, CEP 76.803-490 Porto Velho
– Rondônia, Fone: (069) 3217-1237 Fax: (069) 3217-1239 E-mail: pvh1fiscais@tjro.jus.br
Processo nº 0081249-06.2008.8.22.0001
EXEQUENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUA DO OESTE
EXECUTADO: JOSE ANTONIO XAVIER GHESSO
C E R T I D Ã O
Certifico que o presente processo, utilizando-se a ferramenta Digitalização – PJE, foi migrado do SAP para o PJE, mantendo-se a mesma numeração. Certifico ainda que, em cumprimento à Resolução n. 037/2016-PR, Art. 4º, os autos permanecerão no Juízo, até o trânsito em julgado, e posterior, encaminhado para o Arquivo Geral, onde ficarão pelo prazo de dois anos, e após serão destruídos, conforme Resolução n. 059/2015, exceto aqueles previstos na Lei n. 783, de 3/7/98.
Ficam as partes, por intermédio de seus advogados, intimadas da distribuição no sistema de Processos Judiciais Eletrônicos – PJE, e que doravante tramitarão neste sistema.
O referido é verdade e dou fé.
Porto Velho, 18 de abril de 2017
Gilson José da Silva
Diretor de Cartório
Cad. 206439-1
Assinado digitalmente
WFM - 206673

Processo nº 0035425-05.2000.8.22.0001
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: COMERCIAL CASCAVEL DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME, LUIZ CARLOS DOS SANTOS BRAGA, JOSE ROBERTO FRANCHETTO, MARA REGINA DE ALMEIDA FRANCHETTO
C E R T I D Ã O
Certifico que o presente processo, utilizando-se a ferramenta Digitalização – PJE, foi migrado do SAP para o PJE, mantendo-se a mesma numeração. Certifico ainda que, em cumprimento à Resolução n. 037/2016-PR, Art. 4º, os autos permanecerão no Juízo, até o trânsito em julgado, e posterior, encaminhado para o Arquivo Geral, onde ficarão pelo prazo de dois anos, e após serão destruídos, conforme Resolução n. 059/2015, exceto aqueles previstos na Lei n. 783, de 3/7/98.
Ficam as partes, por intermédio de seus advogados, intimadas da distribuição no sistema de Processos Judiciais Eletrônicos – PJE, e que doravante tramitarão neste sistema.
O referido é verdade e dou fé.
Porto Velho, 18 de abril de 2017
Gilson José da Silva
Diretor de Cartório
Cad. 206439-1
Assinado digitalmente
WFM - 206673

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho – 1ª Vara de Execuções Fiscais e Cartas Precatórias Cíveis
Sede do Juízo: Av. Lauro Sodré, n. 2800 – Costa e Silva, CEP 76.803-490 Porto Velho
– Rondônia, Fone: (069) 3217-1237 Fax: (069) 3217-1239 E-mail: pvh1fiscais@tjro.jus.br
Processo nº 0034518-49.2008.8.22.0001
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: A & A CONSTRUCAOES E TELECOMUNICACOES LTDA - ME, ADILSON LUIZ DE OLIVEIRA
C E R T I D Ã O
Certifico que o presente processo, utilizando-se a ferramenta Digitalização – PJE, foi migrado do SAP para o PJE, mantendo-se a mesma numeração. Certifico ainda que, em cumprimento à Resolução n. 037/2016-PR, Art. 4º, os autos permanecerão no Juízo, até o trânsito em julgado, e posterior, encaminhado para o Arquivo Geral, onde ficarão pelo prazo de dois anos, e após serão destruídos, conforme Resolução n. 059/2015, exceto aqueles previstos na Lei n. 783, de 3/7/98.
Ficam as partes, por intermédio de seus advogados, intimadas da distribuição no sistema de Processos Judiciais Eletrônicos – PJE, e que doravante tramitarão neste sistema.
O referido é verdade e dou fé.
Porto Velho, 18 de abril de 2017
Gilson José da Silva
Diretor de Cartório
Cad. 206439-1
Assinado digitalmente
WFM - 206673

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho – 1ª Vara de Execuções Fiscais e Cartas Precatórias Cíveis
Sede do Juízo: Av. Lauro Sodré, n. 2800 – Costa e Silva, CEP 76.803-490 Porto Velho
– Rondônia, Fone: (069) 3217-1237 Fax: (069) 3217-1239 E-mail: pvh1fiscais@tjro.jus.br
Processo nº 0102855-81.1994.8.22.0001
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: ANTONIO VIEIRA RAMOS
C E R T I D Ã O
Certifico que o presente processo, utilizando-se a ferramenta Digitalização – PJE, foi migrado do SAP para o PJE, mantendo-se a mesma numeração. Certifico ainda que, em cumprimento à Resolução n. 037/2016-PR, Art. 4º, os autos permanecerão no Juízo, até o trânsito em julgado, e posterior, encaminhado para o Arquivo Geral, onde ficarão pelo prazo de dois anos, e após serão destruídos, conforme Resolução n. 059/2015, exceto aqueles previstos na Lei n. 783, de 3/7/98.
Ficam as partes, por intermédio de seus advogados, intimadas da distribuição no sistema de Processos Judiciais Eletrônicos – PJE, e que doravante tramitarão neste sistema.
O referido é verdade e dou fé.
Porto Velho, 18 de abril de 2017
Gilson José da Silva
Diretor de Cartório
Cad. 206439-1
Assinado digitalmente

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho – 1ª Vara de Execuções Fiscais e Cartas Precatórias Cíveis
Sede do Juízo: Av. Lauro Sodré, n. 2800 – Costa e Silva, CEP 76.803-490 Porto Velho
– Rondônia, Fone: (069) 3217-1237 Fax: (069) 3217-1239 E-mail: pvh1fiscais@tjro.jus.br
Processo nº 0224222-52.2006.8.22.0001
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: BESSA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME
C E R T I D Ã O
Certifico que o presente processo, utilizando-se a ferramenta Digitalização – PJE, foi migrado do SAP para o PJE, mantendo-se a mesma numeração. Certifico ainda que, em cumprimento à Resolução n. 037/2016-PR, Art. 4º, os autos permanecerão no Juízo, até o trânsito em julgado, e posterior, encaminhado para o Arquivo Geral, onde ficarão pelo prazo de dois anos, e após serão destruídos, conforme Resolução n. 059/2015, exceto aqueles previstos na Lei n. 783, de 3/7/98.

Ficam as partes, por intermédio de seus advogados, intimadas da distribuição no sistema de Processos Judiciais Eletrônicos – PJE, e que doravante tramitarão neste sistema.
O referido é verdade e dou fé.
Porto Velho, 18 de abril de 2017
Gilson José da Silva
Diretor de Cartório
Cad. 206439-1
Assinado digitalmente
WFM - 206673

Proc.: 0043215-59.2008.8.22.0001
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Eder Luiz Guarniere (OAB/RO 398B)
Executado:José Loura Neto
Advogado:Pedro Pereira de Oliveira (OAB/RO 4282)
Publicação da Diretoria de Cartório
Fica a parte Executada, por via de seu Advogado, intimada da penhora on line realizada em sua conta. Também fica intimada para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da intimação, apresentar embargos à execução. Porto Velho, 19 de abril de 2017. Gilson José da Silva - Diretor de Cartório

Proc.: 0036502-68.2008.8.22.0001
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Eder Luiz Guarnieri (OAB/RO 398B)
Executado:Dourival de Lavour Baleeiro
SENTENÇA:
Vistos, etc.,Trata-se de execução fiscal movida pela Fazenda Pública Estadual contra Dourival de Lavour Baleeiro, para cobrança de débito descrito na certidão de dívida ativa de f. 3.A dívida é referente à condenação de multa pecuniária do Acórdão n. 008/02, proferido no processo administrativo n. 3.123/96 do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.A Exequente requer a extinção do feito e informa que, no âmbito do TCE, foi determinada a baixa da responsabilidade da multa imputada ao executado em face do seu falecimento e diante do caráter personalíssimo da pena (DECISÃO às fls. 63/65).Ante o exposto e face à inexistência de débito exequível, julgo extinta a execução fiscal, com fulcro no art. 924, inciso III, do CPC.Sem custas e honorários. P. R. I. C.Após, arquivem-se.Porto Velho-RO, segunda-feira, 17 de abril de 2017. Fabíola Cristina Inocêncio Juíza de Direito

Proc.: 0133050-49.1994.8.22.0001
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Luiz Cláudio Vasconcelos Xavier de Carvalho (OAB/RO 1143)
Executado:Menegazzo & Barros Ltda
SENTENÇA:
Vistos, etc.,Trata-se de execução fiscal proposta por Fazenda Pública Estadual em desfavor de Menegazzo & Barros Ltda, para recebimento de crédito oriundo da CDA nº 00156-01-1035/89, com fundamento no auto de infração n. 14303, lavrado em 11.08.1987.A empresa foi citada por edital.A exequente noticia que, em consulta ao SITAFE, constatou a situação de lançamento em duplicidade. Requer a extinção do feito.Diante do pedido expresso da Fazenda Pública, julgo extinta a execução fiscal nos termos do art. 924, inciso III, do Código de Processo Civil. Isento de custas. Solicite a imediata devolução da carta precatória e libere-se eventuais constrições. Após, arquive-se com as baixas de estilo. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Fabíola Cristina Inocêncio Juíza de Direito

Proc.: 0063310-47.2007.8.22.0001
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Eder Luiz Guarnieri (OAB/RO 398B)
Executado:Vanderlei Torres Bibá
Advogado:Orestes Muniz Filho (OAB/RO 40), Shisley Nilce Soares da Costa Camargo (OAB/RO 1244), Everson José de Vargas (OAB/RO 546E), Welser Rony Alencar Almeida (OAB/RO 1506), Odair Martini (OAB/RO 30-B), Alexandre Camargo (OAB/RO 704), Jacimar Pereira (RO 1740), Clodoaldo Luis Rodrigues (OAB/RO 2720), Samira Araújo Oliveira (OAB/RO 3432), Cristiane da Silva Lima (OAB/RO 1569), Cristiane Léslei Muniz (OAB/RO 998)
DESPACHO:
Vistos,Intime-se o executado, na pessoa de seu patrono, para tomar conhecimento acerca da penhora de créditos feita ao precatório n. 20011650-12.1993.8.22.0001, bem como do prazo legal para oferecimento de embargos.Silente, voltem os autos conclusos para análise dos demais pedidos de f. 376-v.Cumpra-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Fabíola Cristina Inocêncio Juíza de Direito

Proc.: 0057930-43.2007.8.22.0001
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Eder Luiz Guarnieri (OAB/RO 398B)
Executado:Dayane Hirt
Advogado:Guilherme de Salles Gonçalves (OAB/PR 21989), Fabiana Cristina Ortega (OAB/PR 45896)
DECISÃO:
Vistos e etc., Trata-se de embargos de declaração manejados pela Fazenda Pública Estadual contra a SENTENÇA que extinguiu a execução fiscal pela prescrição (f. 125/126).Sustenta que, com a instauração do IRDR (Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas) n. 0803446-33.2016.8.22.0000, foram sobrestadas todas as demandas que versam sobre a suspensão do prazo prescricional com base na Lei Estadual n. 688/96.É o breve relatório. Decido. Conheço dos embargos de declaração porquanto presentes os pressupostos genéricos e específicos de admissibilidade recursal, inclusive a tempestividade. O recurso escolhido tem cabimento quando a DECISÃO apresentar erro material, omissão, obscuridade ou contradição, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC. No caso dos autos, não estão presentes os vícios elencados pelo legislador, porque não existe omissão sobre fato ocorrido após a prolação da SENTENÇA. Em consulta ao andamento do IRDR, verifico que o acórdão que determinou a suspensão dos feitos foi publicado em 15.12.2016, enquanto a SENTENÇA foi proferida em data anterior, em 12 de dezembro de 2016.A via estreita dos embargos declaratórios não é cabível para reforma ou revisão da DECISÃO embargada, tampouco para alegação fato novo visando sobrestar o julgamento demanda. Ante o exposto, conheço dos embargos de declaração, contudo não lhes dou provimento, mantendo inalterada a SENTENÇA. P. R. I. Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Fabíola Cristina Inocêncio Juíza de Direito

Proc.: 0241980-73.2008.8.22.0001
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Eder Luiz Guarniere (OAB/RO 398B)
Executado:Caerd-Cia de Agua e Esgoto de Rondonia
Advogado:Rodrigo Barbosa Marques do Rosário (OAB/RO 2969), Mozart Luiz Borsato Kerne (OAB/RO 272), Suelen Sales da Cruz (OAB/RO 4289), Alessandro Silva de Magalhães (OAB/SP 165546)
DESPACHO:
Vistos,Nos termos da DECISÃO preferida em sede de Agravo de Instrumento (fls. 144/148), suspendo o andamento dos autos até julgamento definitivo do recurso. Cumpra-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Fabíola Cristina Inocêncio Juíza de Direito

Proc.: 0090018-42.2004.8.22.0001
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Joel de Oliveira ( )

Executado:Marcos Machado
Advogado:Emerson Luis Dal Pozzo (OAB/PR 47102)
Publicação da Diretoria de Cartório
Considerando a confirmação da DECISÃO exarada à fls. 161/2, pelo acórdão de fls. 188/191, em termos do artigo 124, inciso XX, das Diretrizes Gerais Judiciais PJ-RO, fica o Executado intimado no prazo de cinco dias, para requerer o que entender de direito. Porto Velho, 19 de abril de 2017. Gilson José da Silva - Diretor de Cartório

Proc.: 0004801-84.2011.8.22.0001
Ação:Execução Fiscal
Exequente:F. P. do E. de R.
Advogado:Eder Luiz Guarnieri ( )
Executado:L. M. de C.
Advogado:Sérgio Araujo Pereira (OAB/RO 6539)
DESPACHO:
Vistos, Intime-se a devedora para que comprove, em dez dias, que o imóvel em discussão trata-se de bem de família. Após, vista a Fazenda para ciência e manifestações quanto às pedras ofertadas à penhora (fls. 93), em respeito ao que dispõe o art. 11, III da LEF. Cumpra-se. Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017. Fabíola Cristina Inocêncio Juíza de Direito

Proc.: 0006972-19.2008.8.22.0001
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Eder Luiz Guarniere (OAB/RO 398B)
Executado:N. M. de Carvalho InformÁtica Me
SENTENÇA:
Vistos, etc.,Trata-se de execução fiscal proposta pela Fazenda Pública do Estado de Rondônia contra N M de Carvalho Informatica Me..As CDAs de fs. 5/6 se enquadram na hipótese prevista no §1º do art. 1º da Lei Estadual 3.511/2015. As dívidas são de ICMS e em consulta ao SINTEGRA, constatou-se que a situação do estabelecimento do executado é não habilitado há mais de cinco anos.Ante o exposto, com fulcro no art. 924, inciso III, do CPC/2015, julgo extinta a execução fiscal quanto às CDAs 20070200013890 e 20070200013891. O feito prosseguirá em relação a CDA n. 20070200006550.Consoante disposto no § 3º do art. 1º da referida lei, a Exequente está autorizada a não interpor recursos nos casos acima. Não haverá condenação ao pagamento de honorários sucumbenciais, em virtude da disposição expressa no art. 2º, II, da Lei 3.511/15.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 17 de abril de 2017.Fabíola Cristina Inocêncio Juíza de Direito

Proc.: 0019811-71.2011.8.22.0001
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Eder Luiz Guarnieri
Executado:Abimael Araújo dos Santos
Advogado: Abimael Araújo dos Santos (OAB/RO 1136)
Publicação da Diretoria de Cartório
Considerando a confirmação da DECISÃO exarada à fls. 224/5, pelo acórdão de fls. 253/9, em termos do artigo 124, inciso XX, das Diretrizes Gerais Judiciais PJ-RO, fica o Executado intimado no prazo de cinco dias, para requerer o que entender de direito. Porto Velho, 19 de abril de 2017. Gilson José da Silva - Diretor de Cartório

Proc.: 0090239-25.2004.8.22.0001
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Joel de Oliveira ( )
Executado:Marcio Alba de Azevedo
Advogado:Sheila Borges Ramos (OAB/RO 3878), Érica de Nazaré Sousa Costa Silva (OAB/RO 3858)
DESPACHO:
Vistos, O executado noticia que o bloqueio via Bacenjud (fls. 113) foi realizado em sua Conta Poupança e pede a liberação da quantia. Intimada, a Fazenda Pública sustenta que as movimentações efetivadas na Conta retiraram seu caráter de poupança e pede a manutenção da penhora on line. Examinados. Decido. As normas que tratam de hipóteses de impenhorabilidade absoluta contêm princípio de ordem pública, cabendo ao magistrado, inclusive de ofício, resguardar o comando nelas exarado (STJ, REsp 1.189.848/DF, 2ª Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe 05/11/2010; STJ, AgRg no REsp 468.749/SP, 4ª Turma, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe 18/12/2008). Com efeito, suscitada a matéria por meio de simples petição na própria execução, deve ela ser analisada. A penhora de valores na conta poupança é vedada expressamente pelo Código de Processo Civil:"Art. 833. São impenhoráveis:"X a quantia depositada em caderneta de poupança, até o limite de 40 (quarenta) salários-mínimos".A imposição legal busca garantir o mínimo existencial ao devedor, como consequência do princípio da dignidade da pessoa humana, previsto no art. 1º, III, da CRFB. A intenção é garantir um numerário mínimo que permita a subsistência digna.Contudo, não se trata de regra absoluta: pode ser afastada quando comprovado o desvio de FINALIDADE da conta poupança, isto é, quanto esta não funcionada com o objetivo de acumulação de reservas.Conforme se pode observar dos extratos da conta sobre a qual recaiu a penhora (fls. 136), o Executado não tinha por FINALIDADE usá-la no intuito de poupar. Pelo contrário, os referidos documentos evidenciam a realização de compras eletrônicas, depósitos, saques, ou seja uma constante movimentação financeira.Assim, demonstrado que a conta poupança é utilizada como corrente, desvirtuando a FINALIDADE do inciso X do art. 833 do CPC, não se aplica ao caso a impenhorabilidade prevista no referido diploma legal (Precedente: TJ-RO Agravo de Instrumento: 0009214-46.2011.822.0000, Des. Gilberto Barbosa, 2ª Câmara Especial, Publicação em 29/02/2012).No mais, o Executado não se desincumbiu de provar que os valores constritos são provenientes de rendimentos, salário, subsídio ou qualquer outra verba de caráter alimentar.Diante do exposto determino a manutenção da penhora de f. 113.Remeta-se à Fazenda Pública para se manifestar em termos de efetivo prosseguimento do feito, em dez dias.Intimem-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, segunda-feira, 17 de abril de 2017. Fabíola Cristina Inocêncio Juíza de Direito

Proc.: 0017779-30.2010.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Embargante:Auto Posto Jéssica Ltda
Advogado:Luiz Antônio Rebelo Miralha (OAB/RO 700), Márcio José dos Santos (OAB/RO 2231)
Embargado:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
DESPACHO:
Vistos,Defiro o pedido da Fazenda Pública (fls. 173/147).Certifique-se o trânsito em julgado. Em seguida, altere-se a classe processual para "cumprimento de SENTENÇA ".Intime-se a Executada, por intermédio de seu advogado, para manifestação no prazo legal. Ressalta-se queo não pagamento no prazo de quinze dias implicará na multa de 10% prevista no art. 523, § 1º, do CPC/2015.Em caso de inércia, remeta-se à Fazenda para requerimentos pertinentes, no prazo de dez dias.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 1 de fevereiro de 2017.Fabíola Cristina Inocêncio Juíza de Direito
Gilson José da Silva

Diretor de Cartório

## 2º CARTÓRIO DE EXECUÇÕES FISCAIS

ATA DE INSPEÇÃO REALIZADA NA SERVENTIA DO 2º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE PORTO VELHO/RO.
Aos cinco dias do mês de abril de dois mil e dezessete na Serventia do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Velho/RO, na Av. Carlos Gomes, 590, Centro, presentes a Oficiala Substituta Dainy Souza Giacomin, o Juiz Corregedor Permanente

da Comarca da Capital, Dr. Amauri Lemes, auxiliando-o a secretária Michele Cristina Ranghetti Pereira, procedeu-se à INSPEÇÃO EXTRAORDINÁRIA, de acordo com os arts. 29 e 30 das DGE c/c art. 38, da Lei nº 8.935/94. Iniciados os trabalhos: Os serviços foram desenvolvidos sem interrupção das atividades durante a inspeção. Analisaram-se as notas de devoluções referentes aos anos de 2014 até 2017. IDENTIFICAÇÃO DA SERVENTIA - O serviço correspondente ao 2º Ofício de Registro de Imóveis do Município e Comarca de Porto Velho/RO foi delegado ao Sr. Francisco Jacinto Oliveira Sobrinho, após aprovação em concurso público, por meio da Resolução n. 020/2015-PR, publicado no DJE n. 097 de 28/05/2015, tendo tomado posse e entrado em exercício em 22/06/2015. Dado início aos trabalhos, foram examinados, por amostragem, os livros, autos e papéis da serventia, constando-se o seguinte: 1 – Registro de Imóveis: Comunicação de Ausência do Delegatário: Em inspeção o Juiz Corregedor Permanente constatou ausência do Delegatário na serventia. Em busca aos arquivos verificou-se que o mesmo não apresentou expediente informando seu afastamento, em desacordo com o § 2º do art. 11, da Lei nº 2.545/2011. Em indagação a Oficiala Substituta informou que o Registrador saiu “as pressas” em viagem no dia 27/03/17, e não sabe o motivo. Observamos ainda em que único comunicado de afastamento ocorreu em Janeiro/2017 para o período de 03 à 13 de janeiro do ano corrente, através do expediente Oficio nº1. Matrículas. Observou-se num total de 88 (oitenta e oito) matrículas sem a assinatura do Delegatário, somente com o visto do subscritor do ato conforme descrevo na tabela abaixo, em desacordo com o inciso II, artigo 114, das DGE.

| MATRICULAS 2-RG, SEM ASSINAR EM NOME DO DELEGATÁRIO | | |
|---|---|---|
| MATRÍCULA | ATO SEM ASSINATURA | DATA |
| 34510 | MATRÍCULA SEM ASSINATURA, DESDE A ABERTURA, AV-1/ AV-3 E R-4; DATA 1/2/2017 E AV-5 20/03/2017 | |
| 3486 | R-2 E R-3 | 13/12/2016 E 22/3/2017 |
| 33749 | R-5 E R-6 | 15/02/2016 E 22/03/2017 |
| 34639 | TITULO E R-1 | 08/03/2017 |
| 32336 | R-3 | 13/03/2017 |
| 4029 | AV-5 | 17/03/2017 |
| 4573 | AV-14 | 17/03/2017 |
| 31382 | R-1 | 20/03/2017 |
| 31381 | R-1 | 20/03/2017 |
| 31383 | R-1 | 20/03/2017 |
| 34205 | AV-4 | 20/03/2017 |
| 34211 | AV-3 | 20/03/2017 |
| 34282 | AV-4 | 20/03/2017 |
| 34511 | AV- 4 | 20/03/2017 |
| 34653 | R-1 | 20/03/2017 |
| 34652 | R-1 | 20/03/2017 |
| 34194 | AV-3 | 20/03/2017 |
| 14895 | AV-10 | 21/03/2017 |
| 15997 | AV-2 | 21/03/2017 |
| 29346 | AV-2 | 21/03/2017 |
| 31692 | AV-4 E AV-5 | 21/03/2017 |
| 34200 | AV-3 | 22/03/2017 |
| 6039 | AV-11 | 22/03/2017 |
| 12509 | AV-5/AV-6 E R-7 | 22/03/2017 |
| 15664 | AV-2 | 22/03/2017 |
| 34200 | AV-3 | 22/03/2017 |
| 17424 | AV-13 | 22/03/2017 |
| 15398 | R-13 | 22/03/2017 |
| 34215 | AV-3 | 22/03/2017 |
| 34486 | R-3 | 22/03/2017 |
| 2876 | AV-1 | 22/03/2017 |
| 25416 | R-5 | 22/03/2017 |
| 3398 | AV-4 | 22/03/2017 |
| 3399 | AV-4 | 22/03/2017 |
| 34201 | AV-3 | 22/03/2017 |
| 29084 | AV-7 E AV-8 | 23/03/2017 |
| 34227 | R-2 | 23/03/2017 |
| 34226 | R-2 | 23/03/2017 |
| 2099 | AV-4 | 24/03/2017 |
| 2624 | AV-7 | 24/03/2017 |
| 7002 | AV2-5 | 24/03/2017 |
| 21797 | AV-8 | 24/03/2017 |
| 13822 | R-13 | 27/03/2017 |
| 21760 | AV-9/AV-10 | 27/03/2017 |
| 5556 | AV-6 | 27/03/2017 |
| 6592 | R-5 | 27/03/2017 |
| 32379 | R-1 | 27/03/2017 |
| 3172 | R-7 | 28/03/2017 |
| 29872 | R-5 | 28/03/2017 |
| 8925 | AV-5/AV-8 | 28/03/2017 |
| 10641 | AV-6 | 28/03/2017 |
| 16828 | AV-5 | 28/03/2017 |
| 15934 | AV-6 | 28/03/2017 |
| 23613 | R-3 | 28/03/2017 |
| 1985 | AV-29/AV-32 | 29/03/2017 |
| 2221 | R-7 | 29/03/2017 |
| 6173 | AV-7 e AV-8 | 29/03/2017 |
| 31272 | AV-7 | 29/03/2017 |
| 1611 | AV-8 E AV-9 | 30/03/2017 |
| 8018 | AV-9 | 30/03/2017 |
| 16752 | R-50 | 30/03/2017 |
| 14824 | R-14 | 30/03/2017 |
| 13601 | AV-11 | 30/03/2017 |
| 34475 | R-1/AV-3 | 30/03/2017 |
| 34655 | TITULO/R-4 | 30/03/2017 |
| 34656 | TITULO | 30/03/2017 |
| 8680 | AV- 7 | 30/03/2017 |
| 34465 | R-1/AV-3 | 03/04/2017 |
| 34658 | TITULO E R-1 | 03/04/2017 |
| 33772 | AV-10/R-13 | 29/03/2016 |

| MATRICULA 3-RG, SEM ASSINAR EM NOME DO DELEGATÁRIO | | |
|---|---|---|
| MATRÍCULA | ATO SEM ASSIANTURA | DATA |
| 3933 | CRP | 17/03/2017 |

| | | |
|---|---|---|
| 4263 | CR | 21/03/2017 |
| 4265 | CRP | 22/03/2017 |
| 4264 | CRP | 22/03/2017 |
| 4266 | CRPH | 22/03/2017 |
| 4267 | CRP | 22/03/2017 |
| 4268 | CRP | 23/03/2017 |
| 3969 | AV-1 | 24/03/2017 |
| 41195 | AV-1 | 27/03/2017 |
| 4270 | CRP | 27/03/2017 |
| 4271 | CRPH | 27/03/2017 |
| 4272 | CRPH | 28/03/2017 |
| 4273 | CR | 29/03/2017 |
| 3527 | AV-1 | 29/03/2017 |
| 3528 | AV-1 | 29/03/2017 |
| 3747 | AV-1 | 29/03/2017 |
| 3908 | AV-1 | 29/03/2017 |
| 1202 | CRP-AV-2 | 30/03/2017 |

Termo de Abertura: verificou-se que o termo de abertura do livro nº 4213 - 03 Registro Auxiliar – Livro de Cédulas Rurais, datado em 04 de Janeiro de 2017 encontra-se sem assinatura do Delegatário, em desacordo com o artigo 122, § 1º, inciso VI das DGE. Termo de encerramento: o termo de encerramento do livro nº 4244 - 03 Reg. Auxiliar – Livro de Cédulas Rurais, datado em 07 de fevereiro de 2017 encontra-se sem assinatura do Delegatário, em desacordo com o artigo 122, § 1º, inciso VI das DGE. 2 - DETERMINAÇÕES - Diante do que foi apontado na presente inspeção e ante as ocorrências apontadas, determinamos que sejam tomadas as seguintes providências: 2.1) Informar as ausências, de acordo com o artigo com o § 2º do art. 11, da Lei nº 2.545/2011. 2.2) Abster-se de lavrar atos com o nome do Registrador em suas ausências justificando o motivo pelo qual o procedeu nas matriculas descritas na respectiva ata. 2.3) Proceder a Assinatura em todas as Matrículas constante na ata de inspeção, de acordo com inciso II, do artigo 114, das DGE. 2.4) Proceder ao levantamento e assinar todos os atos praticados na serventia desde a última correição até a presente data, de acordo com inciso II, do artigo 114, das DGE. 2.5) Proceder abertura e encerramento com todos os requisitos e assinatura do Delegatário em data oportuna, de acordo com o artigo 122, § 2º, das DGE. 3) CONSIDERAÇÕES FINAIS - O Juiz Corregedor Permanente determinou que o responsável encaminhe a resposta das determinações, acompanhada de todos os documentos comprobatórios, ao Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais, Registros Públicos e Juízo Permanente das Serventias Extrajudiciais da Comarca de Porto Velho/RO, de forma organizada, por ordem de item das determinações contidas na presente ata, com as páginas devidamente numeradas e rubricadas pelo responsável, sob pena de devolução, no prazo de 30 (trinta) dias. Nada mais havendo, aos onze dias do mês de abril do ano dois mil e dezessete, (11/04/2017), lavrou-se a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Juiz Corregedor Permanente da comarca de Porto Velho, Dr. Amauri Lemes, pelo Delegatário Francisco Jacinto Oliveira Sobrinho, pela Oficiala Substituta Dainy Souza Giacomin, pela Secretária Michele Cristina Ranghetti Pereira.
Amauri Lemes
Juiz Corregedor Permanente
Francisco Jacinto Oliveira Sobrinho
Delegatário
Michele Cristina Ranghetti Pereira -Secretária do Magistrado
Dainy Souza Giacomin- Registradora/Substituta

## 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

1º Cartório da Fazenda Pública
Juiz de Direito: Inês Moreira da Costa
Escrivã Judicial: Rutinéa Oliveira da Silva
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET..
www.twitter.com/1FazPublica_RO
A íntegra das decisões estão disponíveis no sítio do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia ou consultada diretamente no SAP.
E-MAIL GABINETE: phv1fazgab@tj.ro.gov.br
E-MAIL ESCRIVANIA: pvh1faz@tj.ro.gov.br

Proc.: 0015302-92.2014.8.22.0001
Ação:Ação Civil de Improbidade Administrativa
Requerente:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Alan Castiel Barbosa ( )
Requerido:Zenilson Machado Amaral, Carlos da Cruz Araujo
Advogado:Tereza Fonseca (OAB/RO 5328), Laura Caroline de Araujo (OAB/RO 3641), Carolina Gioscia Leal de Melo (OAB/RO 2592)
INTIMAR:
Vista ao Estado de Rondônia.

Proc.: 0012733-84.2015.8.22.0001
Ação:Cautelar Inominada (Cível)
Requerente:Rondônia Transportes e Serviços Ltda
Advogado:Marcelo Estebanez Martins (OAB/RO 3208)
Requerido:Departamento de Estradas e Rodagens do Estado de Rondônia
Advogado:CRISTIANE CARLI LIMA DE SOUSA (OAB/RO 6854), Procurador do Der ( ), Mariana Calvi Akl Monteiro (OAB/RO 5721)
Intimar:
Intimar a parte autora para justificar o pedido de produção de prova testemunhal, sob pena de indeferimento, no prazo de 5 dias.

Proc.: 0002041-31.2012.8.22.0001
Ação:Ação Civil Pública
Requerente:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Alzir Marques Cavalcante Junior ( )
Requerido:Adhemar da Costa Salles, Vander Carlos Araujo Machado, Agostinho Castello Branco Filho, Odacir Soares Rodrigues, José Antunes Cipriano, César Licório, Benedito Orlando de Oliveira, Walter Silvano Gonçalves Oliveira, Sul América Cia Nacional de Seguros, Vera Cruz Vida e Previdência S/A
Advogado:Laércio Batista Lima (OAB/RO 843), Vander Carlos Araújo Machado (OAB/RO 2521), Advogado não informado (OAB/RO 22222), Advogado não informado (DNI DNI), Allan Pereira Guimarães (OAB/ RO 1.046), Maguis Umberto Correia (OAB/RO 1214), Advogado Não Informado (202020 2020202020), Advogado Não Informado.. (RO não consta), Advogado não informado ( ), Tânia Vainsencher (OAB/PE 20124), Flávio de Queiroz Bezerra Cavalcanti (OAB/PE 10923), Carlos Antônio Harten Filho (OAB/PE 19357), Karinny de Miranda Campos (OAB/RO 2413)
DESPACHO:
DECISÃO Tratam os autos de Ação Civil Pública de improbidade administrativa, interposta pelo Ministério Público do Estado de Rondônia em face de Adhemar da Costa Sales e outros, objetivando ressarcimento de danos causados ao erário, tendo em vista que não fizeram cessar os descontos indevidos de seguro de vida na remuneração dos servidores.A inicial veio acompanhada de documentos. Devidamente notificados os Requeridos apresentaram defesa prévia. Foram arguidas preliminares de ilegitimidade passiva, prescrição, inadequação da via eleita, nulidade do processo investigatório, ausência de má- fé, inépcia da inicial, as quais foram todas afastadas por ocasião do recebimento da ação civil pública. Citados, os Requeridos apresentaram

contestação, à exceção de Vander Carlos de Araújo Machado e Benedito Orlando de Oliveira, para os quais o Autor requer seja decretada a revelia. Foram arguidas as mesmas preliminares que já tinham sido suscitadas nas defesas preliminares, com exceção da preliminar de ilegitimidade ativa, suscitada pelo Requerido Odacir Soares Rodrigues. Réplica, às fls. 971/974. As partes requerem produção de prova testemunhal e depoimento pessoal dos requeridos. O requerido José Antunes Cipriano, às fls. 981/982, requer devolução do prazo para especificar provas, sob o argumento de que os requeridos têm advogados diferentes e por isso o prazo deve ser contado em dobro, e, que os prazos devem ser computados somente em dias úteis. Relatei. Decido.As partes estão devidamente representadas e não há nulidades a decretar. Concorrem o interesse de agir e a legitimidade das partes. As preliminares arguidas em contestações ficam afastadas, tendo em vista que também foram arguidas em defesa preliminar, ratificando os argumentos anteriormente expendidos que anlaisaram essas preliminares quando do recebimento da ação civil pública. À exceção da preliminar de ilegitimidade ativa suscitada pelo Requerido Odacir Soares Rodrigues, que passo a analisar.O Ministério Público tem legitimidade ad causam para a propositura de Ação Civil Pública objetivando o ressarcimento de danos ao erário, decorrentes de atos de improbidade. Nesse sentido:PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973 NÃO CONFIGURADA. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. LIA. APLICABILIDADE A AGENTES POLÍTICOS. LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM DO MINISTÉRIO PÚBLICO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA.INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. PRESENÇA DE INDÍCIOS DE COMETIMENTO DE ATO ÍMPROBO. IN DUBIO PRO SOCIETATE.1. Cuida-se, na origem, de Ação de Improbidade Administrativa proposta pelo Ministério Público Estadual contra a ora agravante, ex-Governadora do Estado do Rio de Janeiro, objetivando sua condenação pela prática de atos ímprobos, consistentes na contratação da Fundação José Pelúcio Ferreira pela Secretaria Estadual de Educação, com dispensa de licitação, para a realização de exames supletivos do ano de 2005, com valor global de R$ 3.982.000,00.2. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC.3. O STJ firmou entendimento de que os agentes políticos se submetem aos ditames da Lei de Improbidade Administrativa, sem prejuízo da responsabilização política e criminal estabelecida no Decreto-Lei 201/1967. Precedentes: EDcl no AgRg no REsp 1.216.168/RS, Rel.Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 4/10/2013; AgInt no AREsp 926.632/PB, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 23/11/2016; AgRg no AREsp 719.390/SP, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 23/9/2016; AgRg no AREsp 426.418/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 6/3/2014; e AgRg no REsp 1181291/RJ, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 11/11/2013.4. A admissão de Recurso Extraordinário com repercussão geral pelo STF não enseja o sobrestamento dos Recursos Especiais que versem sobre o mesmo tema no STJ. Precedentes: AgRg no AgRg no AREsp 200.541/PR, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 24/8/2016; AgRg no AgRg no AREsp 110.184/CE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 30/10/2012; e AgRg no REsp.1.267.702/SC, Quinta Turma, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 26/9/2011.5. O STJ assentou entendimento quanto à legitimidade do Ministério Público para a propositura de Ação Civil Pública objetivando o ressarcimento de danos ao Erário, decorrentes de atos de improbidade administrativa. Precedentes: AgRg no REsp 1.367.048/GO, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 16/12/2013; REsp 1.135.158/SP, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 1º/7/2013.6. A análise sobre a presença de justa causa para o recebimento da inicial em relação à ora agravante, razão de ser da alegada ilegitimidade passiva, demanda o reexame das provas dos autos, inviabilizado pela Súmula 7 do STJ.7. Nos termos do art. 17, § 8º, da Lei 8.429/1992, a presença de indícios de cometimento de atos previstos na referida lei autoriza o recebimento da petição inicial da Ação de Improbidade Administrativa, devendo prevalecer na fase inicial o princípio do in dubio pro societate. Precedente: AgRg no REsp 1.306.802/MG, Rel.Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 5/12/2014.8. Agravo Interno não provido. (AgInt no AREsp 804.074/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe 01/02/2017)Resta, portanto, afastada a preliminar de ilegitimidade ativa, suscitada pelo Requerido Odacir Soares Rodrigues.Acolho o pedido do MP para decretação de revelia aos Requeridos Vander Carlos Araújo Machado e Benedito Orlando de Oliveira, porque deixaram de apresentar contestação, porém deixo de aplicar os efeitos da revelia, tendo em vista a pluralidade de réus que contestaram (art. 345, I do CPC).No que tange ao pedido do requerido José Antunes Cipriano para devolução do prazo para especificar suas provas, embora o prazo seja comum a todos os requeridos, e, ainda esteja em curso, vê-se que realmente os autos estiveram, por duas oportunidades, fora do cartório, em carga rápida. Devido a quantidade de pessoas que figuram no polo passivo, e, para evitar prejuízos ao requerido José Antunes Cipriano, concedo-lhe novo prazo de 05 (cinco) dias para especificar suas provas, a contar da publicação deste DESPACHO. Defiro o pedido de produção de prova testemunhal e depoimento pessoal já requeridos, e, para tanto, designo audiência para o dia 13/06/2017, às 09:00 horas. Intimem-se os requeridos pessoalmente, com a advertência de que prestarão depoimento pessoal em audiência, os advogados e Procurador do Município pelo Diário da Justiça, e, dê-se vista ao Ministério Público para ciência.O Requerido Odacir Soares Rodrigues deve comprovar as intimações das testemunhas, até 03 dias antes da audiência, na forma do artigo 455, do CPC.Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0013177-54.2014.8.22.0001
Ação:Embargos à Execução
Embargante:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Igor Almeida da Silva Marinho (OAB/RO 6153), Manuel Jasmim Correia Barros (OAB/RO 5229), Marcella Sanguinetti Soares Mendes (OAB/RO 5727), Ítalo Lima de Paula Miranda (OAB/RO 5222)
Embargado:Sindicato dos Servidores no Poder Judiciário do Estado de Rondônia - SINJUR
Advogado:Helio Vieira da Costa (OAB/RO 640), Zênia Luciana Cernov de Oliveira (OAB/RO 641)
DECISÃO:
Ante o exposto, acolhem-se parcialmente os embargos de declaração, para sanar a contradição e a omissão apontadas pelo embargante; por outro lado, rejeitá-los em relação à arguição de nulidade, uma vez que, nesse particular, eventual vício não comporta correção via embargos.Em virtude do acolhimento parcial dos embargos de declaração, integra-se a DECISÃO embargada com os fundamentos expostos, passando a constar de seu DISPOSITIVO o seguinte comando:Ante o exposto, julga-se parcialmente procedente a impugnação ofertada pelo Estado de Rondônia, reconhecendo o excesso de execução no valor R$ 8.742.908,77 e, por conseguinte, homologando-se os cálculos apresentados pelo perito judicial (fls. 1.350/1.390), para surtir seus legais e jurídicos efeitos.Diante da sucumbência recíproca, mas em graus diversos, condena-se a exequente ao pagamento de 84%, e o executado ao pagamento de 16%, do valor dos honorários advocatícios fixados em 5% do valor do excesso de execução (R$ 8.742.908,77).Os demais comandos do DISPOSITIVO da DECISÃO embargada, abaixo destacados, permanecem inalterados:Após, transitada em julgada a DECISÃO, intime-se a parte exequente para no prazo de 15 (quinze) dias providenciar a juntada das documentações necessárias para expedição de precatório, individual.No mesmo prazo, deverá o exequente providenciar os dados pessoais e bancários dos substituídos que fazem jus ao pagamento via RPV, assim como daqueles que, vindo a receber

por meio de precatório, pretendem abrir mão do que exceda a 10 salários-mínimos vigentes, momento em que deverá apresentar declaração para esse fim, possibilitando o pagamento também por meio de RPV.Intimem-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0137377-90.2001.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Joao Francisco Afonso ( )
Requerido:Mickey Yuji Katsuragawa, Tony Hiroshi Katsuragawa, Amarildo Gomes de Oliveira, Gian Marcos de Jesus, Cro - Construtora Rondoniense de Obras Ltda, Katsura Construção e Terraplenagem Ltda
Advogado:Renata do Amaral Andrade (OAB/RO 454E), Welser Rony Alencar Almeida (OAB/RO 1506), Maurício Coelho Lara (OAB/RO 845), Juacy dos Santos Loura Júnior (OAB/RO 656A), Wagner Almeida Barbedo (OAB/RO 31B), Welser Rony Alencar Almeida (OAB/RO 1506)
DESPACHO:
Veio aos autos resposta da precatória encaminhada à Comarca de Manaus-AM. Dos documentos coligidos (fls. 1.034/1.059) vê-se que não foi dado cumprimento à diligência do objeto da precatória. Às fls. 1.060 o MP manifesta-se requerendo o encaminhamento do feito para manifestação apenas quando do afetivo cumprimento da precatória.Assim, ao Cartório, para intimar a executada CRO - Construtora Rondoniense de Obras Ltda, para pagar o valor remanescente da dívida (R$ 49.639,90). Para tando, expeça-se carta precatória à Comarca de Manaus-AM. Observe o endereço indicado pelo MP à fl. 995.Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0003715-39.2015.8.22.0001
Ação:Ação Civil de Improbidade Administrativa
Requerente:Estado de Rondônia
Advogado:Tais Cunha (OAB/RO 6142)
Requerido:Ana Maria Costa Farias, Denes Junior Alves do Nascimento, Antonio Rito Costa Farias, Almirene Rodrigues Gomes, JOSÉ ALCIMON DE SOUZA MAGALHÃES
Advogado:José Bruno Ceconello (OAB/RO 1855), Francisco Nunes Neto (OAB/RO 158), Curador de Ausentes ( ), Defensoria PÚblica do Estado de RondÔnia ( ), Hélio Vicente de Matos (OAB/RO 265), Advogado Não Informado ( ), Defensor Publico (RO. 000.), José Rocélio Mendes (OAB/RO 6925), Advogado não Informado ( 0000), José Rocélio Mendes (OAB/RO 6925), José Adilson Inácio Martins (OAB/RO 4907)
DECISÃO:
Trata-se de ação civil por improbidade administrativa movida pelo Estado de Rondônia contra Ana Maria Costa de Farias, Denes Júnior Alves do Nascimento, Antônio Rito Costa Farias, Almirene Rodrigues Gomes, e José Alcimon de Souza Magalhães, imputando-lhes supostos atos de improbidade administrativa ante a constatação de que a requeria Ana Maria Costa Farias, à época Técnica Judiciária do Tribunal de Justiça de Rondônia, fraudava alvarás para favorecer pessoas estranhas aos processos, sendo os demais deMANDADO s os supostos favorecidos pelos alvarás expedidos, em que se realizavam o levantamento dos valores junto a contas judiciais.O autor noticia que, durante os períodos de 2010 e 2011, em que Ana Maria C. de Farias estava na condição de escrivã substituta lotada na 4ª Vara de Família, a requerida falsificou alvarás e autorizou ilicitamente o levantamento de valores depositados em contas judiciais na Caixa Econômica Federal, tendo como favorecidos os demais requeridos, os quais não faziam parte dos processos.Informa ainda que os fatos foram apurados por meio do Processo Administrativo Disciplinar nº 52767-11.2011.8.22.1111/TJRO, concluindo pela comprovação de conduta ilícita em relação Ana Maria, o que culminou na demissão da requerida.O requerido José Alcimon fora devidamente notificado, e apresentou defesa prévia (fls. 314/315). Os demais requeridos não foram encontrados, acarretando o deferimento da notificação por edital (fls.311/313). Inobstante, decorreu o prazo in albis.Remetidos os autos ao curador de ausentes, este se manifestou pela negativa geral.Foi acolhido o processamento da ação e determinada a citação dos requeridos para contestação. Ciência ao Ministério Público. (fl. 320-V)Devidamente citados, conforme certidão do oficial de justiça à fl. 323, os requeridos Ana Maria Costa de Farias e Denes Júnior A. do Nascimento deixam de apresentar contestação.Quanto aos requeridos Antônio Rito Farias e Almirene Rodrigues Gomes, citados por edital (fl. 335), apresentaram contestação, às fls. 366/370, sem preliminares a serem analisadas. No MÉRITO, sustentam que foram induzidos a erro por Ana Maria, para quem apenas prestaram um favor de ir ao banco efetuar um saque. Que nas duas vezes o saque foi feito e o valor devolvido a Ana Maria. Por fim, discorrem sobre a ausência de dolo e má-fé e, por isso, requerem exclusão do polo passivo.José Alcimon de Souza Magalhães, citado pessoalmente (fl. 323), apresenta contestação. Suscitou preliminar de nulidade por incapacidade, requerendo a exclusão do polo passivo e correção do vício de representação. Requereu, ainda, a suspensão do feito para aguardar o trâmite da Ação Penal nº 0015772-83.2011.8.22.0501, referente aos mesmos fatos. No MÉRITO, sustenta que foi vítima de ato ilícito praticado por Ana Maria, e que não concorreu livre e consciente para tanto. Que, atendendo a pedido de Ana Maria, se dirigiu à Caixa Econômica Federal, sob a orientação de entregar um envelope lacrado, que recebera de Ana Maria, a uma pessoa determinada no envelope. Após assim proceder, recebeu de volta o envelope lacrado e o devolveu à Ana Maria, momento em que esta o entregou quantia em dinheiro para quitar dívida que possuía com a esposa do requerido. Requer a extinção do feito sem resolução do MÉRITO.Réplica do Estado de Rondônia (fls. 372/378).Da Nulidade Por IncapacidadeO requerido José Alcimon de Souza Magalhães alega ser portador de Esquizofrenia Sequelar Orgânica – CID F20 (fl. 358), requerendo, portanto, a exclusão do polo passivo da ação ou correção do vício de representação. Junta documentos.Dos autos observa-se que, em relação a José Alcimon, os fatos relatados na presente ação datam de 16/12/2010 (fl. 249 – Alvará 150/2010), ao passo que o relatório psiquiátrico atestando a patologia data de 16/08/2012 (fl. 358), momento em que o requerido fora considerado temporariamente inapto para o trabalho.Assim, considerando que o atestado da patologia consta de data posterior, conclui-se que à época dos fatos o ora requerido gozava de plena capacidade, não sendo possível falar em interferência da patologia que maculasse a realização de seus atos.Ademais, consabido que os absolutamente incapazes são apenas os menores de 16 anos, e sendo este um caso de incapacidade relativa, como dispõe o art. 4º, inciso III do Código Civil, deveriam ser observados os institutos da interdição ou curatela, inexistindo tal comprovação nos autos. Por fim, o requerido encontra-se devidamente representado por seu advogado constituído.Da Suspensão do FeitoAinda em preliminar, o requerido aduz haver ação penal tramitando na 3ª Vara Criminal, sob o n. 0015772-83.2011.8.22.0501, e, por esta razão, requer a suspensão do presente feito até que se verifique a existência de fato delituoso de sua parte.Não obstante haja ação penal em trâmite referente aos mesmos fatos narrados nesta demanda, não há que se falar em suspensão da presente ação, visto que as instâncias administrativa, civil e penal bem como suas respectivas sanções são autônomas e, portanto, não há interferência no julgamento da outra. É o que se entende da redação do art. 12 da Lei 8.429/92.Assim, rejeito as preliminares arguidas.Processo regularmente constituído, presentes os pressupostos processuais e condições da ação. Feito saneado.O Estado de Rondônia e o Ministério Público do Estado insistem na produção de prova testemunhal (fls. 380/382).Defiro a produção da prova testemunhal requerida. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 21 de junho de 2017, às 09:00 horas.À Secretaria, para intimar/requisitar as testemunhas arroladas pelo Estado de Rondônia (fl. 380). Ciências às partes da DECISÃO. Por fim, encaminhem-se os autos ao Ministério Público para ciência e manifestação. Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito
Rutinéa Oliveira da Silva

Escrivã Judicial

## 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Juiz de Direito: Edenir Sebastião A. da Rosa
Escrivã: Silvia Assunção Ormonde
Email: pvh2fazgab@tj.ro.gov.br
Email:pvh2faz@tj.ro.gov.br
OBS: SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES DEVEM SER FEITAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU VIA INTERNET

Proc.: 0007103-81.2014.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Advogado:Alzir Marques Cavalcante Junior ( )
Requerido:Milton Luiz Moreira, Orlando Jose de Souza Ramires, Gilvan Ramos de Almeida, Estado de Rondônia
Advogado:Allan Pereira Guimarães (OAB/RO 1046), Maguis Umberto Correia (OAB/RO 1214), Celso Ceccatto (OAB/RO 111), Wanusa Cazelotto Dias dos Santos (OAB/RO 4284), José de Almeida Júnior (OAB/RO 1370), Carlos Eduardo Rocha Almeida (OAB/RO 3593), Maxwel Mota de Andrade (OAB/RO 3670)
Parte retirada do po:Alexandre Carlos Macedo Muller
Advogado:Nery Alvarenga (OAB/RO 470A)
INTIMAÇÃO: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0018408-33.2012.8.22.0001
Ação:Reintegração / Manutenção de Posse
Requerente:Município de Porto Velho RO
Advogado:Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998), Mário Jonas Freitas Guterres (RO 272-B), Carlos Alberto de Sousa Mesquita (OAB/RO 805)
Requerido:Jonas Benício de Souza, Maria Bernadete Rodrigues dos Santos, Gracilucia Menezes Furtado, Ana Lúcia Pinheiro dos Santos
Advogado:Defensoria Pública ( 000)
INTIMAÇÃO: Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a petição da parte Autora de fls. 300/302.
Silvia Assunção Ormonde

Escrivã Judicial

## 2º JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Cartório do 2º Juizado da Infância e da Juventude
2º Juizado da Infância e Juventude de Porto Velho-RO
Juiza: Dra. Juliana Paula Silva da Costa Brandão
e-mail: pvh2jij@tjro.jus.br
Diretor de Cartório: Danilo Aragão da Silva

Proc.: 0002218-24.2015.8.22.0701
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor: C. de F. de D. P. de P.
Indiciado: L. A. B.
Advogados: Marcondes de Oliveira Pereira ( OAB/RO 5877); João Lenes dos Santos (OAB/RO 392).
DECISÃO: "... Remetam-se os autos ao cartório para abertura de vista às partes para apresentação das alegações finais por memoriais, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, venham os autos conclusos para SENTENÇA. Dou esta por publicada em audiência, saindo os presentes intimados. Nada Mais. Encerro o presente termo que vai assinada por mim _____ Marly Suave, Secretaria do Juízo.
Danilo Aragão da Silva
Diretor de Cartório

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PORTO VELHO – JUIZADOS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
2ª JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
Endereço: Av. Rogério Weber, nº 2396, bairro Caiari (em frente a Praça das Três Caixas D'águas),
Porto Velho/RO, CEP 76.801-160 - Fone: (69) 3217.1251 - E-mail: pvh2jij@tjro.jus.br
Processo: 7028840-84.2015.8.22.0001 - [Adoção Nacional]
REQUERENTE: MPRO - MINISTÉRIO PÚBLICO DE RONDÔNIA
REQUERIDO: SARA GALVÃO DE OLIVEIRA
EDITAL DE CITAÇÃO
CITAÇÃO DE: SARA GALVÃO DE OLIVEIRA, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAR A PARTE REQUERIDA acima nominada da ação contra ela proposta para, querendo, contestar a ação no prazo de 10 (dez) dias.
SEDE DO JUIZADO: Avenida Rogério Weber, 2396, Caiari, PORTO VELHO - RO - CEP: 76801-160
OBSERVAÇÃO: O senhor Oficial de Justiça deverá perguntar ao réu e após certificar no MANDADO se o mesmo possui advogado, se vai contratar advogado particular ou se pretende ser defendido pela Defensoria Pública, este podendo ser localizado no endereço supra informado.
Este MANDADO Judicial foi expedido e assinado nos termos do art. 62 das Diretrizes Gerais Judiciais, de ordem do MM. Juiz de Direito.
Eu, Danilo Aragão da Silva – Diretor de Cartório, lavrei o presente e subscrevi.
Porto Velho, 18 de abril de 2017
Danilo Aragão da Silva
Diretor de Cartório
(assinando digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara de Inf. e Juventude
Avenida Rogério Weber, 2396, Caiari, Porto Velho - RO - CEP: 76801-160 - Fone:( ) Processo nº: 7024010-41.2016.8.22.0001
Classe: INF JUV CIV - GUARDA (1420)
Protocolado em: 09/05/2016 11:25:18
REQUERENTE: MARISTELA DO NASCIMENTO MENEZES
REQUERIDO: EVALDO JOSE CANDIDO, ANA ANGELICA DO NASCIMENTO PINTO
SENTENÇA
Diante da petição da Defensoria Pública (id 9548869), na qual pugna pelo arquivamentos dos autos em virtude do óbito da Sra. Maristela do Nascimento Menezes, ora requerente, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem julgamento do MÉRITO, nos termos do artigo 485, inciso IX, do Código de Processo Civil e, via de consequência, determino o arquivamento dos presentes autos.
Publique-se. Registre-se.
Intimem-se e após arquive-se.
SERVE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO /OFÍCIO.
Porto Velho, 18 de abril de 2017
JULIANA PAULA SILVA DA COSTA BRANDÃO
Juíza de Direito

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Porto Velho - 2ª Vara de Inf. e Juventude
Avenida Rogério Weber, 2396, Caiari, Porto Velho - RO - CEP: 76801-160
Processo nº 7020046-40.2016.8.22.0001
REQUERENTE: ELIANE SANTOS FERNANDES, ROSIVALDO BATISTA
REQUERIDO: IGNORADO
PUBLICAÇÃO DA DECISÃO DECISÃO "Considerando que a providência do presente feito fora atendida, qual seja, expedição do MANDADO de lavratura do assento de nascimento do infante

V. G. F. B., verifico que não existe mais qualquer fato ou situação que justifique a manutenção do feito. Destarte, diante do parecer do Ministério Público (id 8456457) pugnando pela extinção e arquivamento do feito, JULGO PROCEDENTE O PRESENTE FEITO, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil e via de consequência determino o arquivamento dos presentes autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se o Ministério Público e após arquive-se. Porto Velho, 5 de abril de 2017. JULIANA PAULA SILVA DA COSTA BRANDÃO -Juíza de Direito-Porto Velho, 19 de abril de 2017.

## 2ª VARA DE FAMÍLIA

2ª Vara de Família e Sucessões
pvh2famil@tjro.jus.br

Proc.: 0003608-80.2015.8.22.0102
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:K. V. C. D.
Advogado:Sérgio Muniz Neves (RJ 147320)
Executado:G. do N. D.
Advogado:Sandra Maria Mesquita Rodrigues (OAB/RO 4900) DAVES MACKLIN MOTA CAETANO OAB-RO 8359
DESPACHO: O débito compreendido pela presente execução refere-se aos meses de janeiro a março de 2015 e mais as que vencerem no curso do processo, ou seja, as parcelas dos meses de janeiro de 2015 a março de 2017, até a presente data.Pelo que se depreende do acordo de fls.45/47, as partes ajustaram o pagamento apenas dos 03 meses iniciais da execução. Assim, esclareçam, quanto ao pagamento dos valores dos demais meses objeto desta ação, informando se a execução deverá prosseguir em relação aos meses de abril de 2015 e subsequentes, requerendo o que de direito, no prazo de 05 dias.Int. C.Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.João Adalberto Castro Alves Juiz de Direito

Proc.: 0004325-92.2015.8.22.0102
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:K. V. C. D.
Advogado:Sérgio Muniz Neves (RJ 147320)
Requerido:G. do N. D.
Advogado:Sandra Maria Mesquita Rodrigues (OAB/RO 4900)
SENTENÇA: Ante a satisfação da obrigação, conforme petição de fls. 75/77 e comprovante de pagamento de fl. 78, julgo extinto o cumprimento de SENTENÇA, com fundamento no artigo 924, II, do NCPC.Não havendo interesse recursal, nas modalidades necessidade e utilidade, certifique-se de imediato o trânsito em julgado desta.Providencie-se o necessário e arquive-se.P.R.I.C.Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.João Adalberto Castro Alves Juiz de Direito

Proc.: 0008744-63.2012.8.22.0102
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:S. do N. B.
Advogado:Luiz Carlos Ferreira Moreira (OAB/RO 1433)
Requerido:S. da S. B.
DESPACHO: Este processo de execução tramita há longa data (distribuição em 06/09/2012), de modo que devem ser providenciadas as derradeiras tentativas de satisfação do crédito exequendo alimentar.Posto isso, defiro o requerimento de fl.159 e determino a requisição das 02 (duas) últimas declarações de imposto de renda do requerido, via INFOJUD.Aguarde-se resposta. Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.João Adalberto Castro Alves Juiz de Direito

Proc.: 0013046-72.2011.8.22.0102
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Y. V. V. S.
Advogado:Romilton Marinho Vieira (OAB/RO 633), José Alves Pereira Filho (OAB/RO 647), Luiz Fernando Coutinho da Rocha (OAB/RO 307B), Tuanny Iaponira Pereira Braga (OAB/RO 2820), Pitágoras Custódio Marinho (OAB/RO 4700)
Requerido:A. V. da S.
Advogado:Katucha M. Oliveira da Silva Amaral (SE 3.965)
DESPACHO: Defiro o requerimento de fls. 295/296. Expeça-se alvará em nome do patrono constituído pela parte autora.Após levantamento da quantia, cumpra-se o DESPACHO de fl. 293, atualizando-se a dívida alimentar e informando a conta bancária para repasse dos valores.Int. C.Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.João Adalberto Castro Alves Juiz de Direito
RAIMUNDO BEZERRA DO VALE FILHO

Diretor de Cartório

## 4ª VARA DE FAMÍLIA

Porto Velho - 4ª Vara de Família
Processo nº 7051808-74.2016.8.22.0001
AUTOR: A. M. L.
REQUERIDO: MANOEL AMANCIO VALENTE
Certifico que, considerando a revelia do requerido, e de acordo com Art, 346, caput do CPC, providencio a sua intimação dos termos da SENTENÇA, via Diário da Justiça. “Vistos, A. M. V. propôs ação de divórcio litigioso em face de M. A. V., ambos devidamente qualificados. Alega a autora que é casada com o requerido, contudo estão separados de fato desde o ano de 2004. Aduz ainda que da constância do casamento advieram 6 filhos, sendo todos maiores, que não adquiriram bens a serem partilhados e que deseja voltar a usar o nome de solteira. Pede a decretação do divórcio. Devidamente citado, o requerido não apresentou contestação. É o relatório. Trata-se de ação de divórcio litigioso. O requerido não contestou os fatos da inicial. O casal durante a constância do casamento não amealhou bens, sendo que os filhos advindos da união são todos maiores, o que não foi refutado pelo requerido. Posto isso, julgo procedente o pedido inicial. Decreto o divórcio do casal na forma e condições requeridas na exordial de ID 6415943. A autora voltará a usar o nome de solteira: A. M. L. SENTENÇA com resolução de MÉRITO, na forma do artigo 487, I, do CPC. Após o trânsito em julgado, serve esta de MANDADO de averbação/inscrição. Custas e honorários pelo requerido, os últimos arbitro em 10% do valor da causa. P.R.I.C. Porto Velho,27 de março de 2017. KATYANE VIANA LIMA MEIRA Juíza Substituta”
Porto Velho - 4ª Vara de Família

Processo nº 7056940-15.2016.8.22.0001
AUTOR: C. C. O.
REQUERIDO: JORGE RODRIGUES DE OLIVEIRA
Certifico que, considerando a revelia do requerido, e de acordo com Art, 346, caput do CPC, providencio a sua intimação dos termos da SENTENÇA, via Diário da Justiça. “Vistos, C. C. O. propôs ação de divórcio litigioso em face de JORGE RODRIGUES DE OLIVEIRA, ambos devidamente qualificados. Alega a autora que é casada com o requerido, contudo estão separados de fato. Aduz ainda que da constância do casamento não advieram filhos, que não adquiriram bens a serem partilhados e que deseja voltar a usar o nome de solteira. Pede a decretação do divórcio. Devidamente citado, o requerido não apresentou contestação. É o relatório. Trata-se de ação de divórcio litigioso. O requerido não contestou os fatos da inicial. O casal durante a constância do casamento não amealhou bens nem tiveram filhos, o que não foi refutado pelo requerido. Isto posto, julgo procedente o pedido inicial. Decreto o divórcio do

casal na forma e condições requeridas na exordial de ID 6950457. A autora voltará a usar o nome de solteira: C. C. SENTENÇA com resolução de MÉRITO, na forma do artigo 487, I, do CPC. Após o trânsito em julgado, serve esta de MANDADO de averbação/inscrição. Custas e honorários pelo requerido, os últimos arbitro em 10% do valor da causa. P.R.I.C. Porto Velho, 27 de março de 2017. KATYANE VIANA LIMA MEIRA Juíza Substituta"

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 4ª Vara de Família
Avenida Rogério Weber, 1872, Centro, Porto Velho - RO - CEP: 76801-030 - Fone:(69) 3217-1342 e-mail: pvh4famil@tjro.jus.br
Processo n°: 0006804-58.2015.8.22.0102
EXEQUENTE: ANA CLARA BRAGA SANTOS
EXECUTADO: VALDINEI BRAGA DA SILVA
CERTIDÃOCertifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes. Informo que para melhor visualização do processo, o mesmo deverá ser visualizado em forma crescente.
Porto Velho/RO, 19 de abril de 2017
Simone da Costa Salim
Diretora de Cartório

## 1ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 3217-1318/1319
Processo nº: 7008862-53.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Protocolado em: 08/03/2017 18:41:25
AUTOR: ENGECOM ENGENHARIA COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
Advogado do(a) AUTOR: MARCELO ESTEBANEZ MARTINS - RO0003208
RÉU: COMPANHIA DE SEGUROS ALIANCA DO BRASIL
SENTENÇA
Trata-se de Ação Indenizatória de danos materiais e morais apresentada por ENGECOM ENGENHARIA COMERCIO E INDUSTRIA LTDA em face de COMPANHIA DE SEGUROS ALIANCA DO BRASIL, ambos devidamente qualificados, dizendo que seu empregado sofreu um acidente. Em decorrência desse evento buscou o Procon/RO para que a empresa requerida entregasse o contrato de seguro e, então, pudesse realizar o pedido de recebimento de indenização pelo sinistro. Contudo, nessa audiência, conta que a advogada (Helma Santana Amorin) da empresa seguradora captou o servidor da parte autora e adentrou com demanda trabalhista, a qual ocasionou diversos prejuízos. Pontua que a advogada ainda tentou "ocultar" a condição da contratação com a assinatura das peças por seu colega de escritório. Pediu o ressarcimento material e moral pela situação. Anexou documentos.
Ocorreram duas intimações para emenda, uma relacionada as custas, outra ao esclarecimento da matéria.
É o sucinto relatório. Vieram os autos conclusos, passo a apreciar a demanda.
À guisa da narrativa exordial, a parte autora busca a reparação pelos danos materiais e morais em decorrência de uma suposta atuação ilícita da empresa requerida. Contudo, analisando, detidamente, os fatos, percebe-se que o suposto dano ocorrido foi por decorrência única de atividade subjetiva-particular. Explico a respeito.
Em momento algum se descreve que a empresa requerida realizou uma espécie de captação ilegal, utilizando-se de seu corpo jurídico para causar danos a parte autora. Pelo contrário, apenas noticia-se ação/omissão uma audiência junto ao Procon/RO.
A advogada da empresa requerida, de nome Helma Santana Amorin, teria captado um funcionário da parte autora e adentrado com demanda trabalhista. A relação seria, portanto, privada, e realizado um contrato particular de procuração para ajuizamento de demandas, em nada participando a empresa requerida da relação. É possível, inclusive, que a empresa requerida nem soubesse dessa situação, somente tomando conhecimento dela por ocasião de sua citação. Ao menos, não há qualquer indicação em face desta, no sentido alegado pela parte.
Com relação ao argumento (parte autora) de que a empresa seria a responsável pelas atividades de seus prepostos, (CC/02, Art. 932. São também responsáveis pela reparação civil: III - o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele) não guarda correlação entre a Letra da Lei enumerada com o presente caso.
Verifica-se que o Código Civil ao mencionar o DISPOSITIVO acima, identifica uma relação íntima entre um cliente e o serviço prestado por uma empresa, por intermédio de seus servidores/prepostos.
A situação ventilada nos autos é unicamente entre um funcionário da parte autora e a advogada Helma Amorin. Relação de captação supostamente ilegal e contrária a ética e a moral da atividade advocatícia.
Desta feita, com exposto acima, evidente a ilegitimidade passiva da segura com relação ao intento da demanda.
Prepostos respondem pela empresa que representam, referente as atividades funcionais. Trabalho particular ou autônomo desempenhado por um funcionário fora da sua relação empregatícia em nada diz respeito a empresa que possui vínculo, o que não impede que a autora promova nova ação em face da advogada mencionada e, ainda, a represente junto a OAB fato, alias, de conhecimento notório ao advogado representante da autora.
Posto isso, indefiro a petição inicial com fulcro no art. 330, II, em consequência, julgo extinto o processo, sem apreciação do MÉRITO, conforme dispõe o art. 485, VI, do Código de Processo Civil.
Após as anotações e baixas de estilo, arquivem-se.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 31 de março de 2017.
EUMA MENDONCA TOURINHO
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 3217-1318/1319
Processo nº: 7026885-81.2016.8.22.0001
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
Protocolado em: 25/05/2016 17:29:49
EXEQUENTE: GABRIEL ELIAS BICHARA
Advogado do(a) EXEQUENTE: GABRIEL ELIAS BICHARA - RO6905
EXECUTADO: HEITOR ANDRADE MACEDO
Advogado do(a) EXECUTADO: FRANCISCO NORONHA DE AZEVEDO - AC4610
DESPACHO
Procedi nesta data a transferência dos valores bloqueados pelo sistema BACENJUD até o limite da execução bem como o desbloqueio de excedentes em contas diversas.
A parte executada deverá apresentar impugnação à penhora no prazo de 05 (cinco) dias, que deverá ser restrita às hipóteses

elencadas no art. 854, § 3º, do Novo Código de Processo Civil. Não apresentada a impugnação, autorizo, desde já, a expedição de alvará para liberação dos valores penhorados em favor da parte exequente.
Inexistindo manifestação da parte executada no prazo acima assinalado, a parte exequente deverá, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar quanto ao prosseguimento da execução, apresentando planilha atualizada de eventual saldo remanescente, sob pena de aceitação tácita e consequente extinção da obrigação.
Porto Velho, 4 de abril de 2017.
EUMA MENDONCA TOURINHO
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 3217-1318/1319
Processo nº: 7053983-41.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Protocolado em: 18/10/2016 17:07:09
AUTOR: ALTENIR MAXIMO DA SILVA VIEIRA
Advogado do(a) AUTOR: MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA - RO0001073
RÉU: CLOVIS BATISTA DE ALMEIDA, CINTIA OLIVEIRA NASCIMENTO DE ALMEIDA
DESPACHO
Trata-se de Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica.
A parte autora declara que no processo principal (nº 0019005-36.2011.8.22.0001) já ocorreram diversas tentativas de penhora, mas todas restaram infrutíferas. Ainda, soma-se, a postura arredia da parte requerida desta demanda aos cumprimentos judiciais e o total descaso em realizar o pagamento dos valores a que está obrigada. Pediu, então, a desconsideração da personalidade jurídica da empresa requerida, com o intuito de adentrar no patrimônio dos seus sócios e efetuar a satisfação do crédito.
Citada/intimada a parte requerida deste incidente, nada manifestou no prazo legal.
Pois bem.
Há plausibilidade na pretensão da parte autora com este incidente, pois necessita satisfazer o seu crédito e a requerida não efetiva o pagamento.
Soma-se o fato de que não tendo efetividade da execução por longos anos diante das tentativas sem êxito, onde a requerida mantém postura evidentemente não cooperativa com a solução do caso em discussão, em inegável condição de confusão patrimonial/desvio de FINALIDADE, defiro o pedido contido na inicial e determino a desconsideração da personalidade jurídica da requerida Eletrobraz - Eletroeletronicos e Informática LTDA recaindo sobre os sócios (Clóvis Batista de Almeida e Cintia Oliveira Nascimento de Almeida).
Com efeito, traslade-se esta DECISÃO ao processo principal de cumprimento de SENTENÇA.
Aguarde o trânsito desta DECISÃO, e ocorrendo, arquivem os autos.
Porto Velho, 3 de abril de 2017.
EUMA MENDONCA TOURINHO
Juíz(a) de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 1ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 3217-1318/1319
Processo nº: 7011636-56.2017.8.22.0001
Classe: CÍVEL - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)
Protocolado em: 24/03/2017 11:36:04
AUTOR: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A
Advogado do(a) AUTOR: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA - SP0115665
RÉU: JOSAN SILVA E SILVA
Advogado do(a) RÉU:
SENTENÇA
Determinada a emenda à petição inicial para comprovar a constituição em mora e recolhimento das custas, a parte requerente, apesar de devidamente intimada, quedou-se inerte no cumprimento da determinação, apresentando apenas uma petição requerendo a suspensão do feito.
Isto posto, indefiro a petição inicial com fulcro no art. 321, parágrafo único, c/c art. 330, IV, do NCPC e, por consequência, julgo extinto o processo sem resolução do MÉRITO, conforme dispõe o art. 485, I, do Novo Código de Processo Civil.
Não havendo interposição de apelação, certifique-se o trânsito em julgado e intime-se a parte requerida dos termos da SENTENÇA, conforme disposto no art. 331, § 3º do NCPC.
Após as anotações e baixas de estilo, arquivem-se.
Porto Velho, 5 de abril de 2017.
EUMA MENDONCA TOURINHO
Juíz(a) de Direito

Proc.: 0006641-90.2015.8.22.0001
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Banco Pan S.a
Advogado:Ana Paula dos Santos (OAB/RO 4794)
Requerido:CARLOS ALBERTO DANTAS DE MIRANDA
DESPACHO:
Mantenho a SENTENÇA pelos seus próprios fundamentos.Cite-se a parte requerida para apresentar contrarrazões ao recurso de apelação, conforme disposto no art. 331, § 1º do CPC/2015.Após, com ou sem manifestação, encaminhe-se os autos ao e. Tribunal de Justiça com as nossas homenagens, sem a necessidade de nova CONCLUSÃO.Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0002772-90.2013.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Pedro Barbosa dos Santos, Midisnei da Silva Tomas, Nayara dos Santos Silva, Mineia de Oliveira Cabral, Valdina Pereira da Cunha, Oldelira Nogueira Leite, Orlando de Jesus de Oliveira Barros, Helio Araujo Lima, Valdiza Pereira Soares, Vanderval Rodrigues de Morais
Advogado:Andresa Batista Santos (OAB/SP 306579), Clodoaldo Luis Rodrigues (OAB/RO 2720)
Requerido:Energia Sustentável do Brasil S.A., Santo Antônio Energia S/a, Consórcio Construtor Santo Antônio CCSA
Advogado:Edgard Hermelino Leite Junior (OAB/SP 92114), Giuseppe Giamundo Neto (OAB/SP 234412), Antônio Celso Fonseca Pugliese (OAB/SP 155105), Ligia Fávero Gomes e Silva (OAB/SP 235033), Ricardo Gonçalves Moreira (OAB/SP 215212), Izabel Celina Pessoa Bezerra Cardoso (OAB/RO 796)
DESPACHO:
Ficam as partes intimadas da data de 28 de abril de 2017 às 09h para continuação dos trabalhos periciais. O local escolhido para o encontro das partes para realização dos trabalhos é a Associação dos Produtores Rurais da Linha 28 de Novembro.Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0017461-76.2012.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S.A.
Advogado:Lucyanne Carratte Brandt Hitzeschky (OAB/RO 4659), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
Executado:Sarmak Terraplanagens Transporte e Comercio Ltda, George Ferreira Sarmento

DESPACHO:
Excepcionalmente, concedo o prazo impreterível de 10 (dez) dias para que a parte exequente se manifeste quanto ao prosseguimento da execução, sob pena de imediata extinção e arquivamento do feito.Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0018653-78.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria de Fatima de Souza Lima
Advogado:Maria Angélica Pazdziorny (RO 9.972), Leandra Maia Melo (OAB/RO 1737)
Requerido:Centro de Ensino Classe A Ltda, Cinthia de Tal
Advogado:Regianeide Sousa Jota Gomes (OAB/RO 3607), Emílio Costa Gomes (OAB/RO 4515), Regianeide Sousa Jota Gomes (OAB/RO 3607)
SENTENÇA:
SENTENÇA Houve depósito espontâneo do valor determinado na condenação, na forma do art. 523, do NCPC, não havendo impugnação. Considerando o pedido de extinção do feito pela satisfação de sua pretensão, julgo extinta a obrigação e o presente processo, nos termos do art. 924, II, do NCPC.Expeça-se alvará de levantamento da quantia depositada no processo em favor do credor. Passados 30 dias sem comparecimento da parte interessada para retirar o alvará, transfiram-se os valores para Conta Centralizadora do Tribunal de Justiça/RO.Após as anotações de estilo, dê-se baixa e arquive-se de imediato.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0011380-77.2013.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Requerente:H. do C. de R. H.
Advogado:Igor Amaral Gibaldi (OAB/RO 6521), Cândido Ocampo Fernandes (OAB/RO 780)
Requerido:J. de O.
DESPACHO:
Defiro o pedido do Credor, a fim de que seja oficiado ao órgão pagador solicitando-se a transferência direta dos valores, sem a necessidade de expedição de sucessivos alvarás judiciais, para nova conta corrente apresentada na petição de fls. 96.Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0018447-59.2014.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Fundação Pio Xii Hospital de Câncer de Barretos
Advogado:Elaine Cristina Vilela Borges Melo (OAB/SP 201921)
Requerido:ROBERTO FERREIRA MARTINS
DESPACHO:
Designo audiência de conciliação para o dia 25/05/2017 às 11h30min.As partes deverão comparecer pessoalmente à solenidade acompanhadas dos seus respectivos patronos, sob pena de multa.Intime-se pessoalmente a parte requerida para comparecer à solenidade, considerando que, citado, não constituiu patrono nos autos.Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0022546-72.2014.8.22.0001
Ação:Monitória
Requerente:Escon Factoring e Fomento Ltda
Advogado:Vladmir Oliani (OAB/RO 1126)
Requerido:Panificadora Nordeste Ltda, Cunha & Lacerda Ltda Me, Yris Cristina da Cunha
SENTENÇA:
Trata-se de ação monitória ajuizada por Escon Factoring e Fomento LTDA em face de 1) Panificadora Nordeste LTDA, 2) Cunha & Lacerda LTDA e 3) Yrys Cristina da Cunha. Narra a parte autora ser credora das requeridas em razão de transações comerciais de compra e venda de títulos executivos extrajudiciais (cheques), totalizando 18 títulos postos em cobrança nesta ação. Requer, ao fim, o pagamento de R$ 222.596,34. Devidamente citada, Panificadora Nordeste LTDA interpôs embargos monitórios sustentando preliminar de coisa julgada. No MÉRITO, argumenta que a embargante não é responsável pelos cheques emitidos pelos demais requeridos (Cunha & Lacerda LTDA e Yrys Cristina da Cunha). Requer a improcedência da ação.Os demais requeridos foram citados por edital. É a síntese do necessário.Pois bem. PRELIMINARCompulsando os autos percebe-se que esta demanda traz o mesmo objeto e causa de pedir de discussão definitivamente sacramentada no processo n.º 0000658-81.2013.8.22.0001, que tramitou neste Juízo.O presente fato desencadeou o fenômeno da coisa julgada, de forma que resta completamente indevida a tramitação destes autos.Ora, se a parte autora detém novas provas ou novos fundamentos a serem eventualmente analisados, os quais seriam, em tese, capazes de desconstituir os motivos determinantes da SENTENÇA outrora proferida, é certo que a parte a deveria questionar por intermédio do recurso próprio ou se valer da ação rescisória. Portanto, a SENTENÇA que definiu a questão de ilegitimidade passiva da embargante para responder aos termos da dívida cobrada pela parte autora não é mais passível de rediscussão em ação de cognição sumária, razão pela qual os embargos devem ser acolhidos.Valer salientar que o suposto defeito na representação processual da ação acima indicada pode ser sanado a qualquer momento e não é capaz de modificar a competência do Juiz Natural da causa.Assim, acolho a preliminar de coisa julgada sustentada pela parte embargante.MÉRITO A citação por edital das demais requeridas (Cunha & Lacerda LTDA e Yrys Cristina da Cunha) presente caso é completamente legítima haja vista ter sido constatado pelo Oficial de Justiça que a parte se encontrava em lugar incerto e não sabido, razão pela qual foi regularmente deferida a citação via edital. Assim, não há qualquer nulidade neste sentido.Quanto à dívida em si, há uma gama de evidências nos autos que demonstram a existência do débito consubstanciado em prova escrita vinculada aos diversos cheques emitidos pelas partes requeridas, todos devolvidos por ausência de fundos. Por outro lado, não há qualquer indício de que tenha sido promovido o pagamento do débito, a despeito das tentativas de recebimento amigável do crédito.Na verdade o que se tem nos autos é a completa inércia das partes requeridas, que além de não cumprirem com o pagamento das obrigações assumidas, deixaram de apresentar defesa nos autos.Ante o exposto, com fulcro no art. 485, inciso V, do CPC/2015, JULGO PROCEDENTES os embargos do devedor para tornar insubsistente a cobrança dos títulos postos em cobrança em face da parte embargante. Por consequência, julgo extinta sem resolução do MÉRITO a lide proposta por Escon Factoring e Fomento LTDA em face de Panificadora Nordeste LTDA.Condeno a parte autora ao pagamento de honorários advocatícios em favor da parte embargante os quais fixo em 15% sobre o valor da causa atualizado, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC/2015, considerando-se o objeto em discussão nos autos, o trabalho despendido pelos patronos e a natureza da demanda.Com relação ao pedido formulado por Escon Factoring e Fomento LTDA em face de Cunha & Lacerda LTDA e Yrys Cristina da Cunha, considerando a ausência de contestação do débito, a comprovação documental dos elementos da ação monitória e da obrigação a ser adimplida, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO inicial para constituir de pleno direito a obrigação em título executivo judicial.Converto o MANDADO inicial em MANDADO executivo, que poderá ser executado na forma do art. 523, do CPC/2015.Condeno as requeridas Cunha & Lacerda LTDA e Yrys Cristina da Cunha ao pagamento de custas pro rata, além de honorários advocatícios fixados em 15% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC/2015, considerando-se o objeto em discussão nos autos, o trabalho despendido pelos patronos e a natureza da demanda.Pagas as custas, ou inscritas em dívida ativa em caso não pagamento, o que deverá ser certificado, arquivem-se. Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0001719-74.2013.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Regina Almeida Franchetto, Jose Roberto Franchetto Filho
Advogado:Paulino Palmério Queiroz (OAB/RO 208A)
Requerido:Madeirão Comércio de Materiais Para Construção Ltda
Advogado:Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300)
Carga:
Ficam os advogado abaixo relacionado, intimado a devolver os autos no prazo de 03 dias, que se encontram com carga além do prazo, sob pena de busca e apreensão dos mesmos.
Dra. Paloma Raiély Queiroz Maia OAB/RO 8511

Proc.: 0010261-81.2013.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Oseias Shockness, Gabriel Silva Shockness, Suelen Oliveira da Silva, Joao Guilherme Oliveira da Silva Souza, Arthur Oliveira Shockness
Advogado:Antônio de Castro Alves Júnior (OAB/RO 2811)
Requerido:Santo Antônio Energia S.A.
Advogado:Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861), Everson Aparecido Barbosa (OAB/RO 2803), Luciana Sales Nascimento (OAB/PB 17625B), Igor Habib Ramos Fernandes (OAB/RO 5193)
Ata de audiência: Requerente:OSEIAS SHOCKNESS (ausente), GABRIEL SILVA SHOCKNESS (ausente), SUELEN OLIVEIRA DA SILVA e os menores JOÃO GUILHERME OLIVEIRA DA SILVA SOUZA E ARTHUR OLIVEIRA SHOCKNESS (ausentes) (impúberes representados por Suelen Oliveira da Silva)
Advogado:Antonio Castro Alves Junior,OAB/RO 2811 (ausente)
Requerido:SANTO ANTONIO ENERGIA S/A
Preposto: Jacir José Duzanowksi
Advogado: Marcelo Ferreira Campos, OAB/RO 3250
Acadêmicos: Cleris Jean Kussler.
Realizado o 1º pregão às 11:30 horas desta Quarta-feira, 19 de Abril de 2017, na Sala de Audiências da 1ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho, onde se encontrava a MM. Juíza de Direito Euma Mendonça Tourinho, constatou-se a presença da parte autora e seu procurador, e da parte ré e seu procurador. Tentada a conciliação, não foi possível chegar a acordo. Pela MM. Juíza foi dito: Considerando que as testemunhas mencionadas para a presente solenidade já foram ouvidas em processo diverso, em respeito ao Princípio da Celeridade e Economia Processual, determino que a parte contrária se manifeste no prazo de 5 dias, a fim de ser determinada a juntada dos respectivos depoimentos do processo nº0011894-30.2013.8.22.0001, como prova emprestada. Em caso de inércia do requerente, o Juízo reputará que houve concordância aqui já manifestada pela requerida. A Carta Precatória deverá ser encaminhada pela parte ré. Sobrevindo tais depoimentos e a resposta da Carta Precatória, concedo o prazo de 15 dias sucessivos para as partes ofertarem suas alegações finais. Em caso de discordância, retornem conclusos para oitiva dos dois primeiros arrolados e expedição de carta precatória quanto a terceira testemunha. Saem os presentes intimados. Nada mais.
EUMA MENDONÇA TOURINHO.Juíza de Direito.

Proc.: 0016837-27.2012.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Requerente:Marciane Rossi Bormann
Advogado:Rafael Silva Coimbra (OAB/RO 5311), Firmino Gisbert Banus (OAB/RO 163)
Requerido:Alzeri Bormann
Advogado:Douglas Tadeu Chiquetti (OAB/RO 3496)
DECISÃO:
O pedido de “nova” avaliação formulado pela parte exequente se mostra insubsistente pois não há qualquer penhora formalizada nestes autos e muito menos qualquer avaliação a ser revista. Assim, indefiro o pedido.Já com relação ao pedido de penhora diretamente em folha de pagamento da pensão por morte recebida pelo executado junto ao INSS, tal medida aparenta ser a menos onerosa e mais eficaz na atual fase dos autos. Portanto, defiro a medida pleiteada uma vez que o abatimento do valor não configura afronta ao ordenamento jurídico, pois limitado ao percentual de 30% estará se definindo a possibilidade de subsistência da parte requerida/executada, e ao mesmo tempo dando efetividade a execução. Inclusive, em recente julgado proferido pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia foi mantida a plausibilidade e validade dessa forma de constrição. Vejamos:ACÓRDÃOData do julgamento: 08/02/2017. 0801879-64.2016.8.22.0000 Agravo de Instrumento (PJE). Origem: 0019415-86.2014.8.22.0002 Ariquemes 4ª Vara Cível. Agravante: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Ariquemes. Ltda - CREDISIS CREDIARI. Agravado: Arlen José Silva de Souza. Relator: DES. ISAIAS FONSECA MORAESDECISÃO: RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE. EMENTA: Agravo de instrumento. Execução de título extrajudicial. Penhora de verba salarial. Relativização. Possibilidade. Recurso. Provimento parcial. É crível a mitigação da impenhorabilidade da verba salarial como forma de garantir o adimplemento das obrigações assumidas por ela, desde que não ofenda o princípio da dignidade da pessoa humana, sobretudo por serem inexitosas as tentativas menos gravosas de satisfação do credor.Assim, determino que seja oficiado ao órgão pagador da parte executada conforme indicado pela parte autora/exequente, no sentido de descontar mensalmente o valor de 30% da pensão da parte executada.Deverá a parte exequente apresentar o comprovante de recebimento da pensão devidamente atualizado, considerando que o extrato apresentado é datado de sete anos atrás.Também deverá ser apresentado extrato devidamente atualizado da dívida.Determino, ainda, que a parte exequente apresente conta-corrente a fim de que seja oficiado ao órgão pagador solicitando-se a transferência direta dos valores, sem a necessidade de expedição de sucessivos alvarás judiciais. Salienta-se que a parte exequente permanecerá responsável por controlar e gerenciar os descontos objetivando a prestação de contas com este Juízo, sob pena de responsabilização pessoal, sem prejuízo da aplicação de multa por litigância de má-fé e ato atentatório à dignidade da Justiça.O ofício somente será expedido pela escrivania após a apresentação dos documentos e dados acima mencionados.
Porto Velho-RO, quarta-feira, 8 de março de 2017.
Euma Mendonça Tourinho.
Juíza de Direito
Clêuda S. M. de Carvalho
ESCRIVÃ JUDICIAL

## 2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível
SUGESTÕESOURECLAMAÇÕESFAÇAM-NASPESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
ENDEREÇO ELETRÔNICO:
pvh2civel@tj.ro.gov.br
JUIZ: Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Escrivã: Maria Dulcenira Cruz Bentes

Proc.: 0020197-04.2011.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Francisco das Chagas Lino Aguiar
Advogado:Eduardo Augusto Feitosa Ceccatto (OAB/RO 5100)
Executado:D. P. de Oliveira EPP, Dirceu Piedade de Oliveira
Advogado:Mário Sérgio Leiras Teixeira (OAB/RO 1400)
DESPACHO:
Vistos. Considerando a penhora em 2º grau aqui realizada e devidamente registrada, constante na certidão de inteiro teor de fls. 182/184, a posterior arrematação/venda do imóvel no processo

0003246-95.2012.8.22.0001, do que não se tem notícia de nenhum tipo de comunicação a este Juízo, defiro a expedição de ofício ao Juízo da 9ª Vara Cível solicitando que proceda a transferência incontinenti dos valores obtidos com a venda do referido bem, em obdiência à penhora realizada na matrícula do registro do imóvel. Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0084135-41.2009.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Diana Braz Pimentel de Oliveira
Advogado:Valéria Moreira de Alencar Ramalho (OAB/RO 3719)
Requerido:Unimed Administradora -vendas de Planos de Saude
Advogado:Daniele Fonseca de Negreiros (OAB/RO 3978), Franciany D'Alessandra Dias de Paula (OAB/RO 349B), Rodrigo Barbosa Marques do Rosário (OAB/RO 2969), Suelen Sales da Cruz (OAB/RO 4289), Breno de Paula (OAB-RO 399 B)
DESPACHO:
Vistos,Certifique-se a tempestividade da impugnação ofertada às fls. 300/301 pela executada e, somente após, tornem os autos conclusos.Porto Velho-RO, 19 de abril de 2017.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito
Maria Dulcenira Cruz Bentes
Sra.

Processo nº 7004815-70.2016.8.22.0001
[Cheque, Honorários Advocatícios]
MONITÓRIA (40)
AUTOR: UNIÃO DAS ESCOLAS SUPERIORES DE RONDÔNIA
RÉU: RENATA PEREIRA MENDES
Nome: RENATA PEREIRA MENDES
Endereço: Rua Higienópolis, 8924, São Francisco, Porto Velho - RO - CEP: 76813-348
SENTENÇA
Vistos.
UNIÃO DAS ESCOLAS SUPERIORES DE RONDÔNIA propôs a presente ação monitória em desfavor de RENATA PEREIRA MENDES, ambos com qualificação nos autos, alegando ser credor do valor indicado na exordial.
Citada, a requerida deixou transcorrer o prazo legal para a apresentação de sua defesa, caracterizando a sua revelia. Assim, merece aplicação o disposto no art. 701, § 2º, do Código de Processo Civil.
Ante o exposto, com fundamento no art. 487, I do código de processo civil, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na INICIAL e CONSTITUO DE PLENO DIREITO o título executivo judicial e determino a conversão da ação em execução, prosseguindo-se esta na forma prevista em lei.
Condeno a parte requerida no pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes que arbitro em 10% sobre o valor da causa, conforme DESPACHO ID n. 2368283.
Fica a parte exequente intimada a, no prazo de cinco dias, apresentar planilha detalhada e atualizada do débito, com a inclusão dos honorários advocatícios, sob pena de arquivamento.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2017.
JORGE LUIZ DE MOURA GURGEL DO AMARAL
Juiz de Direito

Processo nº 7000335-83.2015.8.22.0001
AUTOR: CONDOMINIO RESIDENCIAL FLANBOYANT
RÉU: MARCO ANTONIO VERCOZA DE CASTRO, DEBORA BEZERRA MOREIRA
Intimação
Fica a parte requerida intimada a recolher às custas processuais finais no valor de R$ 43,06 (quarenta e três reais e seis centavos), no prazo de 05 dias, sob pena inclusão da dívida ativa.
Porto Velho, 12 de abril de 2017.

Processo nº 7032631-27.2016.8.22.0001
REQUERENTE: BANCO HONDA S/A.
REQUERIDO: SONIA MARIA MACIEL DA SILVA
SENTENÇA
Vistos.
BANCO HONDA S/A ajuizou ação de busca e apreensão contra SONIA MARIA MACIEL DA SILVA, alegando, em síntese, que pactuaram contrato com garantia de alienação fiduciária do bem descrito na inicial, sendo que a parte requerida ficou inadimplente, tendo sido constituída em mora. Pleiteou assim, com base no Decreto-Lei n. 911/69, a busca e apreensão liminar do bem e a procedência do pedido para o fim de consolidar a propriedade e a posse em suas mãos. Apresentou procuração e documentos.
Concedida e executada a liminar pleiteada (fls. ID Num. 5401339 - pg. 3), a parte requerida foi regularmente citada (fls. 5401339 – pg. 1), todavia, não pagou o débito, tampouco ofertou defesa.
É o relatório.
Decido.
Tratam os autos de pedido de busca e apreensão de bem móvel, cujo contrato é gravado com cláusula de alienação fiduciária, decorrente de cédula de crédito bancário.
Conforme se infere nos autos, a parte requerida foi regularmente citada, mas, permaneceu inerte ao chamamento judicial, levando ao julgamento antecipado da lide, na forma do inciso II do art. 355 do Código de processo Civil.
De outro lado, os documentos apresentados pela parte requerente comprovam a existência do contrato, bem como a regular constituição da requerida em mora.
Esses fatos, principalmente diante da revelia, são suficientes para acolhimento do pedido inicial, uma vez que presentes todos os requisitos legais.
A presunção decorrente da revelia não é absoluta, mas, no presente caso, não existem elementos para se formar convicção em contrário, sendo razoável o desfecho pretendido pela parte autora.
Ante o exposto, com fundamento no inciso I do art. 487 do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial formulado por BANCO HONDA S/A em desfavor de SONIA MARIA MACIEL DA SILVA, e, em consequência, DECLARO rescindido o contrato celebrado entre as partes, e consolido nas mãos da parte autora a posse plena e exclusiva do bem descrito e caracterizado na petição inicial, cuja apreensão liminar torno definitiva. Faculto, ainda, a venda do bem pela parte autora, na forma do §4º do art. 1º do Decreto-Lei n. 911/69. CONDENO a parte requerida ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios da parte contrária, estes arbitrados na forma do §8º do art. 85 do CPC em R$ 800,00, corrigidos monetariamente pela tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e com juros simples de 1% (um por cento) ao mês, ambos a partir desta data.
Cumpra-se o disposto no art. 2º do decreto supracitado, oficiando-se ao DETRAN/RO, comunicando estar a parte autora autorizada a proceder a transferência a terceiros que indicar.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 1 de fevereiro de 2017
Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 2ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:( 69) 3217-1320
Processo nº 7029065-07.2015.8.22.0001
[Honorários Advocatícios, Juros]
MONITÓRIA (40)
AUTOR: UNIÃO DAS ESCOLAS SUPERIORES DE RONDÔNIA
RÉU: PVH CONSTRUCAO E TERRAPLENAGEM LTDA
Nome: PVH CONSTRUCAO E TERRAPLENAGEM LTDA

Endereço: Rua Dom Pedro II, 637, 6 Andar, Sala 603, Caiari, Porto Velho - RO - CEP: 76801-151
SENTENÇA
Vistos.
UNIÃO DAS ESCOLAS SUPERIORES DE RONDÔNIA propôs a presente ação monitória em desfavor de PVH CONSTRUCAO E TERRAPLENAGEM LTDA, ambos com qualificação nos autos, alegando ser credor do valor indicado na exordial.
Citada, a requerida deixou transcorrer o prazo legal para a apresentação de sua defesa, caracterizando a sua revelia. Assim, merece aplicação o disposto no art. 701, § 2º, do Código de Processo Civil.
Ante o exposto, com fundamento no art. 487, I do código de processo civil, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na INICIAL e CONSTITUO DE PLENO DIREITO o título executivo judicial e determino a conversão da ação em execução, prosseguindo-se esta na forma prevista em lei.
Condeno a parte requerida no pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes que arbitro em 10% sobre o valor da causa, conforme DESPACHO ID n. 2019123.
Fica a parte exequente intimada a, no prazo de cinco dias, apresentar planilha detalhada e atualizada do débito, com a inclusão dos honorários advocatícios, sob pena de arquivamento.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2017.
JORGE LUIZ DE MOURA GURGEL DO AMARAL
Juiz de Direito

Processo nº 7034401-55.2016.8.22.0001
[Nota Promissória]
MONITÓRIA (40)
AUTOR: CASA HAMID LTDA - ME
RÉU: MATUSALEM NEVES BARROS
Nome: MATUSALEM NEVES BARROS
Endereço: Rua Saudade da Poita, 4796, Floresta, Porto Velho - RO - CEP: 76806-234
SENTENÇA
Vistos.
CASA HAMID LTDA - ME propôs a presente ação monitória em desfavor de MATUSALEM NEVES BARROS, ambos com qualificação nos autos, alegando ser credor do valor indicado na exordial.
Citado, ID n. 5008165 , a requerida deixou transcorrer o prazo legal para a apresentação de sua defesa, caracterizando a sua revelia. Assim, merece aplicação o disposto no art. 701, § 2º, do Código de Processo Civil.
Ante o exposto, com fundamento no art. 487, I do código de processo civil, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na INICIAL e CONSTITUO DE PLENO DIREITO o título executivo judicial e determino a conversão da ação em execução, prosseguindo-se esta na forma prevista em lei.
Condeno a parte requerida no pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes que arbitro em 10% sobre o valor da causa, conforme DESPACHO ID n. 4754154 .
Fica a parte exequente intimada a, no prazo de cinco dias, apresentar planilha detalhada e atualizada do débito, com a inclusão dos honorários advocatícios, sob pena de arquivamento.
Porto Velho, 1 de fevereiro de 2017.
JORGE LUIZ DE MOURA GURGEL DO AMARAL
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 20 (vinte) dias
Citação de: Guilherme Saurin, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 5.991.200 SSP/SC e inscrito no CPF nº 009.889.652-08, atualmente em lugar incerto e não sabido.
Processo:0021845-14.2014.8.22.0001
Exequente: Centro de Ensino São Lucas Ltda
Advogado: Alexandre Carneiro Moraes OAB/RO 6739
Executado: Guilherme Saurin
Classe: Procedimento Ordinário (Cível)
FINALIDADE: Através do presente Edital fica Guilherme Saurin citado para que, querendo, responda (apresente defesa) aos termos da ação de Procedimento de Ação Ordinário, no prazo legal abaixo descrito, sendo certo que o silêncio acarretará na presunção de serem verdadeiros os fatos alegados pela parte requerente.
Prazo: o prazo será contado a partir do término de 20 dias da data da publicação deste edital.
Sede do Juízo: Fórum Cível - Av. Lauro Sodré, 1728, Jardim América, CEP: 76.803-686 - Fone: (69) 3217-1320.
Porto Velho, 27 de Março de 2017.
(a)Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Juiz Substituta
Claudistone da Cunha Bento
Diretor de Cartório em Substituição

## 3ª VARA CÍVEL

3º Cartório Cível
Juiz de Direito OSNY CLARO DE OLIVEIRA JUNIOR
Júlia Nazaré Silva Albuquerque
Escrivã Judicial
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NO VIA INTERNET.
ENDEREÇO ELETRÔNICO:
JUIZ DIRETOR: pvhjuizcivel@tj.ro.gov.br
ESCRIVÃO: pvh3civel@tj.ro.gov.br

Proc.: 0007658-64.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:B. J. Projetos e Empreendimentos Ltda
Advogado:Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A), Pâmela Glaciele Vieira da Rocha (OAB/RO 5353)
Requerido:Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária
SENTENÇA:
Ante o pedido de desistência formulado pelo autor, com fundamento no inciso VIII do art. 485 do Novo CPC, JULGO EXTINTO, sem apreciação de MÉRITO, o processo e DETERMINO o seu arquivamento. Sem custas finais, conforme previsão em Regimento de Custas.Autorizo o desentranhamento dos documentos que instruem a inicial, mediante apresentação de fotocópias. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Osny Claro de Oliveira Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0007195-30.2012.8.22.0001
Ação:Usucapião
Requerente:Melre Passos Gomes de Souza, Fabricio Pereira de Souza
Advogado:Marcus Edson de Lima ( )
Requerido:EGO - Empresa Geral de Obras S.A.
Advogado:Eduardo Abílio Kerber Diniz (OAB/RO 4389), Edson Antonio Sousa Pinto (OAB/RO 4643), Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli ( ), Felipe Bensiman Ciampi (OAB/RO 760-E), Amanda Géssica de Araújo Farias (OAB/RO 5757), Camila Chaul Aidar Pereira (OAB/RO 5777)
DESPACHO:
Vistos.Com o retorno dos autos do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, anulando a SENTENÇA e determinando prosseguimento do feito, determino que a parte autora apresente a localização do lindeiro, sanando a irregularidade apontada, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de julgamento do processo no estado em que se encontra.Proceda-se à citação dos confinantes dos fundos, conforme determinado à fl.188.Porto Velho-RO, segunda-feira, 17 de abril de 2017.Osny Claro de Oliveira Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0011325-29.2013.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Pedro Barbosa dos Santos, Maria do Rosario Sales, Jose Elison Sales dos Santos, Maíra dos Santos Pinto
Advogado:Mateus Baleeiro Alves (OAB/RO 4707), Robson Araújo Leite (OAB/RO 5196)
Requerido:Santo Antônio Energia S/a
Advogado:Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861), Everson Aparecido Barbosa (OAB/RO 2803), Ariane Diniz da Costa (OAB/MG 131774), Fábio Gouveia Carneiro (OAB/RO 5838), Luciana Sales Nascimento (OAB/SP 156820), Miriani Inah Kussler Chinelato (OAB/DF 33642), Bruna Rebeca Pereira da Silva (OAB/RO 4982), Igor Habib Ramos Fernandes (OAB/RO 5193), Ebenezer Moreira Borges (OAB/RO 6300), Yanara Oliveira de Vasconcelos (OAB/RO 5989)
DESPACHO:
Defiro o pedido de dilação de prazo de fls. 681/682.No mais, intime-se os requerentes para que, no prazo de 15 dias, manifestem-se quanto a petição de fls. 700/722, bem como os documentos de fls. 723/964.Após, conclusos.Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Osny Claro de Oliveira Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0001783-16.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Iade Processos de Seleção e Avaliação Ltda EPP
Advogado:Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643), Daniel Barcelos Coelho (OAB/MG 73794)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia - CERON
Advogado:Bruna Tatiane dos Santos Pinheiro Sarmento (OAB/RO 5462), Ana Caroline Romano Castelo Branco (OAB/RO 5991), Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434), Uérlei Magalhães de Morais (OAB/RO 3822)
DECISÃO:
DECISÃO Verifico que as matérias ventiladas nos autos são as mesmas do processo nº 0006019-50.2011.8.22.0001 da 5ª Vara Cível, no entanto, realizadas como pedido contraposto.De modo que, aquele Juízo em SENTENÇA exarada 08/10/2012, determinou ser o pedido contraposto inviável, devendo a parte manejar ação autônoma ou reconvenção, todavia, foi apresentado recurso a DECISÃO e, no momento, encontra-se aguardando julgamento do Egrégio Tribunal.Ocorre que, a presente demanda, é totalmente prejudicial ao pleito dos autos nº 0006019-50.2011.8.22.0001, inclusive, se reformada a DECISÃO, restará a análise da coisa julgada, visto que, conforme a narração fática exposta do processo sentenciado apelado, há discussão sobre o pedido contraposto (readequação financeira do contrato), que tem relação direta com matéria discutida nestes autos.Desta forma, determino a SUSPENSÃO do processo, pelo prazo de 180 dias, ou até o retorno daqueles autos do E. Tribunal.Com o decurso do prazo, caso não haja manifestação da parte autora, intime-se para que impulsione o feito no prazo de 10 dias, sob de extinção, com base no art. 485, III do CPC.Em caso de inércia, deverá ser o requerente intimado, pessoalmente, para que promova o prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção.Int.Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Osny Claro de Oliveira Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0007056-78.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Cicero Eduardo de Melo Neto
Advogado:Giuliano de Toledo Viecili (OAB/RO 2396)
Requerido:Mega Veículos Ltda
Advogado:Fabrício Grisi Médice Jurado ( ), Rafaela Ariane Zeni Dauek (OAB/RO 4583), Manoel Flavio Medici Jurado (RO 12-B)
DESPACHO:
DESPACHO Designo audiência de conciliação para o dia 16/05/2017, às 10h00min. Intimem-se os Advogados das partes, que deverão comunicar a realização da audiência aos seus constituintes. As partes deverão comparecer pessoalmente ao ato, ou se fazerem presentes mediante procuradores com poderes para transigir, intimadas a tanto pela publicação no DJe. Intimem-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Osny Claro de Oliveira Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0017975-58.2014.8.22.0001
Ação:Oposição
Excipiente:José Fidelis Braga
Advogado:José Fidelis Braga (OAB/MG 6769), Mauro Pereira Magalhães (OAB/RO 6712)
Excepto:Antônio Carlos de Santana, Genivaldo Pereira de Lima, Maria Pereira de Lima, Núbia Varnou da Silva, Rogerio Pereira de Lima, Jair Pereira de Lima, Cecília de Lima Pereira, Janio Pereira, Carlos Pereira de Lima
Advogado:Maria da C. Souza Vera (OAB/RO RO- 573)
DESPACHO:
DESPACHO Designo audiência de conciliação e saneamento para o dia 16/05/2017, às 11h00min. Intimem-se os Advogados das partes, que deverão comunicar a realização da audiência aos seus constituintes. As partes deverão comparecer pessoalmente ao ato, ou se fazerem presentes mediante procuradores com poderes para transigir, intimadas a tanto pela publicação no DJe. Intimem-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Osny Claro de Oliveira Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0020542-96.2013.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Edenna Juliana da Costa Soares
Advogado:Rafael Ferreira Batista (OAB/RO 4182)
Requerido:Aicon Administradora de Imoveis e Condomínios, Condominio Residencial Topázio
Advogado:Francisco Lopes Coelho (OAB/RO 678)
SENTENÇA:
SENTENÇA I – RELATÓRIOEDENNA JULIANA COSTA SOARES, ajuizou a presente ação de indenização por danos materiais e morais em face de AICON – ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS E CONDOMÍNIOS e CONDOMINIO RESIDENCIAL TOPAZIO, todos devidamente qualificados, alegando, em síntese, que é proprietária de um apartamento no Condomínio Residencial Topázio, localizado na Rua Padre Chiquinho, nº 2835, Bairro Liberdade, apt. 203, Torre “B”, nesta Capital, sendo que vem pagando em dias as taxas condominiais para fins de manutenção do condomínio.Alegou ainda, que precisou viajar e passar alguns dias fora da cidade, oportunidade em que procurou o síndico do condomínio para avisá-lo que iria se ausentar da Capital, mas que o apartamento estava a venda e por isso indagou se poderia deixar a chave do imóvel na portaria, para que interessados na compra pudessem olhar, ocasião em que o síndico de pronto concordou e autorizou que as chaves ficassem na portaria.Ocorre que, ao retornar de viagem, constatou o imóvel desguarnecido de todos os acessórios que haviam sido comprados tais como: interruptores de tomadas, chuveiro, lâmpadas, um fogão cooktop, luminárias e porta de armários. Que tal situação lhe causou um desmedido prejuízo, pois além de ficar sem os objetos comprados, os interessados desistiram de comprar o apartamento.Disse que não poderia ter seus pertences furtados ainda que as chaves estivessem na portaria a disposição para os interessados na compra, pois estavam sob responsabilidade do condomínio, mas que o mesmo nada fez para solucionar o problema ou amenizar tais prejuízos, o que lhe causou dano ao sossego, bem-estar e paz de espírito.Por tais razões, requereu seja os pedidos julgados totalmente procedes, para condenar os requeridos ao pagamento de indenização pelo dano material no valor de R$ 3.128,00, bem como indenização por danos morais, em valor a ser arbitrado por este Juízo. Juntou documentos as fls. 19/35.Citado, o requerido Condomínio Residencial Topazio contestou as fls. 70/83, aduzindo, em resumo, que autora jamais se dirigiu a síndica para informar que ia viajar e muito menos perguntar se poderia deixar as

chaves na portaria, sendo verdade que as chaves foram deixadas na portaria, com recomendação ao porteiro do plantão de que deveria entregá-las aos corretores que viriam visitar o imóvel. Sustentou também que não há prova dos fatos alegados pela autora e muito menos nexo de causalidade entre o suposto dano e ação/omissão do Condomínio ou de seus prepostos, bem como não houve vistoria prévia no imóvel, de maneira a determinar o que havia no apartamento no momento que a autora deixou as chaves na portaria, o que já exclui o dever de indenizar. Além de que, mesmo que houvesse vistoria prévia no apartamento, ainda seria discutível a indenização uma vez que a convenção do condomínio não prevê essa possibilidade. Asseverou a inexistência da prática de ato ilícito que pudesse ensejar indenização por dano moral. Ao final, pugnou pela improcedência dos pedidos. A contestação veio acompanhada de documentos de fls. 84/102.Houve réplica as fls. 103/108.Citada, a requerida AICON – Administradora de Imóveis E Condomínios apresentou contestação as fls. 128/142, na qual alegou preliminar de ilegitimidade passiva e, no MÉRITO, repetiu os argumentos de defesa do Condomínio contestante as fls. 70/83. Impugnação a contestação as fls. 143/148.Instadas a especificarem provas, as partes pugnaram pela produção de prova testemunhal. (fls. 149 e 150)Intimada para manifestar-se sobre o DESPACHO de fl. 151, a autora manifestou-se à fl. 152, retificando os fatos expostos na inicial. Vieram os autos conclusos. É o breve relato.II – FUNDAMENTAÇÃODO JULGAMENTO ANTECIPADODe início, observa-se a desnecessidade de oitiva das testemunhas, por versar sobre matéria de direito e de fato comprovada documentalmente, além de que os elementos colhidos nos autos são suficientes para a formação da convicção deste juízo, conforme preceitua o art. 443, incisos I e II, do novo Código de Processo Civil. Ademais, deve-se salientar que a matéria controvertida liga-se a questão de direito, sendo os aspectos fáticos demonstrados pelos documentos já constantes do caderno processual, não havendo outras provas a serem produzidas em audiência. É, pois, cabível o julgamento do feito, nos moldes do artigo 355, inciso I, do novo Código de Processo Civil.Outrossim, nem se cogite que a faculdade que o sistema processual confere ao julgador de julgar a lide conforme o estado seja um cerceamento de defesa porquanto, "O Juiz somente está obrigado a abrir a fase instrutória se, para o seu convencimento, permanecerem os fatos controvertidos, pertinentes e relevantes, passíveis de prova testemunhal ou pericial"; e, em adição, "O propósito de produção de provas não obsta ao julgamento antecipado da lide, se os aspectos decisivos da causa se mostram suficientes para embasar o convencimento do magistrado" (STF- RE 96725/RS - Rei. Min. Rafael Mayer)Nesse sentido também: "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA. INDEFERIMENTO. PROVA TESTEMUNHAL. 1. No sistema de persuasão racional adotado pelo Código de Processo Civil nos arts. 130 e 131, em regra, não cabe compelir o magistrado a autorizar a produção desta ou daquela prova, se por outros meios estiver convencido da verdade dos fatos, tendo em vista que o juiz é o destinatário final da prova, a quem cabe a análise da conveniência e necessidade da sua produção. Desse modo, não há incompatibilidade entre o art. 400 do CPC, que estabelece ser, via de regra, admissível a prova testemunhal, e o art. 131 do CPC, que garante ao juiz o poder de indeferir as diligências inúteis ou meramente protelatórias. 2. Agravo regimental desprovido". (STJ, AgRg no Ag987.507/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTATURMA, julgado em 14/12/2010, DJe 17/12/2010)Assim, presentes os pressupostos processuais, bem assim o interesse processual, passo a análise da preliminar levantada na contestação. DA PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DA 1ª REQUERIDAPrimeiramente, há de ser acolhida a ilegitimidade passiva da administradora AICON – Administradora De Imóveis e Condomínios, pois é mera gestora do Condomínio da autora, sendo certo que o pedido de indenização não tem como causa de pedir os serviços prestados por ela.E de fato, quanto à administradora a inicial não narra qualquer fato que lhe atribua culpa ou responsabilidade ante o ocorrido. Ademais, o contrato de prestação de serviços de administração de condomínio envolve apenas serviços administrativos, não de segurança patrimonial ou vigilância. Assim acolho a ilegitmidade da primeira requerida, excluindo-a do processo.DA ANÁLISE DO MÉRITO,A autora, na petição inicial, afirmou que deixou as chaves de seu apartamento na portaria do Condomínio, pois precisou viajar e seu imóvel estava a venda, para que eventuais interessados na compra pudessem olhar, e que ao retornar constatou a subtração de alguns itens.Por sua vez, a contestante diz que autora jamais se dirigiu a síndica para informar que ia viajar e muito menos perguntar se poderia deixar as chaves na portaria, sendo verdade que as chaves foram deixadas na portaria, com recomendação ao porteiro do plantão de que deveria entregá-las a pessoas interessadas no imóvel.À fl. 152, e à vista do DESPACHO de fl.151, a autora melhor dimensionou os fatos, retificando parte da afirmação contida na inicial. Nesta esteira, ainda que admitidos como verdadeiros os fatos narrados na inicial, tem-se que a pretensão autoral é improcedente.O condomínio não assume e nem assumiu, por lei ou pelo contrato, a obrigação de guardar os bens particulares que guarnecem a unidade do conômino, tampouco há contrato de depósito celebrado com o condômino ou morador. Apenas passaria a existir responsabilidade, em tese, quando expressamente prevista na convenção ou no regulamento interno, o que não é o caso dos autos, conforme convenção de fls. 40/65. Por tais razões, o condomínio não responde pelos eventuais prejuízos suportados pela autora, até porque não há comprovação do envolvimento de qualquer um de seus empregados no desfecho do evento criminoso.De fato, alguma jurisprudência aponta o dever de indenizar quando houver sistema segurança ou contratação de seguro de responsabilidade civil, a formar no condômino a legítima expectativa da segurança dos seus bens em áreas comuns. No caso, entretanto, não se trata de furto em área comum, mas na própria unidade residencial. Destaque-se que a autora confessa ter disponibilizado as chaves na portaria do prédio para acesso de qualquer pessoa interessada na compra do imóvel, assumindo os riscos daí decorrentes. Ora, nessa especial circunstância, ainda que o porteiro do Condomínio realize função que não lhe compete, não há demonstração de que tenha extrapolado as orientações prestadas pela própria autora, relativamente à pessoa que estaria autorizada a receber as chaves e ingressar no imóvel.Até porque, os serviços de portaria não assumiram ou assumiriam a obrigação de prestar vigilância no interior do condomínio mediante ronda a ser realizada por seus funcionários. O que se previu foi o controle de acesso ao condomínio de moradores, funcionários, prestadores de serviços técnicos e visitantes. E este acesso estav previamete autorizado pelpa proprietária do apartamento. Ausente assim, a previsão contratual do serviço de ronda e vigilância para que pudesse se aventar o dever de indenizar da requerida em relação aos furtos ocorridos na residência da requerente. Em julgamento de caso análogo, confira-se: "Apelação Cível nº 0005933-26.2013.8.26.0445 Comarca: Pindamonhangaba Apelante: Marcos Aurélio Ribeiro Apelado: Condomínio Village Paineiras AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. FURTO DE BICICLETA NO INTERIOR DE CONDOMÍNIO. SENTENÇA de improcedência Inconformismo do autor Responsabilidade civil da ré afastada Ausência de previsão na Convenção Condominial quanto ao dever de indenizar furtos de bens de terceiros Precedente jurisprudencial deste Eg. Tribunal de Justiça sobre a matéria SENTENÇA mantida Aplicação do art. 252 do Regimento Interno deste Eg. Tribunal Recurso não provido."Com base nesse fato, também não se pode induzir responsabilidade do porteiro ou síndico. Em última instância, trata-se de agentes que atuam em nome dos condôminos, inclusive a autora, daí a necessidade de previsão na convenção acerca da responsabilidade civil. Logo, não há dever de indenizar, pois em última instância tais despesas seriam rateadas pelos moradores, que não concorreram para o ilícito.III – DISPOSITIVO Ante o exposto, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão inicial

formulada por EDENNA JULIANA COSTA SOARES em face de CONDOMINIO RESIDENCIAL TOPAZIO, resolvendo o MÉRITO da ação, nos termos da fundamentação supra. Em razão da sucumbência, arcará a autora com o pagamento das custas, das despesas processuais e dos honorários advocatícios que, nos termos do art. 85, § 8º, do Código de Processo Civil, fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), devidamente corrigidos até a data do pagamento, com juros de mora a partir do trânsito em julgado desta DECISÃO.Em relação ao corréu AICON – ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS E CONDOMÍNIOS, nos termos do artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA a ação, sem resolução do MÉRITO, ante o reconhecimento da ilegitimidade passiva. Em face da extinção do processo, condeno a autora ao pagamento de honorários advocatícios do patrono da administradora no importe de R$ 600,00 (seiscentos reais), corrigido monetariamente até a data do efetivo pagamento, com juros de mora de 1% ao mês a partir do trânsito em julgado.Transitada em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Osny Claro de Oliveira Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0018222-73.2013.8.22.0001
Ação:Usucapião
Requerente:Ana Maria Fonseca dos Santos
Advogado:Marcus Edson de Lima ( )
Requerido:EGO - Empresa Geral de Obras S.A.
Advogado:Eduardo Abílio Kerber Diniz (OAB/RO 4389), Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643)
SENTENÇA:
SENTENÇA Ana Maria Fonseca dos Santos ingressou com ação de usucapião extraordinário, por intermédio da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, em face de EGO Empresa Geral de Obras S.A., igualmente qualificada, alegando, em síntese, que desde o ano 1.999 é possuidor do imóvel urbano nº 7106, setor 14, quadra 250, lote 0165, Rua Francisco Barros, nº7106, Bairro Igarapé, Porto Velho/RO. Declara que a posse se deu de forma mansa, pacífica, e sem qualquer interrupção por mais de 10 anos, utilizando-a como moradia, participando da vida social e cultural da comunidade. Ressalta não ser proprietário de outro imóvel urbano ou rural e que está pagando todas as taxas e impostos do imóvel. Informa que a área do imóvel é de 522,98 m² inserido em área maior registrada em nome da requerida junto ao Cartório de 1º Ofício, sob carta de aforamento nº 2133 matrícula 40.805. Pleiteia o reconhecimento do domínio, por SENTENÇA. Juntou documentos com a exordial. Determinou-se, através do DESPACHO de fl.29, a citação pessoal da requerida (pessoa em cujo nome está transcrito o imóvel), dos confinantes, bem como de eventuais interessados ausentes, incertos e desconhecidos (edital). Deferiu-se, no mesmo DESPACHO, o pedido de concessão dos benefícios da justiça gratuita.O Município manifestou não ter interesse no feito (fls.56/57), assim como fez a União (fl.36).Citada, a requerida apresentou contestação (fls.38/50), sustentando ser caso de reconhecimento de inépcia da inicial e carência de ação, tendo ainda sustentado a ausência de documentos essenciais. No MÉRITO, defende que os autores não preenchem os requisitos legais para a chamada usucapião especial, previstos no art.1.240 do Código Civil e art. 9º da Lei Federal nº10.257/01. Pontua que os autores devem preencher alguns requisitos para a usucapião especial, dentre os quais se destacam: 1º) não ser proprietário de ouro bem imóvel ou rural; 2º) possuir a área urbana por 05 (cinco) anos ininterruptos; e 3º) utilizá-la para sua moradia ou de sua família. Demais disso, entende que a prova documental carreada com a inicial é insuficiente para comprovar residirem ininterruptamente na área, ao menos, pelo período de cinco anos. Com base nessa retórica, propugna pela condenação dos autores ao pagamento de multa por litigância de má-fé, indeferimento da inicial, considerando as preliminares apresentadas ou, superadas tais questões, que sejam julgados improcedentes os pedidos constantes na inicial. Impugnando a contestação, defendem os autores que a certidão de inteiro teor apresentada com a inicial é documento hábil para instruir a inicial, isto considerando inclusive o volume de ações e o tempo em que se leva para serem distribuídas. De igual forma, que os autores preenchem os requisitos exigidos em lei para adquirir a propriedade da área através da presente ação de usucapião especial. É o relatório.Decido.II - FundamentaçãoDas preliminaresNão há inépcia da inicial, pois há todos os documentos essenciais a demanda. Ademais, existem nos autos os pedidos de forma clara, onde guardam perfeita congruência com as narrações iniciais. Também não há falta de pressupostos processuais. Há todos os elementos requisitados pelo estatuto adjetivo brasileiro. A planta apresentada em que pese simples, é apta a se extrair dela as informações necessárias para apreciação da lide.Não há litigância de má fé e causa estranheza a suscitação dessa questão, já que é de conhecimento da requerida que, inserida da matrícula do imóvel de grande extensão, registrado em seu nome, há várias subdivisões de fato que geraram as várias ações como esta. Assim, pela inexistência desmembramento da matrícula no cartório do im´vel, a qual só será viável após o julgamento ou caso houvesse acordo extrajudicial, a única certidão de interior teor possível de se trazer aos autos é do imóvel global.Quanto à validade da certidão de inteiro teor, seu objetivo é garantir que não houve alteração recente do registro imobiliário, dessa forma tal impasse é superável já que é de conhecimento de ambos patronos das partes e deste Juízo a condição atual da matrícula, que pende de providências da Prefeitura para viabilizar o desmembramento em unidades como a do autor. Assim afasto todas as preliminares arguidas.Do MÉRITO. Versam os presentes autos de usucapião extraordinária.A prova documentação anexada pela parte autora é clara e demonstra a qualidade de posseira do bem ao tempo que indica. A parte autora com auxílio da ilustre Defensoria Pública, de forma diligente, reuniu toda a documentação necessária a prova de sua posse a comprovar o usucapião, como cetidão de inteiro teor, croqui, pagamento de todas as taxas e custas tanto públicas como particulares para conservação do bem, entre outros documentos que fortificam a condição de aquisição do bem em litígio.Ressalta-se que a parte autora demonstrou a sua posse no bem há mais de 10 anos, fazendo-o de moradia, conforme documentos apresentados.A requerida, apesar de ter alegado, de forma objetiva, que inexiste direito da parte autora, nada trouxe de concreto para afastar e tese inicial, apenas questionando vícios nos documentos apresentados e afirmando não haver demonstração efetiva dos requisitos, o que foi afastado conforme exposto acima. Ora, a empresa requerida deixou claro nos autos que somente tomou ciência da existência da parte autora em suas terras com esta demanda, não tendo realizado qualquer fiscalização, vigilância ou mesmo atividade de conservação do imóvel nos últimos 10 (dez) anos.Para reforçar a tese inicial, verifica-se que o autor vêm pagando os impostos e as taxas normalmente, demonstrando o interesse no uso do bem. A requerida, pelo contrário, demonstrou a carência de interesse na demanda, pois como dito acima, não só não tinha posse do bem, como nunca cuidou da área, não conservando-o, nem pagando os tributos devidos ao Poder Público.Os requisitos legais estão, assim, todos preenchidos, pois a parte autora não possui outro imóvel e detém a posse por mais de 10 anos ininterruptos sem oposição, utilizando-se do imóvel para a própria moradia.Por último, ainda, destaca-se que as Fazendas, não manifestaram interesse no feito.III - DISPOSITIVO Diante do que foi visto e examinado JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, nos termos do artigo 487, I do CPC, para declarar o domínio útil da parte autora sobre a área descrita na inicial.Esta SENTENÇA servirá de título para matrícula, oportunamente, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca, após o desmembramento a ser realizado pela Municipalidade. Devendo o Serviço Registral atentar-se à condição de beneficiária da Justiça Gratuita da autora. Oficie-se ao Município de Porto Velho (Secretaria Municipal de Regularização Fundiária e Habitação - SEMUR), a fim de que promova o desmembramento da área usucapienda, com a elaboração de memorial descritivo do imóvel, no prazo de 30 (trinta) dias.Considerando que a requerida é vencida nestes autos, condeno-a em 10% sobre o valor da causa

atualizado, nos termos do artigo 85, §2º do CPC, considerando não haver condenação em valores fixos e, sim, proveito econômico decorrente do uso do imóvel, a complexidade da matéria discutida e o julgamento antecipado.O honorários sucumbenciais são revertidos em favor da Defensoria.Eventual fase de cumprimento de SENTENÇA deverá ser processada via PJE.Condeno a requerida nas custas processuais. Extingo o processo com resolução do MÉRITO.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Porto Velho-RO, segunda-feira, 17 de abril de 2017.Osny Claro de Oliveira Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0002763-60.2015.8.22.0001
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Banco Bradesco S. A
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Requerido:Auto Posto Cara Preta Com. de Combustiveis e Lub Ltda - ME
DECISÃO:
Vistos.Trata-se de ação de busca e apreensão com pedido de liminar ajuizada por BANCO BRADESCO S/A, em face de AUTO POSTO CARA PRETA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA ME, alegando, em síntese, ter celebrado com o requerido contrato de cédula de crédito bancário, tendo por objeto o bem descrito na inicial, o qual ficou alienado fiduciariamente, não tendo o réu cumprido com o pactuado, estando legalmente em mora.Comprovada a mora, foi deferida a liminar, determinando-se a citação do réu. (fls. 37)No entanto, as diligências no sentido de dar cumprimento ao respectivo MANDADO de busca e apreensão restaram infrutíferas, não sendo localizado o bem descrito na exordial.O autor requereu a conversão da presente ação em execução de título extrajudicial 59/63.É O RELATÓRIO. DECIDO. O pedido formulado pelo autor comporta deferimento. Com efeito, nos termos do artigo 329, incisos I e II, do Código de Processo Civil, o autor é autorizado a modificar o pedido ou a causa de pedir, sem o consentimento do réu, desde que não tenha havido a citação. Na hipótese em exame o réu não foi citado, comunicando que o MANDADO teve cumprimento negativo quando a busca e apreensão do bem. Ante o exposto, converto a presente ação de busca e apreensão em execução de título extrajudicial. Cite-se a executada para pagamento, no prazo de 03 dias, nos termos do artigo 829 do Código de Processo Civil. Decorrido tal prazo, lavre-se a penhora, atentando-se o Sr. Oficial de Justiça ao artigo 829, parágrafo 2º e ao artigo 835, ambos do CPC, procedendo-se a avaliação, intimando-se de tudo o executado. Não sendo localizado o executado, desde já defiro o arresto “online” via Bacen-Jud, tornando os autos conclusos para sua efetivação, mediante pagamento da respectiva taxa. Deverá constar do MANDADO que o prazo para embargar é de 15 dias (art. 915 do CPC), fluindo independentemente de penhora, depósito ou caução (artigo 914 do CPC) e contado, conforme o caso, na forma do art.231 do CPC. Fixo os honorários advocatícios em 10% sobre o valor atualizado do débito para hipótese de não oferecimento de embargos. No caso de integral pagamento, no prazo de 03 dias, a verba honorária será reduzida pela metade, conforme dispõe o artigo 827, parágrafo 1°, do Código de Processo Civil. No mais, concedo ao Sr. Oficial de Justiça os benefícios do artigo 212, parágrafo 2º, do CPC.Intime-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017. Osny Claro de Oliveira Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0001082-26.2013.8.22.0001
Ação:Monitória
Requerente:Maternidade Regina Pacis Ltda
Advogado:Cândido Ocampo Fernandes (OAB/RO 780), José Cristiano Pinheiro (OAB/RO 1529), Valéria Maria Vieira Pinheiro (OAB/RO 1528)
Requerido:Ana Paula de Andrade
Advogado:Paulo Cezar R. de Araujo (OAB/RO 3672)
SENTENÇA:
SENTENÇA I – RELATÓRIOCENTRO MATERNO-INFANTIL REGINA PACIS, devidamente qualificado, ajuizou a presente ação MONITÓRIA em face de ANA PAULA DE ANDRADE, igualmente qualificada, alegando, em síntese, que a requerida assumiu a responsabilidade pelo pagamento de serviços médico-hospitalares, em caráter particular, no dia 01.12.2012, deixando saldo aberto de R$ 26.455,13. Por tais razões, requereu a condenação ao pagamento, atualizado e acrescido de juros moratórios, além do custeio das verbas sucumbenciais. Juntou documentos.Citada, a requerida apresentou embargos a monitória e reconvenção as fls. 32/38. Na contestação, afirmou não conhecer a dívida, pois a todo instante acreditava que estava sendo assistida pelo SUS, e que apesar de se tratar de uma maternidade privada, é conveniada com o Sistema Único de Saúde, cuja a paciente, ora Embargante, deveria estar totalmente amparada por este serviço. Disse que se fosse informada acerca dos elevadíssimos custos operacionais, em nenhum momento teria realizado estes procedimentos. Argumentou também que sequer teve ciência dos gastos, pois não assinou ou concordou com atos por demais onerosos. Na reconvenção, relatou que ficou abalada com a forma de tratamento e falta de profissionalismo da embarga, bem pelo fato de a confundir com outra pessoa, o que lhe causou sequelas emocionais e uma consequente indisposição emocional. Assim, requereu seja a monitória julgada totalmente improcede, reconhecendo-se a inexigibilidade da dívida ora cobrada e, em sede de reconvenção, seja a reconvinde/embargada condenada a indenização por danos morais. Juntou documentos. Houve réplica e contestação a reconvenção as fls. 60/63.Instadas a especificarem provas, a parte autora/embargada pugnou pela produção de prova testemunhal e pericial (fls. 72/75), enquanto a requerida/embargante pela prova oral.Vieram os autos conclusos. É o breve relato.II – FUNDAMENTAÇÃODO JULGAMENTO ANTECIPADODe início, observa-se a desnecessidade de oitiva das testemunhas, por versar sobre matéria de direito e de fato comprovada documentalmente, além de que os elementos colhidos nos autos são suficientes para a formação da convicção deste juízo, conforme preceitua o art. 443, incisos I e II, do novo Código de Processo Civil. Ademais, deve-se salientar que a matéria controvertida liga-se a questão de direito, sendo os aspectos fáticos demonstrados pelos documentos já constantes do caderno processual, não havendo outras provas a serem produzidas em audiência. É, pois, cabível o julgamento do feito, nos moldes do artigo 355, inciso I, do novo Código de Processo Civil.Outrossim, nem se cogite que a faculdade que o sistema processual confere ao julgador de julgar a lide conforme o estado seja um cerceamento de defesa porquanto, “O Juiz somente está obrigado a abrir a fase instrutória se, para o seu convencimento, permanecerem os fatos controvertidos, pertinentes e relevantes, passíveis de prova testemunhal ou pericial”; e, em adição, “O propósito de produção de provas não obsta ao julgamento antecipado da lide, se os aspectos decisivos da causa se mostram suficientes para embasar o convencimento do magistrado” (STF- RE 96725/RS - Rei. Min. Rafael Mayer)Nesse sentido também: “AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA. INDEFERIMENTO. PROVA TESTEMUNHAL. 1. No sistema de persuasão racional adotado pelo Código de Processo Civil nos arts. 130 e 131, em regra, não cabe compelir o magistrado a autorizar a produção desta ou daquela prova, se por outros meios estiver convencido da verdade dos fatos, tendo em vista que o juiz é o destinatário final da prova, a quem cabe a análise da conveniência e necessidade da sua produção. Desse modo, não há incompatibilidade entre o art. 400 do CPC, que estabelece ser, via de regra, admissível a prova testemunhal, e o art. 131 do CPC, que garante ao juiz o poder de indeferir as diligências inúteis ou meramente protelatórias. 2. Agravo regimental desprovido”. (STJ, AgRg no Ag987.507/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTATURMA, julgado em 14/12/2010, DJe 17/12/2010)Assim, presentes os pressupostos de existência e desenvolvimento válido e regular estão presentes, ao que passo a análise do MÉRITO. DO MÉRITO Procede a pretensão inicial e improcede o pedido reconvencional.Muito embora se trate de patente relação de consumo – no escopo dos arts. 2º e 3º da Lei n. 8.078/90 (“Código

de Defesa do Consumidor", CDC) –, o diploma consumerista não obsta a cobrança da quantia em face a requerida/embargante. De fato, a autora/embargada comprovou a constituição de débito a seu favor, por meio dos documentos juntados às fls. 13/17 (CPC, art. 373 e CDC, art. 6º, VIII) em 01.12.2012, o qual a requerida/embargante buscou as instalações da Maternidade para a prestação de serviço médico e firmaram "Termo de Responsabilidade com Financeira" as fls. 14.Ao contrário do que alega a requerida/embargante, não existe vício de manifestação de vontade decorrente da urgência do atendimento médico na assunção da dívida, muito menos pode dizer que a mesma não sabia que se tratava de maternidade particular, pois assinou o a autorização para tratamento, bem como termo de responsabilidade financeira, onde consta que o tipo de convênio particular(fls. 14).Consigno ainda, que com os Embargos não foi feita qualquer arguição de falsidade documental ou de assinatura. Assim, a requerida/embargante tinha ciência que se trata de instituição hospitalar de natureza privada, referenciada, não coberta pelo Sistema Único de Saúde e que eventual atendimento, inevitavelmente, acarretaria despesas que seriam objeto de cobrança. A propósito, não há que se falar na falta de prova entre os serviços efetivamente prestados e o valor cobrado da requerida/embargante. Embora unilateralmente produzidos, os documentos de fls. 13/17 são verossímeis e correspondem aos fatos por ela mesma narrados. É, por estas razões, que é devida a cobrança dos serviços prestados à requerida.DA RECONVENÇÃOE, pelas mesmas razões, é preciso reconhecer a improcedência do pedido de inexigibilidade do débito.De outro giro, no tocante dos danos morais, verifico não haver compatibilidade entre o pedido principal (Monitória) e o reconvencional (Indenizatório), eis que emanam de fatos distintos. No caso concreto, o pedido da ação principal é cobrar pelo pagamento de serviços médico-hospitalares. Por sua vez, o pedido reconvencional, é indenizatório por ter a requerida/embargante passado por diversos abalos, o que lhe dificultou o acesso ao recém-nascido, assim como eram limitadas as informações sobre o estado de saúde, remédios que estavam aplicando, alimentação, etc. (fls. 67/68), de modo que, entre um e outro carece correção lógico processual capaz de gerar conexão. Por estas razões, a ação reconvencional, não merece prosperar, devendo ser extinta, sem julgamento de MÉRITO.III – DISPOSITIVO Diante do exposto, com fundamento no artigo 485, inciso IV, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o processo reconvencional, por falta de conexão com a causa principal e, portanto, inadequação da via eleita; e com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para condenar a requerida ao pagamento de R$ 26.455,13 (vinte e seis mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e treze centavos), acrescidos de correção monetária pelos índices da tabela do Tribunal de Justiça e com juros de mora de 1% ao mês, ambos desde o vencimento da dívida.Diante da sucumbência, arcará a requerida ainda com o pagamento das custas judiciais e despesas processuais, bem como de honorários advocatícios ao patrono da parte vencedora, que fixo em 10% do valor da condenação, conforme artigo 82, § 2º do CPC.Após o trânsito em julgado, nada sendo requerido, arquivem-se os autos.P.R.I.Porto Velho-RO, segunda-feira, 17 de abril de 2017.Osny Claro de Oliveira Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0017167-53.2014.8.22.0001
Ação:Reintegração / Manutenção de Posse
Requerente:Joaquim Martins Soares
Advogado:Maria Idalina Monteiro Rezende (OAB/RO 3194)
Requerido:Francisco Luiz Vieira
SENTENÇA:
SENTENÇA I RELATÓRIOJOAQUIM MARTINS SOARES, devidamente qualificado, ajuizou a presente ação de reintegração de posse em face de FRANCISCO LUIZ VIEIRA, igualmente qualificado, alegando, em síntese, que é possuidor de um lote de terras, localizado no Sitio Gleba Jorge Teixeira, lote 02, Km 23, lt. 76, Distrito de União Bandeirantes. Ocorre que, o mesmo vem sendo esbulhado pelo requerido que é seu vizinho e genro, o qual já derrubou 500 metros da cerca que dividia as propriedades de ambos e queimou a cerca de dois alqueires dentro da propriedade, levantando cerca além de seus limites. Por tais razões, requereu liminarmente a reintegração de posse do imóvel. Juntou documentos as fls. 07/25.A liminar foi indeferida. (fls. 28)Citado, o requerido apresentou contestação sem qualquer documento as fls. 35/40, aduzindo, em resumo, que o autor não faz prova de que de fato tenha invadido o lote que lhe pertence, tratando-se apenas de discussão familiar. Ao final, requereu a improcedência do pedido. Réplica as fls. 41.Instados a especificarem provas, o autor pugnou pela produção de prova testemunhal (fls. 42), enquanto o requerido não se manifestou.Vieram os autos conclusos. É o breve relato. II FUNDAMENTAÇÃODO JULGAMENTO ANTECIPADODe início, observa-se a desnecessidade de oitiva das testemunhas, por versar sobre matéria de direito e de fato já comprovada documentalmente, além de que os elementos colhidos nos autos são suficientes para a formação da convicção deste juízo, conforme preceitua o art. 443, incisos I e II, do novo Código de Processo Civil. É, pois, cabível o julgamento do feito, nos moldes do artigo 355, inciso I, do novo Código de Processo Civil.Outrossim, nem se cogite que a faculdade que o sistema processual confere ao julgador de julgar a lide conforme o estado seja um cerceamento de defesa porquanto, O Juiz somente está obrigado a abrir a fase instrutória se, para o seu convencimento, permanecerem os fatos controvertidos, pertinentes e relevantes, passíveis de prova testemunhal ou pericial ; e, em adição, O propósito de produção de provas não obsta ao julgamento antecipado da lide, se os aspectos decisivos da causa se mostram suficientes para embasar o convencimento do magistrado (STF- RE 96725/RS - Rei. Min. Rafael Mayer)Nesse sentido também: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA. INDEFERIMENTO. PROVA TESTEMUNHAL. 1. No sistema de persuasão racional adotado pelo Código de Processo Civil nos arts. 130 e 131, em regra, não cabe compelir o magistrado a autorizar a produção desta ou daquela prova, se por outros meios estiver convencido da verdade dos fatos, tendo em vista que o juiz é o destinatário final da prova, a quem cabe a análise da conveniência e necessidade da sua produção. Desse modo, não há incompatibilidade entre o art. 400 do CPC, que estabelece ser, via de regra, admissível a prova testemunhal, e o art. 131 do CPC, que garante ao juiz o poder de indeferir as diligências inúteis ou meramente protelatórias. 2. Agravo regimental desprovido (STJ, AgRg no Ag987.507/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTATURMA, julgado em 14/12/2010, DJe 17/12/2010)Assim, presentes os pressupostos de existência e desenvolvimento válido e regular estão presentes, ao que passo a análise do MÉRITO.DO MÉRITO Cuida-se a pretensão de uma reintegração de posse na qual o autor pretende retomar a totalidade do bem imóvel descrito na inicial.De outro norte, cumpre destacar, que a posse é situação fática que se revela mediante qualquer meio de prova em direito admitido. No caso, configurado o esbulho, de rigor a proteção possessória e a reintegração da posse ao autor. O requerido foi citado e não apresentou qualquer fato modificativo, impeditivo ou extintivo do direito do autor, apenas informou não ter invadido área em questão.Por outro lado, o autor comprovou ser legítimo possuidor do imóvel descrito na inicial, conforme documentos de fls. 13/15.Assim, a pretensão do autor encontra respaldo no artigo 1.210 do Código Civil: O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação, restituído no de esbulho, e segurado de violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado Dessa forma, a ação é de inegável procedência.III DISPOSITIVO POSTO ISSO, JULGO PROCEDENTE o pedido nos termos do art. 487, I do CPC, para reintegrar a autora na posse do imóvel descrito na inicial, conforme constante no memorial descritivo as fls. 45, com prazo de 20 (vinte) dias para desocupação voluntária, sob pena de desocupação forçada.Defiro a gratuidade de justiça ao requerido, visto que o art. 99, §3º do Código de Processo Civil, presume verdadeira a alegação de insuficiência de recursos deduzida por

pessoa naturalCondeno o requerido ainda, ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em R$ 500,00 (quinhentos reais), nos termos do artigo 85, §8º, do Código de Processo Civil, a considerar que se está diante de causa singela e que não demandou dilação probatória, sendo observada ainda, quanto ao requerido, a regra do artigo 98, § 3º, do Código de Processo Civil.P.R.I.Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Osny Claro de Oliveira Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0004633-43.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Poliana Telles
Advogado:Hianara de Marilac Braga Ocampo (OAB/RO 4783), Marcos Henrique Silva Dias (OAB/RO 7362)
Requerido:Bairro Novo Empreendimentos Imobiliários S.A, Zoghbi Negocios Imobiliários Ltda
Advogado:Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch (OAB/RO 5536), Felipe Nobrega Rocha (OAB/RO 5849), Alex Jesus Augusto Filho (OAB/RO 5850), Brena Guimarães da Costa (OAB/RO 6520), Waldeneide Araújo Câmara de Mesquita (OAB/RO 2036), José Roberto da Silva Santos (OAB/RO 6755)
SENTENÇA:
SENTENÇA POLIANA TELLES propôs ação de rescisão contratual com restituição de valores com indenização por danos morais em face de BAIRRO NOVO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A e ZOGHBI NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA, igualmente qualificados, alegando, em síntese, que adquiriu da Requerida Bairro Novo um imóvel no Condomínio Residencial Lírio, mediante contrato de promessa de compra e venda sendo que no momento da aquisição lhe foram cobrados o valor de R$1.216,65, bem como os honorários de corretagem no importe de R$ 2.190,00. Aduz que não conseguiu a aprovação do financiamento do valor restante do imóvel, o que inviabilizou a transação, não restando outra alternativa senão a rescisão do contrato. Assim, requer a rescisão contratual firmado entre as partes, a devolução dos valores a título de entrada e declarar abusiva a cobrança de honorários de corretagem em dobro, além dos honorários advocatícios e nulidade das cláusulas 6.3 e 6.4. Juntou documentos.Deferido os benefícios da assistência judiciária gratuita à fl.63.O primeiro requerido, Bairro Novo, apresentou contestação às fls.69/88, arguindo preliminar de ilegitimidade passiva tendo em vista que não possui legitimidade para figurar no polo passivo da demanda quanto a devolução da comissão de corretagem. Arguiu, ainda, preliminar de prescrição, afirmando que a pretensão autoral encontra-se prescrita. No MÉRITO, quanto à rescisão do instrumento particular de promessa de compra e venda, aduz a legalidade da retenção dos valores pagos devido a responsabilidade exclusiva do requerido em obter o financiamento. Que a não CONCLUSÃO do contrato de compra e venda deu-se por culpa do autor que não teve seu crédito aprovado na instituição financeira. Assevera a legalidade na cobrança de taxa de corretagem, uma vez que referido contrato foi realizado entre o Requerente e terceiro (segunda reclamada). Afirmou que os fatos narrados pelo autor na inicial não são passiveis de indenização por danos morais. Requereu a extinção do feito pelo acolhimento das preliminares e/ou a improcedência dos pedidos contidos na exordial. Anexou documentos com a defesa.A segunda requerida, por sua vez, alegou preliminar de prescrição e inépcia da inicial, uma vez que a responsabilidade contratual é da primeira requerida, porque tão somente figurou como intermediadora da transação. No MÉRITO alegou que os honorários de corretagem são devidos visto que houve a prestação dos serviços de corretagem e que e a CONCLUSÃO do negócio jurídico, portanto não devem ser restituídos. Juntou documentos.Réplica às fls.167/180.Houve audiência de conciliação, mas não houve proposta de acordo.É o relatório. Decido.Consoante entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder...·(STJ - 4ª Turma, Resp 2.832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14.08.1990, e publicado no DJU em 17.09.90, p. 9.513). O presente caso retrata questão que dispensa a produção de outras provas, razão pela qual passo, doravante, a conhecer diretamente do pedido, nos termos do art. 355, I do Código de Processo Civil.DAS PRELIMINARESDa Preliminar de PrescriçãoO direito ao ressarcimento pleiteado pelo autor quanto aos serviços prestados a título de honorários de corretagem está prescrito, posto que a cobrança se deu após os três anos previstos na legislação. Consta dos autos que o último valor pago a titulo de corretagem ocorreu em 05.05.11, tendo sido ajuizada ação no dia 24.03.2015, portanto, após o decurso do prazo de 03 anos previsto no art. 206, §3º, IV do Código Civil. Em que pesem os argumentos da autora, não tem incidência, na hipótese, o prazo prescricional de cinco anos, estabelecido no art. 27 do CDC, pois aqui não se está a reclamar a reparação de danos causados por fato de produto ou de serviço (responsabilidade por danos). Inaplicável, também, o prazo de cinco anos, fixado no art. 206, § 5º, I, do Código Civil ( pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes em instrumentos público ou particular ), ou o prazo geral de dez anos, do art. 205, do mesmo codex, uma vez que a autora pretende a restituição de valor pago a título de comissão de corretagem imobiliária, sob o fundamento de que a sua cobrança foi indevida, tratando-se, portanto, de pretensão nitidamente baseada no suposto enriquecimento sem causa da parte ré.Assim reconheço a prescrição trienal prevista no art. 206 do CC.Da Preliminar de Ilegitimidade Passiva da segunda requerida quanto a responsabilidade contratualA segunda requerida figurou apenas como intermediadora da transação. Portanto, não responde pelo descumprimento de qualquer das cláusulas contratuais pactuadas. Apenas atuou no seu campo, qual seja, prestar devidas informações ao comprador e intermediar o contrato a ser pactuado. Assim, reconheço a ilegitimidade passiva ad causam da segunda requerida quanto a responsabilidade contratual entre a requerente e o primeiro requerido.DO MÉRITO Versam os autos sobre demanda em que a parte autora requer rescisão contratual, ressarcimento no valor das quantias pagas à construtora, honorários de corretagem, e ainda nulidade de claususlas contratuais.. A parte autora afirma categoricamente que formou proposta de compra e venda com a construtora, porém esta passou a descumprir com as cláusulas contratuais avençadas passando a lhe ocasionar danos, de forma direta e indireta.É deste ponto que decorre as demais situações a serem discutidas.1) Ressarcimento do valor pago a título de entrada para a construtoraA Requerente pleiteia a restituição integral do valor pago para a construtora no momento das tratativas da promessa de compra e venda.A Requerida afirma que não deu causa a rescisão contratual, visto que houve inadimplemento do requerido pelo não pagamento do restante do contrato. Afirma que no presente caso deve ser aplicado a cláusula 6.3 do contrato de promessa de compra e venda pactuado que aduz que se comprador der causa a rescisão, o valor a ser restituído é de 70%, tendo em vista gastos com publicidade.Não prospera alegações da parte requerida e não há razões para o abatimento do valor a ser restituído ao comprador. Após ser restituído o valor integral despendido pela autora na promessa de compra e venda, o imóvel retorna ao requerido que poderá efetuar novas tratativas com outros compradores e assim efetuar novas cobranças com gastos em publicidade.Sendo assim, deve ser restituído em sua integralidade com correção monetária o valor despendido pelo autor para dar entrada no imóvel que seria comprado.Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na inicial para:1) declarar a prescrição da restituição do valor pago a título de corretagem;2) acolher a preliminar levantada, retirando a requerida Zoghbi do pólo passivo dessa demanda;3) condenar a requerida Bairro Novo Porto Velho Empreendimentos Imobiliários proceder à devolução da quantia paga pela requerente, a título de entrada, com correção monetária a partir da data do efetivo pagamento e juros moratórios a partir da citação;Sucumbente em parcela majoritária CONDENO a parte requerida nas custas processuais, e fixo honorários advocatícios de sucumbência em 20% do valor da

condenação, nos termos do art. 85, § 3°, considerando a natureza da causa, o trabalho dos causídicos e a complexidade da demanda. Havendo pagamento de custas, ou inscrita em dívida ativa em caso não pagamento, arquivem-se os autos.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Osny Claro de Oliveira Júnior Juiz de Direito
Julia Nazaré Silva Albuquerque
Escrivã Judicial

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Porto Velho - 3ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69-3217-1322)
Processo nº 7022165-08.2015.8.22.0001
AUTOR: ASSOCIACAO EDUCACIONAL DE RONDONIA
RÉU: TAINA CAROLINE REBOUCAS LIMA
Advogado(s) do reclamante: LILIAN MARIANE LIRA, DIOGENES NUNES DE ALMEIDA NETO
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO
COMARCA DE PORTO VELHO
TERCEIRA VARA CÍVEL
EDITAL DE CITAÇÃO MONITÓRIA
PRAZO DE 20 DIAS
Processo nº 7022165-08.2015.8.22.0001
Classe: Monitória
Procedimento: Especiais
A: ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE RONDÔNIA
Adv.: Dr. Diogenes Nunes de Almeida Neto – OAB – 3831-RO
RR: TAINÁ CAROLINE REBOUÇAS LIMA
DOUTOR OSNY CLARO DE OLIVEIRA JUNIOR – JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO-RO
FAZ SABER a todos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, ou a quem possa interessar que por este Juízo e Cartório da 3ª Vara Cível, se processa a Ação MONITÓRIA, em que é autor: ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE RONDÔNIA S/A, pessoa jurídica de direito privado, CGC nº 05.706.023/0001-30, mantenedora da Faculdade de Educação e Cultura de Porto Velho, sito à Rua dos Esportes nº 1038, Bairro do INCRA, nesta capital e como réu: RR: TAINÁ CAROLINE REBOUÇAS LIMA, bras., CPF nº 022.879.392-02, sito à Rua Blumenau nº 1.590, Bairro Ulisses Guimarães, nesta Capital e atualmente em lugar incerto e não sabido. FICA A parte requerida a seguir nominada, TAINÁ CAROLINE REBOUÇAS LIMA, Atualmente em lugar incerto e não sabido, CITADO(S) por todo conteúdo da inicial, bem como INTIMADO(S) a pagar(em) o valor de R$ 3.213,09(Tres mil duzentos e treze reais e nove centavos), no prazo de 15 (quinze) dias e, querendo, embargar(em) a ação, contados a partir do término do prazo de 20 (vinte) dias da data da publicação deste edital. Ficando certo que, não sendo embargada, a citação se converterá em título executivo (art. 701, §2º, do CPC), para penhora e atos subsequentes inerentes à execução por quantia certa. Cumprindo o (pronto pagamento), ficará isento de custas e honorários advocatícios (art. 702, NCPC). DESPACHO: Considerando que as diligências no intuito de localizar o requerido restaram infrutíferas, defiro o pedido de citação por edital, nos termos do art. 256, I do CPC/2015.Expeça-se edital de citação com prazo de 20 dias (art. 257, III, CPC/2015). Após a disponibilização do documento, a parte interessada deverá, no prazo de 15 (quinze) dias, imprimi-lo pelo “site” do Tribunal de Justiça de Rondônia, comprovando a sua publicação, inclusive juntando o comprovante de pagamento da taxa de publicação no diário da Justiça, e de todos os procedimentos necessários ao movimento desta comunicação, sob pena de extinção do presente feito. Expeça-se o necessário. Porto Velho, 13 de janeiro de 2017. LUCAS NIERO FLORES
Juiz(a) de Direito. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Porto Velho (RO). EU,, Cristina Moreira dos Reis Gonzaga, Diretora de Cartório, subscrevi e assino.
Cristina Moreira dos Reis Gonzaga
Diretora de Secretaria

## 4ª VARA CÍVEL

4º Cartório Cível
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-AS PESSOALMENTE À JUÍZA OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
pvhcivel4a@tj.ro.gov.br
JUIZ: JOSÉ ANTONIO ROBLES
ESCRIVÃ: BELª IRENE COSTA LIRA SOUZA

Proc.: 0006589-94.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Israel Morais da Silva
Advogado:Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido:Losango Promoções de Vendas Ltda
Advogado:Edson Antonio Sousa Pinto (OAB/RO 4643), Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
Ficam as partes, intimadas da designação de perícia no dia 09/05/2017 às 15h30min, devendo a parte autora dirigir se à Rua dos Festejos, nº. 3369, bairro Costa e Silva (esquina com o Instituto de Criminalística e próximo ao IML), portando seus documentos pessoais originais, tais como RG, CPF, CTPS, Títilo de eleitor e outros que contenham assinatura.

Proc.: 0024914-25.2012.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Einstein Instituição de Ensino Ltda
Advogado:Eduardo Abílio Kerber Diniz (OAB/RO 4389), Antônio Ricardo Carneiro Andrade (OAB/RO 6347), Renata Zonatto Lopes (OAB/RO 7767), Hugo Marques Monteiro (OAB/RO 6803), Aline Maria de Almeida Lopes (OAB/RO 7163)
Executado:Elane de Moraes Cardoso
Advogado:Celivaldo Soares da Silva (OAB/RO 3561)
DESPACHO:
Vistos,Tendo havido bloqueio de parte (R$ 318,44) do valor devido, a teor do disposto no art. 854, § § 2º e 3º, do CPC, intime-se a executada para que, no prazo de cinco dias, comprove que as quantias tornadas indisponíveis são impenhoráveis (CPC, art. 854, § 3º, I), ou que ainda remanesce indisponibilidade excessiva de ativos financeiros (CPC, art. 854, § 3º, II).Acaso acolhida qualquer das argumentações, será determinado o cancelamento de eventual indisponibilidade irregular ou excessiva (CPC, art. 854, § 4º).Rejeitada ou não apresentada manifestação, converter-se-á a indisponibilidade em penhora, hipótese em que será determinada a transferência do montante indisponível (até o limite da execução) para conta vinculada ao juízo da execução, a ser aberta na Caixa Econômica Federal, agência 2848.No mais, aguarde-se a audiência de conciliação designada nos autos dos embargos à execução (28/03/2017 - n. 7050779-86.2016.8.22.0001). Int. Porto Velho-RO, quinta-feira, 23 de março de 2017.José Antônio Robles Juiz de Direito
Irene Costa Lira Souza
Escrivã Judicial

## 5ª VARA CÍVEL

Proc.: 0004417-53.2013.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Wilson Merola Monteiro
Advogado:Hianara de Marilac Braga Ocampo (OAB/RO 4783)
Requerido:BANCO ITAUCARD S/A
Advogado:Celso Marcon (OAB/RO 3700), Mauricio Coimbra Guilherme Ferreira (OAB/RJ 151056)

DECISÃO:
Vistos,Atento à SENTENÇA que extinguiu o feito pelo pagamento nos autos de n.7001344-46.2016.8.22.0001 (cumprimento de SENTENÇA ) - ID5370722 - e à determinação de expedição de alvará, no valor do depósito de ID4152144 em favor do réu Banco Itaucard S.A. - também credor -, EXPEÇA-SE alvará, em favor deste (Banco Itaucard), para levantamento da quantia depositada em conta judicial (fl.159).Ciente a parte de que o não levantamento da importância, no prazo de validade do respectivo alvará, implicará na imediata transferência do valor para conta a cargo do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, conforme disposto no §7º do art. 447 das Diretrizes Gerais Judiciais.Ressalte-se que o prosseguimento do feito seguirá apenas pelo PJE, considerando ainda que há recurso pendente de julgamento (ID5485512).Restando esta irrecorrida, arquivem-se com as anotações necessárias.Intimem-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Dalmo Antônio de Castro Bezerra Juiz de Direito

Proc.: 0015161-73.2014.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S. A.
Advogado:Aline Fernandes Barros (OAB/RO 2708)
Executado:Anizio Ribeiro Folha, Quele Mac Monteiro, Joao Bruno dos Santos, Rosa Mary dos Santos
DESPACHO:
Vistos,Manifeste-se o exequente, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito, em termos de satisfação do crédito exequendo.No silêncio, intime-se pessoalmente o exequente para dar prosseguimento ao feito, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento, consoante o disposto no art.485, §1º do Novo CPC - observando-se o parágrafo único, do art.274, do referido diploma legal.Conclusos, oportunamente.Intimem-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Dalmo Antônio de Castro Bezerra Juiz de Direito

Proc.: 0018605-17.2014.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Altemir Tomazini
Advogado:CARINA GASSEN MARTINS CLEMES (OAB/RO 3061)
Executado:Carlos Augusto da Silva
DECISÃO:
Vistos,Defiro o pedido de fls.59/60.Expeça-se MANDADO de intimação, penhora e avaliação, a ser cumprido no endereço do executado, podendo ser objeto de constrição os bens de propriedade da parte devedora, com exceção dos legalmente impenhoráveis, até o limite do valor exequendo.Instrua-se com o necessário. Intimem-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Dalmo Antônio de Castro Bezerra Juiz de Direito

Proc.: 0010921-12.2012.8.22.0001
Ação:Usucapião
Requerente:Eucleonice Bezerra de Azevedo
Advogado:Paulo Fernando Lérias (OAB/RO 3747), Cyanira de Fátima Sousa Oliveira Maciel (OAB/RO 5449), Paulo Roberto da Silva Maciel (OAB/RO 4132)
Requerido:Espólio de Frederico Simon Camelo, Olga Naciff Simon Camelo, Olga Camelo Homerin, Frederica Honorina Naciff Camelo, Marco Aurelio Machado Camelo
Advogado:Sérgio Augusto Frederico (OAB/SP 80246), Cassio Esteves Jaques Vidal (OAB/RO 5649)
DESPACHO:
A parte autora não é beneficiária da Justiça Gratuita e, portanto, nos termos do parágrafo 2º do artigo 7º da Portaria Interministerial n.º 501, de 21 de março de 2012, é a responsável pelo pagamento das despesas da carta rogatória, devendo no prazo de quinze dias, indicar o nome e endereço completo, no destino (Luanda- Angola), do responsável pelo pagamento decorrentes do cumprimento da carta rogatória no país destinatário, sob pena de ser considerada responsável pelo não cumprimento do ato.Feita a indicação no prazo, considerando que o idioma oficial de Angola é o português com sistema jurídico do Civil Law, e tendo em vista o fundamento da cooperação jurídica internacional da reciprocidade, através da Portaria Iterministerial n.º 501 MRE/MJ de 21/02/2012, expeça-se carta rogatória, contendo os seguintes documentos:1- Indicação do Juízo Rogante: 5ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho/RO.2- Indicação do Juízo Rogado: Tribunal Municipal de Luanda OTE, Província de Luanda - Angola.3- Descrição Detalhada da medida Solicitada: Citação de OLGA CAMELO HOMERIN, portadora do RG n. 486.282 SSP/GOIÁS/BRASIL e do CPF 123.938.511-00, residente e domiciliada na rua REVERENDO PEDRO AGOSTINO NETO, 31-33, Caixa Postal 584, Luanda OTE, Provincia de Luanda, Angola, para querendo responder a ação de usucapião extraoridinário proposta por EUCLEONICE BEZERRA DE AZEVEDO em face de FREDERICO SIMON CAMELO, OLGA NACIFFI SIMON CAMELO, OLGA CAMELO HOMERIN e FREDERICA HONORINA NACIFFI CAMELO do imóvel localizado na BR 364, KM 09, sentido Porto Velho/Rio Branco, lado esquerdo, Gleba Garças, com área de 38,0944 ha (trinta e oito hectares, nove ares e quarenta e quatro centiares), no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da juntada da presente carta rogatória devidamente cumprida.4- FINALIDADE a ser alcançada com a medida solicitada: Citação da requerida Olga Camelo Homerin para dar conhecimento da tramitação da ação de usucapião extraordinário n.º 0010921-12.2012.8.22.0001,nesta 5ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho, Estado de Rondônia, Brasil, bem como oportunizar para que a citada conteste a ação, caso queira.5- Nome e endereço completo da pessoa a ser citada: OLGA CAMELO HOMERIN, brasileira, arquiteta, casada com Pierre Homerin, francês, maior, professor, filha de Frederico Simon Câmelo e de Olga Naciff Simon Camêlo, portadora do RG n. 486.282 SSP/GOIÁS/BRASIL e do CPF 123.938.511-00, residente e domiciliada na rua REVERENDO PEDRO AGOSTINO NETO, 31-33, Caixa Postal 584, Luanda OTE, Provincia de Luanda, Angola.A Carta Rogatória, além de assinada digitalmente, deverá ser assinada manualmente para cumprimento do determinado na Portaria Interministerial n.º 501, de 21 de março de 2012.Deve ser instruído a carta rogatória com os seguintes documentos:Cópia da petição inicial e aditamento de fls. 22, procuração de fls. 12, documentos de fls. 13 a 30. DESPACHO de fls. 32. MANDADO de fls. 34. Edital de fls. 36/37. Manifestação do Município de Porto Velho de fls. 47/48. Contestação de fls. 52/75. Procuração de fls. 76. Documentos de fls. 77/159. MANDADO de fls. 160/161. Manifestação da União em fls. 172. Requerimento de fls. 182. DECISÃO de fls. 183/184. Petição de fls. 186. DECISÃO de fls. 188.Instrua ainda com o nome e endereço completo, no destino (Luanda- Angola), do responsável pelo pagamento decorrentes do cumprimento da carta rogatória no país destinatário.Intime-se a parte autora, e com a indicação, expeça-se carta rogatória.Caso não haja manifestação de indicação, venham os autos conclusos. Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Dalmo Antônio de Castro Bezerra Juiz de Direito

Proc.: 0000707-54.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Arly de Souza Quintela, Waldivan Oliveira de Almeida, Marinalva Rosa de Oliveira, Osvaldo Barroso do Carmo, Moises Rocha do Carmo, Davi Rocha do Carmo, Pedro Botelho, Enedina Moraes Botelho, Justiniano Gonzaga da Silva, Elizete Ribeiro da Silva, Rosileia Alves Costa, Sarah Rayane Alves da Silva, Sidney Rian Alves da Costa
Advogado:Mohamed Abd Hijazi (OAB/RO 4576), Valnei Gomes da Cruz Rocha (OAB/RO 2479), Kamilla Chagas de Oliveira (OAB/RO 6448)
Requerido:Santo Antonio Energia S. A.
Advogado:Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861), Everson Aparecido Barbosa (OAB/RO 2803), Luciana Sales Nascimento (OAB/PB 17625B), Ariane Diniz da Costa (OAB/MG 131774)

DESPACHO:
Vistos,Manifeste-se o senhor perito acerca da impugnação ao laudo pericial pela parte ré (fls.1.653/1.660), acompanhada dos documentos de fls.1.661/1.741).Com ou sem a resposta, tornem-me para DECISÃO.Intimem-se. Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Dalmo Antônio de Castro Bezerra Juiz de Direito

Proc.: 0077209-78.2008.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Sociedade Mantenedora de Pesquisa, Educação, Assist., Comun. e Cultura Maria Coelho Aguiar
Advogado:Vitor Martins Noé (OAB/RO 3035), Rosecleide Martins Noé (OAB/RO 793), Izabel Celina Pessoa Bezerra Cardoso (OAB/RO 796)
Requerido:Renata da Silva Beyruth Borges, Fatima Maria da Silva Borges
Advogado:Lauro Fontes da Silva Neto (OAB-AC 2786), Raphael da Silva Beyruth Borges (OAB-AC 2852)
DESPACHO:
Vistos,Intime-se a exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, retire e comprove a distribuição da carta precatória, sob pena de arquivamento.Intimem-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Dalmo Antônio de Castro Bezerra Juiz de Direito

Proc.: 0010767-86.2015.8.22.0001
Ação:Usucapião
Requerente:Sidnei de Souza Simões, Laeth Souza da Silva
Advogado:Lael Ézer da Silva (OAB/RO 630)
Requerido:Cosmo Ferreira Linhares
DESPACHO:
Vistos,Intime-se o autor, por intermédio de seu advogado, para que providencie, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a assinatura da peça de fl.108, vez que se encontra em cópia, sob pena de extinção do feito.Conclusos, oportunamente.Intimem-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Dalmo Antônio de Castro Bezerra Juiz de Direito

Proc.: 0006930-23.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Arlen Douglas Pereira França
Advogado:Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A)
Requerido:Comercial São Roque Ltda, Sidnei de Vasconcelos Telo
Advogado:Marcondes Rai Novack (OAB/MT 8571)
DESPACHO:
Diante da não apresentação dos originais pela requerida, ao senhor perito para informar se possível apreciar e elaborar parecer técnico - perícia - com os documentos constantes nos autos.Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Dalmo Antônio de Castro Bezerra Juiz de Direito

Proc.: 0005017-40.2014.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Centro de Ensino São Lucas Ltda
Advogado:Diógenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831), Jesus Clezer Cunha Lobato (OAB/RO 2863), Thiago Valim (OAB/RO 6320)
Executado:JUÇARA RODRIGUES PEDROSA
DESPACHO:
Vistos, Expeça-se Certidão de Crédito para fins de protesto, diligência que compete à parte interessada e não ao Juízo, e, após, considerando as diversas tentativas inexitosas de localizar bens da parte executada passíveis de constrição, determino a suspensão da execução por 1 (um) ano, nos termos do art. 921, III, § 1º do NCPC.Ressalto que os autos poderão ser desarquivados para o prosseguimento da execução na hipótese de serem encontrados bens penhoráveis da parte executada, conforme art. 921, § 3º do NCPC. Decorrido o prazo de 1 (um) ano sem que seja localizado bens penhoráveis, o feito será remetido ao arquivo, independentemente de nova intimação, iniciando-se a contagem do prazo da prescrição intercorrente.Intimem-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Dalmo Antônio de Castro Bezerra Juiz de Direito

Proc.: 0020249-97.2011.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Jeú Medeiros Borges de Camargo Costa
Advogado:Luciana Medeiros Borges de Camargo Costa Fernandes (OAB/RO 2201)
Executado:Porto Park Comercio e Empreendimentos Ltda
Advogado:Pedro Origa Neto (OAB/RO 2A), Douglacir A. E. Sat `Ana (OAB/RO 287)
DESPACHO:
Vistos,Intime-se a parte exequente, pessoalmente, para, no prazo de 10 dias, dar fiel cumprimento à DECISÃO de fl.141, reiterada à fl.233, tocante à averbação da penhora na matrícula do imóvel descrito nos autos.Pena de liberação da penhora.Conclusos, oportunamente.Intimem-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Dalmo Antônio de Castro Bezerra Juiz de Direito

Proc.: 0020159-89.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Deise de Souza Ribeiro
Advogado:Nadylson Marcelino Brandão Rodrigues Filho (OAB/RO 4435)
Requerido:Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvat S/a
Advogado:Ana Gabriela Rover (OAB/RO 5210), Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/AC 3592)
DECISÃO:
Vistos,Considerando os problemas na designação de perícias pela Secretaria Estadual de Saúde, mormente diante da especialidade médica no presente caso (neurologia), bem como considerando o pedido da parte requerida de produção de prova pericial, revejo a DECISÃO que determinou a intimação do Dr. Pauzanes de Carvalho Filho, haja vista o médico já ter declinado do encargo em outros processos que tramitaram perante esse juízo. NOMEIO, entretanto, o médico neurologista Ary de Macedo Júnior (CRM 368/RO), como perito judicial.Intime-se o perito para apresentar proposta de honorários no prazo de 5 (cinco) dias. Com a apresentação da proposta de honorários periciais intime-se a parte requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias efetuar o pagamento dos honorários ou apresentar impugnação.Desde já estabeleço os seguintes quesitos que deverão ser respondidos pelo expert: a) qual é a lesão suportada pela parte autora b) a lesão decorre de acidente automobilístico c) a lesão apresentada é de natureza temporária ou permanente d) qual o grau da incapacidade da parte autora Com a informação relacionada a perícia (dia, hora e local), a qual deverá ser apresentada pelo perito com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, para possibilitar a intimação das partes, intimem-se os litigantes para comparecimento à perícia. Fixo o prazo de 30 (trinta) dias para a apresentação do laudo, contados da data da realização do exame. Sobrevindo a prova, intimem-se as partes para ciência, bem como para que apresentem suas manifestações sobre o laudo no prazo comum de 15 (quinze) dias. Em tempo, esclareço à ré que a especialidade médica no caso em comento - neurologia - não pode ser incluída no mutirão, que trata exclusivamente de perícia ortopédica.Intimem-se. Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Dalmo Antônio de Castro Bezerra Juiz de Direito
Denisiane Cristina Lago Fioravante
Escrivã

Processo: 7015256-13.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Assunto: [Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes]
Parte autora: MOISES MATOS DE OLIVEIRA
Parte requerida: CALCARD ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA

SENTENÇA
Vistos.
MOISES MATOS DE OLIVEIRA, ajuizou a presente ação |Declaratória de Inexigibilidade de Débito cumulada com Reparação por Danos Morais, em face de CALCARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA.
Narra a inicial que a autora, ao tentar realizar compra no comércio local, tomou conhecimento de que seu nome estava incluso no cadastro de inadimplentes. Acrescenta que a dívida e o apontamento seriam ilegítimos, tendo em vista não estar inadimplente com a ré e que nunca realizou qualquer tipo de transação comercial com a requerida.
Pelos fatos, pede a antecipação dos efeitos da tutela para retirar seu nome do cadastro de inadimplentes. No MÉRITO, requer a reparação pelos danos morais que alega ter sofrido, em valor a ser arbitrado por este juízo, bem como a condenação da ré aos ônus sucumbenciais.
Deu à causa o valor de R$10.000,00 (dez mil reais).
Juntou documentos.
O pedido de antecipação de tutela foi deferido por DECISÃO de ID Num. 4545593.
Citada, a ré não contestou o pedido tendo em vista sua ausência de audiência de tentativa de conciliação e falta de resposta.
Não houve réplica (fl.56).
A parte autora pediu o reconhecimento da revelia.
Vieram-me conclusos.
É o breve relatório.
Ante as provas já acostadas aos autos, há que se promover o julgamento antecipado da causa, na forma do inciso I do art. 355 do Código de Processo Civil. É nesse sentido, o entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça ao afirmar que "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder". (STJ – 4ª Turma, Resp 2.832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14.08.1990, e publicado no DJU em 17.09.90, p. 9.513).
Trata-se de ação pretendendo a declaração de inexigibilidade de débito cumulada com reparação por danos morais, ajuizada por MOISES MATOS DE OLIVEIRA em face de CALCARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA., em razão de inscrição indevida em cadastro de inadimplentes.
O caso em julgamento dispensa um maior arrazoado jurídico, sendo de deslinde singelo.
Alega o autor não possuir a relação comercial que deu origem ao débito gerador do apontamento efetivado pela ré.
A ré, por sua vez, não contestou a matéria fática trazida pela parte autora, o que presume a verdade dos fatos alegados pelo autor.
Pois bem.
Ao que vejo, é incontroverso nos autos, e os documentos de Num. 3072876 não deixam margem para dúvidas, que o nome do autor foi lançado em cadastro de inadimplentes, sendo certo que o evento gerador da inscrição foi praticado pela requerida.
Não bastasse isso, a ré confirmou tais fatos pela ausência de defesa nos presentes autos.
Destarte, não comprovando a efetiva existência de contrato entre as partes, cujo ônus processual não se desincumbiu (art. 373, II do CPC), não vejo provado o vínculo jurídico (relação comercial) entre as partes, que pudesse gerar o débito e eventual inclusão em cadastro de devedores.
Não fez prova de ser legítima a inscrição.
Sendo assim, tendo a parte requerente demonstrado satisfatoriamente os argumentos que embasam as suas alegações, e considerando a negligência da ré, é de se reconhecer a ilegitimidade do débito apontado nas certidões de Num. 3072876.
Dessa maneira, tenho que, não comprovada a celebração de qualquer contrato com a autora, a ré deve arcar com sua responsabilidade pelos danos, tendo em vista o caráter objetivo da responsabilidade civil no direito consumerista invocado nos autos.
Acerca do dano moral, no direito brasileiro, para caracterização da responsabilidade civil, é necessária a presença concomitante de três elementos: um dano; a culpa do agente e o nexo de causalidade entre o dano e a culpa.
No caso em tela, é indiscutível a presença dos três elementos, estando perfeitamente caracterizada a responsabilidade civil da parte requerida.
O dano experimentado pela parte requerente é evidente, pois em razão da conduta negligente da parte ré, viu seu nome estampado em róis de maus pagadores.
Saliente-se que o dano moral não tem como ser provado, sendo simplesmente presumido, decorrendo dos fatos em si. O Colendo Superior Tribunal de Justiça, em reiterados julgados, já pacificou o entendimento de que o dano moral independe de prova, havendo necessidade apenas de se demonstrar o fato que o gerou. Nesse sentido:
Direito do consumidor. Cancelamento indevido de cartão de crédito. Inscrição do número no "Boletim de Proteção" ('lista negra'). Constrangimento. Compra recusada. Dano moral. Prova. Desnecessidade. Precedente. Recurso Provido. - Nos termos da jurisprudência da Turma, em se tratando de indenização decorrente da inscrição irregular no cadastro de inadimplentes, "a exigência de prova de dano moral (extrapatrimonial) se satisfaz com a demonstração da existência da inscrição irregular" nesse cadastro" (STJ, 4ª Turma, Resp. 233076/RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, julgado em 16.11.1999, DJU 28.02.2000, p. 089 - grifei).
A culpa da parte requerida também restou demonstrada nos autos, pois foi por sua conduta negligente que a parte autora teve de suportar o abalo moral.
O nexo de causalidade entre o dano experimentado pela parte autora e a culpa da parte requerida é igualmente indiscutível.
Por fim, resta apenas fixar o valor da indenização, que é a tarefa mais árdua em se tratando de indenização por dano moral, uma vez que a um só tempo lidamos com duas grandezas absolutamente distintas, uma imaterial (a dor sofrida) e outra material (o dinheiro).
A jurisprudência tem oferecido alguns critérios para quantificar o valor do dano moral, havendo entendimento majoritário no sentido de que se leve em consideração a intensidade da ofensa, a capacidade financeira do ofensor e condição econômica do ofendido, de forma que a reparação não represente a ruína para o devedor, nem constitua fonte de enriquecimento sem causa para o credor, devendo ser estabelecida criteriosamente.
In casu, considerando a condição social da parte autora, a culpa da parte requerida, a capacidade financeira desta e, especialmente a repercussão pública do ocorrido, entendo que o montante de R$ 10.000,00 (dez mil reais) é lenitivo suficiente.
Os juros e a correção monetária devem incidir a partir desta data, uma vez que, no arbitramento, foi considerado valor já atualizado, conforme jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça (EDRESP 194.625/SP, publicado no DJU em 05.08.2002., p. 0325).
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial, e, em consequência:
CONFIRMO a tutela antecipada deferida por DECISÃO de Num. 4545593.
DECLARO a inexigibilidade do débito discutido nestes autos,
CONDENO a requerida a pagar à parte autora o valor de R$10.000,00 (dez mil reais), a título de compensação por danos morais, pela inscrição indevida de seu nome no cadastro de inadimplentes, com juros e correção monetária a partir desta data, uma vez que na fixação do valor foi considerado montante atualizado;
CONDENO a requerida, ainda, ao pagamento das custas e honorários advocatícios da parte contrária, estes arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da condenação, considerando a baixa complexidade da demanda.
EXTINGO o presente processo, com resolução de MÉRITO, com base no inciso I do artigo 487 do Código de Processo Civil.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Segunda-feira, 27 de Março de 2017
Dalmo Antônio de Castro Bezerra
Juiz de Direito

## 6ª VARA CÍVEL

6ª Cartório Cível, Falência e Concordata
Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza
Juíza de Direito
Sugestão ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet através do e-mail: pvh6civel@tjro.jus.br
Diretora de Cartório: Márcia Pires Saraiva

Proc.: 0004077-12.2013.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sidrônio Timóteo Silva
Advogado:Marcos Aurélio de Menezes Alves (OAB/RO 5136), Manoel Hipólito Mantovani (OAB/RO 3521), Adriel Pedroso dos Reis (OAB/RO 4736), Monaliza Silva Bezerra (OAB/RO 6731)
Requerido:Caoa Montadora Sa, Saga Amazônia Comércio de Veículos Ltda
Advogado:Diego Sabatello Cozze (SSP/SP 252.802), Laiana Oliveira Melo (OAB/RO 4906)
Laudo Pericial:
Ficam as partes, por via de seus Advogados(as), no prazo de 15 dias, se manifestarem sobre o Laudo Pericial.

Proc.: 0002664-90.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Vania Batista de Castro
Advogado:Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido:Claro Sa
Advogado:Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913), Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/RO 6235)
Data Perícia:
Ficam as partes intimadas, por via de seus Advogados, da data da perícia que realizar-se-á no dia 30/05/2017 as 15:00horas; endereço: Rua Flores da Cunha,n° 4370, Bairro Costa e Silva (atrás do Antigo IML); com o perito Urbano de Paula Filho, devendo a parte comparecer com todos os documentos pessoais (RG, CPF, CTPS, Título de Eleitor e outros que contenha sua assinatura).

Proc.: 0014527-48.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Pedro Santana de Lima, Miguel Reginaldo Ferreira da Silva, José Ferreira da Silva Filho, Catarina Ferreira Lima, Deusdeni Almeida da Silva, Sebastiana Evangelista da Costa, Salomão Araújo Macedo, Sandra Maria Fonseca Sales, Sidney Rabelo Queiroz, Sebastião Vieira Neto
Advogado:Gustavo Lauro Korte Junior (OAB/SP 14983), Andresa Batista Santos (OAB/SP 306579), Clodoaldo Luis Rodrigues (OAB/RO 2720)
Requerido:Energia Sustentável do Brasil S.A., Santo Antônio Energia S.A, Consórcio Construtor Santo Antônio CCSA
Advogado:Edgard Hermelino Leite Junior (OAB/SP 92114), Giuseppe Giamundo Neto (OAB/RO 6092), Antônio Celso Fonseca Pugliese (OAB/SP 155105), Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861), Ligia Fávero Gomes e Silva (OAB/SP 235033), Luciana Sales Nascimento (OAB/PB 17625B), Ricardo Gonçalves Moreira (OAB/RJ 109513)
Data Perícia:
Ficam as partes intimadas, por via de seus Advogados, da data da perícia(reunião) que realizar-se-á no dia 28 de Abril de 2017 às 09 horas; local: Associação dos Produtores Rurais da Linha 28 de Novembro; endereço: Estrada da Penal KM 22(ao lado do posto de saúde), com o perito Orlando José Guimarães.

Proc.: 0012806-27.2013.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Glaucileia Neves da Silva, Rebeca Neves de Souza, Larissa Neves da Silva, Maria da Conceição Leite Lagos, Dodanin Lagos de Almeida, Sara Lopes Lacerda Bispo, Aline Lopes Lacerda Bispo, Alcirene Lacerda Bispo, Pedro Pereira da Silva, Kaline Nascimento da Silva, Elcivania Nascimento da Silva, Augustinho da Silva Neto, Ana Eduarda Diniz da Silva, Joelma Dantas de Souza, Geisa Souza da Silva, Raimundo Nonato dos Santos, Talita da Silva Santos, Nazilde de Paula Freitas, Iane Freitas Lucas, Raiane Freitas Lucas, Luiz Alves Carril, Maria de Nazare Alves dos Santos, Luciano Santos Carril, Mateus Santos Carril, Leonardo dos Santos Carril, Karina dos Santos Carril
Advogado:Vinicius Jacome dos Santos Júnior (OAB/RO 3099), Heliton Santos de Oliveira (OAB/RO 5792), Valnei Gomes da Cruz Rocha (OAB/RO 2479)
Requerido:Santo Antônio Energia S/A
Advogado:Antônio Celso Fonseca Pugliese (OAB/SP 155105), Ligia Fávero Gomes e Silva (OAB/SP 235033), Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861), Bruna Rebeca Pereira da Silva (OAB/RO 4982), Juliana Savenhago Pereira (OAB/RO 7.681)
Data Perícia:
Ficam as partes intimadas, por via de seus Advogados, da data da perícia(reunião) que realizar-se-á no dia 28 de Abril de 2017 às 09 horas; local: Associação dos Produtores Rurais da Linha 28 de Novembro; endereço: Estrada da Penal KM 22(ao lado do posto de saúde), com o perito Orlando José Guimarães.

Proc.: 0017311-95.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Rubervaldo Garcia de Souza, Maria Leni Menezes Vieira, Maria Sebastiana Facundes da Silva, Antonio Ricardo de Oliveira, Ariovaldo de Souza, Osmarino Monteiro da Trindade, Claudiane de Almeida Santos, Raimunda Trindade da Costa, Raimundo Claudio da Silva Santos, Maria Dalva Viana Belesa
Advogado:Clodoaldo Luis Rodrigues (OAB/RO 2720)
Requerido:Energia Sustentável do Brasil S.A., Santo Antônio Energia S.A., Consórcio Construtor Santo Antônio CCSA
Advogado:Edgard Hermelino Leite Junior (OAB/SP 92114), Giuseppe Giamundo Neto (OAB/SP 234412), Antonio Celso Fonseca Pugliese (OAB/SP 155105), Ligia Fávero Gomes e Silva (OAB/SP 235033), Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861), Ricardo Gonçalves Moreira (OAB/RJ 109513)
Data Perícia:
Ficam as partes intimadas, por via de seus Advogados, da data da perícia(reunião) que realizar-se-á no dia 28 de Abril de 2017 às 09 horas; local: Associação dos Produtores Rurais da Linha 28 de Novembro; endereço: Estrada da Penal KM 22(ao lado do posto de saúde), com o perito Orlando José Guimarães.

Proc.: 0017509-35.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:João de Nazaré da Silva, Rosa Maria de Souza, Maria Rodrigues Paz, Raimunda Soares de Oliveira, Raimundo Ribeiro Mendonça, Jucilene Alves da Silva, Raimundo Beleza Brito, Jocelma Ferreira dos Santos, Joel Ramos Ferreira, Janaina Neves da Cruz
Advogado:Gustavo Lauro Korte Junior (OAB/SP 14983), Valéria Paulino Korte (OAB/SP 153898), Clodoaldo Luis Rodrigues (OAB/RO 2720), Gustavo Lauro Korte Junior (OAB/SP 14983), Valéria Paulino Korte (OAB/SP 153898), Clodoaldo Luis Rodrigues (OAB/RO 2720), Gustavo Lauro Korte Junior (OAB/SP 14983), Valéria Paulino Korte (OAB/SP 153898), Gustavo Lauro Korte Junior (OAB/SP 14983), Clodoaldo Luis Rodrigues (OAB/RO 2720), Valéria Paulino Korte (OAB/SP 153898), Gustavo Lauro Korte Junior (OAB/SP 14983), Clodoaldo Luis Rodrigues (OAB/RO 2720), Gustavo Lauro Korte Junior (OAB/SP 14983), Valéria Paulino Korte (OAB/SP 153898), Gustavo Lauro Korte Junior (OAB/SP 14983), Clodoaldo Luis Rodrigues (OAB/RO 2720), Gustavo Lauro Korte Junior (OAB/SP 14983), Valéria Paulino Korte (OAB/SP 153898), Clodoaldo Luis Rodrigues (OAB/RO 2720), Gustavo Lauro Korte Junior (OAB/SP 14983), Valéria Paulino Korte (OAB/SP 153898), Clodoaldo Luis Rodrigues (OAB/RO 2720), Gustavo Lauro Korte Junior (OAB/SP 14983), Valéria Paulino Korte (OAB/SP 153898), Clodoaldo Luis Rodrigues (OAB/RO 2720)

Requerido:Energia Sustentável do Brasil S.A., Santo Antônio Energia S.A., Consórcio Construtor Santo Antônio CCSA
Advogado:Edgard Hermilino Leite Junior (OAB/SP 92114), Giuseppe Giamundo Neto (OAB/SP 234412), Rochilmer Mello da Rocha ( ), Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501), Jaime Pedrosa dos Santos Neto (OAB/RO 4315), Aldo Guilherme da Costa Tourinho Teixeira Souza (OAB/RO 6848), Antônio Celso Fonseca Pugliese (OAB/SP 155105), Ligia Fávero Gomes e Silva (OAB/SP 235033), Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861), Alexandre Di Marino Azevedo (OAB/RJ 113780), Ricardo Gonçalves Moreira (OAB/SP 215212)
Data Perícia:
Ficam as partes intimadas, por via de seus Advogados, da data da perícia(reunião) que realizar-se-á no dia 28 de Abril de 2017 às 09 horas; local: Associação dos Produtores Rurais da Linha 28 de Novembro; endereço: Estrada da Penal KM 22(ao lado do posto de saúde), com o perito Orlando José Guimarães.

Proc.: 0014221-45.2013.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Allen Sandario da Silva, Diogo Sandarior da Silva, Raissa Sandarior Costa, Juliana Sandarior Costa, Ana Paula Nunes Leal, Layane Nunes dos Santos, Kaylane Nunes dos Santos, Kayane Nunes Santos, Aldemiro Damaceno Rego, Alex Ramos Rego, Alexandre Ramos Rego, Viviane de França Nery, Rafael Nery Coutinho, Yasmin Vitoria Nery Barros, Maria Ediane Souza da Silva, Pablo Ibson Souza Brito, Bruno de Lucas Souza Brito, Carlos Renan Souza Brito, Mariana Quadro Bamba, Roges Quadro da Silva, Regis Quadro da Silva, Reiliane Quadro da Silva, Rogerio Quadro da Silva, Mariane Quadro da Silva, Terezinha Morais dos Santos, Geraldo dos Santos Moraes, Stefani dos Santos Moraes, Geraldo dos Santos Moraes Filho
Advogado:Valnei Gomes da Cruz Rocha (OAB/RO 2479), Vinicius Jacome dos Santos Júnior (OAB/RO 3099)
Requerido:Santo Antônio Energia S/a
Advogado:Antônio Celso Fonseca Pugliese (OAB/SP 155105), Ligia Fávero Gomes e Silva (OAB/SP 235033), Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861)
Data Perícia:
Ficam as partes intimadas, por via de seus Advogados, da data da perícia(reunião) que realizar-se-á no dia 28 de Abril de 2017 às 09 horas; local: Associação dos Produtores Rurais da Linha 28 de Novembro; endereço: Estrada da Penal KM 22(ao lado do posto de saúde), com o perito Orlando José Guimarães.

Proc.: 0010796-73.2014.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Conceição Dias Pereira, Moises Rocha do Carmo, Gracionete Lima de Souza, Mirian Cacimira dos Santos, Denaide Ferreira da Costa, Dalci Araújo Bitencourt, Jeromilton de Lima Jacques, Liete Cordeiro Silva de Souza, Antônio Aurélio Neves Neto, Derval Gil Almeida
Advogado:Gustavo Lauro Korte Junior (OAB/SP 14983), Andresa Batista Santos (OAB/SP 306579)
Requerido:Energia Sustentável do Brasil S.A, Santo Antônio Energia S/a, Consórcio Construtor Santo Antônio CCSA
Advogado:Jaime Pedrosa dos Santos Neto (OAB/RO 4315), Antonio Celso Fonseca Pugliese (OAB/SP 155105), Ligia Fávero Gomes e Silva (OAB/SP 235033), Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861), Ricardo Gonçalves Moreira (OAB/SP 215212), Izabel Celina Pessoa Bezerra Cardoso (OAB/RO 796)
Data Perícia:
Ficam as partes intimadas, por via de seus Advogados, da data da perícia(reunião) que realizar-se-á no dia 28 de Abril de 2017 às 09 horas; local: Associação dos Produtores Rurais da Linha 28 de Novembro; endereço: Estrada da Penal KM 22(ao lado do posto de saúde), com o perito Orlando José Guimarães.

Proc.: 0000264-74.2013.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Manuel Menezes de França, Ronaldo Soares Barros, Conceição Nogueira da Silva Tomé, Maria Lucenilda Magalhães Batista Gutierres, Neuza de Souza, Antônio Maria de Souza, Antônio Holanda Gomes, Maria Nilce da Costa Rodrigues, Edinaura Alves Gonçalves, Domingos Pereira dos Santos
Advogado:Jorge Felype Costa de Aguiar dos Santos (OAB/RO 2844), Clodoaldo Luis Rodrigues (OAB/RO 2720)
Requerido:Energia Sustentável do Brasil ESBR, Santo Antônio Energia S/A, Consórcio Construtor Santo Antônio CCSA
Advogado:Alexandre Di Marino Azevedo (OAB/RJ 113780), Fernando Maximiliano Neto (OAB/RJ 45441), Izabel Celina Pessoa Bezerra Cardoso (OAB/RO 796)
Data Perícia:
Ficam as partes intimadas, por via de seus Advogados, da data da perícia(reunião) que realizar-se-á no dia 28 de Abril de 2017 às 09 horas; local: Associação dos Produtores Rurais da Linha 28 de Novembro; endereço: Estrada da Penal KM 22(ao lado do posto de saúde), com o perito Orlando José Guimarães.

Proc.: 0011934-41.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Francisco Guedes Lima, Rosangela Ramos Nogueira, Reinaldo Chaves de Carvalho, Raimunda Nonato Ramos, Esmeraldo Deus Santana, Eliete Souza Ferreira, Ronaldo Lopes Reis, Jose da Silva Brito, Gedeão Silva de Oliveira, Clarismundo Afonso da Silva
Advogado:Gustavo Lauro Korte Junior (OAB/SP 14983), Clodoaldo Luis Rodrigues (OAB/RO 2720)
Requerido:ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S/A, Santo Antonio Energia S. A., Consórcio Construtor Santo Antônio CCSA
Advogado:Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861), Antonio Celso Fonseca Pugliese (OAB/SP 155105), Giuseppe Giamundo Neto (OAB/SP 234412), Philippe Ambrosio Castro e Silva (OAB/SP 279767)
Data Perícia:
Ficam as partes intimadas, por via de seus Advogados, da data da perícia(reunião) que realizar-se-á no dia 28 de Abril de 2017 às 09 horas; local: Associação dos Produtores Rurais da Linha 28 de Novembro; endereço: Estrada da Penal KM 22(ao lado do posto de saúde), com o perito Orlando José Guimarães.

Proc.: 0016790-87.2011.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Maria Rosalia Fernandes, Adeildo Fernandes, Jair Fernandes, Izabel Fernandes de Oliveira, Israel Moreira Fagundes, Jorge Rueda Grijo, José Rogeane Tavares Abilio, Jovelina Speroto Del Piero, Maria Cristina Morais de Freitas, Marta Ione Barbosa da Silva Fonseca, Raimunda Carvalho Humerez, Sandra Maria Siqueira Valério, Luiz Carlos Estuliano Dias, Sonia Maria Estulano Dias, Heloísa Silvana Dias de Macedo, Celia Maria Dias, Sebastião Loureiro, Zelir Cividini, Pedro Pereira de Oliveira
Advogado:Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Executado:Banco Bradesco S.A.
Advogado:Luciana Xavier Gaspar de Souza (OAB/RO 4903), Lucyanne Carratte Brandt Hitzeschky (OAB/RO 4659), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370), Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Intimação:
Ficam os advogados abaixo relacionados e Heberte Roberto Neves do Nascimento, OAB/RO 5322, intimados a devolver os autos no prazo de 48 h, que encontra-se com carga além do prazo, sob pena de ser procedida a busca e apreensão dos mesmos:

Proc.: 0010500-17.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Deilson da Costa Rosa, Ivone Faustino da Silva Rosa
Advogado:Leonardo Werneck de Carvalho ( )

Requerido:Ana Maria Torres Feitosa
Advogado:Marcel dos Reis Fernandes (OAB/RO 4940)
DECISÃO:
Proc. 0010500-17.2015.8.22.0001 PROCEDIMENTO ORDINÁRIODATA 18.04.2017 - 08H30MIN FINALIDADE: CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO PRESENTESJUÍZA DE DIREITO: ROSEMEIRE CONCEIÇÃO DOS SANTOS PEREIRA DE SOUZAREQUERIDO:ANA MARIA TORRES FEITOSAADVOGADO/REQUERIDO:MARCEL DOS REIS FERNANDES OAB/RO4940AUSENTESAUTOR:DEILSON DA COSTA ROSA IVONE FAUSTINO DA SILVA ROSAOCORRÊNCIASApregoada as partes, compareceram os acima presentes. Conciliação frustrada ante a ausência de intimação dos Autores. Pela MMª Juíza foi proferida DECISÃO: Redesigno a presente audiência para o dia 13/06/2017 às 10h30min. Consigno que nesta ocasião a parte Autora Deilson Costa Rosa foi intimada por telefone acerca da nova data designada para a realização da audiência. No mais, determino que a parte Autora regularize a sua representação processual, no prazo de 5 dias. Determino ainda que a escrivania providencie o cadastramento do patrono constituído pela parte Autora para fins de regular intimação. Saem os presentes intimados. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Eu, Luciana Martins Resende, ___ Secretária do Juízo em substituição, digitei e subscrevi. JUÍZA DE DIREITO:REQUERIDA:ADVOGADO/ REQUERIDO:

Proc.: 0000208-07.2014.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Wesly Henrique da Silva
Advogado:Sidnei da Silva (OAB/RO 3187), Kenucy Neves de Lima (OAB/RO 2475)
Requerido:Seabra Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado:Humberto Rossetti Portela (OAB/MG 91263), Roberto Jarbas Moura de Souza (OAB/RO 1246), Manuela Gsellmann da Costa (OAB/RO 3511)
SENTENÇA:
Proc. 0000208-07.2014.8.22.0001 PROCEDIMENTO ORDINÁRIODATA 18.04.2017 - 10H30MIN FINALIDADE: CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO PRESENTESJUÍZA DE DIREITO: ROSEMEIRE CONCEIÇÃO DOS SANTOS PEREIRA DE SOUZAAUTOR:WESLY HENRIQUE DA SILVAADVOGADO/AUTOR:SIDNEI DA SILVA OAB/RO 3187REQUERIDO/PREPOSTO:SEABRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA/RAMON LIMA DE OLIVEIRA DIRECIONAL ENGENHARIAADVOGADO/REQUERIDO:FRANCIMEYRE RUBIO PASSOS OAB/RO 6507ACADÊMICOS:GLEICIANE DE PAIVA SANTOS ANDRÉ LUIZ RODRIGUS PEREIRA OCORRÊNCIASApregoada as partes, compareceram os acima presentes. Conciliação infrutífera. Pela patrona das Requeridas foi apresentado carta de preposição. A patrona requereu que as publicações e demais intimações sejam feitas exclusivamente, sob pena de nulidade, em nome das seguintes patronas: MANUELA GSELLMANN DA COSTA OAB/RO 3.511 e ROBERTO JARBAS MOURA DE SOUZA OAB/RO 1.246. Conciliação frutífera nos seguintes termos: 1. A parte Executada pagará ao Exequente a quantia de R$34.000,00 a ser pago em 3 parcelas mensais e iguais no valor de R$11.333,00, sendo a primeira até o dia 08/05/2017, a segunda para o dia 02/06/2017 e a terceira para o dia 28/06/2017, como quitação da presente obrigação. As partes arcarão com o ônus de seus advogados. 2. Os pagamentos serão feitos mediante depósito identificado na conta de titularidade de WESLY HENRIQUE DA SILVA, CPF 905.053.952-15, conta poupança 13018-9, agência 2976, operação 013, mantida junto à Caixa Econômica Federal. 3. O inadimplemento de uma das parcelas acarretará no vencimento antecipado das demais. 4. Em caso de inadimplemento incidirá multa de 10% sobre o valor remanescente do acordo. 5. O Autor se responsabiliza pelos dados bancários para pagamento fornecidos. 6. As partes requerem homologação do acordo, isenção de custas e extinção dos autos, com renúncia ao prazo recursal. Pela MMª Juíza foi proferida a seguinte SENTENÇA: Homologo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos o acordo a que chegaram as partes, e, em consequência julgo extinto estes autos, nos termos do art. 487, III, b do NCPC. Sem custas. SENTENÇA publicada em audiência. Registre-se e Cumpra-se, arquivando-se oportunamente. Saem os presentes intimados. Eu, Luciana Martins Resende, ___ Secretária do Juízo em substituição, digitei e subscrevi. JUÍZA DE DIREITO:REQUERENTE:ADVOGADO/ REQUERENTE:REQUERIDOS/PREPOSTO:ADVOGADA/ REQUERIDOS:

Proc.: 0009157-20.2014.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Elielson Castro Silva
Advogado:Genival Fernandes Gegê de Lima (OAB/RO 2366)
Requerido:Adriene Jucelia Brito Hitzschky
Advogado:Wanderlan da Costa Monteiro (OAB/RO 3991)
DECISÃO:
A parte Autora deverá se manifestar em termos de prosseguimento, requerendo o que entender de direito de forma especifica, no prazo de 15 dias.Conforme já mencionado anteriormente, deverá a parte Autora se atentar que se trata de cumprimento da SENTENÇA homologatória constante às fls. 97, razão pela qual os termos do acordo constituem os limites do pedido.Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0006323-59.2010.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:H. P. Engenharia e Construtora Ltda
Advogado:Noel Nunes de Andrade (RO 1586), Éder Timótio Pereira Bastos (OAB/RO 1586), Daniel Penha de Oliveira (OAB/MG 87318)
Requerido:Banco Mercedes Benz do Brasil S. A.
Advogado:Cynthia Durante (OAB/RO 4678), Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/MT 4482), Laura Caroline de Araújo (OAB/RO 3641), Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
DECISÃO:
Não obstante a parte Autora tenha apresentado suas alegações finais às fls. 1.150/1.162-Vol. V, analisando os autos denota-se que foram realizados diversos depósitos para fins de quitação dos contratos firmados com a Requerida.Diante do exposto, determino que as partes, no prazo de 15 dias, apresentem planilha de todos os depósitos realizados, indicando as referidas folhas nos autos, bem como se aqueles foram suficientes para quitação dos contratos firmados.Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0019588-16.2014.8.22.0001
Ação:Usucapião
Requerente:MARIA DOS SANTOS
Advogado:Maria da Conceição A. L. de Lima (OAB/RO 5932)
Requerido:Antonio Leoncio da Frota, Rafael Caetano da Frota
Advogado:João Batista Gomes Martins (OAB/RO 306A)
DECISÃO:
Assim, por todo o exposto, REJEITO os embargos opostos pela parte Autora.Determino a intimação da Requerida para querendo, apresentar suas contrarrazões no prazo de 15 dias, e após, remeta-se os autos ao Tribunal, considerando a interposição de recurso de apelação.

Proc.: 0006148-50.2014.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:João Closs Junior
Advogado:Roberval da Silva Pereira (OAB/RO 2677), Acsa Liliane Carvalho Brito Souza (OAB/RO 5882)
Requerido:B. J. Projetos e Empreendimentos Ltda, Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária, Zurich Minas Brasil Seguros S.A., Yasuda Marítima Seguros S.A.

Advogado:Naiana Élen Santos Mello (OAB/RO 7460), Romilton Marinho Vieira (OAB/RO 633), Solano de Camargo (OAB/SP 149754), Eduardo Luiz Brock (OAB/SP 91311), Lívia Freitas Gil (OAB/RO 3769), Fábio Alexandre de Medeiros Torres (OAB/RJ 91377), Manuela Moura da Fonte (OAB/PE 20.397), Karinny de Miranda Campos (OAB/RO 2413)
DECISÃO:
Vistos.Para melhor esclarecimento e elucidação acerca do caso em análise, converto o julgamento em diligência e determino que as partes, atentando-se aos pontos controvertidos às fls. 735 Vol. IV, apontem nos autos onde se encontra cada prova dos apontamentos, indicado as folhas, e os documentos pertinentes.Quanto ao dano material, determino que as partes tragam planilhas detalhadas, especificando o valor do saldo devedor da parte autora para quitação integral dos contratos. No mais, deve a parte requerida informar o atual estágio da obra, e data e provável para entrega dos imóveis. Prazo: 15 dias. Após, voltem os autos conclusos para SENTENÇA. Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0012909-63.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Manoel Duarte Lopes, Maria Paula Soares Marcolino, Leonardo Alan de Oliveira Barros, Silvio de Souza Barros, Rômulo Pinheiro Custódio, Maria Ieza Reis Lima, Maria de Fatima Ferreira de Melo, Marcolino Pereira Fragosa, Maria Ines Tome da Silva, Raimundo Soares do Nascimento
Advogado:Vinicius Jacome dos Santos Júnior (OAB/RO 3099)
Requerido:Santo Antonio Energia S. A.
Advogado:Antônio Celso Fonseca Pugliese (OAB/SP 155105), Ligia Fávero Gomes e Silva (OAB/SP 235033), Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861)
DECISÃO:
Em visita ao sítio eletrônico do Superior Tribunal de Justiça para fins de consulta do Recurso Especial em Agravo de Instrumento n. 0802030-64.2015.822.0000 apresentado pelos Requeridos, objetivando o combate à DECISÃO saneadora de fls. 2.422/2.424-Vol. XIII, constatou-se que ao mesmo não foi dado efeito suspensivo, razão pela qual determino o cumprimento integral da referida DECISÃO, com a intimação do perito para realização da prova pericial, devendo este indicar o dia, local e horário para início dos trabalhos, com a posterior intimação das partes.Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0021743-94.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Eletro Primavera Ltda
Advogado:José de Almeida Júnior (OAB/RO 1370), Carlos Eduardo Rocha Almeida (OAB/RO 3593), Felippe Roberto Pestana (OAB/RO 5077)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado:Welser Roni Alencar Almeida (OAB/RO 1506), Alexandre Camargo (OAB/RO 704), Jacimar Pereira Rigolon (OAB/RO 1740), José Roberto Wandembruck Filho (OAB/RO 5063), Érica Cristina Claudino de Assunção (OAB/RO 6207)
DECISÃO:
Com fundamento no princípio da cooperação, estampado no art. 6º do Novo Código de Processo Civil, o qual deixa expresso que compete a todos os sujeitos do processo, cooperar entre si, a fim de se obter, em tempo razoável, DECISÃO de MÉRITO justa e efetiva, converto o julgamento em diligência e determino que as partes, atentando-se aos pontos controvertidos às fls. 492/492v Vol. III, apontem nos autos onde encontra-se cada prova dos apontamento, indicado as folhas, e os documentos pertinentes.Quanto ao dano material, determino que a parte Autora apresente planilha detalhada, especificando os valores dos valores supostamente devidos pela Requerida a si.Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0021893-46.2009.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Maria Lindamir Kozan
Advogado:Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Requerido:Reck Empresa de Mudança
DECISÃO:
A parte Exequente pugna pela suspensão da carteira nacional de habilitação, apreensão dos passaportes e cancelamento dos cartões de crédito dos Executados, com fulcro no art. 139, IV do NCPC.Visando a satisfação da dívida e por ser o dinheiro bem de primeira ordem, este juízo procedeu a reiteração da penhora on-line, todavia o resultado restou infrutífero, não sendo possível localizar bens passíveis de penhora, conforme demonstrativos em anexo. Todavia, para análise do pedido de fls. 181/182, faz se necessário a informação, pela Exequente, se tem conhecimento de que os Executados possuem passaporte, carteira nacional de habilitação bem como cartões de crédito, bem como o banco em que possuem cadastro.Concedo, para tanto, o prazo de 15 dias para manifestação do Exequente.Após, volvam os autos conclusos. Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0009285-74.2013.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Gerson Oliveira da Silva
Advogado:Antônio de Castro Alves Júnior (OAB/RO 2811), Luiz Antônio Rebelo Miralha (OAB/RO 700), Jeanne Leite Oliveira (OAB/RO 1068)
Requerido:Santo Antônio Energia S.A
Advogado:Bruna Rebeca Pereira da Silva (OAB/RO 4982), Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861), Rafaela Pithon Ribeiro (OAB/BA 21026), Miriani Inah Kussler Chinelato (OAB/DF 33642), Ariane Diniz da Costa (OAB/MG 131774), Everson Aparecido Barbosa (OAB/RO 2803)
DECISÃO:
Vistos.Pugna a Requerida Santo Antônio Energia S.A. às fls. 1175/1211 Vol. VI pela intimação do perito para esclarecer determinados pontos os quais não foram devidamente esclarecidos pelo laudo pericial apresentado pelo profissional, dentre os quais enumera:O Senhor Perito não apresenta dados de campo, medições ou batimetria que o tenha levado a fazer as afirmações que fez, se baseando apenas em evidências de avaliação subjetiva; O Perito fundamenta o laudo pericial no estudo do Prof. Heinz Dieter Fill, que como já ressaltado, além de não estar qualificado nos autos, não foi encartado para que se possa submeter o contraditório;Os apontamentos no lado quanto ao estudo do Prof. Heinz Dieter Fill são apenas recomendações sobre possíveis medidas mitigadoras e estudos complementares, ou seja, um estudo do conspícuo consultor relativo a um trecho específico do rio Madeira e dessa forma não se aplicam ao local dessa demanda.Omitiu-se do dever de solicitar documentos que pudessem esclarecer pontos relevantes no processo.Foi incoerente e contraditório no pertinente a respostas objetivas diretamente ligadas a exclusão da responsabilidade da Requerida;A perícia é o meio que possui o juiz de ter acesso a conhecimentos técnicos relevantes relativos a coisas ou pessoas, nomeando para o exercício de tal mister, nos termos do art. 156, §1º do Código de Processo Civil, um profissional legalmente habilitado esclarecendo os fatos importantes para a solução da demanda. Analisando detidamente os autos denota-se que os questionamentos apresentados nos últimos dois tópicos aduzidos alhures já o foram realizados em manifestação anterior, inclusive as respostas às interrogações já foram devidamente respondidas pelo perito, não cabendo novos questionamentos por parte da Requerida, quando as respostas buscadas já se encontram devidamente encartadas aos autos, especificamente no Laudo Pericial Complementar às fls. 1160/1170 Vol. VI.No que diz respeito à ausência de cópia do estudo formulado pelo Prof. Heinz Dieter Fill, da mesma forma não deve prosperar tais argumentos, isto porque, não obstante sustente a ausência de cópia do estudo utilizado como uma das fontes de

elaboração do laudo pericial, a Requerida às fls. 1194-Vol. VI já expôs que obteve acesso ao referido material, denominado "Análise dos possíveis efeitos da UHE Santo Antônio nos processos erosivos do Rio Madeira em Calama", logo, não há o que se falar em violação ao princípio do contraditório.No mais, em especial aos argumentos de ausência de dados de campo, medições ou batimetria que o tenha levado às conclusões apresentadas no laudo, há de se registrar que o simples fato de o profissional nomeado não tenha apresentado especificamente os pontos questionados, por entender os demais argumentos apresentados são suficientes para suas conclusões não torna inválido a perícia realizada. Ademais, não pode a parte Requerida trazer novos argumentos a fim de impugnar a perícia, isto porque, todas as interrogações deveriam ser realizado na primeira oportunidade desta parte falar nos autos. Logo, não sendo esta realizada oportunamente, resta configurada a preclusão consumativa, não podendo tecer novos questionamentos neste momento processual.No mais, restando dirimidas as questões levantadas pela parte Requerida quanto ao laudo pericial apresentado, determino que as partes, no prazo de 10 dias, digam se pretendem produzir outras provas além das já constantes nos autos, sob pena de julgamento do processo no estado em que se encontra.Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0130789-23.2008.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Abepro Administração de Bens Ltda
Advogado:Odair Flauzino de Moraes (RO 115-A), Fernando César Volpini (OAB/RO 610A), Aline Daros Ferreira (OAB/RO 3353), Corsirene Gomes Lira (OAB/RO 2051), Josenildo Jacinto do Nascimento (OAB/RO 6023)
Requerido:Eden Jose Nogueira, Francilina Maria Kopp, Rogerio da Silva Ravanello, Alberto Gomes Dantas, Gilberto de Castro Mendes Martins, Valmir Oliveira da Silva, Valdemarina Farias da Silva, Dejanira de Souza Lima, Valcenor Lima da Silva, Nadir Francisca de Oliveira, Odorico Mendes Martins, Lana Augusta de Oliveira, Antonia Conceição de Oliveira, Ronaldo Andrade Reges, Raimundo Andrade Filho, Rozimildo Andrade Reges, Heloi Lira da Silva, Jose Carlos Correia, Raimundo Araújo Sobrinho, Márcio Tárcio Vicente, Teixeira de Oliveira, Francisco de Souza Castro, Amaro Bentes da Cunha, Orlandina Bentes, Maria José da Silva, Odete Prata de Almeida, Messias Costa Barros, Terezinha de jesus Fernandes, Frank Osmano, João da Silva Matos, Newton de Freitas Gonzaga, Nilza Maria da Silva Marinho, Luiz Gonzaga da Silva Matos, Francisco Ferreira da Silva, Maria da Silva Oliveira, Leandro Ribeiro dos Santos, Maria Roselandi Sena da Silva, Alfredo Morais Nogueira, Raimunda de Oliveira Nogueira, Moacir de Oliveira, Manoel Vieira de Souza, Cileno Rodrigues, Almir dos Santos Batista, Maria de Fátima Ribeiro dos Santos, Wilson Vieira da Silva, Beatriz de Almeida Neto, Linda de Fatima Cardozo, Antonio Morais, Romildo Andrade Reges, Raimundo Ribeiro da Cunha, Aristides Machado da Silva, Geraldo de Oliveira da Silva, Miguel Sena, Valdilene da Silva Bernardo, Raimundo Bernardo da Silva, Geraldo Oliveira da Silva, Maria Vanderleia Ribeiro Amaral, Ivo Fonseca Teixeira, José Corsino, Zanilson Prado, Levy Antônio de Oliveira, Valdemir Rodrigues Aguiar, Marlene Machado da Silva, Maria José Rodrigues da Silva, Elano Aguiar da Silva, Marcio Tarciso Vicente Guimaraes, Luzia da Silva Matos, Maria Jose da Silva Correa, Jose Corsino de Carvalho Baptista, Maria do Perpétuo Socorro Oliveira da Silva, Edna Ribeiro Amaral, Heloi Ribeiro da Silva, Dalva Aparecida Castro, Maria de Nazaré Bentes Bernardo, Geraldo Lúcio Cardoso, Marcelino Silva dos Santos, Maria Verônica de Oliveira Lima, Martinha de Sousa Araújo, Arão Rodrigues Mendes, Aldeiane Valentim Dantas, Adriana dos Santos Batista, Andréa Ribeiro de Souza de Moraes, Atair Lopes Chacão, Herondina Ferreira Lima, Hermenegildo Pinheiro Soares, Maria Barreto Carnauba, Maria de Jesus Souza Valentim, Maria do Rosario Lessa Pinheiro, Maria Neide Vales dos Santos, Rosalina da Conceição, SANDRA MOREIRA SANTANA, Sebastiana Evangelista da Costa, Sebastião Vicente Vaz, Silvio Aparecido de Moraes, Sônia Renê Arsolino Albuquerque, Vilma da Silva Ravanello
Advogado:Cláudio Ramalhaes Feitos (OAB/RO 3821), Adriano Michael Videira dos Santos (OAB/RO 4788), José Ribamar Fernandes Morais (RO 1256), Adriano Michael Videira dos Santos (OAB/RO 4788), Cláudio Ramalhaes Feitos (OAB/RO 3821), José Ribamar Fernandes Morais (RO 1256), Adriano Michael Videira dos Santos (OAB/RO 4788), Cláudio Ramalhaes Feitos (OAB/RO 3821), José Ribamar Fernandes Morais (RO 1256), Cláudio Ramalhaes Feitos (OAB/RO 3821), Adriano Michael Videira dos Santos (OAB/RO 4788), José Ribamar Fernandes Morais (RO 1256), Cláudio Ramalhaes Feitos (OAB/RO 3821), Adriano Michael Videira dos Santos (OAB/RO 4788), José Ribamar Fernandes Morais (RO 1256), Jose Jorge Tavares Pacheco (OAB/RO 1888), Adriano Michael Videira dos Santos (OAB/RO 4788), Cláudio Ramalhaes Feitos (OAB/RO 3821), Jose Jorge Tavares Pacheco (OAB/RO 1888), Cláudio Ramalhaes Feitos (OAB/RO 3821), Adriano Michael Videira dos Santos (OAB/RO 4788), José Ribamar Fernandes Morais (RO 1256), Cláudio Ramalhaes Feitos (OAB/RO 3821), Nery Alvarenga (OAB/RO 470A), Josimá Alves da Costa Júnior (OAB/RO 4156), Alciene Lourenço de Paula Costa (OAB/RO 4.632), Luis Sergio de Paula Costa (OAB/RO 4558), JOSE LOPES DE OLIVEIRA (OAB/RO 4453), Sandra Nunes de Macedo (OAB/RO 1682), José Ribamar Fernandes Morais (RO 1256), Cláudio Ramalhaes Feitos (OAB/RO 3821), Adriano Michael Videira dos Santos (OAB/RO 4788), José Ribamar Fernandes Morais (RO 1256), Cláudio Ramalhaes Feitos (OAB/RO 3821), José Ribamar Fernandes Morais (RO 1256), Nery Alvarenga (OAB/RO 470A), José Ribamar Fernandes Morais (RO 1256), Adriano Michael Videira dos Santos (OAB/RO 4788), Cláudio Ramalhaes Feitos (OAB/RO 3821), José Ribamar Fernandes Morais (RO 1256), Cláudio Ramalhaes Feitos (OAB/RO 3821), Adriano Michael Videira dos Santos (OAB/RO 4788), José Ribamar Fernandes Morais (0AB 1256), José Ribamar Fernandes Morais (RO 1256), Nery Alvarenga ( 470/A), Nery Alvarenga (OAB/RO 470A), Jesus Clezer Cunha Lobato (OAB/RO 2863), MANOEL VERISSIMO FERREIRA NETO (OAB/RO 3766), José Lopes de Oliveira (OAB/RO 4453), Josimá Alves da Costa Júnior (OAB/RO 4156), José Ribamar Fernandes Morais (RO 1256), Adriano Michael Videira dos Santos (OAB/RO 4788), Cláudio Ramalhaes Feitos (OAB/RO 3821), Sandra Nunes de Macedo (OAB/RO 1682), Nájila Pereira de Assunção (OAB/RO 5787), José Ribamar Fernandes Morais (RO 1256), Nery Alvarenga (OAB/RO 470A), José Ribamar Fernandes Morais (OAB/RO 1256), Cláudio Ramalhaes Feitos (OAB/RO 3821), Adriano Michael Videira dos Santos (OAB/RO 4788), José Ribamar Fernandes Morais (RO 1256), Nery Alvarenga (OAB/RO 470A), José Ribamar Fernandes Morais (RO 1256), Adriano Michael Videira dos Santos (OAB/RO 4788), Cláudio Ramalhaes Feitos (OAB/RO 3821), Edison Fernando Piacentini (RO 978), Rodrigo Tosta Giroldo (OAB/RO 4503), Josimá Alves da Costa Júnior (OAB/RO 4156), Josenildo Jacinto do Nascimento (OAB/RO 6023), Rodrigo Tosta Giroldo (OAB/RO 4503), Cláudio Ramalhaes Feitos (OAB/RO 3821), José Ribamar Fernandes Morais (OAB/AM A559), Adriano Michael Videira dos Santos (OAB/RO 4788), Cláudio Ramalhaes Feitos (OAB/RO 3821), José Ribamar Fernandes Morais (OAB/AM A559), Adriano Michael Videira dos Santos (OAB/RO 4788), Cláudio Ramalhaes Feitos (OAB/RO 3821), José Ribamar Fernandes Morais (OAB/AM A559), Adriano Michael Videira dos Santos (OAB/RO 4788), Inara Regina Matos dos Santos (OAB/RO 2921), José Ribamar Fernandes Morais (OAB/AM A559), Cláudio Ramalhaes Feitos (OAB/RO 3821), Adriano Michael Videira dos Santos (OAB/RO 4788), José Ribamar Fernandes Morais (OAB/AM A559), Cláudio Ramalhaes Feitos (OAB/RO 3821), Adriano Michael Videira dos Santos (OAB/RO 4788), Cláudio Ramalhaes Feitos (OAB/RO 3821), JOSE LOPES DE OLIVEIRA (OAB/RO 4453), Josimar de Oliveira Muniz (OAB/RO 912)

DECISÃO:
Vistos.ABEPRO - Administração de Bens Ltda. ajuizou a presente ação reivindicatória cumulada com pedido de antecipação de tutela em face de vários requeridos, alegando ser proprietária de um imóvel rural com a área de dois mil e setecentos hectares, sessenta e um ares e quarenta e nove centiares, composto por seis lotes desmembrados do imóvel denominado Portochuelo.Como medida acautelatória e visando à preservação do meio ambiente em 2008, foi determinado que os Requeridos se abstivessem de promover atividades que ampliassem, o desmatamento e ou modificassem a situação fática já existente no local do litígio (fl. 284 V. I).Foi determinado ainda produção de prova pericial, consistindo na vistoria, constatação e avaliação da área em litígio com fim de individualizar os moradores e eventuais benfeitorias com respectivas avaliações, sendo possível, o apontamento da data da ocupação. (fls.2517 Vol XIII).Laudo pericial fls. 3834/4056 Vol. XX.Laudo técnico trazido pela parte autora fls. 4085/4166 Vol. XXI.Manifestação do requerido José Carlos Correia, alegando que reside a mais de 40 anos no local - terras estas sujeitas à prescrição aquisitiva da espécia usucapião extraordinário sustentando que a parte autora nunca demonstrou interesse em conciliar ele, bem como, aduz que a autora destruiu um cemitério e a casa onde residia. Afirma que encontra-se assombrado, e com medo de voltar ao imóvel, temendo pela sua vida. Dessa forma, requerer tutela de urgência para que a autora seja proibida de alterar qualquer forma de uso ou destinação do lote do requerido. (fls.4175/4199) Manifestações de demais requeridos acerca do laudo pericial. (fls. 4200/4269)Vieram os autos conclusos. DECIDO.Não há nos autos qualquer prova de que a parte Autora foi a mentora das condutas narradas pelo requerido José Carlos Correia, por mais que as fotografias trazidas demonstrem que houve destruição em sua propriedade, antes de analisar o pedido de tutela, deve-se primeiramente ouvir a autora.Dessa forma, manifeste-se a parte Autora no prazo de 15 dias sobre as alegações trazidas às fls. 4175/4199, vol.XXI.No mais, em igual prazo, diga quanto a proposta de acordo apresentada pela parte Quele Dantas de Lima às fls. 4200/4217-Vol. XXI.Proceda a Escrivania a correta autuação do volume XX. Após, retornem os autos conclusos.Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito
Márcia Pires Saraiva
Diretora de Cartório

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171326
Processo: 7039950-46.2016.8.22.0001
Classe: MONITÓRIA (40)
Data da Distribuição: 03/08/2016 17:03:38
Requerente: G & H COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME
Advogado do(a) AUTOR: SILVIO VINICIUS SANTOS MEDEIROS - RO0003015
Requerido: E.J.C.CAULA - ME
Advogado do(a) RÉU:
DECISÃO
G & H COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA – ME ajuizou a presente ação monitória em face de E J CAULA – ME (PRATIKA CONSTRUÇÕES, COMERCIO E SERVIÇOS), ambos qualificados nos autos, sustentando, em síntese, ser credor da parte Requerida na quantia de R$8.548,12, valor este representado por prova escrita sem força executiva.
Por fim, pugna pelo recebimento do crédito que lhe é devido e trouxe documentos (ID Num. 5277863 - Pág. 1 a Num. 5296588 - Pág. 1).
O requerido foi devidamente citado, conforme se comprova por meio do Aviso de Recebimento no ID Num. 8126414 - Pág. 1, deixando transcorrer em branco o prazo para pagamento ou oferecimento de embargos (ID Num. 9060161 - Pág. 1).
Vieram os autos conclusos para SENTENÇA.
Relatado o feito. Decido.
Julgo antecipadamente o feito, nos moldes do art. 355, I do Novo Código de Processo Civil, uma vez que desnecessária dilação probatória.
Estando implementados os pressupostos processuais e condições da ação, bem como não tendo sido aventada pelas partes outra questão prejudicial, passo diretamente ao exame do MÉRITO.
Pois bem, por necessário, reconheço a revelia da parte Requerida com todos os seus efeitos, uma vez que, não obstante sua regular citação, nos termos do art. 344 do Código de Processo Civil, esta não apresentou sua contestação, conforme certificado pela Escrivania (ID Num. 9060161 - Pág. 1).
Visa o credor a cobrança na quantia de R$8.548,12 (oito mil quinhentos e quarenta e oito reais e doze centavos), valor já atualizado, consubstanciada em cheque prescrito (ID Num. 5277863 - Pág. 1 e 2).
A ação monitória é o meio hábil para a cobrança de crédito, representado por títulos prescritos ou sem eficácia executiva, a teor do disposto no art. 700 do Novo Código de Processo Civil.
Consoante preleciona Nelson Nery Junior:
A ação monitória é o instrumento processual colocado à disposição do credor de quantia certa, de coisa fungível ou de coisa móvel determinada, com crédito comprovado por documento escrito sem eficácia de título executivo, para que possa requerer em Juízo a expedição de MANDADO de pagamento ou de entrega da coisa para a satisfação de seu direito.
A ação monitória é ação de conhecimento, condenatória, com procedimento especial de cognição sumária e de execução sem título. Sua FINALIDADE é alcançar a formação de título executivo judicial de modo mais rápido do que na ação condenatória convencional. O autor pede a expedição de MANDADO monitório, no qual o juiz exorta o réu a cumprir a obrigação, determinando o pagamento ou a entrega de coisa fungível ou de determinado bem móvel. Trata-se, portanto, de MANDADO monitório, cuja eficácia condicionada à não apresentação de embargos. Não havendo oposição de embargos, o MANDADO monitório se convola em executivo. (Código de processo civil comentado e legislação extravagante – 11ª edição – São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2010, p. 1291).
Tecidas tais considerações acerca da viabilidade do procedimento monitório na espécie, resta analisar a comprovação do vínculo obrigacional existente entre as partes, bem como, o inadimplemento pelo Requerido.
Quanto ao vínculo obrigacional, da análise dos autos resta que este se encontra devidamente demonstrado, estando amparado pelo cheque emitido em 08 de maio de 2015, devidamente assinado pelo representante da parte Requerida (ID Num. 5277863 – Pág. 1).
Por sua vez, a prova do inadimplemento da parte Requerida, decorre tanto do decurso do lapso temporal indicado para o vencimento do respectivo título, quanto do fato de que mesmo devidamente citada, não apresentou interesse em embargar a ação, não vindo a Juízo sequer discutir a relação, a validade do documento ou o quantum.
Desse modo, estando implementados os pressupostos, entendo que é exitosa a presente ação monitória.
Diante do exposto, com base no art. 701, §1º do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial e declaro constituído de pleno direito o título executivo judicial, pela importância de R$8.548,12 (oito mil quinhentos e quarenta e oito reais e doze centavos), devidamente corrigido desde a data do ajuizamento da ação, uma vez que nesta já foi levado em consideração o valor atualizado e juros de 1% ao mês, a partir da citação, devendo a parte Requerida proceder ao devido pagamento da referida importância.
Resta resolvida a fase de conhecimento, com resolução do MÉRITO, nos termos do art. 487, I do Novo Código de Processo Civil.

Condeno a Requerida ao pagamento dos honorários advocatícios do Requerente, estes arbitrados 10% sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 85, §2°, do CPC, além das custas processuais, considerando.
Na hipótese de interposição de recurso de apelação, proceda a Diretoria ao cumprimento do estabelecido no art. 1.010, §§1º, 2º e 3º do Novo Código de Processo Civil.
Certificado o trânsito em julgado, o cumprimento da SENTENÇA só ocorrerá após prévio requerimento do Autor, nos termos do art. 523 do Código de Processo Civil, no prazo de 15 dias.
Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA, proceda-se às baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de 06 (seis) meses do trânsito em julgado.
Pagas as custas ou inscritas em dívida ativa em caso não pagamento, o que deverá ser certificado, arquive-se.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.
O Prazo processual terá início com a publicação via Sistema/Portal, para a parte devidamente representada nos autos, ressalvadas as exceções legais.
Porto Velho - Rondônia, Segunda-feira, 17 de Abril de 2017
Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171326
Processo: 7000450-36.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Data da Distribuição: 11/01/2017 21:38:25
Requerente: ROSALINA PATRICIA DOS SANTOS LIMEIRA
Advogados do(a) AUTOR: ROBERTO GRECIA BESSA - RO7865, MARCELO BOMFIM DE ALMEIDA - RO8169, NILTON MENEZES SOUZA CORTES - RO8172
Requerido: BANCO BRADESCO SA
DESPACHO /CARTA/MANDADO
Trata-se a presente de Ação Indenizatória por Ofensa à Coisa Julgada com Pedido de Tutela Inibitória, proposta por ROSALINA PATRICIA DOS SANTOS LIMEIRA em face de BANCO BRADESCO S/A, alegando a Autora, em síntese, que tentou contratar serviço de cartão de crédito com terceiros, contudo, em razão de possuir baixo "credit scoring" motivado pelo Requerido, não obteve êxito.
Por fim, requer a Autora que o Requerido se omita de lhe prejudicar, inclusive internamente e com as instituições ligadas a ela, além de indenização por danos morais.
A tutela inibitória tem por objetivo obstar a prática, repetição ou manutenção de procedimento ilícito ou danoso, ou seja, objetiva assegurar de forma preventiva, violação à ordem jurídica, o ilícito e o dano decorrentes (art. 497, parágrafo único, CPC)
A Autora sustenta que ao tentar adquirir cartão de crédito de determinada empresa, seu pedido foi negado, momento em que tomou conhecimento que o motivo poderia ser alguma pendência com o Requerido.
Ocorre que a Autora não trouxe aos autos quaisquer elementos comprobatórios de suas alegações, se atendo apenas a demonstrar que possui ação anterior movida contra o Requerido, com SENTENÇA transitada em julgada proferida em seu favor, todavia, não comprovou que seu nome está cadastrado no banco de dados do Requerido com baixo "credit scoring".
A situação destacada pela Autora se trata de prática lícita regulada pela Lei 12.414/2011, que veio para disciplinar a formação e consulta a bancos de dados que contêm informações sobre adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito.
A referida Lei, em seu artigo 5º, dispõe que:
"Art. 5o São direitos do cadastrado:
I - obter o cancelamento do cadastro quando solicitado;
II - acessar gratuitamente as informações sobre ele existentes no banco de dados, inclusive o seu histórico, cabendo ao gestor manter sistemas seguros, por telefone ou por meio eletrônico, de consulta para informar as informações de adimplemento;
III - solicitar impugnação de qualquer informação sobre ele erroneamente anotada em banco de dados e ter, em até 7 (sete) dias, sua correção ou cancelamento e comunicação aos bancos de dados com os quais ele compartilhou a informação;
IV - conhecer os principais elementos e critérios considerados para a análise de risco, resguardado o segredo empresarial;
V - ser informado previamente sobre o armazenamento, a identidade do gestor do banco de dados, o objetivo do tratamento dos dados pessoais e os destinatários dos dados em caso de compartilhamento;
VI - solicitar ao consulente a revisão de DECISÃO realizada exclusivamente por meios automatizados; e
VII - ter os seus dados pessoais utilizados somente de acordo com a FINALIDADE para a qual eles foram coletados.
Conforme depreende-se do citado artigo, a Autora tem o direito de obter informações existentes a respeito de sua pessoa em banco de dados, inclusive do Requerido.
No DESPACHO de ID 8020789, foi determinado que a Requerente comprovasse se estaria inscrita no cadastro de inadimplentes, todavia, manifestou-se no sentido de que seu nome aparentemente está com baixo "credit scoring", não tendo como confirmar tal situação por se tratar de algo interno do Requerido (ID 8034542).
Entretanto, o artigo 5º, I, da Lei 12.414/11, conforme dito anteriormente, habilita a Autora a obter informações sobre ela existentes no banco de dados do Requerido, contudo, quedou-se inerte e não apresentou nenhum elemento hábil a comprovar suas alegações, mesmo após determinação nesse sentido.
Além disso, a Autora tem o direito de cancelar o cadastro, impugnar informação errônea, conhecer os critérios para análise de risco, dentre outros, ou seja, poderia ter resolvido o problema por meio da via extrajudicial, não existindo nos autos qualquer documento que demonstre que considerou tal possibilidade.
Portanto, inexistindo notícia de prática, ou sequer ameaça, de conduta ilícita ou danosa por parte do Requerido, não se configura hipótese apta a autorizar concessão de Tutela Inibitória.
Diante do exposto, indefiro o pedido de tutela inibitória.
Apesar de a Autora manifestar-se no sentido de não ter interesse na realização de audiência de conciliação, esclareço que o desinteresse de apenas uma das partes não obsta a sua designação, motivo pelo qual, nos termos do art. 334, DESIGNO audiência de conciliação para o dia 19 de junho de 2017 às 09h00min na Sala 09 do CEJUSC/Cìvel, localizado na BR 319 (Avenida Jorge Teixeira), esquina com Rua Quintino Bocaiuva, nº 3061, bairro Embratel, Porto Velho/RO., devendo as partes comparecerem acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º), salvo se antecipadamente o Requerido também se manifestar no mesmo sentido.
Cite-se com as advertências constantes nos artigos 344, 336 e 319 do CPC, salientando que prazo para contestar fluirá da data da realização da audiência supradesignada, ou, caso o Requerido manifeste o desinteresse na realização da mesma, da data da apresentação do pedido (art. 335, I e II). Tal pedido deverá ser apresentado com antecedência mínima de 10 da data da audiência (art. 334, §5º)
Fica a Autora intimada, por seu advogado, a comparecer para a audiência designada (art. 334, §3º).
Ficam as partes advertidas, desde já, que o não comparecimento na audiência será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% do valor da causa (art. 334, §8º).
Não havendo conciliação, vindo ou não a contestação certifique-se quanto à tempestividade.
Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abre-se vistas à Autora para réplica.
Cumpridas as determinações acima, retornem os autos conclusos.
Defiro à Autora as benesses da Justiça Gratuita.

O Prazo processual terá início com a publicação via Sistema/Portal, para a parte devidamente representada nos autos, ressalvadas as exceções legais.
VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO atendendo aos requisitos dos arts. 248, 249 e 250.
Requerido: Nome: BANCO BRADESCO S.A.
Endereço: Avenida Carlos Gomes, 741, Caiari, Porto Velho - RO - CEP: 76801-147
Porto Velho, Terça-feira, 18 de Abril de 2017
Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171326
Processo: 7015515-71.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Data da Distribuição: 18/04/2017 11:11:01
Requerente: IDALECE RIBEIRO BRITO VIERO e outros
Advogados do(a) AUTOR: DENISE GONCALVES DA CRUZ ROCHA - RO1996, VALNEI GOMES DA CRUZ ROCHA - RO0002479, JONATAS ROCHA SOUSA - RO7819
Requerido: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
DESPACHO /CARTA/MANDADO
1. Apesar de os Autores se manifestarem no sentido de não terem interesse na realização de audiência de conciliação, esclareço que o desinteresse de apenas uma das partes não obsta a sua designação, motivo pelo qual, nos termos do art. 334, DESIGNO audiência de conciliação para o dia 19 de junho de 2017 às 11h30min na Sala 09 do CEJUSC/Cìvel, localizado na BR 319 (Avenida Jorge Teixeira), esquina com Rua Quintino Bocaiuva, nº 3061, bairro Embratel, Porto Velho/RO., devendo as partes comparecerem acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º), salvo se antecipadamente a Requerida também se manifestar no mesmo sentido.
2. Cite-se com as advertências constantes nos artigos 344, 336 e 319 do CPC, salientando que o prazo para contestar fluirá da data da realização da audiência supradesignada, ou, caso a Requerida manifeste o desinteresse na realização da mesma, da data da apresentação do pedido (art. 335, I e II). Tal pedido deverá ser apresentado com antecedência mínima de 10 da data da audiência (art. 334, §5º)
3. Ficam os Autores intimados, por seus advogados, a comparecer para a audiência designada (art. 334, §3º).
4. Ficam as partes advertidas, desde já, que o não comparecimento na audiência será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% do valor da causa (art. 334, §8º).
5. Não havendo conciliação, vindo ou não a contestação certifique-se quanto à tempestividade.
6. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abre-se vistas ao Autores para réplica.
7. Cumpridas as determinações acima, retornem os autos conclusos.
8. Defiro aos Autores as benesses da Justiça Gratuita.
O Prazo processual terá início com a publicação via Sistema/Portal, para a parte devidamente representada nos autos, ressalvadas as exceções legais.
VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO atendendo aos requisitos dos arts. 248, 249 e 250.
Requerido: Nome: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
Endereço: Estrada Santo Antônio, S/n, Canteiro de Obras UHE Santo Antônio- Margem Esquer, Triângulo, Porto Velho - RO - CEP: 76805-812
Porto Velho, Terça-feira, 18 de Abril de 2017
Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171326
Processo: 7015572-89.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Data da Distribuição: 18/04/2017 14:03:05
Requerente: ELI DE OLIVEIRA FACUNDES
Advogado do(a) AUTOR: VICTOR ALIPIO AZEVEDO BORGES - RO0006985
Requerido: CLARO S.A.
DESPACHO /CARTA/MANDADO
1. Apesar de o Autor manifestar-se no sentido de não ter interesse na realização de audiência de conciliação, esclareço que o desinteresse de apenas uma das partes não obsta a sua designação, motivo pelo qual, nos termos do art. 334, DESIGNO audiência de conciliação para o dia 19 de junho de 2017 às 11h30min na Sala 10 do CEJUSC/Cìvel, localizado na BR 319 (Avenida Jorge Teixeira), esquina com Rua Quintino Bocaiuva, nº 3061, bairro Embratel, Porto Velho/RO., devendo as partes comparecerem acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º), salvo se antecipadamente a Requerida também se manifestar no mesmo sentido.
2. Cite-se com as advertências constantes nos artigos 344, 336 e 319 do CPC, salientando que o prazo para contestar fluirá da data da realização da audiência supradesignada, ou, caso a Requerida manifeste o desinteresse na realização da mesma, da data da apresentação do pedido (art. 335, I e II). Tal pedido deverá ser apresentado com antecedência mínima de 10 da data da audiência (art. 334, §5º)
3. Fica o Autor intimado, por seu advogado, a comparecer para a audiência designada (art. 334, §3º).
4. Ficam as partes advertidas, desde já, que o não comparecimento na audiência será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% do valor da causa (art. 334, §8º).
5. Não havendo conciliação, vindo ou não a contestação certifique-se quanto à tempestividade.
6. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abre-se vistas ao Autor para réplica.
7. Cumpridas as determinações acima, retornem os autos conclusos.
8. Defiro ao Autor as benesses da Justiça Gratuita.
O Prazo processual terá início com a publicação via Sistema/Portal, para a parte devidamente representada nos autos, ressalvadas as exceções legais.
VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO atendendo aos requisitos dos arts. 248, 249 e 250.
Requerido: Nome: CLARO S.A.
Endereço: Claro S.A., 1.970, Cidade Monções, São Paulo - SP - CEP: 04565-907
Porto Velho, Quarta-feira, 19 de Abril de 2017
Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Porto Velho - 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, PORTO VELHO - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69) 32171326
Processo: 7015653-38.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Data da Distribuição: 18/04/2017 16:52:16
Requerente: BRUNA ALBUQUERQUE
Advogados do(a) AUTOR: DENISE GONCALVES DA CRUZ ROCHA - RO1996, VALNEI GOMES DA CRUZ ROCHA - RO0002479, JONATAS ROCHA SOUSA - RO7819

Requerido: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
DESPACHO /CARTA/MANDADO
1. Apesar de a Autora se manifestar no sentido de não ter interesse na realização da audiência de conciliação, esclareço que o desinteresse de apenas uma das partes não obsta a sua designação, motivo pelo qual, nos termos do art. 334, DESIGNO audiência de conciliação para o dia 19 de junho de 2017 às 16h00min na Sala 10 do CEJUSC/Cìvel, localizado na BR 319 (Avenida Jorge Teixeira), esquina com Rua Quintino Bocaiuva, nº 3061, bairro Embratel, Porto Velho/RO., devendo as partes comparecerem acompanhadas por seus patronos (art. 334, §9º), salvo se antecipadamente a Requerida também se manifestar no mesmo sentido.
2. Cite-se com as advertências constantes nos artigos 344, 336 e 319 do CPC, salientando que o prazo para contestar fluirá da data da realização da audiência supradesignada, ou, caso a Requerida manifeste o desinteresse na realização da mesma, da data da apresentação do pedido (art. 335, I e II). Tal pedido deverá ser apresentado com antecedência mínima de 10 da data da audiência (art. 334, §5º)
3. Fica a Autora intimado, por seu advogado, a comparecer para a audiência designada (art. 334, §3º).
4. Ficam as partes advertidas, desde já, que o não comparecimento na audiência será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% do valor da causa (art. 334, §8º).
5. Não havendo conciliação, vindo ou não a contestação certifique-se quanto à tempestividade.
6. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abre-se vistas à Autora para réplica.
7. Cumpridas as determinações acima, retornem os autos conclusos.
8. Defiro à Autora as benesses da Justiça Gratuita.
O Prazo processual terá início com a publicação via Sistema/Portal, para a parte devidamente representada nos autos, ressalvadas as exceções legais.
VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO atendendo aos requisitos dos arts. 248, 249 e 250.
Requerido: Nome: SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
Endereço: Estrada Santo Antônio, S/n, Canteiro de Obras UHE Santo Antônio- Margem Esquer, Triângulo, Porto Velho - RO - CEP: 76805-812
Porto Velho, Quarta-feira, 19 de Abril de 2017
Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza
Juíza de Direito

Processo: 7015664-67.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Data da Distribuição: 18/04/2017 17:19:44
Requerente: RESIDENCIAL CIDADE DE TODOS 9
Advogado do(a) AUTOR: LAYANNA MABIA MAURICIO - RO0003856
Requerido: LUIS CARLOS RIBEIRO SOARES
DESPACHO
Determino que no prazo de 15 dias, proceda o autor o recolhimento das custas iniciais, sob pena de indeferimento da inicial, conforme disposto na Lei Estadual n. 3896/2016.
O Prazo processual terá início com a publicação via Sistema/Portal, para a parte devidamente representada nos autos, ressalvadas as exceções legais.
Porto Velho, Quarta-feira, 19 de Abril de 2017
Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza
Juíza de Direito

Processo: 7053363-29.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Data da Distribuição: 13/10/2016 17:39:02
Requerente: FABIANO DE ARAUJO PINTO e outros
Advogado do(a) AUTOR: VICTOR DE OLIVEIRA SOUZA - RO7265
Requerido: JOSE RAIMUNDO DE JESUS
Advogado do(a) RÉU:
DECISÃO
Cumpra-se a DECISÃO de ID Num. 8919277 - Pág. 1.
O Prazo processual terá início com a publicação via Sistema/Portal, para a parte devidamente representada nos autos, ressalvadas as exceções legais.
Porto Velho - Rondônia, Terça-feira, 18 de Abril de 2017
Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza
Juíza de Direito

Processo: 7015485-36.2017.8.22.0001
Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
Data da Distribuição: 18/04/2017 10:26:24
Requerente: CONDOMINIO RESIDENCIAL VEREDAS DO MADEIRA
Advogado do(a) EXEQUENTE: TIAGO BARBOSA DE ARAUJO - RO7693
Requerido: ELAIANE NUNES DO NASCIMENTO SALES e outros
DESPACHO
Determino que no prazo de 15 dias, proceda o autor o recolhimento das custas iniciais, sob pena de indeferimento da inicial, conforme disposto na Lei Estadual n. 3896/2016.
O Prazo processual terá início com a publicação via Sistema/Portal, para a parte devidamente representada nos autos, ressalvadas as exceções legais.
Porto Velho, Terça-feira, 18 de Abril de 2017
Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza
Juíza de Direito

Processo: 7002962-60.2015.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Data da Distribuição: 01/08/2015 09:58:25
Requerente: KARLA KARINE FABRICIO LOPES
Advogado do(a) AUTOR: EZIO PIRES DOS SANTOS - RO0005870
Requerido: BANCO CSF S/A
Advogado do(a) RÉU: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - PE0023255
Vistos.
HOMOLOGO o acordo celebrado entre as partes (ID.5235739), para que produza seus jurídicos e legais efeitos, e, em consequência, JULGO EXTINTO, com apreciação do MÉRITO, o processo movido por Karla Karine Fabricio Lopes contra Banco CSF S.A ambos qualificados nos autos, com fundamento na alinea “b” do inciso III do art. 487 do Código de Processo Civil.
Custas pela requerida.
Arquive-se oportunamente.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Porto Velho, Quarta-feira, 19 de Abril de 2017
Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza
Juíza de Direito

Processo: 7010563-49.2017.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Data da Distribuição: 17/03/2017 15:42:05
Requerente: ADRIANO VALDEMAR VICENTINI
Advogados do(a) AUTOR: MARCELLINO VICTOR RAQUEBAQUE LEAO DE OLIVEIRA - RO8492, LEONARDO FERREIRA DE MELO - RO0005959
Requerido: BANCO PAN S.A.
DESPACHO
Nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil, determino que a parte Autora proceda, no prazo de 15 dias, emenda a inicial, sob pena de indeferimento, com o fim de:

1. Esclarecer o motivo pelo qual consta como credor do valor objeto da presente ação, nos extratos expedidos pela SERASA e SPC, a CEF, que presume-se tratar da Caixa Econômica Federal, instituição financeira diversa da Requerida.
2. Trazer aos autos o contrato celebrado com a Requerida, de n. 80362363.
O Prazo processual terá início com a publicação via Sistema/Portal, para a parte devidamente representada nos autos, ressalvadas as exceções legais.
Porto Velho, Quarta-feira, 19 de Abril de 2017
Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza
Juíza de Direito

Processo nº: 7014369-29.2016.8.22.0001
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
Protocolado em: 17/03/2016 15:01:34
AUTOR: ANTONIO ALEXANDRE SOUZA DE OLIVEIRA
RÉU: BANCO BONSUCESSO S.A.
DESPACHO
Vistos.
Em sede de cumprimento de SENTENÇA, o Executado efetuou o pagamento do valor respectivo da condenação (id. 8867295), bem como, cumpriu com a obrigação de fazer.
A parte exequente requereu a expedição do alvará.
Isto posto, julgo extinto o feito, com fulcro no art. 924, II, do NCPC, e determino a expedição de alvará em favor do Exequente, dos valores indicados no (Id.8867295), devendo o(a) mesmo(a) agendar previamente a retirada do expediente junto ao cartório.
Custas processuais pelo(a) Executado(a).
P. R. I
Porto Velho, 17 de abril de 2017
ROSEMEIRE C SANTOS P DE SOUZA
Juiz(a) de Direito

Processo: 7015405-72.2017.8.22.0001
Classe: CAUTELAR INOMINADA (183)
Data da Distribuição: 17/04/2017 20:01:35
Requerente: ELINEI FRAZAO DE ALMEIDA
Advogado do(a) REQUERENTE: LUIZ ZILDEMAR SOARES - RO701
Requerido: CLEONILDA FERREIRA SOARES
DESPACHO
O autor pretende o deferimento dos benefícios da gratuidade da justiça sob o argumento de não possuir condições financeiras para arcar com as custas processuais.
Na inicial, o Requerente afirma ser microempreendedor, contudo, não apresenta documentos que comprovem a hipossuficiência.
A simples afirmação da parte de que não possui condições de arcar com o pagamento das custas processuais não é suficiente para a concessão da assistência judiciária gratuita, existindo a necessidade da comprovação do estado de hipossuficiência para sua concessão, conforme previsão contida no art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal.
Ademais, o Novo Código de Processo Civil em seu art. 99, § 2º, determina que não se convencendo o juiz de que a parte faz jus aos benefícios da gratuidade da justiça, deverá determinar que esta comprove o preenchimento dos referidos pressupostos antes de indeferir o pedido.
Isso posto, emende-se a inicial para que o autor demonstre a referida incapacidade financeira, mediante a apresentação de documentos que atestem sua alegação, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento do benefício.
Caso queira, no mesmo prazo, poderá comprovar o recolhimento das custas.
O Prazo processual terá início com a publicação via Sistema/Portal, para a parte devidamente representada nos autos, ressalvadas as exceções legais.
Porto Velho, Terça-feira, 18 de Abril de 2017
Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza
Juíza de Direito

Processo: 7014683-38.2017.8.22.0001
Classe: CAUTELAR INOMINADA (183)
Data da Distribuição: 12/04/2017 10:30:47
Requerente: LF COMERCIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA
Advogados do(a) REQUERENTE: EDMUNDO SANTIAGO CHAGAS JUNIOR - RO905, FRANCINE DE OLIVEIRA GOMES - RS104970, ARLEI DIAS DOS SANTOS - RS27436, GRAZIELA FORTES - RO2208
Requerido: PEUGEOT-CITROEN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA
Advogado do(a) REQUERIDO:
DECISÃO
LF Comércio de Veículos Automotores Ltda ajuizou a presente tutela provisória de urgência de natureza cautelar antecedente em desfavor de Peugeot Cintroen do Brasil Automóveis Ltda. "Cintroen", ambos devidamente qualificados nos autos.
Em síntese, sustenta ser uma empresa concessionária dos produtos e fabricados e fornecidos pela Peugeot Citroen do Brasil Automóveis Ltda, desde 2012.
Assevera, que foi surpreendida por notificação, na qual a requerida sustentava que, por não ter a autora cumprido com seus objetivos comerciais, informava a rescisão do contrato de concessão.
Alega que tentou por diversas vezes solucionar o problema, mas não obteve êxito. Dessa forma, pugna pela concessão liminar de tutela provisória de urgência, em caráter antecedente, para determinar a manutenção do contrato de concessão comercial.
Passo a analisar o pedido, no que toca à tutela de urgência cautelar.
A tutela provisória de urgência cautelar, conforme pleiteado pela parte Autora trata-se de provimento acautelatório para a preservação do direito material almejado, possuindo caráter instrumento instrumental, não recaindo sobre o MÉRITO da demanda, mas sobre os instrumentos que asseguram a efetividade do MÉRITO e do processo.
A tutela de urgência cautelar poderá ser conferida em caráter incidente ou antecedente. No caso dos autos, a parte Autora pugna seja ela deferida na modalidade antecedente, podendo, conforme aduzido no texto legal supracitado, lançar mão da petição simplificada, todavia, deverá aditá-la no prazo de 30 dias, de modo a indicar o seu pedido principal (art. 308, CPC).
A probabilidade do direito sobre o qual se baseia o pedido de urgência decorre da existência de contrato firmado entre as partes (id.9608022), bem como, que no decorrer dos anos de concessão, a autora comercializou uma quantidade significativa de produtos da requerida que ainda se encontram em garantia para os consumidores, além de que, demonstra ter buscado sempre um diálogo aberto objetivando uma resolução dos problemas que surgiram no decorrer do contrato.
De outro lado, o perigo de dano decorre da responsabilidade que a parte autora possuí com os consumidores, principalmente, mantendo a continuidade da prestação dos serviços de garantia dos produtos comercializados.
Ou seja, não se trata apenas relações privadas, e sim, de ordem pública, diante das diversas relações consumeristas que a autora possuí, tendo o dever prestar aos seus clientes a devida assistência.
Ante ao exposto, DEFIRO o pedido liminar de tutela provisória de urgência cautelar formulado pela parte Autora e determino a suspensão dos efeitos da rescisão do contrato de concessão. (id. 9608058), devendo a relação entre as partes ser mantida até ulterior DECISÃO.
No mais, priorizando o sistema consensual de solução dos conflitos, na forma do art. 334 do CPC, designo audiência de tentativa de conciliação para 14/06/2017 (quarta-feira) às 8h30min na sede deste juízo, localizada nas dependências do Fórum Cível, na Av. Lauro Sodré, n.º 1728, São João Bosco, CEP 76.803-686.
Fica a parte autora intimada a comparecer a audiência, através de seu patrono.

Ainda, cite-se/intime-se a parte Requerida quanto ao teor da presente DECISÃO, citando-a para, no prazo de 5 (cinco) dias, contestar o pedido de urgência e indicar as provas que pretende produzir.
Não sendo contestado o pedido de urgência, os fatos alegados pelo autor presumir-se-ão aceitos pelo réu como ocorridos, caso em que o juiz decidirá, ratificando ou revogando a presente DECISÃO.
Nos termos do artigo 308 do NCPC, efetivada a tutela cautelar, intime-se o Autor para que apresente a petição completa com o pedido principal no prazo de 30 (trinta) dias úteis (art. 308 do CPC), caso em que será apresentado nos mesmos autos em que deduzido o pedido de tutela cautelar, não dependendo do adiantamento de novas custas processuais.
VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA.
Requerido: Nome: PEUGEOT-CITROEN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA
Endereço: Avenida das Nações Unidas, 19.707, Vila Almeida, São Paulo - SP - CEP: 04795-100
Porto Velho - Rondônia, Quarta-feira, 19 de Abril de 2017
Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza
Juíza de Direito

## 7ª VARA CÍVEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Porto Velho - 7ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - Fone:(69 )3217-1343
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 30 (trinta) dias
Autos nº: 7005873-11.2016.822.0001
Classe: Procedimento Ordinário (Cível)
Parte Ativa: Irismar Rodrigues Alves
Advogado: Daniele Rodrigues Schwamback OAB 7473
Parte Passiva: Leticia Regina Cesconetto Teleatendimento - ME
Valor da Ação: R$ 11.810,40
O Doutor José Augusto Alves Martins- Juiz da 7ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho, FAZ SABER a todos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, ou a quem possa interessar que por este Juízo, se processa a ação de classe Procedimento Ordinário (Cível), em que é requerente, Irismar Rodrigues Alves, CPF 003.103.102-10, e como requerido Leticia Regina Cesconetto Teleatendimento, CNPJ/MF nº 17.411.666/0001-35, atualmente em lugar(es) incerto(s) e não sabido(s).
CITAÇÃO DE: LETICIA REGINA CESCONETTO TELEATENDIMENTO-ME, CNPJ/MF 17.411.666/0001-35
FINALIDADE: Fica(m) O(S) REQUERIDO(S) CITADO(S) por todo conteúdo da inicial para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, querendo, contestar(em) a ação, contados a partir do término do prazo de 30 (trinta) dias da data da publicação deste edital, ficando certo que, não sendo contestada, presumir-se-ão como verdadeiros os fatos alegados pela parte requerente (arts. 285 e 319 do CPC), bem como INTIMADO para que cesse a cobrança de valores na fatura do cartão de crédito do requerente e se abstenha de incluir o nome do demandante no cadastro de proteção ao crédito, sob pena de multa de R$880,00 (oitocentos e oitenta reais), até o limite de R$8.800,00 (oito mil e oitocentos reais), em caso de descumprimento de ambas ou de apenas uma delas
SEDE DO JUÍZO: FÓRUM CÍVEL DESEMBARGADOR CÉSAR MONTENEGRO - Avenida Lauro Sodré, nº 1728 - Bairro São João Bosco - Cidade Porto Velho/RO - CEP 76.803-686 - Fone (069) 3217-1269 - Email pvh7civel@tjro.jus.br
Porto Velho, 07 de dezembro de 2016.
Elza Elena Gomes Silva
Diretora de Cartório

## 8ª VARA CÍVEL

8ª Vara Cível
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-AS PESSOALMENTE À DIRETORA DO CARTÓRIO DESTA VARA E/OU MAGISTRADA COMO AINDA CONTATE-NOS VIA INTERNET ATRAVÉS DO E-MAIL: pvh8civel@tjro.jus.br e pvh8civelgab@tjro.jus.br
JUÍZA DE DIREITO TITULAR: ÚRSULA GONÇALVES THEODORO DE FARIA SOUZA.
DIRETORA DE CARTÓRIO: KELI CRISTINA DIAS MONTEIRO FLORES.

Proc.: 0011535-12.2015.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Lubrifil Lubrificante Ltda
Advogado:Valeska Bader de Souza (OAB/RO 2905)
Executado:Sinal Mar Sinalizações Maritimas Lacustres e Terrestres Ltda, Sinal Mar Sinalizações Marítimas Lacustres e Terrestres Ltda
Advogado:Roberta Schneider Westphal (OAB/SC 16363)
DESPACHO:
Realizada a consulta ao RENAJUD, fora realizada a restrição do veículo de propriedade da parte executada, passando a ficar restrito quanto à circulação.Intime-se o exequente para manifestação em 15 (quinze) dias, quanto à localização do veículo para realização da penhora.Segue, em anexo, o detalhamento da consulta.Porto Velho-RO, segunda-feira, 17 de abril de 2017.Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza Juíza de Direito

Proc.: 0013156-78.2014.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Associação de Crédito Cidadão de Rondônia
Advogado:Karina da Silva Sandres (OAB/RO 4594)
Executado:Ismael Ferreira Rosa Filho, Laudimar da Silva Lima, Léia Ferreira Rosa Filho
DESPACHO:
Realizada a consulta do endereço do executado por meio do sistema informatizado BACENJUD, esta restou frutífera.Intime-se o exequente a se manifestar acerca dos documentos solicitados, no prazo de 15 (quinze) dias.Segue, em anexo, o detalhamento da consulta.Porto Velho-RO, segunda-feira, 17 de abril de 2017. Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza Juíza de Direito

Proc.: 0017293-40.2013.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Requerente:Banco da Amazônia S/A
Advogado:Aline Fernandes Barros (OAB/RO 2708), Michel Fernandes Barros (OAB/RO 1790)
Executado:Bernardo & Hutim Comercio de Telefonia e Comunicação Ltda Me, Liderson Hutim de Passos Junior, Taylor Bernardo Hutim, Mariana Augusta Barauna Antonio
Advogado:Paulo Francisco de Matos (OAB/RO 1688), Paulo Timoteo Batista (OAB/RO 2437), Douglas Ricardo Aranha da Silva (OAB/RO 1779)
DESPACHO:
Realizada a consulta no sistema INFOJUD, esta restou frutífera, estando intimada a parte exequente a comparecer a este cartório para se manifestar acerca dos documentos fiscais solicitados, no prazo de 15 (quinze) dias.As informações anexas a este DESPACHO devem ser arquivadas em pasta própria, para manuseio exclusivo dos advogados das partes, sendo vedada a retirada do cartório e a extração de cópias.O comparecimento de qualquer das partes para verificar os documentos fiscais deve ser certificado nos autos pela escrivania.Findo o prazo, os documentos fiscais devem ser inutilizados.Segue, em anexo, o detalhamento da consulta.Intime-se.Porto Velho-RO, segunda-feira, 17 de abril de 2017.Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza Juíza de Direito

Proc.: 0000102-11.2015.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Associação de Crédito Cidadão de Rondônia
Advogado:Karina da Silva Sandres (OAB/RO 4594)
Executado:Sônia Maria Soares Saraiva, Suellen Maria Soares Pires
DESPACHO:
Realizado o bloqueio on line via BACENJUD, este restou infrutífero, por ter sido ínfimo o valor. Por isso, determino o desbloqueio dos valores.Realizada a consulta pelo sistema RENAJUD, conforme anexos, não constam registros de veículos em nome dos executados.Manifeste-se a parte exequente, no prazo de 10 (dez) dias, quanto à resposta negativa, sob pena de arquivamento. Segue, em anexo, o detalhamento das consultas.Intimem-se.Porto Velho-RO, segunda-feira, 17 de abril de 2017.Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza Juíza de Direito

Proc.: 0003072-52.2013.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:RAIMUNDO NONATO BARBOSA FILHO, Maria das Graças Reis Barbosa
Advogado:Edvaldo Caires Lima (OAB/RO 306), Edvaldo Caires Lima (OAB/RO 306)
Requerido:Maria Mercedes de França, Jose Pinto dos Santos
DESPACHO:
Em razão da participação da magistrada em curso que será realizado no período de 08 a 12/05/2017, redesigno a audiência de Conciliação para o dia 21/06/2017, às 10 horas.Expeça-se o necessário para a solenidade.Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza Juíza de Direito

Proc.: 0011413-67.2013.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Unimed Rondônia - Cooperativa de Trabalho Médico
Advogado:Arquilau de Paula (OAB/RO 1B), Franciany D'Alessandra Dias de Paula (OAB/RO 349B), Breno de Paula (OAB/RO 399B), Suelen Sales da Cruz (OAB/RO 4289)
Requerido:Panificadora e Loja de Conveniência São Miguel Ltda
DESPACHO:
Realizado o bloqueio on-line de valores por meio do BACENJUD, a consulta bloqueou parte dos valores devidos. Sendo assim, determinei sua transferência para conta judicial na Caixa Econômica Federal, agência 2848.Intime-se a parte executada para se manifestar quanto à penhora, nos termos do artigo 854, § 3º do CPC/2015, no prazo de 5 (cinco) dias. Expeça-se carta de intimação caso não possua patrono constituído nos autos, do contrário, considerar-se-á intimada da publicação deste no Diário da Justiça ou será intimada pelo PJE.Determino que o exequente se manifeste pela efetividade da execução, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento, para:a) indicar bens passíveis de penhora;b) apresentar cálculo atualizado da dívida. Se houver interesse em proceder às pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo, apresente a parte exequente, no prazo de 5 (cinco) dias, o comprovante de pagamento de taxa referente a cada diligência judicial requerida, nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigos 2º, VIII e 17, publicada no DOE nº 158, de 24/08/2016, sob pena de arquivamento.Converto o bloqueio em penhora. Segue anexo o detalhamento do BACENJUD.Decorrido o prazo sem impugnação ao cumprimento de SENTENÇA e à penhora, poderá o exequente pedir o levantamento da penhora, no prazo de 5 (cinco) dias, período em que deverá comparecer em Cartório para o respectivo agendamento.Porto Velho-RO, segunda-feira, 17 de abril de 2017.Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza Juíza de Direito

Proc.: 0011975-76.2013.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Paulo Lima Moraes, Paula Fernanda Passos Moraes, Francilene de Miranda Caetano, Josue de Miranda Passos, Maria Rosimar Ferreira de Oliveira Silva, Claricia Oliveira da Silva, Edenilson Ferreira de Oliveira, Pedro Prestes de Oliveira Neto, Maria Edilene Souza da Silva, Kauãn de Souza Mendonça, Maria Lucileides Dantas Gomes, Lueldson Gomes Freitas, Benedito Melo da Rocha, Clarice Gil Almeida, Luiz Carlos Ferreira Costa, Erverson Silva da Costa, Eldison da Silva Nunes, Jeysse Kellen Nogueira Nunes, Creuza da Silva Cruz, Adimar Farias Bentes, Guilherme dos Santos Bentes, Jhenifer Mayana dos Santos Bentes, Mauricio Santos Bentes, Murilo dos Santos Bentes
Advogado:Valnei Gomes da Rocha (RO 2479), Vinicius Jacome dos Santos Júnior (OAB/RO 3099), Daynne Francyelle de Godoi Pereira (OAB/RO 5759)
Requerido:Santo Antônio Energia S/a
Advogado:Clayton Conrat Kussler (RO 3861), Antonio Celso Fonseca Pugliese (OAB/SP 155105), Ligia Fávero Gomes e Silva (OAB/SP 235033)
DESPACHO:
A data designada pelo perito não permitirá a intimação das partes com antecedência.Solicite a redesignação da solenidade ao perito. Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza Juíza de Direito

Proc.: 0022433-55.2013.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Deposito Novo Tempo Ltda
Advogado:Paulo Roberto da Silva Maciel (OAB/RO 4132)
Executado:B N Indútria e Comércio de Madeiras Ltda.
DESPACHO:
Os executados já foram citados, contudo, não houve penhora. Manifeste-se o exequente quanto à penhora de bens, no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento.Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza Juíza de Direito

Proc.: 0008533-34.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Francisco Vicente Gomes, Venira Moreira Gomes, Jucilene Patricia Gomes, Jaqueline Socorro Gomes, Antonio Francisco Gomes
Advogado:Robson Araújo Leite (OAB/RO 5196)
Requerido:Santo Antonio Energia S. A.
Advogado:Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861), Everson Aparecido Barbosa (OAB/RO 2803), Luciana Sales Nascimento (OAB/RO 5082)
DESPACHO:
Intime-se o perito quanto aos quesitos de esclarecimento da parte requerida, para responder no prazo de 15 dias.Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza Juíza de Direito

Proc.: 0007318-23.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Francisca Afonso Dossimo, Edson de Souza Lima, Ericles Afonso de Lima, Lucas Afonso de Lima, Tiago Afonso de Lima
Advogado:Robson Araújo Leite (OAB/RO 5196), Mateus Baleeiro Alves (OAB/RO 4707)
Requerido:Santo Antonio Energia S. A.
Advogado:Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861), Everson Aparecido Barbosa (OAB/RO 2803), Luciana Sales Nascimento (OAB/PB 17625B)
DESPACHO:
Apresente as atas notarias, a requerida, no prazo de dez dias.Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza Juíza de Direito

Proc.: 0025669-49.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria do Socorro Oliveira Passos, Manoel Evano Amorim Duarte, Maurilio Lima da Silva, Raimundo Nonato Botelho Monteiro, Elissandra Lopes Tenorio Almirão, Josiane Sobralino Torres, Berenice Batista Soares, Júlio da Silva de Souza, Dirce Moreira de Oliveira, Zenalde Oliveira dos Santos, Maria de Lourdes da Silva
Advogado:Jorge Felype Costa de Aguiar dos Santos (OAB/RO 2844)
Requerido:Energia Sustentável do Brasil S.A., Santo Antônio Energia S.A, Consórcio Construtor Santo Antônio CCSA
Advogado:Edgard Hermelino Leite Junior (OAB/SP 92114), Giuseppe Giamundo Neto (OAB/RO 6092), Antônio Celso Fonseca Pugliese (OAB/SP 155105), Ligia Fávero Gomes e Silva (OAB/SP 235033), Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861), Ricardo Gonçalves Moreira (OAB/SP 215212)
DESPACHO:
Intime-se o perito a se manifestar quanto ao teor do DESPACHO de f. 3.089.Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza Juíza de Direito

Proc.: 0003832-30.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ana Cleide da Silva Ferreira, Marcos Kalebe Ferreira da Silva, Queila Ferreira da Silva, Mateus Ferreira da Silva, Quezia Ferreira da Silva, Ivaneide Ferreira da Silva, Francileide Ferreira da Silva, Dalgiza Pinto Pestana, Daniel Pinto Gomes, Diego Pestana do Nascimento, Douglas Pinto Nascimento, Angela Maria Caetano Parari, Cávila Caetano Pereira, Débora Caetano Pereira, Quereylen Caetano Pereira, Valdeci Rodrigues dos Santos, Abirlene dos Santos Carvalho, Taiane dos Santos Carvalho, Valdicleia dos Santos Carvalho, Luciana Passos Nobre, Clemerson Nobre Goes, Vinicius Nobre Vieira, Jeisiana Nobre Goes, Cleberson Nobre Goes
Advogado:Vinicius Jacome dos Santos Júnior (OAB/RO 3099)
Requerido:Santo Antonio Energia S. A.
Advogado:Antonio Celso Fonseca Pugliese (OAB/SP 155105), Ligia Fávero Gomes e Silva (OAB/SP 235033), Clayton Conrat Kussler (RO 3861)
DESPACHO:
Intime-se o perito a designar nova data, com antecedência, uma vez que a data indicada não possibilita a intimação no prazo legal. Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza Juíza de Direito

Proc.: 0003619-58.2014.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:José Batista da Silva
Advogado:Antônio de Castro Alves Júnior (OAB/RO 2811)
Requerido:Santo Antônio Energia S. A.
Advogado:Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861), Everson Aparecido Barbosa (OAB/RO 2803), Luciana Sales Nascimento (OAB/SP 156820)
DESPACHO:
Vistos.Comprove o requerido as diligências que realizara para a localização do requerente, no prazo de 5 dias.Intime-se o requerente para manifestação quanto à petição do requerido (f. 1.491 e ss), no prazo de 5 dias.Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017. Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza Juíza de Direito

Proc.: 0006997-85.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Jane Leila de Santana Saraiva, Altair José Teles, Klinger Saraiva Teles, Ingride Saraiva Teles, Bruno Vieira Teles, Jussara Antonia Ferreira Mendes Teles, Brayan Teles Cacique, Valdemar Teles da Costa, Maria Jose Teles, Ídila Miguel Bohrer, Geicielle Batista, Diogo Rafael Viana, Deimila Rafaela Saraiva Sales
Advogado:Paulo Roberto da Silva Maciel (OAB/RO 4132)
Requerido:Santo Antonio Energia S. A.
Advogado:Alexandre Aguiar de Brito (OAB/BA 15983)
DESPACHO:
Vistos.Intime-se o perito a se manifestar quanto às impugnações das partes e quesitos de esclarecimento, no prazo de 15 dias.Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza Juíza de Direito

Proc.: 0014894-43.2010.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Luciene Cristina Staut
Advogado:Carlos Frederico Meira Borré (OAB/RO 3010)
Requerido:Angela Aerciley de Souza Furtado, Ana Paula de Souza Furtado, Ismael Miranda de Oliveira
Advogado:Jacira Silvino (OAB/RO 830), Paulo Artur Motta de Morais (OAB/RO 5252)
SENTENÇA:
Vistos.Ante a satisfação da obrigação informada nos autos, determino:a) que o exequente compareça em cartório no prazo de 5 (cinco) dias para agendar o alvará de liberação dos valores quanto ao seu crédito no importe de R$ 4.991,92;b) que o executado compareça em cartório no prazo de 5 (cinco) dias para agendar o alvará de liberação dos valores quanto ao saldo remanescente, devendo ser recolhido, no ato do levantamento, as custas finais no importe de R$ 259,80;c) a extinção do feito, nos termos do art. 924, II, do CPC/2015;Após as anotações de estilo, arquivem-se os autos.P. R. I. C.Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017. Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza Juíza de Direito

Proc.: 0007833-58.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Bruno Matheus Preto Alves
Advogado:Cristiana Alves Gomes Feitosa (OAB/RO 7514), Ana Lidia da Silva (OAB/RO 4153)
Denunciado:Rubens Bucar, Nobre Seguradora do Brasil S.A.
Advogado:Cândido Ocampo Fernandes (OAB/RO 780), Igor Amaral Gibaldi (OAB/RO 6521), Maria Emilia Gonçalves de Rueda (OAB/PE 23748)
DESPACHO:
Ante a DECISÃO do agravo de instrumento, proceda-se à produção da prova pericial pedida às f. 155.Como a prova fora pedida pela Defensoria Pública, em razão da gratuidade processual determino a realização da perícia por um dos médicos daquela unidade, com especialidade em ultrassonografia.. O laudo deverá ser entregue no prazo máximo de 1 (um) mês, devendo informar ao Juízo a data de início dos trabalhos com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, a fim de viabilizar a intimação das partes.As partes deverão apresentar quesitos no prazo de 15 dias contados da intimação desta DECISÃO (artigo 465, § 1º, CPC/15).As partes poderão apresentar quesitos suplementares durante a diligência, que poderão ser respondidos pelo perito previamente ou na audiência de instrução e julgamento (art. 469, CPC/2015). O perito deverá assegurar aos assistentes das partes o acesso e o acompanhamento das diligências e dos exames que realizar, com prévia comunicação, comprovada nos autos, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias (art. 466, § 2º).Deve o requerente apresentar todos os documentos e exames realizados, inclusive RX e exame de ultrassom, no prazo de 10 diasMantenho a fase instrutória na fase em que se encontra. Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza Juíza de Direito

Proc.: 0001160-88.2011.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Maicon Mendonça Miranda de Queiroz
Advogado:Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434), Laura Caroline de Araújo (OAB/RO 3641), Macsued Carvalho Neves (OAB/RO 4770)
Requerido:K. M. G. Comércio Ltda, Gerdau Comercial de Aços S.A.

Advogado:Izidoro Celso Nobre da Costa (OAB/RO 3361), Vânia Wongtschowski (OAB/SP 183503)
DESPACHO:
À contadoria para cálculo do débito e das custas judiciais, abatendo-se o valor depositado.Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza Juíza de Direito

Proc.: 0021730-95.2011.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Centro de Ensino São Lucas LTDA
Advogado:Diógenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831)
Requerido:Juciele Carlos Rodrigues
DESPACHO:
Vistos, Esgotadas as diligências junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo, não foram encontrados bens para penhora, mesmo já tendo sido citada/intimada a executada.Consoante a jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, não há razão para a repetição das diligências já realizadas, que somente se justifica mediante: motivação expressa da exequente, que não apenas o transcurso do tempo, sob pena de onerar o Juízo com providências que cabem ao autor da demanda (STJ. AgRg no AREsp 366440 Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, J. 25/03/2014). Assim, no prazo de 30 dias, manifeste-se a parte exequente em termos de prosseguimento, indicando outros bens à penhora, ou, alternativamente, postulando a suspensão do processo.Em caso de inércia por prazo superior a 30 dias, sem manifestação do exequente quanto à indicação de bens penhoráveis, nos termos do artigo 921, § 2º, CPC/15, determino o arquivamento dos autos.No caso de arquivamento, este processo não poderá ser incinerado, o que deve ser devidamente anotado no processo, por se encontrar em pendência de prescrição intercorrente (art. 921, § 4º, CPC/15).Se o exequente localizar bens, pedirá o desarquivamento e procederá à digitalização de todo o processo, procedendo à distribuição no PJE.Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza Juíza de Direito

Proc.: 0016580-65.2013.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Andressa Botelho Sarmento, Maria do Carmo Adelino Almeida, Dominga Quelia Jeronimo de Souza, Luzia Pinheiro de França, Isolina do Nascimento Gil, Raimundo Abdias Valente da Silva, Denival Castro Monteiro, Silvia Gomes Rodrigues, Ivanilce Galdino de Menezes, Francineia Rufino de Nascimento
Advogado:Vinicius Jacome dos Santos Júnior (OAB/RO 3099), Daynne Francyelle de Godoi Pereira (OAB/RO 5759)
Requerido:Santo Antônio Energia S/a
Advogado:Antônio Celso Fonseca Pugliese (OAB/SP 155105), Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861), Ligia Fávero Gomes e Silva (OAB/SP 235033)
DESPACHO:
Vistos.Intime-se o perito a designar nova data para realização da perícia, uma vez que não há tempo hábil para intimação das partes. Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza Juíza de Direito

Proc.: 0020960-97.2014.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S. A.
Advogado:Marcelo Longo de Oliveira (OAB/RO 1096)
Executado:Paulo Silva Alvarenga
Advogado:Paula Márcia de Jesus Menezes (OAB/RO 6371)
DESPACHO:
Apresente a parte exequente, no prazo de 5 (cinco) dias, o comprovante de pagamento referente às diligências judiciais pedidas, nos termos da Lei nº 3896, de 24/08/2016, artigos 2º, VIII e 17, publicada no DOE nº 158, de 24/08/2016, sob pena de arquivamento provisório.Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza Juíza de Direito

Proc.: 0016723-59.2010.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Hitachi Ar Condicionado do Brasil Ltda
Advogado:Lúcio Afonso da Fonseca Salomão (OAB/RO 1063)
Executado:Construtora Rio Abunã Ltda, Ronaldo Sérgio Siqueira, Francelia de Jesus Uchoa Paiva
DESPACHO:
Vistos.Aguarde-se por 15 dias a comprovação da distribuição da carta precatória.Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017. Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza Juíza de Direito

Proc.: 0015906-53.2014.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Rosileide Lemos Ferreira, Manoel Pinheiro de Oliveira, Fabio Ferreira Ramos, Rodrigo Ferreira Ramos
Advogado:Jeanne Leite Oliveira (OAB/RO 1068)
Requerido:Santo Antônio Energia S. A.
Advogado:Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861), Everson Aparecido Barbosa (OAB/RO 2803), Luciana Sales Nascimento (OAB/PB 17625B)
DESPACHO:
Vistos.Manifeste o requerente quanto aos novos documentos apresentados pela requerida, a partir de f. 1863, no prazo de 15 dias.Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza Juíza de Direito

Proc.: 0008380-35.2014.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Paulo Rego Pessoa, Selma de Souza Silva, Adelson dos Santos Batista, Sebastião Adelino Filho, Luziane Almeida dos Santos, Laudecéia da Silva Ferreira, Rosinelle Morais da Silva, Michelene Silva de Andrade, Aldo Gonçalves de Andrade, Antonio Luiz Neto de Oliveira, Eurico Correa Lima
Advogado:Andresa Batista Santos (OAB/SP 306579)
Requerido:Energia Sustentável do Brasil S.A, Santo Antônio Energia S/a, Consórcio Construtor Santo Antônio CCSA
Advogado:Edgard Hermelino Leite Junior (OAB/SP 92114), Giuseppe Giamundo Neto (OAB/SP 234412), Antônio Celso Fonseca Pugliese (OAB/SP 155105), Ligia Fávero Gomes e Silva (OAB/SP 235033), Ricardo Gonçalves Moreira (OAB/SP 215212)
Certidão da Escrivania:
Ficam as partes intimadas, por via de seus(uas) advogados (as), da data da perícia designada para o dia 28 de abril 2017, às 09:00 horas, na Sala de reuniões da Associação dos Produtores Rurais da Linha 28 de Novembro; situada à Estrada da Penal, KM 22 (ao lado do posto de saúde), Zona Rural desta urbe.

Proc.: 0014021-09.2011.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Cargo World Brasil Ltda
Advogado:Patricia Moreira Canuto (OAB/SP 207463), Jane Spinola Mendes Kaspper (OAB/SP 282931), Luiz Felipe da Silva Andrade (OAB/RO 6175)
Requerido:L F O de P Medeiros
Advogado:Paula Santos da Cal (OAB/RJ 104488)
Documento - Retirar:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar a certidão de crédito expedida.
Keli Cristina Dias Monteiro Flores
Diretora de Cartório

Proc.: 0022965-29.2013.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Maria Deda
Advogado:Fausto Schumaher Ale (OAB/RO 4165)
Requerido:Eletrobrás Centrais Eletricas de Rondônia - CERON
Advogado:Francianny Aires da Silva Ozias (OAB/RO 1190), Jonathas Coelho Baptista de Mello (OAB/RO 3011)

DESPACHO:
Como a contadoria judicial elaborara o cálculo, o depósito realizado pelo executado ocorrera em valor menor do que o débito, assim, oportunizo ao executado o pagamento do remanescente no importe de R$ 941,28, no prazo de 5 dias, sob pena de execução forçada. Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza Juíza de Direito

Proc.: 0014592-72.2014.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Silvane Rodrigues Lima
Advogado:Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido:Telefônica Brasil S. A.
Advogado:Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643), Daniel França Silva (OAB/DF 24214)
DESPACHO:
Proceda o exequente à devolução do excesso de valor levantado, em 5 dias, sob pena de execução forçada.Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza Juíza de Direito

Proc.: 0001486-43.2014.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sebastiao da Silva Pereira
Advogado:Rosemary Rodrigues Nery (OAB/RO 5543), Josias Rodrigues Nery (OAB/RO 6158)
Requerido:Interligação Elétrica do Madeira S. A.
Advogado:Dijalma Mazali Alves (OAB/MS 10279), Alexandre Leandro da Silva (OAB/RO 4260)
DESPACHO:
Ofício nº 11/2017/GAB Porto Velho, 19 de abril de 2017.A Sua Excelência o SenhorJuiz ADOLFO THEODORO NAUJORKS NETORelator do Agravo nº 0800226-61.2015.8.22.0001º DEJUCIVEL Tribunal de Justiça do Estado de RondôniaPorto Velho ROAssunto: Informação (presta)Excelentíssimo Senhor Juiz,Em resposta ao ofício nº 384/2017 1º DEJUCIVEL, de 31/3/2017, informo que em saneador (f. 88), DECISÃO datada de 18/11/2014, fora deferida a prova pericial, designado perito e determinado que o pagamento da verba honorária fosse realizada pela parte requerida.A requerida apresentara 3 petições em separado, ofertando impugnação à nomeação, exceção de suspeição do perito e embargos de declaração.Na DECISÃO de f. 111/3 fora determinada a manutenção do perito, a manutenção da inversão do ônus da prova atribuindo à requerida a quitação dos valores dos honorários.Desta DECISÃO a requerida interpôs agravo de instrumento sob n. 0001299-04.2015, da Relatoria do Des. Raduan Miguel Filho, o qual fora negado seguimento.Novamente oportunizado que a requerida efetuasse o pagamento dos honorários do perito, esta manifesta que existe embargos de declaração não decidido nos autos, o qual fora afastado pela DECISÃO de f. 142, datada de 7/julho/15.Oportunidade em que a requerida apresentara novo agravo, agora sob n. 0800226-61.2015.Reafirma-se que a questão agravada se refere ao ônus de arcar com a perícia, o que já fora estabelecido desde o agravo anteriomente decidido sob n. 0001299-04.2015.Informo ainda que em acatamento à DECISÃO de Vossa Excelência, o processo se encontra suspenso até o julgamento do agravo.Informo, outrossim, que o agravante somente demonstrou que protocolizara o agravo, contudo, não trouxera cópia da petição para os autos, não vislumbrando motivos para retratação.Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017. Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza Juíza de Direito

Proc.: 0017750-38.2014.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S. A.
Advogado:Marcelo Longo de Oliveira (OAB/RO 1096)
Executado:José Joan Menezes dos Reis, Valdenira de Souza Moreno
Advogado:Ely Roberto de Castro (RO 509), Maria das Graças Gomes (OAB/RO 317A)
DESPACHO:
Suspendo o processo até o dia 31/12/2017, como determinado em audiência e na legislação específica.Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza Juíza de Direito
Keli Cristina Dias Monteiro Flores

Diretora de Cartório

## 9ª VARA CÍVEL

9ª Vara Cível
SUGESTÕES, RECLAMAÇÕES OU ELOGIOS, FAÇAM PESSOALMENTE AO JUIZ, À OUVIDORIA OU CONTATE-NOS VIA INTERNET - E-MAIL:pvh9civel@tjro.jus.br
JUIZ DE DIREITO: RINALDO FORTI DA SILVA
DIRETOR DE CARTÓRIO: Bel. JOSÉ RICARDO MENDES DOS SANTOS PARAÍZO

Proc.: 0000565-21.2013.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:José Severino Ferreira Silva
Advogado:Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido:Import Express Comercial Importadora Ltda
Advogado:Antonio Rogério Bonfim Melo (OAB/SP 128462), Elaine Cantelli (OAB/SP 278922), Renata Ramos (OAB/SP 320904), Daniela Martins da Silva (OAB/SP 184702-E), Janio de Carvalho Silva (OAB/SP 191350-E)
Custas Judiciais - Autor:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 20,08, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0013012-41.2013.8.22.0001
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Banco Bradesco Financiamento S. A.
Advogado:Rosângela da Rosa Corrêa (OAB/RO 5398), Ellen Laura Leite Mungo (OAB/RO 4877)
Requerido:Diemmce Alves de Freitas
Custas Judiciais - Autor:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 603,18, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0001291-92.2013.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Igreja Evangelica Assembleia de Deus
Advogado:Valéria Moreira de Alencar Ramalho (OAB/RO 3719)
Requerido:Eletrobrás Distribuição Rondônia - Ceron
Advogado:Fábio Antônio Moreira (OAB/RO 1553)
Custas Judiciais - Autor:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 100,40, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0024121-52.2013.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Consignante:Vange Pereira Azevedo
Advogado:Miriam Pereira Mateus (OAB/RO 5550)
Consignado:BANCO BRADESCO S/A

Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
Custas Judiciais - Autor:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 100,00, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0020513-80.2012.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Eunice Nunes dos Santos
Advogado:Albanisa Pereira Pedraça (OAB/RO 3201)
Executado:Sabemi Seguradora S.A.
Advogado:Vinícius Nascimento Saldanha de Oliveira (OAB/RO 1933), Pablo Berger (OAB/RS 61011), Juliano Martins Mansur (OAB/RJ 113786)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 130,33, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0023545-30.2011.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Maria de Nazaré Domingos dos Santos
Advogado:Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A)
Requerido:Banco BMG S/A
Advogado:Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913), Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/RO 6235)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 314,84, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0001918-28.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:S. M. Comércio de Gelo Ltda ME
Advogado:Ânderson Felipe Reusing Bauer (OAB/RO 5530), Pablo Rosa Corrêa Carneiro de Andrade (OAB/RO 4635)
Requerido:Bradesco Vida e Previdência S. A.
Advogado:Renato Tadeu Rondina Mandaliti (OAB/SP 115762), Iris Elena da Cunha Gomes da Silva (OAB/RO 5833), Diogo Morais da Silva (OAB/RO 3830), Karina de Almeida Batistuci (OAB/RO 4571), Marco Antonio Bevilaqua (OAB/SP 139333)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 744,72, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0003676-13.2013.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Futuro Comércio de Motos Ltda
Advogado:Jhonatas Emmanuel Pini (OAB/RO 4265)
Requerido:Banco Bradesco S. A., Peels Indústria e Comércio de Capacetes Ltda
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Daniela Gullo de Castro Mello (SP 212923), Matheus Evaristo Santana (OAB/RO 3230)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 100,00, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0022301-61.2014.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Lucilene Silva Sampaio
Advogado:Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A)
Requerido:BANCO BMG S/A
Advogado:Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/RO 6235), Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 100,00, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0023841-52.2011.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Wanderley de Siqueira
Advogado:Wanderley de Siqueira (OAB/RO 909)
Executado:Luzineide Ramos Costa
Advogado:Maria da Conceição Souza Vera (OAB/RO 573)
Prosseguimento do Feito:
Fica a parte exequente intimada, por via de seus advogados para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de arquivamento do feito.

Proc.: 0020494-40.2013.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:BANCO BRADESCO CARTÕES S/A
Advogado:Raimundo Helder Pinheiro Junior (OAB/RJ 72198), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370), Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Requerido:Porto Júnior Construções Ltda ME
Advogado:Henry Rodrigo Rodrigues Gouvêa (OAB/RO 632A)
Prosseguimento do Feito:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, retirar a Certidão de Crédito, que já encontra-se assinada nos autos, sob pena de arquivamento.

Proc.: 0004071-39.2012.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Autovema Veículos Ltda
Advogado:José Cristiano Pinheiro (OAB/RO 1529), Valéria Maria Vieira Pinheiro (OAB/RO 1528)
Executado:Antônio Fernandes de Araújo
Recurso de Apelação Réu:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada a se manifestar sobre o Recurso de Apelação apresentado.

Proc.: 0007008-22.2012.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Lenilda Gonçalves Correia
Advogado:Douglas Ricardo Aranha da Silva (OAB/RO 1779)
Requerido:Universo Online S/A
Advogado:Saiera Silva de Oliveira (OAB/RO 2458), Rosely Cristina Marques Cruz (OAB/SP 178930), Richard Leignel Carneiro (OAB/RN 9555)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 19,70 (dezenove reais e setenta centavos), sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0018969-86.2014.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Supermercado Supremo Ltda Me
Advogado:Fábio Coimbra Ribeiro (OAB/DF 31011)
Requerido:J B S S.a Frigorifico Friboi
Advogado:Richard Campanari (OAB/RO 2889), Indiele de Moura (OAB/RO 6747)
Custas Finais - Autor:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 182,72, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0007737-43.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Tereza Vieira de Souza
Advogado:Pitágoras Custódio Marinho (OAB/RO 474E)
Requerido:Claro S. A.
Advogado:Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/RO 6235)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 47,62, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0006928-53.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Micheli da Silva Barbosa
Advogado:Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A)
Requerido:LOSANGO PROMOÇOES DE VENDAS LTDA
Advogado:Edson Antonio Sousa Pinto (OAB/RO 4643), Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546), Alisson Arsolino Albuquerque (OAB/RO 7264)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas iniciai e finais no valor de R$ 286,40, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0016039-32.2013.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Leonardo Santos Tagliavini
Advogado:José Raimundo de Jesus (OAB/RO 3975), SUELEN CERQUEIRA RODRIGUES (OAB/RO 7467)
Requerido:Santo Antônio Energia S.A
Advogado:Fábio Gouveia Carneiro (OAB/RO 5838), Igor Habib Ramos Fernandes (OAB/RO 5193)
Recurso de Apelação Réu:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada a se manifestar sobre o Recurso de Apelação apresentado.

Proc.: 0004682-84.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Érica Rejane Fantin
Advogado:Pedro Origa (OAB/RO 2A)
Requerido:Jeisebel Donato Siqueira, Pedro Correia de Sá
Advogado:Alexandre Calil. (OAB/RO 2894), Michele Sanches (OAB/RO 2910)
Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0002956-80.2012.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Condominio Residencial Solar das Acacias
Advogado:Octavia Jane Silva (OAB/RO 1160), Raimisson Miranda de Souza (OAB/RO 5565)
Requerido:Cesar Licorio
Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0001075-34.2013.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Hermes Frazão de Almeida
Advogado:Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido:Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado:José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RO 4570), Diogo Morais da Silva (OAB/RO 3830)
Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido.
José Ricardo Mendes dos Santos Paraízo

Diretor de Cartório

## 10ª VARA CÍVEL

O INTEIRO TEOR DOS DESPACHO S E SENTENÇA S PODEM SER OBTIDOS NOS ENDEREÇOS ELETRÔNICOS, ACIMA MENCIONADOS. SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO DIRETOR DO CARTÓRIO E/OU À MAGISTRADA DESTA VARA, COMO AINDA, CONTATE-NOS VIA INTERNET ATRAVÉS DOS E-MAIL.
PORTARIA Nº 02/2016 – 10ªVC
A JUÍZA DUÍLIA SGROTT REIS, Titular da 10ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho (RO), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 1º, alínea “d”, das Diretrizes Gerais Judiciais e pela legislação vigente, baixa esta portaria para comunicar as funcionalidades e utilidade do cadastramento de advogados, regulamentando o seu uso neste juízo:
Considerando o grande volume de iniciais e contestações, no processo eletrônico sistema PJe, em que os patronos das partes não estão se cadastrando;
Considerando que os advogados não estão cadastrando os patronos que atuarão no processo, mormente os que pretendem intimação exclusiva;
Considerando que o sistema PJE disponibiliza funcionalidade para que os advogados cadastrem todos os patronos que irão atuar no processo;
Considerando que o não cadastramento prévio correto por parte dos patronos tem gerado trabalho excessivo aos servidores, causando maior morosidade e retrabalhos no andamento dos processos;
Considerando que a observância e a colaboração dos advogados nos procedimentos possibilitará uma prestação jurisdicional mais efetiva e de qualidade, busca incansável deste Tribunal e da Ordem dos Advogados do Brasil, principalmente desta diligente e operosa Seccional;
Considerando o princípio da cooperação instituído pelo Código de Processo Civil/2015 em que cabe a cada parte agir na conformidade do que lhe é esperado e facilitar a defesa e a organização do processo;
RESOLVE:
I – Estabelecer aos nobres advogados que, ao peticionarem pela primeira vez, no sistema PJe, será de sua responsabilidade a respectiva habilitação e cadastramento, bem como dos demais patronos que atuarão no processo, inclusive quanto aqueles que pretendem intimação exclusiva.
II – Definir que somente serão cadastrados pela serventia os patronos que peticionarem, posteriormente a sua primeira manifestação, apresentando substabelecimento ou nova procuração (esta com a revogação da procuração anterior).
III – Comunicar que o sistema PJe procede à intimação dos patronos cadastrados, automaticamente, bem como possibilita o controle de prazo por meio da aba “expedientes”, ou do próprio acesso do advogado ao sistema pelo seu perfil.
IV – Encaminhe-se cópia desta Portaria à Corregedoria-Geral da Justiça, à Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Rondônia, à Defensoria Pública e ao Ministério Público.
Publique-se. Cumpra-se.
Porto Velho (RO), 3 de outubro de 2016
DUÍLIA SGROTT REIS
Juíza de Direito

Proc.: 0011232-95.2015.8.22.0001
Ação:Monitória
Requerente:Banco Itaúcard S. A.
Advogado:José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB/RO 5402)
Requerido:Josué Motta de Almeida Júnior
SENTENÇA:
SENTENÇA Compulsando os autos verifico que a parte foi intimada a se manifestar do prosseguimento do feito após tentativa sem êxito da citação da requerida, no entanto, quedou-se inerte(fls. 68). Foi realizada uma intimação via DJE/RO para prosseguir com feito, mas não atendeu a intimação (fls. 70)Após, novamente intimado, desta vez pessoalmente (fls. 72), para que no prazo de 5 dias promovesse o regular andamento do feito, sob pena de extinção, o AR positivo e ainda manteve-se inerte. Considerando que é dever da parte prosseguir com feito e o reiterado abandono da causa leva à perempção e visto que mesmo após ser intimado a dar andamento no feito, agiu claramente com intuito de abandonar a causa, pois mudou de endreço sem informar nos autos, a ação deve ser extinta sem resolução do MÉRITO.Neste sentido o artigo 485 inciso III § 1º do CPC:Art. 485. O juiz não resolverá o MÉRITO quando:III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias;§ 1o Nas hipóteses descritas nos incisos II e III, a parte será intimada pessoalmente para suprir a falta no prazo de 5 (cinco) dias.Ante o exposto e considerando o abandono da causa pelo autor, julgo extinto o feito, sem resolução de MÉRITO, com fundamento no art. 485, III e §1º do Código de Processo Civil.Defiro eventual pedido de desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópias.Custas na forma da lei.Observadas as formalidades legais, transitada em julgado, arquivem-se.Publique-se. Registre-se. Intime-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Marisa de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0003320-18.2013.8.22.0001
Ação:Monitória
Requerente:Buriti Caminhões Ltda
Advogado:Rafael Oliveira Claros (OAB/RO 3672), Silvio Rodrigues Batista (OAB/RO 5028), Suelen Sales da Cruz (OAB/RO 4289), Nirlene Aparecida de Oliveira (OAB/RO 7575)
Requerido:Veiga e Bucco Comercio e Transportes Ltda
DESPACHO:
DECISÃO 01. Deferi e realizei diligência em sistema INFOJUD para localização do endereço dos requeridos, que não logrou êxito em localizar novo endereço da executda.02. Assim intimo o credor a impulsionar o feito em 5(cinco) dias:a ) A fim de que promova o regular prosseguimento do feito, informando meios de localizar bens da parte ré, de modo a possibilitar a garantia da execução, atentando ao disposto no artigo 797 inciso II alíena c, do Novo Código de Processo Civil; determino ainda, que se manifeste, no mesmo prazo, sobre os valores bloqueados às fl. 51.b) Ao cartório: Em caso de inércia, intime-se a parte autora, pessoalmente, para que impulsione o feito, dentro de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, com base nos arts. 485, IV, §1° do Novo CPC. Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Marisa de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0010052-15.2013.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S. A.
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Executado:Chicleteria Distribuidora de Alimentos Ltda, Renata Roseane Escobar Lisboa de Souza, Marcelo Antunes de Souza
DESPACHO:
DECISÃO Em atenção ao disposto no artigo 485 inciso III § 1º do Código de Processo Civil, intime-se pessoalmente(AR/MP) a parte autora a dar prosseguimento ao feito, no prazode 5(cinco), sob pena de extinção.Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017. Marisa de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0013214-18.2013.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Afonso Castor dos Santos
Advogado:Diogo Spricigo da Silva (OAB/RO 3916)
Requerido:Previnorte Fundação de Previdência e Assistência Social
Advogado:José Luis Ximenes (OAB/DF 8190), Adriano Madeira Ximenes (OAB/DF 13414)
DESPACHO:
DESPACHO Expeça-se Alvará Judicial de 50 %(cinquenta por cento) dos valores depositados a título de honorários periciais em favor do perito Marlos Henrique dos Santos, devendo a quantia ser transferido para sua conta bancária, conforme petição às (fls 398) Após intime-se o perito via e-mail ou telefone a dar início a confecção do Laudo pericial.Com a jutnada do Laudo pericial, vista às partes, no prazo sucessivo de 5 (cinco) dias para se manifestarem.Com as manifestações e devidamente ceritificado, retornem o autos conclusos para DECISÃO.Intime-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Marisa de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0002521-04.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Centro de Ensino São Lucas Ltda
Advogado:Diógenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831)
Requerido:Claudia Roberta de Mello Moura
DESPACHO:
DECISÃO 01. Considerando o pedido de pesquisa, vindicando o endereço do executado houve pedido de informações ao BACENJUD.02. Aguarde-se, por 48 (quarenta e oito) horas, a fim de verificar se a consulta foi positiva ou negativa.Segue em anexo protocolo.Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Marisa de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0001425-22.2013.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Centro de Ensino São Lucas Ltda
Advogado:Diógenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831)
Executado:Richardes Amaral de Oliveira
Advogado:Taciana Afonso R. Xavier de Carvalho ( 5108)
DECISÃO:
1. Defiro parcialmente pedido do exequente, determinando a suspensão do processo por 60 (SESSENTA) dias, a fim de que possa diligenciar na localização de bens da executada.2. Após o lapso temporal concedido, não havendo o pagamento da dívida pela parte executada, a parte exequente poderá, no prazo de 5 dias:a) indicar bens passíveis de penhora;b) postular a realização das consultas pelos sistemas informatizados, Renajud e Infojud, desde que recolhidas as devidas custas processuais, conforme artigo 17 da Lei n. 3896/2016, se não for beneficiária da gratuidade da justiça;c) apresentar cálculo atualizado da dívida; d) requerer a extinção do feito.3. Não havendo manifestação no lapso temporal concedido ao autor, intime-se a parte exequente, nos termos do art. 485, III, §1° do CPC.Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Marisa de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0008529-65.2013.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:P & F Ar Condicionados Ltda
Advogado:Samuel dos Santos Júnior (OAB/RO 1238)
Executado:Theodoro Dantas de Figueiredo, Luiz Mendes de Figueiredo
Advogado:Sérgio Holanda da Costa Morais (OAB/RO 5966)
DESPACHO:
DESPACHO Os autos vieram conclusos tendo em vista o pedido de expedição de Alvará Judicial. Dessa forma defiro:1) A expedição de Alvará Judicial em favor do exequente P & F AR CONDICIONADOS LTDA a fim de possibilitar o levantamento dos valores depositados nas contas judiciais.Intime-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Marisa de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0008994-74.2013.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Coimbra Importação e Exportação Ltda
Advogado:Caroline Carranza Fernandes Arnuti (OAB/RO 1915), Paola Barbosa Almeida Aono (OAB/RO 5827), FATIMA NAGILA DE ALMEIDA MACHADO (OAB/RO 3891)
Executado:Rossano Gomes Braga
Advogado:Eliane de Fátima Alves Antunes (OAB/RO 3151)
DESPACHO:
DESPACHO Os autos vieram conclusos tendo em vista o pedido de expedição de Alvará Judicial. Dessa forma defiro:1) A expedição de Alvará Judicial em favor do exequente Coimbra Importação e Exportação LTDA a fim de possibilitar o levantamento dos valores depositados em nas contas judiciais.Intime-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Marisa de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0019810-52.2012.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S.A.
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Executado:E. P. dos Reis ME, Elaine Paes dos Reis
DESPACHO:
DESPACHO Configurada a hipótese do art. 256, II, do CPC e cumprido o disposto no §3º do mesmo artigo, defiro a citação por edital.Fixo o prazo do edital de citação em 20 (vinte) dias, após o qual iniciará a contagem do prazo de 15 dias para que a parte apresente defesa aos termos da ação. Em caso de revelia, será nomeado curador especial (art. 257, IV, CPC). O edital deverá ser publicado na página eletrônica do TJRO (art. 257, II, CPC) e no Diário da Justiça, devendo ainda ser afixado no mural de publicações do Juízo, certificando-se nos autos.Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Marisa de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0020368-24.2012.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Maria da Conceição Ambrósio dos Reis
Advogado:Ellen Reis Araújo Trindade (OAB/RO 5054)
Requerido:Aparecido Donizete Ribeiro de AraÚjo
DECISÃO:
DECISÃO Defiro a expedição de Ofício para que a parte requerente/exequente providencie a expedição de ofícios para o SERASA/SCPC, a fim de incluir apontamento no nome do executado Aparecido Donizete Ribeiro de Araújo, CPF n. 043.535.218-02, referente a crédito de alugueres declarados em SENTENÇA, na quantia de R$ 31.398,79(trinta e um mil trezentos e noventa e oito reais e setenta e nove centavos) em atendimento às exigências do art. 256, §3º do CPC/2015, fazendo constar que a reposta deverá ser encaminhada diretamente à 10ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho, localizada nas dependências do Fórum Cível, na Av. Lauro Sodré, n.º 1728, São João Bosco, CEP 76.803-686, térreo, e-mail: pvh10civel@tjro.jus.br, preferencialmente via e-mail, ficando a seu cargo eventuais despesas cobradas pelo informante. O ofício poderá ser instruído com cópia deste DESPACHO, válido como autorização. A parte deverá comprovar, em 05 (cinco) dias, o atendimento aos termos deste DESPACHO, sob pena de extinção. Após manifeste-se a autora, dizendo em termos de prosseguimento ao feito.Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Marisa de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0015225-54.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Interligação Elétrica do Madeira S/A
Advogado:Rodrigo Alves Soares (OAB/MG 87943), Dijalma Mazali Alves (OAB/MS 10279), Alecsandro Rodrigues Fukumura (OAB/RO 6575)
Requerido:Mário Estelio Assis da Costa, Marcia Pereira de Almeida Costa
Advogado:Daniel Mendonça Leite de Souza (OAB/RO 6115), Jones Lopes Silva (OAB/RO 5927), Daniel Mendonça Leite de Souza (OAB/RO 6115)
DECISÃO:
DESPACHO Considerando o direito real que recai sobre a servidão administrativa, este deverá ser averbado ao registro do Imóvel.Porém não há nos autos a certidão de Registro do Imóvel.Dessa forma, intimo a requerida para que no prazo de 5(cinco) dias, junte aos autos a Certidão de Registro do devido Imóvel Rural.Intime-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Marisa de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0000607-70.2013.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Maria Amabile Bisconsin
Advogado:Luciene Silva Marins (OAB/RO 1093), Ocicled Cavalcante (OAB/RO 1175)
Requerido:Sabenauto - Comércio de Veículos Ltda, General Motors do Brasil Ltda
Advogado:Celso Ceccatto (OAB/RO 111), Vanusa Cazelotto ( 2326), Bruno Novaes Bezerra Cavalcanti (OAB/PE 19353)
Ofício - Partes:
Ficam as partes, por via de seus Advogado(a)s, no prazo de 05 dias, intimadas do Oficio fl(s).408.

Proc.: 0021452-89.2014.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Instituto João Neórico
Advogado:Tiago Fagundes Brito (OAB/RO 4239), Marcus Vinícius de Oliveira Cahulla (OAB/RO 4117)
Executado:Clemerson Ferreira dos Santos
Prosseguimento do Feito:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias, complementando o valor das custas para expedição da carta precatória. Friso que o valor total para expedição da carta importa no valor de R$ 300,00 ( trezentos reais )

Proc.: 0022680-70.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Atila Santos Muniz
Advogado:Sérgio Muniz Neves (OAB/RJ 147320)
Requerido:Cleissomar Barroso de Morais
Edital - Publicar:
Processo nº: 0022680-70.2012.822.0001Classe: Procedimento Ordinário (Cível)Parte Ativa: Atila Santos MunizAdvogado: Sérgio Muniz Neves OAB 147320Parte Passiva: Cleissomar Barroso de MoraisValor da Ação: R$ 21.325,41
Intimação de: Cleissomar Barroso de Morais, CPF 65846699200, atualmente em lugar(es) incerto(s) e não sabido(s).
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 20 (vinte) dias
Justiça Gratuita
O(a) Doutor(a) Euma Mendonça Tourinho - Juíza de Direito da 10ª Vara Cível - Porto Velho/RO, FAZ SABER a todos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, ou a quem possa interessar que por este Juízo, se processa nos Autos em epígrafe, Fica(m) a(s) Parte(a) Passiva(s) acima qualificada(s), INTIMADA(S) a pagar as custas processuais no valor de R$ 865,38 (oitocentos e sessenta e cinco reais e trinta e oito centavos), no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de inscrição na Dívida Ativa, contados a partir do término do prazo de 20 (vinte) dias da data da publicação deste edital.
Porto Velho/RO, terça-feira, 11 de abril de 2017.
Sede do Juízo: Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho/RO, CEP 76803686, Fone(069)3217-1283, Fax(069)3217-1303, E-mail pvh10civel@tjro.jus.br
Raimundo Neri Santiago - Diretor de Cartório, assina, digitalmente, por ordem do(a) Juiz(a).

Proc.: 0001587-51.2012.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Remopeças Retífica de Motores e Peças Ltda
Advogado:José Cristiano Pinheiro (OAB/RO 1529), Valéria Maria Vieira Pinheiro (OAB/RO 1528)
Requerido:Alex Cesar Ribeiro
Edital - Publicar:
Processo nº: 0001587-51.2012.822.0001Classe: Cumprimento de SENTENÇA Parte Ativa: Remopeças Retífica de Motores e Peças LtdaAdvogado: José Cristiano Pinheiro OAB 1529Parte Passiva: Alex Cesar RibeiroValor da Ação: R$ 2.149,21
Intimação de: Alex Cesar Ribeiro. brasileiro, CPF 46971912268, atualmente em lugar(es) incerto(s) e não sabido(s).
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 20 (vinte) dias
Justiça Gratuita
O(a) Doutor(a) Euma Mendonça Tourinho - Juíza de Direito da 10ª Vara Cível - Porto Velho/RO, FAZ SABER a todos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, ou a quem possa interessar que por este Juízo, se processa nos Autos em epígrafe, Fica(m) a(s) Parte(a) Passiva(s) acima qualificada(s), INTIMADA(S) a pagar as custas processuais no valor de R$ 100,00 (cem reais), no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de inscrição na Dívida Ativa, contados a partir do término do prazo de 20 (vinte) dias da data da publicação deste edital.
Porto Velho/RO, terça-feira, 11 de abril de 2017.
Sede do Juízo: Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho/RO, CEP 76803686, Fone(069)3217-1283, Fax(069)3217-1303, E-mail pvh10civel@tjro.jus.br
Raimundo Neri Santiago - Diretor de Cartório, assina, digitalmente, por ordem do(a) Juiz(a).

Proc.: 0007607-87.2014.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Vania Ruth Nunes de Souza
Advogado:Clovis Avanço (OAB/RO 1559)
Requerido:Alexandre Leite Serejo, Maria Isabel Machado Leite
Advogado:Nilva Salvi (OAB/RO 4340)
Prosseguimento do Feito:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias, informando a situação dos descontos.

Proc.: 0015975-22.2013.8.22.0001
Ação:Monitória
Requerente:Rafael Tabalipa
Advogado:Raphael Trelha Fernandez (OAB/AC 3685), Diego André Gonçalves Fabre (OAB/AC 3946)
Requerido:Genival Andretta Júnior
Advogado:Jucymar Gomes Cardoso (OAB/RO 3295)
Prosseguimento do Feito:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

Proc.: 0024147-16.2014.8.22.0001
Ação:Prestação de Contas - Exigidas
Requerente:Cooperativa Agro Florestal Sustentavel de Produtores do Estado de Rondonia Coopaspro
Advogado:Nilton Cesar Anunciação (0ABRO 5423)
Requerido:Moacir Jeronimo Trevisan, Marcelino Blasius, Joselir de Andrade, Edvaldo Rocha da Costa, Nair Priscila Dias de Oliveira, Ana Aparecida Pluens Ferreira
Prosseguimento do Feito:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias, promovendo a citação das partes Edvaldo, Nair e Ana Aparecida.

Proc.: 0010230-90.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Chirlene Nascimento Adelino, Marcos Ricardo de Oliveira, Marcos Adelino de Oliveira, Edina Lorrana de Souza Vieira, Enzo Ricelli Lopes de Oliveira, Marcos Kauan Adelino da Cruz
Advogado:Alexandre Theol Denny Neto (OAB/RO 6740), Robson Araújo Leite (OAB/RO 5196)
Requerido:Santo Antonio Energia S. A.
Advogado:Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861), Everson Aparecido Barbosa (OAB/RO 2803), Luciana Sales Nascimento (OAB/RO 5082)
Petição - Requerido:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a manifestação do perito - apresentação da Ata Notarial.

Proc.: 0006236-54.2015.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Escola de Educação Infantil de 1º e 2º Graus Terra Nova Ltda
Advogado:Renato Alves Oliveira Fraga (OAB/RO 6397)
Executado:Rogerio Duarte de Carvalho
Fica a parte autora intimada, via diário, para no prazo de 05 (cinco) dias úteis, recolher as custas pelos serviços forenses no importe de R$ 15,00 (quinze reais) por diligência a ser realizada, conforme lei 3.896 de 24 de agosto de 2016.

Proc.: 0005473-24.2013.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Construloc - Comercio e Locação de Maquinas Ltda EPP
Advogado:Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643), Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
Executado:Padrão Construtora Incorporadora e Avaliadora Ltda
Advogado:Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300), Salete Bergamaschi (OAB/RO 2230), Patrícia Bergamaschi de Araújo (OAB/RO 4242)
48 horas:
Fica a parte autora intimada, via diário, para promover o regular andamento ao feito no prazo de 5 (cinco) dias úteis, art. 485, § 1º, incisos I e II do CPC, sob pena de extinção sem resolução do MÉRITO.

Proc.: 0016616-44.2012.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Banco Volkswagen S. A.
Advogado:Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/RO 4658), Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434), Marcelo Brasil Saliba (OAB/RO 5258), João Diego Raphael Cursino Bomfim (OAB/RO 3669), Gabriela de Lima Torres (OAB/RO 5714), Não Informado (OAB/SP 243972), Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/RO 4658)
Requerido:Gledson da Silva Rodrigues
Advogado:Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
48 horas:
Fica a parte autora intimada, via diário, para promover o regular andamento ao feito no prazo de 5 (cinco) dias úteis, art. 485, § 1º, incisos I e II do CPC, sob pena de extinção sem resolução do MÉRITO.

Proc.: 0017996-05.2012.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Colégio Porto Velho Ltda ME
Advogado:Eduardo Abílio Kerber Diniz (OAB/RO 4389), Antônio Ricardo Carneiro Andrade (OAB/RO 6347), Renata Zonatto Lopes (OAB/RO 7767)
Requerido:Leonel Amaral da Silva
Edital - Publicar:
Processo nº: 0017996-05.2012.822.0001Classe: Cumprimento de SENTENÇA Parte Ativa: Colégio Porto Velho Ltda MEAdvogado: Antônio Ricardo Carneiro Andrade OAB 6347Parte Passiva: Leonel Amaral da SilvaValor da Ação: R$ 7.258,39
Intimação de: Leonel Amaral da Silva, CPF 39214290210, atualmente em lugar(es) incerto(s) e não sabido(s).
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 20 (vinte) dias
Justiça Gratuita
O(a) Doutor(a) Euma Mendonça Tourinho - Juíza de Direito da 10ª Vara Cível - Porto Velho/RO, FAZ SABER a todos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, ou a quem possa interessar

que por este Juízo, se processa nos Autos em epígrafe, Fica(m) a(s) Parte(a) Passiva(s) acima qualificada(s), INTIMADA(S) a pagar as custas processuais no valor de R$ 149,25 (cento e quarenta e nove reais e vinte e cinco centavos), no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de inscrição na Dívida Ativa, contados a partir do término do prazo de 20 (vinte) dias da data da publicação deste edital.
Porto Velho/RO, terça-feira, 11 de abril de 2017.
Sede do Juízo: Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho/RO, CEP 76803686, Fone(069)3217-1283, Fax(069)3217-1303, E-mail pvh10civel@tjro.jus.br
Raimundo Neri Santiago - Diretor de Cartório, assina, digitalmente, por ordem do(a) Juiz(a).

Proc.: 0003088-35.2015.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S. A.
Advogado:Aline Fernandes Barros (OAB/RO 2708)
Executado:Zeferino Carminatti, Jane Maria Ceratti
Edital - Publicar:
Processo nº: 0003088-35.2015.822.0001Classe: Execução de Título ExtrajudicialParte Ativa: Banco da Amazônia S. A.Advogado: Aline Fernandes Barros OAB 2708Parte Passiva: Zeferino Carminatti e Jane Maria CerattiValor da Ação: R$ 12.374,17
Intimação de: Zeferino Carminatti, CPF 00858096757 e Jane Maria Ceratti, CPF 96515570015, atualmente em lugar(es) incerto(s) e não sabido(s).
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 20 (vinte) dias
Justiça Gratuita
O(a) Doutor(a) Euma Mendonça Tourinho - Juíza de Direito da 10ª Vara Cível - Porto Velho/RO, FAZ SABER a todos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, ou a quem possa interessar que por este Juízo, se processa nos Autos em epígrafe, Fica(m) a(s) Parte(a) Passiva(s) acima qualificada(s), INTIMADA(S) a pagar as custas processuais no valor de R$ 145,57 (cento e quarenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos), no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de inscrição na Dívida Ativa, contados a partir do término do prazo de 20 (vinte) dias da data da publicação deste edital.
Porto Velho/RO, terça-feira, 11 de abril de 2017.
Sede do Juízo: Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho/RO, CEP 76803686, Fone(069)3217-1283, Fax(069)3217-1303, E-mail pvh10civel@tjro.jus.br
Raimundo Neri Santiago - Diretor de Cartório, assina, digitalmente, por ordem do(a) Juiz(a).

Proc.: 0003065-89.2015.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Banco Rodobens S A
Advogado:Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
Requerido:Wendell Monteiro Nery
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça.
Proc.: 0009296-35.2015.8.22.0001
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:B. V. Financeira S.A. Crédito Financiamento e Investimento
Advogado:Giulio Alvarenga Reale (OAB/RO 6980)
Requerido:Maria do Carmo Mendoza Ykenouchi Lema
Certidão do Oficial de Justiça:Fiduciária
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça.

Proc.: 0002228-39.2012.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:José Manoel do Nascimento
Advogado:Maria das Graças Gomes (OAB/RO 317A), Aldine Cardoso Figueiredo Nascimento (OABRO 7190)
Executado:J.d. de Almeida & Cia Ltda
Advogado:Levi de Oliveira Costa (OAB/RO 3446), Nelson Sérgio da Silva Maciel (OAB/RO 624A), Jânio Sérgio da Silva Maciel ( ), Nelson Sérgio da Silva Maciel Júnior (OAB/RO 4763)
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça.

Proc.: 0021004-87.2012.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Hsbc Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo
Advogado:Karinny de Miranda Campos (OAB/RO 2413), Mauricio Coimbra Guilherme Ferreira (OAB/RJ 151056)
Executado:Rodrigo Reis Barreto
Certidão do Oficial de Justiça:l
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça.

Proc.: 0013398-37.2014.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S. A
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Executado:Construtora Quantana Ltda, Antonio Marcos Gonçalves, Sonia Costa Lara GonÇalves
Certidão do Oficial de Justiça:l
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça.

Proc.: 0003173-21.2015.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Associação de Crédito Cidadão de Rondônia ACRECID
Advogado:Karina da Silva Sandres (OAB/RO 4594)
Executado:Mauricelia Fontes de Sa Melo, Sônia Maria Melo Varjão Gomes, Cleide Ferreira Gomes
Certidão do Oficial de Justiça:l
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça.

Proc.: 0012643-81.2012.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Requerente:Banco Itaú Unibanco S.A.
Advogado:Carla Passos Melhado (OAB/RO 5401), Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Requerido:Sidronio Lopes Reis
Certidão do Oficial de Justiça:l
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça.

Proc.: 0018437-49.2013.8.22.0001
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:C&J Luminosos e Fachadas Ltda
Advogado:Sílvio Vinícius Santos Medeiros (OAB/RO 3015)
Requerido:Verde Empreendimentos Imobiliários
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça.

Proc.: 0007578-03.2015.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Douglas Mendes dos Santos
Advogado:Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido:Fp Sport Ltda Me, Sonia Pereira Ramos

Advogado:Laércio Batista de Lima (OAB/RO 843), Elba C. Barbosa (OAB/RO 6661), Lúcio Afonso da Fonseca Salomão (OAB/RO 1063)
Prosseguimento do Feito:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias, dizendo a respeito do não comparecimento a perícia.

Proc.: 0005049-16.2012.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Requerente:Banco Bradesco S. A.
Advogado:Lucyanne Carratte Brandt Hitzeschky (OAB/RO 4659), Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Requerido:Morosini & Garcia Transportes Ltda - ME
DECISÃO:
DECISÃO Morosini & Garcia Transportes LTDA ME, representada pela curadoria especial, apresentou exceção de pré-executividade, objetivando a nulidade da execução, alegando nulidade da citação por edital, pois a citação ficticia teria ocorrido sem o esgotamentos dos meios de citação.Antes de apreciar o pedido, importante ressaltar premissas a respeito da exceção de pré-executividade.Na exceção de pré-executividade, o executado poderá alegar matérias com a FINALIDADE de demonstrar que a execução não preenche todos os requisitos legais, sendo que tal manifestação feita através de simples petição foi denominada pela doutrina e pela jurisprudência de Exceção de Pré-executividade que decorre do princípio do devido processo legal, princípio do contraditório e o princípio da ampla defesa, todos previstos no art. 5° da Constituição Federal. Sobre o conceito de exceção de pré-executividade já se manifestou o Superior Tribunal de Justiça:"A exceção de pré-executividade é espécie excepcional de defesa específica do processo de execução, admitida, conforme entendimento da Corte, nas hipóteses em que a nulidade do título possa ser verificada de plano, bem como quanto às questões de ordem pública, pertinentes aos pressupostos processuais e às condições da ação, desde que desnecessária a dilação probatória" (REsp 915.503/PR, Rel. Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, QUARTA TURMA, DJ 26/11/2007).Assim, ao executado é admitida a defesa por meio de exceção de pré-executividade, quando não existir título executivo passível de ser exigido. No caso em apreço, entendo que os motivos expendidos não trazem qualquer hipótese de nulidade do título. Isso, porque a citação por edital foi motivada em momento posterior a diversas tentativas de citação pessoal da empresa executda. Inclusive, foi realizada consulta do endereço da executada por meio do sistema RENAJUD.Vejamos o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. EXECUÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. MP 2.160-25/2001. SENTENÇA CASSADA. 1. "A cédula de crédito bancário é título executivo extrajudicial e representa dívida em dinheiro, certa, líquida e exigível, seja pela soma nela indicada, seja pelo saldo devedor demonstrado em planilha de cálculo, ou nos extratos da conta corrente" (art. 3º, MP 2.160-25/2001). 3. Apelação provida. SENTENÇA cassada. (Recurso nº 2006.38.02.000094-5, Ponente Desembargador Federal João Batista Moreira. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. 24.03.2008).PROCESSUAL CIVIL DIREITO BANCÁRIO. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. EXECUÇÃO DE TÍTULO DE CRÉDITO.CÉDULAS DE CRÉDITO COMERCIAL. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DA LIQUIDEZ E CERTEZA DO TÍTULO EXECUTIVO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. CABIMENTO.1. Não se vislumbra violação ao art. 535 do CPC quando o Tribunal a quo se pronuncia de forma motivada para a solução da lide, declinando, ainda que sucintamente, os fundamentos jurídicos que embasaram sua DECISÃO; sendo certa a desnecessidade de que rebata um a um os argumentos do recorrente.2. "O extrato da conta vinculada não constitui documento indispensável à execução do crédito oriundo de cédula rural, desde que a petição inicial seja instruída com documento hábil à demonstração pormenorizada do débito, propiciando ampla defesa ao devedor." (REsp 784.422/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/10/2008, DJe 28/10/2008) 3. No caso, o Tribunal estadual, à míngua da juntada dos extratos da conta vinculada, perscrutou pormenorizadamente todos os documentos trazidos ao feito, não tendo encontrado nenhum que julgasse hábil a demonstrar de forma detalhada o débito exequendo. Incidência da Súmula 7 do STJ.4. É cabível a exceção de pré-executividade para veicular a iliquidez, a incerteza e a inexigibilidade do título executivo, desde que devidamente instruída e desnecessária a dilação probatória, sendo tais vícios objetivos, portanto, aferíveis de plano, como ocorreu no caso dos autos. Precedentes.5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido.(REsp 1485797/GO, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 02/12/2014, DJe 05/02/2015)Com essas considerações, verifica-se que o documento questionado possui todas as características de título executivo extrajudicial, sendo perfeitamente cabível a presente ação de execução de título extrajudicial.Desta feita, REJEITO a exceção de pré-executividade.Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Marisa de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0007865-34.2013.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Graciete Lopes de Paiva, Carlos Jose Rabelo de Souza, Gleice Carla Paiva de Souza, Italo Paiva de Souza, Andreus Paiva de Souza, Catia Apontes Sales, Heloisa Salez Lima, Anderson Sales de Magalhaes, Kemelly Sales de Souza, Endrews Crislan Sales de Souza
Advogado:Antônio de Castro Alves Júnior (OAB/RO 2811), Jeanne Leite Oliveira (OAB/RO 1068)
Requerido:Santo Antônio Energia S.A
Advogado:Luciana Sales Nascimento (OAB/PB 17625B), Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861), Ariane Diniz da Costa (OAB/MG 131774)
DESPACHO:
DESPACHO 1. Defiro o pedido de fls. 1691, determinando a expedição de alvará judicial em favor do perito, Eng. Civil Luiz Guilherme, referente ao todo do valor à título de honorários periciais.2. Quanto ao pedido de destituição do Perito ou a nulidade da perícia, por conta de capacidade técnica do profissional, já fora analisado por este Juízo, sendo fundamentalmente indeferido.A tese de que o perito nomeado por esse juízo não possui capacidade técnica tem sido arguida em todos os feitos idênticos, que só nesta unidade jurisdicional correspondem a mais de 20 (vinte) ações, sem contar os que tramitam nas outras nove varas cíveis, com idêntico teor.O perito Luiz Guilherme possui conduta ilibada e método diligente de trabalho. O fato de ser Engenheiro Civil, não obsta sua capacidade para análise de avaliação, tendo em vista que a matéria posta a análise científica é multidisciplinar. Pelo contrário, possui com isso, técnicas que ultrapassam a superficialidade de análise meramente terrena de áreas rurais.Além disso, é cediço que a especialidade da engenharia reúne um conjunto amplo de conhecimentos em diversas áreas, cujo objetivo é determinar tecnicamente a causa do desbarrancamento, do problema das terras caídas, se o dano decorreu da instalação da usina, que culminou no processo erosivo do solo, de modo que, na hipótese dos autos não se vislumbra ausente a capacidade técnica do perito nomeado para proceder a avaliação do fenômeno apontado.3. Em que pese as complementações da perícia, obeserva-se ainda haver divergência entre o estudo técnico do nexo causal do objeto da demanda. Posto isto designo audiência de instrução e julgamento para o dia 10 de agosto de 2017, às 08:00min.Determino o comparecimento pessoal das partes em juízo para a realização de depoimento pessoal, cabendo ao advogado de cada parte a obrigação de trazê-las em juízo, independente de intimação. As partes e seus patronos ficam intimadas, via DJe. As partes, caso queiram a oitiva de testemunhas deverão, a contar da ciência desta DECISÃO, depositar em juízo, o rol de testemunhas, para conhecimento da outra parte, no prazo de 10 (dez) dias, observando os advogados das partes as disposições contidas nos artigos 450 e 455, caput e § 1º, ambos do Novo Código de Processo Civil.Intime-se. Expeça-se o necessário. Cumpra-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Marisa de Almeida Juíza de Direito
Raimundo Neri Santiago

Diretor de Cartório

## COMARCA DE JI-PARANÁ

## JUIZADO ESPECIAL CIVEL E CRIMNAL

Processo n. 1000771-40.2012.8.22.0005
Ação: Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)
Requerente: Getúlio Nunes Nascimento CPF 04489950268
Advogado(a): Aliadne Bezerra Lima Felberk de Almeida OAB/RO 3655
Advogado(a): Fabiana Modesto de Araújo OAB/RO 3122
Advogado(a): Jakson Felberk de Almeida OAB/RO 982
Requerido: Adevair Nogueira dos Santos CPF 41588576191
FINALIDADE: Intimar a parte autora, através de seu advogado, para requerer o que entender de direito, sob pena de arquivamento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias.
Processo n. 1002050-61.2012.8.22.0005
Ação: Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)
Requerente: Miguel Ângelo Folador CPF 65312554200
Advogado(a): Miguel Ângelo Folador OAB/RO 4820
Requerido: Banco Itaú CNPJ 17192451000170
Advogado(a): Karina de Almeida Batistuci OAB/RO 4571
FINALIDADE: IIntimar a parte requerida, através de seu respectivo advogado, para informar, no prazo de dez (10) dias, dados de conta bancária da mesma a fim de se proceder a transferência dos valores devidos.
Processo n. 1000218-22.2014.8.22.0005
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente: Milton Fagundes da Silva CPF 07906668200
Requerido: Banco Cruzeiro do Sul Consig Card CNPJ 62136254000199
Advogado(a): Taylise Catarina Rogério Seixas OAB/RO 5859
FINALIDADE: Intimar as partes, através de seus respectivos advogados, da seguinte DECISÃO, bem como, de que em seu cumprimento o processo foi distribuído para a 3ª Vara Cível da Comarca de Ji-Paraná/RO, sob o número 7003163-69.2017.8.22.0005.
DECISÃO: Cuida-se de ação ajuizada em face do Banco Cruzeiro do Sul SA, em razão de contrato celebrado entre as partes. Verifico que, durante o curso da ação, sobreveio a decretação de falência da requerida, conforme DECISÃO proferida nos autos 1071548-40.2015.8.26.0100, em trâmite na 2ª Vara de Falência e Recuperações Judiciais da comarca de São Paulo/SP, datada de 12/08/2015. Dispõe o art. 8º, caput, que "não poderão ser partes no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil" - grifou-se. Assim, em razão da decretação de falência da requerida, verifica-se a impossibilidade do prosseguimento do feito neste juízo, nos termos do art. 8º c/c 51, IV, ambos da Lei 9.099/95. Entretanto, a fim de evitar maiores prejuízos a parte requerente, considerando que o feito encontra-se pronto para julgamento, possível a redistribuição ao juízo competente, ao invés da extinção do feito. Neste sentido, segue fundamentação da DECISÃO proferida nos autos 0062096-37.2013.16.0014/0: "Já o artigo 51, inciso IV da Lei 9.099/95, determina que, sobrevindo qualquer dos impedimentos previstos no artigo 8º, o processo deverá ser extinto: Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: IV - quando sobrevier qualquer dos impedimentos previstos no art. 8º desta Lei; Os escritores Fernando da Costa Tourinho Neto e Joel Dias Figueira Júnior, em sua obra Juizados especiais estudais cíveis e criminais: comentários à Lei 9.099/95 , ao comentarem sobre o DISPOSITIVO citado, afirmam: Se no curso do processo sobrevier algum dos impedimentos constantes deste artigo, extinguir-se-á o processo sem resolução do MÉRITO (art. 51, inciso IV) ou, se for possível reaproveitá-lo, deverá o juiz remetê-lo para redistribuição ao juízo competente. 1 Juizados especiais estudais cíveis e criminais: comentários à Lei 9.099/95. TOURINHO NETO, Fernando da Costa e FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. 5. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007. pg. 171. Ainda sobre o tema, Ricardo Cunha Chimenti asseverou: Quer em razão da universalidade de juízo e consequente vis attractiva determinadas pelos arts. 762 do CPC, 7º, § 2º, do Decreto-lei n. 7.661/45 e 76 da Lei n. 11.101/2005, quer porque o falido e o insolvente não podem dispor de seus bens e assim viabilizar a conciliação que fundamenta o sistema dos Juizados Especiais, ambos estão afastados dos processos que tramitam pelo rito da Lei n. 9.099/95" (TJPR, RI 0062096-37.2013.8.16.0014/0, Rel. Manuela Tallão Benke, 2ª Turma Recursal, J. em 22/08/2016) – grifou-se. Ante o exposto, determino a redistribuição do feito ao juízo competente (uma das varas cíveis desta comarca). Intimem-se. Ji-Paraná, em 30 de Março de 2017, Maximiliano Darcy David Deitos.

## 1ª VARA CÍVEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 0011100-26.2015.8.22.0005
Polo Ativo: FAZENDA PUBLICA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ - RO
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Polo Passivo: KLBC - COM. DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA - ME
Advogado do(a) EXECUTADO:
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Certifico que os autos encontram-se suspensos até 06/12/2017
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 18 de abril de 2017

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 0000597-48.2012.8.22.0005
Polo Ativo: MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Polo Passivo: NOVA RONDON TRANSPORTES LTDA
Advogado do(a) EXECUTADO: ANA PAULA GILIO GASPAROTTO - RO0003368
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Certifico que os autos encontram-se suspensos até 06/12/2017
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 18 de abril de 2017

Processo nº 0001880-09.2012.8.22.0005
Polo Ativo: FAZENDA PUBLICA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ - RO
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Polo Passivo: COMUNICACAO VISUAL ARCO-IRIS LTDA - ME
Advogado do(a) EXECUTADO:
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Certifico que os autos encontram-se suspensos até 06/12/2017
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 18 de abril de 2017

Processo nº 0008967-11.2015.8.22.0005
Polo Ativo: FAZENDA PUBLICA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ - RO
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Polo Passivo: MANOEL LOURENCO DA SILVA
Advogado do(a) EXECUTADO:
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Certifico que os autos encontram-se suspensos até 17/07/2018
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 18 de abril de 2017

Processo nº 0009559-60.2012.8.22.0005
Polo Ativo: FAZENDA PUBLICA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ - RO
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Polo Passivo: MARCIO JEFERSON GONCALVES
Advogado do(a) EXECUTADO:
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Certifico que os autos encontram-se suspensos até 02/02/2018.
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 18 de abril de 2017

Processo nº 0001357-26.2014.8.22.0005
Polo Ativo: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ-RO
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Polo Passivo: CLAUDEMIR PENA BEZERRA
Advogado do(a) EXECUTADO:
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Certifico que os autos encontram-se suspensos até 13/10/2017
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 18 de abril de 2017

Processo nº 0004410-49.2013.8.22.0005
Polo Ativo: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ-RO
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Polo Passivo: ASTROGILDO FERREIRA CORREIA
Advogado do(a) EXECUTADO:
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Certifico que os autos encontram-se suspensos até 04/05/2017
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 18 de abril de 2017

Processo nº 0004056-87.2014.8.22.0005
Polo Ativo: FAZENDA PUBLICA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ - RO
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Polo Passivo: EVALDO ALVES DOS SANTOS
Advogado do(a) EXECUTADO:
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Certifico que os autos encontram-se suspensos até 04/05/2017
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 18 de abril de 2017

Processo nº 0000283-68.2013.8.22.0005
Polo Ativo: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ-RO
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Polo Passivo: JOSE FERREIRA DE ANDRADE SOBRINHO
Advogado do(a) EXECUTADO:
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Certifico que os autos encontram-se suspensos até 04/05/2017
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 18 de abril de 2017

Processo nº 0003887-03.2014.8.22.0005
Polo Ativo: FAZENDA PUBLICA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ - RO
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Polo Passivo: MARIA SALETE VAZ
Advogado do(a) EXECUTADO:
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Certifico que os autos encontram-se suspensos até 08/11/2017
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 18 de abril de 2017

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 0009602-94.2012.8.22.0005
Polo Ativo: FAZENDA PUBLICA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ - RO
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Polo Passivo: J. F. DA SILVA COMERCIO DE GADO BOVINO
Advogado do(a) EXECUTADO:
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Certifico que os autos encontram-se suspensos até 09/09/2017
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 18 de abril de 2017

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 0003947-73.2014.8.22.0005
Polo Ativo: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ-RO
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Polo Passivo: L F MACAL
Advogado do(a) EXECUTADO:
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Certifico que os autos encontram-se suspensos até 10/06/2017
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 18 de abril de 2017

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 0001959-17.2014.8.22.0005
Polo Ativo: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ-RO
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Polo Passivo: VIDRACARIA JI-PARANA LTDA - ME
Advogado do(a) EXECUTADO:
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Certifico que os autos encontram-se suspensos até 08/09/2017
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 18 de abril de 2017

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 0011525-53.2015.8.22.0005
Polo Ativo: FAZENDA PUBLICA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ - RO
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Polo Passivo: A Y ARNACHE REPRESENTACOES COMERCIAIS
Advogado do(a) EXECUTADO:
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Certifico e dou fé que os autos encontram-se suspensos até 08/09/2017
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 19 de abril de 2017

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 0003822-08.2014.8.22.0005
Polo Ativo: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ-RO
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Polo Passivo: TELEKEN & TELEKEN LTDA e outros
Advogado do(a) EXECUTADO:
Advogado do(a) EXECUTADO:
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Certifico que os autos encontram-se suspensos até 08/09/2017
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 19 de abril de 2017

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 0001523-58.2014.8.22.0005
Polo Ativo: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ-RO
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Polo Passivo: ELCIO BRASIL HENRIQUE e outros
Advogado do(a) EXECUTADO:
Advogado do(a) EXECUTADO:
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Certifico que os autos encontram-se suspensos até 08/11/2017
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 19 de abril de 2017

Processo nº 0010949-60.2015.8.22.0005
Polo Ativo: FAZENDA PUBLICA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ - RO
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Polo Passivo: CLEITON MELQUIADES DA SILVA
Advogado do(a) EXECUTADO:
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Certifico que os autos encontram-se suspensos até 08/11/2017
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 19 de abril de 2017

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 0003961-57.2014.8.22.0005
Polo Ativo: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ-RO
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Polo Passivo: CLAUDIONOR BISPO DE SOUZA
Advogado do(a) EXECUTADO:
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Certifico que os autos encontram-se suspensos até 08/11/2017
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 19 de abril de 2017

Processo nº 0003746-81.2014.8.22.0005
Polo Ativo: MUNICÍPIO DE JI PARANÁ RO
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Polo Passivo: J. C. DE BRITO & CIA LTDA
Advogado do(a) EXECUTADO:
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Certifico que os autos encontram-se suspensos até 08/09/2017.
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 19 de abril de 2017

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 0001307-68.2012.8.22.0005
Polo Ativo: MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Polo Passivo: JONAS ANSELMO BRILHANTE
Advogado do(a) EXECUTADO:
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Certifico que os autos encontram-se suspensos até 10/06/2017
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 19 de abril de 2017

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 0003762-35.2014.8.22.0005
Polo Ativo: MUNICÍPIO DE JI PARANÁ RO
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Polo Passivo: RODMAC - COMERCIO E INDUSTRIA LTDA - ME
Advogado do(a) EXECUTADO:
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Certifico que os autos encontram-se suspensos até 10/06/2017.
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 19 de abril de 2017

Processo nº 0015703-16.2013.8.22.0005
Polo Ativo: MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ RO
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Polo Passivo: CRIDAO VEICULOS E HOTELARIA LTDA - ME
Advogado do(a) EXECUTADO:
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Certifico que os autos encontram-se suspensos até 10/06/2017.
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 19 de abril de 2017

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 0122286-98.2008.8.22.0005
Polo Ativo: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ - RO
Advogado do(a) EXEQUENTE: SERGIO LUIZ CALCAGNOTTO - RO000071B
Polo Passivo: MARIA DA PENHA GOMES RIOS
Advogado do(a) EXECUTADO: ALANA DA SILVA FERREIRA SANTOS DAHMER - RO0002293
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.

Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Certifico que os autos encontram-se suspensos até 27/08/2017
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 19 de abril de 2017

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 0002139-04.2012.8.22.0005
Polo Ativo: MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Polo Passivo: TERRA & MIORIN LTDA
Advogado do(a) EXECUTADO:
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Certifico que os autos encontram-se suspensos até 02/09/2017
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 19 de abril de 2017

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 0003005-41.2014.8.22.0005
Polo Ativo: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ-RO
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Polo Passivo: JOCILEIA FREIRE SEVERO
Advogado do(a) EXECUTADO:
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Certifico que os autos encontram-se suspensos até 02/09/2017
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 19 de abril de 2017

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 0003135-31.2014.8.22.0005
Polo Ativo: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ-RO
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Polo Passivo: GLORIA REGINA ALVES CARRIELLO
Advogado do(a) EXECUTADO:
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Certifico que os autos encontram-se suspensos até 30/11/2017.
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 19 de abril de 2017

Processo nº 0001572-70.2012.8.22.0005
Polo Ativo: FAZENDA PUBLICA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ - RO
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Polo Passivo: MARIA APARECIDA SANTANA BEZERRA
Advogado do(a) EXECUTADO:
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Certifico que os autos encontram-se suspensos até 30/07/2017
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 19 de abril de 2017

Processo nº 0010283-30.2013.8.22.0005
Polo Ativo: FAZENDA PUBLICA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ - RO
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Polo Passivo: LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA LUCA
Advogado do(a) EXECUTADO:
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Certifico que os autos encontram-se suspensos até 08/11/2017
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 19 de abril de 2017

Processo nº 0002941-31.2014.8.22.0005
Polo Ativo: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ-RO
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Polo Passivo: SILVA SOUTO LTDA ME
Advogado do(a) EXECUTADO:
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Certifico e dou fé que os autos encontram-se suspensos até 02/06/2017
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 19 de abril de 2017

Processo nº 0011498-70.2015.8.22.0005
Polo Ativo: FAZENDA PUBLICA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ - RO
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Polo Passivo: DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS SOBERANO LTDA - ME

Advogado do(a) EXECUTADO:
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Certifico que os autos encontram-se suspensos até 22/02/2017
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 19 de abril de 2017

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 1ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 0002116-87.2014.8.22.0005
Polo Ativo: FAZENDA PUBLICA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ - RO
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Polo Passivo: VZS SUPERMERCADO EIRELI - ME
Advogado do(a) EXECUTADO:
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Certifico que os autos encontram-se suspensos até 02/02/2018
O referido é verdade. Dou fé.
Ji-Paraná, 19 de abril de 2017

Proc.: 0000675-37.2015.8.22.0005
Ação:Usucapião
Requerente:Gilberto Borgio
Advogado:Giane Ellen Borgie Barbosa (OAB/RO 2027)
Requerido:Calama -loteamento e Administracao de Imoveis Ltda
Advogado:Clodoaldo José Viggiani (OAB/PR 42.354), Luciano Matioro Barbon (OAB/PR 30.348)
DECISÃO:
DECISÃO Vistos. O requerido alega preliminarmente em sua contestação, ausência de interesse processual e inépcia da inicial, afirmando que ausente comprovação de posse mansa, pacífica e pública, bem como, ausente o requisito descrito no art. 225, §3º, da LRP, qual seja, memorial descritivo assinado por profissional habilitado e com a devida anotação de responsabilidade técnica - ART, contendo as coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais, georreferenciadas ao Sistema Geodésio Brasileiro e com precisão posicional a ser fixada pelo INCRA. No MÉRITO, aduz falsidade nos documentos acostados, suscitando incidente de falsidade, requerendo para tanto, a produção de prova pericial. Postulou ao final, pela improcedência do pedido do autor. Em impugnação, o autor refutou os argumentos lançados pelo requerido. É o relato. DECIDO. A alegação de ausência de interesse processual será analisada com o MÉRITO, pois com este se confunde. Já no que se refere a inépcia, a ausência de tais documentos não é hábil a impedir a continuidade do feito, porquanto sanável pela parte autora. Ademais, embora esteja acostado aos autos, consoante aduz o autor (fls. 69-70/105-107/197-198/262-263), não há assinatura de nenhum profissional habilitado, razão pela qual, determino a intimação do referido, para regularizar tal situação, no prazo de 15 (quinze) dias. Com relação a falsidade alegada pelo requerido, desnecessária por ora a realização de prova pericial, pois poderá ser suprida pela simples oitiva do suposto vendedor Marques Coelho da Silva. Cumpre ainda destacar, que a usucapião ora pleiteada, é a extraordinária, com alegada posse, mansa, pacífica e contínua há mais de 15 (quinze) anos, razão pela qual, consoante disposição do art. 1.238, do Código Civil, “adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé”. Dessa forma, caberá ao autor, comprovar a posse em tal período. Assim, intime-se o autor, para, querendo, apresente rol das testemunhas (art. 450, CPC), em especial, os antigos proprietários dos imóveis, com o fito de comprovar a posse no imóvel usucapiendo, bem como certidão de inteiro teor atualizada do imóvel, expedida pelo Ofício de Registro Civil desta comarca, no prazo de 15 (quinze) dias. No mesmo prazo, poderá arrolar testemunhas a parte ré.Com a manifestação do autor, retornem conclusos para designação de audiência. Ji-Paraná-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0004115-75.2014.8.22.0005
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Luana Garcia Mendes
Advogado:Miguel Angelo Folador (OAB/RO 4820)
Requerido:José Camilo dos Santos
Advogado:Théo Fernando Abreu Haag (OAB/RO 4836), Rodrigo Totino (OAB /RO 6338)
DESPACHO:
Vistos.Prorrogo por mais dez dias o prazo para arrolamento das testemunhas.Desde já ficam as partes advertidas que a não apresentação do rol dentro do prazo estipulado importará em preclusão da prova.Intimem-se.Ji-Paraná-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0003080-46.2015.8.22.0005
Ação:Monitória
Requerente:Banco Bradesco S/A
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Requerido:Pereira & Cia Ltda Me
DESPACHO:
Vistos.Considerando o certificado à fl. 73, concedo à parte requerente o prazo de cinco dias para manifestação em termos de seguimento eficaz ao processo, sob pena de extinção, uma vez que o processo tramita há mais de dois anos sem que tenha obtido qualquer resultado prático.Intime-se.Ji-Paraná-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0008024-91.2015.8.22.0005
Ação:Usucapião
Requerente:Kamila de Oliveira Cardoso Cazula, ROBSON MAGNO CLODOALDO CASULA
Advogado:Robson Magno Clodoaldo Casula (OAB/RO 1404)
Requerido:Sul Imoveis Ltda
DESPACHO:
Vistos.Intime-se a parte autora a fim de que apresente croqui e memorial descritivo do imóvel conforme determinado à fl. 83.Prazo de dez dias.Ji-Paraná-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0011250-07.2015.8.22.0005
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Ozeias Rodrigues Martins
Advogado:Abel Nunes Teixeira (OAB/RO 7230), Karine Mezzaroba (OAB / RO 6054)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado:Claudete Solange Ferreira (OAB/RO 972), Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)
DECISÃO:
Vistos.SERVE O PRESENTE DE ALVARÁ em nome do advogado do requerente, Dr. Abel Nunes Teixeira - OAB/RO 7230, para levantamento do valor depositado na conta 01506763-9, ID 049182400111701170, agência 1824-4, operação 040, da Caixa Econômica Federal. A conta deverá ser zerada e encerrada.

Intime-se o requerente para que comprovem nos autos, no prazo de cinco dias, o levantamento dos valores. Decorrido o prazo, o cartório deverá diligenciar no sentido de verificar o levantamento da quantia.Tendo sido levantado, certifique-se e remeta-se os autos para o arquivo. Caso contrário, oficie-se para transferência do valor para a conta centralizadora administrada pelo Tribunal de Justiça, certificando-se e arquivando-se imediatamente os autos. SERVE DE OFÍCIO/ORDEM PARA TRANSFERÊNCIA.Ji-Paraná-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0012825-50.2015.8.22.0005
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Ivo Florio Lemos
Advogado:Vanessa Saldanha Vieira (OAB/RO 3587)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado:Alexandre Calil. (OAB/RO 2894)
SENTENÇA:
SENTENÇA Ivo Florio Lemos ajuizou ação de cobrança em face da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. Alegou, em síntese, que sofreu acidente de trânsito em 09/04/2015, vindo a sofrer trauma com sequelas na região do tórax e no joelho direito. De posse de todos os documentos necessários, realizou pedido administrativo, oportunidade em que lhe foi negado qualquer pagamento a título de indenização, quando, nos termos da legislação em vigor, entende fazer jus ao valor de R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais). Requereu a condenação da requerida ao pagamento da indenização. Juntou procuração e documentos (fls. 7/25).Realizou-se audiência de tentativa de conciliação, infrutífera entre as partes (fl. 28). Apresentou a ré contestação e documentos (fls. 32/53). No MÉRITO, alegou, em síntese: a) que o pedido é improcedente por ausência de nexo causal, porque o boletim de ocorrência lavrado à época do fato seria imprescindível, em razão da prova efetiva do acidente, fazendo a correlação entre este e a suposta sequela; b) não há prova do dano decorrente de acidente de trânsito, mormente porque o laudo apresentado, firmado por fisioterapeuta, é inválido; c) que o quantum indenizatório deve ser ater aos termos da Medida Provisória 451/2008 convertida na Lei 11.945/2009, atendendo-se a proporcionalidade conforme extensão da lesão (Súmula 474, STJ); d) mencionou quanto à forma do cálculo da correção monetária, juros de mora e honorários sucumbenciais, estes em patamar mínimo. Ao final requereu a improcedência do pedido.Foi apresentada impugnação (fls. 5458) e realizada perícia (fls. 70/72). As partes manifestaram-se em alegações finais (fls. 76/77).Relatei. Decido.A farta prova documental produzida até o momento torna prescindível a dilação probatória e autoriza o julgamento do feito no estado em que se encontra. Não há questão pendente, as partes são legítimas e estão devidamente representadas, bem como verifico que presentes estão os pressupostos processuais e as condições da ação necessárias ao desenvolvimento válido e regular do processo. Passo ao exame da questão posta.Aos acidentes automobilísticos ocorridos após a MP 451/2008 aplica-se a tabela anexada a esta, devendo o pagamento do seguro obrigatório ser realizado de acordo com a proporcionalidade da lesão sofrida, observando o tipo e a gravidade da perda ou redução de funcionalidade havida. O STJ pacificou a matéria com o advento da Súmula nº 474, ao pontuar que o valor da indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez. Os documentos acostados à inicial comprovam o acidente de trânsito, sobretudo os de fls. 15-16, que relatam o atendimento uma hora após o acidente, em unidade hospitalar, fazendo inferir que a perícia realizada à fl. 70/72 constatou que a invalidez foi decorrente do acidente narrado. Da perícia, constata-se que a parte autora não ficou totalmente inválida, mas foi acometida por dano parcial incompleto do joelho direito, com comprometimento de 25% de mobilidade da articulação. Esta situação, de acordo com a tabela anexa à Lei n. 11.945/09, caso fosse de perda anatômica e/ou funcional completa, conferir-lhe-ia o direito à percepção de uma indenização no equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor máximo indenizável, atuais R$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), o que importa em R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais).Registre-se, por oportuno, que a invalidez não foi completa, mas sim em 25% (vinte e cinco por cento), logo, a indenização deve ser enquadrada considerando o percentual da perda anatômica ou funcional, consoante redação do art. 3º, II da Lei 11.945/09.Assim, uma vez que a sequela foi de 25% (vinte e cinco por cento) do joelho direito, deve haver a redução proporcional, cabendo à parte autora o equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor acima exposto (R$ 3.375,00 - três mil trezentos e setenta e cinco reais), resultando na quantia de R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais) x 25% (vinte e cinco por cento), ou seja, R$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos). Isso posto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido formulado por Ivo Florio Lemos face de SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S.A, para condenar a requerida ao pagamento de R$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), referente a indenização devida a título de seguro DPVAT, corrigidos monetariamente desde a data do evento danoso (STJ, REsp 1483620/SC), e com juros de 1% ao mês desde a citação (Súmulas n. 426 STJ e n. 08 TJ/RO).Extingo o processo, com resolução de MÉRITO, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.Em razão da sucumbência quase total, condeno a requerente nos honorários sucumbenciais, estes fixados em R$ 800,00 (oitocentos reais), nos moldes do que dispõe o art. 84, § 8°, CPC, observando-se que litiga sob a égide da AJG, e, por isso, ficará isenta das custas processuais.Havendo depósito judicial do valor da condenação, fica, desde já, determinada a expedição de alvará em favor de quem for de direito.CÓPIA DE PRESENTE SERVIRÁ DE OFÍCIO DETERMINANDO a transferência do valor depositado na conta judicial junto à Caixa Econômica Federal, agência 1824, operação 040, conta n° 01505660-2, ID n° 04918240007160524 8, a título de honorários periciais, para a conta do perito Joaquim Moretti Neto, CPF 742.794.912-91, Conta Bancária: Banco do Brasil, Ag. 0951-2, C/C: 28238-3. Obs.: zerar a conta.Após o trânsito em julgado, nada sendo requerido pelas partes em 10 (dez) dias, arquivem-se. SENTENÇA registrada e publicada via SAP.Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 17 de abril de 2017.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0006204-37.2015.8.22.0005
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:Lucas Eduardo Barbosa Melgar
Advogado:Defensor Público ( 111111)
Executado:Erinaldo Barbosa da Silva
DECISÃO:
DECISÃO Vistos.À contadoria para atualização do valor da dívida. Após, cumpra-se a DECISÃO de fls. 67, no que se refere ao protesto, decretação da prisão do executado e demais atos determinados. Ademais, sem prejuízos da ordenação anterior, determino que sirva de Ofício à Caixa Econômica Federal, para que, em caráter de urgência promova o bloqueio de eventuais FGTS, PIS e PASEP existentes em nome do executado Erinaldo Barbosa da Silva - CPF 009.177.512-48, encaminhando extratos das quantias, no prazo de 05 (cinco) dias. Igualmente, serve a presente DECISÃO ao INSS, para que, no prazo de 05 (cino) dias, informe a existência de eventuais benefícios previdenciários em nome do executado, Erinaldo Barbosa da Silva - CPF 009.177.512-48, encaminhando extratos dos referidos. Caso haja, benefício em vigência, determino a inclusão de desconto da quantia, o percentual de 30% (trinta por cento) do salário mínimo, transferindo-o para o Banco Bradesco, Agência 0708, conta 0526462-6, em nome de Jesse Zabala Melgar CPF 019.057.492-52, referente aos alimentos devidos ao filho Lucas Eduardo Barbosa Melgar. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO / CARTA PRECATÓRIA / OFÍCIO DE CITAÇÃO / PRISÃO / INTIMAÇÃO e demais atos que se fizerem necessários. Ji-Paraná-RO, quarta-feira, 12 de abril de 2017.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0004806-31.2010.8.22.0005
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Cassemiro Caldeira da Silva - ME
Advogado:Milton Fugiwara (OAB/RO 1194)
Requerido:Banco do Brasil S.A
Advogado:Sérvio Túlio de Barcelos (OAB/RO 6.673), Jose Arnaldo Janssen Nogueira (OAB/MG 79757)
Parte retirada do po:Verônica Andrade Ind. e Com. de Calçados Ltda.
Desarquivamento - Intimação:
Fica a parte requerida BANCO DO BRASIL S/A., por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre o desarquivamento dos autos, sob pena do processo retornar ao arquivo geral.

Proc.: 0010598-87.2015.8.22.0005
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Julio Silva Belo
Advogado:Vanessa Saldanha Vieira (OAB/RO 3587)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado:Andréia Alves da Silva Bolson (OAB/RO 4608), Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894)
Depósito Judicial / Autor:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), a manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre o Depósito Judicial de fl.95,efetuado pela parte requerida, no valor de R$-1.304,41.

Proc.: 0012830-72.2015.8.22.0005
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Adão Gonçalves
Advogado:Vanessa Saldanha Vieira (OAB/RO 3587)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado:Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894)
Depósito Judicial/ Autor:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), a manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre o Depósito Judicial de fl.95,efetuado pela parte requerida, no valor de R$-1.326,99.

Proc.: 0003326-47.2012.8.22.0005
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Robson Cardoso Aguiar
Advogado:Maria Eunice de Oliveira (OAB/RO 2956)
Requerido:Paulo Jose da Silva, Claudete Fatima Schneider Debarba
Advogado:Deolamara Lucindo Bonfá (OAB-RO 1561), Wagner Almeida Barbedo (OAB/RO 31B), Deolamara Luciano Bonfá (OAB/RO 1561), Ivan Francisco Machiavelli (OAB/RO 307), Théo Fernando Abreu Haag (OAB/RO 4836)
Data Perícia:
Ficam as partes intimadas, por via de seus Advogados, da data da perícia que realizar-se-á no dia 18 de maio/2017, as16:30 horas; local: ESPAÇO SAÚDE; sito Av. Transcontinental n. 1196, Bairro Casa Preta, 3º Andar - Sala 311 - Ji-Paraná, com a perita nomeada DRA. GIZELE FABIANA DE OLIVEIRA, devendo a parte AUTORA comparecer com todos os documentos pessoais e exames atualizados.

Proc.: 0004135-03.2013.8.22.0005
Ação:Arrolamento Sumário
Requerente:M. das G. V. de F. R. V. de F. R. V. de F. R. V. de F.
Advogado:Agnes Fernandes Rodrigues de Souza (OAB/RO 4447), Selma Xavier de Paula (OAB/RO 3275)
Inventariado:R. W. de F.
Documento - Retirar:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar o documento expedido de fls. ( carta de adjudicação).

Proc.: 0010717-48.2015.8.22.0005
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Airton Rodrigues Nogueira
Advogado:Fabiana Modesto de Araújo (OAB/RO 3122)
Requerido:Veronez Negócios Imobiliários
Carta precatória - retirar:
-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0009742-26.2015.8.22.0005
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Cremair Aparecida Grobs Kiihl
Advogado:Ilma Matias de Freitas Araujo (OAB/RO 2084)
Requerido:Consórcio Nacional Volkswagen Ltda
Advogado:Manuela Motta Moura da Fonte (OAB/PE 20.397), Ana Carolina Siqueira Barros de Melo (OAB/RO 7794)
SENTENÇA de fls. 98/99:
"Vistos. Está na contracapa dos autos, petição da autora, informando que o referido consórcio fora contemplado em 05/04/2016, mas que até o momento não recebeu nenhuma quantia, a qual, passo a analisar. Trata-se de ação de obrigação de fazer com pedido de tutela antecipada proposta por Cremair Aparecida Grobs Kiihl em face de Administradora de Consórcio Nacional Volkswagen LTDA, aduzindo ser viúva de Valdemar Kiihl, falecido em 15/12/2013, sendo que o "de cujus", era titular de um consórcio com a requerida, no valor de R$ 32.580,00 (trinta e dois mil quinhentos e oitenta reais), cuja adesão se deu em 29/11/2010. Aduziu que após contato com a ré, visando informar o falecimento de seu esposo, fora informado que o seguro quitaria o contrato, mas teria que pagar a quantia de R$ 2.000,00 (dois mil reais) para atualização das parcelas, recusando-se ainda, a efetuar o pagamento do prêmio. Assim, requer antecipadamente, a emissão pela ré, da carta de crédito e, no MÉRITO, a confirmação do pedido, para cumprimento do contrato. Apresentou procuração e documentos (fls. 10-30). A tutela antecipada foi indeferida, designando audiência de tentativa de conciliação (fls. 31-32). Realizou-se audiência de tentativa de conciliação, infrutífera entre as partes, oportunidade em que a ré apresentou contestação e documentos (fls. 33-91). Em contestação, a ré afirmou que embora o contrato tenha sido quitado, não fora contemplado e, terá que aguardar ser sorteado, como qualquer outro. Requereu ao final, a improcedência do pedido da autora. A parte autora apresentou impugnação (fls. 92-94), refutando os argumentos lançados pela ré, postulando pela procedência de seus pedidos. Instadas a especificarem as provas que pretendiam produzir (fl. 95), a autora postulou pelo julgamento antecipado da lide (fl. 97) e, apresentou manifestação, que está na contracapa dos autos, a ser analisada por este juízo, neste momento, comprovando a contemplação no consórcio, em 05/04/2016. É o Relato. DECIDO. Presentes as condições da ação e pressupostos processuais, ausentes impedimentos, passo à análise do MÉRITO. A autora aduz que embora o contrato tenha sido quitado com o óbito do consorciado, tal valor não foi pago ao seu espólio, sob alegação da requerida, que deverá contemplado para o pagamento. Dessa forma, embora não assista razão a parte ré, de toda sorte, houve contemplação do espólio, conforme denota-se nos documentos acostados após esta DECISÃO. Logo, considerando que em tese não haveria outro motivo para o pagamento do prêmio, a procedência do pedido é a medida que se impõe. Assim, julgo procedente o pedido formulado por Cremair Aparecida Grobs Kiils em face de Administradora de Consórcio Nacional Volkswagen Ltda, para obrigar a requerida a efetuar o pagamento do prêmio a que o Espólio de Valdemar Kiilh, faz jus, relativos ao GRUPO/COTA/DÍGITO: 90213/264-00. Em razão do princípio da causalidade, condeno a requerida ao pagamento de custas e honorários processuais, este que fixo em 15% (quinze por cento) do valor atualizado da causa, nos termos do artigo 85, §2º, do nCPC. Extingo o processo, com resolução de MÉRITO, com fundamento no art. 487, inciso I do CPC. Havendo interposição de recurso de apelação, o serviço cartorário deverá

intimar de pronto o apelado, para apresentação de contrarrazões, e caso esse, interpuser apelação adesiva, intime-se o apelante para apresentar contrarrazões. Após, sejam os recursos remetidos ao Egrégio Tribunal, conforme determinação do artigo 1.010, §1º, §2º e 3º, do nCPC. Não havendo recurso de apelação no prazo estabelecido em lei, e não havendo pagamento voluntário da condenação, intime-se o vencido ao pagamento das custas, e não sendo cumprida a obrigação, promovam-se o necessário para inscrição em dívida ativa, arquivando-se os autos posteriormente, vez que o cumprimento de SENTENÇA deverá tramitar virtualmente, em razão da implantação do PJE na comarca desde 02/12/2015. SENTENÇA registrada e publicada pelo sistema SAP. Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 26 de setembro de 2016.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0009742-26.2015.8.22.0005
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Cremair Aparecida Grobs Kiihl
Advogado:Ilma Matias de Freitas Araujo (OAB/RO 2084)
Requerido:Consórcio Nacional Volkswagen Ltda
Advogado:Manuela Motta Moura da Fonte (OAB/PE 20.397), Ana Carolina Siqueira Barros de Melo (OAB/RO 7794)
DECISÃO de fls. 126:
"Vistos. A parte requerida aduz que não fora devidamente intimada da SENTENÇA de fls. 98-99, pois constou na publicação, intimação de advogado diverso daquele indicado na inicial, requerendo assim, a anulação da intimação, com a consequente reabertura do prazo recursal. É o relato. DECIDO. Com razão a parte requerida, pois postulou em tópico inicial de sua contestação, que a intimação dos atos fossem realizados à advogada Manuela Motta Moura da Fonte - OAB/PE 20.397, o que não foi observado e cumprido pelo serviço cartorário deste juízo. Dessa forma, tendo em vista a disposição do artigo 272, §5º, do nCPC, decreto a nulidade na intimação da SENTENÇA de fls. 98-99, determinando o cadastramento da referida advogada no sistema, bem como nova publicação da SENTENÇA, com reabertura do prazo recursal à ré. Ji-Paraná-RO, terça-feira, 17 de janeiro de 2017.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito."

Proc.: 0010093-96.2015.8.22.0005
Ação:Monitória
Requerente:Cooperativa de Credito de Livre Admissão do Vale do Machado
Advogado:Neumayer Pereira de Souza (OAB/RO 1537), Artur Baia Ramos ( 6721-RO)
Requerido:Multilub Comércio de Lubrificantes Ltda, Ivani Alves Trindade
Advogado:Yuri Robert Rabelo Antunes (OAB/RO 4584)
Honorários Periciais:
Fica a parte autyora intimada por seu advogado, para no prazo de 05 dias, a efetuar o depósito dos honorários periciais no valor de R$ 4.642,60,conforme proposta fls.300.
"..Entretanto, dado ao cenário econômico atual, que passa por turbulências, concede este perito, o desconto de 20% sobre o valor proposto à folha 294 dos autos, reduzindo os honorários ao valor líquido de R$ 4.642,60..."

Proc.: 0007970-43.2006.8.22.0005
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Caiari Materiais Para Construção Ltda
Advogado:Jobeci Geraldo dos Santos (OAB/RO 541A)
Executado:Eunice Marques Teixeira da Silva
Advogado:Dilcenir Camilo de Melo (RO 2343)
Ofício - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada do Oficio de fl(s).200/201:
"(fls. 200/201) ofício 060/2017 da Segunda Vara Cível, "..que a penhora sobre o imóvel denomiado lote urbano 19, quadra 181-B, setor 003, localizado na Rua Goiânia, 1831, Bairro Nova Brasília, nesta cidaded, de propriedade do executado Dilcenir Camilo de Melo, a ser levado a hasta pública nos autos 38649-89.2007, em apenso, sendo que o referido imóvel foi avaliado em R$ 600.000,00 e o crédito nestes autos alcança o valor de R$ 133.583,16. Considerando que ainda não foi desiganda as datas para a hasta pública não se sabe ainda o valor do crédito remanescente referente a meação da Sra. Eunice Marques Teixeira da Silva."

Proc.: 0002313-08.2015.8.22.0005
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sidneia Domingues Teixeira
Advogado:Eder Kenner dos Santos (OAB/RO 4549), Neumayer Pereira de Souza (OAB/RO 1537)
Requerido:Mapfre Seguros Gerais Sa
Advogado:Carlos Antônio Harten Filho (OAB/PE 19357), Veliton Felipe Azevedo de Oliveira (OAB/RO 5476), Ednayr Lemos Silva de Oliveira (OAB/RO 7003)
Data Perícia:
Ficam as partes intimadas, por via de seus Advogados, da data da perícia que realizar-se-á no dia 27 de abril/2017, as10:15 horas; local:LONDON CAR RECYOERADIRA DE VEÍCULOS; sito Rua Boa Vista, Bairro JK, n. 2479 - Ji-Paraná, com o perito nomeado ALESSANDRO FAGUNDES PEREIRA, sendo que o veículo ficará sob análise o término da mesma. O cliente entregará o carro para o perito as 10:15horas e será entrega ao mesmo as 14 horas da mesma data da perícia.

Proc.: 0239278-11.2009.8.22.0005
Ação:Monitória
Requerente:Unimed Ji-Paraná Cooperativa de Trabalho Médico
Advogado:Maria Luiza de Almeida (OAB/RO 200-B), Joao Carlos Veris (OAB/RO 906), Christian Fernandes Rabelo (OAB / RO 333 - B)
Requerido:Ana Karolina Monge Silva Romano Mendonça
Carta precatória - Devolvida:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada da carta precatória devolvida-NEGATIVA.
Maria Luzinete Correia da Mata

Diretora de Cartório

## 2ª VARA CÍVEL

Tribunal de Justiça de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 2ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
Processo nº 0054113-56.2007.8.22.0005
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO RURAL E DOS EMPRESARIOS DO CENTRO DO ESTADO DE RONDONIA - SICOOB CENTRO
EXECUTADO: DILCENIR CAMILO DE MELO
Intimação
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Ji-Paraná - 2ª Vara Cível, fica V. Sa. intimada para se manifestar de acordo com o DESPACHO de fl. 122 dos autos.
Ji-Paraná, 19 de abril de 2017
Helena Nunes Fagundes
Téc. judiciária
Nome: DILCENIR CAMILO DE MELO
Endereço: Rua Belém, - de 1697/1698 a 2137/2138, Valparaíso, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-700 Endereço: Rua Sena Madureira, 2220, Cafezinho, Ji-Paraná - RO - CEP: 76913-119 Endereço: GOIANIA, 1831, NOVA BRASILIA, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-

680 Endereço: Rua Goiânia, 1831, Nova Brasília, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-680 Endereço: Rua Porto Velho, 182, Ouro Preto do Oeste - RO - CEP: 76800-000 Endereço: Rua Sena Madureira, 2220, Cafezinho, Ji-Paraná - RO - CEP: 76913-119 Endereço: AVENIDA DANIEL COMBONI, 1395, 2 ANDAR, UNIÃO, Ouro Preto do Oeste - RO - CEP: 76800-000 Endereço: Rua Belém, 2014, Av. Brasil, nº1.680,, Val Paraíso,, Ji-Paraná - RO - CEP: 76908-700

## 4ª VARA CÍVEL

4º Cartório Cível
Dr. Silvio Viana
Juiz de Direito
Luzia Lopes Castelan
Diretora de Cartório
Lauda n.

Proc.: 0069466-05.2008.8.22.0005
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Henry Anderson Corso Henrique ( 00)
Executado:Martins e Gomes Ltda, Francisco Agenor Goncalves Martins
Advogado:Melissa Maria Valério (OAB/RO 2232)
DESPACHO:
Serve este DESPACHO de alvará judicial para levantamento do valor em favor de Martins e Gomes LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n° 05.986.559/0001.56, ou Maria Gercilene Gomes Martins, brasileira, inscrita no CPF sob o n° 122.376.553-91, ou sua Advogada Mellisa Maria Valério, advogada, inscrita na OAB/RO n° 2232.Não havendo o levantamento do alvará judicial pela advogada no prazo de 5 (cinco) dias, intime-se o executado pessoalmente para comparecer em cartório para retirar o alvará bem como comprovar ser levantamento no prazo de 5 (cinco) dias.Caso não seja efetivado o levantamento, transfira o valor para a conta centralizadora. Após, retornem os autos ao arquivo.Ji-Paraná-RO, quarta-feira, 12 de abril de 2017.Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0001821-55.2011.8.22.0005
Ação:Inventário
Inventariante:Bruno Proença de Oliveira, Camila Proença de Oliveira, Viviann Proença de Oliveira, Maria Eduarda Duncke Fonseca de Oliveira, Rosemi do Carmo da Fonseca da Silva, Ricardo Proença de Oliveira
Advogado:Rosicler Carminato Guedes de Paiva (OAB/RO 526), Américo Guedes de Paiva Neto (OAB/RO 1504), Ricardo Marcelino Braga (OAB/RO 4159), Eduardo Tadeu Jabur (OAB/RO 5070), Delaias Souza de Jesus (RO 1517), Ricardo Marcelino Braga (OAB/RO 4159), Delaias Souza de Jesus (RO 1517)
Inventariado:Espólio de Osmar de Oliveira
DESPACHO:
Promova-se a transferência da quantia de R$ 809,44 para a conta vinculada ao Juízo da 1ª Vara Cível, a ser deduzida do valor depositado na folha 388, como requerido através do ofício de folha 386.Atenda-se a inventariante no prazo de quinze dias o determinado no DESPACHO de folha 391.Sem o devido recolhimento do imposto, arquivem-se.Intimem-se.Ji-Paraná-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0001752-18.2014.8.22.0005
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Armando Pinto
Advogado:Milton Fugiwara (OAB/RO 1194)
Requerido:Banco Santander S. A.
Advogado:Carlos Maximiano Mafra de Laet (OAB/RJ 15.311)
DESPACHO:
Serve este DESPACHO de alvará judicial para levantamento do valor.Após, retornem os autos ao arquivo.Ji-Paraná-RO, quarta-feira, 12 de abril de 2017.Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0006742-86.2013.8.22.0005
Ação:Embargos à Execução
Embargante:Agropecuária Rio Machado Indústria e Comércio Ltda, Geraldo Coleto
Advogado:Nailson Nando Oliveira de Santana (OAB/RO 2634)
Embargado:Banco Bradesco S. A
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
DESPACHO:
Serve este DESPACHO de alvará judicial para levantamento do valor em favor de Agropecuária Rio Machado Indústria e Comércio LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n° 05.788.948/0001-77, ou seu Advogado, Nailson Nando Oliveira de Santana, inscrito na OAB/RO 2634.Caso não haja o levantamento dos valores no prazo de 30 (trinta) dias, transfira para a conta centralizadora.Após, retornem os autos ao arquivo.Ji-Paraná-RO, quarta-feira, 12 de abril de 2017.Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0005588-67.2012.8.22.0005
Ação:Consignação em Pagamento
Requerente:Paulo Sergio Dutra
Advogado:Ana Maria de Assis Carmo (OAB/RO 4147)
Requerido:BANCO CRUZEIRO DO SUL
Advogado:Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875)
DESPACHO:
Serve este DESPACHO de alvará judicial para levantamento do valor em favor de Massa Falida do Banco Cruzeiro do Sul S/A, ou seu advogado Nelson Wilians Fratoni Rodrigues, inscrito na OAB/RO 7875-A.Caso não haja o levantamento dos valores no prazo de 30 (trinta) dias, transfira para a conta centralizadora.Após, retornem os autos ao arquivo.Ji-Paraná-RO, quarta-feira, 12 de abril de 2017. Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0004695-71.2015.8.22.0005
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Strutura Asfaltos S A
Advogado:Michel Kalil Habr Filho (SP 166590)
Executado:Construtora Serra Dourada Ltda
DESPACHO:
(fls.124) Já houve buscas de valores junto ao ao BACENJUD, que restaram infrutíferas.Caso a exequente não requeira de citação editalícia da executada no prazo de quinze dias, arquivem-se os autos.Int.Ji-Paraná-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0009727-57.2015.8.22.0005
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Boasafra Comércio e Representações Ltda
Advogado:Giane Ellen Borgio Barbosa (OAB/RO 2027)
Executado:Geraldo Tavares dos Santos
DESPACHO:
Para que este Juízo promova a realização das diligências requeridas na folha 49, a parte requerente deverá, no prazo de 10 (dez) dias, promover o pagamento da quantia de R$ 15,00 (quinze) reais (para cada uma), nos termos do artigo 17 da Lei Estadual n. 3.896/2016. Decorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.Ji-Paraná-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0005331-71.2014.8.22.0005
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Erica Marinho Cravo
Advogado:Dilney Eduardo Barrionuevo Alves (OAB/RO 301B)

Requerido:Avianca Linhas Aéreas
Advogado:Nailson Nando Oliveira de Santana (OAB/RO 2634), Jamyson de Jesus Nascimento (OAB/RO 1646)
DESPACHO:
Ao cálculo das custas processuais, intimando-se a requerida para recolhimento no prazo de quinze dias.Sem o recolhimento, cumpra-se os termos do artigo 35 e §§, do Regimento de Custas.Após, arquivem-se.Ji-Paraná-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0006319-92.2014.8.22.0005
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S. A
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Executado:E. E. Pinheiro Dutra e Cia Ltda, Geroniy Batista Dutra
DESPACHO:
Manifeste-se o exequente no prazo de quinze dias quanto a resposta negativa de valores a serem bloqueados junto ao BACENJUD, bem como quanto as informações do sistema RENAJUD, conforme espelhos em anexo.Sem manifestação, arquivem-se.Int.Ji-Paraná-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0006893-18.2014.8.22.0005
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Distribuidora de Auto Peças Rondobrás Ltda
Advogado:Edson Cesar Calixto Junior (OAB/RO 3897)
Requerido:Waldineia Caitano de Andrade
DESPACHO:
(fl.80) Defiro a suspensão pelo prazo de 30 dias.Decorrido o prazo de cinco dias após o decurso do prazo e nada sendo requerido, arquivem-se os autos.Int.Ji-Paraná-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Silvio Viana Juiz de Direito
Luzia Lopes Castelan

Diretora de Cartório

## 5ª VARA CÍVEL

5º Cartório Cível

Proc.: 0002990-38.2015.8.22.0005
Ação:Inventário
Inventariante:J. B. dos S. S. M. dos S. L. D. B.
Advogado:Isabel Moreira dos Santos (OAB/RO 4171), Pedro Paixão dos Santos (OAB/RO 1928), Rodrigo Rodrigues (OAB/RO 2902)
Inventariado:E. de J. C. dos S.
DESPACHO:
Vistos.Avoco os autos.Considerando a peculiaridade do caso e o contido no DESPACHO de fl. 687, redesigno a audiência de conciliação para o dia 15/05/2017 às 09:50 horas.Intimem-se as partes, com urgência, nos termos do DESPACHO de fl. 687.Ji-Paraná-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito
MARLETE PERIM
Diretora de Cartório

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Porto Velho - 5ª Vara Cível
Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco, Porto Velho - RO - CEP: 76803-686 - F:( )
Processo nº 0028703-25.2009.8.22.0005
EXEQUENTE: ESTADO DE RONDÔNIA
EXECUTADO: D. DE MORAIS COMERCIO DE MOVEIS, DARCY DE MORAIS
Certidão
Certifico, para os devidos fins de direito, que os presentes autos tramitaram de forma física no Juízo e Cartório da 5ª Vara Cível da Comarca de Ji-Paraná/RO. Desta forma, promovo a redistribuição dos presentes autos ao Juízo Natural. Do que para constar lavrei a presente.
O certificado é verdade e dou fé.
Porto Velho, 19 de abril de 2017
Thiago Marcos Sales Pereira
Diretor de Cartório em Substituição
5ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho/RO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Ji-Paraná - 5ª Vara Cível
Avenida Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná - RO - CEP: 76900-261 - Fone:(69) 34213279
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
COMARCA DE JI-PARANÁ
A T A DE A U D I Ê N C I A
Processo: 7001774.49.2017.8.22.0005
Classe: Interdição
Autores: Alexandre Cavalcante de Almeida
Defensoria: ausente
Interditando: Izaildo Cavalcante de Almeida
Aos 05 (abril) dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete (2017), às 08:00 horas, nesta Cidade e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, na sala de audiências do Edifício do Fórum, onde presente se achava o Exmo Sr. Drs Marcos Alberto Oldakowski, MM. Juiz de Direito, em substituição na 5ª Vara Cível, comigo assessora de juiz a seu cargo, ao final assinado. Em horário já designado, determinou o MM. Juiz que se desse início aos trabalhos para a realização da presente audiência, já anteriormente designada nos autos acima caracterizados, o que foi feito com as observâncias das formalidades legais. Ao pregão, constatou-se a presença do autor, do interditando, da representante do Mistério Público.
Instalada a audiência, colhi o depoimento informal do interditando e do autor. A incapacidade do interditando, tando física quanto mental é visível as características decorrente do retardo mental profundo, com diagnóstico médico expresso pelos CID. 10. F.20. O autor foi ouvido, tendo dito que o interditando tem problemas de saúde desde do nascimento, hoje encontra-se com tratamentos com remédios, as vezes tem comportamento agressivo e não possui qualquer capacidade para exercer os atos da vida civil, necessita de cuidados e monitoramento diário, inclusive para o exercício das atividades cotidianas relacionados a higiene e alimentação diária.
Dada a palavra à representante do Ministério Público, manifestou-se favoravelmente ao pedido de curatela formulado na inicial.
Pelo MM. Juiz foi decidido: Trata-se os autos de pedido de interdição formulado por Alexandre Cavalcante de Almeida em face do seu irmão Izaildo Cavalcante de Almeida, a qual foi diagnosticada com deficiência mental e retardo mental profundo– CID.10 F 20. Dada a palavra ao Ministério Público para parecer com relação ao presente pedido, esse opinou pela procedência da demanda. Relatado, resumidamente. Decido. Desnecessário no caso em tela qualquer exame pericial ou até mesmo prova testemunhal, porque o estado de saúde do interditando é visível, o laudo médico é suficiente para comprovar a incapacidade para o exercício dos atos da vida civil, sendo constatada total ausência de autonomia para o exercício dos atos da vida cotidiana. O interditando, não apresenta lucidez, raciocínio objetivo e lógico, tendo características facilmente perceptíveis de incapacidade para estudo, trabalho e gerenciamento patrimonial, não tendo condições de gerir sozinho sua vida, necessitando do auxílio dos familiares, precisamente seu irmão/requerente. Relatado. Decido. O Estatuto da pessoa com deficiência alterou o ordenamento

jurídico, especialmente o Código Civil, limitando as ações de interdição e curatela, melhor explicando, a Lei 13.146/2016 aboliu a interdição, mantendo apenas a curatela e inovando com a criação do processo de tomada de DECISÃO apoiada. Os artigos que antes regiam o tema no Código Civil, especificamente parte e totalidade dos artigos 3º, 1.767 a 1.773 foram revogados pelo referido Estatuto, não havendo mais que se falar em incapacidade absoluta dos portadores de deficiência, visto que a deficiência não mais afeta a plena capacidade civil, conforme o artigo 6º do da lei 13.146/15, limitando-se a curatela aos atos de natureza patrimonial e negocial, segundo artigo 85 da mesma lei. Atualmente a curatela consiste em medida provisória, a qual deve ser deferida após avaliação de equipe multidisciplinar, observando-se o rito estabelecido nos artigos 747 a 755 do Código de Processo Civil. A parte autora é parte legítima para intentar o pedido, nos termos do artigo 747, inciso I do Código de Processo Civil c/c 1775, § 1º do Código Civil, sendo irmão do interditando, conforme faz prova a certidão de nascimento. O laudo médico atesta que o interditando não tem capacidade para laborar e gerir os atos da vida cotidiana de maneira independente. Desnecessário no caso em tela qualquer exame pericial ou até mesmo prova testemunhal na forma do artigo 751 e 753 do CPC, porque a situação mental do interditando é visível, o que foi possível ser vislumbrada em audiência. Em que pese o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei n. 13.146/2015, ter alterado substancialmente a legislação sobre os portadores de deficiência, tenho que parte das novas disposições legais sobre o tema encontram óbices intransponíveis para serem aplicados, em situação como a dos autos, onde constato que dada a enfermidade que está acometido o interditando, segundo o laudo médico, incapaz de prestar labor e de viver independentemente os atos da vida civil, não vislumbro perspectiva de utilidade de aplicação do estatuído no artigo 84, § 3º da Lei 13.146/2015.Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, com fulcro no art. 487, I do CPC, julgo procedente o pedido inicial para DECLARAR RELATIVAMENTE INCAPAZ para os atos da vida civil Izaildo Cavalcante de Almeida, na forma do art. 4º, III, e de acordo com o art. 1.767, I e do Código Civil, nomeando-lhe na forma do artigo 755, I do CPC Curador Alexandre Cavalcante de Almeida, portador do Cadastro de Pessoas Físicas nº 273.333.498-02 e RG nº 24.470.614-1/SSP/RO, o qual deverá exercer a curatela limitada aos atos e direitos de natureza patrimonial e negocial, conforme artigo 85 da Lei 13.146/2015, devendo a curador atuar como apoiadora no exercício dos demais atos da vida civil, representando-a perante entidades civis, religiosas, terapêuticas e educacionais, INSS, Instituições financeiras, constituir Advogado para ajuizamento de ações em geral na defesa do patrimônio, observando que qualquer valores, por ventura recebidos, estarão sujeitos a prestações de conta, e somente poderão ser movimentados por ordem judicial. Fica o curador cientificado de que deverá prestar contas da administração dos bens e valores eventualmente existentes em nome do interditando se e quando for instada a tanto, devendo por isso manter registro de recebimentos e gastos relativos ao eventual patrimônio,na forma do artigo 84, § 4º da Lei 13.146/2015 ou ainda, nos termos do artigo 763, § 2º do CPC. Confirmo a liminar. Isento de custas, face a Assistência Judiciária. Determino a prestação de contas a cada 2 (dois) anos quanto aos benefícios previdenciários. Em atenção ao disposto no artigo 755, § 3º, do Código de Processo Civil e no artigo 9º, inciso III, do Código Civil: (a) inscreva-se a presente DECISÃO no Registro Civil de Pessoas Naturais desta Comarca; (b) publique-se no diário da justiça eletrônico por três vezes, com intervalo de 10 (dez) dias; (c) dispenso a publicação na imprensa local em inteligência ao disposto no artigo 3º, parágrafo único, da Lei nº 1.060/50, pois agora defiro aos interessados os benefícios da justiça gratuita; (d) com a confirmação da movimentação desta SENTENÇA, fica ela automaticamente publicada na rede mundial de computadores, no portal do PJE do Tribunal de Justiça; (e) publique-se na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça (onde permanecerá pelo prazo de seis meses), ficando dispensado o cumprimento desta determinação enquanto a plataforma não for criada e estiver em efetivo funcionamento. Esta SENTENÇA servirá como edital, publicando-se o DISPOSITIVO dela pelo órgão oficial por três vezes, com intervalo de dez dias; (f) oficie-se ao Cartório Eleitoral da Zona Eleitoral desta comarca, comunicando-se a declaração incapacidade relativa, para as providências pertinentes. Esta SENTENÇA servirá como MANDADO de inscrição, dirigido ao cartório de Registro Civil para as averbações cabíveis. Remeta-se via da SENTENÇA ao Registro Civil da Comarca. Vistas à Defensoria Pública local. Registre-se. DECISÃO transitada em julgado nesta data, cumpridas as deliberações, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais. P. R. I. Transitada em julgado, expeça-se o necessário, após arquivem-se os autos, observadas às formalidades legais. SIRVA A PRESENTE DECISÃO DE TERMO DE CURATELA, CUJO COMPROMISSO FOI FIRMADO PELO REQUERENTE ALEXANDRE CAVALCANTE DE ALMEIDA, PORTADOR DO R G. N. 24.470.614-1, INSCRITO NO CPF N. 273.333.498-02, NESTA OPORTUNIDADE, TENDO ELA SE COMPOMISSADO A CUMPRIR O CARGO DE CURADOR DO INTERDITANDO, NOS TERMOS DA LEI. SIRVA A PRESENTE DECISÃO DE MANDADO DE INSCRIÇÃO NO ASSENTO DE NASCIMENTO DE IZAILDO CAVALCANTE DE ALMEIDA, brasileiro, solteiro, portador do RG n. 24.470.615-3, inscrito no CPF n. 260.158.008-95, registrado no Cartório do Registro Civil da cidade de Diadema/SP, n. 2.109, fls. 197, Livro A-3, residente e domiciliado na Rua Pau Brasil, n. 1557, Bairro Milão, nesta cidade e comarca de Ji-Paraná/RO. Tendo em vista tratar-se de autos processados pelo Sistema PJE, ficam os presentes cientificados que estão dispensados da assinarem a presente ata. Nada mais. Para constar. EU.....(Beatriz Regina Sartor), Secretária do Juiz, o subscrevo.

## 1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
Juíz: Valdecir Ramos de Souza
Diretora de Cartório: Evanilda Aparecida Pereira
Órgão emitente: Primeira Vara Criminal da Comarca de Ji-Paraná - RO
Data: 18 de abril de 2017.
Juiz: Valdecir Ramos de Souza

Proc.: 0014559-41.2012.8.22.0005
Ação Penal
A: Justiça
R. ALISSON LEONES LOPES
Adv.: AGNALDO DOS SANTOS ALVES (OAB/RO 1156)
FINALIDADE: INTIMAR o advogado acima mencionado, da parte dispositiva da SENTENÇA a seguir transcrita: ‘’... POR TODO O EXPOSTO, julgo procedente a denúncia, para Condenar o réu ALISSON LEONNES LOPES, já qualificado nos autos, por infringência do disposto nos artigos 157, parágrafo, incisos I e II, do Código Penal;Passo a dosar a sua pena.Analisando as diretrizes do artigo 59 do Código Penal (circunstâncias judiciais), verifico que a culpabilidade do réu é inerente ao tipo incurso, nada tendo a valorar. Com relação aos antecedentes, a certidão juntada aos autos, demonstra que ele possui condenação com trânsito em julgado, posterior a estes fatos. A conduta social do acusado e personalidade, são voltadas à riminalidade. Os motivos do crime são de somenos importância, mas é certo que procurou conseguir dinheiro sem o menor esforço, o que

já é valorado negativamente pelo legislador, nada tendo a ser valorado neste momento. As circunstâncias foram as normais do tipo. Não há maior consequência a irradiar sobre o fato. Por tudo isso, com base nos artigos 59 e 68 do Código Penal, fixo ao réu a pena base em 04 (quatro) anos e 06 (seis) meses de reclusão. Em razão das causas de aumento previstas no art. 157, § 2º, incisos I, II, do CP, aumento a pena em 1/3 (um terço) em razão de serem quatro qualificadoras, perfazendo a pena de 06 (seis) anos de reclusão.Deixo de aplicar a pena de multa, dada à presunção de pobreza do réu, o qual inclusive foi defendido nestes autos
Mário dilso Corilaço
Chefe de Cartório
Órgão emitente: Primeira Vara Criminal da Comarca de Ji-Paraná - RO
Data: 18 de abril de 2017
Juiz: Valdecir Ramos de Souza

Proc.: 00010535620168220005
Ação Penal
A: Justiça Pública
R. Jeovane Vieira Rodrigues
Adv.: Syrne Lima Felberk de Almeida - OAB/RO 3186
FINALIDADE: Intimar o réu e o Advogado da parte dispositva da SENTENÇA a seguir transcrita:
Resumo da SENTENÇA: "... PELO EXPOSTO, julgo improcedente a denúncia para o fim de ABSOLVER o réu JEOVANE VIEIRA RODRIGUES, já qualificado, das imputações feitas na denúncia, com fulcro no art. 386, III, do CPP..."
Mario Dilso Corilaço
Chefe de Cartório

Proc.: 0003965-26.2016.8.22.0005
Ação:Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Juiz: Edewaldo Fantini Junior
Proc.: 0003965-26.2016.8.22.0005
A: Justiça Pública
R. PABLO ERNANDES PEREIRA SCHNEIDER E OUTROS
Adv.: MAGNUS XAVIER GAMA (OAB/RO 5164)
FINALIDADE: INTIMAR o advogado acima mencionado para apresentar alegações finais nos autos em epígrafe, para o réu Pablo Ernandes Pereira Schneider.
Mário Dilso Corilaço
Diretor de Cartório Substituto
Sugestões e reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via Internet, nos seguintes endereços eletrônicos:
Cartório: jip1criminal@tjro.jus.br
Evanilda Aparecida Pereira

Diretora de Cartório

## 3ª VARA CRIMINAL

3º Cartório Criminal
Oscar Francisco Alves Junior - Juiz de Direito
Cleonice Cabral dos Santos Almeida - Diretora de cartório
Email da Vara: jip3criminal@tjro.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 10 DIAS
Proc.: 0013800-19.2008.8.22.0005
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
DENUNCIADO: DIONES SALES DE SOUZA ou DIONÍSIO SALES DE OLIVEIRA ou DIONE SALES DE OLIVEIRA, brasileiro, filho de João Alves de Souza e Antônia Sales de Oliveira, nascido aos 06/11/1985 em Ji-Paraná/RO, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAR o(s) denunciado(s) acima qualificado(a) para que no prazo de 10 (dez) dias, responda(m) a acusação, por escrito, ciente de que na resposta, poderá(ão) arguir preliminares e alegar(em) tudo o que interesse sua defesa, oferecer(em) documentos e justificações, especificar(em) as provas pretendidas e arrolar(em) testemunhas, ficando advertido que não sendo apresentada a resposta no prazo legal e nem constituído procurador ser-lhe-á(ão) nomeado(s) Defensor Público.
DENÚNCIA RESUMIDA: "No dia 30 de Outubro de 2007, no bairro Primavera, o denunciado, agindo dolosamente e em união de propósitos, com terceira pessoa, menor de idade, subtraiu para si 01(uma) botija de gás de 13kg, 05(cinco) kg de arros, 01(um) relógio, 01(um) cadeado, 03(três) carteiras de cigarro e 01(uma) carteira porta cédulas, da vítima Geraldo Ferreira da Silva. Segundo se apurou a vítima estava dormindo quando o denunciado e a menor S.C.R.N. entraram na residência e subtraíram os objetos. Apurou-se, ainda, que a menor prevalecendo-se da condição de frequentadora da residência sabia da rotina da vítima e dos objetos que poderiam ser subtraídos e convenceu o denunciado a praticar o furto. Assim agindo, o denunciado praticou o crime descrito no artigo 155, §4º, IV, do CP.

Proc.: 0013643-70.2013.8.22.0005
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Maycon Vitoria Almeida, Paulo Dágios
Advogado:Lucas Gatelli de Souza (OAB RO 7232)
DESPACHO:
VISTOS. Nos autos consta que o acusado Paulo está representado por uma banca de advogados e não por um patrono isoladamente. Portanto, mantenho o ato de fl.126.Ji-Paraná-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Oscar Francisco Alves Júnior Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO
(Prazo 05 dias)
Proc.: 0014792-67.2014.8.22.0005
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: CRECENCIO CORREA, brasileiro, casado, construtor, filho de Nicolau Corrêa e Erica da Silva, portador do RG n. 320.**9, natural de Francisco Beltrão/PR, nascido em 30/10/1980.
Advogado: Dário Alves Correa (OAB/RO 2092)
FINALIDADE: INTIMAR o réu acima qualificado, bem como seu advogado, da SENTENÇA a seguir transcrita:
"VISTOS. Foi instaurada ação penal em face de CRECENCIO CORREA por infração ao artigo 306, caput, da Lei 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro – CTB) [1º fato], artigo 138 c.c artigo 141, inciso II, do Código Penal [2º fato], em virtude de fatos ocorridos em 27/09/2014. Aos 22/04/2015, considerando que o acusado preenchia os requisitos legais, foi proposta a suspensão do processo, pelo período de dois anos, na forma do art. 89 da Lei 9.099/95, a qual foi aceita, conforme se infere do termo de fl.52. Após o decurso do prazo necessário e a comprovação de que o réu cumpriu com as condições estabelecidas (fl.67vº), o Ministério Público se manifestou pela extinção da punibilidade (fl.68). Acolho o parecer ministerial pelos seus próprios e jurídicos fundamentos. Posto isto, declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE de CRECENCIO CORREA, com fundamento no art.89, parágrafo 5º da Lei 9.099/95, determinando as baixas e anotações necessárias. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 13 de abril de 2017. Oscar Francisco Alves Júnior. Juiz de Direito."
Cleonice Cabral dos Santos Almeida
Diretora de cartório

# SEGUNDA ENTRÂNCIA

## COMARCA DE ARIQUEMES

### 1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal

Proc.: 0006340-43.2015.8.22.0002
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia.
Advogado:Promotor de Justiça (RO 1111)
Denunciado:Matheus Rege Zilio
Advogado:Reginaldo Ferreira dos Samtos (5947 RO )
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Vara: 1ª Vara Criminal
SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUÍZO OU CONTATE-NOS VIA INTERNET
End. eletrônico: aqs1criminal@tj.ro.gov.br
Juiz: Dr. Alex Balmant
Diretora de Cartório: Aleksandra Aparecida Gaienski
Autos n. 0006340-43.2015.22.0002
Classe: Ação Penal
Réu: Matheus Rege Zilio.
Advogado: Dr. Reginaldo Ferreira dos Santos OAB/RO 5947, com escritório na Avenida Tucano, n. 241-A, Bairro Jardim das Palmeiras, Ariquemes/RO.
FINALIDADE: INTIMAR o advogado acima, da designação de audiência para o dia 12/07/2017 às 08:00hs, a ser realizada na Sala de Audiência da 1ª Vara Criminal de Ariquemes/RO.
Ariquemes-RO, 18 de Abril de 2017.
Aleksandra Aparecida Gaienski
Diretora de Cartório
Aleksandra Aparecida Gaienski

Escrivã Judicial

### 2ª VARA CRIMINAL

2º Cartório Criminal
2º Cartório Criminal
Juiza: Cláudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Diretora de Cartório: Caroline da Silva Modesto
E-mail:aqs2criminal@tjro.jus.br

Proc.: 0008954-55.2014.8.22.0002
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:M. P. do E. de R.
Denunciado:A. C. L.
Advogado:Márcio André de Amorim Gomes. (OAB/RO 4458)
DESPACHO:
Vistos.Recebo o recurso (art. 593, CPP).Vistas à Defesa para apresentar razões recursais, e, após, ao Ministério Público para contrarrazões, no prazo legal (art. 600, do CPP).Após, subam os autos ao e. TJ/RO com nossos cumprimentos.Ariquemes-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito
Caroline da Silva Modesto

Diretora de Cartório

### 1ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 1ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110 - Fone:(69) 35352493 Processo nº: 7006153-76.2016.8.22.0002
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)
AUTOR: RENE CARLOS FREY NETO
Advogado do(a) AUTOR: SANDRA REGINA DA SILVA OLIVEIRA - RO6490
RÉU: FREY RONDONIA FLORESTAL S A, SERGIO FREY, NANCY MIRIAN FREY, CMI PARTICIPACOES S/A.
Advogado do(a) RÉU:
Advogado do(a) RÉU:
Advogado do(a) RÉU:
Advogado do(a) RÉU:
Nome: FREY RONDONIA FLORESTAL S A
Endereço: Km 07, Cx Postal 339, Zona Rural, Ariquemes - RO - CEP: 76870-000
Nome: SERGIO FREY
Endereço: Rua Morretes, 184, apto 11, Portão, Curitiba - PR - CEP: 80610-150
Nome: NANCY MIRIAN FREY
Endereço: Rua Morretes, 636, apto 403, Portão, Curitiba - PR - CEP: 80610-150
Nome: CMI PARTICIPACOES S/A.
Endereço: Avenida Juscelino Kubitschek, 2316, Setor 04, Ariquemes - RO - CEP: 76873-500
Vistos e examinados.
O requerente postulou pela renúncia do direito sobre o qual se funda a ação da ação nos termos da legislação vigente, sendo de rigor sua homologação e extinção do feito. Todavia, não há amparo legal para devolução das custas processuais, conforme art. 5º da Instrução n. 009/2010-PR, motivo pelo qual indefiro pleito.
Posto isso e com fulcro no artigo 487, III, “c” do Novo Código de Processo Civil, homologo a renúncia à pretensão formulada pelo autor nestes autos, e por conseguinte declaro extinto o feito, com resolução do MÉRITO.
Com o trânsito em julgado e cumpridas as formalidades legais, arquive-se.
Sem honorários e custas.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Ariquemes, 11 de abril de 2017.
DEISY CRISTHIAN LORENA DE OLIVEIRA FERRAZ
Juíza de Direito
Processo n.: 7001200-35.2017.8.22.0002
Classe: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69)
AUTOR: JESSICA EVARISTO FONSECA, JEFERSON EVARISTO FONSECA
RÉU: ARISTEU LUIZ DA FONSECA
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Ariquemes - 1ª Vara Cível, fica V. Sa. intimada para, no prazo de 05 dias, especificar as provas que pretende produzir, justificando sua necessidade.
Ariquemes, 19 de abril de 2017.
MARIA EDINEIA DA CUNHA OLIVEIRA

Proc.: 0002157-63.2014.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Mirian Silva Barbosa e Barbosa
Advogado:Vinicius Vecchi de Carvalho Ferreira (RO 4466)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Fica a parte Autora, por via de seu advogado, Intimada para no prazo de 05 dias, manifestar-se quanto ao retorno dos autos do Tribunal Regional Federal, iniciando a fase de cumprimento de SENTENÇA, no PJE, caso queira.

Proc.: 0003309-15.2015.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Grisóste Felix Soares, Maria Nazaré Soares
Advogado:Nelson Barbosa. (OAB/RO 2529)
Requerido:Viação Nova Integração Ltda, Companhia Mutual de Seguros Em Liquidação Extrajudicial
Advogado:Advogado Não Informado ( ), Edson Ferreira do Nascimento ( 296-B), Matheus Evaristo Sant Ana (RO 3230), Pedro Roberto Romão (SP 209.551)
Carta precatória - retirar:
-Fica a parte requerida, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0008664-45.2011.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Friedeberto Guenter Gutknecht
Advogado:Helena Maria Piemonte Pereira Debowski. (OAB/RO 2476)
Requerido:Gregório Garcia Fernandes, José Joaquim Teixeira, Lourdes Prates Fernandes
Advogado:Advogado Não Informado ( ), JoÃo Henrique Ribeiro Rezende (OAB/SP 230.870)
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl 261: (teor)
CERTIFICO QUE, DEIXEI DE CITAR LOURDES PRATES FERNANDES POR NÃO A TER LOCALIZADO, EM DILIGENCIA PELA RUA SABIÁ, SETOR 02, NÃO LOCALIZEI O NUMERO INDICADO, INDAGUEI ALGUMAS PESSOAS E NÃO ENCONTREI QUEM A CONHECESSE. DOU FÉ.

Proc.: 0006431-36.2015.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Requerente:Banco Gmac S.a. Matriz
Advogado:Manoel Archanjo Dama Filho (RO 4658), Marcelo Brasil Saliba (RO 5258)
Requerido:Micele Albano de Moraes
Prosseguimento - Decorrida Suspl
Fica a parte requerida intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito, com a providência de acordo com o caso, face o decurso do prazo de suspensão.

Proc.: 0008938-67.2015.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ivonete dos Santos Rosa
Advogado:Taviana Moura Cavalcanti (RO 5.334)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Ariquemes. Eletrobrás
Advogado:Gabriela de Lima Torres (OAB/RO 5714)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 150,36, sob pena de inscrição na dívida ativa e protesto.

Proc.: 0003930-12.2015.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Nezia Pereira Rodrigues
Advogado:Paula Isabela dos Santos (RO 6554)
Requerido:Banco Bonsucesso Sa
Advogado:Celso Henrique dos Santos (MG 110.394), William Batista NÉsio (OAB/RO 4.950), Ivan Mercedo de Andrade Moreira ( 4948)
Honorários Periciais:
Fica a parte requerida intimada. por seu advogado, a efetuar o depósito dos honorários periciais no valor de R$ 2.800,00,conforme proposta fls.122

Proc.: 0015700-41.2011.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:A. Mello Comércio e Indústria Ltda - Trans Iramel Ict Mad. Ltda
Advogado:Denis Augusto Monteiro Lopes. (OAB/RO 2433)
Executado:Z.a. Industrial Madeira e Móveis Ltda Epp
Fica a parte Autora, por via de seu advogado, Intimada para no prazo de 05 dias, recolher a diferença da diligência do oficial de justiça.

Proc.: 0001522-48.2015.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Loide Ferreira Ramos da Silva
Advogado:Nicolau Nunes de Mayo Junior ( OAB/RO 2629)
Requerido:Banco Votorantim S A
Advogado:Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei. (OAB/PE 21678), Andréia Alves dos Santos. (OAB/RO 4878)
Guia de depósito:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias intimada da juntada da guia de depósito.

Proc.: 0009506-83.2015.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Faustino Novais
Advogado:Marcos Roberto Faccin. (OAB/RO 1453)
Requerido:L. A. M. Folini Cobranças Me. Mundial Editora
Advogado:Divalle Agustinho Filho (OAB/SP 128.125)
Ficam as partes, por via de seu(s) advogado(s), intimadas sobre a juntada de informação do Serviço central de Proteção ao Crédit, no prazo de 05 dias.

Proc.: 0015507-21.2014.8.22.0002
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Comércio de Madeira Europa Ltda
Advogado:Leonardo Henrique Berkembrock (OAB/RO 4641)
Executado:Sergio Soares dos Santos
Fica a parte Autora, por via de seu(s) advogado(s), intimada para se manifestar sobre a penhora, no prazo de 05 dias.

Proc.: 0013398-97.2015.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Luizinho de Souza
Advogado:Silvana Ferreira (OAB/RO 6695)
Requerido:Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda, Cometa Center Car Veículos Ltda
Advogado:Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB/MG 63.440), Patricia Jorge da Cunha Viana Dantas (OAB/MT 8014)
Laudo Pericial:
Ficam as partes, por via de seus Advogados(as), no prazo de 05 dias, se manifestarem sobre o Laudo Pericial.

Proc.: 0023640-28.2009.8.22.0002
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia.
Advogado:Promotor de Justiça (DNI DNI)
Inventariado:Anderson Ferreira de Lima, Ilda Tironi dos Santos
Advogado:Arlindo Frare Neto (OAB/RO 3811)
SENTENÇA:
Vistos e examinados O exequente requereu a desistência do cumprimento de SENTENÇA, ao argumento de inexequibilidade do título neste momento, notadamente por depender diretamente da implantação dos módulos de regularização ambiental e do vencimento do termo final para inscrição do CAR, sendo de rigor a extinção do feito. Posto isso, DECLARO EXTINTO O CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, com fundamento no art. 485, VIII c.c 775 e 771, parágrafo único do NCPC. Sem custas e honorários. Trânsito lógico (CPC, 1000). Cumpridas as formalidades legais, arquive-se. P.R.I.C. Ariquemes-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017. Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0002591-57.2011.8.22.0002
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia.
Advogado:Promotor de Justiça (RO 1111)
Requerido:Joaquim Ribeiro de Macedo
Advogado:Édio José Ghellere. ( OAB/RO 2121)
SENTENÇA:
Vistos e examinados O exequente requereu a desistência do cumprimento de SENTENÇA, ao argumento de inexequibilidade do título neste momento, notadamente por depender diretamente da implantação dos módulos de regularização ambiental e do vencimento do termo final para inscrição do CAR, sendo de rigor a extinção do feito. Posto isso, DECLARO EXTINTO O CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, com fundamento no art. 485, VIII c.c 775 e 771, parágrafo único do NCPC. Sem custas e honorários. Trânsito lógico (CPC, 1000). Cumpridas as formalidades legais, arquive-se. P.R.I.C. Ariquemes-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017. Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0002606-89.2012.8.22.0002
Ação:Ação Civil Pública
Requerente:Ministério Público do Estado de Rondônia.
Advogado:Promotor de Justiça (RO 1111)
Requerido:Cloves Gomes de Souza.
Advogado:Cloves Gomes de Souza. (OAB/RO 385B)
SENTENÇA:
Vistos e examinados O exequente requereu a desistência do cumprimento de SENTENÇA, ao argumento de inexequibilidade do título neste momento, notadamente por depender diretamente da implantação dos módulos de regularização ambiental e do vencimento do termo final para inscrição do CAR, sendo de rigor a extinção do feito, haja vista a desnecessidade de anuência da parte executada. Posto isso, DECLARO EXTINTO O CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, com fundamento no art. 485, VIII c.c 775 e 771, parágrafo único do NCPC. Sem custas e honorários. Trânsito lógico (CPC, 1000). Cumpridas as formalidades legais, arquive-se. P.R.I.C. Ariquemes-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0011186-40.2014.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco do Brasil S.a Matriz Brasília
Advogado:Rafael Sganzerla Durand (OAB/RO 4.872-A)
Executado:Verlingeton Cruz Beleza
Advogado:Fábio Feitosa Bernardo (RO 3264)
DESPACHO:
Vistos 1 - Para fins de novas pesquisas (INFOJUD e RENAJUD), é mister a juntada das taxas correspondentes, o que não foi acostada aos autos, nos termos do art. 12 da Lei de Custas do Estado, motivo pelo indefiro o pleito, por ora. 2 - Intime-se a parte exequente para acostar o comprovante de pagamento das taxas relativas a cada pesquisa solicitada, em 5 dias, ou requeira o que entender pertinente, sob pena de extinção. Ariquemes-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0002642-29.2015.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Josiane Aparecida Silva
Advogado:Marcos Roberto Faccin. (OAB/RO 1453)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
DESPACHO:
Vistos 1 - Intime-se a parte autora para manifestar sobre a petição e documentos de fl. 105 e seguintes, em que o INSS traz à baila os cálculos da verba retroativa no sistema de execução invertida, em 5 dias. 2 - Consigne-se que seu silêncio importará em anuência e reconhecimento de cumprimento da SENTENÇA, bem como concordância com extinção dos autos eletrônicos n. 7000893-81.2017.8.22.0002 por perda do objeto. Ariquemes-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito
Márcia Kanazawa

Escrivã

## 2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível
2ª Vâra Cível, Infância e Juventude da Comarca de Ariquemes-RO.
Juiza de Direito Drª Elisangela Nogueira
Sugestões e reclamações façam-nas pessoalmente a Diretora de Cartório Vânia de Oliveira ou via internet através do e-mail: aqs2civel@tjro.jus.br

Proc.: 0014589-17.2014.8.22.0002
Ação:Execução Fiscal
Exequente:União Federal
Advogado:Jersilene de Souza Moura (OAB/RO 1676)
Executado:Administradora Progresso Ltda, Oscar Galvão Rabelo, Flávio Silvestre
Advogado:Advogado Não Informado ( ), Não Informado ( ), Oscar Galvão Rabelo (OAB/RO 6632), Não Informado ( ), Oscar Galvão Rabelo (OAB/RO 6632)
DECISÃO:
Inicialmente, impende indeferir o requerimento constante à fl. 123, notadamente porque não vislumbro nenhum cerceamento na defesa e/ou quanto aos prazos para manifestação dos executados, notadamente porque as defesas destes já foram devidamente apresentadas às fls. 96/116, motivo pelo qual indefiro o pedido de devolução do prazo recursal. No que tange ao argumento de erro deste juízo quanto a impossibilidade da realização da desconsideração da personalidade jurídica nos próprios autos, não vislumbro razão para modificação do minucioso posicionamento adotado por esta magistrada na DECISÃO de fls. 91/92, uma vez que o pedido de inclusão dos sócios da empresa executada no polo passivo se deu muito antes da entrada em vigor do novo código civil.Desta feita, mister se faz salientar que as mudanças trazidas pela nova lei processual não impedem a análise dos pedidos que já constavam nos autos antes de tal modificação, se assim não fosse, indubitavelmente a alteração das normas trariam um retrocesso devastador a todos os atos processuais já praticado.Ademais, imperioso ainda observar que o fato da desconsideração da personalidade jurídica ter sido deferida neste feito nada impediu o exercício do direito ao contraditório e a ampla defesa pelos sócios ora executados, entretanto, ainda assim, estes se limitaram a arguir que não houve o encerramento irregular das atividades da empresa executada, no entanto, não trouxeram nenhuma prova hábil a demonstrar que notificou as autoridades competentes da referida mudança de endereço, tampouco sequer trouxeram prova quanto ao efetivo funcionamento das suas atividades em novo endereço.Por todo o exposto, não vislumbro razão para o acolhimento dos pedidos de fls. 96/117, motivo pelo qual mantenho a desconsideração da personalidade jurídica e de consequência defiro a realização da penhora on line via sistema Bacenjud nas contas dos respectivos sócios.O bloqueio on-line restou parcialmente frutífero, conforme detalhamento anexo, sendo bloqueada a importância de R$ 2.596,60, que torno indisponível (art. 854, §§ 1º e 2º, NCPC).Intime-se o executado, Oscar Galvão Rabelo, na pessoa de seu patrono, para, querendo, manifestar-se, em 05 dias, nos termos do art. 854, § 3º, do NCPC.Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, voltem os autos conclusos.VIAS DESTE SERVEM DE CARTA/ MANDADO E CARTA PRECATÓRIA.Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de abril de 2017.Elisângela Nogueira Juíza de Direito

Proc.: 0011568-38.2011.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Manoel Carneiro da Silva Filho
Advogado:Karine Guerreiro de Paula Rodrigues Vilela ( OAB/RO 3140), Advarci Guerreiro de Paula Rosa ( )
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DECISÃO:
1. Presentes as condições da ação e os pressupostos processuais. Não há irregularidades a sanar, nem nulidades a declarar. Processo em ordem. Declaro saneado o feito, fixando como ponto controvertido a incapacidade total ou parcial, temporária ou definitiva da parte autora para o trabalho, bem como sua qualidade de segurado da previdência social. 2. Defiro o pedido de produção de prova testemunhal, pericial e juntada de novos documentos. 3. Nomeio como perita a Dra. PATRÍCIA ARAÚJO, para a qual arbitro honorários periciais no valor de R$ 600,00 conforme previsão do parágrafo único, do art. 3º, da Resolução n. 541, do Conselho da Justiça Federal, de 18/01/2007, que possibilita a majoração dos honorários em até três vezes o limite máximo. Justifico a majoração em razão da dificuldade na indicação e aceitação de profissional especializado para realizar a perícia que, repise-se, é imprescindível para a instrução do feito, além de ter sido este o valor aceito pelos peritos em outros processos similares. Informo ao perito que, de acordo com o art. 3º, da citada Resolução, o pagamento dos honorários periciais só se dará após o término do prazo para que as partes se manifestem sobre o laudo; Havendo solicitação de esclarecimento por escrito ou em audiência, depois de prestados. Tal determinação está em consonância com o disposto na Resolução nº 541, do CJF. É que na Justiça Federal existe procedimento para pagamento dos honorários periciais, através de convênio com o INSS. 3.1 Em contato verbal com a médica supramencionada, esta aceitou o encargo, indicando data e horário para a realização da perícia, a qual designou o dia 5 de maio de 2017, às 14h30min., no Espaço Saúde, situado na Alameda Fortaleza, nº 2179, Setor 03, nesta cidade, ocasião em que a perita averiguará se o autor possui alguma enfermidade, em caso positivo, se a mesma a torna incapaz para o trabalho e se eventual incapacidade é definitiva ou temporária, total ou parcial, indicando, no último caso, o tratamento aplicável e o tempo estimado O laudo, que além do exame médico avaliativo do perito deverá responder objetivamente aos quesitos padronizados por este juízo, que se encontram discriminados abaixo, e os que, porventura forem apresentados pelas partes, devendo ser apresentado no cartório da Vara, em 30 dias após a data da realização da perícia. 4. Sem prejuízo, intime-se a parte autora (que não será intimada pessoalmente, exceto quando se tratar de causa patrocinada pela Defensoria Pública), por meio de seu advogado, para comparecer na data e local acima mencionados, para a realização da perícia, munida de todos os exames, bem como para nomear assistente técnico, caso queira, no prazo de 15 dias, a contar da intimação desta DECISÃO. 4.1 Intime-se o requerido da perícia designada, bem como para nomear assistente técnico, caso queira, no prazo de 15 dias, a contar da intimação desta DECISÃO. 5. Registro que o não comparecimento da parte autora na data da perícia, sem apresentação de justificativa de sua ausência comprovada mediante documento idôneo, no prazo de 5 dias, após a data da perícia importará em desistência da prova pericial, seguindo-se o feito o seu trâmite normal. 6. Apresentado o laudo, solicite-se o pagamento dos honorários periciais no sistema AJG da Justiça Federal. 7. Após, intimem-se as partes para manifestação acerca da perícia, no prazo comum, no prazo comum de 15 dias (art. 477, §1º, CPC). 8. Deixo para designar audiência de instrução e julgamento para após a vinda do laudo pericial nos autos. 9. Expeça-se o necessário.SERVE A PRESENTE DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.Ariquemes-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017. Elisângela Nogueira Juíza de Direito

Proc.: 0008100-27.2015.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Suely Maiza D Avassi
Advogado:Omar Vicente (RO 6.608)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DECISÃO:
DECISÃO SANEADORA1. Presentes as condições da ação e os pressupostos processuais. Não há irregularidades a sanar, nem nulidades a declarar. Processo em ordem. Declaro saneado o feito, fixando como ponto controvertido a incapacidade total ou parcial, temporária ou definitiva da parte autora para o trabalho, bem como sua qualidade de segurado da previdência social.2. Defiro o pedido de produção de prova testemunhal, pericial e juntada de novos documentos.3. Nomeio como perita a Dra. PATRÍCIA ARAÚJO, para a qual arbitro honorários periciais no valor de R$ 600,00 conforme previsão do parágrafo único, do art. 3º, da Resolução n. 541, do Conselho da Justiça Federal, de 18/01/2007, que possibilita a majoração dos honorários em até três vezes o limite máximo. Justifico a majoração em razão da dificuldade na indicação e aceitação de profissional especializado para realizar a perícia que, repise-se, é imprescindível para a instrução do feito, além de ter sido este o valor aceito pelos peritos em outros processos similares. Informo ao perito que, de acordo com o art. 3º, da citada Resolução, o pagamento dos honorários periciais só se dará após o término do prazo para que as partes se manifestem sobre o laudo; Havendo solicitação de esclarecimento por escrito ou em audiência, depois de prestados. Tal determinação está em consonância com o disposto na Resolução nº 541, do CJF. É que na Justiça Federal existe procedimento para pagamento dos honorários periciais, através de convênio com o INSS. 3.1 Em contato verbal com a médica supramencionada, esta aceitou o encargo, indicando data e horário para a realização da perícia, a qual designou o dia 5 de maio de 2017, às 14 horas, no Espaço Saúde, situado na Alameda Fortaleza, nº 2179, Setor 03, nesta cidade, ocasião em que a perita averiguará se o autor possui alguma enfermidade, em caso positivo, se a mesma a torna incapaz para o trabalho e se eventual incapacidade é definitiva ou temporária, total ou parcial, indicando, no último caso, o tratamento aplicável e o tempo estimado O laudo, que além do exame médico avaliativo do perito deverá responder objetivamente aos quesitos padronizados por este juízo, que se encontram discriminados abaixo, e os que, porventura forem apresentados pelas partes, devendo ser apresentado no cartório da Vara, em 30 dias após a data da realização da perícia.4. Sem prejuízo, intime-se a parte autora (que não será intimada pessoalmente, exceto quando se tratar de causa patrocinada pela Defensoria Pública), por meio de seu advogado, para comparecer na data e local acima mencionados, para a realização da perícia, munida de todos os exames, bem como para nomear assistente técnico, caso queira, no prazo de 15 dias, a contar da intimação desta DECISÃO. 4.1 Intime-se o requerido da perícia designada, bem como para nomear assistente técnico, caso queira, no prazo de 15 dias, a contar da intimação desta DECISÃO.5. Registro que o não comparecimento da parte autora na data da perícia, sem apresentação de justificativa de sua ausência comprovada mediante documento idôneo, no prazo de 5 dias, após a data da perícia importará em desistência da prova pericial, seguindo-se o feito o seu trâmite normal.6. Apresentado o laudo, solicite-se o pagamento dos honorários periciais no sistema AJG da Justiça Federal. 7. Após, intimem-se as partes para manifestação acerca da perícia, no prazo comum, no prazo comum de 15 dias (art. 477, §1º, CPC).8. Expeça-se o necessário.SERVE A PRESENTE DE MANDADO DE INTIMAÇÃO/CARTA/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.Ariquemes-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Elisângela Nogueira Juíza de Direito

Proc.: 0071920-30.2009.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Joana Januária Pupin
Advogado:Cloves Gomes de Souza. (OAB/RO 385B)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (OAB/RO 2469)
DESPACHO:
Defiro o pedido formulado pela autora à f. 220.Após o levantamento dos documentos que deverão ser substituídos por cópias, arquivem-se os autos com baixas.Ariquemes-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Elisângela Nogueira Juíza de Direito

Proc.: 0017079-12.2014.8.22.0002
Ação:Inventário
Inventariante:Sueli Gomes de Almeida
Advogado:Elaine Tetzner de Oliveira Reis (OAB/RO 4729), Jaime Ferreira. (OAB/RO 2172)
Inventariado:Adalto Martins
DESPACHO:
Defiro o pedido de fls. 198 e suspendo o andamento do feito por 20 (vinte) dias. Decorrido o referido prazo sem manifestação, intime-se a inventariante a dar andamento ao feito, no prazo de 05 dias.Ariquemes-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Elisângela Nogueira Juíza de Direito

Proc.: 0011017-19.2015.8.22.0002
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Motorpeças Retífica Ltda Me, Líder Bombas Injetoras Ltda. - ME
Advogado:Dorihana Borges Borille (RO 6.597), Larissa Aléssio Carati (RO 6613), Dorihana Borges Borille (RO 6.597)
Requerido:Emanuel Ferreira da Costa
DESPACHO:
Verifica-se que a parte requerente, apesar de devidamente intimada para dar andamento ao feito, permaneceu-se inerte, conforme certidão de fls. 52-v.Assim, tendo em vista se tratar de cumprimento de SENTENÇA, deve o feito ser arquivado, facultado à parte interessada promover o seu desarquivamento. Procedidas as baixas e anotações necessárias, arquive-se.Ariquemes-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Elisângela Nogueira Juíza de Direito

Proc.: 0007596-21.2015.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Exequente:Igapó Motos Ltda Me
Advogado:Dênio Franco Silva (OAB/RO 4212)
Executado:Edilson Albani Procopio
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
Intime-se pessoalmente a parte exequente para dar andamento ao feito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção do processo (art.485, III, §1º, CPC). VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO / CARTA.Ariquemes-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Elisângela Nogueira Juíza de Direito
Vânia de Oliveira

Diretora de Cartório

## 3ª VARA CÍVEL

Proc.: 0022136-21.2008.8.22.0002
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Abel Soares. Espólio
Advogado:Josimar Oliveira Muniz. (RO 912)
Executado:Elizabeth Iglesias
Advogado:Corina Fernandes Pereira. ( OAB/RO 2074)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fls. 479v.: "Certifico que decorreu o prazo sem manifestação da executada, quanto à intimação de fls. 479v."

Proc.: 0072796-92.2003.8.22.0002
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Advogado Não Informado ( )
Executado:Chaves e Carvalho Ltda ME, Marliane Nogueira de Carvalho, Ronaldo Pereira Chaves
Advogado:Pedro Riola dos Santos Junior. ( OAB/RO 2640), Fernando Martins Gonçalves. (OAB/RO 834), Suzana Avelar de Sant Ana. (OAB/RO 3746), Pedro Riola dos Santos Junior. ( OAB/RO 2640), Fernando Martins Gonçalves. (OAB/RO 834), Suzana Avelar de Sant Ana. (OAB/RO 3746), Advogado Não Informado ( )
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos, etc.Trata-se de Execução Fiscal proposta pela Fazenda Estadual em desfavor de CHAVES E CARVALHO LTDA ME e outros.À fl. 105 dos autos foi requerido o desarquivamento dos autos pelos executados, os quais alegaram a prescrição intercorrente do crédito executado, considerando a inércia do credor por tempo superior a cinco anos.A Fazenda Pública por seu turno afirma que não foi intimada da DECISÃO que determinou o arquivamento provisório, permanecendo assim até a data em que tomou conhecimento da insurgência dos executados, ou seja, sequer tinha conhecimento do arquivamento.Alega que não prosperam as alegações dos executados, porquanto para figurar a prescrição intercorrente não basta a deflagração do lapso temporal, mas a demonstração da inércia do credor, o que não ocorreu nos autos.Pois bem.Observando as informações constantes nos autos de execução fiscal verifica-se que já transcorreu o prazo determinado na Lei de Execução Fiscal para o alcance da prescrição intercorrente, devendo ser acolhidos os argumentos levantados pelos executados. Vejamos.À fl. 102 foi requerido pelo credor a suspensão do feito por um ano, nos termos do art. 40, caput da Lei 6.830/80.Ante o pedido e a fluência de aproximados nove meses sem movimentação do feito, praticamente alcançado o prazo de suspensão, o magistrado encaminhou os autos ao arquivo provisório, para o fim de aguardar o prazo prescricional ficando o feito, por seis anos arquivado sem movimentação.Com efeito, o art. 40, §2º da Lei 6.830/80 determina a contagem do prazo prescricional de cinco anos (intercorrente) contabilizados após um ano de suspensão da execução. Nesse sentido:EMENTA: EXECUÇÃO FISCAL. FAZENDA PÚBLICA. ARQUIVAMENTO SEM BAIXA. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. POSSIBILIDADE. Com a redação do § 2º do art. 40 da LEF, possível é ao juiz decretar a prescrição intercorrente, se, após o arquivamento provisório da execução fiscal, por não haver sido localizados bens do devedor, decorre o lapso ininterrupto de cinco anos sem que a Fazenda Pública impulsione o feito (Apelação Cível n. 100.017.2001.004817-7. Relator: Desembargador RENATO MIMESSI. DECISÃO:"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.". Publicado no DJ do dia 17/05/2007)Como bem apontado pelos executados, a Súmula 314 do STJ estabelece que o prazo prescricional flui imediatamente após o transcurso da suspensão por um ano, prevista no art. 40, caput da Lei 6.830/80. Logo, beira o absurdo o credor alegar que desconhecia o arquivamento do processo pois não foi intimado.Ora, a Fazenda propôs a ação na busca de crédito de seu interesse, cujo impulso e requerimentos para alcance satisfatório de seu direito são ônus que lhe cabem, assim como o acompanhamento do andamento processual de seus feitos, já que afirma que atua regularmente em seus processos. Feito o pedido de suspensão por um ano e, transcorrido mais de um ano sem outra movimentação, cabe ao credor averiguar e movimentar o processo, já que a fluência do prazo prescricional ocorre imediatamente.Portanto, alegar que sua inércia por mais de cinco anos decorreu por falta de intimação é onerar tanto ao Poder Judiciário quanto ao executado, eis que o processo ficou paralisado sem qualquer iniciativa do credor, seja indicando bens à penhora, seja em requerimentos úteis para alcançar garantias da dívida executada.Neste ponto, importante o aresto a seguir:Ementa: EXECUÇÃO FISCAL. ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. Requerida a suspensão do

processo de execução fiscal, pela Fazenda Pública, não há suporte na norma aplicável (art. 40, § 2º, da LEF) para sua intimação do correspondente do arquivamento, o qual é consequência direta do ato. Findo o prazo de suspensão, tem início a contagem do prazo prescricional. Precedentes. EXECUÇÃO FISCAL. CRÉDITO NÃO-TRIBUTÁRIO. PRESCRIÇÃO. REQUISITOS. 1. I - É de 05 (cinco) anos o prazo da prescrição aplicável aos processos de execução fiscal. II - O pronunciamento da prescrição, de ofício, inclusive a intercorrente, é compatível com os processos de execução fiscal, desde que precedido da diligência tratada no § 4º do artigo 40 da Lei nº 6.830 /1980, a qual pode ser suprida em sede revisional. (Verbete nº 24/2008 do TRT da 10ª Região). 2. Inaplicabilidade do artigo 23, § 5º, da Lei nº 8.036 /1990, que ostenta como objeto apenas os próprios recolhimentos para o FGTS.Voltando aos autos, no feito não se encontrou bens do devedor, tendo sido requerida a suspensão por um ano, em 29/06/2009, o qual transcorreu sem nenhuma novidade, sendo o feito arquivado em 08/03/2010, dando-se início ao prazo de 05 anos para prescrição intercorrente. Assim, a prescrição já se configurou desde o ano de 2015 fulminando o direito da Fazenda Pública.Ante o exposto, reconhecendo que o direito à persecução encontra-se prescrito, JULGO EXTINTA a presente execução fiscal, com fundamento no art. 174, caput, do CTN, c/c o art. 487, II, do CPC.Encaminhe-se para reexame necessário, nos termos do artigo 496, §3º do CPC. Sem custas e honorários.Após o trânsito em julgado e observadas as formalidades legais, arquivem-se. P.R.I.C.Ariquemes-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0138093-07.2007.8.22.0002
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Queiroz e Alves Ltda - Me - Renop Renovadora de Pneus
Advogado:William Alves Jacintho Rodrigues (OAB/RO 3272)
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Procurador do Estado de Rondônia ( )
DESPACHO:
Vistos, Ante o julgamento do recurso que fixou honorários em favor do Estado de Rondônia na fase de liquidação de SENTENÇA, bem como o cumprimento de SENTENÇA deve ser instaurado junto ao PJE, arquive-se estes autos.Ariquemes-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0016959-03.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Canaã Geração de Energia Sa Antiga Mega Energia e Investimentos e Participações S.a
Advogado:Erika Camargo Gerhardt (RO 1911), Luiz Felipe da Silva Andrade (OAB/RO 6175), Richard Campanari (OAB/RO 2889)
Interessado (Parte P:Esperidião Mendes, Celuta Rocha Mendes, Romildo Crispim Amaro, Alexsandra Vaz Bicalho
Advogado:Juarez Barreto Macedo Junior (RO 334-B.)
DESPACHO:
Vistos.Conforme DECISÃO acostada às folhas 227/229 foram habilitados aos autos ROMILDO CRISPIM AMARO e ALEXSANDRA VAZ BICALHO AMARO, em razão da informação de que estes exercem a posse do imóvel sub examine, com animus domini, de forma mansa e pacífica, desde meados do ano de 1994. Assim, designo audiência de instrução para o dia 18 de maio de 2017 às 09h00min, onde será realizada a oitiva das testemunhas que possam comprovar as alegações supramencionadas.Ressalto que, de acordo com o art. 455 do CPC, a intimação da testemunha é ônus daquele que a requer, ou seja, dispensa-se a intimação do juízo.Assim, devem, as partes, comprovar a intimação de suas testemunhas, conforme preconiza o § 1º do art. 455 do CPC, no prazo de 3 (três) dias, antes da audiência, ou comprometer-se a trazê-las na solenidade (§ 2º do art. 455 do CPC), sob pena de desistência da inquirição (§§ 1º e 2º do art. 455 do CPC).Insta destacar que a intimação de testemunha só será feita pela via judicial quando: I for frustrada a intimação prevista no § 1o deste artigo; II sua necessidade for devidamente demonstrada pela parte ao juiz; III figurar no rol de testemunhas servidor público ou militar, hipótese em que o juiz o requisitará ao chefe da repartição ou ao comando do corpo em que servir; IV a testemunha houver sido arrolada pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública; V a testemunha for uma daquelas previstas no art. 454. (CPC, art. 455, §4º), devendo a parte interessada requerer, por escrito, a intimação da testemunha, justificando, desde logo, a necessidade dessa oitiva.Os atos devem ser expedidos pela escrivania de modo que o feito deve estar apto à instrução, aguardando a solenidade indicada, com o prazo mínimo de 72 horas.Pratique-se o necessário.SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIAAriquemes-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0006139-90.2011.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Aguitoni e Teixeira Ltda Me
Advogado:Dilene Marly Granzotto (RO 4024), Eunice de Oliveira Santos (RO 4801)
Executado:Construtora B.s. Ltda
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
Vistos.Em razão da não localização de quaisquer bens passíveis de penhora e a inércia do exequente que já atingiu praticamente a suspensão do prazo de um ano previsto nos termos do art. 921, §1º do CPC, determino o arquivamento do processo passando a correr o prazo da prescrição intercorrente (art. 921, §2º, do CPC). Intime-se.Ariquemes-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0012396-34.2011.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Catâneo Comércio de Materiais Para Construção Ltda
Advogado:Edamari de Souza (RO 4616)
Executado:Sunicson Brito de Lima
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
Vistos.Face ao exposto no art. 782, §3º do CPC, expeça-se ofício ao cadastro de inadimplentes, utilizando-se o sistema SERASAJUD, para que procedam com a inclusão do nome do executado no cadastro de inadimplentes, em razão da dívida executada nestes autos.Havendo informação de pagamento, independente de manifestação do credor ou outra determinação deste Juízo, promova o levantamento da inclusão, a qual poderá ser realizada novamente se constatado o inadimplemento por parte do executado.Em razão da não localização de quaisquer bens passíveis de penhora e considerando que o feito já foi suspenso e não foi alterada a situação econômica do executado, arquive-se o feito, passando a correr o prazo da prescrição intercorrente (art. 921, §2º, do CPC).Intime-se.Ariquemes-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0000895-44.2015.8.22.0002
Ação:Usucapião
Requerente:Elias Soares, Joaquim Raimundo da Silva, Maria Costa da Silva, Claudeni Kerr
Advogado:Sandra Pires Corrêa Araújo. (OAB/RO 3164)
Requerido:Armando Pereira do Nascimento
DESPACHO:
Vistos.Trata-se de ação de usucapião.1. O processo está em ordem. As partes são legítimas, estão legalmente representadas, demonstrando legítimo interesse na causa. Verifico a inexistência de vícios processuais. Dou o feito por saneado.2. FIXO COMO PONTOS CONTROVERTIDOS: a) a posse mansa, pacífica, contínua e com ânimo de dono da parte autora; b) o tempo da referida posse.3. Sem prejuízo do julgamento antecipado do MÉRITO, especifiquem as partes, no PRAZO DE 15 DIAS, as provas que pretendem produzir,

justificando a sua necessidade e pertinência para o deslinde da causa, sob pena de preclusão.3.1 Em obediência ao princípio da economia processual, as partes que pretenderem produzir prova oral, deverão, no mesmo prazo de 15 dias, contados da intimação da presente DECISÃO, depositar o ROL DAS TESTEMUNHAS (com a devida qualificação) cuja oitiva pretendem, observando-se o número legal, a possibilitar melhor adequação da pauta em caso de deferimento.Ficam as partes advertidas de que a não apresentação do rol no prazo indicado acarretará a preclusão da oportunidade de produzir referida prova e tornará prejudicada a análise de tal pedido em momento posterior.3.2 Caso pretendam a produção de prova pericial, apresentem, desde logo, os seus quesitos, sob pena de preclusão.3.3 Outrossim, as provas documentais deverão ser trazidas aos autos, no prazo de 15 dias, sob pena de preclusão. Intimem-se.SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/ MANDADO DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO E/OU CARTA PRECATÓRIAAriquemes-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017. Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0009770-03.2015.8.22.0002
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Procurador do Estado de Rondônia ( )
Executado:Sara Loubak dos Santos Me
Advogado:Amauri Luiz de Souza. (RO 1301)
DESPACHO:
Vistos, Acolho a manifestação da executada no que se refere às restrições dos veículos, fazendo o levantamento das constrições existentes no veículo de placa NNK7703 e mantendo a restrição de transferência sobre o veículo de placa JEV6333, suficiente para saldar a execução.Intime-se o credor acerca do pagamento alegado.Ariquemes-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0008817-39.2015.8.22.0002
Ação:Usucapião
Requerente:Tereza Maria da Barra
Advogado:Gracilene Maria de Souza (RO 5902)
Requerido:Adão Amilcar Alves de Souza, Maria Goretti Pandolfo de Souza, Romeu Alves de Souza, Raimunda Nonata Felix Brandão, Ivone Fátima Alves de Souza Albuquerque, Ilcimar Nogueira de Albuquerque, Maria Ioni de Souza Grespan, Nelson Grespan, Ede Osmar Alves de Souza, Jose Edgar Alves de Souza, Edemar Alves de Souza, Reni Alves de Souza, Renato Alves de Souza, Ivane Terezinha Alves de Souza
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
Vistos.Intime-se a parte autora para se manifestar a respeito da certidão do oficial de justiça anexo aos autos (fls. 103). Ariquemes-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0016879-39.2013.8.22.0002
Ação:Usucapião
Requerente:José Genaro de Andrade, Clarice Valichek Garcia de Andrade
Advogado:Paulo Cezar Rodrigues de Araújo. (ARIQUEMES 3.182)
Requerido:José Roberto Tavares de Menezes, Edith Junqueira Macedo Reiner, João Paulo Marques Canto Porto, Julio Cesar Toledo Piza Junior, Antonio Carlos Canto Porto Filho, Flavio Lopes Coelho
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
Vistos.Esgotadas as diligências na busca de endereço e localização de JOSÉ ROBERTO TAVARES DE MENEZES, cite-se por edital com prazo de 20 (vinte) dias.Tendo em vista que, pelo momento, não existem os sítios eletrônicos mencionados no art. 257, II, do CPC, autorizo a publicação do edital de citação em jornal local de ampla circulação, com fundamento no parágrafo do mesmo DISPOSITIVO legal.Deve o autor juntar aos autos comprovante de pagamento das custas para publicação do edital no diário oficial em 05 dias, contados da retirada do edital, bem como comprovar as publicações em jornal local em 20 e 40 dias, contados da mesma data, sob pena de presumir desistência da diligência e as consequências de estilo, caso não observadas as prescrições previstas no art. 257 e incisos do CPC, ensejando a nulidade do ato e eventual repetição as suas expensas.Decorrido o prazo, caso não venha manifestação, desde já nomeio um dos membros da Defensoria Pública, para funcionar como curador especial em caso de revelia.Ariquemes-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0008682-66.2011.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Imobiliária Casa Nossa Ltda
Advogado:Dênio Franco Silva (OAB/RO 4212)
Executado:Alex Luiz Bucarth Martins, Luzinete Maria Bucarth Martins
Advogado:Advogado Não Informado ( ), Rosana Teresinha Corrêa do Nascimento Balbinot (RO 5350)
DESPACHO:
Vistos.Oficie-se ao órgão empregador para que informe o período de descontos já realizados no contracheque da executada, indicando mês de início, valor e conta onde foram depositados e último mês de depósito, a fim de se apurar o valor total pago pela devedora.Com a indicação dos descontos, encaminhe-se os autos à contadoria para atualização dos valores e pagos e valor do crédito, a fim de se apurar o montante ainda devido à exequente. Expeça-se o necessário.Ariquemes-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0003665-10.2015.8.22.0002
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Nereu Mezzomo
Advogado:Luiz Antônio Previatti. (OAB/RO 213B), Leandro Kovalhuk de Macedo. (OAB/RO 4653)
Requerido:Campos e Campos Ltda Me
Advogado:Denis Augusto Monteiro Lopes. (OAB/RO 2433), Natiane Carvalho Bonfim (OAB/RO 6933), Maiele Rogo Mascaro Nobre (RO 5122)
DESPACHO:
Vistos, Ante o resultado o recurso, expeça-se MANDADO de remoção para ser cumprido imediatamente, nos termos da DECISÃO de fls. 159/159.SIRVA O PRESENTE DE MANDADO DE REMOÇÃO.Ariquemes-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017. Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0010137-66.2011.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Requerente:Banco da Amazônia S.a Ariquemes
Advogado:Gilberto Silva Bonfim. (OAB/RO 1727)
Requerido:Divina José Lopes Tomaz
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
Vistos,Providencie a transferência do valor bloqueado à fl. 92 em favor do credor, para conta indicada à fl. 105.Diga o credor em 10 dias, o que entender de direito para prosseguimento do feito, apresentando valor atualizado da dívida, devendo realizar o abatimento do valor bloqueado, o qual também deverá ser atualizado para tanto.Ariquemes-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0010793-18.2014.8.22.0002
Ação:Interdição
Interditante:D. de M.
Advogado:Jaime Ferreira. (OAB/RO 2172), Lucas Mello Rodrigues (OAB/RO 6528)

Interditado:M. L. P. L.
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
Vistos.Compulsando os autos verifico que, apesar de intimado, o Autor não manifestou-se a respeito da delimitação da curatela requerida, nos moldes da Lei 13.146/2015.Desta feita, intime-se, novamente, o Autor para que delimite a curatela requerida.Proceda o necessário. Ariquemes-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.
Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito
Pauliane Mezabarba
Diretor de Cartório

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ariquemes - 3ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110
Fone:(69) 3535-2493
Autos n.º: 7013275-43.2016.8.22.0002
Intimação
INTIMAÇÃO DE: ROSELI PINHEIRO DOS SANTOS
Rua A, 1735, ALTERADA PARA RUA PIQUI, Setor 12, Ariquemes - RO - CEP: 76876-732
CLASSE:: BUSCA E APREENSÃO
AUTOR: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INSVESTIMENTO S.A
RÉU: ROSELI PINHEIRO DOS SANTOS
VALOR DA CAUSA: R$ 12.230,48
Por determinação do MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível de Ariquemes-RO, ficam o(s) sujeito(s) processual(is) acima indicado(s), intimado(s) acerca do pronunciamento jurisdicional vinculado à presente comunicação.
PRAZO: 15 dias
Ariquemes/RO, 19 de abril de 2017.
CARLOS ANDRE FERNANDES GASPARINI
Técnico Judiciário
(Assinado Digitalmente)

## 4ª VARA CÍVEL

COMARCA DE ARIQUEMES
4ª Vara Cível
Juiz de Direito: Edilson Neuhaus
Escrivã Judicial: Ivanilda Maria dos Santos
e-mail: aqs4civel@tj.ro.gov.br

Proc.: 0083453-20.2008.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:José Jesus Santos
Advogado:Bernardo Augusto Galindo Coutinho. (OAB/RO 2991), David Alves Moreira. (RO 299B)
Executado:Rosemary Aparecida Dartiba
Advogado:Flávia Lúcia Pacheco Bezerra. (OAB/RO 2093)
Ofício - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada do Oficio juntado aos autos - resposta da Caixa Econômica Federal.

Proc.: 0009306-13.2014.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Anderson Santos Batista
Advogado:Levi Gustavo Alves de Freitas (OAB/RO 4634)
Requerido:Claro Celulares S.a Matriz São Paulo
Advogado:Felipe Gazola Vieira Marques. (MG 76.696), Israel Augusto Alves Freitas da Cunha OAB/RO 2913
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 100,00(cem reais), sob pena de PROTESTO e posterior INSCRIÇÃO na dívida ativa pública estadual.
A emissão do boleto para pagamento das custas pode ser obtido no site do Tribunal de Justiça de Rondônia, através do link: http://webapp.tjro.jus.br/custas/pagaes/custas/custasInicio.jsf.

Proc.: 0013905-58.2015.8.22.0002
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Patrícia Ferrasso Santos
Advogado:Jonis Tôrres Tatagiba (RO 4.318)
Requerido:Equimar Mortene Falcão
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
Vistos.1.Arquive-se.Ariquemes-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.
Edilson Neuhaus Juiz de Direito

Proc.: 0005273-48.2012.8.22.0002
Ação:Execução Fiscal
Exequente:União Federal
Advogado:Theodorico Gomes Portela Neto ( 11499)
Executado:Irauatê Industria e Comércio de Artefatos de Madeira Ltda
Advogado:José Assis dos Santos. (OAB/RO 2591), Juliana Maia Ratti (RO 3280)
DESPACHO:
Vistos.1. À ré, para se manifestar sobre os embargos de declaração. Ariquemes-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Edilson Neuhaus Juiz de Direito

Proc.: 0006054-65.2015.8.22.0002
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Werik Marcos de Bastos
Advogado:Helma Santana Amorim. (OAB/RO 1631)
Executado:Auto Bens Representaçoes Comerciais Ltda Me. F G Caminhões Ltda, Gustavo de França Gomes, Felipe França Gomes
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
Vistos.1. Defiro apenas o pedido de penhora do(s) veículo(s), após o pagamento da diligência.Ariquemes-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Edilson Neuhaus Juiz de Direito

Proc.: 0003507-86.2014.8.22.0002
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Wesley Jose de Arruda
Advogado:Levi Gustavo Alves de Freitas (OAB/RO 4634)
Executado:Edinaldo de Souza Rodrigues Menezes
Advogado:Advogado Não Informado ( )
Autor:
Fica a parte autora, por via de seu Advogado, intimada a recolher, em 05 (cinco) dias, as custas conforme Art. 17 da Lei 3.896/2016, para posterior expedição de Ofício à Caixa Econômica Federal.
20/04MN

Proc.: 0005784-80.2011.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Thiago Nascimento Dalessi
Advogado:Vinicius Vecchi de Carvalho Ferreira (RO 4466)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
Vistos.1. Digam as partes se pretendem produzir novas provas.2. Nada sendo requerido, venham as alegações finais.Ariquemes-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Edilson Neuhaus Juiz de Direito.
20/04MN

Proc.: 0007682-94.2012.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Nelson Barbosa.
Advogado:Nelson Barbosa. (OAB/RO 2529)
Executado:Eunice Nunes Fernandes
DESPACHO:
Vistos.Concedo o prazo de 30(trinta) dias, como requerido pelo autor. Ariquemes-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Edilson Neuhaus Juiz de Direito.
20/04MN

Proc.: 0005030-41.2011.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria das Graças da Silva
Advogado:Luiz Henrique de Lima Vergilio. ( OAB/RO 3885)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado ( )
SENTENÇA:
Vistos etc.MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA, qualificada nos autos, ajuizou a presente ação pra concessão de aposentadoria por idade em face do INSS. A ação foi proposta em 29/4/2011. Teve seu trâmite normal e foi julgada procedente. O e. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL, em reexame necessário, anulou a SENTENÇA e determinou que fosse apresentado o requerimento administrativo, para caracterizar o interesse de agir. A autora foi intimada e anexou o mesmo documento que já constava dos autos (pedido administrativo indeferido pelo INSS, no ano de 2009). A ação, porém, havia sido proposta em 2011.A autora foi novamente intimada para apresentar o documento atualizado/recente, ante o decurso do tempo (8 anos do primeiro pedido). Às fls. 84/86, a requerente informou que o benefício foi concedido no ano de 2013 e que o feito deverá prosseguir em relação às parcelas retroativas. Ora, o primeiro documento, datado de 2009, não foi considerado apto para o justificar o processamento da demanda, pois já havia transcorrido mais de 2 anos, à época da propositura da ação. Desta forma, o requisito para caracterizar o interesse de agir da parte, em promover a presente demanda, não ficou demonstrado, sendo certo que constitui entendimento pacífico (inclusive no STF) a necessidade de prévio exaurimento da via administrativa, tanto que a SENTENÇA foi anulada. Caso o Tribunal entendesse que o primeiro pedido era válido, não teria anulado a SENTENÇA. A autora intimada para emendar a inicial, não o fez, até porque informou que já está recebendo o benefício desde o ano de 2013. Embora, por último, tenha informado que pretenda receber somente os retroativos (2009 até 2013), este primeiro pedido formulado no INSS, consoante já citado, não foi considerado, pois propôs a ação depois de 2 anos do indeferimento, sendo certo que sua situação foi modificada durante este intervalo. Ademais, é consabido no mundo jurídico que o direito não socorre aos que dormem Caberia à autora promover novo pedido administrativo, em 2011, antes de ajuizar a ação, e não o fez. ISTO POSTO, considerada a DECISÃO do e. TRF1, indefiro a petição inicial nos termos do artigo 485, inciso I e artigo 330, III ambos do Código de Processo Civil, julgando extinto o feito, sem resolução do MÉRITO, uma vez que a autora, não emendou sua inicial, tampouco demonstrou interesse de agir. Condeno a autora ao pagamento das custas e honorários, que fixo em 10% sobre o valor da causa (art. 85, § 2º), cuja cobrança fica suspensa ante o teor do artigo 98, § 3º, CPC. P.R.I.C., arquivando-se, após o trânsito em julgado.Ariquemes-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Edilson Neuhaus Juiz de Direito.
20/04MN

Proc.: 0009274-08.2014.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ivonete Santos Oliveira
Advogado:José Assis dos Santos. (OAB/RO 2591)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia Sa Ceron. Matriz Porto Velho
Advogado:Jonathas Coelho Baptista de Mello. (RO 3.011)
DESPACHO:
Vistos.1. Considerando que realmente houve instabilidade na emissão dos boletos, concedo à requerida o prazo de 15 (quinze) dias para o cumprimento da SENTENÇA. 2. Retifique-se a classe. Ariquemes-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Edilson Neuhaus Juiz de Direito.
20/04MN

Proc.: 0009995-91.2013.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Unidas Sociedade de Educação e Cultura Ltda. Faema e Centro Educacional Fênix
Advogado:Caroline Ferraz (OAB/RO 5438)
Executado:Hugo Ferreira de Miranda
Prosseguimento - Decorrida Suspl
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito, com a providência de acordo com o caso, face o decurso do prazo de suspensão deferida.
20/04mn

Proc.: 0009834-13.2015.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S/a Matriz Sp
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Executado:Comercial de Paula Ltda Me, Sabrina de Paula
Prosseguimento - Decorrida Suspl
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito, com a providência de acordo com o caso, face o decurso do prazo de suspensão deferida.
20/04mn

Proc.: 0000582-88.2012.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Proccion Antares Factoring Fomento Mercantil Ltda
Advogado:Marcos Pedro Barbas Mendonça (RO 4.476), Dennis Lima Batista Gurgel do Amaral (OAB/RO 7633)
Executado:R. G. Ferreira Cosméticos Me
Advogado:Amélio Chiaratto Neto. (OAB/RO 3714), Maria Estela da Silva Costa (RO 4998)
Ofício - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar quanto resposta de Oficio de fl(s). 119 (Idaron).
20/04mn

Proc.: 0012601-24.2015.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Hélio Rodrigues Machado
Advogado:Flávia Lúcia Pacheco Bezerra. (OAB/RO 2093)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Recurso de Apelação Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada a se manifestar sobre o Recurso de Apelação apresentado.
20/04mn

Proc.: 0005894-40.2015.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sérgio Menezes Feier
Advogado:Corina Fernandes Pereira. ( OAB/RO 2074)
Requerido:Paulo Pereira Junior Me, Agrovale Vale da Serra Ind. Com. Imp. e Exp. Ltda. Me
Advogado:Defensor Público ( ), Oduwaldo de Souza Calixto ( OAB/PR 11.849)
Requerido: quanto especificação de provas, conforme DESPACHO abaixo, em 05 dias.

DESPACHO:
Vistos.1. Às partes, para dizerem se pretendem produzir outras provas, hipótese em que deverão especificá-las e fundamentar eventuais requerimentos.Ariquemes-RO, quarta-feira, 5 de abril de 2017.Edilson Neuhaus Juiz de Direito.
20/04mn

Proc.: 0006333-85.2014.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S.a Ariquemes
Advogado:Gilberto Silva Bonfim. (OAB/RO 1727)
Executado:Elenildo de Souza Nunes, Tarcísio Roecker
Prosseguimento do Feito:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias, com a providência de acordo com o caso, face ter decorrido o prazo de suspensão deferida.
20/04 mn

Proc.: 0005615-54.2015.8.22.0002
Ação:Inventário
Inventariante:Maria Lidia dos Santos, Marcos Antonio dos Santos Silva, Rodrigo dos Santos Silva, Elisangela Aparecida dos Santos
Advogado:Marcelo Antonio Geron Ghellere (OAB/RO 1842), Marcelo Antônio Geron Ghellere. (OAB/RO 1842)
Inventariado:João Batista da Silva. Espólio
Prosseguimento - Decorrida Susp
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito, com a providência de acordo com o caso, face o decurso do prazo de suspensão deferida.
20/04mn

Proc.: 0011977-72.2015.8.22.0002
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Procurador do Estado de Rondônia ( )
Executado:João Soares Ferreira
Advogado:Natiane Carvalho Bonfim (OAB/RO 6933)
Alvará - Réu:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido, via SAP.
20/04mn

Proc.: 0015719-42.2014.8.22.0002
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Levi Gustavo Alves de Freitas
Advogado:Levi Gustavo Alves de Freitas (OAB/RO 4634)
Requerido:Emilia Jacob Silva
Autor:
Fica a parte autora, por via de seu Advogado, intimada a recolher, em 05 (cinco) dias, as custas conforme Art. 17 da Lei 3.896/2016, para posterior expedição de Ofício à Caixa Econômica Federal.
20/04mn

Proc.: 0018413-81.2014.8.22.0002
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda
Advogado:Andréia Alves dos Santos. (OAB/RO 4878)
Requerido:Luiz Carlos Bruno de Oliveira
Advogado:Advogado Não Informado ( )
Ofício - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar quanto resposta de Oficio.
20/04mn

Proc.: 0000794-07.2015.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Lenir Tita de Oliveira
Advogado:Edson Luiz Ribeiro Bissoli (OAB/RO 6464)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador Federal ( )
Retorno do TJ:
Manifeste-se a parte interessada sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça, no prazo de cinco dias.
20/04mn

Proc.: 0012695-06.2014.8.22.0002
Ação:Inventário
Inventariante:Maristela Gonçalves de Mattos Hadmann
Advogado:Corina Fernandes Pereira. ( OAB/RO 2074)
Inventariado:Vanildo Chagas Hadmann. Espólio
Prosseguimento do Feito:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias, com a providência de acordo com o caso.
20/04mn
Ivanilda Maria dos Santos
Diretora de Cartório

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110, (69) 35352493,.
PROCESSO: 7012461-31.2016.8.22.0002.AUTOR: JOAO VITOR SALES MAGALHAES.Advogado: HEDERSON MEDEIROS RAMOS, OAB/RO 6.553.
RÉU: AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.
Advogado: ALEXANDRE MIRANDA LIMA, OAB/RJ 131.436
INTIMAÇÃO
Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Ariquemes - 4ª Vara Cível, fica A PARTE REQUERIDA, na pessoa de seu procurador, intimada quanto a perícia designada, bem como quanto ao valor dos honorários periciais de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) e, caso o aceite, para RECOLHER OU COMPROVAR O RECOLHIMENTO nos autos supra.
Ariquemes, 18 de abril de 2017
DIEGO BONASSI VIEIRA
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110, (69) 35352493,.
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 30 Dias
4ª Vara Cível da Comarca de Ariquemes-RO
Sugestões ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao juiz ou contate-nos via internet, endereço eletrônico
Juiz de Direito: Dr Edilson Neuhaus
Diretora de Cartório: Ivanilda Maria dos Santos
e-mail: aqs4civel@tjro.jus.br
FINALIDADE: CITAÇÃO DO(A) EXECUTADO(A) para no prazo de 05 (cinco) dias, pagar a respectiva dívida acrescida de juros, correção monetária e demais encargos ou no mesmo prazo, ofereça querendo, bens à PENHORA sob pena de lhe ser penhorado ou arrestado, bens suficientes que garantam a dívida.
EXECUTADO: MIRIAN RODRIGUES MONTEIRO, brasileira, inscrita no CPF sob nº 880.591.382-00, estando atualmente em lugar incerto e não sabido.
Processo n.: 7014030-67.2016.8.22.0002.
Classe: EXECUÇÃO FISCAL.
Assunto: Dívida Ativa.
Exequente: MUNICIPIO DE ARIQUEMES.
Advogado: Procurador(a) Municipal.
Executado: MIRIAN RODRIGUES MONTEIRO.
Valor da dívida: R$ 873,48 + acréscimos legais

Número da CDA: 331/2016 Natureza da Dívida: Dívida tributária.
Obs. Não sendo contestada a ação, ser-lhe-á nomeado curador especial.
Ariquemes/RO, 10 de abril de 2017.
IVANILDA MARIA DOS SANTOS
Diretora de Cartório
(Art. 62 das DGJ)

JUÍZO DE DIREITO DA
Ariquemes - 4ª Vara Cível
Comarca de Ariquemes/RO
Sugestões ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao juiz ou contate-nos via internet, endereço eletrônico
Juiz de Direito: Edilson Neuhaus
Diretora do Cartório: Ivanilda Maria dos Santos
aqs4civel@tjro.jus.br.
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 30 dias
Processo n.: 7003378-54.2017.8.22.0002.
Classe: FAMÍLIA- EXECUÇÃO DE ALIMENTOS (1112).
Assunto: [Alimentos].
Requerente: J. M. V. M. F..
Requerido: MARCELO TAVARES FERREIRA.
Valor da dívida: R$ 1.141,89 + acréscimos legais
CITAÇÃO DE: MARCELO TAVARES FERREIRA, brasileiro, natural de Ariquemes/RO, filho de Alice Tavares Ferreira, estando atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: Citação do executado acima qualificado para efetuar o pagamento da pensão alimentícia em atraso, referente aos meses de JANEIRO, FEVEREIRO e MARÇO de 2017 que perfazem o importe de R$ 1.141,89, bem como das que vencerem no curso desta ação, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo (artigo 528, § 3º do NCPC), sob pena de prisão civil por até 60(sessenta) dias.
Prazo para pagamento: 03 (três) dias.
ADVERTÊNCIA: Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos, como sendo verdadeiros, os fatos articulados pela parte autora, bem como, ser-lhe-á nomeado curador especial e para que ninguém possa alegar ignorância, passou-se o presente edital e cópias, sendo que o original será afixado no lugar de costume e as demais publicações de acordo com a Lei.
Ariquemes/RO, 10 de abril de 2017.
IVANILDA MARIA DOS SANTOS
Diretora de Cartório
(Art. 62 das DGJ)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Avenida Tancredo Neves, 2606, Setor Institucional, Ariquemes - RO - CEP: 76804-110, (69) 35352493,.
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 30 Dias
4ª Vara Cível da Comarca de Ariquemes-RO
Sugestões ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao juiz ou contate-nos via internet, endereço eletrônico
Juiz de Direito: Dr Edilson Neuhaus
Diretora de Cartório: Ivanilda Maria dos Santos
e-mail: aqs4civel@tjro.jus.br
FINALIDADE: CITAÇÃO DO(A) EXECUTADO(A) para no prazo de 05 (cinco) dias, pagar a respectiva dívida acrescida de juros, correção monetária e demais encargos ou no mesmo prazo, ofereça querendo, bens à PENHORA sob pena de lhe ser penhorado ou arrestado, bens suficientes que garantam a dívida.
EXECUTADO: MARINALVA SILVA SOUZA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 13.750.877/0001-41, estando atualmente em lugar incerto e não sabido.
Processo n.: 7014921-88.2016.8.22.0002.
Classe: EXECUÇÃO FISCAL.
Assunto: [1/3 de férias].
Exequente: MUNICIPIO DE ARIQUEMES.
Advogado: Procurador(a) Municipal.
Executado: MARINALVA SILVA SOUZA - ME.
Valor da dívida: R$ 417,31 + acréscimos legais
Número da CDA: 462/2016 Natureza da Dívida: Dívida tributária.
Obs. Não sendo contestada a ação, ser-lhe-á nomeado curador especial.
Ariquemes/RO, 10 de abril de 2017.
IVANILDA MARIA DOS SANTOS
Diretora de Cartório
(Art. 62 das DGJ)

## COMARCA DE CACOAL

## 1º JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

Proc.: 0003817-14.2013.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Faz.Pública )
Requerente:Jesiane Sabino
Advogado:Julinda da Silva (OAB/RO 2146)
Requerido:Município de Cacoal - RO
Edital - Publicar:
Fica a parte Autora, através de seu advogado, intimada a se manifetar, em 10 (dez) dias, sobre a manifestação do município, petição de fls 142, corcernente a quitação do Precatório de fls 134.

Proc.: 0006952-34.2013.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Faz.Pública )
Requerente:Fabiano Gonçalves de Matos
Advogado:Flávia Repiso Mesquita (OAB/RO 4099)
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Advogado Não Informado ( )
Fica a parte Autora, através de seu advogado, intimada a se manifetar, em 05 (cinco) dias, sobre a manifestação do Estado de Rondônia, petição de fls 234 à 238, referente à inconsistência dos dados fornecidos para o pagamento do RPV.

Proc.: 0002517-17.2013.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Faz.Pública )
Requerente:Elaine dos Santos Ferreira
Advogado:André Bonifácio Ragnini (OAB/RO 1119)
Requerido:Município de Cacoal - RO
Fica a parte Autora, através de seu advogado, intimada a se manifetar, em 10 (dez) dias, sobre os cálculos realizados pela contadoria, fls 233 à 235.

Proc.: 0006368-30.2014.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública )
Requerente:Icaro Alex Soares Bezerra
Advogado:Thiago Roberto Graci Estevanato (RO 6316)
Requerido:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Advogado Não Informado ( )
Fica a parte Autora, através de seu advogado, intimada a se manifetar, em 10 (dez) dias, sobre o que entender de direito, haja vista o retorno dos autos do STF.

Proc.: 0002368-84.2014.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Faz.Pública )
Requerente:Sueli Mara Lourenço Carris
Advogado:José Edilson da Silva (OAB/RO 1554)
Requerido:Estado de Rondônia
Fica a parte Autora, através de seu advogado, intimada a se manifetar, em 10 (dez) dias, sobre os cálculos realizados pela contadoria, fls 204 à 207.

Proc.: 0001638-73.2014.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública )
Autor:Claudinei Souza dos Reis
Advogado:Tony Pablo de Castro Chaves (RO 2147), Marcos Alves de Souza (OAB/RO 5061)
Requerido:Estado de Rondônia
Fica a parte Autora, através de seu advogado, intimada a se manifetar, em 15 (quinze) dias, sobre a impugnação apresentada pelo Estado de Rondônia, petição de fls 201 à 205.

## 1ª VARA CRIMINAL

Proc.: 1000514-33.2017.8.22.0007
Ação:Carta Precatória (Criminal)
Autor:Ministério Público Federal
Advogado:Procurador Federal ( )
Réu:Fábio Adriano Valino
Advogado: Marcos Antônio Vasconcelos OAB/AM 5794
DESPACHO:
Para cumprimento do ato designo o dia 23 de maio de 2017, às 09:00 horas. INTIMEM-SE as testemunhas e/ou réu para comparecer(em) à sala de audiência da 1ª Vara Criminal, Fórum Min., José Américo de Almeida, Rua dos Pioneiros, 2425 (fone: 69/3441- 0014, 3443-2277), no dia e horário acima mencionados. CÓPIA DESTE DESPACHO, ANEXADO À CÓPIA DA DEPRECATA SERVIRÁ DE MANDADO DE INTIMAÇÃO.Cópia deste DESPACHO servirá de ofício 1018/2017/1ª Criminal, endereçado ao Juízo da 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Amazonas (autos nº 6786-44.2013.4.01.3200), para fins de informação quanto a data designada para cumprimento do ato deprecado.Caso a diligência se torne infrutífera, deverá a escrivania retirar a audiência de pauta, ficando desde já autorizado a devolução da deprecata ou encaminhá-la de forma itinerante a outra comarca independentemente de nova CONCLUSÃO. Ciência ao MP e a Defesa; Intime-se. Cumpra-se. Cacoal-RO, segunda-feira, 20 de fevereiro de 2017.Ane Bruinjé Juíza de Direito

Proc.: 0004910-41.2015.8.22.0007
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público
Advogado:Promotor de Justiça (2020202020 2020202020)
Denunciado:Maria Ivani de Araújo Sousa, Emílio Júnior Mancuso de Almeida, José Carlos Rodrigues dos Reis, Gilberto Muniz Pereira, Marcelo Vagner Pena Carvalho, Marcos Henrique Stecca, Adriano Tumelero, Valdomiro Corá, Márcio Welder Ferreira, Polliana Aparecida Ribeiro Veloso, Clesia Cristina da Silva, Conrado Alves de Araújo, Ronaldo Pereira Silva, Valdeir Teixeira da Silva, Richardson Palácio, Demilson Martins Pires
Advogado:Sidnei Sotele (OAB/RO 4192), Ozana Sotelle de Souza ( ), Luiz Carlos Ribeiro da Fonseca (RO 920), Douglas Augusto do Nascimento Oliveira (OAB/RO 3190), Airton Pereira de Araújo (RO 243), Daniel dos Anjos Fernandes Júnior (OAB/RO 3214), Cristóvam Coelho Carneiro (OAB/RO 115), Fábio José Reato (OAB/RO 2061), Marcos Alves de Souza (OAB/RO 5061), Orestes Muniz Filho (OAB/RO 40), Fernando da Silva Azevedo (RO 1293), Sidnei Sotele (OAB/RO 4192), Márcio Welder Ferreira (OAB/RO 3437), Fabiana Ribeiro Gonçalves (OAB/RO 2800), Cleber Jair Amaral (OAB/RO 2856), Sidnei Sotele (OAB/RO 4192), Ailton Felisbino Teixeira (OAB/RO 4427), Robson Reinoso de Paula (RO 1341), Sidnei Sotele (OAB/RO 4192), Demilson Martins Pires (OAB/RO 8148)
DECISÃO:
Vistos.A defesa dos réus MARIA IVANI DE ARAÚJO (fls. 6.938/6.940) e RICHARDSON PALÁCIO (fls. 6.941/6.943), manejaram embargos de declaração contra a DECISÃO de fls. 6.932/6.935.Analisando detidamente o feito, verifica-se que a DECISÃO atacada foi proferida no dia 27/03/2017, e publicada no diário oficial em 29/03/2017. Conforme certificado no sistema SAP, o prazo para eventual insurgência iniciou-se em 31/03/2017.Nos exatos termos do art. 382 do Código de Processo Penal, o prazo para a oposição de embargos de declaração é de 02 (dois) dias, contudo, as petições somente foram protocoladas em cartório no dia 05/04/2017, ou seja, após o decurso do prazo legal.Assim sendo, deixo de receber os recursos de fls. 6.938/6.940 e 6.941/6.943, posto que intempestivos.Considerando a documentação juntada às fls. 6.944/6.950, bem assim que a deprecata expedida para a oitiva da ré foi expedido após o ato que ensejou a nulidade processual, tal como expressamente consignado na DECISÃO de fls. 6.932/6.935, assino o prazo de 05 (cinco) dias para que a defesa de Maria Ivani de Araújo indique seu endereço atualizado para fins de intimação. Após, depreque-se seu interrogatório.No mais, aguarde-se a audiência já designada.Cacoal-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017. Ivens dos Reis Fernandes Juiz de Direito

## 2ª VARA CRIMINAL

2º Cartório Criminal

Proc.: 0011504-08.2014.8.22.0007
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministerio Publico do Estado de Rondonia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Denunciado:Rafael Batista Félix
Advogado:Não Informado ( )
SENTENÇA:
RELATÓRIOO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, ofereceu denúncia contra RAFAEL BATISTA FÉLIX, já qualificado, imputando-lhe a prática do crime capitulado no art. 155, caput, do Código Penal.Narra a inicial acusatória:No dia 15/10/2014m por volta das 00h20min, na Base da Polícia Militar, Bairro Vista Alegre, nesta cidade e Comarca, o denunciado RAFAEL BATISTA FÉLIX, livre e consciente, subtraiu para si 01 (um) aparelho celular, marca Samsung Grand Duos Neo, cor grafite, avaliado em R$ 329,00 (laudo de avaliação às fls. 25), pertencente à vítima Gildecimar Rodrigues da Silva.Indicam os autos que o denunciado foi conduzido ao local para registro de ocorrência policial pela prática do crime de vias de fato/lesão corporal, quando em dado momento, aproveitando-se que o bem estava desvigiado, subtraiu o aparelho que a vítima havia deixado carregando a bateria no interior da base.A denúncia foi recebida em 20/01/2015 (fl. 38). Frustrada a citação pessoal (fl. 39), operou-se por edital (fl. 41). Expedido ordem de prisão com a suspensão do processo e do prazo prescricional (fl. 43), o MANDADO foi cumprido em 30/01/2017 (fl. 49-v).Citado, o réu apresentou resposta à acusação e afastada a hipótese de absolvição sumária, designou-se audiência de instrução e julgamento (fl. 51).O processo foi instruído com a oitiva da vítima e uma testemunha. O réu, mesmo intimado (fl. 51), não compareceu à audiência designada, sendo decretada sua revelia. Alegações finais do Ministério Público requerendo a procedência da denúncia tal como formulada.Alegações finais da Defensoria Pública postulando pela absolvição do réu e, alternativamente, o reconhecimento da circunstância atenuante da confissão espontânea.É o relatório.FUNDAMENTAÇÃOA materialidade do crime de furto está consubstanciada no Auto de Prisão em Flagrante de fls. 02/05, Ocorrência Policial de fls. 05/07, Auto de Apresentação e Apreensão de fl. 10, e Termo de Restituição de fl. 11.Quanto à autoria, em juízo, a vítima confirmou que por ocasião dos fatos o réu chegou até a base da Polícia Militar em razão de uma briga havida anteriormente. Seu celular estava carregando no interior da base e quando foram colocar o réu na viatura, a fim de levá-lo ao

hospital, realizaram revista de praxe, quando então encontraram o celular subtraído. Salientou, por fim, o que o réu confessou a prática do furto.No mesmo sentido é o depoimento do PM Evilásio Fabiano Lagazi Filho, testemunha ocular dos fatos.O réu, mesmo intimado, não compareceu para ser interrogado em juízo, contudo, à autoridade policial, admitiu ter furtado o celular da vítima (fl. 04). Como se vê, a prova dos autos não deixa dúvidas de que o réu subtraiu o aparelho celular que, posteriormente, foi localizado pela polícia em seu poder e restituído à vítima. A respeito do instituto da confissão, veja-se o entendimento do E. STF: As confissões judiciais ou extrajudiciais valem pela sinceridade com que são feitas ou verdade nelas contidas, desde que corroboradas por outros elementos de prova inclusive circunstanciais (RTJ 88/371) Comprovada, pois, a autoria e a materialidade delitiva, assim como presentes os elementos da culpabilidade, impõe-se a condenação nos termos da denúncia.DISPOSITIVO Pelo exposto, julgo procedente a denúncia para condenar RAFAEL BATISTA FÉLIX, já qualificado, pela prática do crime capitulado no art. 155, caput, do Código Penal.Critério de individualização da penaAnalisando as circunstâncias do art. 59 do Código Penal, verifico que o réu agiu com grau de culpabilidade inerente ao crime praticado. Não registra antecedentes criminais.Não há elementos concretos para se avaliar a sua conduta social e sua personalidade.Os motivos do crime, segundo se restou apurado, são injustificáveis e cingem-se à obtenção de lucro fácil.As circunstâncias e consequências são comuns ao delito. Com efeito, fixo a pena base em 01 (um) ano de reclusão e multa de R$ 241,00 (duzentos e quarenta e um reais), equivalente a 10 (dez) dias-multa à razão de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época dos fatos.Milita em favor do réu as circunstâncias atenuantes da confissão espontânea e menoridade relativa, contudo, deixo de diminuir a pena, posto que fixada no mínimo legal (Súmula 231, STJ), tornando-a definitiva no patamar acima referido.REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENAA pena privativa de liberdade será cumprida inicialmente no regime aberto. Atendidos os pressupostos legais, nos termos do art. 44, do Código Penal, substituo a pena privativa de liberdade por uma restritiva de direitos, que será especificada em ulterior audiência admonitória. DISPOSIÇÕES FINAISFaculto ao réu o direito de aguardar em liberdade o trânsito em julgado da SENTENÇA.Destrua-se o bem ainda apreendido.custas ante a representação pela Defensoria Pública.APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO: 1) Lance-se o nome do réu no Rol dos Culpados; 2) Comunique-se o INI e o TRE/RO, para o fim do artigo 15, III, da CF/88; 3) Expeça-se Guia de Execução; 4) Fica o réu intimado para o pagamento da multa no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em dívida ativa;5) Concluídas as providências, inexistindo pendências, arquive-se. SENTENÇA publicada em audiência, dou as partes por intimadasCacoal-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Ivens dos Reis Fernandes Juiz de Direito

Maria José Cézar de Oliveira

Diretora de Cartório

## 1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
1ª Vara Cível da Comarca de Cacoal
Juíza de Direito: Emy Karla Yamamoto Roque
Diretor de Cartório: Jerdson Raiel Ramos
(69) 3441-2297 - cwl1civel@tjro.jus.br
Rua dos Pioneiros 2425 Centro

Proc.: 0005782-56.2015.8.22.0007
Ação:Monitória
Requerente:Tozzo Comercio de Peças e Serviços Ltda
Advogado:Milton Ricardo Ferreto (OAB/RO 571-A)
Requerido:Antonio Generiko Junior
MANIFESTAÇÃO DO AUTOR
FINALIDADE: Intimação da parte autora, através de seu advogado, para que informe no prazo de 05 (cinco) dias úteis, quanto ao cumprimento da carta precatória.

Proc.: 0013852-33.2013.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:H S B C Bank Brasil S A
Advogado:Mauricio Coimbra Guilherme Ferreira (OAB/RJ 151056-S), Soraia Marcos Felisberto (OAB/RO 4968)
Requerido:Ademir Mariani Mendes
MANIFESTE-SE O AUTOR
FINALIDADE: Intimação da parte autora/requerente, através de seu advogado, para que se manifeste, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, acerca do prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito.

Proc.: 0009191-40.2015.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Casas 3 Irmãos Eirelli Epp
Advogado:Vilson Kemper Junior (RO 6444)
Executado:Edson Soares
Certidão do Oficial de Justiça:Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl: 29. “Movimento automático de certidão do oficial realizado pela central de MANDADO. MANDADO Nº. 21594-2017. Certifico e dou fé, que no dia 16/02 em diligencias no endereço declinado, e ai sendo, DEIXEI DE PROCEDER a penhora de bens de propriedade do executado Sr. EDSON SOARES, em razão de não ter encontrado, tendo em seguida relacionado os bens que guarnecem o endereço, sendo: 01 cama de solteiro, 01 mesa de passar roupas, 01 ventilador e 01 mesa modelo rack, todos moveis extremamente velhos, o local é uma kit net”

Proc.: 0005480-27.2015.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Segttel Sistema de Segurança
Advogado:Jefferson Magno dos Santos (OAB/RO 2736)
Requerido:Sicredi Univales Mt Coopertativa Credito de Livre Admissão de Associados do Vale Jurema
Advogado:André de Assis Rosa (OAB/RO 7318)
ESPECIFICAR PROVAS
FINALIDADE: Intimação dos advogados/procuradores das partes para, no prazo de legal, especificarem objetivamente as provas que pretendem produzir, justificando de modo claro e preciso sua FINALIDADE e pertinência, em especial os fatos aos quais a prova pleiteada se destina, sob pena de indeferimento. Sendo requerida prova testemunhal ou pericial, a parte interessada deverá desde logo apresentar o rol de testemunhas ou os quesitos e a indicação do assistente técnico, conforme o caso.

Proc.: 0005630-47.2011.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Eudeíza Jesus de Araújo, Eudeíza Jesus de Araújo - M E
Advogado:Cristiane Ribeiro da Silva Politano (RO 3499)
Requerido:Magazine Luiza S.a - Luizacred
Advogado:Carlos Augusto Pinto de Oliveira (SP 124272), Debora Lins Cattoni (RN 5169), Rayanna Louzada Neves (RO 5349), Wilson Sales Belchior (OAB/RO 6084)
Intimar a parte autora através de seu advogado para no prazo de 05 (cinco) dias manifestar-se acerca das informações juntadas pela requerida, anexo aos documentos comprovante de depósito judicial.

Proc.: 0007060-92.2015.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:C. C. de M. e G. L.
Advogado:Fernando da Silva Azevedo (OAB/RO 1293)

Requerido:C. C. L.
Intimar a parte autora através de seu advogado para no prazo de 05 (cinco) dias manifestar-se acerca da Certidão do senhor Oficial de Justiça: “Certidão do Oficial de Justiça:Movimento automático de certidão do oficial realizado pela central de MANDADO. MANDADO Nº. 17834-2017. Certifico que em cumprimento ao respeitável MANDADO, no dia 13/02/2017 me dirigi à Rua Anapolina nº 1453, Bairro Liberdade, e aí estando, às 10:00 horas, EFETUEI A PENHORA E AVALIAÇÃO do bem indicado, ou seja, Um microcomputador de propriedade da executada, depositando-o em poder e guarda da Sra. Fernanda Aparecida Michelon (CNH registro nº 03709237175), residente no referido endereço. No mesmo dia, às 10h e 45 min, no endereço supracitado INTIMEI da penhora e da avaliação CONSTRUTORA CONSTRUDIAS, na pessoa de seu representante legal Sr. JOSÉ ADEMIR FRANCISCO DIAS (CNH registro nº 00789629806), o qual após a leitura exarou sua assinatura dando ciência e recebeu a cópia que lhe ofereci. O referido é verdade e dou fé.

Proc.: 0002070-92.2014.8.22.0007
Ação:Monitória
Requerente:Banco Bradesco S. A. Ag. de Osasco Sp
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Requerido:Andrade Comercio de Mudas Ltda Me, Ednaldo Camilo de Andrade
Advogado:Advogado Não Informado ( )
PUBLICAÇÃO DE EDITAL NO DJRO
FINALIDADE: Intimar o advogado da parte autora para no prazo de 05 (cinco) dias comprovar o pagamento da taxa de publicação do edital de citação do requerido no DJRO, sob pena de nulidade do ato pela não publicação, ciente que o valor a ser recolhido encontra-se registrado no rodapé do respectivo edital.

Proc.: 0011358-64.2014.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Tereza Vicente Souza
Advogado:Juliana Miranda Furtado (OAB/RO 5542)
Requerido:Clube Vida Sul América do Norte
Advogado:Roselaine Ribeiro Vargas da Costa (RO 4414)
Litesdenunciado:American Life Companhia de Seguros
Advogado:Maria Amelia Saraiva (OAB/SP 41233), Daniele Meira Couto (OAB/RO 2400)
DECISÃO:
Trata-se de ação de cobrança de seguro de vida.Determino à requerida American Life que traga comprovação de haver ocorrido alteração da apólice, principalmente no que tange ao valor da indenização para a hipótese morte, bem como traga aos autos o contrato, devidamente assinado pelo de cujus, referente ao certificado de fls. 132 (contrato n° 19301182.00001.26520). Concedo o prazo de 10 (dez) dias para a providência acima. Sobrevindo cópia do contrato assinado, intime-se o autor para manifestação, no prazo de 10 (dez) dias.Após, voltem conclusos.I. via Dje.Cacoal-RO, quinta-feira, 26 de janeiro de 2017.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0002394-48.2015.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Inalda Aparecida Menezes Santos
Advogado:Helena Maria Fermino (RO 3442)
Requerido:Eliney Mario Pereira
Advogado:Fabiane Elensilzie de Oliveira Sabóia (OAB/MT 6141), Fabíula Viott (OAB/MT 18199)
Réplica À CONTESTAÇÃO
FINALIDADE: Intimação do advogado da parte autora/requerente para apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, impugnação à(s) contestação(ões) juntada(s) aos autos.

Proc.: 0008521-02.2015.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:M. José da Silva Cia Ltda., Iracema Renata Lenke
Advogado:Herisson Moreschi Richter (OAB/RO 3045)
Executado:Domingos Manoel dos Santos
Carta precatória - Devolvida:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada da carta precatória devolvida, juntada as fls. 89/104 dos autos.

Proc.: 0007681-94.2012.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Rosa Beninca Mazioli
Advogado:Aline Schlachta Barbosa (OAB/RO 4145)
Requerido:Governo do Estado de Rondônia
Advogado:Advogado Não Informado ( )
Intimar o patrono da parte autora Dra. Aline Schlachta Barbosa para no prazo de 05 (cinco) dias informando os dados bancários (agência-banco-conta corrente), vinculada ao CPF do benefício a fim de complentar os dados da RPV expedida nos autos, tendo em vista as informações juntadas pelo requerido 256/257 dos autos.

Proc.: 0008771-35.2015.8.22.0007
Ação:Consignação em Pagamento
Consignante:Ana Rita dos Santos Silva
Advogado:Abdiel Afonso Figueira (OAB/RO 3092)
Consignado:Banco Itau Consignado Sa
Advogado:José Almir da R. Mendes Junior (RN 392-A)
ESPECIFICAR PROVAS
FINALIDADE: Intimação dos advogados/procuradores das partes para, no prazo de legal, especificarem objetivamente as provas que pretendem produzir, justificando de modo claro e preciso sua FINALIDADE e pertinência, em especial os fatos aos quais a prova pleiteada se destina, sob pena de indeferimento. Sendo requerida prova testemunhal ou pericial, a parte interessada deverá desde logo apresentar o rol de testemunhas ou os quesitos e a indicação do assistente técnico, conforme o caso.

Proc.: 0012010-81.2014.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Hsbc Finance Brasil S.a Banco Múltiplo
Advogado:Melanie Galindo Martinho Azzi (RO 3793)
Executado:José Antonio Bueno
EDITAL CITAÇÃO E INTIMAÇÃO
(pagamento/arresto/penhora)
PRAZO: 30 (trinta) dias.
CITAÇÃO DE: JOSÉ ANTÔNIO BUENO, brasileiro, inscrito no CPF n. 616.617.169-20, atualmente em lugares incertos e não sabidos.
FINALIDADE: Citação das partes acima mencionadas para, no prazo de 03 (três) dias, pagarem o valor da dívida atualizada até setembro/2014, o valor no importe de R$42.137,54 (quarenta e dois mil, cento e trinta e sete reais e cinquenta e quatro centavos) acrescida de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, custas e honorários advocatícios, os quais ficam fixados em 10% (dez por cento) sobre o débito atualizado, salvo em caso de embargos, os quais poderão ser elevados, FICANDO INTIMADOS de que foi arrestado via RENAJUD os veículos FIAT/STRADA FIRE CE, placa MDH 3839, GM/S10 DE LUXE 2.8 D, placa JWT 0919, TOYOTA/COROLLA XEI, placa JYZ 6365 e FORD/PAMPA 1.8 GL, placa NBO 7569 de propriedade do requerido José Antônio Bueno sendo que, caso não haja pagamento no prazo legal, O ARRESTO converter-se-á automaticamente em PENHORA, após o prazo para oferecimento dos embargos.
PRAZO PARA PAGAR O DÉBITO E OFERCER EMBARGOS: 05 (cinco) dias e 30 (trinta) dias, respectivamente.
O prazo será contado após o término do prazo do presente edital.
ADVERTÊNCIA: Não tendo a parte condições de constituir advogado, deverá procurar o defensor público da comarca, na Av. Guaporé, 2125, Centro, Cacoal/RO.
Vara: 1ª Vara Cível
Processo: 00120108120148220007
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Procedimento: Espécies de Títulos de Crédito/Cédula de Crédito Bancário

Executado: HSBC Finance Brasil S/A -Banco Múltiplo
Advogado: Mélanie G. M. Azzi OAB/RO 3793
Executado: José Antonio Bueno
Cacoal, 14 de fevereiro de 2017.
Jerdson Raiel Ramos
Diretor de Cartório
assina digitalmente
Sede do Juízo: Fórum Min. José Américo de Almeida, Rua dos Pioneiros, nº 2425,
Centro, Cacoal/RO. CEP: 76963-726 / Fone/Fax: (069) 3441-2297
E-maill:cwl1civel@tjro.jus.br

Proc.: 0010803-81.2013.8.22.0007
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama
Advogado:Procurador Federal ( )
Executado:Francisco de Assis Figueiredo
Advogado:Tony Pablo de Castro Chaves (RO 2147)
DESPACHO:
DECISÃO O executado compareceu aos autos pugnando pela apresentação do processo administrativo para a averiguação de eventual prescrição do crédito em execução.A exequente juntou aos autos cópia do processo administrativo.Consoante se verifica dos documentos apresentados, o executado possui ciência do processo administrativo, pois apresentou recurso e fora notificado da DECISÃO proferida no mesmo.A prescrição quinquenal do crédito tem seu termo inicial com o término do prazo para apresentação de recurso no processo administrativo que visa constituir o crédito.No caso dos autos, isso ocorreu no ano de 2011, evidenciando que o crédito não se encontra prescrito, pois ajuizada a presente execução no ano de 2013.Assim, afasto a alegação de prescrição.Realize-se buscas via Bacenjud, Renajud e Infojud. Frutífero o bacenjud, proceda-se ao desbloqueio de valor eventual excedente e intime-se a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, opor-se à penhora realizada ou à execução, se for o caso. Se citado por edital, dê-se vista à Defensoria Pública, a qual fica nomeada sua Curadora Especial.Decorrido o prazo acima e nada sendo requerido, expeça-se alvará de levantamento em favor da parte credora.Frutífera a busca via renajud, intime-se a parte credora para que indique endereço de localização do veículo, manifestando interesse na avaliação. Com o endereço, fica desde já deferida a avaliação dos veículos, de propriedade da parte executada, nos endereços indicados pela parte credora, expedindo-se MANDADO de avaliação e intimação da parte executada de todos os atos praticados, dando-lhe ciência de que o prazo para opor-se à penhora realizada ou à execução, se for o caso, é de 15 (quinze) dias, contados da juntada do presente MANDADO, devidamente cumprido, aos autos, por via do Sistema de Automação Processual.Frutífera a consulta infojud, intime-se a parte exequente para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça ao Cartório deste Juízo para análise de seu resultado, devendo manifestar-se em até 05 (cinco) dias após o fim daquele prazo quanto ao prosseguimento do feito.Uma vez que a medida importa quebra do sigilo fiscal, as informações deverão permanecer em pasta sob responsabilidade do Sr. Diretor de Cartório pelo prazo de 10 (dez) dias a contar da intimação, findo o qual, sem qualquer manifestação da parte exequente, deverão tais informações serem inutilizadas, mediante certidão.Infrutíferas as buscas, ou silente a exequente após as determinações supra, conclusos.Cacoal-RO, quinta-feira, 1 de dezembro de 2016.Emy Karla Yamamoto Roque
Juíza de Direito

Proc.: 0010803-81.2013.8.22.0007
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama
Advogado:Procurador Federal ( )
Executado:Francisco de Assis Figueiredo
Advogado:Tony Pablo de Castro Chaves (RO 2147)
Intimação do advogado da parte REQUERIDA, para no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da penhora on-line – BACENJUD, impugnando-a, caso queira, efetivada sobre valores de sua conta corrente, cujo resultado foi frutífero, conforme detalhamento de ordem judicial constante dos autos.
Jerdson Raiel Ramos
Diretor de Cartório

## 2ª VARA CÍVEL

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 30 DIAS
CITAÇÃO DE: APARECIDO ABREU PEREIRA, brasileiro, inscrito no CPF nº 282.223.502-34 residente e domiciliado Rua Niterói, nº 695, Novo Cacoal/RO, atualmente em lugar incerto ou não sabido.
FINALIDADE: CITAÇÃO da(s) parte(s) acima qualificada(s), Nos termos do art. 829 do Novo Código de Processo Civil, CITE-SE a parte executada para que tome conhecimento da presente execução e, no prazo de 03 (três) dias, a contar da citação, paguem o valor da dívida atualizada (DIVIDA ATUALIZADA NA INICIAL), acrescida de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, custas e honorários advocatícios, os quais ficam fixados em 10% (dez por cento) sobre o débito atualizado, salvo em caso de embargos, os quais poderão ser elevados até 20% (vinte por cento)., contados da dilação do prazo do Edital.
ADVERTÊNCIA: Decorrido o prazo para pagamento, será procedido a penhora de tantos bens quanto bastem para garantir a execução.
Autos de nº: 7003830-83.2016.8.22.0007
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: BONINN PNEUS & ACESSÓRIOS LTDA - EPP
Advogado: Katia Carlos Ribeiro
Executado: APARECIDO ABREU PEREIRA
Valor da Causa: R$. 3.703,50 em 26/04/2016
Cacoal, 07 de março de 2017.
Audarzean Santana da Silva
Juiz de Direito

## 3ª VARA CÍVEL

3º Cartório Cível
3ª Vara Cível da Comarca de Cacoal
Juiz de Direito: Elson Pereira de Oliveira Bastos
Diretora de Cartório: Neide Salgado de Melo
(69) 3443-5036 - cwl3civel@tjro.jus.br
Av. Porto Velho 2728 Centro

Proc.: 0009178-41.2015.8.22.0007
Ação:Divórcio Litigioso
Requerente:L. M. V. da C. K.
Advogado:Sinomar Francisco dos Santos (OABRO 4815)
Requerido:D. C. M.
Advogado:Sabino José Cardoso (OAB/RO 1905)
SENTENÇA:
Vistos, etc.LIGIA MERCIA VIRGULINO DA COSTA KRUGEL ajuizou a presente ação de divórcio, cumulada com guarda, visitação, alimentos e partilha de bens em face de DANIEL CARLOS MEIRA, qualificados na inicial.Alega, em síntese, que no início da união estável com o requerido em 2004 era viúva e que na certidão de óbito de seu falecido esposo constava equivocadamente a

informação de que ele havia deixado bens a inventariar. Afirma que em razão disso, quando do casamento com o requerido, em 19.09.2008, o cartório determinou que o regime do casamento fosse o de separação de bens, ante a falta de inventário ou correção da certidão de óbito do falecido primeiro marido. Informa que da relação advieram dois filhos menores, os quais devem ficar sob sua guarda. Requer pensão alimentícia para os filhos na importância equivalente a 50% do salário mínimo vigente e que a visitação seja em finais de semana e feriados alternados. Sustenta que não tem conhecimento de todos os bens do requerido e que após avaliação, sejam partilhados na proporção de 50% para cada uma das partes. Requer, portanto, a procedência de seu pedido, com a decretação do divórcio do casal. Juntou os documentos.O requerido foi citado no presídio local, conforme AR (fls.31-v), comparecendo em audiência de conciliação, a qual restou parcialmente frutífera (fls.32/33), findando decidido que a guarda dos filhos menores ficará com a genitora e que em razão do requerido estar preso, ficou suspensa a obrigação de pagar pensão alimentícia por um ano (até 17.03.2017), comprometendo-se a entregar à requerente uma motocicleta Honda CG Titan ESD, placa RO/NCF3184. Restou acordado que após o período de suspensão, o requerido pagará aos filhos alimentos no valor correspondente a 30% do salário mínimo vigente. As visitas após a liberdade do requerido serão em finais de semana alternados, nos termos do acordo às fls.33. Com relação à partilha do terreno, não foi possível realizar acordo, em razão de divergência quanto à metragem deste.DECISÃO (fls. 34) homologando o acordo parcial de fls. 32/33 e determinando o prosseguimento do feito quanto à partilha do imóvel indicado às fls. 05.O requerido, pela Defensoria Pública, apresentou contestação (fls. 35/38), pugnando pela avaliação do imóvel rural e das benfeitorias que alega terem sido destruídas pela autora, para posteriormente ser feita a correta divisão. Informa que já entregou a motocicleta à requerente conforme estipulado em conciliação. Juntou documentos (fls. 39/49).A autora apresentou impugnação à contestação (fls.51/52).Dada vista ao Ministério Público, disse que não há necessidade de sua intervenção no tocante à partilha de bens, conforme parecer de fls. 62.A autora peticionou requerendo a expedição de ofício à Caixa Econômica Federal para determinar a abertura de conta poupança em seu nome para recebimento da pensão alimentícia dos filhos menores (fls.63).É o relatório. Decido. Remanesce como objeto do processo pendente de DECISÃO judicial a partilha do seguinte imóvel rural: fração de 1.8150ha (um hectare, oitenta e um ares e cinquenta centiares) do lote 86- B2, da Gleba 09, Setor Gy-Paraná, nesta cidade de Cacoal/RO. Segundo se alega, referido bem foi adquirido na constância do casamento.A autora propõe a divisão da referida área de terra em partes iguais, cabendo a cada uma das partes a metade (fl. 05).O requerido, por seu turno, também é favorável à divisão do mesmo bem em partes iguais, na proporção de metade para cada um (fl. 37).Diante disso, está claro que não há divergência entre as partes quanto a comunhão que recai sobre o bem imóvel ora referido, nem mesmo em relação à partilha.Cabe mencionar que o requerido acusa a autora de ter ingressado no imóvel e removido a cerca e destruido o canavial, prejudicando benfeitorias. Em razão disso, pretende que o valor correspondente ao referido dano seja descontado da parte que cabe a autora no imóvel.Ocorre que a situação fática referida desborda o âmbito de conhecimento da presente demanda, devendo, se a parte o quiser, ser analisado em ação própria, isto é, em procedimento judicial autônomo. Posto isso, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil JULGO PROCEDENTE o pedido remanescente de partilha de bens para decretar a divisão da fração de 1.8150ha (um hectare, oitenta e um ares e cinquenta centiares) do lote 86- B2, da Gleba 09, Setor Gy-Paraná, nesta cidade de Cacoal/RO, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada uma das partes. Defiro a gratuidade às partes.Em razão da sucumbência, condeno o requerido ao pagamento das custas e honorários advocatícios (art.98, §2º, CPC) no percentual de 10 % do valor da causa (art.85, § 2º, CPC). Os encargos sucumbenciais ficam sujeitos à condição suspensiva, conforme disposto no §3º do artigo 98, do CPC. Expeça-se ofício para a abertura de conta bancária para o depósito da pensão (fl. 63)Transitada em julgado, arquivem-se os autos, devendo eventual cumprimento de SENTENÇA ser distribuído via Pje, conforme artigo 16 da Resolução 013/2014-PR publicada no DJ 130/2014.Cacoal-RO, segunda-feira, 10 de abril de 2017.Elson Pereira de Oliveira Bastos Juiz de Direito

Proc.: 0008820-76.2015.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Antonio Felicio de Almeida
Advogado:Lorena Kemper Carneiro (RO 6497), Marlise Kemper (OAB/RO 6865), Valdinei Santos Souza Ferres (OAB/RO 3175)
Requerido:Roseli Francisca Soares
Advogado:Claudiomar Bonfá (OAB/RO 2373)
DECISÃO:
ANTÔNIO FELÍCIO DE ALMEIDA propôs ação com pedido de reconhecimento e dissolução de união estável, cumulado com requerimento de tutela antecipada, em face de ROSELI FRANCISCA SOARES, qualificados nos autos.Aduz, em síntese, que viveu em união estável com a requerida desde novembro/2005, com diversos períodos de separações e partilha de bens. Argumenta que em 15.10.2004 adquiriu um bem imóvel na Rua Carlos Sherer, n°380, Brizon e que em seguida iniciou a construção da casa existente no local, finalizando-a em agosto de 2005, com data anterior à união estável, conforme comprovaria o habite-se de fls.19. Afirma que apenas após finalizar a construção é que a requerida passou a residir com o autor na mesma casa, iniciando-se a união estável. Sustenta que posteriormente construíram uma piscina e uma edícula e que a requerida teria direito apenas à meação dos melhoramentos/acréscimos do imóvel e que tal partilha já teria sido realizada em acordo extrajudicial de fls. 28/30, o qual fora homologado nos autos 0007760-10.2011.8.22.0007 que tramitaram perante a 1ª Vara Cível desta Comarca, já tendo sido paga a meação à requerida, parte em dinheiro e parte em uma motocicleta. Informa que esta separação durou alguns meses e que então reataram em dezembro de 2011 e que após outras separações e reconciliações, o casal rompeu em abril de 2014, ocasião em que a requerida propôs ações de arrolamento de bens e reconhecimento com dissolução de união estável com partilha de bens e alimentos em face do autor, sendo, no entanto, extintos sem julgamento do MÉRITO em razão da reconciliação do casal. Alega que em 16.10.2014 derem início a nova união estável, tendo resolvido formalizar através de escritura pública de fls.37/38. Argumenta que nos períodos de separação o autor adquiriu bens que foram relacionados na escritura pública. Requer a procedência da ação para reconhecimento da união estável no período de outubro de 2014 a junho de 2015 e a sua dissolução, bem como o deferimento da tutela antecipada para determinar que a requerida seja retirada do imóvel do autor localizado na Rua Carlos Sherer, n°380, Brizon, Cacoal/RO.Devidamente citada (fls. 51), a requerida apresentou contestação (fls.46/50), rebatendo as alegações do autor e requerendo o reconhecimento do período incontroverso da união no período de agosto/2014 a junho de 2015.Realizada audiência de conciliação, esta restou infrutífera, conforme ata de fls.54. Preliminarmente, quanto à alegação de litispendência, observo que, no caso sub-judice, não é possível reconhecê-ça, visto que, apesar dos autos possuírem as mesmas partes e a mesma causa de pedir, os pedidos possuem peculiaridades que os divergem, devendo, pois, ambas ações prosseguirem. Não havendo outras questões preliminares pendentes, declaro o feito saneado.Fixo os pontos controvertidos da demanda, quais sejam:1- O período de duração da união estável entre as partes.2- A existência de vício de consentimento quando da assinatura da escritura pública de união estável e quando da realização do acordo nos autos 0007760-10.2011.8.22.0007 ( 1ª Vara Cível).3- O valor atual das edificações e benfeitorias do imóvel urbano situado na Rua Carlos Sherer, nº380, Brizon, Cacoal/RO.Sendo assim, verifica-se que para o deslinde do feito, necessária é a realização de prova pericial, razão pela

qual defiro o pedido da requerida de produção de prova pericial por corretor de imóveis, tendo em vista a necessidade de apurar-se o real valor de mercado das edificações e benfeitorias realizadas no imóvel urbano da Rua Carlos Sherer, nº 380, Bairro Brizon em que residia o casal.
No caso em apreciação, o ônus da perícia deverá ser suportado pelas partes em igual proporção, cabendo ao requerente adiantar o valor dos honorários, compensando-se ao final.Confio a perícia à Imobiliária e Corretora de Imóveis SEFRIN, a qual deverá ser intimada, na pessoa de seu representante legal, para apresentar proposta de honorários. Após, intime-se o requente ao depositá-los.O laudo pericial deverá ser entregue em cartório no prazo de 15 dias, contados à partir da data em que o perito for comunicado para dar início aos trabalhos.As partes, no prazo comum de quinze dias, poderão indicar assistentes técnicos (devendo informar telefone e e-mail para contato do respectivo assistente) e formular quesitos. A parte que formular quesito cuja resposta implique trabalho excessivamente oneroso deverá se responsabilizar pelo pagamento dos honorários correspondentes ao quesito, sob a pena de indeferimento.Defiro, ainda, a produção de prova oral, consistente nos depoimentos pessoais das partes e inquirição de testemunhas. Sendo assim, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 14.08.2017, às 10:00h, a ser realizada na sede do Juízo da 3ª Vara Cível desta comarca, à Avenida Porto Velho, nº 2728. Centro, Cacoal/RO.Fixo o prazo comum de 10 dias úteis para a apresentação de rol de testemunhas, sob a pena de preclusão.Cabe aos advogados constituídos pelas partes informar ou intimar cada testemunha por si arrolada (observadas as regras do artigo 455 do CPC).Cacoal-RO, quinta-feira, 13 de abril de 2017. Elson Pereira de Oliveira Bastos Juiz de Direito

Proc.: 0009629-66.2015.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Roseli Francisca Soares
Advogado:Claudiomar Bonfá (OAB/RO 2373), Gervano Vicent (OAB/RO 1456)
Requerido:Antonio Felicio de Almeida
Advogado:Valdinei Santos Souza Ferres (OAB/RO 3175), Lorena Kemper Carneiro (RO 6497), Marlise Kemper (OAB/RO 6865)
DECISÃO:
ROSELI FRANCISCA SOARES propôs ação de reconhecimento e dissolução de união estável com partilha de bens e pensão alimentícia em face de ANTÔNIO FELÍCIO DE ALMEIDA, qualificados nos autos.Aduz, em síntese, que conheceu o requerido em 2002 e então começaram a namorar. Informa que passou a frequentar a casa do requerido diariamente, onde jantava, dormia e fazia a limpeza da casa nos finais de semana. Afirma que ele possuía uma concessão de taxi e um veículo Parati com o qual prestava serviços de taxista, além de R$16.000,00 (dezesseis mil reais) com os quais adquiriu um terreno pendente de regularização, na Rua Carlos Scherer, nº 380, Bairro Brizon. Sustenta que nesta época trabalhava e nos finais de semana auxiliava na construção de uma casa de alvenaria no citado terreno, onde passaram a residir juntos, em 23.11.2005, a partir de quando passaram a apresentar-se aos amigos e familiares como marido e mulher. Argumenta que nesta época deixou seu emprego na Panificadora Super Pão a pedido do requerido e passou a dedicar-se exclusivamente aos serviços de casa e inclusive da obra de ampliação da casa, com a construção de piscina, auxiliando, inclusive a preparar massa de concreto, aplicar rejuntes de cerâmica e pintura e também de outra casa no mesmo lote, a qual está alugada por R$500,00. Relata que em 2009 o requerido presenteou-a com uma moto Biz, ocasião em que a filha do primeiro casamento do requerido passou a ter ciúmes e começaram os desentendimentos, que ocasionaram separações temporárias entre as partes em que viviam em casas separadas, com posteriores reconciliações. Refere que sempre que se reconciliavam, o requerido propunha condições para formalizarem a união com algum documento e a autora aceitava, tendo sido proposta ação de reconhecimento e dissolução de união estável em 2011, a qual tramitou perante a 1ª Vara Cível desta Comarca, sob o nº 0007760-10.2011.8.22.0007. Conta que na penúltima separação, sendo a primeira em que o requerido saiu de casa, em julho de 2014, o requerido a agrediu fisicamente, conforme boletim de ocorrência 708/2014, ocasião em que procurou um advogado e ingressou com uma medida cautelar de arrolamento de bens do casal sob o nº0009641-17.2014.8.22.0007 e posteriormente com uma ação de reconhecimento e dissolução de união estável com partilha de bens sob o nº 0010674-42.2014.8.22.0007, sendo que ambas tramitaram perante a 3ª Vara Cível desta Comarca. Alega que após muita insistência do requerido e por ainda gostar dele, a autora aceitou a reconciliação e a condição de desistir das ações e realizar a celebração de escritura pública de união estável em 20.10.2014. Relata que o convívio em harmonia durou até o dia 04.07.2015, quando em razão de nova discussão, o requerido saiu de casa e não mais retornou, sendo até acionada a Polícia Militar. Sustenta que durante os quase 10 (dez) anos de convívio decorridos entre 23.11.2005 e 04.07.2015 o requerido continuou exercendo sua profissão de taxista e a autora passou a cuidar da casa e dos interesses do casal, visto que o requerido a impedia de arrumar um emprego. Retrata que o requerido passou a dilapidar o patrimônio e a usar de manobras para lesar os direitos da autora quanto aos bens amealhados durante a constância da união. Pugna pela fixação de alimentos provisórios, bem como liminarmente o direito de permanecer residindo no imóvel na Rua Carlos Sherer, n°380, Brizon, até o deslinde do feito. Por fim seja julgada procedente a ação reconhecendo a união estável no período de 23.11.2005 a 04.07.2015, bem como a sua dissolução, declarando nula a escritura pública de fls.013/014 do livro 264-E do 1º Ofício de Cacoal e da partilha simulada com homologação judicial nos autos 0007760-10.2011.8.22.0007 da 1ª Vara Cível desta Comarca, determinando a partilha dos bens e condenando o requerido ao pagamento dos alimentos no importe de 02 (dois) salários mínimos em favor da autora. Juntou documentos (fls. 16/58).Devidamente citado, o requerido apresentou contestação (fls.62/67) juntou documentos (fls.68/75), arguindo preliminarmente a litispendência com os autos 0008820-76.2015.8.22.0007, também em trâmite perante este juízo da 3ª Vara Cível, onde o requerido figura como o autor, no qual houve anteriormente o DESPACHO inicial em 19.10.2015, enquanto nestes autos, o DESPACHO inicial deu-se em 23.10.2015, razão pela qual requer a extinção dos presentes. No MÉRITO, rebate as alegações da autora e requer a improcedência da ação.A autora apresentou réplica (fls. 77/81) sustentando que o autor está agindo de má-fé, devendo, pois, ser condenado por litigância de má-fé e rebatendo a preliminar de litispendência em razão dos pedidos nestes autos serem mais amplos que os dos autos 0008820-76.2015.8.22.0007. Juntou documentos de fls. 82/85Realizada audiência de conciliação, esta restou infrutífera, conforme ata de fls.87.Preliminarmente, quanto à alegação de litispendência e o pedido de extinção do presente feito sob o fundamento de que os autos de nº0008820-76.2015.8.22.0007 teria sido distribuído, despachado e juntado o AR de citação em datas anteriores, entendo não ser o caso, visto que, apesar dos autos possuírem as mesmas partes e a mesma causa de pedir, os pedidos possuem peculiaridades que os divergem, devendo, pois, ambas ações prosseguirem. Não havendo outras questões preliminares pendentes, declaro o feito saneado.Os pontos controvertidos e as provas a serem produzidas foram definidos nos autos em apenso (0008820-76.2015.8.22.0007), sendo extensível a este feito em razão da conexão a recomendar a tramitação e instrução conjunta.Cacoal-RO, quinta-feira, 13 de abril de 2017. Elson Pereira de Oliveira Bastos Juiz de Direito

Proc.: 0010127-65.2015.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Juruena Sicredi Univales MT
Advogado:Pedro Francisco Soares (OAB/MT 12999), Janaína Braga de Almeida (OAB/MT 13701)

Executado:I. R. M. Madeiras Ltda, Delci Conte Gnoatto, Euclides Conte Gnoatto
Advogado:Ruy Carlos Freire Filho (OAB/RO 1012)
DESPACHO:
Merece acolhida o pedido de fls. 97, porquanto não houve, até o momento, intimação válida da requerida I.R.M. Madeiras Ltda. Devolva-se o prazo para manifestação, contando o prazo a partir da nova publicação.Cadastre-se e publique-se no DJ.Cacoal-RO, quinta-feira, 13 de abril de 2017.Elson Pereira de Oliveira Bastos Juiz de Direito

Proc.: 0010248-35.2011.8.22.0007
Ação:Execução Fiscal
Inventariante:Fazenda Pública do Município de Cacoal, Angelita Moreira da Silva
Advogado:Sammuel Valentim Borges (RO 4356), Hevandro Scarcelli Severino (RO 3065), Miguel Antônio Paes de Barros (OAB/RO 301)
Requerido:Espólio de Jacob Moreira Lima
Advogado:Hevandro Scarcelli Severino (SSP/RO 3065), Sammuel Valentim Borges (RO 4356), Miguel Antônio Paes de Barros (OAB/RO 301)
DECISÃO:
Trata-se de execução fiscal proposta pelo Município de Cacoal em face de Espólio de Jacob Moreira Lima. O executado manifestou arguindo a prescrição do crédito tributário objeto dos autos (fls.58/60).A exequente apresentou resposta às fls.62/67.Pois bem.O prazo prescricional, como se sabe, é de cinco anos.Nesse sentido vale destacar o art. 174 do Código Tributário Nacional:Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.No caso, tratando-se de tributo predial lançado nos anos de 2007 e 2008, com execução fiscal promovida em 2011, não se ultimou o lustro legal extintivo do crédito tributário.Intimem-se, devendo o exequente dar andamento.Cacoal-RO, quinta-feira, 13 de abril de 2017.Elson Pereira de Oliveira Bastos Juiz de Direito

Proc.: 0001027-86.2015.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sandro Ricardo Longhi da Silva
Advogado:Sandra Cristina dos Santos Bahia (OAB/RO 6486), Dayane Carvalho de Souza Ferreira (OAB/RO 7417)
Requerido:General Motors do Brasil Ltda
Advogado:Pedro Paulo Wendel Gasparini (SP 115.712), Christian Garcia Vieira (SP 168.814), Camila do Amaral Barroso (SP 350.608)
DECISÃO:
Às fls. 276 foi determinada a intimação da requerida para informa em pode de quem se encontravam os equipamentos substituídos (sistema de airbag).A requerida manifestou-se às fls. 280/281 informando que, “apesar de o veículo ter sido reparado após o acidente, o sistema de airbag do mesmo não foi consertado, retirado ou trocado pela Concessionária Vemaq Veículos e Máquinas Ltda”. Disso conclui que não existe nenhum óbice à realização da perícia no sistema de airbag.A parte autora (fls. 286/287), então, considerando não indicada a localização das peças substituídas do veículo, argumentou que a prova técnica estava prejudicada. Sobreveio a DECISÃO de fls. 307 designando a perícia, face a qual a parte autora apresentou petição (fls. 308/311) alertando para a impossibilidade de sua realização em razão de a parte requerida não ter indicado a localização das peças.Com efeito, a nota fiscal juntada às fls. 270/275 comprovam a troca dos equipamentos que compõem o sistema do airbag do veículo. Sendo assim, cumpria a parte requerida atender o conteúdo do DESPACHO de fls. 276 que impunha a informação sobre a localização das peças substituídas. Como essa ordem não foi atendida e, a despeito da comprovação da troca pela nota fiscal, a requerida insiste na alegação de que tal não ocorreu, parece sem dúvida que a parte autora induz este Juízo a erro e incorre em flagrante má-fé (art. 80, II, CPC). Em razão disso, com todas as vênias ao magistrado subscritor da DECISÃO de fl. 307, o qual foi induzido a erro, reconsidero a ordem para a realização da prova pericial, ficando sem efeito, portanto, todas as determinações que dela seriam natural desdobramento. Configurada a litigância de má-fé, com fundamento no art. 81 do CPC, condeno a requerida a pagar multa de 10% do valor da causa corrigido, a reverter em favor da parte autora.Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 14.08.2017, às 9 horas. O rol de testemunha poderá ser apresentado ou complementado no prazo de dez dias. Cabe a parte a intimação das suas respectivas testemunhas (art. 455, CPC). Cadastre-se a nova advogada da parte autora (fl. 284/285), bem como os novos advogados da parte requerida (fls. 288/292). Após, publique-se para fins de intimação. Cacoal-RO, quinta-feira, 13 de abril de 2017.Elson Pereira de Oliveira Bastos Juiz de Direito
Neide Salgado de Melo
Diretora de Cartório

Processo nº 0012674-15.2014.8.22.0007
Polo Ativo: AUDELINO TENORIO
Advogado do(a) AUTOR: PAULO LUIZ DE LAIA FILHO - RO0003857
Polo Passivo: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
Advogado do(a) RÉU:
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
O referido é verdade. Dou fé.
Cacoal, 19 de abril de 2017

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34435036
Processo nº 0041979-93.2004.8.22.0007
Polo Ativo: MOISES DE ANDRADE AMORIM
Advogado do(a) AUTOR: ANA PAULA MORAIS DA ROSA - RO0001793
Polo Passivo: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
Advogado do(a) RÉU:
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
O referido é verdade. Dou fé.
Cacoal, 19 de abril de 2017

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34435036
Processo nº 0013217-52.2013.8.22.0007
Polo Ativo: JESUS FERREIRA MARTINS FILHO
Advogados do(a) AUTOR: HILDEBERTO MOREIRA BIDU - RO0005738, MAYARA GLANZEL BIDU - RO0004912
Polo Passivo: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
Advogado do(a) RÉU:

CertidãoCertifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
O referido é verdade. Dou fé.
Cacoal, 19 de abril de 2017

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Cacoal - 3ª Vara Cível
Avenida Porto Velho, 2728, Centro, Cacoal - RO - CEP: 76963-860 - Fone:(69) 34435036
Processo nº 0009509-57.2014.8.22.0007
Polo Ativo: BANCO BRADESCO S.A.
Advogado do(a) EXEQUENTE: EDSON ROSAS JUNIOR - AM0001910
Polo Passivo: INDUSTRIA E COMERCIO DE PANIFICAÇÃO PAES & PAES LTDA ME e outros
Advogado do(a) EXECUTADO:
Advogado do(a) EXECUTADO:
CertidãoCertifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
O referido é verdade. Dou fé.
Cacoal, 19 de abril de 2017

## 4ª VARA CÍVEL

4º Cartório Cível
4ª Vara Cível da Comarca de Cacoal
Juiz de Direito: Mario José Milani e Silva
Diretor de Cartório: Anderson Cantão Silva
(69) 3443-1668 - cwl4civel@tjro.jus.br
Av. Porto Velho 2728 Centro

Proc.: 0010368-39.2015.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Casas 3 Irmãos Eirelli Epp
Advogado:Vilson Kemper Junior (OAB/RO 6444)
Executado:Erica Leticia de Freitas Santana
DESPACHO:
DESPACHO Suspendam-se o processo pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, conforme determinado no DESPACHO de fl. 43.Cacoal-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Mário José Milani e Silva Juiz de Direito

Proc.: 0010611-51.2013.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:R. José da Silva & Cia Ltda
Advogado:Angela Maria Dias Rondon Gil (OAB/RO 155-B), Rebecca Dias Santos Silveira Furlanetto ( 5167)
Requerido:Rodrigo Gomes
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
DESPACHO Defiro o pedido para suspender o andamento do processo pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.Decorrido o prazo, manifeste-se autor.Intime-se as partes. Cacoal-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Mário José Milani e Silva Juiz de Direito

Proc.: 0014070-27.2014.8.22.0007
Ação:Oposição
Requerente:Sebastiana Maria da Cruz, Amarildo Marinho da Silva
Advogado:Hosney Repiso Nogueira (RO 6327), Anderson Fabiano Brasil (RO 5921), Hosney Repiso Nogueira (RO 6327), Anderson Fabiano Brasil (RO 5921)
Requerido:José Felix dos Santos
Advogado:Celso Rivelino Flores (OAB/RO 2028)
DESPACHO:
DESPACHO Em razão da não localização das partes para intimação, conforme consta na certidão do oficial de justiça (fl. 153) redesigno a inspeção judicial para o dia 30.06.2017, às 15h:00hs. Concedo um prazo de 10 (dez) dias para que os advogados apresentem os endereços atualizados das partes, objetivando a viabilização das intimações. Cacoal-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Mário José Milani e Silva Juiz de Direito

Proc.: 0002956-57.2015.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Auto Posto G Dez Ltda.
Advogado:Abdiel Afonso Figueira (RO 3092)
Executado:Ari França
DESPACHO:
DESPACHO Indefiro pedido de fl. 43, haja vista que o veículo encontrado não é de propriedade do executado e sim da empresa em que trabalha, conforme consta na certidão do oficial de justiça à fl. 40. Intime-se o exequente, para no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data do DESPACHO, para localizar bens passíveis de penhora. Cacoal-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017. Mário José Milani e Silva Juiz de Direito

Proc.: 0000770-95.2014.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Violato & Cia Ltda
Advogado:Aline Schlachta Barbosa (OAB/RO 4145), Luciana Dall´agnol (RO 5495)
Executado:Máximo Antonio de Carvalho
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
DESPACHO Indefiro pedido de fl. 59, haja vista que foram realizadas várias tentativas no sentindo de localizar bens passíveis a penhora e localização do requerido, onde todas diligências restaram negativas.No caso dos autos, a motocicleta não foi localizada nos autos, de forma que resta-nos, somente, aguardar eventual apreensão do bem, o qual, ante a restrição anotada no RENAJUD, está imposibilitado de circular livremente. Determino suspensão do processo pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, tempo suficiente para que o autor diligencia no sentido de localizar bens passíveis a penhora e o requerido.Intime-se as partes. Cacoal-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Mário José Milani e Silva Juiz de Direito

Proc.: 0010611-51.2013.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:R. José da Silva & Cia Ltda
Advogado:Angela Maria Dias Rondon Gil (OAB/RO 155-B), Rebecca Dias Santos Silveira Furlanetto ( 5167)
Requerido:Rodrigo Gomes
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
DESPACHO Defiro o pedido de suspensão do feito, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da data do DESPACHO, conforme pedido de fl. 56.Intime-se as partes.Cacoal-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Mário José Milani e Silva Juiz de Direito

Proc.: 0004470-16.2013.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Areniovaldo Silva do Nascimento
Advogado:Geraldo Eldes de Oliveira (RO 1105)

Requerido:Ailton Franco dos Santos, Francisco Barbosa de Oliveira
Advogado:Valdinei Santos Souza Ferres (OAB/RO 3175)
DESPACHO:
DESPACHO Defiro o pedido de suspensão do feito, pelo prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data do DESPACHO, conforme pedido de fl. 90.Intime-se as partes.Cacoal-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Mário José Milani e Silva Juiz de Direito

Proc.: 0011216-94.2013.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Agropecuária do Colono Ltda
Advogado:Aline Schlachta Barbosa (OAB/RO 4145), Luciana Dall´agnol (RO 5495)
Executado:Eurian Pires de Oliveira
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
DESPACHO Defiro a suspensão do processo pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias a ser contado da data do DESPACHO. Intime-se as partes. Cacoal-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017. Mário José Milani e Silva Juiz de Direito

Proc.: 0008160-19.2014.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Malaquias & Rodrigues Enxovais Ltda
Advogado:Fernando da Silva Azevedo (RO 1293)
Requerido:Juelicia de Paulo
DESPACHO:
DESPACHO Em razão do conteúdo da certidão de fl. 51, determino a suspensão do feito, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da data do DESPACHO. Decorrido prazo, manifeste-se o autor. Intime-se as partes.Cacoal-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Mário José Milani e Silva Juiz de Direito

Proc.: 0003526-43.2015.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Supermercado A Luzitana Industria e Comercio Ltda.
Advogado:Fernando da Silva Azevedo (RO 1293)
Requerido:Adriano da Silva Groner
DESPACHO:
DESPACHO Intime-se o credor para que em 5 (cinco) dias, indique quais os bens que quer ver penhorados.Intime-se as partes.Cacoal-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Mário José Milani e Silva Juiz de Direito
Anderson Cantão Silva

Diretor de Cartório

## COMARCA DE CEREJEIRAS

## 1º CARTÓRIO

1º Cartório
COMARCA DE CEREJEIRAS
1ª VARA
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
ENDEREÇO ELETRÔNICO: cjs1vara@tjro.jus.br
JUIZ: Bruno Magalhães Ribeiro dos Santos
Diretor de Cartório: Carlos Vidal de Brito

Proc.: 0002574-51.2012.8.22.0013
Classe: Procedimento Ordinário (Cível)
Assunto: Compra e Venda
Requerente: Bento Salvador e outros
Advogado: Wagner Aparecido Borges (OAB/RO 3089)
Requerido: Carlos Rezende da Silva
Advogado: Ameur Hudson Amâncio Pinto (OAB/RO 1807)
FINALIDADE: Intimação do(s) patrono(s) da(s) parte(s) da data designada para vistoria in loco das partes desmembradas dos lotes 13-A e lote 13-B1, gleba 65, para levantamento topográfico das coordenadas geográficas das áreas e divisas dos mesmos, qual seja, dia 02 de Maio de 2017, às 14:30 horas.

Proc.: 0007257-65.2011.8.22.0014
Ação:Embargos à Execução
Embargante:Silvino Orlando
Advogado:Trumam Gomer de Souza Corcino (OAB/RO 3755)
Embargado:Agro Sul Comércio e Representações Ltda
Advogado:Leandro Márcio Pedot (OAB/RO 2022), Josemario Secco (RO 724)
DESPACHO:
DESPACHO 1 - Considerando o teor da certidão de fl. 110, no sentido de que o embargante, intimado, deixou de promover o pagamento das custas processuais a que foi condenado na SENTENÇA de fls. 69-73, confirmada em segunda instância (fls. 10-102), transitada em julgado em 14/12/2016 (fl. 104), a fim de viabilizar o arquivamento dos autos, com fulcro no art. 35 da Lei Estadual nº 3.896/16 DETERMINO que a diretoria do cartório providencie a expedição de certidão de crédito, referente ao valor das custas processuais objeto da condenação, a ser instruída com cópia da DECISÃO judicial/SENTENÇA, remetendo-a ao Tabelionato de Protestos desta comarca de Cerejeiras-RO para fins de protesto ( § 2º, art. 35);2 - Esclareça-se, oportunamente, ao Tabelião que:2.1 - o recolhimento dos emolumentos, custas extrajudiciais e valor do selo de fiscalização, relativo ao protesto das custas processuais, será postergado para o momento do pagamento ou do cancelamento do protesto, às expensas do devedor ( § 3º).2.2 - havendo adimplemento do débito no tabelionato de protesto, o Tabelião deverá comunicá-lo imediatamente à serventia judicial, para a baixa e arquivamento do processo correspondente (§ 4º);2.3 - com o decurso do prazo para adimplemento perante o tabelionato de protesto, após a lavratura e registro do protesto na forma da lei, o Tabelião comunicará o fato à serventia que solicitou a realização do ato (art. 36);3 Após receber o comunicado do tabelionato de protesto, de lavratura e registro do protesto, a diretoria ou secretaria providenciará a inscrição do débito na dívida ativa, arquivando os autos na sequência (art. 37, p.u.);4 - Havendo pagamento após a inscrição na dívida ativa, a ser perante este juízo comprovado pelo devedor, e certificado nos autos, retornem conclusos para demais providências, atentando-se ao teor do art. 38 e os subsequentes. Providencie-se o necessário. Cumpra-se.Cerejeiras-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0001395-77.2015.8.22.0013
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:N. M. Silva & Cia Ltda ME
Advogado:Valdete Minski (RO 3595)
Executado:Helder Turci Sidney
Advogado:Wagner Aparecido Borges (OAB/RO 3089)
DESPACHO:
DESPACHO Defiro o requerimento de fl. 96.Expeça-se alvará para levantamento dos valores depositados nos autos em favor do credor, intimando-o acerca da presente.Oportunamente, consigno que nos valores a serem levantados deverão estar inclusos os seus respectivos rendimentos, e não somente as importâncias ali descritas, a fim de evitar que eventual remanescente permaneça em conta judicial vinculada aos autos.Após, decorrido o período de validade do alvará, oficie-se à instituição bancária para que, no prazo de 10 (dez) dias, informe e/ou comprove nos autos o levantamento total da quantia apurada, ou, se for o caso, descrimine eventual remanescente.Vindo resposta, havendo remanescente, expeça-se novo alvará, nos moldes ora determinandos.Sem prejuízo, intime-se

a parte exequente a impulsionar os autos, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá esclarecer se houve ou não a satisfação do débito. Em caso negativo, advirta-o, desde logo, que deverá instruir os autos com a respectiva planinha, requerendo o que cabível.Com o decurso do prazo, havendo ou não manifestação, o que deverá ser certificado, retornem-me conclusos.Pratique-se o necessário. Intime-se. Cumpra-se.Cerejeiras-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0002181-92.2013.8.22.0013
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Castelo Supermercado Ltda Epp
Advogado:Jetro Vasconcelos Carapia Canto (RO 4956)
Executado:George Firme da Silva
DESPACHO:
DESPACHO A Lei Estadual nº 3.896/17, que dispõe sobre a cobrança de custas dos serviços forenses no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, estabelece, em seu artigo 17, que o requerimento de diligências tendentes a busca de endereços, bloqueio de bens ou quebra de sigilo fiscal, entre outras ali descritas, somente processar-se-ão mediante o prévio recolhimento das respectivas custas.Assim, intime-se o exequente a esclarecer se deseja que este juízo proceda no particular, e/ou requeira o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, de logo se lhe advertindo que, na primeira hipótese, deverá providenciar, neste mesmo prazo, o recolhimento das custas devidas mediante valores individuais para cada diligência requerida (buscas de ativos financeiros, de endereço, de bens ou quebra de sigilo) -, conforme dispõe o artigo 17 da Lei Estadual nº 3.896/2016. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos para demais providências, inclusive quanto aos requerimentos de fl. 111.Caso contrário, certificado seja o decurso do prazo sem pedido, intime-se o exequente pessoalmente, nos termos do art. 485, § 1º, do NCPC. Só então retornem os autos ao gabinete.Pratiquem-se o necessário. Intime-se. Cumpra-se.Cerejeiras-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0001811-16.2013.8.22.0013
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Castelo Supermercado Ltda Epp
Advogado:Shara Eugênio de Souza Silva (OAB/RO 3754)
Executado:Castorina Elaine Costa Me
DESPACHO:
DESPACHO Desentranhe-se a petição de fls. 129-138 e promova a sua entrega ao patrono, para a respectiva distribuição junto ao PJE, como incidente de desconsideração de personalidade jurídica, com fulcro no art. 133 e ss. do NCPC.Com o recebimento daquele, venham os presentes autos conclusos para suspensão nos termos da lei civil vigente.Pratiquem-se o necessário. Intime-se. Cumpra-se.Cerejeiras-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0000845-24.2011.8.22.0013
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S/A
Advogado:Marcelo Longo de Oliveira (OAB/RO 1096)
Executado:Valdyr Benedicto Navarro, Odete Lopes Navarro
Advogado:Não Informado ( xx)
SENTENÇA:
SENTENÇA Cuida-se de execução de título extrajudicial proposta pelo Banco da Amazônia S/A em desfavor de Valdyr Benedicto Navarro e Odete Lopes Navarro, relativamente as cédulas rurais pignoratícias hipotecárias FIR-P 094-99-0114-8; FIR-M-094-96-0079-2, FIR-P 094-98-0054-6, FIR-P 094-00-0255-8, FMR-P094-00/0101-2, FIR-ME 094-01/0325-7 e FIR-G 094-03-0224-1, relacionadas às fls. 03-04 dos autos, onde as partes noticiaram a realização de composição amigável extrajudicial, e a submeteram à homologação judicial, para a extinção do feito em relação as cédulas rurais pignoratícias hipotecárias FIR-P 094-99-0114-8; FIR-M-094-96-0079-2, FIR-P 094-98-0054-6, FIR-P 094-00-0255-8, FMR-P094-00/0101-2, FIR-ME 094-01/0325-7, nos termos relacionados às fls. 193-195.Presentes os requisitos legais, HOMOLOGO, por SENTENÇA, o acordo celebrado entre as partes, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos. Por conseguinte, EXTINGO A EXECUÇÃO, na forma do art. 924, III, do NCPC, em relação as referidas cédulas rurais. Prossigam-se os autos somente no que diz respeito a execução da Cédula Rural Pignoratícia Hipotecária FIR-G 094-03-0224-1, emitida em 04/12/2003, no valor nominal de R$ 722.000,00 (setecentos e vinte e dois mil reais), cujo valor atualizado soma a quantia de R$ 2.370.167,58 (dois milhões, trezentos e setenta mil cento e sessenta e sete reais e cinquenta e oito centavos).Acoste-se cópia da presente nos autos em apenso, nº 0001899-25.2011.8.22.0013, para as providências necessárias, ante a desistência dos executados/embargantes em relação aos recursos interpostos naqueles autos.Sem prejuízo, intime-se o exequente a impulsionar o autos, requerendo o que cabível, em relação a cédula rural pignoratícia acima relacionada, ainda em execução, no prazo de 15 (quinze) dias.Vindo manifestação, retornem-me conclusos.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Cerejeiras-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017. Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0000429-90.2010.8.22.0013
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Nacional
Advogado:Maria Valentina Monteiro Del Rio ( )
Executado:Amália Campos Milani e Silva
Advogado:Valério Cesar Milani e Silva (OAB/RO 3934)
DESPACHO:
DESPACHO Abra-se vista a parte exequente para manifestar-se acerca do teor da petição de fl. 222, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá esclarecer se houve ou não a satisfação integral da dívida, requerendo o que entender cabível. Vindo manifestação, retornem-me conclusos.Pratique-se o necessário. Intime-se. Cumpra-se. Cerejeiras-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0027738-62.2005.8.22.0013
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Terrarada Máquinas Agrícolas Ltda
Advogado:Mário Cesar Torres Mendes (RO 2305), Adriana Regina Pagnoncelli Golin (RO 3021), Fabiana Oliveira Costa (RO 3445)
Executado:Valdyr Benedicto Navarro
Advogado:Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134), Rubia Andréa Brambila (OAB/PR 43677)
DESPACHO:
DESPACHO Sem prejuízo quanto ao cumprimento das vendas judiciais já designadas, defiro o requerimento de fl. 565. Considerando a implantação da Central Judiciária de Solução de Conflitos e Cidadania, de acordo com a Resolução n. 008/2013-PR, disponível no DJ de n. 098, de 29/5/2013, procedo à remessa destes autos à Central para designação e realização de audiência de conciliação (art. 12, III do Provimento). As providências para a intimação das partes ficarão a cargo da CEJUSC.Pratique-se o necessário. Cumpra-se. Cerejeiras-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0022060-66.2005.8.22.0013
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Bunge Fertilizantes S/a
Advogado:Arivaldo Moreira da Silva (SP 61.067), José Antonio Moreira (SP 62.724), Luís Fernando Decanini (OAB/MT 6865A)
Executado:Valmor Fontana
Advogado:Maria Aparecida Peres Gigliotti (RO 645-A)
DESPACHO:
DESPACHO Indefiro o requerimento de suspensão apresentado a fl. 149, uma vez que os autos já se encontram paralisados há cerca de dois meses. Deste modo, intime-se o exequente a

impulsionar o feito, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, inclusive, manifestar-se acerca da petição de fls. 139-143 e documentos que a subsidiam, sob pena de preclusão. Com o decurso do prazo, havendo ou não manifestação, o que deverá ser certificado, retornem-me conclusos para análise e DECISÃO. Pratique-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se.Cerejeiras-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0001887-69.2015.8.22.0013
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Castelo Supermercado Ltda Epp
Advogado:Shara Eugênio de Souza Silva (OAB/RO 3754), Rafaela Geiciani Messias (RO 4656)
Executado:Francisco Lopes
Advogado:Não Informado ( xx)
DESPACHO:
DESPACHO Considerando o teor da petição de fl. 80, ciente, inclusive, quanto ao termo de notificação da renúncia instruído a fl. 81, nesta ocasião, objetivando o regular trâmite dos autos, com fulcro no art. 111, parágrafo único, do NCPC, DETERMINO a intimação da parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, constitua novo procurador, sob pena de extinção e arquivamento, nos termos do art. 76, §1º, inciso I, do Códex citado.Pratique-se o necessário. Intime-se. Cumpra-se.Cerejeiras-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0000103-57.2015.8.22.0013
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Luis Rodrigues de Moura & Cia. Ltda. ME
Advogado:Deisiany Sotelo Veiber (RO 3051)
Executado:Conceição Maurício Lopes
DESPACHO:
DESPACHO Defiro o requerimento de fl. 73.Expeça-se alvará de levantamento dos valores depositados nos autos em favor da advogada Deisiany Sotelo Veiber Woll, OAB/RO 3051.Consigno que nos valores a serem levantados deverão estar inclusos os seus respectivos rendimentos, e não somente as importâncias ali descritas, a fim de evitar que eventual remanescente permaneça em conta judicial vinculada aos autos.Após, decorrido o período de validade do alvará, verifique a escrivania o saldo da conta, certificando nos autos o levantamento total das quantias apuradas, ou, se for o caso, descrimine, na certidão, eventual remanescente. Cumprida essa diligência, intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, requerer o que de direito entender, à guisa de prosseguimento da execução, sob pena de extinção do feito nos termos do art. 924, II do NCPC.Após, retornem-me conclusos. Pratique-se o necessário. Intime-se. Cumpra-se.Cerejeiras-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0002838-97.2014.8.22.0013
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Frederico Garbim Neto, Cleodomira Leal Garbin
Advogado:Wagner Aparecido Borges (OAB/RO 3089), Wagner Aparecido Borges (OAB/RO 3089)
Requerido:Willian Mirian Rosa dos Santos, Jazon Alves dos Santos, Município de Cerejeiras RO
Advogado:Shara Eugênio de Souza Silva (OAB/RO 3754), Rafaela Geiciani Messias (RO 4656), Shara Eugênio de Souza Silva (OAB/RO 3754), Rafaela Geiciani Messias (RO 4656)
DESPACHO:
DESPACHO Defiro o requerimento de fl. 157.Cite-se a parte requerida por edital, nos termos do DESPACHO inicial.Após o decurso do prazo de eventual defesa, o que deverá ser certificado, venham-me conclusos para demais providências.Pratique-se o necessário. Intime-se. Cumpra-se.Cerejeiras-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0001766-75.2014.8.22.0013
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Frederico Garbim Neto, Cleodomira Leal Garbin
Advogado:Wagner Aparecido Borges (OAB/RO 3089)
Requerido:Osmar Gonçalves de Oliveira
Advogado:Valdete Minski (RO 3595)
DESPACHO:
DESPACHO Defiro o requerimento de fl. 207.Cite-se a parte requerida por edital, nos termos do DESPACHO inicial.Após o decurso do prazo de eventual defesa, o que deverá ser certificado, venham-me conclusos para demais providências.Pratique-se o necessário. Intime-se. Cumpra-se.Cerejeiras-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0001024-50.2014.8.22.0013
Ação:Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Ci
Requerente:Lucas Enrique Gutierrez Felício, Luiz Carlos Gutierrez Felício, Pedro Felipe Gutierrez Felício, Paulo Cezar Gutierrez Felcio, Ingrid Gutierrez Felício
Advogado:Mário Guedes Júnior (OAB/RO 190A), Fábio Ferreira da Silva Júnior (RO 6016), Mário Guedes Júnior (OAB/RO 190A), Fábio Ferreira da Silva Júnior (RO 6016), Mário Guedes Júnior (OAB/RO 190A), Fábio Ferreira da Silva Júnior (RO 6016), Mário Guedes Júnior (OAB/RO 190A), Fábio Ferreira da Silva Júnior (RO 6016), Mário Guedes Júnior (OAB/RO 190A), Fábio Ferreira da Silva Júnior (RO 6016)
DESPACHO:
DESPACHO Defiro o requerimento de fl. 69.Requisite-se resposta acerca do ofício encaminhado a fl. 62.Vindo, abra-se nova vista ao parquet.Só então, venham-me conclusos. Pratique-se o necessário. Cumpra-se.Cerejeiras-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0000014-68.2014.8.22.0013
Ação:Execução Fiscal
Requerente:Fazenda Nacional
Requerido:Curtpam Destilaria de Álcool Ltda
Advogado:Não Informado ( xx)
DECISÃO:
DESPACHO Desnecessário o requerimento de fl. 102, uma vez que os autos já se encontram suspensos, conforme decisório de fl. 100.Assim, retornem os autos ao cartório para fiel cumprimento da DECISÃO supracitada. Pratique-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se.Cerejeiras-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017. Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0003100-52.2011.8.22.0013
Ação:Inventário
Requerente:Jesus Emiliano Gomes Almeida da Silva, Sebastiana de Almeida Gomes, Fátima Gomes da Silva Almeida, Francisca Almeida Gomes, Nilton Almeida Gomes, Magno Gomes da Silva Almeida, Raimunda Almeida Knebel
Advogado:Trumam Gomer de Souza Corcino (OAB/RO 3755), Marilza Serra (RO 3436)
Inventariado:Espólio de Maria de Nazaré Almeida da Silva
Advogado:Não Informado ( xx)
DESPACHO:
DESPACHO Defiro o requerimento de fl. 147.Cite-se a herdeira Flávia Almeida Mendes a intervir no feito, no prazo legal. SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO DE CITAÇÃO, a ser cumprido na Rua Rio Grande do Sul, nº 68, Pimenteiras do Oeste/RO.Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 do NCPC e seus respectivos parágrafos.Após o decurso do prazo de eventual defesa, havendo ou não manifestação, o que deverá ser certificado, abra-se vista ao Parquet.Na sequência, venham-me conclusos para demais providências.Pratique-se o necessário. Intime-se. Cumpra-se. Cerejeiras-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0000471-42.2010.8.22.0013
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Denunciado:Marcelo Grilo Cardoso
Advogado:Não Informado ( xx)
DESPACHO:
DESPACHO Defiro o requerimento de fl. 116.Cite-se a parte acusada via edital, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 396 do Código de Processo Penal.Caso a ré apresente defesa preliminar, tornem os autos conclusos para análise da existência de eventual causa de absolvição sumária, ou designação de audiência de instrução e julgamento.Não havendo manifestação da acusada, DETERMINO a suspensão do processo, nos termos do artigo 366 do Código de Processo Penal, porquanto somente após o comparecimento pessoal da parte acusada ou de defensor por ela constituído, é que começará a fluir o seu prazo de defesa (artigo 396, parágrafo único, do Código de Processo Penal).Pratique-se o necessário. Intime-se. Cumpra-se.Cerejeiras-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017. Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0002531-56.2008.8.22.0013
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Bunge Fertilizantes S/a
Advogado:Osmar Schneider (OAB/MT 2152 B), Fábio Schneider (OAB/MT 5238)
Executado:José Roberto Horn, Carlos José Sperotto, Marilete Teresinha Sperotto
Advogado:Nayra Juliana de Lima (OAB/RO 6216), Advogado Não Informado (202020 2020202020)
DESPACHO:
DESPACHO Defiro o requerimento de fl. 144.Expeça-se o necessário para a intimação de Geneze Sementes Ltda acerca da penhora realizada nos autos. Com o decurso do prazo de eventual impugnação/embargos, abra-se vista ao exequente para impulsionar, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá requerer o que cabível. Após, retornem-me conclusos. Pratique-se o necessário. Intime-se. Cumpra-se.Cerejeiras-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0021431-53.2009.8.22.0013
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (XXXXXX Doc. Não Informado)
Executado:Município de Pimenteiras do Oeste-RO, José Roberto Horn
Advogado:Francisco Lopes da Silva (OAB/RO 3772), Silvana Pereira do Nascimento (OAB/RO 5974), Lídio Luis Chaves Barbosa (OAB/RO 513A), Nayra Juliana de Lima (OAB/RO 6216)
DESPACHO:
DESPACHO Defiro o requerimento de fl. 311.Para tanto, DETERMINO, com fulcro no art. 835, VII do NCPC, a expedição de Ofício a ser encaminhado em mão própria diretamente ao Diretor/responsável pelo IDARON de Cerejeiras/RO, requisitando a busca em seus sistemas sobre eventuais semoventes cadastrados em nome do (a) executado (a) - JOSÉ ROBERTO HORN, inscrito (a) no CPF n. 427.940.649-91. Sendo frutífera a diligência, AUTORIZO e DETERMINO ao órgão, de imediato, a INDISPONIBILIDADE do total das reses até que o oficial de justiça, em diligência, proceda à penhora de quantidade de animais suficiente para a satisfação do débito, R$ 43.428,47 - atualizado até a data de hoje, mais honorários em 10% - 4.342,84 A quantidade remanescente de reses antes indisponibilizadas, somente então está liberada para livre disponibilidade. Sendo frutífera a diligência, SIRVA CÓPIA COMO MANDADO DE PENHORA e AVALIAÇÃO das reses, em quantidade suficiente para a satisfação do débito, devendo o oficial de justiça atentar-se aos seguintes parâmetros: valor do arroba atual no mercado local, de acordo com a tabela de preços daquele órgão, bem assim a natureza dos bovinos - escolha por machos, fêmeas, garrotes ou bezerros conforme gênero de melhor liquidez no mercado, atualmente.Efetuada a penhora, o oficial de justiça deverá noticiar de imediato o bloqueio junto ao IDARON, que por sua vez, providenciará INDEPENDENTEMENTE DE NOVA DECISÃO o desbloqueio de eventual remanescente, encaminhando o respectivo comprovante aos autos em até 15 (quinze) dias. Pratique-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se.Cerejeiras-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0002357-37.2014.8.22.0013
Ação:Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Faz.Pública )
Exequente:Cremilda Oliveira da Silva
Advogado:Deisiany Sotelo Veiber (RO 3051)
Executado:Município de Cerejeiras RO
Advogado:Luciana Bussolaro Baraba (RO 5466)
DESPACHO:
DESPACHO Defiro o requerimento de fl. 179.Expeça-se RPV para pagamento do valor executado nos autos, na quantia de R$ 11.037,95, em favor da exequente, cuja quantia deverá ser depositada na conta bancária a seguir descrita: Conta Corrente nº 21011-6, ag. 4334, operação 001, Caixa Econômica Federal, CPF nº 612.667.362-04.Requisitado o pagamento, nada mais pendente, venham-me conclusos para extinção.Pratique-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se.Cerejeiras-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0002994-22.2013.8.22.0013
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renovaveis
Advogado:Flavia de Araujo Serpa ( )
Executado:José Ambrósio de Paiva - ME
DESPACHO:
DESPACHO Considerando que já houve o decurso do prazo de suspensão, indefiro o requerimento de fl. 96-v, remetam-se os autos ao arquivo provisório, iniciando, assim, a contagem do prazo prescricional.Transcorrido o prazo da prescrição - 05 anos -, e não havendo qualquer requerimento - o que deverá ser certificado -, retornem-me conclusos para SENTENÇA, nos termos do Art. 40, § 4°, da lei 6.830/80.Encontrados que sejam, a qualquer tempo, bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução, a pedido do exequente. Meramente indicados que sejam quaisquer possíveis bens à penhora, o juízo deliberará acerca da pertinência ou não de desarquivamento.Intime-se o exequente da DECISÃO. Cerejeiras-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito
Carlos Vidal de Brito

Escrivão Judicial

## 2º CARTÓRIO

SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
ENDEREÇO ELETRÔNICO:
cjs2vara@tjro.jus.br
JUIZ: Jaires Taves Barreto
Diretor de Cartório: Arrisson Dener de Souza Moro

Proc.: 0018290-07.2001.8.22.0013
Ação:Ação Penal de Competência do Júri (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (XXXXXX Doc. Não Informado)

Denunciado (Pronunci:Ozéias Rafael Pereira
Advogado:Décio Barbosa Machado (RO 5415)
DECISÃO:
Considerando a discordância do Ministério Público para que o réu traga testemunhas para serem ouvidas em juízo, entendo que é o caso de indeferimento do pedido.O artigo 422 do Código de Processo penal prevê o prazo de 05 (cinco) dias para o Ministério Público e a defesa apresentarem rol de testemunhas que irão depor em plenário, prazo este que fora devidamente concedido à defesa, que, no entanto, nada manifestou.Deste modo, é o caso de reconhecimento da preclusão consumativa, que não deve ser suprimida tão somente pela constituição de novo advogado nos autos, quando a intimação ocorreu conforme os ditames legais. Dito isso, INDEFIRO o pedido de apresentação de testemunhas para depor em plenário, uma vez que não foram arroladas dentro do prazo legal.Intime-se.Cerejeiras-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0000508-59.2016.8.22.0013
Ação:Execução Provisória
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Condenado:Lorival de Andrade
Advogado:Mário Guedes Júnior (OAB/RO 190A)
DECISÃO:
Vistos.Trata-se de pedido formulado pelo reeducando Lorival de Andrade, condenado pela pratica do crime previsto no art. 217 do Código Penal a uma pena total de 9 (nove) anos e 2 (dois) meses, requerendo prisão domiciliar dada suas condições de saúde e idade avançada.O Ministério Público manifestou pelo indeferimento do pedido - fls. 89/91.DECIDO.Inicialmente, esclareço que o artigo 117 da Lei de Execuções Penais prevê as hipóteses em que se admite a prisão domiciliar, no entanto, quando o reeducando cumpre sua pena em regime aberto. Eis o teor do artigo:Art. 117. Somente se admitirá o recolhimento do beneficiário de regime aberto em residência particular quando se tratar de:I - condenado maior de 70 (setenta) anos;II - condenado acometido de doença grave;III - condenada com filho menor ou deficiente físico ou mental;IV - condenada gestante. Conforme se infere do artigo supracitado, para que seja concedido o benefício de recolhimento em residência particular, é necessário que o condenado, além de preencher algum dos requisitos previstos entre os incisos I e IV, esteja cumprindo pena em regime aberto. No caso dos autos, noto que o apenado cumpre pena no regime fechado, o que de pronto afasta o preenchimento do primeiro requisito previsto em lei.Não obstante, noto que realizada a perícia médica, o laudo concluiu pela não apresentação de "qualquer patologia física ou mental que cause qualquer limitação" ( fls. 90).Assim, apesar da idade avançada, entendo inexistir óbice para a excepcionalidade de concessão de prisão domiciliar que somente é permitida para apenados do regime fechado quando houver situação justificante. Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal HABEAS CORPUS RECURSO ORDINÁRIO PACIENTE RECOLHIDA AO SISTEMA PENITENCIÁRIO LOCAL PRECÁRIO ESTADO DE SAÚDE DA SENTENCIADA, IDOSA, QUE SOFRE DE GRAVE PATOLOGIA CARDÍACA, COM DISTÚRBIOS NEURO-CIRCULATÓRIOS RISCO DE MORTE IMINENTE COMPROVAÇÃO IDÔNEA, MEDIANTE LAUDOS OFICIAIS ELABORADOS POR PERITOS MÉDICOS, DA EXISTÊNCIA DE PATOLOGIA GRAVE E DA INADEQUAÇÃO DA ASSISTÊNCIA E DO TRATAMENTO MÉDICO-HOSPITALARES NO PRÓPRIO ESTABELECIMENTO PENITENCIÁRIO A QUE RECOLHIDA A SENTENCIADA-PACIENTE EFETIVA CONSTATAÇÃO DA INCAPACIDADE DO PODER PÚBLICO DE DISPENSAR À SENTENCIADA ADEQUADO TRATAMENTO MÉDICO-HOSPITALAR EM AMBIENTE PENITENCIÁRIO SITUAÇÃO EXCEPCIONAL QUE PERMITE A INCLUSÃO DA CONDENADA EM REGIME DE PRISÃO DOMICILIAR OBSERVÂNCIA DO POSTULADO CONSTITUCIONAL DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA RECURSO ORDINÁRIO PROVIDO. A preservação da integridade física e moral dos presos cautelares e dos condenados em geral traduz indeclinável dever que a Lei Fundamental da República impõe ao Poder Público em cláusula que constitui projeção concretizadora do princípio da essencial dignidade da pessoa humana, que representa um dos fundamentos estruturantes do Estado Democrático de Direito (CF, art. 1º, III, c/c o art. 5º, XLIX). - O réu preso precisamente porque submetido à custódia do Estado tem direito a que se lhe dispense efetivo e inadiável tratamento médico-hospitalar (LEP, arts. 10, 11, inciso II, 14, 40, 41, inciso VII, e 43). - O reconhecimento desse direito apoia-se no postulado da dignidade da pessoa humana, que representa considerada a centralidade desse princípio essencial (CF, art. 1º, III) significativo vetor interpretativo, verdadeiro valor-fonte que conforma e inspira todo o ordenamento constitucional vigente em nosso País e que traduz, de modo expressivo, um dos fundamentos em que se assenta, entre nós, a ordem republicana e democrática consagrada pelo sistema de direito constitucional positivo. - A execução da pena em regime de prisão domiciliar, sempre sob a imediata e direta fiscalização do magistrado competente, constitui medida excepcional, que só se justifica especialmente quando se tratar de pessoa condenada em caráter definitivo em situações extraordinárias, apuráveis em cada caso ocorrente, como sucede na hipótese de o sentenciado ostentar, comprovadamente, mediante laudo oficial elaborado por peritos médicos designados pela autoridade judiciária competente, precário estado de saúde, provocado por grave patologia, e o Poder Público não dispuser de meios que viabilizem pronto, adequado e efetivo tratamento médico-hospitalar no próprio estabelecimento prisional ao qual se ache recolhida a pessoa sob custódia estatal. (STF HC 94.358 SC, RELATOR: MIN. CELSO DE MELLO, DJE 19/03/2014).Assim, indefiro o pedido do réu Lorival de Andrade, mantendo o cumprimento no regime fechado nos moldes determinados na SENTENÇA.Intime-se o reeducando desta DECISÃO, entregando-lhe cópia. Serve a presente como MANDADO e ofício à SEJUS ou expeça-se o necessário.Cerejeiras-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0000287-52.2011.8.22.0013
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Município de Cerejeiras - RO
Advogado:Roberto Silva Lessa Feitosa (OAB/RO 2372)
Executado:Auria Simoni de Souza
Advogado:Não Informado ( xx)
DESPACHO:
Vistos.Compulsando os autos observo que a tentativa de intimação por carta foi devolvida com a indicação de que o número da residência não foi encontrado (fls. 149v).No entanto, noto êxito na intimação por oficial de justiça no endereço na Rua Minas Gerais - Cerejeiras - RO ( fls. 92, 113).Assim, determino tentativa de intimação por oficial de justiça, no endereço acima, nos termos da DECISÃO de fls. 110.Com a resposta da diligência, façam os autos conclusos.Expeça-se o necessário.Serve a presente de carta/ MANDADO /ofício.Cerejeiras-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017. Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0004101-04.2013.8.22.0013
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:E. F. da S.
Advogado:Mário Guedes Júnior (OAB/RO 190A)
Executado:A. J. da S.
DESPACHO:
Vistos.Aguarde-se o decurso de prazo de suspensão nos termos da DECISÃO de fls. 111.Expeça-se o necessário.Cerejeiras-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0003734-77.2013.8.22.0013
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Gilberto Francisco de Souza
Advogado:Andréa Melo Romão Comim (SSP/RO 3960), José Antonio Correa (OAB/RO 5292), Valdete Tabalipa (OAB/RO 612A)
Requerido:Seguradora Lider dos Consórcios Dpvat

Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (RO 5369)
DECISÃO:
Vistos.Ante a manifestação do médico nomeado ( fls. 173), nomeio como perito o Dr. Vagner Hoffmann, nos termos da DECISÃO de fls. 92/93.Ao cartório para contato com o perito nomeado e agendamento de data para realização do ato.Expeça-se o necessário.Serve a presente de carta/MANDADO /ofício.Cerejeiras-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0002393-16.2013.8.22.0013
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( 22 SMG)
Condenado:João José de Araújo Júnior
Advogado:Mário Guedes Júnior (OAB/RO 190A)
DESPACHO:
Vistos.Ao Ministério Público, para que se manifeste quanto ao pedido de visita ao culto religioso, pleito este formulado pelo apenado à f. 580.Após, concluso para deliberação.Cerejeiras-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 1000439-73.2017.8.22.0013
Ação:Restituição de Coisas Apreendidas-Criminal
Requerente:Jaqueline Alves da Silva
Advogado:Shara Eugênio de Souza Silva (OAB/RO 3754)
DESPACHO:
Vistos.Jaqueline Alves da Silva formulou pedido de Restituição de um celular Samsung Galaxy J120, que se encontra apreendido nos autos 0000724-20.2016.822.0013. Alegou que é companheira do réu Luciano Garcial do Amaral e que o bem foi apreendido na residência do casal no dia 22/07/2016. Juntou documentos - fls. 05/14.Em manifestação o Ministério Público pugnou pelo deferimento do pleito - fls.15v. É o relatório. Decido.A nota fiscal de fls. 14 demonstra que o aparelho celular é da requerente, logo, é parte legítima para solicitar a sua liberação.O objeto foi apreendido e vinculado ao Inquérito Policial n.168/2016, conforme documento de fls. 12. Assim, regular o polo ativo da demanda e não sendo a apreensão do celular mais necessária ao processo, até porque já foi devidamente julgado, nem se encaixando nas hipóteses de confisco (art. 119 e 779 CPP, c.c. 91, CP), inexiste óbice ao deferimento do pedido.Anoto haver DECISÃO de primeiro grau nos autos 000724-20.2016, pendente somente de DECISÃO de segundo grau, não havendo mais necessidade de manutenção da constrição do objeto em questão.Posto isso, com base no artigo 120, caput, CPP, defiro o pedido de restituição do veículo citado na exordial.Intime-se. Ciência ao Ministério Público.Expeça-se ofício à Delegacia de Polícia da Comarca para que proceda a liberação do aparelho. Procedidas às anotações de praxe, arquivem-se os autos..Expeça-se o necessário.Serve a presente de carta/ MANDADO /ofício.Cerejeiras-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017. Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0000724-20.2016.8.22.0013
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Denunciado:Keven Soares dos Santos, Willian Maik Barbosa dos Santos de Oliveira, Natan Leandro da Silva Nascimento, Jhonatan Dias de Oliveira, Luciano Garcia do Amaral
Advogado:Mário Guedes Júnior (OAB/RO 190A)
DESPACHO:
Considerando que havia prisão preventiva decretada por este juízo quanto aos réus, oficie-se ao juízo de Cuiabá, para que informem por qual motivo os réus Natan Leandro da Silva Nascimento e Jhonatan Dias de Oliveira foram soltos, conforme informou a certidão do meirinho, comunicando, ainda, àquele juízo, que estes réus, assim como o réu Keven Soares dos Santos, foram condenados em dois processos criminais que tramitam perante este juízo, sendo que estão com a prisão preventiva decretada, razão pela qual requer sejam os mesmos novamente presos. O ofício deverá ser instruído com cópia de f. 257.Por fim, remetam-se os autos ao MP, para que apresente suas contrarrazões aos recursos interpostos.Após, certificada a tempestividade das contrarrazões, remetam-se os autos ao egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia, para processar e julgar o recurso de apelação, com as nossas homenagens.Serve a presente de ofício.Cerejeiras-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017. Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 1000461-34.2017.8.22.0013
Ação:Carta Precatória (Criminal)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Réu:Leandro Soares de Moura
Advogado:Defensor Publico (RO. 000.)
DESPACHO:
Cumpra-se, servindo cópia como MANDADO, ou expeça-se o necessário. Após, observadas as formalidades legais, devolva ao juízo deprecante, com nossas homenagens.Cerejeiras-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0003444-62.2013.8.22.0013
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo (Juizado Criminal
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
SENTENÇA:
Vistos.Às fls. 72 consta certidão informando que a infratora cumpriu a suspensão condicional do processo integralmente.Aberta vista ao Ministério Público este pugnou pela extinção da punibilidade do infrator, ante o cumprimento da proposta de transação ( fls. 75).Face ao exposto, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE da infratora MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA DA SILVA, com fundamento no art. 84, § único, da Lei 9099/95.P.R.I. e arquivem-se, com as cautelas legais.Cerejeiras-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0000132-10.2015.8.22.0013
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Delúcia Carvalho Castro de Melo
Advogado:Osmar Guarnieri (RO 6519)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
DESPACHO:
Indefiro o pedido de fls. 148, tendo em vista que não fora concedida a antecipação de tutela nos autos.Caso pretenda a concessão de tutela de urgência nesta fase, cabe ao autor formular requerimento diretamente ao egrégio Tribunal Reginal Federal da 1ª Região. Remetam-se os autos ao TRF-1, conforme DECISÃO retro. Cerejeiras-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0001177-15.2016.8.22.0013
Ação:Ação Penal de Competência do Júri (Réu Solto)
Autor:Wagner Pereira de Jesus, Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Denunciado:Alex Sandro da Silva Barbosa
DESPACHO:
Indefiro o pedido de busca de endereços, tendo em vista que a diligência que o parquet pretende independe de qualquer intervenção judicial, notadamente, por considerar a estrutura e a força que o Ministério Público possui, inclusive possuindo pelo acesso aos sistemas SIEL e INFOSEG.Deste modo, somente após esvaziadas as diligências cabíveis ao órgão ministerial é que caberá a este juízo utilizar-se dos serviços disponíveis para a busca de endereço atualizado do réu.Dito isso, indefiro o pedido de fl.64.No mais, considerando a gravidade dos fatos, que inclusive culminou com a morte da vítima, bem como a clara intenção do acusado em se evadir do distrito da culpa, tanto que conforme as investigações policiais a companheira do próprio acusado informou que ele tomou rumo ignorado imediatamente após os fatos, DECRETO A

PRISÃO PREVENTIVA do acusado Alex Sandro da Silva Barbosa, para assegurar a instrução criminal e a aplicação da lei. Inclua-se o MANDADO nos bancos de dados nacionais.Ao Ministério Público para que se manifeste.Cerejeiras-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0002441-04.2015.8.22.0013
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Denunciado:Anderson Klismman Oliveira Peixoto
DESPACHO:
Intime-se, novamente, o apenado para que justifique o descumprimento de uma das condições impostas por força da suspensão do processo, consistente em comparecimento bimestral em juízo, sob pena de revogação do benefício e prosseguimento da ação penal.Após, ao Ministério Público. Intime-se, ainda, a defesa. Cumpra-se.Cerejeiras-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0001155-54.2016.8.22.0013
Ação:Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
Requerente:F. B. P.
Requerido:M. M. B.
DESPACHO:
Intime-se a vítima para informar se requer a continuidade das medidas protetivas outrora deferidas. Nada sendo requerido, arquive-se.Defiro o desentranhamento dos documentos de fls. 17-18 para que seja juntado ao Processo n. 1000254-35.2017.8.22.0013. Junte-se a cópia denúncia anexada à contracapa dos autos. Cientifique o Ministério Público.Cerejeiras-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0000280-84.2016.8.22.0013
Ação:Termo Circunstanciado (Juizado Criminal)
Autor:Delegacia de Polícia Civil
Infrator:Jhonatam Ferreira Mochon
SENTENÇA:
Relatório dispensado nos termos do art. 81, § 3º, da Lei n. 9.099/95.Trata-se de Ação Penal em que foi aplicado o instituto da transação penal ao infrator JHONATAM FERREIRA MOCHON (fls. 12).Compulsando os autos, vislumbro que o autor do fato cumpriu integralmente a transação penal que lhe foi proposta, conforme comprovantes juntados às fls. 14/15, 19/22. O Ministério Público manifestou-se pela extinção da punibilidade (fls. 24).Pelo exposto, declaro extinta a punibilidade de JHONATAM FERREIRA MOCHON, nos termos do artigo 84, parágrafo único, da Lei nº 9.099/95.Após o trânsito em julgado, arquivem-se, procedendo-se as baixas e comunicações de estilo.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Cerejeiras-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 1000463-04.2017.8.22.0013
Ação:Carta Precatória (Criminal)
Autor:Ministério Público Federal
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Réu:Suzeli Mendes de Souza
DESPACHO:
Vistos.Intime-se o réu para que compareça neste Juízo, no prazo de 05 dias, para tomar ciência das condições da pena conforme passo a descrever: a) prestação de serviços à comunidade pelo período da condenação a ser cumprida no Hospital de Pimenteiras, devendo ser cumprida à razão de 1 (uma) hora de tarefa por dia de condenação. b) prestação pecuniária no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) em prol da instituição beneficente denominada Associação Trindade Santa no Município de Vilhena /RO;Encaminhe-se ficha de comparecimento à entidade beneficiada e solicite a fiscalização do cumprimento da pena aplicada. O apenado deverá ser advertido sobre a conversão da pena restritiva de direito em privativa de liberdade, caso descumpra quaisquer das condições impostas. Expeça-se o necessário.Serve a presente de Carta/MANDADO / ofício.Cerejeiras-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0009547-27.2009.8.22.0013
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Denunciado:Odair José Pereira
Advogado:Não Informado ( xx)
DESPACHO:
Oficie-se ao Cartório de Registro Civil da cidade de Ariquemes-RO para que informe a existência de certidão de óbito em nome de Odair José Pereira, caso em que deverá remeter uma cópia a este juízo.Após, ao Ministério Público para manifestação.Cumpra-se.Cópia deste DESPACHO serve como ofício, carta de intimação, MANDADO.Cerejeiras-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0038740-34.2002.8.22.0013
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (XXXXXX Doc. Não Informado)
Réu:Carlos Roberto Pessoa
Advogado:Mário Guedes Júnior (OAB/RO 190A)
DECISÃO:
Vistos.Em atendimento a determinação do Conselho Nacional de Justiça, e considerando o Ofício Circular n. 074/2013-DECOR/CG, datado de 26 de abril de 2013, procedo a suspensão do presente feito no Sistema de Automação Processual SAP.Consoante a determinação supra indicada, a suspensão do feito só pode ser feita pelo magistrado em módulo próprio. Deste modo, a CONCLUSÃO e movimentação faz-se necessária, exclusivamente para o fim de dar efetividade ao decreto de prisão do reeducando, devendo o processo permanecer em suspensão para aguardar o cumprimento do MANDADO. Processo suspenso aguardando cumprimento do MANDADO de prisão.Expeça-se o necessário.Cerejeiras-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0000225-36.2016.8.22.0013
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Denunciado:Antônio Carlos França
Advogado:Defensoria Publica ( )
DECISÃO:
Vistos.Trata-se de pedido do Ministério Público para que se decrete revelia do réu Antonio Carlos França por não ter comparecido à audiência de instrução e julgamento designada para o dia 08 de março de 2017 ( fls. 74).Com efeito, analisando os autos, verifico que o réu se encontra em local incerto e não sabido, tendo se recusado a informar o seu atual endereço para a meirinha de Vilhena, o que impossibilitou a sua intimação.Ademais, ao entrar em contato com o cartório de Vilhena, se limitou a informar que seu endereço era o que já constava na denúncia, local em que já não havia sido encontrado antes.Assim, por entender que o réu está em local incerto e não sabido, decreto a revelia deste, deixando de interrogá-lo.Ao Ministério Público, para alegações finais. Após, a defesa deverá apresentar suas derradeiras alegações.Cerejeiras-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0012787-92.2007.8.22.0013
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Espólio de Maurício Carlos Corrêa
Advogado:Danielle Rosas Garcez Bonifácio de Melo Dias (RO 2353), Roberto Berttoni Cidade (SP 213.787), Rayanna Louzada Neves (RO 5349), Samuel Ribeiro Mazurechen (PR 48.055)

Executado:Luiz Francisco Baptista da Silva
Advogado:Valdete Minski (RO 3595)
DESPACHO:
Conceda vista dos autos.Não havendo manifestação dentro do prazo de 15 (quinze) dias, venham conclusos para extinção e arquivamento.Intime-se. Cumpra-se.Cerejeiras-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0003618-37.2014.8.22.0013
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Janira Duquini Ferreira
Advogado:Eber Coloni Meira da Silva (OAB/RO 4046), Veronica Vilas Boas de Araújo (OAB/RO 6515)
Requerido:Espólio de José Almeida Batista, Júnior Márcio de Almeida, Maria José Batista Alves
Advogado:Shara Eugênio de Souza Silva (OAB/RO 3754), Rafaela Geiciani Messias (RO 4656), Paulo Sérgio Galtério (SP 134.685), Alex Zanco Teixeira (SP 209436), André Domingos Galtério ( ), Clóvis Humberto Escobar Alves (GO 18389), Michelli Lisboa da Fonseca (SP 300474)
DESPACHO:
Manifeste-se o Sr Oficial de Justiça quanto aos custos necessários para a abertura e formação de pastos nas áreas avaliadas, conforme requerido pela parte autora.Após, intimem-se as partes para que apresentem alegações finais, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias.Por fim, conclusos.Cerejeiras-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0000507-74.2016.8.22.0013
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Condenado:Josimar Borges
Advogado:Defensor Publico (RO. 000.)
DECISÃO:
Vistos. Em atendimento a determinação do Conselho Nacional de Justiça, e considerando o Ofício Circular n. 074/2013-DECOR/CG, datado de 26 de abril de 2013, procedo a suspensão do presente feito no Sistema de Automação Processual SAP.Consoante a determinação supra indicada, a suspensão do feito só pode ser feita pelo magistrado em módulo próprio. Deste modo, a CONCLUSÃO e movimentação faz-se necessária, exclusivamente para o fim de dar efetividade ao decreto de prisão do reeducando, devendo o processo permanecer em suspensão para aguardar o cumprimento do MANDADO. Processo suspenso aguardando cumprimento do MANDADO de prisão.Expeça-se o necessário.Serve a presente de carta/MANDADO /ofício.Cerejeiras-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 1000006-69.2017.8.22.0013
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Condenado:Dayrio Vinicius Duarte Teixeira
Advogado:Mário Guedes Júnior (OAB/RO 190A)
DESPACHO:
Vistos.Acolho a justificativa apresentada às fls. 26 e concedo o prazo de 60 dias para que o reeducando apresente comprovante de ocupação lícita.Findo o prazo, intime-se o réu para manifestação quanto a comprovação de ocupação.Após, vistas ao Ministério Público.Expeça-se o necessário.Serve apresente de carta/ MANDADO /ofício.Cerejeiras-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017. Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 1000446-65.2017.8.22.0013
Ação:Inquérito Policial-Crime doloso contra a vida-Réu Preso
Autor:Delegacia de Polícia Civil
Flagranteado:Ronaldo Gonçalves da Silva
DECISÃO:
Trata-se de pedido de Relaxamento de prisão cautelar com pedido subsidiário de revogação de prisão preventiva, apresentado em favor do réu RONALDO GONÇALVES DA SILVA.Alega a defesa que a grave crise carcerária enfrentada em todo o Brasil - que tem como um dos fatores principais a superlotação dos presídios, submetendo os encarcerados à condições insalubres, contato direto com doenças infectocontagiosas, comida intragável, temperaturas extremas, falta de água potável e de produtos higiênicos - afasta qualquer perspectiva acerca do propósito de ressocialização e viola gravemente os Direitos Humanos dos presos. Por tais motivos, invoca normas constitucionais e infraconstitucionais do ordenamento jurídico pátrio, bem como regramentos internacionais, para fundamentar a ilegalidade da prisão efetuada.Subsidiariamente, requer a revogação da prisão cautelar, com fundamento na Teoria do Numerus Clausus, segundo a qual ninguém poderia estar no cárcere se houvesse lugar disponível. Afirmou ainda que o réu é primário, possui bons antecedentes, bem como exerce ocupação lícita.O Ministério Público manifestou-se pela manutenção da prisão do acusado, em razão da permanência dos motivos (fls. 52/53).Decido.Depreende-se dos autos que o requerente foi preso pela suposta prática do delito previsto no artigos 121, c/c 14, inciso II, ambos do Código Penal. Este juízo, ao homologar o auto de prisão em flagrante, decretou a prisão preventiva.Cumpre destacar que a Constituição Federal de 1988, em seu art. 5°, LVII, assegurou o direito individual fundamental de que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da SENTENÇA penal condenatória. É a consagração, em sede constitucional, da natureza cautelar que envolve toda e qualquer prisão anterior ao trânsito em julgado, que só se justifica quando fundada na demonstração específica da necessidade, razoabilidade e proporcionalidade do cárcere ao resultado útil do processo penal ou da segurança pública. Primeiramente, passo a analisar a alegada ilegalidade na segregação cautelar do acusado, suficiente a causar o relaxamento da prisão.Dessarte, a Constituição Federal em seu art. 5º, inciso LXV dispõe que a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária No caso em comento, em 09 de abril de 2017, o réu foi preso em razão de flagrante na prática do crime previsto no artigo 121, c/c 14, inciso II, ambos do Código Penal, tendo sido sua prisão em flagrante homologada por este juízo, oportunidade na qual também foi convertida a prisão em flagrante em prisão preventiva ao fundamento de que necessária para preservar a ordem pública, presente o fumus comissi delicti e o periculum libertatis.Pelos documentos juntados aos autos, constatou-se que o réu se desentendeu com a esposa da vítima, ocasião em que o empurrou, oportunidade em que, de posse de uma arma branca, desferiu golpes na vítima, a qual, em razão da gravidade das lesões, teve de ser conduzido até o Hospital da Cidade de Vilhena. Realizada audiência de custódia, a defesa formulou pedido de revogação de prisão preventiva, o que foi indeferido por este juízo (fl.25).Pois bem. Da análise dos autos, observo que os requisitos legais foram cumpridos pela autoridade policial, de modo que o flagrante evidenciou-se em ordem, sem vícios de natureza formal, razão pela qual fora homologado.Da mesma forma, inexistem ilegalidades a serem apontadas no decreto de prisão preventiva efetuado por este juízo, em 09 de abril de 2017.Há que se ressaltar que, nos termos do artigo 312 do Código de Processo Penal, a prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.Neste sentido, passando a analisar propriamente o pedido de relaxamento de prisão, destaco que a superlotação carcerária não é fator suficiente a caracterizar a ilegalidade da prisão. Caso seja aceito tal argumento, a consequência será ver a sociedade pagando o preço de conviver com os delinquentes, colocando em risco a própria integridade, física e psicológica, para que a integridade dos acusados/condenados seja preservada.Nesse sentido:EMENTA: HABEAS CORPUS - ROUBO DUPLAMENTE MAJORADO (ART.

157, § 2º, INCISOS I E II, DO CÓDIGO PENAL)- PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM CUSTÓDIA PREVENTIVA - INIDONEIDADE DA FUNDAMENTAÇÃO DA MEDIDA EXTREMA - NÃO OCORRÊNCIA NA ESPÉCIE - PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS MÍNIMOS DE AUTORIA - NECESSIDADE DE RESGUARDO DA ORDEM PÚBLICA - DECISÃO MONOCRÁTICA MOTIVADA EM ELEMENTOS CONCRETOS - EVIDENCIADA A GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO E A PERICULOSIDADE DOS PACIENTES - VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA - INOCORRÊNCIA - PRECEDENTES - PRETENSÃO SUBSIDIÁRIA DE APLICAÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO - INSUFICIÊNCIA E INADEQUAÇÃO AO CASO CONCRETO - SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA - FUNDAMENTO INAPTO A ALICERÇAR A CONCESSÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA - ORDEM CONHECIDA E DENEGADA (TJPR - 4ª C.Criminal - HCC - 1403004-9 - Curitiba - Rel.: Renato Naves Barcellos - Unânime - - J. 13.08.2015).Por certo que não se deve generalizar, eis que os Direitos Humanos devem ser observados e preservados. Contudo, isto deve ser feito em ambos os lados: tanto em relação ao infrator, quanto em relação à vítima e à sociedade em geral. Ora, em conflito de direitos e garantias constitucionais, deve haver um sopesamento, de modo que se obtenha o menor prejuízo.Com isso, ao colocar na balança o risco evidente à integridade física e psicológica da vítima e a integridade do acusado, por certo que, aquela deverá prevalecer, já que a crise carcerária é um problema nacional e tem como fator determinante, muito mais, a falta de administração do dinheiro público, do que a incorreta aplicação da lei penal. Basta analisar o número de delitos cometidos no país e o número de casos solucionados.Ademais, merece observância a tese levantada pela defesa, sobre a aplicação do sistema de Numerus Clausus, ideia inicialmente apresentada por Gilbert Bonnemaison, deputado do Partido Socialista Francês, em 1989, em relatório encaminhado ao Ministro da Justiça com diversas propostas para a modernização do serviço público penitenciário da França.Com efeito, o sistema apresentado consistia na obrigatoriedade de que o número de presos em um estabelecimento penal atendesse ao número exato (fechado) de vagas disponíveis, de modo que, uma vez ultrapassada a capacidade máxima do estabelecimento, deveriam ser escolhidos os presos com melhor prognóstico de adaptabilidade social, impondo-lhes a detenção domiciliar com vigilância eletrônica. Contudo, na atual conjectura, entendo que os sistemas de segurança pública locais, bem como todo o sistema de segurança nacional, não apresenta estrutura para aplicar este controle Isso se dá em razão da precariedade da segurança pública, notória face à quantidade de delitos, de ordens diversas, ocorridos a cada dia no Brasil, à falta de aparato dos sistemas penitenciários, bem como o número reduzido de vagas para encarceramento, considerando o alto número de condenações, que, conforme já dito, ainda é baixa em proporção ao número de crimes registrados.Dito isso, entendo que os argumentos levantados pela defesa para justificar a ilegalidade na prisão do réu não se sustentam, razão pela qual INDEFIRO o pedido de relaxamento da prisão.Em relação ao pedido subsidiário, o art. 316 do Código de Processo Penal dispõe que “o juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no correr do processo, se verificar a falta de motivo para que subsista”. Dito isto, destaca-se que o instituto da liberdade provisória é de benefício que deve ser concedido quando o desenvolvimento regular do processo não requeira a segregação do acusado.Contudo, no caso em apreço, os fundamentos da prisão preventiva permanecem intactos, bem como os requisitos legais que a autorizam, conforme apresenta o art. 312, do CPP: garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal.Portanto, devem ser mantidos, atentando-se em especial para a garantia da ordem pública, e para assegurar a aplicação da lei penal, uma vez que a motivação do decreto da prisão cautelar foi a suposta conduta do réu, consistente em desferir golpes de canivete na vítima, atingindo abdômen, braço e quadril desta, o que que lhe causou sérios ferimentos, tanto que a vítima teve que ser conduzida até Vilhena.Além disso, não obstante a alegação de boa conduta perante a sociedade, compete registrar que o requerente demonstra frieza pelo modo como se portou diante de uma mera discussão com pessoa que lhe era estranha. Ao que consta do Boletim de Ocorrência Policial, a esposa da vítima pediu para que o suposto infrator não fizesse barulho, ocasião em que este disse que faria o que bem entendesse, razão pela qual a vítima foi até a sua direção e lhe empurrou, quando, então, o suposto infrator, desferiu vários golpes de arma branca, tipo canivete, na vítima, causando-lhe sérios ferimentos. Ademais, há que considerar a notícia de que o preventivo estaria na residindo em Pimenteiras do Oeste/RO apenas para exercer labor na localidade, não possuindo qualquer vínculo familiar no local, o que traz forte receio de que venham a se evadir do distrito da culpa, em prejuízo à aplicação da lei penal.Por fim, não há notícias quanto aos antecedentes criminais do acusado da sua comarca de origem, Aripuana/MT, tampouco de Porto Velho, onde também residiu, de maneira que este juízo entende ser mais prudente aguardar tais informações antes de qualquer medida tendenciosa a soltá-lo.Dessa forma, verificada a ocorrência das hipóteses que recomendam a manutenção da prisão preventiva - a) para garantir a ordem pública; e b) para garantir a aplicação da lei penal, é de ser indeferido o pedido de liberdade provisória deduzido. Porém, caso a situação fática do flagranteado mude, a presente DECISÃO poderá ser modificada a qualquer tempo.Ante ao exposto, MANTENHO A PRISÃO PREVENTIVA de RONALDO GONÇALVES DA SILVA, em face da conveniência da instrução criminal, garantia da ordem pública, bem como por haver indícios suficientes de autoria e materialidade, até o momento. Aguarde-se o término do Inquérito Policial e o oferecimento de eventual denúncia.Intimem-se.Cerejeiras-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0029565-79.2003.8.22.0013
Ação:Ação Penal de Competência do Júri (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Denunciado:Maximiliano Dorado Munhoz Júnior, Miguel Massay Choma, Sérgio Toledo, José Dorado Medina, Manoel Lobo Maia, Josiel Miranda, Ozzie Dorado Lozadas, Alan dos Santos Teodoro, Genivaldo Bezerra Sobrinho
Advogado:Advogado não Informado (XXXXXX Doc. Não Informado), Defensoria Pública (NBO 020), Advogado não Informado (XXXXXX Doc. Não Informado), Sebastião de Castro Filho (OAB/RO 3646), José Viana Alves (OAB/RO 2555), Trumam Gomer de Souza Corcino (OAB/RO 3755), José Viana Alves (OAB/RO 2555)
Intimação:
Fica INTIMADA a parte Denunciada, Alan dos Santos Teodoro, por via de seu Advogado, Trumam Gomer de Souza Corcino (OAB/RO 3755), da audiência de interrogatório designada na ação acima mencionada, dia 24/05/2017, às horas 10 horas.
Arrisson Dener de Souza Moro

Diretor de Cartório

## COMARCA DE COLORADO DO OESTE

## 1º JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

Proc.: 0000046-76.2014.8.22.0012
Ação:Execução Contra a Fazenda Pública(Juizado Faz.Pública )
Requerente:Paulo José Oliveira Silva
Advogado:Gilvan Rocha Filho (OAB/RO 2650)
Requerido:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Toyoo Watanabe Junior (RO 5.728)

Certidão de Publicação:
Intimar o requerente através de seu advogado, Dr. Gilvan Rocha Filho, para se manif4estar acerca dos documentos juntados aos autos, no prazo de 05 dias.
Marina Meiko Saiki

Diretora de secretaria

## 1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
Sede do Juízo: Fórum Juiz Joel Quaresma de Moura, Rua Humaitá, 3879 CEP: 76.993-000 Fone:Fax (69) 3341-3021 e 3341-3022.
SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET
Endereço eletrônico: www.tjro.jus.br
Juiz: gabcolcri@tjro.jus.br
Escrivania: klo1criminal@tjro.jus.br

Proc.: 0003350-83.2014.8.22.0012
Ação:Ação Penal de Competência do Júri (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (RO 111111111)
Denunciado (Pronunci:Dário Santos Menezes
Advogado:Agnaldo Muniz (OAB/RO 258B)
DECISÃO:
Considerando a manifestação do advogado de Defesa, o qual não poderá comparecer na sessão de julgamento designada para o dia 27/4/2017 (fls. 296/296v) por motivos plenamente justificáveis, cancelo a sessão designada, determinando a retirada da pauta. Outrossim, ante a não localização da testemunha de Defesa WELLISON OLIVEIRA KAUFMAN (certidão fl. 304v), intime-se à Defesa para que apresente o endereço da mesma, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de desistência tácita.No mais, aguarde-se pauta de reunião do Tribunal do Júri para agendamento de nova sessão de julgamento.Ciência ao MP e defesa.Solciite-se a devolução das precatórias encaminhadas.Serve a presente de MANDADO, se necessário.Intime-se.Colorado do Oeste-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Eli da Costa Júnior Juiz de Direito Cláudio Alexander Sprey

Diretor de Cartório

## 1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
email: colcivel@tjro.jus.br
Fórum: Joel Quaresma de Moura
Juiz de Direito da Vara Cível: Eli da Costa Júnior
Colorado do Oeste-RO
Rua Humaitá, n. 3879

Proc.: 0000488-13.2012.8.22.0012
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Banco da Amazônia S/A
Advogado:Monamares Gomes Grossi (OAB/RO 903), Michel Fernandes Barros (OAB/RO 1790), Daniele Gurgel do Amaral (OAB/RO 1221), Gilberto Silva Bonfim. (OAB/RO 1727)
Executado:Cerealista Estrela Dalva Ltda Me, Silvano Ferreira Silva, Eulália da Silva Russi Ferreira
Advogado:Valmir Burdz (OAB/RO 2086)
Certidão de Publicação:
Diante do contido na petição retro, suspendo o feito por 60 dias. Transcorrido o prazo, intime-se o exequente para impulsionar o feito, em 5 dias, sob pena de extinção e arquivamento.Colorado do Oeste-RO, segunda-feira, 17 de abril de 2017.Eli da Costa Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0000635-05.2013.8.22.0012
Ação:Execução Fiscal
Exequente:União Federal
Advogado:Theodorico Gomes Portela (OAB/NC 11499)
Executado:Silva & Smerdek Ltda, Luismar da Silva Smerdek
Advogado:Gilvan Rocha Filho (OAB/RO 2650)
Certidão de Publicação:
Intimar o executado através de seu advogado, Dr. Gilvan Rocha Filho, para se manifestar dos documentos juntados aos autos, no prazo de 05 dias.
Marina Meiko Saiki

Diretor de Secretaria

## COMARCA DE ESPIGÃO D´OESTE

## 1º CARTÓRIO

1º Cartório

Proc.: 0002719-20.2015.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Michele Sandra Littig
Advogado:Sônia Aparecida Salvador (OAB 5621)
Requerido:Helano Gustavo Barbosa da Silva
Advogado:Cleodimar Balbinot (OAB/RO 3663), Kelly Cristine Benevides (RO 3843)
Custas:
Ficam as partes, por meio de seus Advogados, no prazo de 05 dias, intimadas para efetuar o pagamento das custas processuais na forma pro rata, no valor de R$ 100,00 sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0004660-78.2010.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Eli Lino Ferreira
Advogado:Jacir Cândido Ferreira Júnior (OAB/RO 3408)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
DECISÃO:
Vistos, etc..Eli Lino Ferreira, qualificados nos autos, ôpos Embargos de Declaração da SENTENÇA de fls.187/192, sustentando que o decisum é omisso, vez que não houve pronunciamento quanto a concessão da tutela de urgência.Sucintamente relatei.Anoto em primeiro lugar que uma SENTENÇA é omissa quando deixa de decidir algum ponto ou, decidindo, o seu enunciado não é completo. É obscura, quando equívoca, ambígua ou ininteligível. Contraditória, quando alguma das suas proposições é inconciliável, no todo ou em parte, com outra. Pois bem. Em verdade, r. SENTENÇA guerreada foi omissa, quando não pronunciou acerca do pedido de tutela de urgência.Passo a analisar o pedido.Vislumbro presentes os requisitos exigidos pelo artigo 300, caput do CPC para conceder a tutela de urgência. A probabilidade do direito está mais do que demonstrada, uma vez que acolhido por SENTENÇA o pedido do autor. Em outras palavras, ao se julgar procedente o pleito, evidente se mostra a plausibilidade jurídica exigida pela lei. Quanto ao perigo de dano, não há dúvidas de que a demora na implantação do benefício colocaria em risco a vida do autor, na medida em que ele depende deste benefício para sua própria subsistência.Isto

posto, julgo PROCEDENTE os presente Embargos de Declaração, em consequênciaANTECIPO OS EFEITOS DA TUTELA para DETERMINAR que o réu implante em 15 (quinze) dias o benefício acima deferido em favor da autora, sob pena de multa de R$100,00 (cem reais) por dia de descumprimento, nos termos do artigo 497, do NCPC. No mais, persiste a SENTENÇA tal como está lançada. Intimem-se.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017. Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004013-49.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Francisco Schultz
Advogado:Márcio Sugahara Azevedo (OAB/RO 4469)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
DECISÃO:
Os autos retornaram do TRF1º Região com reforma parcial da SENTENÇA. Consigno que, somente após a implantação do benefício é possível proceder a liquidação da SENTENÇA. O cumprimento de SENTENÇA deverá ser no PJe, conforme Portaria n. 022/2015-PR, que regulamenta a Lei n. 11419/2006, Resolução n. 185/2013 - CNJ e Resolução n. 013/2014-PR do TJRO, em seu artigo 16.Assim, retornem-se os autos para o arquivo.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000130-94.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Jean de Oliveira Berger
Advogado:Márcio Sugahara Azevedo (OAB/RO 4469), Valdinei Santos Souza Ferres (RO 3175)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
DESPACHO:
Vistos, etc....Os autos retornaram do TRF1 Região negando provimento ao recurso. Assim, vejo que já houve a intimação das parte por meio do DJE.Nada mais pendente, remeta-se os autos ao arquivo.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017. Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000737-34.2016.8.22.0008
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Hendio Souza dos Santos
DESPACHO:
CONCLUSÃO desnecessária.Remetam-se os autos ao NUPS para realização de estudo psicossocial, conforme determinado, às fls. 46.Com a vinda do estudo, às partes para alegações finais.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 17 de abril de 2017.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001167-83.2016.8.22.0008
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Mateus de Souza, Edimar Ferreira de Andrade
Advogado:Ana Rita Côgo (RO 660), Inês da Consolação Côgo (RO 3412)
DESPACHO:
CONCLUSÃO desnecessária.Cumpra-se integralmente o determinado na SENTENÇA. Nada mais pendente, remetam-se os autos ao arquivo.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002099-08.2015.8.22.0008
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:M. A. F. R.
Advogado:Jucimaro Bispo Rodrigues (OABRO 4959)
Requerido:F. R.
Advogado:Leandro Gentil Lemonie (OAB/PR 61.101)
DESPACHO:
Vistos.Considerando que apesar de constar na fundamentação da SENTENÇA de fls. 88/89, o necessário auxílio financeiro para despesas extras de natureza médico-hospitalares, laboratoriais, farmacêuticas pela autora, deixou de constar na parte dispositiva a condenação do requerido para com 50% (cinquenta por cento) das despesas médicos, farmacêutica, odontológicas e escolares.Em tempo, avoco o presente feito para corrigir erro material o que faço com respaldo no art. 494, I do NCPC.Em sendo assim, no parágrafo da parte dispositiva da SENTENÇA onde se lê: Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, e consequentemente, condeno o requerido FABIO ROSSONI a pagar à autora MARIA ALICE FERREIRA ROSSONI a pensão mensal equivalente a 35,53% do salário mínimo que deverá ser depositado até o 5º dia útil de cada mês em conta bancária a ser informada pela genitora, e em nome desta Thainá da Silva Ferreira. Leia-se: Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, e consequentemente, condeno o requerido FABIO ROSSONI a pagar à autora MARIA ALICE FERREIRA ROSSONI a pensão mensal equivalente a 35,53% do salário mínimo mais 50% (cinquenta por cento) das despesas médicos, farmacêutica, odontológicas e escolares, que deverão ser depositados até o 5º dia útil de cada mês em conta bancária a ser informada pela genitora, e em nome desta Thainá da Silva Ferreira. No mais, persiste a SENTENÇA tal como fora lançada.I.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002513-11.2012.8.22.0008
Ação:Embargos de Terceiro (Cível)
Embargante:Adão Bernardes de Serra
Advogado:Jucimaro Bispo Rodrigues (OAB/RO 4959)
Embargado:Banco do Brasil S/A - Agência de Espigão do Oeste-RO
Advogado:Rafael Sganzerla Durand (OAB/RO 4872-A)
DESPACHO:
Vistos, etc...Ante a mantença da SENTENÇA prolatada nestes autos, intime-se para recolhimento das custas processuais, deve ser encaminhado os autos ao contador.Não vindo comprovação de pagamento, intime-se pessoalmente. Não sendo possível a intimação pessoal, intime-se por edital.Devidamente intimado, não vindo comprovação de pagamento, inscreva o débito em dívida ativa e arquive-se. C.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0005363-38.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Rodolfo Pedro Neto
Advogado:Márcio Sugahara Azevedo (OAB/RO 4469), Valdinei Santos Souza Ferres (RO 3175), Cleuza Marcial de Azevedo (RO 1624)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
SENTENÇA:
Trata-se de ação previdenciária para Manutenção do Auxílio Doença com pedido sucessivo de conversão em aposentadoria por invalidez na qualidade de segurado urbano, alegando em síntese estar incapacitado de desempenhar suas atividades laborais. Devidamente citado às fls.47/48v, apresentou contestação arguindo preliminar de falta de interesse de agir vez que o benefício auxílio doença está ativo. No MÉRITO pela improcedência do pedido. Impugnação às fl.51/56. Juntou documetos às fls. 64/65, indicando que está ativo o auxílio doença.DESPACHO saneador fls. 66/67. Perícia médica realizada fls. 91/93.Determinado complementação do laudo fls. 105.Juntada de resposta do perito quanto a complementação do laudo fls. 108.Ciência das partes fls. 110 e verso.Sem mais nada de relevante a relatar, passo a decidir. Pretende o autor o restabelecimento do auxílio doença e sucessivamente aposentadoria por invalidez, na qualidade de trabalhador urbano, onde alega o autor estar incapaz para desempenhar suas atividades laborais habituais. São requisitos para a concessão dos benefícios de aposentadoria por invalidez e de auxílio-doença a qualidade de segurado da Previdência Social, com o preenchimento do período de carência de 12 (doze)

contribuições mensais, salvo nas hipóteses previstas no art. 26, II, da Lei 8.213/91, e a comprovação de incapacidade total para o exercício de atividade que garanta a subsistência (art. 42, §§ 1º e 2º, da Lei 8.213/91), devendo essa incapacitação ser total e definitiva, para a aposentadoria por invalidez, e total e temporária, no caso do auxílio-doença.Quanto à qualidade de segurado, verifico que o autor estava recebendo o auxílio-doença o qual foi cessado em 14.11.2014, consoante extrato do CNIS de fls. 64. Ademais, a autarquia não questionou a qualidade de segurada ou a carência necessária à sua concessão, conforme demonstrado pelo documento colacionado às fls. 65, motivo pelo qual entendo que a autor quando propôs ação mantinha qualidade de segurado da Previdência Social.Inexistindo controvérsia quanto à qualidade de segurada da parte autora, passa-se à análise da incapacidade laborativa.Segundo entendimento dominante na jurisprudência pátria, nas ações em que se objetiva a concessão de aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença, ou mesmo nos casos de restauração desses benefícios, o julgador firma seu convencimento com base na prova pericial, não deixando de se ater, entretanto, aos demais elementos de prova, sendo certo que embora possível, teoricamente, o exercício de outra atividade pelo segurado, ainda assim a inativação por invalidez deve ser outorgada se, na prática, for difícil a respectiva reabilitação, seja pela natureza da doença ou das atividades normalmente desenvolvidas, seja pela idade avançada. Durante a instrução processual, foi realizada perícia médica, em 09.01.2016 (fls. 91/93), pela Drª Marina Cazula, médico perito, da qual são extraídas as seguintes informações: Quesito 3: A doença ou lesão de que (a) pericianda (a) é portador(a) o (a) torna incapaz para seu trabalho ou para sua atividade habitual Resposta: (x) SIM; Quesito 4: A doença ou lesão de que (a) pericianda (a) é portador(a) o (a) acarreta limitações para o trabalho, considerando as peculiaridades bio-psico-sociais (sexo, idade, grau de instrução, natureza da doença, tipo de atividade desenvolvida etc.) Resposta: (x) SIM Visto que a patologia resulta em muita dor e astenia; tendo limitação para realizar serviços braçais. Quesito 5: Caso a pericianda esteja incapacitada, a incapacidade é: (x) Permanente e (x) Parcial. Quesito 9: Há possibilidade de reabilitação profissional Se positivo, a habilitação seria possível para atividade habitual do (a) periciando (a) ou para outra atividade Resposta: NÃO (...). Complementação do laudo fls. 108 - ( ) não necessita de ajuda de terceiros diariamente. Embora o autor apresente incapacidade parcial e permanente, conforme jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, a incapacidade para o trabalho não pode ser avaliada tão somente do ponto de vista médico. Os aspectos econômicos, sociais e culturais também devem ser analisados.No caso em tela, a autora possui 50 anos, baixa escolaridade, com profissão de serviços gerais, sendo cabível a concessão de aposentadoria por invalidez, com observância do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, conforme jurisprudência, in verbis:PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TRABALHADOR URBANO. QUALIDADE DE SEGURADO. PERÍODO DE CARÊNCIA. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO. INCAPACIDADE PARCIAL E PERMANENTE. CONDIÇÕES PESSOAIS DO TRABALHADOR. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. 1. Os requisitos para a concessão da aposentadoria por invalidez estão dispostos no art. 42, caput e § 2º, da Lei 8.213/91, quais sejam: 1) qualidade de segurado; 2) cumprimento do período de carência (12 contribuições), quando exigida; 3) incapacidade insuscetível de recuperação ou de reabilitação para o exercício de atividade que garanta a subsistência (incapacidade total e permanente para o trabalho) e 4) não ser a doença ou lesão preexistente à filiação do segurado ao Regime Geral da Previdência Social. 2. Nos termos do art. 15, II, da Lei 8.213/91, mantém a qualidade de segurado até 12 meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social, podendo ser prorrogado para até 24 (vinte e quatro) meses se o segurado já tiver pago mais de 120 (cento e vinte) contribuições mensais sem interrupção que acarrete a perda da qualidade de segurado (§ 1º), somando-se, ainda, mais 12 (doze) meses para o segurado desempregado (§ 2º). 3. A incapacidade para o trabalho deve ser aferida considerando-se as condições pessoais do trabalhador e as atividades por ele desempenhadas, daí resultando que os trabalhadores com baixa instrução e/ou que ao longo da vida desempenharam atividades que demandassem esforço físico e que não mais puderem a ele se submeter devem ser considerados como incapacitados, não lhes sendo exigida a reabilitação em outra atividade dissociada do histórico profissional até então exercido. 4. Na hipótese, a qualidade de segurada da parte autora, bem assim o cumprimento do período de carência, restaram comprovados por meio documental; além do que, não foram objeto de impugnação específica pela autarquia federal. 5. O laudo médico pericial (fls. 63/73) não só revelou que a parte autora está acometida de enfermidade incapacitante (lombociatalgia) como também destacou, peremptoriamente, que o requerente está incapacitado de modo parcial e permanente para o trabalho, sem possibilidade de recuperação para exercer sua profissão habitual de ajudante de construção (quesito 03 - fls. 64). Todavia, em que pese a parcial incapacidade, considerando a idade do requerente (61 anos), a limitação imposta pela doença e a profissão por ele exercida ("ajudante de construção"), resta inviabilizada a sua reabilitação para o exercício de qualquer atividade laborativa, impondo-se, portanto, a concessão do benefício pleiteado. 6. A parte autora faz jus à percepção de auxílio-doença desde o requerimento administrativo em 14/08/2013 (fls. 18) até a data da realização do exame médico pericial que constatou a incapacidade laborativa, sendo o referido benefício posteriormente convertido em aposentadoria por invalidez, nos termos da SENTENÇA, à míngua de remessa necessária e impugnação específica do INSS, compensando-se os importes recebidos, no mesmo período, a título de benefício inacumulável. 7. Consoante o art. 71 da Lei 8.212/91 e art. 101 da Lei 8.213/91, o benefício por incapacidade concedido judicialmente pode ser revisto pelo INSS para avaliar a persistência, atenuação ou agravamento da incapacidade para o trabalho, sem necessidade de prévia autorização judicial. Precedentes. 8. Correção monetária e juros de mora nos termos do Manual de Cálculos da Justiça Federal. 9. Os honorários advocatícios (10% - dez por cento - sobre as parcelas vencidas até a prolação da SENTENÇA ) devem ser majorados em 5% (cinco por cento), a teor do disposto no art. 85, §§ 2º, 3º e 11ª do NCPC, totalizando o quantum de 15% (quinze por cento) sobre a mesma base de cálculo (parcelas vencidas que seriam devidas até a data da SENTENÇA ). 10. Apelação do INSS desprovida. (AC 0068422-51.2016.4.01.9199 / MA, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO LUIZ DE SOUSA, SEGUNDA TURMA, e-DJF1 de 20/02/2017) PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. CONCESSÃO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ URBANA. REQUISITOS PREENCHIDOS. QUALIDADE DE SEGURADO. CARÊNCIA. INCAPACIDADE PARCIAL E PERMANENTE PARA O TRABALHO. ATENDIDOS. TERMO INICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS. CUSTAS. HONORÁRIOS. 1. Os requisitos indispensáveis para a concessão do benefício previdenciário de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez são: a) a qualidade de segurado; b) a carência de 12 (doze) contribuições mensais; c) a incapacidade parcial ou total e temporária (auxílio-doença) ou permanente e total (aposentadoria por invalidez) para atividade laboral. 2. Na hipótese dos autos, verifica-se que a anterior concessão de auxílio-doença comprova a qualidade de segurada da parte autora, bem como o período de carência (fl. 122). 3. Averiguada pericialmente (fls. 114) a incapacidade parcial e permanente, sem possibilidade de reabilitação: imperiosa necessidade de concessão de aposentadoria por invalidez. 4. DIB: devida a aposentadoria por invalidez desde cessação do auxílio-doença, observada a prescrição quinquenal. 5. Consectários legais: a) correção monetária e juros moratórios conforme Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal; b) honorários 10% sobre o valor da condenação, correspondente às parcelas vencidas até o momento da prolação do acórdão; c) sem custas, porque nas causas ajuizadas perante a

Justiça Estadual, no exercício da jurisdição federal (§3º do art. 109 da CF/88), o INSS está isento delas quando lei estadual específica prevê o benefício, o que se verifica nos estados de Minas Gerais, Goiás, Rondônia, Bahia e Mato Grosso. 6. A implantação do benefício deve se dar em 30 dias (obrigação de fazer), por aplicação do art. 497 do NCPC. 7. Apelação provida: pedido procedente nos termos dos itens 04 a 06. (AC 0056409-25.2013.4.01.9199 / RO, Rel. JUIZ FEDERAL CÉSAR CINTRA JATAHY FONSECA (CONV.), SEGUNDA TURMA, e-DJF1 de 31/03/2017)Portanto, considerando que se trata de restabelecimento de auxílio-doença e conversão em aposentadoria por invalidez, o termo inicial é a data em que aquele fora indevidamente cessado, uma vez que o ato do INSS agrediu direito subjetivo do beneficiário desde aquela data, como restou comprovado a incapacidade insuscetível de reabilitação a data do DIB para aposentadoria por invalidez, será contada a partir do primeiro dia da cessação do auxílio-doença.Ante o exposto, julgo PROCEDENTE o pedido desta ação para, acolhendo o pedido deduzido na inicial, condenar o INSS a restabelecer o benefício de auxílio-doença do autor e converter em Aposentadoria por Invalidez. Ressalto que o segurado aposentado por invalidez poderá ser convocado a qualquer momento para avaliação das condições que ensejaram o afastamento ou a aposentadoria, concedida judicial ou administrativamente, observado o disposto no art. 101. (art. 43, §4º da Lei 8213 /91 - incluído pela Medida Provisória nº 739, de 2016). Outrossim, vislumbro presentes os requisitos exigidos pelo artigo 300, caput do CPC para conceder a tutela de urgência. A probabilidade do direito está mais do que demonstrada, uma vez que acolhido por SENTENÇA o pedido do autor. Em outras palavras, ao se julgar procedente o pleito, evidente se mostra a plausibilidade jurídica exigida pela lei. Quanto ao perigo de dano, não há dúvidas de que a demora na implantação do benefício colocaria em risco a vida do autor, na medida em que ele depende deste benefício para sua própria subsistência.Destarte, ANTECIPO OS EFEITOS DA TUTELA para DETERMINAR que o réu implante em 15 (quinze) dias o benefício acima deferido em favor da autora, sob pena de multa de R$100,00 (cem reais) por dia de descumprimento, nos termos do artigo 497, do NCPC. Condeno, ainda, a Autarquia-ré no pagamento das parcelas vencidas da data da em que foi cessado o auxílio-doença até a data da efetiva implantação do benefício, acrecidas de correção monetária pelo IPCA a partir de cada parcela e juros de mora de acordo com o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança.Os honorários advocatícios devidos ao patrono da parte autora ficam arbitrados em dez por cento (10%) (art 85, §2º do CPC), devendo a correção de tal verba ser feita até a prolação da SENTENÇA, nos termos da súmula n. 111 do Egrégio STJ.SENTENÇA não sujeita ao reexame necessário, de acordo com o disposto no art. 496, § 3º, do Novo Código de Processo Civil.PRIC.Após o trânsito em julgado o cumprimento de SENTENÇA deverá ser por meio do PJE/RO e nada sendo requerido pelas partes no prazo de 5 (cinco) dias, o feito deverá permanecer no arquivo.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003164-72.2014.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Simone Possimoser
Advogado:Joaquim José da Silva Filho (RO 3952), Jefferson Willian Dalla Costa (RO 6074)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
SENTENÇA:
Vistos, etc...Trata-se de ação ordinária em que o autor pretende compelir o Instituto Nacional do Seguro Social a conceder aposentadoria por invalidez na qualidade de segurada especial, alegando, em síntese, que encontra-se total e definitivamente incapacitada para o exercício de qualquer atividade laborativa. Deferido antecipação de prova pericial fls. 30/31.Laudo Pericial fls. 44/46.Devidamente citado o requerido, apresentou contestação fls. 51/52, pugnando pela improcedência do pedido inicial por não restar comprovado os requisitos necessários à concessão do benefício, tais como: perda da qualidade de segurado e inexistência de incapacidade.Instrução oral realizada fls. 56/58, pelo sistema audiovisual, foram ouvidas três testemunhas. Concedido tutela de urgência fls. 59/60.Juntada de complemento do laudo fls. 63. Alegações da parte autora fls. 56. Declarado precluso apresentação pela ré.Sem mais nada de relevante a relatar, passo a decidir.Para a obtenção do citado benefício no Regime Geral da Previdência Social RGPS cumpre ao interessado comprovar, mediante exame médico pericial, a sua incapacidade permanente para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência (art. 42, da Lei n. 8.213/91), bem como o exercício de atividade rural, mediante início razoável de prova material complementada com prova testemunhal, quando os documentos não forem suficientes para a comprovação dos requisitos previstos em lei (art. 39, I c/c art. 55, § 3º, da Lei n. 8.213/91 e Súmulas n. 27/TRF1ª Região e 149/STJ).No que diz respeito à condição de rurícola do autor e seu consequente enquadramento como segurado especial, tenho que o início de prova material a que se refere o art. 55, § 3º, da Lei 8.213/91 foi demonstrada com apresentação dos seguintes documentos:a) Cópia da certidão de casamento fls. 15, indicando a profissão como sendo agricultora b) Cópia da certidão de nascimento fls. 16;c) Cópia do contrato comodato agricola fls. 17.Documentos que são consideradas como provas idôneas de que o autor é do meio rural e que explora atividade em regime de economia de subsistência.In casu, testemunhos foram suficientemente esclarecedores e demonstraram o exercício da atividade de rurícola por parte da autora, ressaltando que, em razão da superveniência da doença, deixou de trabalhar.Destarte, o fato do autor ter laborado como diarista não prejudica o direito da autora, pois enquadrada está como trabalhador rural para efeitos previdenciários (Precedentes: (AC 2005.01.99.057944-2/GO, Rel. Desembargadora Federal Neuza Maria Alves Da Silva, Segunda Turma, DJ p.21 de 28/06/2007 e AC 2006.01.99.032549-4/MG, Rel. Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima, Segunda Turma,DJ p.41 de 24/11/2006). É cediço que o trabalhador volante ou bóia-fria experimenta situação desigual em relação aos demais trabalhadores (STJ, AR2515 / SP), uma vez que, em regra, ou não tem vínculos registrados ou os tem por curtíssimo período, como se vê na espécie, devendo ser adotada solução pro misero Nesse sentido:PREVIDENCIÁRIO. CONCESSÃO.APOSENTADORIAPORINVALIDEZ.REQUISITOS: QUALIDADE DE SEGURADO, CARÊNCIA E INCAPACIDADE PARA O TRABALHO RURAL. ATENDIDOS. TERMO INICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA. 1. Os requisitos indispensáveis para a concessão do benefício previdenciário de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez são: a) a qualidade de segurado; b) a carência de 12 (doze) contribuições mensais; c) a incapacidade parcial ou total e temporária (auxílio-doença) ou total e permanente (aposentadoria por invalidez) para atividade laboral. 2. Presente início de prova material: cópia da sua CTPS (fl. 20) e CNIS (fl. 21) constando vínculo rural, corroborada por prova testemunhal consistente (f. 73/74): indubitável qualidade de segurado especial da parte autora. 3. A jurisprudência do STJ perfilhou entendimento que “não ocorre a perda da qualidade de segurado, quando a falta de recolhimento da contribuição previdenciária por mais de doze meses consecutivos, decorre de incapacidade para o trabalho” (REsp nº 310.264/SP, Rel. Min. Fernando Gonçalves, 6ª Turma, DJ 18.2.2002, pág. 530). 4. A condição de diarista, bóia-fria ou safrista não prejudica o direito da apelante, pois enquadrada está como trabalhadora rural para efeitos previdenciários. É cediço que o trabalhador volante ou bóia-fria experimenta situação desigual em relação aos demais trabalhadores (STJ, AR2515 / SP), uma vez que, em regra, ou não tem vínculos registrados ou os tem por curtíssimo período, como se vê na espécie, devendo ser adotada solução “pro misero”. Precedentes. 5. Laudo pericial (fl.58/59) atestando a incapacidade total e permanente da autora: imperiosa concessão de aposentadoria por invalidez. 6. DIB: È devida a aposentadoria por invalidez desde a citação, observada a prescrição quinquenal 7. Consectários legais: correção monetária e juros moratórios conforme Manual de

Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federa. 8. A implantação do benefício deve se dar em 30 dias (obrigação de fazer), por aplicação do art. 497 do NCPC. 9.Apelação do MP não provida e Apelação do INSS parcialmente provida, nos termos dos itens 6 e 7.(AC 0048577-09.2011.4.01.9199 / MG, Rel. JUIZ FEDERAL CÉSAR CINTRA JATAHY FONSECA (CONV.), SEGUNDA TURMA, e-DJF1 de 24/06/2016). Fica, portanto, superada a questão relativa à comprovação da qualidade de segurada da parte autora.Inexistindo controvérsia quanto à qualidade de segurada da parte autora, passa-se à análise da incapacidade laborativa.Segundo entendimento dominante na jurisprudência pátria, nas ações em que se objetiva a concessão de aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença, ou mesmo nos casos de restauração desses benefícios, o julgador firma seu convencimento com base na prova pericial, não deixando de se ater, entretanto, aos demais elementos de prova, sendo certo que embora possível, teoricamente, o exercício de outra atividade pelo segurado, ainda assim a inativação por invalidez deve ser outorgada se, na prática, for difícil a respectiva reabilitação, seja pela natureza da doença ou das atividades normalmente desenvolvidas, seja pela idade avançada.Durante a instrução processual, foi realizada perícia médica, fls. 44/46; complementação fls. 63, das qual são extraídas as seguintes informações: 1 - O periciando é ou foi portador de doença ou lesão física ou mental Resposta Sim, depressão grave F32.2; ansiedade generalizada FH1.1, transtorno doloroso F45.4 3 A doença ou lesão de que o periciando é portador o torna incapaz para o trabalho ou para sua atividade habitual - Resposta Sim ( )5 Caso o periciando esteja incapacitado, a incapacidade é: Resposta permanente e total.(...)9 Há possibilidade de reabilitação profissional Se positivo, a reabilitação seria possível para a atividade habitual do periciando ou para outra atividade Resposta Não.( ) Às fls. 63, houve complementação do laudo: ( ) a mesma sofre de transtorno depressivo grave com alguns sintomas refratários ao tratamento, porem acredito que através de uma equipe multidiciplinar (médico psiquiatra, psicólogo, uso de medicação corretas dentre outros ) seja possível a mesma voltar a realizar alguma atividade laboral. Pois bem.In casu, correto, pois, será a concessão/restabelecimento do auxílio doença com base nas condições pessoais do autor que atualmente está com apenas 35 anos e, poderá receber tratamento e reinserida do no mercado de trabalho, sendo previsível adaptação em atividade profissional diversa.É assente o entendimento jurisprudencial:PREVIDENCIÁRIO. CONVERSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INCAPACIDADE LABORAL PARCIAL. POSSIBILIDADE DE REABILITAÇÃO. 1. Tratando-se de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez, o Julgador firma sua convicção, via de regra, por meio da prova pericial. 2. Considerando as conclusões do perito judicial de que a parte autora está parcial e definitivamente incapacitada para o exercício de atividades laborativas, sendo viável a sua reabilitação, não é devida a conversão do benefício de auxílio-doença de que o autor é titular em aposentadoria por invalidez. (TRF-4, Relator: CELSO KIPPER, Data de Julgamento: 12/03/2014, SEXTA TURMA)PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INCAPACIDADE PARCIAL. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS E SOCIAIS. AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE TOTAL PARA O TRABALHO. 1. O autor recebeu auxílio-doença, na qualidade de segurado especial, de setembro a dezembro de 2008, quando este foi cessado em face do “limite médico”. Ocorre que, em virtude do acidente (explosão de fogos de artifícios) ter causado a amputação de sua mão esquerda, sequela esta definitiva que implicou em uma redução da capacidade de trabalho, a parte autora passou a receber auxílio-acidente. Entretanto, o requerente alega que a incapacidade é total e o impede de desenvolver qualquer atividade, requerendo, portanto, a conversão do auxílio-acidente em aposentadoria por invalidez. 2. Inicialmente, cumpre esclarecer que o referido acidente não se enquadra no conceito de “acidente de trabalho”- arts. 19, 20 e 21 da Lei nº 8.213/91 -, não havendo que se falar em competência da Justiça Comum Estadual. 3. Por se tratar de suposto segurado especial, diferentemente do que ocorre no auxílio-acidente - caso em que é dispensada a carência (art. 26, I, Lei nº 8.213/91)- para além de ter que se comprovar a incapacidade laborativa, deve ser demonstrado o exercício de atividade rural nos 12 (doze) meses anteriores ao surgimento da incapacidade. 4. Quanto à qualidade de segurado, conforme consta nos autos, a própria autarquia, diante de entrevista rural, termo de declaração e a existência de documentos, homologou o período de 10/01/2007 a 20/09/2008, reconhecendo o exercício de atividade rural do Autor. Assim, restou preenchido o requisito da carência. 5. No tocante à incapacidade, o perito judicial, em seu laudo (fls. 66/69), afirmou que o autor teve amputação traumática da mão esquerda ao nível do punho (CID10 - S68.4). Asseverou, ainda, que não se tratava de incapacidade total, e sim parcial. 6. Desta feita, para o deferimento da aposentadoria por invalidez na hipótese de incapacidade parcial, cumpre analisar as condições pessoais e sociais do segurado. Na presente demanda, trata-se de pessoa jovem, com apenas 37 anos de idade, cuja incapacidade não impede de exercer diversas atividades compatíveis com seu grau de instrução (5ª série do primeiro grau). Destaque-se que o autor trabalhou como “servente” até 2005. 7. Apelação improvida. (TRF-5 - AC: 25926020134059999, Relator: Desembargador Federal Fernando Braga, Data de Julgamento: 22/07/2014, Segunda Turma, Data de Publicação: 25/07/2014)Portanto, a autora faz jus a percepção do auxílio doença, o qual deve ser mantido até poder retornar a sua atividade habitual ou reabilitação profissional, devendo para tanto ter laudo específico, fato este que é totalmente previsível ante a idade do autor.No tocante à concessão de aposentadoria por invalidez, por sua vez, e necessário que comprove incapacidade total e definitiva, bem como a insuscetibilidade de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição, o que não é o caso do laudo judicial ás fls.44/46;63.Ante o exposto, julgo PROCEDENTE EM PARTE o pedido desta ação para, acolhendo o pedido deduzido na inicial, condenar o INSS na obrigação de conceder o Benefício de Auxílio Doença para a autora, mantendo-se a fruição do auxílio-doença até a sua reabilitação à prática de suas atividades laborativas. Convolo em definitivo a tutela de urgência.Ressalto que o segurado aposentado por invalidez poderá ser convocado a qualquer momento para avaliação das condições que ensejaram o afastamento ou a aposentadoria, concedida judicial ou administrativamente, observado o disposto no art. 101. (art. 43, §4º da Lei 8213 /91 - incluído pela Medida Provisória nº 739, de 2016). Condeno, ainda, a Autarquia-ré no pagamento das parcelas vencidas desde o requerimento do beneficio na via administrativa, corrigidos e com juros de mora, devendo ser observadas as recomendações do Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, aprovado pela Resolução nº 242, de 3 de julho de 2001, ou outro manual semelhante que venha a substituí-lo. As verbas eventualmente atingidas pela prescrição quinquenal deverão se excluídas destes cálculos.Os juros moratórios são devidos no percentual de 1% a.m. Até edição da Lei 11.960/2009,quando então serão devidos no percentual de 0,5% a.m conforme são aplicados nas cadernetas de poupança. Contam-se da citação, para as parcelas eventualmente vencidas anteriormente a ela, e do respectivo vencimento, para as que lhe são posteriores.Os honorários advocatícios devidos ao patrono da parte autora ficam arbitrados em dez por cento (10%) (art 85, §2º do CPC), devendo a correção de tal verba ser feita até a prolação da SENTENÇA, nos termos da súmula n. 111 do Egrégio STJ. SENTENÇA não sujeita ao reexame necessário, de acordo com o disposto no art. 496, § 3º, do Novo Código de Processo Civil.PRIC. Após o trânsito em julgado o cumprimento de SENTENÇA deverá ser por meio do PJE/TJRO e nada sendo requerido pelas partes no prazo de 5 (cinco) dias, o feito deverá permanecer no arquivo. SERVE O PRESENTE COO MANDADO /OFICIO/CARTA PRECATÓRIA DE INTIMAÇÃO.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000774-95.2015.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Wilton Bianchini da Silva
Advogado:Flávio Luis dos Santos (OAB/RO 2238), Soraia Marcos Felisberto (RO 4968)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)
SENTENÇA:
Wilton Bianchini da Silva, ingressou com Ação de Cobrança em face de Seguradora Lider dos Consórcios DPVAT S.A, alegando, em síntese, que foi vítima de acidente automobilístico em 31.03.2013, e que em razão do acidente, após exames e tratamento, verificou-se a incapacidade para as ocupações habituais, no caso perda anatômica e funcional parcial de 50% em membro inferior direito. Relata que realizou pedido administrativo, oportunidade em que foi realizada perícia e constatada a invalidez, mas foi lhe pago valor inferior ao devido, qual seja, R$ 1.687,50 à título de indenização quando o correto nos termo da Lei 11.481/01 seria de R$ 4.725,00. Requer a condenação da requerida ao pagamento da diferença entre o valor devido e aquele pago, qual seja, R$3.037,50. A Requerida ofertou contestação às fls 30/34. No MÉRITO requereu a produção de prova pericial e a improcedência do pedido, alegando a inexistência da alegada invalidez permanente do autor. Impugnação fls. 80/82.Manifestação da ré fls. 53/55.Apresentação de laudo pericial às fls.80, complementação fls. 87.Com a juntada do laudo, houve a manifestação da ré fls. 89/90.É o relatório. Decido.Pleiteia a autora recebimento do seguro obrigatório DPVAT por invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, no valor da diferença do seguro até R$ 3.037,50 (três mil cento e trinta e sete reais e cinquenta centavos).Inicialmente, cumpre notar que aos acidentes automobilísticos ocorridos após a MP 451/2008 aplica-se a tabela anexada a esta, devendo o pagamento do seguro obrigatório ser pago de acordo com a proporcionalidade da lesão sofrida, observando o tipo e a gravidade da perda ou redução de funcionalidade. Vejamos a nova redação dada pela MP/461: Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:(...) II - até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007) [ ] §1o - No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei a lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanentecomo total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. Em análise aos autos, observo que o Laudo Pericial concluiu que houve perda completa de um dos punhos (esquerdo) em 50% (fls.87). Portanto, deve ser aplicada a MP 451/2008 e considerando a perda funcional completa do do joelho a porcentagem devida é de 25%, que equivale a R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta reais), o laudo atesta que houve a perda funcional do membro em 50%, sendo o valor a ser pago ao autor era de R$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) ou seja, o valor que pago administrativamente estava correto.Ante o exposto, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, julgo improcedente o pedido formulado por Wilton Bianchini da Silva em face de Seguradora Lider dos Consórcios DPVAT S.A. Condeno-a o Requerente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da causa.P. R. I. C. Intime-se para recolhimento das custas processuais. Não vindo comprovação de pagamento, intime-se pessoalmente. Não sendo possível a intimação pessoal, intime-se por edital.Devidamente intimado, não vindo comprovação de pagamento, inscreva o débito em dívida ativa e arquive-se. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003692-43.2013.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Lucas Andrade de Oliveira
Advogado:Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
DESPACHO:
Vistos, etc...Considerando que o presente feito envolve interesse de menor, dê-se vista ao MP.Após, conclusos.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

## 2º CARTÓRIO

2º Cartório

Proc.: 0002176-22.2012.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Comercial de Petróleo Laranjense Ltda
Advogado:Sônia Castilho Rocha (OAB/RO 2617)
Executado:Elessandro Correa da Silva, Bento Silva
Advogado:Suéli Balbinot da Silva (RO 6706)
Fica a parte autora, por meio de seu advogado, intimada para, no prazo de 05(cinco) dias, recolher as custas de publicação do edital de Venda Judicial, no valor de R$ 39,84. (trinta e nove reais e oitenta e quatro centavos).

Proc.: 0000170-42.2012.8.22.0008
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Gelson Cassiole, Joaquim José de Araújo
Advogado:Cleodimar Balbinot (OAB/RO 3663)
SENTENÇA:
Como mencionado pelo Ministério Público às fls. 324/325 aos crimes analisados possuem pena máxima cominada em abstrato não supera dois anos e considerando as circunstâncias judiciais aplicáveis, eventual pena imputada aos agentes não ultrapassaria 02 anos.Dessa forma, por força dos arts. 109, V do Código Penal, em face da pena em perspectiva, inferior a 02 anos, a prescrição se operaria em 04 anos.Desse modo, forçoso é reconhecer que os fatos foram alcançado pela prescrição da pretensão punitiva, uma vez que o prazo prescricional passa a ser disciplinado pela pena em perspectiva, pois o fato ocorreu em 2011, e em razão da anulação dos atos praticados no Juizado Especial Criminal, ainda houve o recebimento da denúncia passando-se mais de 05 anos. Assim, o prosseguimento da persecução penal não causaria nenhum efeito, e apenas acarretaria dispêndio de tempo e desgaste do prestígio da Justiça Pública. É certo que deve o juiz interpretar as normas de forma lógica e finalista, voltando-se mais para o caráter final do processo do que propriamente para os seus meios.

Nesse sentido, tem decidido o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: Prescrição pela pena em perspectiva. Caráter finalístico do processo. Admissibilidade O juiz deve interpretar as normas de forma lógica e finalista, voltando-se mais para o caráter final do processo do que propriamente para os seus meios. A prescrição pela pena em perspectiva pode ser reconhecida em face do caráter finalístico do processo e da utilidade do seu resultado. (0094806-76.2007.8.22.0007 Recurso em Sentido Estrito. 2ª Câmara Criminal. Relatora originaria: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno. Relator p/ o Acórdão: Juiz Francisco Borges Ferreira Neto. J: 14.11.2012).Ante o exposto, reconheço o perecimento da pretensão punitiva do estado e julgo extinta a punibilidade do réu, com fulcro nos artigos 107, IV e 109,V, ambos do Código Penal.P.R.I.C.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000783-57.2015.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Osvaldo de Souza
Advogado:Flávio Luis dos Santos (OAB/RO 2238), Genecí Lemos (RO 6876)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/AC 3592), Lucas Vendrusculo (RO 2666)
DESPACHO:
Chamo o feito à ordem.O autor não compareceu à perícia designada, apesar de intimado por meio de seu advogado via DJe (fl. 70,verso). Ocorre que, conforme entendimento do Tribunal de Justiça de Rondônia, as partes devem ser intimadas pessoalmente para os atos que requerem a sua presença, não sendo suficiente a intimação por meio de publicação do diário da justiça ( Apelação 0003433-43.2012.8.22.0021, 1ª Câmara Cível, Relator: Desembargador Moreira Chagas. Data do julgamento: 28/06/2016 ).Diante disso, solicite ao perito nova data para realização do exame pericial. Com a vinda da informação, intimem-se as partes via Dje, e o autor pessoalmente. Na intimação pessoal ao autor deverá constar o local, a data e a hora em que ele deverá comparecer, e ainda a advertência que em caso de ausência à perícia, ele deverá justificar sua ausência no prazo de 05 dias após a data fixada para a realização do ato, independentemente de nova intimação. Cumpra-se e expeça-se o necessário. Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 17 de abril de 2017.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002874-57.2014.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Kátia Regina Ferreira Filha
Advogado:Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
DESPACHO:
DESPACHO Trata-se de ação previdenciária pretendendo o recebimento de auxílio assistencial, movido por Kátia Regina Ferreira Filha em face do INSS.A parte autora não compareceu à perícia médica designada (fl. 50).Ante o desinteresse no prosseguimento do feito, o procurador da requerente apresentou pedido de extinção (fl. 51). Diante de tal pedido, o INSS alegou que para acolhimento do pedido de desistência seria indispensável a renúncia da autora sobre o direito sobre o qual se funda a ação (fl. 53).Este Juízo, entendendo que não se pode condicionar a desistência da ação à renúncia a um direito que tem natureza alimentar, extinguiu o processo sem julgamento do MÉRITO, ante a ausência de interesse processual (fls. 54/56).Houve interposição de recurso de apelação pelo INSS, ao qual o TRF da 1ª região deu provimento, anulando a SENTENÇA e determinando o retorno dos autos à origem para julgamento da lide.Diante da DECISÃO do TRF, determino a intimação pessoal da Requerente, no endereço informado no processo, para, no prazo de 10 dias, a contar da intimação, ratificar ou não o pedido de desistência da ação, e em caso de ratificação, expressar se renuncia ao direito sobre o qual se funda a ação, ou seja, se renuncia ao direito de receber o auxílio assistencial pretendido.Caso a requerente seja intimada e não se manifeste sobre a renúncia, o feito prosseguirá até o julgamento do MÉRITO. Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017. Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000565-05.2010.8.22.0008
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Réu:Renato Tiburtino da Silva
Advogado:Aécio de Castro Barbosa (RO 4510)
SENTENÇA:
Promovo a juntada das folhas de frequência do apenado referente aos meses de janeiro a março de 2017.O apenado RENATO TIBURTINO DA SILVA foi condenado a pena de 06 anos e 09 meses de reclusão no regime semiaberto, atualmente estava cumprindo pena no regime aberto, em razão da DECISÃO de fls. 350/351.Veio aos autos informações do total cumprimento da pena.O Ministério Público manifesta-se pela extinção da punibilidade pelo cumprimento integral da pena (fl.368).Tendo em vista, ter o Estado atingido seu objetivo quanto a sansão penal, reintegrando o condenado ao seio da sociedade, deve ser extinto o feito, pois, o apenado cumpriu efetivamente a pena que lhe foi imposta.Diante do exposto, declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE de RENATO TIBURTINO DA SILVA pelo efetivo cumprimento da pena, com fulcro no art. 66, II, da LEP.P. R. I.C.Após as anotações necessárias, ARQUIVE-SE IMEDIATAMENTE.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000409-41.2015.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Rosane Cristina Chagas
Advogado:Flávia Aparecida Flores (RO 3111)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/AC 3592), Lucas Vendrusculo (RO 2666)
SENTENÇA:
Vistos.ROSANE CRISTINA CHAGAS ajuizou a presente ação em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, visando obter o recebimento da quantia de R$ 4.725,00, a título de complemento de indenização do seguro obrigatório – DPVAT, em decorrência de acidente ocorrido em abril de 2014. Aduz a requerente que o acidente lhe ocasionou fratura na proeminência óssea da extremidade proximal da urna (fratura de olecrânio) o que gerou incapacidade físico funcional de 75% em membro superior esquerdo, acarretando perda funcional grave. Informou que realizou pedido administrativo para pagamento do seguro, mas a seguradora lhe pagou apenas a quantia de R$2.362,50, valor que entende ser inferior ao devido. Disse que a seguradora prestou um serviço defeituoso, pois realizou pagamento menor do que o devido, situação que lhe gerou danos de natureza moral. Com a inicial vieram os documentos de fls. 14/55.Determinada a emenda da inicial para correção do valor da causa (fl. 56).Emenda às fls. 57/58.Devidamente citada a parte requerida apresentou contestação às folhas 64/68. No MÉRITO, negou o dever de indenizar a parte requerente, pois o que lhe era devido já foi pago em procedimento administrativo. Debateu ainda sobre a invalidade do laudo particular e a necessidade de perícia complementar a ser realizada pelo IML. Sucessivamente, em caso de condenação, requer que a indenização seja aplicada na proporção da Tabela instituída pela MP 451/2008.Réplica às fls. 75/77.As partes de manifestaram sobre a produção de provas às fls. 86 (autora) e 87/89 (requerida).DECISÃO saneadora às fls. 91/93, na qual foi afastada a necessidade de realização de perícia pelo IML e determinada a realização de perícia médica com experto nomeado pelo juízo.A parte autora apresentou exames de ultrassonografia (fls. 95/98).O laudo veio aos autos à fl. 104. A requerente impugnou o resultado da perícia, sustentando que, conforme laudo anexo à inicial, a

requerente apresenta dores e dificuldades na movimentação do membro superior esquerdo e não apenas no cotovelo, como afirmou o perito. Requereu a realização de nova perícia. A requerida não se manifestou.É o relatório necessário.O feito comporta julgamento antecipado da lide, não havendo a necessidade de produção de outras provas. Efetivamente, conquanto a questão de MÉRITO envolva discussão fática e de direito, na parte relativa aos fatos, os documentos constantes dos autos, aliados à perícia realizada, são suficientes para a correta compreensão e apreciação do caso.A impugnação ao laudo pericial arguida pela parte autora não merece acolhida. Para que se determine a repetição de perícia é necessário que se tenha como imprestável aquela já realizada, sendo que a mera discordância da parte quanto à CONCLUSÃO do perito não é suficiente para caracterizar nulidade do laudo pericial. A contradição com o laudo cinesiológico-funcional (fls. 18/20) apresentado com a inicial não constitui argumento suficiente para invalidar a perícia médica, sobretudo porque o primeiro laudo foi realizado pouco tempo após o acidente, sendo provável que as sequelas ainda não estivessem consolidadas. No MÉRITO, pleiteia a autora o recebimento do seguro obrigatório DPVAT por invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, no valor da diferença do seguro. Aduz que houve perda funcional do membro superior esquerdo com repercussão intensa, fazendo jus à indenização no valor de R$ 7.087,50 (R$13.500,00 x 70% x 75%). Como recebeu administrativamente a quantia de R$ 2.362,50 requer o recebimento da quantia de R$ 4.725,00, mais acréscimos. A MP n. 451/2008, convertida na Lei 11.945/2009, passou a prever de forma expressa que as indenizações decorrentes do seguro obrigatório por acidentes de trânsito, deverão ser pagas de acordo com a proporcionalidade das lesões sofridas pelo beneficiário, e conforme tabela que estabelece percentuais indenizatórios aos danos corporais os dividindo em totais e parciais. Assim, a partir da edição da medida provisória mencionada, o pagamento do seguro obrigatório deve ser pago de acordo com a desproporcionalidade da lesão sofrida, bem como o tipo e a gravidade da perda ou redução de funcionalidade.A questão inclusive encontra-se sumulada pelo STJ:Súmula 474: A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.A perícia médica realizada judicialmente concluiu que em razão do acidente a autora apresentou fratura em olecrano(cotovelo) esquerdo. Asseverou que a lesão acarretou a perda funcional do membro de forma PARCIAL, sendo a repercussão de intensidade leve ( 25%).Embora o laudo tenha feito menção somente ao cotovelo, entendo que no caso a limitação atingiu todo o membro superior, já que a mobilidade do cotovelo afeta de forma todo membro superior. Tratando-se de invalidez permanente parcial incompleta de baixa repercussão, deve-se aplicar a redução proporcional corresponde à 25% da indenização, conforme prevê o art. 3º, §1º, II da Lei 6.194/1974.Aplicando-se a tabala anexa à Lei 6.1974/74, verifica-se que a requerente faz jus ao recebimento correspondente a R$ 13.500,00x 70%( perda da mobilidade de um dos membros superiores) = R$9.450,00 x 25% ( o laudo indicou repercussão baixa) = R$ 2.362,50. Considerando que houve o pagamento administrativo de exatos R$2.362,50, o autor não tem direito a qualquer complementação da indenização. Ante o exposto, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, julgo improcedente o pedido formulado por ROSANE CRISTINA CHAGAS em face de Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A.Condeno a autora no pagamento das custas processuais, e em honorários advocatícios que fixo em R$800,00 em favor do advogado do requerido, tornando, contudo, suspensa a exigibilidade das verbas de sucumbência, nos termos do art. 98, §3º do CPC, em razão de ser o requerente beneficiário da gratuidade processual.Determino ao cartório que adote as medidas necessárias ao pagamento dos honorários periciais ao perito, observando o depósito de fl. 100 e a conta informada à fl. 94.Nada pendente, arquive-se.Publicação e registro automáticos. Intimem-se. Cumpram-se. Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 17 de abril de 2017.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004729-08.2013.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ailton Wolfgramm
Advogado:Suely Maria Rodrigues Ferro (RO 2961)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)
SENTENÇA:
Vistos.AILTON WOLFGRAMM ajuizou a presente ação em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, visando obter o recebimento da quantia de R$ 7.762,50, a título de complemento de indenização do seguro obrigatório DPVAT, em razão de acidente de trânsito ocorrido em dezembro de 2011. Aduz o requerente que o acidente lhe ocasionou perda funcional do membro inferior esquerdo de 75%. Informou que realizou pedido administrativo para pagamento do seguro, mas a seguradora lhe pagou apenas a quantia de R$ 2.362,50 valor que entende ser inferior ao devido.Com a inicial vieram os documentos de fls. 08/39.Devidamente citada a parte requerida apresentou contestação às folhas 42/50. Preliminarmente, pugnou pela extinção do processo sem resolução do MÉRITO. No MÉRITO, negou o dever de indenizar a parte requerente, pois o que lhe era devido já foi pago em procedimento administrativo. Debateu ainda sobre a invalidade do laudo particular e a necessidade de perícia complementar a ser realizada pelo IML. Sucessivamente, em caso de condenação, requer que a indenização seja aplicada na proporção da Tabela instituída pela MP 451/2008.Réplica às fls. 60/63.As partes foram intimadas quanto à produção de provas, tendo somente a requerida se manifestado (fls. 66/67).DECISÃO saneadora às fls. 68/71, na qual foi rejeitada a preliminar, afastada a necessidade de realização de perícia pelo IML e determinada a realização de perícia médica com experto nomeado pelo perito. O laudo veio aos autos às fls.90/91. A requerida se manifestou sobre o laudo às fls. 96/97. O autor, apesar de intimado, não se manifestou. É o relatório necessário.O feito comporta julgamento antecipado da lide, não havendo a necessidade de produção de outras provas. Efetivamente, conquanto a questão de MÉRITO envolva discussão fática e de direito, na parte relativa aos fatos, os documentos constantes dos autos, aliados à perícia realizada, são suficientes para a correta compreensão e apreciação do caso.No MÉRITO, pleiteia o autor o recebimento do seguro obrigatório DPVAT por invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, no valor da diferença do seguro. Aduz que houve perda funcional do membro inferior esquerdo, de grave repercussão, fazendo jus à indenização no valor de R$ 10.125,00 (R$13.500,00 x 75%). Como recebeu administrativamente a quantia de R$2.362,50, requer o recebimento da quantia de R$7.762,50 mais acréscimos. A MP n. 451/2008, convertida na Lei 11.945/2009, passou a prever de forma expressa que as indenizações decorrentes do seguro obrigatório por acidentes de trânsito, deverão ser pagas de acordo com a proporcionalidade das lesões sofridas pelo beneficiário, e conforme tabela que estabelece percentuais indenizatórios aos danos corporais os dividindo em totais e parciais. Assim, a partir da edição da medida provisória mencionada, o pagamento do seguro obrigatório deve ser pago de acordo com a desproporcionalidade da lesão sofrida, bem como o tipo e a gravidade da perda ou redução de funcionalidade.A questão inclusive encontra-se sumulada pelo STJ:Súmula 474: A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.A perícia médica realizada judicialmente concluiu que em razão do acidente o autor apresenta sequela de fratura em perna esquerda, com consolidação viciosa próxima ao joelho esquerdo, em varo, leve (quesito 2). O perito asseverou que a lesão acarretou perda leve da função do joelho esquerdo, devido fratura viciosamente consolidada (quesito 6). A perícia apontou ainda que a perda é parcial, com repercussão leve (25%).Embora o perito tenha assinalado o campo de perda parcial completa, ressaltou por várias vezes que a perda teve repercussão leve, o que indica que na verdade houve comprometimento parcial incompleto, e não completo. Tratando-se de invalidez permanente

parcial incompleta de leve repercussão, deve-se aplicar a redução proporcional corresponde a 25% da indenização, conforme prevê o art. 3º, §1º, II da Lei 6.194/1974.Aplicando-se a tabala anexa à Lei 6.1974/74, verifica-se que o requerente faz jus ao recebimento correspondente a R$ 13.500,00x 25% (perda da mobilidade de um joelho ) = R$3.375,00 x 25% ( o laudo indicou repercussão leve) = R$ 843,75.Considerando que houve o pagamento administrativo de R$ 2.362,50, acima do valor indicado, o autor não tem direito a qualquer complementação da indenização. Provavelmente, na época da perícia administrativa, em razão da recenticidade da lesão, que ainda não estava consolidada, foi constatada repercussão intensa da perda funcional, o que justifica o pagamento em valor superior ao constatado pela perícia judicial. Ante o exposto, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, julgo improcedente o pedido formulado por AILTON WOLFGRAMM em face de Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A.Condeno o autor no pagamento das custas processuais, e em honorários advocatícios que fixo em R$800,00 em favor da advogada da requerida, tornando, contudo, suspensa a exigibilidade das verbas de sucumbência, nos termos do art. 98, §3º do CPC, em razão de ser o requerente beneficiário da gratuidade processual.Verifico que os honorários periciais já foram pagos.Após o trânsito, não havendo pendências, arquive-se.Publicação e registro automáticos. Intimem-se. Cumpra-se. Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 17 de abril de 2017.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003696-80.2013.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Vagner Lenke Sampaio
Advogado:Silvio Pinto Caldeira Junior (OAB/RO 3933)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Lucas Vendrusculo (RO 2666), Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/AC 3592), Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800)
SENTENÇA:
Vistos.VAGNER LENKE SAMPAIO ajuizou a presente ação em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, visando obter o recebimento da quantia de R$ 11.812,50 a título de complemento de indenização do seguro obrigatório DPVAT, em decorrência de acidente ocorrido em abril de 2011. Aduz a requerente que o acidente lhe ocasionou debilidade permanente para as ocupações habituais, fazendo jus à indenização no grau máximo (R$ 13.500,00). Informou que realizou pedido administrativo para pagamento do seguro, mas a seguradora lhe pagou apenas a quantia de R$ 1.687,50, valor que entende ser inferior ao devido.Com a inicial vieram os documentos de fls. 16/25.Devidamente citada a parte requerida apresentou contestação às folhas 28/37. No MÉRITO, negou o dever de indenizar a parte requerente, pois o que lhe era devido já foi pago em procedimento administrativo. Debateu ainda sobre a invalidade do laudo particular e a necessidade de perícia complementar a ser realizada pelo IML. Sucessivamente, em caso de condenação, requer que a indenização seja aplicada na proporção da Tabela instituída pela MP 451/2008. Juntou documentos (fls. 39/57). Réplica às fls. 75/77.A parte requerida se manifestou sobre a produção de provas às fls. 59/61. A requerente não se manifestou sobre a produção de outras provas. DECISÃO saneadora às fls. 67/69, na qual foi afastada a necessidade de realização de perícia pelo IML e determinada a realização de perícia médica com experto nomeado pelo juízo.O laudo veio aos autos às fls.95/96. O requerente se manifestou sobre a perícia às fls. 97/98 e a requerida Às fls. 99/100. É o relatório necessário.O feito comporta julgamento antecipado da lide, não havendo a necessidade de produção de outras provas. Efetivamente, conquanto a questão de MÉRITO envolva discussão fática e de direito, na parte relativa aos fatos, os documentos constantes dos autos, aliados à perícia realizada, são suficientes para a correta compreensão e apreciação do caso. No MÉRITO, pleiteia o autor o recebimento do seguro obrigatório DPVAT por invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, no valor da diferença do seguro. Entende fazer jus ao recebimento da total da indenização (R$ 13.500,00). Como recebeu administrativamente a quantia de R$ 1.687,50, requer o recebimento da quantia de R$ 11.812,50, mais acréscimos. A MP n. 451/2008, convertida na Lei 11.945/2009, passou a prever de forma expressa que as indenizações decorrentes do seguro obrigatório por acidentes de trânsito, deverão ser pagas de acordo com a proporcionalidade das lesões sofridas pelo beneficiário, e conforme tabela que estabelece percentuais indenizatórios aos danos corporais os dividindo em totais e parciais. Assim, a partir da edição da medida provisória mencionada, o pagamento do seguro obrigatório deve ser pago de acordo com a desproporcionalidade da lesão sofrida, bem como o tipo e a gravidade da perda ou redução de funcionalidade.A questão inclusive encontra-se sumulada pelo STJ:Súmula 474: A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.A perícia médica realizada judicialmente concluiu que em razão do acidente o autor apresentou lesão do ombro direito (luxação inveterada G5 da articulação acrômio clavicular do ombro direito). Asseverou que a lesão acarretou a perda funcional do OMBRO DIREITO de forma PARCIAL INCOMPLETA, sendo a repercussão de média intensidade (50%). Tratando-se de invalidez permanente parcial incompleta de baixa repercussão, deve-se aplicar a redução proporcional corresponde à 50% da indenização, conforme prevê o art. 3º, §1º, II da Lei 6.194/1974.Aplicando-se a tabala anexa à Lei 6.1974/74, verifica-se que o requerente faz jus ao recebimento correspondente a R$ 13.500,00 x 25% ( perda da mobilidade de um dos ombros) = R$3.375,00 x 50% ( o laudo indicou média repercussão) = R$ 1.687,50.Considerando que houve o pagamento administrativo de exatos R$1.687,50, o autor não tem direito a qualquer complementação da indenização. Ante o exposto, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, julgo improcedente o pedido formulado por VAGNER LENKE SAMPAIO em face de Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A.Condeno o autor no pagamento das custas processuais, e em honorários advocatícios que fixo em R$800,00 em favor do advogado da requerida, tornando, contudo, suspensa a exigibilidade das verbas de sucumbência, nos termos do art. 98, §3º do CPC, em razão de ser o requerente beneficiário da gratuidade processual.Determino ao cartório que adote as medidas necessárias ao pagamento dos honorários periciais ao perito, observando o depósito de fl. 74 e a conta informada à fl. 70.Diante da improcedência da demanda, não há créditos em favor do advogado do autor, restando prejudicada a penhora anotada no rosto dos autos. Após o trânsito, não havendo pendências, arquive-se.Publicação e registro automáticos. Intimem-se. Cumpram-se. Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 17 de abril de 2017.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002958-92.2013.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Huwerson Renan Nascimento Silva
Advogado:Flávia Aparecida Flores (RO 3111)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)
SENTENÇA:
Vistos.HUWERSON RENAN NASCIMENTO SILVA ajuizou a presente ação em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, visando obter o recebimento da quantia de R$7.425,00, a título de complemento de indenização do seguro obrigatório DPVAT, em razão de invalidez permanente, decorrente de acidente de trânsito ocorrido em outubro de 2012. Aduz o requerente que o acidente lhe ocasionou incapacidade físico funcional de 80%, dos membros superiores esquerdo e direito. Informou que realizou pedido administrativo para pagamento do seguro, mas a seguradora lhe pagou apenas a quantia de R$3.375,00, valor que entende ser inferior ao devido. Com a inicial vieram os documentos de fls. 08/30.Devidamente citada a parte requerida apresentou contestação às folhas

39/44. Em sede preliminar alegou a ilegibilidade de documentos essenciais. No MÉRITO, negou o dever de indenizar a parte requerente, pois o que lhe era devido já foi pago em procedimento administrativo. Sucessivamente, em caso de condenação, requereu que a indenização seja aplicada na proporção da Tabela instituída pela MP 451/2008.Réplica às fls. 55/58.DECISÃO saneadora às fls.61/63, afastando a preliminar arguida e determinando a realização de perícia médica. O laudo veio aos autos à fl.75, tendo o autor se manifestado à fl. 76, impugnando o laudo e requerendo a realização de nova perícia. O requerido se manifestou às fls. 77/78.É o relatório necessário.O feito comporta julgamento antecipado da lide, não havendo a necessidade de produção de outras provas. Efetivamente, conquanto a questão de MÉRITO envolva discussão fática e de direito, na parte relativa aos fatos, os documentos constantes dos autos, aliados à perícia realizada, são suficientes para a correta compreensão e apreciação do caso.No MÉRITO, pleiteia o autor o recebimento do seguro obrigatório DPVAT por invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, no valor da diferença do seguro. Aduz que houve incapacidade físico funcional de 80% de ambos os membros superiores, fazendo jus à indenização no valor de R$10.800,00( R$13.500,00 x 80% x 100%). Como recebeu administrativamente a quantia de R$3.375,00, requer o recebimento da quantia de R$7.425,00, mais acréscimos.A perícia médica realizada judicialmente concluiu que o autor não apresenta nenhuma limitação juncional ou perda anatômica de qualquer membro (fl.75).A impugnação ao laudo pericial arguida pela parte autora não merece acolhida. Para que se determine a repetição de perícia é necessário que se tenha como imprestável aquela já realizada, sendo que a mera discordância da parte quanto à CONCLUSÃO do perito não é suficiente para caracterizar nulidade do laudo pericial. A contradição com o laudo cinesiológico-funcional (fls. 14/17) apresentado com a inicial não constitui argumento suficiente para invalidar a perícia médica, sobretudo porque o primeiro laudo foi realizado pouco tempo após o acidente, sendo provável que as sequelas ainda não estivessem consolidadas. Conclui-se, assim, que a lesão sofrida pelo autor em decorrência do acidente de trânsito resultou em limitação temporária. No entanto, como a Lei nº 6.194/74 prevê a indenização somente para os casos de acidente automobilístico do qual decorram lesões que gerem invalidez permanente, insuscetível de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, entendo que o autor não faz jus à complementação pleiteada. Ante o exposto, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, julgo improcedente o pedido formulado por HUWERSON RENAN NASCIMENTO SILVA em face de Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A.Condeno o autor no pagamento das custas processuais, e em honorários advocatícios que fixo em R$800,00 em favor do advogado do requerido, tornando, contudo, suspensa a exigibilidade das verbas de sucumbência, nos termos do art. 98, §3º do CPC, em razão de ser o requerente beneficiário da gratuidade processual.Determino ao cartório que adote as medidas necessárias ao pagamento dos honorários periciais ao perito, observando o depósito de fl. 72 e a conta informada à fl. 65. Verifico que o valor depositado (R$700,00) é superior ao valor dos honorários exigidos (R$ 600,00), devendo ser pago ao perito somente o valor por este cobrado, e o remanescente ser devolvido ao requerido, que deverá informar uma conta bancária para que seja promovida a devolução. Nada pendente, arquive-se.Publicação e registro automáticos. Intimem-se. Cumpram-se. Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 17 de abril de 2017.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0029525-10.2006.8.22.0008
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado:Sérgio Henrique Silveira
Advogado:Valter Henrique Gundlach (OAB/RO 1374)
DECISÃO:
O sentenciado foi condenado pelo crime tipificado no artigo 172 caput do CP, à pena de dois anos detenção, substituída por restritiva de direito na modalidade de prestação pecuniária e na pena de multa de dez dias multa unitariamente cotados em R$30,00, totalizando R$300,00(trezentos reais).Expedida guia de execução o processo foi remetido para cidade Aripuanã no Mato Grosso, local onde o sentenciado residia, ocorre veio aos autos notícias de que os autos de execução de pena foi extinto pela prescrição da pretensão executória estatal, assim a defesa pugna pela aplicação da prescrição em relação a pena de multa e as custas processuais. O Ministério Público manifestou-se pelo reconhecimento da prescrição (fls. 310/311). De fato, colhe-se dos autos que ocorreu a prescrição da pretensão executória em relação a pena privativa de liberdade substituída por restritiva de direito, tendo sido extinta a execução de pena na Comarca de Aripuanã/MT, conforme fls. 317 e como apontado pelo MP às fls. 310/311. Restando, assim, prescrita não apenas a pena principal como também a pena de multa, como estabelece o artigo 118 do CP.Quanto as custas, também imposta ao sentenciado, quando a SENTENÇA penal condenatória transita em julgado, o prazo prescricional passa a ser calculado pela pena em concreto. Entretanto, apenas a pretensão executória do Estado é que prescreve. A pena não será cumprida, mas todos os seus demais efeitos serão mantidos. Desta forma, intime-se o sentenciado para realizar o pagamento das custas processuais no prazo de 10 dias, sob pena, em caso de descumprimento de inscrição em dívida ativa.Intimem-se. Ciência ao MP.Decorrido o prazo acima não havendo o pagamento das custas inscreva-se em dívida ativa e após, arquive-se. Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 17 de abril de 2017.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000630-24.2015.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:V. O. dos S.
Advogado:Marcus Aurelio Carvalho de Sousa (RO 2940)
Requerido:C. R. P. de A.
Advogado:Cleodimar Balbinot (OAB/RO 3663), Kely Cristine Benevides (RO 3.843)
DESPACHO:
DECISÃO SERVINDO COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO/CARTA: Trata-se de ação de reconhecimento e dissolução da sociedade de fato cumulada com partilha de bens envolvendo as partes acima indicadas. Não há preliminares a serem analisadas. No mais fixo como pontos controvertidos o tempo de duração da convivência entre as partes; quais bens devem ser partilhados e o seu valor total; o valor da dívida dos conviventes e eventuais ameaças. Tendo em vista a necessidade de dilação probatória, defiro o pedido de prova testemunhal formulado pelas partes Assim, desde logo designo audiência de instrução e julgamento para o dia 05 de Julho de 2017, às 11h, a realizar-se na Sala de Audiências da 2ª Vara Cível da Comarca de Espigão do Oeste-RO. Intimem-se as partes, através de seus advogados.Cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo (art. 455, do CPC). Considerando que foram arrolada testemunha residente em outra comarca (fls. 415, verso), e caso não haja compromisso de que a respectiva pessoa comparecerá na audiência aqui designada, considerando que as partes e testemunhas tem o direito de serem ouvidas em seu domicílio, expeça-se carta precatória para inquirição, com prazo de 30 (trinta dias) dias para cumprimento do ato (na sequência intimando-se as partes quanto à expedição da carta precatória e para que a parte que arrolou a testemunha comprove em cinco dias a respectiva distribuição junto ao juízo deprecado). Os pedidos de fls. 415, serão analisados na audiência de instrução e julgamento.Intime-se o autor. Ciência ao MP. Expeça-se o necessário.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017. Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0005104-09.2013.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:E. G.
Advogado:Aécio de Castro Barbosa (RO 4510), Gilvani Vaz Raizer Bordinhão (OAB/RO 5339)

Requerido:F. P.
SENTENÇA:
SENTENÇA Trata-se de pedido de reconhecimento e dissolução de união estável c/c divisão de bens, proposta por ELIETE GALAN em face de FELIPE PEDROSO. Na inicial, a requerente alegou que conviveu em união estável com o requerido por cerca de 10 anos, e neste período amealharam patrimônio e adquiriram dívidas. Os bens arrolados na inicial foram:1) uma propriedade rural localizada na linha 116, com área da fração de 34,5466 há;2) uma propriedade rural localizada na linha 116, com área da fração de 24,200 há;3) uma moto Honda Biz 125-E4) bem móveis que guarneciam a residência do casal As dívidas indicadas totalizavam a quantia aproximada de R$ 58.000,00.Em audiência de conciliação as partes chegaram a um acordo com relação ao reconhecimento e a dissolução da união estável, bem como quanto a partilha das dívidas do casal. Contudo, não houve acordo com relação à partilha de bens adquiridos durante a união. O acordo parcial foi homologado (fls. 23).O requerido ofertou contestação, por meio da Defensoria Pública, na qual arguiu que o bem descrito no item 2 da inicial pertence a seu irmão Pedro Pedrozo, não podendo ser incluído na partilha. Disse que a motocicleta foi vendida ainda durante a vigência da união estável, e que os móveis na residência que ficaram com a requerente foram adquiridos pelo valor aproximado de R$ 25.000,00 (fls. 27/32). A contestação veio acompanhada dos documentos de fls. 34/39. Réplica às fls. 40/45.Designada audiência de instrução (fls. 55/56). Na audiência, as partes formularam novo acordo, ampliando os termos da composição inicial. Além das dívidas que já haviam sido divididas, as partes resolveram dividir o imóvel descrito no item 1, na proporção de 50% para cada, colocando-se os direitos sobre o imóvel à venda, tendo como preferência uma parte comprar a da outra. Acordaram ainda que a motocicleta descrita no item 03 ficará com o requerido, e os móveis descritos nos itens 04 à 28 ficarão com à requerente. O acordo foi homologado, restando pendente o litígio tão somente em relação ao imóvel descrito no item 2 da petição inicial (fls. 62/63).Foram ouvidas duas testemunhas. A parte autora desistiu da oitiva da testemunha Marlene Galan e o requerido das testemunhas Paulo Ferreira e Pedro Pedrozo. A parte autora insistiu na oitiva da testemunha Abel Cordeiro, contudo, a inquirição restou preclusa pois a testemunha não compareceu à audiência, e as partes, apesar de intimadas, não estavam presentes no ato (fls. 112).Encerrada a instrução, as partes foram intimadas para apresentarem alegações finais, tendo somente o requerido ofertado memoriais (fls. 116/118).Pelo juízo foi transformado o julgamento em diligência para solicitação de documentos ao INCRA (fl. 119).O INCRA apresentou os documentos de fls. 121/122, que já constavam no processo.É o relatório.De início, anoto ser desnecessária a intimação das partes para manifestarem-se sobre os documentos apresentados pelo INCRA, já que além de tratarem-se de documentos já constantes nos autos, referem-se ao imóvel que já foi objeto de acordo, não remanescendo litígio sobre o mesmo. A presente DECISÃO limitar-se-á ao exame do pedido de partilha em relação à propriedade rural localizada na linha 116, com área da fração de 24,200 ha (item 2 da petição inicial), considerando que os demais pedidos já foram objeto de acordo entre as partes.A autora incluiu o bem em litígio no montante a ser partilhado, sustentando que os direitos sobre a área foram amealhados pelo casal durante a constância da união estável. O requerido, por outro lado, alega que os direitos sobre tal imóvel pertencem ao seu irmão, Sr. Pedro Pedrozo. Não foi juntado ao processo qualquer documento que vincule a propriedade ou a posse da área rural litigiosa à autora ou ao requerido. Pelo que consta, o único imóvel cujo uso foi concedido pelo INCRA às partes refere-se à área de 34,5466ha, descrito no item 1 da inicial, que já foi partilhado.Nenhuma das testemunhas ouvidas trouxe informações que corroborassem as alegações da parte autora. Com efeito, a testemunha Gelson Linhares afirmou que possuía um “grilho” no setor Caladinho, cujos direitos de posse transferiu a Pedro. Não soube, contudo, especificar qual a dimensão é a localização exata desta área, pois na época ainda não havia demarcação. Já a testemunha Josenilton Santana Santos afirmou que Eliete e Felipe tinham a posse de uma área, mas também não soube dar mais detalhes, sendo possível que a área relatada seja a já partilhada (mídia de fl. 64). Como se sabe, o autor deve provar os fatos constitutivos do seu direito. Na situação, a requerente não trouxe aos autos prova suficiente de que a posse ou o domínio do bem litigioso pertenciam ao casal ou a um dos dois. Assim, entendo que a autora não se desincumbiu de comprovar, ainda que minimamente, a existência de direito sobre o bem imóvel discutido. Somente a prova dos direitos sobre o bem almejado torna viável a sua inclusão no rol de bens a partilhar. Como não foi apresentado qualquer documento que relacione o imóvel aos ex-conviventes, e também não houve qualquer afirmação por testemunhas de que estes exerciam a posse sobre o imóvel, é de rigor a improcedência da demanda em relação à partilha de tal bem. ISTO POSTO, e tudo o mais que nos autos contam, JULGO IMPROCEDENTE o pedido de partilha do bem descrito no item 2 da petição inicial, resolvendo o feito, com análise de MÉRITO, nos termos do art. 487, I do CPC. Como houve acordo em relação à quase integralidade dos pedidos, e além disso, em razão da requerente ser beneficiária da justiça gratuita, deixo de condená-la ao pagamento das custas do processo. Diante da sucumbência em relação ao pedido controvertido, condeno a autora no pagamento de honorários advocatícios que fixo em R$300,00 em favor da Defensoria Pública, que assistiu o requerido, tornando, contudo, suspensa a exigibilidade da verba de sucumbência, nos termos do art. 98, §3º do CPC, em razão de ser a requerente beneficiária da gratuidade processual.Publicação e registro automáticos.Intimem-se as partes via Dje.Após o trânsito em julgado, arquive-se. Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000704-15.2014.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Silvandro Amorim
Advogado:Sônia Castilho Rocha (OAB/RO 2617)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Fica a parte autora, por meio de seu advogado, intimada para comparecer à Perícia Médica com o Dr. Antônio Mauro de Rossi(ortopedista), marcada para o dia 26/04/2017, às 09:00 horas, na Center Clínica/Day Hospital, localizado na Rua Mato Grosso, 1642, Casa Preta, Ji-Paraná - RO.

Proc.: 0002328-65.2015.8.22.0008
Ação:Exceção de Incompetência
Excipiente:Espólio de Paulo da Silva Nogueira
Advogado:Ana Rita Côgo (RO 660), Inês da Consolação Côgo (RO 3412)
Excepto:Edgard Humberto Marquez Guido
DESPACHO:
Nada mais pendente ARQUIVE-SE.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002329-50.2015.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Edgard Humberto Marquez Guido
Advogado:Rosana Blasi de Sousa Ribeiro (DF 13842)
Requerido:Paulo da Silva Nogueira
Advogado:Ana Rita Côgo (RO 660), Inês da Consolação Côgo (RO 3412)
DECISÃO:
Trata-se de pedido de justiça gratuita requerido após a prolatação da SENTENÇA.Alega o autor condenado ao pagamento dos honorários e custas processuais que é estudante e não tem renda para arcar com tais valores.É o relato.Conforme artigo 99, §1º do NCPC, o pedido de gratuidade pode ser formulado por petição simples, nos próprios autos, quando superveniente à primeira manifestação da parte. Em seu § 4º, dispõe que “a assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão da gratuidade da justiça”.Diante da alegação do autor de fls. 244 e levando em consideração que houve também condenação em honorários

advocatícios, a qual a mantenho, e que deverá ser cobrada no PJE conforme DECISÃO de fls. 240, defiro o pedido de gratuidade, com a ressalva do artigo 98, §3º do CPC.Expeça-se o necessário.Não havendo pendências, arquivem-se os autos.I.C.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003033-63.2015.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Reginaldo Antenor de Oliveira
Advogado:Genecí Lemos (RO 6876), Flávio Luis dos Santos (OAB/RO 2238), Lílian Mariane Lira (OAB/RO 3579)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/MS 6611)
Ficam as partes, por meio e seus advogados, intimadas da realização da Perícia Médica com o Dr. Alexandre Rezende(ortopedista), no dia 24/05/2017, às 16:00 horas, no Hospital São Paulo, localizado na Av. São Paulo, 2539, em Cacoal - RO.

Proc.: 0003976-51.2013.8.22.0008
Ação:Interdição
Interditante:Lidia Schulz
Advogado:Jackeline Coelho da Rocha (RO 1521)
Interditado:Nerli Schulz
Fica a parte interditanda, por meio de seu advogado, intimada da designação da Perícia Médica com o Dr. Eduardo Magalhães(neurologista), no dia 25/05/2017, às 07:30 horas, na Policlínica Osvaldo Cruz, em Porto Velho.

## COMARCA DE GUAJARÁ-MIRIM

## 1ª VARA CRIMINAL

Proc.: 1000529-75.2017.8.22.0015
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Denunciado:Sandro Paulo Barbosa Rodrigues
48 horas:
Edital de Citação
Prazo 15 dias
Processo: 1000529-75.2017.8.22.0015
Classe: Ação Penal- Procedimento Sumário
Autor: Ministério Público do Estado de Rondôia
RÉU: SANDRO PAULO BARBOSA RODRIGUES, brasileiro, portador do RG: 652639 SSP-RO, filho de José Cândido Rodigues e Tereza Barbosa Rodrigues, nascido em 14/03/1979, natural de Pilar do Sul/SP, residente na Av Bolívia, n° 3421, bairro Liberdade, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: Citar o réu acima qualificado para que se defenda da acusação de violação ao artigo 147, do Código Penal, cuja denúncia resumida é a seguinte: “No dia 27 de Julho de 2015, por volta das 13h40min, Av Princesa Isabel com Campo Sales, Sandro Paulo Barbosa Rodrigues ameaçou a vítima Walter Barbosa de lhe causar mal injusto e grave, destacando que no dia dos fatos réu e vítima tiveram uma discuss~]ao em virtude e um terreno, momento em que o enunciado ameaçou a vítima, dizendo-lhe que iria construir no terreno e caso alguém interferisse, acabaria com a empresa de Walter. Ante o exposto, o Ministério Público do Estado de Rondônia denuncia Sandro Paulo Barbosa Rodrigues como incurso nas sansões do Art 147 do Código Penal”, fica citado para responder a acusação, por escrito, no prazo de dez (10) dias, acerca dos fatos constantes na denúncia, a fim de argüir preliminares e alegar tudo que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações e especificar as provas pretendidas. Eventuais execeções, deverão ser apresentadas em separado. Não tendo condições de constituir defensor, o acusado poderá procurar a Defensoria Pública da comarca, para indicar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. P.R.I. Guajará-Mirim/RO, 17 de Abril de 2017. (Ass.) Dr. Leonardo Meira Couto - Juiz de Direito.
Karina Miguel Sobral
Juíza de Direito
Francisca Mejia de Oliveira
Escrivã Judicial Titular

## 2ª VARA CRIMINAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo 08 dias
Processo: 0000645-35.2016.8.22.0015
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Réu: Danilo Maia Duarte e Outros
Advogado: GIGLIANE PORTUGAL DE CASTRO, OAB/RO 3133, com endereço profissional na aV. 15 de Novembro, nº 2034, Bairro 10 de Abril, Guajará-Mirim/RO.
FINALIDADE: Intimar a advogada acima para fins de apresentação das razões de recurso do apelante Danilo Maia Duarte, no prazo legal.
Guajará -Mirim-RO, 19 de Abril de 2016.
Neusa de Cássia Souza Ribeiro da Cruz
Diretora de Cartório
Neusa de Cássia Souza Ribeiro
Escrivã Judicial Titular

## 1ª VARA CÍVEL

Proc.: 0000109-58.2015.8.22.0015
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública Estadual
Advogado:Pedro Henrique M. Simões (RO 5491)
Executado:C.r.s. Duarte Me, Camilo Rondon Sena Duarte
Edital - Publicar:
EDITAL DE CITAÇÃO
(Execução Fiscal)
Prazo: 30 DIAS
CITAÇÃO DO DEVEDOR DA EXECUTADO(A): C.R.S.Duarte ME, CPF/CNPJ- 13097434000101, por seu corresponsável, Camilo Rondon Sena, CPF: 663.133.252-49, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: Citação para PAGAR, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da dilação do prazo do Edital, a dívida a seguir identificada, com juros, correção e encargos legais, ou no mesmo prazo nomear bens à penhora, suficientes para GARANTIR a Execução proposta pelo exequente, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastarem para cumprimento integral da obrigação. Fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) igualmente intimado(s) para, querendo, oferecer(em) embargos no prazo de 30 (trinta) dias (art. 16, da Lei 6.830/80).
Processo: 0000109-58.2015.822.0015
Classe: Execução Fiscal
Procedimento: Dívida Ativa
Exequente: Fazenda Pública Estadual
Executado: C.R.S. Duarte Me e outros
Valor da Dívida: R$ 58.329,89 (cinquente e oito mil, trezentos e vinte e nove reais e oitenta e nove centavos)

Natureza da Dívida: Dívida Ativa
DESPACHO: O exequente requer a citação da parte executada via edital.Primeiramente é mister ressaltar que segundo entendimento jurisprudencial, a citação por edital somente é cabível quando inexitosa as outras modalidades de citação. Nesse sentido: REsp 927999/PE, 2ª Turma, Min. Eliana Calmon, DJe de 25/11/2008; AgRg no REsp 781933/MG, 2ª Turma, Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 10/11/2008; REsp 930.059/PE, 1ª Turma, Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 02.08.2007; AgRg no REsp 1054410/SP, 1ª Turma, Min. Francisco Falcão, DJe de 01/09/2008.Do mesmo modo, o Superior Tribunal de Justiça no Resp. 1.103.050 BA, decidiu que, para o deferimento da citação editalícia, além de inexitosa as outras modalidades de citação, a parte deve exaurir as providências tendentes a localizar o endereço do executado, a fim de permitir a citação pessoal por MANDADO. Considerando que a parte exequente demonstrou que as diligências realizadas para localizar o endereço da executada restaram infrutíferas, defiro o pedido de citação por edital. Cite-se a parte executada por edital. Caso esta não constitua defensor, desde já momeio como curador especial o Defensor Público atuante nesta vara, a quem devem ser abertas vistas.Apresentados embargos, intime-se o exequente para se manifestar e, depois, venham os autos conclusos.Cumpra-se.Guajará-Mirim-RO, segunda-feira, 3 de abril de 2017.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito.
Guajará-Mirim, 06 de Abril de 2017.
Rita de Cássia de Brito Morais
Escrivã Judicial

Proc.: 0006310-08.2011.8.22.0015
Ação:Exibição de Documento ou Coisa (Cível)
Requerente:Valdeci Gomes Evaristo
Advogado:Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741), Nelson Vieira da Rocha Junior (OAB/RO 3765), Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871)
Requerido:Banco do Brasil S.a
Advogado:Reynaldo Augusto Ribeiro Amaral (OAB/RO 4507), Diogo Morais da Silva ( 3830), Karina de Almeida Batistuci (RO 4571), Daniel Penha de Oliveira (RO. 3.434), Sérvio Túlio de Barcelos (RO 6673), Rafael Sganzerla Durand (OAB/SP 211.648), Erica Cristina Claudino de Assunção ( 6207)
Desarquivamento - Intimação:
Fica a parte Requerido, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre o desarquivamento dos autos, sob pena do processo retornar ao arquivo geral.

Proc.: 0003809-81.2011.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ivanilson Luiz dos Santos
Advogado:Francisco Sávio Araújo de Figueiredo (OAB/RO 1534), Miqueias José Teles Figueiredo (OAB/RO 4962)
Requerido:Consórcio Nacional Volkswagem Ltda
Advogado:Celso Marcon (RO 3700)
Retorno do TJ:
Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça.

Proc.: 0000949-05.2014.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ismael Brito Alves
Advogado:Hadyson Sá Flóro ( 17518), Lawrence Oliveira Barreto ( 17370)
Requerido:Porto Seguro Cia de Seguros Gerais
Advogado:Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/MS 6.611), Matheus Evaristo Santana (RO. 3230), Estela Maris Anselmo Savoldi ( 1755), Levi Gustavo Alves de Freitas (RO 4634), Rubia Andréa Brambila ( 43677), Samuel Ribeiro Mazurechen ( 4461), Diógenes Nunes de Almeida Neto (RO 3831), Lilian Mariane Lira ( 3.579)
Retorno do TJ:
Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça.

Proc.: 0004786-10.2010.8.22.0015
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S/A
Advogado:Michel Fernandes Barros (RO 1790), Aline Fernandes Barros (RO 2708)
Executado:Ruzivel Oliveira Gualasua, Pedro de Souza Araújo, Associação Produtores Rurais do Bom Sossego
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Exequente, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl: “Certifico que ante o certificado pelo Sr. Oficial de Justiça, passo a intimar a Exequente para manifestação, requerendo o que de direito. O referido é verdade. Dou fé. Guajará-Mirim, 12 de Abril de 2017. Rita de Cássia de Brito Morais, Escrivã Judicial”.

Proc.: 0003095-82.2015.8.22.0015
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S.a.
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (RO 4937)
Executado:G. Rejanea do Nascimento Me
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Exequente, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl 61: “Certifico que até a presente data, não veio aos autos comprovação da distribuição da carta precatória de fls. 60. Em, prosseguimento, passo a intimar a Autora para manifestção. O referido é verdade. Dou fé. Guajará-Mirim, 5 de Abril de 2017. Rita de Cássia de Brito Morais, Escrivã Judicial”.

Proc.: 0003019-92.2014.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Áurea Freitas
Advogado:Hélio Fernandes Moreno (OAB/RO 227B)
Requerido:Banco Itaucard S.a.
Advogado:Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4407), Jose Almir da Rocha Mendes Junior (OAB/RN 392-A), Gigliane Portugal de Castro (OAB/RO 3133)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 381,78 (trezentos e oitenta e um centavos e setenta e oito centavos), sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0002921-73.2015.8.22.0015
Ação:Monitória
Requerente:Banco Cruzeiro do Sul S/a
Advogado:Carla da Prato Campos (OAB/SP 156.844), Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB/SP 327.026), Erica Cristina Claudino de Assunção ( 6207)
Requerido:Mariones Lopes Portocarrero
Advogado:Francisco Sávio Araújo de Figueiredo (OAB/RO 1534), Miqueias José Teles Figueiredo (OAB/RO 4962)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Requerente, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl 177: “Certifico que os Embargos foram interpostos tempestivamente. Em, prosseguimento, passo a intimar o Requerente, nos termos do r. DESPACHO de fls. 176. O referido é verdade. Dou fé. Guajará-Mirim, 11 de Abril de 2017. Rita de Cássia de Brito Morais, Escrivã Judicial”.

Proc.: 0004860-25.2014.8.22.0015
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Garotinho Comércio de Combustível Ltda. Me
Advogado:Eric Julio dos Santos Tiné (RO 2507)
Executado:Toco Indústria e Comércio Imp. e Exp. de Madeiras e Laminados Ltda
Advogado:Anderson Lopes Muniz (RO 3102), Welser Rony Alencar Almeida (OAB/RO 1506), Giordano Bruno da Rocha Spedo ( 978-E)

Certidão da Escrivania:
Fica a parte Requerente, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl 91: "Certifico que ante o certificado pelo Sr. Oficial de Justiça às fls. 90v, passo a intimar a Autora para manifestação, requerendo o que de direito. O referido é verdade. Dou fé. Guajará-Mirim, 11 de Abril de 2017. Rita de Cássia de Brito Morais, Escrivã Judicial".

Proc.: 0001076-11.2012.8.22.0015
Ação:Inventário
Inventariante:E. M. de A. R.
Advogado:Antônio Bento do Nascimento ( 5544), Ademir Dias dos Santos (RO 3774), Maiara Costa da Silva (RO 6.582)
Inventariado:V. dos S. S.
Interessado (Parte P:M. de S. S. E. de S. S. E. de S. S. V. de S. S.
Advogado:Reginaldo Ferreira Lima (OAB/RO 2118)
Custas Judiciais Autor:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 5.602,81(cinco mil e seiscentos e dois reais e oitenta e um centavos), sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0004003-47.2012.8.22.0015
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Araújo e Nascimento Ltda
Advogado:Ademir Dias dos Santos (RO 3774)
Requerido:Claudio R. Maia Gomes
Custas Judiciais partes:
Ficam as partes intimadas, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais, parte Requerente R$ 124,19 (cento e vinte e quatro reais e dezenove centavos); parte Requerido R$ 124,19 (cento e vinte e quatro reais e dezenove centavos), sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0002818-66.2015.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Centro Farma Distribuidora de Produtos Farmaceuticos Ltda
Advogado:Sinomar Francisco dos Santos (RO 4815)
Requerido:Comércio Popular de Produtos Farmacêuticos Imp. e Exp. Ltda Drogaria Popular & Conveniências
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 100,00 (cem reais), sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0005339-81.2015.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Miguel Lima da Silva
Advogado:Miqueias José Teles Figueiredo (OAB/RO 4962)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S.a Ceron
Advogado:Gabriela de Lima Torres (OAB/RO 5714)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 302,,10 (trezentos e dois reais e dez centavos), sob pena de inscrição na dívida ativa.
Rita de Cássia de Brito Morais

Escrivã Judicial

## 2ª VARA CÍVEL

Proc.: 0005252-96.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Paulo de Lima Cavalcanti
Advogado:Jhonatan Aparecido Magri ( 4.512), Wagner Alvares de Souza (RO 4514), Felisberto Faidiga (OAB/RO 5.076)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social -inss
Retorno do TJ:
Fica a parte interessada,Paulo de Lima Cavalcanti na pessoa de seus Advogados: Jhonatan Aparecido Magri ( 4.512), Wagner Alvares de Souza (RO 4514), Felisberto Faidiga (OAB/RO 5.076), a Manifestar-se sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça.

Proc.: 0000759-42.2014.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Henrique Coêlho da Silva
Advogado:Samir Mussa Bouchabki (OAB/RO 2570)
Requerido:Centrais Eletricas de Rondônia. Ceron
Advogado:Jonathas Coelho Baptista de Mello (OAB/RO 3011)
Retorno do TJ:
Ficam as partes interessadas a Manifestar-se sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias.

Proc.: 0006110-30.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Leão Materiais Para Construção Imp. e Exp. Ltda.me
Advogado:Samael Freitas Guedes ( 2596)
Requerido:W. S. da Silva Comercio
Advogado:Igor dos Santos Cavalcante (OAB/RO 3025)
Retorno do TJ:
Ficam as partes interessadas a Manifestar-se sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça, no prazo de 5(cinco) dias.

Proc.: 0003612-87.2015.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Cristiano Moreira Lima
Advogado:Sandra Mirele Barros de Souza Amaral ( 6642), Robson Clay Floriano Amaral ( 6965), Selva Síria Silva Chaves Guimarães ( 5007)
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Procurador do Estado de Rondônia ( 000000)
Custas Judiciais Autor: Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 3.062,02 (três mil e sessenta e dois reais e dois centavos), sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0006148-71.2015.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Tereza Mendes Hurtado
Advogado:Gigliane Portugal de Castro (OAB/RO 3133)
Requerido:Francisco das Chagas Paiva dos Santos, José Ribamar Paiva dos Santos, Maria de Fátima Paiva dos Santos, Maria Egladir Paiva dos Santos, Beatriz Mendes Paiva, Rejane Paiva
Advogado:Joaquim Soares Evangelista Junior ( 6426)
Prosseguimento - Decorrida Susp
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito, com a providência de acordo com o caso, face o decurso do prazo de suspensão deferido no r. DESPACHO de fl.69

Proc.: 0005148-41.2012.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sônia Rodrigues Bacelar Córdova
Advogado:Gigliane Portugal de Castro (OAB/RO 3133)
Requerido:Universidade Luterana do Brasil - Ulbra
Advogado:José Cristiano Pinheiro (OAB/RO 1529)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 1.447,93 (mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e noventa e três centavos), sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0000587-03.2014.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Márcio Pimentel Guimarães
Advogado:Defensor Público (- -)

Requerido:Centrais Eletricas de Rondônia. Ceron
Advogado:Gabriela de Lima Torres (OAB/RO 5714)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 27,46 (vinte e sete reais e quarenta e seis centavos), sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0002557-72.2013.8.22.0015
Ação:Ação Civil de Improbidade Administrativa
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Requerido:Arnaldo Alves Saldanha
Advogado:Francisco Sávio Araújo de Figueiredo (OAB/RO 1534), Miquéias José Teles Figueiredo (OAB/RO 4.962)
DESPACHO:
DESPACHO Intime-se o advogado do requerido para que, querendo, apresente a certidão de óbito e se manifeste acerca do parecer do Ministério Público, em 5 dias. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, voltem os autos conclusos para SENTENÇA. Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

Proc.: 0003249-42.2011.8.22.0015
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S.a
Advogado:Michel Fernandes Barros (RO 1790), Aline Fernandes Barros (RO 2708)
Executado:Evanildo Paulo Olinda Pereira
Prosseguimento - Decorrida Suspl
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito, com a providência de acordo com o caso, face o decurso do prazo de suspensão deferido no r. DESPACHO de fl.75.

Proc.: 0070179-47.2008.8.22.0015
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Samir Mussa Bouchabki
Advogado:Samir Mussa Bouchabki (OAB/RO 2570)
Requerido:Rizaldo Laia Rabelo
Certidão da Escrivania: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl. 140: " Certifico para os devidos fins que decorreu o prazo suspensivo deferido às fls. 139. O referido é verdade. Dou fé. Guajará -Mirim, 19 de Abril de 2017. Daniely Lucas Aragão Dantas. Diretora de Cartório ".
Daniely Lucas Aragão Dantas
Diretora de Cartório Exercício

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Guajará Mirim – 2ª Vara Cível
Av. XV de Novembro, 1981, Fórum Nelson Hungria, Serraria, Guajará-Mirim - RO - CEP: 76850-000
(69) 3541-7187 email: gum2civel@tjro.jus.br
7002751-45.2016.8.22.0015
FAMÍLIA- DIVÓRCIO LITIGIOSO (99)
Autor: E. Q. P.
Requerido: A. P. S.
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 30 dias
FINALIDADE: Citar o requerido, atualmente em lugar incerto e não sabido, da presente ação para, querendo, apresentar contestação à ação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de serem considerados verdadeiros fatos narrados na petição inicial.
DESPACHO: Acolho o pedido do requerente.Cite-se o requerido por edital pelo prazo de 30 (trinta) dias.Após, o decurso do prazo, certifique-se e caso o requerido não constitua defensor, tornem os autos conclusos para nomeação de curador especial.Expeça-se o necessário.Guajará-Mirim, 22 de março de 2017.PAULO JOSÉ DO NASCIMENTO FABRÍCIO.Juiz de Direito.
OBSERVAÇÃO: Caso a parte não tenha condições de constituir advogado, poderá procurar a Defensoria Pública, localizada na Av. José Bonifácio, nº 425, bairro Serraria, Guajará-Mirim-RO. Tel. 69 3541-4502.
Guajará Mirim/RO 12 de abril de 2017.
Fran
Juiz PAULO JOSÉ DO NASCIMENTO FABRÍCIO

## COMARCA DE JARU

## 1ª VARA CRIMINAL

Proc.: 0004765-41.2008.8.22.0003
GABARITO nº 72/2017
Juiz de Direito: Luís Marcelo Batista da Silva
Proc.: 0004765-41.2008.8.22.0003
Classe: Ação Penal
Autor: Ministério Público
Réu: Edelson Batista da Silva
Advogado: Carlos Pereira Lopes (OAB/RO 743)
FINALIDADE: Intimar o(s) advogado(s) acima citado(s) para, no prazo legal, apresentar(em) Alegações Finais nos autos em epígrafe.
Gilson da Silva Barbosa
Diretor de Cartório

Proc.: 0002371-51.2014.8.22.0003
GABARITO nº 73/2017
Juiz de Direito: Luís Marcelo Batista da Silva
Proc.: 0002371-51.2014.8.22.0003
Classe: Ação Penal
Autor: Ministério Público
Réu: A.C.M.
Advogado: José Feliphe Rosário Oliveira (OAB/RO 6568), Everton Campos Queiroz (OAB/RO 2982), Iure Afonso Reis (OAB/RO 5745)
FINALIDADE: Intimar o(s) advogado(s) acima citado (s) da expedição da(s) Carta Precatória(s) n. 121/2017 para a(s) Comarca(s) de Machadinho do Oeste/RO, com vistas à inquirição da(s) testemunha(s) M.S.N.
Gilson da Silva Barbosa
Diretor de Cartório

Proc.: 0000692-45.2016.8.22.0003
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado:Ana Maria Cabral Costa Maldonado
Advogado:Iure Afonso Reis (OAB/RO 5745)
SENTENÇA:
Vistos, ANA MARIA CABRAL COSTA MALDONADO, qualificada nos autos, foi condenada como incursa no artigo 46, parágrafo único, da Lei 9.605/1998, à pena de 06 (seis) meses de detenção, substituída por uma pena restritiva de direito (fl. 03). A certidão cartorária de fl. 45, atesta que a educanda cumpriu integralmente a pena executada nestes autos. Diante do exposto e à luz do que consta nos autos, Julgo Extinta a Punibilidade da apenada ANA MARIA CABRAL COSTA MALDONADO pelo integral cumprimento da pena. Arquive-se com as cautelas de praxe. P.R.I.Jaru-RO, quarta-feira, 22 de março de 2017.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0002410-48.2014.8.22.0003
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Réu:Celio Pena Coelho

Advogado:Francisco César Trindade Rego (OAB/RO 75A)
SENTENÇA:
Vistos, CÉLIO PENA COELHO, qualificado nos autos, foi condenado a pena de 13 (treze) anos e 06 (seis) meses de reclusão em regime fechado, por infringência ao artigo 121, § 2º, incisos III e IV, do Código Penal. À fl. 126 foi juntada certidão que atesta a morte do apenado nesta cidade de Jaru/RO, em 02 de março de 2017. Sendo assim, Julgo Extinta a Punibilidade do apenado CÉLIO PENA COELHO, na forma do artigo 107, inciso I, do Código Penal, em razão do seu falecimento.Nada pendente, arquive-se.P.R.I.Jaru-RO, quarta-feira, 22 de março de 2017.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0001191-03.2014.8.22.0002
GABARITO nº 74/2017
Juiz de Direito: Luís Marcelo Batista da Silva
Proc.: 0001191-03.2014.8.22.0002
Classe: Execução da Pena
Autor: Ministério Público
Réu: Ecival Silva Leite
Advogado(s): Corina Fernandes Pereira (OAB/RO 2074)
FINALIDADE: Intimar o(s) advogado(s) acima citado(s) para, no prazo de 3(três) dias, manifestar(em)-se nos autos acerca do Cálculo de Liquidação de Penas elaborado em 21/03/2017.
Gilson da Silva Barbosa
Diretor de Cartório
Gilson da Silva Barbosa

Diretor de Cartório

## 1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
1ª Vara Cível da Comarca de Jaru/RO

Gabarito
Proc.: 0002534-94.2015.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Rosemari Flavia de Paula
Advogado:Indiano Pedroso Gonçalves (OAB/RO 3486)
Requerido:Cad Engenharia e Projeto Ltda Me, Oséas Rodrigues de Oliveira, O. R. de Oliveira Eireli Me, Wilton Ferreira Azevedo Junior, Ricardo Vaidello Alves
Advogado:Magali Ferreira da Silva (RO 646-A), Leidiane Alves da Silva Lima (RO 7042), Magali Ferreira da Silva (RO 646-A), Carlos Pereira Lopes (RO 743), Advogado Não Informado ( 000)
Intimar o procurador dos requeridos Cad Engenharia e Projetos Ltda ME e Wilton Ferreira Azevedo Junior para no prazo de 15(quinze) dias apresentar suas Alegações Finais.

Proc.: 0004185-35.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Josiane Mendonça de Oliveira
Advogado:Elisa Dickel de Souza (OAB/RO 1177), José Fernando Roge (OAB/RO 5427)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Patrícia Freire de Alencar Carvalho ( )
Intimar o procurador da parte autora para no prazo de 05(cinco) dias manifestar da volta do processo da (o)... ficando ciente que em caso de cumprimento de SENTENÇA deve providenciar a extração de cópias e distribuir junta ao PJE, nos termos da Resolução 13/2014-PR de 14.07.2014, art. 16. (a partir da implantação do PJE, será feita migração de processo do sistema físico para no novo sistema, sempre que for apresentado requerimento de cumprimento de SENTENÇA ).

Proc.: 0002885-38.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Neiva Zanon
Advogado:Vinicius Vecchi de Cavalho Ferreira (RO 4466)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Fábio Rodrigues Fregona ( )
Intimar o procurador da parte autora da nova designação da perícia médica para o dia 18/05/2014, as 07:30 horas aos cuidados do Dr. Eduardo José Cunha Magalhães, Clínica Osvaldo Cruz, localizada na Av. Governador Jorge Teixeira, 3862, Bairro Industrial - fone 3276-2250, Município de Porto Velho-RO, devendo o procurador apresentar o pericianda portando os documentos de identidade, cartão do SUS, laudos, exames e documentos médicos relacionados ao fato em discussão, intimando-o, ainda, para que no prazo de 05(cinco) dias apresente em cartório a cópia do cartão do SUS da pericianda para remessa à clínica, conforme solicitado através do Ofício150/2017/GERREG/SESAU.

Proc.: 0002368-33.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria da Penha Silva Martins
Advogado:Luis Fernando Tavanti (RO 2333)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Ricardo Leite ( )
Intimar o procurador da parte autora para no prazo de 05(cinco) dias manifestar da volta do processo da (o) TRF, ficando ciente que em caso de cumprimento de SENTENÇA deve providenciar a extração de cópias e distribuir junta ao PJE, nos termos da Resolução 13/2014-PR de 14.07.2014, art. 16. (a partir da implantação do PJE, será feita migração de processo do sistema físico para no novo sistema, sempre que for apresentado requerimento de cumprimento de SENTENÇA ).

Proc.: 0000657-90.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Marciel Abreu dos Santos, Marcieli Abreu dos Santos
Advogado:Jhonatan Aparecido Magri (RO 4512), Wagner Alvares de Souza (OAB/RO 4514), Jhonatan Aparecido Magri (RO 4512)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Fábio Rodrigues Fregona ( )
Intimar o procurador da parte autora para no prazo de 05(cinco) dias manifestar da volta do processo da (o)TRF. ficando ciente que em caso de cumprimento de SENTENÇA deve providenciar a extração de cópias e distribuir junta ao PJE, nos termos da Resolução 13/2014-PR de 14.07.2014, art. 16. (a partir da implantação do PJE, será feita migração de processo do sistema físico para no novo sistema, sempre que for apresentado requerimento de cumprimento de SENTENÇA ).

Proc.: 0005249-46.2014.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Silvanete de Moraes Vasconcelos
Advogado:José Fernando Roge (OAB/RO 5427)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador do Inss ( 000.)
Intimar o procurador da parte autora para no prazo de 05(cinco) dias manifestar da volta do processo da (o)TRF. ficando ciente que em caso de cumprimento de SENTENÇA deve providenciar a extração de cópias e distribuir junta ao PJE, nos termos da Resolução 13/2014-PR de 14.07.2014, art. 16. (a partir da implantação do PJE, será feita migração de processo do sistema físico para no novo sistema, sempre que for apresentado requerimento de cumprimento de SENTENÇA ).

Proc.: 0002999-40.2014.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Banco do Brasil S/a
Advogado:Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB/RO 5553), Maria Amélia Cassiana Mastrorosa Vianna (OAB/PR 27109), Maria

Heloisa Bisca Bernardi (OAB RO 5758), Giovani Gionédis (OAB/PR 8128), Carmem Glória Arriagada Andrioli (PARANÁ 20668), Emiliana Silva Sperancetta (OAB/PR 22234), Fernando O Reilly Cabral Barrinuevo (OAB/PR 29022), Roberto Cordeiro Justus (OAB/PR 27078), Sandro Rafael Bonatto (OAB/PR 22788), Rafael Sganzerla Durand (OAB/RO 4.872-A)
Requerido:José Fonseca de Freitas
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
DESPACHO 1- O Cartório deve observar o cadastro do advogado da parte exequente, como requereu a parte às fls. 101.2- Concede-se o lapso de 10 dias úteis para a parte demandante comprovar a publicação do edital, bem como efetuar o pagamento de devida taxa para publicação no Diário da Justiça.3- Havendo inércia, intime-se pessoalmente a parte exequente, nos termos do art. 485, §1°, do CPC.Cumpra-se.Jaru-RO, segunda-feira, 17 de abril de 2017.José de Oliveira Barros Filho Juiz Substituto

Proc.: 0004129-31.2015.8.22.0003
Ação:Ação Civil de Improbidade Administrativa
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (2020202020 2020202020)
Requerido:Geovanice Gomes Santana
Advogado:Antônio Rabelo Pinheiro (OAB/RO 659), Cristiano Polla Soares (OAB/RO 5113), Gabriel de Moraes Correia Tomasete (OAB/RO 2641), Johnny Deniz Clímaco (OAB/RO 6496), Zaira dos Santos Tenório (OAB/RO 5182)
Intimar o procurador do requerido para no prazo de 05(cinco) dias retirar a Carta Precatória e comprovar sua distribuição em 15 (quinze) dias.

Proc.: 0003438-17.2015.8.22.0003
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Banco Volkswagen S/a
Advogado:Marcelo Brasil Saliba (RO 5258), Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/RO 4.658), Daniel Penha de Oliveira (RO 3434), Nathalia Correia Pompeu (OAB/SP 298.298-A), Vagner Marques de Oliveira (OAB/SP 159.335), Frederico Augusto Ferreira Barbosa (GO 18.828), Silvana Farinha Archanjo Dama (OAB/MT 4398), Autran Alencar Rocha (GO 16.537), Michelly Dias Massoni (SSP/MT 15458), Gustavo Calábria Rondon (MT / MS 6332-MT e 8921-), Patricia Limongi Pinto Coelho (OAB/DF 26.775), Felipe Hernandez Marques (OAB/RS 48.104), Isabella Nehmy Munaier (OAB/MG 106.883), Gabriela de Lima Torres (OAB/RO 5714), Flávia Rosa Nicanor de Souza (OAB/MT 9452E), Fabiana Severino da Silva (OAB/MT 12.747), Renan Nadaf Gusmão (MT 16.284), Willian Hideki Yamamura (OAB/MT 17.564), Anderson Bettanin de Barros (OAB/MT 7.901), Jessica Edwirges Nogueira Ribiero (OAB 18.441), Luiz Henrique Reis da Silva (OAB/MT 15.772-E), Júlia Fernanda Santos de Carvalho (OABMT 20.144), Kedma Santos Moreira Moreno Silva (MT 13001-E), Dyane dos Reis Silva ( ), Elyana Spolador ( ), Janaína Cristina de Avila Costa (OAB/MT 15.112-E), Dilcéia da Silva Sales (OAB/MT 15.014), Giulliani Lis Curvo da Silva (OAB/MT 14.665-E), Cátia Maria da Silva (OAB/E 159860E), Robson Candido Salina da Silva (OAB/MT 16.135-E), Kamilla de Oliveira Cabana (OAB/MT 16.130-E)
Requerido:Gediel dos Santos Ferreira
Advogado:Advogado Não Informado ( 000)
DESPACHO:
DESPACHO Trata-se de busca e apreensão de veículo. Contudo, esse bem móvel não foi encontrado, apesar de diversas diligências. Agora, a parte requerente almejou a citação editalícia, prejudicando totalmente o rito processual ao caso. Contudo, não esclareceu se almeja a conversão em execução como prevê o Decreto-Lei n. 911/62.Assim sendo, intime-se a autora, via seu advogado, para esclarecer o que realmente pretende e, em caso de conversão em execução, já deverá apresentar a petição devidamente adequada com a planilha atualizada do crédito exequendo, em 05 (cinco) dias úteis.Cumpra-se.Jaru-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.José de Oliveira Barros Filho Juiz Substuituto

Proc.: 0004497-74.2014.8.22.0003
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Bv Financeira S/a C.f.i.
Advogado:Ana Paula dos Santos (AC 3610), Fernando Luz Pereira (RO 4392), Moisés Batista de Souza (RO 2993), Ana Beatriz Pereira do Amaral Vinhas (OAB/SP 109338), Ana Lúcia Barjas Ferreira de Barros (OAB/SP 73126), Cintia Maria Ramos Falcão (SP 195708), Henrique dos Santos Alves (SP 115.008), Joelma Aparecida Rodrigues dos Santos (CPF 124.510), Kátia Aparecida Ramos Miranda (SP 211.149), Marcelo Augusto de Souza (SP 196847), Melissa Bovo da Costa (SP 207.434), Patricia Pazos Vilas Boas da Silva (SP 124899), Priscilla Luzia Lopes da Silva (SP 203.976), Patrícia Nantes Marconde do Amaral de Toledo Piza (OAB/SP 98124), Carmen Eneida da Silva Rocha (OAB/RO 3846)
Executado:Rodrigo Alves Amantea
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 111111111111111111)
DESPACHO:
DESPACHO 1- Consigna-se que não há que se falar em desistência de prazo recursal, quando os autos encontram-se arquivados desde 17/07/2015.2- A advogada que firma a cópia acostada às fls. 76/77, não possui procuração para atuar no feito representando a parte demandada. E, portanto, deverá juntar o devido substabelecimento em 05 (cinco) dias úteis, sob pena de desconsideração de sua atuação e desentranhamento da referida petição.3- Desde já este Juízo consigna que, de simples compulsão dos autos, extrai-se que não houve inclusão de restrição de bens ou nome do requerido por nenhuma forma.4- Não havendo atendimento a deliberação do item 2, desentranhe-se a peça de fls. 76/77 e, em seguida, retornem os autos ao arquivo.Cumpra-se.Jaru-RO, segunda-feira, 17 de abril de 2017.José de Oliveira Barros Filho Juiz Substituto

Proc.: 0000122-30.2014.8.22.0003
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Odecharles Maia de Jesus
Advogado:Sidnei da Silva (OAB/RO 3187), Rooger Taylor Silva Rodrigues (RO 4791), Wernomagno Gleik de Paula (RO 3999)
Executado:Edilson Andrade dos Santos
Advogado:Kinderman Gonçalves (OAB/RO 1541), Francisco César Trindade Rego (OAB/RO 75A)
DESPACHO:
DESPACHO Intime-se a parte executada, via seu advogado, a fim de se manifestar acerca da petição do credor (fls. 317), bem como para apresentar a matrícula atualizada do imóvel, na hipótese de ser real o oferecimento do bem à constrição, em 05 (cinco) dias úteis.Cumpra-se.Jaru-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.José de Oliveira Barros Filho Juiz Substuituto

Proc.: 0039533-76.1997.8.22.0003
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (RO 000)
Executado:Centrais Elétricas de Rondônia S/ A - Ceron
Advogado:Douglacir Antônio Evaristo Sant'Ana (OAB/RO 297), Pedro Origa Neto (RO 2/A)
SENTENÇA:
Vistos1- Verifica-se que o executado cumpriu a obrigação, mediante o bloqueio de fls. 513.Desse modo, DECLARO EXTINTO o cumprimento de SENTENÇA, com fundamento no art. 924, II, do CPC, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.2- O Ministério Pública e o Município firmaram acordo versando sobre a aplicação do valor bloqueado, acostando-o aos autos e pugnando por sua honologação (fls. 716/717). Considerando que o refido acordo entabulado atende ao disposto na SENTENÇA condenatória (fl. 150, alínea "b"), HOMOLOGO-O, com fundamento no art. 485, III, alínea "b", do CPC, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.2.1) Intime-se o Município de Jaru, via procurador indicado às fls. 417v, a fim de indicar a conta bancária do ente político, viabilizando a transferência do depósito judicial de fls. 513;2.2) Feito isso, expeça-se o ofício para a transferência do depósito

de fls. 513 em favor do Município de Jaru, em 05 (cinco) dias úteis, com as anotações de praxe.Sem custas processuais.P.R.I. Dê-se ciência ao Ministério Público. Cumpra-se.Oportunamente, certifique-se a inexistência de resíduo em conta judicial e, em seguida, arquivem-se os autos.Jaru-RO, segunda-feira, 17 de abril de 2017.José de Oliveira Barros Filho Juiz Substituto

Proc.: 0003447-81.2012.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Autor:Ana dos Santos
Advogado:Jhonatan Aparecido Magri (RO 4512), Wagner Alvares de Souza (OAB/RO 4514), Felisberto Faidiga (OAB/RO 5076)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Marcos Antônio Amorim Ferreira (DESCONHECI DESCONHECIDO)
DESPACHO:
DESPACHO 1- Intime-se a parte contrária para contrarrazoar no lapso legal (§1°, do art. 1.010, do CPC).2- Na hipótese do recorrido interpor apelação adesiva, desde já fica autorizada a intimação da parte contrária para contrarrazões, no lapso legal (art. 183 c/c art. 2°, do art. 1.010, ambos do CPC) para apresentar contrarrazões.3- Após, independentemente de juízo de admissibilidade, encaminhe-se o Egrégio TRF da 1ª Região, conforme elenca o §3°, do art. 1.010, do CPC.Cumpra-se.Jaru-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.José de Oliveira Barros Filho Juiz Substituto

Proc.: 0005912-92.2014.8.22.0003
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Governador Jorge Teixeira Ro
Advogado:Max Miliano Prenszler Costa (OAB/RO 5723), Everton Campos de Queiroz (RO 2982)
Executado:Jackson Alberto Guimarães Vasconcelos
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
SENTENÇA:
SENTENÇA A parte exequente informou o cumprimento da obrigação e requereu a extinção da execução.Considerando o adimplemento da obrigação, DECLARO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO, nos termos do art. 924, II, CPC.O executado fica isento apenas do pagamento das custas processuais finais, por força do art. 8°, do inciso I, da Lei Estadual n. 3.896/2016.neste ato foi liberada a restrição inserida pelo sistema Renajud.Fica dispensado o prazo recursal.P.R.I. Cumpra-se. Oportunamente, arquivem-se os autos.Jaru-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017. José de Oliveira Barros Filho Juiz Substituto
Fábio da Silva Amaral

Diretor de Cartório

## 2ª VARA CÍVEL

EDITAL PARA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA - 2ª PRAÇA DIA 25-04-2017 ÀS 9:30H
EDITAL DE VENDA JUDICIAL
(leilão presencial)
O Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Jaru/RO, torna público a citação da parte a seguir descrita referente a Ação presente ação.
Processo nº: 7003455-94.2016.8.22.0003
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: DANIEL MESSIAS MACHADO
Advogado do(a) EXEQUENTE: FABRICIO MOURA FERREIRA - RO3762
EXECUTADO: LOTEAMENTO RESIDENCIAL ORLEANS JARU SPE LTDA
Advogados do(a) EXECUTADO: ANDRE RICARDO STRAPAZZON DETOFOL - RO4234, ALEX LUIS LUENGO LOPES - RO3282
Responsável pelas Despesas e Custas: AUTOR
DESCRIÇÃO DOS BENS: Um (01) imóvel denominado “lote urbano n. 06, quadra 33, loteamento Orleans, localizado na Rua projetada 17, neste município de Jaru/RO, Matrícula 20.985, com área total de 382,86m.
Data da Avaliação: 18/11/2016
Valor Total da Avaliação: R$30.000,00 ( Trinta mil reais)
2ª praça para o dia 25/04/17, às 09:30 horas
OBSERVAÇÕES:
1 - No primeiro pregão, não serão admitidos lances inferiores ao valor de avaliação do bem.
2 - Não havendo lance superior à importância da avaliação, seguir-se-á, sem interrupção, a segunda etapa.
3 - No segundo pregão serão admitidos lances não inferiores a 50% do valor da avaliação.
4 - Caso haja interessados na aquisição por valor inferior ao da avaliação, as propostas serão consignadas nos autos para DECISÃO judicial do incidente, dando-se ciência às partes para manifestação no prazo comum de 5 (cinco) dias. Entretanto, fica desde já registrado que, em nenhuma hipótese, o bem poderá ser vendido por preço inferior a 50% do valor atualizado da avaliação do bem, observando-se, ainda, o disposto no art. 896 do CPC.
5 - O pagamento deverá ocorrer mediante o depósito de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor à vista, autorizado o parcelamento do restante em até 05 (cinco) vezes.
6 - Eventual outra proposta de forma de pagamento e eventuais garantias bancárias serão oportunamente analisadas por este Juízo.
7 - Caso o Executado não seja encontrado, fica o mesmo intimado pela presente.
Jaru/RO, Sexta-feira, 03 de Fevereiro de 2017.
ELSI ANTONIO DALLA RIVA
Juiz de Direito
Assina Digitalmente
Sede do Juízo: Fórum Min. Victor Nunes Leal
Rua Raimundo Cantanhede, 1080, Setor 02, CEP: 78940-000, Jaru / RO - Fone (PABX): 3521-2393.
Sugestões e reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet.
Corregedoria: cgj@tj.gov.br
Cartório: jaw2civel@tjro.jus.br
Assinado eletronicamente por: ELSI ANTONIO DALLA RIVA
http://pje.tjro.jus.br/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
ID do documento: 9548469 17041011192458600000008903546

EDITAL PARA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA:
EDITAL DE CITAÇÃO
Ação de Execução Fiscal
Prazo:30 dias
O Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Jaru/RO, torna público a citação da parte a seguir descrita referente a Ação presente ação.
Processo nº: 7004989-73.2016.8.22.0003
Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116)
EXEQUENTE: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO
Advogado do(a) EXEQUENTE:
EXECUTADO: VANUSA RIBEIRO SILVA
Advogado do(a) EXECUTADO:
VALOR DA DÍVIDA, atualizada em 07/10/2015: R$1.599,30 ( Um mil quinhentos e trinta e nove reais e trinta centavos), mais seus acréscimos legais.
Responsável pelas Despesas e Custas: JUSTIÇA GRATUITA
CITAR a executada VANUSA RIBEIRO SILVA, INSCRITA NO CPF Nº 884.292.372-91, atualmente e lugar incerto e não sabido, para no prazo de 05 (cinco) dias, pagar a respectiva dívida acrescida de juros, correção monetária e demais encargos ou no mesmo prazo, oferecer bens à PENHORA sob pena de lhes serem penhorados, bens suficientes para garantia da dívida.

OBSERVAÇÃO: O prazo fluirá da data da publicação única ou, havendo mais de uma, da primeira (Art. 257, III, CPC).
ADVERTÊNCIA: Será nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, IV, CPC).
Jaru/RO, Segunda-feira, 17 de Abril de 2017.
Fabiane Palmira Barboza
Diretora de Cartório
Assina Digitalmente
Sede do Juízo: Fórum Min. Victor Nunes Leal
Rua Raimundo Cantanhede, 1080, Setor 02, CEP: 78940-000, Jaru / RO - Fone (PABX): 3521-2393.
Sugestões e reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet.
Corregedoria: cgj@tj.gov.br
Cartório: jaw2civel@tjro.jus.br
Assinado eletronicamente por: FABIANE PALMIRA BARBOZA
http://pje.tjro.jus.br/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
ID do documento: 9580633 170419073006940000000008932651

## COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE

## 1º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE
JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

Proc: 2000042-24.2017.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Criminal - Sumaríssimo
S. dos S. M. (Querelante)
Advogado(s): Loana Carla dos Santos Marques(OAB 2971 RO)
G. V. de O. B. (Querelado)
Concedido o benefício da gratuidade judiciária à querelante.
Audiencia de conciliação designada para 13 de junho de 2017, às 11h, a ser realizada pelo CEJUSC.

## 1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal

Proc.: 0002564-92.2016.8.22.0004
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (2020202020 2020202020)
Denunciado:Douglas Clementino de Santana
Advogado:Jecsan Salatiel Sabaini Fernandes (RO 2505)
SENTENÇA:
DOUGLAS CLEMENTINO DE SANTANA, qualificado nos autos, foi denunciado pelo Ministério Público, por infração ao disposto no artigo 14, caput, da Lei n. 10.826/2003, e artigo 244-B, do ECA, todos na forma do artigo 69, caput, do Código Penal. Diz a denúncia que:PRIMEIRO FATONo dia 25 de outubro de 2016, por volta das 23h30min, na Rua Dom Pedro II, n. 565, nesta cidade e Comarca, o acusado de livre e espontânea vontade adquiriu e forneceu ao adolescente S.M. da S.J., sem autorização, 01 (uma0 arma de fogo de fabricação caseira, calibre 38 e 01 (uma) munição calibre 38 intacta, tudo devidamente apreendido, às fls. 13.Segundo apurado, uma Guarnição da Polícia Militar realizava patrulhamento pelo Bairro Jardim Aeroporto, momento em que avistaram o acusado e o menor, os quais estavam em uma motocicleta e eram suspeitos de praticar roubos nesta cidade, razão pela qual realizaram o acompanhamento destes, no intuito de abordá-los.Consta nos autos, que durante a abordagem os milicianos encontraram com o adolescentes 01 (uma) arma de fogo de fabricação caseira, calibre 38 e 01 (uma) munição calibre 38 intacta, sendo que o objeto ilícito havia sido adquirido por ambos dias antes, na cidade de Ji-Paraná, pelo valor de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais). Cumpre salientar, que o acusado e o menor S.M. da S.J., confessaram que estavam a procura de vítimas para praticarem roubos.Diante disso, o acusado foi preso em flagrante delito, sendo encaminhado à presença da autoridade policial.SEGUNDO FATOConsta, ainda, que nas mesmas circunstâncias do fato acima mencionado, o acusado corrompeu o adolescente S.M. da S.J., para com ele praticar o delito acima descrito.Segundo se infere, na data em referência, o acusado ajustou-se com o menor para a prática do crime, oportunidade em que coube ao menor auxiliá-lo no transporte da referida arma, a fim de dar êxito à empreitada criminosa. Conforme se extrai dos autos, o menor também foi apreendido durante a ação policial.A denúncia descrevendo a conduta veio acompanhada de inquérito policial (autos nº 325/2016) e foi recebida em 08 de novembro de 2016 (fls. 38-39).Foi juntada cópia da DECISÃO que converteu a prisão em flagrante em prisão preventiva em desfavor do acusado (fls. 41-43).Em 27 de outubro de 2016, foi realizada audiência de custódia do acusado, oportunidade em que foi mantida a DECISÃO que converteu o flagrante em prisão preventiva, sendo cassada a fiança arbitrada pela autoridade policial (fls. 45-49).As folhas de antecedentes foram juntadas às fls. 51-53 e 127-131.Juntou-se ofício da Casa de Detenção encaminhando o laudo de exame de corpo de delito lesão corporal (fls. 54-55).A defesa requereu a juntada de procuração (fls. 61-62) e apresentou resposta à acusação, nos termos do artigo 396 e 396-A, do Código de Processo Penal. Pugnou pelo arbitramento de fiança ou a concessão de liberdade ao acusado, sem pagamento de fiança, por ser tratar de pessoa pobre. Requereu ainda a revogação da prisão preventiva, por ausência dos requisitos legais do artigo 312 do Código de Processo Penal. Alternativamente, pugnou pela aplicação de medidas cautelares diversas da prisão (fls. 63-80).O Ministério Público manifestou-se pelo indeferimento do pedido (fls. 81-84).Foi indeferido o pedido de revogação da prisão preventiva do acusado (fls. 85-86).O acusado foi citado pessoalmente, em 21/11/2016 (fls. 90-91).Douglas impetrou Habeas Corpus com pedido liminar (fls. 96-102), sendo a ordem denegada (fls. 119).Em audiência de instrução e julgamento, realizada no dia 31/01/2017, foram inquiridas as testemunha Ronielli Nascimento Chagas e Jean Carlos de Paula (fls. 115). O Ministério Público insistiu na oitiva do informante Sidney Miguel da Silva Júnior, requerendo prazo para diligenciar seu endereço, o que foi deferido por este Juízo. A Defesa reiterou o pedido de liberdade provisória do réu. O Ministério Público reiterou a manifestação de fls. 81-84. Foi indeferido o pedido de liberdade provisória ao réu (fls. 113-114).O Ministério Público apresentou o atual endereço do informante Sidney Miguel da Silva Júnior (fls. 117).Na audiência em continuação, realizada no dia 27/03/2017, foi realizado o interrogatório do réu (fls. 126). O Ministério Público dispensou a oitiva do informante Sidney Miguel da Silva Júnior, não se opondo a defesa, o que foi homologado por este Juízo (fls. 124-125).O Ministério Público apresentou alegações finais por memoriais, às fls. 132-139, postulando a condenação do acusado Douglas Clementino de Santana, nos termos do artigo 14, caput, da Lei n. 10.826/2003, e artigo 244-B, do ECA, todos na forma do artigo 69, caput, do Código Penal.A defesa apresentou alegações finais por memoriais, às fls. 141-146, pugnando em caso de condenação a fixação da pena base no mínimo legal, em atenção às circunstâncias do artigo 59, Código Penal, com o reconhecimento da atenuante da confissão espontânea e a fixação do regime aberto para o cumprimento da pena.É o relatório.Decido.A materialidade das infrações está devidamente demonstrada nos autos através do auto de prisão em flagrante delito (fls. 08-11), da ocorrência policial n. 3707/2016 (fls. 12-14), do auto de apresentação e apreensão (fls. 19), do boletim de ocorrência policial (fls. 26), do auto de

resistência à prisão (fls. 27), do auto de uso de algema (fls. 28), do laudo de exame em veículo avaliação e constatação (fls. 93-94), do laudo de exame em arma de fogo (fls. 111-112), além dos depoimentos das testemunhas e demais provas dos autos.A autoria delitiva restou comprovada nos autos. Douglas Clementino de Santana foi interrogado em juízo e confessou, a seu modo, a prática do crime e a participação do menor S.M. da S. J. Contudo, tentou eximir sua responsabilidade em relação aos demais roubos praticados juntamente com o adolescente S.M. da S. J. (mídia digital de fls. 126-v).A prova testemunhal colhida é consistente e harmônica, encontrando-se, por sua vez, em consonância com as demais provas dos autos e é suficiente para sustentar a condenação do acusado pela prática dos crimes descritos na denúncia.Com efeito.O menor S.M. da S.J., em seu depoimento perante a autoridade policial, confessou que, juntamente com o acusado, estava transitando na rua em busca de vítimas para roubar celulares e dinheiro, ocasião em que foram abordados por policiais militares. Disse ainda que há aproximadamente uma semana efetuaram 03 (três) roubos a pessoa, sendo subtraídos os celulares das vítimas. Afirmou, inclusive, que a arma encontrada em poder do acusado, foi adquirida por ambos no município de Ji-Paraná para a prática de crimes de roubo (fls. 11).O policial militar Jean Carlos de Paula, ouvido em juízo (mídia digital de fls. 115-v), declarou que [...] (Pergunta: Sobre a denúncia o que você tem a nos dizer ) É, foi feito determinação para a gente fazer [...] abordagem nesse dia e [...] começamos a fazer um patrulhamento nos possíveis locais onde estariam [...] os elementos que estavam fazendo os roubos na cidade [...] sete roubos numa semana só de celulares. Então em patrulhamento no Jardim Aeroporto, na Gonçalves Dias, avistamos passando uma motocicleta com placa de Ariquemes com dois elementos. Aí a gente continuou fazendo o acompanhamento de longe e eles andando tranquilamente né, na motocicleta, apresentando características de que estavam procurando vítimas e resolvemos pedir apoio né, porque até então à gente estava descaracterizado para fazer a abordagem. [...] O apoio chegou, não lembro o bairro ali, quase próximo a Jorge Teixeira já. E aí chegou duas viaturas, fez a abordagem e na abordagem o que estava na garupa desceu da moto, inclusive chegou a colocar a mão na cintura para pegar a arma, porém, talvez seja pelo susto de serem duas viaturas e uma pressão muito grande na hora e, mas foi tirada a arma dele né, não houve nenhum disparo. A gente tirou, fez a apreensão dele e da arma e, arma era calibre 38, fabricação caseira, tinha uma munição e foi essa ocorrência. (Pergunta: Eles falaram que tinham adquirido essa arma em Ji-Paraná ) Eu não me recordo bem, não me recordo bem onde eles tinham adquirido não me recordo. (Pergunta: Mas eles falaram que a arma era dos dois ) Sim. (Pergunta: Não tinha documento, nada ) Não, não tinha documento a arma. (Pergunta: Você já conhecia os dois ) Não, não conhecia [...]. No mesmo sentido foi o depoimento do policial militar Ronielli Nascimento Chagas, ouvido em juízo (mídia digital de fls. 115-v), assegurando que [...] (Pergunta: Sobre essa denúncia o que você tem a dizer pra gente ) Nesse dia eu estava, nós estávamos de patrulhamento porque estava havendo uma sequência de roubos na cidade e tinha, mais ou menos, as características dos agentes, com base nos outros roubos que tinha acontecido. E dali no Jardim Aeroporto, cruzamos com eles, saindo na esquina vimos eles passando e, a partir de então, começamos a acompanhar, de longa distância, sem que eles percebessem, pedimos apoio das viaturas em serviço, para das apoio para a gente fazer a abordagem, mas demorou e a gente conseguiu fazer a abordagem apenas na, nessa rua da igreja da cruz tombada, foi o local que a gente conseguiu cercá-los e realizar a abordagem. Durante a abordagem foi encontrado junto com o garupa uma arma de fogo e, conforme foi relatado no BOP. Também uma arma um pouco artesanal, mas eram as denúncias que tinha dos roubos, as testemunhas falavam que era daquele tipo mesmo a arma, não era uma arma assim, um 38 normal, uma pistola, era um trem meio esquisito, uma meio artesanal e encontramos a partir de então fizemos a ocorrência, conforme praxe. (Pergunta: Eles falaram que tinham adquirido essa arma em Ji-Paraná por cento e cinquenta reais ) Essa informação eu não lembro se eu coloquei no BOP, pode até ser, que é um detalhe que eu não lembro se eu coloquei no BOP, mas que a arma estava com eles e estavam no intuito, na caçada, para fazer um roubo. Que era o mesmo horário, inclusive, que estava acontecendo, início da noite, entre uma sete, oito horas, oito meia que estava acontecendo. (Pergunta: Eles falaram a procura de pessoas para praticar roubos ) Na hora, na hora do fato, sim. Eu sei que depois eles falaram que não mas na hora do fato sim. (Pergunta: Eles teriam confessado para vocês que a arma pertencia aos dois, ficou subentendido pelo menos ) Ficou, na hora a arma estavam com o de trás porque não tem nem como o piloto fazer, mas assim, era os dois que estava no intento, os dois que estavam, um pilotando e outro que enquadrava a vítima, mas os dois juntos, não dava a entender que o piloto estava isento da situação, não sabia que estava acontecendo, o de trás fazer sem o outro saber. Um pilotava e outro dava o apoio fazia e enquadrava a vítima, isso era o que estava nítido assim na situação. [...]. Deve ser a denúncia julgada procedente, até porque não há nos autos circunstâncias que afastem os crimes ou as penas.Está configurado o delito de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido. Quanto ao crime de corrupção de menores é de natureza formal, e basta o agente participar de infração penal com pessoa menor de 18 anos, nos termos do art. 244-B, do Estatuto da Criança e do Adolescente, corrompendo ou facilitando a corrupção. Não se exige prova da efetiva corrupção. Aliás, no caso o menor praticou a infração com o acusado. Crime caracterizado.Dúvidas inexistentes. Condenação certa ante a ausência de causas excludentes da tipicidade, da ilicitude e da culpabilidade.Evidenciada a procedência parcial da ação, pois não existem circunstâncias que excluam o crime ou a pena, passo à dosimetria da pena consoante o disposto no artigo 59 do Código Repressivo.O acusado tinha conhecimento da ilicitude de sua conduta e lhe era exigido um atuar diverso, tanto que tentou empreender fuga quando foi abordado pelos policiais. Apesar de ser primário, responde a outro processo na Comarca de Alvorada do Oeste (autos n. 0002011-92.2014.8.22.0011). Personalidade e conduta social a princípio são normais, embora não comprove exercer atividade laborativa lícita. Portava arma de fogo que estava sendo utilizada na prática de roubos nesta cidade. As circunstâncias do crime são negativas pelo fato de estar carregando uma arma municiada, pronta para uso. Sopesando essas circunstâncias, observo que a pena-base deve ser fixada pouco acima do mínimo legal por serem as circunstâncias negativas preponderantes, razão pela qual fixo em 02 anos e 09 meses de reclusão e 15 dias-multa pelo crime de porte ilegal de arma de fogo (art. 14, da Lei n. 10.826/2003) e em 01 ano e 06 meses de reclusão por infração ao delito de corrupção de menores (artigo 244-B, do ECA).Na segunda etapa de fixação da pena, observo que está presente a atenuante da confissão, (art. 65, inciso III, alínea d, do Código Penal), razão pela qual reduzo a pena na fração de 1/6 (um sexto), totalizando assim uma pena provisória de 02 anos, 03 meses e 15 dias de reclusão e 12 dias-multa para o porte ilegal de arma de fogo e em 01 ano e 03 meses de reclusão pelo delito de corrupção de menores. Não vislumbro a existência de causas de aumento e de diminuição das penas, razão pela qual torno-as definitivas no patamares encontrados.Houve concurso material de crimes, de modo que somam-se as penas das infrações (art. 69 do Código Penal). O regime inicial de cumprimento de pena será o semiaberto, nos termos do artigo 33, § 2º, alínea c, do Código Penal, sem direito à substituição da pena de prisão por penas alternativas. As circunstâncias judiciais são desfavoráveis.Fixo o valor do dia-multa no mínimo legal de 1/30 do salário mínimo vigente à época do crime, porque não há informações nos autos que justifiquem a fixação em patamar superior.Ante o exposto JULGO PROCEDENTE a denúncia e CONDENO o acusado DOUGLAS CLEMENTINO DE SANTANA, qualificado nos autos, a cumprir no regime aberto a pena de 03 anos, 06 meses e 15 dias de reclusão e a pagar 12 dias-multa, por infração ao disposto no art. 14, caput, da Lei n. 10.826/2003 e por violar o disposto no art. 244-B, da Lei n. 8.069/90

(ECA), tudo ainda combinado com os artigos. 65, inciso III, letra "d" e 69, todos do Código Penal.Condeno o acusado no pagamento das custas e da multa.Pelo que consta dos autos, não se sabe quem são os respectivos donos dos capacetes e da motocicleta que foram apreendidos em poder do acusado (fls. 19 e 109). Publique-se edital, com prazo de 20 dias, convocando interessados que deverão comprovar a propriedade.Caso ninguém compareça tomem-se as seguintes providências:Encaminhe-se, se ainda útil, os capacetes apreendidos (fls. 19 e 109), para qualquer entidade cadastrada que tiver interesse. Do contrário, providencie-se a destruição.Decreto a perda da motocicleta a favor do Poder Público, até porque estava sendo utilizada para a prática de roubos nesta Comarca, ressalvada a hipótese de terceiros de boa-fé. Oficie-se colocando a disposição do Órgão de Trânsito local.Encaminhe-se ao Exército Brasileiro para destruição a arma de fogo, fabricação caseira, um cano, calibre 38 (fls. 19).A munição apreendida deverá ser encaminhada à PM local para reutilização ou destruição (fls. 19).Esgotadas as vias recursais, expeça-se o necessário para a execução da(s) pena(s).Após o trânsito em julgado, lance(m)-se o nome do ré(u)(s) no rol dos culpados, comuniquem-se os Órgãos de Identificação Estadual e Federal, bem como o Tribunal Regional Eleitoral.P.R.I.Ouro Preto do Oeste-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Haruo Mizusaki Juiz de Direito

Proc.: 1000208-73.2017.8.22.0004
Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos (Réu Preso)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Promotor de Justiça
Denunciado: Aldecir Carleto
Advogados: Alexandre Anderson Hoffmann (OAB/RO 3709) e Alexandre Barneze (OAB/RO 2660)
FINALIDADE: INTIMAR os advogados supramencionados da DECISÃO que indeferiu o pedido para deslacrar a empresa KAPE LTDA-ME, bem como determinou oficiar à Polícia Federal para que informem se existem mídias do momento das abordagens do réu e da localização da droga e para que informem se a central do circuito interno de imagens da empresa e o celular do acusado já foram objeto de perícia.

Proc.: 0002490-38.2016.8.22.0004
Ação: Ação Penal – Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Promotor de Justiça
Denunciado: Maykon Ferreira Apolinário e outros
Advogados: Eronaldo Fernandes Nobre (OAB/RO 1041), Karima Faccioli Caram (OAB/RO 3460) e Éder Miguel Caram (OAB/RO 5836)
FINALIDADE: INTIMAR os advogados supramencionados da designação de audiência de instrução e julgamento para o dia 02/05/2017 às 09 horas, bem como da expedição de Cartas Precatórias para as Comarcas de Alvorada do Oeste/RO (inquirir as testemunhas Cícero e Jorge) e de Cianorte/PR (interrogar o réu Maykon).

Proc.: 0002568-32.2016.8.22.0004
Ação: Ação Penal – Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Promotor de Justiça
Denunciado: Cristiana Aparecida Gomes Lopes e outros
Advogado: Odair José da Silva (OAB/RO 6662)
FINALIDADE: INTIMAR o advogado supramencionado para apresentar alegações finais dentro do prazo legal.

Proc.: 0003626-46.2011.8.22.0004
Ação: Execução da Pena
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Promotor de Justiça
Condenado: Claiton Franklin da Silva
Advogados: Odair José da Silva (OAB/RO 6662) e Jecsan Salatiel Sabaini Fernandes (OAB/RO 2505)
FINALIDADE: INTIMAR os advogados supramencionados do cálculo de liquidação de penas elaborados nos autos em epígrafe, cujas projeções são as seguintes: data de término prevista para 09/12/2030, direito à progressão ao regime semiaberto em 06/08/2019, ao aberto em 03/06/2024 e ao livramento condicional em 04/04/2023.

Proc.: 0001583-34.2014.8.22.0004
Ação: Execução da Pena
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Promotor de Justiça
Condenado: Marcos Vinícius Bernardes Dutra
Advogado: Odair José da Silva (OAB/RO 6662)
FINALIDADE: INTIMAR o advogado supramencionado da DECISÃO que indeferiu o pedido de concessão de livramento condicional, pois não preenche o requisito de ordem subjetiva. Há a necessidade de um prazo maior de análise, ou seja, de pelo menos 04 meses para que seja possível a análise dos requisitos de cunho subjetivo.

Proc.: 0001575-51.2014.8.22.0004
Ação: Execução da Pena
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Promotor de Justiça
Condenado: Bruno Fernando Ramos
Advogado: Alexandre Anderson Hoffmann (OAB/RO 3709)
FINALIDADE: INTIMAR o advogado supramencionado da DECISÃO que indeferiu o pedido de concessão de livramento condicional, pois não preenche o requisito de ordem subjetiva. Há a necessidade de aguardar por mais 2 meses para que o pedido seja renovado. INTIMAR, ainda, do cálculo de liquidação de penas elaborados nos autos em epígrafe, cujas projeções são as seguintes: data de término prevista para 04/06/2023, direito à progressão ao regime aberto em 30/03/2018 e ao livramento condicional em 21/03/2017.

Proc.: 0002655-85.2016.8.22.0004
Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos (Réu Preso)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Promotor de Justiça
Denunciado: Ernandes Ferreira Rocha
Advogado: Odair José da Silva (OAB/RO 6662)
FINALIDADE: INTIMAR o advogado supramencionado da SENTENÇA prolatada nos autos supramencionados, conforme trecho da parte dispositiva que segue adiante: "Ante o exposto JULGO PROCEDENTE a denúncia e CONDENO o réu ERNANDES FERREIRA ROCHA, qualificado nos autos, a cumprir no regime fechado a pena de 06 anos de reclusão e a pagar 15 dias-multa, por violação ao disposto no art. 33, caput, da Lei n. 11.343/2006, tudo c.c. o disposto nos arts. 61, inciso I, e 65, inciso III, letra "d" ambos do Código Penal, combinado ainda com as disposições da Lei n. 8.072/90. Custas pelo acusado. Recomendo o réu na prisão em que se encontra. Não poderá recorrer em liberdade porque presentes os fundamentos da prisão preventiva, eis que solto nada o impedirá de continuar na prática delitiva e poderá empreender fuga, colocando em risco a ordem pública, frustrando a aplicação da Lei Penal".
Haruo Mizusaki – Juiz de Direito

Proc.: 1000235-56.2017.8.22.0004
Ação: Ação Penal – Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Promotor de Justiça
Denunciado: Genilton Santos da Silva
Advogado: Harley Mesojedovas da Cruz (OAB/SP 171315)
FINALIDADE: INTIMAR o advogado supramencionado da designação de audiência de instrução e julgamento para o dia 16/05/2017 às 10 horas, tendo como FINALIDADE a oitiva de testemunhas e interrogatório do réu.

Proc.: 0000600-64.2016.8.22.0004
Ação: Execução Provisória
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Promotor de Justiça
Condenado: Richards Santagnello Castilho
Advogado: Alexandre Anderson Hoffmann (OAB/RO 3709)
FINALIDADE: INTIMAR o advogado supramencionado da DECISÃO que indeferiu a progressão de regime, tendo em vista o reeducando não preencher o requisito subjetivo, bem como da determinação da suspensão da execução da pena, tendo em vista estar preso por outro processo.

Proc.: 0006224-31.2015.8.22.0004
Ação: Execução da Pena
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Promotor de Justiça
Condenado: Fernando Calixto da Rocha
Advogado: Jecsan Salatiel Sabaini Fernandes (OAB/RO 2505)
FINALIDADE: INTIMAR o advogado supramencionado do cálculo de liquidação de penas elaborados nos autos em epígrafe, cujas projeções são as seguintes: data de término prevista para 09/07/2024, direito à progressão ao regime semiaberto em 14/09/2017, ao aberto em 26/12/2019 e ao livramento condicional em 28/02/2020.

Proc.: 1000610-57.2017.8.22.0004
Ação: Auto de Prisão em Flagrante (Criminal)
Autor: Delegado de Polícia – Ouro Preto do Oeste/RO
Flagranteado: Gustavo Ferreira Flor e outros
Advogado: Décio Barbosa Machado (OAB/RO 5415)
FINALIDADE: INTIMAR o advogado supramencionado da DECISÃO que indeferiu o pedido de revogação da prisão preventiva dos réus Gustavo Ferreira Flor, Douglas de Souza Oliveira e Wanderson Ferreira de Souza.

Proc.: 1000207-88.2017.8.22.0004
Ação: Ação Penal – Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Promotor de Justiça
Denunciado: Lindomar Bueno Custodio
Advogado: Não Informado
EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
DE: LINDOMAR BUENO CUSTODIO, brasileiro, casado, ajudante geral, filho de Irenio Custódio e Sebastiana Bueno Custódio, inscrito no CPF sob o n. 727.500.812-20, portador da CI/RG n. 731625 SSP/RO, residente na Rua Acre, n. 1764, Bairro Jardim Presidencial, na cidade de Ji-Paraná, podendo ainda ser localizado por meio do telefone 69 9 9283-7603, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAR o réu supraqualificado nos termos da denúncia, bem como INTIMÁ-LO para, no prazo de 10 (dez) dias, responder a acusação, por escrito, nos termos do artigo 396 e 396-A do CPP alterado pela Lei 11.719/08. Na resposta inicial, o denunciado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas que pretende produzir, arrolar testemunhas qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.
RESUMO DA DENÚNCIA: "No dia 12 de janeiro de 2017, por voltas das 21 horas, na BR 364, zona rural, Km 388, nesta cidade de Ouro Preto do Oeste/RO, o denunciado LINDOMAR BUENO CUSTODIO, de livre, consciente e espontânea vontade, portava, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, 50 (cinquenta) munições, calibre 22, marca CBC, intactas, conforme Auto de Apresentação e Apreensão e Laudo de Exame em Munições".
Ouro Preto do Oeste/RO, 19 de abril de 2017.
HARUO MIZUSAKI
Juiz de Direito

Proc.: 0002607-29.2016.8.22.0004
Ação: Ação Penal – Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Promotor de Justiça
Denunciado: Leandro Pereira dos Santos
Advogado: Não Informado
EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
DE: LEANDRO PEREIRA DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, vaqueiro, CPF n. 012.017.102-35, RG n. 1.151.079, nascido aos 08/05/1992 em Maringá/PR, filho de Paulo Pedro dos Santos e Marina Ribeiro Pereira, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAR o réu supraqualificado nos termos da denúncia, bem como INTIMÁ-LO para, no prazo de 10 (dez) dias, responder a acusação, por escrito, nos termos do artigo 396 e 396-A do CPP alterado pela Lei 11.719/08. Na resposta inicial, o denunciado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas que pretende produzir, arrolar testemunhas qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.
RESUMO DA DENÚNCIA: "No dia 07 de novembro de 2016, por voltas das 21h30min, na BR 364, zona rural, Km 389, sentido decrescente, nesta cidade de Ouro Preto do Oeste/RO, o denunciado LEANDRO PEREIRA DOS SANTOS, de livre, consciente e espontânea vontade, portava, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, 01 (uma) caixa contendo munições, marca CBC, calibre 22, com 50 (cinquenta) unidades intactas, conforme Auto de Apresentação e Apreensão e Laudo de Exame em Munições".
Ouro Preto do Oeste/RO, 19 de abril de 2017.
HARUO MIZUSAKI
Juiz de Direito

Proc.: 0002223-37.2014.8.22.0004
Ação: Ação Penal – Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Promotor de Justiça
Denunciados: Rodrigo Mota de Jesus e outros
Advogados: Ricardo Oliveira Junqueira (OAB/RO 4477) e Ariane Maria Guarido Xavier
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 20 DIAS
DE: MAIDSON DIORGINIS MENDES, brasileiro, solteiro, comerciante, nascido aos 21/08/1985 em Ouro Preto do Oeste/RO, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: INTIMAR o réu supraqualificado e os advogados supramencionados da designação de audiência de instrução (interrogatório do próprio réu) para o dia 25/05/2017 às 09h30min.
HARUO MIZUSAKI
Juiz de Direito

## 1ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Rondônia
Ouro Preto do Oeste - 1ª Vara Cível
Rua Café Filho, 127, Praça Três Poderes, Ouro Preto do Oeste - RO - CEP: 76800-000 - Fone:(69) 34613813
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 20 (vinte) dias
CITAÇÃO DE: ELIACIR BARNABE DE LIMA, CPF n. 350.398.262-97, atualmente em local incerto e não sabido.
Processo: 7003337-18.2016.8.22.0004
Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116)
Assunto: Multas e demais Sanções
Valor da Causa: R$ 574,61

Parte Autora: DETRAN
Parte Requerida: ELIACIR BARNABE DE LIMA
FINALIDADE: CITAR o requerido, acima qualificado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, PAGAR a dívida fiscal no valor de R$ 574,61 (quinhentos e setenta e quatro reais e sessenta e um centavos), com juros, multa de mora e encargos indicados na certidão de Dívida Ativa, acrescida das custas judiciais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento); ou GARANTIR A EXECUÇÃO, através de depósito em dinheiro à ordem do Juízo em estabelecimento oficial de crédito, oferecimento de fiança bancária, nomeação de bens à penhora ou indicação à penhora de bens oferecidos por terceiros e aceitos pela Fazenda Pública. Fica Vossa Senhoria intimado que, caso ofereça garantia à presente Execução Fiscal, poderá opor-lhe embargos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da efetivação da garantia.
DESPACHO: "Defiro (id. 9165231). Cite-se por edital. Ouro Preto do Oeste, 22 de março de 2017 JOSÉ ANTONIO BARRETTO - Juiz de Direito".
Sede do Juízo: Fórum Jurista Teixeira de Freitas, Rua Café Filho nº 127, Bairro União, Ouro Preto do Oeste-RO, 76.920000 - Fax: (69)3461-3813, Fone: (69)3461-2050.
Ouro Preto do Oeste/RO, 11 de abril de 2017.
Geiser Vicente Campos Cruz
Diretora de Cartório
Assina por determinação do Juiz

## 2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível
Belª Jozilda da Silva Bezerra
Diretora de Cartório
E-mail: opo2civel@tjro.jus.br

Proc.: 0003846-05.2015.8.22.0004
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:R. G. V. dos S.
Advogado:Defensor Público ( 4444444)
Executado:S. V. dos S.
Advogado:Advogado Não Informado ( 444444444)
DESPACHO:
Vistos.Conforme detalhamento anexo, em consulta ao SIEL não localizei endereço do executado.Desta feita, oficie-se ao INSS e à Receita Federal solicitando o endereço do executado, caso exista em seus sistemas. Prazo de 20 dias para resposta.Vinda as informações, intime-se a exequente para manifestação em 10 dias. Somente então, tornem os autos conclusos.Ouro Preto do Oeste-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.João Valério Silva Neto Juiz de Direito

Proc.: 0009820-72.2005.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Milta Assis Xavier
Advogado:Defensor Público ( 4444444)
Requerido:Genival Nunes da Silva
Advogado:Advogado Não Informado ( 444444444), Marcos Donizetti Zani (OAB/RO 613)
DESPACHO:
Vistos.Compulsando os autos não logrei êxito em localizar o ofício mencionado às fls. 415/416.Intime-se o peticionário para que informe em qual folha dos autos consta a expedição do ofício n. 1068/C.Civel/2000, datado de 03/11/2003.Ouro Preto do Oeste-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.João Valério Silva Neto Juiz de Direito
Belª Jozilda da Silva Bezerra
Diretora de Cartório

## COMARCA DE PIMENTA BUENO

## 1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
CARTÓRIO DA 1ª VARA CRIMINAL
Fórum Ministro Hermes Lima
Rua Cassemiro de Abreu, 237-Centro
CEP 76970-000-Pimenta Bueno-RO
E-mail: pbw1criminal@tjro.jus.br

Proc.: 0001393-85.2016.8.22.0009
Ação:Carta Precatória (Criminal)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Réu:Cesar Messias Lino
Advogado:Ronny Ton Zanotelli (RO 1393)
FINALIDADE: Intimar o advogado acima qualificado do R.DESPACHO.
"(...)Considerando que a testemunha Marco Túlio Santos Duarte foi intimada, porém não compareceu, designo o dia 28/04/2017, às 12 horas para sua oitiva. Serve a cópia desta ata como MANDADO de Condução Coercitiva, bem como ofício para comunicação ao juízo deprecante. Intime-se a defesa. Saem os presentes intimados"

Proc.: 0005091-07.2013.8.22.0009
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Alvarino José de Andrade
Advogado:João Paulo Ferro Rodrigues (OAB/RO 6060), Amanda Aparecida Paula de Carvalho Fagundes (OAB/RO 5701)
FINALIDADE: Intimar os advogados acima qualificados da R. DECISÃO.
"Por não verificar presente nenhuma das circunstâncias que possam ensejar a absolvição sumária do réu (art. 397 do CPP), uma vez que suas alegações dependem de dilação probatória, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 03/05/2017, às 11h15min.(...). Intime-se o Ministério Público e a defesa. Quanto ao pedido de fls. 120/122 dê-se vistas ao MP para que se manifeste. Cumpra-se. Pimenta Bueno-RO, segunda-feira, 12 de dezembro de 2016.Roberta Cristina Garcia Macedo Juíza de Direito"

Proc.: 0004329-88.2013.8.22.0009
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Delegacia de Polícia Civil de Pimenta Bueno Ro
Advogado:Delegado de Polícia ( 99999)
Denunciado:Raul Alcântara Silva
Advogado:Gelson José Rodrigues (OAB/SC 34785)
FINALIDADE: Intimar o advogado acima qualificado do R. DESPACHO.
"Anote-se no SAP o pedido de intimação feito pelo procurador do acusado (fl. 103). Extraia-se a mídia referente ao interrogatório do réu, conforme fl. 140. Em relação à oitiva das testemunhas neste juízo, ainda não realizada, designo audiência para o dia 19/05/2017 às 11horas. Intime-se o réu via carta precatória e seu procurador via DJ. Intimem-se as testemunhas. Ciência ao MP. Cumpra-se. Pimenta Bueno-RO, terça-feira, 10 de janeiro de 2017.Roberta Cristina Garcia Macedo Juíza de Direito"

Proc.: 0001642-36.2016.8.22.0009
Ação:Carta Precatória (Criminal)
Autor:Ministério Público Federal
Réu:Paulo Cesar Franck
Advogado:Jucimaro Bispo Rodrigues (OAB/RO 4959)
FINALIDADE: Intimar o advogado acima qualificado do R. DESPACHO.
"Para cumprimento do ato, designo audiência para o dia 03/05/2017 às 17h00min.Serve a presente como ofício ao Chefe da Repartição,

para requisição do servidor para comparecimento (art. 455, §4°, III do NCPC c/c art. 3° do CPP). Intime-se a defesa e o MP. Serve a presente de ofício ao juízo deprecante informando a data designada. Com o cumprimento, devolvam-se os autos ao juízo deprecante, com as nossas homenagens.Cumpra-se.Pimenta Bueno-RO, quarta-feira, 11 de janeiro de 2017.Roberta Cristina Garcia Macedo Juíza de Direito"

Proc.: 0003003-59.2014.8.22.0009
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Eli da Costa Morais, Lucélia da Costa Souza
Advogado:Debora Cristina Moraes (RO 6049)
FINALIDADE: Intimar a advogada acima qualificada do R. DESPACHO.
"Por não verificar presente nenhuma das circunstâncias que possam ensejar a absolvição sumária do réu (art. 397 do CPP), uma vez que suas alegações dependem de dilação probatória, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 04/05/2017, às 08h30min.(....) Intime-se o Ministério Público e a defesa. Cumpra-se. Pimenta Bueno-RO, quarta-feira, 11 de janeiro de 2017.Roberta Cristina Garcia Macedo Juíza de Direito"
Lucineide Souza de Meireles Alves

Diretora de Cartório

## 1ª VARA CÍVEL

Rua Cassemiro de Abreu, 237
CEP. 76.970-000-Pimenta Bueno-RO
Fones: (69) 3451-2968/2819-Ramal 216
End. eletrônico: pbwcivel@tjro.jus.br

Proc.: 0001095-35.2012.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Marcos Antônio do Rosário
Advogado:Roxane Ferreto Lorenzon (RO 4311)
Executado:José Carlos Ramos
Fica a parte Autora, por seu procurador, no prazo legal, intimada acerca da certidão de fls. 54.

Proc.: 0002944-71.2014.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Autor:Telêmaco Ceriolli, Amanda Santana Aus
Advogado:Renan Diego Rebouças Souza Castro (OAB/RO 6269)
Requerido:Permuta Digital.com Ltda Nnex
Advogado:Giovana Maria Crizol (OAB/RO 6.244), Luiz Amauri Borghi Junior (OAB/RO 277.279)
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, notificada para recolher a importância de R$ 926,14, a título de custas do processo em epigrafe, sob pena de expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0004244-68.2014.8.22.0009
Ação:Embargos à Execução
Embargante:Adian Carlos Trindade Nogueira, Marta Aparecida Leite Nogueira Me, Marta Aparecida Leite Nogueira Me, Marta Aparecida Leite Nogueira
Advogado:Carlos Alberto Lopes Miranda (OAB/DF 3937), Alessandra de La Vega Miranda (OAB/DF 15064), Carlos Alberto Lopes Miranda (OAB/DF 3937), Alessandra de La Vega Miranda (OAB/DF 15064), Carlos Alberto Lopes Miranda (OAB/DF 3937), Alessandra de La Vega Miranda (OAB/DF 15064), Carlos Alberto Lopes Miranda (OAB/DF 3937), Alessandra de La Vega Miranda (OAB/DF 15064)
Embargado:Ciclo Cairu Ltda
Advogado:Jean de Jesus Silva (RO 2518)
Fica a parte Autora, por seu procurador, intimada para no prazo legal, a retirar o Ofício de nº 283/2017/1ªVC e a carta precatória desentranhada dos autos, bem como, comprovar sua remessa ao Juízo deprecado.

Proc.: 0003745-84.2014.8.22.0009
Ação:Divórcio Litigioso
Requerente:V. C.
Advogado:José Ângelo de Almeida (RO 309), Daniele Pontes Almeida (OAB/RO 2567), Maria Beatriz Imthon (OAB/RO 625)
Requerido:E. M. da S. C.
Advogado:Miguel Antonio Paes de Barros (RO 301), Debora Cristina Moraes (RO 6049), Kátia Carlos Ribeiro (RO 2402), Juliano Ross (OAB RO 4743)
Fica a parte Requerida, por seu procurador, intimada para no prazo legal, a retirar o Formal de Partilha expedido nos autos.

Proc.: 0003085-90.2014.8.22.0009
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:C. C. F. C.
Advogado:Paulo Ferreira de Souza (RO 243-B)
Executado:J. L. C.
Advogado:Sebastião Cândido Neto (RO 1826), Victor Alexsandro do Nascimento Custódio (OAB/RO 5.155)
Fica a Parte Autora, por seu procurador, intimada, no prazo legal, para retirar o Edital expedido, bem como comprovar sua publicação.

Proc.: 0003725-30.2013.8.22.0009
Ação:Usucapião
Requerente:Rosilei Monteiro Sanches
Advogado:Hevandro Scarcelli Severino (RO 3065), Sammuel Valentim Borges (RO 4356)
Requerido:Alice Basso, Maria Anita da Silva Santos, Construtora Mendes Júnior S/a
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, notificada para recolher a importância de R$ 780,03, a título de custas do processo em epigrafe, sob pena de expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0001457-32.2015.8.22.0009
Ação:Ação Civil de Improbidade Administrativa
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Requerido:Município de Pimenta Bueno- Ro / Prefeitura Municipal da Cidade de Pimenta Bueno-ro, Jean Henrique Gerolomo de Mendonça, Sylvio Carlos de Paula, Luis Carlos Neves, Maria Aparecida de Souza Santos, Manoel Cláudio Carvalho Ribeiro, Diego dos Santos Lúcio
Advogado:Procurador Municipal (NBO 020), Cibele Thereza Barbosa Rissardo (RO 235-B), Henrique Scarcelli Saverino (OAB/RO 2714), Lauro Paulo Klingelfus (OAB/RO 1951), Lauro Paulo Klingelfus Junior (RO 2389), Alexsandro Klingelfus ( ), Michele Vanessa Colonese Michelis (OAB RO 4163), Alexsandro Klingelfus ( ), Lauro Paulo Klingelfus Junior (RO 2389), Lauro Paulo Klingelfus (OAB/RO 1951), Alexsandro Klingelfus (RO 2395), Lauro Paulo Klingelfus Junior (RO 2389), Lauro Paulo Klingelfus ( ), Defensoria Pública de Pimenta Bueno Ro ( )
DESPACHO:
Concedo ao requerido Sylvio, carga por um dia, dos autos, tendo em vista que, em se tratando de prazo comum com os demais requeridos, não é possível a carga rápida. Pimenta Bueno-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito
Sandra Regina Corso Baptista da Silva

Diretor de Cartório

# COMARCA DE ROLIM DE MOURA

## 1º JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública

Proc.: 0000972-63.2014.8.22.0010
Ação:Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Faz.Pública )
Requerente:Augusto da Silva Leme
Advogado:Advogado Não Informado ( 000)
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Eliabes Neves (OAB/RO 4074), Luciano Brunholi Xavier (OAB/RO 550A), Antônio das Graças Souza (OAB/RO 10B)
DESPACHO:
Intime-se Augusto do cálculo (fl. 141).Não havendo manifestação, ou concordando ele com a conta, tendo-se em vista que o executado não lhe fez reparo algum, ter-se-á por correto o cômputo.Caso em que, expeça-se a requisição de pequeno valor.Oportunamente, arquive-se.Rolim de Moura-RO, quarta-feira, 12 de abril de 2017. Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira Juiz de Direito

## 1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Rolim de Moura-RO
e-mail: rmm1criminal@tjro.jus.br

Proc.: 1000665-87.2017.8.22.0010
Ação:Carta Precatória (Criminal)
Autor:Ministério Público do Estado do Paraná
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Réu:Luciano da Silva Pereira
Advogado:Advogado Não Informado ( 000)
DESPACHO:
Vistos.DESIGNO audiência de testemunha para o dia 22/06/2017 às 12h00min.Expeça-se a documentação necessário para a prática do ato, comunicando ao juízo deprecante esta DECISÃO. Certificado que a pessoa a ser citada/intimada se mudou para endereço certo, encaminhe-se o expediente ao juízo da respectiva Comarca, comunicando-o. Não sendo localizada pessoa, devolva-se.Ciência ao Ministério Público e à Defesa.Cobre-se cópia dos termos de depoimento das testemunhas.SERVE ESTE DESPACHO DE OFÍCIO ( )/MANDADO ( ) Nº_____.INFORMAÇÕES AO DEPRECANTE: a mídia de depoimento/interrogatório poderá ser extraída diretamente do sistema KENTA-DRS AUDIÊNCIAS, dentro no módulo de Pesquisa de Audiências. PROCEDIMENTO: deve ser localizada a Vara: RDM1CRI - 1ª Vara Criminal de Rolim de Moura; na sequência colocar Status: Publicadas, data da audiência ou número do processo e localizar.Rolim de Moura-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira Juiz de Direito

GABARITO
Vara Criminal de Rolim de Moura - RO
Expediente do dia 19 de abril de 2017
Juiz de Direito: Cláudia Vieira Maciel de Sousa
Prazo do Edital 05 dias
Proc.: 10002077020178220010
Acusada: ÉRICA MESSIAS GONÇALVES FREITAS, brasileira, solteira, nascida aos 24/09/1993, natural de Rolim de Moura/RO, filha de Maria Salete de Freitas e Geniclei Messias da Silva.
Adv.: Dr. AÍRTON PEREIRA DE ARAÚJO, OAB-RO 243, advogado com escritório profissional na comarca de Rolim de Moura/RO.
Adv.: Dr. DANILO CONSTANCE MARTINS DURIGON, OAB-RO 5114, advogado com escritório profissional na comarca de Rolim de Moura/RO.
FINALIDADE:
1 - Intimar os advogados acima mencionados, da Audiência de Instrução e Julgamento designada para o dia 25/05/2017, às 08h00min, a ser realizada na Sala de Audiências da Vara Criminal desta comarca, nos autos supracitados. Cláudia Vieira Maciel de Sousa, Juíza de Direito da Vara Criminal. Eu, Solange Aparecida Gonçalves, Diretora de Cartório, mandei lavrar o presente.
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES,
Escrivão: rmm1criminal@tjro.jus.br
Juiz: rmmjuiz@tjro.jus.br
Solange Aparecida Gonçalves

Diretora de Cartório

## 1ª VARA CÍVEL

Processo: 0004238-29.2012.8.22.0010
Classe: EXECUÇÃO FISCAL
Polo ativo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Advogado: PROCURADOR DO MUNICÍPIO
Polo passivo: JOSIAS VIEIRA DE LIMA
Advogado: NÃO INFORMADO
Certidão
Certifico que este processo foi migrado do sistema SAP para o PJe conforme determinação deste juízo.
Rolim de Moura, 19 de abril de 2017.
Endrio Patrik Bom Fim
Técnico Judiciário

Processo: 0003338-80.2011.8.22.0010
Classe: EXECUÇÃO FISCAL
Polo ativo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Advogado: PROCURADOR DO MUNICÍPIO
Polo passivo: ANTONIO LOBAKE e outro
Advogado: NÃO INFORMADO
Certidão
Certifico que este processo foi migrado do sistema SAP para o PJe conforme determinação deste juízo.
Rolim de Moura, 19 de abril de 2017.
Endrio Patrik Bom Fim
Técnico Judiciário

Processo: 0003628-32.2010.8.22.0010
Classe: EXECUÇÃO FISCAL
Polo ativo: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
Advogado: PROCURADOR DO MUNICÍPIO
Polo passivo: JAIRO PRIMO BENETTI e outro
Advogado: MARCIO ANTONIO PEREIRA
Certidão
Certifico que este processo foi migrado do sistema SAP para o PJe conforme determinação deste juízo.
Rolim de Moura, 19 de abril de 2017.
Endrio Patrik Bom Fim
Técnico Judiciário

REPUBLICAÇÃO POR ERRO MATERIAL
Proc.: 0000999-51.2011.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Irmãos Lippel e Cia Ltda.
Advogado:Rafael Frainer (RS 59.021), Henrique Figueró Rambor (RS 70.259), Pedro Figueró Rambor (RS 83.723)
Executado:N. J. Transportes e Construções Ltda Epp
Advogado:Advogado Não Informado

DESPACHO:Como requisito para a consulta ao Bacenjud ou Renajud deve a parte interessada provar o recolhimento previsto no art. 17 da Lei Estadual 3896/2016.Intime-se.Rolim de Moura-RO, quarta-feira, 12 de abril de 2017.Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito

Proc.: 0003221-26.2010.8.22.0010
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Nilza Maria da Conceição
Advogado:Neri Cezimbra Lopes (RO 653-A.), Alan Arais Lopes (OAB/RO 1787), Sérgio Lopes Martins (OAB/RO 3215)
Executado:Adhemar Peixoto Guimarães
Advogado:Daniel dos Anjos Fernandes Júnior (OAB/RO 3214), Fábio José Reato (OAB/RO 2061), Airton Pereira de Araújo (OAB/RO 243), Cristóvam Coelho Carneiro (OAB/RO 115)
SENTENÇA:
Homologo o acordo celebrado entre as partes, o qual será regido pelas cláusulas insertas na petição de fls. 258/259, o que faço com fundamento no art. 57 da Lei n. 9.099/97, c/c o art. 515, III e art. 924, III, ambos do Código de Processo Civil; e art. 840 do Código Civil.Com efeito, o acordo será regido pelas cláusulas e condições estabelecidas na petição juntada aos autos pelas partes (fls. 258/259), ressalvados direitos de terceiros de boa-fé.Esta SENTENÇA homologatória de transação valerá como título executivo judicial, conforme previsto no art. 515, III, do referido diploma legal. Resolvo o processo com exame de MÉRITO, nos termos do art. 487, III, “b”, e art. 924, III, ambos do CPC.Torno ineficaz eventual penhora realizada nestes autos.Retire-se o veículo penhorado da pauta do leilão judicial eletrônico previamente designado à f. 246. Comunique-se à leiloeira oficial.Procedo à liberação da restrição judicial que recai sobre o veículo da parte devedora, conforme detalhamento anexo. Anoto que inexistem valores bloqueados em contas de titularidade da parte executada.Sirva-se como MANDADO para trasnferência de propriedade do veículo marca Honda, CR-V, placa OHU-6740 para o nome da autora, desde que recolhidas as taxas, impostos e outras despesas administrativas.Sem custas finais, ante a disposição inserta no art. 90, §3°, do CPC.P. R. I. Oportunamente arquivem-se. Rolim de Moura-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito

Proc.: 0013800-72.2006.8.22.0010
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:F. P. R. B. F. P. R. B.
Advogado:Airton Pereira de Araújo (OAB/RO 243), Fábio José Reato (OAB/RO 2061), Airton Pereira de Araújo (OAB/RO 243), Fábio José Reato (OAB/RO 2061)
Executado:C. A. R. B.
Advogado:Hélio Bueno de Camargo (OAB/PR 3.921)
Fica a parte autora, por via de seu advogado, intimada a, no prazo de 5 (cinco) dias, retirar o auto de adjudicação expedido, bem como, em igual prazo, regularizar a representação de Fernanda Pires Ribas Bueno, juntando cópia de seus documentos pessoais, em razão da mesma ter alcançado a maioridade civil.

Proc.: 0001991-70.2015.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Graciomar Bueno Seman
Advogado:Regiane Teixeira Struckel (OAB RO 3874)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss
Fica a parte autora, por meio de seu advogado, intimada do trânsito em julgado da SENTENÇA de fls. 120/122, observando que eventual cumprimento de SENTENÇA deve ser distribuído no sistema PJe.

Proc.: 0003222-35.2015.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Requerente:Canopus Administradora de Consórcios S.C. Ltda
Advogado:Marcelo Brasil Saliba (OAB/RO 5258), Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/RO 4.658)
Requerido:Alan Cristian de Carvalho
Advogado:Advogado Não Informado
Fica a parte autora, por meio de seu advogado, intimada a, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito com a providência de acordo com o caso.

Proc.: 0005975-96.2014.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Tornearia e Rodantes Tassi Ltda - Me
Advogado:Jantel Rodrigues Namorato (RO 6430), Paulo César da Silva (OAB/RO 4.502)
Executado:Coenco Construções Empreendimento e Comércio Ltda
Advogado:Advogado Não Informado
Fica a parte exequente, por meio de seu advogado, intimada a, no prazo de 5 (cinco) dias, comprovar o pagamento das custas referentes à diligência solicitada, em observância à Lei Estadual nº 3.896/2016, sob pena de indeferimento do pedido.

Proc.: 0005721-26.2014.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Josué Francisco de Souza
Advogado:Emerson Baggio (OAB/RO 4272)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss
Fica a parte autora, por via de seu advogado, intimada a, no prazo de 15 (quinze) dias, caso queira, manifestar-se sobre a contestação apresentada pelo INSS.

Proc.: 0002417-82.2015.8.22.0010
Ação:Divórcio Litigioso
Requerente:V. R. B.
Advogado:Itamar de Azevedo (OAB/RO 1898)
Requerido:M. J. R. de L. B.
Advogado:Advogado Não Informado
Fica a parte autora, por meio de seu advogado, intimada a, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre os estudos psicossociais realizados.

Proc.: 0001900-14.2014.8.22.0010
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:K. R. da C. K. R. C.
Advogado:Rhenne Dutra dos Santos (RO 5270)
Executado:V. L. da C.
Advogado:Não Informado
Fica a parte exequente, por via de seu advogado, intimada a, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre o retorno da carta precatória expedida para a prisão do executado.

Proc.: 0000835-47.2015.8.22.0010
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:José Raimundo Eler
Advogado:Eloir Candioto Rosa (OAB/RO 4355)
Requerido:Daniel Martins de Mendonça, Solange Aparecida Ribeiro
Advogado:Advogado Não Informado
Fica a parte autora, por via de seu advogado, intimada a, no prazo de 5 (cinco) dias, comprovar a distribuição da DECISÃO de fl. 68 (servindo como carta precatória).

Proc.: 0003612-39.2014.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Jodan Nutrição Animal
Advogado:Danilo Constance Martins Durigon (OAB RO 5114), Airton Pereira de Araújo (OAB/RO 243), Cristóvam Coelho Carneiro (OAB/RO 115), Daniel dos Anjos Fernandes Júnior (OAB/RO 3214), Fábio José Reato (OAB/RO 2061)
Executado:Vanilson Gonçalves Pereira, Elza Pereira, Sebastião Gonçalves Pereira

Advogado:Advogado Não Informado
Fica a parte exequente, por via de seu advogado, intimada a, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre o retorno da carta precatória expedida para nova avaliação do veículo penhorado.

Proc.: 0002074-57.2013.8.22.0010
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Banco Bradesco S/A
Advogado:Luciano Boabaid Bertazzo (OAB/RO 1894), Maria Lucília Gomes (OAB/SP 84.206), Thiago de Siqueira Batista Macedo (RO 6842)
Requerido:Francisco Bossa Ávila.
Advogado:Advogado Não Informado
Fica a parte autora, por via de seu procurador, intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito, com a providência de acordo com o caso, face o decurso do prazo de suspensão solicitado.

Proc.: 0003228-76.2014.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S/A - BASA
Advogado:Aline Fernandes Barros (OAB/RO 2708), Michel Fernandes Barros (OAB/RO 1790)
Executado:Luiz Fabiano Przybysz
Fica a parte exequente, por via de seu procurador, intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito, com a providência de acordo com o caso, face o decurso do prazo de suspensão solicitado.

Proc.: 0004644-50.2012.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Balconi & Balconi Ltda Me
Advogado:Airton Pereira de Araújo (OAB/RO 243), Cristóvam Coelho Carneiro (OAB/RO 115), Fábio José Reato (OAB/RO 2061), Daniel dos Anjos Fernandes Júnior (OAB/RO 3214), Adailton Pereira de Araújo (RO 2562), Danilo Constance Martins Durigon (OAB RO 5114)
Requerido:E. Aparecido Vidigal ME
Advogado:Corina Fernandes Pereira (RO 2074)
Ficam as partes, por via de seus advogados, intimadas a, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestarem-se sobre o retorno da carta precatória expedida à Comarca de Buritis/RO, para oitiva de testemunhas, devolvida sem cumprimento em razão do não pagamento das respectivas custas.

Proc.: 0005249-64.2010.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S/A - BASA
Advogado:Caroline França Ferreira (OAB/RO 2713), Alessandra Cristiane Ribeiro (RO 2204), Daniele Gurgel do Amaral (OAB/RO 1.221), Gilberto Silva Bonfim. (OAB/RO 1727), Marcelo Longo de Oliveira (OAB/RO 1096), Monamares Gomes Grossi (RO 903), Paulo Eduardo da Silva Nascimento (OAB/RO 2537), Michel Fernandes Barros (OAB/RO 1790), Aline Fernandes Barros (OAB/RO 2708)
Executado:Rodo Pneus Ind. Com. e Recapagem Ltda - Me, Flávia Fernanda Cassol Olivo, Valmir Olivo
Advogado:Advogado Não Informado ( 338 - A)
DESPACHO:
Defiro a penhora de 42.000 quotas ou ações da empresa A.C.M. Artefatos de Cimento Mica Ltda., em nome de Flávia Fernanda Cassol Olivo e Valmir Olivo, conforme contrato ou estatuto social inserto às fls. 181/194. Servirá a presente DECISÃO como termo de constrição, independentemente de outra formalidade.Intimem-se os executados, na pessoa de seus advogados, ou, não o tendo, pessoalmente, por via eletrônica ou carta direcionada ao endereço em que se efetivou a citação ou último endereço cadastrado nos autos, acerca da penhora.Intime-se a empresa, na pessoa de seu representante legal, para que, no prazo de 30 dias: I - apresente balanço especial, na forma da lei; II - ofereça as quotas ou as ações aos demais sócios, se houver, observado o direito de preferência legal ou contratual; III - não havendo interesse dos sócios na aquisição das ações, proceda à liquidação das quotas ou das ações, depositando em juízo o valor apurado, em dinheiro.Registre-se que, em caso de inércia ou divergência quanto à liquidação, o exequente ou a sociedade poderão requerer a nomeação de administrador judicial.Neste último caso, os honorários do administrador judicial serão adiantados por aquele que requereu a diligência, ou, em caso de inércia, pelo exequente, incorporando ao total da dívida executada.Para garantia da constrição, servirá a presente, assinada digitalmente, como ofício à Junta Comercial, que deverá ser encaminhado pelo próprio exequente, comprovando posteriormente nos autos no prazo de 10 dias.Rolim de Moura-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito

Proc.: 0003597-36.2015.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Sociedade Rolimourense de Educação e Cultura Ltda
Advogado:Fábio José Reato (OAB/RO 2061), Airton Pereira de Araújo (RO 243)
Executado:Wesley Maxi de Brito Andrade
Advogado:Advogado Não Informado ( 000)
DESPACHO:
Ante o teor da resposta do ofício colacionada à f. 47, intime-se a parte exequente a, no prazo de 10 dias, requerer o que entender oportuno, devendo, nessa oportunidade, apresentar o valor atualizado do débito.Atente-se a credora para o caso se tratar de eventual execução frustrada, não sendo recomendado deduzir pedidos de suspensão infundados e desarrazoados.Rolim de Moura-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito

Proc.: 0002919-55.2014.8.22.0010
Ação:Embargos de Terceiro (Cível)
Embargante:João Leite
Advogado:Arthur Paulo de Lima (OAB/RO 1669)
Embargado:Cooperativa de Crédito Rural de Alta Floresta do Oeste-RO, Magia Aquatica Ltda Me
Advogado:Roberta de Oliveira Lima Paes (OAB/RO 1568), Rhenne Dutra dos Santos (RO 5270)
DESPACHO:
Suspendo o feito pelo prazo de 180 dias.Decorrido o prazo concedido, manifeste-se a parte requerente.Rolim de Moura-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito

Proc.: 0000764-50.2012.8.22.0010
Ação:Inventário
Inventariante:Valdomiro Rodrigues
Advogado:Nivaldo Vieira de Melo (OAB/RO 257A), Roberta de Oliveira Lima Paes (OAB/RO 1568), Hercilio de Araújo Ferreira Filho (MG 61.990-B), Rhenne Dutra dos Santos (RO 5270)
Inventariado:Espólio de Rosalina Maria Rodrigues
Advogado:Não Informado ( )
DECISÃO:
Valdomiro Rodrigues e outros herdeiros pretendem obter autorização judicial para a venda do imóvel já partilhado entre eles. Pedem ainda para depositarem em juízo o valor referente à cota parte dos herdeiros Luciano Rodrigues da Cruz e Douglas Rodrigues da Cruz, citados por edital no curso do inventário. Alternativamente, buscam a autorização para o desmembramento da cota-parte do imóvel de cada um dos herdeiros.No caso em exame, já houve a partilha do bem imóvel deixado pela falecida Rosalina Maria Rodrigues e o processo de inventário já terminou. Deveras já houve a prestação jurisdicional e a SENTENÇA que julgou o inventário há muito transitou em julgado.O quinhão de cada herdeiro restou definido na partilha constante do inventário,

conforme documentos de fls. 123/128. Os antes herdeiros, agora são proprietários e condôminos daquele imóvel. Não há falar mais em herdeiros.Os proprietários que quiserem vender sua fração ideal do bem poderão fazê-lo sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário, respeitado o disposto no art. 504 do Código Civil.Logo, indefiro os pleitos deduzidos às fls. 132/133.Retornem os autos ao arquivo.Intimem-se.Rolim de Moura-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito

Proc.: 0003588-74.2015.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Lúcia dos Santos
Advogado:Eloir Candioto Rosa (OAB/RO 4355)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss ( 000.)
SENTENÇA:
MARIA LÚCIA DOS SANTOS ingressou com ação previdenciária contra o INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL reivindicando o restabelecimento do benefício intitulado auxílio-doença, alegando, para tanto, ser segurada especial da previdência social, já que, quando sadia, exercia atividade rurícula (art. 11, inc. VII, alínea "a", da Lei 8.213/91).Sustentou a autora que padece de condição incapacitante, porém o requerido lhe negou o benefício por não lhe reconhecer a qualidade de segurada especial.Negada a tutela provisória (f. 45), o INSS foi citado e contestou a demanda. Sem preliminares, no MÉRITO alegou falta de requisitos para o benefício auxílio-doença, vez que a autora não comprovou a sua impossibilidade permanente de trabalhar nem a qualidade de filiada especial. Anexou consulta dando conta da existência de veículos registrados tanto em nome da autora quanto de seu cônjuge.No saneamento processual, restou designada perícia médica.Com a vinda do laudo pericial (fls. 68 e seguintes), as partes tomaram ciência. A autora requereu nova perícia para que se averiguasse o período em que a autora esteve incapacitada. O perito apresentou esclarecimentos complementares (f. 77 e seguintes).Na data de 11/4/2017 foram ouvidas a autora e suas testemunhas; o INSS, como de praxe, não compareceu.Eis o relatório. Decido.A instrução foi encerrada e o feito está apto ao julgamento. Nos termos do art. 59 da Lei 8.213/91, o auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 dias consecutivos. Outrossim, o art. 60, da Lei 8.213/91, dispõe que o auxílio-doença será devido ao segurado empregado a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade, e, no caso dos demais segurados, a contar da data do início da incapacidade e "enquanto ele permanecer incapaz".Os documentos anexados aos autos revelam que o indeferimento do benefício ocorreu pelo fato de o requerido não reconhecer a autora como segurada. A qualidade de segurado e a comprovação da deficiência incapacitante para o trabalho/atividade são indispensáveis para a concessão do benefício em questão. A autora anexou os seguintes papéis ao feito: contrato de comodato rural de janeiro de 2013 com firma reconhecida na época (fls. 34-37); notas fiscais de compra de insumos e materiais (fls. 38-40; 44); ficha de controle de gado bovino emitida em 2014 (f. 41) pela Agência Estadual de Defesa Sanitária do Mato Grosso do Sul.O INSS, no momento da contestação, anexou ao processo consulta dando conta da existência de veículos em nome da autora e de seu cônjuge (fls. 53-54). Anexou, também, informação de endereço do cônjuge da autora na cidade de Machadinho d'Oeste (f. 55).Ouvida em Juízo, a autora disse que é casada com Valdenir Guimarães dos Santos e que moram em Machadinho d'Oeste. Já residiu em Rolim de Moura há muitos anos e depois foi para o Mato Grosso do Sul, onde ficou até descobrir que estava doente. Voltou para Rondônia para realizar tratamento de saúde. Posteriormente, ficou em Rolim de Moura por um tempo durante a radioterapia a que se submetera. Em Sidrolândia a autora diz que plantava abóbora e milho e criava galinhas para vender na feira e à Ceasa. A testemunha Louraci Santos Bastos disse que mora em Rolim de Moura. A autora morava aqui e foi para Campo Grande, onde residia numa chácara.Angela Maria Procópio Fornazier mora em Rolim de Moura e conhece a autora há mais de seis anos. Não sabe dizer onde a autora mora atualmente. Não conhece Sidrolândia. Sabe que a autora plantava abóbora e criava galinhas lá no Mato Grosso do Sul. O contato com a autora era feito por telefone.Nessa esteira, a qualidade de segurada da autora, e o cumprimento da carência exigida de 12 meses antes do requerimento do benefício, não restam comprovados. Vejamos.Em que pese a afirmação da autora de que exercia atividades rurais na localidade de Sidrolândia no Mato Grosso do Sul, a prova documental é extremamente frágil. Diz a autora que vendia parte da produção à Ceasa (provavelmente refere-se às Centrais de Abastecimento de Mato Grosso do Sul), porém não anexa ao feito uma nota fiscal sequer. Em verdade, os papéis de fls. 38-44 dão conta apenas da compra de arame (f. 38), medicamentos veterinários (f. 39), ração (f. 40) e vacinas para aftosa (f. 44). Esses documentos não servem, isoladamente, como início de prova material de atividades rurais de subistência. De se observar que as duas testemunhas ouvidas prestaram as informações a partir daquilo que ouviram da autora. Nem Louraci nem Angela conhecem Sidrolândia ou testemunharam as atividades da autora diretamente.Na atualidade, a autora reside na cidade de Machadinho d'Oeste, RO. Veículos estão registrados em nome da autora e de seu companheiro, conforme consulta ao Renajud realizada nesta data.O arcabouço probatório da autora é o seguinte: uma prova documental praticamente inexistente e as declarações de duas testemunhas que nunca estiveram em Sidrolândia onde a autora teria desenvolvido atividades rurais. Como sabido, a prova testemunhal, sozinha, não é suficiente para demonstrar a qualidade de segurado rural.Além disso, o laudo médico pericial afirma que a demandante não possui incapacidade no momento da perícia. Em resposta a perguntas complementares, o perito disse que, pela análise dos documentos médicos que lhe foram apresentados, a autora esteve incapacitada até 30/5/2015 (f. 78). Afirmou, também, que, no momento do pedido administrativo, a autora estava incapacitada.Em que pese as conclusões do perito, não está comprovada e efetiva qualidade de segurada especial à autora, mormente diante da falta de elementos que evidenciem atividades rurais de subsistência praticadas por período da carência exigida na espécie. DISPOSITIVO.Isso posto, por não ostentar a condição de segurada especial da previdência social na época do requerimento administrativo, rejeito a pretensão de MARIA LÚCIA DOS SANTOS, o que faço com lastro no artigo 487, inc. I, do Código de Processo Civil.Dessarte, com base no § 2º do art. 98 do CPC, condeno a parte autora às custas processuais e aos honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sobre o valor da causa, consoante os critérios constantes do art. 85, § 3° do CPC, observados os requisitos do § 2°, incisos I a IV do mesmo DISPOSITIVO legal. Diante da gratuidade judiciária concedida no DESPACHO inicial, deverá ser observado o prazo do § 3º do art. 98 do CPC quanto a eventual execução das obrigações da sucumbência, as quais ficam em condição de exigibilidade suspensa.Nos termos do art. 487, inc. I, do CPC, extingo o processo com resolução de MÉRITO. Publique-se e intimem-se.Transitada em julgado, arquivem-se. Rolim de Moura-RO, segunda-feira, 17 de abril de 2017.Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito

Proc.: 0002768-55.2015.8.22.0010
Ação:Monitória
Requerente:Posto de Molas J. Lazaroto Ltda -me
Advogado:Jantel Rodrigues Namorato (RO 6430), Paulo César da Silva (OAB/RO 4.502), Daniel de Pádua Cardoso de Freitas (RO 5824,)
Requerido:Virgulino de Pícoli, Fábio de Pícoli
Advogado:Advogado Não Informado ( 000)
DECISÃO:
POSTO DE MOLAS J. LAZAROTTO LTDA. ingressou com ação monitória contra VIRGULINO DE PICOLI e FABIO DE PICOLI, objetivando o recebimento de dívida no valor de R$ 6.047,76,

representada por cheques que perderam a sua força executória. Embora citado pessoalmente (f. 30), o requerido Fabio de Pocoli não apresentou resposta (f. 31-verso).O requerido Virgulino de Picoli foi regularmente citado via edital (f. 40), sendo nomeado curador especial, o qual oficiou no feito, apresentando embargos por negativa geral (f. 44). Intimada para se manifestar, o autor pediu a rejeição dos embargos monitórios opostos.É o breve relatório. DECIDO.A requerente ajuizou a ação monitória com o objetivo de receber o valor decorrente de título executivo que perdeu a sua força executória.Com efeito, a pretensão do autor merece prosperar, senão veja-se:Os documentos que embasam a presente ação monitória se enquadram perfeitamente ao DISPOSITIVO processual em questão art. 700 do CPC -, vez que se tratam de cheques prescritos. Nesse diapasão, cumpre destacar que a cártula em estudo é tida como título executivo extrajudicial, conforme se infere no art. 784, I do CPC e sua força executiva se encerra em seis meses a contar do prazo para a sua apresentação, de modo que, nesse ínterim, o credor possui crédito líquido, certo e exigível.Contudo, expirado o prazo prescricional persiste a ação cambial regulamentada pelo art. 61 da Lei n 7.357/85, sendo que agora ter-se-á como pretensão condenatória, voltada a formação de título executivo judicial, sem perder, contudo, sua característica cambial.No presente caso, a medida monitória é amparada por dois cheques emitidos em 3/9/2014. Desse modo, a prescrição dos referidos títulos sobreveio em 3/4/2015, por se tratar de mesma praça (art. 33 da Lei n 7.357/85). Logo, sendo a ação monitória em tela ajuizada em 23/6/2015, portanto, dentro do prazo legal, perfeitamente cabível o ingresso da presente ação monitória para o recebimento dos cheques prescritos, já que perderam a sua eficácia executória.Nesse sentido, têm-se os seguintes julgados:Processo civil. Ação monitória. Cheque prescrito. Documento hábil. Causa debendi. Indicação na inicial. Desnecessidade. Precedentes. Recurso provido. Na linha da orientação das Turmas da Segunda Seção, o cheque prescrito é prova suficiente a ensejar o ajuizamento de ação monitória, pouco importando a origem da dívida. (REsp n. 419477/RS, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, j.em 4/6/2002, DJ 2/9/2002, p. 199).Ação Monitória. Cheque prescrito. Apresentado pelo autor o cheque, o ônus da prova da inexistência do débito cabe ao réu. A prova inicial, municiada pelo cheque, é o bastante para comprovação do direito do autor ao crédito reclamado, cabendo ao lado adverso demonstrar, eficazmente, o contrário" (STJ-4 Turma, REsp 285.223-MG, rel. Min. Aldir Passarinho Jr., j. 26.6.01, negaram provimento, v.u., DJU 5.11.01, p. 116).Nessa esteira, considerando que restou demonstrada que razão assiste à parte requerente, cumpre tecer acerca da incidência da correção monetária e dos juros moratórios.A correção monetária é devida desde o vencimento do título porque não constitui penalidade, nem se confunde com mora. Sua incidência objetiva manter atualizado o valor pretendido.Em se tratando dos juros, estes devem corresponder ao limite de 1.0% a.m, nos moldes do art. 406 do Código Civil.Contudo, acerca dos juros moratórios, tendo o título perdido sua executividade, tornou-se necessária nova constituição em mora, a qual se efetivou então apenas com a citação.No sentido dessa orientação, os seguintes arestos de nosso Tribunal:APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO MONITÓRIA - EMBARGOS - CHEQUES PRESCRITOS - ATUALIZAÇÃO DO VALOR POR MEIO DE LIQUIDAÇÃO - DESNECESSIDADE - MERO CÁLCULO MATEMÁTICO - JUROS LEGAIS - OMISSÃO NO ATO SENTENCIAL - APRECIAÇÃO DE OFÍCIO - EFEITO DEVOLUTIVO - INCIDÊNCIA A PARTIR DA CITAÇÃO CORREÇÃO MONETÁRIA - TERMO INICIAL - VENCIMENTO DOS TÍTULOS LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ - AFASTADA - RECURSO, PARCIALMENTE, PROVIDO. Sendo possível a atualização do débito por simples cálculo matemático, desnecessária se mostra a liquidação pretendida. Havendo omissão no ato sentencial, quanto à incidência de juros sobre a dívida, pode o Tribunal, em razão do efeito devolutivo do Apelo, estabelecê-los, sem que isso configure reformatio in pejus. Na Ação Monitória para cobrança de cheques prescritos, os juros incidem a partir da citação, e a correção monetária da data de vencimento, presentes em cada um dos títulos. (TJ/MT, RAC nº 6969/08, Rel. Des. Márcio Vidal, julgado em 01-04-2008).Ementa: AÇÃO MONITÓRIA. CHEQUE PRESCRITO. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL. - Os juros moratórios, na ação monitória, contam-se a partir da citação. Recurso especial não conhecido. (Processo REsp 554694 / RS; RECURSO ESPECIAL 2003/0084881-8; Relator(a) Ministro BARROS MONTEIRO; Órgão Julgador T4 - QUARTA TURMA; Data do Julgamento 06/09/2005; Data da Publicação/Fonte DJ 24.10.2005 p. 329). Ação monitória. Nota promissória prescrita. Alegação de nulidade do título e de cobrança abusiva de valores. Juros de mora. Termo inicial. Contexto probatório que converge no sentido de que a nota promissória não foi assinada em branco, especialmente porque houve reconhecimento de uma das assinaturas em cartório, a teor do que exige o artigo 661 da Consolidação Normativa e Registral da Corregedoria Geral de Justiça deste Estado. Alegação de nulidade rechaçada. Não demonstrando os embargantes que os pagamentos parciais realizados o foram em relação à nota promissória em questão, mantém-se hígido o valor nela inserido, não se cogitando da incidência do disposto no artigo 1.531 do CCB de 1916. Os juros de mora incidem da citação, nos termos do artigo 219 do Código de Processo de Civil. Sucumbência inalterada. Apelos desprovidos. (APC 70010893188, 12ª Câmara Cível do TJRS, relator: Des. Cláudio Baldino Maciel, julgado em 14/07/2005).Todavia, nos termos do art. 702, § 2º, do CPC, quando o réu alegar que o autor pleiteia quantia superior à devida, cumprir-lhe-á declarar de imediato o valor que entende correto, apresentando demonstrativo discriminado e atualizado da dívida. Na hipótese em exame, nada disso foi feito pelos embargantes. Os embargantes não declararam o valor que entendem devido pagar, nem apresentaram demonstrativo discriminado e atualizado da dívida.Logo, considerando que não restou demonstrado fato modificativo, extintivo ou impeditivo do direito do autor, o decreto de improcedência dos embargos é medida que se impõe.ISSO POSTO, rejeito os embargos interpostos por VIRGULINO DE PICOLI e, como consequência, julgo procedente esta ação monitória, constituindo, de pleno direito, o título executivo judicial, com a obrigação dos réus pagarem ao autor a quantia de R$ 6.047,76, com correção monetária a partir do inadimplemento e juros a contar da citação.Nos termos do artigo 85, § 2º, do CPC, condeno os réus a pagarem ao patrono do autor honorários advocatícios no valor de 10% sobre o valor da condenação.Deveras, o patrono do autor atuou com adequado grau de zelo. Contudo, o lugar de prestação do serviço não exigiu grandes despesas do vencedor. A natureza singela e a natural importância da causa - sem questões de alta complexidade, assim como o sóbrio e equilibrado trabalho realizado pelo advogado do autore, próprio desse tipo de demanda, e sem consumo imoderado de tempo para a sua consecução, sustentam a fixação dos honorários no limite mínimo previsto em lei.Intime-se o autor a, no prazo de 10 dias, requerer o que entender oportuno devendo, nessa oportunidade, apresentar o valor atualizado do débito.Somente então, tornem-me os autos conclusos.Rolim de Moura-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito

Proc.: 0002421-22.2015.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:P. C. G.
Advogado:Rhenne Dutra dos Santos (RO 5270)
Requerido:A. C. G.
Advogado:Advogado Não Informado ( 000)
SENTENÇA:
PEDRO CIRÍACO GOMES ingressou com pretensão exoneratória de alimentos contra ANA CAROLINA GOMES argumentando que ela atingiu a maioridade civil e exerce atividade remunerada. Pediu a gratuidade judiciária e procedência da ação para se ver exonerado do dever de entregar alimentos à requerida.Inicialmente a gratuidade foi deferida e determinada a citação da requerida.Em sede de contestação (fls. 26 e seguintes), a requerida informou que frequenta curso de nível superior em faculdade particular

e que os alimentos são necessários para que se garanta sua formação profissional. Concordou com redução dos alimentos ao suficiente para o pagamento da mensalidade.Pediu gratuidade judiciária e improcedência do pedido.O autor, por sua vez, impugnou a contestação (fls. 51).Em pedição de f. 62, a requerida informou não ter mais interesse nos pedidos da contestação nem na continuidade da obrigação alimentar.É o relatório. Decido. Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder". (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. 4ª Turma. Recurso Especial 2.832-RJ. Relator Ministro Sálvio de Figueiredo. Julgamento: 14/08/1990. Publicação: 17/09/1990).O feito comporta julgamento antecipado, uma vez que, nos termos do art. 355, inc. I, do CPC, embora a questão de MÉRITO envolva temas de direito e de fato, não se vislumbra a necessidade de produção de prova oral em audiência, mormente diante da prova documental anexada aos autos e do que dispõe o art. 320 do Código de Processo Civil (A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação.)No caso em exame, a reta elucidação do caso não demanda a apuração que questões fáticas, tampouco ampliação dilatória, motivo pelo qual passo ao julgamento da lide.Trata-se de pretensão exoneratória, onde a alimentandas já ultrapassou a maioridade, porém frequenta ensino superior.Não e o caso de intervenção ministerial, pois as partes são maiores e plenamente capazes.A requerida ANA CAROLINA GOMES disse concordar com o pedido de exoneração, conforme manifestação de f. 62. Dessa forma, é o caso de aplicação da alínea "a" do inc. II do art. 487 do CPC, eis que a autora reconhece a procedência do pedido.DISPOSITIVO. Isso posto, homologo o reconhecimento da procedência do pedido e, como consequência, declaro a extinção da obrigação alimentar de PEDRO CIRÍACO GOMES para com a filha ANA CAROLINA GOMES.Nos termos do artigo 85, § 2º, do CPC, condeno a requerida a pagar ao patrono do autor honorários advocatícios no valor de 10% sobre o valor da condenação.Deveras, o patrono do autor atuou com adequado grau de zelo. Contudo, o lugar de prestação do serviço não exigiu grandes despesas do vencedor. A natureza singela e a natural importância da causa – sem questões de alta complexidade –, assim como o sóbrio e equilibrado trabalho realizado pelo advogado do autor, próprio desse tipo de demanda, e sem consumo imoderado de tempo para a sua consecução, sustentam a fixação dos honorários no limite mínimo previsto em lei. Concedo à requerida a gratuidade judiciária. Deverá ser observado o prazo do § 3º do art. 98 do CPC quanto a eventual execução das obrigações da sucumbência, as quais ficam em condição de exigibilidade suspensa.Sem custas, diante da gratuidade.Resolvo o processo com análise de MÉRITO, nos termos do art. 487, inc. III, alínea "a", do Código de Processo Civil.P. R. e I.Oportunamente, arquivem-se.Rolim de Moura-RO, terça-feira, 4 de abril de 2017. Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito

Proc.: 0002677-62.2015.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:W. F. M. T.
Advogado:Salvador Luiz Paloni (OAB/RO 299A), Marta Martins Ferraz Paloni (OAB/RO 1602), Catiane Dartibale (RO 6447)
Requerido:A. E. T.
Advogado:Hevellyn Pryscylla Medeiros Roberto (OAB/RO 6595)
DESPACHO:
Não há falar em julgamento antecipado total ou parcial de MÉRITO, razão pela qual passo à fase de saneamento e organização do processo, conforme previsto no art. 357 do CPC.Inexistem questões processuais pendentes de resolução.Fixo como ponto controvertido da demanda eventual mudança na situação financeira do requerido desde a celebração do acordo de pagamento da pensão alimentícia ao requerente.Admito a produção de prova oral.O ônus da prova competirá ao autor da demanda.Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 26 de abril de 2017, às 11 horas.Neste ato será realizado o interrogatório de ambas as partes, ficando elas advertidas de que se não comparecerem ao ato ou, comparecendo, recusarem-se a depor, poderá ser aplicada a punição por litigância de má-fé (CPC, arts. 77, §2° e 80).As partes poderão ofertar rol de testemunhas no prazo de 10 dias, observado o que disposto no art. 450 do CPC. O número de testemunhas arroladas não pode ser superior a dez, sendo três, no máximo, para a prova de cada fato.Cabe aos advogados das partes informar ou intimar as testemunhas por eles arroladas do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo. Com efeito, deverão os patronos das partes proceder de acordo com o disposto no art. 455 e §§ do CPC.Anoto que a parte requerida deverá ser intimada pessoalmente para a realização da audiência, devendo constituir novo advogado ou, se for o caso, a Defensoria Pública, para patrociná-la nesta causa.Sirva-se como carta precatória de intimação para a parte requerida no seguinte endereço: Avenida 7 de Setembro, n. 3489, Cacoal/RO.Rolim de Moura-RO, sexta-feira, 31 de março de 2017.Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito

Proc.: 0000723-78.2015.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ercely Maria da Silva
Advogado:Oziel Sobreira Lima (RO 6053), Mayara Aparecida Kalb (RO 5043), Ronilson Wesley Pelegrine Barbosa (RO 4688)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss ( 000.)
SENTENÇA:
ERCELY MARIA DA SILVA ajuizou a ação previdenciária contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS objetivando a concessão do benefício intitulado pensão morte por se achar na qualidade de esposa do de cujus IRTON VIEIRA DA SILVA, falecido em 27/04/2014.Alega que seu esposo preenchia os requisitos para ser considerado como segurado especial da Previdência Social, o que geraria a seus familiares e dependentes o benefício denominado pensão por morte. Acrescenta que não obteve êxito em seu pedido formalizado administrativamente junto ao INSS para recebimento desse benefício, ao argumento de que não comprovara o que foi alegado, ou seja, que o falecido era segurado especial da Previdência Social. Dessarte, as autora requereu o reconhecimento da qualidade de segurado especial do falecido, bem como o deferimento do benefício previdenciário de pensão por morte, retroativo à data do óbito.Com a inicial vieram os documentos de fls. 12/33.O pedido de antecipação dos efeitos da tutela provisória de urgência foi indeferido (f. 34).Citado, o INSS apresentou resposta às fls. 36/38, momento em que impugnou as alegações deduzidas na inicial haja vista a ausência de prova da condição de segurado especial do de cujus, bem assim da relação de dependência econômica da autora em relação a ele.DECISÃO saneadora à f. 48. Designada audiência de instrução para esta data, procedeu-se à oitiva da autora e de três testemunhas arroladas por ela. O INSS não compareceu à solenidade.A parte autora ofertou alegações finais, tendo se reportado ao que reivindicado e deduzido durante as fases postulatória e probatória, clamando, dessarte, pelo acolhimento de suas pretensões.Eis o relatório. A DECISÃO.A rigor, o pedido deduzido na inicial é de concessão de pensão por morte. Alega a requerente que o seu cônjuge era trabalhador rural e, ante o falecimento dele, faz jus ao recebimento desse benefício, já que era sua dependente.O benefício de pensão por morte é uma prestação previdenciária continuada, de caráter substitutivo garantido aos dependentes do segurado em virtude do seu falecimento, que tem por objetivo suprir a ausência daquele que provia, ou auxiliava nas necessidades econômicas do núcleo familiar. Para fazer jus ao benefício, é imprescindível que os dependentes comprovem o preenchimento dos requisitos necessários à obtenção da pensão por morte: óbito, qualidade de segurado do falecido e relação de dependência econômica.Tais requisitos despontam da simples leitura do artigo 74, caput, combinado com o artigo 16, inc. I, § 4º, todos da Lei nº 8.213/91. Como se percebe, o primeiro requisito indispensável à concessão

do benefício é verificação do óbito de IRTON VIERA DA SILVA, que ocorreu em 27 de julho de 2014, conforme certidão colacionada à f. 18.Referido documento demonstra que o falecido IRTON residia na zona rural de Nova União/MT (Linha 2 Muriru). O formulário de cadastramento como microprodutor rural, contrato de concessão de uso de imóvel rural do INCRA datado de 2013, requerimento de inscrição simplificada de produtor rural junto à Prefeitura de Cotriguaçu datado de 2013, notas fiscais de compra e venda de produtos agrícolas (café, cavadeira e exada) datadas de 2014 e recibos de contribuição ao Sindicato dos Produtores Rurais de Cotriguaçu datados de 2013 e 2014, apontam a condição de rurícola do falecido, o que evidencia a sua condição de segurado especial. Já no que pertine a dependência econômica da autora em relação do de cujus, em que pese estabelecer o inciso I do § 4º do art. 16 da Lei 8.213/91 que a mesma é presumida em relação ao cônjuge, não há informação nos autos indicando que à época do óbito de IRTON a autora dependia economicamente deste. Ao contrário, as provas dos autos são uníssonas no sentido de que a demandante residia na cidade de Rolim de Moura, ou seja, mais de 700 quilômetros de distância do esposo que trabalhava e residia na zona rural de Cotriguaçu, Estado do Mato Grosso.Nesse sentido, aliás, o depoimento pessoal da autora:"Que se casou em 2008 com o Sr. Irton. Narra que seu esposo faleceu em julho de 2014 quando um pedaço de pau caiu sobre o seu corpo quando operava motosserra. Narra que seu falecido esposo trabalhava com seus irmãos em uma marcenaria local e depois trabalhou por um período no frigorífico. Em 2012 adquiriu um imóvel rural denominado Sítio Goiano, localizado na Linha 2, Muriru, Nova União, Zona Rural de Cortriguaçu/MT. Disse que é funcionária pública (zeladora) do Hospital Municipal desta cidade. Que no sítio do seu falecido esposo havia apenas uma casinha (barraquinho) e ele plantava arroz e feijão. Esclareceu que ele não criava gado. Que ele permanecia alguns meses no sítios e outros aqui na sua casa na cidade". Igualmente os depoimentos prestados pelas testemunhas em audiência demonstram que o casal morava distante um do outro e se viam esporadicamente. Senão vejamos:Testemunha Evaldo Cinelli:"Disse que conhece a autora e seu falecido esposo desde 2001 quando vieram para a cidade de Nova União, Estado do Mato Grosso. Ele tinha uma terra (três lotes) na região de Muriru. Era o falecido esposo da autora que cuidava do sítio e sua esposa morava em Rolim de Moura e ia uma vez por ano para Nova União. Que o apelido dele era "Preto" e ele sempre trabalhou na roça, onde criava porco, plantava milho, mandioca, abóbora, cana e o resto era pasto (capim). Que todos esses produtos eram para consumo próprio. Informou que o falecido esposo da autora não tinha gado no sítio. Acrescentou que ele ficava o ano todo no sítio e passava as férias em Rolim de Moura com a família."Testemunha Maria das Graças de Morais:"Era vizinha de sítio do "Preto", falecido esposo da autora. Conheceu o falecido esposo da requerente por volta do ano de 2005. Que ele trabalhava no seu sítio em Muriru. Sabe que ele plantava banana, abóbora, palmito, entre outros cultivos, que ele levava até a casa dela. Que ele não criava animais. Que a sua esposa morava em Rolim de Moura pois era funcionária pública daquela cidade. Que vinha para o sítio somente nas suas férias. Ele passava o final do ano em Rondônia com a família. Sabe que o falecido esposo da autora faleceu em 2012 quando estava trabalhando sozinho no sítio e um pau caiu sobre a sua cabeça". Testemunha Riquelmo Svolinski:"Disse que conheceu a autora e seu falecido esposo por volta do ano de 2012 e era seu vizinho de sítio. Que ele morava sozinho no sítio e sua esposa morava em Rondônia. Ele trabalhava na própria terra e fazia diárias para outros sitiantes. No seu sítio formava pasto, plantava milho, arroz e feijão para consumo próprio. Não criava nenhum tipo de animal. Que sua intenção antes de falecer era formar pasto e cercar a propriedade para iniciar a criação de gado. A autora enviava dinheiro para ele. Que foi a testemunha que achou o corpo do falecido esposo da autora no sítio depois que um pedaço de pau caiu sobre a sua cabeça. Que sua propriedade está abandonada atualmente". Portanto, observa-se que tanto a autora como seu falecido esposo não eram cumpridores do dever matrimonial de terem uma vida em comum, no domicílio conjugal, conforme previsto no inciso II, do art. 1.566, do Código Civil, mesmo porque o de cujus residia no Sítio Goiano, localizado na Linha 2, Muriru, Nova União, Zona Rural de Cortriguaçu/MT, ou seja, mais de 700 quilômetros de distância da autora e vinha para Rolim de Moura apenas uma vez por ano para visitar a família.As testemunhas relatam que embora fossem vizinhas de sítio do de cujus e mantinham contado regular com ele, pouquíssimas vezes viram a autora no sítio do falecido. Tanto é assim que foi um dos depoentes (Riquelmo Svolinski), que encontrou o corpo de IRTON dois dias depois do óbito.Ainda segundo os depoimentos, a parte autora ocupa o cargo de zeladora do Hospital Municipal de Rolim de Moura, portanto, é funcionária pública municipal e era quem auxiliava o seu falecido esposo financeiramente quando enviava dinheiro para ele no Estado do Mato Grosso.Ressalte-se que a seguridade social funciona como uma rede de proteção, destinando-se a amparar segurados e dependentes caso ocorram contingências previstas em lei. Na lição de Sérgio Pinto Martins, a seguridade social busca "amparar os segurados nas hipóteses em que não possam prover suas necessidades e as de seus familiares, por seus próprios meios". Acrescenta o eminente jurista: "Na verdade, o interessado tem de suportar suas próprias necessidades. Apenas quando não possa suportá-las é que subsidiariamente irá aparecer a seguridade social para ajudá-lo" (MARTINS, Sérgio Pinto, Direito da Seguridade Social. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2009).Com efeito, segurados e dependentes são responsáveis pelo próprio sustento; só em caso de impossibilidade de uns e outros é que entra a seguridade social, para provê-los do necessário.No caso da pensão por morte, a contingência, por certo, é a morte, recaindo a proteção do Estado sobre os dependentes do segurado. A ideia, in casu, é não deixar ao desamparo as pessoas que dependiam do segurado.Nessas condições, havendo prova de que um potencial beneficiário de pensão por morte não dependia do segurado, conceder-lhe o benefício significa, de um lado, a transferência indevida de encargo ao Estado e, de outro, o enriquecimento sem causa de interessado, ambos repudiados pelo direito.Qual o sentido então da presunção legal A presunção que milita em favor de algumas pessoas o faz apenas para facilitar a aplicação da própria lei que a estabelece e, com isso, dar maior efetividade às normas constitucionais que disciplinam a seguridade social. A técnica utilizada pelo legislador, no particular, consiste em presumir a dependência econômica das pessoas mais próximas do segurado, aquelas que integram o núcleo familiar, com o propósito imediato de facilitar a aplicação da lei e o mediato de conferir maior efetividade às normas constitucionais que disciplinam a seguridade social, e exigir das demais a comprovação de dependência econômica, tudo sem deixar de levar em consideração a natureza da seguridade social.Se assim é, não há que falar em presunção juris et de jure. A presunção é sempre juris tantum, admitindo prova em contrário.A lei, ao estabelecer presunção em favor de alguns dependentes, desobriga-os de comprovar dependência econômica. Isso significa tão-somente que eles não têm de suportar o ônus da prova; não significa, em absoluto, que descaiba prova em contrário. Nessa linha de pensamento, tanto a Administração quanto outros interessados podem apresentar prova em contrário, afastando a presunção estabelecida em lei.In casu, o conjunto probatório dos autos, acentua a ausência de dependência econômica da autora em relação ao falecido, sendo esta bastante plausível, eis que a autora sempre auferiu renda própria (funcionária pública) e morava sem o esposo nesta cidade. Desse modo, houve a quebra da presunção legal de dependência econômica da autora em realação ao de cujus.Logo, os elementos de prova carreados aos autos não permitem a esse magistrado formar seguro convencimento de que a autora dependia economicamente do falecido, sendo que há nos autos elementos suficientes que ilidem a presunção dessa alegação. Nesse sentido, o seguinte julgado do e. Superior Tribunal de

Justiça:PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. ACÓRDÃO QUE APONTA A AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DA COMPANHEIRA. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.1. Para fins de percepção de pensão por morte, a presunção de dependência econômica trazida no art. 16, § 4º, da Lei n. 8.213/91 é relativa, podendo ser afastada diante da existência de provas em sentido contrário. Precedente: AgRg nos EDcl no AREsp 396.299/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/12/2013, DJe 07/02/2014. 2. No caso, o Tribunal de origem, com base no conjunto probatório dos autos, concluiu que não houve a demonstração da dependência econômica. 3. Assim, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ, AgRg no REsp 1474478/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/11/2015, DJe 10/12/2015).As discussões acerca dos demais requisitos e/ou preliminares mostram-se desnecessárias, tendo em vista o não preenchimento de um dos requisito primordiais à concessão do benefício pleiteado, qual seja, o da condição de dependente econômica da demandante em relação ao de cujus.DISPOSITIVO. Isso posto, rejeito a pretensão da autora, o que faço com lastro no artigo 487, I, do Código de Processo Civil.Sem custas processuais, eis que a autora é beneficiária da gratuidade judiciária.Nos termos do art. 85, § 2º, do CPC, condeno a autora a pagar honorários aos Procuradores do INSS ou diretamente à autarquia, os quais arbitro em 10% sobre o valor atualizado da causa.Deveras, a PFN atuou com zelo profissional. Já o lugar de prestação do serviço não exigiu grandes despesas. Por sua vez, a singela natureza e modesta importância da causa, bem como o trabalho sem grandes complexidades realizado e o comedido tempo exigido para o serviço sustentam a fixação dos honorários naquela proporção.Diante da gratuidade judiciária concedida no DESPACHO inicial, deverá ser observado o prazo do § 3º do art. 98 do CPC quanto a eventual execução das obrigações da sucumbência, as quais ficam em condição de exigibilidade suspensa.Nos termos do art. 487, I, do CPC, resolvo o processo com resolução de MÉRITO.Publique-se e intimem-se.SENTENÇA registrada pelo SAP.Transitada em julgado, arquivem-se.Rolim de Moura-RO, quinta-feira, 30 de março de 2017.Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito

Proc.: 0007140-86.2011.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Midas Construtora Ltda
Advogado:Regiane Teixeira Struckel (OAB RO 3874)
Requerido:Banco Bradesco S/A, Cecrisa Revestimentos CerÂmicos S.a
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/MT 3056), Advogado Não Informado ( 000)
DECISÃO:
Deverá a direção do cartório corrigir a numeração das folhas 178 em diante deste caderno processual.De acordo com o recibo de protocolamento anexado aos autos, houve a implementação, por meio eletrônico, via sistema Bacenjud, da indisponibilidade (bloqueio) de ativos financeiros depositados em conta bancária da parte executada, conforme extrato anexo.Assim, convolo esse bloqueio em penhora, servindo esta DECISÃO como termo de penhora.Registro ainda que, nos termos do art. 854, § 3º, do CPC, compete à parte executada comprovar que as quantias tornadas indisponíveis são impenhoráveis ou que ainda remanesce indisponibilidade excessiva de ativos financeiros.Intime-se a parte executada, acaso haja comparecido nos autos constituindo patrono. Decorrido in albis o prazo para o oferecimento de impugnação, certifique-se e, em seguida, expeça-se alvará dos valores constritos em favor do credor. Desde já fica autorizada a transferência, acaso seja informado o número de conta.Após, intime-se a parte exequente a, no prazo de 5 dias, manifestar-se acerca da extinção do feito.Somente então, tornem-me os autos conclusos.Rolim de Moura-RO, sexta-feira, 31 de março de 2017.Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito

Proc.: 0000945-85.2011.8.22.0010
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Procurador da Fazenda Nacional ( )
Indiciado:Rogério Augusto Guimarães, Gilberto de Souza Brito
Advogado:Airton Pereira de Araújo (OAB/RO 243), Cristóvam Coelho Carneiro (OAB/RO 115), Daniel dos Anjos Fernandes Júnior (OAB/RO 3214), Fábio José Reato (OAB/RO 2061), Danilo Constance Martins Durigon (OAB RO 5114), Márcio Antonio Pereira (OAB/RO 1615), Neirelene da Silva Azevedo (OAB/RO 6119)
DECISÃO:
Consulta à página eletrônica da Jucer dá conta de que a situação da leiloeira nomeada está regular (http://www.rondonia.ro.gov.br/jucer/lista-de-leiloeiros-oficiais/).Permanecem inalteradas os comandos de f. 706.Aguarde-se.Rolim de Moura-RO, quinta-feira, 30 de março de 2017.Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito

Proc.: 0003344-24.2010.8.22.0010
Ação:Usucapião
Requerente:José Florêncio Seabra
Advogado:Cristóvam Coelho Carneiro (RO 115)
Requerido:Ironite Maria Chini, Associação Rural de Rolim de Moura ASROLIM, Nair da Silva Lopes, Ipê Campestre Clube
Advogado:Nivaldo Vieira de Melo (OAB/RO 257A), Luiz Eduardo Staut (OAB/RO 882), Advogado Não Informado ( 338 - A)
DESPACHO:
Anoto que o requerente deverá providenciar o necessário para cumprimento dos requisitos da nota de exigência e devolução de fls. 197/198 junto ao Cartório de Registro de Imóveis.Não existe nenhuma providência a ser adotada por este Juízo para cumprimento do disposto acima.Logo, arquivem-se os autos.Rolim de Moura-RO, terça-feira, 4 de abril de 2017.Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito

Proc.: 0005279-60.2014.8.22.0010
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Edivino Guimarães
Advogado:Paulo César de Camargo (RO 4345)
Requerido:Banco do Brasil S/A
Advogado:Sérvio Túlio de Barcelos (OAB/RO 6673), José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB/RO 6676)
DECISÃO:
De acordo com o recibo de protocolamento anexado aos autos, houve a implementação, por meio eletrônico, via sistema Bacenjud, da indisponibilidade (bloqueio) de ativos financeiros depositados em conta bancária da parte executada, conforme extrato anexo.Assim, convolo esse bloqueio em penhora, servindo esta DECISÃO como termo de penhora.Registro ainda que, nos termos do art. 854, § 3º, do CPC, compete à parte executada comprovar que as quantias tornadas indisponíveis são impenhoráveis ou que ainda remanesce indisponibilidade excessiva de ativos financeiros.Intime-se a parte executada, acaso haja comparecido nos autos constituindo patrono. Decorrido in albis o prazo para o oferecimento de impugnação, certifique-se e, em seguida, expeça-se alvará dos valores constritos em favor do credor. Desde já fica autorizada a transferência, acaso seja informado o número de conta.Após, intime-se a parte exequente a, no prazo de 5 dias, manifestar-se acerca da extinção do feito.Somente então, tornem-me os autos conclusos.Rolim de Moura-RO, sexta-feira, 31 de março de 2017.Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito

Proc.: 0005303-88.2014.8.22.0010
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Antônio Barros Soares
Advogado:Paulo César de Camargo (RO 4345)

Requerido:Banco do Brasil S.a
Advogado:Rafael Sganzerla Durand (OAB/RO 4872-A)
DECISÃO:
De acordo com o recibo de protocolamento anexado aos autos, houve a implementação, por meio eletrônico, via sistema Bacenjud, da indisponibilidade (bloqueio) de ativos financeiros depositados em conta bancária da parte executada, conforme extrato anexo.Assim, convolo esse bloqueio em penhora, servindo esta DECISÃO como termo de penhora.Registro ainda que, nos termos do art. 854 § 3º, do CPC, compete à parte executada comprovar que a(s) quantia(s) depositada(s) em conta-corrente refere(m)-se à hipótese do inciso IV do art. 833 do CPC, ou que está(ão) revestida(s) de outra forma de impenhorabilidade.Intime-se a parte executada, caso haja comparecido nos autos constituindo patrono.Decorrido in albis o prazo para o oferecimento de embargos, certifique-se e, em seguida, expeça-se alvará em favor do credor ou de seu advogado, desde que ele possua poderes específicos para tanto. Desde já fica autorizada a transferência acaso haja informação do número de conta.Após, intime-se a parte exequente a, no prazo de 5 dias, requerer o que entender oportuno devendo, nessa oportunidade, apresentar o valor atualizado do débito, deduzida a importância já recebida.Somente então, tornem-me os autos conclusos.Rolim de Moura-RO, sexta-feira, 31 de março de 2017.Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito

Proc.: 0002106-91.2015.8.22.0010
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:N. E. A. dos S.
Advogado:Salvador Luiz Paloni (OAB/RO 299A)
Executado:R. F. dos S.
Advogado:Advogado Não Informado ( 000)
DESPACHO:
Rejeito o pedido de expedição de novo MANDADO de prisão do executado, haja vista as infrutíferas tentativas em localizá-lo, dado que até o momento a exequente não apontou o atual endereço do executado. A prisão permanece decretada tal como decidido à f. 32. Vindo informação do paradeiro, expedir-se-á o MANDADO. Suspenso o feito pelo prazo de 90 dias.Decorrido o prazo concedido, manifeste-se a parte exequente independentemente de nova intimação.Somente então, tornem-me os autos conclusos. Rolim de Moura-RO, sexta-feira, 31 de março de 2017.Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito

Proc.: 0005694-14.2012.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S/A - BASA
Advogado:Daniele Gurgel do Amaral (OAB/RO 1.221), Aline Fernandes Barros (OAB/RO 2708), Michel Fernades Barros (OAB/RO 1790)
Executado:Nilson Mendes Nogueira, José Gonçalves de Abreu, Associação dos Produtores Rurais Agricampo Linha Seis
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 1111111111111111)
DECISÃO:
Defiro parte do pleito de fls. 159/160.Suspendo o processo até o dia 29 de dezembro de 2017.Os executados não possuem procuradores nos autos, um inclusive foi citado por edital. Assim, indefiro a expedição da intimação pleiteada por atentar contra a economia processual. Pode o banco exequente comunicar seus clientes da possibilidade de acordo extrajudicial nos moldes da Lei 13.340/16.Decorrido o prazo acima concedido, manifeste-se a parte exequente, independente de nova intimação.Somente então, tornem-me os autos conclusos.Rolim de Moura-RO, sexta-feira, 31 de março de 2017.Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito

Proc.: 0005684-67.2012.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S/A - BASA
Advogado:Daniele Gurgel do Amaral (OAB/RO 1.221), Michel Fernandes Barros (OAB/RO 1790), Aline Fernandes Barros (OAB/RO 2708)
Executado:Canuto Ferreira de Souza, Valdir Petronilio de Jesus, Associação dos Pequenos Produtores Rurais Nova Esperança
Advogado:Sergio dos Reis Moura (OAB/RO 588A), Defensoria Pública do Estado de Rondônia Rolim de Moura ( )
DECISÃO:
Defiro parte do pleito de fls. 197/198.Suspendo o processo até o dia 29 de dezembro de 2017.O executado Canuto Ferreira de Souza possui advogado nos autos e, pela publicação desta, fica intimado para, tendo interesse, comparecer a uma agência do exequente para os fins da transação extrajudicial da Lei 13.340/16. Valdir Petrolio de Jesus e Associação dos Pequenos Produtores Rurais Nova Esperança foram citados por edital (f. 83) pelo que impossível sua intimação pessoal.Decorrido o prazo acima concedido, manifeste-se a parte exequente, independente de nova intimação.Somente então, tornem-me os autos conclusos.Rolim de Moura-RO, sexta-feira, 31 de março de 2017.Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito
Antônio Pereira Barbosa

Diretor de Cartório

## 2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível
Juízo da 2ª Vara Cível e Juizado da
infância e Juventude da Comarca de Rolim de Moura - RO
E-mail: rmm2civel@tjro.jus.br

Proc.: 0002980-52.2010.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Felismina Soares Souza
Advogado:Joaquim José da Silva Filho (OAB/RO 3952)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss ( 000.)
Petição Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a petição da parte requerida.

Proc.: 0003328-22.2000.8.22.0010
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (RO 1111111)
Requerido:Ivo Narciso Cassol, Paulo Soares de Melo, Josias Ferreira de Souza, Salomão da Silveira, Ednilce Garcia de Almeida, Erodi Antônio Matt
Advogado: Airton Pereira de Araújo (RO 243), Cristóvam Coelho Carneiro (RO 115), Neirelene da Silva Azevedo (OAB/RO 6119), Advogado não informado (RO 2222222), Salvador Luiz Paloni (RO 299-A.), Salvador Luiz Paloni (RO 299-A)
DESPACHO: 1) Não havendo oposição de recurso contra a DECISÃO de fls. 1.094 a 1.096, DEFIRO (fl. 1.098).2) CUMPRAM-SE as decisões de fls. 1.076 a 1.079, itens 14 e 15 e a DECISÃO de fls. 1.094-1.095, itens 5 e 6. 3) O bem (meação referente a PAULO) está avaliado em R$ 120.000,00 (fl. 928), que atualizado é R$ 142.487,87 (fl. 1.074), valores não impugnados por nenhuma das partes. Foi deferida a adjudicação do lote 70-B em favor do MRM, sendo resguardada a meação de LAUDECI (Lote 70-A) vide fl. 1.095, item 5.1.EXPEÇA-SE CARTA DE ADJUDICAÇÃO, MANDADO DE IMISSÃO NA POSSE e o que mais for necessário ao integral cumprimento da ordem.4.1) Conforme informado por LAUDECI (fls. 1.080 e 1.098) e considerando a escritura pública de fls. 1.081-1.082, a adjudicação do imóvel é referente ao lote 70-B, quadra 23, setor 1, Avenida Recife, medidas de 10x40m (fls. 1.087-v e 1.091).4.2) OFICIE-SE AO CRI para abertura de matrícula do lote 70-B, quadra 23, setor 1, Avenida Recife, medidas de 10x40m, em favor do Município de Rolim de Moura. Por se

tratar de adjudicação em favor do Poder Público as diligências deverão ser cumpridas sem custos, tributos ou emolumentos. Instrua-se o ofício com os documentos de fls. 1.080 a 1.093.5) Com a adjudicação da parte do bem acima, a planilha deverá ser atualizada - Lote 70-A em favor de LAUDECI.O Exequente, Patrono do Município de Rolim de Moura e representante do MP deverão providenciar os meios necessários ao cumprimento da ordem, inclusive transporte e acompanhamento do Oficial de Justiça do ato do cumprimento da ordem.Antes do cumprimento da ordem, o Oficial de Justiça deverá contactar com o Exequente e/ou seu Patrono, informando o dia e hora da do cumprimento da ordem, para que estes providenciem o necessário a seu cumprimento. As diligências poderão ser cumpridas aos sábados, domingos e feriados, com respeito aos direitos fundamentais, na forma do art. 212/CPC.Havendo necessidade, DEFIRO que a diligência seja acompanhada pela Polícia Militar e demais órgãos de segurança, valendo a DECISÃO como ordem para este fim.6) O MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA deverá comprovar em 30 dias o tombamento do bem ao patrimônio municipal. Ciência à PGM.7) Intimem-se, na pessoa dos Procuradores constituídos nos autos (art. 270 do CPC e art. 50 das DGJ).8) Após transcorrido o prazo de 30 dias, vistas ao Ministério Público e PGM para comprovar o tombamento.Rolim de Moura-RO, seg-feira, 20 de fevereiro de 2017.Jeferson Cristi Tessila de Melo. Juiz de Direito.
Heloisa Gonçalves Dias

Diretora de Cartório

## COMARCA DE VILHENA

## 1º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
COMARCA DE VILHENA
JUIZ DE DIREITO: GILBERTO JOSÉ GIANNASI
DIRETORA DE CARTÓRIO: ELISMARA DE BRIDA MARTINS - CADASTRO 002908-4

Proc: 1000230-38.2016.8.22.0014
Ação:Termo Circunstanciado (Juizado Criminal)
Ministério Público do Estado de Rondônia(Autor)
Rosilene Aparecida de Freitas Pereira(Autor do fato)
Advogado(s): José Francisco Cândido(OAB 234-A RO)
Ministério Público do Estado de Rondônia(Autor)
Rosilene Aparecida de Freitas Pereira(Autor do fato)
Advogado(s): José Francisco Cândido(OAB 234-A RO)
Ministério Público do Estado de Rondônia(Custos Legis (Fiscal da Lei))
DESPACHO: "Defiro o pedido do Ministério Público. Designo a audiência para oitiva da testemunha para o dia 08/05/2017 às 11h. Intimem-se. Cumpra-se. Vilhena, em 04 de abril de 2017. (a) Gilberto José Giannasi, Juiz de Direito."
Testemunha arrolada pelo Ministério Público: Fábrio Henrique Fernandez Campos.

Proc: 1002124-88.2012.8.22.0014
Ação:Inquérito Policial (Juizado Criminal)
Ministério Público do Estado de Rondônia(Autor)
Marcondes Geraldo da Silva(Autor do fato)
Ministério Público do Estado de Rondônia(Autor)
Marcondes Geraldo da Silva(Autor do fato)
Ministério Público do Estado de Rondônia(Custos Legis (Fiscal da Lei))
EDITAL DE INTIMAÇÃO
[30 (trinta) Dias]
Por força e em cumprimento ao r. DESPACHO do MM. Juiz de Direito deste Juízo, é o presente para:
INTIMAR o AUTOR DO FATO, adiante qualificado, dos termos da r. SENTENÇA prolatada nestes autos em 30/01/2017 (mov.106) para, querendo, interpor recurso de Apelação, por meio de Advogado, no prazo de 10 (dez) dias, cujo trecho final segue adiante transcrito:
SENTENÇA: (...) Isto posto, e pelo que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE a denúncia para CONDENAR, como de fato condeno o réu Marcondes Geraldo da Silva, qualificado nos autos, como incurso nas penas do art. 307 do Código Penal. Dessa forma, à vista do disposto nos artigos 59, 60 e 68 do Código Penal e, conforme seja suficiente e necessário para a reprovação do delito, passo a fixar, dosar e individualizar a pena do réu. O condenado é maior, plenamente imputável, possuía consciência da ilicitude do fato e poderia ter agido de forma diversa. Possui antecedentes criminais, sendo que por possuir mais de uma condenação, uma delas será valorada nesta etapa como maus antecedentes e outra na segunda etapa de dosimetria da pena, por dar ensejo a agravante da reincidência. Nada há que se valorar acerca da sua conduta social. Inexistem maiores elementos acerca de personalidade. O motivo, as circunstâncias e as consequências são inerentes ao tipo, não apresentando particularidades a serem consideradas. Portanto, diante das circunstâncias expostas, FIXO A PENA-BASE POUCO ACIMA DO MÍNIMO LEGAL, ou seja, 04 (QUATRO) MESES DE DETENÇÃO. Reconhecida a agravante da reincidência, aumento a pena base em 01 (UM) MÊS DE DETENÇÃO, passando a dosá-la em 05 (CINCO) MESES DE DETENÇÃO. Inexistentes causas de aumento ou de diminuição da pena, mantenho a pena acima aplicada, tornando-a definitiva em 05 (CINCO) MESES DE DETENÇÃO.O réu deverá iniciar o cumprimento da pena privativa de liberdade anteriormente dosada no regime semi-aberto, eis que presente a reincidência e os maus antecedentes. De acordo com o constante no art. 44, II do Código Penal, deixo de substituir a pena privativa de liberdade. Assim, transitada em julgado a SENTENÇA, lance-se o nome do réu no rol dos culpados e proceda-se às anotações, baixas e comunicações necessárias, bem como, expeça-se o necessário para fins de Execução Penal. Após, arquive-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Vilhena, 30 de janeiro de 2017. ª Gilberto José Giannasi. Juiz de Direito.
AUTOS: 1002124-88.2012.8.22.0014
AÇÃO: Inquérito Policial n. 596/2012
TIPIFIC
AÇÃO:identidade
AUTOR: Ministério Público
AUTOR(ES) DO FATO: MARCONDES GERALDO DA SILVA, brasileiro, solteiro, serviços gerais, nascido aos 07 de julho de 1976, natural de Cuiabá/MT, filho de Mario Geraldo Magalhães e Maria Anacleta da Silva, atualmente local incerto e não sabido.
Vilhena RO, 18 de abril de 2017.
Elismara de Brida Martins
Diretora de Cartório
Assina por ordem do MM. Juiz de Direito

Proc: 2000078-36.2017.8.22.0014
Ação:Termo Circunstanciado (Juizado Criminal)
Ministério Público do Estado de Rondônia(Autor)
ELIAS DA SILVA DE BARROS(Autor do fato)
Advogado(s): Elias Gomes Jardina(OAB 6180 RO)
Ministério Público do Estado de Rondônia(Autor)
ELIAS DA SILVA DE BARROS(Autor do fato)
Advogado(s): Elias Gomes Jardina(OAB 6180 RO)
Ministério Público do Estado de Rondônia(Custos Legis (Fiscal da Lei))
Expediente: Intimação do advogado do autor do fato para, no prazo de cinco dias, juntar aos autos comprovante de pagamento das custas processuais.

## 1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
Sugestões ou reclamações façam-nas pressoalmente a Juíza, ou contate-nos via internet. Endereço eletrônico: vha1criminal@tjro.jus.br
Juíz Substituto: Fabrízio Amorim de Menezes
Diretor de Cartório: Emerson Batista Salvador

GABARITO DE INTIMAÇÃO
Proc.: 0011427-75.2014.8.22.0014
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:LILIAN CRISTINA ROMANO
Advogado:Luiz Antônio Rocha (OAB/RO 4064), Stael Xavier Rocha (OAB/RO 7138)
FINALIDADE: INTIMAR os Advogados supra da DECISÃO de fl. 87, a seguir transcrito: Vieram os autos para análise da resposta à acusação apresentada pela defesa das acusadas.Consigno que as alegações da Defesa se confundem com o MÉRITO e, assim, serão enfrentadas no momento oportuno.Quanto à alegada nulidade da busca domiciliar vê-se dos autos que pautou-se em ordem judicial restando, portanto, afastada a alegação da Defesa.Assim, verifico que não foi trazido, na resposta apresentada, nenhum fato que pudesse obstar o prosseguimento do feito ou que determinasse a absolvição sumária das rés (artigo 397 do CPP), razão pela qual designo a audiência de instrução, debates e julgamento para o dia 27 de abril de 2017, às 09 horas. Defiro a oitiva das testemunhas arroladas.Com relação a prova pericial, a mesma será analisada quando da audiência de instrução.Intimem-se.Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de abril de 2017 [a] Liliane Pegoraro Bilharva Juíza de Direito

GABARITO DE INTIMAÇÃO
Proc.: 0003113-72.2016.8.22.0014
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: ABRÃO FERNANDES DA SILVA
Advogado:Lairce Martins de Souza (OAB/RO 3041)
FINALIDADE: INTIMAR o Advogado supra da DECISÃO de fl. 52, a seguir transcrito: “Vieram os autos para análise da resposta à acusação apresentada pela defesa do acusado.Pois bem, verifico que não foi trazido, na resposta apresentada, nenhum fato que pudesse obstar o prosseguimento do feito ou que determinasse a absolvição sumária do réu (artigo 397 do CPP), razão pela qual designo a audiência de instrução, debates e julgamento para o dia 2 de maio de 2017, às 09 horas. Defiro a oitiva das testemunhas arroladas. Intimem-se”.Vilhena-RO, terça-feira, 4 de abril de 2017[a] Liliane Pegoraro Bilharva - Juíza de Direito

GABARITO DE INTIMAÇÃO
Proc.: 0001765-19.2016.8.22.0014
Ação:Pedido de Prisão Preventiva (Criminal)
Autor:1ª Delegacia de Polícia Civil
Requerido: E. A. e OUTROS
Advogado: Sérgio Abrahão Elias (OAB/RO 1223), Priscila Sagrado Uchida (OAB/RO 5255), Valter Bruno de Oliveira Gonzaga (OAB/DF 15.143), José Francisco Cândido (234-A), Roberto Carlos Maílho (OAB/RO 3047), Hulgo Moura Martins (OAB/RO 4042), José Antônio Corrêa (OAB/RO 5292), Hélio Daniel de Favare Baptista (OAB/RO 4513), Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
FINALIDADE: INTIMAR os Advogados dos EMBARGOS DECLARATÓRIOS, prolatado à fl. 1146, a seguir transcrito: “Vistos. Recebo os embargos declaratórios interpostos por Josafá Lopes Bezerra, posto que são tempestivos. No MÉRITO nego-lhe provimento. Não há o que declarar. Consta expressamente na DECISÃO de fls. 1135/1136 os motivos que levaram este juízo a indeferir o pedido de liberação dos valores apreendidos.Quanto aos argumentos articulados pelo acusado, em sede de embargos, vê-se que o mesmo quer a reanálise do MÉRITO, o que é vedado em sede de embargos de declaração, devendo tal questão ser abordada em sede de recurso à superior instância. Diante do exposto, admito os embargos, porém lhe nego provimento, por absoluta inexistência de contradição ou omissão. A DECISÃO embargada permanece tal qual foi proferida. Ciente da viagem informada na fl.1137, devendo o acusado Josafá, no prazo de 05 (cinco) dias, após o seu retorno, juntar documentos que comprovem a sua viagem. Int. Vilhena-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017 [a] Liliane Pegoraro Bilharva - Juíza de Direito

GABARITO DE INTIMAÇÃO
Proc.: 0011354-69.2015.8.22.0014
Ação:Ação Penal de Competência do Júri (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado (Pronunciado): ILÁRIO DANELLI, ENILTON PROCÓPIO, EBER MACIEL DA COSTA, MARLOS DE SOUZA CÂNDIDO
Advogado:Aisla de Carvalho (RO 6619), Neuza Detofol Foleto (OAB/RO 4313), Léliton Luciano Lopes da Costa (RO 2237), Gabriel Almeida Meurer (OAB/RO 7274), Mariane Almeida Vieira de Freitas Pereira (OAB/RO 3046) José Francisco Cândido (OAB/RO 234-A)
FINALIDADE: INTIMAR os Advogados supra da DECISÃO de fl. 765, a seguir transcrito: “Diante do pedido do Advogado do réu, o qual informou que possui outra audiência designada para a mesma data, a qual já estava agendada quando foi agendada a solenidade neste Juízo, redesigno o interrogatório do réu Enilton Procópio para o dia 25 de maio de 2017, às 09 horas.No que refere ao pedido de oitiva da testemunha Luzia Antunes Maciel da Costa como testemunha do Juízo indefiro.Isto porque não se trata apenas de testemunha referida pois, se ela estava na companhia do réu no dia dos fatos, conforme alegado pela Defesa, isto era por ele conhecido e, portanto, poderia tê-la arrolado em momento oportuno, ou seja, quando da resposta à acusação.Desta feita, precluso seu direito de arrolar testemunhas e não parece a este Juízo ser conveniente a oitiva de referida testemunha, já que, ao que parece, não estava no local dos fatos.Por outro lado, a fim de dar oportunidade às partes de conhecer o teor do depoimento da testemunha Gleison Silva Lopes determinei fosse gravada a audiência relizada no Juízo deprecado cuja cópia junto aos autos. Dê-se ciência ao Ministério Público e às Defesas de todos os réus. Intimem-se”. Vilhena-RO, segunda-feira, 17 de abril de 2017 [a] Liliane Pegoraro Bilharva - Juíza de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
Proc.: 0011354-69.2015.8.22.0014
Ação:Ação Penal de Competência do Júri (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Aisla de Carvalho (OAB/RO 6619), Neuza Detofol Foleto (OAB/RO 4313), Léliton Luciano Lopes da Costa (OAB/RO 2237), Gabriel Almeida Meurer (OAB/RO 7274), Mariane Almeida Vieira de Freitas Pereira (OAB/RO 3046) José Francisco Cândido (OAB/RO 234-A)
Denunciado (Pronunciado): ENILTON PROCÓPIO, brasileiro, solteiro, pedreiro, RG nº1058932 SSP/RO e CPF nº 875.385.202-87, nascido aos 22/09/1985, natural de Rolim de Moura/RO, filho de Antônio Procópio e Francisca Cezária Procópio, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: Faz saber a todos quanto ao presente Edital virem ou dele tomarem conhecimento que se processa perante a 1ª Vara Criminal da Comarca de Vilhena/RO os autos de Medidas Protetivas que tem por FINALIDADE a INTIMAÇÃO do Pronunciado ENILTON PROCÓPIO, para comparecer a audiência de interrogatório a ser realizada no dia 25 de maio de 2017, às 9 horas, sendo que o não comparecimento importará em revelia, conforme DECISÃO de fl.

765, a seguir transcrito: “Diante do pedido do Advogado do réu, o qual informou que possui outra audiência designada para a mesma data, a qual já estava agendada quando foi agendada a solenidade neste Juízo, redesigno o interrogatório do réu Enilton Procópio para o dia 25 de maio de 2017, às 09 horas.No que refere ao pedido de oitiva da testemunha Luzia Antunes Maciel da Costa como testemunha do Juízo indefiro.Isto porque não se trata apenas de testemunha referida pois, se ela estava na companhia do réu no dia dos fatos, conforme alegado pela Defesa, isto era por ele conhecido e, portanto, poderia tê-la arrolado em momento oportuno, ou seja, quando da resposta à acusação.Desta feita, precluso seu direito de arrolar testemunhas e não parece a este Juízo ser conveniente a oitiva de referida testemunha, já que, ao que parece, não estava no local dos fatos.Por outro lado, a fim de dar oportunidade às partes de conhecer o teor do depoimento da testemunha Gleison Silva Lopes determinei fosse gravada a audiência relizada no Juízo deprecado cuja cópia junto aos autos. Dê-se ciência ao Ministério Público e às Defesas de todos os réus. Intimem-se”. Vilhena-RO, segunda-feira, 17 de abril de 2017 [a] Liliane Pegoraro Bilharva - Juíza de Direito

GABARITO DE INTIMAÇÃO
Proc.: 0002516-11.2013.8.22.0014
Ação:Ação Penal de Competência do Júri (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado (Pronunciado): MARCOS ANTÔNIO DE OLIVEIRA
Advogado:Fadricio Silva dos Santos (OAB/RO 6703), Aisla de Carvalho (OAB/RO 6619)
FINALIDADE: 1) INTIMAR os Advogado supra do DESPACHO de fl. 364/366, a seguir transcrito: “Vistos.Processo em ordem, sem falhas ou nulidades a serem sanadas ou declaradas.MARCOS ANTONIO DE OLIVEIRA FERREIRA, já qualificado nos autos, foi denunciado, pelo Ministério Público como incurso, por duas vezes, no artigo 121, §2º, inciso IV, na forma do art. 69, ambos do Código Penal, tendo-lhe sido imputado os homicídios das vítimas José Carlos Alves de Almeida e Fabiana Pereira de Souza, ocorrido no dia 01/01/2013, em horário não apurado, na Linha 135, Capa 140, Chácara 12, nesta comarca.Consta da inicial que na ocasião dos fatos o denunciado se dirigiu até a residência das vítimas, local onde, por razões desconhecidas, passou a atingir a vítima José Carlos com golpes de objeto perfuro cortante e com um disparo no tórax, bem como sua companheira Fabiana com um tiro na cabeça, provocando-lhes o óbito.Dispõe ainda a peça acusatória, que o denunciado agiu mediante recurso que dificultou a defesa das vítimas, eis que se dirigiu premeditadamente armado até a residência do casal, local onde as encontrou totalmente desarmadas e passou a atingi-las em nítida situação de execução, frustrando-lhes sobremaneira as chances de evitar os homicídios. Acompanhou a denúncia o Inquérito Policial de nº 108/13, constando a oitiva de dezoito testemunhas (Adilson fls. 11/12, Domingos fls. 13, Francisco fls. 14/15, Ozeias fls. 16, Edson fls. 17, Marcos fls. 21, Airton fls. 22/23, Marciano fls. 24, José 25, Maria fls. 26, Ozeias fls. 27, Jabes fls. 29, Almerinda fls. 34/35, Adisonir fls. 36, Joana fls. 37, Antonio fls. 38, Oliveira fls. 39, Altamiro (fls. 156), interrogatório do réu (18/19), auto de acareação (fls. 28), interrogatório de Glimar (fls. 147), registro de ocorrências (fls. 03/04 e 137/166), Laudos de exame tanatoscópicos (fls. 05/08), auto de apresentação e apreensão (fls. 09), termo de restituição (fls. 10) e laudo de exames e levantamentos em local de mortes violentas (fls. 40/45).Foi decretada a prisão preventiva do acusado nos autos nº 0004544-49.2013.8.22.0014 (cópia de fls. 180/180-v).A denúncia foi recebida em 16/12/2015 (fls. 178/179).Veio a informação de que o acusado havia sido preso na Argentina (fls. 186/188).Após a extradição do denunciado, este foi citado pessoalmente (fls. 236) e apresentou resposta à acusação (fls. 247/248). Realizada audiência de instrução ouviu-se as testemunhas Gilmar Costa Barbosa, Adisonir Siqueira Pereira, Antônio Leandro Rodrigues, Domingos Barros de Oliveira, Almerinda Machado Ferreira e Adilson Alves Machado (mídia de fls. 295 e 306). O acusado foi interrogado via carta precatória (mídia de fls. 317-v).Por memoriais o Ministério Público requereu a pronúncia do acusado pela prática de homicídio qualificado (fls. 325/328).Por sua vez, a Defesa requereu a impronúncia do acusado, argumentando a ausência de elementos concretos da autoria delitiva (fls. 336/339).Na DECISÃO prolatada em 15/12/2016 Marcos Antônio de Oliveira Ferreira foi pronunciado como incurso, por duas vezes, no artigo 121, §2º, IV, na forma do artigo 69, ambos do Código Penal, para ser levado oportunamente a julgamento perante o E. Tribunal do Júri desta Comarca (fls. 347/351).Tal DECISÃO transitou em julgado na data (fls. 360vº).O Ministério Público (fls. 360) e a defesa (fls. 361) arrolaram testemunhas para oitiva em Plenário. Tendo a defesa indicado endereços eletrônicos de notícias sobre o réu e juntado também extrato bancário (fls. 362/363)Pois bem, diante dos róis apresentados (fls. 360/361) defiro a oitiva das testemunhas arroladas, consignando que aquelas arroladas pela Defesa, por residirem em outra comarca, serão intimadas mas não terão obrigação de comparecer ao ato. Quanto às notícias cujo endereço eletrônico a defesa informou, para que possa exibi-las em plenário, terá que imprimi-las e juntar aos autos até, no máximo, três dias antes da data do julgamento, sob pena de indeferimento de exibição. E, dando andamento ao feito, designo Sessão do Tribunal do Júri para o dia 19 de junho de 2017, às 09 horas, na qual será levado a julgamento Marcos Antônio de Oliveira Ferreira, pelo homicídio de José Carlos Alves de Almeida e Fabiana Pereira de Souza. Providencie-se a escolta do preso. Intimem-se”. Vilhena-RO, sexta-feira, 31 de março de 2017 [a] Liliane Pegoraro Bilharva Juíza de Direito; 2) INTIMAR os Advogados supra da expedição de carta precatória para Comarca de Porto Velho/RO com a FINALIDADE de INTIMAR o réu MARCOS ANTÔNIO DE OLIVEIRA FERREIRA da realização da Sessão de Julgamento pelo Tribunal do Júri em Vilhena/RO a ser realizada no dia 19 de Junho de 2017, às 9 horas, bem como INTIMAR as testemunhas de defesa LOIANE GOMES DA SILVA, MARLI DE OLIVIERA FERREIRA e LUCIMEIRE OLIVEIRA FERREIRA DA SILVA para comparecerem no Plenáario do Tribunal do Júri da Comarca de Vilhena/RO, na mesma data já mencionada.

GABARITO DE INTIMAÇÃO
Proc.: 1000951-53.2017.8.22.0014
Ação:Pedido de Prisão Preventiva (Criminal)
Autor: 1ª Delegacia de Polícia Civil
Requerido: A. R. M.
Advogado: Marcel dos Reis Fernandes (OAB/RO 4940)
FINALIDADE: INTIMAR o Advogado supra da DECISÃO de fls. 56/58, a seguir transcrito: “Vistos. Trata-se de pedido de revogação da prisão preventiva de A. R. M ou aplicação de outras medidas cautelares diversas da prisão (fls. 37/45). O Ministério Público manifestou-se contrário ao pleito (fls. 54/55).É o relato. Decido.De fato, como bem observado pelo Ministério Público, permanecem íntegras as razões que ensejaram a prisão do requerente, cujos fundamentos aqui colaciono:Conforme já relatado, imputa-se ao representado o grave crime de homicídio que teve como vítima sua convivente, a qual teria sido morta a tiros em meio a uma festa e na presença dos filhos do casal e de outras crianças e pessoas que estavam no local.Pois bem, a prisão preventiva, como toda medida cautelar, necessita dos célebres requisitos do fumus boni iuris e periculum in mora, representados na legislação criminal pela materialidade e indícios da autoria do delito; para garantir a ordem pública, por conveniência da instrução criminal e assegurar a correta aplicação da lei penal. No caso concreto há prova da materialidade do homicídio e fortes indícios da autoria, daí o fumus boni iuris. O periculum in mora também se faz presente.Conforme consta dos autos, o crime é grave e, da forma como foi praticado, evidente que abala a ordem pública, pois há notícias de que o representado desferiu cinco tiros na vítima que estava sentada, sem qualquer chance de defesa e, ainda, que o fez na presença de seus filhos. Além disto, há informações de que o representado possuía várias armas de fogo e que após praticar o crime se evadiu levando-

as consigo, o que indica concreta periculosidade, podendo sua soltura interferir na produção de provas, além de representar risco de reiteração de condutas criminosas.Somado a isto, vê-se que desde a data do fato o representado estaria foragido, o que pode prejudicar a aplicação da lei penal.Por outro giro o crime imputado ao representado é punido com pena privativa de liberdade superior a quatro anos, o que autoriza a prisão preventiva nos termos do artigo 313, I, do CPP. Em suma, temos um panorama fático e jurídico perfeito e totalmente convincente para decretação da custódia preventiva.Portanto, em face dos elementos colhidos nos autos e o parecer favorável do Ministério Público, DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA de A. R. M, o que faço com base no artigo 311 e seguintes, do Código de Processo Penal.Portanto, permanecem íntegros aqueles requisitos que ensejaram o encarceramento, em especial o risco à ordem pública considerando a periculosidade do agente.Fato é que as circunstâncias acima relatadas tornam recomendável a custódia cautelar, ao menos nesse momento, na medida em que revelam periculosidade na pessoa do requerente. Característica essa que, segundo a mais abalizada jurisprudência pátria, compromete os propósitos de manutenção da ordem pública e da tranquilidade e paz sociais.Nessa senda, a possibilidade de decretação da prisão com base na necessidade de garantia da ordem pública é identificada em diversos precedentes dos Tribunais Superiores, sobretudo nas hipóteses em que se visualiza a periculosidade do agente pela gravidade do crime perpetrado, em tese, identificada a partir das circunstâncias concretas do fato. É o que indica a iterativa jurisprudência dos Tribunais Superiores, a exemplo do HC 244979/MG, Rel. Ministra Laurita Vaz, HC 266877/SP, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, ambos do STJ e HC 114298/SP e HC 115112/SP, ambos do STF cujo Ministro Relator é Ricardo Lewandowski.Destaco que a garantia da ordem pública somente se resguarda, salvo exceções, com a custódia preventiva, não se mostrando suficientes as outras medidas cautelares de natureza processual penal do art. 319, incs. I a IX, do CPP, pois para sua aplicação é preciso verificar a sua adequação ao caso concreto. No caso dos autos, penso que são inadequadas, pois essas medidas, para serem aptas, requerem um mínimo de responsabilidade social do beneficiado. Mostra-se necessária e devida, portando, a segregação cautelar aplicada. Diante destes fundamentos, as condições subjetivas favoráveis do requerente, como o fato de possuir residência fixa e trabalho lícito, não obstam a decretação ou manutenção da custódia cautelar.Diante o exposto, presentes os requisitos do artigo 312 do CPP, indefiro o pedido de revogação da prisão preventiva de A. R. M.Intimem-se.Vilhena-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Liliane Pegoraro Bilharva Juíza de Direito

GABARITO DE INTIMAÇÃO
Proc.: 1001048-53.2017.8.22.0014
Ação:Procedimento Investigatório do MP (Peças de Informação)
Autor:Ministério Público do Estado do Mato Grosso
Réu com processo extinta: AQUILES MENEGOL
Advogado: Geraldo Carlos de Oliveira (OAB/MT 4032), Marcos Rogério Schmidt (OAB/RO 4032).
FINALIDADE: INTIMAR os Advogados supra da retro SENTENÇA de extinção da punibilidade, prolatada à fl. 131, a seguir transcrito: "Trata-se de autos vindo do Estado de Mato Grosso em que o Ministério Público desta Comarca manifestou-se pelo reconhecimento da prescrição da pretenção punitiva. De fato, como bem observado pelo Ministério Público, caso aditasse a denúncia, a conduta a ser atribuída ao infrator seria aquela prevista no artigo 50 da Lei 9.605/98, a qual prevê pena máxima de 01 (um) ano e cujo prazo prescricional é de 04 (quatro) anos de acordo com o previsto no artigo 109, V, do Código Penal vigente na época do crime. Além disto, no presente feito, não se vislumbra nenhuma causa interruptiva ou suspensiva da prescrição porque, conforme já referido, a denúncia teria que ser aditada. Por outro lado, a prescrição em matéria criminal é de ordem pública, devendo ser decretada de ofício ou a requerimento das partes, em qualquer fase do processo (CPP, artigo 61). Ao exposto, DECLARO extinta a punibilidade de AQUILES MENEGOL, qualificado nos autos, forte nos artigos 107, inciso IV e 110, V, do Código Penal, em face da prescrição da pretensão punitiva. Publique-se, Registre-se, Intime-se e Arquive-se. Vilhena-RO, segunda-feira, 10 de abril de 2017 [a] Liliane Pegoraro Bilharva - Juíza de Direito

GABARITO DE INTIMAÇÃO
Proc.: 0067298-76.2003.8.22.0014
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: JACIR GOMES, JURANDIR ALVES DE OLIVEIRA
Advogado:Denns Deivy de Souza Garate (OAB/RO 4396)
FINALIDADE: 1) INTIMAR o Advogado supra da retro SENTENÇA condenatória, prolatada às fls. 354/362, conforme DISPOSITIVO a seguir transcrito: "(...) Diante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE A DENÚNCIA feita pelo Ministério Público para ABSOLVER JACIR GOMES, qualificado nos autos, da imputação do crime previsto no artigo 288, parágrafo único, do Código Penal e CONDENÁ-LO como incurso nas penas do artigo 157, §2ª, I, II e VI, do Código Penal. Passo a dosar-lhe as penas.Culpabilidade normal às espécies, nada tendo a valorar. Conforme certidão constante dos autos o réu possui antecedente criminal mas será considerado na segunda fase da dosimetria porque implica em reincidência. Não existem elementos para detalhar sua conduta social e personalidade. O motivo do crime de roubo foi a busca do lucro fácil em detrimento do patrimônio alheio. As circunstâncias do roubo embora desfavoráveis serão consideradas para majorar a pena na terceira fase da dosimetria. As consequências do crime foram graves pois dentre as vítimas estavam crianças as quais ficaram com sequelas emocionais em face da ação do réu e de seus comparas. As vítimas não concorreram para a eclosão do evento.Assim, analisando as circunstâncias judiciais, em especial pelas consequências do crime, a pena base será fixada em 04 (quatro) anos e 08 (oito) meses de reclusão e pagamento de 11 (onze) dias-multa.Na segunda fase, agravo a pena em 1/6 em razão da agravante da reincidência passando para 05 (cinco) anos, 05 (cinco) meses e 10 (dez) dias de reclusão e pagamento de 12 (doze) dias-multaNa terceira etapa existem, para o crime de roubo, três causas especiais de aumento de pena, aquelas previstas no § 2º, I, II e IV, artigo 157, CP. Portanto, assim como já explicado na fundamentação, majoro a reprimenda do roubo em 3/8, para encontrar 07 (sete) anos, 05 (cinco) meses e 25 (vinte e cinco) dias de reclusão e pagamento de 16 (dezesseis) dias-multa.Por fim, considerando que ausentes outras causas modificadoras torno definitiva a pena de 07 (sete) anos, 05 (cinco) meses e 25 (vinte e cinco) dias de reclusão e pagamento de 16 (dezesseis) dias-multa, a razão de 1/30 do salário-mínimo vigente à época do crime.O valor da multa corresponde à R$ 285,60 (duzentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos), ficando o réu intimado ao receber cópia desta SENTENÇA que deverá quitá-la, no prazo máximo de dez dias, contados do trânsito em julgado desta DECISÃO sob pena de ser inscrita em dívida ativa.O regime inicial de cumprimento da pena do sentenciado será o fechado, de acordo com o art. 33, do CP, considerando o total da pena aplicada e o fato de ser reincidente em crime doloso.Nego ao acusado o direito de recorrer em liberdade, uma vez que evadiu na data do fato e somente compareceu ao processo porque cumprido o MANDADO de prisão e agora, com a condenação, tornou-se ainda mais inviável a soltura. Ademais, restaram revigorados os requisitos da prisão preventiva haja vista a gravidade do crime pelo qual agora está sendo condenado e o fato do réu ser reincidente em crime da mesma espécie.Considerando que o réu se encontra preso, expeça-se imediatamente Guia de Execução Provisória nos termos da Resolução do CNJ, antes mesmo da intimação das partes, a fim de ser possibilitada a realização dos cálculos de liquidação da pena com detração do tempo de prisão.Condeno o réu ao pagamento das custas na proporção ¼. Após o trânsito em julgado, procedam-se as comunicações de estilo; lance o nome do réu no livro rol

dos culpados; expeça-se guia de recolhimento definitiva; intime-se para pagamento das custas em quinze dias e caso não quitada inscreva-se junto com a pena de multa em dívida ativa.Relacione a escrivania quais objetos e bens continuam apreendidos nos presentes autos e prossiga-se em relação ao corréu Jurandir Alves de Oliveira, devendo ser expedida nova carta precatória para seu interrogatório consignando que, caso o oficial de justiça perceber que está se escondendo, deverá ser intimado por hora certa. Inclua-se também na carta precatória para que a intimação do réu seja feita também por meio de seu advogado constituído.Ao mesmo tempo, assim que for informado nos autos a data designada para o interrogatório, deverá o cartório desta vara intimar o réu para lá comparecer por meio de seu advogado.Tais medidas se fazem necessário haja vista o certificado em fls. 352vº. P. R. I. C.Vilhena-RO, quinta-feira, 6 de abril de 2017 [a] Liliane Pegoraro Bilharva - Juíza de Direito; 2) INTIMAR o Advogado supra da expedção de Carta Precatórias para a Comarca de Pato Branco/PR com a FINALIDADE de INTIMAR o réu JACIR GOMES da SENTENÇA condenatória e para a Comarca de Quedas do Iguaçu/PR com a FINALIDADE de INTIMAR e INTERROGAR o acusado JURANDIR ALVES DE OLIVEIRA em dia e hora e ser designado pelo Juízo deprecado. As partes deverão acompanhar os andamentos das cartas precatórias independentemente de intimação.
Emerson Batista Salvador

Diretor de Cartório

## 2ª VARA CRIMINAL

Proc.: 0116751-35.2006.8.22.0014
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça do Estado de Rondônia ( Não informado)
Condenado:Robson Florêncio
Advogado:Édio José Ghellere. ( OAB/RO 2121), Marcelo Antonio Geron Ghellere (OAB/RO 1842)
DECISÃO:
Vistos.Concedo ao apenado Robson Florêncio a autorização para participar do evento religioso no salão de festas no Parque de Exposição “Ovidio Miranda Brito” no dia 21 de abril de 2017, com início às 07h30min e término às 17h00min, informando a Direção da unidade prisional para fiscalização.SERVE A PRESENTE DE OFÍCIO À C.P.P.F., para ajuste do monitoramento.Cumpra-se.Vilhena-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Adriano Lima Toldo Juiz de Direito

Proc.: 0012279-36.2013.8.22.0014
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça do Estado de Rondônia ( Não informado)
Condenado:Huérriton Guedes Alves
Advogado:Roberto Carlos Mailho (OAB/RO 3047)
DECISÃO:
Vistos.Para apuração de possível falta grave, designo audiência de justificação no dia 24/04/2017, às 08h08min.SERVE A PRESENTE DE OFÍCIO À UNIDADE PRISIONAL C.P.P.F., para apresentação do apenado na data supra, devendo o mesmo ser mantido INTRAMUROS até a referida data. Ciência ao MP e à Defesa. Cumpra-se.Vilhena-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Adriano Lima Toldo Juiz de Direito

Proc.: 0004492-82.2015.8.22.0014
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (OAB/RO )
Condenado:Dioni Ferreira de Lima
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DECISÃO:
Vistos.O apenado, cumprindo pena no regime semiaberto, atingiu o lapso temporal para progressão, consoante se vê do cálculo e certidão respectiva.Com efeito, verifica-se dos autos que o apenado cumpriu o tempo de pena exigido no atual regime, ou seja, o requisito objetivo. Por outro lado, a certidão carcerária juntada aos autos demonstra que o apenado também preencheu o requisito subjetivo, posto que apresenta boa conduta no cumprimento de sua pena. Isso posto, com fulcro no art. 112 da LEP, CONCEDO ao apenado Dioni Ferreira de Lima a progressão do regime semiaberto para o regime ABERTO, com efeitos a partir de 28.03.2017.Considerando que nesta Comarca, por ausência de unidade prisional adequada, o cumprimento do aberto se dá na forma domiciliar, o apenado deverá se submeter às seguintes condições:a) recolher-se à sua residência durante o repouso noturno nos dias úteis, de 19h00min de um dia até as 06h00min do dia seguinte, e aos sábados a partir de 18h00min, e durante todo o dia aos domingos e feriados;b) não frequentar locais onde haja venda e consumo de bebidas alcoólicas;c) não mudar de endereço sem prévia comunicação a este juízo e nem se ausentar da Comarca sem autorização judicial;d) comparecer mensalmente em juízo, entre os dias 1º e 10 de cada mês, para justificar suas atividades.SERVE A PRESENTE DE OFÍCIO À DIREÇÃO DA UNIDADE PRISIONAL (C.P.P.F.) para apresentação do apenado em juízo para audiência admonitória, devendo ainda ser cientificado das condições do novo regime e advertido de que o descumprimento acarretará a imediata regressão ao regime anterior.Ciência ao MP e à Defesa. Cumpra-se.Vilhena-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Adriano Lima Toldo Juiz de Direito

Proc.: 0002114-22.2016.8.22.0014
Ação:Execução Provisória
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado:Nilza Vaz Martins
Advogado:Roberto Carlos Mailho (OAB/RO 3047)
DECISÃO:
Vistos.A apenada está cumprindo pena em regime semiaberto, possui bom comportamento até o momento, não havendo óbice à concessão do benefício pleiteado.Assim, preenchidos os requisitos objetivo e subjetivo, AUTORIZO A SAÍDA TEMPORÁRIA, pelo prazo de 7 (sete) dias, de 24.04.2017 à 30.04.2017, a apenada Nilza Vaz Martins para deslocar-se até Corumbiara/RO.Deverá a apenada atentar para a proibição de frequentar lugares onde haja venda e consumo de bebidas alcoólicas, bem como o dever de recolher-se no endereço informado no período noturno, compreendido entre 22h00min e 05h00min.SERVE A PRESENTE DE OFÍCIO À C.P.P.F. para cumprimento.Ciência à Defesa constituida. Cumpra-se.Vilhena-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Adriano Lima Toldo Juiz de Direito
Lorival Dariu Tavares

Escrivão

## 1ª VARA CÍVEL

Vara: 1ª Vara Cível
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 30 (trinta) dias
Autos: 7006701-65.2016.8.22.0014
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Charlene Pneus Ltda.
Advogado: Fernando César Volpini OAB/RO 610A
Executado: Idevenir Pires Mastrocola, inscrito no CPF nº 214.078.358-15, atualmente em lugar incerto e não sabido.

FINALIDADE: Intimar a parte executada, acima qualificada, para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do débito no montante de R$ 4.452,86
(quatro mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e oitenta e seis centavos), sob pena de ser acrescido multa e honorários advocatícios, cada um em 10% sobre o valor do débito, bem como penhora e avaliação de bens, nos termos do art. 523, § 1º, do CPC. Ademais, transcorrido o referido prazo sem o pagamento voluntário, independentemente de penhora ou nova intimação, poderá a parte executada interpor impugnação nos próprios autos, no prazo de 15 dias.
Sede do Juízo: Fórum Des. Leal Fagundes, Av. Luiz Mazieiro, n. 4432, Jardim América – CEP
76.980-000 – Vilhena-RO - Fone/Fax: (069) 3321-2340 e 3321-3184.
Vilhena-RO, 15 de dezembro de 2016.

Proc.: 0045113-49.2000.8.22.0014
1ª Vara Cível
Edital de Venda Judicial
Bem: Lote urbano n. 05, quadra 15, setor 43, Residencial Alto dos Parecis, nesta, com as seguintes características, limites e confrontações: área: 300,00 m2, perímetro de 74,00 m. Dista da esquina mais próxima 23,00 m; Lado: ímpar; ao NORTE (fundos) com o lote 40 – (12,00 m); ao SUL (frente) com a Rua Goitacases – (12,00 m); a LESTE (esquerda) com os lotes 03 e 04 – (25,00 m), e a OESTE (direita); com o lote 06 – (25,00 m), matrículado sob n. 30.740, livro 2 de Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, ficha 1, de 13.06.2011, avaliado em R$ 56.443,23 (cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e três reais e vinte e três centavos);
Lote urbano n. 40, quadra 15, setor 43, Residencial Alto dos Parecis, nesta, com as seguintes características, limites e confrontações: área: 300,00 m2, perímetro de 74,00 m. Dista da esquina mais próxima 23,00 m; Lado: Par; ao NORTE (frente) com a Rua Caetés – (12,00 m); ao SUL (fundo) com o lote 05 – (12,00 m); a LESTE direita com os lotes 01 e 02 - (25,00 m) e a OESTE (esquerda) com o lote 39 – (25,00 m), matriculado sob n. 30.775, livro 2 de Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, ficha 1, de 13.06.2011, avaliado em R$ 56.443,23 (cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e três reais e vinte e três centavos).
Avaliação total: R$ 112.886,46 (cento e doze mil, oitocentos e oitenta e seis reais e quarenta e seis centavo) em 14.09.2016.
Local: Forum Desembargador Leal Fagundes, Av. 520 n. 4432.
Data: Ficam designados os dias 05.06.2017 e 19.06.2017, às 09:00 horas, para realização do 1º e 2º leilão/praça, respectivamente, pelo maior lance.
Autos 0045113.49.2000.8.22.0014
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Ministério Público do Estado de Rondônia
Prom. Justiça: Dr. Fernando Franco Assunção
Executada: Ivone Abrão de Freitas Pereira, brasileira, comerciante, CPF n. 683.844.912.91, RG n. 3.984.135 SSP/SP, casada com João Batista de Freitas Pereira, brasileiro, RG n. 733.260 SSP/PR, CPF n. 028.180.602.06
Adv. Drª Carla Falcão Rodrigues – OAB/RO 616-A
Valor da causa: R$ 183.201,89 (cálculo datado de Abril/2017).
Intimação: Pelo presente, ficam os interessados/Executado intimados das datas supra, na eventualidade de não o serem pessoalmente.
Informação: Nos autos não consta prova da existência de ônus e/ou recurso pendente.
Sobrevindo feriado na data designada para venda judicial, esta realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente.
Vilhena-RO, 18.04.2017. Eu,Edeonilson S Moraes, diretor de cartório, mandei digitar por ordem do MM. Juiz de Direito.

Proc.: 0014222-88.2013.8.22.0014
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Município de Vilhena
Executado:Aguair e Silva Ltda.
FINALIDADE: Fica Intimada a parte Executada para recolhimento do débito relativo à custas processuais nos autos mencionados, no montante de R$ 28,18 – cálculo datado de Abril/2017, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de encaminhamento do débito à Fazenda Pública para inscrição em
dívida ativa.

Proc.: 0014359-36.2014.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:Estilo da Moda Ltda Epp
Requerido:Maria das Graças Rosa Marcos
FINALIDADE: Fica Intimada a parte Requerida para recolhimento do débito relativo à custas processuais nos autos mencionados, no montante de R$ 47,75 – cálculo datado de Abril/2017, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de encaminhamento do débito à Fazenda Pública para inscrição em
dívida ativa.

Proc.: 0004316-06.2015.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:Unimed Vilhena - Cooperativa de Trabalho Médico
Requerido:Caubi Lima da Silva Junior
FINALIDADE: Fica Intimada a parte Requerida para recolhimento do débito relativo à custas processuais nos autos mencionados, no montante de R$ 32,01 – cálculo datado de Abril/2017, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de encaminhamento do débito à Fazenda Pública para inscrição em
dívida ativa.

Proc.: 0008016-29.2011.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Pato Branco Comércio de Petróleo Ltda Filial
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724)
Executado:Valdir Alves Júnior
FINALIDADE: Intimação - Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0009469-88.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Paulo Henrique Carvalho Alves
Advogado:Lenoir Rubens Marcon (OAB-RO 146)
Requerido:Azul Linhas Aéreas Brasileiras S A
FINALIDADE: Intimação - Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0003332-22.2015.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Vanzin Indústria Comércio de Ferro e Aço Ltda
Advogado:Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134), Marianne Almeida e Vieira de Freitas Pereira (OAB/RO 3046), Kelly Mezzomo Crisóstomo Costa (OAB/RO 3551), Marcio Henrique da Silva Mezzomo (OAB/RO 5836)
Executado:Hc Consultoria Engenharia e Construção Ltda Me
FINALIDADE: Intimação - Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0014197-75.2013.8.22.0014
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Município de Vilhena
Executado:Transjamantão Transportes Rodoviários Ltda Me
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724)

FINALIDADE: Fica Intimada a parte Executada para recolhimento do débito relativo à custas processuais nos autos mencionados, no montante de R$ 559,48 – cálculo datado de Abril/2017, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de encaminhamento do débito à Fazenda Pública para inscrição em
dívida ativa.

Proc.: 0010484-58.2014.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:Friron - Comércio Distribuição e Representação de Frios Rondonia Ltda
Requerido:Frank Denis Rodrigues de Souza
FINALIDADE: Fica Intimada a parte Requerida para recolhimento do débito relativo à custas processuais nos autos mencionados, no montante de R$ 27,18 – cálculo datado de Abril/2017, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de encaminhamento do débito à Fazenda Pública para inscrição em
dívida ativa.

Proc.: 0000441-04.2010.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:B. A. C. de C.
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
Executado:H. G. -. M. H. G.
Carga:
Fica o advogado Eric José Gomes Jardina (OAB/RO 3375) intimado a devolver os autos no prazo de 03 dias, que se encontram com carga além do prazo, sob pena de busca e apreensão dos mesmos.

Proc.: 0002256-02.2011.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Diságua Distribuidora de Abrasivos Guarujá Ltda
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Executado:Hernando Galina
Advogado:Eric José Gomes Jardina (OAB/RO 3375)
Carga:
Fica o advogado do executado intimado a devolver os autos no prazo de 03 dias, que se encontram com carga além do prazo, sob pena de busca e apreensão dos mesmos.

Proc.: 0011598-32.2014.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:Charlene Pneus Ltda
Advogado:Fernando César Volpini (OAB/RO 610), Greicis André Biazussi (OAB/RO 1542)
Requerido:D. D. Wiebbelling de Oliveira Me
Advogado:Leandro Márcio Pedot (OAB/RO 2022), Valdinei Luiz Bertolin (OAB/RO 6883)
Carga:
Ficam os advogados da parte autora intimados a devolver os autos no prazo de 03 dias, que se encontram com carga além do prazo, sob pena de busca e apreensão dos mesmos.

Proc.: 0004963-98.2015.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Girapé Estilo Ltda Epp
Advogado:Albert Suckel (OAB/RO 4718), Rayanna Souza Louzada Neves (OAB/RO 5349), Giuliano Dourado da Silva (OAB/RO 5684)
Executado:Juliano Neves da Silva
FINALIDADE: Intimação para no prazo de 05 (cinco) dias comprovar o efetivo valor levantado, bem como para dizer se concorda com a extinção do processo ante o cumprimento da obrigação.

Proc.: 0009922-15.2015.8.22.0014
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Senai Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial Departamento Nacional
Advogado:Deise Lucia da Silva Silvino Virgolino (OAB/RO 615)
Requerido:Construtora João de Barro Ltda.
FINALIDADE: Intimação para no prazo de 15 (quinze) dias manifestar-se quanto a contestação apresentada (fls. 063/086).

Proc.: 0009739-20.2010.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Charlene Pneus Ltda
Advogado:Greicis André Biazussi - OAB/RO 1.542
Executado:Almiro José Liberali
FINALIDADE: Intimação para no prazo de 15 (quinze) dias proceder levantamento dos documentos desentranhados.

Proc.: 0006806-98.2015.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Conceição Gabriel de Alencar
Advogado:Roberley Rocha Finotti (OAB-RO 690)
Requerido:Asper Associação dos Trabalhadores No Serviço Publico do Estado de Rondônia, UNIMED Ji - Paraná - Cooperativa de Trabalho Médico
FINALIDADE: Intimação para no prazo de 15 (quinze) dias apresentar impugnação, querendo, em face a contestação apresentada (fls. 290/346).

Proc.: 0011202-55.2014.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:Canopus Administradora de Consórcios S.c. Ltda
Advogado: Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/RO 4658)
Requerido:Rodrigo Bueno Freitas
FINALIDADE: Intimação - Certidão dos Correios:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 15 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do E.C.T de fls. 075v, para fornecer o atual endereço da parte Requerida e/ou outro dado indispensável.

Proc.: 0005094-10.2014.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Jaldemiro Dede Moreira
Advogado:Aisla de Carvalho (RO 6619), Neuza Detofol Foleto (OAB/RO 4313)
Requerido:Oliveira Comércio de Veículos Ltda Me, Eziel Joao Vitorio Pacheco
FINALIDADE: Intimação para no prazo de 15 (quinze) dias manifestar-se quanto ao andamento/cumprimento da Carta Precatória expedida em 16.11.2016 para a
Comarca de Chapada dos Guimarães/MT.

Proc.: 0003218-25.2011.8.22.0014
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:P. de C. C.
Advogado:Michele Machado Lopes (OAB/RO 6304)
Executado:J. dos S.
FINALIDADE: Intimação para no prazo de 15 (quinze) dias manifestar-se nos autos requerendo o que de direito.

Proc.: 0005354-53.2015.8.22.0014
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Seiti Roberto Mori (OAB-RO 215-B)
Executado:Pato Branco Alimentos Ltda Filial
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Vistos.Procedi pesquisa pelo Sistema Bacenjud em nome da parte executada, a qual restou infrutífera, conforme documento anexo.

Intime-se o exequente para, no prazo de 05 dias, indicar bens passíveis de penhora e impulsionar o feito, sob pena de suspensão. Pratique-se o necessário.Intimem-se.Vilhena-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0006856-27.2015.8.22.0014
Ação:Embargos à Execução Fiscal
Embargante:Município de Vilhena
Advogado:Marlene Frois Pereira Schimitt (RO 3406)
Embargado:Joaquina Calma de Araújo
Advogado:Newton Schramm de Souza (OAB/RO 2947), Antônio Eduardo Schramm de Souza (OAB/RO 4001), Amanda Iara Tachini de Almeida (OAB/RO 3146)
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos e examinados este autos...MUNICÍPIO DE VILHENA propôs os presentes embargos à execução, referente ao cumprimento de SENTENÇA que lhe move JOAQUINA CALMA DE ARAUJO, nos autos n. 0011299-94.2010.8.22.0014, aduzindo, em síntese, há excesso de execução, pois devem ser abatidos os valores pagos à autora pertinentes ao cargo de serviços gerais (vencimentos e adicional de insalubridade), de dezembro/2005 a dezembro/2008, bem como que o recesso escolar somente passou a ser assegurado ao professor com a vigência da Lei Complementar n. 147/2010. Ainda, que a correção e os juros devem ser condizentes à atualização de débitos contra a Fazenda Pública. Apontou como correto o débito no valor de R$ 35.393,00. Os embargos foram recebidos com efeito suspensivo (fls. 53).Citada, a embargada impugnou às fls. 56/59, arguindo preliminarmente a intempestividade dos embargos. No MÉRITO, asseverou não se tratar de nenhuma das hipóteses do art. 743 do CPC, portanto não há excesso de execução. Afirmou que os pedidos estão acobertados pelo manto da coisa julgada e que a atualização foi feita pelo sistema de cálculo da correção adotado pelo TJ/RO cm a opção FP – Fazenda Pública. Ao final, postulou pela improcedência dos embargos.Consta réplica às fls. 62/64. Intimados para especificarem provas, as partes afirmaram não ter outras provas a produzir (fls. 67 e 68).É o relatório.DECIDO. Do Julgamento Antecipado da LideConforme entendimento do e. Superior Tribunal de Justiça, presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder. (STJ 4ª Turma, Resp 2.832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14.08.1990, e publicado no DJU em 17.09.90, p. 9.513).No presente caso, a questão de MÉRITO dispensa a produção de prova em audiência, logo, há que se promover o julgamento antecipado da causa, na forma do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil.Da TempestividadeAlega a embargada que os embargos são intempestivos porque a Fazenda teve vista no dia 01/04/2015, às fls. 254-v dos autos principais, logo após a petição de cumprimento de SENTENÇA, de sorte que teve ciência inequívoca da fase de cumprimento de SENTENÇA e somente embargou depois de 113 dias.Não assiste razão ao embargante, uma vez que a Fazenda Pública teve vista dos autos antes de ser apreciado por este juízo o pedido de cumprimento da SENTENÇA.O prazo de defesa da Fazenda iniciou-se quando da citação para opor embargos, nos termos do art. 730 do CPC de 1973 que vigia à época.Deste modo, REJEITO a preliminar arguida. Do MÉRITO Trata-se de embargos à execução opostos por MUNICÍPIO DE VILHENA contra JOAQUINA CALMA DE ARAUJO, objetivando a redução dos valores executados nos autos principais.Prima facie, urge consignar que é cabível o abatimento dos valores recebidos pela autora a título de vencimento e adicional de insalubridade, pois a SENTENÇA reconheceu o direito de equiparação salarial, condenando o ente público ao pagamento da diferença salarial recebida pela embargada em relação ao cargo de professora.Enquanto exercia a função de professora, a embargada não faz jus ao adicional de insalubridade e, caso não seja abatida tal verba, haverá em enriquecimento ilícito dela, que estará recebendo mais do que a classe a que foi equiparada. No que tange aos recessos não gozados durante o período, de fato a situação está acobertada pelo manto da coisa julgada, que reconheceu o direito da autora diante da incontrovérsia acerca da questão. Não pode agora a Fazenda Pública, em sede de embargos à execução, pretender provar que os professores não faziam jus ao recesso antes de 2010, período em que a embargada exerceu a função de professora. O direito da embargada foi reconhecido por SENTENÇA e confirmado em grau de reexame necessário.Por fim, em relação à atualização contra a Fazenda Pública, considerando a modulação dos efeitos das ADI Ls 4357 e 4425 pelo STF no que diz respeito aos índices de correção monetária e juros de mora a serem aplicados contra a Fazenda, tem-se o seguinte quadro, doravante:i) até 29/06/2009: a atualização monetária e incidência de juros moratórios contra a Fazenda seguiria a legislação vigente à época, ou seja:i1: atualização com base nos índices fornecidos pelos Tribunais.i.2: juros de mora de 1% ao mês a partir de 11/01/2003 e juros de 0,5% ao mês até 10/01/2003 (Transição para o novo código civil de 2002).ii) a partir de 30/06/2009 a 25/03/2015: (Data da entrada em vigor da Lei nº Lei 11.960/09, art.1-F da Lei nº 9494/97)ii.1: a atualização monetária deverá ser realizada pela TR;ii.2: juros moratórios nos mesmos moldes aplicados à caderneta de poupança.Por derradeiro, urge mencionar que as demais questões suscitadas e não abordadas expressamente nesta DECISÃO ficaram prejudicadas, razão pela qual deixo de enfrentá-las por não serem capazes de infirmar a CONCLUSÃO tomada neste feito (art. 489, §1º, inciso IV, do novo CPC).Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os embargos à execução promovidos pelo MUNICÍPIO DE VILHENA contra JOAQUINA CALMA DE ARAUJO, para reconhecer que deve ser abatido o adicional de insalubridade recebido pela embargada durante o período que exercia a função de professora, bem como determinar que a atualização dos valores se dê da seguinte forma: i) até 29/06/2009:a atualização monetária e incidência de juros moratórios contra a Fazenda seguiria a legislação vigente à época, ou seja: i1: atualização com base nos índices fornecidos pelos Tribunais. i.2: juros de mora de 1% ao mês a partir de 11/01/2003 e juros de 0,5% ao mês até 10/01/2003 (Transição para o novo código civil de 2002). ii) a partir de 30/06/2009 a 25/03/2015: (Data da entrada em vigor da Lei nº Lei 11.960/09, art.1-F da Lei nº 9494/97) ii.1: a atualização monetária deverá ser realizada pela TR;.2: juros moratórios nos mesmos moldes aplicados à caderneta de poupança.Considerando que a embargante decaiu em parte mínima do pedido, CONDENO a embargada ao pagamento dos honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% sobre o valor da causa (embargos), os quais ficam suspensos de exigibilidade, pois a autora é beneficiária da Justiça Gratuita.Procedimento isento de custas.Transitada em julgado, junte-se cópia desta SENTENÇA nos autos principais e arquivem-se os presentes autos com as cautelas de praxe.SENTENÇA registrada automaticamente.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Vilhena-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0003775-12.2011.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ulson Alves dos Santos
Advogado:Roberto Carlos Martins Machado (OAB/RO 1263)
Requerido:Inss Instituto Nacional do Seguro Social
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos etc...A assessoria deste juízo contatou o Dr. Lauro Laraya por telefone e sua secretário retornou o contato no dia 17/04/2017, informando que a perícia médica não foi realizada no autor porque este não compareceu na data aprazada.O autor foi intimado às 122 para impulsionar o presente feito, porém permaneceu inerte.Às fls. 61, foi expedida carta de intimação à parte interessada para impulsionar o feito, sendo que o AR foi acostado nos autos com a informação “Mudou-se”.O art. 274, do CPC prescreve que:”Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de

secretaria.Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço."Portanto, presumida a intimação e decorrido o prazo estabelecido sem a movimentação, caracterizada está o desinteresse no prosseguimento do feito.Em consequência, nos termos do artigo 485, inciso III, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA a ação previdenciária promovida por UELSON ALVES DOS SANTOS contra INSS – INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.Custas pelo autor, as quais ficam suspensas de exigibilidade por ser beneficiário da Justiça Gratuita.Autorizo o desentranhamento de documentos, devendo o ato ser realizado pela escrivania, nos termos do art. 100, §2º, das DGJ's, mediante apresentação de fotocópia pelo interessado dos documentos a serem desentranhados.Transitada em julgado e, com as cautelas de praxe, arquivem-se os autos.Publique-se. Registrada automaticamente. Intimem-se e cumpra-se.Vilhena-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0002796-11.2015.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Rover & Rover Ltda Me
Advogado:Alex André Smaniotto (OAB/RO 2681)
Executado:T. B. C. Tranportes Brasil Central Ltda Me
DESPACHO:
Vistos.DEFIRO o pedido de suspensão do processo pelo prazo de 30 dias, com fundamento no art. 921, III, do CPC.Decorrido o prazo, intime-se o exequente para impulsionar o feito, sob pena de suspensão pelo prazo de 01 ano, nos termos do art. 921, §1º do CPC.Vilhena-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito
Edeonilson Souza Moraes

Diretor de Cartório

## 2ª VARA CÍVEL

Proc.: 0009289-72.2013.8.22.0014
Leilão:
EDITAL DE VENDA JUDICIAL
A Juiza de Direito da 2ª Vara Cível torna público que será realizada a venda do bem a seguir descrito e referente à Execução que se menciona.
Processo: 0009289-72.2013.822.0014- Execução Fiscal
Exequente: Fazenda Pública do Município de Vilhena
Executada: Espólio de Francisca Alves Pereira
DESCRIÇÃO DOS BENS: Os direitos de posse sobre o imóvel urbano denominado Lote 16, quadra 46, Setor 15, medindo 12,00X30,00 (360,00m²), todo murado, contendo uma edificação em madeira medindo aproximadamente 100,00m², contendo cinco cômodos, coberta com telhas tipo Eternit, piso em cerâmica, sem forro.
VALOR AVALIAÇÃO: R$ 120.000,00 (cento e vinte mil).
DATAS PARA VENDA JUDICIAL:
PRIMEIRA VENDA: 23 de maio de 2017, às 9 horas
SEGUNDA VENDA: 13 de junho de 2017, às 9 horas.
OBSERVAÇÃO: 1- Não sendo possível a intimação pessoal do(a) executado(a), fica este(a) intimado(a) por este edital.
2 - Sobrevindo feriado nas datas designadas para venda judicial, esta realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente.
3-O bem será entregue livre de penhoras somente quando as mesmas forem provenientes de processos em trâmite na 2ª Vara Cível.
4- Fica a cargo do arrematante a busca por informações sobre o bem de seu interesse. Tais como: Distribuições de feitos, execuções cíveis, débitos de IPTU, dentre outros que não constem em edital.
COMUNICAÇÃO: Se o bem não alcançar lance igual ou superior à avaliação, prosseguir-se-á na segunda venda no mesmo dia, hora e local, a fim de que os mesmos sejam arrematados por quem maior preço lançar, superior a 50% da avaliação.
Sede do Juízo: Fórum Des. Leal Fagundes, Avenida Luiz Mazziero, nº 4.432, Jardim América, Vilhena-RO, 76980-000.
Vilhena, 18 de abril de 2017.
MARIA JOSÉ MADEIRA GAVAZZONI
Escrivã- 2ª Vara Cível, cadastro 2212-8,
que assina por ordem da MMª.Juíza de Direito.

Proc.: 0006970-34.2013.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Diságua Distribuidora de Abrasivos Guarujá Ltda
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568), Mateus Pavão (RO 6218)
Requerido:Rogério Alves da Silva- Me, Rogério Alves da Silva
Edital - retirar:-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar Edital expedido, bem como, no prazo legal, comprovar sua publicação.

Proc.: 0004638-65.2011.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S.A
Advogado:Marcelo Longo de Oliveira (OAB-RO 1096), Lauro Lúcio Lacerda (OAB/RO 3919)
Executado:Andréia Torres Mendes Cardoso, Geovana Aparecida Maciel Pereira, Mendes & Maciel Fórmulas e Comércio de Medicamentos Ltda
Edital - retirar:-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar Edital expedido, bem como, no prazo legal, comprovar sua publicação.

Proc.: 0003941-10.2012.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Auto Posto Planalto Ltda
Advogado:Vivian Bacaro Nunes Soares (OAB/RO 2386), Viviane Mizue Dias Previato (OAB/RO 3259), Gilson Ely Chaves de Matos (OAB-RO 1733), Estevan Soletti (OAB/RO 3702)
Executado:Ademar Pereira
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DECISÃO:
O embargante interpôs embargos de declaração com efeitos modificativos, alegando contradição na DECISÃO de fls. 107-108. Disse que a inclusão inicial não foi equivocada e sim atendeu ao pleito do autor. Requereu o provimento dos embargos.É O BREVE E NECESSÁRIO RELATÓRIO. Recebo os embargos porque tempestivos. Quanto à aludida contradição apontada pelo embargante, tenho que restou afastada suas alegações pelos motivos explandos na DECISÃO de fls. 110.Diante do exposto, nos termos do artigo 535 do Código de Processo Civil recebo os embargos para DECLARÁ-LOS IMPROCEDENTES. Intimem-se. Vilhena-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0037431-62.2008.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Newton Schramm de Souza
Advogado:Newton Schramm de Souza (OAB/RO 2947), Amanda Iara Tachini de Almeida (OAB/RO 3146), Antônio Eduardo Schramm de Souza (OAB/RO 4001)
Requerido:Angela Cristina Cardoso Araújo de Oliveira
Advogado:Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A), Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281)

DESPACHO:
Intime-se o autor a apresentar cálculo atualizado do valor devido. Após, oficie-se ao Município de Vilhena, para que proceda aos descontos dos valores até a satisfação do débito.Vilhena-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0016089-58.2009.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Magazine Minozzo Ltda - EPP
Advogado:Marlon Vinicius Gonçalves Facio (OAB/RO 5557)
Executado:Eustáquio Silva Cassim
DESPACHO:
As pesquisas junto ao sistema BACENUD, INFOJUD E RENAJUD, restaram infrutíferas. DETERMINO a suspensão do processo pelo prazo de 1 ano, durante o qual não correrá a prescrição, nos termos do art. 921, §§ 1º e 2º, do CPC. Decorrido o prazo de 01 ano sem que o exequente localize e informe nos autos bens penhoráveis, começará a correr o prazo de prescrição intercorrente (CPC, art. 921, §4º). Na referida hipótese, desde já determino o arquivamento dos autos, os quais poderão ser desarquivados a qualquer tempo, desde que encontrados bens penhoráveis (CPC, art. 921, §3º). Ocorrendo a prescrição intercorrente, o que será certificado pela serventia, intimem-se as partes para se manifestarem no prazo de 15 dias (CPC, art. 921, §5º). Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0019819-77.2009.8.22.0014
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Município de Vilhena
Advogado:Carlos Eduardo Machado Ferreira (OAB/RO 3691)
Executado:E. B. Sales & Cia Ltda Me, Elaine Salete da Silva, Édio Bispo Sales
Advogado:Não Informado ( )
DESPACHO:
Expeça-se alvará em favor da exeqiuente. Após, manifeste-se quanto a eventual saldo remanescente, no prazo de cinco dias. Intimem-se. Vilhena-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0005491-11.2010.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Pato Branco Comércio de Pneus e Acessórios Ltda.
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Executado:Marcos Ribeiro de Araújo
Advogado:Defensor Publico (RO. 000.)
DESPACHO:
Não foram encontrados bens e valores pelo sistema BACEN/JUD.Apresente o Autor bens passíveis de penhora em nome do executado em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito. Expeça-se o necessário.Vilhena-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0009627-51.2010.8.22.0014
Ação:Inventário
Requerente:Lucimar Antunes dos Santos Lopes, Ana Laura Antunes Lopes
Advogado:André Luiz Faria (OAB/MT 10917A), Pedro Elisio de Paula Neto (OAB/MT 13071), André Luiz Faria (OAB/MT 10917A), Pedro Elisio de Paula Neto (OAB/MT 13071)
Inventariado:Cássio André Lopes
DESPACHO:
Expeça-se alvará dos valores conforme determinadoàs fls. 241, até zerar conta. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0001165-71.2011.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Maria Aparecida Almeida Jacob
Advogado:Danielle Rosas Garcez Bonifácio de Melo Dias (OAB/RO 2353), Roberto Berttoni Cidade (OAB/SP 213787)
Executado:Autovema Veículos Ltda
Advogado:José Cristiano Pinheiro (OAB/RO 1748)
DESPACHO:
Expeça-se alvará em favor da exequente dos valores depositados no feito, relativos às parcelas do acordo. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0003147-86.2012.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Recauchutadora de Pneus Rover Ltda
Advogado:Greicis André Biazussi (OAB-RO 1542)
Executado:João Luiz Adorno Silva
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
SENTENÇA:
Devidamente intimada para dar andamento ao feito, sob pena de extinção e arquivamento do processo, a parte autora quedou-se inerte conforme consta na certidão de fls.74-v.Diante disso, vieram os autos conclusos para DECISÃO. Posto isto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO, nos termos do artigo 485, III, do Código de Processo Civil.Intime-se para pagamento das custas processuais, conforme disposto no art. 12 da Lei 3.896/16.O não pagamento integral, ensejará na expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição em dívida ativa fiscal estadual. SENTENÇA registrada automaticamente.Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Com o trânsito em julgado da presente DECISÃO, arquivem-se os autos.Vilhena-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0009767-12.2015.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Ultralar Móveis Ltda
Advogado:Roniéder Trajano Soares Silva (OAB/RO 3694), Rayana Vedana Scarmocin Felber (OAB/RO 6260)
Executado:Camila Camargo Monteiro
DESPACHO:
Defiro a expedição de alvará dos valores depositados nos autos em favor da parte autora, até zerar a conta. Aguarde-se o pagamento das demais parcelas. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0008439-47.2015.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sophia Ilza Ali Nafal Pedot
Advogado:Leandro Márcio Pedot (OAB/RO 2022), Valdinei Luiz Bertolin (OAB/RO 6883)
Requerido:Azul Linhas Aéreas Brasileiras S A
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:
Considerando que houve depósito dos valores da condenação, relativos ao valor da indenização e custas processuais, detemrino a expedição de alvará dos valores depositados em favor da autora. Expeça-se o necessário. Após, nada mais havendo, observadas as formalidades legais, arquviem-se os autos. Vilhena-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0000163-27.2015.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Soeli Aparecida Ronkoski
Advogado:Denns Deivy de Souza Garate (OAB/RO 4396)
Requerido:Lojas Romera
Advogado:Diogo Lopes Vilela Berbel (OAB/PR 41766), Gustavo de Rezende Mitne (OAB/PR 52997), Paulo Biz Faria (OAB/PR 75679)
DESPACHO:
Diante dos documentos juntados pela autora, intime-se o requerido, para querendo manifestar-se no prazo de cinco dias. Intimem-se. Vilhena-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0001943-02.2015.8.22.0014
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Luis Eduardo Mendes Serra ( )
Executado:N.b. Madeiras Ltda
DESPACHO:
Defiro a incliusão dos sócios conforme requerido na petição de fls. 35, uma vez que estes sócios foram indicados na inicial da CDA. Cite-se nos termos do DESPACHO inicial. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0003187-63.2015.8.22.0014
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Reginaldo Rodrigues Barbosa
Advogado:Giuliano Dourado da Silva (OAB/RO 5684), Albert Suckel (OAB/RO 4718), Rayanna Souza Louzada Neves (OAB/RO 5349)
Requerido:Banco Bradescard S. A
Advogado:José Almir da Rocha Mendes Júnior (RN 392-A), Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Junior (OAB/RO 4407)
DESPACHO:
Observadas as formalidades legais, nada mais havendo, arquivem-se os autos. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0010389-28.2014.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:C. M. E. V. de A. L. M.
Advogado:Carina Batista Hurtado (OAB/RO 3870), Ruth Balcon Scalcon (OAB/RO 3454), Fabiana Oliveira Costa (RO 3445), Josângela Mayara Ferreira Rodrigues (OAB-RO 5909)
Executado:I. M. P.
DESPACHO:
A executada peticionou pugnando o pagamento do débito, depositando a quantia R$ 239,00 o correspondente a 30% do valor do débito e requerendo que o restante seja parcelado em seis vezes de R$ 92,56, com o que concordou a exequente. Defiro a expedição de alvará dos valores depositados em favor da exequente. Aguarde-se o pagamento das demais parcelas. Intimem-se. Vilhena-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0001747-66.2014.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Salim Tareq Houssein, Osvaldo Pereira Ribeiro
Advogado:Osvaldo Pereira Ribeiro (OAB/RO 5869)
Executado:Luiz Fernandes Amorim de Souza, Leiliane Roberto dos Reis Etieni
Advogado:Kerson Nascimento de Carvalho (OAB/RO 3384), Bruna de Lima Pereira (OAB/RO 6298), Kerson Nascimento de Carvalho (OAB/RO 3384), Bruna de Lima Pereira (OAB/RO 6298)
DESPACHO:
Nos termos do art. 17 da Lei 3.896/16, intime-se o exequente a proceder ao recolhimento do valor da diligência pretendida. Intimem-se Vilhena-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0007440-65.2013.8.22.0014
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Rondônia Detran
Advogado:Procurador do Detran ( )
Executado:Manuel Pereira Lima
Advogado:Daiane Fonseca Lacerda (OAB/RO 5755)
DESPACHO:
A consulta ao sistema BACEN/JUD restou infrutífera. Em consulta ao sistema RENAJUD, constatei que o executado possui veículos em seu nome, conforme tela anexa. Indique o exequente em 05 (cinco) dias bens passíveis de penhora, sob pena de extinção. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0011318-32.2012.8.22.0014
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Rondônia Detran
Advogado:Wilson Luiz Negri (OAB/RO 3757)
Executado:Erilio Rego Amaral
DESPACHO:
Declaro penhorado o valor de R$ 1.081,39.Intime-se o Executado na pessoa de seu advogado (art. 523 e 525 do CPC e 829 do CPC – extrajudicial) desta penhora e retornem os autos após o prazo legal, com ou sem embargos/impugnação.Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0000134-50.2010.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Pato Branco Alimentos Ltda.
Advogado:Josemario Secco (RO 724), Sandro Signor (OAB/RO 2810), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Executado:Ferreira e Pedraza Ltda Me, Mateus Gongara Pedraza, Valdirene de FÁtima Ferreira
Advogado:Defensor Publico (RO. 000.)
DESPACHO:
Declaro penhorado o valor de R$ 242,12.Intime-se o Executado na pessoa de seu advogado (art. 523 e 525 do CPC e 829 do CPC – extrajudicial) desta penhora e retornem os autos após o prazo legal, com ou sem embargos/impugnação.Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0007434-24.2014.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Muller & Cia Ltda. Me
Advogado:Robson Martinowski Costa (OAB/RO 5281)
Executado:Três Madeiras e Abrasivos Ltda Me, Júlio Cézar Lebkuchen
Advogado:Sandra Vitório Dias Córdova (OAB/RO 369B)
DESPACHO:
A consulta aos sistemas BACEN/JUD e RENAJUD restaram infrutíferas, conforme telas anexas. Indique o exequente em 05 (cinco) dias bens passíveis de penhora, sob pena de extinção. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito
Maria José Madeira Gavazzoni
Escrivã Judicial

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Vilhena - 2ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354
- Fone: (69) 33213182
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: vinte dias
Requerido: Rafael Tomé Silva, brasileiro, demais qualificações ignoradas,com endereço incerto não sabido
FINALIDADE: CITAÇÃO para tomar conhecimento de todos os termos da presente ação, bem como para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contestação a presente ação.
Obs.: Não comparecendo o requerido aos autos, ser-lhe-á nomeado Curador Especial para defender seus interesses.
Processo nº: 7001628-78.2017.8.22.0014
Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
Assunto: Guarda

Requerente: M. DA S. C.
Requerido: RAFAEL TOMÉ SILVA
Sede do Juízo: Fórum Des. Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero nº 4.432, Jardim América - CEP: 76.980-000 (Fax) Fone (069) 321-2340 e 321-3184.
Vilhena-RO, 12 de abril de 2017.
MARIA JOSÉ MADEIRA GAVAZZONI
Escrivã- 2ª Vara Cível, cadastro 2212-8,
que assina por ordem da MMª.Juíza de Direito.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Vilhena - 2ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33213182
Processo nº 0009643-63.2014.8.22.0014
Polo Ativo: ELAINE RODRIGUES SOARES TOLEDO
Advogados do(a) REQUERENTE: NEWTON SCHRAMM DE SOUZA - RO0002947, VERA LUCIA PAIXAO - RO0206/RO, AMANDA IARA TACHINI DE ALMEIDA - RO0003146, ANTONIO EDUARDO SCHRAMM DE SOUZA - RO0004001
Polo Passivo: MAGNUS RAFAEL FUCKS TOLEDO
Advogados do(a) REQUERIDO: EUNICE JAKYMIU - RO000073B, SANDRA VITORIO DIAS - RO000369B
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Vilhena, 18 de abril de 2017
MARIA JOSE MADEIRA GAVAZZONI

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Comarca de Vilhena - 2ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33213182
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 20 Dias
Requerida: PABLO AUGUSTO NEVES DE ANDRADE, brasileiro, estado civil e profissão desconhecida com endereço incerto não sabido.
Processo nº 7004180-50.2016.8.22.0014
AUTOR: VALDEMAR DE ANDRADE
RÉU: PABLO AUGUSTO NEVES DE ANDRADE
FINALIDADE: CITAÇÃO para tomar conhecimento de todos os termos da presente ação, bem como para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contestação a presente ação.
Obs. Não comparecendo o requerido aos autos, ser-lhe-á nomeado Curador Especial para defender seus interesses..
Sede do Juízo: Fórum Des. Leal Fagundes, Av. Luiz Mazièro nº 4.432, Jardim América -
Vilhena, 17 de abril de 2017.
MARIA JOSÉ MADEIRA GAVAZZONI
Escrivã- 2ª Vara Cível, cadastro 2212-8,
que assina por ordem da MMª.Juíza de Direito.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Vilhena - 2ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33213182
Processo nº 0004098-12.2014.8.22.0014
Polo Ativo: ASSOCIACAO HABITACIONAL DE RONDONIA - HABITAR
Advogado do(a) EMBARGANTE: JOSE MARCELO CARDOSO DE OLIVEIRA - RO0003598
Polo Passivo: MINISTERIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDONIA
Advogado do(a) EMBARGADO:
CertidãoCertifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas do retorno dos autos do Tribunal de Justiça/RO
Vilhena, 19 de abril de 2017
Jerônimo José da Silva
Chefe de Cartório

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Vilhena - 2ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33213182
Processo nº 0003279-81.2014.8.22.0012
Polo Ativo: PEDRO CARVALHO COSTA
Advogado do(a) REQUERENTE: MAURI CARLOS MAZUTTI - RO0000312B
Polo Passivo: BERENICE ANTONIO DA SILVA COSTA
Advogado do(a) REQUERIDO: ELIAS GOMES JARDINA - RO0006180
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes. O processo será remetido à instância Superior em grau de Recurso.
Vilhena, 19 de abril de 2017
MARIA JOSE MADEIRA GAVAZZONI

## 3ª VARA CÍVEL

3ª vara cível
Cartório da 3ª vara Cível
SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
JUIZ: Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral
vinicius@tj.ro.gov.br
ESCRIVÃ: Genair Goretti de Morais
vha3civel@tj.ro.gov.br

Proc.: 0009543-74.2015.8.22.0014
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Alaide Antonia Antunes da Silva
Advogado:Charlton Daily Grabner (OAB/RO 228B), Cleonice Aparecida Rufato Grabner (OAB-RO 229-B), Delano Rufato Grabner (OAB/RO 6190)
Requerido:Josias Silva
Advogado:João Paulo das Virgens Lima (OAB/RO 4072), Paulo Batista Duarte Filho (OAB/RO 4459)
Certidão da Escrivania:
16. Intimar as partes do retorno dos autos da instância superior.

Proc.: 0001763-88.2012.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Banco do Brasil S/A
Advogado:Gustavo Amato Pissini (OAB/SP 261030)
Requerido:Cardoso & Dornelas Ltda Me, Ana Paula Furtado Cardoso, Jair Natal Dornelas
Advogado:Roberley Rocha Finotti (OAB-RO 690), Advogado não informado (OAB-RO 9999)
Certidão da Escrivania:
16. Intimar as partes do retorno dos autos da instância superior.

Proc.: 0004619-54.2014.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Mafra e Nanci Ltda Epp
Advogado:Michele Marques Rosato (OAB/RO 3645)
Executado:Francisco Ferreira de Souza
Certidão da Escrivania:
7. Intimar a parte autora para no prazo de 05 (cinco) dias, comprovar o recolhimento de despesas e ou custas processuais.

Proc.: 0011280-15.2015.8.22.0014
Ação:Divórcio Litigioso
Requerente:N. A. G. da S.
Advogado:Alex André Smaniotto (OAB/RO 2681), Mariana Kuipers Soares (OAB/RO 5478)
Requerido:V. P. da S.
Advogado:Roberto Carlos Mailho (OAB/RO 3047)
Certidão da Escrivania:
12. Intimar a parte autora para se manifestar, em 5 (cinco) dias, acerca do ofíico juntado.

Proc.: 0002175-14.2015.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:G. E. C. de M. E. S.
Executado:W. de O. M.
Parte retirada do po:E. de S. L.
Advogado:Gilson Ely Chaves de Matos (OAB-RO 1733), Estevan Soletti (OAB/MT 10063)
Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, Drs Gilson Ely Chaves de Matos (OAB-RO 1733), Estevan Soletti (OAB/MT 10063) no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0003977-47.2015.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:Diamante Produtos Alimentos Ltda Me
Advogado:Luiz Antonio Gatto Junior (RO 4683)
Requerido:Antonio Pedro Dias
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
Certidão da Escrivania:
2. Intimar a parte autora para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, ante a não manifestação da parte requerida

Proc.: 0001097-82.2015.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:Charlene Pneus Ltda
Advogado:Greicis André Biazussi (OAB/RO 1542), Fernando César Volpini (OAB/RO 610)
Requerido:A. L. Magalhães Publicidades Ltda Me
Certidão da Escrivania:
12. Intimar a parte autora para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, ante a não manifestação da parte requerida.

Proc.: 0007797-45.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Fernanda da Silva Alves Costa
Advogado:Joice Carla Santini Antônio (OAB/RO 617)
Requerido:Dmcard Administradora de Cartões de Crédito Ltda
Advogado:Rafaela Geiciani Messias (OAB/RO 4656), Dario Martinez Ramos (OAB/SP 285056), Hilton Cardoso dos Santos (OAB/SP 214330)
Certidão da Escrivania:
12. Intimar a parte AUTORA para se manifestar, em 5 (cinco) dias, acerca da petição juntada.

Proc.: 0005978-44.2011.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Débora Dias de Lima
Advogado:Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134), Kelly Mezzomo Crisóstomo Costa (OAB/RO 3551)
Requerido:Judite Dias de Lima, Valdecir Marangoni Sobrinho, Marcelo Toledo Marangoni, Daniela Toledo Marangoni Navarro, Dhione Borges Rodrigues Marangoni, Zerfeso Marangoni, Ronny Willian Toledo Marangoni
Advogado:Fernando César Volpini (OAB/RO 610), Jane Teresinha Erdtmann (MT 7343), Roberto Carlos Mailho (OAB/RO 3047), Albert Suckel (OAB/RO 4718), Jane Teresinha Erdtmann (MT 7343)
Certidão da Escrivania:
16. Intimar as partes do retorno dos autos da instância superior.

Proc.: 0003000-94.2011.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Lairce Martins de Souza
Advogado:Lairce Martins de Souza (OAB/RO 3041)
Executado:Wilfrido Figueredo Moran
Advogado:Cezar Benedito Volpi (OAB/RO 533)
Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado dR Lairce Martins de Souza (OAB/RO 3041), no prazo de 05 dias, intimada para retirar os Alvarás expedidos.

Proc.: 0006057-52.2013.8.22.0014
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Banco Bradesco Financiamentos Sa
Advogado:Carmen Eneida da Silva Rocha (OAB/RO 3846), Ana Paula dos Santos (OAB/RO 4794)
Requerido:Pedro Henrique da Paz Batista
Advogado:Roberley Rocha Finotti (OAB-RO 690)
Certidão da escrivania:
16. Intimar as partes do retorno dos autos da instância superior.

Proc.: 0009497-22.2014.8.22.0014
Ação:Cautelar Inominada (Cível)
Requerente:Emerson Cândido
Advogado:Castro Lima de Souza (OAB/RO 3048)
Requerido:Banco Bradesco S/a, Marilza Ribeiro de Lara
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370), Thiago Freire da Silva (RO 3653)
Parte retirada do po:Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Rondônia Detran
Certidão da escrivania
12. Intimar a parte AUTORA para se manifestar, em 5 (cinco) dias, acerca do ofíco juntado.

Proc.: 0008742-61.2015.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Banco da Amazônia S/ A - Basa
Advogado:Marcelo Longo de Oliveira (OAB-RO 1096)
Executado:Vanderlei Franco Vieira, Degmar Ines Ramos Franco, Nildo Marinho Ferreira
Advogado:Belmiro Gonçalves de Castro (RO 2193)
Certidão da Escrivania:
12. Intimar a parte AUTORA para se manifestar, em 5 (cinco) dias, acerca da petição juntada.

Proc.: 0003316-39.2013.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Marcelo Longo de Oliveira
Executado:Vanderlei Franco Vieira, Degmar Ines Ramos Franco
Advogado:Belmiro Gonçalves de Castro (RO 2193)
Parte retirada do po:Banco da Amazônia S/ A - Basa
Advogado:Marcelo Longo de Oliveira (OAB-RO 1096), Daniele Gurgel do Amaral (RO 1221)
Certidão da Escrivania:
12. Intimar a parte AUTORA para se manifestar, em 5 (cinco) dias, acerca da petição juntada.

Proc.: 0010255-98.2014.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Marlene Schneider Tecchio
Advogado:Estevan Soletti (OAB/RO 3702), Gilson Ely Chaves de Matos (OAB-RO 1733)
Executado:Jeferson Adriano Menegol
Advogado:Cezar Benedito Volpi (OAB/RO 533)
Certidão da Escrivania:
11. Intimar a parte AUTORA para se manifestar, em 15 (quinze) dias, acerca dos novos documentos juntados.

Proc.: 0002457-52.2015.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Pato Branco Alimentos Ltda Filial
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Requerido:Maria das Graças Bandeira Alves, Patrick Bandeira Alves
Certidão da Escrivania:
19. Intimar a parte requerente para, em 05 (cinco) dias, manifestar-se no processo cujo desarquivamento foi deferido. Decorrido o prazo sem manifestação, arquive-se.

Proc.: 0013528-22.2013.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Bayerl & Rebouças Ltda Me
Advogado:Alfredo Pereira da Costa (OAB/RO 2887), Fernando César Volpini (OAB/RO 610), Greicis André Biazussi (OAB/RO 1542), Marta Inês Filippi Chiella (OAB/RO 5101)
Executado:Aline Messias Nunes
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
Certidão da Escrivania:
7. Intimar a parte autora para no prazo de 05 (cinco) dias, comprovar o recolhimento de despesas e ou custas processuais.

Proc.: 0010145-02.2014.8.22.0014
Ação:Inventário
Requerente:Lucineia Silva Oliveira, Eduardo Oliveira Silva, Guilherme Oliveira Silva, Flávia Ferreira Silva de Oliveira
Advogado:Rafael Cunha Raful (OAB/RO 4896), Urano Freire de Morais (OAB/RO 240B), Titânia Pinto Freire de Morais e Silva (OAB/RO 969)
Inventariado:José Carlos Silva
Certidão da Escrivania:
12. Intimar a parte para autora, para se manifestar, em 5 (cinco) dias, acerca do ofíico juntado.

Proc.: 0010008-20.2014.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Ultralar Móveis Ltda
Advogado:Roniéder Trajano Soares Silva (OAB/RO 3694)
Executado:Zélia Carneiro
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:.....Ao exequente para andamento ao feito em 5 dias, inclusive indicando bens penhoráveis da executada.Vilhena-RO, quinta-feira, 12 de janeiro de 2017.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0000807-72.2012.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sul da Amazônia Ltda Sicoob Credisul
Advogado:Agenor Martins (OAB/RO 654A), Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562)
Executado:Arte Fio Ltda
Certidão da Escrivania:
19. Intimar a parte requerente para, em 05 (cinco) dias, manifestar-se no processo cujo desarquivamento foi deferido. Decorrido o prazo sem manifestação, arquive-se.

Proc.: 0005804-35.2011.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Genesio Alves de Souza
Advogado:José Roberto Migliorança (OAB/RO 3000 suplementar)
Requerido:Inss Instituto Nacional do Seguro Social
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
Certidão da Escrivania:
12. Intimar a parte AUTORA para se manifestar, em 5 (cinco) dias, acerca do ofíico juntado.

Proc.: 0048126-61.1997.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco do Brasil S/A
Advogado:Gustavo Amato Pissini (OAB/SP 261030), Rafael Sganzerla Durand (OAB/SP 211648)
Executado:Mecânica Alves Ltda - Me, Adair Francisco Alves dos Santos, Zenaide Clerice Alves dos Santos
Advogado:José Roberto Samogim Júnior (OAB/SP 236839), João Ricardo de Almeida Prado (OAB/SP 201409), José Roberto Samogim Júnior (OAB/SP 236839)
Certidão da Escrivania:
19. Intimar a parte requerente para, em 05 (cinco) dias, manifestar-se no processo cujo desarquivamento foi deferido. Decorrido o prazo sem manifestação, arquive-se.

Proc.: 0006877-08.2012.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Auto Posto Planalto Ltda
Advogado:Vivian Bacaro Nunes Soares (OAB/RO 2386), Viviane Mizue Dias Previato (OAB/RO 3259), Estevan Soletti (OAB/RO 3702), Gilson Ely Chaves de Matos (OAB-RO 1733)
Executado:Diamante Logistica e Transportes Ltda, Ioni Sousa dos Reis, Luis Henrique Reis Teixeira
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
Certidão da Escrivania:
2. Intimar a parte autora para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, ante a não manifestação da parte requerida.

Proc.: 0054104-67.2007.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:B. do B. S.
Advogado:Gustavo Amato Pissini (OAB/SP 261030), Sérvio Tulio de Barcelos (MG 44698)
Executado:L. S. L. de M.
Certidão da Escrivania:
1. Intimar a parte autora para, em 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da devolução sem cumprimento da Carta de Intimação/Citação.
Genair Goretti de Morais
Escrivã Judicial

PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIAVilhena - 3ª Vara CívelAv. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354
EDITAL DE CITAÇÃO
(Prazo: 20 dias)
Processo: 7006747-54.2016.8.22.0014
Classe: MONITÓRIA (40)

Polo Ativo: AUTOR: IESA INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DA AMAZONIA S/C LTDA - ME
Polo Passivo: RÉU: JOELTON SILVA DE ALMEIDA, JOSE ALVES DE ALMEIDA
Valor da Causa: R$ 2.787,78
FINALIDADE
CITAÇÃO de JOELTON SILVA DE ALMEIDA, brasileiro, casado, inscrito no Cadastro de Pessoa Física CPF sob nº 929.066.802-43, atualmente em local incerto e não sabido, para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento da importância devida, ou oferecer Embargos, no mesmo prazo, sob pena de ser convertido o MANDADO inicial em MANDADO executório.
ADVERTÊNCIA: Poderá o(a) Citado(a) oferecer embargos em igual prazo, que suspenderão a eficácia do MANDADO inicial. Cumprindo o(a) Requerido(a) o presente edital, ficará isento de custas, nos termos do art. 701, do CPC. Na ausência de embargos e/ou de pagamento constituir-se-á de pleno direito em título executivo judicial, convertendo-se o MANDADO inicial em MANDADO executivo e prosseguindo-se na forma de execução.
31 de janeiro de 2017
Genair Goretti de Morais
Escrivã Judicial
Assinado eletronicamente por: GENAIR GORETTI DE MORAIS
http://pje.tjro.jus.br/pg/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
ID do documento: 8194730 17020116500772200000007651188

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33213182
Processo nº 0004150-76.2012.8.22.0014
Polo Ativo: ROGERIO DIAS DOS SANTOS
Advogado do(a) AUTOR: ANTONIO EDUARDO SCHRAMM DE SOUZA - RO0004001
Polo Passivo: VIVO S.A.
Advogado do(a) RÉU:
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
O referido é verdade. Dou fé.
Vilhena, 19 de abril de 2017
Renato Alexandre de Almeida
Chefe de Cartório

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Vilhena - 3ª Vara Cível
Av. Luiz Mazziero, 4432, Jardim América, Vilhena - RO - CEP: 76908-354 - Fone:(69) 33213182
Processo nº 0068211-97.1999.8.22.0014
Polo Ativo: ESTADO DE RONDÔNIA
Advogado do(a) EXEQUENTE:
Polo Passivo: CAROL AUTOMÓVEIS LTDA
Advogado do(a) EXECUTADO:
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
O referido é verdade. Dou fé.
Vilhena, 19 de abril de 2017
Renato Alexandre de Almeida
chefe de cartório

## 4ª VARA CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 30 DIAS
Autos:0003256-32.2014.822.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Cheque
Requerente: Barrella´s Distribuidora de Bebidas Ltda- ME
Advogada: Elias Gomes Jardina OAB 6180
Requerida:Nilton Coelho da Silva, brasileiro, Solteiro, pedreiro, CPF nº 390.030.432-72 atualmente em local incerto e não sabido.
Valor da Ação:R$ 4.081,28
FINALIDADE: INTIMAÇÃO do Executado acima qualificado, para tomar conhecimento da penhora “on line” no valor de R$ 144,72 (cento e quarenta e quatro reais e setenta e dois centavos), na Caixa Econômica Federal, bem ainda, para querendo, apresentar IMPUGNAÇÃO no prazo de 05 (CINCO) dias.
Vilhena-RO, 17 de Abril de 2017.
Harry Roberto Schirmer
Escrivão Judicial - cad. 203.122-1

Proc.: 0011545-22.2012.8.22.0014
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Banco Safra S/A
Advogado:Luciano Boabaid Bertazzo (RO 1894), Tayane Aline Hartmann Pietrangelo (OAB/RO 5247), Maria Lucília Gomes (SP 84206)
Requerido:Mateus Moraes Battaglia
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
SENTENÇA:
Banco Safra S/A ingressou com ação de busca e apreensão contra Mateus Moares Battaglia pelos fatos descritos na inicial, tendo o processo regular trâmite.O patrono da parte autora foi intimado à fl. 88 para apresentar manifestação e quedou-se inerte. À fl. 90 verso a parte autora foi intimada para impulsionar o feito em cinco dias, sob pena de extinção, no entanto, não se manifestou (certidão de fl. 90 verso).Não pode o feito ficar paralisado à espera do requerente para dar andamento. Portanto, sem a movimentação, caracterizada está a desídia.Face do exposto, EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do artigo 485, inciso III c/c § 1º, do Código de Processo Civil.Procedidas as baixas, anotações e comunicações necessárias, arquivem-se os autos. Custas na forma da lei. Procedi a retirada da restrição do veículo do requerido no sistema Renajud.SENTENÇA registrada automaticamente no SAP.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.Vilhena-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Christian Carla de Almeida Freitas Juiz de Direito

Proc.: 0003439-37.2013.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Pato Branco Alimentos Ltda Filial
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Executado:Simone Guedes de Oliveira Me
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)

DESPACHO:
Suspendo o processo por 01 (um) ano (artigo 921, inciso III, CPC/2015). Decorrido o prazo de um ano sem que sejam localizados bens penhoráveis, remetam-se os autos para o arquivo provisório. Os autos serão desarquivados para prosseguimento da execução se a qualquer tempo forem encontrados bens penhoráveis. Nos termos do artigo 921, § 4º do NCPC, sem manifestação do exequente pelo prazo de um ano, começa a correr o prazo de prescrição intercorrente.Vilhena-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Christian Carla de Almeida Freitas Juiz de Direito

Proc.: 0005470-30.2013.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Pato Branco Alimentos Ltda Filial
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Executado:Arlete Silva Costa
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
SENTENÇA:
.Pato Branco Alimentos Ltda ingressou com ação de execução de título executivo extrajudicial contra Arlete Silva Costa, qualificadas nos autos.Tendo em vista a petição da parte exequente de fl. 78, informando o saque do alvará judicial e a quitação do débito, nos termos do art. 924, II, do NCPC, julgo extinto o processo. Custas finais pela parte executada.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.Vilhena-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Christian Carla de Almeida Freitas Juiz de Direito

Proc.: 0009213-48.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Nelci Ludwig Mariano
Advogado:Fernando César Volpini (OAB/RO 610), Greicis André Biazussi (OAB/RO 1542), Marta Inês Filippi Chiella (OAB/RO 5101)
Requerido:Oi Sa
Advogado:Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4240), Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635)
DESPACHO:
A certidão de dívida judicial somente é cabível em cumprimento de SENTENÇA, para realização de protesto do título.Intime-se. Vilhena-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Christian Carla de Almeida Freitas Juiz de Direito

Proc.: 0010289-39.2015.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sul da Amazônia Ltda Sicoob Credisul
Advogado:José da Cruz Del Pino (OAB/RO 6277), Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562), Taiane Pegoraro Buchweitz (OAB/RO 7851)
Executado:Lucio Orlei Basqueira
DESPACHO:
Em consulta ao sistema Renajud, não foi localizado veículo em nome do executado.Requeira a parte autora o que de direito, no prazo de dez dias.Vilhena-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017. Christian Carla de Almeida Freitas Juiz de Direito

Proc.: 0008398-80.2015.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Clínica Médica E. V. de Almeida Ltda Me
Advogado:Carina Batista Hurtado (OAB/RO 3870), Josângela Mayara Ferreira Rodrigues (OAB-RO 5909), Fabiana Oliveira Costa (RO 3445)
Executado:Eliane Fagundes Mendes
DESPACHO:
Em consulta ao programa RENAJUD, não foi encontrado veículo cadastrado para o CPF fornecido, conforme extrato anexo. Diga a parte credora em cinco dias.Não havendo manifestação, intime-se pessoalmente a parte credora para dar prosseguimento ao feito, em cinco (05) dias, sob pena de extinção.Vilhena-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Christian Carla de Almeida Freitas Juiz de Direito

Proc.: 0007476-39.2015.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Faagro Comércio e Representação de Produtos Agropecuários Ltda
Advogado:Leandro Márcio Pedot (OAB/RO 2022), Valdinei Luiz Bertolin (OAB/RO 6883)
Executado:Tarcisio Roecker, Éder Ricardo Roecker, Veronica Oenning Roecker
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:
Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 dias, juntar certidão de inteiro teor dos imóveis, que pretende adjudicar. Vilhena-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Christian Carla de Almeida Freitas Juiz de Direito

Proc.: 0007153-34.2015.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Wilson Dourado da Silva
Advogado:Fábio Dourado da Silva (OAB/RO 4668), Alcedir de Oliveira (OAB/RO 5112)
Executado:Joel Debastiani
DESPACHO:
Por ora indefiro o pedido de transferência dos valores penhorados, uma vez que o executado não foi intimado.Vilhena-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Christian Carla de Almeida Freitas Juiz de Direito

Proc.: 0001020-73.2015.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Loja do Manoel Ltda
Advogado:Fabiana Oliveira Costa (RO 3445), Carina Batista Hurtado (OAB/RO 3870)
Executado:Leudinéia Mateus do Carmo
DESPACHO:
Considerando o art. 17 do Regimento de Custas, Lei n. 3.896/2016, que determina o pagamento de diligência para buscas de endereços, bloqueio de bens, quebra de sigilo fiscal, telemático e assemelhados, ainda que por meio eletrônico, intime-se a parte autora para comprovar o pagamento da diligência, no valor de R$15,00 (quinze reais) para cada uma delas.Prazo de cinco dias. Vilhena-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Christian Carla de Almeida Freitas Juiz de Direito

Proc.: 0009303-22.2014.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Clínica Médica E. V. de Almeida Ltda Me
Advogado:Ruth Balcon Scalcon (OAB/RO 3454), Carina Batista Hurtado (OAB/RO 3870), Fabiana Oliveira Costa (RO 3445)
Executado:Simone Aparecida Freire
SENTENÇA:
Clínica Médica E. V. de Almeida Ltda ingressou com execução de título extrajudicial contra Simone Aparecida Freire, ambos qualificados nos autos.As partes juntaram aos autos acordo.Face do exposto, homologo o acordo estabelecido entre as partes, nos termos do artigo 487, inciso III, alínea “b” do Código de Processo Civil/2015, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.Sem custas finais. Fica autorizado o desentranhamento do documento de fl. 08, mediante fotocópia nos autos. Procedi a transferência do valor penhorado.Expeça-se alvará em favor da parte autora dos valores transferidos.SENTENÇA registrada automaticamente no SAP.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Procedidas baixas, anotações e comunicações necessárias, arquivem-se os autos. Vilhena-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Christian Carla de Almeida Freitas Juiz de Direito

Proc.: 0007608-33.2014.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Clínica Médica E. V. de Almeida Ltda Me
Advogado:Ruth Balcon Scalcon (OAB/RO 3454), Fabiana Oliveira Costa (RO 3445), Carina Batista Hurtado (OAB/RO 3870)

Executado:Elizete da Silva, Eliana da Penha Silva Pulqueria Me
Advogado:Josângela Mayara Ferreira Rodrigues (OAB-RO 5909)
DESPACHO:
Considerando o art. 17 do Regimento de Custas, Lei n. 3.896/2016, que determina o pagamento de diligência para buscas de endereços, bloqueio de bens, quebra de sigilo fiscal, telemático e assemelhados, ainda que por meio eletrônico, intime-se a parte autora para comprovar o pagamento da diligência, no valor de R$15,00 (quinze reais) para cada uma delas.Prazo de cinco dias. Vilhena-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Christian Carla de Almeida Freitas Juiz de Direito

Proc.: 0005768-85.2014.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sul da Amazônia Ltda Sicoob Credisul
Advogado:José da Cruz Del Pino (OAB/RO 6277), Agenor Martins (OAB/RO 654A), Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562), Taiane Pegoraro Buchweitz (OAB/RO 7851)
Executado:A J de Araujo Distribuidora Me, Anastácio Joaquim de Araujo
DECISÃO:
Procedi a retirada das restrições de transferência dos veículos do executado, conforme extrato anexo.Suspendo o processo por 06 (seis) meses (artigo 313, § 4º, CPC/2015). Decorrido o prazo sem manifestação, intime-se o autor, na pessoa de seu procurador, para impulsionar o feito, em cinco dias. Não havendo manifestação, intime-se pessoalmente a parte autora para dar prosseguimento ao feito, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção..Vilhena-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Christian Carla de Almeida Freitas Juiz de Direito

Proc.: 0005766-18.2014.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sul da Amazônia Ltda Sicoob Credisul
Advogado:Agenor Martins (OAB/RO 654A), Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562), José da Cruz Del Pino (OAB/RO 6277), Taiane Pegoraro Buchweitz (OAB/RO 7851)
Executado:Jorge Gomes
DECISÃO:
Procedi a retirada das restrições do veículo do executado, conforme extrato em anexo.Suspendo o processo por 06 (seis) meses (artigo 313, § 4º, CPC/2015). Decorrido o prazo sem manifestação, intime-se o autor, na pessoa de seu procurador, para impulsionar o feito, em cinco dias. Não havendo manifestação, intime-se pessoalmente a parte autora para dar prosseguimento ao feito, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção.Vilhena-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017. Christian Carla de Almeida Freitas Juiz de Direito

Proc.: 0000405-20.2014.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Banco Bradesco S/a
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Requerido:H. Teixeira Comércio e Confecções Me, Henrique Teixeira
DESPACHO:
Defiro a quebra do sigilo fiscal.Procedi a consulta por meio do sistema INFOJUD, que deverão ser arquivadas em pasta própria, para manuseio somente dos advogados das partes e no cartório, vedada a extração de cópias, devendo ser certificado nos autos o comparecimento de qualquer das partes para verificar os documentos.Os documentos ficarão disponíveis por dez dias. Decorrido o prazo deverão ser inutilizados.Intime-se.Vilhena-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Christian Carla de Almeida Freitas Juiz de Direito

Proc.: 0013398-32.2013.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S/a
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Executado:Transportes Diari Ltda - Me, Valdir Marcante, Salete Marcante
Advogado:Kátia Costa Teodoro (OAB/RO 661A)
DESPACHO:
Procedi a transferência do valor penhorado, conforme extrato anexo.Expeça-se alvará em favor da parte exequente do valor transferido.Após, intime-se a parte exequente para comprovar o valor levantado e requerer o que de direito, no prazo de cinco dias.Vilhena-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Christian Carla de Almeida Freitas Juiz de Direito

Proc.: 0002527-11.2011.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Diságua Distribuidora de Abrasivos Guarujá Ltda
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Executado:Eziel Alencar de Moura
DESPACHO:
Intimem-se os patronos da parte autora para subscrever a petição de fls. 84/86, uma vez que está apócrifa, no prazo de dez dias. Vilhena-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Christian Carla de Almeida Freitas Juiz de Direito

Proc.: 0011710-06.2011.8.22.0014
Ação:Ação Civil de Improbidade Administrativa
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia, Município de Vilhena RO, Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (OAB/RO ), Carlos Eduardo Machado Ferreira (OAB/RO 3691), Antônio José dos Reis Júnior (B -RO 281)
Requerido:Lawrence Jose Machado
Advogado:Divo de Paula Neves Júnior (OAB/RO 5039)
DESPACHO:
.Intime-se a parte apelada para, querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de quinze dias.Após, remetam-se os autos para o Tribunal de Justiça de Rondônia, com as homenagens deste juízo. Vilhena-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Christian Carla de Almeida Freitas Juiz de Direito

Proc.: 0006283-91.2012.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Itaú S/A
Advogado:Leonardo Coimbra Nunes (OAB/RJ 122535), MaurÍcio Coimbra Guilherme Ferreira (OAB/RJ 151056), Daniela de Miranda de C. Bueno (OAB/MG 99218), Gilberto de Freitas Magalhães Junior (OAB/RJ 123792), Fabiano Coimbra Barbosa (OAB/RJ 117806), Paula Haubert Manteli (OAB/RO 5276)
Executado:Campos Cultivar Biotecnologia e Agronegocios Ltda, Crislene Barbosa de Figueiredo
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:
Defiro a quebra do sigilo fiscal.Procedi a consulta por meio do sistema INFOJUD, que deverão ser arquivadas em pasta própria, para manuseio somente dos advogados das partes e no cartório, vedada a extração de cópias, devendo ser certificado nos autos o comparecimento de qualquer das partes para verificar os documentos.Os documentos ficarão disponíveis por dez dias. Decorrido o prazo deverão ser inutilizados.Intime-se.Vilhena-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Christian Carla de Almeida Freitas Juiz de Direito
Harry Roberto Schirmer

Diretor de Cartório

## PRIMEIRA ENTRÂNCIA

## COMARCA DE ALTA FLORESTA D´ OESTE

## 1ª VARA CRIMINAL

Proc.: 0000136-69.2014.8.22.0017
EDITAL PARA CADASTRAMENTO DE ENTIDADES PÚBLICAS OU PRIVADAS COM DESTINAÇÃO SOCIAL Prazo: 30 (trinta) dias
Processo n. 0000136-69.2014.8.22.0017
Classe: Procedimento Administrativo
Assunto: Prestação Pecuniária
Autor: Juízo de Direito da Comarca de Alta Floresta D'Oeste/RO
O DR. ALENCAR DAS NEVES BRILHANTE, JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL E JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DA COMARCA DE ALTA FLORESTA D'OESTE/RO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA DA LEI,
Faz saber a quem interessar que no período compreendido entre os dias 1º de março de 2017 até 30 de setembro de 2017, na 1ª Vara Criminal do Fórum de Alta Floresta D'Oeste/RO, situado na Av. Mato Grosso, n. 4281, Centro, nesta cidade, estará aberto o cadastramento das entidades públicas ou privadas com FINALIDADE social desta Comarca interessadas em ser beneficiadas com recursos originados de prestações pecuniárias provenientes de processos criminais para execução de projetos sociais.
1. DISPOSIÇÕES INICIAIS
1.1 O presente edital tem por objetivo a chamada pública, para cadastramento perante a Primeira Vara Criminal da Comarca de Alta Floresta D' Oeste-RO, de entidades públicas ou privadas com destinação social e interessadas em receber recursos provenientes de prestação pecuniárias originárias de processos criminais em trâmite na mencionada Vara.
1.2 O procedimento e a DECISÃO relativos ao cadastramento das entidades públicas ou privadas a que se reporta este edital; a apresentação de projetos a serem desenvolvidos com verbas provenientes de prestação pecuniárias, seu exame, sua aprovação e seu acompanhamento; a liberação de recursos e a prestação de contas, observarão as normas contidas na Resolução n. 154, de 13 de junho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça e no Provimento n. 019/2014-CG, de 08 de novembro de 2014, da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Rondônia.
2. DO CADASTRO
2.1 As entidades públicas ou privadas com destinação social poderão apresentar projetos para serem financiados com recursos provenientes de prestação pecuniária de processos criminais, desde que estejam cadastradas perante a Primeira Vara Criminal da Comarca de Alta Floresta D' Oeste-RO.
2.2 O cadastro da entidade interessada somente será feito após o deferimento de inscrição por ela requerida, mediante apresentação do formulado contido no ANEXO I deste edital.
2.3 No ato de inscrição, a entidade interessada deverá apresentar os documentos abaixo relacionados, mediante fotocópia autenticada ou por cópia simples acompanhada do original, cuja autenticidade será conferida por servidor que receber a inscrição da entidade:
I - ato constitutivo;
II - cópia de documentos (CPF, RG e comprovante de endereço) dos dirigentes responsáveis pela entidade, mediante apresentação de ato no qual tenha sido deliberado atribuição;
III - cópia de documentos (CPF, RG e comprovante de endereço) da pessoa responsável pela elaboração e execução do projeto, caso não coincida com o dirigente da entidade;
IV - comprovação de que atende à FINALIDADE social, ou de que executa atividades de caráter essencial à segurança pública, educação e saúde, que atendam às áreas vitais de relevante cunho social;
V - cópia do estatuto, comprovante de endereço da entidade, número da conta corrente da entidade.
2.4 Deferido o cadastro, a entidade ficará habilitada a apresentar projetos no ano de 2017.
2.5 Somente serão habilitadas entidades com sede nas localidades abrangidas pela Comarca de Alta Floresta D' Oeste-RO.
3. DA APRESENTAÇÃO E DO FINANCIAMENTO DE PROJETOS SOCIAIS
3.1 Da Apresentação do Projeto
3.1.1 As entidades cadastradas nos termos deste edital, poderão apresentar projetos para serem financiados por recursos oriundos de prestações pecuniárias provenientes de processo criminal que tenha tramitado na Primeira Vara Criminal ou no Juizado Especial Criminal de Alta Floresta D' Oeste-RO.
3.1.2 O projeto deverá conter, no mínimo:
I - identificação da instituição;
II - objetivo;
III - justificativa;
IV - custo;
V - no mínimo três cotações de cada pedido, assinadas e carimbadas pelo fornecedor.
VI - cronograma de execução;
VII - assinatura do responsável pela instituição;
VIII - identificação do responsável pela execução;
IX - termo de responsabilidade pela aplicação do recurso em conformidade com o projeto.
3.1.3 Os projetos deverão ser apresentados em prazo razoável de modo a permitir a prestação de contas no ano de 2017.
3.2 Do Financiamento dos Projetos
3.2.1 Os numerários provenientes das prestações pecuniárias que não forem destinados às vítimas e aos seus dependentes, servirão para financiar projetos apresentados pelas entidades públicas ou privadas com FINALIDADE social, previamente cadastradas nos termos deste edital, priorizando-se o repasse desses valores aos beneficiários que:
I - atuem diretamente na execução penal, na assistência à ressocialização de apenados, e na assistência às vítimas de crimes e para prevenção da criminalidade, incluídos os conselhos da comunidade;
II - prestem serviços de maior relevância social;
III - apresentem projetos com viabilidade de implementação segundo a utilidade e a necessidade, obedecendo-se aos critérios estabelecidos nas políticas públicas específicas.
3.2.2 Não serão destinados recursos às entidades públicas e privadas com destinação social que:
I - promovam o custeio do Poder Judiciário;
II - realizem a promoção pessoal de magistrados ou integrantes das entidades beneficiadas e, no caso destas, para pagamento de quaisquer espécies de remuneração aos seus membros;
III - tenham fins político-partidários;
IV - não estejam regularmente constituídas, obstando a responsabilização caso haja desvio de FINALIDADE.
3.2.3 É vedada a destinação de todo o recurso arrecadado a uma única entidade, ou a um grupo de entidades, devendo haver preferencialmente uma distribuição equânime dos valores, de acordo com o número de entidades cadastradas com projeto aprovado, considerando a abrangência e a relevância social de cada projeto.
3.2.4 Deferido o financiamento do projeto social apresentado por entidade pública ou privada com destinação social, o repasse dos numerários ficará condicionado à assinatura de Termo de Responsabilidade de Aplicação dos Recursos, a ser firmado pelo representante da instituição pública ou privada beneficiária.
3.2.5 A transferência de recursos ocorrerá mediante expedição de alvará judicial que, preferencialmente, deverá ser expedido até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à aprovação do projeto.

3.2.6 O manejo e a destinação dos recursos provenientes da prestação pecuniária caracterizam-se como sendo públicos, de modo que a sua aplicação deve ser norteada pelos princípios da Administração Pública, previstos, dentre outros DISPOSITIVO s, no art. 37, caput, da Constituição Federal.
3.2.7 As instituições públicas ou privadas com destinação social que receberem recursos provenientes da prestação pecuniária de que tratam este edital, deverão apresentar prestação de contas da aplicação dos recursos recebidos perante a Primeira Vara Criminal de Alta Floresta D' Oeste-RO, da forma mais completa possível, com a apresentação de planilhas, balanços, notas fiscais, notas técnicas, relatórios, fotografias e outras provas que se justifiquem pela natureza do projeto desenvolvido, sob pena de responsabilidade, ficando assegurada a publicidade e a transparência na destinação dos recursos.
3.2.8 A alocação de recursos às entidades selecionadas fica condicionada ao montante disponível na conta judicial respectiva.
3.2.9 Os projetos financiados devem ser finalizados no ano de 2017, inclusive no que diz respeito à prestação de contas, nos termos do item 4 deste edital.
4 DA PRESTAÇÃO DE CONTAS.
4.1 Finalizado o projeto a entidade beneficiada deverá prestar contas da verba recebida, no prazo de 30 dias, enviando à Primeira Vara Criminal de Alta Floresta D' Oeste-RO o relatório, que deverá conter:
I - prestação de contas com planilhas dos valores gastos, conforme anexos II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX;
II - notas fiscais, ou cupons fiscais, em ordem cronológica, de todos os produtos e serviços custodiados com os recursos destinados pelo Poder Judiciário;
III - nos casos excepcionais, em que for necessária a utilização de recibo, é obrigatório o nome completo, CPF, endereço, telefone (caso tenha) da pessoa que o emitir e a descrição do produto/serviço;
IV - declaração assinada pelo representante da Instituição e pelo executor do Projeto que ateste a efetiva utilização do recurso e autenticidade dos documentos (modelo anexo III).
4.2 A entidade que deixar de entregar o relatório no prazo determinado ficará impedida de apresentar novo projeto pelo prazo de 6 (seis) meses. Caso o projeto seja apresentado sem alguma das especificações contidas no item anterior, será a entidade notificada a sanar a irregularidade em 5 (cinco) dias. Não sendo sanada a irregularidade, também ficará impedida de apresentar novo projeto por igual prazo.
4.3 A prestação de contas individualizada será submetida à homologação judicial, após o prévio parecer do serviço social do Juízo, se existente, do contador judicial e do Ministério Público.
4.4 As prestações de contas serão remetidas em lotes ao Tribunal de Justiça anualmente, pelo Juízo da Primeira Vara Criminal de Alta Floresta D' Oeste-RO, que manterá cópia física ou eletrônica do projeto com a prestação de contas por um período mínimo de 5 (cinco) anos.
4.5 Havendo sobra de recursos, deverá ser devolvida ao juízo para alocar em outro projeto, sendo vedada atualização ou alteração do projeto de forma que o descaracterize. O valor devolvido deve ser depositado na conta única da Primeira Vara Criminal de Alta Floresta D1 Oeste-RO.
5. DO PRAZO DE CADASTRAMENTO
5.1 O prazo para cadastramento das instituições públicas e privadas com destinação social de que trata o presente edital ficará aberto no período de 01 de março de 2017 até 30 de setembro de 2017, quando os interessados deverão comparecer perante a Primeira Vara Criminal de Alta Floresta D' Oeste-RO, no Fórum Min. Eliomar Baleeiro, Av. Mato Grosso, 4281-centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07h00min às 13h00min, ou das 16h00min às 18h00min, munidos da documentação exigida no item 2 deste edital.
6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
6.1 Para que chegue ao conhecimento de todos, o presente edital será publicado na forma da lei, afixado no átrio do Fórum; Prefeitura Municipal; Secretaria Estadual de Educação (REN); Ministério Publico; Defensoria Pública; Subseção regional da OAB e divulgado pelos veículos de comunicação: Radio FM 104,9 e Radio FM 97,9.Alta Floresta D' Oeste/RO, 01 de março de 2017
Alencar das Neves Brilhante Juiz de Direito
Maria Áurea Saldanha Gontijo Fuzari

Escrivã Criminal

## 1ª VARA CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Comarca de Alta Floresta do Oeste / Fórum Min. Aliomar Baleeiro / Vara Única / Cartório Cível
Av. Mato Grosso, 4281. Centro. Alta Floresta do Oeste/RO. Cep: 76954-000. Fone: (69) 3641-2239. E-mail: afw1civel@tjro.jus.br
___EDITAL DE CITAÇÃO___
Prazo: 20 dias
CITAÇÃO DE: MARCUS VINICIUS AMADORI, brasileiro, solteiro, controlador de acesso, portador da Cédula de Identidade – RG nº 57.603.078-8 SSP/SP e inscrito no CPF nº 839.486.272-15, atualmente em local incerto e não sabido.
Processo nº 7000365-70.2015.8.22.0017
DECLARATÓRIA DE UNIÃO ESTÁVEL
REQUERENTE: DIRLENE CORDEIRO XAVIER
Advogado: Defensoria Pública
REQUERIDO: MARCUS VINICIUS AMADORI
FINALIDADE: CITAR o requerido acima qualificado, da propositura da presente ação, para, querendo, oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias, contados do decurso de prazo deste edital, sob pena de serem considerados aceitos os fatos alegados na petição inicial, e de aplicação dos efeitos da revelia. Fica o requerido ciente de que, caso não seja constituído advogado, a defesa será feita por meio de curador especial, nomeado por este juízo.
Alta Floresta do Oeste, 29 de março de 2017.
Juiz(a) de Direito
(assinado eletronicamente)

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Alta Floresta do Oeste - Vara Única
Av. Mato Grosso, 4281, Centro, Alta Floresta D'Oeste - RO - CEP: 76954-000 - Fone:(69) 36412239
Processo nº 0001816-55.2015.8.22.0017
Polo Ativo: VISMAR PEREIRA BUENO
Advogado do(a) AUTOR: ADRIANA JANES DA SILVA - RO3166
Polo Passivo: MARCOS PAULO GOESE e outros
Advogado: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Certidão
Certifico e dou fé que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
Certifico ainda que após a ciência das partes, os autos serão remetidos ao PJe 2º Grau para apreciação do recurso de Apelação.
Alta Floresta D'Oeste, 19 de abril de 2017
Mirilandes Corrêa da Paz
Diretor de Cartório

Proc.: 0002868-28.2011.8.22.0017
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Zulma Maria dos Reis Castilho
Advogado:Roberto Araújo Júnior (OAB/RO 4084)
Requerido:Iragildo da Silva Lima
Advogado:Nivaldo Vieira de Melo
Custas Judiciais
Fica a parte requerida intimada, na pessoa de seu advogado, para o recolhimento da importância de R$ 475,82 (quatrocentos e setenta e cinto reais e oitenta e dois centavos), atualizada até a data de 21/03/2017, a título de custas do processo em epígrafe, no prazo de 15 (quinze) dias.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0012837-09.2007.8.22.0017
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S/A
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Executado:José Castilho
Advogado:Advogado não informado
Certidão da Escrivania:
Fica a parte exequente, por via de seu advogado, intimada sobre a certidão de fl: 192 “Certifico e dou fé que decorreu o prazo de suspensão concedido à fl. 191.”, para caso queira, se manifestar no prazo de 10 (dez) dias, conforme DESPACHO de fl. 191.

Proc.: 0000888-41.2014.8.22.0017
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Agropecuaria Pb Ltda
Advogado:Paulo Cesar de Oliveira (OAB/SP 119197), Ellen Corso Henrique de Oliveira (RO 782)
Executado:R. Schmidt Me
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Custas Finais:
Fica a parte exequente intimada, na pessoa de seu advogado, para o recolhimento da importância de R$ 1.088,73 (mil e oitenta e oito reais e setenta e três centavos), atualizada até a data de 02/02/2017, a título de custas do processo em epígrafe, no prazo de 15 (quinze) dias.
O não pagamento integral ensejará a expedição de certidão de débito judicial para fins de protesto extrajudicial e inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0000604-33.2014.8.22.0017
Ação:Procedimento Sumário
Exequente:Valdir Alipio
Advogado:Thiago Fuzari Borges (OAB/RO 5091)
Executado:Fernanda dos Santos
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte exequente, na pessoa de seu advogado, no prazo de 05 (cinco) dias, intimada sobre a certidão de fl 62: “Certifico e dou fé que decorreu o prazo de suspensão concedido à fl. 61.”. Os autos serão arquivados sem baixa nos termos do DESPACHO de fl. 61.

Proc.: 0001624-59.2014.8.22.0017
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S/A - Basa
Advogado:Marcelo Longo de Oliveira (OAB/RO 1096)
Executado:Construtora Laranjeira Ltda, Emerson Andrade de Freitas, Matilde Procopiuk de Freitas
Advogado:Aleander Mariano Silva Santos (RO 2295)
DECISÃO:
DECISÃO Vistos.Conforme certidão (fl. 105) a advogada da parte autora teve carga dos autos e não o devolveu a tempo para o cumprimento dos atos para concretização da venda judicial, sendo está intimada via Dje no dia 22/02/2017 para devolver, deixando transcorrer o prazo sem a devida devolução.Diante disso, nos termos do parágrafo único do art. 99 da Lei das Diretrizes Gerais Judiciais, fica vedada a retirada do processo do cartório pela advogada Monamares Gomes, OAB/RO 603, devendo fazer constar a referida vedação na capa dos autos.Assim, intime-se o exequente para manifestar se ainda tem interesse na realização do leilão do bem penhorado, no prazo de 10 dias, advertindo que caso não haja interesse, a penhora será liberada.Em caso positivo, intime-se a leiloeira para que informe as datas do referido leilão, para as providências necessárias.Publique-se e intimem-se, expedindo o que for necessário.Alta Floresta DOeste-RO, segunda-feira, 20 de março de 2017.Alencar das Neves Brilhante Juiz de Direito.

Proc.: 0001387-25.2014.8.22.0017
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Natal Antunes de Assis Filho
Advogado:Thiago Fuzari Borges (OAB/RO 5091)
Requerido:Banco B.m.g., Influência Global Correspondente Banco Bmg
Advogado:Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB/MG 63440), Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB/MG 109730), Advogado Não Informado (000)
Audiência:
Fica a parte autora, na pessoa de seu advogado, intimada acerca da audiência designada nos autos da carta precatória. Oitiva da testemunha dia 18/04/2017 às 10 horas, devendo apresentar o comprovante da intimação até três dias antes da data de audiência, ou em idêntico prazo informar se irá apresentar a testemunha para a solenidade, sob pena de, em não havendo manifestação, imediata devolução da carta precatória, antes da data de audiência.

Proc.: 0000059-60.2014.8.22.0017
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Ernesto Marcos de Carvalho
Advogado:Adriana Janes da Silva (RO 3.166)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador do Inss (000)
Alvará - Autor:
Fica a parte autora, na pessoa de seu advogado, no prazo de 05 (cinco) dias, intimada para retirar os Alvarás expedidos.

Proc.: 0010356-78.2004.8.22.0017
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Genis de Barros
Advogado:Rejane Maria de Melo Godinho (RO 1042)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Advogado não informado (DNI)
Alvará - Autor:
Fica a parte autora, na pessoa de seu advogado, no prazo de 05 (cinco) dias, intimada para retirar os Alvarás expedidos.

Proc.: 0002083-61.2014.8.22.0017
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Distribuidora de Auto Peças Rondobrás Ltda
Advogado:Leonardo Zanelato Gonçalves (OAB/RO 3941)
Requerido:R. de Sousa Claro & Cia Ltda Me
Advogado:Roberto Araújo Júnior (OAB/RO 4084)
Fica a parte exequente, na pessoa de seu advogado, no prazo de 05 (cinco) dias, intimada acerca da certidão do oficial de justiça de fl. 75 de diligência negativa.

Proc.: 0001008-50.2015.8.22.0017
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Tecchio & Silva Ltda
Advogado:Salvador Luiz Paloni (RO 299-A)
Executado:Ivan Paulo Borges
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Fica a parte exequente, na pessoa de seu advogado, no prazo de 05 (cinco) dias, intimada para manifestar sobre o prosseguimento do feito, para querendo requerer o que entender de direito.

Proc.: 0002842-80.2013.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Distribuidora de Auto Peças Rondobrás Ltda
Advogado:Leonardo Zanelato Gonçalves (OAB/RO 3941)
Executado:A. Ferreira Vieira & Cia Ltda - Me
Advogado:Roberto Araújo Júnior (OAB/RO 4084)
Fica a parte exequente, na pessoa de seu advogado, no prazo de 05 (cinco) dias, intimada para recolher o valor de R$ 15,00 (quinze reais), nos termos do art. 17 da nova lei de custas, código 1007 do sistema de custas judiciais.

Proc.: 0001316-23.2014.8.22.0017
Leilão:
EDITAL DE VENDA JUDICIAL
O MM. Alencar das Neves Brilhante, Juiz de Direito da da Comarca de Alta Floresta D'Oeste/RO torna público que será realizada a venda do bem abaixo descrito referente a execução que se menciona.
Processo: 0001316-23.2014.822.0017
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco da Amazônia S/A - Basa
Advogado: Não informado
Executado: Maria Aparecida Dias
Valor da Ação: R$ 82.024,40
DESCRIÇÃO DO BEM: Lote urbano n. 16, Quadra 05, Setor 03, localizado na Av. Amapá, medindo 10,5 metros frente; 10,5 metros fundos; 34,75 metros lado esquerdo e direito confrontando ao norte com a Av. Amapá; Sul Quadra 06; Leste Rua Santa Catarina, Oeste Av. Rondônia, área total 364,87 m².
VALOR TOTAL: R$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais)
DATAS PARA VENDA JUDICIAL:
Primeira venda: 05/06/2017 às 09h00min
Segunda venda: 26/06/2017 às 09h00min
OBSERVAÇÕES:
1 - A Venda Judicial realizar-se-á na Sede do Juízo: Fórum Aliomar Baleeiro, localizado na Av. Mato Grosso 4281, Centro, Alta Floresta do Oeste-RO, Fax: (69) 3641-2239 - Fone: (69) 3641-2588 - email: afw1civel@tjro.jus.br pela leiloeira Sra. Elaine da Siva Pinheiro, Jucer 011/2008;
2 - O bem a ser arrematado poderá ser localizado na Av. Amapá, Setor 3, Quadra 5, Lote 16, Alta Floresta D'Oeste/RO.
3 - Não sendo possível a intimação pessoa do(a) executado(a), fica este(a) intimado(a) por este edital;
4 - Sobrevindo feriado na data designada para a venda judicial, esta realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente.
5 - Havendo arrematação, o valor deve ser depositado em juízo conforme dispõe o art. 892, § 1º. O prazo assinalado no artigo citado começará a fluir da assinatura do Auto/carta de Arrematação, devendo o comprovante ser entregue em cartório para as providências devidas.
6 - Caso reste frustrada a primeira tentativa de venda, na segunda o bem poderá ser arrematado pelo maior lance, ainda que abaixo da avaliação, desde que não seja inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor da avaliação, sob pena de ser considerado preço vil.
Alta Floresta D'Oeste/RO, 01 de Fevereiro de 2016.
Alencar das Neves Brilhante
Juiz de Direito

Proc.: 0002919-05.2012.8.22.0017
Ação:Ação Civil Pública
Interessado (Parte A:Ministério Público do Estado de Rondônia, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, Associação dos Deficientes Físicos de Alta Floresta do Oeste, Associação dos Moradores do Bairro Princesa Izabel, Associação Comercial e Industrial de Alta Floresta do Oeste-RO, Associação dos Moradores do Bairro Santa Felicidade Alta Floresta do Oeste Ro, Associação dos Moradores do Bairro Cidade Alta de Alta Floresta do Oeste Ro, Associação dos Moradores do Bairro Liberdade de Alta Floresta do Oeste Ro
Advogado:Promotor de Justiça (2020202020 2020202020), Defensoria Pública (NBO 020), Advogado Não Informado ( 000), Débora Oltramares (RO 4201), Defensoria Pública (NBO 020)
Requerido:Município de Alta Floresta do Oeste
Advogado:Advogado Não Informado ( 000)
DESPACHO:
DESPACHO Vistos.Em análise dos autos verifico que as partes não formularam novos pedidos, assim dou por encerrada a instrução probatória e determino a intimação das partes para apresentarem suas alegações finais, no prazo legal.Após, voltem os autos conclusos para SENTENÇA.Alta Floresta DOeste-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Alencar das Neves Brilhante Juiz de Direito

Proc.: 0001342-55.2013.8.22.0017
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Thereza Tomazini Tirolli
Advogado:Roberto Araújo Júnior (OAB/RO 4084)
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Procurador do Estado (NBO 020)
DECISÃO:
DECISÃO Vistos.Tendo a parte autora concordado com os cálculos do executado, homologo-os.Expeça(m) a(s) RPV(s) para pagamento, dando ciência do expediente a procuradoria do Estado antes do envio ao setor de pagamentos, para que, caso queira, se manifeste em 10 (dez) dias.Não havendo insurgência ou decorrido o prazo sem manifestação, resta configurada a concordância tácita da parte requerida, devendo a escrivania promover o envio do requistório ao setor de pagamento.Com a comprovação do depósito e verificada a regularidade, retorne o processo concluso para extinção e autorização de expedição dos alvarás.Caso seja necessário intime-se a parte autora para apresentar o número da conta que deseja ser realizado depósito/pagamento.Expeça-se o necessário.Alta Floresta DOeste-RO, quarta-feira, 5 de abril de 2017.Alencar das Neves Brilhante Juiz de Direito

Proc.: 0001982-58.2013.8.22.0017
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Antenor Salomão, Weskilei Ferrão Salomão
Advogado:Aleander Mariano Silva Santos (RO 2295)
Requerido:Cafeeira Redivo Ltda, Almir Roque Redivo
Advogado:Advogado Não Informado ( 000)
DECISÃO:
DECISÃO Vistos.Não tendo sido localizados bens do devedor para penhora e esgotadas as diligências nesse sentido, autorizo a suspensão desta execução pelo prazo de 1 ano, ficando suspensa a contagem do prazo prescricional nesse período (NCPC, artigo 921, III, § 1º).Na hipótese do exequente peticionar indicando bens a penhora, desde já autorizo a baixa da suspensão e expedição do MANDADO /carta precatória para penhora de bens.Decorrido o prazo acima assinalado sem que seja localizado o devedor ou bens para penhora, retire-se o processo da suspensão e arquive-se sem baixa, iniciando a contagem do prazo de prescrição intercorrente (NCPC, art. 921, §§ 2º e 4º), dando ciência ao exequente, por meio de seu advogado, sobre o arquivamento.Durante esse período, caso o exequente peticione indicando bens a penhora, desde já autorizo o desarquivamento e a expedição do MANDADO /carta precatória para penhora de bens.Decorrido o prazo prescricional sem manifestação, desarquive-se e intimem-se as partes para se manifestarem quanto à prescrição, no prazo de 15 (quinze) dias (NCPC, artigo 921, § 5º).Após, conclusos.Alta Floresta DOeste-RO, terça-feira, 4 de abril de 2017.Alencar das Neves Brilhante Juiz de Direito

Proc.: 0000352-30.2014.8.22.0017
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Construtora Montagens Industriais Importação e Exportação Ltda
Advogado:Francisco Jose Neves (OAB/SP 122.257)
Executado:Agropecuária Af Ltda

Advogado:Advogado Não Informado ( 000)
DECISÃO:
DECISÃO Vistos.Não tendo sido localizados bens do devedor para penhora e esgotadas as diligências nesse sentido, autorizo a suspensão desta execução pelo prazo de 1 ano, ficando suspensa a contagem do prazo prescricional nesse período (NCPC, artigo 921, III, § 1º).Na hipótese do exequente peticionar indicando bens a penhora, desde já autorizo a baixa da suspensão e expedição do MANDADO /carta precatória para penhora de bens.Decorrido o prazo acima assinalado sem que seja localizado o devedor ou bens para penhora, retire-se o processo da suspensão e arquive-se sem baixa, iniciando a contagem do prazo de prescrição intercorrente (NCPC, art. 921, §§ 2º e 4º), dando ciência ao exequente, por meio de seu advogado, sobre o arquivamento.Durante esse período, caso o exequente peticione indicando bens a penhora, desde já autorizo o desarquivamento e a expedição do MANDADO /carta precatória para penhora de bens.Decorrido o prazo prescricional sem manifestação, desarquive-se e intimem-se as partes para se manifestarem quanto à prescrição, no prazo de 15 (quinze) dias (NCPC, artigo 921, § 5º).Após, conclusos.Alta Floresta DOeste-RO, terça-feira, 4 de abril de 2017.Alencar das Neves Brilhante Juiz de Direito

Proc.: 0016283-30.2001.8.22.0017
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (DNI DNI)
Condenado:José Jaques da Silva, Luiz Mauro Cardoso
Advogado:Wagner Almeida Barbedo (OAB/RO 31B), Roberto Araújo Júnior (RJ 137.438), Álvaro Marcelo Bueno (OAB/RO 6843)
DECISÃO:
DECISÃO Vistos.Trata-se a presente ação de cumprimento de SENTENÇA proposta pelo Ministério Público do Estado de Rondônia.Conforme se verifica foi penhorado um imóvel urbano do executado Luiz Mauro Cardoso (fl. 751).Em manifestação o executado apresentou impugnação à penhora (fls. 753/757).Pois bem. Se o intuito do executado é impugnar a penhora, deve viabilizá-lo por meio dos embargos, via própria, para defesa, conforme determinado (fl. 748).Conforme preceitua o art. 914 §1º do CPC, os embargos à execução serão distribuídos por dependência, autuados em autos apartados.Diante disso, determino o desentranhamento da petição de fls. 753/757, para que seja entregue ao patrono do executado para que promova a devida distribuição por dependência e processada em autos apartados.Intime-se o embargante para que providencie a juntada das cópias das peças processuais relevantes, no prazo de 10 dias, sob pena de prosseguimento do feito.Alta Floresta DOeste-RO, quarta-feira, 5 de abril de 2017. Alencar das Neves Brilhante Juiz de Direito

Proc.: 0001664-41.2014.8.22.0017
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Vander Bataglia de Castro
Advogado:Wesley Barbosa Garcia (OAB/RO 5612)
Requerido:Unitins - Fundação Universidade do Tocantins, Educon-Sociedade de Educação Continuada Ltda
Advogado:Rafaela Geiciani Messias (OAB/RO 4656), Rheilla Larissa Nunes Rodrigues (OAB/TO 6.367), Morgana Soares Borges (OAB/PI 10778), Nayara Gallieta Borges (OAB/TO 5249), Jaiana Milhomens Gonçalves (OAB/TO 4295), Erion Schlenger de Paiva Maia (OAB/TO 5075), Felipetsé Medeiros de Carvalho (OAB/TO 6192-A), Rayana Lima Pereira (OAB/TO 6312), Advogado Não Informado ( 000)
DECISÃO:
DECISÃO Trata-se de ação declaratória c/c obrigação de fazer ajuizada por VANDER BATAGLIA DE CASTRO em face da FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS - UNITINS, objetivando recebimento de diploma de CONCLUSÃO de curso.A requerida em sede de alegações finais alegou incompetência da vara cível para processar e julgar o feito (fls. 304/310).Relatei. Decido.É pacifico que a Universidade do Tocantins UNITINS, constitui em Fundação Pública, pertencente à administração indireta do Estado do Tocantins, cabendo a ela, todas as prerrogativas que essa condição acarreta.No caso a requerida está inserida na administração indireta no Estado do Tocantins e assim, faz jus ao benefício legalmente previsto, ou seja, gozando dos benefícios conferidos aos entes públicos. Portanto a competência para processar e julgar a presente ação é da Vara da Fazenda Pública desta comarca.Em resumo, existem cinco requisitos a ser observados nos processos dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, sendo os três primeiros objetivos (art. 2º), e os dois restantes subjetivos (art. 5º): a) causas de competência da Justiça Estadual, evidentemente; b) o valor da causa não deve ultrapassar os 60 salários mínimos; c) mesmo que não se ultrapasse o valor de alçada, a matéria não deve estar listada nas exceções do § 1º do art. 2º; d) somente podem ser autores as pessoas naturais, microempresas e empresas de pequeno porte (art. 5º, I); (e) e no polo passivo são legitimados os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, bem como, autarquias, fundações e empresas públicas a eles vinculadas (art. 5º, II), salvo exceções de litisconsórcio passivo necessário.Analisando o pedido inicial, verifico que o autor ajuizou ação contra a Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS, sendo está Fundação Pública pertencente à administração indireta do Estado do Tocantins, por esta razão a presente ação é da competência do Juizado Especial da Fazenda Pública.Assim, declaro a absoluta incompetência deste juízo e determino a remessa destes autos ao Juízo da vara da Fazenda Pública desta Comarca, nos termos do §1º do art. 64, do Código de Processo Civil.Adote-se as cautelas necessárias, redistribuindo os autos na vara da Fazenda Pública. Intimem-se.Promova-se o necessário.Alta Floresta DOeste-RO, quarta-feira, 12 de abril de 2017.Alencar das Neves Brilhante Juiz de Direito

Proc.: 0002618-87.2014.8.22.0017
Ação:Usucapião
Requerente:Gislane Lislie Kill
Advogado:Bruno Roque (OAB/RO 5905)
Requerido:Espólio de Sebastião Tavares de Souza
Advogado:Defensoria Pública do Estado de Rondônia ( ), Luiz Carlos Rettmann (OAB/RO 5647)
DECISÃO:
DECISÃO Vistos.Trata-se de ação de usucapião ordinária proposta por GISLAINE LISLIE KILL em face do ESPÓLIO DE SEBASTIÃO TAVARES DE SOUZA e de OLIRA FRANCISCA DE SOUZA.O feito foi saneado e designada audiência de instrução (fls. 233/234). Em audiência foram ouvidos a autora e João Tavares de Souza, na ocasião foi designada audiência de conciliação entre as partes, o que restou infrutífera (fl. 252).A parte autora juntou certidão de inteiro teor do imóvel objeto do litígio (fl.250).No que diz respeito ao pedido de fl. 219, quanto a citação do confinante Sr. Valvique Ferreira dos Santos, a parte autora juntou declaração do confinante requerendo seja certificado a citação do requerido.INDEFIRO o pedido da autora e determino a citação pessoal do confinante Sr. Valvique Ferreira dos Santos, uma vez que o comparecimento espontâneo da parte não pode suprir a citação. A citação é o ato formal pelo qual se chama o réu para defesa, uma simples declaração não pode ser considerada como comparecimento espontâneo, capaz de suprir o ato citatório.Decorrido o prazo, não sendo apresentada contestação, encerro a instrução probatória e determino a intimação das partes para apresentação de suas alegações finais.Dê-se vista dos autos ao Ministério Público. Expeça-se o necessário.Alta Floresta DOeste-RO, terça-feira, 11 de abril de 2017.Alencar das Neves Brilhante Juiz de Direito

Proc.: 0001004-37.2015.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cooperativa de Crédito do Centro Sul Rondoniense Sicoob Credip
Advogado:Noel Nunes de Andrade (OAB/RO 1586), Éder Timótio Pereira Bastos (RO 2930), Priscila Moraes Borges ( )

Executado:H. A. da Mata Me, Hocilene Aparecida da Mata, Vanzeildo Fernandes dos Santos
Advogado:Advogado Não Informado ( 000)
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos. Trata-se de ação de execução de título extrajudicial ajuizada por COOPERATIVA DE CRÉDITO DO CENTRO SUL RONDONIENSE SICOOB CREDIP em face de H.A. DA MATA - ME, HOCILENE APARECIDA DA MATA E VANZEILDO FERNANDES DOS SANTOS.Os executados foram citados e intimados para efetuarem o pagamento, decorrido o prazo foi realizada penhora de bem (fl. 93).O imóvel foi levado a leilão sendo arrematado pelo exequente. Foi realizada tentativa de penhora via Bacenjud, restando infrutífera (fl. 140).O exequente foi intimado para promover o andamento do feito, decorrido o prazo o patrono não informou nos autos, sendo novamente intimado via AR (fl. 143-v).Relatei. Decido.O feito está paralisado há mais de 90 (noventa) dias por inércia da parte. Ciente da necessidade de impulsionar o feito, o advogado do autor permaneceu em silêncio até o presente momento.A inércia da parte impõe à extinção e ao arquivamento do processo, pois, o CPC, no art. 485, inciso III e seu parágrafo 1º, dispõe que: Art. 485 O juiz não resolverá o MÉRITO quando:III - por não promover os atos e diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; [...]§ 1º Nas hipóteses descritas nos incisos II e III, a parte será intimada pessoalmente para suprir a falta no prazo de 5 (cinco) dias. Assim, considerando que o advogado do autor estava ciente de que sua inércia acarretaria em extinção do processo independentemente de nova intimação e que o feito permanece paralisado há mais de 90 dias em razão da parte não ter providenciado a diligência que lhe competia, deve o feito ser extinto e arquivado. Ante o exposto, EXTINGO o presente feito sem resolução de MÉRITO, nos termos do artigo 485, III do CPC, determinando, por consequência, o arquivamento dos autos. Custas na forma da lei.SENTENÇA registrada e publicada automaticamente pelo sistema SAP. Intime-se. Arquive-se após o trânsito em julgado e o cumprimento do que for necessário.Alta Floresta DOeste-RO, terça-feira, 11 de abril de 2017.Alencar das Neves Brilhante Juiz de Direito

Proc.: 0016554-63.2006.8.22.0017
Ação:Inventário
Inventariante:Alexandre Sarvacinski Rampanelli
Advogado:Gilson Alves de Oliveira (RO 3045)
Inventariado:Celio Rampanelli
Advogado:Advogado não informado (DNI DNI)
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos. Trata-se de processo de inventário e partilha dos bens deixado por CÉLIO RAMPANELLI, qualificado nos autos, falecido no dia 05/07/2006. Com a inicial juntou documentos (fls. 07/33).Foi nomeada inventariante Juçara Lúcia Sarvacinski, genitora do único herdeiro Alexandre Sarvacinski Rampanelli. Durante trâmite processual o inventariante alienou todos os bens do espólio, restando apenas um veículo motocicleta, conforme últimas declarações apresentadas (fls. 288/294).O inventariante foi intimado para juntar comprovantes de pagamento de custas e impostos (fl. 298), ocasião em que o procurador do inventariante postulou pela suspensão dos autos para sua localização (fl. 299). Decorrido o prazo não houve manifestação do procurador do autor, momento em que foi determinada a intimação pessoal do inventariante (fl. 308).Foi tentada a intimação pessoal por duas vezes, restando todas infrutíferas (fls. 313/314).Foi expedido edital de publicação no Dje para que terceiros tenha conhecimento da ação (fl. 323).Relatei. Decido.O feito está paralisado há mais de 1 (um) ano por inércia da parte. Ciente da necessidade de impulsionar o feito, o advogado do autor permaneceu em silêncio até o presente momento.Vale ressaltar ainda que foi tentada a intimação pessoal do único herdeiro para se manifestar e promover o pagamento dos impostos e custas, contudo não foi possível localizá-lo.A inércia da parte impõe à extinção e ao arquivamento do processo, pois, o CPC, no art. 267, inciso III e seu parágrafo 1º, dispõe que: Art. 267 - Extingue-se o processo sem resolução de MÉRITO:III - quando, por não promover os atos e diligências que lhe competir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; [...]§ 1º - O juiz ordenará, nos casos dos ns. II e III, o arquivamento dos autos, declarando a extinção do processo, se a parte, intimada pessoalmente, não suprir a falta em quarenta e oito (48) horas. Assim, considerando que o advogado do autor estava ciente de que sua inércia acarretaria em extinção do processo independentemente de nova intimação e que o feito permanece paralisado há mais de 1 (um) ano em razão da parte não ter providenciado a diligência que lhe competia, deve o feito ser extinto e arquivado. Conforme bem demonstrado o inventariante durante o trâmite processual do inventário alienou todos os bens do espólio restando apenas uma motocicleta, o que demonstra seu descaso em concluir a demanda.Ante o exposto, EXTINGO o presente feito sem resolução de MÉRITO, nos termos do artigo 485, III do CPC, determinando, por consequência, o arquivamento dos autos. Custas na forma da lei.Considerando que encontra-se valores depositados e vinculados aos autos, promova-se o pagamento das custas com o referido valor, caso haja valor remanescente, oficie-se a Caixa Econômica Federal para que proceda a transferência do montante respectivo para a conta judicial nº 01503076, Operação 040, Agência 3259, de titularidade do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, mediante a juntada de comprovante nos autos, no prazo de 10 dias.SENTENÇA publicada e registrada pelo sistema de informática. Intime-se. Arquive-se após o trânsito em julgado. Alta Floresta DOeste-RO, quarta-feira, 5 de abril de 2017.Alencar das Neves Brilhante Juiz de Direito

Proc.: 0002917-69.2011.8.22.0017
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Valdir Floriano de Souza
Advogado:Rejane Maria de Melo Godinho (RO 1042)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador do Inss ( 000.)
SENTENÇA:
SENTENÇA [...]DISPOSITIVO Ante o exposto, declaro resolvido o MÉRITO da lide e com fundamento no artigo 487, inciso I do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido feito por VALDIR FLORIANO DE SOUZA e, consequentemente, CONDENO o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS a implementar o benefício de aposentadoria por invalidez, no valor de 1 (um) salário-mínimo mensal, a partir do dia 10/01/2017.Juros de mora e correção monetária de acordo com a fundamentação supra, ou seja, observando-se os critérios do Manual de Cálculos da Justiça Federal em sua versão mais atualizada, ressaltando que os juros somente incidirão a partir da citação válida (Súmula 204 do STJ).Concedo a tutela provisória de urgência, nos termos do que foi fundamentado e considerando o disposto no artigo 300, do CPC, determinando à autarquia previdenciária que implante o benefício ora concedido em favor do autor independentemente do trânsito em julgado desta SENTENÇA, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da ciência desta DECISÃO, devendo ser comprovado no processo atendimento à referida providência no mesmo prazo.Logo, por medida de celeridade e em atenção ao princípio da cooperação processual estampado no artigo 6º do CPC e ao que foi requerido pela Procuradora-Chefe da PSF Ji-Paraná/RO, a escrivania deverá oficiar à Agência da Previdência Social responsável por Atendimento às Demandas Judiciais (APS-ADJ) em Porto Velho/RO, requisitando a implantação no prazo acima assinalado em razão da tutela de urgência que ora se concede, independentemente do trânsito em julgado desta DECISÃO, devendo ser encaminhado junto ao ofício as cópias da presente DECISÃO acompanhadas com as cópias dos documentos pessoais da parte requerente, devendo a parte autora fornecer todos os dados e documentos complementares que forem necessários e que eventualmente não constarem no processo (dados bancários, PIS/NIT, etc), a fim de viabilizar a implantação do benefício.Considerando que a parte sucumbente se trata de Fazenda Pública, fica isenta de recolhimento de custas processuais, (artigo 3º da Lei 301/1990).Considerando que desde a data do termo inicial até o presente momento transcorreu período

de tempo consideravelmente inferior à 200 meses, de modo que o proveito econômico da parte autora certamente não superará o montante de 200 salários-mínimos, ficam fixados os honorários advocatícios de sucumbência em 10% do valor das prestações vencidas até a data desta SENTENÇA, em obediência à súmula 111 do STJ e em conformidade com o artigo 85, § 3º, inciso I, do CPC, não sendo o caso, portanto, de reexame necessário, uma vez que o proveito econômico da requerente não ultrapassa 1.000 salários-mínimos (CPC, artigo 496, § 3º, inciso I).Publique-se, registre-se e intimem-se.Intimem-se.Havendo apelação, certifique-se a tempestividade e intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias (CPC, artigo 1.010, § 1º).Na hipótese do apelado interpor apelação adesiva, intime-se a apelante para apresentar contrarrazões à apelação adesiva, também em 15 (quinze) dias (CPC, artigo 1.010, § 2º).Após, remetam-se os autos ao Tribunal para julgamento do recurso (CPC, artigo 1.010, § 3º). Com o trânsito em julgado desta SENTENÇA ou do acórdão que eventualmente a confirme, certifique-se e intime-se a parte autora para realizar o pedido de cumprimento da SENTENÇA no sistema no processo judicial eletrônico – PJe, caso queira, arquivando-se este processo físico.

Proc.: 0018591-68.2003.8.22.0017
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Procuradoria da Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Procurador da Fazenda Pública do Estado de Rondônia (DNI DNI)
Executado:Valdeci Paulino
Advogado:Andre Bonifacio Ragnini (RO 1119.)
DECISÃO:
DECISÃO Vistos.Com relação à arguição de prescrição, referido evento não se operou no presente caso. Isso porque a prescrição intercorrente da execução fiscal, nos termos do art. 40 da LEF, ocorre depois de transcorrido o prazo do arquivamento provisório pelo tempo mínimo de 5 anos, contados depois da suspensão do feito por um ano, nos casos em que não se encontram bens passíveis de expropriação.No presente caso, o prazo prescricional de 5 (cinco) anos do arquivamento não chegou a transcorrer, tendo em vista que o feito foi arquivado provisoriamente em maio de 2014 (fl. 131), tendo transcorrido, portanto, menos de 2 (dois) anos da data do arquivamento até a data do protocolo da petição de fl. 132.Logo, inevitável reconhecer que a prescrição não se operou, razão pela qual deixo de declará-la.Por fim, importante enfatizar que o débito fiscal originário da inscrição na dívida ativa refere-se à pendência fiscal do executado enquanto contribuinte inscrito na condição de produtor rural com atividade de criação de bovinos para corte sob a inscrição estadual n. 0000000068569-1 (fls. 151 e 03).Em atenção ao pedido da parte exequente de fl. 150, realizei consulta ao sistema BacenJud e não foram encontrados saldos disponíveis em contas bancárias do executado em razão de inexistência de relacionamento do devedor com bancos, conforme detalhamento da ordem judicial de bloqueio que segue anexo.Em consulta ao sistema Renajud, também não foram encontrados veículos registrados em nome do executado, conforme comprovante de consulta que segue anexo.Portanto, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de 10 dias e dizer se conhece a existência de outros bens do requerido para penhora e requerer o que entender de direito, sob pena de retorno do processo ao arquivo provisório até que se supere o prazo da prescrição intercorrente.Alta Floresta DOeste-RO, terça-feira, 11 de abril de 2017.Alencar das Neves Brilhante Juiz de Direito

Proc.: 0006282-39.2008.8.22.0017
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Emídio de Almeida
Advogado:Rejane Maria Alves Godinho (RO 1042)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (DNI dni)
SENTENÇA:
SENTENÇA [...] DISPOSITIVO Pelo exposto, julgo extinto o presente processo, nos termos do artigo 128, § 6ª, da Lei 8.213/91, c/c artigos 924, inciso II e 925, ambos do CPC.Com o decurso do prazo recursal, certifique-se. Independentemente disso, tendo em vista que a realização do depósito é ato incompatível com a vontade de recorrer, com fundamento no parágrafo único do art. 1.000 do CPC, desde já fica autorizada a expedição dos alvarás para levantamento dos valores depositados, sendo um em nome do advogado, referente ao depósito dos honorários e outro exclusivamente em nome do beneficiário (requerente), para levantamento do principal, salvo se o instrumento de procuração conferir poderes ao advogado para retirar o expediente e/ou efetuar o levantamento em nome da parte, o que deverá ser observado pela escrivania no momento oportuno.Desde já, autorizo a intimação pessoal da parte autora quanto ao depósito dos valores e quanto à expedição dos alvarás de levantamento, inclusive para comparecer em cartório e fazer a retirada do referido expediente, conforme for necessário.Nos alvarás deverá constar a observação de que a agência bancária deverá informar ao juízo, no prazo de 05 (cinco) dias após efetuado o levantamento, o encerramento da respectiva conta e a inexistência de saldo, ficando a escrivania autorizada a expedir ofício à referida agência cobrando esta informação na hipótese da não comunicação ao juízo. A providência se faz necessária para evitar que o processo seja arquivado com valores pendentes de levantamento.Com a retirada do(s) alvará(s), a parte autora deverá dar quitação por termo nos autos, ficando ciente que eventual ausência de manifestação implicará em anuência tácita quanto ao recebimento e quitação, já que o pagamento via RPV implica em quitação total do pedido constante da petição inicial (Lei 8.213/91, artigo 128, § 6º).Na hipótese de expiração do prazo do alvará e não levantamento pela parte, caso haja requerimento para nova emissão do expediente, fica desde já autorizada a expedição respectiva, cancelando-se o alvará que eventualmente houver vencido.Após cumpridas todas as diligências acima e o que mais for necessário, com o exaurimento da prestação jurisdicional, promova-se o arquivamento do feito, após as anotações, comunicações e baixas devidas.Antes de promover o arquivamento, a escrivania deverá certificar-se da inexistência de saldo nas contas judiciais, para evitar o arquivamento do processo com valores ainda pendentes de levantamento.SENTENÇA registrada e encaminhada para publicação automaticamente pelo sistema de informática. Intimem-se.Alta Floresta DOeste-RO, terça-feira, 11 de abril de 2017.Alencar das Neves Brilhante Juiz de Direito

Proc.: 0000013-42.2012.8.22.0017
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Adelaro Lenke
Advogado:Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador do Inss ( 000.)
SENTENÇA:
SENTENÇA [...]DISPOSITIVO Pelo exposto, julgo extinto o presente processo, nos termos do artigo 128, § 6ª, da Lei 8.213/91, c/c artigos 924, inciso II e 925, ambos do CPC.Com o decurso do prazo recursal, certifique-se. Independentemente disso, tendo em vista que a realização do depósito é ato incompatível com a vontade de recorrer, com fundamento no parágrafo único do art. 1.000 do CPC, desde já fica autorizada a expedição dos alvarás para levantamento dos valores depositados, sendo um em nome do advogado, referente ao depósito dos honorários e outro exclusivamente em nome do beneficiário (requerente), para levantamento do principal, salvo se o instrumento de procuração conferir poderes ao advogado para retirar o expediente e/ou efetuar o levantamento em nome da parte, o que deverá ser observado pela escrivania no momento oportuno.Desde já, autorizo a intimação pessoal da parte autora quanto ao depósito dos valores e quanto à expedição dos alvarás de levantamento, inclusive para comparecer em cartório e fazer a retirada do referido expediente, conforme for necessário.Nos alvarás deverá constar a observação de que a

agência bancária deverá informar ao juízo, no prazo de 05 (cinco) dias após efetuado o levantamento, o encerramento da respectiva conta e a inexistência de saldo, ficando a escrivania autorizada a expedir ofício à referida agência cobrando esta informação na hipótese da não comunicação ao juízo. A providência se faz necessária para evitar que o processo seja arquivado com valores pendentes de levantamento.Com a retirada do(s) alvará(s), a parte autora deverá dar quitação por termo nos autos, ficando ciente que eventual ausência de manifestação implicará em anuência tácita quanto ao recebimento e quitação, já que o pagamento via RPV implica em quitação total do pedido constante da petição inicial (Lei 8.213/91, artigo 128, § 6º).Na hipótese de expiração do prazo do alvará e não levantamento pela parte, caso haja requerimento para nova emissão do expediente, fica desde já autorizada a expedição respectiva, cancelando-se o alvará que eventualmente houver vencido.Após cumpridas todas as diligências acima e o que mais for necessário, com o exaurimento da prestação jurisdicional, promova-se o arquivamento do feito, após as anotações, comunicações e baixas devidas.Antes de promover o arquivamento, a escrivania deverá certificar-se da inexistência de saldo nas contas judiciais, para evitar o arquivamento do processo com valores ainda pendentes de levantamento.SENTENÇA registrada e encaminhada para publicação automaticamente pelo sistema de informática. Intimem-se.

Proc.: 0000516-92.2014.8.22.0017
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama
Advogado:Procurador do Ibama ( 22 SMG/RO)
Executado:Alvaro Francisco Vilarinho
Advogado:Advogado Não Informado ( 000)
DECISÃO:
DECISÃO Vistos.Trata-se de embargos de declaração opostos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, sob o fundamento de que a DECISÃO apresenta omissão e contradição alegando que há dúvida em torno da propriedade do imóvel em questão.Entretanto, os embargos são intempestivos, uma vez o art. 1.023 do Código de Processo Civil, dispõe que o prazo para sua interposição será de 05 dias. Considerando que a contagem deu início no dia 13/03/2017, o prazo encerrou em 17/03/2017. O embargante protocolou o recurso em 27/03/2017, posterior ao término do prazo.Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração, devido a sua intempestividade. No que diz respeito ao bem oferecido a penhora, considerando os princípios da celeridade e cooperação entre as partes, DETERMINO a intimação do executado, por seu procurador, para que junte certidão atualizada da matrícula do imóvel oferecido à penhora (fl. 15), no prazo de 10 dias.Com a juntada dos documentos, intime-se o exequente, por seu procurador, para promover o andamento do feito.Alta Floresta DOeste-RO, terça-feira, 11 de abril de 2017. Alencar das Neves Brilhante Juiz de Direito

Proc.: 0003844-40.2008.8.22.0017
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Geraldo Bolandeira da Silva
Advogado:Rejane Maria de Melo Godinho (RO 1042), Dilma de Melo Godinho (OAB/RO 6059)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (DNI dni)
DESPACHO:
Vistos.Para que se possam ser habilitados os sucessores, resta imprescindível que sejam apresentados os documentos pessoais para fins de demonstração do vínculo sucessórios e de qualificação dos interessados.No caso, foi requerida a habilitação da compenheira QUITÉRIA FRANCISCO DA SILVA, dos filhos menores HERALDO DA SILVA e ANA CRISTINA FRANCISCO DA SILVA, e das filhas maiores LUCIENE SANTOS SILVA, ROSILENE SILVA SANTOS e PATRÍCIA SANTOS SILVA.Foram juntadas as procurações dos interessados à advogada mas ainda faltam os documentos pessoais (certidão de nascimento, RG, CPF) e comprovante de residência da companheira QUITÉRIA e dos filhos menores HERALDO e ANA CRISTINA, bem como os documentos pessoais (RG e CPF) e comprovante de endereço das filhas maiores LUCIENE, ROSILENE e PATRÍCIA.Portanto, concedo aos interessados o prazo de 15 dias para apresentar referidos documento e, assim, regularizar o pedido de habilitação, viabilizando a DECISÃO, sob pena de extinção do pedido sem análise do MÉRITO.Juntados os documentos, retornem conclusos para julgamento do pedido de habilitação.Decorrido o prazo e não sendo atendida a diligência, retornem os autos conclusos para extinção.Alta Floresta DOeste-RO, terça-feira, 11 de abril de 2017.Alencar das Neves Brilhante Juiz de Direito

Proc.: 0000095-39.2013.8.22.0017
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sirlene Oliveira da Silva
Advogado:Thiago Fuzari Borges (OAB/RO 5091)
Requerido:Banco H.S.B.C. S/A
Advogado:Eduardo Abilio Kerber Diniz (OAB/RO 4389), Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643), Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
DECISÃO:
Vistos.Diante do teor da certidão de fl. 102, suspenda-se o processo por mais um ano, ou até que seja julgado em definitivo o recurso que tramita no STF sobre a matéria.Alta Floresta DOeste-RO, terça-feira, 11 de abril de 2017.Alencar das Neves Brilhante Juiz de Direito

Proc.: 0001935-84.2013.8.22.0017
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL
Advogado:Procurador Federal (NBO 020)
Executado:Pablo Lima do Prado Me
Advogado:Advogado Não Informado ( 000)
DECISÃO:
DECISÃO Vistos.Em atenção ao pedido da parte exequente de fl. 150, realizei consulta ao sistema BacenJud e não foram encontrados saldos disponíveis em contas bancárias do executado em razão de inexistência de relacionamento do devedor com bancos, conforme detalhamento da ordem judicial de bloqueio que segue anexo.Em consulta ao sistema Renajud, foi encontrado um veículo (motocicleta Honda CG Titan, ano 2007, modelo 2008, Placa NDK2485) em nome do executado, tendo sido inserida a restrição junto ao referido sistema, conforme comprovantes que seguem.Considerando que já foi realizada tentativa de penhora no endereço do executado e não foram encontrados bens (fl. 58), nem mesmo a motocicleta constrita, intime-se a parte autora para informar o endereço onde se encontra o veículo para fins de penhora e avaliação, no prazo de 10 dias, sob pena de levantamento da restrição lançada.Informado o endereço do veículo, expeça-se MANDADO ou carta precatória para penhora e avaliação.Alta Floresta DOeste-RO, terça-feira, 11 de abril de 2017.Alencar das Neves Brilhante Juiz de Direito
Mirilandes Corrêa da Paz

Escrivão/Diretor da Vara Cível

## COMARCA DE ALVORADA D´OESTE

## 1ª VARA CRIMINAL

Proc.: 0002070-80.2014.8.22.0011
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Réu: Roseli Jesus de Almeida
Advogado: Dr. Gilvan de Castro Araújo (OAB/RO 4589)

FINALIDADE: Intimar o Advogado supra a, no prazo de 5 dias, apresentar manifestação em relação ao suposto cometimento de falta grave pela reeducanda.
Alvorada D'Oeste/RO, 19 de abril de 2017.
Geude de Oliveira Lima

Diretor de Cartório

## 1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível

Proc.: 0002385-11.2014.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Cesar Alves Pereira
Advogado:Rosimeiry Maria de Lima (RO 1234)
Requerido:Centauro Vida e Previdência S. A.
Advogado:Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/MS 6611)
SENTENÇA:
SENTENÇA CESAR ALVES PEREIRA ajuizou a presente AÇÃO DE COBRANÇA contra a CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA SA alegando, em síntese, que foi acometido de acidente de trânsito em 03/04/2013, tendo sofrido perda anatômica e funcional dos membros superiores direito e esquerdo. Narra que, de posse de toda documentação necessária, realizou pedido administrativo junto a ré, contudo, afirma ter recebido valor inferior ao determinado por lei. Aduz que recebeu a quantia de R$ 2.531,25, quando deveria ser paga a quantia de R$ 9.400,00. Requereu a condenação da ré ao pagamento da diferença de R$ 6.918,75. Juntou documentos. Recebida a ação e deferida a gratuidade judiciária (fl. 17).Devidamente citada, a requerida apresentou contestação às fls. 19/25 alegando, em síntese, a necessidade de alteração do polo passivo para a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT SA. Aduziu que o valor devido ao autor foi devidamente pago na seara administrativa, não havendo valor a ser complementado. Afirmou a necessidade de apresentação de comprovante de residência, bem como que o laudo particular não deve ser considerado como a única prova para julgar a lide, que é necessária a realização de perícia complementar pelo IML, que eventual pagamento deve ser feito de acordo com a Medida Provisória nº 451/2008, convertida na Lei 11.945/2009. Pleiteou pela improcedência da ação e em caso de entendimento diverso, que o valor da indenização seja fixado nos termos supra, que os juros sejam aplicados a partir da citação e que a correção monetária flua a partir da propositura da demanda.Impugnação à contestação às fls. 55/56.O feito foi saneado às fls. 57/59.Realizada perícia, o laudo foi juntado às fls. 74 e complementado às fls. 80/81.Intimadas as partes, requerido requereu nova complementação do laudo e o autor quedou-se inerte.É o breve relatório. Fundamento e decido. Aos acidentes automobilísticos ocorridos após a edição da Medida Provisória nº 451/2008 aplica-se a tabela anexada a esta, devendo o pagamento do seguro obrigatório ser realizado de acordo com a proporcionalidade da lesão sofrida, observando o tipo e a gravidade da perda ou redução de funcionalidade.A ocorrência de acidente automobilístico que vitimou o autor é inquestionável, ante a juntada do Boletim de Ocorrência que o narra e, especialmente, pela realização de pagamento parcial do seguro pela via administrativa. Resta, deste modo, verificar se é devida a complementação e, em caso positivo, qual o valor a ser pago.Analisando o processo verifico que restou comprovado por meio de perícia médica que o autor apresenta incapacidade parcial e permanente do ombro direito, em 20% (vinte por cento), que lhe causa limitação funcional.A MP 451/2008 estipulou a indenização em 25% (vinte e cinco por cento) nos casos de perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punho ou dedo polegar. No caso em tela, o autor apresenta invalidez permanente de 20% que corresponde a R$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais). Assim, considerando que o autor recebeu a quantia de R$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centoavos) administrativamente, a improcedência do pedido é medida que se impõe. Neste mesmo norte o entendimento de nosso Tribunal de Justiça, vejamos:Seguro DPVAT. Debilidade permanente parcial incompleta. Incidência do art. 3º, § 1º, II, da Lei 6.194/74. Aplicação da tabela constante do anexo à Lei. Redução proporcional da incapacidade parcial. Pagamento administrativo correto. Recurso não provido. A indenização deve ser calculada considerando a tabela legal e aplicando-se percentual de repercussão da perda. Se o pagamento administrativo foi devidamente efetuado, deve ser julgado improcedente o pedido de complementação do valor do seguro. (Não Cadastrado, N. 00049150520118220007, Rel. Des. Sansão Saldanha, J. 14/05/2013)Ao teor do exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial formulado por CESAR ALVES PEREIRA contra a CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, a fim de que surtam os jurídicos e legais efeitos daí decorrentes. Por consequência, Por consequência, RESOLVO o MÉRITO da causa, nos termos do artigo 487, I, do CPC.Considerando a sucumbência pela parte autora condeno-a no pagamento de honorários advocatícios, que arbitro em R$ 880,00, nos termos do art. 85, §§ 2º e 8º do CPC. Contudo, suspendo o pagamento pela concessão da gratuidade.Sem custas diante da gratuidade concedida à parte autora. Expeça-se Alvará judicial ou promova a transferência do valor depositado à fl. 37 ao douto perito. P.R.I. Oportunamente, arquivem-se.Alvorada do Oeste-RO, segunda-feira, 17 de abril de 2017.Simone de Melo Juíza de Direito

Proc.: 0000932-78.2014.8.22.0011
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Ordalino de Oliveira Freitas
Advogado:Lilian Santiago Teixeira Nascimento (OAB/RO 4511)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (OAB/RO 020)
DESPACHO:
Vistos.Cumpra-se a DECISÃO de fls. 92/93.Alvorada do Oeste-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Simone de Melo Juíza de Direito

Proc.: 0001148-39.2014.8.22.0011
Ação:Inventário
Requerente:Tereza de Jesus Oliveira, José Eraldo Nocera, Maria Cristina Nocera, Vercione Nocera, Rosa Dalia de Oliveira, Valeria Nocera, Sueli de Fatima Nocera, Emerson Oliveira Nocera, Eliane Nocera
Advogado:Robson Amaral Jacob (OAB/RO 3815)
DESPACHO:
Vistos.Intime-se a inventariante para que diga se persiste a necessidade de realizar a venda das reses bovinas, conforme noticiado à fl. 177, no prazo de 10 dias.Em igual prazo a inventariante deverá, ainda, providenciar o cumprimento do disposto nos itens "h" e "i" do DESPACHO inicial.Vinda a manifestação, tornem conclusos.Alvorada do Oeste-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017. Simone de Melo Juíza de Direito

Proc.: 0002388-63.2014.8.22.0011
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Procurador da Fazenda Pública do Estado de Rondônia ( 00)
Executado:Amaro Camara Guatimosim, Rony José Silva Moura, Fernando Jose Paula Antunes Frauches, Mónica de Paula Antunes Frauches, Consórcio Fidens Mendes Junior
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111)
DESPACHO:
Vistos.Diligencie a Escrivania quanto ao cumprimento das ordens de citação dos devedores Rony e Mônica, eis que somente aportou aos autos comprovante de citação de Amaro e Fernando.Com a resposta, tornem conclusos para as deliberações pertinentes. Alvorada do Oeste-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Simone de Melo Juíza de Direito

Proc.: 0000970-56.2015.8.22.0011
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Procurador da Fazenda Pública do Estado de Rondônia ( 00)
Executado:Marli Terezinha Gomes Patez
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111)
DESPACHO:
Vistos.Tendo em vista que o exequente afirmou não ter interesse em adjudicar o bem penhorado, procedo a liberação do mesmo, devendo a Escrivania providenciar o necessário para tanto. Conforme se verifica dos comprovantes adiante, as consultas ao Bacen e ao Renajud restaram infrutíferas. Assim, intime-se o exequente para que dê andamento ao feito, em 10 dias, sob pena de extinção.Findo o prazo supra, com ou sem manifestação, tornem conclusos.Alvorada do Oeste-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017. Simone de Melo Juíza de Direito

Proc.: 0002106-59.2013.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Marcelino Sossai
Advogado:Lilian Santiago Teixeira Nascimento (OAB/RO 4511)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (OAB/RO 020)
DESPACHO:
Vistos.Compulsando os autos verifico que a petição de fls. 108/109 foi protocolada em 25/11/2016, havendo nos autos comprovante de indeferimento administrativo do benefício, pelo que, ao que parece, não é necessária a suspensão do processo por não haver nenhuma providência pendente de cumprimento.Intime-se a requerente sobre o presente DESPACHO e, não havendo insurgência em 05 dias, tornem conclusos para SENTENÇA.Alvorada do Oeste-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Simone de Melo Juíza de Direito

Proc.: 0009450-33.2009.8.22.0011
Ação:Monitória
Requerente:Coalhos Bio Paraná Ltda
Advogado:Maria da Conceição Souza Vera (OAB/RO 573)
Requerido:Latícinios Alvorada Mult-lac Ltda
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111)
DESPACHO:
Vistos.Os bens mencionados à fl. 209, que foram indicados pela exequente à fl. 117, não chegaram a ser penhorados, logo, o fato de eles não terem sido localizados no endereço informado pela credora não é motivo para condenação do executado por litigância de má-fé.Intime-se a exequente para que apresente o valor atualizado de seu crédito e em seguida tornem conclusos para análise dos pedidos formulados no item b de fl. 209. Prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento.Alvorada do Oeste-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Simone de Melo Juíza de Direito

Proc.: 0001412-95.2010.8.22.0011
Ação:Execução Fiscal
Exequente:F. P. do E. de R.
Advogado:Procurador da Fazenda Pública do Estado de Rondônia ( 00)
Executado:N. S. G. M.
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111)
DESPACHO:
Vistos.Conforme se verifica dos comprovantes adiante, as consultas ao Bacen e ao Renajud restaram infrutíferas. Assim, intime-se o exequente para que dê andamento ao feito, em 10 dias, sob pena de extinção.Findo o prazo supra, com ou sem manifestação, tornem conclusos.Alvorada do Oeste-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017. Simone de Melo Juíza de Direito

Proc.: 0002092-75.2013.8.22.0011
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Municipio de Urupá
Advogado:Procurador do Munícipio do Urupá ( )
Executado:O. S. e Silva & Cia Ltda Me
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111)
DESPACHO:
Vistos.Conforme se verifica do comprovante adiante, a consulta ao Bacenjud restou infrutífera. Assim, intime-se o exequente para que dê andamento ao feito, em 10 dias, sob pena de extinção. Findo o prazo supra, com ou sem manifestação, tornem conclusos. Alvorada do Oeste-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Simone de Melo Juíza de Direito

## COMARCA DE BURITIS

## 2ª VARA CÍVEL

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 30 (trinta) dias
Ação de Execução
Proc.: 0002723-18.2015.8.22.0021
FINALIDADE: CITAÇÃO DO(S) EXECUTADO(S) ABAIXO RELACIONADO(S), para no prazo de 05 (cinco) dias, pagar(em) as respectivas dívidas acrescidas de juros, correção monetária e demais encargos ou no mesmo prazo, ofereça(m) querendo, bens à PENHORA sob pena de lhes serem Penhorados ao Arrestados bens suficientes para a garantia da dívida.
CITAÇÃO DE: M H de Paula Me, Registrado sob o CGC 13836583000137, Sito à Endereço não informado, que se encontra atualmente em lugar incerto e não sabido.
Autos de nº 0002723-18.2015.822.0021
Ação: Execução Fiscal
Autor: Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado: Procurador do Estado
Réu: M H de Paula Me
VALOR: R$ 4.983,03 (QUATRO MIL, NOVECENTOS E OITENTA E TRES REAIS E TRES CENTAVOS)
Natureza da dívida: Execução Fiscal
Data Insc./Reg. Dívida Ativa: 03/03/2015
Certidão nº CDA. 20150200199053
DESPACHO: "(...) Considerando que o executado encontra-se em lugar incerto e não sabido, com permissão insertas nos art. 7º, inciso I e art. 8º, inciso IV, ambos da Lei 6.830/80, DEFIRO o pedido de fls. 32/33, para proceder com a citação do executado por edital, com prazo de 30 dias.(...) "
Sede do Juízo: Fórum Juiz Jorge Gurgel do Amaral Neto, Rua Taguatinga, n 1380, Setor 03 - Buritis- RO, CEP: 78.967-800 - (Fax) Fone (069) 238-2910/2860/2963.
Buritis/RO, 18 de Abril de 2017.
Michiely Aparecida Cabrera Valezi Benedeti
Juíza de Direito

Proc.: 0000871-56.2015.8.22.0021
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sidinei de Jesus Lopes
Advogado:Lilian Maria Sulzbacher. ( OAB/RO 3225)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat Sa
Advogado:Alexandre Paiva Calil ( OAB/RO 2894), Michele Luana Sanches ( )
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas iniciais e finais no valor de R$ 200,89, sob pena de inscrição na dívida ativa.

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 20 dias
Proc.: 0001072-87.2011.8.22.0021
DE: Ademir Elicher, Brasileiro (a), Divorciado(a), comerciante, CPF 27157326272, RG 257.475, Nascido em 14/06/1963, no Município de Ampére/PR, filho(a) de Enor Elicher e Vitória Elicher.
FINALIDADE: INTIMAR a parte acima qualificada a requerer o que entender de direito, no prazo de 320 (trinta) dias.
Vara: 2ª Vara
Processo: 0001072-87.2011.822.0021
Classe: Execução Fiscal
Procedimento: Execução Fiscal
Parte Autora: Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado: Procurador da Fazenda Pública do Estado de Rondônia OAB DNI
Parte Requerida: Ademir Elicher
Sede do Juízo: Fórum Juiz Jorge Luiz Gurgel do Amaral Neto, Rua Taguatinga, 1380, Setor 03, Buritis-RO, 76880000 - Fax: (69)3238-2860 - Fone: (69)3238-2910 - Ramal:
Buritis, 19 de Abril de 2017.
Michiely Aparecida Cabrera Valezi Benedeti
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 30 (trinta) dias
Ação de Execução Fiscal
Proc.: 0002715-41.2015.8.22.0021
FINALIDADE: CITAÇÃO DO(S) EXECUTADO(S) ABAIXO RELACIONADO(S), para no prazo de 05 (cinco) dias, pagar(em) as respectivas dívidas acrescidas de juros, correção monetária e demais encargos ou no mesmo prazo, ofereça(m) querendo, bens à PENHORA sob pena de lhes serem Penhorados ao Arrestados bens suficientes para a garantia da dívida.
CITAÇÃO DE: S. F. da Costa Oliveira Me, Registrado sob o CGC 18669250000184, Sito à Endereço não informado, que se encontra atualmente em lugar incerto e não sabido.
Autos de nº 0002715-41.2015.822.0021
Ação: Execução Fiscal
Autor: Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado: Procurador Estadual
Réu: S. F. da Costa Oliveira Me
VALOR: R$ 4.308,40 (QUATRO MIL, TREZENTOS E OITO REAIS E QUARENTA CENTAVOS)
Natureza da dívida: Execução Fiscal
Data Insc./Reg. Dívida Ativa:30/06/2014
Certidão nº CDA. 20140200099165
DESPACHO: "(...) Considerando que o executado encontra-se em lugar incerto e não sabido, com permissão insertas nos art. 7º, inciso I e art. 8º, inciso IV, ambos da Lei 6.830/80, DEFIRO o pedido de fls. 31, para proceder com a citação dos executados por edital, com prazo de 30 dias.(...)"
Sede do Juízo: Fórum Juiz Jorge Gurgel do Amaral Neto, Rua Taguatinga, n 1380, Setor 03 - Buritis- RO, CEP: 78.967-800 - (Fax) Fone (069) 238-2910/2860/2963.
Buritis/RO, 19 de Abril de 2017.
Michiely Aparecida Cabrera Valezi Benedeti
Juíza de Direito

Proc.: 0001113-83.2013.8.22.0021
Ação:Ação Civil Pública
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( 22 SMG)
Requerido:Estado de Rondônia, Município de Buritis/ Ro
Advogado:Procurador do Estado ( ), Procurador do Municipio de Buritis.ro ( )
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos.I - Relatório:Trata-se de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Rondônia em desfavor do Estado de Rondônia e Município de Buritis/RO, objetivando a limpeza e esgotamento das redes coletoras e unidades de tratamento, com o fim de cessar o despejo de dejetos a céu aberto oruindos da Casa de Detenção e UNISP de Buritis/RO.Devidamente citados, o município de Buritis não apresentou contestação. Já o Estado de Rondônia apresentou contestação pugnando pela improcedência da ação (fls. 238/246).Após, sobreveio petição do Estado de Rondônia pugnando pela extinção do feito, vez que a Casa de Detenção foi desativada (fls. 249/249-v).Realizado MANDADO de constatação, verificou-se que os problemas envolvendo a fossa séptica foram cessados após a desativação da casa de detenção (fls. 257).É o sucinto relato. Decido. II - Fundamentação:A presente ação foi interposta visando a limpeza e esgotamento das redes coletoras e unidades de tratamento, com o fim de cessar o despejo de dejetos a céu aberto oruindos da Casa de Detenção e UNISP de Buritis/RO.Entretanto, infere-se dos autos que o problema envolvendo fossa séptica foi solucionado. Considerando que nosso ordenamento jurídico adota a chamada teoria do trinômio, de modo que o interesse de agir, ao lado da possibilidade jurídica do pedido e legitimidade (ad causam e ad processum), é uma das condições da ação.Indiscutível que no caso dos autos não há mais interesse de agir, pois a lide entre as partes restou cessada com a desativação da casa de detenção, perdendo a ação seu objeto.A matéria processual é de ordem pública, a qual deve ser conhecida de ofício pelo Juízo a todo tempo, sem prejuízo dos atos praticados.Assim, deve incidir a regra do art. 485, inc. VI, do Código de Processo Civil falta de interesse processual. III DISPOSITIVO:Diante do exposto, caracterizada a falta de interesse processual na modalidade interesse-necessidade, EXTINGO o processo com fundamento no art. 485, inc. VI, §3º, do CPC, sem resolução do MÉRITO.Sem custas e honorários advocatícios, ante a isenção legal.SENTENÇA publicada e registrada pelo sistema. Intimem-se. Transcorrido o prazo recursal sem recurso voluntário, arquivem-se.Buritis-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Michiely Aparecida Cabrera Valezi Benedeti Juíza de Direito

## COMARCA DE COSTA MARQUES

## 1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
1ª Vara Criminal da Comarca de Costa Marques/RO
( e-mail: cmr1criminal@tjro.jus.br )
Juiz de Direito: Fábio Batista da Silva

Proc.: 0000101-44.2016.8.22.0016
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Flagranteado:Weslen Henrique de Souza, Ariel Alfaro, Marcelo Vinicius Pereira, Geni Grohalski
Advogado:Arthur Paulo de Lima (RO 1669), Ana Caroline Cardoso de Azevedo (OAB/RO 6963), Arthur Paulo de Lima (RO 1669), Ana Caroline Cardoso de Azevedo (OAB/RO 6963), Arthur Paulo de Lima (RO 1669)
FINALIDADE: Intimar o réu ARIEL ALFARO, brasileiro, solteiro, pedreiro, nascido aos 22/03/1993, filho de Felícia Alfaro Aulo, natural de Costa Marques/RO, atualmente em lugar incerto e insabido, para ciência do inteiro teor da r. SENTENÇA exarada nos autos, bem como intimá-lo à recorrer, se assim querendo, no prazo legal.
SENTENÇA: SENTENÇA I-RELATÓRIO.O Ministério Público de Rondônia, por intermédio do seu representante em exercício junto a este juízo, com base no incluso Inquérito Policial, ofereceu denúncia em desfavor de ARIEL ALFARO e WESLEN HENRIQUE DE SOUZA como incursos nas penas do artigo 180, caput, e artigo 288, caput, ambos do Código Penal, MARCELO VINICIUS

PEREIRA pela prática do crime do artigo 180, caput, c/c aumento de pena do § 6º, todos do Código Penal, e GENI GROHALSKI pela prática do crime do artigo 180, caput, por duas vezes, artigo 288, caput, todos do Código Penal.I.I – PRIMEIRO FATO [ART. 180, CAPUT DO CPB].Narra a denúncia que, no dia 07 de fevereiro de 2016, por volta das 01h00, no KM 52 da BR 429, Distrito de São Domingos, em Costa Marques/RO, os denunciados ARIEL, WESLEN e MARCELO transportaram e conduziram, em proveito próprio, as motocicletas marca Honda, modelo NXR Bros, placa NBX 6728, cor laranja, de Alta Floresta D'Oeste/RO, sob nº 241;NXR 4277, cor vermelha, de Alta Floresta D'Oeste/RO, veículos que sabiam ser produtos do crime de furto. Em dia anterior, os referidos denunciados receberam os veículos de GENI, que os contratou para transportar os produtos de crime até Costa Marques, e a quem cabia o domínio do fato criminoso.ARIEL AFARO conduziu e transportou pela BR 429 a motocicleta marca Honda, modelo NXR Bros, placa NBO 4277, cor vermelha, em direção a Costa Marques, e, ao chegar ao KM 52, foi abordado pela Polícia Militar, que constatou que o veículo em questão era objeto de furto. Segundo restou apurado, ARIEL recebeu o bem e foi contratado por GENI GROHALSKI, que pagou ao denunciado a quantia de R$ 200,00 (duzentos reais) para que ele conduzisse e transportasse o referido veículo da cidade e Rolim de Moura até Costa Marques. Nas mesmas condições, WESLEN HENRIQUE DE SOUZA conduziu e transportou a motocicleta NXR Bros, placa NBP 4955, cor preta e, no momento em que chegou ao KM 52 da 429, foi abordado por agentes policiais, que constataram que o veículo conduzido pelo denunciado era produto de furto. WESLEN recebeu o bem e foi contrato por GENI GROHALSKI, que pagou ao denunciado a quantia de R$ 200,00 (duzentos reais) para que ele conduzisse e transportasse o referido veículo da cidade de Rolim de Moura até Costa Marques.MARCELO VINICIUS PEREIRA conduziu e transportou pela BR 249 a motocicleta NXR Bros, placa NBX 6728, laranja, bem público do Município de Alta Floresta D' Oeste, em direção a Costa Marques e, ao chegar ao KM 52 da rodovia, foi abordado pela polícia militar, que constatou que o veículo em questão era produto de furto. MARCELO recebeu o bem público e foi contratado por GENI, que pagou ao denunciado o valor de R$ 200,00 (reais), para que este conduzisse e transportasse o veículo proveniente de furto até a cidade de Costa Marques.I.II – SEGUNDO FATO [ART. 188, CAPUT DO CPB].No início do mês de fevereiro de 2016, em horário e local a ser determinado na instrução processual, os denunciados ARIEL, WESLEN, MARCELO e GENI associaram-se, com estabilidade e permanência, para o fim de cometer crimes.As motocicletas marca Honda, modelo NXR Bros, placa NBX 6728, laranja, de Alta Floresta D' Oeste/RO, com plaqueta de Tombamento da Prefeitura de Alta Floresta D'Oeste/RO, e NXR Bros, placa NBO 4277, vermelha, da cidade de Alta Floresta D' Oeste/RO, foram furtadas, no dia 26/01/2016, da garagem de veículos pertecentes ao Município de Alto Floresta D' Oeste. Já a motocicleta NXR Bros, placa NBP 4955, cor preta, da Cidade de Rolim de Moura/RO, foi furtado, em 30/02/2016, em Rolim de Moura. Os três veículos foram conduzidos e transportados até a Cidade de Costa Marques e posteriormente seriam remetidos à Bolívia, em troca dos quais os denunciados recebiam vultosa quantidade de drogas (cocaína).Segundo restou apurado, os denunciados, com ânimo de associação, evideciaram esforços comuns para tansportar e conduzir veículos provenientes de furtos nas cidades de Alto Floresta D'Oeste e Rolim de Moura até Costa Marques, local em que seriam destinados para a Bolívia e permutados por substância entorpecente, mais precisamente por basta base de cocaína.A denúncia foi recebida em 24/02/2016, fls. 106/108.Iniciada a fase judicial, os réus foram citados pessoalmente, fl. 117, 174.Os réus WESLEN HENRIQUE DE SOUZA e MARCELO VINICIUS PEREIRA apresentaram resposta à acusação, às fls. 143/144, em que negaram o fato.A acusada GENI GROHALSKI apresentou resposta à acusação, oportunamente, requereu Revogação da Prisão Preventiva, fls. 147/156.Instado, o Ministério Público manifestou pelo indeferimento do pedido de revogação, fls. 165/167.Este juízo acatou o pedido da ré, revogando a prisão preventiva, fls. 168/170.Realizada audiência de instrução e julgamento, às fls. 80/85, procedeu-se à oitiva das testemunhas de acusação e ao interrogatório dos réus WESLEN e MARCELO (fls. 214).A acusada GENI foi ouvida por carta precatória, às fls. 233.O réu ARIEL foi declarado revel, fls. 211.Alegações finais pelo Ministério Público às fls. 243/252, postulando a condenação dos acusados nos exatos termos da denúncia. Por seu turno, a defesa dos réus WESLEN, MARCELO VINICIUS e GENI em sede de alegações finais, pugnou pela absolvição dos réus, alternativamente, reconhecimento da circunstância atenuante da menoridade relativa para WESLEN, pelo reconhecimento da circunstância atenuante da confissão espontânea para WESLEN e MARCELO (fls. 256/261 e 262/265)A defesa do réu ARIEL ALFARO pugnou pelo reconhecimento da atenuante de confissão espontânea e pela conversão da pena privativa de liberdade de direito em restritiva de direitos (fls. 269/274).É o relatório. DECIDO.II-FUNDAMENTAÇÃO. Sem preliminares a apreciar, passo ao exame do MÉRITO.O pedido condenatório deve ser julgado parcialmente procedente, porquanto a materialidade e autoria delitiva foi efetivamente demonstrada somente em relação aos réus WESLEN HENRIQUE DE SOUZA, MARCELO VINICIUS PEREIRA e ARIEL ALFARO.A materialidade dessume-se do boletim de ocorrência policial, da prova oral colhida dutante o curso processual.II.I – PRIMEIRO FATO [ART. 180, CAPUT DO CPB].Crime de receptação:A autoria delitiva dos réus MARCELO e WESLEN foi comprovada pela confissão ofertada em juízo, corroborada pelos depoimentos das testemunhas durante a fase policial e em juízo.No tocante ao réu ARIEL, a autoria ressai da confissão na fase policial e pelo depoimento das testemunhas (PM Airton, PM Márcio e PC Reginaldo).Nesse sentido, veja-se os autos, o interrogatório dos réus e os depoimentos das testemunhas, que asseveraram em síntese que:O réu MARCELO VINICIUS PEREIRA disse estava em uma festa, ocasião em que um terceiro, não identificado nos autos, lhe ofereceu uma motocicleta pelo valor de R$ 800 (oitocentos reais), ocasião em que fez uma contra proposta, no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), sendo prontamente aceita por esse terceiro. Relatou que comprou a referida motocicleta pelo valor de quinhentos reais, disse que não solicitou documento, pois SABIA QUE A MOTO ERA FURTADA. Afirmou ainda, que encontrou com o ARIEL e WESLEN em um posto de gasolina, ocasião em que vieram para Costa Marques juntos. Afirmou que havia conhecido Ariel em um bar. Declarou que já haviam combinado em data anterior, que transportariam as motocicletas para Costa Marques, a fim de vendê-las na Bolívia. Por sua vez, o infrator WESLEN HENRIQUE DE SOUZA afirmou que comprou a motocicleta de um terceiro, por quinhentos reais. Declarou que combinou com Ariel e Marcelo de comprarem motos furtadas, com intuito de venderem na Bolívia.A ré GENI GROHALSKI negou conhecer os réus, bem como os fatos narrados da denuncia. PM Airton Trindade Siqueira: disse que durante a abordagem, os réus admitiram que sabiam que as motocicletas eram furtadas, que os réus também comentaram que estavam transportando a motocicleta para a Bolívia a mando de Geni (Loira do Prostíbulo). PM Márcio Gomes Pinho: afirmou que estava de patrulhamento em São Domingos, quando recebeu a informações da C. O de que haviam três suspeitos transportando motocicletas na BR 429, saindo de São Francisco. Momento em que empreenderam diligências, relatou que logo encontraram os réus transportando as motocicletas indicadas pela C. O, ocasião em que abordaram os infratores, tendo eles confessado que sabiam que as motocicletas eram furtadas.Ademais, relatou que os acusados haviam dito que não se conheciam, mas que estavam sendo pagos para transportarem as devidas motocicletas até a Bolívia.O APC Reginaldo Messias Linard, ao ser ouvido através de carta precatória, na Cidade de São Francisco, disse que na data da prisão dos acusados, estes afirmaram que foram contratados por "loira do prostíbulo" para transportarem as motocicletas de Rolim de Moura até a Bolívia (fls. 24). A testemunha declarou ainda, que os réus vieram juntos, todos a serviço de Geni.A Configuração do crime de

receptação restou demostrada, tendo em vista a ciência dos réus MARCELO e WESLEN quanto à origem ilícita dos bens adquiridos, pois eles confessaram ter comprado as motocicletas furtadas com a intenção de vendê-las na Bolívia.Neste sentido, cito o seguinte entendimento jurisprudencial:APELAÇÃO CRIMINAL - ROUBO QUALIFICADO - AUTORIA COMPROVADA - DELITO CONSUMADO - DECOTE DA MAJORANTE DA ARMA DE FOGO - IMPOSSIBILIDADE - DESNECESSIDADE DE APREENSÃO E REALIZAÇÃO DE PERÍCIA - CORRUPÇÃO DE MENORES - CRIME FORMAL - AUTORIA COMPROVADA - CONFISSÃO ESPONTÂNEA - CONDENAÇÃO MANTIDA - RECURSO NÃO PROVIDO. - Ressai induvidosa a autoria delitiva diante da confissão espontânea procedida pelo acusado, tanto em sede inquisitorial, quanto em juízo, bem como pelas declarações da vítima e prova testemunhal carreada aos autos. - Afastada a tese defensiva de desclassificação do delito para a sua forma tentada, eis que o apelante logrou êxito na subtração dos pertences da vítima, ficando invertida assim a posse da coisa. - O reconhecimento da causa de aumento de pena prevista no artigo 157, § 2º, inciso I, do Código Penal, prescinde da apreensão e da realização de perícia na arma de fogo, quando provado a sua utilização por outros meios de prova. - Demonstrada a efetiva participação dos menores na prática delituosa em conjunto com o acusado, independente de verificação da sua corrupção por este, não há falar em absolvição pelo delito de corrupção de menores, descrito no artigo 244-B, do ECA. - Recurso não provido.(TJ-MG - APR: 10024121609606001 MG, Relator: Corrêa Camargo, Data de Julgamento: 08/05/2013, Câmaras Criminais / 4ª CÂMARA CRIMINAL, Data de Publicação: 15/05/2013).Não obstante a imputação da qualificadora da receptação (bem público), à míngua de maiores comprovações nos autos, deixo de reconhecê-la.Em tema de receptação, é pacífico que a apreensão de bens em poder do suspeito inverte o ônus da prova, impondo-lhe o dever cabal de explicação a justificar o fato, o que não ocorreu no caso em tela.Colaciono a jurisprudência deste Tribunal, leia-se:Apelação criminal. Receptação. Posse da res furtiva. Inversão do ônus da prova. Pena em seu mínimo legal. Súmula 269 do STJ. Desprovido. A apreensão do bem em posse do acusado, no crime de receptação, inverte o ônus da prova, para que o réu comprove a sua origem lícita ou o desconhecimento da sua ilicitude. Caso contrário, estará configurado o delito. Não há que se falar em readequação da pena para o seu mínimo legal, quando corretamente dosada pelo juízo sentenciante, observadas as circunstâncias judiciais dos arts. 59 e 68 do CP. Muito embora a letra do Código Penal imponha o regime mais gravoso, quando reconhecida a reincidência, a Súmula 269 do STJ autoriza a aplicação do regime semiaberto, quando a pena for igual ou inferior a 4 anos e o réu seja reincidente desde que as circunstâncias judiciais sejam favoráveis. Processo nº 0020208- 25.2014.822.0002 - Apelação Data do Julgamento: 19/08/2015. Apelação criminal. Receptação. Art. 180, caput. Res furtiva encontrada em poder do agente. Dolo configurado. Conjunto probatório apto a sustentar o édito condenatório. A apreensão da res furtiva em poder do agente faz presumir a autoria do crime de receptação e gera a inversão do ônus da prova, cabendo-lhe demonstrar que recebeu o bem de modo lícito, e, não logrando êxito, impõe-se a condenação.Data do Julgamento: 17/06/2015, Processo nº 0007667-49.2013.822.0501 - Apelação. (grifamos).De outra sorte, por todo o exposto, à luz do contido no art. 157 do Estatuto Processual Penal, que consagrou o princípio do livre convencimento motivado ou da persuasão racional do Magistrado, constato que as provas orais coligidas ao longo da instrução criminal, formam um arcabouço probatório firme e harmônico, inexistindo qualquer incoerência, pelo contrário, comprovam incontestavelmente a autoria e a materialidade do crime de receptação imputado aos denunciados.Por outro lado, a autoria delitiva relativa a ré GENI GROHALSKI não foi comprovada, motivo pelo qual deve ser acolhido o pleito da defesa de absolvição. Com efeito, WESLEN e MARCELO em juízo, negaram conhecer GENI, bem como assumiram que foram eles que adquiriram as motocicletas através de terceiros, contradizendo, pois, o interrogatório do réu ARIEL, em sede policial. No mais, a ré negou qualquer envolvimento nos crimes narrados na inicial, de modo que na espécie, não há provas suficientes para édito condenatório. Diante do exposto, não havendo qualquer prova contundente de que tenha a ré GENI praticado ou concorrido para a figura típica, tenho que a acusada deva ser absolvida em homenagem ao princípio in dúbio pro reo.II.II - SEGUNDO FATO [ART. 288, CAPUT DO CPB].Crime de associação Criminosa:“ART. 288 CP: Associarem- se três ou mais pessoas, para o específico de cometer crimes”.O verbo do tipo é associar, que significa uma reunião para um único fim que é cometer delitos (crimes). Por se tratar de um crime formal, doloso, com caráter duradouro, permanente e comum, a associação criminosa se configura quando ocorre a adesão do terceiro sujeito ao grupo criminoso com a FINALIDADE de praticar número indeterminado de crimes.Ressai dos autos, que o réu WESLEY, ao ser ouvido em juízo, esclareceu que combinou com ARIEL e MARCELO de comprarem motos furtadas, com intuito de venderem na Bolívia (fls. 214 – mídia digital).Nesta senda, tem-se que os acusados aliaram-se, de modo estável e permanente, com o objetivo de adquirir, transportar e vender motocicletas furtadas. Para tanto, adquiram as motocicletas na cidade de Rolim de Moura, e na ocasião em que transportavam, com intuito de vendê-las na Bolívia, foram presos.O elo subjetivo entre os réus restou devidamente comprovado pelos interrogatórios extrajudiciais dos denunciados já citados acima, ficando, assim descaracterizado o mero concurso de pessoas diante do caráter perene da associação, recaindo assim sobre os acusados, a autoria e as penalidades previdas no art. 288 do Código Penal. A corroborar, vê-se que o depoimento dos milicianos foram harmônicos e firmes ao afirmar que, os réus foram flagranteados transportando três motocicletas produtos de furtos, para Bolívia.O entendimento pacífico na jurisprudência é de que o depoimento do policial prestado em juízo, sob o manto do contraditório, tem o mesmo valor de qualquer outra testemunha e serve como fundamento para a formação de um juízo condenatório. Os componentes da associação criminosa respondem pelo delito independentemente da prática, ou não, pela associação delitiva, de algum crime. Se, entretanto, a associação chegar a praticar algum delito, como no caso em tela, responderá por este os membros que de qualquer forma concorreram para ele, em concurso material com a associação. Nesse sentido: RT, 505:352; JTACrimSP, 21:235. No mesmo sentido do primeiro fato, não existem provas contra a ré GENI, razão pela qual, sua absolvição pelo crime de associação, é a medida que se impõe.III-DISPOSITIVO.Diante do exposto e por tudo mais que consta dos autos, julgo PARCIALMENTE procedente a pretensão estatal constante da denúncia e, em consequência: condeno os réus ARIEL ALFARO e WESLEN HENRIQUE DE SOUZA como incursos nas penas do artigo 180, caput, e artigo 288, caput, ambos do Código Penal; o réu MARCELO VINICIUS PEREIRA pela prática do crime do artigo 180, caput, artigo 288, do Código Penal, absolvo, com fundamento no art. 386, V, do CPP, a ré GENI GROHALSKI, relativamente à prática dos crimes lhes imputados na denúncia. Posto isto, passo à dosimetria das respectivas pena a serem aplicadas em estrita observância ao disposto nos artigos 59 e 68 do Código Penal.IV-DOSIMETRIA.IV.I - RÉU ARIEL ALFARO:Ao tempo do fato, o réu não apresentava antecedentes maculados. Pelo que consta dos autos, não apresentou culpabilidade superior àquela necessária à incidência do próprio tipo penal, não tendo extrapolado o que já é constitutivo do crime; poucos elementos se coletaram sobre sua personalidade e sobre seu comportamento social; os motivos do crime encontram-se suficientemente esclarecidos nos autos e não interferem no cálculo da pena; as circunstâncias do delito se encontram relatadas e foram já consideradas quando da análise da materialidade e da autoria; as suas consequências não foram tão significativas, pois o objeto furtado foi recuperado. Não há de se falar em comportamento da vítima.Do crime previsto no art. 180, caput, do Código Penal:Destarte, porque favoráveis ou neutras a totalidade das circunstâncias judiciais, fixo a pena base em 01 (um) ano de reclusão, e pagamento

de 10 (dez) dias multa, à razão de 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo do fato.Na segunda fase do método trifásico, verifico ausentes agravantes de pena, bem como constato a presença da atenuante da confissão espontânea, que, apesar de reconhecida, não será valorada em razão da fixação da pena base no mínimo legal, nos termos da súmula 231 do STJ.À míngua de outras circunstâncias, torno a pena base de 1 (um) ano de reclusão, e pagamento de 10 (dez) dias multa, à razão de 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo do fato em definitiva.Do Crime previsto no artigo 288, caput, do Código Penal:Ante as circunstâncias judiciais acima analisadas, fixo a pena base para o crime em 01 (um) ano de reclusão.Na segunda fase do método trifásico, verifico ausentes agravantes de pena, bem como constato a presença da atenuante da confissão espontânea, que, apesar de reconhecida, não será valorada em razão da fixação da pena base no mínimo legal, nos termos da súmula 231 do STJ.À míngua de outras circunstâncias, torno a pena base de 1 (um) ano de reclusão em definitiva.Do concurso Material de Crimes:Tendo em vista a regra constante no artigo 69 do Código Penal, somo as penas privativas de liberdade acima impostas ao acusado e, por não haver outras circunstâncias a serem ponderadas, torno a pena definiva em 02 (dois) anos de reclusão, e pagamento de 10 (dez) dias multa, à razão de 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo do fato.Fixo o regime aberto para o início do cumprimento da pena privativa de liberdade.Nos termos do art. 44 do Código Penal, verifico nos autos a presença dos requisitos necessários à substituição da pena privativa de liberdade fixada, já que esta não ultrapassou 4 (quatro) anos, não houve violência e ameaças, o réu não era reincidente e as circunstâncias judiciais já analisadas lhes são inteiramente favoráveis ou neutras. Tudo apontando ser bastante tal substituição, na forma adiante, substituo a pena privativa de liberdade fixada por pena restritiva de direitos, qual seja, prestação de serviços à comunidade e prestação pecuniária, sem prejuízo da pena de multa, devendo o juízo das execuções penais deliberar acerca da forma de cumprimento e da entidade a ser beneficiada.Isento o réu do pagamento das custas processuais, nos termos da Lei Estadual 301/90.IV. II- RÉU WESLEN HENRIQUE DE SOUZAEm observância ao critério trifásico de aplicação da pena, inicio a fixação da reprimenda analisando as circunstâncias judiciais previstas no artigo 59 do Código Penal, considerando: a) que a culpabilidade encontra-se normal a espécie, nada tendo a valorar; b) o réu é possuidor de antecedentes criminais, em vista da informação trazida às fls. 204/208, a qual noticia a existência de duas condenações penais anteriores transitadas em julgado, fato a ser valorado na segunda fase de dosimetria da pena; c) sobre a conduta social poucos elementos foram coletados a respeito; d) a personalidade do agente é normal, pois nada há que o desabone; e) os motivos do crime são os inerentes a espécie; f) as circunstâncias do crime são as referentes ao delito; g) as consequências não são graves, uma vez que não geraram danos ao réu ou a outrem.Do crime previsto no art. 180, caput, do Código Penal:Diante das circunstâncias judiciais acima analisadas, fixo a pena base em 01 (um) ano, 01 (um) mês, e 15 (quinze) dias, de reclusão, e pagamento de 10 (dez) dias multa, à razão de 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo do fato.Na segunda fase do método trifásico, reconheço as atenuantes previstas no artigo 65, I, e II, d, do Código Penal, diminuo a pena para o mínimo legal, fixando a pena de 1 (um) ano de reclusão, e pagamento de 10 (dez) dias multa, à razão de 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo do fato.À míngua de outras circunstâncias, torno antes fixada 1 (um) ano de reclusão, e pagamento de 10 (dez) dias multa, à razão de 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo do fato em definitiva.Do Crime previsto no artigo 288, caput, do Código Penal:Ante as circunstâncias judiciais acima analisadas, fixo a pena base para o crime em 01 (um) ano, 01 (um) mês, e 15 (quinze) dias, de reclusão. Na segunda fase do método trifásico, verifico ausentes agravantes de pena, bem como constato a presença da atenuante da confissão espontânea, assim, diminuo a pena para o mínimo legal, fixando a pena de 1 (um) ano de reclusão.À míngua de outras circunstâncias, torno antes fixada de 1 (um) ano de reclusão em definitiva.Do concurso Material de Crimes:Tendo em vista a regra constante no artigo 69 do Código Penal, somo as penas privativas de liberdade acima impostas ao acusado e, por não haver outras circunstâncias a serem ponderadas, torno a pena definiva em 02 (dois) anos de reclusão, e 10 (dez) dias multa, à razão de 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo do fato.Fixo o regime aberto para o início do cumprimento da pena privativa de liberdade.Nos termos do art. 44 do Código Penal, verifico nos autos a presença dos requisitos necessários à substituição da pena privativa de liberdade fixada, já que esta não ultrapassou 4 (quatro) anos, não houve violência e ameaças, o réu não era reincidente e as circunstâncias judiciais já analisadas lhes são inteiramente favoráveis ou neutras. Tudo apontando ser bastante tal substituição, na forma adiante, substituo a pena privativa de liberdade fixada por pena restritiva de direitos, qual seja, prestação de serviços à comunidade e prestação pecuniária, sem prejuízo da pena de multa, devendo o juízo das execuções penais deliberar acerca da forma de cumprimento e da entidade a ser beneficiada.IV. III - RÉU MARCELO VINICIUS PEREIRAAo tempo do fato, o réu não apresentava antecedentes maculados. Pelo que consta dos autos, não apresentou culpabilidade superior àquela necessária à incidência do próprio tipo penal, não tendo extrapolado o que já é constitutivo do crime; poucos elementos se coletaram sobre sua personalidade e sobre seu comportamento social; os motivos do crime encontram-se suficientemente esclarecidos nos autos e não interferem no cálculo da pena; as circunstâncias do delito se encontram relatadas e foram já consideradas quando da análise da materialidade e da autoria; as suas consequências não foram tão significativas, pois o objeto furtado foi recuperado. Não há de se falar em comportamento da vítima.Do crime previsto no art. 180, caput, do Código Penal:Destarte, porque favoráveis ou neutras a totalidade das circunstâncias judiciais, fixo a pena base em 01 (um) ano de reclusão, e pagamento de 10 (dez) dias multa, à razão de 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo do fato.Na segunda fase do método trifásico, verifico ausentes agravantes de pena, bem como constato a presença da atenuante da confissão espontânea, que, apesar de reconhecida, não será valorada em razão da fixação da pena base no mínimo legal, tendo em vista a obediência à súmula 231 do STJ.À míngua de outras circunstâncias, torno antes fixada de 1 (um) ano de reclusão, e pagamento de 10 (dez) dias multa, à razão de 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo do fato em definitiva.Do Crime previsto no artigo 288, caput, do Código Penal:Ante as circunstâncias judiciais acima analisadas, fixo a pena base para o crime em 01 (um) ano de reclusão.Na segunda fase do método trifásico, verifico ausentes agravantes de pena, bem como constato a presença da atenuante da confissão espontânea, que, apesar de reconhecida, não será valorada em razão da fixação da pena base no mínimo lega, tendo em vista a súmula 231 do STJ.À míngua de outras circunstâncias, torno antes fixada de 1 (um) ano de reclusão em definitiva.Do concurso Material de Crimes:Tendo em vista a regra constante no artigo 69 do Código Penal, somo as penas privativas de liberdade acima impostas ao acusado e, por não haver outras circunstâncias a serem ponderadas, torno a pena definiva em 02 (dois) anos de reclusão, e pagamento de 10 (dez) dias multa, à razão de 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo do fato.Fixo o regime aberto para o início do cumprimento da pena privativa de liberdade.Nos termos do art. 44 do Código Penal, verifico nos autos a presença dos requisitos necessários à substituição da pena privativa de liberdade fixada, já que esta não ultrapassou 4 (quatro) anos, não houve violência e ameaças, o réu não era reincidente e as circunstâncias judiciais já analisadas lhes são inteiramente favoráveis ou neutras. Tudo apontando ser bastante tal substituição, na forma adiante, substituo a pena privativa de liberdade fixada por pena restritiva de direitos, qual seja, prestação de serviços à comunidade e prestação pecuniária, sem prejuízo da pena de multa, devendo o juízo das execuções penais deliberar acerca da forma de cumprimento e da entidade a ser beneficiada.V-DISPOSIÇÕES FINAIS.Concedos aos réus o direito

de recorrer em liberdade, se presos por outro crime não se encontrarem, eis que não vislumbro, por ora, os requisitos da prisão cautelar.Condeno os réus WESLEN e MARCELO, por fim, o réu no pagamento das custas processuais, nos termos do artigo 804, do Código Penal Brasileiro.Os objetos apreendidos deverão ser restituídos ao legítimo proprietário. Após o trânsito em julgado desta SENTENÇA, adotem-se as seguintes providências: a) lancem-se os nomes dos réus no rol dos culpados; b) comunique-se ao Tribunal Regional Eleitoral o teor da presente condenação, para fins do disposto no art. 15, III da Constituição da República; c) proceda-se ao recolhimento dos valores atribuídos a título de pena pecuniária (multa), em conformidade com o disposto no art. 686 do Código de Processo Penal; d) expeçam-se guias de execução criminal, observando as detrações.Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se.Cumpridas as deliberações supra e promovidas anotações e comunicações pertinentes, arquive-se os autos. Para cumprimento das deliberações exaradas acima, expeça-se o necessário. Costa Marques-RO, terça-feira, 25 de outubro de 2016. Fábio Batista da Silva Juiz de Direito

Proc.: 0063810-89.2007.8.22.0009
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Defensoria Pública do Estado de Rondonia
Condenado:Juvenal da Silva Lima, brasileiro, nascido em 05.07.1966, no Município de Fátima do Sul/MS, filho de João Ferreira Lima e Irairce Freitas da Silva.
FINALIDADE: Intimar as partes acima da r. SENTENÇA de extinção, cuja parte dispositiva passo a transcrever: “Ante o exposto, EXTINGO A PUNIBILIDADE DE JUVENAL DA SILVA LIMA considerando o integral cumprimento da pena, sem que houvesse revogação do benefício do livramento condicional durante o período de provas, e ainda com fundamento no art. 90 do Código Penal e art. 146 da Lei 7.210/84. Arquivem-se os autos observando-se as formalidades legais pertinentes.SENTENÇA publicada e registrada automaticamente pelo sistema de informática.Sirva a presente DECISÃO como MANDADO de intimação.” Costa Marques-RO, terça-feira, 4 de abril de 2017.Miria do Nascimento de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0000435-49.2014.8.22.0016
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público Estadual
Denunciado:Darwin Alexópulos Justiniano
Advogado:Janieire Pereira Justiniano (RO 6062)
FINALIDADE: Intimar as partes acima da r. SENTENÇA de extinção, cuja parte dispositiva passo a transcrever: Pelo exposto, considerando que o réu cumpriu integralmente com as condições da suspensão condicional do processo e com fundamento no art. 89, §5º da Lei 9.099/95 e art. 107 do Código Penal, EXTINGO A PUNIBILIDADE DO RÉU DARWIN ALEXÓPULOS JUSTINIANO. Procedam-se as baixas, anotações e comunicações, observadas as cautelas de estilo, arquivando-se os autos. SENTENÇA publicada e registrada automaticamente pelo sistema de informática - SAP. Costa Marques-RO, terça-feira, 28 de março de 2017. Fábio Batista da Silva - Juiz de Direito

Proc.: 0000639-93.2014.8.22.0016
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público Estadual
Advogado: Defensoria Pública
Réu:Gerciley Rui Ramos Ou Gecirley Ruiz Ramos, nascido aos 01.09.1985, natural de Costa Marques/RO, filho de João Agripimo e de Geraldina Rui Cruz Ramos.
FINALIDADE: Intimar as partes acima da r. SENTENÇA de extinção, cuja parte dispositiva passo a transcrever: “Ante o exposto, EXTINGO A PUNIBILIDADE DE GERCILEY RUI RAMOS considerando o integral cumprimento da pena, sem que houvesse revogação do benefício do livramento condicional durante o período de provas, e ainda com fundamento no art. 90 do Código Penal e art. 146 da Lei 7.210/84. Arquivem-se os autos observando-se as formalidades legais pertinentes.SENTENÇA publicada e registrada automaticamente pelo sistema de informática.Sirva a presente DECISÃO como MANDADO de intimação.” Costa Marques-RO, terça-feira, 4 de abril de 2017.Miria do Nascimento de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0000358-06.2015.8.22.0016
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público Estadual
Réu:José Carlos da Silva
DESPACHO:
DESPACHO Considerando o decurso do prazo da suspensão dos direitos de dirigir veículo automotor imposta ao réu, dou por encerrada a suspensão.Oficie-se ao orgão de trânsito do Estado de Rondônia em Costa Marques - CIRETRAN, para que retire a suspensão e devolva a José Carlos da Silva os documentos necessários, lhe autorizando a conduzir veículos automotor sem restrições deste juízo, respeitando as leis de trânsito brasileiras. Oficie-se e intimem-se.No mais, aguarde-se o cumprimento integral da pena de detenção.Costa Marques-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Fábio Batista da Silva Juiz de Direito
Adriane Gallo

Diretora de Cartório

## 1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
1ª Vara Cível da Comarca de Costa Marques/RO
( e-mail: cmr1civel@tjro.jus.br )
Juiz de Direito: Fábio Batista da Silva

Proc.: 0001768-85.2013.8.22.0011
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama
Advogado:Procurador do IBAMA (OAB 0000)
Executado:Alagones Gonçalves Ferreira
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 111111111111111111)
DECISÃO:
DECISÃO Defiro o pedido formulado pela parte exequente e determino a expedição de certidão de crédito em favor da parte executada, entregando-a mediante recibo e certidão para fins de inscrição do nome da parte executada nos órgãos de proteção ao crédito (SPC/SERASA, etc), devendo a efetivação da inscrição ser promovida pelo próprio interessado. Nesse sentido:AÇÃO ORDINÁRIA. EXECUÇÃO FISCAL. INSCRIÇÃO NO SERASA. LEGALIDADE. Admissível, consoante estabelece o artigo 198, § 3º inciso II do Código Tributário Nacional na redação dada pela Lei Complementar nº 104/2001, a inscrição de devedores perante o Fisco em órgãos de proteção ao crédito. Informação, demais, pública e disponível tanto à Administração quanto aos setores comerciais e consumidores em geral. Recurso desprovido. (TJ-SP - Agravo de Instrumento: AI 20074729620158260000 SP 2007472-96.2015.8.26.0000). APELAÇÃO - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - INSCRIÇÃO NO SERASA - EXISTÊNCIA DE EXECUÇÃO FISCAL - ATIVIDADE REGULAR. - A indicação da existência de execução fiscal em nome da empresa pode ser feita pelo SERASA, por não ser fato inverídico. - Nos termos do art. 198, § 3º, do Código Tributário Nacional, não é vedada a divulgação de informações relativas a inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública. - Inexiste, portanto, qualquer óbice para a divulgação dos débitos tributários, e conseqüentemente das execuções

fiscais ajuizadas, pelos órgãos que administram o cadastro de inadimplentes. - Não havendo que se falar em ato ilícito cometido pelo apelante, mas, na verdade, atividade regular do Serasa, não se vislumbra a ocorrência de dano moral indenizável na hipótese dos autos. (TJ-MG - Apelação Cível: AC 10301110084466002 MG).Considerando o requerimento da Fazenda Pública, bem como que não foram localizados bens em nome da parte executada, determino o arquivamento do feito sem baixa, nos termos § 2º do artigo 40 da Lei 6.830/80, fluindo desde tal marco o prazo prescricional.Transcorrido o prazo da prescrição - cinco anos -, voltem estes conclusos para extinção do processo, nos termos do art. 40, § 4º da Lei 6.830/80.Encontrados que sejam, a qualquer tempo, bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. Meramente indicados que sejam quaisquer possíveis bens à penhora, o juízo deliberará acerca da pertinência ou não de desarquivamento.Costa Marques-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Fábio Batista da Silva Juiz de Direito

Proc.: 0000830-41.2014.8.22.0016
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Município de Costa Marques
Advogado:Procuradoria Geral do Municipio Cm ( )
Executado:Antonio Cassemiro da Silva, Samuel Lopes da Cruz
DECISÃO:
DECISÃO Defiro o requerimento de fl. 51, para determinar a expedição de ofício ao Cartório de Registro de Imóveis, bem como ao DETRAN desta comarca, a fim de verificar, em seus registros, a existência de bens cadastrados em nome do devedor Antônio Cassemiro da Silva (CPF: 077.802.221-87) e Samuel Lopes da Cruz (CPF: 868.898.698-34).Concedo, para resposta, o prazo de 30 dias.Vindo, dê-se vista ao credor para manifestação.Costa Marques-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Fábio Batista da Silva Juiz de Direito

Proc.: 0000828-71.2014.8.22.0016
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Município de Costa Marques
Advogado:Procuradoria Geral do Municipio Cm ( )
Executado:Antônio Cassimiro da Silva, Alterlucio Ribeiro de Arruda
DECISÃO:
DECISÃO Defiro o requerimento de fl. 51, para determinar a expedição de ofício ao Cartório de Registro de Imóveis, bem como ao DETRAN desta comarca, a fim de verificar, em seus registros, a existência de bens cadastrados em nome do devedor Antônio Cassemiro da Silva (CPF: 077.802.221-87) e Artelucio Ribeiro de Arruda (CPF: 106.623.402-72).Concedo, para resposta, o prazo de 30 dias.Vindo, dê-se vista ao credor para manifestação.Costa Marques-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Fábio Batista da Silva Juiz de Direito

Proc.: 0000850-95.2015.8.22.0016
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Costa Marques
Advogado:Procuradoria Geral do Municipio Cm ( )
Executado:Maria Jenice Alves Ruiz
SENTENÇA:
Vistos e Examinados.A parte executada satisfez a obrigação, conforme consta às fls. 33.Assim, JULGO EXTINTO O FEITO, com fulcro no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil.Transitada em julgado, arquive-se.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Costa Marques-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Fábio Batista da Silva Juiz de Direito

Proc.: 0001566-93.2013.8.22.0016
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
Advogado:Adriano de Ávila Furiati ( )
Executado:Odilon Reis Agroindustria e Com.Imp e Exp
DECISÃO:
DECISÃO Defiro o requerimento da parte exequente.Com efeito, a fim de garantir a satisfação da dívida, DETERMINO que seja efetuado a penhora e avaliação do (s) bem (ns) indicado (s) às fls. 61.Recaindo a penhora em bens imóveis, intime-se também o cônjuge da parte executada ou, conforme o caso, o senhorio direto, o credor com garantia real ou com penhora anteriormente averbada.Efetivada a penhora e avaliação intimar o executado da presente, bem como para cientificar-lhe que, querendo, poderá opor embargos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da juntada do MANDADO.INTIME-SE.Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 do NCPC e respectivos parágrafos.Costa Marques-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Fábio Batista da Silva Juiz de Direito

Proc.: 0000168-43.2015.8.22.0016
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Costa Marques
Advogado:Procuradoria Geral do Municipio Cm ( )
Executado:Almir Ribeiro de Arruda
DECISÃO:
DECISÃO Defiro o requerimento da parte exequente.Com efeito, a fim de garantir a satisfação da dívida, DETERMINO que seja efetuado a penhora e avaliação do (s) bem (ns) indicado (s) às fls. 38.Recaindo a penhora em bens imóveis, intime-se também o cônjuge da parte executada ou, conforme o caso, o senhorio direto, o credor com garantia real ou com penhora anteriormente averbada.Efetivada a penhora e avaliação intimar o executado da presente, bem como para cientificar-lhe que, querendo, poderá opor embargos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da juntada do MANDADO.INTIME-SE.Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 do NCPC e respectivos parágrafos.Costa Marques-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Fábio Batista da Silva Juiz de Direito

Proc.: 0001586-84.2013.8.22.0016
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
Advogado:Danielle Damasceno Pinheiro Sobreira ( )
Executado:Fabio Padilha da Costa
DESPACHO:
DESPACHO Ante o parcelamento requerido pela executada (fls. 94), intime-se o IBAMA para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias, remetendo-se os autos, conforme disposto no artigo 183, §1º, do CPC.Expeça-se o necessário.Costa Marques-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Fábio Batista da Silva Juiz de Direito

Proc.: 0000218-69.2015.8.22.0016
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Costa Marques
Advogado:Procuradoria Geral do Municipio Cm ( )
Executado:David Zabala Mendes
DECISÃO:
DECISÃO Defiro o requerimento da parte exequente.Com efeito, a fim de garantir a satisfação da dívida, DETERMINO que seja efetuado a penhora e avaliação do (s) bem (ns) indicado (s) às fls. 31.Recaindo a penhora em bens imóveis, intime-se também o cônjuge da parte executada ou, conforme o caso, o senhorio direto, o credor com garantia real ou com penhora anteriormente averbada.Efetivada a penhora e avaliação intimar o executado da presente, bem como para cientificar-lhe que, querendo, poderá opor embargos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da juntada do MANDADO.INTIME-SE.Autorizo o uso das prerrogativas do art. 212 do NCPC e respectivos parágrafos.Costa Marques-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Fábio Batista da Silva Juiz de Direito

Proc.: 0001738-35.2013.8.22.0016
Ação:Ação Civil Pública
Autor:Ministério Público Estadual
Requerido:Adelçon Mercado Miranda
Advogado:Gilson Vieira Lima (4.216 OAB/RO)

DECISÃO:
DESPACHO Defiro o pedido de suspensão do processo por 90 (noventa) dias a contar desta.Decorrido o prazo, oficie-se o Escritório Regional do IBAMA localizado em Porto Velho/RO, para que informe se o PRAD foi aprovado, e, caso não tenha sido analisado, qual o prazo necessário para que seja concluído a análise do PRAD em questão, bem como informe se a alguma pendência a ser sanada pelos requeridos.Com a resposta dê vista ao Ministério Público, após, façam os autos conclusos.Costa Marques-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Fábio Batista da Silva Juiz de Direito

Proc.: 0000854-35.2015.8.22.0016
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Costa Marques
Advogado:Procuradoria Geral do Municipio Cm ( )
Executado:Exodo Nunes da Silva
SENTENÇA:
Vistos e Examinados.A parte executada satisfez a obrigação, conforme consta às fls. 53.Assim, JULGO EXTINTO O FEITO, com fulcro no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil.Transitada em julgado, arquive-se.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Costa Marques-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Fábio Batista da Silva Juiz de Direito

Proc.: 0000366-80.2015.8.22.0016
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Florinda Junior dos Santos
Advogado: Carlos Alberto Vieira da Rocha Junior (OAB/RO 4741)
Requerido: Inss - Instituto Nacional de Seguro Social
FINALIDADE: Fica a parte requerente, por intermédio de seu advogado, intimada para, no prazo de 15 dias, caso queira, apresentar contrarrazões ao Recurso de Apelação interposto pela parte requerida.

Proc.: 0000483-71.2015.8.22.0016
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maria Helena Gularte
Advogado: Jefferson Willian Dalla Costa (OAB/RO 6074)
Requerido: Inss - Instituto Nacional de Seguro Social
FINALIDADE: Ficam as partes, por intermédio de seus advogados, intimadas para, no prazo de 15 dias, manifestarem-se quanto ao laudo pericial juntado aos autos.

Proc.: 0001656-67.2014.8.22.0016
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Roselene Fagundes Nunes da Silva
Advogado: Lígia Verônica Marmitt Guedes (OAB/RO 4195)
Requerido:Inss - Instituto Nacional de Seguro Social
FINALIDADE: Ficam as partes, por intermédio de seus advogados, intimadas para, no prazo de 15 dias, manifestarem-se quanto ao laudo pericial juntado aos autos.

Proc.: 0025953-27.2003.8.22.0016
Ação: Execução Fiscal
Exequente: Inmetro - Instituto Nacional de Metrologia Normatização e Qualidade Industrial
Advogado: Carmelita Gomes dos Santos Costa (OAB/RO 327)
Executado: Auto Posto Vale do Guaporé Ltda, Edilson Pereira Xavier, Edmilson Pereira Xavier
Advogado: não informado
FINALIDADE: Fica a parte autora, por intermédio de seu advogado, intimada para, no prazo legal, impulcionar o feito, diante do cumprimento do DESPACHO de fls.152/154.

Proc.: 0000431-12.2014.8.22.0016
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Adhemar Carvalho
Advogado: Ronan Almeida de Araújo (OAB/RO 2523), Maria Cristina Batista Chaves (OAB/RO 4539)
Requerido: Inss - Instituto Nacional de Seguro Social
FINALIDADE: Fica a parte requerente, por intermédio de seu advogado, intimada para, no prazo de 15 dias, caso queira, apresentar contrarrazões ao Recurso de Apelação interposto pela parte requerida.

Proc.: 0001539-13.2013.8.22.0016
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Aparecida Gobo Magalhães
Advogado:José Neves Bandeira (RO 182)
Requerido:Inss - Instituto Nacional de Seguro Social
DESPACHO:
DESPACHO Solicite-se o laudo proveniente do cardiologista, nos moldes do que fora determinado às fls. 77.No mais, tendo em vista que nesta localidade não há médicos especialistas em ortopedia, somado ao fato de que São Francisco do Guaporé dispõe atualmente de uma melhor infraestrutra, inclusive com um Hospital Regional ao seu dispor, requisite-se a Secretaria de Saúde de São Francisco do Guaporé e ao Diretor Geral do referido nosocômio a designação de médico e de data para a realização do exame junto à parte autora, devendo este Juízo ser informado do agendamento com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para o fim de possibilitar a intimação das partes. Desde já, fica determinada a intimação do médico designado pelo Diretor do nosocômio, do encargo e à apresentar laudo no prazo de 10 dias a contar da data do exame, devendo o médico responder aos quesitos das partes.Intime-se a parte autora tão logo seja informado a data do agendamento, para que compareça ao local indicado e, quando da realização da perícia, leve para a análise do médico todos os exames que porventura tenha realizado anteriormente.Por fim, encaminhem-se os quesitos apresentados pelas partes, que deverão ser respondidos pelo expert, bem como, os quesitos do Juízo acima fixados.Consigne-se que a parte requerente deverá comparecer à perícia acima designada, munida de seus documentos e exames que entender pertinente, quanto ao seu quadro clínico, a fim de viabilizar o diagnóstico do Douto Perito.Oportunizo às partes o prazo de 15 (quinze) dias, para, querendo, apresentarem os quesitos a serem respondidos pelo perito e indiquem assistente técnico, caso queiram e ainda não o tenham feito. Para a efetivação da diligência nesta comarca, autorizo o uso das prerrogativas do artigo 212 do NCPC e respectivos parágrafos.Faço consignar que o laudo pericial deverá ser encaminhado pelo Expert a este juízo no prazo de 10 (dez) dias, contados da avaliação médica. Com a juntada do laudo pericial, oportunizo, desde já, o prazo sucessivo de 15 (quinze) dias para as partes manifestarem-se acerca da perícia realizada.Expeça-se o necessário.Costa Marques-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Fábio Batista da Silva Juiz de Direito

Proc.: 0001183-47.2015.8.22.0016
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Município de Costa Marques
Advogado:Procuradoria Geral do Municipio Cm ( )
Requerido:Mega Construção e Serviços Ltda Me, Erineu Cuenca da Silva
Advogado:Eduardo Belmonth Furno (RO OAB/RO nº 5539)
DESPACHO:
DESPACHO Intime-se a parte requerente, para o fim de juntar aos autos cópia legível do Relatório de Visita Técnica realizado pela Fundação Nacional da Saúde FUNASA, haja vista que as cópias acostadas às fls. 455/459 estão ilegíveis.Prazo: 15 (quinze) dias. Com a juntada, venham os autos conclusos para SENTENÇA. Costa Marques-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Fábio Batista da Silva Juiz de Direito
Odair Paulo Fernandes

Diretor de Cartório

## COMARCA DE MACHADINHO D´OESTE

## 1ª VARA CRIMINAL

1ª Vara Criminal
Machadinho do Oeste
Juiz de Direito: Hedy Carlos Soares
Diretor de Cartório: Peterson Vendrameto, e-mail: mdo1criminal@tjro.jus.br

Proc.: 1000003-16.2017.8.22.0019
Ação:Inquérito Policial (Réu Preso)
Autor:Delegacia de Polícia Civil de Machadinho do Oeste
Flagranteado:Walison Rodrigues Leite, Natalina Correia
Advogado:Patrícia Mendes de Oliveira Fortes (RO 4813)
DECISÃO:
DECISÃO Vistos,Avoco para revogar a data de audiência designada às fls. 125 e, como consequencia designar o dia 26.04.2017 às 09h30 para audiência nestes autos.Sirva esta DECISÃO como:MANDADO DE INTIMAÇÃO do réu Walison Rodrigues Leite e Natalina Correia (anexar cópia da denúncia);OFÍCIO ao Comandante da PM local para apresentar as testemunhas policiais PM CARLOS HENRIQUE ALESSI; PM JUNIOR MOREIRA NASCIMENTO; SD PM ASSUNÇÃO, na audiência designada (anexar a denúncia);EDITAL DE INTIMAÇÃO da advogada do réu Walison Rodrigues Leite, PATRÍCIA MENDES DE OLIVEIRA FORTES OAB/RO 4813;OFÍCIO ao Diretor da Casa de Detenção deste município para o réu Walison Rodrigues Leite, atualmente presa na Casa de Detenção, na audiência designada.Machadinho do Oeste-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 1000327-86.2017.8.22.0019
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Romário Reginaldo dos Santos, Hugo Deleon Lourenço Figueira
Advogado:Patrícia Mendes de Oliveira Fortes (RO 4813)
DECISÃO:
DECISÃO Vistos,Avoco os autos para readequação da pautas de audiências e como consequência revogo a audiência desiganada às fls. 99 e, designo o dia 26.04.2017 às 09h10 para audiência nestes autos.Cumpra-se o necessário.Sirva esta DECISÃO como:MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO do(s) réu(s) HUGO DE LEON LOURENÇO FIGUEIRA e ROMÁRIO REGINALDO DOS SANTOS (anexar cópia da denúncia);OFÍCIO ao Comandante da PM local para apresentar as testemunhas policiais 1) PM FÁBIO ASSUNÇÃO DE OLIVEIRA; 2) PM CARLOS HENRIQUE ALESSI; 3) SD PMMARQUES; 4) SD PM TAFAREL, na audiência designada (anexar a denúncia);EDITAL DE INTIMAÇÃO do advogado dos réus, PATRíCIA MENDES DE OLIVEIRA FORTES OAB/RO 4813OFÍCIO ao Diretor da Casa de Detenção deste município para apresentar os denunciados HUGO DE LEON LOURENÇO FIGUEIRA e ROMÁRIO REGINALDO DOS SANTOS, na audiência designada.Machadinho do Oeste-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 1000360-76.2017.8.22.0019
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Valmir Cassol
DECISÃO:
DECISÃO Vistos, Trata-se de pedido de Revogação de Prisão Preventiva, formulado pelo Ministério Público, em favor de Valmir Cassol, sob o fundamento de inexistência de motivos para a manutenção da referida medida cautelar, entre outros (fls. 66.67).É o relatório, decido.O requerente foi preso em flagrante delito no dia 28 de fevereiro de 2017, por ter, em tese, cometido o crime de violência doméstica, incêndio, ameaça, resistência a prisão, tendo sido devidamente homologada sua prisão em flagrante, ocasião em que foi convertida em prisão preventiva.Analisando os autos, verifico que o pleito formulado pelo Ministério Público merece ser deferido, haja vista o fato de que os requisitos autorizadores da prisão preventiva não estão mais presentes.Portanto, a meu ver, a aplicação de medidas cautelares, diversa da prisão, são eficazes e suficientes para garantirem a instrução processual e a futura aplicação da lei penal, pois não haverá nenhum prejuízo para o regular tramite do feito.Diante do exposto, considerando o que dos autos consta e, ainda, o parecer do Ministério Público, com fundamento nos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, REVOGO A PRISÃO PREVENTIVA de Valmir Cassol, devidamente qualificado nos autos, sujeitando-o, às obrigações constantes dos artigos 327 e 328 do CPP, quais sejam: informar seu endereço atualizado e qualquer alteração ao Juízo;comparecer em Juízo todas as vezes que for determinado; c) não se ausentar da comarca, por mais de 08 (oito) dias, sem autorização judicial.O descumprimento de qualquer das condições impostas nesta DECISÃO acarretará novo decreto de prisão.Ciência às partes. Expeça-se o necessário.SIRVA COMO ALVARÁ DE SOLTURA, TERMO DE COMPROMISSO e MANDADO DE INTIMAÇÃO, devendo o indiciado ser colocado em liberdade, se por outro motivo não estiver preso.Machadinho do Oeste-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0000726-69.2016.8.22.0019
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Rener Yuri Castro de Freitas
Advogado:Roberta Sigoli (OAB/RO 6.936 )
FINALIDADE: Intimar a advogada acima quanto a DECISÃO abaixo transcrita.
DECISÃO: Vistos,Reexaminando os autos à luz do que foi aduzido na resposta inicial apresentada pelo réu, não vejo, nesta fase processual, a presença de elementos taxativos capazes de conduzir à absolvição sumária do acusado, na forma disciplinada pelo artigo 397 do Código de Processo Penal com a redação dada pela Lei 11.719/08, devendo a questão de MÉRITO ser analisada após a instrução.Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 20.06.2017 às 09h30.Se for o caso, expeçam-se as cartas precatórias necessárias para intimação do réu e/ou para inquirição das testemunhas que residem noutra Comarca. Intimem-se o MP, a Defesa, o denunciado, e as testemunhas arroladas pelas partes. SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÇÃOMachadinho do Oeste-RO, sexta-feira, 24 de março de 2017.Hedy Carlos Soares Juiz de Direito
Peterson Vendrameto

Diretor de Cartório

## JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

1ª Vara do Juizado da Infância e Juventude
Juiz de Direito: Dr. Hedy Carlos Soares
Diretora de Cartório: Rosângela Maria de Oliveira Costa
E-Mail: mdo1civel@tjro.jus.br

Proc.: 0000021-13.2012.8.22.0019
Ação:Apuração de Infração Administrativa às Normas de Proteç
Autor:M. P. do E. de R.
Requerido:W. R. M. I. dos S.
DECISÃO:
DECISÃO Vistos,Considerando o parecer favorável do Ministério Público, fls. 159, DEFIRO o parcelamento do valor de R$ 3.174,37 (três mil cento e setenta e quatro reais e trinta e sete centavos),

em 16 (dezesseis) parcelas, sendo 15 (quinze) no valor de R$ 200,00 (duzentos reais) e 01 (uma) no valor de R$ 174,37 (cento e trinta e quatro reais e trinta e sete centavos), conforme requerido, fls. 148-149.No mais, em relação a executada Walquimere Rosa Milhoti, SUSPENDO o processo pelo prazo de 30 dias, a fim de que seja localizado seu atual endereço.Transcorrido o prazo, vistas ao Ministério Público para manifestação.Por fim, conclusos para deliberação.Machadinho do Oeste-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Hedy Carlos Soares Juiz de Direito
Rosângela Maria de Oliveira Costa

Diretora de Cartório

## 1ª VARA CÍVEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Poder Judiciário
Machadinho do Oeste - Vara Única
Rua Tocantins, 3029, Centro, Machadinho D'Oeste - RO - CEP: 76868-000 - Fone:(69) 35812442
Processo nº 0001703-66.2013.8.22.0019
Polo Ativo: ESTADO DE RONDÔNIA e outros
Advogado do(a) AUTOR:
Advogado do(a) REPRESENTANTE PROCESSUAL:
Polo Passivo: ROBERTO AUGUSTO DA SILVA e outros
Advogado do(a) RÉU:
Advogado do(a) REPRESENTANTE PROCESSUAL:
Certidão
Certifico que estes autos foram digitalizados através de sistema próprio, ficando encerrada a movimentação física através do Sistema SAP-PG.
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da distribuição em forma digitalizada NO SISTEMA PJE, SOB MESMA NUMERAÇÃO, no qual deverão ser apresentadas as petições pertinentes.
O referido é verdade. Dou fé.
Machadinho D'Oeste, 19 de abril de 2017
Chefe de Secretaria

Proc.: 0001319-69.2014.8.22.0019
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:A. C. D. M.
Advogado:Defensoria Pública do Estado de Rondônia (000 202020)
Executado:D. H. A. M.
DECISÃO:
DECISÃO Vistos,Procedi, nesta data, pesquisa no sistema INFOJUD para obtenção de endereço da parte requerida, cuja resposta encontra-se em anexo.Manifeste-se a parte exequente, no prazo de 05 (cinco) dias, em termos de prosseguimento, sob pena de arquivamento.Após, conclusos.Machadinho do Oeste-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0000453-27.2015.8.22.0019
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:A. C. F. de O.
Advogado:Defensoria Pública do Estado de Rondônia (000 202020)
Executado:V. F. de O.
DECISÃO:
DECISÃO Vistos,Procedi, nesta data, pesquisa no sistema INFOJUD para obtenção de endereço da parte requerida, cuja resposta encontra-se em anexo.Manifeste-se a parte exequente, no prazo de 05 (cinco) dias, em termos de prosseguimento, sob pena de arquivamento.Após, conclusos.Machadinho do Oeste-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0002255-94.2014.8.22.0019
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:A. K. N. S.
Executado:E. A. N.
DECISÃO:
DECISÃO Vistos,Procedi, nesta data, pesquisa no sistema INFOJUD para obtenção de endereço da parte requerida, cuja resposta encontra-se em anexo.Manifeste-se a parte exequente, no prazo de 05 (cinco) dias, em termos de prosseguimento, sob pena de arquivamento.Após, conclusos.Machadinho do Oeste-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0000845-64.2015.8.22.0019
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:É. B. dos S. R.
Advogado:Defensoria Pública do Estado de Rondônia (000 202020)
Requerido:L. R. da C.
DECISÃO:
DECISÃO Vistos,Procedi, nesta data, pesquisa no sistema INFOJUD para obtenção de endereço da parte requerida, cuja resposta encontra-se em anexo.Manifeste-se a parte exequente, no prazo de 05 (cinco) dias, em termos de prosseguimento, sob pena de arquivamento.Após, conclusos.Machadinho do Oeste-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0001471-25.2011.8.22.0019
Ação:Ação Civil de Improbidade Administrativa
Autor:M. P. do E. de R.
Requerido:F. F. da S. S.
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos, Trata-se de Ação de Improbidade Administrativa movida pelo Ministério Público Estadual em face de Francisco Fabrício da Silva Santos e de Ueder Botega. Aduz a inicial, em síntese, que no dia 24/01/2011, o requerido Francisco Fabrício da Silva Santos omitiu-se indevidamente, em seu dever funcional de agente de polícia, para satisfazer interesse pessoal seu e do apenado do regime aberto Ueder Bottega. Na referida data, durante os trabalhos de investigação contra o referido agente de polícia civil (por vários outros crimes, tais como comércio ilegal de arma de fogo, formação de quadrilha, homicídio e etc.) tomou-se conhecimento que ele, acompanhado do requerido Ueder Bottega e outro vulgarmente conhecido como "Anderson da betel", teriam se deslocado até a residência de outro investigado e integrante da quadrilha (Joadir Luiz de Lima, vulgo "Joa"). Foi então que, por volta de 20h45, realizou-se uma blitz na estrada de retorno e de fato confirmaram que o APC investigado retornava daquele local acompanhado do requerido Ueder Bottega e de "Anderson da Betel", em um veículo Fiat Uno. Sucede que o apenado Ueder Bottega estava cumprindo pena em regime semiaberto, fato do pleno conhecimento do APC Francisco Fabrício da Silva Santos. Nesta comarca, como é de conhecimento público e notório, os apenados do regime semiaberto passam o dia em liberdade, mas devem se recolher até as 18h dos dias de semana e aos finais de semana e feriados durante o dia e a noite. Ocorre que, no dia 24/1/2011, ao invés de recolher-se à Cadeia Pública local, o apenado Ueder Bottega estava transitando com o APC Francisco Fabrício da Silva Santos. Pior: visitando outro integrante da quadrilha do APC Francisco Fabrício da Silva Santos. Não obstante isso, no dia 3/2/2011, na Delegacia de Polícia Civil desta comarca, abusando da função de agente de polícia civil, o requerido Francisco Fabrício da Silva Santos inseriu dados falsos no sistema informatizado da polícia civil (SISDEPOL). No afã de tentar justificar o fato de ter sido flagrado na companhia de um apenado em pleno descumprimento das regras do regime semiaberto, o APC Francisco Fabrício da Silva Santos, na condição de funcionário público autorizado (pois possuía a senha de acesso ao sistema em razão da função), registrou a ocorrência policial n° 128/2011 (fls. 6-7), cujo conteúdo era o aditamento daquela registrada pela PM (fls.

4-5), no qual ele apresentou os motivos pelos quais estaria de carona com aquelas pessoas quando flagrado pelos policiais militares. Ainda, tentou indevidamente imputar inércia e irregularidade por ocasião do preenchimento do BOP por parte dos policiais militares em não consignarem sua versão ora apresentada. Sucede que as interceptações telefônicas existentes àquela época em razão das investigações contra tal APC demonstram que, na verdade, ele estava mancomunado com o apenado e ainda se vangloriou pelo telefone depois que foi liberado. Com a inicial vieram os documentos de fls. 03-11.Às fls. 32-33 foi determinado o afastamento do agente de polícia Francisco e a notificação dos requeridos, fls. 45-47, 59-60 e 67.Em razão da prisão dos deMANDADO s, foi-lhes nomeada a Defensoria Pública para atuar como curadora especial (fls. 71).Aportaram aos autos as defesas preliminares dos deMANDADO s (fls. 75-76).A ação foi recebida às fls. 81-82.Adveio aos autos certidão de óbito do requerido Ueder Bottega, fls. 74.Citados (fls. 108) os deMANDADO s apresentaram contestação por negativa geral (fls. 83-84).À fls. 122-182 o Ministério Público acostou aos autos cópia da SENTENÇA condenatória dos autos n° 0001496-38.2011.8.22.0019, a fim de que a mesma, assim como os demais documentos acostados fossem utilizados como prova emprestada. O parquet impugnou as contestações às fls. 192-206, peça em que requereu o prosseguimento do feito, com a condenação do requerido Francisco Fabrício da Silva Santos nas sanções do art. 11, caput, e inciso I, da Lei n° 8.429/92 e artigo 12, inciso III, da mesma Lei.A defesa apresentou alegações remissivas à contestação de fls. 75-76.Fizeram-se os autos conclusos para análise.É o necessário relato.Tudo bem visto e ponderado, decido. Trata-se de Ação de Improbidade Administrativa movida pelo Ministério Público Estadual em face de Francisco Fabrício da Silva Santos e de Ueder BotegaInicialmente, insta salientar que a presente SENTENÇA analisará somente a conduta perpetrada pelo requerido Francisco Fabrício da Silva Santos, considerando que o requerido Ueder Botega, veio a óbito, conforme declaração de óbito de fls. 74.No mais, faz-se necessário consignar que não foram levantadas questões preliminares e que inexistem quaisquer questões detsa ordem que devam ser declaradas de ofícioSuperadas as preliminares, passa-se à análise do feito.O caderno em comento versa sobre matéria fática e jurídica que, para seu deslinde, prescinde de produção de provas em audiência, fato que, nos termos do artigo 330, I, do CPC, autoriza seu pronto julgamento. Sobre o tema:ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. ASSUNÇÃO DE DÍVIDA NOS DOIS ÚLTIMOS QUADRIMESTRES DO MANDATO. ART. 42 DA LC 101/2000. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO-CONFIGURADO. REEXAME DE PROVAS: SÚMULA 7/STJ. CONFIGURAÇÃO DO ELEMENTO SUBJETIVO. 1. Não ocorre cerceamento de defesa por julgamento antecipado da lide, quando o julgador ordinário considera suficiente a instrução do processo. 2. É inadmissível o recurso especial se a análise da pretensão da recorrente demanda o reexame de provas. 3. O posicionamento firmado pela Primeira Seção é que se exige dolo, ainda que genérico, nas imputações fundadas nos arts. 9º e 11 da Lei 8.429/1992 (enriquecimento ilícito e violação a princípio), e ao menos culpa, nas hipóteses do art. 10 da mesma norma (lesão ao erário). 4. Recurso especial parcialmente conhecido e não provido. (STJ - REsp: 1252341 SP 2011/0056486-5, Relator: Ministra ELIANA CALMON, Data de Julgamento: 05/09/2013, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 17/09/2013).Nesse passo, é imperiosa a pronta análise meritória conforme se passa a fazer.Conforme narrado na inicial, no dia 24/01/2011, o requerido Francisco Fabrício da Silva Santos omitiu-se indevidamente, em seu dever funcional de agente de polícia, para satisfazer interesse pessoal seu e do apenado do regime aberto Ueder Bottega, considerando que na referida data, o agente de polícia civil, acompanhado do requerido Ueder Bottega e outro vulgarmente conhecido como “Anderson da betel”, teriam se deslocado até a residência de outro investigado e integrante da quadrilha (Joadir Luiz de Lima, vulgo “Joa”). Ocorre que o apenado Ueder Bottega estava cumprindo pena em regime semiaberto, fato do pleno conhecimento do APC Francisco Fabrício da Silva Santos. Ademais, é de conhecimento público e notório, que os apenados do regime semiaberto passam o dia em liberdade, mas devem se recolher até as 18h dos dias de semana e aos finais de semana e feriados durante o dia e a noite, mas ao invés de estar recolhido, no dia 24/1/2011, o apenado Ueder Bottega estava transitando com o APC Francisco Fabrício da Silva Santos e Anderson da Betel, conforme ocorrência policial de fls. 17-18.Por fim, no dia 3/2/2011, na Delegacia de Polícia Civil desta comarca, abusando da função de agente de polícia civil, o requerido Francisco Fabrício da Silva Santos inseriu dados falsos no sistema informatizado da polícia civil (SISDEPOL), registrou a ocorrência policial n° 128/2011, fls. 19-20, aditando a ocorrência registrada pela PM, fls. 17-18, para justificar o fato de ter sido flagrado na companhia de um apenado em pleno descumprimento das regras do regime semiaberto.O requerido Francisco Fabrício da Silva Santos estava sendo investigado pela prática de vários crimes, tais como comércio ilegal de arma de fogo, formação de quadrilha, homicídio e etc, sendo que durante as investigações foi decretada a quebra do sigilo das interceptações telefônicas existentes em desfavor do APC Francisco Fabrício da Silva Santos, ocasião em que se constatou que o mesmo estava mancomunado com o apenado.Ademais, há nos caderno sob análise documentos que evidenciam os fatos narrados na exordial, mormente as declarações policiais Tenente Philipe Rodrigues de Menezes, fls. 79-80, prova emprestada dos autos n° 0001496-38.2011.8.22.0019, processo no qual o APC foi condenado a pena de 19 anos de reclusão, pela prática dos crimes descritos nos artigos 313-A e 319, ambos do CP, a qual já transitou em julgado em 01/08/2014.Nesse sentido, também há o Boletim de ocorrência que relata os fatos delituosos, conforme já mencionado acima, confirmando que os atos perpetrados pelo APC Francisco Fabrício da Silva Santos fere os princípios da administração pública.A atitude relatada denota desprezo pelos deveres de probidade e boa-fé inerentes à condição de servidor público e, por conseguinte, deve ser proporcionalmente sancionada.DIANTE O EXPOSTO, com fulcro no art. 487, I, do CPC, JULGO, por SENTENÇA com resolução do MÉRITO, PROCEDENTE a presente ação promovida pelo Ministério Público Estadual, para o fim de:a) EXTINGUIR o processo, nos termos do artigo 485, IX, do CPC, em relação ao requerido Ueder Botega, considerando que o mesmo veio a óbito.b) CONDENAR o requerido Francisco Fabrício da Silva Santos, pela prática de ato de improbidade previsto no art. 11 da Lei n.º 8.429/92.Confirmo a liminar que determinou o afastamento do agente de polícia Francisco Fabrício da Silva Santos.Atendendo ao princípio da razoabilidade e em vista da gravidade da conduta e as disposições do artigo 12, III, da Lei n.º 8.429/92, fixo como sanções ao requerido Francisco Fabrício da Silva Santos:a) pagamento de multa fixada no montante de 20 (vinte) vezes a remuneração percebida pelo deMANDADO Francisco Fabrício da Silva Santos ao tempo do fato;b) suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 03 (três) anos;c) proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.Condeno o requerido Francisco Fabrício da Silva Santos ao pagamento das custas processuais.Intimem-se as partes atentando-se às prerrogativas do MPE e observando que ambos os deMANDADO s são patrocinados pela DPE.Com o trânsito em julgado, cumpridas as determinações retro, arquive-se os autos com as devidas anotações de estilo.Publique-se. Registre-se. Intime-se.Machadinho do Oeste-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0001962-27.2014.8.22.0019
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Daniel Junior Lopes de Carvalho
Advogado:Pedro Riola dos Santos Júnior (AC 2195), Fernando Martins Gonçalves (RO 834)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos,Trata-se de ação ordinária proposta por Daniel Junior Lopes de Carvalho, devidamente representado por sua genitora Adriana Alves de Carvalho, em face do INSS Instituto Nacional do Seguro Social, em que pleiteia o benefício assistencial previsto na Lei 8.472/93. Narra em síntese ser portador de distúrbio de sono secundário a ansiedade/impulsividade, apresentando repercussões dos sintomas em nível de sistema nervoso central traduzidos por atividade paroxística no eletroencefalograma, motivo pelo qual, necessita de cuidados especiais. Juntou documentos às fls. 11-32.DECISÃO inaugural de fls. 33.A autarquia requerida foi devidamente citada (fls. 34-verso), apresentando resposta na modalidade contestação (fls. 35-40), aduzindo que a autora não preenche os requisitos exigidos por lei para obter o benefício pleiteado.Réplica às fls. 41-42.Saneado o feito às fls. 4446, oportunidade em que foi deferida a prova pericial e, o estudo socioeconômico da requerente e sua família.Relatório socioeconômico acostado às fls. 88-91 e Laudo Pericial às fls. 104-107.É o relatório. Decido.Trata-se de ação ordinária objetivando a concessão benefício assistencial ao portador de deficiência.Não há preliminares ou questões prejudiciais a serem analisadas e o feito comporta julgamento, na forma do inciso I do art. 355 do NCPC. O Juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo SENTENÇA com resolução de MÉRITO, quando: I não houver necessidade de produção de outras provas De acordo com o art. 203, V da Constituição Federal, a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivo, dentre outros, a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei Portanto, os requisitos para a concessão do benefício assistencial ao deficiente ou idoso são: prova da condição de deficiente ou idoso e prova da impossibilidade de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família.A fim de regulamentar esse benefício, a Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993 prevê as condições para percepção do benefício e em seu § 2º, esclareceu que: para efeito de concessão deste benefício, a pessoa portadora de deficiência é aquela incapacitada para a vida independente e para o trabalho Portanto, a prova da condição de deficiente é aferida por meio de perícia que comprove que o requerente se encontra incapacitado para os atos da vida independente e para o trabalho A prova da condição financeira precária é feita por meio de estudo socioeconômico, além de provas documentais e testemunhas que comprovem a impossibilidade da família de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência.Em perícia médica realizada pelos médicos Dr. Luiz Primo Laraya, CRM 2786 e Dr. Lauro D'arc Laraya Júnior, CRM 2785 foi constatado que: Trata-se de distúrbio de ansiedade social da infância associado ao distúrbio do sono e impulsividade descontrolada (hiperatividade). Faz uso de medicação depressiva do sistema nervoso central, o que causa déficit de aprendizado, distúrbio de comportamento e cognitivo e de concentração. Necessita de acompanhamento neurológico, psicológico, psiquiátrico com freqüência, no intuito de minimizar possíveis seqüelas, principalmente no desenvolvimento neuro-psicomotor. Ao exame clínico hiperativa, obesa, nitidamente sob efeito de medicação depressiva do SNC e com dificuldade de comunicação. É caso de incapacidade total e definitiva, inclusive para vida civil.No caso específico da requerente, restou comprovado que a mesma é totalmente incapaz, de forma permanente, sendo que não haverá recuperação no caso ora em análise.Desta forma, não há controvérsias sobre o quadro clínico da autora, restando certo que a mesma é portadora de sequela irreversível.Neste sentido, o Tribunal Regional da 1ª Região dispõe:PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. INTERESSE DE INCAPAZ. FALTA DE INTIMAÇÃO DO PARQUET DA SENTENÇA. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. NULIDADE INEXISTENTE. (...). INCAPACIDADE DEMONSTRADA. (...) 2. Tendo sido demonstrado, através de laudo pericial, que o autor é portador de retardo mental grave, constatado através de exame neurológico, faz ele jus ao restabelecimento do benefício de amparo social, que fora cancelado por motivo de ausência de incapacidade para o trabalho. 3. Se as condições que deram origem ao benefício de prestação continuada persistiam à época do laudo médico-pericial elaborado por perito do INSS, que concluiu que o autor estava apto para o trabalho, as parcelas em atraso são devidas desde a data do cancelamento do benefício. Na espécie, deve ser mantida a SENTENÇA, que determinou o pagamento das parcelas devidas somente a partir do ajuizamento da ação, ante a ausência de recurso da parte interessada. 4. Apelação a que se nega provimento. (AC 0005011-10.1999.4.01.4000 / PI, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO, Rel.Conv. JUIZ FEDERAL EVALDO DE OLIVEIRA FERNANDES FILHO (CONV.), PRIMEIRA TURMA, e-DJF1 p.35 de 16/09/2008) (o original não ostenta os grifos). Ademais, o estudo socioeconômico realizado na residência do autor, junto a sua família, constatou que a família é composta por 03 (três) pessoas, residem em casa própria, de madeira, medindo 6x6m, com telha de amianto, piso em cerâmica, sem forração, sendo cinco cômodos (...). Possuem móveis básicos, em bom estado de conservação e higiene, atendendo as necessidades da família (...). A renda da família não é fixa, variando o valor de R$ 800,00 (oitocentos reais) a R$ 900,00 (novecentos reais), provenientes unicamente do trabalho do senhor Daniel, genitor do requerente, que é pedreiro e faz diárias. A senhora Adriana cuida da casa e do filho e se encontra grávida.Logo, apesar de não mais ser aplicado o critério previsto no §3º, art. 20 da LOAS, já que declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, hoje a renda per capita da família equivale a 28,45% do salário mínimo vigente.Com efeito, houve a comprovação por parte do requerente de sua deficiência, ou seja, da incapacidade de exercer qualquer atividade, bem como a sua situação de miserabilidade e de sua família.Dessa forma, atendendo à real FINALIDADE do instituto do amparo social, descrita inclusive no art. 203, V, da Constituição da República, no sentido de garantir uma renda mínima ao portador de deficiência e estando satisfeitos os requisitos autorizadores da concessão do benefício assistencial ao deficiente, de forma que outra não pode ser a DECISÃO senão a procedência da pretensão, devendo o benefício retroagir à data do requerimento administrativo, ou seja, 28.04.2014 (fls. 13).Por derradeiro, entendo que os requisitos para a medida de urgência, nesta fase processual, se revelam presentes, razão pela qual, com fulcro no artigo 493 e art. 496-I, ambos do NCPC, CONCEDO A ANTECIPAÇÃO DA TUTELA, e, determino a imediata implementação do benefício em favor da parte autora, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimação dessa DECISÃO.Diante do exposto, com fulcro no art. 487, I, do CPC, JULGO, por SENTENÇA com resolução do MÉRITO, PROCEDENTE os pedidos iniciais e CONDENO o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a implementar o benefício assistencial ao deficiente, em favor de Daniel Junior Lopes de Carvalho, devidamente representado por sua genitora Adriana Alves de Carvalho, no valor de 01 (um) salário mínimo, condenando o INSS a pagar os benefícios atrasados desde a data em que o requerimento administrativo foi indeferido, ou seja, desde de 28.04.2014 (fls. 13), acrescido de juros e correção monetária na forma do Manual de Cálculos da Justiça Federal aplicável aos benefícios previdenciários. Condeno ainda o requerido, ao pagamento de honorários advocatícios que fixo em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. Não obstante o teor da Súmula n. 178 do STJ, isento o INSS do pagamento das custas e demais despesas processuais, haja vista o disposto no art. 3º da Lei Estadual n. 301/90.Apesar de ilíquida a SENTENÇA, tendo em vista o período de cálculo do crédito retroativo e considerando o valor mínimo do benefício previdenciário concedido, dispensa o reexame necessário com fulcro no art. 496, § 3º, I do CPC, pois evidente que a condenação em 1º grau não ultrapassa o equivalente a 1000 (mil) salários mínimos. Além disso, o valor atribuído à causa, e que pode ser levado em conta para alçada recursal, não foi impugnado pela

autarquia requerida, o que reforça a dispensa do recurso de ofício. Transitada em julgado e nada sendo requerido, arquivem-se os autos.Publique-se. Registre-se. Intimem-se as partes.Machadinho do Oeste-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0002194-39.2014.8.22.0019
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Nivalda Pereira dos Santos
Advogado:Pedro Riola dos Santos Júnior (AC 2195), Fernando Martins Gonçalves (RO 834)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos,Trata-se de ação ordinária proposta por Nivalda Pereira dos Santos em face do INSS Instituto Nacional do Seguro Social, em que pleiteia o benefício assistencial previsto na Lei 8.472/93. Narra em síntese que sua saúde esta debilitada, motivo pelo qual não tem condições de exercer atividade laborativa para garantir sua subsistência, bem como sua família não tem condições econômicas de prover seu sustento (fls. 03-09). Juntou documentos às fls. 10-28. DECISÃO inaugural de fls. 30.A autarquia requerida foi devidamente citada (fls. 30-verso), apresentando resposta na modalidade contestação (fls. 31-38), aduzindo que a autora não preenche os requisitos exigidos por lei para obter o benefício pleiteado.Réplica às fls. 43-44.Saneado o feito às fls. 46-47, oportunidade em que foi deferida a prova pericial e, o estudo socioeconômico da requerente e sua família.Relatório socioeconômico às fls. 53-55. Laudo pericial acostado às fls. 71-74.É o relatório. Tudo bem visto e ponderado, decido.Trata-se de ação ordinária objetivando a concessão benefício assistencial ao portador de deficiência.Não há preliminares ou questões prejudiciais a serem analisadas e o feito comporta julgamento, na forma do inciso I do art. 355 do NCPC. O Juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo SENTENÇA com resolução de MÉRITO, quando: I não houver necessidade de produção de outras provas De acordo com o art. 203, V da Constituição Federal, a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivo, dentre outros, a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei Portanto, os requisitos para a concessão do benefício assistencial ao deficiente ou idoso são: prova da condição de deficiente ou idoso e prova da impossibilidade de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família.A fim de regulamentar esse benefício, a Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993 prevê as condições para percepção do benefício e em seu § 2º, esclareceu que: para efeito de concessão deste benefício, a pessoa portadora de deficiência é aquela incapacitada para a vida independente e para o trabalho Portanto, a prova da condição de deficiente é aferida por meio de perícia que comprove que o requerente se encontra incapacitado para os atos da vida independente e para o trabalho A prova da condição financeira precária é feita por meio de estudo socioeconômico, além de provas documentais e testemunhas que comprovem a impossibilidade da família de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência. Em perícia médica realizada pelos médicos Dr. Luiz Primo Laraya, CRM 2786 e Dr. Lauro D'arc Laraya Júnior, CRM 2785 foi constatado que: Trata-se de espôndilo discopatia degenerativa da coluna lombar, com hérnia de disco em L5-S1+hipertensão arterial sistêmica + diabetes. Ao exame clínico, diminuição dos movimentos habituais da coluna lombar com aumento do tônus muscular paravertebral, Lasegue positivo e lombociatalgia, ambos à direita. O caso é de associação de patologias que lhe dão prognóstico ruim. Não possui mais capacidade para o trabalho e o possível tratamento cirúrgico poderá melhorar sua qualidade de vida, mas, não lhe permitirá retornar a atividade laboral. Assim, é total e definitivamente incapaz. Não necessita do auxílio de terceiros e não é incapaz para a vida civil independentemente (fls. 71-74).No caso específico da requerente, restou comprovado que a mesma é portadora de doença grave, sendo totalmente incapaz, permanentemente, não podendo exercer nenhuma atividade laborativa.Desta forma, não há controvérsias sobre o quadro clínico da autora, restando certo que a mesma é portadora de natureza grave. Neste sentido, o Tribunal Regional da 1ª Região dispõe que:PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. INTERESSE DE INCAPAZ. FALTA DE INTIMAÇÃO DO PARQUET DA SENTENÇA. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. NULIDADE INEXISTENTE. RESTABELECIMENTO DE BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. INCAPACIDADE DEMONSTRADA. (...) 2. Tendo sido demonstrado, através de laudo pericial, que o autor é portador de retardo mental grave, constatado através de exame neurológico, faz ele jus ao restabelecimento do benefício de amparo social, que fora cancelado por motivo de ausência de incapacidade para o trabalho. 3. Se as condições que deram origem ao benefício de prestação continuada persistiam à época do laudo médico-pericial elaborado por perito do INSS, que concluiu que o autor estava apto para o trabalho, as parcelas em atraso são devidas desde a data do cancelamento do benefício. Na espécie, deve ser mantida a SENTENÇA, que determinou o pagamento das parcelas devidas somente a partir do ajuizamento da ação, ante a ausência de recurso da parte interessada. 4. Apelação a que se nega provimento. (AC 0005011-10.1999.4.01.4000 / PI, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO, Rel. Conv. JUIZ FEDERAL EVALDO DE OLIVEIRA FERNANDES FILHO (CONV.), PRIMEIRA TURMA, e-DJF1 p.35 de 16/09/2008) (o original não ostenta os grifos).Ademais, o estudo socioeconômico realizado na residência da autora, constatou que a mesma reside com sua filha, em casa própria, de alvenaria, medindo 7x7m, com telha de barro e uma parte em telha de amianto sem reboco e pintura n parte interior e exterior da casa, piso em cerâmica, sem forro em nenhum dos seis cômodos sendo: (01) uma sala, 01 (uma) cozinha, 01 (um) banheiro e 03 (três) quartos. A casa esta inacabada, pois, segundo a requerente morava em casa de madeira em situação precária no mesmo endereço. Conseguiu fazer a construção da nova casa com a venda da metade do terreno onde residem que media 15x30m. Restando para si a metragem de 7,5x30m. Há energia elétrica e vivem em condições boas de habitabilidade e de higiene. A renda familiar fixa perfaz um valor de R$ 320,00 (trezentos e vinte reais), provenientes do benefício de bolsa família nº 16551516980, no valor de R$ 120,00 (cento e vinte reais), e do trabalho de sua filha, como babá, no valor de R$ 200,00 (duzentos reais), sendo que a requerente não aufere renda mensal. Outrossim, a requerente esta fazendo uso de medicamentos, sendo que alguns recebe pela rede pública de saúde e outros a requerente precisa comprar. Além da despesa com medicamentos, há gastos com água e luz, totalizando R$ 140,00 (cento e quarenta reais), o restante das despesas são com alimentação e produtos de higiene. Em suas considerações, a assistente social narrou que: A requerente sobrevive com limitações para assegurar uma vida com dignidade, pois, sente muitas dores na coluna e problema de diabetes, tendo dificuldades em praticar os atos básicos diários. Considerando as informações obtidas no Estudo Socioeconômico realizado foi verificado que a família provê os meios para sua subsistência com dificuldade (...) Logo, apesar de não mais ser aplicado o critério previsto no §3º, art. 20 da LOAS, já que declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, hoje a renda per capita da família equivale a 17,7% do salário mínimo vigente, o que demonstra a situação do grupo familiar. Com efeito, houve a comprovação por parte do requerente de sua deficiência, ou seja, da incapacidade de exercer qualquer atividade, bem como a sua situação de miserabilidade e de sua família.Dessa forma, atendendo à real FINALIDADE do instituto do amparo social, descrita inclusive no art. 203, V, da Constituição da República, no sentido de garantir uma renda mínima ao portador de deficiência e estando satisfeitos os requisitos autorizadores da concessão do benefício assistencial ao deficiente, de forma que outra não pode ser a DECISÃO senão a procedência da pretensão, devendo o benefício retroagir à data do requerimento administrativo, ou seja, 17.06.2017 (fls. 25).Por derradeiro, entendo que os requisitos para a medida de urgência, nesta fase processual, se revelam presentes, razão pela qual, com fulcro no artigo 493 e art. 496-I, ambos do NCPC, CONCEDO A ANTECIPAÇÃO DA TUTELA, e, determino a imediata implementação do benefício em favor da parte autora, no prazo de 30 (trinta) dias,

contados da intimação dessa DECISÃO.Diante do exposto, com fulcro no art. 487, I, do CPC, JULGO, por SENTENÇA com resolução do MÉRITO, PROCEDENTES os pedidos iniciais e CONDENO o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a implementar o benefício assistencial ao deficiente, em favor de Nivalda Pereira dos Santos, no valor de 01 (um) salário mínimo, condenando o INSS a pagar os benefícios atrasados desde a data em que o requerimento administrativo foi indeferido (17.06.2014-fls. 25), acrescido de juros e correção monetária na forma do Manual de Cálculos da Justiça Federal aplicável aos benefícios previdenciários. Condeno ainda o requerido, ao pagamento de honorários advocatícios que fixo em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.Não obstante o teor da Súmula n. 178 do STJ, isento o INSS do pagamento das custas e demais despesas processuais, haja vista o disposto no art. 3º da Lei Estadual n. 301/90. Apesar de ilíquida a SENTENÇA, tendo em vista o período de cálculo do crédito retroativo e considerando o valor mínimo do benefício previdenciário concedido, dispensa o reexame necessário com fulcro no art. 496, § 3º, I do CPC, pois evidente que a condenação em 1º grau não ultrapassa o equivalente a 1000 (mil) salários mínimos. Além disso, o valor atribuído à causa, e que pode ser levado em conta para alçada recursal, não foi impugnado pela autarquia requerida, o que reforça a dispensa do recurso de ofício.Expeça-se o necessário. Transitada em julgado e nada sendo requerido, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Machadinho do Oeste-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0028319-20.2009.8.22.0019
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Executado:Antônio Marcos Moura
DECISÃO:
DECISÃO Vistos,Realizei pesquisa nos sistemas INFOJUD e RENAJUD, mas as respostas foram negativas, conforme espelho em anexo.Saliento que todas essas pesquisas já foram feitas mais de uma vez no presente feito, sem qualquer resultado útil.Assim, diante da impossibilidade de satisfação do crédito, considerando que o feito tramita desde 2009, determino o arquivamento provisório da presente execução fiscal.Intime-se.Machadinho do Oeste-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0001432-23.2014.8.22.0019
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Bernadete de Souza Galvão
Advogado:Pedro Riola dos Santos Júnior (AC 2195), Fernando Martins Gonçalves (RO 834)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
DECISÃO:
DECISÃO Vistos,Considerando que à parte autora já retirou seu alvará judicial (fls. 130), arquivem-se os autos, conforme determinado na SENTENÇA exarada às fls. 100-101.Expeça-se o necessário.Machadinho do Oeste-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0039090-91.2008.8.22.0019
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Joseval Alves Ribeiro
Advogado:Pedro Riola dos Santos Júnior (RO 2640)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos,Diante da concordância da parte requerente (fls. 111), com os valores apresentados pela parte requerida, homologo os cálculos de fls. 106-108 para que produza seus jurídicos e legais efeitos.Expeça-se RPV.Comprovado o pagamento, expeça-se alvará para levantamento, intimando-se à parte autora e seu advogado para retirá-los, em cartório, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de transferência do valor para Conta Judicial Centralizadora nº 01529904-5 de titularidade do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Operação 040, Agência 2848, Caixa Econômica Federal. Intime-se o advogado da parte autora para, igualmente no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que mais entender de direito.Por fim, conclusos para deliberação.Machadinho do Oeste-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0000433-36.2015.8.22.0019
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda
Advogado:Thiago de Siqueira Batista Macedo (RO 6842)
Requerido:Joverci Porfiria Marques Turtuliano
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos,Trata-se de Ação de Busca e Apreensão ajuizada pela Administradora de Consórcio Nacional Honda LTDA em face de Joverci Porfiria Marques Turtuliano (fls. 03-05). Juntou documentos às fls. 06-33.DECISÃO inaugural às fls. 35-36, oportunidade em que foi deferida a liminar pleiteada.Suspenso o processo, a pedido da parte autora pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, conforme fls. 57.Entretanto, conforme certidão de fls. 57-verso, a autora deixou transcorrer in albis o prazo para manifestar-se, sendo intimada novamente para promover o andamento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, conforme fls. 58, deixando novamente transcorrer seu prazo sem apresentar manifestação.Diante do exposto, considerando o que dos autos consta, JULGO extinto o processo sem resolução do MÉRITO, conforme determina o art. 485, III do NCPC, uma vez que apesar de intimada para se manifestar, a autora abandonou a causa deixando de promover atos e diligências que lhe competiam. Custas na forma da lei.Após, arquive-se os autos, procedendo-se as baixas e anotações de estilo.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Machadinho do Oeste-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0001053-48.2015.8.22.0019
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:K. R. P. L.
Advogado:Defensoria Pública do Estado de Rondônia (000 202020)
Requerido:R. O. da S.
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos,Trata-se de Ação de Alimentos Gravídicos c.c Pedido Liminar ajuizada por Keury Rayane Parente Lopes, devidamente representado por sua genitora Raimunda Parente Lopes, em face de Remes Oliveira da Silva (fls. 03-06). Juntou documentos às fls. 07-16.DECISÃO inaugural acostada às fls. 18-19, oportunidade em que foi designada audiência de conciliação entre as partes, entretanto, a tentativa de acordo restou infrutífera (fls. 20).Manifestação do Ministério acostada às fls. 40, ocasião em que se manifestou pela intimação pessoal da autora, a fim de fornecer o endereço do requerido, visando dar prosseguimento ao feito.Encaminhado os autos a Defensoria Pública (fls. 40-verso), a mesma quedou-se inerte. Logo após, a requerente foi devidamente intimada via AR, entretanto, não se manifestou (fls. 41-verso). Diante do exposto, considerando o que dos autos consta, JULGO extinto o processo sem resolução do MÉRITO, conforme determina o art. 485, III do NCPC, uma vez que apesar de intimada para se manifestar, a autora abandonou a causa deixando de promover atos e diligências que lhe competiam.Expeça-se o necessário. Custas na forma da lei.Após, arquive-se os autos, procedendo-se as baixas e anotações de estilo.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Machadinho do Oeste-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0001391-22.2015.8.22.0019
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:D. L. do P. J.
Advogado:Defensoria Pública do Estado de Rondônia (000 202020)
Executado:D. L. do P.
Advogado:Elias Estevam Pereira Filho (OAB/RO 2726)

SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos,Trata-se de Ação de Execução de Alimentos ajuizada por Dílson Lopes do Prado Junior, devidamente representado por sua genitora Maria de Fátima Oliveira, em face de Dílson Lopes do Prado (fls. 03-05). Juntou documentos às fls. 06-19.DECISÃO inaugural acostada às fls. 21-22. À parte autora, através de sua defesa, peticionou aos autos requerendo a extinção do feito, ante o pagamento integral da dívida, conforme fls. 101. Instado a se manifestar, o Ministério Público se manifestou pelo deferimento do pedido (fls. 102).Desse modo, verifico que o montante objeto da ação encontra-se devidamente pago, razão pela qual, a extinção do feito pelo total adimplemento da obrigação é medida que se impõe.Diante do exposto, JULGO extinta a execução, considerando a satisfação do crédito por meio do pagamento noticiado nos autos, com fulcro no artigo 924, II do CPC, conforme requerido pela exequente.Expeça-se o necessário. Custas na forma da lei.Após, arquive-se os autos, procedendo-se as baixas e anotações de estilo.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Machadinho do Oeste-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0001219-80.2015.8.22.0019
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Geziane Ferreira da Silva
Advogado:Defensoria Pública do Estado de Rondônia (000 202020)
Requerido:Município de Machadinho do Oeste - RO
Advogado:Procurador Municipal (NBO 020)
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos,Trata-se de Ação Monitória c.c pedido de Tutela Antecipada ajuizada por Geziane Ferreira da Silva em face do Município de Machadinho D´Oeste/RO (fls. 03-11). Juntou documentos às fls. 12-18.DECISÃO inaugural às fls. 20-21.Manifestação da parte autora acostada às fls. 22.Suspenso o processo pelo período de 30 (trinta) dias, conforme fls. 33. Logo após, foi requerido pela Defensoria Pública a intimação pessoal da parte autora, a fim de promover o andamento do feito. Consta nos autos que não foi possível a intimação pessoal da autora, tendo em vista que a mesma não foi localizada no endereço informado nos autos, conforme certidão de lavra do Oficial de Justiça acostada às fls. 39.Instada a se manifestar, a Defensoria Pública requer a extinção do feito, ante o abandono da causa pelo autor.Diante do exposto, considerando o que dos autos consta, JULGO extinto o processo sem resolução do MÉRITO, conforme determina o art. 485, III do NCPC, uma vez que apesar de intimada para se manifestar, a autora abandonou a causa deixando de promover atos e diligências que lhe competiam.Custas na forma da lei.Após, arquive-se os autos, procedendo-se as baixas e anotações de estilo.Expeça-se o necessário.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Machadinho do Oeste-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Hedy Carlos Soares Juiz de Direito
Rosângela Maria de Oliveira Costa

Diretora de Cartório

## COMARCA DE NOVA BRASILÂNDIA D´OESTE

## 1º JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

Proc.: 0002040-23.2011.8.22.0020
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública )
Requerente:Osmar Miranda Sarmento
Advogado:Edson Vieira dos Santos (OAB/RO 4373)
Requerido:Idaron - Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Est. de Rond.

DESPACHO:
Tendo em vista a informação de que houve o pagamento dúplice do crédito (fl. 178), sendo pago por meio de RPV (fl.s 168 - 176/177) e sequéstro (fls. 173/174), determino seja o exequente intimado para que efetue a devolução do valor recebido em excesso, no prazo de 15 dias, sob pena de serem adotadas as mediads cabíveis, inclusive apurtação de eventual crime de apropriação indébita. Deverá a parte juntar nos autos a comprovação do depósito judicial realizado.Após, com a juntada, intimem-se o executado para que informe dados bancárias, a fim de que seja efetuado a devolução aos cofres públicos. Intimem-se. Expeça-se o necessário.Nova Brasilândia-RO, quarta-feira, 12 de abril de 2017.Denise Pipino Figueiredo Juíza de Direito

Proc.: 0001768-92.2012.8.22.0020
Ação:Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Faz.Pública )
Requerente:Keila da Silva dos Anjos Rocha
Advogado:Salvador Luiz Paloni (OAB/RO 299-A), Marta Martins Ferraz Paloni (OAB/RO 1602)
Requerido:Município de Novo Horizonte do Oeste - RO
Advogado:Sidnei Furtado Mendonça (OAB/RO 4880)
SENTENÇA:
1- Satisfeita a obrigação, extingo o processo nos termos do art. 924, inc. II, do Código de Processo Civil. Oportunamente, arquivem-se. Nova Brasilândia-RO, quarta-feira, 12 de abril de 2017.Denise Pipino Figueiredo Juíza de Direito

Proc.: 0002003-88.2014.8.22.0020
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública )
Requerente:Vagner Alves Lima
Advogado:Edson Vieira dos Santos (OAB/RO 4373)
Requerido:Município de Nova Brasilândia do Oeste - RO
Advogado:Bruno Leonardo Moreira e Vieira Pinto (OAB/RO 3585)
SENTENÇA:
1- Satisfeita a obrigação, extingo o processo nos termos do art. 924, inc. II, do Código de Processo Civil. Oportunamente, arquivem-se. Nova Brasilândia-RO, quarta-feira, 12 de abril de 2017.Denise Pipino Figueiredo Juíza de Direito

Proc.: 0000135-12.2013.8.22.0020
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública )
Requerente:Ricardo de Souza Neris
Advogado:Ronan Almeida de Araújo (OAB/RO 2523)
Requerido:Município de Nova Brasilândia do Oeste - RO, José Pereira Gomes
Advogado:Procurador Municipal (NBO 020)
SENTENÇA:
1- Satisfeita a obrigação, extingo o processo nos termos do art. 924, inc. II, do Código de Processo Civil. Oportunamente, arquivem-se. Nova Brasilândia-RO, quarta-feira, 12 de abril de 2017.Denise Pipino Figueiredo Juíza de Direito
Jane de Oliveira Santana Vieira

Diretora de Cartório

## 1ª VARA CRIMINAL

Proc.: 1000204-85.2017.8.22.0020
Ação:Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
Requerente:Delegacia de Polícia Civil de Nova Brasilândia do Oeste-ro, Jacqueline dos Santos Jacob
Advogado:Delegado de Polícia ( ), Não Informado (RO 000)
Requerido:Ederson Kauffmann Camargo, nascido aos 21/08/1983, filho de Marcia Kauffman Camargo e de Elizeu Camargo, Atualmente em local incerto e não sabido

Edital de intimação - Prazo 15 dias
FINALIDADE: Intimar o agressor supracitado da DECISÃO que concedeu medidas protetivas em favor da requerente Jaqueline dos Santos Jacob, bem como de que a referida medida tem validade de 06 meses a contar da data da intimação do agressor, podendo ser prorrogada a pedido da ofendida. SENTENÇA: (...) legítimo o requerimento para que se abstenha o agressor de se aproximar da vítima a menos de 500 metros e de lhe manter contato algum até o comando em sentido contrário.
Cecília de Carvalho Cardoso Fraga

Diretora do Cartório Criminal

## JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

1º Cartório Cível (Juizado Infância e Juventude)
Juizado da Infância e Juventude da Comarca de Nova Brasilândia do Oeste-RO
Email: nbo1civel@tjro.jus.br
Juiz Titular:

Proc.: 0001076-30.2011.8.22.0020
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Autor:Comissariado de Menores
Infrator:Marcos Amantino da Lapa
SENTENÇA:
DESPACHO Ante o requerimento de fl. 187-v, revogo o parágrafo segundo do DESPACHO de fl. 186.Por conseguinte, à vista da Cota Ministerial de fl.188-v, declaro extinto o processo com lastro no art. 924, inciso II, do Novo Código de Processo Civil.Por fim, determino sejam os valores bloqueados às fls. 114/115, transferidos para a conta indicada pelo causídico em fl. 187-v (procuração anexa à fl. 87).Após, arquive-se. Int. Nova Brasilândia-RO, segunda-feira, 17 de abril de 2017.Denise Pipino Figueiredo Juíza de Direito
Jane de Oliveira Santana Vieira

Diretora de Cartório

## 1ª VARA CÍVEL

Proc.: 0001086-06.2013.8.22.0020
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Almir Rogério Luiz
Advogado:Gabriel Feltz (OAB/RO 5656)
Requerido:Izeloti Shimidt Boriezeska, Mapfre Seguros Gerais S.a
Advogado:Sérgio Martins (OAB/RO 3215), David Sombra Peixoto (OAB/CE 16.477)
Ofício - Partes:
Ficam as partes, por via de seus Advogado(a)s, no prazo de 05 dias, intimadas do Oficio fl(s) 153/155.

Proc.: 0000821-67.2014.8.22.0020
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Aelton Vieira dos Santos, Shirley Sabino dos Santos, Gabriel Sabino dos Santos
Advogado:Edson Vieira dos Santos (OAB/RO 4373)
Requerido:Inss - Instituto Nacional do Seguro Social
Advogado:Procurador do Inss (NBO 020)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl 96-v: “Certifico e dou fé que transitou em julgado a SENTENÇA de fls. 89/96 em 12/04/2017”.

Proc.: 0001607-77.2015.8.22.0020
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Gilmar Silvano de Souza
Advogado:Alice Sirlei Minosso (OAB/RO 1719)
Requerido:Inss - Instituto Nacional do Seguro Social
Advogado:Procurador do Inss (NBO 020)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl 110-v: “Certifico e dou fé que transitou em julgado a SENTENÇA de fls. 101/107 em 12/04/2017”.

Proc.: 0001331-46.2015.8.22.0020
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Djalma Alves de Oliveira
Advogado:Andréia F. B. de Mello Marques (OAB/PR 30.373), Juraci Marques Júnior (OAB/RO 2056)
Requerido:Inss - Instituto Nacional do Seguro Social
Advogado:Procurador do Inss (NBO 020)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl 44-v: “Certifico que decorreu em 09/04/2017 a suspensão dos autos”.

Proc.: 0001204-45.2014.8.22.0020
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:L. F. P. M.
Advogado:Edson Vieira dos Santos (OAB/RO 4373)
Requerido:I. -. I. N. do S. S.
Advogado:Procurador do Inss (NBO 020)
Retorno do TRF 1 º Região:
Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do TRF 1º Região.

Proc.: 0001640-67.2015.8.22.0020
Ação:Divórcio Consensual
Requerente:G. F. D. J. F. de L. P.
Advogado:Adriana Bezerra dos Santos (OABRO 5822)
Documento - Retirar:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar o formal de partilha expedido de fls. 25/27.

Proc.: 0001871-70.2010.8.22.0020
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Rosely Aparecida Martins do Carmo
Advogado:Adi Baldo (RO 112.A), Silvana Gomes de Andrade (RO 2809), Sérgio Martins (OAB/RO 3215)
Requerido:Inss - Instituto Nacional do Seguro Social
Advogado:Procurador do Inss (NBO 020)
Retorno do TRF 1 º Região:
Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do TRF 1º Região.

Proc.: 0001658-30.2011.8.22.0020
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Valdemar Soares da Silva
Advogado:Rejane Maria de Melo Godinho (OAB/RO 1042)
Requerido:Inss - Instituto Nacional do Seguro Social
Advogado:Procurador do Inss (NBO 020)
Retorno do TRF 1 º Região:
Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do TRF 1º Região.

Proc.: 0000504-35.2015.8.22.0020
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Valdecir Pereira da Silva
Advogado:Rejane Maria de Melo Godinho (OAB/RO 1042), Edmar Felix Melo Godinho ( 3351), Dilma de Melo Godinho (OAB/RO 6059)

Requerido:Inss - Instituto Nacional do Seguro Social
Advogado:Procurador do Inss (NBO 020)
Retorno do TRF 1 º Região:
Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do TRF 1º Região.

Proc.: 0001909-43.2014.8.22.0020
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Silvany Dalla Picola Ferreira
Advogado:Edson Vieira dos Santos (OAB/RO 4373)
Requerido:Inss - Instituto Nacional do Seguro Social
Advogado:Procurador do Inss (NBO 020)
Retorno do TRF 1 º Região:
Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do TRF 1º Região.

Proc.: 0001758-77.2014.8.22.0020
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Reginaldo Rodrigues da Silva
Advogado:Andréia F. B. de Mello Marques (OAB/PR 30.373), Juraci Marques Júnior (OAB/RO 2056)
Requerido:Inss - Instituto Nacional do Seguro Social
Advogado:Procurador do Inss (NBO 020)
Retorno do TRF 1 º Região:
Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do TRF 1º Região.

Proc.: 0000535-55.2015.8.22.0020
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Diego Rafael Barboza Pimentel
Advogado:Ronan Almeida de Araújo (OAB/RO 2523)
Requerido:Inss - Instituto Nacional do Seguro Social
Advogado:Procurador do Inss (NBO 020)
Retorno do TRF 1 º Região:
Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do TRF 1º Região.

Proc.: 0001222-03.2013.8.22.0020
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Aucilene Lúcia Ferreira Soares
Advogado:Edson Vieira dos Santos (OAB/RO 4373)
Requerido:Inss - Instituto Nacional do Seguro Social
Advogado:Procurador do Inss (NBO 020)
Retorno do TRF 1 º Região:
Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do TRF 1º Região.

Proc.: 0001519-39.2015.8.22.0020
Ação:Ação Civil de Improbidade Administrativa
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (NBO 020)
Réu:Eva Ferreira Dias Oliveira
Advogado:Gabriel Feltz (OAB/RO 5656)
Alegações finais:
Fica a parte ré, por via de seu Advogado, intimado a manifestar-se da alegações finais apresentada pelo Estado de Rondônia às fls. 261/262.

Proc.: 0000897-28.2013.8.22.0020
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:D. W. R. da S. A. T. R. da S.
Advogado:Lilian Santiago Teixeira Nascimento (OAB/SP 229.900)
Requerido:E. C. da S.
Advogado:Taíssa da Silva Sousa (OAB/RO 5795)
Ofício - Partes:
Ficam as partes, por via de seus Advogado(a)s, no prazo de 05 dias, intimadas da DECISÃO do agravo de intrumento (processo 0801618-36.2015.8.22.0000) as fls. 223/225.

Proc.: 0002000-36.2014.8.22.0020
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Flozina Linhares Grinivald
Advogado:Alice Sirlei Minosso (OAB/RO 1719)
Requerido:Banco Bonsucesso S.a.
Advogado:Wilson Sales Belchior (OAB/CE 17.314)
Custas Judiciais - requerida:
Fica a parte requerida intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 494,75 (quatrocentos e noventa e quatro reais e setenta e cinco centavos), sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0016560-56.2009.8.22.0020
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Deversinio Barbosa dos Santos
Advogado:Alice Sirlei Minosso (OAB/RO 1719), Ligia Veronica Marmitt Guedes (OAB/RO 4195)
Requerido:Eletrobrás Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron
Advogado:Pedro Origa (OAB/RO 2A), Fábio Antônio Moreira (OAB/RO 1553); Ana Caroline Romano Catelo Branco (OAB 5991); Norazi Braz de Mendonça (OAB/RO 2814).
DESPACHO:
DESPACHO 1- Converto os valores indisponíveis via Bacen Jud em penhora.2- Intime-se o executado para, querendo, apresentar impugnação no prazo de 15 (quize) dias, contados da intimação.3- Havendo impugnação, dê ciência ao exequente que terá o prazo de 05 (cinco) dias para se manifestar e, após, tornem os autos conclusos para DECISÃO. Não havendo impugnação, se requerido, expeça-se alvará judicial para levantamento dos valores penhorados.4- Após, não havendo pendências, tornem os autos conclusos para extinção.SERVE A PRESENTE DE INTIMAÇÃO. Cumpra-se.Nova Brasilândia-RO, segunda-feira, 10 de abril de 2017.Denise Pipino Figueiredo Juíza de Direito

Proc.: 0021065-27.2008.8.22.0020
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:L. de O. K.
Advogado:Edson Vieira dos Santos (OAB/RO 4373)
Executado:A. K.
Advogado:Amanda Leporacci Volpato (RO 1523), Andréia Leporacci Soares Figueiredo ( )
DESPACHO:
DESPACHO Defiro o desarquivamento dos autos conforme requerido.Abra-se vistas dos autos, no prazo de 10 (dez) dias para requerer o que entender de direito.Decorrido o prazo, retornem os autos ao arquivo.I.Nova Brasilândia-RO, segunda-feira, 10 de abril de 2017.Denise Pipino Figueiredo Juíza de Direito

Proc.: 0001140-35.2014.8.22.0020
Ação:Execução Contra a Fazenda Pública
Requerente:Aristides Gonçalves Júnior
Advogado:Aristides Gonçalves Júnior (OAB/RO 4303)
Requerido:Governo do Estado de Rondônia
Advogado:Procurador do Estado (NBO 020)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl 48-v: “Certifico e dou fé que transitou em julgado a SENTENÇA dos embargos às fls. 38/43 no dia 02/02/2016”.

Proc.: 0001142-05.2014.8.22.0020
Ação:Execução Contra a Fazenda Pública
Requerente:Aristides Gonçalves Júnior
Advogado:Aristides Gonçalves Júnior (OAB/RO 4303)
Requerido:Governo do Estado de Rondônia
Advogado:Procurador do Estado (NBO 020)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl 48-v: “Certifico que os embargos à Execução n. 7000721-56.2015 está aguardando julgamento do recurso conforme DESPACHO anexo (fl. 49)”.

Proc.: 0001134-28.2014.8.22.0020
Ação:Execução Contra a Fazenda Pública
Requerente:Aristides Gonçalves Júnior
Advogado:Aristides Gonçalves Júnior (OAB/RO 4303)
Requerido:Governo do Estado de Rondônia
Advogado:Procurador do Estado (NBO 020)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl 46-v: "Certifico e dou fé que transitou em julgado a SENTENÇA dos embargos às fls. 36/41 no dia 02/02/2016".

Proc.: 0001919-58.2012.8.22.0020
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:G. P.
Advogado:Defensoria Pública (NBO 020)
Requerido:M. G.
Advogado:Sabino Jose Cardoso (OAB/RO 1905)
Custas Judiciais - requerido:
Fica a parte requerida intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 25,17 (vinte e cinco reais e dezessete centavos) conforme cálculo judicial fls. 104/105, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0000264-46.2015.8.22.0020
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Nivaldo Serafim de Melo
Advogado:Ligia Veronica Marmitt Guedes (OAB/RO 4195)
Requerido:Gazin Ind. e Com. de Móveis e Eletrodomésticos
Advogado: Magda Regina Morillas Cunha OAB/PR 227; Celso Nobuyki yokota (OAB/RO 33389); Julio Cesar Tissiani Bonjorno (OAB/PR 33390); Armando Silva Bretas (OAB/PR 31997)
Custas Judiciais:
Fica a parte requerida intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 242, 70, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0001296-86.2015.8.22.0020
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:F. L. V. S.
Advogado:Yngritt Rocha de Souza (OAB/RO 6.948)
Requerido:T. C. da S. S. P. da S. E. C.
Advogado:Isabele Lobato Reis (OAB/RO 3216)
Menor:E. C. da S.
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 15 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0020100-15.2009.8.22.0020
Ação:Execução Contra a Fazenda Pública
Requerente:Sivalda Lopes dos Santos Siqueira
Advogado:Edson Vieira dos Santos (OAB/RO 4373), Gleise Horn (OABRO 3237)
Requerido:Inss - Instituto Nacional do Seguro Social
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
SENTENÇA:
DESPACHO Ante o cumprimento da obrigação, extingo-a por força do disposto no artigo 924,II, do CPC.Expeça-se alvará judicial em favor da autora e/ou seu advogado, para levantamento dos valores existente na conta judicial, referente aos depósitos às fls. 139/140. Publique-se. Intimem-se e oportunamente, arquivem-se.Nova Brasilândia-RO, terça-feira, 11 de abril de 2017.Denise Pipino Figueiredo Juíza de Direito
Jane de Oliveira Santana Vieira
Diretora de Cartório

## COMARCA DE PRESIDENTE MÉDICI

## 1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal

Proc.: 1000366-25.2017.8.22.0006
Ação:Transferência entre estabelecimentos penais
Requerente:Edson Cassemiro Santana
Advogado:Suellen Santana de Jesus (RO 5911)
DESPACHO:
DECISÃO Trata-se de pedido de transferência de execução penal postulado por Edson Cassemiro Santana, o qual foi promovido ao regime semiaberto de prisão com efeitos desde 30/03/2017, encontrando-se em Ji-Paraná.Sustenta o requerente falta de segurança para cumprir sua pena na unidade do semiaberto em Ji-Paraná, sendo vítima de ameaças.Instruiu o pedido com cópia da DECISÃO que o progrediu de regime e certidão carcerária atestando ótimo comportamento.Instando a se manifestar, o Ministério Público requereu a prévia juntada dos cálculos de pena do reeducando e ofício à Direção da Cadeia Pública local para que diga acerca da disponibilidade de vaga/aparelho de monitoramento eletrônico.É o breve relato. Decido.Infelizmente não existe na comarca de Presidente Médici/RO unidade prisional adequada ao cumprimento do regime semiaberto, sendo que este Juízo tem se deparado com o registro de casos de reeducandos que, interessados no cumprimento mais brando da sua pena, postulam por transferência para esta comarca.Entretanto, diante das alegadas ameaças sofridas pelo reeducando junto ao semiaberto da cidade de origem do cumprimento de sua pena, aliado à circunstância de contar com endereço certo para o seu domicílio nesta comarca (fls.11 e 15) e proposta de trabalho (fl.13), bem como o fato de recentemente ter sido beneficiado com a progressão de regime, o que atesta seu bom comportamento, não vislumbro tratar-se de caso como o apontado acima.Assim, DEFIRO O PEDIDO de cumprimento da sua pena no regime semiaberto, porém desde que disponível aparelho de monitoramento eletrônico e se ainda mantida a sua situação carcerária satisfatória.Ademais, ressalto que porventura sobrevenha juntada de novas condenações por delitos anteriores a sua chegada nesta comarca, impactando em regime mais gravoso de pena, será determinado o imediato recambiamento do reeducando à unidade prisional de origem, haja vista que este juízo recebe o reeducando para o cumprimento de regime semiaberto.Confirmada a existência do equipamento, o que deverá ser informado pela Direção da Cadeia, o reeducando deverá se apresentar perante a Direção da Cadeia local no prazo de até 03 (três) dias, a fim de ser incluído no regime de monitoramento eletrônico, devendo ainda ser instruído acerca da portaria do juízo sobre as condições do regime semiaberto.Sirva de ofício à Cadeia para que esclareça acerca da existência de equipamento.Com a chegada dos autos da execução de pena e confirmada a inserção do reeducando no regime semiaberto, junte-se cópia da declaração de emprego de fl.13.Em seguida, nos autos da execução, intime-se o reeducando para que comprove o emprego junto à pessoa jurídica LL Miranda-ME, esclarecendo sua atividade, devendo ser dado vista dos autos ao Ministério Público para que se manifeste acerca de eventual horário diferenciado em favor do reeducando para o exercício do trabalho.Translade-se cópia desta DECISÃO aos autos da Execução de Pena respectiva.Intime-se.Cumpra-se. Presidente Médici-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0001565-70.2015.8.22.0006
Ação:Ação Penal de Competência do Júri (Réu Solto)
Autor:Ministerio Publico Estadual
Denunciado:Wesly da Silva Lenz
Advogado:Roberto Harlei Nobre de Souza. (RO 1642), Gilvan de Castro Araujo (RO 4589)

Vítima:Cleiton Jonata Moreira Rates
Ato ordinário: Ficam os causídicos devidamente intimados que foi designado na Segunda Vara Criminal da comarca de Ji-Paraná/RO, o dia 16/05/17, ás 09h, para realização do ato deprecado, quando será inquirida a testemunha Lucinei Aparecida Moreira. Presidente Médici/RO, aos 19 de abril de 2017.

Proc.: 0000153-70.2016.8.22.0006
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministerio Publico Estadual
Denunciado:Antonio Marcelino dos Santos
Advogado:Jose Sebastião da Silva (RO 1474.)
Ato ordinário: Fica o causídico devidamente intimado que foi designado no juízo deprecante o dia 16/05/17, ás 09h15min, audiência para oitiva da testemunha Mirian Capacla, a realizar-se na Segunda Vara Criminal da comarca de Ji-Paraná/RO.

## COMARCA DE SANTA LUZIA D´OESTE

## 1º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

Proc: 1000744-52.2011.8.22.0018
Ação:Termo Circunstanciado (Juizado Criminal)
Departamento de Polícia Federal(Autor)
Madeireira Andres Ltda(Autor do fato), Noeli Cleusa Andres(Autor do fato), Eduardo Jardel Andres(Autor do fato)
Advogado(s): Cristovam Coelho Carneiro(OAB 115 RO), Fábio José Reato(OAB 2061 RO), Airton Pereira de Araújo(OAB 243 RO), DANIEL DOS ANJOS FERNANDES JÚNIOR(OAB 3214 RO), Danilo Constance Martins Durigon(OAB 5114 RO)Fábio José Reato(OAB 2061 RO), Airton Pereira de Araújo(OAB 243 RO), DANIEL DOS ANJOS FERNANDES JÚNIOR(OAB 3214 RO), Danilo Constance Martins Durigon(OAB 5114 RO)Airton Pereira de Araújo(OAB 243 RO), DANIEL DOS ANJOS FERNANDES JÚNIOR(OAB 3214 RO), Danilo Constance Martins Durigon(OAB 5114 RO)
Departamento de Polícia Federal(Autor)
Madeireira Andres Ltda(Autor do fato), Noeli Cleusa Andres(Autor do fato), Eduardo Jardel Andres(Autor do fato)
Advogado(s): Cristovam Coelho Carneiro(OAB 115 RO), Fábio José Reato(OAB 2061 RO), Airton Pereira de Araújo(OAB 243 RO), DANIEL DOS ANJOS FERNANDES JÚNIOR(OAB 3214 RO), Danilo Constance Martins Durigon(OAB 5114 RO), Ministério Público do Estado de Rondônia(Custos Legis (Fiscal da Lei))
FINALIDADE: Intimar os advogados supramencionados acerca do retorno dos autos da Turma Recursal, bem como para requer o que entender ser de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.

## 1ª VARA CRIMINAL

Proc.: 0000528-35.2016.8.22.0018
Ação:Ação Penal de Competência do Júri (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (2020202020 2020202020)
Vistos.Por estar tempestivo, recebo o recurso de apelação de fls. 209, no efeito suspensivo (art. 597 do CPP), sendo as razões de apelo apresentas às fls. 210/222 (art. 600 do CPP).Ante as contrarrazões apresentadas às fls. 223/229, subam os presentes autos ao E. Tribunal de Justiça, com as nossas homenagens. Expeça-se o necessário.Santa Luzia D'Oeste-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Artur Augusto Leite Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0000381-09.2016.8.22.0018
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministerio Publico do Estado de Rondonia
Executado:Jhony Passaglia
Advogado:Luciene Pereira Bento (OAB/RO 3409), Wesley Barbosa Garcia (OAB/RO 5612)
Vistos.Ao Ministério Público para manifestação.Pratique-se o necessário.Santa Luzia D'Oeste-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Artur Augusto Leite Júnior Juiz de Direito

## 1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível

Proc.: 0001523-87.2012.8.22.0018
Ação:Busca e Apreensão (Cível)
Requerente:Quenia Márcia Silva Goi
Advogado:Josciany Cristina Sgarbi Lopes (OAB/RO 3868)
Requerido:Mega Motos Comércio de Rondônia Ltda
Advogado:Roberta de Oliveira Lima Paes (OAB/RO 1568), Nivaldo Vieira de Melo (RO 257-A), Rhenne Dutra dos Santos (OAB/RO 5270)
DESPACHO:
Vistos.Indefiro o pedido de fls. 89, para expedição de ofício ao Detran para realização de transferência do veículo descrito na inicial, haja vista que tal diligência compete as partes.No mais, proceda-se a escrivania a inscrição da parte requerida em Dívida Ativa, conforme determinado na SENTENÇA de fls. 49/53.Pratique-se o necessário.Após, arquivem-se os autos.Santa Luzia D'Oeste-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Artur Augusto Leite Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0001641-92.2014.8.22.0018
Ação:Busca e Apreensão (Cível)
Requerente:Banco Bradesco S/a
Advogado:Edson Rosas Junior (OAB/AM 1910)
Requerido:Roberto Carlos de Freitas
Advogado:Paulo Cesar da Silva (RO 4.502), Daniel de Pádua Cardoso de Freitas (OAB/RO 5.824), Jantel Rodrigues Namorato (OAB/RO 6430)
DESPACHO:
Vistos.Na petição de fls. 136/138 a parte autora requer a conversão em ação executiva.Ocorre que às fls. 87 já foi realizada a conversão da ação de busca e apreensão em execução, citação do executado, consulta Bacenjud às fls. 101, Renajud às fls. 106, bem como nova consulta Bacenjud às fls. 125/126, não sendo encontrado bens penhoráveis.Posto isso, intime-se o exequente para indicar bens penhoráveis no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento do feito.Pratique-se o necessário.Santa Luzia D'Oeste-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Artur Augusto Leite Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0000651-72.2012.8.22.0018
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Cleria da Silva Bromochenkel
Advogado:Márcio Sugahara Azevedo (RO 4469)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador Federal (NBO 020)
SENTENÇA:
A autora ingressou com Ação de Beneficio Previdenciário, objetivando a concessão do de aposentadoria por invalidez, na condição de segurada especial. A ação foi recebida, sendo devidamente processada e prolatada SENTENÇA às fls. 71/72 dos autos.Em sede de recurso, fora dado provimento à apelação interposta pelo autor.Entretanto, o INSS interpôs embargos de

declaração com efeitos infringentes - fls.87/89, os quais foram acolhidos, dando provimento parcial à apelação do INSS e à remessa oficial, anulando a SENTENÇA de 1ª grau, determinando o retorno dos autos ao juízo a quo para adequação da instrução processual (postulação administrativa) conforme relatório e ementa às fls.118/123 dos autos.Com o retorno dos autos, a parte autora informa às fls.134/137, que o benefício pretendido foi concedido administrativamente pela autarquia ré.Logo, resta evidenciada a perda do objeto desta ação, mormente diante da falta de interesse processual da parte autora, consubstanciada na ausência de necessidade e de utilidade de provimento jurisdicional, dado a concessão administrativa do benefício, tornando irregular o processo ante a ausência de um de seus pressupostos.Aliás, nesse sentido os autores Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery (in Código de Processo Civil Comentado e Legislação Extravagante,, 11ª Edição. São Paulo: RT, 2010, p.526). Existe interesse processual quando a parte tem necessidade de ir a juízo para alcançar a tutela pretendida e, ainda, quando essa tutela jurisdicional pode trazer-lhe alguma utilidade do ponto de vista prático. Verifica-se o interesse processual quando o direito tiver sido ameaçado ou efetivamente violado. De outra parte, se o autor mover a ação errada ou utilizar-se do procedimento incorreto, o provimento jurisdicional não lhe será útil, razão pela qual a inadequação procedimental acarreta a inexistência de interesse processual. Neste sentido é o entendimento dos nossos tribunais: PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO. CONCESSÃO ADMINISTRATIVA. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. MULTA E INDENIZAÇÃO. CABIMENTO. NÃO PROVIMENTO. 1. Caso em que a autora postulou pensão pela morte de seu marido, na condição de trabalhador rural, mesmo benefício que vinha recebendo desde 1978, tendo insistido em sua pretensão mesmo após ser alertado pelo INSS sobre a concessão administrativa do benefício e a consequente falta de interesse de agir. 2. Não se trata de mero equívoco, mas de conduta temerária em prejuízo aos serviços públicos, tanto os que são prestados pelo Judiciário quanto pelo INSS, que configura a má-fé e enseja a aplicação das penalidades previstas na legislação processual vigente (CPC/73, art. 17, V, e art. 18). 3. Mantida a suspensão da exigibilidade da multa e da indenização arbitradas pelo juízo a quo, por ser a parte beneficiária da justiça gratuita (AC 0065170-79.2012.4.01.9199 / TO, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO NEVES DA CUNHA, SEGUNDA TURMA, e-DJF1 de 15/09/2016). 4. Não provimento da apelação. (AC 0038768-29.2010.4.01.9199 / MG, Rel. JUIZ FEDERAL JOSÉ ALEXANDRE FRANCO, 1ª CÂMARA REGIONAL PREVIDENCIÁRIA DE JUIZ DE FORA, e-DJF1 de 30/01/2017).PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DO BENEFÍCIO FALTA DE INTERESSE DE AGIR. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. 1. Verifica-se que a autarquia ré mediante o procedimento de revisão concedeu administrativamente o benefício de auxílio-doença. 2. Processo extinto sem resolução do MÉRITO, com fundamento no art. 267, VI, do Código de Processo Civil. 3. Apelação do INSS e remessa oficial não providas.(TRF-1 - AC: 12163 MT 2006.36.00.012163-0, Relator: DESEMBARGADORA FEDERAL MONICA SIFUENTES, Data de Julgamento: 08/08/2012, SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: e-DJF1 p.626 de 31/08/2012).PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADORA RURAL. BENEFÍCIO CONCEDIDO ADMINISTRATIVAMENTE. PERDA SUPERVENIENTE. DO OBJETO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. ART. 267, VI, CPC. 1. Tendo em vista que o benefício previdenciário pleiteado foi deferido administrativamente desde 2008, há de se reconhecer a perda superveniente de objeto da presente ação, na medida em que resta inequívoca a hipótese de reconhecimento do pedido da autora. 2. No caso em apreço, reconheço, de plano, a perda superveniente de objeto da ação quanto ao pedido de concessão do benefício, porquanto resta inequívoca a hipótese de reconhecimento do pedido por parte do INSS com o pagamento dos atrasados desde o requerimento administrativo que é anterior ao ajuizamento dação. 3. Processo extinto sem resolução do MÉRITO (art. 267, VI, CPC).(TRF-1 - AC: 461272520134019199 BA 0046127-25.2013.4.01.9199, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO DE ASSIS BETTI, Data de Julgamento: 06/12/2013, SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: e-DJF1 p.706 de 19/12/2013).Logo, extingo o processo por ausência das condições da ação - falta de interesse processual por ausência de necessidade jurídica de agir, o que faço com fundamento no art. 485, I e VI, do NCPC.Atento ao princípio da causalidade, condeno a parte autora às custas processuais, suspendendo a sua exigibilidade, com base no artigo 12 da Lei 1.060/50. Intimem-se.Oportunamente arquivem-se.Santa Luzia D'Oeste-RO, quarta-feira, 19 de abril de 2017.Artur Augusto Leite Júnior Juiz de Direito
Antônio de Souza

Escrivão Cível

## COMARCA DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

## 1ª VARA CÍVEL

Proc.: 0000969-69.2014.8.22.0023
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Autor:José Roberto Bernardo
Advogado:Adriane Parron Teixeira (RO 7902), Aline Parron Teixeira ( )
Requerido:Elzina Plantikow
Advogado:Marcelo Cantarella da Silva (OAB/RO 558)
Fica a parte autora intimada, na pessoa de seu advogado, para se manifestar, requerendo o que entender de direto, no prazo de 5 (cinco) dias.

Proc.: 0001080-92.2010.8.22.0023
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia de Rondônia Crea Ro
Advogado:Francisco Lopes Coelho (OAB/RO 678)
Executado:Vanderlei Grando
Fica a parte Exequente, por via de seu(ua) Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre os termos da penhora e avaliação elencados no auto de fls. 61/64.

## COMARCA DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

## 1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
Sugestões e reclamações, façam-nos pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet no endereço eletrônico smg1criminal@tjro.jus.br
Juíza: Kelma Vilela de Oliveira
Diretor do Cartório: Adriano Marçal da Silva

Proc.: 0023637-18.2006.8.22.0022
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( 22 SMG)
Denunciado:Elias Silva de Freitas
Advogado:José Alves Vieira Guedes ( )
DECISÃO.Trata-se de embargos de declaração oposto pela defesa almejando o saneamento de omissão contida na SENTENÇA de

fls. 305/312.Argumenta o embargante que restou consignado no relatório da SENTENÇA a concessão de liberdade provisória ao acusado, com imposição de medidas cautelares, por meio de Habeas Corpus, contudo, na parte dispositiva da DECISÃO restou concedido ao sentenciado o direito de aguardar o julgamento de eventual recurso em liberdade, sem haver qualquer referência ao fato de que ele está cumprindo medidas cautelares, gerando pois dúvida quanto a manutenção ou não das medidasRelatei sucintamente. Decido.Razão assiste a embargante, pois na DECISÃO de fls. 305/3012 houve omissão quanto a manutenção ou não das medidas cautelares anteriormente impostas ao acusado. Assim, CONHECO DOS PRESENTE EMBARGOS, para declarar a SENTENÇA, retificando o quinto parágrafo inserto à fl. 312, para:ONDE CONSTA: "Considerando que o réu encontra-se solto por este processo e nesta condição o respondeu, concedo-lhe o direito de aguardar julgamento de eventual recurso em liberdade, salvo se estiver preso por outro motivo." FAZER CONSTAR: "Mantenho as medidas cautelares anteriormente impostas ao sentenciado, sem prejuízo do conhecimento de eventual recurso de apelação, vez que ainda persistem os motivos ensejadores, especialmente para garantir a aplicação da lei penal, vez que o sentenciado já se evadiu do distrito da culpa por longos anos, obstaculizando o regular processamento dos autos, pois em razão de sua evasão o processo ficou suspenso por quase sete anos, somente retomando seu curso normal após cumprimento de MANDADO de prisão em 19/06/2015, portanto, a fim de evitar nova fuga, mantenho as medidas cautelares, vez que não vislumbro presentes os requisitos da prisão preventiva."No mais, persiste a SENTENÇA tal como lançada.Ciência às partes quanto o teor desta. Pratique-se o necessário. Cumpra-seS. Miguel do Guaporé-RO, segunda-feira, 17 de abril de 2017.Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0238400-35.2009.8.22.0022
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( 22 SMG)
Infrator:Joelçon Rocha Simões, Ordaci Lopes da Silva, Janailton Souza Dias
Advogado:Advogado Não Informado ( 22 SMG), Ronny Ton Zanotelli (RO 1393), Advogado Não Informado ( 22 SMG)
SENTENÇA I – RELATÓRIOO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA denunciou JANAILTON SOUZA DIAS, já qualificado nos autos, imputando-lhe a prática do delito capitulado no artigo 311, caput, do Código Penal, JOELÇON ROCHA SIMÕES e ORDACI LOPES DA SILVA, já qualificados nos autos, imputando-lhes a prática do delito capitulado no artigo 12, da Lei 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento).Diz a peça acusatória que no dia 19 de agosto de 2009, em horário e local não especificados, no Distrito de Santana do Guaporé, neste município, o denunciado JANAILTON SOUZA DIAS, adulterou sinal identificador da motocicleta Honda CG, 125, cor vermelha, conforme exame pericial em veículo automotor.Segundo se apurou, o denunciado JANAILTON foi surpreendido pela polícia militar conduzindo a citada motocicleta e ao ser abordado, por não portava documentos que comprovassem a propriedade ou a origem lícita do veículo, de modo que ao ser interpelado quanto a esse fato, confessou que havia concluído a montagem da motocicleta em questão. Ao passo que os policiais se deslocaram até a residência do denunciado, ocasião na qual constataram a existência de inúmeras peças de motocicletas no interior da propriedade, sinalizando assim a prática da atividade de montagem de veículos no local.Narra ainda a peça acusatória que no dia 26 de agosto de 2009, policiais militares, davam cumprimento a um MANDADO de busca e apreensão na residência do denunciado JOELSON ROCHA SIMÕES, uma chácara localizada na Rodovia 481, próximo à linha 110, no Distrito de Santana do Guaporé, neste município, ocasião na qual constataram que o denunciado possuía no interior de sal residência 01 (uma) arma de fogo, tipo espingarda, sem marca, calibre 28; 01 (uma) espingarda, marca Rossi, calibre 28; 03 (três) cartuchos deflagrados, calibre 28; 11 (onze) cartuchos metálicos, sendo seis intactos e cinco deflagrados, tudo sem autorização da autoridade competente e em desacordo com determinação legal e regulamentar, cujo material foi apreendido. Consta, ainda, que, de igual modo, mas no dia 27 agosto de 2009, policiais militares, davam cumprimento a um MANDADO de busca e apreensão na residência do denunciado ORDACI LOPES DA SILVA, localizada na Rua Marechal Rondon, esquina com a linha 106, Distrito de Santana do Guaporé, ocasião na qual constataram que o denunciado possuía no interior de sal residência 01 (uma) arma de fogo, tipo rifle, calibre 22, sem marca; 02 (dois) cartuchos metálicos deflagrados, calibre 28; 05 (cinco) cartuchos plásticos de cor amarela deflagrados, calibre 20; 01 (um) cartucho metárlico deflagrado, calibre 36; 05 (cinco) cartuchos metálicos intactos, calibre 20; e 08 (oito) cartuchos plásticos intactos, cor amarela, sem autorização da autoridade competente e em desacordo com determinação legal e regulamentar, cujo material foi apreendido.A denúncia foi recebida em 12/02/2015 (fl. 160).Citados (fls. 170/171 e 195) os acusados apresentaram resposta à acusação (fls. 174/182, 191 e 192/192-v).A DECISÃO de fls. 203/205 saneou o feito, afastou a preliminar de prescrição retroativa arguida pela defesa do acusado Ordaci Lopes da Silva, manteve o recebimento da denúncia e designou audiência de instrução e julgamento. Durante a instrução, foi colhido o depoimento de seis testemunhas e os réus interrogados (mídias de fls. 232 e 251). À fl. 230 restou deferida a restituição dos objetos apreendidos em poder do acusado Ordaci, com exceção das armas e munições.Em sede de alegações finais, o Ministério Público requereu a condenação dos acusados nos estritos termos da denúncia, por entender provadas a materialidade e autoria das infrações penais descrita na inicial (fls. 252/261). Por sua vez, a defesa do acusado Ordaci Lopes da Silva, arguiu preliminarmente a prescrição retroativa e pugnou pela extinção da punibilidade do acusado. Em caso de condenação, pugnou pela aplicação da pena no mínimo legal (fls. 263/269).A Defensoria Pública patrocinou a defesa dos acusados Janailton Souza Dias e Joelçon Rocha Simões, e apresentou alegações finais às 270/278, oportunidade em que requereu a absolvição do acusado Joelçon, ante a insuficiência probatória; quanto ao acusado Jonailton, ante a confissão espontânea, requereu a aplicação da pena no mínimo legal, com o reconhecimento da atenuante, e a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. Por fim, requereu a isenção do pagamento das custas processuais e de eventual pena de multa, em razão da condição de hipossuficiência financeira dos acusados.É o necessário relatório. Decido.II – FUNDAMENTAÇÃOInicialmente, quanto à preliminar arguida pela defesa do acusado Ordaci Lopes da Silva de prescrição retroativa, tem-se que esta já foi levantada em sede de resposta à acusação e devidamente rechaçada por meio do DESPACHO saneador de fl. 203/205, cujos fundamentos para seu não acolhimento persistem, razão pela qual não será novamente analisada.Doutro norte, analisando detidamente o feito, constata-se que em face da conduta narrada no 2º Fato na denúncia, já se operou a prescrição da pretensão punitiva in concreto, vez que entre a data do fato e o recebimento da denúncia transcorreu tempo superior ao da prescrição, levando-se em consideração a menoridade relativa do acusado Joelçon Rocha Simões; razão pela qual resta prejudicado a análise do MÉRITO da conduta delitiva imputada ao acusado.Nesse aspecto, quanto ao acusado JOELÇON ROCHA SIMÕES imputa-se o crime de posse irregular de arma de fogo de uso permitido (art. 12, da Lei 10.826/2003), cuja pena máxima abstratamente cominada é 03 (três) anos de detenção. Nos termos do art. 109 do CP, a prescrição, antes de transitar em julgado a SENTENÇA final, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, e em consonância com o inciso IV do aludido DISPOSITIVO legal, tem-se que o crime previsto no art. 12 da Lei 10.826/03 prescreve em 08 anos.O acusado Joelçon Rocha Simões era menor de 21 anos à época dos fatos (DN 23/02/1989), reduzindo-se pela metade o prazo prescricional, conforme determina o art. 115 do CP, de modo que o crime de

posse irregular de arma de fogo de uso permitido (art. 12, da Lei 10.826/2003) prescreve em 4 anos, para o acusado.Assim, considerando que entre a data do fato (26/08/2009) até o recebimento da denúncia (12/02/2015) decorreram mais de (04) anos, deve ser reconhecida a extinção da punibilidade do acusado JOELÇON ROCHA SIMÕES, em relação ao crime previsto no artigo 12 da Lei 10.826/06, com fundamento nos artigos 107, inciso IV, 109, inciso IV c.c art. 115, todos do Código Penal.Por fim, consigne-se que embora tal matéria não tenha sido levantada pela defesa, mas sendo a prescrição matéria de ordem pública, reconheço-a de ofício e, por conseguinte, declaro extinta a punibilidade do acusado pela perda do direito de agir do Estado, ante o decurso do tempo.Não há outras questões preliminares ou processuais a serem analisadas, pelo que se passa à análise do MÉRITO das condutas narradas no 1º e 3º Fato.1º Fato – Art. 311, CP – Janailton Souza DiasA materialidade está consubstanciada pela ocorrência policial n. 1333-2009 (fls. 09/10), boletim de ocorrência policial (fl. 12); auto de apresentação e apreensão (fl. 13/14), laudo de exame em veículo (fls. 17/19), bem como pelas demais provas carreadas aos autos.Em igual sorte, a autoria restou patente, sobretudo pelo fato do acusado ter confessado a autoria tanto na fase policial como em juízo (fls. 145 e 232).Na ocasião de seu interrogatório o acusado Janailton Souza Dias afirmou que comprou duas motocicletas e sabia que elas não tinham documentação; que uma das motocicletas estava muito ruim, com peças quebradas, sendo que a outra estava em melhores condições, então acabou tirando peças da motocicleta que estava ruim e colocando na outra, para possibilitar que utilizasse ela para ir trabalhar. Que tirou o motor, o tanque e peças de rodagem de uma das motocicletas e montou na outra motocicleta. Que pegou uma placa de carro que encontrou no meio da rua, cortou no meio e colocou na motocicleta.A confissão do réu não está isolada nos autos, mas corroborada pelo depoimento das testemunhas às fls. 251.Com efeito, a testemunha policial civil Vilmar Silva Barros, em juízo, confirmando suas declarações prestadas perante a autoridade policial, relatou que o acusado Janailton foi abordado por policiais militares quando estava trafegando uma motocicleta, quando constataram irregularidades no veículo, sendo que a motocicleta havia sido adulteradaNeste passo, restou caracterizado nos autos que o veículo marca Honda, modelo CG 125, versão Today, de cor vermelha, foi intencionalmente adulterado, por meio de substituição de peças.O Laudo de Exame em veículo de fls. 17/19 foi conclusivo no sentido de que o veículo acima referido “esteve envolvido em uma ação de descaracterização da numeração de seu NIV, pela substituição da peça suporte, produzindo adulteração veicular”, sendo constatado ainda que a área destinada à gravação do NIV havia sido suprimida pela retirada da peça suporte, sendo substituída por uma peça metálica, fixada por meio de solda.Com efeito, tem-se que o tipo penal em tela, qual seja, o artigo 311 do Código Penal, que dispõe sobre o crime de adulteração de sinal identificador de veículo automotor, tutela a fé pública, no espectro que diz respeito à propriedade, registro e segurança dos veículos automotores. Ademais, referido DISPOSITIVO visa também preservar o poder de polícia e de fiscalização do Estado, dificultado pela alteração do sinais de identificação dos veículos.O tipo objetivo é a conduta de adulterar ou remarcar o número ou o sinal identificador do veículo, do seu componente ou equipamento, como se deu no caso dos autos, com a troca de peças e colocação de placa estranha ao veículo, conforme narrado pelo réu.Importante destacar, ademais, que, quanto ao tipo subjetivo, não se exige qualquer FINALIDADE específica do agente, pois o delito se consuma com a própria adulteração ou remarcação de chassi ou de qualquer sinal identificador do veículo, in casu, com a troca de peças e placa de identificação do veículo.O crime se consuma no instante em que as peças ou placas do automóvel são substituídas por outras, dando nova identificação ao automóvel que é posto em circulação. Nesse sentido, confira-se farta jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADULTERAÇÃO DE SINAL DE VEÍCULO AUTOMOTOR. TROCA DE PLACAS. CONDUTA TÍPICA. SÚMULA Nº 7/STJ. NÃO INCIDÊNCIA. 1. Não há falar na incidência do enunciado nº 7 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça, tendo em conta que a controvérsia de que aqui se cuida prescinde do exame do conjunto probatório constante dos autos, restringindo ao enfrentamento de matéria de direito. 2. ‘O agente que substitui as placas originais de veículo automotor por placas de outro veículo enquadra-se na conduta prevista no art. 311 do Código Penal, tendo em vista a adulteração dos sinais identificadores’. (REsp nº 799.565/SP, Relatora a Ministra LAURITA VAZ, DJe de 7/4/2008) 3. Agravo regimental a que se nega provimento”. (AgRg no REsp 817.543/RS, Rel. Ministro HAROLDO RODRIGUES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/CE), SEXTA TURMA, julgado em 18/08/2010, DJe 20/09/2010).Nesse sentido é a jurisprudência, inclusive do nosso Estado:Apelação Criminal. Adulteração de sinal identificador de veículo automotor. Fita adesiva. Falsificação grosseira. Atipicidade. Alegações descabidas. Materialidade e autoria demonstrada. Crime de natureza formal. Tentativa. Afastada. Absolvição. Insuficiência probatória. Não provimento. 1 - Comprovadas a autoria e a materialidade delitivas pelo amplo conjunto probatório, mantém-se a condenação dos acusados, afastando-se qualquer pleito absolutório; 2 A simples conduta de alterar (adulterar) a placa de veículo automotor, com a afixação de fita adesiva (isolante), configura conduta típica do crime previsto no art. 311, caput, do Código Penal, ainda que não caracterizada a FINALIDADE específica de fraudar a fé pública. 3 - Não há atipicidade manifesta na conduta de adulterar números ou letras integrantes da placa de veículo automotor. 4 - O crime de adulteração de sinal identificador de veículo automotor é de natureza formal, prescinde de resultado naturalístico. (Apelação, Processo nº 0003701-49.2015.822.0003, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Criminal, Relator(a) do Acórdão: Des. Valdeci Castellar Citon, Data de julgamento: 10/08/2016). Apelação criminal. Crime de adulteração de sinal identificador de veículo automotor. Absolvição. Erro de proibição. Inviável. Recurso não provido. O tipo incerto no 311 do CP, para sua consumação, implica somente a adulteração ou remarcação do chassi ou de qualquer sinal identificador do veículo, componente ou equipamento, sendo prescindível FINALIDADE específica do agente. (Apelação, Processo nº 0000735-08.2014.822.0017, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Criminal, Relator(a) do Acórdão: Des. Miguel Monico Neto, Data de julgamento: 09/03/2016).Diante do exposto, outra alternativa não resta, senão impor a condenação sobre o acusado.3º Fato – Art. 12 da Lei 10.826/03 – Ordaci Lopes da SilvaQuanto ao crime de posse ilegal de arma de fogo, nenhum dúvida há quanto a materialidade, visto que, além do registro de ocorrência policial nº 1367-2009 de fl. 20/22 e relatório de cumprimento de MANDADO de busca e apreensão de fls. 28/33, tem-se que a arma foi apreendida ( fls. 41/42) e submetidas à exame pericial o qual constatou a sua eficiência (fls. 46/49). Quanto a autoria, também não resta dúvidas, pois além do depoimento de testemunhas, o próprio réu acabou por confessar a propriedade do arma de fogo, tanto na fase policial quanto em juízo (fls. 38/40 e 251).Na ocasião de seu interrogatório judicial o acusado Ordaci Lopes da Silva confirmou que o rifle, calibre 22, que foi apreendido em sua residência, lhe pertencia, sendo que recebeu a arma como herança de seu avô, contudo, não possui registro nem porte da arma. Lado outro, negou que tenham sido apreendidas munições em sua casa, bem como não possuía munições, além do que os demais objetos apreendidos não eram de procedência ilícitas, mas todos de sua propriedade.A confissão do réu não está isolada nos autos, mas corroborada pelo depoimento das testemunhas às fls. 251.Com efeito, a testemunha policial civil Alisson Beleza de Souza, em juízo, confirmando suas declarações prestadas perante a autoridade policial, relatou que participou do cumprimento de MANDADO de busca e apreensão realizada na propriedade do acusado Ordacio, local em que foi apreendido um rifle e diversos objetos de procedência duvidosa. A busca e apreensão foi realizada em razão de investigação que levava a crer que o acusado estivesse

praticando receptação, contudo não sabe dar maiores esclarecimentos pois na época não fazia parte da equipe de policiais que investigava crimes contra o patrimônio.Por sua vez, o informante Marcos Aurélio Maia da Silva, filho do acusado Ordaci, ao ser ouvido em juízo (fl. 232), confirmou que a arma de fogo foi apreendida na propriedade do acusado, local em que também morava. Acrescentou que a arma era de família, sendo que seu pai a recebeu do bisavô do declarante.Destaca-se que os depoimentos das testemunhas foram uníssonos em descrever a veracidade do delito, o que corroborou para as declarações do acusado prestado tanto na fase policial como em juízo, de que a propriedade da arma apreendida em sua residência lhe pertencia.Aliado a isso, o laudo de constatação e eficiência de fls. 46/49 concluiu que a arma tipo Rifle, calibre 22, encontra-se apta ao fim que se destina, para a realização de disparos.É importante ressaltar que a posse ou o porte de arma e/ou munição é crime de perigo abstrato, não ferindo as normas constitucionais e nem padecendo de vício de tipicidade, devendo-se ter em conta que a inspiração do legislador ao tipificar tal conduta foi para reprimir o comércio ilegal e o contrabando, além de combater o porte ilícito, tornando assim, mais rigorosa a repressão de crimes da espécie que criam, inquestionavelmente, perigo de lesão abstrato a bens jurídicos relevantes à sociedade. Portanto, não há dúvida em relação à autoria do fato criminoso narrado na denúncia. Os testemunhos e à perícia indicando o pleno funcionamento da arma de fogo são circunstâncias mais que suficientes para o édito condenatório.III – DISPOSITIVO Posto isso, JULGO PROCEDENTE EM PARTE a pretensão punitiva estatal para:a) CONDENAR JANAILTON SOUZA DIAS, brasileiro, lavrador, portador do RG 13466831 SSP/RO, inscrito no CPF sob o n. 031.409.432-61, filho de João Francelino Dias e Marilene Lourenço Souza, nascido aos 14/11/1990, natural de São Miguel do Guaporé/RO, residente na linha 108, 700 metros após a Av. São Paulo, do lado esquerdo em uma serraria desativada, em Seringueiras/RO, como incurso nas sanções do art. 311, caput, do Código Penal (1º Fato); e b) CONDENAR ORDACI LOPES DA SILVA, brasileiro, lavrador, portador do RG 745385 SSP/ES, inscrito no CPF sob o n. 019.866.367-63, filho de Joaquim Olímpio da Silva e Maria Lopes da Silva, nascido aos 18/05/1965, natural de Vila Monte Sinai/ES, residente na Rua Marechal Rondon. n. 265, Distrito de Santana do Guaporé, neste município, como incurso nas sanções do art. 12, da Lei 10.826/2003 (3º Fato); ec) DECLARAR extinta a punibilidade do acusado JOELÇON ROCHA SIMÕES, em relação ao crime previsto no artigo 12 da Lei 10.826/06 (2º Fato), com fundamento nos artigos 107, inciso IV, 109, inciso IV c.c art. 115, todos do Código Penal.Examino as circunstâncias judicais, conforme dispõe o art. 59 do CP. DO RÉU JANAILTON SOUZA DIASA culpabilidade do condenado é a inerente ao tipo incurso; O condenado não registra antecedentes; Sua condutas social ou personalidade, à míngua de maiores elementos, são normais; Os motivos do crime são inerentes ao tipo incurso; As circunstâncias foram normais as que cercariam o tipo; Não há maior consequência a irradiar sobre o fato; O comportamento da vítima (Estado) não contribuiu para a infração. Logo, fixo a pena base no mínimo legal, a saber, em 03 (três) anos de reclusão.Concorrem as circunstâncias atenuantes previstas no art. 65, inc. I, 1ª parte e inc. III, alínea “d”, do Código Penal, quais sejam, agente menor de 21 anos na data do fato e confissão espontânea, porém, tendo em vista que a pena base foi fixada no mínimo legal previsto em abstrato para o delito, deixo de valorá-las, em observância à Súmula 231 do STJ, razão pela qual mantenho a pena anteriormente dosada.Não concorrem circunstâncias agravantes.Não vislumbro causa de diminuição e aumento de pena, razão pela qual torno a pena definitiva no patamar já fixado, a saber, 03 (três) anos de reclusão.Deixo de aplicar a pena de multa ao réu, por ser inócuo fazê-lo, pois foi assistido pela Defensoria Pública, presumindo-se que seja pobre nos termos da lei.Pelo mesmo motivo isento o réu do pagamento das custas processuais.A pena será cumprida em regime inicial aberto, a teor do art. 33, § 2º, c, do Código Penal.O réu preenche os requisitos de ordem objetiva e subjetiva do artigo 44, § 2º, do Código Penal, razão pela qual faz jus a substituição da pena privativa de liberdade aplicada por duas penas restritivas de direito: a PRIMEIRA, interdição temporária de direitos pelo período correspondente ao da pena fixada, consistente na proibição de frequentar determinados lugares, tais como bares, lanchonetes, prostíbulos e outros locais onde haja livre consumo de bebida alcoólica, e a SEGUNDA na prestação de serviço a comunidade, pelo tempo da pena privativa, local a ser definido no juízo da execução. As demais condições de cumprimento das medidas serão definidas na fase da execução, em audiência admonitória. Concedo-lhe o direito de apelar em liberdade, eis que nessa condição respondeu ao processo. Ademais não vislumbro presentes outros requisitos autorizadores da custódia cautelar.DO RÉU ORDACI LOPES DA SILVAA culpabilidade do condenado é a inerente ao tipo incurso; O condenado não registra antecedentes; Sua condutas social ou personalidade, à míngua de maiores elementos, são normais; Os motivos do crime são inerentes ao tipo incurso; As circunstâncias foram normais as que cercariam o tipo; Não há maior consequência a irradiar sobre o fato; O comportamento da vítima não contribuiu para a infração. Logo, fixo a pena base no mínimo legal, a saber, em 01 (um) ano de detenção e 10 (dez) dias multa (art. 49 do CP), esta no valor de 1/30 do salário mínimo vigente à época dos fatos (R$ 465,00), perfazendo, portanto R$ 155,00 (cento e cinquenta e cinco reais).Concorre a circunstância atenuante previstas no art. 65, inc. III, alínea “d”, do Código Penal, qual seja, a confissão espontânea, porém, tendo em vista que a pena base foi fixada no mínimo legal previsto em abstrato para o delito, deixo de valorá-las, em observância à Súmula 231 do STJ, razão pela qual mantenho a pena anteriormente dosada.Não concorrem circunstâncias agravantes.Não vislumbro causa de diminuição e aumento de pena, razão pela qual torno a pena definitiva no patamar já fixado, a saber, 01 (um) ano de detenção e 10 (dez) dias multa, esta no valor de 1/30 do salário mínimo vigente à época dos fatos.A pena será cumprida em regime inicial aberto, a teor do art. 33, § 2º, c, do Código Penal.O réu preenche os requisitos de ordem objetiva e subjetiva do artigo 44 do Código Penal, razão pela qual faz jus a substituição da pena privativa de liberdade aplicada por uma pena restritiva de direito consistente em prestação pecuniária no valor de um salário mínimo vigente OU prestação de serviço à comunidade pelo período da pena aplicada.Concedo-lhe o direito de apelar em liberdade, eis que nessa condição respondeu ao processo. Ademais não vislumbro presentes outros requisitos autorizadores da custódia cautelar.Condeno o réu ao pagamento das custas e despesas processuais.Intimem-se os sentenciados, já qualificados acima, de que terão o prazo de 5 (cinco) dias para recorrer (art. 593, I, CPP).Intime-se ainda o sentenciado ORDACI LOPES DA SILVA para que, caso não recorram da SENTENÇA, recolher as custas processuais conforme valor constante na certidão anexa, devendo comprovar o pagamento no Cartório da Vara Criminal deste Juízo, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de PROTESTO e INSCRIÇÃO NA DÍVIDA ATIVA DO ESTADO, bem como para que comprove o pagamento da multa, no prazo de 10 (dez) dias, consistente no valor de R$ 155,00 (cento e cinquenta e cinco reais) sob pena de INSCRIÇÃO NA DÍVIDA ATIVA DO ESTADO.Encaminhem as armas e munições apreendidas para destruição.No que tange à motocicleta apreendida às fl. 13 encaminhem ao Ciretram local para as medidas administrativas cabíveis, vez que não mais interessa ao processo.Quanto aos demais objetos apreendidos às fls. 13/14, 41/42, autorizo a restituição, mediante a comprovação da propriedade. Em caso negativo, desde já decreto a perda em favor da União.Certificado o trânsito em julgado da DECISÃO condenatória ou do eventual recurso que a confirme, lance-lhe o nome no rol dos culpados, e promovam-se as anotações e comunicações pertinentes, inclusive ao T. R. E., expeça-se Guia.SERVE A PRESENTE DECISÃO DE CARTA PRECATÓRIA/MANDADO DE INTIMAÇÃO.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.S. Miguel do Guaporé-RO, segunda-feira, 17 de abril de 2017. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0000561-13.2016.8.22.0022
EDITAL DE CITAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
Processo:0000561-13.2016.8.22.0022
Classe: Ação Penal – Procedimento Oridinário.
Parte Autora: Ministério Público do Estado de Rondônia
Parte Ré: Dielson Paulino da Silva Freitas, brasileiro, solteiro, pedreiro, RG nº 1514026 SESDEC/RO e CPF/MF n° 050.532.172-60, nascido aos 01/04/1998, natural de Cacoal/RO, filho de João Marciano de Freitas e Flavia Paulino da Silva Freitas, atualmente em local incerto e não sabido e Outro.
Capitulação: Art. 129, §1º, Incisos I e II, c/c Artigo 29, caput, ambos do Código Penal.
Adv.: Não Informado
FINALIDADE: INTIMAR o réu acima qualificado da audiência de instrução e julgamento, designada para o dia 16/05/2017 às 10h neste Juízo.
Sede do Juízo: Fórum Juiz Anísio Garcia Martin, Av. São Paulo, 1395, bairro Cristo Rei, fone: (0xx69)3642-2660/2661, cep.: 76.932-000, São Miguel do Guaporé-RO.
SMG/RO, 18 de abril de 2017.

Proc.: 0000854-80.2016.8.22.0022
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Processo: 0000854-80.2016.8.22.0022
Classe: Ação Penal – Procedimento Ordinário – Réu Preso
Procedimento: Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas
Autor: Ministério Público Estado Rondônia
Parte Ré: Alcioni Luz, brasileiro, solteiro, motorista, natural de Mariluz/PR, nascido aos 14/01/1969, portador do RG nº 362296 SSP/RO, devidamente inscrito no CPF nº 349.032.832-91, filho de Antônio Luz e Rosalina Chagas Luz; Eriques Faria dos Santos, brasileiro, nascido aos 22/01/1996, portador do RG nº 28745825/MT, devidamente inscrito no CPF nº 029.843.102.-50, filho de Claudineia dos Santos, recolhidos à Unidade Prisional de São Miguel do Guaporé-RO; e Emerson Bruno Nunes Bremenkamp, brasileiro, nascido aos 26/6/1995, natural de Ji-Paraná/RO, portador do RG nº 1377777/RO, devidamente inscrito no CPF nº 036.894.262-78, filho de Maria Aparecida Nunes Coelho Bremenkamp e Daniel José Bremenkamp, e Outros, residente à Av. Seringueiras, nº 1662, (T-14), bairro Nova Brasília, em Ji-Paraná-RO, atualmente em lugar incerto e não sabido.
Capitulação: Arts. 33 e 35 da lei nº 11.346/2006 (Lei de Drogas).
Adv.: Alexandre Barneze OAB/RO 2.660
FINALIDADE: INTIMAR o advogado dos réus supramencionados, da designação do mutirão carcerário de presos provisórios, neste Juízo para o dia 09/5/2017, a partir das 15 horas.
Sede do Juízo: Fórum Juiz Anísio Garcia Martin, Av. São Paulo, 1395, bairro Cristo Rei, fone: (0xx69)3642-2660/2661, cep.: 76.932-000, São Miguel do Guaporé-RO.
SMG/RO, 17 de abril de 2017.

Proc.: 1000330-32.2017.8.22.0022
Classe: Ação Penal – Réu Preso
Procedimento: Ordinário
Parte Autora: Ministério Público do Estado de Rondônia
Parte Ré: Noel Narciso de Oliveira, brasileiro, divorciado, lavrador, nascido aos 29/04/1955, natural de Apucarana/PR, filho de Adão Narciso de Oliveira e Ernestina de Jesus, portador do RG nº 30716146-8 SSP/PR, atualmente recolhido na Unidade Prisional de São Miguel do Guaporé-RO.
Capitulação: Arts. 217-A do Código Penal
Adv.: Neide Skalecki Gonçalves OAB/RO 283-B
FINALIDADE: INTIMAR a advogada do réu supramencionado, da redesignação da audiência instrução e julgamento, neste Juízo para o dia 25/4/2017, às 15 horas, ficando desobrigada de comparecer à solenidade outrora designada para o dia 28/4/2017, às 9h, bem como do Mutirão Carcerário de Presos Provisórios, designado para o dia 9 de maio de 2017, a partir das 15h, a ser realizado na Sala de Audiências do Fórum de São Miguel do Guaporé-RO.
Sede do Juízo: Fórum Juiz Anísio Garcia Martin, Av. São Paulo, 1395, bairro Cristo Rei, fone: (0xx69)3642-2660/2661, cep.: 76.932-000, São Miguel do Guaporé-RO.
SMG/RO, 19 de abril de 2017.
[a] Adriano Marçal da Silva

Diretor do Cartório Criminal

## 1ª VARA CÍVEL

Vara Cível da Comarca de São Miguel do Guaporé
Juiz: Kelma Vilela de Oliveira
SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
ENDEREÇO ELETRÔNICO: smg1civel@tjro.jus.br

Proc.: 0000955-54.2015.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:José Ribeiro da Silva
Advogado:Ligia Verônica Marmitt Guedes (OAB-RO 4195)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (NBO 020)
DESPACHO:
Vistos. Em razão da convocação desta magistrada para participação em reunião na cidade de Porto Velho/RO, redesigno a audiência anteriormente agendada para o dia 27.04.2017(fl. 81) para o dia 18.05.2017 às 8h15min neste juízo.Intimem-se as partes com URGÊNCIA.CUMPRAM-SE AS DILIGÊNCIAS NO PLANTÃO. Pratique-se o necessário.S. Miguel do Guaporé-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0000640-26.2015.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Thiago Cleber de Oliveira
Advogado:Eloir Candioto Rosa (RO 4355)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (NBO 020)
DESPACHO:
Vistos. Em razão da convocação desta magistrada para participação em reunião na cidade de Porto Velho/RO, redesigno a audiência anteriormente agendada para o dia 27.04.2017(fl. 115) para o dia 18.05.2017 às 8h45min neste juízo.Intimem-se as partes com URGÊNCIA.CUMPRAM-SE AS DILIGÊNCIAS NO PLANTÃO. Pratique-se o necessário.S. Miguel do Guaporé-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0238154-39.2009.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Pedro Pereira Santana
Advogado:Fernanda Nascimento Nogueira Candido Reis Almeida (OAB/RO 4738)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social Inss
Advogado:Procurador do INSS (RO 222)
DESPACHO:
Vistos. Em razão da convocação desta magistrada para participação em reunião na cidade de Porto Velho/RO, redesigno a audiência anteriormente agendada para o dia 27.04.2017(fl.135) para o dia 18.05.2017 às 10h45min neste juízo.Intimem-se as partes com URGÊNCIA.CUMPRAM-SE AS DILIGÊNCIAS NO PLANTÃO. Pratique-se o necessário.S. Miguel do Guaporé-RO, terça-feira, 18 de abril de 2017.Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito
Dilcinea Silvério Silva
Diretora de Cartório

# SERVENTIAS DE REGISTROS CIVIS DAS PESSOAS NATURAIS DO ESTADO DE RONDÔNIA

## PROCLAMAS

## COMARCA DE PORTO VELHO

## 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy - Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 046185 - Livro nº D-119 - Folha nº 193
Faço saber que pretendem se casar: JIUAN CHAVES ROQUE, solteiro, brasileiro, soldador, nascido em Porto Velho-RO, em 25 de Dezembro de 1984, residente e domiciliado em Porto Velho-RO, filho de João Silvino Roque - já falecido - naturalidade: Natal - Rio Grande do Norte e Maria Josina Chaves Roque - já falecida - naturalidade: Limoeiro do Norte - Ceará -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e ALCINEIDE MARIA FEITOSA, solteira, brasileira, do lar, nascida em Lábrea-AM, em 30 de Maio de 1983, residente e domiciliada em Porto Velho-RO, - naturalidade: filha de Antonia Maria Feitosa - agricultora - naturalidade: - Amazonas -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 18 de Abril de 2017
Marciel da Costa Silva
Escrevente

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy - Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 046186 - Livro nº D-119 - Folha nº 194
Faço saber que pretendem se casar: ESMESILDO CARMO LEÃO, solteiro, brasileiro, motoboy, nascido em Humaitá-AM, em 3 de Junho de 1979, residente e domiciliado em Porto Velho-RO, filho de Luiz Marques Leão - aposentado - naturalidade: Manicoré - Amazonas e Darcy do Carmo Leão - já falecida - naturalidade: Manicoré - Amazonas -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e VANESA CLEMENTE PORTEL, solteira, brasileira, vendedora, nascida em Pimenta Bueno-RO, em 5 de Março de 1987, residente e domiciliada em Porto Velho-RO, filha de Assis Francisco Portel - aposentado - naturalidade: Santo Antônio do Sudoeste - Paraná e Maria José Clemente Portel - do lar - naturalidade: Porto Esperidião - Mato Grosso -; pretendendo passar a assinar: VANESA CLEMENTE PORTEL LEÃO; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 18 de Abril de 2017
Marciel da Costa Silva
Escrevente

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy - Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 046187 - Livro nº D-119 - Folha nº 195
Faço saber que pretendem se casar: FRANCHS LUIZ GUEDES DÁVEIS, solteiro, brasileiro, pedreiro, nascido em Porto Velho-RO, em 27 de Outubro de 1972, residente e domiciliado em Porto Velho-RO, filho de Luiz Paulo Dáveis - já falecido - naturalidade: Porto Velho - Rondônia e Maria Angélica Guedes - aposentada - naturalidade: - Amazonas -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e ALCILEIDE FERNANDES DA COSTA, solteira, brasileira, do lar, nascida em Porto Velho-RO, em 1 de Janeiro de 1975, residente e domiciliada em Porto Velho-RO, filha de Francisco Lobato da Costa - aposentado - naturalidade: Rio Branco - Acre e Tereza Fernandes - falecida em 10/08/1993 - naturalidade: Rio Branco - Acre -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 18 de Abril de 2017
Marciel da Costa Silva
Escrevente

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy - Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 046188 - Livro nº D-119 - Folha nº 196
Faço saber que pretendem se casar: ANDERLON SANTOS FERREIRA, solteiro, brasileiro, autônomo, nascido em Porto Velho-RO, em 20 de Abril de 1996, residente e domiciliado em Porto Velho-RO, filho de Vanderlon Sampaio Ferreira - mestre de obras - naturalidade: Eirunepé - Amazonas e Maria do Socorro Santos - auxiliar de serviços gerais - naturalidade: Manaus - Amazonas -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e ALIENE DE FRANÇA BRITO, solteira, brasileira, do lar, nascida em Tucuruí-PA, em 15 de Abril de 1990, residente e domiciliada em Porto Velho-RO, filha de Antonio Feitosa Brito - operador de guindaste - naturalidade: - Maranhão e Maria de França Brito - agricultora - naturalidade: Mirador - Maranhão -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 18 de Abril de 2017
Marciel da Costa Silva
Escrevente

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy - Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 046189 - Livro nº D-119 - Folha nº 197
Faço saber que pretendem se casar: JÔNES AUGUSTO LOPES DA CRUZ, solteiro, brasileiro, contador, nascido em Porto Velho-

RO, em 15 de Agosto de 1989, residente e domiciliado em Porto Velho-RO, filho de José Augusto Lopes da Cruz - taxista - nascido em 08/04/1959 - naturalidade: Rio Branco - Acre e Maria Valéria da Cruz Marreiro - secretária - nascida em 25/01/1959 - naturalidade: Pendências - Rio Grande do Norte -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e JULIANA MATTE VACARO, solteira, brasileira, fonoaudióloga, nascida em Pimenta Bueno-RO, em 21 de Junho de 1987, residente e domiciliada em Porto Velho-RO, filha de Eugênio Vacaro - agricultor - nascido em 24/01/1957 - naturalidade: Marau - Rio Grande do Sul e Ivanice Angela Matte Vacaro - professora - nascida em 05/04/1965 - naturalidade: Chapecó - Santa Catarina -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 18 de Abril de 2017
Marciel da Costa Silva
Escrevente

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy - Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 046190 - Livro nº D-119 - Folha nº 198
Faço saber que pretendem se casar: CLEBSON DA SILVA MENDONÇA, solteiro, brasileiro, autônomo, nascido em Porto Velho-RO, em 17 de Junho de 1994, residente e domiciliado em Porto Velho-RO, filho de Raimundo Ribeiro Mendonça - marítimo - naturalidade: - Rondônia e Maria das Graças Ferreira da Silva - autônoma - naturalidade: - Rondônia -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e NADJA TRAJANO DE ARAÚJO, solteira, brasileira, autônoma, nascida em Porto Velho-RO, em 24 de Fevereiro de 1995, residente e domiciliada em Porto Velho-RO, filha de Antonio Ferreira de Araújo - já falecido - naturalidade: Porto Velho - Rondônia e Rita Freire Trajano - autônoma - naturalidade: Patos - Paraíba -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 18 de Abril de 2017
Marciel da Costa Silva
Escrevente

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy - Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 046191 - Livro nº D-119 - Folha nº 199
Faço saber que pretendem se casar: WILDE JEAN BEZERRA TABORGA, solteiro, brasileiro, vigilante, nascido em Guajará-Mirim-RO, em 24 de Junho de 1992, residente e domiciliado em Porto Velho-RO, filho de Waldemiro Taborga Loura - já falecido - naturalidade: Guajará-Mirim - Rondônia e Jania Mercado Bezerra - auxiliar de serviços gerais - naturalidade: Costa Marques - Rondônia -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e PATRÍCIA SANTOS CRUZ, solteira, brasileira, técnica de enfermagem, nascida em Porto Velho-RO, em 8 de Janeiro de 1989, residente e domiciliada em Porto Velho-RO, filha de José Ademir Nascimento Cruz - policial civil - nascido em 12/08/1952 - naturalidade: - Pará e Ana Maria Fonseca dos Santos - do lar - nascida em 04/12/1966 - naturalidade: Primavera - Pará -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 18 de Abril de 2017
Marciel da Costa Silva
Escrevente

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy - Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 046192 - Livro nº D-119 - Folha nº 200
Faço saber que pretendem se casar: MICHAEL JHONNANTAN BATISTA, divorciado, brasileiro, músico, nascido em Altamira-PA, em 13 de Dezembro de 1983, residente e domiciliado em Porto Velho-RO, - naturalidade: filho de Ana Rosicleia Batista - do lar - naturalidade: Altamira - Pará -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e MARIELE LEMOS PEREIRA, solteira, brasileira, servidora pública estadual, nascida em Porto Velho-RO, em 8 de Julho de 1982, residente e domiciliada em Porto Velho-RO, filha de Manoel Rodrigues Pereira - já falecido - naturalidade: Xapuri - Acre e Maria Dalva Lemos Pereira - aposentada - naturalidade: Porto Velho - Rondônia -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 18 de Abril de 2017
Marciel da Costa Silva
Escrevente

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy - Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 046193 - Livro nº D-120 - Folha nº 01
Faço saber que pretendem se casar: RAFAEL DA SILVA FERREIRA, solteiro, brasileiro, vendedor externo, nascido em Porto Velho-RO, em 22 de Setembro de 1993, residente e domiciliado em Porto Velho-RO, filho de Izaldo Nunes Ferreira - naturalidade: Porto Velho - Rorâima e Leila Maria da Silva - naturalidade: Porto Velho - Rondônia -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e LUCILENA MORAES PASSOS, solteira, brasileira, professora, nascida em Porto Velho-RO, em 13 de Agosto de 1970, residente e domiciliada em Porto Velho-RO, filha de Antonio Vieira Passos - naturalidade: Manaus - Amazonas e Ena Moraes Monteiro - naturalidade: Porto Velho - Rondônia -; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 18 de Abril de 2017
Marciel da Costa Silva
Escrevente

## 2º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL

2o OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL
HELENA SOARES OLIVEIRA CARVAJAL
OFICIALA DO REGISTRO CIVIL
E D I T A L D E P R O C L A M A S
LIVRO: 45-D FOLHA: 192 TERMO: 9003
Faz saber que pretendem casar-se, sob o regime da COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, os noivos: CLEUDIR KRUMMENAUER CARDOSO e IZADORA CHAVEZ DA SILVA. Ele, brasileiro, solteiro, com a profissão de contador, natural de Ji-Paraná/RO, nascido em 06 de agosto de 1989, residente na Rua Botafogo, 6205, Lagoinha, Porto Velho/RO, filho de JOSE APARECIDO CARDOSO e VARNI KRUMMENAUER CARDOSO, ambos residentes e domiciliados na cidade de Buritis/RO. Ela, brasileira, solteira, com a profissão de contadora, natural de Porto Velho/RO, nascida em 13 de novembro de 1991, residente na Rua Botafogo, 6205, Lagoinha, Porto Velho/RO, filha de JOSE JORGE DA SILVA e VERONICA CHAVEZ DIEZ, ambos residentes e domiciliados na cidade de Porto Velho/RO. E que após o casamento pretendemos nos chamar: CLEUDIR KRUMMENAUER CARDOSO (SEM ALTERAÇÃO) e IZADORA CHAVEZ DA SILVA CARDOSO. Apresentaram os Documentos Exigidos pelo Código Civil Brasileiro. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser afixado no prazo legal, em cartório.
Porto Velho, 18 de abril de 2017.
RHAISSA SOUSA BUZATTO DE OLIVEIRA
ESCREVENTE AUTORIZADA

2o OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL
HELENA SOARES OLIVEIRA CARVAJAL
OFICIALA DO REGISTRO CIVIL
E D I T A L D E P R O C L A M A S
LIVRO: 45-D FOLHA: 193 TERMO: 9004
Faz saber que pretendem casar-se, sob o regime da COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, os noivos: BARTOLOMEU FERREIRA LIMA e LUZIA ABADIA DOS SANTOS. Ele, brasileiro, solteiro, com a profissão de auxiliar de serviço gerais, natural de Humaitá-AM, nascido em 24 de agosto de 1963, residente na BR 319, KM 17, Zona Rural, Porto Velho, RO, filho de, residente e domiciliado na cidade de, e LUIZA FERREIRA LIMA (falecida há 32 anos), residente e domiciliada na cidade de, RO. Ela, brasileira, solteira, com a profissão de do lar, natural de Ceres-GO, nascida em 02 de novembro de 1968, residente na BR 319, KM 17, Zona Rural, Porto Velho, RO, filha de ELZIRO ABADIO DOS SANTOS (falecido há 25 ano), residente e domiciliado na cidade de, RO e ANITA MARIA DE JESUS (falecida há 21 anos), residente e domiciliada na cidade de, RO. E que após o casamento pretendemos nos chamar: BARTOLOMEU FERREIRA LIMA (SEM ALTERAÇÃO) e LUZIA ABADIA DOS SANTOS (SEM ALTERAÇÃO). Apresentaram os Documentos Exigidos pelo Código Civil Brasileiro. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser afixado no prazo legal, em cartório.
Porto Velho, 18 de abril de 2017.
RHAISSA SOUSA BUZATTO DE OLIVEIRA
ESCREVENTE AUTORIZADA

2o OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL
HELENA SOARES OLIVEIRA CARVAJAL
OFICIALA DO REGISTRO CIVIL
E D I T A L D E P R O C L A M A S
LIVRO: 45-D FOLHA: 194 TERMO: 9005
Faz saber que pretendem casar-se, sob o regime da COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, os noivos: ROBERTO FERNANDES GOMES e GIZELE SILVA CÂMARA. Ele, brasileiro, solteiro, com a profissão de motorista, natural de Porto Velho/RO, nascido em 27 de março de 1982, residente na Rua Florestan Fernandes, 4021, Bairro Tancredo Neves, Porto Velho/RO, filho de JOSÉ RIBAMAR DE OLIVEIRA GOMES e ANA MARIA DIAS FERNANDES, ambos residentes e domiciliados na cidade de Porto Velho/RO. Ela, brasileira, divorciada, com a profissão de autônoma, natural de Pinheiro/MA, nascida em 23 de maio de 1983, residente na Rua Florestan Fernandes, 4021, Bairro Tancredo Neves, Porto Velho/RO, filha de MARIA DA GRAÇA SILVA CÂMARA, residente e domiciliada na cidade de Porto Velho/RO. E que após o casamento pretendemos nos chamar: ROBERTO FERNANDES GOMES (SEM ALTERAÇÃO) e GIZELE SILVA CÂMARA FERNANDES. Apresentaram os Documentos Exigidos pelo Código Civil Brasileiro. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser afixado no prazo legal, em cartório.
Porto Velho, 18 de abril de 2017.
RHAISSA SOUSA BUZATTO DE OLIVEIRA
ESCREVENTE AUTORIZADA

## 4º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
COMARCA DE PORTO VELHO
4º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL
Oficiala Titular – Ivani Cardoso Cândido de Oliveira
Rua Dom Pedro II, 1039, Centro, CEP: 78900-010
Fone/ Fax: (69) 3224-6442 e 3224-6462
EDITAL DE PROCLAMAS
PROCESSO DE HABILITAÇÃO Nº 10954
Livro nº D-55 Fls. nº 164
Faço saber que pretendem se casar LENÍLSON DE SOUZA BATISTA e ÂNGELA DA SILVA LEITE que apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, nº I, III e IV do Código Civil brasileiro. O regime de bens a ser adotado é o de comunhão parcial de bens. Ele é natural de Porto Velho, Estado de Rondônia, nascido em 05 de junho de 1985, de estado civil solteiro, de profissão autônomo, residente e domiciliado na Rua Esron de Menezes, 2156, bairro Mocambo, nesta cidade, filho de LOURIVAL BATISTA MEDEIROS e HELENA PESSOA DE SOUZA, que passará a chamar-se LENÍLSON DE SOUZA BATISTA. Ela é natural de Porto Velho, Estado de Rondônia, nascida em 27 de janeiro de 1984, de estado civil solteira, de profissão manicure, residente e domiciliada na Rua Esron de Menezes, 2156, bairro Mocambo, nesta cidade, filha de ANTÔNIO RIBEIRO LEITE e MARIA DO ROSÁRIO ALVES DA SILVA, que passará a chamar-se ÂNGELA DA SILVA LEITE BATISTA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser fixado em Cartório no lugar de costume e enviado cópias para ser publicada pelo Diário Oficial. Oficial R$ 76,05; FUJU: R$ 15,21; FUNDEP: R$ 5,70; FUNDIMPER: R$ 5,70; FUMORPGE: R$ 5,70; Selo: R$ 1,02; Total R$ 109,38.
Porto Velho - RO, 12 de abril de 2017.
Valmara Rodrigues Reis
Escrevente Autorizada

EDITAL DE PROCLAMAS
PROCESSO DE HABILITAÇÃO Nº 10958
Livro nº D-55 Fls. nº 168
Faço saber que pretendem se casar FELIPE WILSON MARQUES SCHITTINI e ANA PAULA SAMPAIO FERREIRA SANTOS que apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, nº I, III e IV do Código Civil brasileiro. O regime de bens a ser adotado é o de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Ele é natural de Curitiba, Estado do Paraná, nascido em 16 de outubro de 1988, de estado civil solteiro, de profissão médico, residente e domiciliado na Avenida Presidente Dutra, 4150, Bairro Olaria, nesta cidade, filho de NEWTON SCHITTINI e LUCILENE MARQUES SCHITTINI, que passará a chamar-se FELIPE WILSON MARQUES SCHITTINI. Ela

é natural de Teresina, Estado do Piauí, nascida em 26 de julho de 1993, de estado civil solteira, de profissão estudante, residente e domiciliada na Avenida Presidente Dutra, 4150, Bairro Olaria, nesta cidade, filha de GILBERTO SAMPAIO DOS SANTOS e VALDELÍDIA FERREIRA DE SOUSA, que passará a chamar-se ANA PAULA SAMPAIO FERREIRA SANTOS SCHITTINI. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser fixado em Cartório no lugar de costume e enviado cópias para ser publicada pelo Diário Oficial. Oficial R$ 76,05; FUJU: R$ 15,21; FUNDEP: R$ 5,70; FUNDIMPER: R$ 5,70; FUMORPGE: R$ 5,70; Selo: R$ 1,02; Total R$ 109,38. Porto Velho - RO, 13 de abril de 2017.
Valmara Rodrigues Reis
Escrevente Autorizada

EDITAL DE PROCLAMAS
PROCESSO DE HABILITAÇÃO Nº 10959
Livro nº D-55 Fls. nº 169
Faço saber que pretendem se casar REGINALDO DE JESUS e MARIA GEÍSA LOPES DA SILVA que apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, nº I, III, IV e V do Código Civil brasileiro. O regime de bens a ser adotado é o de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Ele é natural de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, nascido em 28 de julho de 1978, de estado civil divorciado, de profissão vigilante, residente e domiciliado na Rua Taciana de Abreu, 7687, bairro JK II, nesta cidade, filho de ANESTINO DE JESUS e ANGELA APARECIDA DE JESUS, que passará a chamar-se REGINALDO DE JESUS. Ela é natural de Grajaú, Estado do Maranhão, nascida em 23 de junho de 1976, de estado civil divorciada, de profissão instrutora, residente e domiciliada na Rua Taciana de Abreu, 7687, bairro JK II, nesta cidade, filha de MANOEL DA SILVA ABREU e MARIA JOSÉ LOPES DA SILVA, que passará a chamar-se MARIA GEÍSA LOPES DA SILVA DE JESUS. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser fixado em Cartório no lugar de costume e enviado cópias para ser publicada pelo Diário Oficial. Oficial R$ 76,05; FUJU: R$ 15,21; FUNDEP: R$ 5,70; FUNDIMPER: R$ 5,70; FUMORPGE: R$ 5,70; Selo: R$ 1,02; Total R$ 109,38. Porto Velho - RO, 13 de abril de 2017.
Valmara Rodrigues Reis
Escrevente Autorizada

EDITAL DE PROCLAMAS
PROCESSO DE HABILITAÇÃO Nº 10960
Livro nº D-55 Fls. nº 170
Faço saber que pretendem se casar WÁRGNER JÚDSON ALMEIDA PEREIRA e MARIA FRANCISCA DOS SANTOS PIRES que apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, nº I, III e IV do Código Civil brasileiro. O regime de bens a ser adotado é o de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Ele é natural de O Lugar Maracaçumé, município de Godofredo Viana, Estado do Maranhão, nascido em 02 de fevereiro de 1994, de estado civil solteiro, de profissão auxiliar de depósito, residente e domiciliado na Rua Anari, 5227, bairro Floresta, nesta cidade, filho de JOÃO BATISTA PEREIRA e MARIA RAIMUNDA DOS SANTOS ALMEIDA, que passará a chamar-se WÁRGNER JÚDSON ALMEIDA PEREIRA. Ela é natural de Presidente Médici, Estado do Maranhão, nascida em 18 de julho de 1991, de estado civil solteira, de profissão do lar, residente e domiciliada na Rua Anari, 5227, bairro Floresta, nesta cidade, filha de FRANCISCO CARDOSO PIRES e VALDIRENE ALVES DOS SANTOS, que passará a chamar-se MARIA FRANCISCA DOS SANTOS PIRES ALMEIDA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser fixado em Cartório no lugar de costume e enviado cópias para ser publicada pelo Diário Oficial. Isento de Emolumentos, Custas e Selos. Porto Velho - RO, 13 de abril de 2017.
Valmara Rodrigues Reis
Escrevente Autorizada

EDITAL DE PROCLAMAS
PROCESSO DE HABILITAÇÃO Nº 10961
Livro nº D-55 Fls. nº 171
Faço saber que pretendem se casar RAIMUNDO ALMEIDA DE LIMA e ANTONIA DE SOUZA GOMES APURINÃ que apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, nº I, III e IV do Código Civil brasileiro. O regime de bens a ser adotado é o de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Ele é natural de em lugar denominado Boca do Ituxy, Município de Lábrea, Estado do Amazonas, nascido em 09 de fevereiro de 1995, de estado civil solteiro, de profissão zelador, residente e domiciliado na Rua Piaçaba, 7727, Bairro Nacional, nesta cidade, filho de ANTONIO MOREIRA DE LIMA e RAIMUNDA DA SILVA ALMEIDA, que passará a chamar-se RAIMUNDO ALMEIDA LIMA. Ela é natural de lugar denominado Praia do Chama, Município de Lábrea, Estado do Amazonas, nascida em 09 de março de 1999, de estado civil solteira, de profissão do lar, residente e domiciliada na Rua Piaçaba, 7727, Bairro Nacional, nesta cidade, filha de MANOEL MONTEIRO GOMES APURINÃ e MARIA RITA EVANGELISTA SOUZA, que passará a chamar-se ANTONIA DE SOUZA GOMES APURINÃ. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser fixado em Cartório no lugar de costume e enviado cópias para ser publicada pelo Diário Oficial.Isento de Custas e Emolumentos. Porto Velho - RO, 13 de abril de 2017.
Valmara Rodrigues Reis
Escrevente Autorizada

EDITAL DE PROCLAMAS
PROCESSO DE HABILITAÇÃO Nº 10962
Livro nº D-55 Fls. nº 172
Faço saber que pretendem se casar FLÁVIO LOPES DA SILVA e JÉSSICA FONSECA DA SILVA que apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, nº I, III e IV do Código Civil brasileiro. O regime de bens a ser adotado é o de comunhão parcial de bens. Ele é natural de Porto Velho, Estado de Rondônia, nascido em 25 de setembro de 1989, de estado civil solteiro, de profissão operador de sala de controle, residente e domiciliado na Rua Antônio Vivaldi, 6356, bairro Aponiã, nesta cidade, filho de JOÉLSON MACEDO DA SILVA e ROMILDA DE JESUS LOPES, que passará a chamar-se FLÁVIO LOPES DA SILVA. Ela é natural de Porto Velho, Estado de Rondônia, nascida em 05 de outubro de 1989, de estado civil solteira, de profissão operadora de caixa, residente e domiciliada na Rua Antônio Vivaldi, 6356, bairro Aponiã, nesta cidade, filha de JEFERSON JOSÉ RODRIGUES DA SILVA e MARIA DAS GRAÇAS FONSECA DA CUNHA, que passará a chamar-se JÉSSICA FONSECA DA SILVA LOPES. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser fixado em Cartório no lugar de costume e enviado cópias para ser publicada pelo Diário Oficial. Oficial R$ 76,05; FUJU: R$ 15,21; FUNDEP: R$ 5,70; FUNDIMPER: R$ 5,70; FUMORPGE: R$ 5,70; Selo: R$ 1,02; Total R$ 109,38. Porto Velho - RO, 13 de abril de 2017.
Valmara Rodrigues Reis
Escrevente Autorizada

EDITAL DE PROCLAMAS
PROCESSO DE HABILITAÇÃO Nº 10963
Livro nº D-55 Fls. nº 173
Faço saber que pretendem se casar WESTERLEY NONATO DA SILVA e CARLA JOYSLANE CELESTINO DE OLIVEIRA que apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, nº I, III e IV do Código Civil brasileiro. O regime de bens a ser adotado é o de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Ele é natural de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, nascido em 22 de fevereiro de 1985, de estado civil solteiro, de profissão eletricista, residente e domiciliado na Rua Tangará nº 1658, bairro Castanheira, nesta cidade, filho de ARNALDO JOSÉ DA SILVA e GERALDA APARECIDA DA SILVA, que passará a chamar-se WESTERLEY NONATO DA SILVA. Ela é natural de Porto Velho, Estado de Rondônia, nascida em 02 de julho de 1998, de estado civil solteira, de profissão do lar, residente

e domiciliada na Rua Triângulo nº 1845, bairro Castanheira, nesta cidade, filha de JOSÉ CARLOS FLORES DE OLIVEIRA e MARINEIDE CELESTINO DA SILVA, que passará a chamar-se CARLA JOYSLANE CELESTINO DE OLIVEIRA DA SILVA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser fixado em Cartório no lugar de costume e enviado cópias para ser publicada pelo Diário Oficial. Oficial R$ 76,05; FUJU: R$ 15,21; FUNDEP: R$ 5,70; FUNDIMPER: R$ 5,70; FUMORPGE: R$ 5,70; Selo: R$ 1,02; Total R$ 109,38. Porto Velho - RO, 17 de abril de 2017.
Valmara Rodrigues Reis
Escrevente Autorizada

EDITAL DE PROCLAMAS
PROCESSO DE HABILITAÇÃO Nº 10964
Livro nº D-55 Fls. nº 174
Faço saber que pretendem se casar LUIZ CARLOS HOTE e ANA PAULA DE AGUIAR MENDES que apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, nº I, III, IV e V do Código Civil brasileiro. O regime de bens a ser adotado é o de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Ele é natural de Ouro Preto do Oeste, Estado de Rondônia, nascido em 28 de setembro de 1994, de estado civil solteiro, de profissão militar, residente e domiciliado na Rua Beco, 600, bairro Mato Grosso, nesta cidade, filho de ORLANDO HOTE e MARIA NEUSA HOTE, que passará a chamar-se LUIZ CARLOS HOTE. Ela é natural de Porto Velho, Estado de Rondônia, nascida em 19 de setembro de 1988, de estado civil divorciada, de profissão estudante, residente e domiciliada na Rua Beco, 600, bairro Mato Grosso, nesta cidade, filha de EDSON FÉLIX MENDES e MARIA JOSÉ DE AGUIAR EMILÃO, que passará a chamar-se ANA PAULA DE AGUIAR MENDES HOTE. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser fixado em Cartório no lugar de costume e enviado cópias para ser publicada pelo Diário Oficial. Isento de Emolumentos, Custas e Selos. Porto Velho - RO, 17 de abril de 2017.
Valmara Rodrigues Reis
Escrevente Autorizada

EDITAL DE PROCLAMAS
PROCESSO DE HABILITAÇÃO Nº 10965
Livro nº D-55 Fls. nº 175
Faço saber que pretendem se casar ITANAR LAZZARI e JUCYÉ MARTINS PEREIRA que apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, nº I, III e IV do Código Civil brasileiro. O regime de bens a ser adotado é o de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Ele é natural de Catuípe, Estado do Rio Grande do Sul, nascido em 09 de outubro de 1974, de estado civil solteira, de profissão autônomo, residente e domiciliado na rua Ester Sales, 1413, bairro Agenor de Carvalho, nesta cidade, filho de FERMINO LAZZARI e CLAIR MARIA LAZZARI, que passará a chamar-se ITANAR LAZZARI. Ela é natural de Comunidade São Thomé - Lago do Itapaiuna, Município de Itacoatiara, Estado do Amazonas, nascida em 02 de agosto de 1987, de estado civil solteira, de profissão autônoma, residente e domiciliada na rua Ester Sales, 1413, bairro Agenor de Carvalho, nesta cidade, filha de PAULINO MARTINS PEREIRA e NELEY MARTINS PEREIRA, que passará a chamar-se JUCYÉ MARTINS PEREIRA LAZZARI. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser fixado em Cartório no lugar de costume e enviado cópias para ser publicada pelo Diário Oficial. Oficial R$ 76,05; FUJU: R$ 15,21; FUNDEP: R$ 5,70; FUNDIMPER: R$ 5,70; FUMORPGE: R$ 5,70; Selo: R$ 1,02; Total R$ 109,38. Porto Velho - RO, 17 de abril de 2017.
Valmara Rodrigues Reis
Escrevente Autorizada

EDITAL DE PROCLAMAS
PROCESSO DE HABILITAÇÃO Nº 10966
Livro nº D-55 Fls. nº 176
Faço saber que pretendem se casar EDUARDO FERNANDES ARGÔLO e ISABEL SANTOS LIMA que apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, nº I, III, IV e V do Código Civil brasileiro. O regime de bens a ser adotado é o de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Ele é natural de Porto Velho, Estado de Rondônia, nascido em 22 de novembro de 1989, de estado civil divorciado, de profissão assessor comercial, residente e domiciliado na Rua Salvador Dali, 7606, Bairro Escola de Polícia, nesta cidade, filho de WALDEMIR MAIA ARGÔLO e FRANCICLEUMA DA SILVA FERNANDES, que passará a chamar-se EDUARDO FERNANDES ARGÔLO. Ela é natural de Porto Velho, Estado de Rondônia, nascida em 30 de junho de 1998, de estado civil solteira, de profissão operadora de caixa, residente e domiciliada na Rua Turmalina, 9823, Bairro Jardim Santana, nesta cidade, filha de GILDO DA SILVA LIMA e MARCIA REGINA DA SILVA SANTOS LIMA, que passará a chamar-se ISABEL SANTOS LIMA ARGÔLO. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser fixado em Cartório no lugar de costume e enviado cópias para ser publicada pelo Diário Oficial. Oficial R$ 76,05; FUJU: R$ 15,21; FUNDEP: R$ 5,70; FUNDIMPER: R$ 5,70; FUMORPGE: R$ 5,70; Selo: R$ 1,02; Total R$ 109,38. Porto Velho - RO, 17 de abril de 2017.
Valmara Rodrigues Reis
Escrevente Autorizada

EDITAL DE PROCLAMAS
PROCESSO DE HABILITAÇÃO Nº 10967
Livro nº D-55 Fls. nº 177
Faço saber que pretendem se casar DAVID AMARAL CAMARGO e MISSILENE GERALDA SOARES DE CARVALHO que apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, nº I, III e IV do Código Civil brasileiro. O regime de bens a ser adotado é o de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Ele é natural de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, nascido em 22 de novembro de 1977, de estado civil solteiro, de profissão construtor civil, residente e domiciliado na Rua Jaqueline Ferry nº 1614, bairro Flamboyant, nesta cidade, filho de MAURICIO RAMOS DE CAMARGO e IZABEL AMARAL CAMARGO, que passará a chamar-se DAVID AMARAL CAMARGO. Ela é natural de Porto Velho, Estado de Rondônia, nascida em 26 de setembro de 1978, de estado civil solteira, de profissão do lar, residente e domiciliada na Rua Jaqueline Ferry nº 1614, bairro Flamboyant, nesta cidade, filha de OTELINA SOARES DE CARVALHO, que passará a chamar-se MISSILENE GERALDA SOARES DE CARVALHO CAMARGO. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser fixado em Cartório no lugar de costume e enviado cópias para ser publicada pelo Diário Oficial. Isento de Emolumentos, Custas e Selo. Porto Velho - RO, 18 de abril de 2017.
Valmara Rodrigues Reis
Escrevente Autorizada

EDITAL DE PROCLAMAS
PROCESSO DE HABILITAÇÃO Nº 10968
Livro nº D-55 Fls. nº 178
Faço saber que pretendem se casar VALDECI MOREIRA DA SILVA e VANESSA DA LAQUA que apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, nº I, III e IV do Código Civil brasileiro. O regime de bens a ser adotado é o de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Ele é natural de Presidente Médici, Estado de Rondônia, nascido em 27 de outubro de 1984, de estado civil solteiro, de profissão pedreiro, residente e domiciliado na Estrada do Belmont, Ramal Sabá, Zona Rural, nesta cidade, filho de BAILON MOREIRA DA SILVA e MARIA MADALENA DO NASCIMENTO SILVA, que passará a chamar-se VALDECI MOREIRA DA SILVA. Ela é natural de Porto Velho, Estado de Rondônia, nascida em 17 de março de 1990, de estado civil solteira, de profissão atendente, residente e domiciliada na Estrada do Belmont, Ramal Sabá, Zona Rural, nesta cidade, filha de ROSIMAR DA LAQUA, que passará a chamar-se VANESSA DA LAQUA DA SILVA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser fixado em Cartório no lugar de costume e enviado cópias para ser publicada pelo Diário Oficial. Isento de Emolumentos, Custas e Selo. Porto Velho - RO, 18 de abril de 2017.
Valmara Rodrigues Reis
Escrevente Autorizada

EDITAL DE PROCLAMAS
PROCESSO DE HABILITAÇÃO Nº 10969
Livro nº D-55 Fls. nº 179
Faço saber que pretendem se casar DENIS LIMA PEREIRA DA CRUZ e ANA PAULA RODRIGUES DA SILVA que apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, nº I, III e IV do Código Civil brasileiro. O regime de bens a ser adotado é o de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Ele é natural de Boa Vista, Estado de Roraima, nascido em 28 de dezembro de 1982, de estado civil solteiro, de profissão agricultor, residente e domiciliado na Rua José Ribeiro Filho, 1388, bairro São João Bosco, nesta cidade, filho de PEDRO PEREIRA DA CRUZ e VERA LÚCIA NASCIMENTO DE LIMA, que passará a chamar-se DENIS LIMA PEREIRA DA CRUZ. Ela é natural de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, nascida em 17 de dezembro de 1988, de estado civil solteira, de profissão agricultora, residente e domiciliada na Rua José Ribeiro Filho, 1388, bairro São João Bosco, nesta cidade, filha de MARILENE RODRIGUES DA SILVA, que passará a chamar-se ANA PAULA RODRIGUES DA SILVA LIMA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser fixado em Cartório no lugar de costume e enviado cópias para ser publicada pelo Diário Oficial. Oficial R$ 76,05; FUJU: R$ 15,21; FUNDEP: R$ 5,70; FUNDIMPER: R$ 5,70; FUMORPGE: R$ 5,70; Selo: R$ 1,02; Total R$ 109,38. Porto Velho - RO, 18 de abril de 2017.
Valmara Rodrigues Reis
Escrevente Autorizada

EDITAL DE PROCLAMAS
PROCESSO DE HABILITAÇÃO Nº 10970
Livro nº D-55 Fls. nº 180
Faço saber que pretendem se casar JOSÉ MONTEIRO DA SILVA NETO e MARILENE PRUDENCIO OLIVEIRA que apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, nº I, III e IV do Código Civil brasileiro. O regime de bens a ser adotado é o de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Ele é natural de Maracanaú, Estado do Ceará, nascido em 15 de outubro de 1956, de estado civil divorciado, de profissão motorista, residente e domiciliado na Rua Ana Caucáia nº 7044, bairro Lagoinha, nesta cidade, filho de PEDRO NEGAO DA SILVA e ANTONIETA MONTEIRO DA SILVA, que passará a chamar-se JOSÉ MONTEIRO DA SILVA NETO. Ela é natural de Pedreiras, Estado do Maranhão, nascida em 15 de novembro de 1963, de estado civil solteira, de profissão funcionária pública, residente e domiciliada na Rua Ana Caucáia nº 7044, bairro Lagoinha, nesta cidade, filha de GERVAZIO PRUDENCIO DE OLIVEIRA e JULIA JOAQUINA DE OLIVEIRA, que passará a chamar-se MARILENE PRUDENCIO OLIVEIRA MONTEIRO. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser fixado em Cartório no lugar de costume e enviado cópias para ser publicada pelo Diário Oficial. Oficial R$ 76,05; FUJU: R$ 15,21; FUNDEP: R$ 5,70; FUNDIMPER: R$ 5,70; FUMORPGE: R$ 5,70; Selo: R$ 1,02; Total R$ 109,38. Porto Velho - RO, 18 de abril de 2017.
Valmara Rodrigues Reis
Escrevente Autorizada

## 5º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL

5º OFICIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS DA COMARCA DE PORTO VELHO-RO
ROBERTA DE FARIAS FEITOSA
OFICIALA E TABELIÃ
LIVRO D-001 FOLHA ·117
TERMO ·0000117
EDITAL DE PROCLAMAS
··157586 01 55 2017 6 00001 117 0000117 01
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
·ALAN CAIZER FREITAS CANTANHÊDE, de nacionalidade ·brasileiro, de profissão ·vendedor, de estado civil ·solteiro, natural ·de Porto Velho-RO, onde nasceu no dia ·18 de dezembro de 1981, residente e domiciliado ·na Rua Jacobina, n° 2250, Bairro Marcos Freire, em Porto Velho-RO, filho de ·JOÃO CANTANHÊDE LIMA FILHO e de NELY DE SOUZA FREITAS CANTANHÊDE; e ·LANA LETÍCIA LABORDA DA SILVA de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·estudante, de estado civil ·solteira, natural ·de Porto Velho-RO, onde nasceu no dia ·19 de março de 1989, residente e domiciliada ·na Rua Uruguai, n° 449, Bairro Nova Porto Velho, em Porto Velho-RO, filha de ·WALDINEY PAES DA SILVA e de MARIA LARRIS LABORDA.
O Regime de bens a viger a partir do casamento é o da ·Comunhão Parcial de Bens. E que após o casamento, o contraente ·continuou a adotar o nome de ·ALAN CAIZER FREITAS CANTANHÊDE e a contraente ·continuou a adotar o nome de ·LANA LETÍCIA LABORDA DA SILVA
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.
·Porto Velho-·RO, ·18 de abril de 2017.

## CANDEIAS DO JAMARI

LIVRO D-008 FOLHA 197 TERMO 002097
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 2.097
095869 01 55 2017 6 00008 197 0002097 86
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, II, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ARTUR SANTOS LIMA e ELEN RAISLAINE DA SILVA SANTOS.
ELE, de nacionalidade brasileira, auxiliar de produção, solteiro, natural de Altamira do Maranhão-MA, onde nasceu no dia 18 de janeiro de 1997, residente e domiciliado na rua Colibri, s/nº, bairro Planalto, em Candeias do Jamari-RO, filho de EDIVAN FERREIRA LIMA e de ANILDE SANTOS LIMA;
ELA, de nacionalidade brasileira, estudante, solteira, natural de São Miguel do Guaporé-RO, onde nasceu no dia 03 de novembro de 1999, residente e domiciliada na rua JK, n° 468, bairro União, em Candeias do Jamari-RO, filha de ELIAS RIBEIRO DOS SANTOS e de ROSILENE EMIDIO DA SILVA SANTOS.
O regime adotado é o da Comunhão Parcial de Bens.
A noiva após o casamento passará a assinar: ELEN RAISLAINE DA SILVA SANTOS LIMA e o noivo continuará a assinar o mesmo nome.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Candeias do Jamari-RO, 12 de abril de 2017.
Luduvico Fasolo
Oficial

LIVRO D-008 FOLHA 198 TERMO 002098
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 2.098
095869 01 55 2017 6 00008 198 0002098 84
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: MARCELO CARDOSO MACEDO e REGINA DA SILVA BRAGA.
ELE, de nacionalidade brasileira, motorista, solteiro, natural de Porto Velho-RO, onde nasceu no dia 27 de outubro de 1985, residente e domiciliado na rua 21 de Abril, n° 224, bairro União, em Candeias do Jamari-RO, filho de JOSE PINTO DE MACEDO e de MARIA HELENA CARDOSO DO NASCIMENTO;

ELA, de nacionalidade brasileira, auxiliar de cozinha, solteira, natural de Boca do Acre-AM, onde nasceu no dia 06 de maio de 1995, residente e domiciliada na rua 21 de Abril, n° 224, bairro União, em Candeias do Jamari-RO, filha de ANTONIO DA CRUZ BRAGA e de MARIA ANTONIA LIMA DA SILVA.
O regime adotado é o da Comunhão Parcial de Bens.
A noiva após o casamento passará a assinar: REGINA DA SILVA BRAGA MACEDO e o noivo continuará a assinar o mesmo nome.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Candeias do Jamari-RO, 13 de abril de 2017.
Luduvico Fasolo
Oficial

LIVRO D-008 FOLHA 199 TERMO 002099
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 2.099
095869 01 55 2017 6 00008 199 0002099 82
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: FABIANO FERREIRA DE ALENCAR e GREICEMARA DE JESUS SANTOS.
ELE, de nacionalidade brasileira, planista, solteiro, natural de Aquidauana-MS, onde nasceu no dia 10 de abril de 1988, residente e domiciliado na rua do Sol, n° 1954, Distrito Triunfo, em Candeias do Jamari-RO, filho de GILMAR FERREIRA DE ALENCAR e de MARIA APARECIDA DE ALENCAR;
ELA, de nacionalidade brasileira, do lar, solteira, natural de Monte Negro-RO, onde nasceu no dia 09 de janeiro de 1996, residente e domiciliada na rua do Sol, n° 1954, Distrito Triunfo, em Candeias do Jamari-RO, filha de LEUDIRALVA MARIA DOS SANTOS.
O regime adotado é o da Comunhão Parcial de Bens.
Os noivos após o casamento continuarão a assinar o mesmo nome.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Candeias do Jamari-RO, 18 de abril de 2017.
Luduvico Fasolo
Oficial

## COMARCA DE ARIQUEMES

## ARIQUEMES

## 1º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL

CARTÓRIO DANTAS MOTA - 1º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS, INTERDIÇÕES E TUTELAS E TABELIONATO DE NOTAS DE ARIQUEMES
Alameda Brasília, nº 2305, Setor 03 – Ariquemes-RO – CEP: 76.870-510
Fone: (69) 3535.5547/3536.0943 - cartorioariquemes@gmail.com
Ynara Ramalho Dantas Mota – Registradora

LIVRO ·D-050 TERMO ·017178 FOLHA ·148
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·17.178
Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
·PATRICK FELIPE SILVA DE SANTANA, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·Repositor de Mercadoria, de estado civil ·solteiro, natural ·de Fortaleza-CE, onde nasceu no dia ·26 de outubro de 1993, residente e domiciliado ·na Rua Piraiba, 1634, Setor Industrial, em Ariquemes-RO, filho de ·JOEL CHARLES FRANÇA DE SANTANA e de ROSICLEIA SANTOS DA SILVA; e ·ANA PAULA DOS SANTOS DE ANDRADE, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·Secretária, de estado civil ·solteira, natural ·de Vilhena-RO, onde nasceu no dia ·16 de novembro de 1993, residente e domiciliada ·na Rua Piraiba, 1634, Setor Industrial, em Ariquemes-RO, filha de ·PAULO CAZUZA DE ANDRADE e de ZILÁ DE OLIVEIRA DOS SANTOS DE ANDRADE.
O Regime de bens a ser adotado será ·Comunhão Parcial de Bens·.
QUE, APÓS o casamento, o declarante ·passará a adotar o nome de ·PATRICK FELIPE SILVA DE SANTANA DOS SANTOS.
QUE, APÓS o casamento, a declarante ·passará a adotar o nome de ·ANA PAULA DOS SANTOS DE ANDRADE SILVA··.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia.
·Ariquemes-·RO, ·13 de abril de 2017.
Ynara Ramalho Dantas Mota
Registradora

LIVRO ·D-050 TERMO ·017179 FOLHA ·149
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·17.179
Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
·FABRICIO CAMURÇA MUNIZ, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·Auxiliar em Saúde Bucal, de estado civil ·divorciado, natural ·de Boca do Acre-AM, onde nasceu no dia ·08 de maio de 1979, residente e domiciliado ·na Rua Mara, 419, Bairro Jardim Jorge Teixeira, em Ariquemes-RO, filho de ·HELVÉCIO BARROS MUNIZ e de MARIA DO PERPETUO SOCORRO CAMURÇA MUNIZ; e ·CIRÇA APARECIDA DA SILVA SANTOS, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·Fisioterapeuta, de estado civil ·solteira, natural ·de Guajará-Mirim-RO, onde nasceu no dia ·03 de março de 1987, residente e domiciliada ·na Rua Guanumbí, 915, Setor 02, em Ariquemes-RO, filha de ·ISRAEL LIMA SANTOS e de RAIMUNDA CARIAS DA SILVA SANTOS.
O Regime de bens a ser adotado será ·Comunhão Parcial de Bens·.
QUE, APÓS o casamento, o declarante ·continuará a adotar o nome de ·FABRICIO CAMURÇA MUNIZ.
QUE, APÓS o casamento, a declarante ·passará a adotar o nome de ·CIRÇA APARECIDA DA SILVA SANTOS CAMURÇA··.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia.
·Ariquemes-·RO, ·13 de abril de 2017.
Ynara Ramalho Dantas Mota
Registradora

LIVRO ·D-050 TERMO ·017180 FOLHA ·150
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·17.180
Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
·LEONARDO FERREIRA PINHEIRO, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·Estudante, de estado civil ·solteiro, natural ·de Ariquemes-RO, onde nasceu no dia ·23 de julho de 1993, residente e domiciliado ·na Rua Guanumbi, 1020, Setor 02, em Ariquemes-RO, filho de ·JOSÉ ALFREDO PINHEIRO e de LEONILDE DA SILVA FERREIRA; e ·RAFAELA DA COSTA ROMERO, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·Esteticista, de estado civil ·solteira, natural ·de Ariquemes-RO, onde nasceu no dia ·24 de agosto de 1993, residente e domiciliada ·na Rua Bougainvillea, 2193, Setor 04, em Ariquemes-RO, filha de ·MARCOS FERNANDES ROMERO e de DYRCE DA COSTA.

O Regime de bens a ser adotado será ·Comunhão Parcial de Bens·.
QUE, APÓS o casamento, o declarante ·continuará a adotar o nome de ·LEONARDO FERREIRA PINHEIRO.
QUE, APÓS o casamento, a declarante ·passará a adotar o nome de ·RAFAELA DA COSTA ROMERO PINHEIRO··.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia.
·Ariquemes-·RO, ·17 de abril de 2017.
Ynara Ramalho Dantas Mota
Registradora

LIVRO ·D-050 TERMO ·017181 FOLHA ·151
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·17.181
Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
·DIEGO FERREIRA AMORIM, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·Entregador, de estado civil ·solteiro, natural ·de Porto Velho-RO, onde nasceu no dia ·04 de maio de 1991, residente e domiciliado ·na Rua Rio Negro, 2151, Setor Grandes Áreas, em Ariquemes-RO, filho de ·OZANAR SANTOS AMORIM e de NEIDE FERREIRA DE SOUZA; e ·KÉSIA THAÍSA DA ROCHA RUAS, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·Auxiliar Administrativo, de estado civil ·solteira, natural ·de Ariquemes-RO, onde nasceu no dia ·23 de novembro de 1997, residente e domiciliada ·na Rua Andorinhas, 1520, Setor 02, em Ariquemes-RO, filha de ·ALCELINO GONÇALVES RUAS e de ELISANGELA LEMES DA ROCHA.
O Regime de bens a ser adotado será ·Comunhão Parcial de Bens·.
QUE, APÓS o casamento, o declarante ·continuará a adotar o nome de ·DIEGO FERREIRA AMORIM.
QUE, APÓS o casamento, a declarante ·continuará a adotar o nome de ·KÉSIA THAÍSA DA ROCHA RUAS··.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia.
·Ariquemes-·RO, ·17 de abril de 2017.
Ynara Ramalho Dantas Mota
Registradora

LIVRO ·D-050 TERMO ·017182 FOLHA ·152
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·17.182
Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
·FERNANDO DIAS MASSARANDUBA, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·Moto Boy, de estado civil ·solteiro, natural ·de Ariquemes-RO, onde nasceu no dia ·25 de junho de 1991, residente e domiciliado ·na Rua Belo Horizonte, 4118, Setor 09, em Ariquemes-RO, filho de ·PAULO SERGIO MASSARANDUBA e de ELIANY DIAS MOURA; e ·CARLA LEANDRO OSÓRIO, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·Balconista, de estado civil ·solteira, natural ·de Conselheiro Pena-MG, onde nasceu no dia ·04 de fevereiro de 1992, residente e domiciliada ·na Rua Garrote,1975, Setor 12, em Ariquemes-RO, filha de ·CARLOS OSÓRIO DA SILVA e de LUZIA LEANDRO RIBEIRO.
O Regime de bens a ser adotado será ·Comunhão Universal de Bens·, conforme Escritura de Pacto Antenupcial lavrada no dia 17/04/2017, no livro 139, folha 179 do 1º Ofício de Registro Civil e Notas da Comarca de Ariquemes-RO.
QUE, APÓS o casamento, o declarante ·continuará a adotar o nome de ·FERNANDO DIAS MASSARANDUBA.
QUE, APÓS o casamento, a declarante ·continuará a adotar o nome de ·CARLA LEANDRO OSÓRIO··.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia.
·Ariquemes-·RO, ·17 de abril de 2017.
Ynara Ramalho Dantas Mota
Registradora

LIVRO ·D-050 TERMO ·017183 FOLHA ·153
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·17.183
Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
·MANOEL BARRETO LIMA, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·Garimpeiro, de estado civil ·solteiro, natural ·de Araguanã, em Monção-MA, onde nasceu no dia ·25 de dezembro de 1976, residente e domiciliado ·na Rua Dália, 2218, Jardim Primavera, em Ariquemes-RO, filho de ·OSMAR SOARES LIMA e de CARMELITA VIEIRA BARRETO LIMA; e ·SALETE ROSAS DA SILVA, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·Empresária, de estado civil ·solteira, natural ·de Assis Chateaubriand-PR, onde nasceu no dia ·22 de agosto de 1973, residente e domiciliada ·na Rua Dália, 2218, Jardim Primavera, em Ariquemes-RO, filha de ·JOSÉ ROSAS DA SILVA e de MARLENE ROSAS DA SILVA.
O Regime de bens a ser adotado será ·Comunhão Parcial de Bens·.
QUE, APÓS o casamento, o declarante ·continuará a adotar o nome de ·MANOEL BARRETO LIMA.
QUE, APÓS o casamento, a declarante ·passará a adotar o nome de ·SALETE ROSAS DA SILVA BARRETO··.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia.
·Ariquemes-·RO, ·17 de abril de 2017.
Ynara Ramalho Dantas Mota
Registradora

LIVRO ·D-050 TERMO ·017184 FOLHA ·154
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·17.184
Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
·JUDICAEL RIBEIRO DE SANTANA JÚNIOR, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·Técnico de Informática, de estado civil ·solteiro, natural ·de Monte Negro-RO, onde nasceu no dia ·23 de julho de 1994, residente e domiciliado ·na Rua Gregório de Matos, 3110, Setor 06, em Ariquemes-RO, filho de ·JUDICAEL RIBEIRO DE SANTANA e de LUCIA MIRANDA ALVES SANTANA; e ·AMANDA STEPHANY GOMES DE SOUZA, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·Estagiária de Direito, de estado civil ·solteira, natural ·de Ariquemes-RO, onde nasceu no dia ·26 de junho de 1995, residente e domiciliada ·na Rua Campo Belo, 4074, Setor 09, em Ariquemes-RO, filha de ·RODRIGO DE SOUZA e de MARINEZ GOMES.
O Regime de bens a ser adotado será ·Comunhão Parcial de Bens·.
QUE, APÓS o casamento, o declarante ·continuará a adotar o nome de ·JUDICAEL RIBEIRO DE SANTANA JÚNIOR.
QUE, APÓS o casamento, a declarante ·passará a adotar o nome de ·AMANDA STEPHANY GOMES DE SOUZA SANTANA··.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia.
·Ariquemes-·RO, ·17 de abril de 2017.
Ynara Ramalho Dantas Mota
Registradora

LIVRO ·D-050 TERMO ·017185 FOLHA ·155
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·17.185
Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
·CLORALDINO CARVALHO ALVES, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·Pintor, de estado civil ·solteiro, natural ·de Ariquemes-RO, onde nasceu no dia ·27 de junho de 1983, residente e domiciliado ·na Rua Araras, nº 583, Jardim das Palmeiras, em Ariquemes-RO, filho de ·GERALDO CARVALHO DE SOUZA e de TEREZA ALVES DE SOUZA; e ·TAISA DE FARIAS REZENDE, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·Auxiliar de Serviços Gerais, de estado civil ·solteira, natural ·de Jaru-RO, onde nasceu no dia ·06 de fevereiro de 1990, residente e domiciliada ·na Rua Caarapó, nº 4505, Parque das Araras, Setor 09, em Ariquemes-RO, filha de ·WILSON EUSEBIO DE REZENDE e de RITA MACHADO DE FARIAS.
O Regime de bens a ser adotado será ·Comunhão Parcial de Bens·.
QUE, APÓS o casamento, o declarante ·continuará a adotar o nome de ·CLORALDINO CARVALHO ALVES.
QUE, APÓS o casamento, a declarante ·continuará a adotar o nome de ·TAISA DE FARIAS REZENDE··.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia.
·Ariquemes-·RO, ·17 de abril de 2017.
Ynara Ramalho Dantas Mota
Registradora

LIVRO ·D-050 TERMO ·017190 FOLHA ·160
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·17.190
Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, II, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
·LEANDRO FARIAS CÂMARA, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·Vaqueiro, de estado civil ·divorciado, natural ·de Monte Negro-RO, onde nasceu no dia ·03 de fevereiro de 1995, residente e domiciliado ·na Av. Canaã, 5953, Bairro Jardim Primavera, em Ariquemes-RO, filho de ·JOSÉ ZACARIAS CÂMARA e de RUTH PEDRO DE FARIAS; e ·MICHELE FROHLICH DA SILVA, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·Estudante, de estado civil ·solteira, natural ·de Machadinho D Oeste-RO, onde nasceu no dia ·21 de janeiro de 2001, residente e domiciliada ·na Av. Canaã, 5953, Bairro Jardim Primavera, em Ariquemes-RO, filha de ·JULIMAR RIBEIRO DA SILVA e de JUCIANE BATISTA FROHLIC.
O Regime de bens a ser adotado será ·Comunhão Parcial de Bens·.
QUE, APÓS o casamento, o declarante ·continuará a adotar o nome de ·LEANDRO FARIAS CÂMARA.
QUE, APÓS o casamento, a declarante ·continuará a adotar o nome de ·MICHELE FROHLICH DA SILVA··.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia.
·Ariquemes-·RO, ·18 de abril de 2017.
Ynara Ramalho Dantas Mota
Registradora

LIVRO ·D-004 FOLHA ·047 TERMO ·000647
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·647
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
·AVALONE JOSÉ DE SANTANA, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·vidraceiro, de estado civil ·solteiro, natural ·de Ariquemes, Estado de Rondônia, onde nasceu no dia ·10 de setembro de 1992, residente e domiciliado ·na AV Machadinho N°3874, Setor 6, em Ariquemes, Estado de Rondônia, filho de ·JOSE APARECIDO DE SANTANA e de MARGARIDA JOSE DA SILVA DE SANTANA; e ·PATRICIA DA SILVA BONIFÁCIO de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·do lar, de estado civil ·solteira, natural ·de Mirante da Serra, Estado de Rondônia, onde nasceu no dia ·31 de janeiro de 1995, residente e domiciliada ·na Avenida Machadinho, nº 3874, Setor 06, em Ariquemes, Estado de Rondônia, filha de ·ADÃO VAILANTE BONIFÁCIO e de ROSIMAR DA SILVA.
O Regime de bens a viger a partir do casamento é o da ·Comunhão Parcial de Bens. E que após o casamento, o contraente ·continuará a adotar o nome de ·AVALONE JOSÉ DE SANTANA e a contraente ·passará a adotar o nome de ·PATRICIA DA SILVA BONIFÁCIO DE SANTANA
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.
·Ariquemes-·RO, ·17 de abril de 2017.
Clodomira Nickerson D.F. Neta
Escrevente Autorizada

CARTÓRIO DANTAS MOTA - 1º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS, INTERDIÇÕES E TUTELAS E TABELIONATO DE NOTAS DE ARIQUEMES
Alameda Brasília, nº 2305, Setor 03 – Ariquemes-RO – CEP: 76.870-510
Fone: (69) 3535.5547/3536.0943 - cartorioariquemes@gmail.com
Ynara Ramalho Dantas Mota – Registradora
LIVRO ·D-050 TERMO ·017178 FOLHA ·148
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·17.178
Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
·PATRICK FELIPE SILVA DE SANTANA, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·Repositor de Mercadoria, de estado civil ·solteiro, natural ·de Fortaleza-CE, onde nasceu no dia ·26 de outubro de 1993, residente e domiciliado ·na Rua Piraiba, 1634, Setor Industrial, em Ariquemes-RO, filho de ·JOEL CHARLES FRANÇA DE SANTANA e de ROSICLEIA SANTOS DA SILVA; e ·ANA PAULA DOS SANTOS DE ANDRADE, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·Secretária, de estado civil ·solteira, natural ·de Vilhena-RO, onde nasceu no dia ·16 de novembro de 1993, residente e domiciliada ·na Rua Piraiba, 1634, Setor Industrial, em Ariquemes-RO, filha de ·PAULO CAZUZA DE ANDRADE e de ZILÁ DE OLIVEIRA DOS SANTOS DE ANDRADE.
O Regime de bens a ser adotado será ·Comunhão Parcial de Bens·.
QUE, APÓS o casamento, o declarante ·passará a adotar o nome de ·PATRICK FELIPE SILVA DE SANTANA DOS SANTOS.
QUE, APÓS o casamento, a declarante ·passará a adotar o nome de ·ANA PAULA DOS SANTOS DE ANDRADE SILVA··.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia.
·Ariquemes-·RO, ·13 de abril de 2017.
Ynara Ramalho Dantas Mota
Registradora

LIVRO ·D-050 TERMO ·017179 FOLHA ·149
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·17.179
Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
·FABRICIO CAMURÇA MUNIZ, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·Auxiliar em Saúde Bucal, de estado civil ·divorciado, natural ·de Boca do Acre-AM, onde nasceu no dia ·08 de maio de 1979, residente e domiciliado ·na Rua Mara, 419, Bairro Jardim

Jorge Teixeira, em Ariquemes-RO, filho de ·HELVÉCIO BARROS MUNIZ e de MARIA DO PERPETUO SOCORRO CAMURÇA MUNIZ; e ·CIRÇA APARECIDA DA SILVA SANTOS, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·Fisioterapeuta, de estado civil ·solteira, natural ·de Guajará-Mirim-RO, onde nasceu no dia ·03 de março de 1987, residente e domiciliada ·na Rua Guanumbí, 915, Setor 02, em Ariquemes-RO, filha de ·ISRAEL LIMA SANTOS e de RAIMUNDA CARIAS DA SILVA SANTOS.
O Regime de bens a ser adotado será ·Comunhão Parcial de Bens·.
QUE, APÓS o casamento, o declarante ·continuará a adotar o nome de ·FABRICIO CAMURÇA MUNIZ.
QUE, APÓS o casamento, a declarante ·passará a adotar o nome de ·CIRÇA APARECIDA DA SILVA SANTOS CAMURÇA··.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia.
·Ariquemes-·RO, ·13 de abril de 2017.
Ynara Ramalho Dantas Mota
Registradora

LIVRO ·D-050 TERMO ·017180 FOLHA ·150
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·17.180
Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
·LEONARDO FERREIRA PINHEIRO, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·Estudante, de estado civil ·solteiro, natural ·de Ariquemes-RO, onde nasceu no dia ·23 de julho de 1993, residente e domiciliado ·na Rua Guanumbi, 1020, Setor 02, em Ariquemes-RO, filho de ·JOSÉ ALFREDO PINHEIRO e de LEONILDE DA SILVA FERREIRA; e ·RAFAELA DA COSTA ROMERO, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·Esteticista, de estado civil ·solteira, natural ·de Ariquemes-RO, onde nasceu no dia ·24 de agosto de 1993, residente e domiciliada ·na Rua Bougainvillea, 2193, Setor 04, em Ariquemes-RO, filha de ·MARCOS FERNANDES ROMERO e de DYRCE DA COSTA.
O Regime de bens a ser adotado será ·Comunhão Parcial de Bens·.
QUE, APÓS o casamento, o declarante ·continuará a adotar o nome de ·LEONARDO FERREIRA PINHEIRO.
QUE, APÓS o casamento, a declarante ·passará a adotar o nome de ·RAFAELA DA COSTA ROMERO PINHEIRO··.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia.
·Ariquemes-·RO, ·17 de abril de 2017.
Ynara Ramalho Dantas Mota
Registradora

LIVRO ·D-050 TERMO ·017181 FOLHA ·151
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·17.181
Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
·DIEGO FERREIRA AMORIM, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·Entregador, de estado civil ·solteiro, natural ·de Porto Velho-RO, onde nasceu no dia ·04 de maio de 1991, residente e domiciliado ·na Rua Rio Negro, 2151, Setor Grandes Áreas, em Ariquemes-RO, filho de ·OZANAR SANTOS AMORIM e de NEIDE FERREIRA DE SOUZA; e ·KÉSIA THAÍSA DA ROCHA RUAS, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·Auxiliar Administrativo, de estado civil ·solteira, natural ·de Ariquemes-RO, onde nasceu no dia ·23 de novembro de 1997, residente e domiciliada ·na Rua Andorinhas, 1520, Setor 02, em Ariquemes-RO, filha de ·ALCELINO GONÇALVES RUAS e de ELISANGELA LEMES DA ROCHA.
O Regime de bens a ser adotado será ·Comunhão Parcial de Bens·.
QUE, APÓS o casamento, o declarante ·continuará a adotar o nome de ·DIEGO FERREIRA AMORIM.
QUE, APÓS o casamento, a declarante ·continuará a adotar o nome de ·KÉSIA THAÍSA DA ROCHA RUAS··.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia.
·Ariquemes-·RO, ·17 de abril de 2017.
Ynara Ramalho Dantas Mota
Registradora

LIVRO ·D-050 TERMO ·017182 FOLHA ·152
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·17.182
Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
·FERNANDO DIAS MASSARANDUBA, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·Moto Boy, de estado civil ·solteiro, natural ·de Ariquemes-RO, onde nasceu no dia ·25 de junho de 1991, residente e domiciliado ·na Rua Belo Horizonte, 4118, Setor 09, em Ariquemes-RO, filho de ·PAULO SERGIO MASSARANDUBA e de ELIANY DIAS MOURA; e ·CARLA LEANDRO OSÓRIO, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·Balconista, de estado civil ·solteira, natural ·de Conselheiro Pena-MG, onde nasceu no dia ·04 de fevereiro de 1992, residente e domiciliada ·na Rua Garrote,1975, Setor 12, em Ariquemes-RO, filha de ·CARLOS OSÓRIO DA SILVA e de LUZIA LEANDRO RIBEIRO.
O Regime de bens a ser adotado será ·Comunhão Universal de Bens·, conforme Escritura de Pacto Antenupcial lavrada no dia 17/04/2017, no livro 139, folha 179 do 1º Ofício de Registro Civil e Notas da Comarca de Ariquemes-RO.
QUE, APÓS o casamento, o declarante ·continuará a adotar o nome de ·FERNANDO DIAS MASSARANDUBA.
QUE, APÓS o casamento, a declarante ·continuará a adotar o nome de ·CARLA LEANDRO OSÓRIO··.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia.
·Ariquemes-·RO, ·17 de abril de 2017.
Ynara Ramalho Dantas Mota
Registradora

LIVRO ·D-050 TERMO ·017183 FOLHA ·153
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·17.183
Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
·MANOEL BARRETO LIMA, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·Garimpeiro, de estado civil ·solteiro, natural ·de Araguanã, em Monção-MA, onde nasceu no dia ·25 de dezembro de 1976, residente e domiciliado ·na Rua Dália, 2218, Jardim Primavera, em Ariquemes-RO, filho de ·OSMAR SOARES LIMA e de CARMELITA VIEIRA BARRETO LIMA; e ·SALETE ROSAS DA SILVA, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·Empresária, de estado civil ·solteira, natural ·de Assis Chateaubriand-PR, onde nasceu no dia ·22 de agosto de 1973, residente e domiciliada ·na Rua Dália, 2218, Jardim Primavera, em Ariquemes-RO, filha de ·JOSÉ ROSAS DA SILVA e de MARLENE ROSAS DA SILVA.
O Regime de bens a ser adotado será ·Comunhão Parcial de Bens·.
QUE, APÓS o casamento, o declarante ·continuará a adotar o nome de ·MANOEL BARRETO LIMA.
QUE, APÓS o casamento, a declarante ·passará a adotar o nome de ·SALETE ROSAS DA SILVA BARRETO··.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia.
·Ariquemes-·RO, ·17 de abril de 2017.
Ynara Ramalho Dantas Mota
Registradora

LIVRO ·D-050 TERMO ·017184 FOLHA ·154
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·17.184
Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
·JUDICAEL RIBEIRO DE SANTANA JÚNIOR, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·Técnico de Informática, de estado civil ·solteiro, natural ·de Monte Negro-RO, onde nasceu no dia ·23 de julho de 1994, residente e domiciliado ·na Rua Gregório de Matos, 3110, Setor 06, em Ariquemes-RO, filho de ·JUDICAEL RIBEIRO DE SANTANA e de LUCIA MIRANDA ALVES SANTANA; e ·AMANDA STEPHANY GOMES DE SOUZA, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·Estagiária de Direito, de estado civil ·solteira, natural ·de Ariquemes-RO, onde nasceu no dia ·26 de junho de 1995, residente e domiciliada ·na Rua Campo Belo, 4074, Setor 09, em Ariquemes-RO, filha de ·RODRIGO DE SOUZA e de MARINEZ GOMES.
O Regime de bens a ser adotado será ·Comunhão Parcial de Bens·.
QUE, APÓS o casamento, o declarante ·continuará a adotar o nome de ·JUDICAEL RIBEIRO DE SANTANA JÚNIOR.
QUE, APÓS o casamento, a declarante ·passará a adotar o nome de ·AMANDA STEPHANY GOMES DE SOUZA SANTANA··.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia.
·Ariquemes-·RO, ·17 de abril de 2017.
Ynara Ramalho Dantas Mota
Registradora

LIVRO ·D-050 TERMO ·017185 FOLHA ·155
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·17.185
Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
·CLORALDINO CARVALHO ALVES, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·Pintor, de estado civil ·solteiro, natural ·de Ariquemes-RO, onde nasceu no dia ·27 de junho de 1983, residente e domiciliado ·na Rua Araras, nº 583, Jardim das Palmeiras, em Ariquemes-RO, filho de ·GERALDO CARVALHO DE SOUZA e de TEREZA ALVES DE SOUZA; e ·TAISA DE FARIAS REZENDE, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·Auxiliar de Serviços Gerais, de estado civil ·solteira, natural ·de Jaru-RO, onde nasceu no dia ·06 de fevereiro de 1990, residente e domiciliada ·na Rua Caarapó, nº 4505, Parque das Araras, Setor 09, em Ariquemes-RO, filha de ·WILSON EUSEBIO DE REZENDE e de RITA MACHADO DE FARIAS.
O Regime de bens a ser adotado será ·Comunhão Parcial de Bens·.
QUE, APÓS o casamento, o declarante ·continuará a adotar o nome de ·CLORALDINO CARVALHO ALVES.
QUE, APÓS o casamento, a declarante ·continuará a adotar o nome de ·TAISA DE FARIAS REZENDE··.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia.
·Ariquemes-·RO, ·17 de abril de 2017.
Ynara Ramalho Dantas Mota
Registradora

LIVRO ·D-050 TERMO ·017190 FOLHA ·160
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·17.190
Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, II, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
·LEANDRO FARIAS CÂMARA, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·Vaqueiro, de estado civil ·divorciado, natural ·de Monte Negro-RO, onde nasceu no dia ·03 de fevereiro de 1995, residente e domiciliado ·na Av. Canaã, 5953, Bairro Jardim Primavera, em Ariquemes-RO, filho de ·JOSÉ ZACARIAS CÂMARA e de RUTH PEDRO DE FARIAS; e ·MICHELE FROHLICH DA SILVA, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·Estudante, de estado civil ·solteira, natural ·de Machadinho D Oeste-RO, onde nasceu no dia ·21 de janeiro de 2001, residente e domiciliada ·na Av. Canaã, 5953, Bairro Jardim Primavera, em Ariquemes-RO, filha de ·JULIMAR RIBEIRO DA SILVA e de JUCIANE BATISTA FROHLIC.
O Regime de bens a ser adotado será ·Comunhão Parcial de Bens·.
QUE, APÓS o casamento, o declarante ·continuará a adotar o nome de ·LEANDRO FARIAS CÂMARA.
QUE, APÓS o casamento, a declarante ·continuará a adotar o nome de ·MICHELE FROHLICH DA SILVA··.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia.
·Ariquemes-·RO, ·18 de abril de 2017.
Ynara Ramalho Dantas Mota
Registradora

LIVRO ·D-004 FOLHA ·047 TERMO ·000647
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·647
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
·AVALONE JOSÉ DE SANTANA, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·vidraceiro, de estado civil ·solteiro, natural ·de Ariquemes, Estado de Rondônia, onde nasceu no dia ·10 de setembro de 1992, residente e domiciliado ·na AV Machadinho N°3874, Setor 6, em Ariquemes, Estado de Rondônia, filho de ·JOSE APARECIDO DE SANTANA e de MARGARIDA JOSE DA SILVA DE SANTANA; e ·PATRICIA DA SILVA BONIFÁCIO de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·do lar, de estado civil ·solteira, natural ·de Mirante da Serra, Estado de Rondônia, onde nasceu no dia ·31 de janeiro de 1995, residente e domiciliada ·na Avenida Machadinho, nº 3874, Setor 06, em Ariquemes, Estado de Rondônia, filha de ·ADÃO VAILANTE BONIFÁCIO e de ROSIMAR DA SILVA.
O Regime de bens a viger a partir do casamento é o da ·Comunhão Parcial de Bens. E que após o casamento, o contraente ·continuará a adotar o nome de ·AVALONE JOSÉ DE SANTANA e a contraente ·passará a adotar o nome de ·PATRICIA DA SILVA BONIFÁCIO DE SANTANA
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.
·Ariquemes-·RO, ·17 de abril de 2017.
Clodomira Nickerson D.F. Neta
Escrevente Autorizada

## COMARCA DE CACOAL

## 2° OFÍCIO DE REGISTROS CIVIS

EDITAL DE PROCLAMAS
Matrícula
·095794 01 55 2017 6 00015 196 0003296 70
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de ·Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
·THIAGO ALVES QUEIROZ, de nacionalidade ·brasileiro, ·Gerente de Conveniência, ·solteiro, natural ·de Cacoal-RO, onde nasceu no

dia ·07 de março de 1996, portador do CPF ·971.237.142-53, e do RG ·1317270/SSP/RO - Exp. 26/06/2012, residente e domiciliado ·na Rua Presidente Dutra, 2429, Industrial, em Cacoal-RO, ·continuou a adotar o nome de ·THIAGO ALVES QUEIROZ, filho de ·Manoel Queiroz e de Maria de Fátima Alves Argemiro Queiroz; e

·ELBA CAMARGO DO AMARAL de nacionalidade ·brasileira, ·operadora de caixa, ·solteira, natural ·de Espigão d Oeste-RO, onde nasceu no dia ·24 de janeiro de 1998, portadora do CPF ·029.225.202-18, e do RG ·1310520/SSP/RO - Exp. 14/05/2012, residente e domiciliada ·na Rua Presidente Dutra, 2429, Industrial, em Cacoal-RO, ·continuou a adotar no nome de ·ELBA CAMARGO DO AMARAL, filha de ·Ismael Marques do Amaral e de Luzia Camargo do Amaral.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente que será afixado nesta serventia e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br)

EDITAL DE PROCLAMAS
Matrícula
·095794 01 55 2017 6 00015 197 0003297 79
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de ·Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:

·PAULO HENRIQUE RAMOS, de nacionalidade ·brasileiro, ·Serviços Gerais, ·solteiro, natural ·de Cacoal-RO, onde nasceu no dia ·27 de setembro de 1996, portador do CPF ·025.599.142-80, e do RG ·1397949/SSP/RO - Exp. 09/12/2013, residente e domiciliado ·na Rua Projetada "A", 4038, Morada Digna, em Cacoal-RO, ·continuou a adotar o nome de ·PAULO HENRIQUE RAMOS, filho de ·Paulo Roberto Ramos e de Marinalva Pereira Gonçalves Ramos; e

·ELIANE NUNES LEAL de nacionalidade ·brasileira, ·Repositora, ·solteira, natural ·de Ubiratã-PR, onde nasceu no dia ·06 de junho de 1980, portadora do CPF ·925.481.302-82, e do RG ·922824/SSP/RO - Exp. 03/01/2017, residente e domiciliada ·na Rua Projetada "A", 4038, Morada Digna, em Cacoal-RO, ·passou a adotar no nome de ·ELIANE NUNES LEAL RAMOS, filha de ·João Correia Leal e de Lucilia Torrente Nunes.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente que será afixado nesta serventia e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br)

Estado de Rondônia
Município e Cômarca de Cacoal
2º Cartório de Registro Civil e Tab. Notas de Cacoal
Rua dos Pioneiros, 2294 - centro - (69)-3441-4269 -
cartoriodavila@gmail.com
FRANCINETE LIMA D´AVILA
Oficial / Tabeliã
EDITAL DE PROCLAMAS
Matrícula
·095794 01 55 2017 6 00015 198 0003298 77
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de ·Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:

·PEDRO RODRIGUES DE OLIVEIRA, de nacionalidade ·brasileiro, ·Autônomo, ·solteiro, natural ·de Aparecidinha-PR, onde nasceu no dia ·11 de julho de 1972, portador do CPF ·511.391.622-68, e do RG ·607.929/SSP/RO - Exp. 04/12/1995, residente e domiciliado ·na Rua Tristão de Ataide, 1259, Vista Alegre, em Cacoal-RO, ·continuou a adotar o nome de ·PEDRO RODRIGUES DE OLIVEIRA, filho de ·Antonio de Oliveira e de Vitalina Rodrigues de Oliveira; e

·SALETE GUARNIERI de nacionalidade ·brasileira, ·professora, ·solteira, natural ·de Palotina-PR, onde nasceu no dia ·06 de março de 1969, portadora do CPF ·408.067.312-49, e do RG ·282087/SSP/RO - Exp. 20/03/2014, residente e domiciliada ·na Rua Tristão de Ataide, 1259, Vista Alegre, em Cacoal-RO, ·continuou a adotar no nome de ·SALETE GUARNIERI, filha de ·Antonio Carlos Guarnieri e de Alecidia Lizardo Guarnieri.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente que será afixado nesta serventia e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br)

## COMARCA DE CEREJEIRA

## CEREJEIRAS

OFICÍO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS
CNPJ: 05.911.185/0001-00 - Rua Portugal, 2401, Liberdade, CEP 76997-000 – CEREJEIRAS-RO, Telefone (69) 3342-3146
Maria Bernardeti Cavatti – OFICIALA/TABELIÃ – ATO N º 209/2009/TJ
LIVRO ·D-020 FOLHA ·250 TERMO ·006050
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·6.050
MATRÍCULA
·095828 01 55 2017 6 00020 250 0006050 27
Faço saber que pretendem casar-se, pelo regime de ·Comunhão Parcial de Bens·, e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·ENIO BISPO DA SILVA, de nacionalidade ·brasileira, ·eletricista, ·solteiro, natural ·de Presidente Médici-RO, onde nasceu no dia ·06 de outubro de 1986, residente e domiciliado ·na Rua Robson Ferreira, 1179, Floresta, em Cerejeiras-RO, filho de ·MESSIAS AMARO DA SILVA e de RAIMUNDA BISPO DA SILVA; e ·WANESSA FERREIRA DOS SANTOS de nacionalidade ·brasileira, ·manicure, ·solteira, natural ·de Colorado do Oeste-RO, onde nasceu no dia ·12 de janeiro de 1983, residente e domiciliada ·na Rua Mato Grosso nº 679, Eldorado, em Cerejeiras-RO, filha de ·GERALDO FERREIRA DOS SANTOS e de MARIA RAQUEL DOS SANTOS. Em virtude do casamento, ele ·continuou a adotar o nome de ·ENIO BISPO DA SILVA e ela ·continuou a adotar o nome de ·WANESSA FERREIRA DOS SANTOS.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça.
·Cerejeiras-·RO, ·18 de abril de 2017.
Maria Bernardeti Cavatti
Oficiala e Tabeliã

## CORUMBIARA

1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS MUNICIPIO DE CORUMBIARA, COMARCA DE CEREJEIRAS – RONDÔNIA.
LORIMAR APARECIDA SARETA SCHMOLLER - INTERINA
CNPJ. 23.073.532/0001-54
Livro: D 3 Folha: 132 V Termo:1202
MATRICULA
0957520155 2017 6 00003 132 0001202 44
Faço saber que pretendem converter união estável em casamento e apresentaram documentos exigidos pelo Artigo 1.525, incisos I-III-IV do Código Civil Brasileiro, VALDEMIR DA SILVA e MARIA DE OLIVEIRA MARCOLINO.

Ele, solteiro, natural de Iporã - PR, onde nasceu no dia 10 de abril de 1987, residente e domiciliado à Avenida Senador Olavo Pires, n. 1304, Centro, nesta cidade de Corumbiara - RO. Filho Legítimo de ANTÔNIO DA SILVA e dona IZABEL DE OLIVEIRA DA SILVA.

Ela, solteira, natural de Iporã - PR, onde nasceu no dia 27 de junho de 1984, residente e domiciliada à Avenida Senador Olavo Pires, n. 1304, Centro, nesta cidade de Corumbiara - RO. Filha legítima de NELSON MARCOLINO e dona ANGELA MARIA DE OLIVEIRA MARCOLINO.
Faço saber ainda que o regime adotado é o de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Os contraentes em virtude da conversão de união estável em casamento passarão a usar os nomes de VALDEMIR DA SILVA OLIVEIRA e MARIA DE OLIVEIRA MARCOLINO DA SILVA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br).
CORUMBIARA - RO, 18 de abril de 2017.
Lorimar Aparecida Sareta Schmoller
Interina
Rua Ana Martins, 1456, Sala C, Centro, Corumbiara – RO, Fone: 69-3343-2314

## COMARCA DE COLORADO DO OESTE

## COLORADO DO OESTE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS
ESTADO DE RONDÔNIA
COMARCA DE COLORADO DO OESTE
TELEFAX (0xx69) 3341-2416 – FONE (0xx69) 3341-3969
E-mail: cartoriobrasil@outlook.com
RUA HUMAITÁ, nº 3400, SALA "A" - CENTRO, CEP: 76.993-000
VILSON DE SOUZA BRASIL - NOTÁRIO REGISTRADOR
GABRIELA MARTINS BRASIL - 1ª TABELIÃ SUBSTITUTA
EDITAL DE PROCLAMAS: LIVRO D-017, FOLHA 217 TERMO 7.102
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: Ele: RENATO DE OLIVEIRA JARISMAR, solteiro, com vinte e sete (27) anos de idade, de nacionalidade brasileira, consultor de vendas, natural de Rondonópolis-MT, onde nasceu no dia 29 de maio de 1989, residente e domiciliado na Rua Rio de Janeiro, nº 4593, Bairro Centro, em Colorado do Oeste-RO, filho de FRANCISCO JARISMAR e de ANA ANGÉLICA DE OLIVEIRA JARISMAR. Ela: THANIA CRISTINA RIBEIRO, divorciada, com trinta e dois (32) anos de idade, de nacionalidade brasileira, gerente comercial, natural de Nova Aurora-PR, onde nasceu no dia 09 de abril de 1985, residente e domiciliada na Rua Tapuias, nº 3274, Bairro Cruzeiro, em Colorado do Oeste-RO, filha de JOÃO RIBEIRO e de CLARICE HELENA RIBEIRO. Determinando que o regime de bens a viger a partir do mesmo seja o de Comunhão Parcial de Bens. Que após o casamento, o declarante, continuará a adotar o nome de RENATO DE OLIVEIRA JARISMAR. Que após o casamento, a declarante, passará a adotar o nome de THANIA CRISTINA RIBEIRO JARISMAR. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume, publicado e disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico-Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Colorado do Oeste-RO, 19 de abril de 2017.
Gabriela Martins Brasil
1ª Tabeliã Substituta

## COMARCA DE ESPIGÃO D´OESTE

## ESPIGÃO D´OESTE

Notas, Protestos, Títulos e Documentos, Registro de Imóveis Pessoas Jurídicas e Naturais
MUNICIPIO E COMARCA DE ESPIGAO D OESTE – ESTADO DE RONDONIA
Bel. Helio Kobayashi – Notário e Registrador
Av. Sete de Setembro n° 2431 – CEP 76.974-000 – Espigão D Oeste – Rondônia – Fone/Fax: (69) 3481-2650
LIVRO D-024 FOLHA 254 TERMO 005843
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 5.843
Matricula nº 095778 01 55 2017 6 00024 254 0005843 19
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: JOÃO PAULO DA SILVA PIVA, de nacionalidade brasileira, de profissão personal trainer, de estado civil solteiro, natural de Espigão D Oeste-RO, onde nasceu no dia 06 de agosto de 1990, residente e domiciliado na Rua Pará, 1663, Bairro Vista Alegre, em Espigão D Oeste-RO, CEP: 76.974-000, filho de JANDIR PIVA e de MARIA MARTA SABINO DA SILVA PIVA, o qual continuou o nome de JOÃO PAULO DA SILVA PIVA; e RAUHANE HENKET de nacionalidade brasileira, de profissão administradora, de estado civil solteira, natural de Espigão D Oeste-RO, onde nasceu no dia 07 de julho de 1995, residente e domiciliada na Rua Paraíba, 2456, Bairro Caixa D'Água, em Espigão D Oeste-RO, CEP: 76.974-000, filha de WILSON HENKET e de FRANCISCA MARIA DE SOUZA HENKET, a qual passou o nome de RAUHANE HENKET PIVA. O regime adotado pelos contraentes foi a Comunhão Parcial de Bens.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado nesta Serventia em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br).
Espigão D Oeste-RO, 19 de abril de 2017.
Bel. Hélio Kobayashi
Registrador

## COMARCA DE GUAJARÁ-MIRIM

## GUAJARÁ MIRIM

LIVRO D-014 FOLHA 155 TERMO 007184
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 7.184
095844 01 55 2017 6 00014 155 0007184 15
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: FRANKLIN VARGAS SIQUEIRA e SIRLEY LEITE RIBEIRO BRITO. Ele, de nacionalidade brasileira, autônomo, solteiro, portador do RG n° 1214115/SESDEC/RO, CPF/MF n° 538.613.022-68, natural de Costa Marques-RO, onde nasceu no dia 02 de abril de 1983, residente e domiciliado na Av. 1º de maio, 3511, 10 de abril, em Guajará-Mirim-RO, filho de HAMILTON SIQUEIRA FILHO e de MARIA APARECIDA VARGAS. Ela, de nacionalidade brasileira, cozinheira, solteira, portador do RG n° 612852/SSP/RO, CPF/MF n° 660.531.452-20, natural de Costa Marques-RO, onde nasceu no dia 04 de março de 1976, residente e domiciliada na Av. 1º de maio, 3511, 10 de abril, em Guajará-Mirim-RO, filha de BRAZ LEITE RIBEIRO e de PAULINA DE BRITO. O regime de bens do casamento dos pretendentes será o de Comunhão Parcial de Bens. Que após o casamento, o declarante, passará a adotar o nome de FRANKLIN VARGAS

SIQUEIRA. Que após o casamento, a declarante, passará a adotar o nome de SIRLEY LEITE RIBEIRO BRITO. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Guajará-Mirim-RO, 18 de abril de 2017.
Joel Luiz Antunes de Chaves
Oficial Registrador

LIVRO D-014 FOLHA 155 vº TERMO 007185
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 7.185
095844 01 55 2017 6 00014 155 0007185 12
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: JORGE ADRIANO MOLINA e IRIS DORADO RAMOS. Ele, de nacionalidade brasileira, Auxiliar de Logistica, solteiro, portador do RG n° 1128067/SESDEC/RO, CPF/MF n° 009.539.002-23, natural de Guajará-Mirim-RO, onde nasceu no dia 08 de maio de 1989, residente e domiciliado na Av. Cândido Rondon, 556, tamandaré, em Guajará-Mirim-RO, filho de INÁCIA MOLINA. Ela, de nacionalidade brasileira, do lar, solteira, portador do RG n° 1204609/SESDEC/RO, CPF/MF n° 019.904.962-96, natural de Guajará-Mirim-RO, onde nasceu no dia 14 de março de 1992, residente e domiciliada na Av. Cândido Rondon, 556, tamandaré, em Guajará-Mirim-RO, filha de ANGELA DORADO RAMOS. O regime de bens do casamento dos pretendentes será o de Comunhão Parcial de Bens. Que após o casamento, o declarante, passará a adotar o nome de JORGE ADRIANO MOLINA. Que após o casamento, a declarante, passará a adotar o nome de IRIS DORADO RAMOS MOLINA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Guajará-Mirim-RO, 18 de abril de 2017.
Joel Luiz Antunes de Chaves
Oficial Registrador

## NOVA MAMORÉ

EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·2.055
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·FÁBIO SANTOS RODRIGUES, de nacionalidade ·brasileiro, ·autônomo, ·solteiro, natural ·de Jaru-RO, onde nasceu no dia ·07 de julho de 1987, residente e domiciliado ·na Av. Dom Pedro I, 7313, João Francisco Clímaco, em Nova Mamoré-RO, CEP: 76.857-000, filho de ·ROBERTO RODRIGUES e de LOURDES SANTOS INOCENCIO; e ·ELAINE SOARES DE OLIVEIRA de nacionalidade ·brasileira, ·pisicológa, ·solteira, natural ·de Salto do Céu-MT, onde nasceu no dia ·27 de novembro de 1993, residente e domiciliada ·na Av. Dom Pedro I, 7313, João Francisco Clímaco, em Nova Mamoré-RO, CEP: 76.857-000, filha de ·GERALDO MAGELA DE OLIVEIRA e de SELMA SOARES DE OLIVEIRA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça.
·Nova Mamoré-·RO, ·17 de abril de 2017.
Edinei de Souza
Escrevente Autorizado

EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·2.056
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·JOSÉ GONÇALVES DE ANDRADE, de nacionalidade ·brasileiro, ·autônomo, ·divorciado, natural ·de Porto Velho-RO, onde nasceu no dia ·17 de maio de 1962, residente e domiciliado ·na Rodovia Br-425, Km-32, s/n, Zona Rural, em Nova Mamoré-RO, CEP: 76.857-000, filho de ·CIRINEU RIBEIRO DE ANDRADE e de JOANA GONÇALVES DE MELO; e ·FRANCISCA DAS CHAGAS LIMA DA CRUZ de nacionalidade ·brasileira, ·autônoma, ·divorciada, natural ·de Belém-PA, onde nasceu no dia ·15 de janeiro de 1974, residente e domiciliada ·na Rodovia Br-425, Km-32, s/n, Zona Rural, em Nova Mamoré-RO, CEP: 76.857-000, filha de ·GUIOMAR LIMA DA CRUZ.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça.
·Nova Mamoré-·RO, ·18 de abril de 2017.
Edinei de Souza
Escrevente Autorizado

## COMARCA DE JARU

## JARU

LIVRO ·D-048 FOLHA ·216 TERMO ·016499
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·16.499
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·JEFERSON RODRIGUES VIEIRA, de nacionalidade ·brasileiro, ·Vendedor, ·solteiro, natural ·de Jaru-RO, onde nasceu no dia ·12 de abril de 1995, residente e domiciliado ·na Rua Tangua, 3747, em Jaru-RO, filho de ·AURINDO JESUS VIEIRA e de MARIA APARECIDA DA SILVA RODRIGUES VIEIRA; e ·VERONICA PEREIRA DA SILVA de nacionalidade ·brasileira, ·Vendedora, ·solteira, natural ·de Jaru-RO, onde nasceu no dia ·22 de abril de 1992, residente e domiciliada ·na LH 605 km 2,5, Zona Rural, em Jaru-RO, filha de ·RIGOBERTO CUPERTINO DA SILVA e de ELUIZA IZÍDIO PEREIRA SILVA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça.
·Jaru-·RO, ·18 de abril de 2017.
João Ricardo Santos Lacerda
Oficial Substituto

LIVRO ·D-048 FOLHA ·216 TERMO ·016499
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·16.499
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·JEFERSON RODRIGUES VIEIRA, de nacionalidade ·brasileiro, ·Vendedor, ·solteiro, natural ·de Jaru-RO, onde nasceu no dia ·12 de abril de 1995, residente e domiciliado ·na Rua Tangua, 3747, em Jaru-RO, filho de ·AURINDO JESUS VIEIRA e de MARIA APARECIDA DA SILVA RODRIGUES VIEIRA; e ·VERONICA PEREIRA DA SILVA de nacionalidade ·brasileira, ·Vendedora, ·solteira, natural ·de Jaru-RO, onde nasceu no dia ·22 de abril de 1992, residente e domiciliada ·na LH 605 km 2,5, Zona Rural, em Jaru-RO, filha de ·RIGOBERTO CUPERTINO DA SILVA e de ELUIZA IZÍDIO PEREIRA SILVA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça.
·Jaru-·RO, ·18 de abril de 2017.
João Ricardo Santos Lacerda
Oficial Substituto

LIVRO ·D-048 FOLHA ·217 TERMO ·016500
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·16.500
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·WILLIAN KENEDY RODRIGUES TIBURCIO, de nacionalidade ·brasileiro, ·Auxiliar de Indústria, ·solteiro, natural ·de JARU-RO, onde nasceu no dia ·16 de abril

de 1992, residente e domiciliado ·na Av. Brasil, 3194, Setor 05, em Jaru-RO, filho de ·DERCIDES TIBURCIO e de TELMA BENEDITO RODRIGUES TIBURCIO; e ·POLIANA DA SILVA MUNIZ de nacionalidade ·brasileira, ·do lar, ·solteira, natural ·de JARU-RO, onde nasceu no dia ·06 de janeiro de 1997, residente e domiciliada ·na Av. Brasil, 3194, setor 05, em Jaru-RO, filha de ·OLIVIO JOSÉ MUNIZ e de VERA LUCIA DELFINA DA SILVA MUNIZ.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça.
·Jaru-·RO, ·18 de abril de 2017.
João Ricardo Santos Lacerda
Oficial Substituto

LIVRO ·D-048 FOLHA ·218 TERMO ·016501
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·16.501
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·FABRICIO ALVES DIAS, de nacionalidade ·brasileiro, ·Vendedor, ·solteiro, natural ·de BRASILIA-DF, onde nasceu no dia ·16 de agosto de 1987, residente e domiciliado ·na Rua Viscode de Mauá, 4175, Jardim dos Estados, em Jaru-RO, filho de ·JAILSON ALMEIDA DIAS e de TEREZINHA ALVES DIAS; e ·ELIANE VAILANTE VIEIRA de nacionalidade ·brasileira, ·Auxiliar de Desossa, ·solteira, natural ·de JARU-RO, onde nasceu no dia ·17 de setembro de 1987, residente e domiciliada ·na Rua Visconde de Mauá, 4175, Jardim dos Estados, em Jaru-RO, filha de ·ELIZEU VIEIRA DA SILVA e de NEIDIMAR VAILANTE VIEIRA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça.
·Jaru-·RO, ·19 de abril de 2017.
João Ricardo Santos Lacerda
Oficial Substituto

## COMARCA DE ROLIM DE MOURA

## ROLIM DE MOURA

COMARCA DE ROLIM DE MOURA-RO
1ª VARA CÍVEL
-EDITAL DE PROCLAMAS DO CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE ROLIM DE MOURA- RO, NILSON FRANCISCO DA SILVA, Oficial.
Faz saber que pretende casar-se. Apresentam-se os documentos exigidos pelo Art. 180 do Código Civil Brasileiro.

Nº-16514 - ALAN PATRICK PISSINATE RANGEL com SIMONE NASCIMENTO GEUS.
Ele, solteiro, Representante de Vendas, natural de Colatina - ES.
Filho de ALONSIO RANGEL DE SOUZA, e dona MARLY PISSINATE DE SOUZA.
Ela, solteira, Do lar, natural de Aripuana - MT.
Filho de CLARINDO MOURA GEUS, e dona EUNICE NASCIMENTO GEUS.
Residentes Neste Município.
Nº-16515 - ADEMILSON RODRIGUES DE SOUZA com EDIANA CLAUDINA DE LIMA.
Ele, solteiro, vaqueiro, natural de Espigao D Oeste - RO.
Filho de PEDRO RODRIGUES DE SOUZA, e dona EVA ANA DE JESUS DE SOUZA.
Ela, divorciada, do lar, natural de Barra de Sao Francisco - ES.
Filho de JOÃO ANTONIO DE LIMA, e dona ONIDIA CLAUDINA DA SILVA.
Residentes Neste Município.
Nº-16516 - MATHEUS PARREIRA DA SILVA OLIVEIRA com EURILA DAYANE GONÇALVES ROCHA.
Ele, solteiro, Agricultor, natural de Contagem - MG.
Filho de SEBASTIÃO RIBEIRO DE OLIVEIRA, e dona MARLENE PARREIRA DA SILVA OLIVEIRA.
Ela, solteira, Agricultora, natural de Alta Floresta Do Oeste - RO.
Filho de EDMUNDO CESAR DA ROCHA, e dona MARIA DO ROSÁRIO GONÇALVES COTA ROCHA.
Residentes Neste Município.

Nº- 16517- ROGÉRIO OLIVEIRA DA SILVA com VANESSA DIAS DA SILVA.
Ele, solteiro, autônomo, natural de Rolim de Moura - RO.
Filho de JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA, e dona ADAIR OLIVEIRA DA SILVA.
Ela, solteira, operadora de caixa, natural de Rolim de Moura - RO.
Filho de AMARILDO DA SILVA, e dona ELIZABETH DIAS DE ALMEIDA.
Residentes Neste Município.

Nº- 16518- NERI MARTINI com JOVELINA NASCIMENTO DA CRUZ PEREIRA NASCIMENTO.
Ele, divorciado, agricultor, natural de Palmeira das Missoes - RS.
Filho de DAVID ALBERTO DEBARBA MARTINI, e dona OLIVA DELALIBRA MARTINI.
Ela, viúva, do lar, natural de Nova Esperanca - PR.
Filho de PEDRO NASCIMENTO DA CRUZ, e dona FELISARDA DA CUNHA.
Residentes Neste Município.

Nº-16519 - ANGELO JUNIOR DOS SANTOS com BRUNA HOLZ TEIXEIRA.
Ele, solteiro, Servente, natural de Rolim de Moura - RO.
Filho de BENTO DOS SANTOS, e dona ALAIRDES LORETT SANTOS.
Ela, solteira, EStudante, natural de Rolim de Moura - RO.
Filho de ADONIAS TEIXEIRA, e dona ADRIANA HOLZ TEIXEIRA.
Residentes Neste Município.

Nº-16520 - LIDIO MARTELLO com LEILIANE CRISTINA COSTA GARCIA.
Ele, divorciado, Agente Penitenciário, natural de Mundo Novo - MS.
Filho de SEGUNDO LUIZ MARTELLO, e dona CLARA ERNESTINA MARTELLO.
Ela, solteira, Secretaria, natural de Porto Velho - RO.
Filho de CELSO LUIZ GARCIA, e dona VILMA EMÍLIA DA COSTA GARCIA.
Residentes Neste Município.
OBS. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da lei. Lavro o presente para ser afixado em cartório, no lugar de costume e publicado na imprensa local.

## COMARCA DE VILHENA

## VILHENA

LIVRO D002 FOLHA 154
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 454
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Separação de Bens Obrigatória, nos termos do artigo 1.641, inciso I do Código Civil Brasileiro e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:

ALBERTINO MARQUES DA SILVA, de nacionalidade brasileira, aposentado, viúvo, natural de Aimorés, Estado de Minas Gerais, onde nasceu no dia 29 de novembro de 1955, residente e domiciliado na Avenida 15 de Novembro, 2341, Centro, em Vilhena, Estado de Rondônia, continuou a adotar o nome de ALBERTINO MARQUES DA SILVA, filho de FRANCISCO MARQUES DA SILVA e de MARIA TEODORA DA SILVA; e

LUCILENE SEVERINO DA SILVA, de nacionalidade brasileira, vendedora, solteira, natural de Vilhena, Estado de Rondônia, onde nasceu no dia 07 de julho de 1983, residente e domiciliada na Avenida 15 de Novembro, 2341, Centro, em Vilhena, Estado de Rondônia, passou a adotar o nome de LUCILENE SEVERINO MARQUES DA SILVA, filha de MANOEL SEVERINO DA SILVA e de MARIA JOSÉ SEVERINO DA SILVA.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br).

Vilhena-RO, 13 de abril de 2017.

Harrison Faccin José de Almeida

1º Substituto

## COMARCA DE ALVORADA D´OESTE

## URUPÁ

EDITAL DE PROCLAMAS

MATRíCULA

·095935 01 55 2017 6 00009 098 0002623 67

Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo Art ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·ROBISONEY LIMA DA SILVA e ·ALESANDRA GOMES DIAS

ELE, o contraente, é ·solteiro, com ·vinte e nove (29) anos de idade, nacionalidade ·brasileiro, profissão ·vigilante, natural ·de Lábrea-AM, nascido ·aos vinte dias do mês de novembro do ano de um mil e novecentos e oitenta e sete (20/11/1987), residente e domiciliado ·na Avenida Getulio Vargas, n° 5640, Bairro Alto Alegre, em Urupá-RO, filho de ·DAMIÃO BATISTA DA SILVA e de FRANCISCA DAMIANA DE LIMA, ele falecido em Porto Velho - RO em 24/05/2014, era de nacionalidade brasileira, natural de Lábrea/AM e nascido em 26/05/1947; ela brasileira, solteira, natural de Lábrea/AM, nascida em 06/10/1962, doméstica, residente e domiciliada na Rua Joaquim da Rocha, n° 6210, Caladinho em Porto Velho-RO.

ELA, a contraente, é ·solteira, com ·vinte e sete (27) anos de idade, nacionalidade ·brasileira, profissão ·farmacêutica, natural de Ouro Preto do Oeste-RO, nascida ·aos dezessete dias do mês de setembro do ano de um mil e novecentos e oitenta e nove (17/09/1989), residente e domiciliada ·na Avenida Getulio Vargas, n° 5640, Bairro Alto Alegre, em Urupá-RO, filha de ·ADÃO CABRAL DIAS e de SILVANIDE GOMES DIAS, brasileiros, divorciados, professores, ele natural de Itabirinha de Mantena/MG, nascido em 29/06/1964, residente e domiciliado na linha C40, gleba 14, lote 07, zona rural em Urupá-RO, ela natural de Montanha/ES, nascida em 26/08/1959, residente e domiciliada na Rua Professora Sueli Lazarin de Oliveira, 4554, Bairro Santíssima Trindade em Urupá-RO.

Eles, após o casamento, passaram a usar os nomes: ·ROBISONEY LIMA DA SILVA e ·ALESANDRA GOMES DIAS LIMA. Pretendem adotar o regime da ·Comunhão Parcial de Bens.

SE ALGUÉM SOUBER DE ALGUM IMPEDIMENTO, OPONHA-O NA FORMA DA LEI. LAVRO O PRESENTE PARA SER FIXADO NESTA SERVENTIA NO LUGAR DE COSTUME E PUBLICADO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO (www.tjro.jus.br).

·Urupá-·RO, ·19 de abril de 2017.

Rafaela de Sousa Maciel

Oficiala e Tabeliã Substituta

## COMARCA DE SANTA LUZIA D´OESTE

## ALTO ALEGRE DOS PARECIS

Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas

Av. Tancredo de Almeida Neves, n.º 3436 – Centro, CEP – 76.952-000 – Fone/Fax (69) 3643 1418.

Município de Alto Alegre dos Parecis – Comarca de Santa Luzia D'Oeste – Estado de Rondônia.

Ana Maria Leitão Machado – Oficial /Tabeliã.

LIVRO D-004 FOLHA 141 vº TERMO 001480

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, II, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: JOSÉ ROBERTO NOGUEIRA JÚNIOR e THAUANA SOUZA FERREIRA

ELE, brasileiro, vendedor, solteiro, natural de Querência do Norte-PR, onde nasceu no dia 28 de setembro de 1994, residente e domiciliado na Av. Martins Hell, 3539, centro, em Alto Alegre dos Parecis-RO, CEP: 76.952-000, filho de JOSÉ ROBERTO NOGUEIRA e de MARIA JOSÉ PILETTI NOGUEIRA;

ELA, brasileira, Estudante, solteira, natural de Alta Floresta D'Oeste-RO, onde nasceu no dia 20 de maio de 2000, residente e domiciliada na Av. Afonso Pena, 4100, Centro, em Alto Alegre dos Parecis-RO, CEP: 76.952-000, filha de LOURIVAL DIAS FERREIRA e de ROSILENE FAGUNDES DE SOUZA FERREIRA.

O Regime adotado é o da "Comunhão Parcial de Bens".

Que após o casamento os declarantes manterão os nomes de solteiros.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.

Alto Alegre dos Parecis-RO, 17 de abril de 2017.

Bel. Ana Maria Leitão Machado

Tabeliã

Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas

Av. Tancredo de Almeida Neves, n.º 3436 – Centro, CEP – 76.952-000 – Fone/Fax (69) 3643 1418.

Município de Alto Alegre dos Parecis – Comarca de Santa Luzia D'Oeste – Estado de Rondônia.

Ana Maria Leitão Machado – Oficial /Tabeliã.

LIVRO D-004 FOLHA 142 TERMO 001481

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ANTONIO LAURINDO PEREIRA e IRENE MARIA DANIEL

ELE, brasileiro, Lavrador Aposentado, divorciado, natural de Resplendor-MG, onde nasceu no dia 27 de maio de 1953, residente e domiciliado na Av. Presidente Dutra, S/n, Centro, em Alto Alegre dos Parecis-RO, CEP: 76.952-000, filho de MANOEL LAURINDO PEREIRA e de IZOLINA FRANCISCA PEREIRA;

ELA, brasileira, lavradora, divorciada, natural de São Sebastião do Bugre-MG, onde nasceu no dia 22 de fevereiro de 1959, residente e domiciliada na Av. Presidente Dutra, S/n, Centro, em Alto Alegre dos Parecis-RO, CEP: 76.952-000, filha de NELSON AMANCIO DANIEL e de MARIA DAS DORES ALVES DANIEL.

O Regime adotado é o da "Comunhão Parcial de Bens".

Que após o casamento o declarante manterá o nome de ANTONIO LAURINDO PEREIRA e a declarante adotará o nome de IRENE MARIA DANIEL PEREIRA.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.

Alto Alegre dos Parecis-RO, 17 de abril de 2017.

· Ana Maria Leitão Machado

Oficial/Tabeliã

# COMARCA DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

## SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RONDÔNIA
Rua Sete de Setembro, n. 4178, Cidade Alta, Cep: 76935-000, Fone: (69) 3621 2537, E-mail: cartorio.arijoel@hotmail.com
ARIJOEL CAVALCANTE DOS SANTOS
TABELIÃO
EDITAL DE PROCLAMAS
LIVRO ·D-004 FOLHA ·184 TERMO ·000784
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·WALISON HENRIQUE DE OLIVEIRA GIBERTI, de nacionalidade ·brasileira, ·Vendedor, ·solteiro, natural ·de Rolim de Moura-RO, onde nasceu no dia ·22 de junho de 1993, residente e domiciliado ·na Av. São Francisco, n. 3511, Cidade Baixa, em São Francisco do Guaporé-RO, filho de ·ADALBERTO GIBERTI e de MARIA OLINDA DE OLIVEIRA ROMERO GIBERTI; e ·TATIANE FERREIRA DOS SANTOS de nacionalidade ·brasileira, ·Agricultora, ·solteira, natural ·de Rolim de Moura-RO, onde nasceu no dia ·14 de março de 1998, residente e domiciliada ·na Linha 2-A, km 35, Zona Rural, em São Francisco do Guaporé-RO, CEP: 76.935-000, filha de ·DAVID DOS SANTOS e de FRANCISCA MARIA FERREIRA DOS SANTOS.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br).
São Francisco do Guaporé-RO, ·18 de abril de 2017.
Arijoel Cavalcante dos Santos
Oficial Registrador

# COMARCA DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

## SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

LIVRO ·D-016 FOLHA ·086 TERMO ·004086
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·4.086
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·RENI VILMAR PURPER, de nacionalidade ·Brasileiro, ·comerciante, ·divorciado, natural ·de Realeza - PR, onde nasceu no dia ·07 de setembro de 1976, residente e domiciliado ·na Rua Rui Rodrigues de Almeida, 2200, Bairro Cristo Rei, em São Miguel do Guaporé-RO, filho de ·PEDRO ARLINDO PURPER e de LORI DOS SANTOS; e ·ELAINE DE OLIVEIRA FIGUEIRA de nacionalidade ·Brasileira, ·Autônoma, ·solteira, natural ·de Rolim de Moura-RO, onde nasceu no dia ·02 de setembro de 1996, residente e domiciliada ·na Rua Rui Rodrigues de Almeida, 2200, Bairro Cristo Rei, em São Miguel do Guaporé-RO, filha de ·LIOMAR FIGUEIRA e de CREUSA DE OLIVEIRA FIGUEIRA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em Cartório no lugar de costume, em local de fácil acesso e boa visibilidade, pelo prazo de 15 dias, a partir da publicação no Diário da Justiça do Estado de Rondônia.
·São Miguel do Guaporé, ·18 de abril de 2017.
Juciana dos Santos
Escrevente Autorizada

LIVRO ·D-016 FOLHA ·085 TERMO ·004085
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·4.085
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·RIVELINO RAMA, de nacionalidade ·brasileiro, ·Motorista, ·divorciado, natural ·de Marmeleiro-PR, onde nasceu no dia ·04 de setembro de 1970, residente e domiciliado ·na Rua Angelin, nº 2495, Bairro Planalto, em São Miguel do Guaporé-RO, filho de ·DANIEL RAMA e de SABINA ALA RAMA; e ·MARILÉIA LOPES DA SILVA de nacionalidade ·brasileira, ·lavradora, ·divorciada, natural ·de Arurau Mun. de Linhares-ES, onde nasceu no dia ·18 de junho de 1977, residente e domiciliada ·na Rua Angelin, nº 2495, Bairro Planalto, em São Miguel do Guaporé-RO, filha de ·JURACI LOPES DA SILVA e de ROSENY GUILHERMINO DA SILVA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em Cartório no lugar de costume, em local de fácil acesso e boa visibilidade, pelo prazo de 15 dias, a partir da publicação no Diário da Justiça do Estado de Rondônia.
·São Miguel do Guaporé, ·18 de abril de 2017.
Juciana dos Santos
Escrevente Autorizada

## SERINGUEIRAS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS - ESTADO DE RONDÔNIA REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS
AV. FLAMBOYANT N.720 SALA B, CENTRO, CEP: 76934-000, FONE: (69) 3623 2515, E-MAIL: cartorioseringueiras@hotmail.com
BEL. RÔMULO AUGUSTO MARTINS BRASIL-TABELIÃO INTERINO
LIVROD-004 FOLHA097 TERMO 000697
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, II, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ELEONEI MARTINS DE SOUZA, de nacionalidade brasileiro, lavrador, solteiro, natural de Seringueiras-RO, onde nasceu no dia ·08 de agosto de 1996, residente e domiciliado na Linha 14-A, Km 12, Zona Rural, em Seringueiras-RO, CEP: 76.934-000, filho de ELIO MARTINS DE SOUZA e de LOURDES SOARES DA SILVA; e JHIESLEI ALVES RODRIGUES, de nacionalidade brasileira, lavradora, solteira, natural de Seringueiras-RO, onde nasceu no dia 17 de abril de 2000, residente e domiciliada na Linha 14-A, Km 12, Zona Rural, em Seringueiras-RO, CEP: 76.934-000, filha de ·MANOEL RODRIGUES FILHO e de ALDETE ALVES DE MELO RODRIGUES. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa. Seringueiras, 19 de abril de 2017. Hosana de Lima Silva_ Tabeliã Substituta.